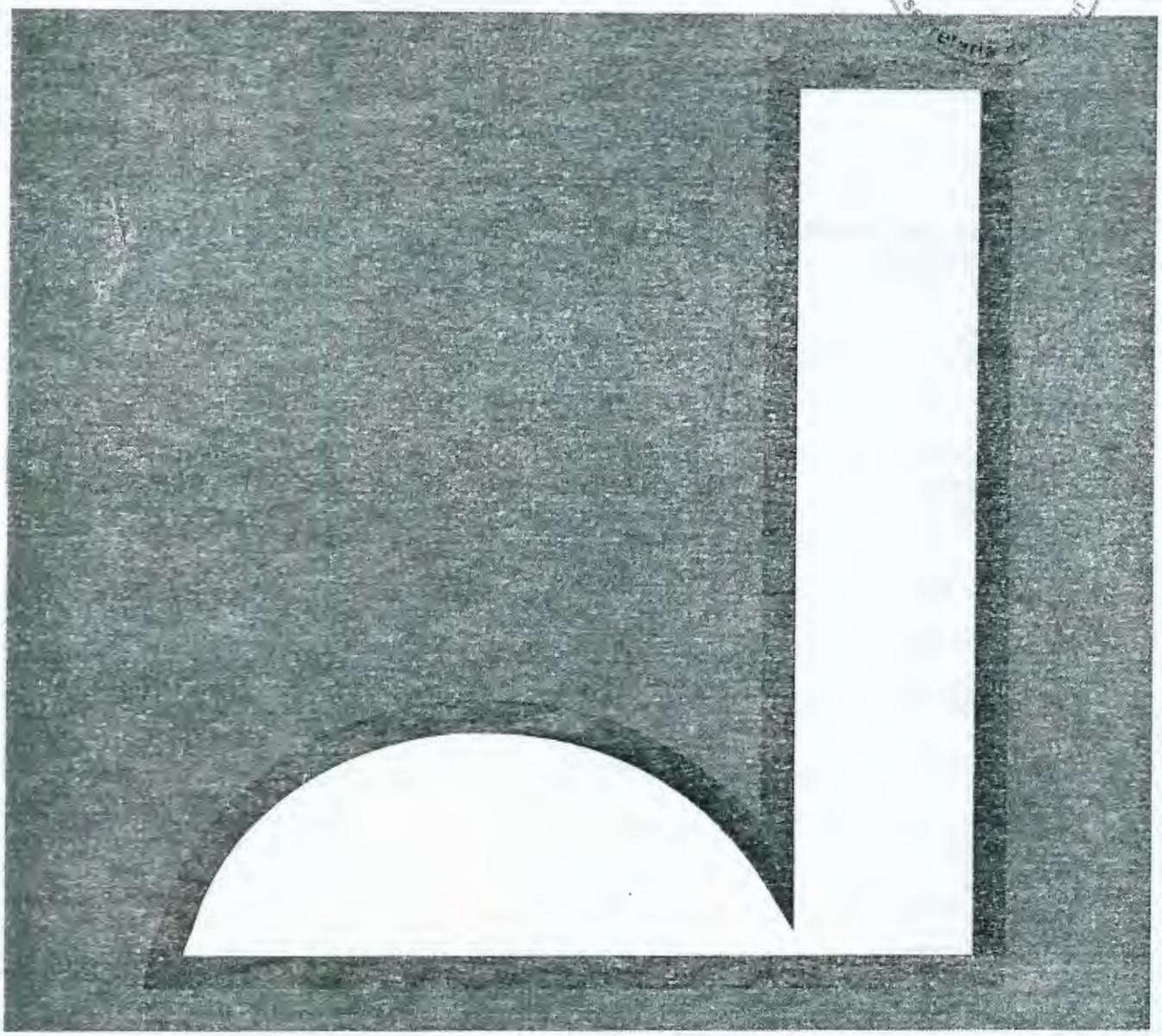
PARLAMENTO BRASILEIRO

EXEMPLAR UNICO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SENADO FEDERAL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – SUP. AO Nº 139 – QUARTA-FEIRA, 1 DE SETEMBRO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI
3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior– BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella - PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)

LÍDER – PT
Ideli Salvatti - PT

Vice-Líderes

Roberto Saturnino – PT
Ana Júlia Carepa – PT
Flávio Arns – PT
Fátima Cleide – PT

LÍDER - PSB - 3

João Capiberibe – PSB

Vice-Líder PSB
Geraldo Mesquita Júnior

LÍDER - PTB – 3
Duciomar Costa – PTB

LIDERANÇA DO PMDB - 22
LÍDER
Renan Calheiros – PMDB
Vice-Líderes
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá
Papaléo Paes

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12

LÍDER
Efraim Morais - PFL

Vice-Líderes
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL

LÍDER –PFL -- 17
José Agripino - PFL

Vice-Líderes
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge
João Ribeiro

LÍDER - PSDB – 12
Arthur Virgílio– PSDB – AM
Vice-Líderes
Antero Paes de Barros
LúciaVânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 5
LÍDER
Jefferson Péres – PDT
Vice-Líder
Almeida Lima

LÍDER – PL – 3
Magno Malta – PL

Vice-Líder
Aelton Freitas

LIDERANÇA DO PPS – 2

LÍDER
Mozarildo Cavalcanti – PPS

LIDERANÇA DO GOVERNO
LÍDER
Aloizio Mercadante – PT

Vice-Líderes

Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Sabóya Gomes – PPS
Hélio Costa – PMDB
Marcelo Crivella – PL
Ney Suassuna – PMDB
Ideli Salvatti – PT

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) Aualizado em 23.4.2004

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES

1.1– Comissão de Educação

12ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2004 4
13ª Reunião, realizada em 5 de maio de 2004..... 13
14ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2004..... 43
15ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2004..... 48
16ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2004..... 75
17ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2004..... 78
18ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2004..... 107
19ª Reunião, realizada em 1º de junho de 2004..... 131
20ª Reunião, realizada em 2 de junho de 2004..... 150
21ª Reunião, realizada em 8 de junho de 2004..... 182
22ª Reunião, realizada em 9 de junho de 2004..... 185
23ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2004..... 209
24ª Reunião, realizada em 17 de junho de 2004..... 227
25ª Reunião, realizada em 22 de junho de 2004..... 235
26ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2004..... 242
27ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2004..... 263
28ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2004..... 281

1.2 – Comissão de Fiscalização e Controle

4ª Reunião, realizada em 23 de março de 2004..... 298
10ª Reunião, realizada em 29 de abril de 2004..... 344
12ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2004..... 388
13ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2004..... 390
14ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2004..... 406
15ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2004..... 430
16ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2004..... 431
17ª Reunião, realizada em 08 de julho de 2004..... 434
18ª Reunião, realizada em 04 de agosto de 2004..... 435

1.3 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de maio de 2004..... 438
8ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de maio de 2004..... 446
9ª Reunião Extraordinária, realizada em 09 de junho de 2004..... 461
12ª Reunião Extraordinária, realizada em 06 de julho de 2004..... 466

1.4 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

8ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2004..... 477
9ª Reunião, realizada em 10 de agosto de 2004..... 504

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 12ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de maio de 2004.

Às onze horas e nove minutos do dia quatro de maio de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Valmir Amaral, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, José Jorge, Efraim Morais, Roseana Sarney, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Romero Jucá, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Fátima Cleide, Duciomar Costa, Aelton Freitas, José Maranhão, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 008, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Laura Carneiro que, "Declara Patrono da Geografia Nacional o geógrafo Milton Santos". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer favorável é aprovado. Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 003, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Ângela Guadagnin que, "Denomina 'Aeroporto de São José dos Campos – Professor Urbano Ernesto Stumpf' o aeroporto da cidade de São José dos Campos, no Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer favorável é aprovado. Item 04: Relatório Final da Subcomissão Permanente de Rádio e TV, de autoria do Senador Pedro Simon. A Subcomissão criada em 06 de abril de 1999, encerra os trabalhos e submete o Relatório Final, lido pelo Senador Hélio Costa, ao plenário. O relatório é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio Costa para apresentar o requerimento de sua autoria: Item 05: Requerimento, de autoria do Senador Osmar Dias que, "Requer, nos termos regimentais, seja extinta a Subcomissão Permanente de Rádio e TV, instalada em 22 de junho de 1999, no âmbito desta Comissão de Educação", tendo como justificativa para a extinção, o pleno funcionamento, no âmbito desta Comissão, da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, que já abrange os temas desenvolvidos pela Subcomissão Permanente de Rádio e TV. O requerimento extinguindo a Subcomissão é aprovado. O Senhor Senador Osmar Dias reassume a Presidência: Item 06: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, "nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a criação, no âmbito da Comissão de Educação, de Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, em substituição à Subcomissão Permanente de Rádio e Televisão, com o objetivo de examinar matérias referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico e, em especial, a biotecnologia, clonagem, transgenia, bioética, energia nuclear, materiais e rejeitos radioativos, fontes alternativas de energia, pesquisa aeroespacial, robótica, automação industrial e política de incentivos à pesquisa, ao ensino e à extensão na área de ciência e tecnologia". O requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 01: Aditamento ao Requerimento nº 12-CE, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, "Requer, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Doutor Ronaldo Laranjeira, médico psiquiatra, Coordenador na Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da UNIFESP (Universidade Federal do Estado de São Paulo), no rol de convidados do requerimento de audiência pública aprovado para a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 035, de 2000". O aditamento ao requerimento nº 12 é aprovado. Fica adiada a seguinte matéria: Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 095, de 2003. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quatro minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – **Senador Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 12ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Da pauta constam seis itens. Tendo em vista que a pauta do Plenário está trancada pela existência de medidas provisórias que aguardam votação, não estamos pautando os projetos que têm caráter terminativo na Comissão de Educação, como todas as outras Comissões. Assim, temos com um volume enorme de projetos aguardando para serem pautados.

Em primeiro lugar, esperamos que o Governo reduza a emissão de medidas provisórias para permitir

que o Congresso Nacional opere, porque, dessa forma, ficamos engessados, sem poder votar matérias terminativas e importantes para a sociedade brasileira.

O Senador Maguito Vilela solicitou a inclusão de dois projetos na pauta, mas ambos têm decisão terminativa na Comissão e terão de aguardar a desobstrução da pauta do Plenário.

Esperamos que o Governo colabore nesse sentido e que o Plenário possa pautar as medidas provisórias. Assim, poderemos pautar mais de 500 processos de outorga e concessão de rádio e televisão que se encontram nesta Comissão. Senador Hélio Costa, mais de 500 processos aguardam votação, e queremos votá-los, mas estamos impedidos de fazê-lo em função das regras regimentais.

Aliás, fiz uma consulta à Mesa, porque na Câmara dos Deputados não existe a mesma regra. Naquela Casa, as Comissões votam matérias terminativas. A consulta está, hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que poderá ou não entender que as Comissões podem votar matérias terminativas, mesmo estando a pauta do Plenário obstruída. Em caso afirmativo, conseguiremos cumprir a nossa responsabilidade de manter a nossa pauta sempre em dia.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para encaminhar à apreciação desta Comissão, muito embora já tenha sido encaminhado em Plenário, o texto de uma proposta de emenda à Constituição que elaborei, alterando o art. 62, que regulamenta a emissão de medidas provisórias.

Semana passada li o texto e o discurso em Plenário, quando externei a minha preocupação no sentido de proporcionar mais tempo ao Senado – no momento, 45 dias são gastos na Câmara –, porque quando o texto chega a esta Casa, infelizmente já não há mais tempo para realizar a reunião da Comissão Mista e de se discutir amplamente o projeto.

Proponho seja aumentado o tempo, de forma que a Câmara tenha 45 dias para apreciar as medidas provisórias, e o Senado, mais 45 dias, ao mesmo tempo em que se delega à Mesa do Congresso Nacional a autorização para determinar se a medida provisória tem necessidade de tramitar em regime de urgência urgentíssima para ser transformada em lei imediatamente, com a assinatura do Presidente ou não.

Esse projeto já está em discussão no Plenário. Espero que ele possa contribuir em determinados momentos, até para resolver esse problema crônico das Comissões, cujas pautas ficam trancadas e nós, infelizmente, sem poder votar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É o que esperamos, Senador Hélio Costa.

O **Item 1** da pauta tem como Relator o Senador José Maranhão. Como S. Exª não está presente, não podemos submeter o item à votação.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa da Comissão requerimento pelo qual solicito aditamento do nome do Sr. Ronaldo Laranjeira, Psiquiatra, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Droga da Faculdade de Medicina da Unifesp, no rol dos convidados, baseado em requerimento, para realização de audiência pública aprovada para a instrução do PL nº 035.

Gostaria que V. Exª submetesse a proposta à apreciação deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão a proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti de incluir o Dr. Ronaldo Laranjeira, Médico Psiquiatra, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Unifesp, no rol de convidados do requerimento de audiência pública aprovado para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000.

V. Exª poderia informar do que trata o Projeto nº 35, de 2000?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Regula a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos e também regulamenta a propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão a proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti, de inclusão do Dr. Ronaldo Laranjeira. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2. O Senador Valdir Raupp é o Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2004, que declara patrono da Geografia Nacional o Geógrafo Milton Santos. Autora do projeto: Deputada Laura Carneiro.

O Senador Valdir Raupp tem a palavra para relatar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2004, de nº 378, de 2003, na origem, de autoria da Deputada Laura Carneiro, declara o Geógrafo Milton Santos Patrono da Geografia Nacional.

Aprovada na Câmara dos Deputados, a proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desportos e da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

O intento da proposição em comento é prestar justa homenagem ao eminente Geógrafo e renomado intelectual brasileiro Milton Santos e, ao mesmo tempo, conferir à Geografia um patrono digno da importância dessa ciência.

A justificação do projeto, muito oportunamente, destaca os principais eventos que marcaram a biografia do cientista brasileiro internacionalmente conhecido.

Nascido na Bahia, Milton Santos faleceu aos 75 anos, em 2001, na cidade de São Paulo, onde se fixou a partir de 1977, ano em que passou a se dedicar ao seu profícuo trabalho junto à Universidade de São Paulo.

Formado em Direito em 1948, pela Universidade Federal da Bahia, passou em seguida a se dedicar à Geografia, ciência pela qual nutriu verdadeira paixão por toda a vida.

Doutor pela Universidade de Strasburg, na França, Milton Santos recebeu inúmeros títulos e honrarias em várias nações, tendo sido agraciado, em 1994, com o prêmio internacional de Geografia Vautrin Lud, espécie de Nobel da Geografia.

Por ocasião do golpe militar de 1964, foi preso por três meses e afastado do cargo de professor na Universidade da Bahia.

Em conseqüência do seu profundo envolvimento com a questão dos direitos humanos, ao deixar o Brasil, foi imediatamente nomeado professor da Universidade de Bordeaux, na França, e passou a atuar como consultor da Organização das Nações Unidas.

Seu retorno ao Brasil se deu em 1977 e, desde então, esteve ligado à USP – Universidade de São Paulo.

Autor de uma vasta biografia, Milton Santos dedicou-se, em particular, ao estudo e à discussão sobre os países em desenvolvimento, à problemática do chamado Terceiro Mundo e à geografia da globalização.

Toda sua brilhante trajetória nacional foi voltada para o ideal de construção de uma cidade mais justa em nosso País.

Ao examinarmos o currículo do Geógrafo e humanista Milton Santos, ficam evidenciadas a oportunidade e a pertinência da proposição em análise.

Voto.

Pelo exposto, não encontrando óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2004, de nº 378, de 2003, na origem.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer do Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

O próximo Item, de nº 03, tem como Relator o Senador Papaléo Paes, que está a caminho. Passaremos, enquanto aguardamos o nobre Senador, ao Item 4.

Solicito ao Senador Hélio Costa que leia a conclusão do relatório final da Subcomissão de Rádio e de Televisão, da Comissão de Educação do Senado Federal, tendo como Relator o Senador Pedro Simon.

Justifico, desde já, porque estamos pautando este tema: o Item 5 trata de um requerimento de minha autoria, cujo assunto é a extinção da Comissão, pela justificativa anexada ao relatório, apresentada pelo Senador Hélio Costa. O Item 6 propõe a criação da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, por requerimento do Senador Hélio Costa. Então esses três Itens estão relacionados.

Para analisar o Item 4, concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Na ausência do Senador Pedro Simon, vou ater-me exclusivamente às conclusões do relatório apresentado pelo ilustre Senador.

Em 1999, foi criada, no âmbito da Comissão de Educação do Senado Federal, a Subcomissão de Rádio e Televisão. Seu propósito fundamental era o de promover debates sobre temas afetos à comunicação social no Brasil, sem, contudo, constituir instância de controle e interferência indevida na programação dos veículos de comunicação de massa.

Conforme o relato ora apresentado, verifica-se que, em grande parte, a Subcomissão logrou atingir o seu intento. Os debates promovidos, além de numerosos, foram, sem dúvida, profundos e profícuos. Temas de alta relevância foram tratados, com a presença de representantes da sociedade civil, do Governo e bem assim de especialistas e pesquisadores dos temas abordados.

Apesar dos êxitos obtidos, é necessário ressaltar que não se pode considerar findo o trabalho da Subcomissão. A comunicação social é dos temas de maior importância tratados no Parlamento. A cada dia, novas questões se apresentam ao debate, a reboque

do intenso desenvolvimento tecnológico de que desfruta esse setor.

Temas como televisão digital, rádio por satélite, distribuição de conteúdo de áudio e vídeo pela Internet, entre outros tantos assuntos suscitados pelo progresso técnico, demandam exame cuidadoso por parte do Congresso Nacional.

A Comissão de Educação constitui foro privilegiado para a discussão desses temas, por meio da sua Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, e está devidamente aparelhada para dar andamento a esses debates. Nesse intento, servir-se-á dos trabalhos da Subcomissão de Rádio e de Televisão não apenas para consulta e reflexão, mas também como fonte de inspiração para a superação dos desafios que se lhe apresentam.

Esse é o relatório.

É importante ressaltar que o próprio Relator Pedro Simon está remetendo este relatório e suas conclusões à Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática, presidida pelo ilustre Senador Saturnino Braga. Por outro lado, gostaria de acrescentar a importância desse ato que V. Exª, Sr. Presidente, está encaminhando, uma vez que as questões de rádio e televisão, todas extremamente importantes, são tratadas no âmbito geral do plenário da Comissão de Educação, Ciência e Comunicações.

Então, tem sido permanente, comum e amplo o debate sobre rádio e televisão neste Plenário, abrindo, assim, espaço para que possamos, numa Subcomissão desta Comissão de Educação, estudar a fundo e detalhadamente as questões relacionadas com ciência e tecnologia. Razão pela qual estamos endossando, certamente, essa conclusão apresentada pelo Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Em discussão o parecer. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passo agora a Presidência para o Senador Hélio Costa, porque, no Item 5, sou autor do requerimento e pretendo apresentá-lo à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Item 5 é um requerimento em termos regimentais pedindo a extinção da Subcomissão Permanente de Rádio e Televisão, instalada em 22 de junho de 1999.

Passo a palavra ao ilustre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, faço a leitura do requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, seja extinta a Subcomissão Permanente de Rádio e TV, instalada em 22 de junho de 1999, no âmbito desta Comissão de Educação.

Justificação: a criação, em 1999, da Subcomissão de Rádio e Televisão destinava-se a tratar de questões relativas à comunicação de massa em nosso País. De caráter permanente, a Subcomissão pretendia, fundamentalmente, constituir foro privilegiado de debates sobre o papel que os meios de comunicação eletrônicos, particularmente a televisão, desempenham no País. Para tanto, propunha reunir representantes da sociedade civil: universidades, igrejas, associações de classe, órgãos públicos, entidades profissionais ligadas à área de comunicação, parlamentares e representantes estrangeiros, com o objetivo de analisar-lhes o alcance, a penetração e o poder que exercem sobre os espectadores e o conteúdo das mensagens veiculadas.

Eis que surge, em 12 de dezembro de 2000, a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, com atribuições que, por mais abrangentes e inclusivas, acabaram por sobrepor-se, do ponto de vista operacional, à sua congênere e mais antiga, limitada ao trato das matérias atinentes à radiodifusão.

Por conta da área de atuação, comunicação social, dentro da qual se inserem as atividades de rádio e televisão, tanto em seus aspectos formais e processuais quanto de conteúdo, a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática passou, com o tempo, a estabelecer desnecessária superposição de esforços. Tal superposição se deu, no entanto, de forma saudável, a revelar a natural evolução na percepção que os membros desta Comissão de Educação têm quanto à abrangência de sua missão. Percebido, no entanto, o fenômeno, convenço-me, como Presidente da Comissão, das necessidades de extinção daquela de menor abrangência.

É o requerimento que apresento à Comissão de Educação, ou seja, pela extinção da Subcomissão Permanente de Rádio e TV, porque foi fixado pelo Regimento um número limite de Subcomissões Permanentes que podem funcionar; são quatro. Para que seja instalada a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, precisamos escolher uma para ser extinta, então escolhemos essa, que está sendo atendida tanto pelo Plenário da Comissão quanto pela Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Como ninguém se propõe a discutir, submeto à votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao ilustre Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Passo ao Item 6: requerimento do Senador Hélio Costa, propondo a criação, na Comissão de Educação, da Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o requerimento, nos seus termos, diz praticamente tudo a respeito da necessidade que sentimos de criar um foro para as discussões sobre ciência e tecnologia no Senado Federal. Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Comunicações é também a Comissão de Ciência e Tecnologia. Na verdade, ela é sempre intitulada assim: Comissão de Comunicações, Ciência e Tecnologia. E aqui no Senado Federal infelizmente não temos tido, até agora, essa preocupação de focar alguns assuntos exatamente dentro do setor de ciência e tecnologia, porque não temos uma Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

No momento em que V. Exª propôs a extinção e, de uma forma inteligente, o Senador Pedro Simon, que, durante os últimos anos, presidiu essa Subcomissão, concordou que o assunto está amplamente coberto pelo próprio plenário da Comissão de Educação, que também discute os assuntos de rádio e televisão, sobrou, evidentemente, espaço na subcomissão permanente que propomos seja a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

Fiz o requerimento que, conforme disse, é autoexplicativo:

Nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação, no âmbito da Comissão de Educação, da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, em substituição à Subcomissão Permanente de Rádio e Televisão, a ser composta por 9 titulares e 9 suplentes, com o objetivo de examinar matérias referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico e, em especial, a biotecnologia, a clonagem, a transgênese, a bioética, a energia nuclear, materiais e rejeitos radioativos, fontes alternativas de energia, pesquisa aeroespaciai, robótica, automação industriai em política de incentivos à pesquisa, ao ensino e a extensão da área de ciência e tecnologia.

Apenas pelo enunciado deste requerimento, já podemos entender a importância dessa subcomissão. O Brasil, hoje, certamente figura entre os mais importantes países que fazem a pesquisa do genoma humano. Infelizmente não temos tido a preocupação de discutir sobre isso aqui no Senado. Creio que o caminho será a criação dessa Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

Da mesma forma, a questão da tevê digital tem sido debatida na medida em que falamos do rádio e da televisão, mas não foi debatida sob o ponto de vista técnico, como ciência e tecnologia avançadíssima, que precisa ser amplamente discutida. A própria tecnologia da informação precisa de um espaço. Hoje o mundo inteiro está totalmente envolvido com o que chamamos de TI – tecnologia de informação. Devemos ter um espaço para também discuti-la aqui, assim como a clonagem e o uso pacífico da energia atômica.

Há cerca de três semanas, houve essa interferência "brutal" do governo americano no sentido de tentar inibir o Brasil no que diz respeito a sua proposta do uso pacífico da energia atômica. E ficamos mais uma vez sem o foro ideal para travar a discussão, promovendo uma audiência pública para debater a questão.

Espero, Sr. Presidente, estar contribuindo de alguma forma, por meio deste requerimento, para que possamos realizar, aqui na Comissão de Educação, na Subcomissão de Ciência e Tecnologia, uma grande discussão sobre assuntos do maior interesse nacional, que o mundo inteiro vem discutindo com tanta ênfase.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão.

Eu gostaria de acrescentar, Senador Hélio Costa, que, sobre o projeto de biossegurança que tramita no Senado, existe um requerimento meu no Plenário para que a Comissão de Educação seja ouvida. Esse assunto poderia já ter passado pela Subcomissão de Ciência e Tecnologia, que até poderia ter apresentado um relatório para facilitar o debate na Comissão de Educação.

Caso seja atendido o meu requerimento, assim que instalada a Subcomissão, poderemos iniciar os seus trabalhos exatamente pelo projeto de biossegurança. Será a primeira atividade que a Subcomissão de Ciência e Tecnologia terá de desempenhar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – No momento oportuno, antes do encerramento da reunião, eu gostaria que V. Exª me concedesse a palavra para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos submeter à votação a criação da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, atendendo ao requerimento do Senador Hélio Costa.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Comunico à Comissão que farei a indicação segundo o Regimento, que, no art. 89, prevê:

"Art. 89. Ao Presidente de Comissão compete:

IV – designar, dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição;"

Desde já, adianto que ouvirei o Senador Hélio Costa, autor do requerimento, que particularmente indicaria para presidir a Subcomissão. Posteriormente, os membros da Subcomissão farão a escolha do Presidente, mas já manifesto a minha posição.

Aprovado o Item 6, voltamos ao Item 3, porque já contamos com a honrosa presença do Senador Papaléo Paes.

Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2004, que dá a denominação de "Aeroporto Professor Urbano Ernesto Stumpf" ao aeroporto de São José dos Campos, no Estado de São Paulo. A autora é a Deputada Angela Guadagnin.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para relatar.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, fizemos uma análise e chegamos à conclusão de que a escolha do aeroporto de São José dos Campos nos parece acertada, uma vez que esta denominação que passará a receber fará justiça ao Professor Stumpf, uma pessoa que trabalhou para a instituição. Logicamente, o povo de São José dos Campos ficará extremamente satisfeito com tal denominação.

Diante do exposto, meu voto é pela aprovação do PLC nº 3, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de passar a palavra ao Senador Almeida Lima, comunico que, amanhã, a Comissão se reunirá para a realização de audiência pública que terá como tema o empréstimo do BNDES às empresas do setor de comunicação. Estarão presentes os representantes da mídia impressa e também o Presidente do BNDES, que confirmou sua presença. Participarão desta reunião: Sr. Carlos Lessa, Presidente do BNDES; Domingos Alzugaray, Presidente da **Editora Três** e Diretor-Responsável da revista **IstoÉ**; Nelson Tanure, Presidente do Jornal do Brasil; Mino Carta, Diretor de Redação da revista **Carta Capital**; Celso Augusto Schröder, Coordenador-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e o representante da ANJ, que falará em nome dos jornais **Folha de S.Paulo**, **O Estado de S. Paulo** e **O Globo**.

Amanhã, às 9 horas e 30 minutos – como não é usual, repito, às 9 horas e 30 minutos –, começará a audiência com os convidados que anunciei. Registro que essa será a segunda audiência pública, já que a primeira se realizou com as empresas de televisão. Pediria que os Senadores da Comissão comparecessem ao debate, que será muito importante.

Srªs e Srs. Senadores, quero fazer uma reclamação. Quando o Vice-Presidente do BNDES esteve nesta Comissão, ele disse que em uma semana receberíamos a proposta ou o anteprojeto do empréstimo do BNDES para as emissoras de televisão. Aproveito a presença da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, para pedir sua intercessão junto ao BNDES, a fim de que esse órgão cumpra o compromisso que assumiu de encaminhar à Comissão de Educação do Senado a proposta de empréstimo para as empresas de televisão e para a mídia impressa. Até agora não foi cumprido esse compromisso do Vice-Presidente do BNDES de enviar informações em uma semana. Já se passaram quatro semanas e até agora nada recebemos.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, registro que temos acompanhado esse assunto com muita atenção, porque, do nosso ponto de vista, essa é uma questão estratégica para a soberania do nosso País, para a nossa democracia. Portanto, a busca de uma solução para o impasse financeiro que se abate sobre as principais empresas de comunicação do Brasil tem recebido uma atenção bastante especial do Governo Lula.

Eu não poderia dar informações mais detalhadas, mas, até onde sei, esse desenho final da proposta e de como será operacionalizada ainda não está definitivamente acertado, até porque o BNDES não vai operar diretamente. Isso será feito pelo próprio sistema financeiro brasileiro. Portanto, há algumas implicações de negociações que não são simples de se resolver.

Como V. Exª mesmo está comunicando que o BNDES estará presente aqui amanhã, ninguém melhor do que o Professor Carlos Lessa para apresentar todas as dificuldades que a solução de um problema tão grave e melindroso exige, para que seja bem equacionada no interesse da comunicação como um todo, mas principalmente no interesse da soberania e da democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Solicito à Secretaria da Comissão que providencie as notas taquigráficas da reunião em que compareceu o Vice-Presidente do BNDES, para que eu possa entregá-las pessoalmente ao Presidente do BNDES, cobrando,

dessa forma, o compromisso assumido com a Comissão de Educação do Senado, e não com um ou outro Senador.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, diante da Líder do Governo, do PT e do Bloco, sugiro que se proponha ao Dr. Carlos Lessa que traga, pelo menos para a discussão de amanhã, uma espécie de anteprojeto da proposta do Banco, para sabermos pelo menos o que já está sendo discutido. Não basta vir aqui para falar novamente da proposta e da promessa. Deverá apresentar algo aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Este é o pedido que fazemos à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Assumo, com tranqüilidade, o compromisso de fazer o contato e solicitar, com ênfase, que aquilo que já estiver desenhado seja trazido oficialmente amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado.

Pela ordem, o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, entendo serem oportunas minhas palavras neste instante. Espero a compreensão dos demais Senadores por estarmos aqui reunidos na Comissão de Educação, fazendo esta abordagem.

Tenho o maior respeito pela Imprensa brasileira, mesmo quando tripudia em relação à minha atuação parlamentar, como o fez recentemente. Ainda assim, comporto-me sem nenhum ressentimento. Não tenho sentimento de revanche em hipótese alguma.

Aprecio sobremaneira as revistas semanais brasileiras, que trazem uma gama de informações muito grande e têm uma penetração muito vasta em todo o País, pois informam e trabalham a opinião pública. Reconheço esse valor incomensurável. No entanto, faço uma ressalva por estar aqui na Comissão a manchete de primeira página da revista **IstoÉ** desta semana, sem nenhum objetivo de diminuí-la. Ao contrário, considero-a uma revista extremamente importante. Mas, Srs. Senadores, a matéria que traz é extremamente deprimente e infeliz:

Pesquisa inédita

Surpresa: a juventude brasileira é careta. Noventa por cento dos jovens entrevistados nunca fumaram maconha; 82% dos jovens querem continuar na casa dos pais.

A juventude brasileira é careta porque nunca fumou maconha?! É uma postura completamente equivocada, distante do padrão de educação que todos nós tentamos imprimir à sociedade brasileira! Hoje fazemos crítica porque o cidadão fuma. Há uma repressão psicológica nesse sentido neste País. Porque 90% nunca experimentaram maconha – deveriam ser 99,99% ou 100% – estaríamos aqui a homenagear? Oitenta e dois por cento desejam permanecer na residência dos pais. Creio que o número ainda é pequeno e deveria ser maior. Mas ser careta por isso? Entendo ser de uma infelicidade muito grande.

Espero que a revista...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Almeida Lima, também li essa manchete e tenho para ela uma interpretação diferente, **data venia** da interpretação de V. Exª. Ela não está emitindo um juízo da revista, e sim refletindo o pensamento da juventude. Nada mais do que isso. A revista não está propugnando por isso, não está fazendo a propaganda do tóxico, mas dizendo o que pensa a juventude.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Permito-me discordar, dizendo que é exatamente o contrário. Ela estaria transmitindo o pensamento ou comportamento da juventude se apenas publicasse os percentuais, esclarecendo que 90% da juventude brasileira ainda não experimentaram maconha. Quando ela diz que esse comportamento é careta, adjetivando-o, ser careta é ser inadequado, é estar fora da moda.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador, permita-me um aparte.

Não é necessariamente nesse contexto que a palavra careta foi empregada. Entendo que o que quer dizer a manchete é o seguinte: a juventude brasileira é conservadora. Não é inadequada, não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Careta não tem esse sentido de conservadora.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Tem, sim. Careta é aquele que não fuma maconha, que não usa drogas, é aquele que não entra em confusão. Esse é careta.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Conservador é uma coisa, embora eu jamais utilizasse nem sequer a expressão conservador.

Nunca vi nem sequer, na minha vida, o que chamam de baseado. Vi a folha da maconha quando estudava na faculdade de Direito, e nunca fui conservador, não sou careta. Considero-me extremamente atual e moderno. Sou progressista, ainda que nunca tenha visto um baseado, usando a expressão do submundo da droga. Mas dizer que a juventude é careta?

Pergunto que jovem deseja ser chamado de careta. Se o jovem chega a uma boate, a um local jovem, na praia, e o outro diz: "Ah, você é careta!" Ele vai gostar dessa adjetivação? Não. Quando ele é tratado como careta é comparado a um subtime. "Ah, você é

um cara legal". Vou usar a expressão do meu Estado: "Ah, você é porreta, você é legal". É outra estória, ou seja, é um linguajar jovem, moderno, mas que o coloca exatamente na onda. Ele gosta, ele aprecia. Careta? Ele nunca gostou de ser chamado de careta. Careta é um adjetivo pejorativo para ele. E eu jamais designaria a palavra conservador como sendo algo ruim. Não estabeleço a concepção de que conservador é algo ruim, em hipótese alguma. A sociedade inglesa é conservadora, nem por isso é considerada ou subjugada por esse conceito. No entanto, careta, para a juventude significa: "Pôxa, você está muito careta hoje, que roupa inadequada, que comportamento inadequado".

Quero homenagear a juventude brasileira por mostrar um índice expressivo, embora pudesse ser bem mais elevado. Acredito até que a palavra careta conste como expressão dicionarizada, e tenho plena convicção de que esse não é o sentido.

A matéria não procurou apenas transmitir uma informação como decorrência de uma pesquisa sobre o comportamento da juventude brasileira, mas também a adjetivou. E adjetivar como careta... Os senhores que têm filhos cheguem em casa e digam assim... Se eu chegar em casa e disser: Danilo, Juliana ou Daniel, você está muito careta! Eles vão me contestar na mesma hora.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pediria, mais uma vez, um aparte a V. Exª para usar um exemplo pessoal.

Tenho filho de 43 anos de idade, médico, e um filho de sete anos, então estou em condições de observar a evolução da palavra careta.

Sinto, Senador, que não é problema da sua idade; talvez seja problema da minha, porque, conforme eu disse, estou acompanhando a evolução da palavra há mais tempo do que V. Exª.

A palavra careta já foi careta; agora não é mais. Careta tem um sentido positivo, diferente daquele que era empregado no passado. Quando se diz, hoje, que uma moça é careta, significa que ela é conservadora, que manter a sua virgindade, não quer usar o seu corpo numa situação de disputa, não quer se comportar como a grande maioria das jovens da sua idade.

Um jovem careta é aquele que não quer se envolver com drogas, não quer fumar maconha, quer tirar dez em tudo na escola, ser o número um. Esse é o jovem careta a que a revista se refere.

Não quero, evidentemente, polemizar com V. Exª, mas ofereço uma interpretação um pouco diferente daquela que conhece V. Exª com relação à palavra careta.

Se analisarmos algumas palavras que, no decorrer do tempo, foram mudando de sentido. Essa não é a primeira. Se V. Exª me permite, vou citar um exemplo: a palavra porrada em Portugal quer dizer pancadas com porrete.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Faço uma sugestão ao Senador Almeida Lima: amanhã estará aqui Domingo Alzugaray, que é o Presidente da Editora Três e Diretor da Revista **IstoÉ**. V. Exª poderia pedir-lhe que descrevesse o que é careta, então o assunto seria esclarecido.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Agradeço a colaboração de V. Exª.

Sou um amante do debate. Creio que, através da dialética, do confronto, chegaremos aonde almejamos, mas digo com toda a sinceridade: a expressão careta não sofreu ainda a evolução – e me parece que não terá – que propõe o Senador Hélio Costa.

Mesmo assim, agradeço a V. Exªs a oportunidade de registrar o que considero uma infelicidade da revista **IstoÉ**, que reputo como um grande veículo de comunicação do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Almeida Lima.

Pediu a palavra pela ordem o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, V. Exª fez uma sugestão extremamente oportuna, mas como as nossas reuniões são transmitidas ao vivo pela televisão e as pessoas estão nos vendo e ouvindo, não posso deixar de acrescentar, pedindo desculpas ao Senador Almeida Lima, uma opinião pessoal que parece muito com a do Senador Hélio Costa.

A revista **IstoÉ** é um dos principais órgãos da mídia brasileira e tem prestado relevantes serviços à sociedade. Ela está permanentemente no combate à corrupção e tudo o que é errado. A revista não pode fazer proselitismo do tóxico e do que é errado no Brasil ou no mundo. Ela não expressou a sua opinião pessoal, não emitiu um juízo de valor, mas refletiu, repito, aquilo que pensa a juventude. Portanto não devemos atribuir aos diretores, redatores e editores dessa revista esse papel que parece ter sido o entendido pelo Senador Almeida Lima, novamente com as minhas desculpas a S. Exª.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Na verdade as desculpas são completamente dispensáveis, não carece. Como disse e repito, amo o debate.

Reconheço na revista **IstoÉ** um grande mérito, mesmo quando tripudia sobre minha pessoa. Jamais lhe retirarei o mérito, como não o fiz em relação a algum órgão da imprensa brasileira, mas considero uma infelicidade, porque aqui está uma afirmativa adjetivada: "A juventude brasileira é careta".

Ela não emite um conceito, mas uma opinião sobre a juventude. Não! Por meio de uma pesquisa, ela conheceu o pensamento da juventude o qual afirmou ser um comportamento careta.

Tenho plena convicção de que, apesar do que disse o Senador Helio Costa, que enxerga nessa expressão uma evolução – e quando diz isso já admite que anteriormente, na sua avaliação, tinha sentido pejorativo; para mim tinha, tem e continuará tem, sobretudo porque um tem 16 anos, a outra, 19 e o mais velho, 22, e nenhum deles vai gostar que eu os trate por caretas, exatamente pelo sentido pejorativo.

Agradeço, evidentemente, mas tenho certeza de que na próxima reunião esse assunto voltará, sobretudo devido a esta expressão "careta". Gostaria de me corrigir se estiver errado. Se assim for, eu o farei com toda a sinceridade, sem subterfúgios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, concluo, desistindo da palavra, porque percebo que não tenho competência para convencer o Senador que nos aparteia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Papaléo Paes, vai tentar convencer?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Não, não vou tentar. Mas, no meu entendimento, diante das opiniões apresentadas, a frase que foi colocada na capa da revista, que é importante e de circulação nacional, portanto ajuda na formação da opinião pública, deveria ser analisada pelos jovens, porque no mínimo gerou uma polêmica, uma discordância de interpretação.

Não concordo plenamente com o Senador Almeida Lima, porque a nossa faixa etária já não nos permite avaliar o que o jovem pensa sobre a palavra careta, mas, se fosse na nossa fase de adolescência, logicamente ficaríamos ofendidos ou, no mínimo, nos desligaríamos de um grupo que nos tivesse definido como caretas.

Então é perigoso, mas sabemos que hoje não existe mais controle algum sobre a imprensa; principalmente a televisão é importante na formação do jovem, como todos sabemos. Somos hipócritas, deixamos isso de lado, como se não víssemos. Agora se apresenta uma manchete dessas, por escrito. Deveríamos saber qual é a sua consequência diante de um jovem que é chamado de careta. Isso é importante. Quer dizer, devemos, sim, estabelecer uma definição bem feita para elogiar todos esse jovens que não fumam maconha, que não usam drogas, que querem tirar boa nota na sua escola, que respeitam seus país. Isso, sim, deveria ser bem definido, não da forma que chamo de pejorativa, porque deixa dúvida para diversos tipos de interpretação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Papaléo.

Consulto se alguém deseja ainda fazer mais alguma consideração sobre esse assunto. (Pausa)

Então esse assunto está encerrado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, tenho a satisfação e o prazer de reportar alguns resultados das audiências públicas que, por convocação de V. Exª, foram realizadas aqui na Comissão de Educação, com respeito à venda da Embratel.

Fiquei particularmente feliz ao assistir, no noticiário de hoje pela manhã, que o Ministro Eunício Oliveira está encaminhando uma proposição, provocado pela própria empresa Embratel, para que o Governo adquira uma **golden share**, ou seja, uma ação preferencial especial da Embratel com poder de voto na empresa Star One.

A empresa Star One é exatamente aquela que tem o controle dos satélites, da Banda X, das outras bandas, mas principalmente no que diz respeito à transmissão de dados, informações importantes do Executivo, das Forças Armadas, dos setores estratégicos do Governo.

Como essa empresa faz parte do complexo que está sendo vendido dentro da proposta que MCI fez, e a Telmex mexicana, por sua vez, vai adquirir o controle da Embratel, é importantíssimo lembrar que o Vice-Presidente da Embratel no Brasil, Sr. Formoso - não me recordo do primeiro nome dele -, por intermédio da Embaixadora do México, que esteve ontem com o Ministro Eunício Oliveira, fez saber, por meio da imprensa, que a empresa mexicana Telmex está oferecendo a oportunidade ao Governo brasileiro de ter, portanto, essa **golden share**. Isso é uma garantia importantíssima, porque criará condições para que o Governo disponha da continuidade do controle dessas transmissões, que são extremamente estratégicas e importantes.

Da mesma forma, fiquei muito feliz ao verificar que, quanto a uma das "imposições" que fizemos, durante os debates na Comissão de Educação com os representantes da Telmex e dirigentes da Embratel, no sentido de preservação da empresa e, ao mesmo tempo, dos 15 mil empregos que existem na Embratel, foi feito não um documento, mas uma declaração pú-

blica, pelo Presidente da Embratel, que foi divulgada amplamente pela imprensa. Vi essa nota na **Folha de S. Paulo**, em **O Estado de S. Paulo**, em **O Estado de Minas**, no **Diário da Tarde**, em vários órgãos de imprensa, pela qual a própria diretoria da Embratel assumiu o compromisso de, efetuada a venda, tão logo seja informada oficialmente à Anatel, assim que a Anatel bater o martelo e considerar vendida a Embratel, aplicar-se, esmerar-se na preservação dos empregos, que são muitos no Brasil inteiro, e também na manutenção da mesma estrutura organizacional que tem a Embratel, sobretudo fazendo essa oferta ao Governo brasileiro para que ele tenha o controle acionário com a **golden share**, dentro da Star One, que é um importante setor da Embratel.

Então, Sr. Presidente, que as duas audiências públicas que realizamos nesta Comissão de Educação, que é também a comissão de comunicações, foram extremamente proveitosas. Possivelmente, foi o resultado dessas audiências públicas que sensibilizou também um Juiz, Sr. Gonzales, do 1º Distrito da Corte de Nova York, que estava apreciando a questão da concordata da MCI, a concluir que a melhor opção seria aquela que estávamos, no Brasil, tentando encontrar, ou seja, aquela empresa que preservaria os interesses nacionais da Embratel, aquela empresa que preservaria os empregos, investindo no setor de telecomunicações como produto nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Por tudo isso, Senador Hélio Costa, também queremos cumprimentar V. Exª, que teve a idéia e a iniciativa de convidar para audiências públicas todas as partes envolvidas no processo. A Comissão sente, portanto, que cumpriu a sua responsabilidade, por meio do requerimento de V. Exª, que sempre dá uma contribuição enorme para os trabalhos e para os resultados que a Comissão alcança. Transmito os cumprimentos da Presidência a V. Exª. Tenho certeza de que eles são de todos os membros da Comissão.

Reafirmo o convite para a audiência pública de amanhã. Convido o Senador Almeida Lima para a audiência pública de amanhã, para tratar do assunto que S. Exª colocou em pauta, porque estará presente um representante da Revista **Istoé**. Ele próprio poderá dizer o que pensa da palavra careta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – E trazer a última edição do Aurélio, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h04min)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 5 de maio de 2004.

Às nove horas e cinqüenta e nove minutos do dia cinco de maio de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, José Jorge, Efraim Morais, Maria do Carmo Alves, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Romero Jucá, Edison Lobão, Paulo Octávio, Lúcia Vânia e Juvêncio da Fonseca reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, João Capiberibe, Duciomar Costa, Maguito Vilela, Jorge Bornhausen, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir os Ilustríssimos Senhores: Carlos Lessa, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Paulo Marinho, Vice-Presidente Executivo do Jornal do Brasil; Mino Carta, Diretor de Redação da Revista Carta Capital, Celso Augusto Schröder, Coordenador-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC e Paulo Tonet Camargo, Diretor de Assuntos Jurídicos da Associação Nacional de Jornais – ANJ (representando os Jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo), para "debater sobre a disposição do Governo Federal, por intermédio do BNDES, em criar uma linha de financiamento de socorro às empresas do Setor de Comunicação (mídia impressa)". Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com os convidados. Usam da palavra os Senhores Senadores Osmar Dias e Roberto Saturnino, autores do requerimento, Hélio Costa, Maria do Carmo Alves, Ideli Salvatti e Flávio Arns. Encerrado o debate, o Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência

encerra a reunião às treze horas e dezoito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, vamos dar início à 13ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Nesta reunião, haverá uma audiência pública para debater sobre a disposição do Governo Federal, por intermédio do BNDES, em criar uma linha de financiamento às empresas do setor de comunicação.

São autores do requerimento para a realização desta audiência pública os Senadores Osmar Dias – este Presidente – e Roberto Saturnino.

Hoje, temos convidados da mídia impressa. São eles o Dr. Carlos Lessa, Presidente do BNDES; Paulo Marinho, Vice-Presidente Executivo do Jornal do Brasil; Mino Carta, Diretor de Redação da Revista Carta Capital; Celso Augusto Schröder, Coordenador-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; Paulo Tonet Camargo, Diretor de Assuntos Jurídicos da Associação Nacional de Jornais, que hoje representa aqui os jornais Folha de S.Paulo, Estado de S.Paulo e O Globo, que enviaram ofício indicando o Dr. Paulo Tonet para representá-los.

Estão presentes ainda, participando como ouvintes, o Dr. Expedito Grossi, Diretor de Projetos Institucionais; o Dr. Gonzaga Beluzo, que se faz presente, honrando esta comissão, e, segundo o Sr. Mino Carta, felizmente. Recebemos hoje pela manhã a comunicação de que o Presidente da Editora Três, Domingo Alzugaray, não poderia estar presente. Então, não podemos contar aqui com o representante da Editora Três.

Antes de dar início à audiência pública propriamente dita, eu gostaria de apresentar algumas regras básicas para os convidados. Inicialmente, vamos dar dez minutos para cada um dos convidados, e, se houver necessidade, evidentemente, o convidado pode solicitar à Mesa a prorrogação do tempo. Mas, para que tenhamos um tempo de referência, dez minutos, aquele relógio que fica em frente vai marcar o tempo regressivamente. Depois, na segunda fase da reunião, os Senadores poderão fazer as suas indagações.

Na Mesa, também está o Senador Hélio Costa, Vice-Presidente da Comissão de Educação.

Esta é a segunda audiência pública para tratar deste tema. Na primeira audiência pública, estiveram aqui os representantes das empresas de televisão e o Vice-Presidente do BNDES. Há dois episódios, resultantes daquela audiência pública, que eu gostaria de comentar. O primeiro é em relação ao Vice-Presidente do BNDES, que se comprometeu a encaminhar, em uma semana, à Comissão de Educação um anteprojeto ou uma proposta para que a comissão pudesse conhecer os termos do financiamento, em estudo, para o setor de comunicação do País. Como não recebemos ainda o anteprojeto, aproveito a presença do Presidente do BNDES, Carlos Lessa, para reafirmar a solicitação da comissão, porque desejamos conhecer realmente em que condições se dará a operação. Além disso, o Senado Federal adotou o mesmo procedimento em relação aos bancos e às empresas de aviação.

Todos nós, da comissão, reconhecemos que o setor de comunicação é estratégico para o País. Ele é importante até sob o ponto de vista da soberania nacional. Ninguém, da comissão, nega a importância do setor e ninguém, da comissão, pronunciou-se contra qualquer iniciativa do BNDES em apoiar o setor. Quero apenas fazer um comentário, porque, uma semana depois da audiência pública que realizamos, a Rede Record, que esteve aqui representada pelo seu Presidente, que participou dos debates, posicionou-se contrariamente à operação da forma como se propunha originalmente, assim como a Rede TV, o SBT, todos estiveram aqui representados; também a TV Globo esteve representada.

Pois bem, eu fiquei muito surpreendido e até decepcionado com um programa levado ao ar uma semana depois da nossa audiência. Não tenho nada a ver com a briga de concorrência entre as emissoras de televisão. Quando fiz o requerimento, aprovado pela Comissão, tinha um objetivo, uma vez que a imprensa noticiava que o próprio Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa, dizia que precisava haver a participação do Congresso na definição desse financiamento, dessa operação ou programa do BNDES. Li em vários jornais de circulação nacional que o próprio Presidente do BNDES desejava a nossa participação. Não nos omitimos. A Comissão de Educação convocou, então, para o debate todas as partes envolvidas. O BNDES veio, deu a sua versão; as emissoras de televisão, cada uma com sua posição, deram as suas versões.

Só que o programa Repórter Record distorceu o que aconteceu aqui. Em primeiro lugar, eu emiti uma opinião, como Presidente da Comissão, à própria emissora. Mas ela parece não ter tido qualquer interesse em colocar no ar a minha entrevista, que foi exatamente contrária a operação se ela fosse para atender a um objetivo: o pagamento de dívida. Eu me posicionei contrariamente a esse objetivo, assim como o Presidente da Record se posicionou. Mas parece que, em relação a minha entrevista, não havia interesse. Todavia, teve a Record a iniciativa de colocar que a Comissão de

Educação apoiava o empréstimo para o pagamento de dívida das emissoras, e colocou isso como uma decisão desta Comissão. Esta Comissão não votou, ela está debatendo para conhecer o assunto. Esta Comissão não tem ainda uma decisão adotada pela maioria de seus membros. Não houve deliberação da Comissão de Educação que pudesse ensejar, levar alguém a concluir que a Comissão está apoiando uma operação de pagamento de dívida das emissoras, mesmo porque, pessoalmente, posicionei-me contra se a operação fosse para o pagamento de dívida.

Penso que o setor tem de receber ajuda do BNDES para promover o seu desenvolvimento, a sua modernização, mas não para o pagamento de dívida. Essa foi a minha posição.

Agora, sinceramente acho que colocar uma decisão da Comissão, sem que ela tenha a tomado ainda foi sem dúvida algo que representa até um certo desrespeito à Comissão. Alguns Senadores da Comissão se pronunciaram, sim, favoravelmente; outros, contrariamente. Mas não houve deliberação. E vi no ar o telefone, o endereço e o e-mail dos que se posicionaram a favor do empréstimo. Mas não vi também o endereço e e-mail daqueles que se posicionaram contra.

Então, acho que precisamos recuperar aqui a verdades dos fatos, que é uma só: a Comissão de Educação deseja ouvir todas as partes envolvidas, para depois, se for preciso, se for convocada, deliberar sobre o assunto. No momento, o que queremos é contribuir para que a sociedade brasileira possa conhecer em detalhes como será feita a operação do BNDES com o setor de comunicação do País, de que todos nós reconhecemos a importância e defendemos, sim, que haja apoio do BNDES ao setor, mas queremos como isso se dará.

Dito isso, eu gostaria de começar aqui a audiência com os nossos convidados, ouvindo em primeiro lugar o Dr. Paulo Marinho, Vice-Presidente Executivo do Jornal do Brasil, que tem a palavra por dez minutos.

O SR. PAULO MARINHO (PFL-MA) – Obrigado, Senador.

Primeiramente, quero em nome do Jornal do Brasil e em meu nome agradecer pelo convite formulado à nossa empresa para debater assunto de tamanha importância. Em segundo lugar, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de promover esse debate sobre matéria tão polêmica, a respeito a qual devem ser ouvidas todas as partes envolvidas.

Estou representando nosso Presidente, Dr. Nelson Tanure, e gostaria de pedir a V. Exª autorização para ler uma lauda e meia, um pequeno texto que S. Sª me pediu que lesse para a Comissão. Infelizmente, S. Exª estava impossibilitado de comparecer a esta reunião. Por isso, pediu-me que o representasse. Gostaria, então, de ler um trecho que representa o posicionamento dele e o da empresa a respeito da matéria que está sendo tratada pela Comissão.

"Preliminarmente, é indiscutível que a economia nacional como um todo, qualquer que seja o segmento ou a atividade, permanece refém de enormes e já crônicas dificuldades, com exceção isolada e especialíssima do sistema financeiro."

De plano, assim, é relevante assinalar que não é de socorro, conforme assinala o título da temática que nos convida hoje a este debate, que a indústria nacional precisa, basicamente, de aquecimento e expansão do mercado e, conjugado e isso, da prática de taxa de juros factíveis e a racionalização e redução da extorsiva carga tributária e encargos de todo o gênero.

No caso específico das empresas de comunicação ou do próprio segmento da mídia impressa, independentemente das citadas dificuldades e adversidades conjunturais, caso o Governo Federal efetivamente deseje ajudar, que não seja através desse socorro, mas através de investimentos em comunicação, publicação e publicidade nos veículos já existentes e em operação no mercado.

Sobre a questão dos recursos oficiais via BNDES.

É flagrantemente absurda a discriminação feita pelo BNDES ao não conceder financiamento às empresas de comunicação. É especialmente absurda e intolerável tal discriminação na exata medida em que, como banco de fomento, tenha o BNDES contratado empréstimo, inclusive, com empresas estrangeiras com interesses nos mais diversos setores e atividades econômicas.

Fala-se ou tenta-se justificar que os recursos oficiais, via BNDES, não chegam às empresas da área de comunicação em virtude de as mesmas não apresentarem condições mínimas de solvência, a chamada solvabilidade. Fala-se, então, que tais recursos poderiam até chegar àquelas ditas solventes, desde que, mesmo solventes, possam tais beneficiários oferecer contrapartida aos recursos oficiais, garantia suficiente de um banco privado a cobrir o risco do BNDES naquelas operações. Na verdade, para quem tem olhos de ver, o que realmente se mostra é que o mecanismo oficial está dirigido a beneficiar não a tomadora direta do empréstimo junto ao BNDES, mas o próprio banco garantidor da operação, geralmente credor da tomadora, pois esse passa a exigir dela, pela garantia prestada, a liquidação da totalidade ou de parte do seu crédito ou até mesmo, muitas vezes, a disponibilização de grande parte dos recursos a seu favor.

Com relação ao financiamento para a compra de papel.

De plano, esse tipo de socorro mostra-se inócuo. Os próprios fabricantes nacionais de papel já estão espontaneamente concedendo parcelamento de seis meses e, para bons pagadores, de até doze meses a juros de mercado. Os fornecedores estrangeiros, por sua vez, acenam com facilidade e têm oferecido condições razoáveis e palatáveis em virtude das linhas de crédito e de incentivo às exportações de que são beneficiarias em seus países de origem, além da prática comum de juros subsidiados naqueles mercados.

Sobre a questão da política comercial predatório.

O segmento, o mercado de comunicação, especificamente da mídia impressa, tem sido palco de notória prática de política comercial predatória entre empresas concorrentes. A concessão abusiva de descontos e de outras práticas desleais e predatórias por empresas do setor de mídia impressa concorrentes com situação financeira aparentemente sólida e de forma dirigida tem provocado efeitos altamente ruinosos. Impõe-se a apuração de ilícitos e a aplicação das respectivas penalidades à empresa que assim desrespeita e descumpre a lei neste País – no caso específico a Lei nº 8.884, de 11.06.94 – e pratica abertamente infrações contra a ordem econômica e que, mesmo assim, beneficia-se de recursos oficiais, quando a própria legislação, (art. 24, inciso II) lhe exclui o beneplácito e lhe impõe a comina, a respectiva penalidade.

Essa é a posição da nossa empresa em relação aos temas tratados aqui. O Dr. Nelson Tanure me pediu que agradecesse expressamente ao Senador Osmar Dias a iniciativa do convite a nossa empresa para debater. A nossa trajetória como empresa de comunicação tem sido, nos últimos três anos e meio, absolutamente solitária, sem apoio algum. Temos caminhado para frente nessa trajetória. Recentemente, conseguimos incorporar o jornal Gazeta Mercantil, o jornal econômico mais importante do País. Além do Jornal do Brasil, somos hoje gestores do jornal Gazeta Mercantil. A soma da circulação desses dois diários representa mais de 200 mil assinantes/dia. Então, consideramos que essa trajetória, apesar de solitária, tem sido muito bem-sucedida naquele objetivo que temos perseguido.

Gostaria de me colocar à disposição dos Srs. Senadores. Para nós do Jornal do Brasil é uma grande honra estar presente aqui neste debate hoje, que conta com a presença do jornalista Mino Carta, que creio representa o que há de mais importante na imprensa brasileira. Somos torcedores, a distância, do projeto editorial que tão bem conduz em São Paulo, por meio da Carta Capital, que se torna, a cada semana, um veículo que se consolida na mídia impressa.

Tenho grande admiração pela trajetória profissional do jornalista Mino Carta e também pelo Dr. Nelson Tanure, que é o nosso Presidente. Gostaria, então, de fazer essa menção, a meu ver, justa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Paulo Marinho.

Vou passar a palavra agora ao Dr. Carlos Lessa. Assim, os convidados que falarão a seguir poderão referir-se, talvez, até a sua proposta, que queremos conhecer.

Então, com a palavra o Dr. Carlos Lessa, Presidente do BNDES.

O SR. CARLOS LESSA – Senador Osmar Dias, em primeiro lugar, gostaria, em nome do BNDES, de agradecer mais esta oportunidade de estar nesta Casa, escutando a opinião dos nossos Senadores, transmitindo-lhes a visão que a diretoria do Banco tem sobre esse e outros problemas. Temos adotado como política, toda vez que convidados, sempre comparecermos. Neste ano, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, o BNDES deve ter participado de umas 15 ou 16 reuniões, que considero extremamente positivas.

Gostaria de começar, agradecendo a sua exposição preliminar. Faço minhas as suas observações sobre o programa de televisão a que V. Exª fez referência. O BNDES busca, no momento, na Justiça a solicitação de um direito de resposta. Esperamos rapidamente poder, no mesmo horário, pela mesma cadeia de televisão, no mesmo tempo, dissolver o que foi feito naquele programa. Não tenho mais nada a dizer além do que V. Exª falou. O que temos a dizer será dito quando o direito de resposta for outorgado pela Justiça brasileira.

Aquele episódio, Sr. Senador, permite mostrar a enorme delicadeza desse tema. Peço licença a V. Exª para, eventualmente, estourar um pouquinho os dez minutos, porque preciso fazer alguns esclarecimentos.

Obviamente, não me sinto inteiramente responsável por tudo o que o BNDES fez ao longo dos seus 50 anos de história, porém sinto-me muito orgulhoso de ser Presidente desse banco. Acredito que o BNDES acertou muito no atacado e teve alguns pequenos erros no varejo. E um desses pequenos erros, no padrão do BNDES, foi a enorme relutância em apoiar a indústria de comunicação. Na verdade, essa relutância só se dissolveu nos anos 90. E eu, sem ter conversado com os meus predecessores, eu os interpretaria dizendo o seguinte: "Dada a singularidade institucional, no Brasil, em que os direitos do sistema de comunicação foram outorgados a pessoas físicas, constituiu-se uma indústria com muito mais expressão das individualidades,

das personalidades familiares, do que propriamente um setor empresarial com características modernas ou – digamos – com características minimamente coorporativas."

Isso cria uma dificuldade muito grande para todo e qualquer banco e muito especialmente para um banco público de fomento, porque, como V. Exª sabe, um banco como o BNDES é um ser bifronte que, por um lado, é banco, e, por outro lado, não o é. Quer dizer, somos um banco na medida em que temos que adotar um padrão prudencial, pois administramos recursos que não são nossos. No caso do BNDES, os recursos ou são do Estado Nacional brasileiro ou são dos trabalhadores, que são os proprietários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, principal componente do BNDES.

Por isso, temos que ser tão prudentes quanto um banco comercial normal, ou talvez até mais prudentes. Mas, por outro lado, somos uma instituição que tem uma missão pública: promover o desenvolvimento brasileiro.

A verdade é que o BNDES se defronta sempre com o dilema do Dom Quixote do Sancho Pança: ele tem que ser um "Sancho Pança" do ponto de vista prudencial e tem que ser um "Quixote" nos sonhos de um Brasil possível. O que ocorria com a indústria de comunicação no passado? Ela, para nós, não apresentava padrões prudenciais mínimos. Mais do que isso: por singularidade da organização política brasileira, o nosso processo democrático é um processo de aprendizado lento.

Ocorre que a entrega da titularidade da comunicação quase se confundindo com a personalidade física do proprietário da concessão, que constituía empresa de mídia a partir dessa concessão, fazia com que esses personagens tenham tido, na vida brasileira, um papel, um poder e uma influência muito superior a sua presença corporativa. E isso leva a colocar uma imensa delicadeza em toda e qualquer intervenção no segmento. Delicadeza para que não haja qualquer desvio comportamental pelo gestor público, alguma propensão a fazer do órgão público um balcão de facilidades discriminando-se em relação à "a", e não à "b", expondo todos, por conseguinte, a uma politização excessiva, se assim o fizer, bem como, de outro lado, estabelecendo uma dificuldade prudencial, porque, se tiver que exercer, segundo a lei, todos os procedimentos de cobrança, isso pode ser facilmente conduzido à sugestão de que se trata de uma operação persecutória. Entendo porque os meus predecessores tenham tido muita relutância em apoiar o segmento.

Creio que a democracia brasileira está consolidada e até me considero um pequeno colaborador desse processo de consolidação. Exatamente por isso, creio que as inibições do BNDES devem ser reduzidas com respeito à indústria de comunicação, e, dessa forma, vou falar dos seus méritos, que são óbvios, mas nunca é demais sublinhá-los.

Em primeiro lugar, eu diria que não há democracia sem o contraditório, e a melhor forma do contraditório se apresentar é na medida em que é potencializado, organizado, disciplinado, explicitado pelo sistema de comunicação, que fornece subsídios objetivos e avaliações doutrinárias dos fatos feitos, personagens e eventos.

Então, a fortaleza de uma democracia passa pela robustez da indústria de comunicação. Esse é um ponto muito importante, e diria mais do que isso, a robustez das empresas de comunicação é um ingrediente extremamente eficaz para que essa democracia seja fortalecida e possa se exercer na plenitude o contraditório, com todo o seu poder secundante e civilizatório.

O segundo ponto é que não há sociedade nacional sem ser produtora e reprodutora de seus conteúdos. Não há país sem os seus literatos, artistas, cronistas, músicos, escritores cenógrafos etc, etc e a lista seria extensíssima, até mesmo sem seus transgressores. A verdade é que as manifestações de conteúdo vicejam na medida em que têm um canal em que as repertorias as coloca à disposição de todos os integrantes da sociedade. Não há sociedade nacional sem mídia nacional e não há sociedade nacional sem indústria de mãos nacionais, e isto é absolutamente fundamental, segundo a razão.

A terceira é economicista e calculamos por baixo que existam mais de mil empresas na indústria de comunicação no Brasil, que devem empregar, direta e indiretamente, umas quinhentas mil pessoas, que vão desde trabalhadores não qualificados até os mais sofisticados intelectuais do país, e afeta sub-ramos tecnológicos hipercomplexos, até empresas de publicidade, até prestadores de serviços, onde o seu gênio é o ingrediente principal.

Enfim, por baixo acreditamos que umas quinhentas mil pessoas estejam diretamente dependentes desse seguimento. Então, por essas razões, o Bndes, que é o Banco do Estado nacional brasileiro, não pode desconhecer a situação do seguimento, apesar de não existir dentro do Bndes uma cultura técnica sobre o setor.

Quando fomos solicitados – e estive presente quando os três presidentes das entidades compareceram ao banco, acompanhados das duas empresas de consultorias que foram contratadas para fazer o estudo preliminar –, recebi o pleito, como corresponde a uma instituição como o Bndes, e fiz questão de dizer essas coisas que parecem ser óbvias. Disse a eles o

seguinte: mais ainda me antecipando e não falando pelo banco, mas falando pelo economista, que sempre uso o chapéu e não posso deixar de usá-lo, acho que houve uma excessiva confiança na revolução tecnológica, que levou uma espécie de euforia à superinvestimentos de grande parte das empresas do setor, que houve uma excessiva crença na paridade cambial, de um setor que não tem hedges natural, que fatura em real mesmo, não é exportador – pelo menos quase não é exportador – e que finalmente o lento crescimento da economia – esse é um ponto muito importante –, e as pessoas acham, às vezes, que o lento crescimento permite que as coisas se mantenham tal como estão, não é verdade. As economias quando crescem pouco não estabilizam e entram num processo de degradação interna.

Uma economia nacional é como se fosse um veículo, cuja manutenção de normalidade exige uma taxa garantida de crescimento. Se a taxa fica por baixo, as coisas começam a ir mal para todos os seguimentos. Estamos hoje falando aqui da indústria de comunicação pelas inúmeras visitas aflitas que recebo de universidades e hospitais pedindo socorro é tão impressionante quanto a exposição organizada e apresentada pelos setores da mídia.

O que existe hoje de hospitais à beira da destruição empresarial, por falhas no sistema, o que existe de universidades que hiperinvestiram em ampliação de capacidade e frente a doze milhões de desempregados as pessoas deixam de se registrar nos cursos, está criando uma situação terrível também nesses outros segmentos.

Eu quero dizer, Senador, que o setor apresenta uma imensa delicadeza. Por isso, quando as três entidades me procuraram, após dizer que na minha visão era um setor de imensa importância para a vida brasileira, importância institucional, de afirmação nacional, de estrutura de emprego e cadeias produtivas, disse, ao mesmo tempo, que era um setor de imensa delicadeza e que não achava que o BNDS sozinho pudesse pronunciar-se sobre a questão. Que levaríamos isso às esferas superiores de Governo, onde recebi como ordem colocar a matéria na mais ampla discussão possível. E qualquer discussão ampla deve começar no Brasil pelo Poder Legislativo. Então, não estamos fazendo mais do que cumprir o mandato do Presidente da República nesta Casa.

E a delicadeza do tema já ficou muito clara no episódio relatado pelo Senador Osmar Dias, porque, nas preliminares da discussão, durante trinta e sete minutos, o BNDES foi atacado por um programa de televisão que colocava como chamada o seguinte: "BNDES, o ralo do dinheiro público". Pelo que eu saiba, ralo é para onde vai o que é de pior qualidade e costuma ser um pedaço de construção que não luz pelo seu caráter higiênico. Então, chamar a instituição que eu presido de ralo é uma ofensa institucional intolerável e, mais do que isso – não gosto de usar adjetivos, mas vou fazê-lo -, inteiramente irresponsável. O BNDES é um patrimônio de todos os brasileiros, construído durante cinqüenta anos. É o segundo maior banco de desenvolvimento do mundo, se continuar a crescer será maior que o Banco Mundial. O País pode pensar nessa instituição como D. Quixote, que tem um amanhã comprometido com a justiça e com o desenvolvimento. Não posso aceitar esse insulto. Mas, vejam, mal começamos a caminhar no tema e a instituição da qual sou presidente sofreu uma agressão inaudita.

A reunião de hoje é para conversar sobre o que o BNDES está pensando rigorosamente sobre o subsetor da mídia, a chamada mídia impressa, jornais, revistas, etc. E, por outro lado, o Senador Osmar Dias começou fazendo uma cobrança do programa. Senador, quero pedir desculpas. Eventualmente, talvez demoremos um pouco mais a dar notícias, porque, dado esse estressamento, preferimos ir colocando questões à discussão e procurando obter respostas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Dr. Carlos Lessa, quero fazer só uma observação.

O SR. CARLOS LESSA – Tenho já no meu coração um programa para o setor que, digamos assim, está nos meus sonhos. Vou até dizer qual é, mas, no momento, trata-se ainda de uma proposição de Carlos Lessa, não do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas se o senhor quiser fazer referência ao programa de forma mais ampla, colocando aqui a mídia televisiva, fique à vontade.

O SR. CARLOS LESSA – Ah, sim, coloco tudo que penso. Só queria que V. Exªs registrassem o seguinte: o que estou colocando é a posição do Presidente do BNDES que será submetida à diretoria, porém, até chegar à diretoria, vai passar por um crivo técnico interno grande. Contatos como esse nos enriquecem e nos permitem sugerir um balizamento. Nada será aprovado sem que esta Casa e as Casas da representação do povo brasileiro não tenham pleno conhecimento do que pretendemos levar à aprovação da Diretoria do Banco.

Vou falar inicialmente sobre o subsetor de jornais e revistas, mas preciso passar uma pequena informação técnica a respeito. Primeiro, deve haver uma trajetória curiosa no País, que é o seguinte: o papel de imprensa, que é produzido por meios físicos, mecânicos, que não tem, praticamente, processamento químico, o Brasil está importando dois terços do que

utiliza. Temos apenas uma unidade fabril, que é da antiga Pisa, hoje de propriedade da Norske Skog, um grupo escandinavo, grande produtor de papel de imprensa no mundo.

Estamos importando uma quantidade expressiva de papel de imprensa. Hoje, estamos importando hoje 281 mil toneladas em relação a 163 mil que produzimos. Nós, do BNDES, temos interesse de que esse setor amplie a produção interna de papel de imprensa. Deixe-me dizer de outra forma: é estratégico para o BNDES que a fabricação de papel de imprensa cresça no Brasil por algumas razões. A mais prosaica de todas é que estamos gastando muitos dólares importando papel de imprensa, que é um produto para o qual temos uma predestinação climática – o pinus cresce no Brasil com enorme velocidade, temos floresta formada para isso e dominamos a tecnologia. Não há sentido algum o Brasil não ter auto-suficiência em papel de imprensa e até ser eventualmente exportador desse papel.

Os outros papéis obedecem a uma gama muito ampla. Se tomar apenas aqueles que interessam à indústria de comunicação, falarei dos papéis de imprimir e escrever. Esses papéis são divididos em dois grandes subconjuntos: o papel não-revestido e o papel revestido. O revestido é o papel que recebe uma cobertura de caulim, um material que enobrece o papel como receptor de informação gráfica. Por exemplo, as cores se tornam muito mais nítidas, o aspecto é muito superior. Nesses papéis de imprimir e escrever, a situação brasileira é, em princípio, muito boa.

Falarei rapidamente desse tipo de papel, que não é produzido no País, é um papel de impressão sem revestimento chamado supercalandrado. Não produzimos no País. Nossa escala de consumo não justifica a produção no País. Não há sentido estimular a instalação dessa indústria no País, mas tem um outro papel não-revestido, que também é de imprensa, de qualidade, chamado LWC, que tem um fabricante no País, que é uma empresa estrangeira chamada Impacel. No Brasil, hoje, estamos produzindo desse papel 1,786 milhão de toneladas e importando 11 mil toneladas, uma insignificância, e exportando 680 mil. Quer dizer, estamos muito bem em relação a esses papéis.

Quanto aos papéis revestidos, há dois tipos: o papel bastante sofisticado, o chamado papel cuchê, que recebe gesso brilhante etc. e tal, que tem três fabricantes no Brasil. Ele é fabricado pelo grupo Votorantim, pela Ripasa e pela Suzano. Estamos com alguma importação desse papel, 53 mil toneladas contra uma produção de 284 mil, mas estamos exportando 26 mil toneladas. Com relação ao cuchê, nossa posição não é tão ruim assim. Quanto ao outro papel, o LWC, estamos exportando 59 mil toneladas e importando 37 mil.

Na verdade, no balanço dos papéis de imprimir e escrever, estamos numa posição muito razoável. A indústria de papel e celulose tem nos anunciado investimentos expressivos. Não conseguimos ainda o compromisso da papel de imprensa em tomar decisão de instalar uma nova máquina no País, em que há uma controvérsia fiscal, levantada pelos empresários, dizendo que a imunidade de que dispõe quanto à tributação nas vendas internas não lhes permite utilizar o crédito tributário associado ao fornecimento de energia.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – A Cofins está resolvendo isso.

O SR. CARLOS LESSA – Essa questão tem de ser resolvida.

Na perspectiva do BNDES, esse é um setor em que, do ponto de vista da estrutura produtiva de papel, o Brasil está bem. Agora, sabemos que o setor que utiliza papel de empresa e que utiliza papel para imprimir e escrever enfrenta dificuldades de capital de giro. Muito bem, em alguns casos, podem ser dificuldades bastante, digamos, angustiantes.

Deixe-me dizer a V. Exªs que não é da tradição do BNDES apoiar financiamento de capital de giro. Na história do BNDES, temos poucas experiências. Temos, no momento, um programa em execução, que é o do algodão, que, para mim, vamos desativar. Por quê? Porque a agricultura brasileira de algodão tem tido um desempenho absolutamente afirmativo, a produção de algodão está crescendo muito no País, então o programa, que era para dar condições para que a indústria de tecidos tivesse competitividade com a indústria de tecido mundial, já não tem mais o caráter estratégico que teve há alguns anos.

Senador, quero dizer a V. Exª que, quando assumi a Presidência do BNDES, no meu discurso de posse eu disse que o BNDES poderia ser um hospital de empresas, mas nunca deveria ser um hospital de empresários. Com isso, eu quis dizer que nenhuma sociedade econômica assiste de forma passiva à destruição de capacidade produtiva. Como Presidente do BNDES, acompanhei de perto o drama da Chapecó. Muitos de V. Exªs sabem o que ocorreu com essa indústria, mas o que talvez V. Exªs não tenham idéia é que, se a Chapecó parasse de operar, 17 Municípios de uma das regiões mais próspera do País iriam entrar em crise profunda, iríamos ter, mais ou menos, uns três mil empregos diretos destruídos, levaríamos de cinco a seis mil agricultires integrados à destruição, com rebatimentos no Paraná, no Rio Grande do Sul, e tivemos que ficar acompanhando de perto a situação da Chapecó. Foi um dos problemas que herdamos da administração passada, um dos esqueletos que herdamos, de muito difícil manejo. Felizmente, conseguimos

encontrar uma solução, pela qual a atividade produtiva das unidades da Chapecó não foi desmantelada. A questão empresarial está em aberto e será, provavelmente, matéria de uma complexa questão jurídica e empresarial a ser solucionada.

Mas a idéia da destruição de capacidade produtiva em setores importantes somente visita neoliberais alucinados que acreditam que é possível construir a prosperidade pela destruição. No limite, e radicalizando o argumento, aceitar-se-ia o cemitério, ao invés de uma economia, se o argumento for levado às últimas conseqüências.

Quero dizer que todas as sociedades, inclusive aquelas que têm governos neoliberais, protegem segmentos importantes que estejam fragilizados por qualquer razão.

Então, a pergunta é a seguinte: está a indústria de comunicação fragilizada? Pelo que as consultorias contratadas pela indústria de comunicação nos disseram, está fragilizada, sim. Não é surpreendente, porque ela hiperinvestiu em veículos modernos, segmentos de associação de informática, com comunicação, etc, endividou-se predominantemente em dólar e, senhores, quando uma economia não cresce, os gastos com publicidade encurtam. É aquela história: a bicicleta não fica parada, ela cai quando não anda. Em uma economia que não cresce, o setor de publicidade toma uma paulada pela frente e, por extensão, a indústria de comunicação perde a sua principal fonte de faturamento. Então, não é surpreendente que esse segmento esteja vulnerável.

Senhores, deixe-me dizer: para mim, é um setor que tem de ser fortalecido e robustecido, por todas as razões que aqui sublinhei.

Então, nos debruçamos sobre o setor, sabendo da sua enorme delicadeza. Formulamos três perspectivas para o setor. Uma delas é financiar a ampliação, modernização, reequipamento do setor. Para isso o BNDES já tem as linhas criadas. Nós temos desde o cartão BNDES, que gera um crédito rotativo de R$ 50 mil para compras de materiais produzidos no País, até todas as linhas de Fenen indireto, que são operados pelos 180 agentes do sistema BNDES. Então, não há nenhuma barreira que impeça a indústria procurar apoio com projetos de ampliação de capacidade produtiva. Desde que demonstrem, com prudência, condições adequadas, em princípio o BNDES está aberto a examinar. Esse tipo de projeto não gera controvérsia, Senador.

Segundo ponto.

Há um problema localizado com o papel de imprensa, sim. Primeiro, porque papel de imprensa é dólar. Por quê? Porque é dólar. É uma mercadoria que está inteiramente dolarizada. As tabelas de preço das principais matérias-primas industriais hoje, no Brasil, são, de fato, tabelas em dólar. Por isso, a estabilidade cambial é tão importante para o País. Quanto as condições de financiamento, temos as que são oferecidas no País. Quanto a isso, V. Exªs me permitam fazer uma pequena observação. Em qualquer reunião que eu vá, no Brasil, seja em qualquer setor produtivo, a primeira coisa que me dizem é sobre a angústia deles com o crédito. Vou me arriscar a fazer um diagnóstico muito simplificado, apesar do meu colega Beluzzo estar aqui, porque sei que ele vai ficar horrorizado com o diagnóstico que eu vou fazer. O problema de crédito brasileiro é muito simples, Senador, o Brasil não tem crédito. Todas as formas de crédito sobre o PIB, no Brasil, são 23% do PIB. No Chile, são 60% do PIB – e o Chile é uma economia minúscula e muito pouco sofisticada se comparada com a do Brasil; no entanto, tem três vezes mais crédito, proporcionalmente, em relação ao PIB. Os Estados Unidos têm 110% de crédito em relação ao PIB. A Alemanha tem 160%. O Brasil tem 23%. Então, o diagnóstico é muito singelo. O problema de crédito do País é muito simples, porque não há crédito. Aliás, um enigma teórico: como essa economia consegue funcionar com tal racionamento de crédito? Então, por onde passamos é universal o tema crédito. Claro! Agora, àqueles que, por alguma razão, se endividaram, e aqui é preciso dizer que se endividar, no plano pessoal, às vezes é temerário, mas no plano das empresas é um gesto virtuoso. A economia capitalista cresce inicialmente emitindo dívidas. As empresas se endividam, investem, e porque investem a economia se robustece e é capaz de gerar ganhos, que são as poupanças. Na macroeconomia é o contrário da lógica individual. Se alguém se endivida muito além de sua capacidade de pagamento está "lascado". Na economia é o contrário: se uma economia se endivida menos do que necessita, ela fica mal, encolhe. Por que eu estou dizendo isso? Para mostrar que para um banco como o BNDES, que não é um banco de financiamento de capital de giro, abrir uma linha de capital de giro é muito difícil e complicado. Por quê? Porque no dia seguinte o Flamengo inteiro desemboca no BNDES querendo uma linha especial. Por que nós damos uma linha para um setor e não damos para um outro? Por que a indústria de confecções não tem direito também a uma linha de refinanciamento? Compreendem? Então, para nós o problema, além da delicadeza da questão em si, tem uma suscetibilidade da situação macroeconômica brasileira e da política monetária creditícia brasileira, pois ela cria uma enorme inibição para nos mover nesse setor.

Nós vamos discutir muito essa questão do refinanciamento. No entanto, o BNDES, quando eventualmente refinancia, exige determinadas condições que não são de conhecimento da grande opinião pública, mas que, num debate como esse, têm que ser explicitadas. Nós não renegociamos jamais sem exigir que créditos, que acionistas, ou relacionados com a empresa, todos têm que ser convertidos em capital. Ou seja, não há hipótese de refinanciarmos e uma pessoa física credora sair e nós entrarmos. Não há hipótese.

Segundo, se as empresas estão endividadas, em curto prazo, com bancos comerciais, os bancos comerciais têm que ser solidários com o BNDES na operação de refinanciamento. Significa dizer o seguinte: se a mídia está endividada com os bancos comerciais, os bancos comerciais têm que dar a mesma contribuição de refinanciamento, de remanejar um pedaço dos seus créditos, em condições confortáveis para a empresa. Significa dizer que se temos carência de três anos, eles têm que dar carência também de três anos com um pedaço do seu ativo de curto prazo contra a empresa.

Terceiro lugar: somos obrigados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Tribunal de Contas, pelas auditorias externas ao Banco, temos uma auditoria interna no Brasil, mas internacional, e pela nossa própria auditoria interna, que não responde ao Presidente do Banco, mas, sim, ao Presidente do Conselho. Somos obrigados a ter, muito claro, garantias. Precisamos de garantias corporativas. E a primeira garantia corporativa é a total verdade nos balanços, ou seja, eles têm que ser auditados, por uma empresa de auditoria, registrada na CVM, e vamos exigir balanços trimestrais de caixa, consolidados a cada três meses.

Isso é para começo de conversa. Por que estou dizendo isso? Com muita freqüência, indagam: por que o BNDES não dá dinheiro? O BNDES não dá dinheiro, de maneira alguma, mas não dá dinheiro mesmo. O BNDES empresta, empresta dinheiro, predominantemente, ao Estado Nacional Brasileiro e, mais prioritariamente, aos trabalhadores brasileiros. E o dinheiro que emprestamos é o dinheiro com que o seguro desemprego é pago pela remuneração, porque nós coletamos e transferimos para o Codefat. Somos Sancho Pança total nesse aspecto. Não somos é gulosos, em termos de extrair reciprocidades, taxas de juros mais altas, **free benefits**, benefícios laterais. Não somos banco na gula, mas somos banco na prudência. Isso significa dizer que ninguém chega ao dinheiro do BNDES sem cumprir uma série de condições, que são condições absolutamente límpidas, do ponto de vista corporativo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu pediria que V. Exª concluísse.

O SR. CARLOS LESSA – Termino, Sr. Presidente.

A opinião do Presidente do BNDES é no sentido de que o BNDES deve, sim, fazer um programa de financiamento de papel de imprensa, a exemplo do algodão, para os segmentos de jornais e revistas, papéis de imprimir, de escrever e de imprensa. Gostamos da idéia de dar uma linha de financiamento confortável – nós estou falando aqui, o Sr. Carlos Lessa. O Presidente do BNDES acha que é importante dar uma linha desse tipo, de financiamento de papel de imprensa, com prazo de carência confortável, robustecendo, por conseguinte, a gestão financeira de jornais e revistas. Mas, achamos que deva ser dado ao papel produzido no País, porque isso seria um estímulo adicional, para que houvesse mais investimento no setor – o setor felizmente está se propondo a fazer grandes projetos; principalmente pode ser um elemento decisivo para levar o grupo norueguês Norske Skog a tomar a decisão de instalar.

Essa é a opinião do Presidente do BNDES, não é nem do quadro do corpo técnico do BNDES, que está debruçado sobre o assunto – tem uma aguda controvérsia; mas estou antecipando para a discussão dos Senhores. Acho que a questão do refinanciamento pode, sim, ser examinada, mas ela tem que ser examinada num pacto político-social explícito, em que fique absolutamente claro que o BNDES não vira balcão para negociar favores. E o modo de fazê-lo é indiretamente via sistema bancário.

O BNDES deixa de ter risco em indústria de comunicação; passa a ter o risco banco. Então, achamos que fazer diretamente isso com o BNDES é muito difícil. É a opinião do Presidente do BNDES.

Senador, desculpe-me por ter usado um pouco mais do tempo, mas é porque o Banco precisa ser mais conhecido por todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Dr. Carlos Lessa, agradecemos e entendemos o fato de o senhor ter usado um pouco mais de tempo.

Passo a palavra ao Sr. Mino Carta, diretor de redação da revista **Carta Capital**.

O SR. MINO CARTA – Bem, devo começar por um cacho de agradecimentos: ao Senador Osmar Dias; ao companheiro Marinho que me cobriu de elogios; pela presença de todos, como também pela exposição do Professor Lessa. Uma exposição brilhante. Eu gosto de adjetivos. Às vezes, sou até hiperbólico. O que nós – este nós não é plural majestático... Falo também em nome do Professor Beluzzo, que me olha da terceira

fileira, felizmente presente, pois sua presença me enche de coragem nesses momentos. Ele é meu companheiro na empreitada da pequena e modestíssima editora Confiança, na qual nasce a revista **Carta Capital**, que tenho a honra e o prazer de dirigir. Quando digo nós, falo em seu nome e em nome de uma equipe que está muito afinada nessa nossa operação certamente quixotesca.

Não temos muito a dizer em relação à idéia do empréstimo. Cremos que, assim como o BNDES não é um banco comum, a indústria de comunicação, como a chama o Professor Lessa, não é uma indústria comum. Não se confunde um jornal, por exemplo, com uma fábrica de sabonetes, mas o jornal também tem uma atividade econômica. Portanto, faz jus a um empréstimo, desde que tenha condições de honrá-lo. Tenho certeza de que o BNDES tem todas as condições para criar uma situação em que os empréstimos possam efetivamente sair com as devidas garantias de que o dinheiro emprestado voltará – esse preciosíssimo e importantíssimo dinheiro, oriundo de um empréstimo.

Não temos, também, uma opinião formada e acreditamos ser secundário um outro ponto: ou seja, se o empréstimo deve financiar investimentos novos ou se deve cobrir dívidas. Acreditamos que o devedor que tiver condições de devolver – lá pelas tantas – o empréstimo saberá usar o dinheiro da maneira que lhe for mais conveniente. É justo, a nosso ver, que as coisas funcionem dessa maneira.

Temos a dizer, isto sim, algo em relação a uma outra questão, eminentemente política. Trata-se de uma situação de fato e que impõe uma série de considerações, inclusive em torno da maneira de se evitar o risco de uma interferência de capital estrangeiro, que, no nosso ponto de vista, é o pior que poderá acontecer. Se a nossa indústria de comunicação caíssem na mãos de um Sr. Murdock ou de um Sr. Cisnero, seria uma tragédia. Mas, exatamente em função disso e por estarmos nesta sede, Congresso Nacional, chegou a hora de cogitarmos a regulamentação de certos artigos da Constituição que se referem à mídia de uma forma meramente declaratória. Chegou a hora – acredito – de se estabelecerem regras para orientar o poder da mídia e limitar o poder dos comunicadores e dos patrões da comunicação. Isso, a meu ver, pode ser encarado de dois pontos de vista: de um lado, temos o risco – aliás, claramente já consubstanciado, já aí presente, dominando a cena – da criação do monopólio ou, pelo menos, do oligopólio. Isso é contrário a qualquer idéia de democracia, a qualquer idéia de preservação dos valores da República, a qualquer idéia de Estado de Direito e de equilíbrio social. Acredito que todos nós sonhamos com isso – um pouco quixotescamente talvez –, até porque estamos ainda bastante distantes, infelizmente, no meu entendimento, de uma democracia autêntica, de 18 quilates. Esse é um aspecto da questão.

O segundo aspecto é o envolvimento do poder político com a mídia, que cria uma situação gravíssima, cria uma questão que tem tudo a ver com o conflito de interesses. Temos políticos que têm meios de comunicação de sua propriedade e que, evidentemente, os usam, impedindo efetivamente aquilo que poderíamos chamar de uma **fair competition** política. Acho que, se nós queremos resolver o problema da mídia de forma completa, de forma profunda e, quem sabe, definitiva ou pelo menos duradoura, temos de enfrentar essa questão política. Caso contrário, haverá os empréstimos, e a situação continuará igual.

Perdoem-me, mas não tenho ilusões quanto a isso. Não mudaremos substancialmente o quadro. Possivelmente impedir-se-á que surja aqui o capital do Sr. Murdoch para socorrer as empresas quebradas, mas nem por isso a situação mudará, nem por isso daremos aquele passo no caminho da democracia, que suponho ser indispensável para que o Brasil tenha, finalmente, algum dia, o papel que lhe compete.

Agradeço muito a atenção de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Sr. Mino Carta.

Passamos agora a palavra a Celso Augusto Schroder, Coordenador-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, por dez minutos.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRODER – Obrigado, Presidente.

Quero agradecer, em nome do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o convite desta Comissão, que se tem mostrado nesses últimos tempos um espaço privilegiado para se discutir esse debate opaco e, muitas vezes, obscuro sobre a questão da mídia, sobre a questão da comunicação no Brasil. Agradeço a paciência e justifico: o meu atraso se deu em função do atraso do vôo que me trouxe de Porto Alegre para cá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores companheiros de Mesa, Srs. Senadores, senhoras e senhores, entro rapidamente no assunto: em dezembro de 2003, as entidades associadas ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, bem como outras duas dezenas de entidades nacionais da sociedade civil, assinaram uma carta aberta ao Governo Lula tomando um posicionamento inequívoco a respeito da liberação de recursos públicos, via sistema financeiro, às empresas de comunicação, ou seja, a ajuda às empresas de comunicação.

Antes de discutir o mérito do pedido de apoio feito ao Estado por três entidades representativas dos setores de radiodifusão e mídia impressa, o Fórum estava reivindicando, por parte das empresas do Governo Federal, o estabelecimento de um estatuto público para a instalação desse debate – esse documento vai ser entregue aos senhores, vai ficar à disposição da Comissão. Saliento que estamos aqui para reiterar essas posições. Elas são públicas e nós as reafirmamos.

Resumidamente: era solicitada a abertura de um diálogo entre **(inaudível)** critérios transparentes, negociação pública e contrapartidas sociais. Fazia-se isso uma vez que tanto a natureza quanto a extensão do endividamento dos principais grupos de mídia brasileiros não eram de conhecimento da sociedade, do Congresso e do próprio Executivo. Também não era de domínio público se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – seria o agente legítimo para iniciar tal negociação, dado seu estatuto social e as suas atribuições legais. Seis meses se passaram e pouca coisa mudou nesse cenário. A maioria das questões suscitadas pela Carta Aberta, emitida pelo Fórum Nacional pela Democratização, não foram respondidas e muito menos um processo de esclarecimento para nosso entendimento foi estabelecido.

Depois de um silêncio de mais de quatro meses e com uma crise política em andamento, o Governo limitou-se a divulgar a disposição em liberar, a partir de linhas de créditos do BNDES, um valor em torno de R$3 a R$4 bilhões, que além de serem usados na reestruturação financeira, poderia ser investido na compra de papel de imprensa, máquinas e equipamentos.

Com exceção de veículos especializados, do jornal **Folha de S.Paulo**, e da revista **Carta Capital**, que de forma jornalística o fizeram, e da TV Record, em uma abordagem, em nosso entendimento, editorial e controversa, a informação se quer reverberou na opinião pública de forma ampla.

Sobre esse aspecto há de se louvar o esforço desta Casa, mais especificamente desta Comissão e da extinta Subcomissão de Rádio e TV. Graças ao interesses dos Srs. Senadores, foi inaugurado um espaço de diálogo, onde as contradições, inclusive as surgidas entre os postos dirigentes das principais organizações privadas poderão ser amplificadas.

A partir daqui faço algumas pontuações, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, que consideramos importantes e que, repito, menos do que reiterar posições, pretendemos que seja uma proposta.

No nosso entendimento, o Governo tentou tratar desta questão de duas maneiras: em um primeiro momento, puramente político, ao atribuir, em algumas falas, a questão de Estado sem apontar para soluções concretas; e depois, em um certo momento, mais por inexperiência no assunto, de uma maneira meramente técnica, o que se mostrou insuficiente para dar conta dos enormes interesses e da enorme complexidade que requer essa discussão, que vai muito além de crise conjuntural, ou suposta crise. E como disse o jornalista Mino Carta, a quem tive a honra de ouvir, isso aponta para a discussão da reorganização da comunicação no Brasil.

Era tradição do Executivo, ao longo desses últimos anos, não remeter nenhum tipo de assunto, principalmente dessa área de comunicação, que, como disse no início, era uma área opaca, dificilmente discutida publicamente.

Por isso, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, afirmamos modesta, mas convictamente que a sociedade, o setor econômico e o Governo precisam do Conselho de Comunicação Social. E por quê? Porque seria o local aonde se poderia complementar as questões políticas, técnicas e culturais da área de comunicação.

Aqui cabe um parêntese: o resultado do parecer sobre o projeto de regionalização da programação e produção cultural da Deputada Jandira Feghali. Houve uma votação e embora os setores vinculados ao fórum tenham saído "vitoriosos", no nosso entendimento, não há vitoriosos porque ficou demonstrado que o conselho não cumpriu inteiramente seu papel. E apostamos no conselho como um local de completa produção de consenso. Ou seja, o resultado é um resultado favorável ao campo o qual represento, mas não nos sentimos – e digo isso como dirigente do Fórum Nacional para Democratização – vitoriosos. Essa não é a questão. Para tanto, apontamos que é possível construir, dentro do Conselho de Comunicação Social, um outro tipo de entendimento em uma outra dimensão e de uma outra qualidade.

Podemos garantir que tivemos o máximo de abertura para tentar o melhorar o projeto que exigia uma solução urgente. Estou falando do projeto de regionalização que, de alguma maneira, incidia e incide sobre a composição financeira das empresas.

Esse esforço durou meses, as respostas produzidas no Conselho foram de alguma forma desprezadas, termo um tanto forte. O Conselho foi pouco questionado por esta Casa sobre os conteúdos produzidos. No nosso entendimento, as empresas de comunicação mostraram-se dispostas a produzir uma solução conjunta. Tudo isso nos dá a convicção de que podemos ter cometido alguns erros em todo esse processo, na forma de utilizar o Conselho de Comunicação Social, desde sua instalação. Entretanto, podemos afirmar

que, da nossa parte e também por parte das pessoas e das entidades que representamos, fizemos o máximo possível para estabelecer o consenso e para produzir políticas concretas e reais para a área de comunicação.

Sobre o que foi feito, teremos tempo para fazer uma análise histórica depois de assentar a poeira. Podemos dizer, aqui e agora, que temos uma oportunidade ímpar de fazer aquilo que não conseguimos no período anterior, utilizando o Conselho.

Por que existe o Conselho? Por que debater a questão no Conselho? Porque a questão de fundo que estamos tratando continua sendo a relação do Estado com a sociedade e com os setores econômicos que controlam a mídia no Brasil.

Se até agora a história do Brasil foi marcada pelo patrimonialismo, de um lado, pelo cartorialismo do outro e pelo corporativismo de outro e todos nós, de certa forma, carregamos essas marcas, para superar isso, no nosso entendimento, não basta boa-vontade. É necessário dar guarida ao esforço visível e perceptível na sociedade – sou testemunha disso – e também no Governo, de uma maneira geral, e nos próprios empresários.

O fórum que pensou o Conselho considerava exatamente esse tipo de situação. Reiteramos que o Conselho é o espaço legítimo e apropriado, neste momento, para dar continuidade ao debate desse assunto e para dar a visibilidade e a publicidade que esse debate precisa ter. No nosso entendimento, nenhum outro setor social tem o acúmulo e a legitimidade – sem querer abusar de uma vaidade – para criticar a mídia como acreditamos ter o FNDC. E, ao longo desses anos, temos feito isso sistematicamente e com toda a legitimidade.

Nenhum outro setor também tem tido legitimidade para reconhecer, no segmento de mídia, a importância estratégica para o desenvolvimento do País, para a projeção no País e para a construção de uma democracia plena, ainda em débito com os brasileiros, como bem disse o jornalista Mino Carta. Ninguém, no nosso entendimento, tem se pautado tanto como o FNDC.

Se o Congresso abriu as portas para as experiências do Conselho, precisa considerá-la em sua plenitude. Tenho certeza de que este é o momento em que isso poderá ser realizado. A experiência recente do Conselho pode nos mostrar que faltou vontade nesse episódio ou, talvez, alguns movimentos. Mas tenho certeza – isto agora está visível – de que a necessidade aponta para reiterarmos e melhorarmos as nossas relações.

No nosso entendimento, o Conselho precisa ser visto como um instrumento do Congresso e não como seu concorrente ou substituto. Reafirmamos nossa séria disposição de buscar uma solução para essa situação, que é mais do que uma crise. Na verdade, esse é um momento ímpar para a discussão da comunicação no Brasil. Afirmo que a importância do Conselho se dá pela sua vinculação com o Congresso, com o Legislativo e não com uma suposta, imaginária ou possível relação que poderíamos ter tido com o Executivo, ou seja, é a relação com esta Casa que o torna importante e relevante.

Encerro minha fala, sem abusar da paciência de V. Exªs, dizendo que, ao eleger o BNDES como o único agente público envolvido no encaminhamento da solução do problema, mesmo que involuntariamente, o Governo está contribuindo para anular um espaço político de discussão de um tema que vai muito além do simples endividamento das empresas e que poderia apontar para um projeto nacional na área das comunicações.

Transferida essa atribuição ao Congresso, identificamos no Conselho de Educação Social o órgão apropriado para promover tal discussão. E é nossa disposição, como sempre foi desde o início da trajetória do Fórum Nacional para a Democratização, dialogar com o Congresso e com a sociedade, aí incluídas as empresas, para alcançarmos uma proposta exeqüível e iniciar de imediato essa negociação, que pensamos que deve ser pública e publicável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Celso Augusto.

Passamos a palavra ao representante da ANJ, Diretor de Assuntos Jurídicos da ANJ, Paulo Tonet Camargo, representando também os jornais **Folha de S.Paulo**, **Estado de S.Paulo** e o **O Globo**.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores componentes da Mesa, em primeiro lugar, com o devido respeito, quero louvar a iniciativa desta discussão, deste debate, agradecer ao convite, mas fazer uma pequena colocação.

A ANJ, circunstancialmente, por uma delegação de alguns seus associados que foram a esta Casa convocados, está aqui sentada à mesa para falar sobre o tema, mas representa nesse ato também, por intermédio da minha pessoa, 90% da circulação dos jornais brasileiros e mais de 120 jornais. A maioria deles, evidentemente até por uma razão física que não possam ter sido convocados para esta audiência, pequenos e médios jornais, muitos deles inclusive semanários. Então, quero apenas dizer que o que vou colocar também diz respeito a essas pequenas empresas.

Em setembro do ano passado, as entidades do setor de mídia, a Abert, Anere e a ANJ, somaram os seus esforços para elaborar linhas gerais de um projeto, posteriormente levado ao BNDES, com o objetivo de obter linhas de crédito para as empresas da área de comunicação, à semelhança das disponíveis para os demais setores da economia.

O propósito das entidades foi trazer à discussão alternativas de opções que permitissem, por meio de um apoio financeiro, a continuidade e o crescimento de um setor responsável por mais de 280 mil empregos, entre diretos e indiretos. Presidente Carlos Lessa, eu me refiro simplesmente aos jornais. Não falo nem no setor de revistas e nem na mídia eletrônica.

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone – inaudível.)

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Exatamente. Uma pretensão legítima e correta, portanto.

O BNDES é a única fonte permanente de recursos de longo prazo para investimentos no País. Até o final da década de 90, o banco estava impedido de operar no setor por uma determinação interna expressa. E, mesmo depois de levantada a tal proibição, não se estruturou para um programa específico para o setor. E penso que o Presidente Carlos Lessa foi muito feliz quando colocou que deve ser, imaginemos que seja, pela situação institucional das empresas, que até a alteração constitucional, somente poderiam ser propriedades das pessoas físicas, o que dava uma dificuldade enorme de governança corporativa.

As linhas da proposta levada a exame do BNDES pelas entidades do setor projetavam a criação dos seguintes programas: financiamento de investimentos para o qual seriam eleitos, por exemplo, projetos de aquisição de equipamentos, máquinas e materiais produzidos no Brasil ou importados sem similar nacional, e de equipamentos de informática e **softwares** de obras civis e de expansão de capacidade técnica e gerencial; o financiamento da aquisição de papel, com o objetivo de suprir temporariamente a necessidade de recursos até que se regularizassem as linhas de financiamento de que as empresas dispunham no mercado internacional e nacional, que ficaram restritas, e os financiamentos para fortalecimentos do setor.

Pela primeira vez, o setor de comunicações está contemplado, desde 1º de março de 2004, nas políticas operacionais do BNDES para projetos de investimentos por meio de operações indiretas e não automáticas. Isso vale dizer por meio de repasse de recursos do BNDES, agentes credenciados e mediante avaliação dos respectivos projetos.

A situação do setor reflete a conjuntura econômica que o País tem enfrentado desde 2000 com a desvalorização do real e conseqüente aumento dos custos em dólar e uma profunda retração do mercado publicitário.

Dentre as razões elencadas nos cenários de dificuldades do setor de mídia impressa, a razão mais importante foi a necessidade de as empresas terem de recorrer, na época de 90, a empréstimos externos por falta de alternativas internas na modernização de seus parques gráficos, na informatização de seus processos produtivos, inclusive de suas áreas editoriais. Naquele período, realizaram-se, nos setores de mídia impressa, investimentos da ordem de US$700 milhões. Se houvesse no País uma linha de crédito de longo prazo, grande parte do setor certamente se teria livrado em parte dos efeitos perversos da desvalorização da moeda. Dívidas contraídas ao câmbio de R$1,00 por US$1.00 ou por Euro hoje precisam ser resgatadas, e seus serviços, pagos a quase três por um. Assim, a possibilidade de trocar parte da dívida feita em moeda estrangeira por uma dívida em reais, com carências, prazos e condições adequadas à capacidade de geração de caixa das empresas representará importante instrumento, para que possam recompor um projeto de continuidade e de expectativas de desenvolvimento. De 2000 para cá, foram cortados 10.900 mil postos diretos de trabalho nos jornais e 5.884 postos de trabalho diretos nas revistas.

Para os jornais, pesa também, significativamente, a obrigatoriedade de importar cerca de 65% do papel consumido, além de outros materiais de expressão menor em seus custos. O papel representa, hoje, cerca de um terço dos custos dos jornais. Além da desvalorização da moeda, desapareceram, a partir de 2000, as alternativas de financiamento. As empresas, além de liquidar compromissos vincendos, passaram a dispor de prazos muito menores para as compras de papel. Dispunha-se, então, de até 180 dias, concedidos anteriormente pelos fabricantes estrangeiros, refinanciáveis por mais 180 dias em bancos com recursos do exterior. Isso, hoje, não nos é mais alcançável. A idéia de criar um programa de financiamento temporário, por meio de agentes financeiros credenciados, para a aquisição de papel de imprensa permitiria às empresas uma reacomodação dos seus caixas. Por outro lado, o setor considera de extrema relevância a criação de condições, para que o fabricante de papel de imprensa possa desenvolver o seu projeto de instalação no País de mais uma máquina que amplia a capacidade de produção local, o que ficou muito claro pela colocação do nosso Presidente Carlos Lessa.

É relevante repetir que as empresas do setor têm uma importância estratégica, como fator de integração e identidade nacional, de geração de empregos e im-

postos e de agente motor da economia, aproximando as partes, pessoas, empresas, motivando oportunidades e promovendo negócios.

Eu gostaria apenas de esclarecer que, se 30% da nossa matéria-prima é papel, um pequeno percentual é tinta e o resto é idéia, que vem de gente, daí por que o setor é um dos que muito emprega dentro da sua cadeia produtiva.

Diariamente, circula no País, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a média de sete milhões de exemplares de jornais. Em 2002, o Brasil ocupava a 47ª posição no **ranking** mundial de leitura de jornais, com uma média de 56,8 exemplares por 1.000 habitantes, segundo os dados da Associação Mundial de Jornais. Nos últimos três anos, a circulação de jornais caiu cerca de 11%; em 1995, existiam 353 jornais diários no País, e, em 2002, chegavam a 523, dos quais 120 são filiados à nossa Associação Nacional de Jornais e representam 90% da circulação diária dos jornais.

Quando falou em jornais – e agora falamos em número de empresas –, o nosso Presidente Carlos Lessa fez uma estimativa de mil. Gostaria de dizer que, pelos nossos levantamentos, Presidente, há mais de 2.900 empresas editoras de jornal no Brasil – não estou falando em revistas, nem em rádio, nem em televisão, porque, aliás, o nosso foco aqui, hoje, é a mídia impressa.

Um programa de apoio financeiro poderá, assim, ser muito útil ao setor. Empresas de grande, médio e pequeno porte – isto é muito importante ressaltar: dessas 2.920, a esmagadora maioria são empresas de médio e pequeno porte – teriam condições de recompor oportunidades, de acordo com suas peculiaridades de crescer, e de equilibrar as suas contas.

E é muito importante, agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores – depois do Presidente Lessa, muito pouco restou a nós, outros, da Mesa para falar, porque ele esgotou o tema –, apresentar o seguinte: tem-se dito por aí que o dinheiro sai do BNDES, que estão dando dinheiro do BNDES. Foi muito feliz a sua expressão, Presidente: o BNDES não dá dinheiro; estamos falando em empréstimo, que significa contrapartida em garantias, adequação às regras do banco, conforme conversávamos há pouco. Tenho dúvidas de que a maioria das empresas inclusive consiga se enquadrar nessas regras do Banco pela nova realidade corporativa que elas vivem. É preciso uma nova governança corporativa. É preciso garantias, é preciso pagar o dinheiro e é preciso pagar os juros, porque o BNDES não dá dinheiro de graça. É muito importante deixar muito claro que isso depende de uma adequação do projeto de cada empresa, do projeto a ser apresentado ao agente financeiro para que isso seja aprovado. Então, não é um dinheiro dado.

Finalmente, o setor que tenho a honra de representar, Sr. Presidente, Sr. Senadores, é solitário. Meu caro amigo, Paulo Marinho, V. Sª é bem-vindo ao setor, mas é um setor solitário. Esse sempre foi um setor solitário do ponto de vista da constelação da economia nacional é composto exclusivamente de empresários brasileiros.

É muito importante que se ressalte isso aqui. No momento em que os meios de comunicação alternativos estão bombardeando o nosso País, que é um mercado atrativo, com conteúdos produzidos no estrangeiro, estas empresas, que tenho a honra de representar, são empresas absolutamente – e por ordem constitucional – nacionais, têm capital nacional, empregam brasileiros e pretendem fazer jornalismo de brasileiros para brasileiros para manter a identidade nacional.

O patrono desta Casa, Senador Roberto Saturnino, o Rui Barbosa, disse, certa vez, que as grandes nações coesas poderiam caracterizar-se cada qual pelo caráter do seu jornalismo.

E acrescento: se esse jornalismo não tiver uma identidade nacional e se as empresas, pequenas e médias... Quando se fala em empresas aqui, imagina-se logo **Jornal do Brasil**, **O Globo**, a **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S.Paulo**, mas não se trata disto. Estamos falando em 2.900 empresas pequenas e médias que estão marginalizadas no processo econômico e produtivo brasileiro, altamente empregadoras de mão-de-obra. É em nome destas empresas que entendemos ser fundamental que acabe essa discriminação – que o BNDES, historicamente, teve e agora está tentando reverter – e que tenhamos a possibilidade de manter a cultura nacional, o conteúdo nacional e, fundamentalmente, de incentivar empresas brasileiras empregadoras de brasileiros.

Este é o pensamento da Associação Nacional de Jornais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada, então, a primeira fase da reunião.

Como sou autor do requerimento juntamente com o Senador Roberto Saturnino, eu serei bem objetivo nas minhas indagações para permitir que os Senadores Roberto Saturnino, Hélio Costa e Maria do Carmo possam também se pronunciar.

Dr. Carlos Lessa, dirijo-me a V.Sª, fazendo um comentário sobre um acórdão do Tribunal de Contas da União, lendo um parágrafo do texto apenas, porque o Tribunal de Contas da União estava tratando da assistência financeira prestada pelo BNDES à NET – Servi-

ço de Comunicações S/A, ex-Globo Cabo. E uma das determinações feitas pelo TCU foi a seguinte:

"Determinar à Diretoria do BNDES que doravante observe com rigor as normas operacionais da instituição financeira em especial as cláusulas e condições dos protocolos que firmar antes de efetivar a liberação de quaisquer recursos financeiros ou renegociação de créditos, direitos com vistas a não por em risco os capitais públicos."

Fiz questão de fazer esta leitura para, resumidamente, dizer o seguinte: o que criou a controvérsia? Por que estamos já na segunda audiência pública? E por que estamos querendo conhecer o assunto e transmitir à sociedade brasileira os detalhes sobre ele? É porque, na Imprensa, sempre se noticiou que parte significativa do dinheiro emprestado pelo BNDES poderia ser destinada a pagamento de dívidas das empresas. E foi exatamente isso que levou algumas empresas – e, aqui, se pronunciaram claramente sobre este assunto, a **Record**, a **RedeTV**, e o **SBT** que se postaram contra a operação, porque ela se destinava a pagar dívidas – a se postarem contra a operação, porque o destino do dinheiro seria o pagamento de dívidas.

Anotei duas frases do Dr. Carlos Lessa, durante sua exposição, que têm ligação com o que estou falando. Uma delas: "Não é tradição do BNDES financiar capital de giro". Outra: "Hospital de empresas, sim, mas não de empresários". E S. Sª relacionou três formas que acredita que poderão descrever a operação – pelo menos como pensamento de S. Sª e não do BNDES, ainda.

No entanto, a situação continua sem muita clareza, porque um dos depoentes da última audiência, Dr. João Carlos Saab, da Bandeirantes, disse a seguinte frase, que anotei, conforme as notas taquigráficas – está no contexto do depoimento, é claro, mas não o estou distorcendo, apenas destaquei dele uma frase: "Quem tiver que pagar dívida que pague; quem quiser investir que invista; quem quiser comprar canarinho que compre; enfim, cada um fará o que quiser, mas que pague depois as suas contas e faça crescer o seu negócio".

Essa opinião foi inclusive reproduzida na revista **Carta Capital**, em uma entrevista de S. Sª, da qual extraí o seguinte trecho: "Nessa história acho ridículo querer carimbar dinheiro. O Banco não tem de saber para que ele será usado. O importante é saber se eu posso pagar a conta. Esse comportamento é meio ridículo". Trata-se de afirmações feitas à revista **Carta Capital**.

Outro trecho: "Não concordo que a discussão deste assunto seja feita no Congresso. Lá tem de ser discutida a estratégia de comunicação do País. Deputados e Senadores não são analistas de crédito".

A minha pergunta é exatamente para tentar esclarecer: é pensamento do BNDES mudar a tradição e emprestar dinheiro para capital de giro, ou seja, colocar, como uma exceção à tradição, um programa de empréstimo de capital de giro? Essa é a primeira pergunta.

Caso a resposta seja positiva, também as empresas poderão destinar esse dinheiro para o pagamento de dívidas? E o senhor concorda com as afirmações que foram lidas aqui, retransmitidas, de que o dinheiro pode ser usado para qualquer fim, inclusive para comprar canarinho, porque o importante é que se pague a conta depois? Quero saber se o BNDES existe para isso, para financiar qualquer coisa, ou se o dinheiro do BNDES sai com um destino, que é a promoção do desenvolvimento econômico e social, como o próprio nome do Banco já o define.

Há várias perguntas, mas V. Sª pode responder uma só, porque estou querendo mesmo saber é o seguinte: esse dinheiro é para promover modernização, reequipar, financiar a compra de papel ou parte desse dinheiro será utilizado para capital de giro e pagamento de dívida? Evidentemente, quero saber se V. Sª concorda que o BNDES empreste dinheiro, sem saber a que se destina, desde que o dinheiro volte depois.

Concedo a palavra, então, ao Dr. Carlos Lessa.

O SR. CARLOS LESSA – Na verdade, a pergunta do Senador é extremamente oportuna, porque permite responder com muita precisão. Não, o BNDES não é um banco que empreste sem examinar o mérito substantivo da operação de empréstimo. Afirmei que o BNDES tinha uma dimensão de Dom Quixote. Ele absolutamente é Dom Quixote quando examina o mérito. Ele é Sancho Pança quando examina as garantias.

Na verdade, o BNDES é, como o Presidente Lula definiu, o "banco dos sonhos" dos brasileiros. Exatamente para não virar pesadelo, temos que examinar o lado corporativo, o lado prudencial.

Então, na verdade, os recursos do BNDES são relativamente escassos e estratégicos, para dar concretude a sonhos brasileiros, que cada governo define, mas que pertencem à sociedade e de que o Estado é guardião – guardião do direito de sonhar. Eu estou naturalmente sendo até um pouco romântico ou hiperbólico, como diria o meu amigo Mino, mas é evidente que a essência de um banco de desenvolvimento é exatamente pronunciar-se sobre o mérito substantivo do que vai ser feito com o recurso. Eu disse que não é da tradição do BNDES financiar capital de giro. Quero que todos saibam com precisão que, por vezes, o BNDES financia capital de giro associado a um projeto

de investimento. Esclareço: uma nova fábrica vai-se instalar. Para poder operar, vai precisar de estoques mínimos para processar normalmente. Para operar normalmente, o BNDES financia uma parte desses recursos necessários, mas, por ocasião do projeto, para tornar viável aquela nova unidade de produção no País ou a ampliação de uma unidade de produção. O que não é da tradição do BNDES é fazer o que os bancos comerciais fazem. Não é papel do BNDES operar como banco comercial. Aliás, nós temos acesso a fontes favorecidas, do ponto de vista de custos, de captação, exatamente porque devemos ter um elemento diferencial para que o Estado possa induzir respostas da sociedade na direção dos sonhos dos brasileiros. Então, é não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Dr. Mino Carta.

O SR. MINO CARTA – Acho perfeita essa colocação. No entanto, que meios o BNDES teria efetivamente para fiscalizar o emprego do dinheiro?

O SR. (Orador não identificado) – O BNDES faz o seguinte, doutor...

O SR. MINO CARTA – Gostei do doutor.

O SR. (Orador não identificado) – Meu amigo Mino, o BNDES faz, todos os anos, usando o seu próprio pessoal técnico, alguma coisa em torno de quatrocentos, quinhentos projetos e tem, em carteira, normalmente, alguma coisa por volta de dois mil projetos. Um projeto de investimento é executado ao longo de muitos anos, e contra cada liberação de recurso é verificado o cumprimento ou não do que foi pactuado e decidido no projeto. Esses projetos são acompanhados passo a passo pelo banco.

As operações indiretas, que são as de menor monta, são operações de R$10 milhões para baixo. Essas operações feitas por intermédio do agente formam uma quantidade colossal de operação. Para que se possa ter uma idéia, no ano passado, tivemos quase cem mil. Nossa fiscalização nesse caso se opera por amostragem. É impossível fazer um trabalho direto. O BNDES tem mil técnicos e seiscentos funcionários auxiliares. Temos cento e oitenta bancos e, pelo menos em tese, todo o sistema financeiro brasileiro opera as linhas do BNDES. Disse em tese porque muitos bancos não operam, apesar de serem agentes, e outros operam até em condições que não são as dos nossos sonhos. Por isso, queremos uma ouvidoria para receber de maneira absolutamente reservada as queixas, inclusive do que acontece na ponta da linha.

V. Sª pode estar absolutamente certo de que as operações diretas com o banco são acompanhadas de perto.

O SR. MINO CARTA – Eu acredito, mas por que as empresas estão recorrendo ao BNDES? Elas querem investir em novas atividades? Elas querem modernizar-se ainda ou estão endividadas? Essa é a questão a meu ver. Eu falo a partir da minha situação na Editora Confiança, que não deve um tostão a ninguém. Eu acho que essas empresas se encontram nessa situação, sem entrar no mérito das razões pelas quais elas se precipitaram no buraco, porque têm dívidas. Não me parece que elas estejam sequiosas por investimentos novos. Elas estão querendo tapar o buraco, ou estou profundamente enganado?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A pergunta que o Sr. Mino Carta faz e a mesma que fiz. Se essa pergunta for respondida, talvez esteja respondida a questão de toda a dúvida que pesa sobre essa operação do BNDES com a mídia. Vai ter dinheiro para pagar a dívida? O BNDES vai quebrar a tradição?

O SR. CARLOS LESSA – Vou começar falando das distribuidoras de energia elétrica, nada mais distante da indústria de comunicação, mas, como os senhores sabem, o sistema de energia elétrica do Brasil foi privatizado de maneira absolutamente apressada e sem critérios, produziu, por subinvestimento, um apagão, elevou fantasticamente o custo médio da tarifa energética, enfim, gerou uma situação muito complicada.

Estou falando desse setor porque é aquele onde há consenso nacional sobre duas coisas. Primeiro, ele é absolutamente essencial, as pessoas descobrem isso quando há o apagão, e, em segundo lugar, nao há como importar energia. Ou é produzido internamente, ou você não a tem. Em terceiro lugar, foi conduzida para a privatização da pior maneira possível. Creio que há consenso nacional em torno disso.

Agora, objetivamente, é necessário enfrentar a questão. Qual é a caixa do sistema elétrico? São as distribuidoras de energia. A maneira pela qual elas foram privatizadas produziu situações extremamente complicadas. Mais do que isso, o apagão teve uma repercussão pesada sobre o caixa e a rentabilidade dessas empresas.

Duas decisões podem ser tomadas. Uma delas é deixá-las quebrar. Se a sociedade brasileira aceitar mais alguns apagões, na medida em que umas vão quebrando aqui, outras acolá, essa é uma decisão. Como nos parece que isso não pode acontecer, o BNDES, excepcionalmente, aceitou refinanciar as empresas distribuidoras de energia. Agora, o BNDES e "Sancho Pança". Para colocar a mão no dinheiro, tem que cumprir as exigências do BNDES. Comunico aos senhores que o programa foi aprovado há seis meses e nenhuma distribuidora de energia elétrica conseguiu ainda se apresentar frente ao banco nas condições exi-

gidas. Estou lhe dando a resposta. Não há nada mais importante para um país do que a energia elétrica, mas, por favor, vocês estão me obrigando...

O SR. (Orador não identificado) – Enche-me de alegria, só que estou vendo uma quebradeira generalizada.

O SR. CARLOS LESSA – Não, primeiro vou dizer ao Dr. Celso que não foi uma decisão do Governo que fez do BNDES a arena deste debate. Foi uma solicitação feita pela NJ Abert e a Amer ao BNDES. Na verdade, o debate saiu porque recebi instruções do Governo de abrir o debate, que debate está acontecendo exatamente por instruções do Governo. Só estou dizendo isso para incluir a questão exatamente dentro do seu espaço. Obviamente, toda a presença do Conselho é muito bem-vinda, assim como recomendações, sugestões... Até gostaria que o senhor marcasse uma audiência conosco para apresentar todas as angulações.

O SR. (Orador não identificado) – Marcamos várias.

O SR. CARLOS LESSA – Comigo, não. É possível que o senhor não tenha conseguido audiência. Deixa-me dizer uma coisa que eu disse por acaso ao Paulo Marinho. Meu falecido pai me dizia que em Deus ele tinha uma coisa que ele invejava: o dom da ubiqüidade, que é a capacidade de estar em diversos lugares ao mesmo tempo. Infelizmente, a minha capacidade material de trabalho vai de 8 horas da manhã às 11 horas da noite. Tenho, creio que tenho, centenas de testemunhas, de pessoas que conversaram comigo. Lamento que, eventualmente, a sua Associação, o seu Conselho, não tenham marcado. Estou pedindo publicamente que o senhor vá me visitar. Estou recomendando ao pessoal do meu gabinete que está aqui que tenham presente que iremos conceder uma audiência para o senhor com o maior prazer.

Aliás, quero dizer uma coisa, talvez o senhor não saiba, não tem nenhuma obrigação de conhecer a minha modesta biografia. Sou basicamente um professor universitário. Estou banqueiro, mas sou um professor. Orgulho-me muito de ser professor, adoro controvérsia, adoro ouvir opiniões etc e, por favor, também sou um combatente da democracia antes de você ter nascido, mas tudo bem. Então, só queria completar dando uma resposta... Pois não, Paulo.

O SR. PAULO MARINHO – Queria um aparte rápido, Presidente Lessa, apenas para fazer um comentário, para contribuir para este debate. O **Jornal do Brasil** neste ano completa 113 anos de existência.

A **Gazeta Mercantil** completa neste ano 86 anos de existência.

Estamos falando de uma empresa centenária. Quantas empresas no Brasil são centenárias? Penso que se pode contar nessa mão.

O SR. (Orador não identificado) – Em mãos nacionais, há muito poucas. Uma das mais gloriosas acabou de ir para mãos belgas, a Ambev, que tem 124 anos no Brasil e que, agora, foi para as mãos belgas, por uma decisão de brasileiros, vejam vocês.

O SR. PAULO MARINHO – Estou falando em nome de duas empresas, uma delas centenária e a outra com 86 anos de existência.

Essas empresas estavam vivendo nesse ambiente de crise da mídia de que estamos tratando. Aliás, um pequeno detalhe, só nos foi possível como empresários entrar nesse setor por causa da crise do setor. Assumimos riscos, aportamos capital próprio na companhia, para sanear a empresa, estamos gerindo a companhia e salvando duas grandes marcas que a imprensa brasileira tem há tanto tempo e que estavam ameaçadas de deixar de existir se não fosse a entrada do nosso grupo nessas empresas.

Estou fazendo esse comentário para chegar ao seguinte ponto: essa questão está posta aqui para avaliar se esse empréstimo é para pagar dívida. O Presidente Lessa comentou há pouco que assim como ocorre com as empresas de mídia, freqüentemente ele é visitado por outras empresas ansiosas por crédito. Citou mesmo casos de hospitais e universidades.

Sugeriria ao Presidente Lessa que empreste dinheiro aos hospitais e às universidades e que não empreste para a mídia. Se a finalidade for pagar dívida, é melhor aplicar nos hospitais e nas universidades – pois o Estado terá muito mais retorno – que no mercado de mídia, para o pagamento de dívida.

Estamos nesse mercado, e, aliás, se existe alguma novidade empresarial nesse mercado, talvez tenha sido a nossa entrada nesse setor empresarial, porque é um setor que tem a presença de grupos familiares desde a sua existência e que estamos assumindo riscos com capital próprio, lutando nessa briga diária que é fazer sobreviver. Penso que as empresas estão todas nesse processo de contaminação, todas as empresas estão com a situação econômica absolutamente fragilizada. A questão principal também é a falta de crescimento econômico do País, o que afeta direta e primeiramente as empresas de mídia. A mídia recebe essa conseqüência de uma forma muito mais brutal que outros setores. Essa questão talvez deva ser debatida com um pouco mais de tempo e profundidade. Aliás, o próprio nome da questão de que estamos tratando – socorro – fala por si.

Queria só dar uma contribuição a esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Dr. Carlos Lessa para concluir e responder, então, objetivamente à pergunta que fiz sobre a utilização do dinheiro, se para dívida também ou não.

O SR. CARLOS LESSA – Senador, o que eu posso dizer é a opinião do Presidente do BNDES. Na verdade, queremos ouvir do Senado e da Câmara se devemos ficar focados apenas na ampliação da capacidade ou se, eventualmente, devemos fazer alguma operação de refinanciamento. Na verdade, eu não tenho a resposta para essa questão.

Se eu fosse perguntado como pessoa física, eu diria o seguinte: é extremamente importante não deixar que o setor escorregue para mãos não brasileiras. Esse é um setor cuja vedação constitucional deve ser mantida, pois tem que ser preservado como setor nacional. Quanto à preservação, todo o problema que estamos discutindo se estaria resolvendo com muita facilidade se a economia voltasse a crescer a taxas mais expressivas.

Agora, neste momento, até onde eu consigo perceber, há uma situação com um número muito grande de empresas do segmento numa situação muito precária. No caso da mídia impressa, creio que uma linha de financiamento, que um programa de financiamento para papel de imprensa e para papel de imprimir e escrever aliviaria muito esse segmento. Contudo, não há repercussão sobre o segmento de televisão e radiodifusão. Como Presidente do banco, estou disposto a fazer a defesa do programa de papel de imprensa, porque acho que é um instrumento para robustecer a indústria nacional de papel de imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Dr. Carlos Lessa. Passarei a palavra ao Senador Roberto Saturnino, mas, antes, para concluir a resposta, devo dizer que o BNDES ainda não definiu. Como Presidente, coloco a Comissão à disposição do Governo para que, querendo mandar uma mensagem ou qualquer outro dispositivo, a Comissão poderá decidir se o BNDES deve ou não fazer empréstimo para pagamento de dívida. Creio que os Senadores não se furtariam a dar aqui a sua opinião e o seu voto.

O SR. (Orador não identificado) – Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Inclusive, quero reforçar aqui que foi a Comissão de Educação que tomou a iniciativa de trazer esse debate para o Congresso, e não a pedido do Executivo. Foi nossa decisão debatermos o assunto, pois pensamos que o Congresso deve, sim, debatê-lo, e continuaremos a realizar essa discussão.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, estamos abrindo, participando e provocando esse debate. Não vou me eximir de dar a minha opinião a respeito dessa questão central, que está no coração das dúvidas levantadas sobre esse programa do BNDES de socorro à mídia, à indústria de comunicação.

Estou certo de que o BNDES foi criado para financiar um projeto de desenvolvimento nacional. Essa foi e continua sendo a sua finalidade originária, embora a tenha perdido há alguns anos passados. Isso porque o Brasil deixou de ter um projeto de desenvolvimento e o BNDES transformou-se em banco comercial que emprestava para fazer negócio. Mas a sua finalidade, a sua essência está em financiar projetos considerados estratégicos, dentro de uma concepção de desenvolvimento do Brasil, de desenvolvimento nacional.

Na prática desse tipo de financiamento, não há nenhuma razão para que haja restrições quanto à forma, se deve ser só financiamento de investimentos, se pode haver capital de giro. Dependendo das exigências do processo de desenvolvimento, o banco pode até financiar capital de giro. Lembro-me – não sei se nos anos 60 ou 70 – que foi identificada uma crise de capital de giro. Na ocasião, como o sistema comercial não estava dando conta, o banco criou um pró-giro, ou seja, um programa especial para financiar capital de giro. Passada essa emergência, o programa foi extinto, mas o banco pode e deve realizar esse tipo de operação. O seu dever, a sua missão é financiar um projeto de desenvolvimento do País sem restrições quanto à forma.

Restrições existiram no passado – e lamento que não exista hoje restrição a financiamento de empresa de capital estrangeiro –, dentro do pressuposto de que as empresas de capital estrangeiro eram bem-vindas, desde que trouxessem o seu capital e não utilizassem capital do trabalhador e do Estado brasileiros para promover o seu crescimento, o seu desenvolvimento.

Essa restrição, que caiu por decisão do Congresso Nacional, deveria ser restabelecida. Contudo, como caiu, hoje o banco pode financiar empresa estrangeira também. Dentro dessa visão de financiamento, é preciso identificar os setores estratégicos de desenvolvimento, dentre eles, indiscutivelmente, está a indústria de comunicação, a mídia, setor altamente estratégico para um projeto de desenvolvimento, pois é formador da identidade, da consciência nacional.

Ninguém pode ignorar que o processo de desenvolvimento exige uma mobilização nacional, um esforço em direção ao desenvolvimento, e a mídia tem um papel decisivo nessa ação. Portanto, ele é um setor essencial, e é fundamental que seja brasileiro, que esteja

em mãos de brasileiros, porque o próprio processo de desenvolvimento e toda essa mobilização e formação da identidade depende de que a mídia esteja em mãos de brasileiros. A mídia, fragilizada como está – há um reconhecimento geral quanto a isso –, é presa fácil sim de interesses não brasileiros, que existem. Não podemos ignorar esses interesses, não podemos ser ingênuos a ponto de achar que o capital estrangeiro pode vir sim porque vai continuar exercendo a função informativa, precípua. Não é assim. A mobilização para o esforço de desenvolvimento, da formação da identidade nacional exige que essas empresas estejam comandadas por brasileiros e sujeitas à influência da sociedade brasileira.

Há um risco, sim, penso que há, que não pode ser ignorado, mesmo com o condicionamento dos 30% máximos de capital estrangeiro, pois 30% aportados a uma empresa em extrema dificuldade podem tirar o comando do brasileiro, sim, e existem muitas formas de se fazer isso. Ademais, é preciso reconhecer que há no Brasil empresas atuando na mídia, em relação as quais não há certeza de que sejam brasileiras; tenho dúvida se certas empresas são essencialmente brasileiras ou não. Então, esse aspecto é fundamental e essa é a razão pela qual, penso, estou aqui dando a minha opinião neste debate, que o BNDES pode e deve financiar a indústria de comunicação. O BNDES pode mesmo refinanciar, porque, se o financiamento da dívida é essencial para a sobrevivência de determinados órgãos e entidades e empresas de significado no setor, é claro que não quero, se o BNDES não fizer isso, ninguém vai fazer, banco comercial nenhum vai fazer isso. Quem vai fazer é exatamente o capital estrangeiro interessado em se colocar no Brasil e, a partir daqui, exercer sua influência dentro da mobilização da sociedade brasileira.

Agora, é um setor que tem particulares, especificidades e algumas de natureza perigosa, temos que reconhecer isso. Primeiro, a questão do envolvimento político, muito bem ressaltada pelo Mino Carta. Isso existe, é um dado da realidade que temos que considerar, temos que levá-lo em conta e procurar reduzir essa imbricação que é danosa para, enfim, a solidificação do regime democrático no País.

Há outra particularidade que não pode ser ignorada: a concentração, no caso da mídia eletrônica, na Empresa **Rede Globo**; essa concentração existe, é um fato, é um dado da realidade que temos que considerar. E, ao exercer o papel de financiador para, enfim, dar solidez ao setor, é preciso tomar também medidas de contrapartida para minorar ou reduzir esse processo de concentração.

Há ainda comportamentos do passado que ainda estão na memória da Nação, da sociedade brasileira, que assustam quando se fala em financiamento de mídia. Quem leu o "Chatô, o Rei do Brasil" compreende bem o que é isso. Então, é preciso ter cuidado sim, para que esses comportamentos não se repitam e que o setor seja tratado de uma maneira em que haja reciprocidade nesse tratamento, mas não influência política direta ou indireta, negociada ou não. Enfim, são características que envolvem certo risco no financiamento desse setor mas que precisam ser levados em conta. Mas, no programa de operação, é preciso cuidar de reduzir esses riscos ou esses aspectos que podem, enfim, apresentar alguma periculosidade.

Sr. Presidente, eu queria, ao encerrar esta minha intervenção, estou emitindo minha opinião, antecipando o debate, ressaltar um aspecto importante. As pessoas que nós temos aqui neste debate são representantes da imprensa, da mídia impressa. Esse setor, a meu juízo, deve merecer um cuidado e uma atenção especiais em relação ao financiamento do setor de comunicação como um todo. Por quê? Porque é sabido que o Brasil é uma Nação que lê muito pouco. O Dr. Camargo ressaltou muito bem isso.

E a mídia impressa tem também esta missão, digamos assim, encarada sob o ponto de vista de desenvolvimento, que é induzir tanto quanto possível a população, a sociedade, o povo brasileiro a aumentar sua cota de leitura porque esse também é um fator importante para o desenvolvimento, para a formação cultural, para o aperfeiçoamento cultural, para o aperfeiçoamento informacional da populacional que vai se traduzir em aumento de produtividade; por conseguinte, também em fortalecimento da cidadania, que, afinal de contas, é um aspecto fundamental, essencial do nosso projeto de desenvolvimento.

Eu queria ressaltar esse aspecto e chamar a atenção para o seguinte. O BNDES na sua história – eu me identifico com essa história porque eu entrei no primeiro concurso lá, em 1956 – era um banco que tinha visão exclusivamente econômica. O desenvolvimento para o BNDES naquela época era exclusivamente econômico. Eu me lembro que se discutia até a questão da educação e rejeitava-se. "Não, nós temos que..." A idéia era concentrar no econômico porque o resto viria como conseqüência. Tudo bem, esse foi um erro superado. O banco incorporou a dimensão social, hoje é BNDES, e está incorporando – e o exercício da Presidência pelo Dr. Carlos Lessa tem um papel essencial nisso – também a dimensão cultural. Quer dizer, é econômico, é social; mas todo desenvolvimento também é cultural, porque essa dimensão tem uma importância que os economistas tradicionais despre-

zam. Mas ela é muito forte. E o banco agora está, sob a Presidência Dr. Carlos Lessa, tomando consciência disso e é muito importante.

Nesse programa de financiamento e de refinanciamento à indústria de comunicação, à mídia em geral espero que seja dada até uma atenção especial à mídia impressa, tendo em vista essa peculiaridade, essa missão especial que ela desempenha junto ao cidadão brasileiro que é induzir a uma taxa de leitura maior. Sr. Presidente, essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado.

Mas veja como o assunto comunicação é complicado. Nós entramos hoje aqui com essa reunião, e a **TV Senado** me comunicou que estava transmitindo ao vivo. Agora, recebo a informação do secretário de várias ligações de brasileiros que estão assistindo a **TV Senado** e reclamam que, uma hora e meia depois, a **TV Senado** resolveu interromper a transmissão ao vivo da Comissão de Educação para transmitir ao vivo a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que está analisando simplesmente um processo burocrático de um juiz do STJ. Um assunto de extrema importância, o que estamos discutindo, é substituído por uma assunto burocrático. Pela primeira vez, a TV Senado interrompe a transmissão de uma Comissão para outra. É a primeira vez que vejo isso. Eu nunca vi isso. Isso é desrespeito com quem está em casa assistindo, interessado no assunto e que agora não sabe o resultado da audiência pública. É um desrespeito com a Comissão de Educação. Vou registrar ao Presidente do Senado, pedindo explicações à TV Senado por esse desrespeito. Peço, aqui, o apoio do Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio Costa, porque isso, evidentemente, nós não podemos aceitar. Então, que não começasse a transmissão ao vivo, que gravasse. Aí, nós aceitaríamos. Mas, se começou a transmissão ao vivo, que vá até o fim. Eu registro este protesto porque é desrespeito, sim, com a Comissão de Educação.

O nosso convidado, Sr. Mino Carta, informou-me que precisa retirar-se. Ele, então, vai usar da palavra para fazer a sua manifestação final – a sua despedida. Desde já agradeço muito a presença de S. Sª, principalmente porque esse é um debate em que todos devem participar. Nós queremos ter uma conclusão da Comissão de Educação para que, mesmo que, regimentalmente, nós não possamos definir – isso não cabe à Comissão –, pelo menos o BNDES, o Governo e a sociedade conheçam a posição da Comissão de Educação.

V. Sª, então, tem a palavra para as suas palavras finais.

O SR. MINO CARTA – Quem agradece, evidentemente, sou eu.

Eu quero apenas dizer que o dado da realidade a que se referiu o Senador Roberto Saturnino tem de ser evocado por uma questão prática: como salvar a mídia brasileira? Como socorrer essas empresas que precipitaram no buraco se não for, também, para oferecer a elas a possibilidade do capital de giro? Enfim, elas têm que pagar a sua dívida. Elas não querem investir. Não é essa a primeira demanda, não é esse o primeiro objetivo. Elas querem tapar o buraco. Por que o que criaram é outro negócio. Vai ver que o criaram por extrema incompetência, por um espírito perdulário porque são pessoas que não sabem o que fazem. Nem mesmo Cristo, na cruz, pediria a Deus que os perdoassem. Agora, o fato é este: se queremos salvar a mídia brasileira, que é muito ruim, que é extremamente ruim – para não falar da eletrônica, que é de uma vulgaridade imbatível –, será necessário impedir que eles quebrem de vez. Então, temos que dar a eles o dinheiro para pagarem as dívidas que têm. Esse, a meu ver, é o dado da realidade. Por isso, quando falei e tive a oportunidade de manifestar a posição de **CartaCapital** e da Editora Confiança, eu disse que não importa para onde vai o dinheiro; o que importa é que o BNDES tenha a certeza de que esse dinheiro vai voltar. Quer dizer, não vai acabar. Eu acho que a idéia de comprar canarinhos não me agrada – essa idéia de comprar canarinhos não me agrada. Comprar canarinhos, comprar carros de luxo ou comprar garrafas de vinho Petrus que enchem algumas adegas de grandes comunicadores nativos, essa idéia não me agrada. Se for para isso, realmente, será tragédia em cima da tragédia. É multiplicá-la por 100 – à enésima potência. Agora, se é isso, temos que pensar na possibilidade de que, efetivamente, esse dinheiro vá para pagar as dívidas.

A última coisa: eu acho que a sede escolhida para começar o debate é perfeita, mas o Congresso deveria entender que chegou a hora de limitar os poderes, chegou a hora de regulamentar aqueles artigos da Constituição que permitem limitar esses poderes e impedir, efetivamente, o oligopólio.

O Senador César Borges não se referia à Globo, mas um empresário de comunicação não pode ser dono de tudo. Isso deveria ser entendido pelo Congresso Nacional. Até hoje, foi entregue assim... A lei do mais forte, a lei da selva, vigorou nesse setor. E sem contar o que a Globo pode fazer para promover as suas publicações. Por exemplo: o galã na novela da 7, evidentemente pode surgir em cena carregando a revista **Época,** essa fantástica publicação da Globo, esse exemplo para o mundo de como se faz jornalismo.

Era isso que eu queria dizer.

Agradeço muitíssimo a todos, do fundo do coração.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nós é que agradecemos, Sr. Mino Carta. O senhor está, evidentemente, dispensado dos trabalhos. Muito obrigado pela presença.

Agora, passo a palavra ao Senador Hélio Costa, primeiro inscrito. Em seguida, às Senadoras Maria do Carmo e Ideli Salvatti e ao Senador Flávio Arns.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srªs Srs. Senadores, antes que o Sr. Mino Carta deixe este recinto, eu quero dizer do prazer de vê-lo interpretando o papel do álter ego do empresariado da comunicação nacional.

Inicialmente, quero me reportar ao pronunciamento feito por V. Exª no começo desta reunião, com respeito ao programa de televisão que foi feito, tentando talvez até desvirtuar – essa foi a verdadeira finalidade do programa – o motivo que levou esta Comissão de Educação e Comunicações a convidar os representantes da mídia – televisão, jornal e rádio – a fazer aqui o debate sobre a conveniência ou não do mais importante banco de investimentos nacional, o BNDES, para participar de um programa de apoio, e não de socorro, à mídia nacional.

Tem V. Exª toda razão. Quero fazer minhas as suas palavras. E como vi que em seguida o Presidente do BNDES, ilustre Professor Carlos Lessa, já imediatamente informou que está pedindo direito de resposta, coloco-me a sua disposição. Se V. Sª precisar de um apresentador com experiência nacional e internacional, com trinta anos de carreira, razoavelmente conhecido no Brasil pela televisão, por favor, estou às suas ordens, sem cobrar cachê.

Sr. Presidente, tenho também de lembrar que essas audiências públicas convocadas por V. Exª tinham por objetivo tratar da questão da mídia. Tivemos a preocupação, durante a audiência pública com os representantes das emissoras de televisão, de lembrar que era também fundamental que se fizesse a mesma audiência pública com os representantes da mídia impressa, razão pela qual estamos aqui hoje e, por sorte, com a presença do ilustre Presidente do BNDES, Professor Carlos Lessa.

A nossa preocupação, Sr. Presidente, a minha em especial, tem sido defender a empresa nacional. O Professor Carlos Lessa foi muito feliz ao se referir à ameaça que representa hoje, principalmente, um grande investidor internacional e a ameaça que representam hoje inúmeras empresas internacionais que olham para o Brasil como um grande e excepcional mercado. Não é à toa que nós praticamente já perdemos o controle dentro de alguns setores da mídia nacional, onde já temos certas dificuldades na colocação do próprio anúncio nacional. As agências de publicidade têm tanta oferta que vem de fora que o veículo nacional – emissoras de televisão, jornais, emissoras de rádio – já está perdendo espaço para aqueles pacotes importados que vêm através da TV a cabo e as multinacionais têm preferência em anunciar nos pacotes que vêm de fora. Eu me lembro de uma época em que era proibido rodar no Brasil, na televisão brasileira ou até mesmo publicar num jornal um anúncio feito no exterior que não fosse nacionalizado, meu caro Paulo Marinho. Antigamente era assim: fazia-se um anúncio lá fora, possivelmente na Mark and Herinkson, na Madison Avenue em Nova Iorque, mas tinha de ser nacionalizado. Ele tinha que passar por uma agência de publicidade brasileira que tinha que refazer o anúncio para que ele tivesse a marca brasileira. Um comercial de televisão que se fazia na França, ou nos Estados Unidos, ou na Inglaterra não podia rodar direto na televisão brasileira. Ele tinha de ser nacionalizado. Ele tinha que ser trabalhado pelas produtoras brasileiras, para salvar os empregos do profissional do setor de mídia.

Hoje, lamentavelmente, perdemos totalmente o controle. Está tudo dominado – essa é a frase.

Agora, a minha preocupação tem fundamento, especialmente no que diz, mais uma vez, o Professor Carlos Lessa e, também, Paulo Tonet. Temos cerca de quinhentos mil profissionais da área de comunicação, de mídia, que vão desde o Gilberto Dimenstein, na **Folha de S.Paulo**, até o Bonner, na **TV Globo** e até ao Antônio Marcos, que mexe no jornalzinho do interior, em Barbacena, meu querido amigo.

Cobriu todos os setores da mídia; são quinhentas mil pessoas. Dessas quinhentas mil pessoas faltou dizer aqui que, nos últimos dois anos, perdemos dezessete mil empregos na área da mídia impressa; dezessete mil empregos acabaram. Deixaram de existir.

Da maneira como as coisas estão caminhando, com as emissoras de televisão principalmente, vamos acabar perdendo outras centenas, talvez milhares de empregos.

Tenho absoluta certeza de que essa é a preocupação do Governo, essa é a preocupação do Presidente do Bndes, de encontrar um caminho que possa atender à crise que atinge o setor mídia, a mídia impressa, a mídia televisa, a mídia de radiodifusão; em todos os setores, vamos encontrar a mesma situação.

Hoje, se fizermos um estudo detalhado do problema, vamos ver que a dívida de todas as empresas de comunicação no Brasil chega próximo aos R$ 10 bilhões. Esses são os números absolutamente claros, que consegui apurar numa longa pesquisa que fiz so-

bre o assunto. Consolidando-se todas as dívidas de todas as empresas dará R$10 bilhões.

Não preciso lembrar que, no governo passado, sem ninguém saber, colocaram R$2 bilhões para salvar dois bancos que ninguém conhecia – e, aliás, ninguém conhece até hoje, porque um dos diretores está vivendo na Europa e o outro está, certamente, com seu iate em Angra dos Reis.

Agora, quando se trata de um assunto que é da maior importância nacional, a mídia nacional, esta que não pode ser assumida por empresa estrangeira mesmo, como disse o Senador Roberto Saturnino, é fundamental que a empresa nacional tenha condições de sobreviver no setor mídia, porque senão é o Mordock que será patrão de todos nós daqui um poucadinho, possivelmente os cisneiros, como disse o ilustre Presidente.

Na semana passada, estávamos aqui discutindo o setor de comunicações, uma empresa nacional, que tem a marca da competência nacional, que é a Embratel, que foi vendida para um grupo mexicano. Certamente, faltou entrar em discussão – chegamos a falar, várias vezes aqui – a questão do satélite, por exemplo. Nós nos referimos à banda X, certamente, em que as transmissões das Forças Armadas, do próprio Executivo são feitas através da banda X do satélite, mas nos esquecemos de que a própria televisão brasileira é dependente desses satélites da Embratel, a televisão comercial, todas as parabólicas. São milhares e milhares de parabólicas no Brasil inteiro, principalmente nas regiões mais remotas do País dependendo, sim, dessas transmissões.

O SR. PAULO MARINHO – São R$6 milhões.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Seis milhões, está me dizendo o Paulo. Isso tudo já está indo. Felizmente, ontem, um dos dirigentes da Embratel afirmou que a empresa gostaria de ver o Governo participar com a **golden share** da Star One, empresa de satélites dentro da Embratel, e certamente sugerindo que o BNDES consolide todas as suas ações dentro do setor para comprar essa **golden share**.

Insisto muito nessa discussão porque parece que há um certo escrúpulo nacional quando se diz que precisamos ajudar a mídia. Nunca recebi tantas mensagens eletrônicas protestando contra a posição que assumi aqui. Foi dito que estou defendendo a mídia enquanto deveria estar defendendo os hospitais. Não. Sem dúvida nenhuma defendo os hospitais, assim como todo o setor social, além de fazer a defesa intransigente de meu Estado. Mas não posso abrir mão de defender um setor que considero estratégico, qual seja a mídia nacional. Não tenham a menor dúvida de que esse setor terá sempre o meu apoio.

Vejo que não estou só nessa luta porque o Senador Saturnino Braga colocou de maneira muito clara essa posição que todos compartilhamos. Há que se fazer algo sim. Não podemos simplesmente ver que nossas empresas de comunicação estão se afogando em situações irreversíveis e não fazer nada. Temos de fazer algo sim.

O Professor Carlos Lessa está aqui e não me deixa mentir. Emprestamos US$600 milhões para uma empresa estrangeira, a AES, para ir a Minas Gerais comprar 33% das ações da Cemig e assumir o controle da empresa. Três anos depois descobrimos que não pagaram nenhuma prestação, que receberam todos os dividendos, sendo o primeiro no valor de US$150 milhões, e o segundo, de US$70 milhões. A empresa continua sem pagar um dólar do empréstimo que pegaram, e ninguém fala nada.

Contudo, propõe-se a fazer um projeto, como disse aqui o Presidente do BNDES, que considero até superdraconiano. Quando o BNDES apresentar esse projeto, pouquíssimas empresas nacionais vão se enquadrar nas exigências rigorosíssimas dessa instituição. Considero absolutamente lamentável ficar contra uma posição dessas.

Queremos até lembrar algumas posições já assumidas aqui. Quero referir-me a elas porque não se trata de posição do Senador Hélio Costa ou do Presidente Osmar Dias. A primeira posição que vi na imprensa, à qual quero me reportar, é a do Sr. Roberto Civita, Presidente do Grupo Abril, que disse: "O BNDES é a única fonte de recursos de longo prazo no Brasil. Se todos os setores básicos da economia recebem recursos, não sei por que a mídia não deveria receber também".

A segunda é do Sr. Luís Frias, Presidente do Grupo Folha: "A posição da empresa e do jornal é favorável à participação da mídia nos programas de financiamento do BNDES, desde que em condições iguais às dos demais setores da economia e desde que haja rigor total em relação à transparência e à qualidade dos números das empresas".

Segundo o Dr. Francisco Mesquita Neto, Presidente do Conselho de Administração do Grupo O Estado de S.Paulo, "O BNDES entendeu a importância do setor para o país, do ponto de vista institucional, e vai fazer uma análise transparente do assunto, como nós gostaríamos".

Quero acrescentar aqui a posição do Dr. Mino Carta, que faz uma análise absolutamente perfeita da situação, com uma visão estrutural, conforme me lembrou o Presidente do BNDES. Sobretudo ele disse que comunicação não é uma indústria comum. Comunicação é uma indústria diferente, sim, mas sobretudo estratégica do ponto de vista nacional e regional. Em

todas as formas possíveis, a comunicação é absolutamente imprescindível. Tão imprescindível como a energia elétrica, na comparação que foi feita pelo ilustre Presidente do BNDES.

Sr. Presidente, fico muito feliz com essa audiência pública porque as palavras do Sr. Paulo Marinho, por exemplo, ressaltam algo que precisa ser destacado em nossas discussões que é, de preferência, redução da carga tributária, diminuição dos juros, aumento dos investimentos em publicidade. No Governo passado, gastaram quase R$1,5 bilhão. Lamentavelmente, neste Governo, não gastaram nem R$300 milhões até agora. Tem que haver investimento, sim, no setor. Devemos começar por aí, entre outras coisas.

Conforme eu disse, o Mino Carta, levando em consideração o fato de a comunicação não ser uma indústria comum – e não é mesmo –, fez um alerta sobre os Cisnero ou Rupert Murdoc, que podem aqui chegar, amanhã, e comprar toda nossa imprensa.

Ouvi o Celso Augusto Schröder dizer que a entrada do BNDES no processo limitou os espaços, com o que, lamentavelmente, não concordo. Até gostaria de conversar, separadamente, com você. Creio que o BNDES é até o espaço e o caminho que temos para democratizar os meios de comunicação, sobretudo pelo seu poder e sua capacidade.

O Dr. Paulo Tonet Camargo manifestou preocupação com as pequenas empresas. Quero fazer um agradecimento muito especial ao Dr. Paulo exatamente por lembrar a importância das pequenas empresas de comunicação no País. Todas as vezes em que nos reunimos aqui, falamos dos grandes da comunicação, dos grandes da televisão, dos maiores jornais do País, mas nos esquecemos de que, na realidade, há 2.900 pequenas empresas de comunicação, pequenos jornais do interior, emissoras de rádio, de televisão, que, lá no interior, no norte de Minas, no Norte, Sul, Oeste e Leste do Brasil, estão fazendo um trabalho absolutamente formidável com todas as dificuldades.

Se ter um jornal em São Paulo ou no Rio de Janeiro é problema, imaginem ter um jornal ou emissora de televisão em Teófilo Otoni, pertinho do Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas ou em Minas Gerais como um todo e no Norte do Brasil.

Por essa razão, Sr. Presidente, sinto-me amplamente satisfeito com mais esta audiência pública realizada por V. Exª. Estou confiante de que poderemos, com um programa muito bem apresentado pelo nosso ilustre Presidente, em breve, atender a esse setor da economia tão importante e estratégico, como a mídia nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, integrantes da Mesa, inicialmente, endosso o protesto de V. Exª com relação à TV Senado, que deixa de transmitir o final desta audiência, que trata de assunto da mais alta relevância para o País, para fazer a transmissão da CCJC, que é importante, mas não tanto como esta.

Dr. Carlos Lessa, nesta discussão, estamos falando de algo altamente importante para meu País. Estamos falando de educação, da mídia impressa, mas a discussão envolve toda a mídia, rádio e televisão, um setor estratégico e fundamental para o crescimento e desenvolvimento deste País.

Estamos extremamente confortados por saber, primeiramente, que qualquer empréstimo ou socorro dado a essas empresas será feito com critérios técnicos, de viabilidade econômica, como o banco faz, com a visão de que precisamos realmente socorrer as empresas brasileiras que estão em dificuldades. Isso é correto. Não há nada de errado nisso. O errado seria se fosse feito apenas por imposição política. Conheço o desempenho do seu trabalho, que não será por definições políticas e, sim, por definições técnicas bem avaliadas e bem inteiradas.

Então, Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, este momento é muito importante. Trazer essa discussão para esta Comissão é extremamente salutar para a Comissão e para todos que nos acompanham.

Eu gostaria de discutir, Sr. Presidente, uma questão que me preocupa enormemente. Todos os dias, esta Comissão analisa concessões de rádio e de televisão. Nenhum processo desses que relatamos aqui vem acompanhado de um estudo de mercado. Qualquer empresa, quando vai se instalar num local, procura saber se ela tem mercado nesse local, se ela pode sobreviver nesse local. Esse é o ponto inicial. Então, em relação a essas concessões que analisamos aqui, nenhuma delas vem acompanhada desse estudo de mercado, fundamental para a sobrevivência de qualquer empresa.

Encaro a comunicação como uma empresa que precisa ser rentável, precisa de re-investimentos, precisa ser forte, para realmente se orgulhar de ser uma empresa. Então, esse é um questionamento que deixo para o Presidente da nossa Comissão, porque isso é extremamente sério. Distribuímos concessões a torto e a direito, como se diz. Não temos preocupação com o mercado. Daí vem exatamente o furo com que muitas delas estão, porque o mercado não comporta, não há clientes para fazê-las sobreviver. Deixo essa minha preocupação para o Presidente da nossa Comissão.

Deixo meus votos de felicidades e exprimo, também, minha alegria de poder ouvir a explanação do Dr. Carlos Lessa, na certeza de que precisamos socorrer as empresas de comunicação, evidentemente, dentro de todos os padrões técnicos recomendáveis, que é como V. Exª tem agido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo Alves.

Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, cumprimento a todos os componentes da Mesa desta audiência pública tão importante.

Solidarizo-me com a manifestação do Presidente sobre a interrupção. Sabemos que interrupção de transmissão de Comissão somente se dá quando inicia a Ordem do Dia da sessão do plenário. Portanto, ter sido feita a troca da transmissão é lamentável, porque o assunto que estamos tratando tem tudo a ver com a soberania e a democracia do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Ideli Salvatti, é que a TV Senado não precisa discutir esse assunto.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Não precisa, não é? Mas a população brasileira precisa e o Governo brasileiro precisa e está bancando a abertura da discussão. Quem sabe possamos convencer os dirigentes da TV Senado da importância dessa questão, até porque ela é um órgão de comunicação, que, aliás, estamos querendo ampliar, colocando-a na TV aberta. Então, penso que é muito bom fazermos esse debate, bastante democrático, com quem comanda a **TV Senado**.

Inicialmente, quero dizer que tenho buscado responder, dentro do possível na nossa Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, às mudanças que ocorreram na troca do comando do País. Já tive, por inúmeras vezes, a oportunidade de frisar que a visão de Estado - o papel do Estado, a quem serve o Estado, qual é a finalidade do Estado, qual a atuação do Estado – é, indiscutivelmente, o grande diferencial entre os Governos anteriores e o atual.

Um dos principais baluartes dessa mudança do viés, na mudança do caráter do Estado, está representado no BNDES, que reassume o papel de Banco de fomento do desenvolvimento, Banco preocupado em alavancar setores estratégicos, de fazer o financiamento, de poder fazer com que determinadas áreas da economia brasileira, importantes para a nossa soberania, possam ser valorizadas. Inclusive tive o cuidado, temos acompanhado pelos jornais os informes, todos os documentos que chegam do BNDES, pelo carinho que temos, pela importância que damos a esse importante instrumento de política econômica e social, e também, obviamente, pelo carinho que colocamos na pessoa de quem terminou de dizer aqui que está banqueiro, pois é professor, o Carlos Lessa. Tive a oportunidade de atualizar um pouco os dados com a assessoria, e não poderia deixar de colocar que a demonstração clara desse novo papel, desse papel que acho que era o que solidificou a criação do BNDES – o BNDES foi feito para isso, e agora retoma seu papel –, se dá, em primeiro lugar, na utilização de R$37 bilhões o ano passado, executados, colocados na economia brasileira, sendo que, destes R$37 bilhões, 30% foram para atividades ligadas à exportação, dentro dessa lógica. O próprio Governo brasileiro, atualmente, já vinha nessa lógica, que foi bastante acentuada agora, de fomentar e dar consolidação a esse setor, que tem sido o principal responsável por nossos superávits e até de manter índices de desenvolvimento bastante alentadores para nosso País – todos sabemos que, sem o desempenho da exportação, a crise econômica brasileira seria muito maior.

O outro indicador muito importante, é que um terço destes R$37 bilhões foram destinados a pequenas e médias empresas, que são exatamente setores que absorvem um grande volume de mão-de-obra, que estão capilarizados em todo o País. Então, eu não poderia, aqui, deixar de registrar, porque sei que em 2003, 2004 não foi usado dinheiro para a privatização do BNDES; aplicamos os recursos não para perder o patrimônio, mas para colocar em funcionamento setores importantes.

Então, gostaria de fazer esse registro, e quero colocar que neste debate fui questionada pelo Presidente da Comissão, fiz contato com a assessoria do Professor Carlos Lessa e, com relação à questão tanto da mídia impressa, como da mídia eletrônica, de nossas redes de tevê e tal, acho que elas merecem realmente toda essa atenção – volto a dizer que são setores estratégicos para a soberania e para a democracia – e queria aqui já deixar registrado o meu posicionamento: não tenho nenhum prurido ideológico de abrir a discussão de financiamento para renegociação de dívida do setor. Acho que não devemos ter esse prurido, até porque as experiências de abertura de crédito feitas aí no último período, inclusive com pesquisas realizadas, têm dito que a oportunidade de crédito fácil, de crédito a juros subsidiados, tem feito com que a população não utilize isso da forma como se esperava para a compra, mas a população tem saído de sua dívida arrochada do cheque especial, da sua dívida arrochada do agiota, substituindo essa modalidade de dívida por uma dívida mais possível de, em primeiro lugar, pagar. Quando o Presidente Lula diz que vai cumprir, que vamos honrar

os nossos compromissos, vai muito na lógica do povo brasileiro mesmo, que dá um jeito de honrar seus compromissos e fez essa troca. A população brasileira que pôde acessar a créditos com valores subsidiados fez, e rolou sua dívida, e só num segundo momento – e as expectativas são nesse sentido – é que vai para o consumo; primeiro vai equacionar sua dívida e depois vai para o consumo. Então, não tenho nenhum problema. Acho que devemos abrir de forma muito franca, acho que o Governo também tem abertura para fazer essa discussão, até porque, nesse setor estratégico de mídia impressa ou mídia eletrônica, tão importante para nosso País, se a condição para salvar esse setor, para manter esse setor na mão de empreendedores nacionais, vinculados a nossa soberania, se a condição é em determinadas situações limite, fazer o refinanciamento, não temos que ter problema de fazê-lo, não temos; se essa for a condição para que o empreendimento possa ser mantido e não continue nessa curva lamentável, como o Senador Hélio Costa tão bem frisou e trouxe dados tão relevantes, de 17 mil desempregados em um curto período de tempo, e desemprego, que é aquele desemprego qualificado. Normalmente o pessoal de nível superior, o pessoal habilitado, qualificado, que, ao perder o emprego nesse tipo de área, dificilmente tem, encontra colocação em outras áreas. Então, eu queria aqui deixar registrada a minha felicidade de, mais uma vez, encontrar o BNDES nessa linha tão importante para o País, reforçando o papel e a importância que o BNDES tem tido ao longo desses primeiros meses e anos – quase um ano e meio de Governo Lula – e dizer que temos que ter abertura, sim, para fazer o debate na plenitude. Se estamos efetivamente preocupados em salvar este setor, não temos que ter pruridos de abrir a discussão na sua magnitude, na sua amplitude, seja lá o que tiver de questão a ser debatida, com clareza, porque o objetivo central, o objetivo primordial é resgatar e dar condição para que este setor fundamental para a soberania e para a democracia possa continuar existindo e possa continuar criticando o Governo com esse papel importante que a mídia desenvolve em qualquer democracia, porque é exatamente ela que dá os sinais, que dá os alertas de forma mais importante em qualquer democracia sempre.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos que garantir também que ela vai continuar criticando mesmo depois do empréstimo.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Com certeza. Quero só dizer, Presidente, que do jeito que andam criticando não imagino que vão arrefecer muito. Em todo caso, é um dos valores da democracia. Para quem lutou durante décadas para que pudéssemos recuperar essa reconstrução democrática no nosso País, por mais que fiquemos bravos, olhemos para as manchetes – não era bem assim, poderiam ter colocado sob outras lógicas – o pior para qualquer país é não ter uma imprensa soberana e principalmente vinculada aos interesses da nossa nação. Uma imprensa vinculada aos interesses de outras nações pode criticar quanto for, mas as críticas nós enfrentamos e tal, agora a perda da soberania não temos como nos contrapor enquanto país.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos ficar com a esperança de que mesmo depois do empréstimo as críticas vão continuar existindo.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sempre prefiro usar a expressão análise crítica ao invés de crítica. Porque a análise crítica dos meios de comunicação daquilo que acontece em relação a qualquer governo é fundamental. Nada melhor que os meios de comunicação, que estão atentos àquilo que acontece no Executivo, Legislativo e Judiciário, na própria sociedade, para fazer essa análise crítica, até para vermos o que está acontecendo, como vem sendo feito e se está sendo feito da maneira adequada ou não. Então, essa análise crítica é essencial.

Inclusive discutimos dentro do Partido dos Trabalhadores. Pedi que acontecesse que toda vez que uma dificuldade for apontada pelos meios de comunicação, no mesmo dia a pessoa responsável do Executivo esteja aqui para nos explicar o que está acontecendo, para que possamos debater o assunto no Senado.

Esses dias, lembro-me de uma reportagem sobre os fundos de segurança, onde os recursos não vinham sendo repassados. Podemos encarar isso como crítica ou como uma análise crítica. Dissemos: que o pessoal venha dizer se o recurso foi ou não repassado e porque está havendo atraso. Temos que ultrapassar esses problemas. Nesse sentido é essencial e por isso os meios de comunicação têm um papel estratégico, como foi dito e repetido por todas as pessoas. Esse papel estratégico tem que ser preservado. Isso é sinal de democracia, de liberdade de opinião, de consolidação de expectativas, de esperanças, de amadurecimento dos meios de comunicação. Inclusive o Dr. Lessa foi extremamente claro, além dos outros componentes da mesa. Temos que dar uma atenção especial para esse setor, porque além e principalmente por ser um setor estratégico é também o setor que desenvolve uma atividade econômica fundamental; 500 mil pessoas no Brasil é um número bastante importante para todos os segmentos sociais, tanto para a pessoa mais preparada quanto para aquela pessoa economicamente mais simples, mas com tanto valor quanto a pessoa acade-

micamente mais preparada. Por tudo isso, o assunto é importante. Esse é o primeiro ponto.

E eu vou abordar o segundo ponto. Apesar disso, quando se fala para o povo em geral, para a sociedade em geral que "vamos ajudar a mídia", as reações são as mais negativas possíveis. Precisamos analisar esse aspecto e ressaltar as razões pelas quais o povo, que é sábio, percebe que isso é um problema. Se examinarmos outros aspectos, verificaremos aquilo que foi abordado. Nós pensamos: "O BNDES ajudará a mídia". Porém, o que o povo pensa? Que o Governo está comprando a mídia. Esse pensamento refere-se exatamente àquilo que o nosso Presidente disse sobre se essa análise crítica vai ocorrer. Portanto, trata-se de um tema delicado.

O que eu quero dizer com isso? Evidentemente, o Governo não comprará a mídia, mas essas relações devem ser explicadas com muito cuidado.

O SR. PAULO MARINHO – Senador Flávio Arns, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Ouço V. Sª com prazer.

O SR. PAULO MARINHO – Senador Flávio Arns, quero apenas colaborar com sua exposição. Quando ouvimos falar em ajudar a mídia, é importante, neste debate, explicitar quem são e quem serão os beneficiários dessa ajuda, porque essa é uma questão relevante.

Por exemplo, o grupo que represento não se candidatou a esse empréstimo, não tem dívidas nem passivos com o banco. Portanto, creio que este debate seria muito melhor tratado se os beneficiários dessa ajuda, que generalizamos como a mídia, fossem destacados; assim como ressaltada deveria ser a importância de cada valor a ser concedido a essas empresas. Essa nominação ajudaria a entender melhor essa questão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Exatamente. V. Sª já havia abordado esse ponto importante na sua exposição. O grupo não pediu nada, não precisa, não quer; ao contrário, incorporou a gestão da **Gazeta Mercantil**.

De qualquer forma, a primeira impressão do povo é: "Vamos dar dinheiro, porque, dessa forma, tudo se resolve". Isso não pode ocorrer, e é preciso cuidado.

O segundo aspecto a que o povo se mostra contrário – e causa essa impressão negativa – diz respeito justamente àquilo que o Dr. Carlos Lessa expressou sobre o histórico da gestão de muitos meios de comunicação no Brasil. As pessoas perguntam por que vamos ajudar pessoas e famílias, quando não existe a idéia corporativa consolidada nos meios de comunicação. Isso causa um problema muito grande. O povo é contra isso. Discute-se muito qual a natureza da dívida de certos meios de comunicação no Brasil. Por que surgiu a dívida? Percebemos, como **(inaudível)** Capital disse, que é necessário analisar a natureza dessas dívidas, porque realmente houve uma atitude perdulária e, muitas vezes, irresponsável de querer abraçar o mundo com os recursos existentes, sem haver essa disponibilidade.

Segundo as manifestações do Senador Hélio Costa, muitas pessoas disseram que são favoráveis, com base nas regras existentes. No entanto, se estamos discutindo o assunto, as negociações não ocorrem conforme as regras existentes, porque, se assim fosse, não estaríamos nesta discussão. Estamos discutindo o tema, porque outras regras deverão ser criadas para atender a essas necessidades. Nesse caso, o povo manifesta-se contrário e pergunta: "Por que para cá e não para nós que temos trabalho, que estamos nos hospitais, na ciência e tecnologia, nisso e naquilo?" Esses também são pontos estratégicos para o País. Ou a saúde do povo não é estratégica? Ou a ciência e tecnologia não são estratégicas? Ou a educação não é estratégica? Portanto, é preciso estabelecer regras especiais. Por isso estamos discutindo esse assunto. Do contrário, não o faríamos.

Nesse sentido, a questão da isonomia. O empresário dirá: "Como vou pagar dívida, se também tenho dívidas? Estou pagando 20%, 30%. Estou sendo correto. Estou me cuidando. Estou fechando aqui. Estou fechando lá".

Portanto, acredito que o Presidente Lula foi extremamente sábio e correto ao sugerir: "Vamos discutir! Vamos deixar aberto!", como bem lembrou o Dr. Paulo. É preciso definir quem será beneficiado, o que vai acontecer, quais as regras, porque senão fugirá de todas as regras existentes dentro da motivação de que há um setor estratégico. E se realmente considerarmos a questão importante, temos que criar essas regras também, assim como foram criadas regras especiais para os bancos, que tiveram Proer e outras iniciativas para que não se quebrasse o sistema bancário brasileiro.

Há um último aspecto que gostaria de ponderar. Mandar um projeto sem a rediscussão da área de comunicação no Brasil é muito perigoso. Temos que rediscutir a área de comunicação, para que a ajuda venha dentro de uma nova perspectiva, porque senão estaremos tapando buracos, a exemplo do que fazemos o tempo todo no País. Vamos estudar o setor, analisar a estratégia, a finalidade e a importância do setor no Brasil! Vamos verificar se as regras são adequadas, se os artigos constitucionais estão ou não regulamentados.

Um fato me assusta hoje. Estamos o tempo inteiro aprovando canais de comunicação, rádios e televisões na Comissão. Temos de rediscutir essa situação inclusive com o setor de comunicação social.

O Sr. Hélio Costa (PMDB-MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Certamente.

O Sr. Hélio Costa (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns, o mundo inteiro passou pela situação que estamos vivendo presentemente.

Na década de 70 e parte da década de 80, a imprensa norte-americana chegou praticamente às portas da falência total. Todos os grandes grupos norte-americanos entraram em crise. Na Europa aconteceu rigorosamente a mesma coisa. As três maiores redes norte-americanas de televisão, que dominavam durante o ano inteiro a audiência, hoje estão com a audiência reduzida em razão da redistribuição de canais e funções da própria mídia eletrônica nos Estados Unidos.

Esta talvez seja a grande oportunidade que temos – e V. Exª citou isso há pouco, motivo pelo qual pedi aparte – de fazer uma rediscussão tendo em vista a reorganização da mídia nacional, levando em consideração uma nova visão da mídia eletrônica e impressa, sobretudo na expectativa de que empresários que confiam no futuro da mídia impressa, como acontece especificamente com o grupo **Jornal do Brasil,** possam realmente "salvar" o setor. O Governo só está querendo entrar, só está se propondo a entrar, porque ainda não ouviu a iniciativa privada se antecipando para fazer a mesma coisa. Se isso ocorreu no **Jornal do Brasil** – e ocorre brilhantemente e sem dúvida nenhuma em outros setores –, seria bom que outros grupos se manifestassem da mesma forma. Lamentavelmente, porém, ainda não existe a confiança no Brasil de que se paga montar um jornal em qualquer lugar deste País e se paga montar uma emissora de televisão fora dos atuais padrões das grandes redes nacionais. Tudo isso tem que ser levado em consideração.

Portanto, não se trata de ajuda, de socorro, mas de apoio para a reestruturação do setor de mídia e comunicação. Obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Exatamente.

Ressalto que o apoio e a reestruturação, conforme as novas regras a serem criadas dentro do debate que o Presidente Lula e o Dr. Carlos Lessa citaram, têm que acontecer com a sociedade, por intermédio do Poder Legislativo, levando-se em conta todos estes aspectos: apoio dentro de uma discussão – pelo menos penso assim -, de uma nova visão para o setor, com regulamentação e análise do que vem acontecendo, para que não seja simplesmente algo que signifique auxílio, apoio para sair de um buraco sem ter uma perspectiva em termos estratégicos para o Brasil.

Digo que é fundamental, talvez até venhamos a ter regras diferenciadas, se esse for o desejo conseqüente do debate que irá acontecer, mas isso tem que acontecer dentro de um parâmetro, de uma estrutura nova que permita com que realmente haja, por intermédio desse esforço, uma perspectiva nova para o Brasil.

Apreciei muito e quero parabenizar, em primeiro lugar, a participação da Mesa, a iniciativa e a preocupação da Comissão de Educação, a participação das pessoas. Quero enaltecer de uma maneira especial o esforço do Dr. Lessa para popularizar, tornar conhecidas as iniciativas do BNDES com o seu rigor e espero que possa colaborar decididamente dentro de uma estrutura diferenciada em um setor fundamental para o Brasil como são os meios de comunicação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos fazer uma rodada na mesa para encerrar a reunião, uma vez que todos os inscritos já falaram.

Vou seguir a ordem. Primeiramente, tem a palavra o Professor Carlos Lessa para fazer as suas considerações finais. Pediria que todos fossem objetivos porque estamos perto de uma hora e temos que encerrar a reunião.

O SR. CARLOS LESSA – Srªs e Srs. Senadores, sinto-me uma pessoa privilegiada por ter participado do debate, porque vi luzes mais claras do que quando aqui entrei.

Anotei como uma sugestão particularmente importante para essa discussão a possibilidade desta comissão realizar uma recomendação. Vou me comprometer a fazer uma coisa que não é do padrão do BNDES. Encaminharei um ofício meu a V. Exª dizendo que, como Presidente do BNDES, estou pensando em levar à discussão da diretoria uma proposta que terá tais e tais características.

Não sei exatamente qual é a regra institucional, mas pediria que V. Exª consultasse as Srªs e os Srs. Senadores que compõem esta Comissão sobre a posição que têm a respeito do que está sugerido.

É evidente que se eu tiver a palavra desses Senadores me respaldando, como Presidente do BNDES, sentir-me-ei muito mais garantido e pisando em um terreno muito mais sólido para levar essa discussão para outros fóruns.

Não sei se é possível fazer isso, mas anotei a sugestão como de grande fecundidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se V. Exª fizer a consulta à Comissão, eu a reúno e colho dela uma recomendação da maioria dos membros.

O SR. CARLOS LESSA – Vou me comprometer com os...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Claro que a Comissão tem que conhecer os detalhes da operação.

O SR. CARLOS LESSA – Na semana que vem estarei encaminhando uma carta na qualidade de Presidente do BNDES em que direi a V. Exª que, como Presidente do Banco, estou pensando em levar uma sugestão com tais e tais características e gostaria de conhecer a opinião dos membros da Comissão.

Esse já é um pontapé, mas não significa que o BNDES fechará o processo, mas que esta Comissão, que se manifestou preocupada, nos deu um posicionamento.

Anoto também, com muita satisfação, o pronunciamento da Senadora que reiterou o que eu havia colocado: houve uma instrução do Senhor Presidente da República para levar o tema à discussão. Na verdade, tenho a impressão de que essa discussão é extremamente promissora e, se percebi corretamente, a sugestão do Senador Flávio Arns é a de que não fiquemos apenas na discussão de um programa, que é um programa de financiamento do BNDES a um determinado setor que todos consideram estratégico, mas que se vá mais além e se pense num redesenho institucional confortável e importante para o País.

Se V. Exª me conceder mais dois minutos, darei duas pequenas informações que vão parecer muito tópicas. A questão dos US$750 milhões – não são US$600 milhões – do financiamento à **(inaudível)** por causa da Cemig, não apenas estamos promovendo uma ação executória, como estou promovendo a penhora dos dividendos. Creio que o Governo de Minas Gerais, o qual já consultamos, só fará o depósito em via judicial. Então, creio que começamos a caminhar nessa trilha.

Com respeito à importância do setor estratégico, registro com muita satisfação o que escutei aqui sobre a necessidade de a indústria de comunicação estar nas mãos de brasileiros naturais, nascidos e residentes no País. Acho isso da maior importância. Na verdade, é preservar um instrumento essencial para a construção da Nação, que deve ser visto como um projeto permanente e cada vez mais ambicioso.

Então, saio daqui muito mais animado, porque há pouco tempo o BNDES fez uma pequena diferenciação de taxa de juros e fomos muito criticados por isso.

Nada me entristece mais como Presidente do Banco do que fazer um levantamento e ver que o BNDES, durante mais de 40 anos, financiou empresas cervejeiras, como a Brahma e a Antártica. Mais de 700 operações foram feitas pelo Banco, ao longo de 40 anos, e no final vai para a Bélgica.

Eu gostaria que houvesse um desenho institucional que nos desse total certeza de que, ao apoiar as 2,9 mil empresas da mídia impressa – e não sei quantas são, eu estava com mil como total mas esse número já se multiplicou –, eles vão continuar com os "josés da silva", porque são instrumentos importantes para o Brasil. Realmente, o setor de propaganda passou por um encurtamento e uma redução de autonomia absolutamente impressionante.

Por último, estejam certos de que tudo que o BNDES faz para todos os setores do País passou a fazer para as empresas da indústria de comunicação. Porque as nossas novas políticas operacionais consagraram que trataremos o setor como um setor industrial.

Creio que o Senador Flávio Arns disse algo muito importante, que é a questão da isonomia. Se essas empresas são importantes para o futuro do País e se elas atravessam um momento de dificuldade, as instituições públicas têm que se preocupar com isso pela sua importância para o futuro. Mas, a verdade é que – e V. Exª tem toda a razão – ajudar sugere a idéia de um favor diferencial não necessariamente límpido. Tem que haver absoluta limpidez, e acho que a Casa tem que discutir a idéia, porque o princípio da isonomia, do ponto de vista da estratégia brasileira, tem que ser tomado como referência.

Agradeço imensamente por ter participado deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nós é que agradecemos ao Presidente do BNDES, que se dispôs a debater o assunto com a Comissão.

Passamos a palavra para o Sr. Paulo Marinho, Vice-Presidente Executivo do **Jornal do Brasil**.

O SR. PAULO MARINHO – Senador Osmar Dias, Senador Hélio Costa, em nome do **Jornal do Brasil**, em nome do Dr. Nelson Tanure, Presidente do nosso grupo, para essas considerações finais, agradeço ao convite formulado à nossa empresa para comparecer a este debate. Acho importante que estejamos presentes até para poder relatar a experiência da nossa empresa em relação às dificuldades que o mercado atravessa nesse momento. Não queria deixar transparecer a idéia de que a nossa empresa, pelo fato de não sermos devedores do mercado, não esteja também inserida nesse quadro de dificuldades que o mercado atravessa.

É óbvio que nós, como empresa de comunicação e sobretudo sendo do setor da mídia impressa, estamos cem por cento envolvidos nesse ambiente de absoluta fragilidade com que o mercado se defronta hoje.

Quero deixar essa questão registrada porque é importante que essa nossa posição seja compreendida dentro desse contexto de dificuldades. Obviamente, o que nos diferencia dos demais é o fato de que as empresas que hoje administramos tinham uma situação de fragilidade aguda quando assumimos. Então, por questões de circunstâncias próprias dessas empresas, nós nos preparamos para uma realidade muito dura, preparamos essas empresas para trabalhar em um mercado de absoluta adversidade, talvez essa seja a diferença que existe entre nós e as outras empresas de comunicação em relação a esse quadro de dificuldades em que vivemos hoje.

Quero oferecer a esta Comissão, em nome do **Jornal do Brasil** e do Dr. Nelson Tanure, o espaço que a Comissão precisar para divulgar seus trabalhos, as páginas do **Jornal do Brasil** e da **Gazeta Mercantil**, oferecemos esse espaço e estaremos aqui sempre acompanhando.

Considero importante o que disse Hélio Costa, em sua última fala, que essa questão que debatemos hoje não se trata apenas de uma questão pontual e sim de uma questão de, seja qual for o nome que quisermos dar, reestruturação, redesenho, enfim, é uma questão em que vamos cuidar de pontos mais profundos, ou seja, vamos redesenhar, reestruturar um setor que precisa ser repensado.

Concluo, agradecendo a gentileza do convite. Estamos à disposição desta Comissão, do Senado, para prestar outros quaisquer esclarecimentos em relação a essa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos a sua disposição e a aceitamos. Inclusive, estamos debatendo outro importante assunto, que é a venda das ações da Embratel. A Comissão está inteiramente envolvida no debate, pois se trata de um assunto de interesse nacional.

Passa a palavra, para as considerações finais, ao coordenador-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Celso Augusto Schroden.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRODEN – Obrigado, Presidente.

Inicio dizendo que a estruturação da comunicação no Brasil, ao contrário, por exemplo, da França, da Inglaterra e mesmo dos Estados Unidos, decorre de uma absoluta ausência de projeto nacional de comunicação. Isso fica claro no livro citado pelo Senador Saturnino, no relato de Fernando Morais, Chatô, ao prazer e à demanda de empresários mais ou menos morais, mais ou menos eficientes, mais ou menos preocupados com a democracia, mais ou menos coniventes com o autoritarismo etc.

Essa característica marca a estrutura da comunicação no Brasil e o resultado é uma das concentrações mais inéditas no mundo da comunicação. Isso não pode ser ignorado e já foi até referido hoje aqui. Ou seja, essa ausência de política de comunicação, na verdade, caracterizou uma política de comunicação no Brasil que centrou um enorme poder dos meios de comunicação, produziu um mercado com essas características. Isso, por exemplo, é absolutamente inédito e evitado e controlado no mundo, 70% de audiência e 70% de financiamento vão para um grupo empresarial. E não estamos falando, já que alguém referiu aqui, dos pequenos jornais, não estamos falando das pequenas rádios, estamos falando de dinheiro que vai simplesmente ou provavelmente ser demandado por uma estrutura absolutamente oligopolizada e monopolizada e, digo e repito, inédita no mundo. Temos que levar em conta essa característica, não há como ignorá-la.

Outro elemento que foi levantado aqui é o caráter da mídia impressa, com o qual o FNDC concorda, ou seja, temos uma distorção absoluta no País, com uma construção totalmente pautada pela televisão. Não podemos ignorar também que a propriedade privada permitida no Brasil e não-regulamentada faz com que boa parte dos jornais produzidos – há exceções – seja fruto de redes, em que o centro sejam as televisões. Então, não estamos falando apenas de um segmento econômico, mas de um segmento que faz parte de grupos altamente imbricados na propriedade, o que também deve ser levado em conta.

Para encerrar, Sr. Presidente, na carta que enviamos ao Presidente Lula, levantamos a questão sobre qual é a natureza dessa crise: primeiro, porque ela é controversa, pois parte do segmento ou do setor acredita que não há crise e não deseja esse tipo de ajuda – esse já é um elemento político que temos de considerar; segundo, todos os indicativos no Brasil e no mundo são de crescimento estrondoso na área. No Brasil, por exemplo, são 12,9%. Ou seja, quando o País cresceu pouco mais de 3%. Na verdade, é uma crise de que natureza? Conjuntural? Estrutural? É fruto simplesmente de mal gerenciamento, de aventuras econômicas? Esse debate é extremamente pertinente e precisa ser transparente e público.

Finalmente, sobre o caráter do BNDES, quando dizemos que esse debate tem um corte político necessário e fundamental para ser discutido, porque não estamos falando de qualquer segmento econômico, de qualquer tipo de indústria ou de segmento de produção; que é preciso haver um espaço público para ser discutido, obviamente não estamos descaracterizando o BNDES, não estamos vendo qualquer tipo de óbice a que ele seja o agente financiador. Não é isso.

Fiz um comentário ao Dr. Lessa, que o considerou uma provocação no início, e, na verdade, não era. Tive oportunidade de ler ontem, por exemplo, as normas que nortearam o famoso e famigerado Proer, que tem um corte negativo. Eram excelentes normas, excelentes regras, que estavam todas lá e não impediram que esse famigerado financiamento tivesse as características que assumiu. Por quê? Porque, na verdade, não ocorreu o debate público que estamos pedindo. Portanto, no nosso entendimento, o BNDES é o final do processo e não o início. Este deve continuar sendo o debate, com as características daquele que acontece nesta Comissão e cuja importância ressalto mais uma vez. Dada a complexidade, a natureza do que estamos discutindo, que não é simplesmente apagar o fogo, ou seja, acudir essa ou aquela empresa – se é que o desejamos mesmo, como disse o Senador –, se estamos apontando para a produção de uma política nacional de comunicação, acreditamos que o espaço adequado é o Conselho de Comunicação, onde a complexidade será contemplada. Isso não significa negar o Congresso, mas utilizar um instrumento seu, que é o Conselho.

Mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço a oportunidade. O fórum nacional agradece a oportunidade e salienta a importância que esta Comissão tem de proporcionar sistematicamente o debate sobre comunicação, que, repito, é quase sempre oculto, opaco, infelizmente, para a população brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Finalmente, para depois encerrarmos a reunião, concedo a palavra ao Diretor da ANJ, Paulo Tonet Camargo.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade e louvar a iniciativa de trazer esta discussão ao Senado da República e, particularmente, a esta Comissão. Eu gostaria de deixar bem clara a posição da ANJ, que, desde o primeiro momento, inclusive em nota oficial divulgada para toda a imprensa brasileira, defendeu que o processo que se estava encaminhando ao BNDES tivesse total e absoluta transparência. Então, considero fundamental o que o Presidente Carlos Lessa está fazendo aqui, que é discutir o assunto amplamente, como os Senadores Flávio Arns e Roberto Saturnino mencionaram. Não há nenhum problema. No entanto, queria fazer dois pedidos para essa discussão.

É natural e compreensível – o foco desta audiência pública era a discussão do projeto do BNDES, *vis-à-vis* a mídia impressa – que o debate tenda a verter para a mídia eletrônica, porque é a mais visível, porque é a maior.

Então, é natural que, se o debate começa tratando de rotativa... Neste ponto, quero fazer um parêntese: quando, há 20 anos, Senador Roberto Saturnino, as empresas trabalhavam com linotipo, Senador Hélio Costa – V. Exª é da área...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Não sou do tempo, mas sou da área.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Não é do tempo, mas é da área, conhece a história. Quem é do tempo é o Martins, que é mais velho do que nós e está sendo lá. É jornalista velho.

Trabalhava-se com linotipo, trabalhava-se com aquelas redações barulhentas com máquina de escrever. De repente, partimos para a informatização, partimos para o **off-set**, partimos para programas que tornassem as redações ágeis, como são hoje. Então, nesse momento, por as empresas constitucionalmente serem familiares e não poderem ser pessoas jurídicas, o financiamento foi tomado em banco e foi tomado lá fora. Começou assim um endividamento porque fomos obrigados a nos modernizar.

Agora estamos apenas dizendo ao BNDES que as empresas querem cumprir as regras, estruturar-se, cumprir todas as exigências – o que será muito difícil –, mas querem merecer a mesma atenção que recebem outros setores da economia, que empregam tanto ou menos do que o setor de mídia impressa e têm obtido ajuda e financiamento.

A diferença entre nós e os fabricantes de parafuso é que, quando surgiu a nova máquina para fabricar parafuso, na década de 70, eles tiveram financiamento do BNDES para comprá-la, mas nós não tivemos. Não podíamos ter porque o Banco tinha regra clara. Lendo-se Chateubriand, compreende-se muita coisa, por que não tinha... Tudo bem, não tinha.

Por causa disso, eu gostaria de chamar atenção para dois aspectos: o foco nosso hoje aqui é mídia impressa; segundo, quando falamos em mídia impressa, não nos queremos referir apenas aos grandes jornais. Quero reiterar isso aqui. Existem médias e importantes empresas no interior do Brasil, em cidades importantes do interior do Brasil, como Campinas e Ribeirão Preto – citando o interior de São Paulo –, como Campos, no Estado do Rio de Janeiro, e como tantas outras cidades pelo interior do Brasil, que têm importantes órgãos de comunicação, que não são **O Globo**, **Folha de S.Paulo**, **O Estado de S. Paulo**, **O Dia** ou qualquer um dos grandes jornais que conhecemos no Brasil. Então, falo em nome dessas empresas também.

Faço agora o segundo pedido: quando analisarmos a questão da mídia impressa, esqueçamos um pouco a mídia eletrônica, que é outro assunto. E, quando analisarmos a questão da mídia impressa, não pensemos apenas nos grandes jornais do País – que são 15 ou 20, talvez –, pensemos em 2.900, que geram empregos. Então, essa é a solicitação que faço à Comissão nessa discussão.

Finalmente, eu gostaria de dizer que a ANJ quer manifestar, perante o Senado da República, perante esta Comissão, a total e absoluta confiança nos critérios que o BNDES, como banco público de fomento brasileiro, haverá de adotar para que não haja qualquer espécie de distorção nos programas que desenvolverá. Que ninguém vá ao BNDES, especialmente – permita-me, Professor Carlos Lessa – sob a sua Presidência, de dedo em riste, dar noções ou aulas de brasilidade e de manutenção dos interesses nacionais. O BNDES tem competência, instrumentos e está ideologicamente preparado, desde a sua fundação, Senador Roberto Saturnino – creio que V. Exª estava lá. Então, que não se ensine ao BNDES como ter essas garantias e esses critérios.

Queremos reafirmar essa confiança no BNDES e que estamos à disposição do Senado da República, desta Comissão e de quem quiser para debater o assunto, que nos é muito caro, principalmente na defesa, sim, de 2.900 empresas brasileiras que precisam parar de ser discriminadas.

Acredito que talvez muitas, a maioria não conseguirá esse financiamento. Muitas não precisam – como no caso citado aqui por Paulo Marinho –, mas não podem ser discriminadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O BNDES tem 50 anos, Senador Roberto Saturnino, e V. Exª estava lá, mas o Senador Hélio Costa não fez a reportagem da criação. S. Exª não é do tempo.

Quero agradecer aos convidados e ao Presidente do BNDES a disposição de debater abertamente o assunto. Vou encerrar a reunião, mas não o assunto. O tema voltará à Comissão assim que o Presidente do BNDES nos encaminhar a solicitação de uma recomendação. Teremos, então, todo o prazer de fazer aqui um debate e uma votação para conhecermos o pensamento da maioria dos Senadores.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h20min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 14ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de maio de 2004.

Às onze horas e dezoito minutos do dia onze de maio de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, José Jorge, Efraim Morais, Roseana Sarney, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Luiz Otávio, Edison Lobão, Marco Maciel, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Fátima Cleide, Duciomar Costa, Hélio Costa, Maguito Vilela, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência comunica à comissão que estando, no dia de hoje, sobrestada a pauta do Plenário desta Casa, de acordo com o que determina os parágrafos 1º e 2º do artigo 64 da Constituição Federal, os projetos de caráter terminativo, constantes na pauta, ficam adiados. Prosseguindo, inicia-se a deliberação pelo item não terminativo: Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 095, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Wilson Santos que, "Extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9192, de 21 de dezembro de 1995". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Cristovam Buarque, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. Neste momento, o Senhor Presidente pede a palavra e discorre sobre os problemas que as comissões permanentes vêm enfrentando devido ao trancamento da pauta do plenário do Senado e que impede, igualmente, a deliberação de matérias terminativas nas Comissões da Casa. O Presidente sugere a todos os presentes encaminhar ofício ao líder do Governo no Senado, Senador Aloyzio Mercadante, protestando pelo excessivo número de Medidas Provisórias editadas pelo Executivo, motivo do sobrestamento das pautas no Legislativo, solicitando ainda o apoio à consulta que formulou à Comissão de Constituição e Justiça, através do requerimento de sua autoria, sobre a possibilidade das Comissões Per-

manentes deliberarem matérias terminativas, mesmo com a pauta do plenário trancada, como já ocorre na Câmara dos Deputados. A proposta é aprovada por unanimidade. Tendo em vista o sobrestamento da pauta do Plenário do Senado Federal, as seguintes matérias ficam adiadas: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2003, Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 033, de 2003, Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2003, Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2002, Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2003, Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2003, Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2003, Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2003. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, está aberta a 14ª reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Temos vários itens na pauta. No entanto, como não podemos votar nenhuma matéria com caráter terminativo, já que estamos com a pauta do plenário obstruída, vamos apreciar o Item 3 da pauta, que é não-terminativo, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003, que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários, regulado pela Lei nº 9192, de dezembro de 1995. Autor: Deputado Wilson Santos. Relator: Senador José Maranhão.

Como esta matéria já constou de duas reuniões anteriores da pauta e nós não tivemos aqui a presença do Relator, Senador José Maranhão, que também não está presente hoje, vou designar o Relator **ad hoc**, Senador Flávio Arns, pedindo que colabore com a Comissão, fazendo o Relatório **ad hoc.**

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco PT – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão Projeto de Lei nº da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2961, de 2000, na Casa de origem) de autoria do Deputado Wilson Santos, que extingue a lista tríplice do processo de escolha dos dirigentes universitários, regulado pela Lei nº 9192, de 1995.

O PLC nº 95, de 2003, foi encaminhado ao Senado Federal, na forma do parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados. O projeto extingue a lista tríplice de que trata o art. 1º da Lei nº 9192, de 1995, e mantém as outras disposições do processo de escolha dos reitores e demais dirigentes universitários Determina, ainda, que as nomeações deverão recair obrigatoriamente sobre os nomes mais votados para cada cargo.

Em sua justificação, o autor alega que para que o processo de escolha dos dirigentes universitários seja plenamente democrático, é necessário respeitar a vontade dos eleitores que dele participem.

Durante o prazo regimental não foram apresentadas emendas ao PLC nº 95, de 2003.

ANÁLISE

A comunidade universitária sempre reivindicou o direito de escolher seus dirigentes de forma democrática, autônoma e independente. A Lei nº 9192, de 1995, trouxe avanços a esse processo quando alterou a Lei nº 5540, de 1968, restringindo a três a lista dos nomes que deveria ser apresentado ao Presidente da República para escolha dos dirigentes universitários.

Outra contribuição que a Lei de 1995 trouxe foi a criação para a escolha da lista tríplice de colegiado constituído de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observado o mínimo de 70% de membros do corpo docente no total de sua composição.

Esta lei, entretanto, deixa para o Presidente da República a possibilidade de escolher qualquer um dos três nomes apresentados, mesmo que não seja o mais votado. A extinção da lista tríplice, portanto, elimina esta possibilidade e garante que a vontade dos eleitores seja respeitada.

É importante lembrar que a Constituição Federal dá às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (art. 207). Nesse contexto, pode-se considerar que a não escolha pelo Presidente do nome mais votado pelo colegiado eleitoral da universidade constitui desrespeito a preceito constitucional.

Sendo assim, a alteração proposta pelo PLC em análise traz inegável contribuição à plena democratização do processo de escolha dos dirigentes universitários, à medida que assegura o respeito da vontade expressa pelos eleitores e preserva a autonomia das universidades.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de boa técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PLC nº 95, de 2003.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003, (nº2961, de 2000, na Casa de origem).

Este é o parecer do Relator, Senador José Maranhão, e que pronuncio como Relator **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Em discussão. (Pausa.)

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, esse projeto de lei do Deputado Wilson Santos é um avanço no que hoje existe.

De fato, a autonomia universitária é ferida com a idéia de listas múltiplas, quando deveria ser uma só.

Teria o maior prazer em aprovar este aspecto. Entretanto, creio que podemos tentar avançar em algo mais. Embora, ele elimine a lista tríplice, mantém o mesmo critério atual de escolha do reitor. Embora ele diga que democratiza, de fato democratiza dando poder à comunidade, não faz a democratização, que acho que valeria a pena conversar, na mudança dos pesos que são usados hoje para os três segmentos.

Atualmente, o professor tem 70% do peso; o funcionário, 15%, e o servidor 15%.

Quero pedir vista do processo, para tentar conversar com outros Senadores, com a Liderança, no sentido de podermos evoluir no projeto, seja na mudança dos pesos, que vêm de uma lei já de alguns anos, seja numa visão que pessoalmente defendo, e é um projeto de lei que está na Casa Civil desde março do ano passado, que é dar autonomia à Universidade, para decidir o próprio critério de escolha do seu dirigente, permitindo que a Universidade que quiser escolher indiretamente o seu reitor, possa fazê-lo. Quem quiser manter a atual proporção: 70%, 15% e 15%, que a mantenha. Mas se quiser o voto universal do aluno, tendo o mesmo peso do voto do professor, que o possa também.

Quero pedir vista, com o compromisso de, na próxima terça-feira, trazer uma posição, seja mudando o projeto, seja aprovando-o como está, porque já é um avanço.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Fica deferido o pedido de vista de V. Exª.

Vamos ter que encerrar a reunião.

Quero dizer que se o Governo continuar com a prática de fabricar medidas provisórias todos os dias, seria melhor extinguir as Comissões Técnicas do Senado.

Esta Comissão, o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está aqui, no ano passado, realizou 52 reuniões, todas com **quorum** alto, com votação de um número enorme de projetos, cerca de 1.200 projetos, e esse ano não conseguimos votar nada.

Vamos precisar alugar, talvez, um anexo aqui ao lado, para colocarmos os projetos que estão ali empilhados, são mais de 500 processos de autorização de outorga de rádio e televisão e que estão paralisados. E eu tenho sido, como Presidente da Comissão, cobrado, porque as pessoas, evidentemente, não conhecem o rito de trabalho da Casa, e acham que não estamos votando e estamos segurando aqui as autorizações de outorga e concessões.

Então, aproveito para informar que não estamos votando, simplesmente porque o Regimento não permite. A situação que se encontra a Comissão de Educação é a mesma situação que se encontram todas as Comissões, inclusive Comissões que estão tendo problemas já de ter **quorum**, porque os Senadores sequer vêm para a Comissão, porque sabem que não haverá votação e não vêm para a Comissão.

Hoje, tínhamos um item não-terminativo, esse que acabou de ser lido, com a concessão do pedido de vista, acabou a discussão, e não temos mais matéria a votar nessa reunião.

Aproveito a presença do Senador Edison Lobão. Fiz uma consulta à Mesa e essa consulta talvez ainda não tenha sido encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de ela deliberar se podemos ou não adotar o mesmo modelo adotado pela Câmara dos Deputados, onde as Comissões, em que pese a obstrução da pauta no plenário, votam matérias terminativas nas Comissões.

Se isso, Senador Lobão, poderia ser analisado, o mais rápido possível, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e se o parecer for positivo vai ajudar as Comissões a desempenharem a sua função, a sua tarefa normalmente, o que não está ocorrendo hoje, já que estamos há quatro semanas sem poder votar nada nesta Comissão. A última reunião deliberativa realizada nesta Comissão foi no dia 16 de fevereiro. Estamos no dia 11 de maio. Então, são praticamente 90 dias em que não conseguimos votar nada. Estou registrando isso, porque a Comissão de Educação tem uma responsabilidade grande perante a sociedade e não estamos cumprindo essa responsabilidade exatamente pelo travamento da pauta, estamos congelando os trabalhos das Comissões. E isso está refletindo mal para o Congresso Nacional, especialmente para as Comissões. Sinto-me muito mal com essa situação, não conseguimos votar matéria alguma, tenho que abrir a reunião e encerrá-la devido ao quórum baixo. Infelizmente, estamos sempre com quórum baixo pela obstrução da pauta no plenário. Solicito ao Senador Lobão se essa consulta já chegou para que ela seja votada e se tivermos uma resposta positiva da Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania, voltaremos ao nosso ritmo normal de trabalho.

Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Osmar Dias, a revolta cívica de V. Exª há de ser a de todos nós também. Sinto as mesmas dificuldades na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Temos um acúmulo imenso de matérias exatamente pela dificuldade de votarmos os projetos de caráter terminativo. No período revolucionário, nós nos queixávamos de que havia os decretos legislativos do Presidente da República, mas eles não obstruíam a pauta e também não eram editados abusivamente, como ocorre hoje. Precisamos encontrar uma solução para esse problema das medidas provisórias que substituíram os decretos legislativos. Isso até pode ser muito confortável para o Governo, para o Poder Executivo, para o Presidente da República, baixar seguidamente medidas provisórias. Mas isso, no meu entendimento, atenta contra os fundamentos da democracia. Não é possível que nós, com a nossa inteligência política, não encontremos uma solução para esse problema. Ainda não recebi a consulta de V. Exª. Vou procurar junto à Mesa do Senado e garanto a V. Exª que proporei uma urgência especial para o exame dessa consulta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e comunico que há um projeto de resolução apresentado pelo Senador Eduardo Azeredo, que faz parte também desta Comissão, que propõe exatamente a possibilidade de as Comissões votarem matérias terminativas, mesmo estando a pauta do Senado trancada. Talvez, se a minha consulta não for suficiente, esse projeto tramitando com a celeridade que ele exige, possamos encontrar uma solução, porque do jeito que está é impossível conduzir e presidir uma comissão, como a Comissão de Educação, em que 90% das matérias são terminativas. Não conseguimos conduzir a Comissão dessa forma. Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero concordar integralmente com todas as colocações de V. Exª, que tem se manifestado nesse sentido no plenário, todos nós temos também nos manifestado. Na verdade, é uma pena ver a importância de todas as Comissões, mas, particularmente, a de Educação, que é essencial, fundamental para o Brasil, junto com Cultura, Esporte, Comunicação, Informática, essas áreas, a gente há três meses sem deliberar. Acho que 90 dias é um tempo extraordinário. Além disso, temos sete ou oito medidas provisórias trancando a pauta. Fico pensando se vamos votar alguma coisa, se não houver um encaminhamento de forma diferente, como o Senador Edison Lobão inclusive já mencionou e V. Exª também, se vamos votar alguma coisa neste primeiro semestre. Passaríamos um semestre sem votar. Acho que, além disso, deveríamos até formalmente mandar esse questionamento para a Liderança do Governo, para que ela o leve, formalmente pelo menos, para o próprio Executivo. Temos feito isso de todas as maneiras possíveis para evitar a edição de medidas provisórias, que além de não atender à necessidade de se discutir com a sociedade, de se dialogar, muitas delas observa-se que de fato são relevantes, mas não urgentes. Quer dizer, poderia perfeitamente haver a utilização do mecanismo tradicional e democrático do projeto de lei. Mas tenho a impressão de que a formalização, pelo menos para ter um documento, mandar um documento, porque tendo um papel, um ofício, pelo menos a pessoa mostre ao Executivo que já estamos aqui há um semestre sem deliberar. Agora, isso prejudica, na verdade, o Brasil. Prejudica o Brasil, porque tantos projetos de lei emperrados podem causar esse mal-estar, essa dificuldade toda, como V. Exª mencionou. O pessoal não entende como não se vota. Já temos relatórios prontos aí há três meses, de vários aspectos e a população não entende por que não estamos votando. Acho que essa formalização, talvez, fosse mais um caminho a reforçar, pelo menos para formalizar essa questão difícil que estamos enfrentando.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Flávio Arns. Vou atender à sugestão de V. Exª e encaminhar ao Líder do Governo essa reclamação, que é de todos, inclusive apoiada pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O problema é que estou pessimista em relação ao que V. Exª colocou. Temos mais oito. É que a fabricação de medidas provisórias está em série. Se votarmos essas oito, vêm mais oito, depois mais oito. E não sairemos dessa situação em que nos encontramos de não votar nada. Então, nós Senadores, estamos na seguinte situação: as Comissões não estão conseguindo votar, mas ainda assim votamos 32 matérias não- terminativas nesse período de três meses, mas não conseguimos votar as terminativas. No plenário, mudou bastante o hábito do Senado neste ano, só os Líderes praticamente conseguem falar; você se inscreve, é o terceiro da lista de inscrição, e não consegue falar porque o Líder fala, o Vice-Líder fala depois da Ordem do Dia, e o Líder pede pela ordem, o outro Líder também para responder, o outro cita um e o outro cita o outro, e os Senadores não falam. Então, eu sinto que o desempenho do Senado, neste semestre, caiu bastante em relação ao que vinha ocorrendo. Estamos fazendo uma crítica ao Poder Executivo em relação às matérias terminativas, mas aproveito para fazer uma crítica interna também, do hábito que se criou nesta

Casa de Líder falar duas, três vezes por sessão, mais o Vice-Líder, resultando, mais ou menos, em seis vezes por Partido. Os Senadores não conseguem expressar sequer os seus pensamentos, não conseguem sequer fazer um pronunciamento no plenário. Do jeito que está indo, o Congresso vai acabar correspondendo aos índices que a pesquisa já indica, de uma instituição em descrédito. Temo que acabe aquele índice se reduzindo ainda mais, por nossa responsabilidade, e por responsabilidade do Executivo. Temos que fazer alguma coisa, temos que reagir.

Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Presidente, creio que é correta a idéia, para destravarmos tudo isso, desvincularmos as decisões que tomamos das medidas provisórias, mas é uma solução paliativa. Creio que precisamos ir além disso, discutir algo mais substancial, instrumento da medida provisória da maneira como vem sendo usada. Nunca fui contra medida provisória, acho que foi um avanço dos Constituintes, muitos deles ainda estão aqui, porque um governo moderno precisa de instrumentos ágeis. Mas, como está ocorrendo, pode ter um impacto negativo no processo democrático e criar um constrangimento na relação dos Poderes.

Fico contente em ter o Senador Edison Lobão aqui, pelo seu prestígio e pela Comissão que ele preside, eu queria fazer-lhe um apelo, Creio que está na hora de pensarmos se é necessário fazer mudanças constitucionais para regular o instrumento da medida provisória de uma maneira que não constranja nossos trabalhos, mas que permita a boa relação entre Congresso e Governo Federal. Não estou pensando no atual governo, estou pensando nos próximos três, quatro, cinco, dez, vinte governos, porque podemos ter um dia dificuldades muito mais sérias no funcionamento da República brasileira. É tempo de a gente saber o que fazer para que a medida provisória seja um instrumento de agilidade e não de constrangimento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Cristovam Buarque, faço um aparte para dizer, lhe que fui realmente Constituinte. A Constituinte foi bem inspirada quando criou o instituto da medida provisória, mas teve o cuidado de estabelecer o princípio da urgência e da relevância. A medida provisória deve ser editada sim, toda vez que haja urgência e que seja relevante o tema a respeito que ali esteja sendo tratado. Mas o que temos visto é que nenhum governo, nenhum, não estou criticando este, teve o cuidado da aplicação correta do princípio da medida provisória com urgência e relevância. E nós, aqui no Congresso Nacional, lenientes com esta situação, vamos deixando passar e não rejeitamos desde logo a preliminar da relevância e da urgência. Isso foi feito agora com o projeto dos bingos, a Medida Provisória dos Bingos, mas, de um modo geral, não se tem feito isso.

O Presidente da República tem a possibilidade também de enviar ao Congresso, sempre, as suas mensagens pedindo urgência constitucional. Há um dispositivo na Constituição que permite um debate no Congresso Nacional, que não vai além de dois ou três meses, com a urgência solicitada pelo Presidente da República. Mas, o Presidente sempre prefere a medida provisória, edita a medida provisória para todas as questões a seu juízo, e não leva em consideração a relevância e a urgência exigidas pela Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou passar a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, mas antes, eu gostaria de dizer o seguinte: Por proposta do Senador José Jorge vamos, na Comissão de Educação, constituir um grupo de trabalho para analisar medidas provisórias que tenham alguma relação com o assunto educação, principalmente. Porque queremos um compromisso do governo, que a reforma universitária, que assuntos de relevância, mas não urgentes, sejam encaminhados por meio de projetos de lei, para que a gente possa discuti-los e dar tempo de podermos fazer as mudanças que entendemos sejam interessantes e necessárias. Com medida provisória esse tempo não existe, e o Congresso pouco debate as medidas provisórias porque elas não passam pelas Comissões Técnicas. Fica muito difícil, assim, estarmos votando em plenário aquilo que muitas vezes sequer sabemos o que é. E, no meu entendimento, quando o Senado derrubou a Medida Provisória dos Bingos, talvez tenha feito o que deveria ter feito com outras medias provisórias. Escolheu, talvez, o momento errado para fazer o que fez.

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inscrevi-me para falar justamente porque gostaria de tratar do assunto sob o mesmo aspecto analisado pelo Senador Edison Lobão, a questão da urgência, que não está sendo analisada devidamente por nós. O Senado Federal é muito cordial. O Senado Federal deseja sim a boa harmonia entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Tem trabalhado nesse sentido constantemente e, talvez, se constranja até em devolver um projeto de medida provisória pela ausência do requisito da urgência. Mas estamos formando uma convicção. Acho que até hoje, não havendo condições de avançar na pauta, estamos avançando, pelo menos, na melhoria da operacionalidade dos nossos trabalhos.

Acredito que chegou a hora, na formação dessa nossa convicção de que as nossas negociações com

o Executivo têm que ser mais objetivas, mais definidas. Temos que falar com mais firmeza, por meio de nossas Lideranças, como o Presidente da CCJ, como o Presidente da Comissão de Educação, e outros Presidentes de Comissões e Lideranças partidárias também. Sinto no homem da envergadura do Senador Cristovam Buarque, que também tem essa mesma convicção, que nós fizéssemos acontecer esse relacionamento de negociação. Mas, se for impossível avançar meses e meses sem que a gente tenha um resultado, acho que a grande solução é, na verdade, obstrução da Medida Provisória, pela sua rejeição devido à sua não caracterização da urgência.

Desde que na verdade a urgência não ocorra, nós temos que rejeitar, até por uma razão de disciplina do processo, porque para o Governo Federal, para o Executivo, é muito bom que as Medidas façam "cachoeira" aqui. Todo dia tem Medida Provisória. Mas para nós do Senador Federal, do Congresso Nacional, está sendo um vexame nacional. Nós estamos sem capacidade de operação. Estamos todos os dias aqui para trabalhar, vamos às reuniões da Comissões e encontramos sempre a pauta trancada. O mesmo acontece com o plenário. Na verdade, estamos trancados para o trabalho. É necessário que haja uma reação. Essa reação inicialmente é cordial, como nós sempre estamos fazendo, manter o bom e harmonioso relacionamento entre o Executivo e o Legislativo. Mas é preciso que haja uma resistência contra Medida Provisória que não atenda à característica ou requisito da urgência.

Esse é o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bem, nós vamos encaminhar, então, ao Senador Aloizio Mercadante, que é o Líder do Governo, nossa manifestação de protesto, solicitando de S. Exª providências para que as Comissões possam trabalhar normalmente. Vamos solicitar hoje, à Mesa, que faça tramitar a nossa consulta junto à CCJ, para, quem sabe, com uma decisão da CCJ tenhamos a solução pelo menos das Comissões, para que elas possam deliberar matérias terminativas normalmente.

Consulto se alguém deseja ainda fazer uso da palavra?

Não havendo ninguém pretendendo falar, encerro a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Encerrada a reunião às 11 horas e 45 minutos.)

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de maio de 2004.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de maio de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Morais, Leonel Pavan, Mozarildo Cavalcanti, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Paulo Octávio, Jefferson Peres e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Duciomar Costa, Maguito Vilela, José Maranhão, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros e Almeida Lima. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 01-CE e ao aditamento n.º 01-CE, de 2004, de autoria dos Senhores Senadores Osmar Dias e Arthur Virgílio respectivamente, que tem como objetivo ouvir os Ilustríssimos Senhores: Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC, Ana Lúcia Almeida Gazzola, Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE, José Walter Pereira dos Santos, Diretor Executivo da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP, João Cláudio Todorov, Conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, para debater sobre a "Reforma Universitária". Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com os convidados. Usam da palavra os Senhores Senadores Osmar Dias, autor do requerimento, Hélio Costa, João Capiberibe, Cristovam Buarque, Garibaldi Alves Filho, Leonel Pavan e Ideli Salvatti. Encerrado o debate, o Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze ho-

ras e dezenove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aberta a 15ª reunião extraordinária da segunda Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

O nosso objetivo hoje é discutir a reforma universitária, em audiência pública com os nossos convidados. O autor do requerimento é o Senador Osmar Dias - e, portanto, este Presidente - e o Senador Arthur Virgílio.

São convidados Prof. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Sesu; Ana Lúcia Almeida Gazzola, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Andifes; Gustavo Lemos Petta, Presidente da UNE; José Valter Pereira dos Santos, Diretor Executivo da Associação Nacional das Universidades Particulares; e João Cláudio Todorov, Conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Vamos conceder a palavra, por dez minutos, a cada um dos convidados, que vão expor seus pensamentos sobre a reforma universitária, importante tema. Já tivemos a oportunidade de debater o assunto com o Ministro Tarso Genro e hoje vamos dar seqüência à discussão, já que teremos que votar o projeto de lei que será encaminhado pelo Governo ao Congresso Nacional para decidir a respeito do que será melhor para o futuro da universidade brasileira.

Precisamos discutir não apenas a reforma sob o ponto de vista orçamentário, mas também a autonomia da universidade e as iniciativas que o Governo vem adotando em relação ao sistema de cotas, que está sendo estabelecido pelo MEC, e a chamada troca das vagas em universidades particulares por tributos, que vem sendo constatada por alguns e apoiada por outros e a Comissão de Educação do Senado precisa ter uma posição.

A princípio, concedo a palavra, por dez minutos, ao convidado representante do Ministério da Educação, o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Prof. Nélson Maculan?

O SR. NELSON MACULAN – Bom-dia! Exmº Senador Osmar Dias, agradeço-lhe por estar nesta tribuna conversado com os Srs. Senadores, visando a uma melhor compreensão do que chamamos no Ministério da Educação de projeto para a educação superior do Brasil.

A palavra reforma é utilizada para dar mais impacto. Trata-se de um projeto de discussão da educação superior no País.

Esse tipo de discussão foi trazido pelo Ministro Tarso Genro, que compôs um grupo de trabalho. Vou citar os nomes dos membros: o próprio Ministro; Fernando Adad, coordenador da Comissão e Secretário Executivo do Ministério da Educação; Jairo Jorge da Silva, Chefe de Gabinete; Maria Eunice de Andrade Araújo, Assessora do Ministro; Benício Schmidt, da Capes; Ricardo Henriques, um dos Secretários do Ministério; Ronaldo Mota, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação; Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Capes; Antonio Ibãnez Ruiz, ex-Reitor e um dos Secretários do Ministério; Wrana Panizzi, ex-Presidente da Andifes; e finalmente, Nelson Maculan, que sou eu. Este é o grupo executivo que está levando à frente todo este trabalho. A idéia é ouvir em colóquios as associações que representam vários setores da educação superior, assim como os sindicatos, as organizações dos alunos, dos professores e dos funcionários. Vamos falar das universidades estaduais, federais, comunitárias, privadas, filantrópicas, faculdades isoladas. É interessante que este tipo de diálogo de trabalho – já fizemos dois colóquios sobre sete temas que abordarei para V. Exªs, foi muito interessante porque fez com que ouvíssemos e, para mim, como Secretário de Educação Superior no País é um fórum que estou tentando constituir para ouvir as demandas e dificuldades que temos nos vários setores do Brasil.

Estamos tentando trabalhar com sete pontos de discussão no meu Estado que são: papel da universidade, autonomia, acesso e permanência, financiamento, avaliação, conteúdo e programa, gestão e estrutura. Tentamos dividir, em sete pontos, o nosso trabalho, e cada um deles foi tratado.

Fizemos também algumas reuniões que chamamos de oitivas para ouvir e convidamos alguns personagens, pessoas importantes que trabalham na área de educação para um debate com colegas que são convidados da sociedade, alguns Deputados e Senadores comparecem.

Esse é um trabalho aberto em Brasília e, a partir de junho, começaremos com o que chamamos de audiências regionais – vamos chamar de mini-constituinte – visando discutir com mais de seiscentas pessoas, usando um sistema de informática representativa em que possamos responder rapidamente e de modo a abrir o diálogo na sociedade.

A idéia dessas audiências regionais seria com a metade do grupo de quinhentas ou seiscentas pessoas como professores, funcionários e estudantes ligados à

universidade e metade que são personagens de fora da área do ensino superior que querem ouvir.

Acredito que seja importante colocar um pouco mais como tem sido feito o trabalho. Quero também chamar a atenção de que o Projeto Universidade para Todos, cotas, são passageiros, de resposta imediata a uma demanda imediata.

A idéia do Projeto para Universidades, para as faculdades isoladas, enfim, para o ensino superior do País é um projeto que pode, mais tarde, reverter esse espaço. No entanto, é bem aberto com a sociedade e o que tem saído, até agora, são projetos para responder rapidamente a anseios da sociedade, assim que o Ministério da Educação tem visto esse projeto.

Então, a confusão entre reforma universitária, universidade para todos, cotas são respostas imediatas que por bem foram tomadas por nosso Ministro e pela nossa equipe, visando satisfazer uma demanda imediata nesse momento.

Um ponto importante em que, nós, da comissão, temos uma certa unanimidade, uma maioria, é que prevemos que as universidades federais sejam gratuitas, continuem gratuitas e haja uma tentativa de um orçamento global para autonomia das universidades. É uma coisa importante para que os reitores tenham mais capacidade e facilidade com os recursos.

Gostaria de chamar a atenção para nossa idéia do Projeto de Reforma Universitária se inscreve na estratégia apresentada pelo Ministro Tasso Genro para o processo que chamamos de reforma universitária, que tem como pressuposto fundamental a efetivação de um democrático diálogo com a sociedade civil organizada e com entidades que representam os sujeitos protagonistas desse processo e que devem, ao cabo, consolidar uma proposta consertada para o novo sistema de educação superior do País.

Essa proposta deve responder fundamentalmente a um rosário de demandas que estamos organizando em uma matriz temática, que diz respeito sobretudo ao papel da educação superior no País, ao acesso, permanência, forma e financiamento, gestão e estrutura, autonomia, conteúdos e programas.

Esse processo vem se realizando através de consultas às entidades que aqui estão envolvidas no Brasil, das oitivas de personalidades do mundo acadêmico nacional e internacional e, finalmente, a idéia que adiantei para as Srªs e Srs. Senadores das audiências regionais que são importantes.

A idéia é a de que possamos,até novembro, termos um projeto de lei orgânica ou algo desse tipo para ser discutido e levado ao Congresso e ser decidido. É muito importante termos como partida a necessidade de refletir e propor formas de revisão de todo o sistema de educação superior, aprofundar o papel da educação superior em relação ao ensino, pesquisa, extensão, inovação, cultura, territorialidade, cooperação internacional e, principalmente, fazer pensar a relação da universidade consigo mesma, uma vez que a reforma universitária deve refletir esse protagonista.

O Ministério da Educação tem como uma de suas principais missões construir uma nova universidade, com estratégia de governo, para o desenvolvimento de um projeto de nação que tenha, como fundamento, responder aos enormes desafios que estão sendo postos por uma profunda crise dos paradigmas epistemológicos e sociais, sobre os quais assenta a sua identidade enquanto instituição, onde o diálogo crítico e articulado entre os distintos saberes e modos de conhecer, encontra-se em liberdade.

Portanto, coloco um pouco para as Srªs e os Srs. Senadores aqui presentes por que é uma discussão importante para o País. É um meio também de ouvirmos a sociedade. Nos últimos seis, sete anos, pouco se falou das universidades no País. É importante que o diálogo venha de viva voz para o próprio Ministério.

Para que V. Exªs tenham idéia, atualmente, no Brasil, há mais ou menos 22% de alunos universitários federais e estaduais, e o restante das outras universidades, as comunitárias, as particulares, enfim, existem várias definições, geralmente privadas, as particulares, de modo geral. É o único país do mundo com esse tipo de distribuição. Não há mais uma educação republicana no País. Perdemos a briga pela educação republicana. V. Exªs sabem melhor do que eu que 76%, 77% dos alunos americanos são de universidades públicas. Nos Estados Unidos, as Universidades de Michigan e Berkeley são públicas. Portanto, coloco um pouco como estamos situados, muito fora da curva, no que se refere a esse ponto.

Como trabalhar de maneira a expandir o ensino superior público federal no País? Como trabalhar de maneira a garantir qualidade ao ensino superior público no País? Como abrir mais a nossa universidade a fim de que as pessoas tenham acesso? Como trabalhar na permanência de novos alunos que entram na universidade a fim de que saiam com sucesso? Pelo menos, acontece com grande parte dos que entram nas universidades.

Ao concluir, eu me coloco à disposição de V. Exªs para as respostas. Agradeço a oportunidade. Expus apenas um pouco do que o Ministério da Educação tem realizado a esse respeito.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado ao Professor Nelson Maculan Filho.

Passo a palavra à segunda oradora, a Srª Ana Lúcia Almeida Gazzola, Presidente da Andifes, por dez minutos.

A SRª ANA LÚCIA ALMEIDA GAZZOLA – Bom-dia a todos. Minhas desculpas pelo atraso. O aeroporto estava fechado. Esta é a primeira vez que falo como Presidente da Andifes, e considero extremamente simbólico e bem-vindo que eu o faça no Congresso Nacional, no Senado Federal, perante a Comissão de Educação, fórum legítimo para o debate da grande questão republicana e nacional que é a da educação superior. A Andifes tem participado ativamente não apenas neste momento de todo o debate a respeito da educação no País, e não apenas da educação superior. Entendemos todos os níveis da educação como constituindo um sistema que deve ser integrado, regulado pelo Estado e que deve evidentemente ter, na própria educação superior, onde seus vetores, e mesmo seu motor incentivador e propulsor, inclusive, da qualidade e da formação necessária à garantia dos demais níveis de ensino.

Consideramos que a universidade brasileira se inscreve em uma experiência histórica já quase milenar que se assenta no cultivo livre e autônomo do conhecimento que é uma prática coletiva e, também, um bem público. Nesse sentido, as instituições públicas de ensino superior têm, ao mesmo tempo, que guardar fidelidade às exigências históricas do conceito de universidade. Mas, de outro lado, têm de ter suas raízes nutridas pelo solo brasileiro, pelo tempo e espaço que são os nossos. Temos, portanto, de ver como indissolúveis, e assim vemos os vínculos entre a defesa da natureza acadêmica das instituições e de sua constante preocupação, com o papel do conhecimento, na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Por essa razão, consideramos que a discussão da reforma universitária, e, mais do que isso, da reforma da educação superior, uma vez que o sistema abriga tanto universidade como instituições de educação superior de outros modelos e naturezas, então, tem de se basear em dois princípios. O primeiro deles é a afirmação da educação superior como política de Estado. E o segundo, o conceito de educação superior como um sistema nacional.

Como política de Estado, as mudanças no sistema educacional devem ser orientadas por objetivos de longo prazo e por uma concepção muito clara da missão da educação superior, de seus desafios e de e seus compromissos com a nação.

Educação diz respeito a Estado, não apenas a Governos, e por isso a política relativa à educação e ao ensino superior é parte inseparável de um projeto de nação.

O primeiro ponto que desejamos então destacar é que contrariamente ao que vem sendo veiculado nas reuniões do acordo geral sobre o comércio de serviços, o GATS, da Organização Mundial do Comércio, a educação tem de ser considerada como bem público e parte decisiva de um planejamento nacional. Por isso, o exercício da função reguladora por parte do Estado e a vigorosa participação pública, e particularmente a do Congresso Nacional, constituem condições imprescindíveis para que evitemos a capitulação da educação como mercadoria e sua subordinação a quaisquer outros interesses que não os públicos nacionais republicanos.

Quais seriam os princípios dos quais a idéia da educação superior como política de Estado recebe consistência. A nosso ver, os itens fundamentais seriam esses: educação é um bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social e da afirmação de valores e identidades culturais e nacionais.

A educação superior assentada na produção e na disseminação do conhecimento é, e tem de ser simultaneamente, formação profissional e formação cidadã. A educação superior é condição da inclusão social duradoura. Sabemos todos nós educadores que a formação superior dá não apenas ao indivíduo, mas a toda a sua família uma condição nova de inclusão social.

A educação superior deve abrigar a pluralidade e a diversidade e ser pautada por valores democráticos, deve articular ensino, pesquisa e extensão, tendo nas atividades extensionistas uma necessária e enriquecedora dimensão do ensino e da pesquisa. Educação superior implica patamares cada vez mais avançados da qualidade e da pertinência, pois a expansão da educação superior no Brasil, pouco ou nada significará de positivo para a nação, caso de realize em detrimento da qualidade ou com sacrifício da pertinência.

Educação superior é inovação, é desenvolvimento científico e tecnológico. E no momento em que o Congresso passará a discutir a lei de inovação e a política industrial, esta é uma questão fundamental e estratégica para todo nosso sistema. Educação superior é condição de soberania na cooperação internacional. Ela sempre foi absolutamente estratégica para o desenvolvimento das nações. E nos últimos anos, no contexto da chamada globalização, o valor da educação torna-se ainda mais evidente, é a principal moeda para inserção soberana e competitiva do Brasil no cenário das nações, nesse mundo hoje globalizado.

São esses os primeiros itens para os quais queremos chamar a atenção. No segundo princípio, que é o conceito de educação superior como sistema nacional, valorizamos a qualidade como a orientação

básica da construção do sistema de educação superior no Brasil.

Esse sistema não existe ainda, ele precisa ser construído, ele abrigará tanto instituições públicas como privadas. Num País que tem atendimento aos jovens entre 18 e 24 de apenas 9%, quando um País vizinho, como a Argentina, tem uma cobertura de 40%, certamente precisamos das instituições públicas, das instituições privadas, precisamos de muito mais, precisamos fazer crescer a educação pública, mas precisamos também da educação privada de qualidade.

Acreditamos que a educação superior, e particularmente a pública, devem constituir uma referência para todo o sistema educacional. E nesse sentido a educação pública federal, junto com as instituições estaduais e municipais, evidentemente tem de contribuir para a crescente qualificação do sistema privado e para que o sistema como um todo de qualidade, pertinência e compromisso com o projeto nacional.

O sistema público superior, portanto, deve servir de referência para a expansão e qualificação do sistema nacional de educação superior.

E desse sentido, teremos de discutir, na moldura da reforma, questões como a avaliação, que é constitutiva de uma educação superior de qualidade. Novas políticas de fomento e avaliação, que deverão ser indutoras de transformações, e devem ser pautadas no mérito, pertinência, relevância e transparência. Certamente, terá de ser construído um novo marco legal para formalizar o sistema nacional de educação superior. De nada adianta pretender avançar a educação superior, se os órgãos do Governo, se as associações profissionais, se o Conselho Nacional de Educação, se todos eles não estiverem em sintonia com as propostas de transformações, que são mais do que necessárias, urgentes e inadiáveis. Temos de pensar, evidentemente, nas transformações do nosso projeto acadêmico. Temos de pensar em novas maneiras de formar a capacidade crítica. Ensinar a aprender. Aprender a aprender. Nós aqui podemos retomar os marcos conceituais da Conferência de 1998, da UNESCO, sobre a educação superior. Mas, certamente, temos de pensar em novos projetos acadêmicos, voltados não apenas às elites, mas ao desenvolvimento do País, voltados não apenas à formação profissional, mas à formação crítica e cidadã, voltados não apenas ao emprego, mas à empregabilidade. Temos de formar pessoas para o futuro, e não continuar formando para profissões que já nem mais existem, ou já se transformaram tanto, que quando o estudante recebe o seu diploma, a gente o vê voltado ao passado e não ao futuro. Todas essas transformações serão necessárias.

Para as instituições públicas federais, evidentemente, a grande questão é a da autonomia. Teremos de pensar sim um financiamento, mas conseqüente, dentro das condições do País. Mas, certamente, se considerarmos educação como um instrumento estratégico, as políticas de financiamento deverão acompanhar.

Quero concluir, dizendo o seguinte: Entregamos em agosto de 2003, no dia 5, esta proposta ao Presidente da República. Ela apresenta um Plano de Metas e Estratégicas para a expansão do sistema público federal de educação Superior.

Propomos, em 4 anos, dobrar o número de alunos. Propomos dobrar o número de publicações científicas. Propomos aumentar em 25 mil as vagas para o curso noturno, que é um dos maiores instrumentos de inclusão social.

Infelizmente, ainda não tivemos resposta, mas esperamos tê-la no contexto da reforma universitária.

Este é um grande Plano estratégico para a educação superior pública federal, certamente, o Congresso Nacional o levará em consideração e também o nosso Ministério da Educação.

E, durante o debate, eu poderei detalhar e acrescentar nossas estratégias e metas, como estão sendo apresentadas neste documento, que esperamos entregar na próxima semana ao Exº Sr. Ministro da Educação, como contribuição adicional ao debate da reforma.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado à Professora Ana Lúcia.

Passo a palavra ao Presidente da UNE, Gustavo Lemos Petta.

O SR. GUSTAVO LEME PETTA – Bom-dia a todos! Gostaria de agradecer, em nome do Presidente da Comissão, Senador Osmar Dias, o convite para que a UNE pudesse participar deste importante debate na Comissão de Educação do Senado Federal. Quero cumprimentar também os outros membros da Mesa, Secretário Nelson Maculan, Professora Ana Lúcia, já também parabenizando-a pela sua eleição, o Professor José Valter e o Professor João Cláudio Todorov que representa a SBPC neste debate.

Cumprimentar os Srs. Senadores, e fazer uma justa homenagem, uma solidariedade ao Senador João Capiberibe, por acreditamos que S. Exª vem sendo alvo de perseguições, desprovidas de qualquer tipo de argumento. Exª tem toda a nossa solidariedade.

Eu gostaria de dizer que, neste debate, nós, da UNE, sempre acreditamos que um projeto de ensino superior, pautado na geração, na difusão do conhecimento, precisa estar voltado e pautado na inclusão social, na formação crítica e cidadã da população brasi-

leira, e, principalmente, pautado num desenvolvimento num desenvolvimento, num projeto de desenvolvimento científico, econômico e social, pensando logicamente a conquista da nossa soberania e da nossa verdadeira independência. Qualquer projeto de ensino superior, realmente necessário em nosso País, precisa estar vinculado a um projeto de nação, a um projeto que busque realmente a conquista da nossa soberania.

É diante disso que a UNE defende uma reforma universitária já há um tempo. É sempre importante lembrarmos que a defesa da reforma universitária vem desde os anos 60. Aliás, muitos aqui devem ter participado da luta pela reforma universitária que a UNE teve nos anos 60, por meio das campanhas memoráveis, como a campanha da UNE volante, da greve de um terço, que já exatamente diziam, naquela época, que era necessária uma reforma universitária que vinculasse o ensino superior a um projeto de nação, a um projeto de desenvolvimento pautado na nossa soberania. Essa luta pela reforma, que ganhou, inclusive, diversos setores da sociedade, infelizmente, foi derrotada por um regime brutal, violento, que foi o regime militar. Esse regime, além de perseguir a UNE e os líderes estudantis, construiu uma contra-reforma universitária, que foi uma reforma feita com uma agência norte-americana, a Agência USAID, que deu parâmetros norte-americanos aos currículos brasileiros, que "departamentalizou" a produção do conhecimento e que, de certa forma, tentou vincular a nossa universidade não aos interesses nacionais e republicanos, mas, sim, aos interesses estrangeiros.

Depois disso, a UNE volta a defender a reforma com muita força, já no Governo Sarney, nos anos 80, entendendo que era preciso também redemocratizar a universidade, já que havia um movimento cívico muito forte pela redemocratização do nosso País. Na época, foi formado um grupo executivo no Ministério da Educação para tratar da questão. Por diversos fatores, ocorreram algumas mudanças na universidade, que foram alguns avanços, mas ainda muito limitados perto do que deveria ter acontecido.

Já no Governo Collor e, posteriormente, no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi construído e aplicado, na universidade brasileira, dentro de um projeto que foi construído para o Brasil, um processo de desobrigação do Estado com a educação superior. Dentro disso, logicamente, houve um esvaziamento da universidade pública, que foi esvaziada tanto do ponto de vista de seu financiamento, já que os recursos para a universidade pública foram diminuídos, quanto do ponto de vista do seu poder acadêmico. Isso está ligado, por exemplo, à decisão e ao direcionamento da pesquisa feita no nosso País que foi, cada vez mais, esvaziada na universidade e passada para fundações de caráter privado, que, em muitos casos, não em todos, apropriam-se do dinheiro e do espaço público, para direcionar a pesquisa não para interesses públicos, mas, sim, para os interesses privados. Além disso, ocorreu também um amplo processo de expansão do ensino superior, nesses últimos tempos. Boa parte dessa expansão não foi acompanhada e provida por um projeto de nação; na verdade, ela foi pautada em outros interesses, não nos interesses mais ligadas às demandas sociais e regionais do nosso País. Daí se vê uma expansão grande, por exemplo, dos cursos de Direito, de Administração, de Ciências Contábeis, que são cursos em que há mais possibilidade de ter lucro e que, muitas vezes, formam diversos jovens que não encontram espaço no mercado de trabalho. Mesmo com essa expansão em áreas que, muitas vezes, não estão ligadas a essas demandas e aos desafios do País, hoje existe um déficit muito grande de professores de matemática, de geografia, ligados à licenciatura, porque a expansão realmente não ocorreu vinculada a um projeto e aos desafios que o País apresentava e ainda apresenta para o ensino superior.

Diante disso, consideramos – e estamos discutindo diante do Governo Lula – que, em relação a essa reforma universitária que vem sendo discutida, concordamos com a Profª Ana Lúcia que tem de ser uma reforma que pense todo o sistema do ensino superior, que é composto por universidades, mas também por centros universitários, por faculdades isoladas, pensando não apenas nas universidades públicas, mas levando em conta o papel que têm hoje as universidades privadas e filantrópicas.

Entendendo isso, consideramos que essa reforma universitária precisa ser pautada em alguns elementos. O primeiro é o fortalecimento e a revitalização da universidade pública. Isso é muito importante, porque, ao se pensar um projeto de nação, é preciso se pensar na universidade pública como elemento estratégico para esse projeto. O segundo é a retomada do poder regulador do Estado no planejamento de todo o ensino superior, entendendo que essa expansão do ensino superior, por exemplo, precisa ser planejada. A expansão do ensino superior precisa estar ligada a um projeto de nação. O terceiro, entendendo que dentro disso é preciso criar esse sistema nacional e também da educação superior. Um quarto, que seria a necessidade de uma reformulação, uma reforma estrutural nas universidades, e uma reforma dos currículos nas universidades, ligando esses currículos e a formação nas universidades às demandas colocadas em nosso País.

Já que o tempo é curto, vou resumir. Diante disso, que haja essa expansão do ensino superior público, essa expansão garantida pela autonomia das universidades, esse é um ponto fundamental nessa discussão. Garantir a autonomia das universidades para a produção livre do conhecimento, mas entendendo que essa autonomia precisa, sim, estar vinculada ao financiamento público da universidade. A autonomia não pode estar ligada à idéia de que as universidades públicas vão ter autonomia para captar os seus próprios recursos, essa precisa ser uma condição importante na universidade pública. E também condicionado isso ao funcionamento democrático. Esse é um ponto fundamental.

Pensamos que é preciso que as universidades tenham autonomia, mas que sejam garantidas as instâncias de participação democrática dentro da universidade. Então, nesse sentido estão as eleições diretas para os Reitores nas universidades. Já existe um projeto que está na Comissão de Educação do Senado que acaba com a lista tríplice. A garantia de que essa autonomia esteja condicionada ao fim da imposição feita pela LDB da participação nos conselhos universitários de 70% de professores. A gente acha que a universidade tem de ter autonomia, até porque a participação dos estudantes tem de ser maior nas universidades, não só dos estudantes como dos funcionários.

Outras idéias que vêm surgindo como a criação de orçamento participativo dentro das universidades, idéia que está sendo discutida. Mas também outros mecanismos para democratizar o funcionamento da universidade.

Além disso, temos uma questão fundamental: a professora Ana Lúcia dizia que hoje só 9% dos jovens de 18 a 24 anos têm acesso ao ensino superior. Então, uma questão fundamental para ser discutida - e está sendo discutida dentro do Governo e também aqui no Congresso Nacional - é a democratização do acesso à universidade.

Para nós, essa democratização passa pela expansão da universidade principalmente nos cursos noturnos. Existe um espaço ocioso nas universidades públicas que precisa ser ocupado. Esse espaço ocioso precisa ser ocupado com a criação desses cursos noturnos que adaptam a universidade pública ao estudante trabalhador e também a adoção de políticas de cotas, que vem sendo discutida. A gente defende essa política que vem sendo adotada pelo Governo de se adotar no mínimo 50% das vagas para os estudantes oriundos das escolas públicas e, dentro dessas reservas, adotar políticas afirmativas para a presença dos estudantes negros e afro-descentes e índios.

Outras questões são fundamentais, como um fundo específico para isso, que não possa ser contingenciado, que seja ligado a alguns tributos e que garanta mais recursos para a universidade; a regulamentação do ensino privado que não impeça a universidade privada de funcionar. Ninguém acredita nisso, mas acredita que é preciso ter condições para que a universidade cumpra um papel importante – como algumas já cumprem – determinante para o desenvolvimento do País.

Diante disso, para concluir, acreditamos que a reforma universitária precisa estar vinculada a um projeto de Nação, um projeto de País. Por isso, mantemos e continuamos achando que é preciso haver dentro dessa construção desse projeto mudanças na atual política econômica adotada pelo Governo Lula. Acreditamos que é preciso haver mais investimentos na educação pública. É preciso haver um investimento maior, inclusive para a expansão da universidade pública, para a garantia do apoio à ciência, à tecnologia e educação.

É por isso que a reforma universitária precisa estar vinculada a um novo projeto de desenvolvimento, baseado na inserção soberana do País no cenário internacional, mas também na retomada do desenvolvimento com investimento nas áreas sociais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Gustavo Lemos Petta. Passamos a palavra ao Professor José Valter Pereira dos Santos, Diretor Executivo da Associação Nacional das Universidades Particulares.

O SR. JOSÉ VALTER PEREIRA DOS SANTOS – Cumprimentando o Presidente e os demais componentes da Mesa, Senadores integrantes da Comissão de Educação, outros Senadores aqui presentes e demais autoridades, agradeço por esta oportunidade de, em nome da Associação Nacional das Universidades Particulares, participar mais uma vez de um debate democrático, em que se discute a reforma universitária.

É interessante. Desde o início do atual Governo temos participado, no dia-a-dia, de inúmeros encontros e debates, nas mais variadas situações. Às vezes, apenas ouvindo e subsidiando a Diretoria da própria NUP; outras, como hoje, representando a entidade, com os mais diversos públicos, sobre o processo em andamento da reforma do ensino, a reforma universitária.

Acaba-se, quer se queira, quer não, a se construir uma visão, uma opinião sobre esse mesmo processo que, analisada e discutida posteriormente, no interior da nossa associação, com grande parcela dos nossos integrantes, gere novas perspectivas e variantes a serem levadas em conta no desenvolvimento de novos debates. É sobre essa visão que pretendo alicerçar os comentários de hoje, no fecundo debate que se pro-

cessa nesse fórum privilegiado da Casa do povo, na Comissão do Senado Federal. Mais uma vez, como tenho tem feito através da história nacional, este está no centro dos grandes debates.

Não há o que repetir tudo o que foi exposto e debatido nesta manhã. São temos que estão voltando no nosso dia-a-dia em diversos encontros, não somente em Brasília, mas em todos os Estados nacionais, nas diferentes oportunidades que temos tido.

Há pontos importantes e fundamentais a serem ressaltados. Gostaria de chamar a atenção, de maneira especial, para a linha histórica da reforma universitária. Coincidentemente, o Sr. Ministro tem, por diversas vezes, ressaltado isso em suas entrevistas e palestras.

O Brasil de hoje, a sociedade brasileira que pleiteia hoje uma reforma universitária tem uma história, tem o seu passado imbricado não somente na cultura nacional, mas nas culturas anteriores que nos precederam. Desde as primeiras instituições de ensino nascidas em solo português, ou anteriormente à própria formação do Estado Português, circula pelo nosso sangue, pelas nossas universidades, no dia de hoje, esse mosaico cultural, esse caldo somado através dos séculos, não pode ser esquecido. É nesse sentido que nós, das universidades particulares, gostaríamos que fosse discutido o cenário em que se desenvolve a reforma universitária.

O Gustavo acaba de expor de maneira sucinta, mas muito clara, o que foi o papel da UNE em todos os anos passados participando em diferentes etapas do que chamamos, sempre, de reforma universitária. O que nos mostra que reforma não quer dizer um ato, de um momento, não se trata apenas de um período. Em si, já é um processo permanente. Mal-e-mal acabamos de aplicar uma determinada lei, mal-e-mal acabamos de nos certificar do que seria um caminho correto e já está a sociedade, o mundo, pressionando para que novos caminhos, novas tecnologias sejam descobertos. Essa linha é fundamental para que não percamos o que já trabalhamos, o que já plantamos até hoje.

Discute-se muito o dilema público/privado. Gostaria de discutir uma linha que se chama qualidade. Independentemente da cor de público ou privado, escola filantrópica ou escola empresa, o fundamental é que nossa sociedade tenha um ensino de qualidade permanente. Não há espaço, na nossa reforma, para a mediocridade, seja de que cor seja a escola envolvida. Mais ainda, a inclusão social não depende exclusivamente da universidade. Grande ilusão seria pensar que a política de cotas, que a política de inclusão de determinadas minorias, fosse uma solução definitiva. Bem ressaltou o Secretário Nelson Maculan que há atuações pontuais urgentes a serem tomadas no momento, para que se sane o que há de mais grave de deformações no sistema universitário. Mas é fundamental que essas políticas sejam profundamente discutidas, recebam a participação de todas as entidades representativas para que se possa definir, de maneira clara, o que é passageiro, o que é pontual do que deva ser uma reforma com definições permanentes no sistema universitário.

Em outras palavras, é fundamental a produção de novos conhecimentos. Estamos no limiar de um novo século, onde, como lembrou a Presidente da Andifes, profissões envelheceram, desapareceram. Não há como pensar em profissionalização na graduação. Temos que saltar e que pular períodos, para poder acompanhar o que está acontecendo no mundo de hoje. E tudo isso vai acontecer onde? Nesse mosaico que descrevia anteriormente. Vai acontecer numa grande universidade, seja ela federal, estadual, municipal ou privada, onde estudam seus 80, 100 mil alunos. Mas vai acontecer também na faculdade isolada do município quase que desconhecido do interior do Amazonas, onde, por meio dos cursos de educação, pedagogia, administração, está-se formando o profissional brasileiro.

É esse profissional brasileiro que temos que ter em mente permanentemente. É o construtor do desenvolvimento nacional que deve estar presente, seja em que estágio for da reforma universitária. Não pretendemos defender segmentos, todos eles são fundamentais.

A universidade pública é essencial para o desenvolvimento nacional, mas, se a escola privada ocupa hoje 88% do espaço da educação superior, não é por vontade própria, é porque um vazio aconteceu, uma omissão histórica ocorreu.

Todos aqui presentes – calculo que 99,9%, senão 100% – somos oriundos do sistema público. Quem aqui não estudou num grupo escolar municipal? Quem aqui não freqüentou um ginásio municipal? Falo de nós, os mais antigos. Quem de nós não freqüentou uma USP, uma Universidade do Brasil, para os mais antigos, ou federal, do Rio de Janeiro?

E, hoje, muitos de nós, como é o meu caso, que passamos anos e anos em órgãos públicos trabalhando na educação nacional, militamos na escola particular, mas isso é uma realidade nacional. Não há por que fugir disso.

E, quando falamos de público, refiro-me aqui à colocação que o Professor Nélson fez, é preciso ver bem claro o que é público, nos Estados Unidos, o que é público no Brasil e o que é público em outros países.

Somente gostaria de ressaltar que educação não pode ter cor, tem que ter qualidade. É fundamental que nos voltemos a essa situação.

Permito-me lembrar, para finalizar, uma personagem universitária da atualidade literária que ocupa os espaços de debates e reflexões de parcela da nossa sociedade, Lya Luft, que desabafa em um de seus recentes livros:

> Cada desperdício de um destino, o indivíduo que se proíbe de se desenvolver naturalmente, conforme suas capacidades, ou até além delas, parece-me tão trágico e tão importante quanto uma guerra, pois é a derrota de um ser humano, que vale tantos quantos milhares. Não devíamos escrever artigos e fazer passeatas apenas contra a guerra, a violência, a corrupção e a pobreza, mas proclamar a importância do que semearam em nós, indivíduos, de como devemos cuidar no tempo que nos foi dado para essa jardinagem singular.

Penso que a essência da reforma universitária está exatamente aí: no trabalhar o desenvolvimento do indivíduo, da pessoa, do profissional que vai ser o agente de desenvolvimento da sociedade brasileira.

A reforma universitária deve necessariamente manter este perspectiva histórica já tantas vezes ressaltadas em debates anteriores, tememos pelo seu esquecimento e desvio. E é fundamental que mantenhamos esta unidade com outras entidades representativas, como temos feito até agora, saudando a nova Presidente Andifes, queremos ressaltar a disponibilidade da UNE e outras entidades, como a própria NUPE, para trabalharmos em conjunto, para que os objetivos da reforma sejam alcançados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, ao Professor José Walter.

Passamos a palavra ao Sr. João Carlos Todorov, Conselheiro da SBPC.

O SR. JOÃO CARLOS TODOROV – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, Srs. Senadores, Companheiros de Mesa, Srªs e Srs.: a SBPC agradece o convite para participar desta audiência pública, é um tema que se confunde com a História da própria SBPC. Ao longo de todas as essas décadas, a SBPC esteve presente em as vezes que o assunto universidade brasileira, universidade pública, ensino de qualidade se fez discutir.

Eu não vou repetir nesses meus dez minutos o que foi colocado, e muito bem colocado, pelos meus antecessores. O Professor Nelson Macular explicou bem o processo iniciado pelo Ministro Educação, de uma verdadeira mini- constituinte da Educação, com prazo até novembro para uma ampla discussão nacional. Espera-se que ao longo dessa discussão várias dessas idéias sejam decantadas e tenhamos um projeto amplamente aceito de reforma do ensino superior.

A Reitora Ana Lúcia colocou de forma brilhante tudo aquilo que a própria SBPC defende. A UNE e a própria SBPC são parceiras antigas, o Gustavo lembrou muito bem os anos 60, e eu lembraria que aquelas discussões começaram na SBPC nos anos 50, de uma universidade voltada para um projeto nacional, um projeto de Brasil, uma universidade pública no sistema nacional que nunca existia, e saudamos essa possibilidade de se discutir um projeto nacional de um sistema de ensino superior.

O que deve necessariamente discutir a questão de todas as universidades? E nesse ponto nós gostaríamos de lembrar uma posição inclusive colocada pelo Conselho de Reitores, inclusive que nós queremos uma discussão do que é a universidade ou a autonomia é para a Universidade.

O sistema de ensino superior não tem que ser constituído só de universidades, mas a autonomia que nós queremos é para as universidades. E as universidades produzem e difundem conhecimentos. Se nós tivermos instituições com esse nome que não produzem conhecimentos são meras repetidoras, não acreditamos que elas mereçam o nome de universidade.

Mas, nas nossas colocações, sempre, começamos com o que é urgente. Urgente é para que não se perca tempo no atendimento do que é necessário no momento. Hoje nós já estamos atrasados com a questão das universidades federais. As universidades federais vêm sofrendo um processo sistemático de desmantelamento, e já vamos completar dez anos com isso, e medidas paliativas não têm sido suficientes. Nós não queremos que a discussão de uma ampla reforma de todo o ensino, que pode levar mais tempo do que seria razoável, prejudique medidas urgentes de financiamento das universidades federais.

Expansão do corpo docente por meio da substituição por concurso público daqueles professores que se aposentaram, que saíram das universidades, e que estão sendo substituídos pelos professores substitutos, alguns ganhando R$ 700,00 por mês. Quer dizer, se alguém quer ensino público de qualidade neste País, pagando setecentos reais por mês, nós estamos em maus lençóis.

É preciso enfrentar com urgência a questão da autonomia de gestão das universidades. Isso sempre foi falado, mas de dez anos para cá, a cada ano, cada nova portaria do Governo cerceia ainda mais a possibilidade de gerenciamento das universidades. Quer dizer, é preciso autonomia para as universidades públicas, é preciso garantia de financiamento, garantia de

repasses. Defendemos a idéia de que a expansão do ensino público se faça através de projetos. Para isso, as propostas apresentadas de um sistema nacional sob a coordenação da SESU, com a discussão de projetos de âmbito nacional, são bem-vindas. Certamente, isso será discutido no Congresso brevemente.

O segundo ponto que a SBPC apresenta é uma idéia que vem sendo discutida, em nossas reuniões, já há algum tempo. Penso que estamos num momento de repensar toda a estrutura do sistema superior no País. Este ano, da miniconstituinte, talvez seja o ano para se enfrentar essa questão, não como um problema, mas como uma oportunidade de avanço, uma oportunidade de solução.

A SBPC propõe um sistema de ensino superior em três níveis, com um primeiro nível de três anos, com um diploma de curso superior para algumas grandes áreas. Sempre que se diz isso, alguém lembra que já foi tentado e que não deu certo. A questão do ciclo básico, como tentada no Brasil, foi o projeto original da Universidade de Brasília, e sempre lembro que o projeto original da Universidade de Brasília nunca chegou a ser implantado. Ele não foi completado. Ele foi abortado em 1964. O que continuou depois foi um simulacro de ciclo básico, um simulacro do projeto original que não deu certo, porque a legislação obrigava a universidade, praticamente, a fazer o vestibular para os cursos profissionais antes do ciclo básico.

A proposta da SBPC é de um sistema de três anos com um diploma de curso superior, seguido por um segundo nível de cursos profissionais, que poderão variar de um, dois ou três anos e de curso de pós-graduação ou de especialização, com exames de seleção específicos para cada um.

O grande problema que tivemos foi achar que haveria um ciclo básico de três anos, com alunos já endereçados para determinadas carreiras profissionais, e que isso funcionaria. Pode funcionar perfeitamente com diferentes seleções, assim como temos seleção para o curso de mestrado, que estaria nesse ciclo intermediário de dois anos e temos uma seleção para o doutorado depois do mestrado.

Isso poderia nos ajudar a resolver alguns problemas que são sérios e que não temos tempo para aprofundar. Creio que vale a pena mencionar. Temos cursos de quatro, cinco, seis anos, que não estão formando profissionais. Temos uma perda de tempo incrível nas universidades hoje. Temos professores capacitados que estão atendendo a dez, quinze, vinte alunos, quando seria perfeitamente possível, com a moderna tecnologia, em termos de equipamento e de tecnologia educacional, atender a muito mais. Então é possível e concordamos que é perfeitamente viável o plano de expansão da Andifes, desde que haja um grande esforço nacional. Certamente, esse esforço deverá contar com a boa vontade do Congresso Nacional, porque vai depender de algumas reformas.

Um outro assunto importante que gostaria de mencionar é a questão do acesso de permanência, que é um assunto do dia. Estamos todos discutindo a questão de cotas, de cotas dependendo de raças, de origem do Ensino Médio.

Gostaríamos de lembrar que para manutenção da qualidade de ensino nas universidades vamos precisar investir em apoio a esses alunos que têm o acesso à universidade sem passar pela competição do vestibular.

A questão da avaliação como colocada é fundamental, avaliação em todos os níveis, mas também avaliação durante o curso. Esses alunos não podem receber de graça uma vaga na universidade. Estaremos fazendo um desserviço a eles se isso vai significar uma frustração enorme por falta de condições de competir ou se significar um declínio geral do nível de ensino, que já não é essas coisas no País.

O quarto ponto é uma colocação histórica do SBPC que em vinte segundos só vou poder dizer que o dinheiro público é para ensino público. Essa é uma questão fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado Professor João Cláudio Tudorov.

Estamos numa audiência pública debatendo a reforma universitária. Veja como está fazendo mal para o Congresso Nacional o hábito do Governo de editar medidas provisórias.

No ano passado, a Comissão de Educação realizou 52 reuniões e não me lembro de termos nenhuma reunião com um número menor que 15 Senadores presentes. No entanto, como desde o dia 17 de fevereiro não votamos nada na Comissão, os Senadores perderam o hábito de freqüentar a Comissão. Estamos discutindo a reforma universitária com a presença de dois Senadores.

Pedi para verificar as outras Comissões e constatei que o **quorum** está reduzidíssimo. O Senado está substituindo o trabalho técnico das Comissões, que embasa os debates no plenário, que orienta os votos dos Senadores, pelos discursos políticos no plenário. Se verificarmos o que está ocorrendo no Senado, talvez seja preciso convidar a universidade para discutir uma reforma do Senado e não só uma reforma universitária, porque, sinceramente, eu me sinto constrangido de estar presidindo uma reunião, uma audiência pública para todo o Brasil ver, com a presença de dois heróicos Senadores, que estão aqui desde o começo, e eu presidindo a reunião. Não é a primeira vez que

isto acontece neste ano e se as audiências públicas continuarem com esse interesse, sinceramente, não convocarei mais audiência pública.

Sinto-me constrangido em presidir uma reunião para discutir um assunto de extrema importância para o País, um assunto que interessa a cada cidadão brasileiro com esse **quorum.** Falo isso porque sei que o hábito de freqüentar as Comissões está sendo substituído pelo hábito de fazer discursos no plenário em função da prática desmesurada que o Governo vem utilizando em editar e encaminhar medidas provisórias ao Congresso, ao Senado, o que praticamente congela o trabalho das Comissões. O Senador vem para a Comissão e não se vota nada acaba não indo novamente, e assim, estamos hoje tentando cumprir a nossa obrigação e a nossa responsabilidade e vou considerar esse assunto encerrado pela Comissão, depois que encerrarmos esta reunião.

Vou passar a palavra aos Senadores Hélio Costa e João Capiberibe e este assunto não debateremos na Comissão. Acho que os Senadores estão completamente informados sobre o assunto e podem votar o projeto de lei que o Governo vai encaminhar. Estou seguro que isso está acontecendo, porque senão teríamos um **quorum** maior na Comissão. Não estou sendo anti-ético. Estou falando com franqueza aquilo que está passando na minha cabeça, porque não dá mais.

Na última audiência pública, tivemos dois Senadores, e essa agora mais dois. Vou pedir para não se convocar mais audiência pública, vou deixar os requerimentos, porque nem o co-autor do requerimento está presente. Para ser bem sincero, nem o co-autor está presente, e para que convocar uma audiência, se o Senador que fez o requerimento não comparece?

Vou fazer uma pergunta ao Gustavo Lemos e outra para o Sr. Nelson Maculan. Depois passo a palavra para o Senador Hélio Costa.

Quero me referir ao sistema de cotas, e perguntar ao Professor Nelson Maculan: como será o critério para se escolher, tanto na cota racial, como na social, que podemos assim chamar dos alunos egressos da escola pública, qual será o critério de seleção? Essa é a dúvida que todos têm. Em relação principalmente à cota racial, como o Ministério vai identificar aqueles que são afros-descendentes, porque quero lembrar que discutimos esse assunto aqui, e tínhamos o Senador Sebastião Rocha, e ele tem a cor da pele mais clara que a do Senador Hélio Costa, ele afirmou: eu sou afro-descendente. E aí chega o documento de identidade dele, ninguém acreditou no que ele estava dizendo, mas ele mostrou o documento, que estava escrito: pardo. Isso daria a ele o direito a uma vaga na universidade pelo sistema de cotas. Pergunto se isso não trará problemas na hora da identificação? Qual o critério para os alunos egressos da escola pública? Porque li um estudo revelando que 43% das vagas das universidades já são preenchidas por alunos egressos das escolas públicas. Isso vai realmente acrescentar algo no que ser refere à inclusão social, abordada aqui pela Professora Ana Lúcia, se esse sistema de cotas realmente vai significar um avanço ou se vamos ficar praticamente como estamos? E esses alunos selecionados egressos das escolas públicos quanto o da cota racial terão a mesma qualificação para acompanhar o curso durante a sua formação.

Também gostaria de perguntar ao Professor Nelson Maculan o que o Ministério da Educação achou do fechamento dos 43 cursos universitários nas universidades estaduais no Paraná, que tem trazido muita dor de cabeça para alunos, familiares, que estavam cursando e tiveram, de repente, a notícia de que o curso não existia mais. Vestibulares cancelados, etc. Tudo isso tem causado um transtorno muito grande nas universidades estaduais do Paraná. Houve alguma iniciativa por parte do Ministério e qual o pensamento do Ministério com relação a isso?

Gostaria de perguntar ao Gustavo Lemos: o que a UNE pensa na troca de vagas nas universidades particulares por impostos? Se essa iniciativa do Governo é apoiada pela UNE ou se isso não está sendo a negação de todo o discurso feito de fortalecimento da universidade pública no nosso País, por quem hoje preside o País e pelo seu partido?

Passo a palavra ao Prof. Nelson Maculan.

O SR. NELSON MACULAN – Obrigado, Senador Osmar Dias, por esta oportunidade de responder essa questão pertinente. É claro, sabemos que o nosso País é racista, não preciso dizer. Sabemos também que muitos não conseguem as universidades públicas por falta de condições de fazer um cursinho, de fazer uma escola um pouco melhor.

Esse trabalho sobre cotas não é de hoje, mais de dois anos do Ministério da Educação, talvez até mais, que está ligado aos afros-descendentes e às populações indígenas do País.

O projeto que vai ser mandado ao Congresso, com lei, um PL, não uma medida provisória, estipula que 50% do número de ingressos no vestibular sejam dedicados às pessoas que vêm de escola pública e que cursaram os três últimos anos. Teriam um vestibular a parte. Cada universidade tera a sua maneira de fazer, faria um vestibular de 50% pela demanda geral e outros 50% pela demanda da escola pública, e desse 50% da escola pública, a idéia usando os critérios do IBGE, que dá o número de população de afros-descendentes, enfim, populações indígenas, usar esse

critério, 10%, 11% na cota para que seja destinada aos afros-descendentes ou fundações indígenas. Esse trabalho é interessante.

Também faço uma grande crítica: por que não se melhora todo o ensino básico? Acho que é uma tentativa. Como chamei a atenção, no início da minha exposição, são projetos provisórios no Brasil para responder a uma certa demanda. Vamos pensar. Por exemplo, um rapaz de família pobre, que acaba o secundário e quer ir para uma universidade hoje. Ele vai esperar 10 anos para a melhoria do ensino básico para poder entrar na universidade? Quer dizer, ele vai ficar condenado à possibilidade de uma universidade pública? Não sei se é a única maneira de fazer, mas acho que se deve responder a algumas demandas que temos no dia-a-dia da sociedade.

Hoje, algo interessante no País é que há sete milhões de formandos no ensino secundário por ano, e uma demanda nas portas das faculdades, das escolas, das universidades, no ensino superior num todo, seja tecnológico e assim por diante. Sei que é um ponto difícil a ser discutido no País, mas deve ser discutido. O Governo trouxe essa proposta, esse projeto de lei, que será discutido aqui, modificado ou melhorado. Essa discussão pode ser feita.

Sobre a qualificação, Senador Osmar Dias, não adianta – disse isso na Câmara e vou dizer aqui também – pensarmos em reforma universitária ou cotas sem aumento no orçamento. A idéia da permanência é muito importante. Não adianta apenas entrar com os temas demagógicos. O aluno tem que entrar e permanecer. Para isso, tem que haver tutores. Para se ter uma idéia, a UERJ, do Rio de Janeiro, já está fazendo isso. Por exemplo, às vezes, os alunos têm dinheiro para ir à universidade e almoçar. No entanto, não podem tirar cópias xerox, não têm livros, computadores. Eles entram nas universidades sem ter as mesmas condições dos outros 50%. Isso é interessante. O Ministério da Educação, junto ao Governo, tem que ter a responsabilidade de repassar recursos para as universidades federais de maneira que elas possam atender corretamente ao seu novo alunato. É muito importante ter a colaboração do Congresso. Não adianta mudarmos as coisas sem que tenhamos possibilidade de fazer. Isso é importante. Acho que completei, mais ou menos, o raciocínio.

São 43 cursos nas universidades estaduais. Estive conversando com o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná porque isso é grave para o Ministério da Educação. Hoje, comparando com São Paulo, se tirarmos os aposentados das folhas de pagamento do Estado de São Paulo, o Estado do Paraná é o que mais investe, proporcionalmente, em educação superior no País. Fez um enorme esforço, porque só há um Cefet no Estado do Paraná. Realmente, o Estado foi obrigado a completar o ensino, dado o seu poder aquisitivo. Essa discussão é interessante. Para o Ministério da Educação, isso foi muito duro e difícil, porque 43 cursos a menos, em um Estado importante como o Paraná, acarreta uma enorme dificuldade. Estamos tentando negociar com o Secretário da Educação – inclusive, estive duas vezes com ele –, visando a uma possibilidade de ajuda nesse sentido. Ainda não tenho uma solução, Senador, mas entramos na discussão. Eu mesmo entrei em contato e encaminhei uma conversa razoável. Inclusive, creio que nosso trabalho avançou muito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas o MEC não concorda com o fechamento.

O SR. NELSON MACULAN – Eu não concordo com o fechamento. O MEC não concorda com o fechamento. Acho que não há sentido fechar. Para mim, fechar um curso que tem qualidade, fechar uma universidade de primeira no País é muito grave porque ela tem qualidade e condições. É deixar uma demanda social no País muito forte, com bons alunos fora de possibilidade. Essa é a minha posição. A tentativa é arranjar uma solução para isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mesmo porque esperamos, no Paraná, que a reforma universitária não seja essa de fechar cursos.

O SR. NELSON MACULAN – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Sr. Gustavo Lemos para responder a questão que levantei sobre a troca de vagas por imposto.

O SR. GUSTAVO LEMOS PETTA – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, essa é uma pergunta pertinente. Acabei não falando mais na primeira intervenção. Logicamente, defendemos que a demanda do acesso ao ensino superior, cada vez mais crescente no País, não vai ser contemplada a médio e nem a curto prazo, somente com a universidade pública, mesmo que, nesse processo de discussão da reforma universitária, a universidade pública seja fortalecida e expandida por mais recursos, por um maior financiamento para a universidade pública. Agora, o Projeto Universidade para Todos nos traz alguns elementos, pelo menos esse último apresentado, positivos, e outros, negativos.

Quando ele fala que as atuais universidades filantrópicas que já têm uma isenção de impostos, garantidas inclusive na Constituição de 1988 - segundo alguns dados, ela é quase o dobro da verba de custeio das universidades federais -, ou seja, as que já têm esse apoio recebido por meio de recursos do Estado brasileiro, recursos públicos, serão condicionadas a terem a sua filantropia, por meio da concessão de bolsas, a

pelo menos 20% das matrículas existentes nessas universidades, consideramos isso positivo, porque deixa mais claro o critério para a condição de filantropia.

Não acreditamos que somente essa questão seja a ligada à filantropia. Há outras questões, como os hospitais universitários. Mas é importante criar uma condição mais clara e objetiva, já que sabemos que existem, não na sua maioria, mas em algumas dessas universidades que se utilizam dessa isenção de impostos, e não revertem claramente em filantropia tanto para estudantes carentes quanto para toda a sociedade. Então, nesse ponto, consideramos que seja positivo.

Agora, na resolução da UNE, até em razão do nosso acúmulo histórico, ela é contrária à isenção de impostos para universidades com fins lucrativos, ou seja, nas universidades que já têm na sua própria constituição o fim lucrativo. Muitas pessoas até consideram empresas as universidades. Acreditamos que não devem ser consideradas empresas, porque, na nossa visão, a educação não pode ser vista como qualquer outro tipo de serviço. Na verdade, ela precisa ser vista como uma concessão que o Estado faz à iniciativa privada, já que não consegue atender toda a demanda de acesso ao ensino superior.

Então, é um pouco essa a nossa visão. Estamos entregando aos Srs. Parlamentares o nosso posicionamento. Teremos uma discussão, agora, no dia 26 também, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, para a qual levaremos esse posicionamento nosso, para tentar fazer com que o Congresso modifique esses pontos no Programa Universidade para Todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Gustavo Lemos.

Passo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão de Educação, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Inicialmente, cumprimento V. Exª. Como sempre, V. Exª é firme nas suas decisões, claro objetivo sincero, e o **alter ego** dos seus companheiros desta Comissão. V. Exª disse tudo aquilo que nós todos que estamos presentes gostaríamos de falar. Faço, como se fossem minhas, as suas palavras.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, já que os nossos colegas Senadores não vieram em grande número, para solicitar que V. Exª nos dê a oportunidade de utilizar um pouco mais o espaço destinado às perguntas, até porque tenho algumas colocações que preciso fazer, notadamente para o Prof. Nelson Maculan, para a professora Lúcia Gazzola e para o Presidente da UNE, Gustavo Lemos.

O primeiro ponto que vejo, Sr. Presidente, nesta audiência pública, é a importância de um tema, que é a reforma universitária, ser trazido para o Congresso Nacional, como fez V. Exª, com a solicitação dessa audiência pública. Lembro que a primeira grande reforma que tem de haver na universidade pública brasileira, principalmente, é a da relação do Governo com o Ministério; do Ministério com as Universidades; das Universidades com os seus alunos.

Por exemplo, o Ministro da Educação esteve aqui há cerca de um mês e meio. Eu fiz uma pergunta a S. Exª. Coloquei da seguinte forma: a Universidade Federal de Minas Gerais não tem recurso para pagar nem a luz nem a água, nem para cortar a grama. O que se pode fazer, de imediato, para resolver um problema que perdura um ano? Bem, o Ministro disse aqui que, pelo menos, o dinheiro para cortar a grama havia sido liberado. Eu entrei em contato com a Professora Ana Lúcia Gazzola, que está aqui presente, Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais e, também, agora, Presidente da importantíssima Associação que congrega as Instituições Federais de Ensino Superior. Ela me disse que não recebeu. Quando ela chegou aqui, mandei perguntar: Professora Ana Lúcia, se ela já recebeu o dinheiro, há quase dois meses. Ela manda um recado para mim dizendo que ainda não recebeu. Mas, ela diz que está para ser liberada a Emenda Andifes.

Pergunto o seguinte: Professora, já dá para pagar a luz, a água, cortar a grama, da Universidade Federal de Minas Gerais? E evidentemente, quando falo da Universidade Federal de Minas Gerais, estou falando de todas as universidades federais, no Brasil inteiro, porque a situação de Minas não é diferente da situação do Paraná, da situação do Rio de Janeiro, ou de São Paulo e de qualquer outro Estado.

Então, essa oportunidade Professora, é que a Senhora tem, usando a **Tv Senado**, que está aqui falando para o Brasil inteiro. Tem, pelo menos, 300 mil pessoas ouvindo e vendo, neste momento, o que a Senhora tem a dizer para pedir ao Governo, ao Ministro, para que libere os recursos das universidades federais. Por que, enquanto não se fizer isso, essa relação fica prejudicada, Professora. Como vamos resolver questões de pagar luz, pagar água, cortar grama, funcionários terceirizados que já foram mandados embora, diga-se de passagem, porque não tem recurso para continuar a pagá-los. Essas coisas não podem acontecer. Se existem verbas orçamentárias, elas têm que ser cumpridas e destinadas a quem é de direito. Essas coisas não podem acontecer. Precisamos resolver essa questão. Essa era a primeira questão que gostaria de colocar.

Em segundo, vou me dirigir, especificamente, ao Professor Nelson Maculan, com a seguinte colocação: as sessões dos órgãos públicos, como o Comitê Técnico Cientifico da CAPES, devem ser públicas, até por exigência de Lei. Na verdade, é a Lei nº 9.784/99. Mas, mais do que essa Lei que, de certo modo, é um pouco dúbia, porque não sabemos ao certo se podemos ou não participar, mas a Constituição, no seu art. 37, é muito clara. Ela diz o seguinte:

> A Administração Pública Direta e Indireta, de qualquer dos Poderes da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Agora, é evidente, me respondem assim: mas, você pode recorrer, você não participa da reunião, mas pode recorrer. Ora, quem pode recorrer tem direito a assistir, tem que ter o direito de assistir. Então, pergunto a V. Exª se dá para abrir essas reuniões, para que todos possam participar. Agora, mais do que abrir, determinar ao Comitê Técnico Científico da CAPES que divulgue com antecedência, Professor, a pauta das suas reuniões e permita que as Instituições assistam às suas sessões. Mas, principalmente, que divulguem a pauta, porque, se houver interesse, eu vou lá; se não for meu interesse, evidentemente que não irei.

Então, quero uma posição de V. Exª nesse sentido.

Agora, a outra colocação, Sr. Presidente, é com respeito a um esclarecimento que se solicitou ao Ministro da Educação sobre a Portaria nº 1.263, de 13 de maio de 2004. Foi aprovada, em 14 de abril de 2004, a Lei nº 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação Educacional Superior – SINAES que, como acontece com toda Lei, está em regulamentação. Essa é a palavra lamentável que tem aqui dentro do Congresso Nacional, em todo lugar se houve isso, e precisa ser regulamentada.

Mas, ressaltamos que essa Lei, que é produto de debate democrático, que envolveu todos os segmentos da educação superior, como da sociedade, representa um avanço na educação brasileira. Isso é inevitável e inegável. Agora, para surpresa das Instituições de Ensino Superior, que estão aguardando a regulamentação dessa Lei, é publicada no **Diário Oficial**, no último dia 14 de maio, a Portaria nº 1.263, que estabelece, Sr Presidente, acredite se quiser, de forma isolada, a responsabilidade da SESU de coordenar, executar, as atividades regulatórias contidas nos processos de supervisão e atribui-lhe a competência de deferir diretrizes e instrumentos para credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores. Além disso, a mencionada portaria resolve que a Cesur irá constituir o Comitê Técnico de Coordenação, bem como comitês de assessores por áreas de conhecimento. Lá na frente, a lei que institui os Senais prevê a criação da Conais, que é a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior que tem, entre outras atribuições, a de propor a avaliação de dinâmicas, procedimentos, mecanismos de avaliação institucional, de cursos, de desempenho dos estudantes, estabelecer diretrizes para a organização, designação de comissões, avaliação, formulação de propostas para o desenvolvimento das instituições de ensino superior com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação.

O senhor tem uma equipe para fazer isso tudo, professor? Ou a Cesur vira o Ministério e vai decidir tudo? É importante que o senhor diga publicamente. Se o senhor não tiver pessoal especializado, vamos arranjar gente para o senhor. Há tanta coisa para fazer que, confesso, não sei como o senhor vai conseguir dar conta disso tudo. Lá na frente – e ainda tem o pior disso tudo, pois não cheguei às perguntas -, também em seu art. 11 a Lei 10.861 determina que as comissões próprias de avaliação de cada instituição de ensino superior deverão sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Inep. Ainda como argumento para as questões que serão feitas a seguir, o Ministro da Educação Tasso Genro anunciou, no dia 24.03, a reestruturação que pretende fazer no Ministério. Apesar de não constituir ainda um documento oficial, é importante destacar que o texto que justifica essa reforma atribui como missão do Inep promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro, devendo ser uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência na produção de estudos, pesquisas e avaliações.

Agora, sim, vamos às perguntas. Por que essa portaria foi publicada de forma precipitada, sem aguardar a regulamentação da Lei 10.861/2004?

Como pode uma portaria do Mec desconsiderar a legislação em vigor e atribuir exclusivamente à Cesur competências que envolvem a Câmara de Educação Superior – e isso é muito importante – a Conais e o INEP?

Como pode o Ministério estabelecer atribuições da Cesur com base no art. 2º da Lei 10.861/2004 antes de a lei ser regulamentada?

A lei não vale porque não está regulamentada quando precisa, pois está sendo usada. Há um confronto de interesses. Como pode um instituto como o Inep, que promove estudos e pesquisas sobre avaliação ser

apenas um órgão de apoio técnico? Como pode a portaria prever a constituição de comitês assessores por áreas de conhecimento sem ouvir o CNE e o Conais? Aliás, esse "sem ouvir" é o que vai me levar à pergunta do Gustavo. Nessa reforma toda, nessa proposta toda, Gustavo, o Ministério tem ouvido a UNE, os estudantes, seus companheiros, você? Permanentemente vocês estão participando de cada uma das decisões como deveriam? Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, em primeiro lugar ao Professor Nelson Maculan.

Aliás, V. Exª fez uma pergunta à Professora Ana Lúcia. Então, começaremos com a Professora Ana Lúcia.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Vou voltar ao preâmbulo que fiz. A senhora tem, agora, a **TV Senado** para dizer ao Brasil inteiro se já chegaram os recursos para pagar a água, a luz, os terceirizados e o cafezinho também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – E para cortar a grama.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sobretudo para pagar funcionários e salários.

A SRª ANA LÚCIA ALMEIDA GAZZOLA – Bom-dia, meu Senador por Minas Gerais e Vice-Presidente da Comissão, Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, demais companheiros da Mesa, Senadores e Senadores, em primeiro lugar, permita-me discordar, embora entenda bem a sua frustração. É tão importante para nós, que possamos estar aqui no Senado, com poucos ou muitos membros da Comissão de Educação do Senado, com poucos ou muitos Senadores, é tão fundamental que possamos trazer as nossas questões, que são questões nacionais, que lhe peço, em nome da Andifes, que, sim, convoque novas audiências públicas. Estaremos todos aqui sempre que convidados.

É absolutamente necessário que assim seja, afinal esta é também a nossa Casa, dos nossos legítimos representantes, e os que aqui estão certamente farão eco das nossas palavras com os demais Senadores e multiplicarão opiniões para que, cada vez mais, ganhe corpo dentro desta Casa a questão da reforma da universidade e da educação superior. Então lhe peço que nos chame sempre, e estaremos aqui com muito prazer, porque aqui é também o nosso lugar.

Nós não recebemos ainda recursos para pagar as dívidas de 2003. As instituições federais de ensino superior, que são 54, têm uma dívida acumulada de tarifas de energia e água de R$ 66 milhões e mais aproximadamente a R$ 19 milhões em outros tipos de dívida, totalizando R$ 85 milhões. Sabemos que o MEC tem envidado grandes esforços para conseguir esses recursos com o Ministério da Fazenda e do Planejamento, mas até o momento não houve sucesso. Então as dívidas de 2003 estão congeladas, não estamos pagando, não temos como pagar.

As instituições estão pagando, sim, as contas de 2004, mas, mesmo com a liberação da Emenda Andifes, que se dará nos próximos dias, sabemos – e o MEC também sabe – que os recursos não serão suficientes para 2004 por algumas razões simples: as altas taxas das tarifas. Todos temos acompanhado, e a Cemig, em Minas Gerais, "ela nos tem dado muitas alegrias": aumentou 31% no ano passado e 19%, em 2004; fomos os campeões em aumento de energia no País, não é, Senador? Então essa é uma questão muito importante que precisa ser resolvida. Os dissídios dos terceirizados, uma vez que durante muitos anos não houve concursos para servidores das universidades; houve poucos para os hospitais, mas não houve concurso para as universidades. No ano passado, o Governo Lula, sim, liberou concursos para servidores para as universidades, esses concursos estão sendo feitos, mas também tivemos a Reforma da Previdência, perdemos muita gente, perdemos mais do que contratamos, então não conseguimos equilibrar. O Ministério está tentando, sim, conseguir novas vagas para professores e servidores, mas temos realmente um alto número de terceirizados e isso tem consumido grande parte dos nossos recursos. Também questões como vigilância, manutenção predial: nossos prédios em infra-estrutura estão muito degradados. O caso da UFRJ é típico. É preciso um investimento específico para recuperar essa infra-estrutura.

Agora há uma questão muito importante que eu queria dizer relacionada à reserva de vagas. Sem entrar no mérito da reserva de vagas, quero dizer que estamos convencidos de que o instrumento de maior capacidade de inclusão social é a expansão no curso noturno. Os dados todos indicam isso. Por isso a Andifes, desde o ano passado, apresentou não só uma proposta de expansão no sistema, mas especificamente uma proposta de expansão no curso noturno. E aí vou relacionar as contas de energia. Como o quilowatt/hora à noite custa 9,8 vezes o quilowatt dia, fica muito difícil fazer uma política de expansão nos noturnos com a inclusão social, particularmente visando ao aluno trabalhador, se não tivermos como pagar as contas de luz, que são muito mais caras exatamente naquele horário do noturno. Então, todas essas políticas precisam vir integradas.

Agora, confio que o Ministério da Educação, com o apoio do Congresso Nacional, encontrarão os instrumentos necessários para que possamos:

1 – quitar as dívidas de 2003;

2 – ampliar os orçamentos de 2004 para não contrair novas dívidas;

3 – liberar as nossas energias criativas e as do próprio Ministério para que possamos então trabalhar naquilo que realmente interessa, que é a construção do futuro.

Não podemos ser prisioneiros das circunstâncias e das contingências, mas estamos sendo prisioneiros. Os dirigentes passam 99% do tempo lutando para manter as instituições abertas e funcionando com o grau de dignidade que a sociedade brasileira exige e merece. Nós gostaríamos muito que isso fosse invertido para que pudéssemos usar as nossas energias, que também constituem um capital público, um bem público, um capital humano, que são um patrimônio público, para que possamos trabalhar nos avanços e correções que, certamente, a educação superior brasileira necessita.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Professor Nelson Maculam.

O SR. NELSON MACULAM – Obrigado Senador Hélio Costa, pela perguntas.

Primeiramente, é interessante dizer o seguinte, hoje há 54 milhões, pela Emenda Andifes, que foi dividida entre os colegas da Andifes, até por questões do passado e dos 66 milhões que tínhamos – estamos tentando 85 milhões – para pagar todas as dívidas de ensino superior de 1997 a 2003. Agora tenho conversado muito na Fazenda duas três vezes, ontem mesmo jantei com um colega que é Secretário do Planejamento, tenho uma grande utopia, é importante, precisamos para conseguir dar uma certa visibilidade, voltar ao normal das federais, 150 milhões. Isso é mais ou menos um recurso, que se pudéssemos, este ano ainda, incluir isto de uma tal maneira de reverter esse recurso. Andei bastante pelo Brasil e o que atrapalha muito os reitores é o MEC. Acho que os reitores estariam bem melhor sem o MEC.

Digo isso...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Essa é uma declaração que vou anotar aqui.

O SR. NELSON MACULAM – Pode anotar. Pode dizer que eu disse isso.

Nós exigimos muito e damos muito pouco às universidades. Não é de hoje isso, isso é uma maior evolução do País. Vejo a dificuldade de vários colegas ...

Agora a grama da UFMG sempre esteve bonita. Estive lá, por isso que falei para a Ministra. O Ministro perguntou para mim. Eu estive lá ontem e estava tudo cortado...

Outro ponto importante, V. Exª tem toda razão, o CTC da Capes pode ser perfeitamente público; alias tem muita gente – como se diz, talvez como não seja divulgado a pauta – lá, porque é público; as pessoas entram, é pequeno o recinto, mas enche. Aliás, não é só lá, outros Conselhos deviam ser muito mais...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Divulgando pela **Internet**, principalmente, a pauta da reunião, é evidente que muita gente participa.

O SR. NELSON MACULAN – É interessante, porque é público, não tem motivo contrário para sua participação.

Aos pontos que V. Exª colocou, para V. Exª ter uma idéia, somos incompetentes hoje dentro da estrutura do Ministério da Educação a responder as demandas, sobretudo do ensino particular, no que se refere à autorização, ao reconhecimento, demoramos muito. A estrutura do MEC foi aumentando de tal maneira, são 2.040 instituições de ensino superior no País, são mais de 18 mil cursos. É difícil, tem que ser sério, tem que olhar com cuidado porque temos que dar qualidade ao ensino. Já havia uma suspensão de autorização de três cursos na área da saúde, que era: medicina, odontologia e psicologia. E o Ministro suspendeu também, por 90 dias, a autorização de novos cursos na área de Direito... Acontece o seguinte, hoje, pedimos ter um tempo suficiente para fechar por 180 dias os novos cursos, a gente pode continuar as autorizações de novos cursos, credenciamentos, quer dizer, isto certamente nos dará, nesses 180 dias, a possibilidade de responder sem esperar, porque na realidade os Ciaps, ou novo tipo de avaliação – que é um avanço grande – tem que ter regulamentação, isso vai ser lá para o final do ano. Temos que responder urgentemente, porque se não a gente passa por uma incompetência completa. O que tenho na minha sala, o que recebo de parlamentares, prefeitos... Estou tentando lá, rapidamente, montar um esquema que seja eficiente e que responda rápido: sim, ou não. Não tem sentido. E o que é preciso ... nada fica... volta para o Ministro homologar. Fazendo uma equipe de força para responder.

O que V. Exª chamou das comissões, são comissões de especialistas, já existiam no passado, temos que retomá-lo, para ajudar nos ajudar.

Tenho uma visão que é minoria no Brasil, podemos descentralizar. O País é continental, não é a França nem Itália, não podemos contrastar todo esse sistema no Brasil, acho que temos um trabalho, isso é uma visão minha, pessoal, com os Estados, com as federais locais, com as estaduais locais, que façam esse trabalho, porque vamos chegar ao nível de incompetência completa. E é ruim para o Ministério da Educação – pega mal. Hoje, recebo muitas reclamações sobre as áreas privadas, a gente tem que responder a todas, acho que é mais do que justo, quem envia um proces-

so, tem que dar um acompanhamento. Já avançamos muito com o sistema SAPS, que é automático.

Quero colocar para os Srs. que assumo a responsabilidade, que é novo atraso, que estamos arrumando a casa. Somente para o Senhor ter uma idéia, tínhamos mais de 10 mil processos, hoje são mais ou menos 800, 900 processos, estamos chegando a uma solução, mas são processos que exigem muita visibilidade e abertura das coisas. Acho que isso é importante.

A minha visão é que o INEP seria o IBGE da educação. Olhando um pouco, a Secretaria de Educação Superior do País tem uma responsabilidade de responder. Quer dizer, somos pressionados, que é normal, pelas entidades, pelas associações, etc. mas a (**fora do microfone) ...**necessidade deve ser pela educação superior, usando o INEP, a CAPES, as universidades federais que são ligadas a gente, a idéia nossa é de cooperação. É nesse sentido que foram feitas todas essas portarias, que são inúmeras, é um grupo que fizemos, que nós ajudamos. Você tem razão, muitas vezes, no Brasil temos a visão, a gente não consulta muito, a gente faz as coisas constar um pouco antes, depois a gente deixa, parece que o nosso sistema é fazer um papel para ser criticado. Todos querem saber a posição do Ministério, ninguém quer ser ouvido antes. Tem outro lado no país, acho que é a nossa cultura. Todos esperam uma reforma universitária pronta no Ministério para bater. É normal, acho que a nossa cultura é assim, cada país tem a sua cultura, a nossa, a visão é ouvir um pouco neste momento. Às vezes, confesso, que não conseguimos ouvir todos, mas como estou no governo hoje, assumo as críticas e isso faz parte do dia-a-dia.

Tentei, mais ou menos, responder essas questões. Estou aberto a todos os Deputados e Senadores, Governadores, Prefeitos. Tenho o hábito de receber muita gente. Reconheço que estamos com dificuldade e estamos tentando arrumar o Ministério.

SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na verdade, quero que o senhor entenda a minha colocação, exatamente pela preocupação que tenho de que o senhor tem o Brasil inteiro para atender. Pelo que vi, dessa portaria, o senhor tem inúmeras atribuições e, evidentemente, as reclamações vão começar a chegar.

Particularmente, tenho algumas preocupações com portarias. Semana passada, tivemos um exemplo típico do que uma portaria faz no Brasil, quer dizer, a Diretoria da Aeronáutica Civil, que de Civil não tem nada, porque é comandada por militares, baixa uma portaria interferindo na lei da oferta e da procura. Quer dizer, o Diretor do Departamento de Tarifas resolve decidir por ele, sozinho, ele que não teve um voto neste país inteiro, é um funcionário de carreira, sim, decide se pode ou não haver aumento de passagem, desconto de passagem, se o povo pode ou não andar de avião – por portaria. E para desfazer a portaria? Para desfazer a portaria, tem que fazer umas 3 ou 4 audiências no Senado, na Câmara e passar uns 3 meses viajando sem desconto de jeito nenhum, porque um funcionário da Diretoria de Aeronáutica Militar, que não é a DAC, aeronáutica militar, decidiu que nós não podemos ter descontos em passagens aéreas.

Por isso, tenho preocupações com relação a portarias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe. O Senador Hélio Costa havia feito uma pergunta também para o Gustavo.

Então, concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Quero saber se a UNE com a sua tradição de participar dessa revolução toda da reforma da nossa universidade, até porque você citou aqui tem 40 anos de história da UNE tentando ajudar na reforma da universidade brasileira, e eu espero que a UNE esteja sendo ouvida, que os estudantes estejam sendo ouvidos.

O SR. GUSTAVO LEMOS PETTA – Permita-me, Senador Hélio Costa, A sua pergunta é muito pertinente, fazer algumas considerações anteriores. Primeiro, que a UNE desde o dia 2 de abril está fazendo por todo País uma caravana, percorrendo mais de 20 Estados brasileiros e mais de 35 instituições universitárias exatamente para preparar um diagnóstico da situação do ensino superior brasileiro e apontar alguns caminhos, que consideramos devam ser os caminhos da reforma universitária prometida pelo MEC agora, para o mês de novembro, a ser apresentada ao Congresso no mês de novembro.

A gente vem reafirmando cada vez mais o que a gente já sabia, até porque a gente sabe da situação das universidades, mas do descaso que existe hoje com as nossas instituições federais de ensino superior. Então, eu estava trabalhando na Universidade Federal do Maranhão, há duas semanas, e presenciamos o fato de a Faculdade de Enfermagem ficar duas semanas sem ter aula, porque a Universidade não conseguiu pagar a conta de luz. Isso aconteceu na Universidade Federal do Maranhão, sabemos dos problemas apresentamos pela Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e mesmo com toda essa crise de financiamento, são essas as universidades que representam hoje um papel fundamental para o País, mais de 90% das pesquisas que são feitas nas universidades, mesmo com toda essa crise de financiamento, cresceu o número de vagas nessas

universidades. Então, percebe-se a situação que está colocada hoje nessas universidades e a necessidade de haver mudanças rápidas, emergenciais, para garantir o fortalecimento dessas instituições públicas.

Eu disse isso, porque acho que realmente, com a vitória do Presidente Lula, primeiro, com o Ministro Cristovam Buarque e, posteriormente, Tasso Genro, ocorreu mesmo uma mudança muito grande na relação entre o Ministério da Educação e as entidades. A UNE, por exemplo, durante a gestão de Paulo Renato, foi recebida três vezes, durante 8 anos, em momentos intensos de greve estudantil, de professores, e não existiu uma relação de diálogo, houve a abertura de canal de diálogo neste 1 ano e 5 meses do Governo Lula. Agora, o problema que está colocado não é este, existe um diálogo, estamos participando inclusive dos espaços de diálogo com a comunidade acadêmica, um espaço importante que reúne a Andifes, a SBPC, ANUP e outras e tudo isso vem sendo debatido, um pouco, o conteúdo das reforma, algumas reivindicações nossas são atendidas, outras não. O grande problema é que tudo isso esbarra, e aí não existe diálogo mesmo, no Ministério da Fazenda, no Ministério do Planejamento que persiste em adotar uma política muito parecida ou quase idêntica à política econômica anterior, que impede que haja mais investimentos na educação superior pública do nosso País, que pensemos, e nunca fui daqueles que pensou que a vitória do Lula poderia possibilitar mudanças radicais, rasgar contrato, etc., mas sempre acreditamos que a vitória do Lula representava a vitória de um pacto nacional pela retomada do desenvolvimento no nosso País, fortalecendo o mercado interno, o capital produtivo. Infelizmente, vamos percebendo que, por exemplo, o Ministro Palocci, que sempre acreditamos que fosse um representante do Governo com o capital financeiro internacional, um representante de diálogo, de interlocução, vai-se tornando mesmo um representante do capital financeiro internacional ao dizer com segurança que essa política econômica precisa ser mantida e será nos próximos anos. Então, é preciso, aqui peço aos os Srs. Senadores atenção, que é preciso criar esse canal de diálogo que, até agora, não existe. Portanto, faço um apelo final, porque existe hoje já um encaminhamento do Ministério da Educação para o Ministério do Planejamento para a contratação imediata de 5 mil docentes para as instituições federais de ensino superior. Já existe esse pedido, já existe esse compromisso, e isso está parado até agora no Ministério do Planejamento, então, é preciso haver uma pressão porque só dessa forma você consegue resolver um pouco o problema emergencial na universidade, já que há demanda de mais de 12 mil docentes, já que não houve reposição de docentes e muitos se aposentaram nestes últimos anos, mais vagas foram criadas e existe um déficit grande de docentes nas instituições federais de ensino superior.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para ...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – ...a oportunidade em que iniciei a minha fala, imediatamente relacionei as posições, o Governo com o Ministério, este com as instituições, e estas com os alunos. Então, você acabou de afirmar que essa interação não está ocorrendo.

Muito obrigado.

O SR. GUSTAVO LEMOS PETTA – Só reafirmando que, com o Ministério da Educação, temos mantido um diálogo intenso, importante, com o Secretário de Ensino Superior Nelson Maculan, que é uma pessoa compromissada com a universidade pública que vem tendo um diálogo intenso com a UNE, mas existe realmente esse ruído, esse problema de diálogo com outros Ministérios que são determinantes nesse debate da reforma universitária.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos passar a palavra ao Senador João Capiberibe, dizendo-lhe que todos entendemos que V. Exª exerce seu mandato com muita dignidade. Vejo uma torcida muito grande para que V. Exª tenha o direito que o povo do Amapá concedeu a V. Exª de continuar exercendo, com muita dignidade, o seu mandato.

Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas suas palavras generosas. Eu queria saudar os Senadores aqui presentes, os professores, os debatedores desse encontro, a professora Ana Lúcia, o Sr. Gustavo Lemos, a quem agradeço a manifestação de solidariedade.

Eu queria dizer-lhes que venho de uma região e, especificamente, represento um Estado, nesta República, que ainda não se republicanizou pelo que nós acabamos de ver, porque não tem dinheiro para cortar grama. Represento um Estado, uma região que o conhecimento é decisivo, é vital para a construção de um modelo de desenvolvimento econômico e social. O conhecimento é fundamental para que se estabeleça uma nova relação entre o homem e a natureza, para que nós não reproduzamos a destruição sistemática do patrimônio ambiental da sociedade brasileira que aconteceu em outras regiões, para que nós não reproduzamos a exclusão social que infelicita este País.

A Amazônia e, especificamente o Amapá, que é o meu Estado, e é um Estado ainda com o seu patrimônio ambiental preservado, e com potencialidades

imensas que poderiam certamente resolver problemas econômicos. Se nós detivéssemos o conhecimento necessário para construir essa nova maneira de produzir bens, essa nova maneira de se relacionar com a natureza.

Eu queria fazer uma reflexão, até porque na hora em que fecha uma Escola de Enfermagem porque não tem como pagar energia elétrica, na hora em que uma universidade, como a Universidade Federal de Minas Gerais, não tem dinheiro para cortar grama, é preciso uma reflexão para saber exatamente a quem encaminhar nossas demandas. Porque, se as portas dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, que poderiam atender, não nos atendem, então, nós temos que ver como encaminhar essas demandas.

Essa reflexão me leva a pensar e me ancorar na universidade do meu Estado, a Universidade Federal do Amapá, criada há doze anos e que continua exatamente com os mesmos 11 cursos, lá do início dos anos 90, com as 500 e poucas vagas e com um número reduzidíssimo de professores. Ou seja, ela reflete exatamente a mesma situação das demais universidades em todo o País.

No entanto, neste período, praticamente se dobrou a carga tributária paga pela sociedade brasileira. Se nós analisarmos os últimos 14 anos, praticamente dobrou. Nós estamos chegando a 37% do PIB. A pergunta é a seguinte: para onde foi esse dinheiro? Ora se retira dinheiro da sociedade e, ao mesmo tempo, não se tem dinheiro para pagar a conta de energia, não se tem dinheiro para cortar a grama da Universidade Federal de Minas Gerais, para onde foi esse dinheiro? A outra pergunta é a seguinte: quem nos conduziu para essa situação?

Essa elite política que dirige este País, ao longo desses anos todos, em nome de uma doutrina que iria resolver os problemas, em nome do neoliberalismo, nos conduziu para essa situação de regressão absurda do ensino universitário brasileiro, da infra-estrutura, enfim, em todos os campos nós tivemos um retrocesso brutal nos últimos 14 anos. Ora, essa elite foi formada nas nossas universidades. Eu acho que é uma reflexão que nós não podemos deixar de fazer. A elite política deste País foi formada nas universidades, na sua grande maioria, nas universidades públicas, ou mesmo na universidade privada. Não pode haver diferença, se nós estamos discutindo uma reforma sistêmica da universidade brasileira. Se ela nao existia no passado, ela precisa existir no presente.

E para que nós daqui a dez, a quinze anos, não estejamos aqui lamentando, mais uma vez, é necessário introduzir na reforma universitária uma mudança curricular profunda. E colocar uma questão que me parece decisiva para o futuro da sociedade, que se coloque uma cadeira de forma transversal o ensino da ética na universidade e não só na universidade, mas desde lá debaixo. Isso porque está quase impossível conviver numa sociedade que constituiu instituições e que essas instituições terminam contaminadas pela ausência de pessoas ancoradas na ética, no compromisso com a construção de uma nação, como foi bem colocado aqui. Acho isso fundamental. Isso pode ser feito sem grandes recursos, parece-me, Prof. Maculan. Acho que essa introdução de princípios para formar caráter pode ser feita sem grandes custos financeiros.

Gostaria de fazer uma pergunta e de obter uma resposta imediata. Existe um **site** na **Internet**, que é utilizado pela Secretaria Executiva que debate a reforma para animar essa discussão?

O SR. NELSON MACULAN – Existe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Existe um portal. Eu gostaria de ter esse endereço, porque para nós é fundamental acompanhar esse processo.

Tenho tido uma relação com as universidades, com as menores. O problema é que eu sempre trabalho com os mais pobres entre os pobres. Nas universidades da Amazônia, por exemplo, nós desenvolvemos um trabalho e até gostaria de contar com a sensibilidade da Presidente da Andifes para defender a nossa causa. Os critérios da Andifes terminam fazendo com que as universidades pequenas continuem pequenas eternamente. No ano passado, graças a uma articulação política junto ao Ministro Cristovam Buarque e à Andifes, foi modificado o critério para que as universidades da Amazônia – faria um apelo político de compreensão da necessidade do conhecimento para aquelas universidades – tivessem o seu modelo modificado.

Há o sentimento de que a universidade está distante da sociedade. Não sei se os professores sentem isso. Nós, políticos, sentimos muito isso. Eu estava falando da pouca importância que a universidade tem hoje nas próprias eleições. Poderia até citar algumas universidades que são muito importantes politicamente nas suas comunidades, mas contaríamos isso na ponta dos dedos.

É preciso que o Conselho Universitário se abra e que haja um pacto com as comunidades em que as universidades estejam inseridas e que seja paritário. É preciso que se tenham ali também representantes dos setores produtivos, dos trabalhadores, que se tenham representantes das organizações do terceiro setor, que já são muito importantes em nossa sociedade. Que estejam ali representados o saber local e o saber construído.

Acho que dessa forma, iremos ajudar a democratizar a universidade e fazer com que as comunidades locais se sintam responsáveis e que lutem junto com a Andifes, junto com a UNES e junto também com as organizações universitárias, e estejam também presentes as organizações empresariais, de trabalhadores, organizações da sociedade civil.

Era isso que queria colocar.

Queria também agradecer muito pela oportunidade do debate. Seguindo a linha da Prof. Ana Lúcia, vamos continuar com as audiências públicas. Acho que é importante que nós, mesmo sendo dois ou três, aprendamos aqui. Este é um momento muito intenso para nós de aprendizado e de trocas, com certeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Eu quero, em primeiro lugar, pedir desculpas por ter saído. Mas ocorre que está havendo neste mesmo momento um encontro sobre a luta contra a prostituição infantil. Eu me sentiria muito incômodo se ficasse o tempo todo discutindo a questão da universidade e não mostrasse minha presença nessa luta, que tem tudo a ver também com a educação. Por isso, ouvi um pouquinho de cada uma das falas, mas não posso falar de nenhuma delas. O que quero falar aqui é que, a meu ver, precisamos chegar a um consenso. E esse consenso é sobre o que queremos com a universidade brasileira, para que a gente quer a universidade brasileira? Se não chegarmos a esse consenso, que não é um consenso que vem de dentro da universidade – é um consenso nacional – incluindo especialmente as pessoas da universidade, mas não só, vamos fazer a reforma discutindo os interesses dos alunos das Federais, dos alunos das particulares, do Governo Federal em relação à parte financeira, se tem ou não dinheiro, dos professores, e a gente não vai discutir qual é a universidade que o Brasil precisa. Estamos discutindo qual é a universidade que cada um de nós quer, de acordo com a sua corporação, de acordo com a sua visão, mas não estamos discutindo qual é a universidade que o Brasil precisa. Acho que esse é um consenso inicial que deveríamos ter. Não tenho escutado essa pergunta por aí, qual é a universidade que o Brasil e o mundo precisam, que exista no território brasileiro. Uma universidade é uma antena que capta o saber de nível superior que está espalhado ou em formação nessa atmosfera da cultura. Como é que essa antena vai funcionar melhor? Para quem ela vai funcionar melhor? Que futuro ela vai construir? Essas são perguntas que gostaria de ver respondidas, não sei se hoje, aqui, mas em algum momento. O que é que a gente quer com a universidade brasileira? Estou convencido de que, seja lá o que a gente quiser, a que está aí não serve, até por que ela foi feita em 68, num regime militar, antes da **internet**, do computador, do microcomputador, pelo menos, do ensino à distância, na época a gente acreditava que a utopia seria construída através do crescimento econômico, do desenvolvimentismo ou da revolução socialista, em que a gente tinha ainda o Muro de Berlim como a utopia do lado de lá. De lá para cá, de 68, mudou tudo, menos a universidade, porque o que ela mudou foi eleger diretamente o reitor e explodir o setor privado. Fora isso, falemos com toda franqueza. Todorov fez uma mudança no PAS, tem essas coisinhas, nós, na Unb, implantamos os núcleos, mas a instituição como um todo não mudou, e não vejo por parte da comunidade o desejo da revolução na universidade para que ela sirva ao mundo e ao Brasil do século XXI. Então, a minha pergunta é uma só: o que é que a gente quer como país, como humanistas, com a universidade? A partir daí, a gente discute como se transformar a universidade de como ela é. Aí vamos chegar a todas as soluções, como é que escolhe quem entra, qual é o currículo, para onde é que vai o dinheiro, financia com dinheiro público, privado ou público, porque, Gustavo, a pergunta não é se financia ou não com dinheiro público ou privado. A pergunta anterior é qual é a universidade que se quer. Se definirmos isso, seremos capazes de chegar à conclusão de que se justifica financiar o setor privado. Depende do que a gente quer e a gente não tem discutido isso. Fica esta pergunta: o que é que a gente quer da Unicom e da Universidade situada no Brasil, porque nem brasileira dá para dizer. Hoje, tudo é universal e o compromisso vai além das nossas fronteiras, é com a humanidade inteira.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Expositores, infelizmente, não consegui ouvi-los porque estava preso no aeroporto, acho que muitos de vocês também...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas está resolvido problema?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Conseguimos descer. Nobre Presidente, com certeza, aquilo que vocês colocaram aqui foram coisas boas para o Brasil. Então, só temos que dar o aval. Quero aqui reconhecer o trabalho que vem sendo exercido pelo Governo na melhoria das nossas universidades. Sem querer dizer que o trabalho que está sendo exercido pela Oposição

para que se desenvolva uma descentralização das universidades, que não seja importante.

Eu tenho aqui um Projeto de Lei no Senado nº 171, que fala na criação de uma universidade federal no oeste de Santa Catarina. Também sabemos que isso é de competência do Presidente, mas está aqui o Projeto, está andando, os Senadores da Comissão aprovaram, e os Senadores não vão trabalhar contra aquilo que é importante para a sociedade. Chamaria Ufooeste, no oeste de Santa Catarina.

Essa não é uma luta apenas deste Senador, é uma luta dos demais Senadores e Deputados Federais de Santa Catarina, da sociedade de Santa Catarina, do Governo do Estado, no entanto, estamos encontrando dificuldade para a implantação, visto que sempre o argumento é – no Governo passado, neste Governo e será nos Governos futuros – recursos. Infelizmente, trabalha-se muito a questão de recursos para outras atividades também importantes, mas se trabalha muito pouco os recursos, a principal atividade e o principal setor do nosso País, que deveria ser de todos os países do mundo, pelo menos é na grande maioria dos países, e não é no nosso Brasil, que são os recursos à nossa educação. Infelizmente, se dispõe de muito pouco à educação. Sabemos que se investíssemos na educação, resolveríamos inúmeros outros problemas.

Eu enviei, fiz emenda ao Orçamento de um valor bastante significativo, infelizmente o Relator cortou grande parte daquilo que encaminhamos para ser aprovado. Aprovamos em torno de 37 milhões, novecentos e quatro mil reais para universidades do interior, para interiorizar as universidades. É um recurso pequeno, para o Brasil inteiro, mas são janelas que existem para colocarmos mais recursos.

A pergunta que eu faço aqui é se nessa reforma das universidades existe a preocupação de interiorizá-las? Se existe esse projeto ou apenas vai fortalecer os que aí estão?

Quero dar um exemplo. Nosso Estado, Santa Catarina, todos falam que é um Estado bastante avançado, no IDH, no IDS, e é realmente, mas temos problemas com as nossas universidades e muitos, problemas como os outros Estados do Brasil. Também temos sem-teto, sem-terra, temos problemas sociais muito grandes. O Governo tem um capital significativo, o Governo Federal, no nosso Estado, que pode, é proprietário de áreas, que pode tranqüilamente implantar a universidade, falta apenas vontade política e investir um pouco dos recursos que temos aqui.

Além dessa universidade que eu falei da Ufooeste, de Santa Catarina, a Ufooeste, teríamos no litoral de Santa Catarina, que não seria Florianópolis, onde já existe universidade, nem seria na região norte, mas o litoral norte de Santa Catarina, temos uma escola agrícola, que é a Escola de Camboriú, ligada à Universidade Federal de Santa Catarina, chama-se Escola Técnica, e a área dessa escola chega a dois milhões de metros quadrados, onde existe hoje em torno de seiscentos alunos. Mais ou menos de construção distribuída desses dois milhões de metros quadrados, tem quase cem mil metros quadrados de construção. Para investir, para transformar em uma universidade de agronomia é muito pouco, é muito pouco.

Queria, primeiro, cumprimentar o Presidente da UNE, que sei o quanto estão sofrendo gratuitamente para defender os interesses dos estudantes. Mas certamente não sei se vocês estão sendo chamados também pelos estudantes de Santa Catarina, principalmente do interior do nosso Estado, que não há vontade política e quero dizer também do Governo passado do meu Partido e ainda do atual Governo. Vejo boa vontade, o fato de discutir a reforma das universidades, temos que aplaudir. Agora a nossa preocupação é se existe nessa reforma a intenção, o desejo concreto de interiorizar as universidades, descentralizar um pouco, tudo é capital, tudo nas grandes cidades, precisamos levá-las para o interior. Existe um êxodo rural muito grande porque não há escola, não há universidade no interior. Precisamos trabalhar neste sentido. Existem condições, e em outros Estados certamente também tem. Com certeza, no Paraná, na terra do Osmar deve ter também. Então os recursos, se são escassos, precisamos tirar de outras áreas para investir na educação, nas universidades, precisamos fazer isso. Nenhum homem público, nenhum parlamentar vai criticar o Governo se colocar recurso para a educação. Critica-se quando não se coloca. Fica bem clara ao MEC e aos demais integrantes do Governo que não estamos fazendo críticas, ao contrário estamos elogiando o Governo atual por trabalhar justamente na reforma das universidades, estamos fazendo elogios, não foi feito antes estão tentando fazer agora, e nós queremos cumprimentá-lo por isso. Porém, a nossa preocupação é se existe nessa reforma a intenção concreta de interiorizar as universidades.

Temos condições de implantar no oeste de Santa Catarina, temos que recursos que aprovei, se não é muito, de quase R$38 milhões, parece-me R$37.940 mil aprovados no Orçamento, a minha preocupação fui justamente com a questão do Brasil inteiro, mas pensando muito no meu Estado. E temos em Camboriú construções, temos áreas de terra, tem funcionários, tem diretor, tem salas de aula, apenas, talvez... Não, Concórdia fica no oeste de Santa Catarina, e Camboriú fica no litoral norte do Estado. Também tem um colégio agrícola em Concórdia, que pode ser implantado lá, ou

em São Miguel do Oeste, mais no extremo oeste. Então temos, o Governo Federal é proprietário de grandes áreas de terras e escolas, falta apenas o desejo e a vontade de transformá-las em universidades federais. A pergunta é se realmente o Governo nessa reforma quer interiorizar as universidades?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, para responder, o Professor Nelson Maculan com a palavra.

O SR. NELSON MACULAN – Vou tentar, desde o início, o Senador João Capiberibe colocou o problema da ética também para a gente. Ética, acredito também que é um problema de exemplo da sociedade, não se aprende só na universidade e na escola, acho que também é importante discutir ética, mas também é um problema da sociedade de modo geral, com certeza. Outra coisa que gostaria de falar, acho que os nossos colegas da Região Norte do País são heróis, porque o Norte do País é muito pouco povoado e mantém a integralidade do nosso território, temos que olhar muito para o Norte, pelo tamanho que é e poucos colegas estão lá, poucos universitários, e mantém a integralidade muito forte no País, é uma área que tem pouca iniciativa privada em relação a todo o País e acredito que não só o Governo, mas o Congresso tem que olhar fortemente para manter e é difícil. Por exemplo, o Reitor da Universidade do Amazonas que está em Manaus ir aos **campi** universitários se não for ligação com o próprio Governo tem que usar avião sempre, não dá para ir aos **campi** de automóvel ou de barco, porque demora quase dez dias. Chamo a atenção, porque, às vezes, aqui não temos a visão do Norte do País pelo tamanho, pela grandeza, pela dificuldade, então é muito importante. Tenho feito um trabalho interessante, desejamos inclusive, junto com a colega da Andifes, olhar um pouco para o Norte, pelo seu tamanho, e para manter este País porque isso é importante.

Vamos chegar no Nordeste depois, na Sudene.

Coloco isso porque é importante. Não, estou respondendo um pouco, vou chegar lá. A regionalização, acho que já foi levantada pelo Senador Leonel Pavan, é importante, inclusive a própria idéia dessas agências públicas regionais, em cada região, as cinco regiões, é ouvir um pouco a região, o que ela pensa da sua universidade. Quer dizer, vai ao encontro, e colocou aqui o Senador Cristovam Buarque, o Senador, visando também a participação do Conselho Universitário.

O Professor, Senador Cristovam Buarque, colocou também alguns pontos importantes, quer dizer, sobre o consenso dentro da universidade brasileira. Isso é uma discussão, acredito que nesse momento estamos até indo nesse assunto, quer dizer, a discussão da reforma universitária, nos projetos universitários brasileiros, é nesse sentido, é ouvir um pouco a universidade brasileira. É ouvir um pouco essa idéia, como coloquei aqui para os senhores, que nas audiências públicas regionais seria com mais da metade, se tiver quinhentas pessoas, mais da metade seria de pessoas que não estivessem ligadas diretamente à universidade, que não sejam nem estudantes, nem professores, nem técnicos administrativos ligados à universidade.

Agora, uma coisa importante talvez colocada aqui é a formação do nosso aluno, quer dizer, a formação do ingresso nas universidades públicas ou das universidades de modo geral no País, é que tenha uma consciência de país, uma consciência mais aberta. Na minha visão, temos que ser muito menos ensino profissionalizante, e muito mais generalistas, humanistas, não é? Em todas as áreas tem que passar o problema da ética, o do crescimento e da liderança do país. Como colocaram aqui, não fazemos mais universidades para o Brasil, temos uma ligação muito grande. Então, quando se fala em universidade, não podemos esquecer que 90% do total das pesquisas no país são feitas em universidades públicas, sejam estaduais ou federais, quer dizer, é muito importante compreender a importância do trabalho de ponta no país. O Brasil é um país grande, de liderança internacional, ele não pode deixar toda a pesquisa já realizada. Ele deu um pulo realmente em relação à produção científica. Nos últimos anos, multiplicamos por sete o número de publicações em revistas internacionais, indexadas, quando a média nos países de primeiro mundo é 2,5 a 3. Quer dizer, ficamos perto da China, Índia e a Coréia em termos de evolução científica no país. Acho que é importante, houve um esforço, quer dizer, não podemos dizer que não houve uma evolução da universidade. A universidade tem seus problemas, nisso realmente já respondeu, na área de pesquisa, de uma maneira muito grande.

O Senador Leonel Pavan colocou muito bem. Temos discutido, Senador, a idéia de recursos humanos para a interiorização, isso é muito importante. No Brasil, de modo geral, a participação das universidades particulares, que fizeram muito esse trabalho, e as estaduais. As Federais, com raras exceções, talvez no norte do País, tiveram esse compromisso em interiorização da sua própria realidade. Então, é importante até de manutenção, até de estratégia do país a interiorização das universidades.

Quero dizer que sobre a Escola Agrotécnica de Concórdia, que chamei aqui, tiveram lá a proposta de dois cursos, querem virar uma faculdade, tipo um Cefet, onde seriam incluídos dois cursos superiores na área de tecnologia de alimentos, é uma área de criação suína, importante para o Estado. Quer dizer, tenho

olhado um pouco o Estado de Santa Catarina nesse sentido. E estive já duas vezes em de Santa Catarina. E a idéia do **campus** de Criciúma, até conversei com o reitor sobre isso. É interessante, é mais fácil às vezes começar com o **campus** avançado do que fazer uma nova universidade. Aí fica mais fácil até para o Ministério da Educação, depois aquilo pode virar uma universidade mais tarde, como aconteceu com a Paraíba, que são duas universidades. Acho que é uma coisa importante.

Em Camboriú, é isso que soube lá etc., que tive a visão rapidamente, mas temos aí um projeto de interiorização das universidades no ensino superior, que é importante, federal, isso inclusive como tema de debate, essa visão... O nosso grupo lá, na Secretaria de Educação Superior, acreditamos muito no ensino público federal, que tem que crescer, não podemos ficar do jeito que está. Não estou desmerecendo outros setores, mas é importante que tenham grandes áreas do setor público no país, nesse sentido, para dar uma certa força até de desenvolvimento ao país. E vamos discutir. Penso que na discussão sairá certamente...É importante isso. Sempre digo, no Brasil se critica muito: – Ah! Uma cidade do interior abriu uma Faculdade de Direito, por que não abrir outra coisa? Dou o meu exemplo: Sou de Londrina, Paraná, toda a minha geração foi embora, ninguém da minha geração, do colégio estadual de Londrina, ficou. Porque não tinha universidade, não tinha faculdade. Em Curitiba a estrada era ruim. Então, foi muita gente para São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Rio. Além do Prefeito, a única coisa que ele consegue não é sair para o federal ou estadual – conforme a universidade, o interesse é privado. É assim que ele faz. Então, tem que se reconhecer, também, que a universidade privada, a universidade particular no Brasil tem e deve manter o pessoal na própria região. A região não quer perder a sua inteligência. Eu dou isto como exemplo, porque no Brasil nós gostamos de fechar tudo – a visão de fechar e denunciar. Para se ter idéia, eu nunca vi tanto denuncismo no Ministério da Educação. É uma faculdade contra a outra, nós não sabemos se é reserva de mercado ou se é qualidade. O que nós recebemos, diariamente, até em cartão postal tem denúncia. É impressionante, é um País de dedurismo. É algo impressionável, quer dizer, uns assinam e outros não assinam e vem com gente denunciada e vai ver que, às vezes, não é verdade ou e verdade.

Eu, então, coloco um pouco à discussão. Inclusive, aquele vai ao encontro da resposta que dei ao Senador Hélio Costa. Tem que se olhar muito. Há muitas denúncias lá dentro e a gente não sabe se é verdade. Então, sobre cada denúncia assinada, sou obrigado a olhar. Então, quando eu coloco isto aqui, eu não sou do fechamento. Acho que tem que se abrir mais. Quando fecham é quando eu fico triste, quer dizer, nós perdemos. A minha visão é a de que tem que se abrir e dar condições, – não é isto? – e qualidade para os alunos.

Quando eu falo, também, – é um negócio interessante – a minha visão sobre avaliação não é para punir mas para construir. A avaliação é para construir e não para punir. Inclusive, se pensa que avaliação é para cortar a cabeça. Não. A avaliação é para dar condições de trabalho. Eu, então tentei, aí, mais ou menos, aí, dentro do horário, responder as questões – o Senador tinha saído – e eu falei muito do Norte. Depois, eu falei com o senhor outra vez, não é?

Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiro, quero concordar que, sobre dedurismo nós sabemos que ele tem **know how** sobre isto e como veio. Muito bem. Mas quero dizer o seguinte: eu quero pedir – para evitar de fazer um Ofício ao Professor Nelson – uma informação – pedir, agora, publicamente – da possibilidade da nossa Lei nº 171 que é sobre a criação da Ufoeste – se é possível a sua implantação – que não é Santa Catarina, que não é Santa Concórdia mas é outra. E sobre a questão de se é possível a de Camboriu transformá-la, também, num....

O SR. NELSON MACULAN – **Campus** avançado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Num **campus** avançado – se é possível? Queremos ter um estudo sobre e o que é preciso fazer? O que nós temos que fazer? Temos que fazer, aí, um projeto, coletar os dados, informar o tamanho territorial, os números de salas existentes. Eu gostaria que V. Exª nos fornecesse dados para que nós pudéssemos colaborar com o Governo, porque com esses 37 milhões da minha Emenda, eu, com certeza, colaborei com o Governo, porque se eu não tivesse, certamente não teria esse valor. Eu, com o meu Estado de Santa Cataria, espero, também, ser atendido pelo Governo e queria que me fornecesse, se possível, dados de qual é o caminho que temos que seguir. Obrigado.

O SR. NELSON MACULAN – Eu vou tentar responde. Primeiro, no que se refere aos **campi** avançados das universidades, Sr. Leonel Pavan, – no **Campus** Camboriú – isto é muito mais fácil porque não precisa de lei alguma, quer dizer, todos os tipos de colaboração, muitas vezes é com o Estado e com a Prefeitura. A minha visão é a de que o Ministério da Educação tem que pagar o pessoal – tem que pedir. Essas 5 mil vagas que foram pedidas aí – tem que se ver se já tem local destinado porque a primeira coisa que se

pede, assim, é um pedido de ligação a professores e a prédios administrativos. Muitas vezes, até os prédios, não é – a própria prefeitura ajuda a fazer a limpeza e a segurança nos prédios, etc., etc.. O que eu notei é que as duas corporações em que o MEC esteve, – nas quais o pessoal não era pago pelo MEC – quase todos não recebem seus pagamentos, o prefeito e não paga mais o pessoal. Eu estou com um problema em Goiás. Eu acredito que para é para se ter uma conversa séria – o Ministério da Educação tem que pegar a parte docente, a parte administrativa ligada à educação. Sem dúvida. O resto não dá para discutir. Então, tem que se ter um projeto da própria Universidade que estará de acordo. O novo Reitor lá da Universidade é o Professor Lúcio que está interessado nisto e nisto ele faz uma proposta – vai reunir o seu Conselho da Universidade – e, aí, tem que se discutir essa proposta conosco. Existe o recurso e o corpo docente necessita – para fazer um projeto para nós. E não sei – é claro que ele está precisando.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Seria por escrito – para mim? É possível vir por escrito do Ministério? Porque eu devo encaminhar – olhe aqui, esses são os dados.

O SR. NELSON MACULAN – Está bom. Eu posso mandar, não há problema.

O outro projeto, o que se refere à Universidade tem a sua tramitação mais complexa. É preciso de um Projeto de Lei – que se encontra aqui no Congresso – e nisto eu tenho que fazer um Projeto. O outro é mais complexo. É necessário um Projeto de Lei que se está aqui no Congresso – não é isto? E, nisto eu tenho que fazer um trabalho. Não é difícil. Nós fizemos lá e há pessoas competentes que fazem legislação, como se faz, quais são os cursos que os senhores querem chamar a atenção, quais são os dirigentes. Isso tudo é encaminhado ao Ministério do Planejamento. Nós não conseguimos fazer sem o Ministério do Planejamento aprovar. Mesmo sendo aprovado aqui no Congresso, passa, para depois se fazer um trabalho. E depois isso aí vai, não é tão difícil, o problema é ligação com o Ministério do Planejamento aprovar os cargos e depois os recursos viriam para a área de pessoal. Isso é mais ou menos...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Está bem. Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, eu quero pedir desculpas às autoridades se não vou fazer a saudação de praxe por conta do adiantado da hora, e acredito que elas já foram nominadas aqui, e pedir desculpas também porque como membro da Comissão de Assuntos Econômicos eu tive que ficar muito tempo lá e não pude assistir a todo o debate e dele participar. Então, se uma pergunta minha for repetitiva, por favor podem me esclarecer, que eu me conformarei.

Eu quero fazer uma pergunta a respeito dessa possibilidade que vem sendo levantada pelo Ministério da Educação, Dr. Nelson Maculan, a respeito de um aumento de vagas nas universidades particulares por meio da renúncia fiscal. O Governo abriria mão de receita para abrir vagas nas universidades particulares para os estudantes que não podem pagar. Eu pergunto se essa é mesmo a intenção do Governo e se diante da situação das universidades federais, se isso não se levaria a pensar que a prioridade número 1 não é a recuperação das universidades federais.

A outra pergunta – se já foi feita me perdoe – era saber se a reforma vai ser encaminhada sob a forma de medida provisória ou projeto de lei porque o compromisso é por meio de projeto de lei. Mas acredito que já fizeram essa pergunta.

Eu teria ainda outras perguntas, Sr. Presidente, mas, na verdade, as perguntas que eu considero mais importantes são essas e agradeço a atenção de V. Exª e de todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Garibaldi Alves.

Eu vou passar a palavra para o Sr. Nelson Maculan, que pode responder e já fazer as suas considerações finais.

O SR. NELSON MACULAN – Senador Garibaldi, muito obrigado pelas suas questões, que são pertinentes. Antes de mais nada, começo pela última. Vai ser projeto de lei, inclusive não tem sentido... Acho que quanto mais projeto de lei é melhor até para a discussão geral da sociedade. As duas últimas, tanto essa sua primeira pergunta, que chamamos "universidade para todos" que será um projeto de lei também. Vai ser discutido um projeto de lei aqui, que pode ser modificado, melhorado, o que faz parte da democracia e do trabalho do Congresso nesse sentido, para cooperar.

Eu estava acabando de chegar ao Ministério e verificou-se a existência de vagas ociosas nas universidades particulares. Então o Governo, dada a dificuldade de arrumar novos recursos – quero também dizer que são projetos provisórios, porque, na realidade, existe uma demanda muito grande na sociedade de pessoas que não têm acesso à universidade e gostariam de tê-lo. E como não conseguimos, naquele momento, por várias dificuldades, aumentar os recursos das universidades, vimos que havia uma possibilidade de trabalhar com universidades que já são filantrópicas e, automaticamente, já desfrutam dessa renúncia fiscal, o

que não é de hoje, e já têm uma certa obrigação nesse trabalho. Também as que não são filantrópicas podem fazer um convênio com o Governo, com o Ministério da Educação visando a abertura de vagas para pessoas que foram aprovadas em vestibulares ou no ENEM, que pudessem entrar em seus cursos. Para isso, havia uma renúncia fiscal sobre alguns assuntos.

Talvez foi a medida vista, porque a busca de novos recursos, na realidade, às vezes, é mais difícil do que algumas renúncias fiscais. Talvez seja esse o pensamento das pessoas que fizeram o projeto, e, hoje, estou trabalhando junto com o projeto também para aperfeiçoá-lo junto com o Congresso.

Tenho apresentado muito as duas leis que estão vindo para o Congresso, a universidade para todos e o problema de cotas, que são problemas provisórios, pois temos de responder a demanda social do País dentro de ações afirmativas.

No entanto, acredito eu, com a idéia de um projeto maior, que seria um projeto de lei visando a educação superior, que deve chegar aqui até o final do ano, isso seria complementado dessa maneira, de uma maneira muito mais aberta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Professor Nelson, só uma pequena observação ou uma pergunta. O Governo conhece os trinta e dois projetos que estão tramitando de autoria de Senadores e Deputados que tratam do mesmo assunto?

Não seria mais simples o Governo aproveitar esses trinta e dois projeto, ou um, ou dois, ou três deles, ao invés de mandar outro projeto?

O SR. NELSON MACULAN – Vou responder um pouco por mim. Estamos olhando os projetos também. Estamos dando uma olhada e quero repetir aqui, Senador, que a discussão, porque os projetos não discutiram, dentro da sua sociedade brasileira, a visão. Podemos até chegar à conclusão de que não vale à pena fazer usarmos, já que foi feito. Quer dizer, a discussão democrática nesse sentido talvez já exista.

Estamos levando esses projetos. Tem mais de trinta. V. Exª chamou a atenção muito bem, desde a escolha de Reitor até o projeto de aumento. Sem dúvida foi bom apresentar essa questão. Estamos já com os projetos na mão, quer dizer, há uma comissão executiva lá que nos leva esses projetos. Olhamos, mais ou menos, uns quinze projetos já existentes, de entidades, de associações. O problema agora é onde são os conflitos. É essa a beleza da democracia, porque o que está de acordo, não. Os conflitos são interessantes ao País nesse sentido.

Então, terminando, gostaria de agradecer, Sr. Presidente. É muito importante para nós que somos do Governo, do Ministério da Educação, poder vir aqui, esclarecer, responder as perguntas dos Senadores e Senadoras. Estamos abertos para qualquer discussão, qualquer sugestão, qualquer reclamação. Faz parte do nosso trabalho, e respeito muito o pessoal que representa o povo brasileiro, que tem voto neste País.

Gostei muito de estar aqui e poder esclarecer alguns pontos. Outros pontos serão debatidos durante o mandato dos senhores. O meu trabalho aqui não sei até quando, mas fico à disposição de todos os Senadores, Presidente da Comissão do Senado, Senador Osmar Dias, que teve a delicadeza de me convidar. Agradeço muito e devolvo a palavra ao Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, ao Professor Nelson Maculan.

Passarei a palavra agora para todos os convidados, por três minutos cada um, para suas considerações finais.

Com a palavra, Gustavo Lemos, da UNE.

O SR. GUSTAVO LEMOS PETTA – Gostaria novamente de agradecer o convite e também acredito que esse é um dos passos mais privilegiados para se discutir a educação neste País, voltando a reiterar o que dizíamos no início da audiência pública, que a UNE continua a lutar por uma reforma universitária, por um projeto de ensino superior que esteja ligado a um projeto de nação, que esteja ligado à idéia de que é preciso superar os séculos de desigualdade social existente no nosso País, e que a universidade precisa estar ligada a essa idéia e, principalmente, ligada à idéia que é possível construir realmente um Brasil independente, um Brasil que esteja voltado para os seus interesses, uma universidade que esteja voltada aos interesses nacionais, aos interesses públicos. É esse o esforço que faremos nessa discussão sobre a reforma universitária, entendendo que a universidade pública precisa ser revitalizada, precisa ser fortalecida, precisa ser expandida, que o Estado precisa retomar o seu poder regulador em relação ao ensino superior privado, para que seja criado, no Brasil, um sistema nacional de educação superior voltado aos interesses públicos e aos interesses do nosso País.

Diante disso, é necessário que o Congresso Nacional, ao analisar, ao estar incluído nessa discussão importante sobre a reforma universitária, contribua nesse processo.

É um pouco isso. É essa um pouco a contribuição que deixamos, reiterando que é preciso que a reforma universitária não seja só uma maquiagem no ensino superior. Por isso, precisa ser acompanhada de maior financiamento à universidade pública e de mudanças da lógica que ainda está mantida no Ministério da Fazenda e no Ministério do Planejamento,

segundo a qual a educação é uma despesa e não um investimento. Precisamos modificar em nosso País para construir uma reforma universitária dentro desse projeto de Nação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Gustavo.

Passamos a palavra à Professora Ana Lúcia.

A SRª ANA LÚCIA ALMEIDA GAZZOLA – Agradeço ao Presidente, ao Vice-Presidente e as Srªs e Srs. Senadores a oportunidade, em nome das 54 instituições federais de ensino superior – Andifes.

Quero dizer que questões importantíssimas foram levantadas, como a dos desequilíbrios regionais que precisamos enfrentar através de redes, consórcios e parcerias, e a distribuição de matriz de pessoal e orçamento que já estamos fazendo.

Os Senadores terão, espero, oportunidade de examinar o projeto de lei orgânica das universidades federais que a Andifes está encaminhando ao MEC junto com a proposta. Mas quero terminar respondendo ou tentando iniciar uma resposta ao Senador Cristovam Buarque.

É possível, ao mesmo tempo, pensar a missão da universidade e os caminhos da reforma. Sou daquelas que acreditam que, dos conceitos às práticas, podemos fazer pontes, e uma dimensão pode alimentar a outra. Creio que não precisamos pensar apenas a missão e, depois, os instrumentos.

Mas qual seria essa missão? A universidade é o lugar do cultivo livre da razão. É o lugar da crítica, é o lugar da defesa da dignidade humana. Essa é sua dimensão humanista e ética. É o lugar em que se afirma a identidade cultural dos povos, em que se promove a diversidade e o diálogo entre o local e o mundial. Essa é a sua rica dimensão cultural. É o lugar onde se forma o profissional com qualidade, com espírito de inclusão, com visão cidadã. Essa é sua dimensão democrática que considera educação com qualidade um bem público e um direito social. É o lugar onde se produz o conhecimento, que não é apenas produzido lá. Mas a universidade é o único lugar em que se sistematiza o conhecimento porque se alimenta da fronteira incerta e duvidosa entre o que já sabemos e o muito que ainda não sabemos. Essa é sua dimensão investigadora. A universidade é o vetor de desenvolvimento local, regional e nacional. Essa é sua dimensão estratégica. Ela tem de responder às necessidades e interesses do País. Essa é sua dimensão social. E tem de responder a um projeto de País, sua dimensão republicana.

Quero terminar com uma citação de Villa Lobos. Já que sou professora de Literatura, citarei um poeta-músico. Perguntaram a Villa Lobos qual era o sentido de suas composições, e ele respondeu que eram correspondências enviadas ao futuro, sem esperar resposta. Senadoras e Senadores, a educação superior, a educação pública são correspondências enviadas ao futuro como única garantia que haverá resposta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passo a palavra ao professor João Cláudio.

O SR JOÃO CLÁUDIO TODOROV – É muito difícil falar depois da Ana Lúcia. Fico entusiasmado só de ouvi-la.

Eu gostaria de aproveitar esses três minutos para agradecer o Senador Cristovam Buarque por ter lembrado da minha gestão na Universidade de Brasília na época em que implantamos o Programa de Avaliação Seriada. Pensando nisso, descobri que, naquela época, inventamos o sistema de cotas na universidade antes da UERJ: cotas para adolescentes.

Esse programa foi e continua sendo interessante porque em todo o País as universidades se preocupam com o ensino em nível médio e nos demais níveis. Fizemos um bom trabalho no Distrito Federal, envolvendo uma ampla parceria com o ensino público e privado, para fazer com que o vestibular fosse um instrumento de melhoria do ensino e não simplesmente o ensino fosse canalizado para o vestibular, como no passado.

Todo esse esforço vai se perder se não fizermos alguma coisa, e isso está na mão do Congresso brasileiro. É preciso que a educação seja levada a sério. Não é possível pensar em nada diferente do ensino superior voltado para a elite – ele continuará voltado para a elite se continuarmos a pagar uma miséria para os professores da Pré-Escola e do Ensino Primário.

É preciso que se leve em consideração todas as transformações no País, necessárias, para que a educação seja levada a sério. Não tem sido esse o caso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Professor João Cláudio.

Concedo a palavra, então, ao Professor José Valter.

O SR. JOSÉ VALTER PEREIRA – Sr. Presidente, renovando o agradecimento à Presidência da Mesa e à Comissão pela atenção dispensada, cumprimentando os colegas de Mesa pelas brilhantes exposições, gostaria de reiterar, mais uma vez, que a Associação Nacional das Universidades Particulares, assim como todas as outras entidades representativas que não estão aqui hoje, mas com as quais temos trabalhado conjuntamente, coloca-se à disposição para manter esse diálogo permanente de novas descobertas para a reforma universitária.

O debate de hoje foi muito rico, muito importante, mas é significativo que ele tenha continuidade, para

que possamos realmente chegar a um ponto comum. Lembraria, novamente, que a salvação de um único ser humano é tão importante como a de milhões de outros. É nessa guerra que nos situamos.

Se conseguirmos inserir um novo ser humano na sociedade, através da nossa reforma universitária, o nosso trabalho já será compensador. Quiçá possamos fazer isso com milhares e milhares de jovens que estão sedentos, esperando a nossa participação.

A Anup, como as outras entidades, não vai fugir desse trabalho.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de encerrar, gostaria de fazer um apelo ao Senador Hélio Costa. Ele é uma autoridade respeitada por conhecer muito a área de comunicação, e também a de educação, mas aqui, na Comissão, ele tem procurado sempre enriquecer o debate. Isso ajudou muito na aprovação de quatro emendas da Comissão a Reforma Tributária.

Uma delas determinava a não incidência do ICMS na prestação de serviço de TV por assinatura. As outras três emendas, mais voltadas para a educação, foram acatadas pelo Relator da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados. Acontece que o Deputado Virgílio Guimarães, que, salvo engano, é do Estado de V. Exª, não acatou essa emenda a que me referi agora – da não incidência do ICMS na prestação de serviço de TV por assinatura. Se esta nossa emenda, que exclui o ICMS, não for aprovada, a TV paga passará a arcar com a alíquota de 25%.

Então, teríamos um grande ônus para as emissoras de TV pagas no Brasil. V. Exª é um defensor do setor. Faria um apelo para que, em nome da Comissão de Educação, V. Exª fizesse um contato com o Relator, Deputado Virgílio Guimarães, e intercedesse por esta Comissão.

Quem sabe a Senadora Ideli Salvatti, que não estava passando bem e teve que se retirar, possa, juntamente com V. Exª, ajudar-nos a conseguir aprovar essa emenda, porque foi inédito o fato de a Comissão de Educação tomou essa iniciativa de debater a Reforma Tributária e conseguiu aprovar três emendas, faltando essa, que deixamos, então, sob a responsabilidade de V. Exª, para que possa interceder junto ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é com o maior prazer que, evidentemente, imediatamente deixe tão logo o recinto da nossa Comissão, vou procurar o Deputado Virgílio Guimarães, que, conforme V. Exª lembrou, é de Minas Gerais, é do PT do meu Estado, meu querido amigo de muitos anos.

Tenho certeza de que o Deputado Virgílio Guimarães vai sensibilizar-se. Talvez não tenha sido passado para ele o detalhe discutido aqui na nossa Comissão. Não apenas a não incidência da cobrança do ICMS sobre os serviços da TV por assinatura é importante, como também o fato de não se cobrar este imposto possibilita a cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) nas cidades aonde chegam as emissoras de TV a cabo por assinatura. Até porque, por se tratar de assinatura, é como um telefone: quando se tem um telefone numa cidade, quando se tem uma assinatura de telefone numa cidade de interior, paga-se o Imposto sobre Serviços (ISS) na cidade. O que está acontecendo hoje é que as emissoras de tevê a cabo pagam o ISS, sim, mas pagam – se vão pagar – é em São Paulo, no Rio de Janeiro. Por mais que eu goste de São Paulo, por mais que eu aprecie o Rio de Janeiro pelas suas belezas, é evidente que cada cidade de meu Estado de Minas Gerais ou do seu, Paraná, ou do Rio Grande do Norte, por assim dizer, do Brasil inteiro, tem o direito de cobrar pelo serviço da prestação de TV a cabo por assinatura. Ou então têm que trocar o nome; não precisa ser por assinatura. Agora, se for por assinatura, tem que pagar Imposto sobre Serviços (ISS), e não Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS).

Com todo prazer, Sr. Presidente, vou procurar o nosso Relator e colocar para S. Exª esses detalhes que, espero, S. Exª possa atender na solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa. Senador Garibaldi Alves Filho, V. Exª quer usar da palavra?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, permita-me aqui um casuísmo, uma pergunta casuística em favor de meu Estado, que é um apelo ao Dr. Nelson Maculan, em favor da transformação da Esam, que é uma escola no semi-árido de Mossoró, no Rio Grande do Norte, em Universidade do Semi-Árido. Quero fazer um apelo para que esse processo ande mais rápido, que já está tramitando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sr. Nelson, quer responder?

O SR. NELSON MACULAN – Só dizer que já está tramitando, realmente. Inclusive, tem andado, sim. Está indo direitinho.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero agradecer a presença de nossos convidados. Fiz uma reclamação do quórum, mas porque conheço a Comissão de Educação, sempre trabalhamos aqui com quórum altíssimo, os Senadores sempre têm se dedicado muito à Comissão de Educação. Apenas não concordo com a prática que está sendo utilizada pelo Governo, de encaminhar medidas provisórias, porque, trancando a pauta, as Comissões não votam e, sem votar, o Senador praticamente fica sem razão de vir à Comissão.

Quando temos uma audiência pública, o Senador tem a obrigação e a responsabilidade de estar aqui. Mas é que me parece que o Governo está transferindo o hábito de não se fazer reuniões de Comissões. Até ontem, participei de uma reunião à noite, em que a proposta é colocar o Projeto de Biossegurança direto para ser votado no plenário, passando por cima das Comissões. Claro que isso não é bom, porque o Senado Federal tem nas Comissões momentos de debates importantes sobre assuntos relevantes para a sociedade brasileira, e temos é que fortalecer, valorizar muito as Comissões, porque muitas vezes é aqui que se decide uma lei importante ou uma medida importante para o País. Então, fiz esse registro, mas espero que nas próximas audiências tenhamos aqui o quórum que sempre tivemos na Comissão de Educação. Muito obrigado aos Senadores presentes, muito obrigado aos convidados.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 13 horas e 19 minutos.)

Ata da 16ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de maio de 2004.

Às quinze horas e cinco minutos do dia vinte de maio de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, João Capiberibe, Aelton Freitas, Hélio Costa, Valdir Raupp, Roberto Saturnino, Marco Maciel, Arthur Virgílio, Jefferson Peres e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Valmir Amaral, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Morais, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item Único: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias que, "Requer, nos termos do disposto no inciso II, V, IX e XII do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 09, de 2004 que, 'Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências', tendo como convidados os seguintes órgãos e entidades: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Ciência e Tecnologia; Academia Brasileira de Ciência – ABC; Associação Nacional de Biossegurança – ANBio; Confederação Nacional da Agricultura – CNA; Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBIO". Durante a discussão o Senador João Capiberibe requer a inclusão, oralmente, dos seguintes nomes: Senhor Ennio Candotti, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e Senhor Aurélio Veiga Rios, Subprocurador Geral da República. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quinze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.– Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Tomei a iniciativa de convocar esta reunião para apreciação de um requerimento de minha autoria, que diz:

Requeiro, nos termos do disposto do inciso II, V, IX e XII do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara de nº 09, de 2004, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, que estabelece normas em segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGM e seus derivados, cria o Conselho Federal de Biosegurança; reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biosegurança – CTNBio –; dispõe sobre a política nacional de Biosegurança; revoga a Lei nº

8.974, de 05 de janeiro de 1995 e a Medida Provisória nº 21.919, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências, tendo como convidados os seguintes órgãos e entidades: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia, Academia Brasileira de Ciência – ABC, Associação Nacional de Biossegurança – ANBio, Confederação Nacional da Agricultura – CNA, Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.

Justificativa.

Tendo em vista havermo-nos reunido por duas vezes esta semana com o Líder do Governo, o Senador Aloizio Mercadante, S. Exª entendeu por bem convidar alguns Senadores para discutirem o Projeto da Biossegurança em decorrência de sua relevância e também por estarmos nos aproximando do plantio da próxima safra e, portanto, precisamos regulamentar a matéria dentro do prazo que permita aos agricultores saberem o que vai acontecer na próxima safra..

Na segunda-feira houve uma reunião prévia que resultou na convocação de técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente. Hoje, estavam convidados os Presidentes das quatro Comissões que tratarão desse assunto: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Educação, por requerimento desta Presidência, que pretende analisar o assunto, porque, aqui, temos a Comissão de Ciência e Tecnologia e que, portanto, deve ser analisado o mérito do projeto nesta Comissão.

Hoje, fiz uma proposta, que foi aceita pelo Senador Aloizio Mercadante, S. Exª pretende discuti-la com o Governo, a qual pretende dividir o projeto em duas partes. Um projeto de lei tratando dos organismos geneticamente modificados, ou seja, dos transgênicos, e um outro para tratar de células-tronco e embriões. Eu entendo que tratarmos células-tronco, embriões e transgênicos em um mesmo projeto vai acarretar em conseqüências negativas diversas. Primeiro, vai retardar a apreciação do projeto, e isso pode trazer conseqüências para a safra que ainda será plantada. Segundo, que devemos ter a oportunidade de debater a questão das células-tronco e embriões com mais profundidade e mais tempo.

Por isso, propus a separação do assunto em dois projetos de lei. O Senador Aloizio Mercadante teve um segundo para concordar com a proposta, pois a entendeu positiva. Conversei com muitos cientistas que também entenderam ser esse o caminho porque um trata de engenharia genética e o outro de um ramo diverso da biotecnologia, e não podemos misturar as duas coisas. Há questões éticas e religiosas que podem evidentemente dificultar o trâmite do projeto da forma como ele se encontra no Senado Federal.

Portanto, ficou acertado o seguinte: que o Senador Aloizio Mercadante falaria com a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e com os Senadores Ramez Tebet e Edison Lobão, ambos também Presidentes de Comissões, para que as audiência públicas sejam realizadas na semana que vem.

Por isso, a convocação desta Comissão em caráter extraordinário para cumprir o expediente para aprovar o requerimento. Portanto, terça-feira, às 10 horas, poderemos iniciar as audiências públicas com a presença dessas entidades. Se não for possível encerrarmos as audiências públicas na terça-feira, a reunião ficará aberta até o término das audiências públicas. Caso sejam necessárias mais audiências públicas, os Senadores da Comissão vão decidir. Vamos convocar mais audiências públicas.

Pela proposta do Senador Mercadante, S. Exª quer levar diretamente para o Plenário, depois das audiências públicas, nas comissões. As comissões cumpririam só o rito de fazer as audiências públicas para orientar e instruir os Senadores, mas não votaria, só no plenário. Esse é um assunto que deve ser votado nas comissões. Temos tempo para isso e vamos colaborar, não vamos prejudicar a tramitação. Queremos colaborar. Por isso, já estou aqui. Vou abrir a discussão agora para que possamos fazer a aprovação desse requerimento, convocar as audiências públicas e debater esse assunto esgotando todas as correntes de opinião, ouvindo-as todas.

Estou aberto a sugestões nesse requerimento que acabo de apresentar e que colocarei em votação em seguida da discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Sei que o Senador Valdir Raupp terá que usar da palavra e se retirará porque está convocado para uma reunião.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, peço a palavra tão-somente para parabenizá-lo pela iniciativa de acelerar a tramitação de um projeto tão importante para o nosso País, que já vem tarde e que senão tiver alguém com a devoção de V. Exª poderá se arrastar por algum tempo.

Parabéns a V. Exª. Estou de pleno acordo com que esse tema seja tratado o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Valdir Raupp, que é Relator do PPP e está

convocado para discuti-lo em uma reunião; mas, pelo valor que dá à Comissão de Educação, aos temas aqui debatidos, S. Exª fez questão de estar presente. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, V. Exª merece todo nosso respeito na condução que dá a esta Comissão, atraindo-nos a ela.

O debate proposto nessas audiências públicas parece decisivo para o futuro do nosso País, para o futuro da economia do agronegócio brasileiro e, porque não dizer, para o futuro da agricultura familiar. Essa separação dos projetos me parece absolutamente adequado, já que são temas absolutamente diferentes. Estou completamente favorável. Se for possível, debateremos e votaremos. São temas complexos. Essa é uma característica desse Senado, votarmos temas de grande complexidade, às vezes sem o tempo necessário para esgotar o debate e até mesmo para acrescentar conhecimento para formar convicção.

Concordo plenamente com que façamos o mais rápido possível. Isso poderá acontecer, numa agenda capaz de atender às demandas do Governo e capaz também de atender à nossa necessidade de conhecimento para termos convicção nas nossas decisões.

Podemos realizar na semana que vem essas audiências.

Tenho várias preocupações em relação ao tema, entre outras, preocupações jurídicas. Sugiro que convidemos um jurista dedicado ao tema, cujos aspectos constitucionais certamente serão atingidos pela Lei de Biossegurança, o que eu gostaria de ver esclarecidos. Sugiro sejam convidados o Subprocurador da República, Dr. Aurélio Viegas Rios, e também o Presidente da SBPC para essas audiências públicas.

Era o que eu gostaria de dizer. No mais, parabenizo V. Exª e coloco-me à inteira disposição para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Capiberibe, é importante que a Comissão possa contar com a presença de V. Exª, que tem debatido este assunto. Todos nós estamos torcendo muito mesmo para que V. Exª continue fazendo parte da nossa Comissão e nos ajudando a decidir esses assuntos relevantes para o País, como este que vamos tratar, inclusive agora com a presença do Senador Marco Maciel, autor da Lei de Biossegurança, de 1995, que está em vigor e que sofrerá, evidentemente, uma grande alteração com o projeto que está aqui. Aquela lei foi um grande avanço à época e, se o Senado aprovasse a lei que veio da Câmara, aquela lei continuaria sendo muito mais avançada. Agradeço a presença de S. Exª.

Estamos discutindo um requerimento para realização de audiências públicas para debater o projeto de biossegurança. V. Exª não estava presente no início, quando propus a divisão em dois projetos e o debate de dois projetos. Então, a Comissão de Educação vai debater os OGM, transgênicos, e a Comissão de Assuntos Sociais vai debater a questão voltada às células-tronco e embriões. Sugeri a divisão em duas comissões e em dois projetos.

A minha proposta, se a Senadora Lúcia Vânia estiver de acordo, evidentemente, é de que S. Exª realize audiências para discutir células-tronco e embriões. E nós realizaremos audiências públicas aqui, como estou propondo, para discutir transgênicos, OGM. Começaremos na terça-feira e continuaremos, se necessário, na quarta e na quinta-feira. Esgotaremos esse assunto em audiências públicas.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, associo-me às manifestações em relação ao Colega, Senador João Capiberibe. Desejamos que tudo corra a contento, para que todos nós, no Senado, possamos manter a participação efetiva do Senador, o que vimos tendo até hoje. Aliás, os diversos partidos políticos se manifestam nesse sentido, reforçando o reconhecimento pelo trabalho que o Senador João Capiberibe vem desenvolvendo aqui no Senado Federal. Trata-se de um reconhecimento suprapartidário.

Concordo com todos os encaminhamentos feitos e, particularmente, com a divisão desse projeto em organismos geneticamente modificados, de um lado, colocando-se como um projeto à parte as células-tronco, os embriões e toda a pesquisa que vem sendo feita. Os dois projetos trazem assuntos completamente diferentes, com repercussões diferentes. Portanto, isso acarretaria dificuldades para aprovação dos dois projetos.

Enfatizo que, há bem pouco tempo no Senado Federal, projeto de autoria do Senador Tião Viana foi objeto de discussão e aprovação e está na Câmara dos Deputados. Até estranho o fato de termos voltado ao assunto, nessa legislação, se muito recentemente – creio que no segundo semestre do ano passado – o projeto foi debatido, aprovado e detalhado. Está aguardando encaminhamentos na Câmara dos Deputados. Contudo, isso não impede que a Comissão de Assuntos Sociais faça esse debate lá também, pois o debate tem de continuar.

Concordo com os encaminhamentos feitos. Parabéns a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Flávio Arns. V. Exª tem razão. Nós aprova-

mos o projeto do Senador Tião Viana, que poderia ser a base para o projeto no que se refere a essa parte importantíssima. Os cientistas fazem apenas um pedido para o Senado. Concordam que sejam separados e até consideram isso importante. Conversei com a ANBio, com a SBPC e com representantes de muitas entidades. Todos concordam com a separação, desde que se dê importância e celeridade à sua discussão e votação. Faz-se necessária uma lei que regulamente o tema. O projeto do Senador Tião Viana já passou pelo Senado e poderia queimar uma etapa. Se sofrer modificações na Câmara, retornará ao Senado, onde poderemos aperfeiçoá-lo. É boa a sugestão de V. Exª. Vou levá-la adiante, para que, quem sabe, na próxima discussão realizada na Comissão de Assuntos Sociais, isso possa ser uma estratégia a ser utilizada.

Consulto se o Senador Marco Maciel deseja fazer algum comentário.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas desejo dizer que estou rigorosamente de acordo com a sugestão apresentado pelo Presidente no sentido de fazer essa partição da proposta oriunda da Câmara e dando, com essa adição, até uma certa racionalidade na discussão do tema aqui no Congresso, sem prejuízo da sua celeridade.

Por isso, quero me solidarizar com a decisão de V. Exª e, como disse há pouco a um grupo de cientistas que me procurou para discutir esse assunto, também quero cumprimentá-lo pelo trabalho que tem feito à frente da Comissão de Educação, inclusive conseguindo que a matéria viesse para análise neste colegiado, o que considero extremamente positivo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Marco Maciel.

Vou colocar em votação o requerimento do Senador, acatando a sugestão do Senador João Capiberibe, ou seja, incluindo além dos nomes citados no requerimento, também o nome do jurista Aurélio Viegas Rios e um representante da SBPC.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos tomar as providências para convidar todos para a próxima reunião de terça-feira, às 10 horas. E como são muitas entidades, se não for possível ouvi-las todas em uma mesma reunião, vamos realizar duas ou três reuniões para essa finalidade.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 15h23min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de maio de 2004.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Hélio Costa, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Morais, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Roberto Saturnino, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Edison Lobão, Marco Maciel, Paulo Octávio, João Ribeiro e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Fátima Cleide, Valmir Amaral, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, José Maranhão, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Sérgio Guerra e Antero Paes de Barros. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti. Comparece à reunião o Senador Augusto Botelho, não-membro da Comissão, os deputados Sarney Filho (PV/MA) e Roberto Pessoa (PL/CE). Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 20-CE, de 2004, de autoria do Senhor Senador Osmar Dias, que tem como objetivo ouvir os Ilustríssimos Senhores: Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia; João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Leila Macedo Oda, Presidente da Associação Nacional de Biossegurança – ANBio; Getúlio Pernambuco, Chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Agricultura – CNA e José Silvino da Silva Filho, Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura Pecuário, e Abastecimento, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 09, de 2004 que "Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida

Provisória nº 2191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências". Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com os convidados. Usam da palavra os Senhores Senadores Osmar Dias, autor do requerimento, Hélio Costa, Flávio Arns e o Deputado Sarney Filho. Encerrado o debate, o Senhor Presidente Senador Osmar Dias, apresenta requerimento oral, atendendo solicitação do Senador Juvêncio da Fonseca, propondo o nome do Senhor Francisco Aragão, pesquisador da EMBRAPA, para participar da 2ª Audiência Pública sobre OGM. O requerimento é aprovado. O Senhor Senador Osmar Dias agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a essa Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, Srs. Convidados, está aberta a 17ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Esta é uma audiência pública para debatermos o **Projeto de Lei da Câmara nº 09, de 2004** que, "regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências".

A autoria do requerimento é do Senador Osmar Dias. Portanto, este Presidente.

O Senador Hélio Costa pede a palavra pela ordem, e eu a concedo, com prazer.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, na esteira do que V. Exª está colocando, eu queria, antes de iniciarmos o debate, mostrar o quanto foi importante trazer para esta Comissão esta audiência pública e esta discussão. Verificando a proposta que está em discussão no Congresso Nacional, a regulamentação do art. 225, incisos II, IV e V do § 1º, sobretudo porque a proposta modifica, revoga a Lei nº 8.974, encontro aqui uma situação que precisa ser definida antes de começarmos a nossa discussão, Sr. Presidente.

O art. 1º, do Capítulo I, não faz nenhuma referência à rotulagem. Temos aqui praticamente tudo o que tem de ser discutido com respeito ao problema. Então, nós falamos de cultivo, produção, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, pesquisa, comercialização, consumo, liberação do meio ambiente etc., mas não se fala de rotulagem. Considero rigorosamente importante a discussão da questão da rotulagem neste momento, nesta audiência pública.

Então, eu pediria a todos os presentes que, sempre que estiverem se referindo à questão dos organismos geneticamente modificados, principalmente, que façam menção à rotulagem, como será tratada a questão da rotulagem. Esse é, na verdade, um problema sério, que, certamente, vai impor uma série de restrições e dificuldades para o plantio e a comercialização de todos os produtos geneticamente modificados no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Claro que essa pergunta não foi feita ao Presidente, foi feita aos convidados, mas vou dar a minha informação, que acho importante. Se alguém quiser depois complementar, fique à vontade.

Eu, particularmente, entendo que esse assunto da rotulagem está incluído no capítulo que trata da comercialização. Portanto, o projeto, embora a sua ementa não trate, embora o seu art. 1º não fale de rotulagem, ela está incluída no capítulo da comercialização.

Consulto se alguém quer fazer alguma observação a respeito.

A Drª Oda vai dar, então, uma resposta ao Senador Hélio.

A SRª LEILA MACEDO ODA – O Senador Osmar Dias está correto. O princípio dessa lei é que é uma lei de segurança e, obviamente, os produtos que forem comercializados, que é um item que está logo no art. 1º, terão que cumprir esse requisito de rotulagem. Então, está implícito na questão de comercialização, mas o foco central, é bom que se diga, é a segurança.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu gostaria só de reforçar os argumentos de V. Exª no sentido da importância de que esse projeto de lei seja debatido na Comissão de Educação. Acho que não há nenhum problema, inclusive em relação ao mérito

disso, porque, sob a ótica da ciência e da tecnologia, é essencial que esse debate aconteça, já que essa é uma área afeta a esta Comissão.

Ao mesmo tempo, na Comissão de Assuntos Sociais, apesar de ter havido essa divisão do ponto de vista dos organismos geneticamente modificados – a questão dos embriões e da célula-tronco –, há também a questão do meio ambiente, por exemplo, que está subordinada à discussão lá na CAS. É uma questão que também tem que ser debatida.

Quero apenas reforçar com V. Exª para nos aprofundarmos nos debates com a Liderança do Governo e também com as outras Lideranças aqui no Senado para haver a separação dos projetos, porque acho que a junção dos projetos vai trazer muitas dificuldades para a discussão e a aprovação aqui no Senado.

Além do mais, quero ressaltar que já aprovamos aqui, no Senado Federal, no ano passado – parece-me que no segundo semestre –, um projeto de lei de autoria do Senador Tião Viana que aborda a questão das células-tronco, embriões, cordão umbilical, e a necessidade de avanços e discussões nessa área. Esse projeto encontra-se na Câmara dos Deputados neste momento. Portanto, nada impede que também naquela Casa se faça uma discussão sobre o assunto e, se for o caso, até volte a matéria para o Senado para as complementações necessárias.

Mas colocarmos no mesmo projeto de lei organismos geneticamente modificados, olhando para a natureza e olhando para a natureza humana? Acho que teremos que fazer discussões completamente separadas desses dois assuntos.

Então, era apenas para reforçar os argumentos de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Só para firmar, então, esse conceito, diz o art. 102 do Regimento Interno:

> Art. 102. À Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem sobre:
>
> (...)
>
> V – criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;

Portanto, está exatamente aqui. O erro foi da Mesa em não ter encaminhado o projeto para a CE, o que estamos tentando corrigir com o requerimento que apresentamos. E a CAS não só pode, como deve realizar audiências públicas para debater os dois assuntos. E nós estaremos apoiando a Comissão de Assuntos Sociais. Até estou propondo que a audiência pública de amanhã seja já realizada em conjunto. Se houver interesse por parte da Presidência da CAS, a audiência pública de amanhã poderia já ser realizada em conjunto, inclusive na sala da CAS.

Vamos iniciar, então, concedendo a palavra, por dez minutos, a Luís Manuel Rebelo Fernandes, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. LUÍS MANUEL REBELO FERNANDES – Agradeço ao Senador Osmar Dias o convite para participar desta Mesa, e aos demais Senadores presentes aqui à Comissão. Saúdo, também, os integrantes dos demais Ministérios e organizações científicas presentes à Mesa.

Minha intervenção de abertura vai ser bastante sucinta, porque entendo que a oportunidade se apresenta para responder a indagações e esclarecer dúvidas existentes entre os Senadores aqui presentes.

Em relação ao projeto que está em tramitação agora no Senado, eu gostaria de destacar os princípios, que me parecem ser os princípios básicos que orientaram a sua confecção na Câmara dos Deputados e que presidem a sua discussão neste momento. Acompanhei a elaboração desse projeto na Câmara dos Deputados – na época, inclusive, prestava assessoria à Liderança do Governo, na Câmara dos Deputados, na preparação do projeto –, e os princípios básicos que orientaram a confecção do projeto são quatro, na verdade.

Em primeiro lugar, a garantia do apoio e estímulo à pesquisa científica e tecnológica na área. Esse é um ponto absolutamente crucial, porque nós estamos, ao tratar de normas de segurança em atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, tratando na verdade de uma área de fronteira do conhecimento científico e tecnológico, na área de Biotecnologia. E é uma área de fronteira que envolve, na verdade, o domínio de tecnologia que tem gigantesco retorno social não só no tratamento de problema de saúde, mas, no caso específico que estamos tratando agora na Comissão, na possibilidade de desenvolvimento de tecnologias para garantir a alimentação da nossa população, como também nos confronta com profundas assimetrias existentes no sistema internacional em relação ao domínio científico e tecnológico nessa área. É essa, então, uma área estratégica, em que qualquer prejuízo à promoção da pesquisa científica e tecnológica implicará perda de competitividade do Brasil na economia mundial, por um lado, e, em segundo lugar, implicará a submissão, a rendição à assimetria, existente no mundo, do conhecimento científico e tecnológico.

Assim, o primeiro princípio que orienta o projeto é a preservação da pesquisa científica e tecnológica nacional e a viabilização do compromisso público, inclusive determinado pela nossa Constituição, de apoio e estímulo à pesquisa científica e tecnológica.

Um segundo princípio que orientou o projeto – e a que me referi indiretamente na minha fala, agora – é a defesa da soberania nacional na área, que implica o domínio de ciência e tecnologia de fronteira e também implica a defesa da soberania alimentar do País. Então, essa é uma área de interface entre o desenvolvimento científico e tecnológico e o esforço nacional de garantia da soberania alimentar do País.

O terceiro princípio, evidentemente, é o da preservação do meio ambiente.

O quarto princípio é o da preservação da saúde humana e animal.

Foram esses os princípios básicos que orientaram a confecção do projeto que ora está em discussão aqui no Senado.

No âmbito desses princípios, gostaria de destacar, em nome do Ministério da Ciência e Tecnologia, como ponto básico – que considero um grande avanço do projeto que vem da Câmara para discussão no Senado –, talvez seja a coluna vertebral do projeto e caberia ao Senado preservar essa compreensão: o projeto é muito importante ao estabelecer uma distinção de competências para a autorização da atividade e o monitoramento da atividade de pesquisa científica e tecnológica, por um lado, que deve ter o maior apoio por parte do Poder Público e deve ter retirado da sua condução todos os obstáculos ainda existentes em relação a garantir que o Brasil ocupe uma posição na fronteira do desenvolvimento da Biotecnologia no mundo, e tem competência científica e tecnológica instalada para tal.

Creio que, dentro dessa compreensão – essa é uma discussão eminentemente técnica, e não ideológica, apesar do fato de, no debate público, essa questão ter sido, a nosso ver, indevidamente ideologizada –, um ponto básico é a preservação, na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a atribuição da autorização e do monitoramento das atividades de pesquisa. Esse é um ponto crucial, a nosso ver, do projeto que está sendo encaminhado.

E o projeto estabelece uma distinção entre a competência para autorizar e monitorar a pesquisa científica e tecnológica, por um lado, e a competência, a autorização, a comercialização de produtos baseados em organismos geneticamente modificados. Essa distinção é importante, pois preserva o papel da CTNBio como instância de parecer técnico sobre biossegurança em atividade de pesquisa e comercialização, mas remete a uma instância política, do Conselho Nacional de Biossegurança, a decisão sobre comercialização, porque essa decisão envolve considerações que não são meramente técnicas em relação à biossegurança, a riscos envolvidos. Por exemplo, pode ser ponto absolutamente crucial para decidir favoravelmente ou não à comercialização de organismos geneticamente modificados, por exemplo, considerações em relação ao monopólio privado de empresas que dominam tecnologia nessa área, e é absolutamente legítimo, e eu diria até mais que legítimo, crucial que essa consideração seja levada em conta numa decisão sobre a comercialização ou não de um produto baseado em tecnologia transgênica, ou de algum organismo geneticamente modificado.

Essa é a distinção que, a meu ver, estrutura o projeto que veio para o Senado. Em nome do Ministério de Ciência e Tecnologia, eu gostaria de reforçar a defesa dessa distinção de competências, como algo absolutamente crucial para preservar a natureza técnica do parecer sobre a biossegurança, a competência da CTNBio como instância para produzir um parecer técnico da decisão sobre comercialização, que é eminentemente política, e, portanto, deve ter um fórum de governo interministerial, com participação da sociedade, para opinar sobre a comercialização de organismos geneticamente modificados.

Evidentemente que, em torno do projeto que veio da Câmara para o Senado, há outros temas que podemos discutir de aprimoramento do projeto enviado. Estamos disponíveis para responder a qualquer questão e entrar nesse debate.

O ponto básico que queremos destacar é este: devemos preservar a natureza técnica e não ideologizada do parecer, tanto sobre a liberação da pesquisa – para nós, isso é evidente –, quanto sobre considerações envolvendo pareceres técnicos sobre a comercialização de organismos geneticamente modificados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Sr. João Paulo Capobianco, do Ministério do Meio Ambiente, por dez minutos.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Bom dia, Senador Osmar Dias, demais Senadores, meus companheiros de Governo, Luís Fernandes, da Ciência e Tecnologia, José Silvino, da Agricultura, Leila Oda, da ANBio, e Getúlio Pernambuco, CNA, e demais participantes. Antes de mais nada, quero reafirmar o prazer e a honra de estarmos nesta Comissão discutindo um projeto que consideramos da maior relevância, tendo a oportunidade de trazer aos Senadores algumas informações, alguns esclarecimentos que oxalá possam contribuir para que esse processo se dê com

mais rapidez em função da importância e da premência desse assunto, dessa questão para o Brasil.

O meu companheiro do Ministério de Ciência e Tecnologia já tratou, na minha opinião, de forma bastante importante e clara, das principais características do projeto e da visão do Governo sobre a necessidade de que tenhamos sistemas diferenciados para aprovação da pesquisa e para aprovação da comercialização, como ele bem destacou. Trata-se de princípios que gostaríamos de enfaticamente defender perante os Senadores.

Esse projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo é resultado de um processo intenso de discussão no âmbito do Governo, um processo que foi liderado diretamente pelo próprio Presidente da República, após longas discussões e entendimentos no Governo, ouvindo a sociedade, após diversas audiências públicas, no setor acadêmico, no setor governamental, com movimentos sociais, com órgãos de governo.

Esse projeto, tal como veio da Câmara, com os aperfeiçoamentos que o Senado irá fazer, na nossa opinião, preservando os princípios que já foram destacados pelo representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, é um projeto de grande importância para o País.

Essa questão dos transgênicos é uma questão conflagrada no País, e a polêmica em torno dos transgênicos não é recente. Ela já foi encontrada quando assumimos, e o esforço do Governo foi justamente no sentido de dar um encaminhamento que pudesse retirar o Brasil de uma situação altamente negativa, qual seja a judicialização desse tema. Esse tema hoje é assunto do Judiciário.

Entendemos que temos que estabelecer no Brasil, no menor prazo possível, de acordo com as condições definidas pelo Poder Legislativo, uma solução politicamente estável que permita que essa atividade de grande importância para o conhecimento, para a tecnologia e para o País possa se desenvolver num ambiente favorável, estável, politicamente adequado, em que os atores que operam nesse sistema tenham segurança de que eles vão poder operar sem nenhum tipo de inversão, de novidade ou daquelas ações que prejudicam a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico.

V. Exªs sabem bem que pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nessa área exigem recursos vultosos. Esses recursos nem sempre são do Poder Público. Temos no Brasil a felicidade de possuirmos uma empresa pública como a Embrapa, que nos orgulha a todos e que dá uma enorme contribuição nesse campo. Mas a Embrapa não é a única e não será a única – graças a Deus! – instituição que operará nesse campo. Temos universidades públicas, instituições privadas, empresas que querem operar nesse campo, que precisam operar nesse campo, e que só podem fazer isso dentro de um ambiente de estabilidade e de garantias legais e institucionais para que esses projetos, normalmente de longo prazo, tenham estabilidade e possam gerar o retorno que todos desejam, seja um retorno social, econômico etc.

Gostaria de dizer que o projeto, além daquilo que já foi aqui destacado, de estabelecer uma diferença entre a pesquisa e a comercialização, dando maior agilidade à pesquisa, como foi aqui destacado, ele inova em relação a outros aspectos também. O projeto cria um Fundo de Apoio à Pesquisa na área de biossegurança e biotecnologia, destinado a agricultores familiares. Esse fundo irá contribuir, certamente, para a solução de problemas enfrentados por pequenos agricultores que precisam, como bem destacou um relatório recente da FAO, ter acesso também a essas inovações. Nós não podemos restringir inovações nesse campo exclusivamente ao grande negócio no campo.

Além disso, ele amplia a participação da sociedade na CTNBio, de três para sei membros, atendendo a uma das principais reivindicações da sociedade civil organizada, e amplia também a CTNBio à participação majoritária de pesquisadores, de oito para doze membros. Então, ele dá à CTNBio uma maior representatividade e, portanto, um ambiente mais propício ao debate e às decisões. Agora, é bom esclarecer que todos os membros, independente de serem indicados pela academia ou pela sociedade civil, todos obrigatoriamente são doutores, com conhecimento comprovado na área.

Além disso, cria o Sistema de Informações e Biossegurança – SIB, que será gerenciado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, caso seja aprovado e criado, e tem o objetivo de dar publicidade aos atos e documentos relacionados à biossegurança de OGM e derivados no País.

O projeto de lei é marcado pelo princípio da precaução, princípio esse que o Brasil, ao ratificar a Convenção da Biodiversidade, assumiu como uma obrigação legal. Além disso, o projeto dará um ritmo e um rito extremamente agilizado para todo esse procedimento no País.

Gostaria também de pontuar aos Srs. Senadores um aspecto que considero muito importante, que é um debate que se faz no País com muita intensidade a respeito da morosidade das autorizações para pesquisa científica. Entendemos que isso de fato ocorria e, caso o projeto seja aprovado, esse assunto estará definitivamente resolvido, porque caberá exclusivamente à CTNBio a aprovação da pesquisa.

Mas eu gostaria, apenas, Srs. Senadores, no sentido de fazer justiça às equipes envolvidas nesse assunto, especificamente ao Ibama, tão criticado por muitos Senadores inclusive aqui, de dizer aos senhores o seguinte: quando assumimos e o Ibama iniciou sua operação nessa área, a atual direção do Ibama não encontrou equipes preparadas para atuar nesse campo, primeira questão. Segunda questão: todos os processos estavam paralisados. Nós temos já quatro pesquisa de OGM já autorizadas pelo Governo, sendo que a primeira delas – o mamão da Embrapa – nós demoramos noventa dias, desde o protocolo da Embrapa até a aprovação. Para o feijão, demoramos 43 dias, desde o protocolo no Ibama até a aprovação. Para a batata, recentemente entregue pela Ministra, demoramos 28 dias desde o protocolo pela Embrapa até a aprovação. E temos, ainda, a aprovação do milho Bt, da Dow Agrociências, também agora licenciado.

Esses procedimentos todos foram, a partir do momento da aprovação e da normatização da resolução do Conama, que definiu isso ainda no governo passado, a partir do protocolo e da aprovação, foram esses os prazos que tivemos em relação a esses três experimentos da Embrapa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, a Drª Leila Macedo Oda.

A SRª LEILA MACEDO ODA – Bom dia a todos. Antes de mais nada, agradeço o Senador Osmar Dias pelo convite. Saúdo os companheiros da Mesa, os excelentíssimos Senadores, as senhoras e senhores presentes nesta audiência.

Vamos tratar dos impactos para pesquisa brasileira e expressar nosso ponto de vista a respeito do que deveria mudar no projeto de lei originado na Câmara dos Deputados para que haja um real desenvolvimento científico e tecnológico no País, com conseqüentes desdobramentos positivos para a sociedade brasileira.

Na nossa apresentação, gostaríamos de explicitar a regulação da biotecnologia no mundo. Existem hoje dois modelos no mundo para regular a biotecnologia, todos referentes à analise da segurança desses produtos: o bloco de países que prevê uma comissão multidisciplinar, que inclui o Brasil – e diga-se de passagem que os países da América Latina têm como referência a lei brasileira, a primeira da América Latina – e o bloco que não trabalha a segurança numa comissão multidisciplinar, mas separadamente nos órgãos do ambiente, saúde e agricultura. É importante que se diga que não existe um meio caminho. Quer dizer, a segurança, avaliada pelo órgão multidisciplinar, é acatada pelos órgãos dos demais ministérios. Portanto, não existe duplicidade de análise aqui. Neste momento, o projeto de lei emanado da Câmara prevê, para a comercialização, dupla análise de segurança, não para pesquisa, mas para comercialização.

Então, devemos ter claro que, se decidirmos por estar com uma comissão multidisciplinar, a análise de segurança feita por essa comissão tem que ser respeitada pelos demais órgãos. Caberia, então, a esses órgãos o registro para a comercialização.

A nossa Lei de Biossegurança, no nosso entendimento, é uma lei ambiental específica para a tecnologia do DNA recombinante. Portanto, existe legitimidade da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para julgar sobre a segurança, tanto para a saúde humana quanto para a saúde ambiental. Então, não existe inconstitucionalidade da Lei de Biossegurança na medida em que é uma lei ambiental específica para uma tecnologia.

Queremos evitar, na realidade, cenas como esta. Isso só será possível agregando tecnologia, porque, por si só, a agricultura já é um processo degradante do meio ambiente. Esta é uma foto recente, tirada de devastação de uma área da floresta amazônica para plantio de soja. Independentemente do que se vá plantar, soja convencional ou soja orgânica, o impacto ambiental já ocorreu.

Com relação à segurança dos OGMs, hoje eles são plantados em cerca de 68 milhões de hectares em dezoito países, com segurança prevista para oito anos. Temos posicionamentos de segurança da Academia de Ciências do Vaticano, de várias academias de ciências do mundo, como a própria Organização Mundial de Saúde, do Parlamento Europeu, do Centro de Controle de Doenças, academias médicas e, mais recentemente, da FAO.

Ilustro agora o que aconteceu com o Brasil, em decorrência dos entraves provocados pelos novos requisitos. Os senhores podem observar que, a partir do ano 2000 não só tivemos uma queda nos ensaios efetivamente efetuados, como também nas pesquisas. Quer dizer, pesquisas, teses de mestrado e doutorado previstas para essa área da biotecnologia foram abortadas e direcionadas para outra área do conhecimento científico na medida em que as fontes de fomento, Capes e CNPq, não poderiam aguardar três, quatros anos, por autorizações.

Então, não só tivemos problemas de liberação por parte dos órgãos de fiscalização, como também tivemos a redução do número de pesquisas encaminhadas para apreciação pela Comissão. O que mostrou uma retração das pesquisas brasileiras mais efetivamente observadas no setor público.

Estas são algumas das pesquisas que somente agora, como disse o doutor Capobianco, foram auto-

rizadas; mas ficaram aguardando essa autorização – após o parecer da segurança pela CTNBio – por três anos. O órgão fez uma avaliação da segurança e só três anos depois essas pesquisas foram deflagradas em campo. Muitas delas ainda não estão aprovadas, como, por exemplo, o café, a cana-de-açúcar, arroz, milho, alface – a batata, somente esta semana –, entre muitas outras.

Efetivamente, essa tecnologia tem mostrado – é o seu objetivo claro – e os primeiros produtos lançados no mundo evidenciam um dado importante do ponto de vista ambiental: é a queda no uso de defensivos agrícolas nas diferentes culturas. No ano 2000, isso representou uma economia de 22 milhões de quilos de formulação de defensivos agrícolas, representando um favorável impacto ambiental e também para a saúde humana.

Esta foto, eu tirei há dois anos, na China – hoje, a comitiva do nosso Presidente deve estar observando esses plantios –, e mostra o plantio do algodão convencional, em que são necessárias 16 aplicações de piretróide com uma alta toxicidade, e, aqui, o algodão Bt, que não requer aplicação de nenhum defensivo. Como os senhores sabem, a China tem uma agricultura familiar e é mesmo por este motivo do ponto de vista da segurança do meio ambiente e da saúde para o trabalhador que a China tanto tem investido nessa tecnologia.

Outro exemplo: um trabalho feito na Inglaterra e publicado no mês passado em revista credenciada, que mostra uma redução clara, com o estudo da beterraba tolerante a herbicida, de combustíveis fósseis, aquecimento global, destruição de camada de ozônio e até na emissão de carcinógenos, mostrando claramente que essa tecnologia tem um impacto favorável, no caso da beterraba – temos que analisar caso a caso –, tanto para a saúde humana quanto para o meio ambiente.

Pontos fundamentais que consideramos que devem constar do PL. O que nós, cientistas, queremos é a segurança sem a burocratização. O modelo regulador brasileiro deve prever apenas uma instância multidisciplinar para avaliação de segurança, tanto para a pesquisa quanto para a comercialização. Se nós não tivermos uma sinalização de que aquele produto vai ter um desdobramento para a sociedade, obviamente não faz sentido investirmos em pesquisa. Temos vários outros pontos, embora não tenhamos condições de mencionar todos aqui, mas é fundamental que o parecer da CTNBio do ponto de vista da segurança seja terminativo; o critério de segurança tem que ser o mesmo tanto para a pesquisa quanto para a comercialização. Quanto à aprovação final, concordamos que haja um conselho político para a aprovação, mas a segurança deve terminar na CTNBio.

A questão do licenciamento ambiental. No nosso entendimento, essa é uma lei ambiental específica para OGM. Então, existe constitucionalidade na legitimidade da CTNBio para julgar e decidir se a atividade é ou não potencialmente degradadora para o meio ambiente.

Temos que resolver os conflitos nas legislações atuais, ou seja, a legislação de biossegurança e de agrotóxico. Também existe uma dicotomia no projeto de lei que veio da Câmara com relação a pesquisa e comercialização. O critério do ponto de vista científico tem que ser o mesmo tanto para pesquisa quanto para comercialização, e a CTNBio também teria essa competência para julgar da necessidade ou não do Ret. Conflitos entre a Lei de Biossegurança e a ambiental a CTNBio é o órgão legítimo para regular sobre a matéria por ser uma lei ambiental específica para OGMs.

Como conclusões, temos a importância de que o modelo regulatório brasileiro não tenha complexidade nem sobreposição de ações entre diferentes órgãos, apenas um deve decidir sobre a segurança, e o Conselho Político decidir sobre a pertinência ou não sócio-econômica e política da comercialização.

As decisões tomadas pela CTNBio, desde que não haja novidade científica, devem estar convalidadas tanto para a pesquisa como para a comercialização, sob pena de termos então um retrocesso no País de tudo que já foi investido nesse segmento.

A rápida definição dessa legislação, a questão do zoneamento ambiental, que é um modelo adotado pela China, e uma proposta política sólida vão possibilitar o atendimento pelo País dos diferentes mercados, com a minimização de riscos ambientais. Um exemplo é que a China vai lançar no próximo ano um arroz com três genes modificados geneticamente. Aquele país é um centro de origem de diversidade de arroz; mas, com zoneamento ambiental, esse arroz só vai ser plantado em determinadas regiões do País. Obviamente, o monitoramento de riscos possibilita isso.

Os investimentos em pesquisa biotecnológica só se justificam se a sociedade brasileira puder receber os benefícios desses investimentos a curto prazo. Se não houver um *linking* entre pesquisa e comercialização, teremos o que nós estamos vendo hoje: o setor público, principalmente, que já tem uma carência de investimento, está redirecionando as suas pesquisas para outra área, e aí o Brasil terá um atraso muito grande nesse setor, que será irrecuperável.

A uma mensagem que gostaria de passar, em homenagem ao nosso Presidente que está na China, é que existe um provérbio chinês que diz que existem três coisas que não voltam atrás jamais: a flecha

lançada – hoje, a nossa biotecnologia, que já está aí –, a palavra pronunciada e a oportunidade perdida. O Brasil tem instituições com competência para desenvolver essa tecnologia, mas não podemos perder essa oportunidade nesse emaranhado legal que hoje estamos vivendo. E o objetivo da ciência, senhores, é a qualidade de vida. O cientista vai se sentir realizado não apenas porque publicou um trabalho que fez no seu laboratório, mas se ele conseguir ver aquela sua pesquisa dando retorno para a sociedade brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Sr.Getúlio Pernambuco, Chefe do Departamento Econômico da CNA, por dez minutos.

O SR. GETÚLIO PERNAMBUCO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, membros da Mesa, muito obrigado pela oportunidade.

A CNA, preocupada com esse assunto, realizou há alguns anos pesquisa junto aos produtores rurais brasileiros. Foram consultados naquela oportunidade cerca de 15 mil produtores em todo o Brasil para saber justamente se eram favoráveis ou não ao plantio de organismos geneticamente modificados. O resultado dessa pesquisa foi que 79% dos produtores rurais eram favoráveis ao plantio de organismos geneticamente modificados, desde que o plantio desses produtos não trouxesse degradação ao meio ambiente nem afetasse negativamente a saúde humana. Como a Drª Leila falou aqui, todas as academias de ciência no mundo, e agora mais recentemente a FAO, e, por último, a suspensão pela União Européia da importação de milho Bt dá a segurança de que realmente não tem efeito tão negativo com relação ao meio ambiente e à saúde humana. Portanto, a posição da CNA é de que haja uma livre escolha por parte dos produtores rurais, dentro da sua melhor opção, para que produzam ou não organismos geneticamente modificados.

Claramente, está havendo uma especialização em algumas regiões do Brasil. É o caso do Rio Grande do Sul, onde a produção de soja geneticamente modificada trouxe ganhos extremamente grandes para os produtores rurais. As últimas informações que tenho é de que houve uma redução de custos pela utilização de organismos geneticamente modificados, para o caso de soja, equivalente a três sacos de soja, o que corresponde a cerca de 10% de redução do custo de produção para aqueles produtores.

Também houve uma melhora da produtividade do Rio Grande do Sul em decorrência justamente de uma melhor efetividade desse plantio de soja geneticamente modificada, eliminando aquelas plantas concorrentes com a produção de soja. E, como tem a questão da deficiência hídrica do Rio Grande do Sul, isso ajudou muito a potencializar a produtividade daquela região.

O Brasil, atualmente, tem uma área que equivale a menos de 5% da área plantada no mundo de organismos geneticamente modificados, e obviamente que a questão não se aplica apenas ao caso da soja, porque acreditamos que a maior economia e o maior ganho de competitividade que a agricultura brasileira poderia ter é justamente na utilização de outros produtos, como é o caso, por exemplo, do algodão Bt. Nós fizemos uma simulação rápida do que se poderia ter em termos de redução de custo para o milho Bt aqui no Brasil. Ou seja, se os produtores rurais brasileiros tivessem essa tecnologia em uso, poderia haver uma redução de custo de produção de cerca de 42% para o caso do algodão Bt; quer dizer, aumentariam muito a produtividade, a competitividade e as exportações no Brasil nessa área, no caso do algodão.

Obviamente que, no caso da Lei de Biossegurança, nós acreditamos que fica difícil a um conselho científico, no caso da CTNBio, que trata justamente da questão da segurança, simplesmente decidir sobre os casos da pesquisa e não da comercialização. Acreditamos que o que motiva a pesquisa é a possibilidade de ela ser aprovada para o seu uso comercial. Então, seria extremamente oportuno que a CTNBio fosse terminativa em relação à segurança de organismos geneticamente modificados.

Com relação à Lei nº 10.814, que autorizou o plantio da atual safra de soja, é oportuno que haja uma convalidação dos atos que foram dados pela aprovação para o plantio da atual safra, e que possibilite uma extensão para legalizar o plantio das próximas safras. Os produtores rurais já estão começando a encomendar os seus insumos, está começando a haver a importação de produtos, inclusive de fertilizantes, que agora estão gravados com Cofins. Mas, mesmo assim, existe o calendário agrícola, e este não pode esperar uma decisão por muito tempo para que os produtores possam proceder aos seus investimentos na agricultura. Então, é muito oportuno que seja apensado nessa próxima safra, Senador, como tratar dessa questão.

A única informação adicional que podemos dar, pelo menos em termos econômicos, é que o Brasil, graças à competitividade e à qualidade dos produtos agropecuários, está liderando as exportações e a balança comercial de produtos no mercado mundial. No caso especificamente da soja, o Brasil desde o ano passado é o maior exportador do complexo de soja, e este ano também devemos continuar sendo o maior exportador desse complexo, em torno de US$10 bilhões só no caso da soja. Obviamente nos preocupa a questão da utilização de sementes geneticamente

modificadas, porque, com a impossibilidade de sua utilização, está acontecendo o que estamos verificando, ou seja, alguma comercialização de grãos misturados com semente de soja que estão sendo exportados para a China, e isso está afetando o comércio. Atualmente, há cerca de trinta navios de exportação de soja para aquele país, e isso corresponde a cerca de 1,5 milhão de toneladas. É certo que temos que cuidar dessa questão da utilização dessa semente para ser continuada nas próximas safras, de tal sorte a impedir esse tipo de procedimento comercial, acarretando problemas ou dificuldades na comercialização internacional de soja geneticamente modificados.

Seriam essas as informações, Senador. Temos outras informações e estamos à disposição para responder perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Getúlio.

Passamos a palavra imediatamente a José Silvino, Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. JOSÉ SILVINO DA SILVA FILHO – Muito obrigado, Senador Osmar Dias, Srªs e Srs. Senadores, senhores aqui presentes, pela competência e o brilhantismo dos palestrantes que me antecederam, verifica-se que ficou pouca coisa a ser abordada. Entretanto, pelo privilégio do convite e a importância da participação do Ministério da Agricultura neste debate, tomamos a liberdade de tomar mais 10 minutos do tempo dos senhores para apresentarmos algumas considerações.

O PL que hoje está em discussão nesta Casa Legislativa efetivamente apresenta alguns avanços que entendemos devam ser preservados com toda a segurança. Primeiro, a própria lógica de estrutura do projeto para o marco regulatório que se busca estabelecer para a questão dos OGMs.

A estrutura está pautada em três pontos básicos. A primeira é a determinação de uma análise caso a caso, levando em conta a especialidade do assunto e a necessidade do tratamento específico de uma matéria nova que se configure em fronteira da tecnologia. Segundo, a criação de um organismo técnico-científico com composição específica e titulação de seus membros mínima exigida para o trato dessa especialidade. E o terceiro é a criação de um organismo colegiado que vai dar a avaliação política de conveniência e oportunidade para uma tecnologia, caso a caso.

Em razão dessa estrutura, efetivamente, se deve buscar a preservação ao máximo dessa lógica regulatória, para que não se percam no caminho o processo ou os avanços que venham a ocorrer com os procedimentos submetidos à aprovação e à chancela do Estado. Em razão disso, dentro de um processo de discussão no Ministério da Agricultura – já existe há dois anos a nossa Comissão de Biotecnologia, cujo presidente, Élio Klabund, está presente –, fizemos uma análise e queremos apresentar alguns pontos de aperfeiçoamento que poderiam ser levados a efeito no Congresso.

O primeiro deles diz respeito à própria natureza jurídica da expressão que venha a ser feita pela CTNBio na análise caso a caso de todos os eventos que envolvam OGM. Estaríamos nos perdendo nessa lógica regulatória apresentada no PL caso viesse a ser mantida essa dicotomia de entendimento ou de alcance da natureza jurídica do pronunciamento da CTNBio, que, para pesquisa, num avanço considerável, é o único detentor da atribuição legal de análise e liberação da pesquisa. E, no caso da comercialização, o posicionamento técnico-científico que essa comissão venha a expressar subordina-se à análise dos órgãos de fiscalização. Então, estaríamos nos afastando dessa lógica regulatória que o projeto tão brilhantemente construiu.

O segundo ponto diz respeito à manutenção desse caráter conclusivo do procedimento da CTNBio, exatamente atento à própria unicidade que se venha a dar, que vem em defesa da própria segurança jurídica do posicionamento e da competência desse órgão colegiado científico.

Nessa circunstância, o parecer deve ser técnico e, automaticamente, prévio, vinculante e terminativo, em todas as análises que ele venha a proceder. Se não entendêssemos dessa forma, estaríamos promovendo um enfraquecimento do entendimento da natureza jurídica da CTNBio em qualquer um dos dois casos. Se mantivermos a dicotomia, ou o parecer da CTNBio de liberação de pesquisa seria pífio quanto à segurança jurídica, ou o parecer que ela dá quanto à liberação comercial não teria substância científica suficiente, o que não poderia ser reconhecido a um órgão colegiado criado com um fim específico.

O Ministério entende que deva ser mantida e propugnada a unicidade da natureza jurídica da CTNBio em toda a sua expressão. Em razão disso, esse seria o órgão competente, efetivamente, para fazer esgotar a análise dos eventos que envolvam OGM, inclusive quanto à definição daqueles acontecimentos que eventualmente possam ser passíveis de causar significativa degradação do meio ambiente no atendimento ao princípio constitucional, que remete, nesses casos, à obrigatória manifestação para licenciamento e estudo de impacto ambiental pelos órgãos integrantes do sistema de meio ambiente.

Outro ponto que, em nosso entendimento, poderia vir a sofrer um aperfeiçoamento, ainda em defesa

desse marco regulatório que se estabelece, é a criação do Conselho Nacional de Biossegurança. Trata-se de conselho político que vai cuidar da conveniência e oportunidade política e econômica para o País da liberação de determinados eventos. Entretanto, a sua composição, de 17 Ministros, já demonstra que haverá alguma dificuldade para reunir todas as autoridades para promover a liberação. O projeto subordina a esse conselho a liberação de todos os eventos que envolvam OGM e seus derivados. Se levarmos em conta o número existente e a possibilidade de expansão dessa tecnologia, vamos verificar que se, talvez, os Ministros dedicarem todo o seu tempo somente à liberação de análise de conveniência e oportunidade desses eventos talvez não seja suficiente. Em razão disso, há uma possibilidade de aperfeiçoamento, com a redução do número de Ministros que venham a integrar esse conselho político para os Ministros de áreas que sejam efetivamente de fiscalização. E que a competência do Conselho também se faça com respeito a essas autoridades, que não se subordinem a eles todos os eventos, mas apenas aqueles em que exista a necessidade demonstrada de análise da conveniência e oportunidade política e econômica.

E, em respeito a esses Ministros, que sejam submetidos a eles os casos avocados pelo Conselho, quer para dirimir dúvidas entre a CTNBio e os órgãos de fiscalização, quer por entendimento de qualquer um dos membros do Conselho, que seria integrado por seis ou sete Ministros, para promover a análise.

Finalmente, como terceiro ponto, há uma questão de extrema relevância na visão do Ministério da Agricultura, que seria a solução definitiva para a questão da soja no País. Efetivamente, estamos diante de um calendário agrícola que, infelizmente, não se subordina a nenhuma outra regra, a não ser a da natureza. Em razão disso, estamos às portas de um prazo fatal, que é o prazo de escolha pelos produtores das sementes que serão empregadas na safra seguinte.

Assim, vemos-nos na premência de buscar uma solução definitiva para essa situação. Nessa busca, temos hoje, autorizado pela Lei nº10.814, resultante da conversão da medida provisória, o registro provisório de sementes de soja geneticamente modificada. Automaticamente, a manutenção desses registros em definitivo traria, de imediato, uma conseqüência lógica e saudável para o País. Nós estaríamos possibilitando a utilização de sementes registradas e certificadas pelos produtores, evitando a utilização dessa semente que hoje é utilizada, que efetivamente não tem uma origem segura.

O segundo ponto para que venha a se concretizar essa possibilidade de solução definitiva seria o reconhecimento e a manutenção das resoluções e comunicados da CTNBio já emitidos e a autorização de registro e comercialização daqueles eventos que a CTNBio tenha considerado como seguro. Se não agirmos dessa forma, estaremos colocando duas situações críticas para o Estado. A primeira delas, se nós aventarmos a possibilidade de não-manutenção dos pareceres e resoluções da CTNBio, nós estaríamos tirando o suporte técnico da decisão política do Estado de liberar essa soja por duas safras e estaríamos colocando o Estado em um processo de possível insegurança jurídica em função disso. O segundo ponto é que, hoje, as certificações complementares que são exigidas – por exemplo, da China – são emitidas pelo Ministério da Agricultura levando em conta a Resolução nº 18 e o Comunicado nº 54 da CTNBio, que atestam a segurança dessa soja.

Em razão dessas colocações, o Ministério da Agricultura entende, após exaustivas reuniões de submissão ao nosso Ministro, da possibilidade de que esse PL possa sofrer nesta Casa Legislativa aperfeiçoamento necessário, na busca dessa unicidade e da estrutura lógica desse processo regulatório.

Muito obrigado.

Estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, José Silvino.

Vamos, agora, para a segunda etapa e, como sou autor do requerimento, peço licença aos Srs. Senadores para, primeiramente, fazer a minha manifestação.

O representante do Ministério do Meio Ambiente,o Capobianco, fez questão de registrar que o Ibama foi criticado por Senadores. Como fui um dos Senadores que dirigiu críticas não ao Ibama, mas ao excesso que se pretende com o projeto de atribuições para o Ibama, quero fazer aqui a minha manifestação.

Aliás, eu gostaria até de agradecer, porque pelo menos o Capobianco não determinou a edição de nenhuma portaria nos proibindo de criticar. Pelo menos isso não houve. Então, vamos continuar criticando, até para que o Ibama pense um pouco sobre as conseqüências do excesso que podemos estar determinando, em relação à lei que estamos aprovando, de competência para o órgão. Creio que o Ibama teria que ser ampliado de forma insuportável até para os cofres públicos se lhe déssemos tantas atribuições, como consta do projeto que estamos apreciando.

De outro lado, o Capobianco trouxe a informação de que, em 47 dias, foram aprovadas as pesquisas relacionadas principalmente ao mamão. Mas, logo depois, a Drª Oda disse que esses 47 dias foram contados a partir de três anos.

Então, faço aqui uso de um documento que o Professor Ernesto Paterniani me passou às mãos – que, aliás, está aqui presente. O documento faz considerações que, creio, devem ser analisadas por quem vai votar o projeto. A não ser que esteja tudo errado neste documento, que os pesquisadores estejam interpretando de forma equivocada o projeto. Neste caso, eu também o estarei interpretando de forma equivocada e terei de aprender a interpretá-lo. Se fui ensinado a interpretar o projeto de outra forma e aprender a interpretá-lo, talvez eu mude de posição e de opinião. Mas a minha opinião é a mesma que consta deste documento, que diz o seguinte: até o ano 2000, quando estava em vigor a lei do Senador Marco Maciel, de 1995 a 2000, havia uma realidade que permitia a instalação de experimentos no País; e, a partir de 2001, exigiu-se um extenso caminho a ser cumprido para a instalação de um experimento, o que ocasionou, como naquele gráfico mostrado há pouco pela Drª Leila, uma redução, a partir de 2001, quando se exigiu o Ret, praticamente a zero nos experimentos instalados.

Mostra também como estão os outros países. A Argentina tem um procedimento muito mais simplificado, que leva a um crescimento espantoso do volume de pesquisas, principalmente se considerarmos de 1997 em diante. A França, que tem sido um país muito exigente em relação ao OGM, não deixou de fazer pesquisa, não deixou de evoluir, principalmente no que se refere à agricultura. E temos aqui um gráfico que mostra uma evolução ainda maior da França: 72 espécies vegetais em teste; 250 produtos. O avanço da China em pesquisa de OGM nos últimos anos é extraordinário. Nos Estados Unidos, 9.842 casos. E nós estamos aqui achando que estamos evoluindo porque registramos pesquisa em quatro produtos, contra esse volume imenso nos Estados Unidos e em outros países!

De outro lado, há uma completa discordância da parte daqueles que defendem o projeto como está e daqueles que acham que ele precisa mudar, principalmente no que se refere à conseqüência da pesquisa. Isso porque ninguém vai fazer uma pesquisa se essa pesquisa não tiver uma conseqüência. Se ela chegar a alguma conclusão e simplesmente for colocada no arquivo, na gaveta, ela não tem por que ser feita. Não existe nenhuma entidade privada de pesquisa, nenhuma entidade pública de pesquisa que vá fazer qualquer investimento, que va colocar um centavo furado numa pesquisa se ela não for utilizada comercialmente posteriormente.

E aqui é que está o nó do projeto. O nó do projeto está exatamente quando se coloca que, para liberar um experimento, a CTNBio é competente; mas, para liberar a comercialização, não é competente. E ninguém está aqui querendo dizer que nenhum produto vai ser registrado para ser colocado no mercado. Ele tem que ser registrado mesmo, ele tem que passar pelos órgãos de registro. Ninguém está esperando que OGM tenha um tratamento de exceção em relação a todos os outros produtos. Mas tem que ter um tratamento especial aquela pesquisa que foi autorizada pela CTNBio, porque lá estão 27 doutores com notável saber, especializados em várias áreas, que vão dirimir todas as dúvidas em relação à poluição, em relação à contaminação do meio ambiente ou danos à saúde humana. Esgotados todos esses cuidados, aquilo que se chama de precaução, que a CTNBio vai ter, porque ali estão as pessoas especializadas no assunto, a CTNBio não pode ser, evidentemente, dispensada de determinar, de decidir o que pode e o que não pode ser colocado no mercado.

Acho que aqui está o grande problema do projeto. E, já que houve aqui a manifestação do Capobianco, do Ministério do Meio Ambiente, que entende que do jeito que está vai haver celeridade na aprovação de novos experimentos, e a conseqüência vai ser dada, porque o conselho, que é o conselho mais político, vai agir de forma rápida e vai proporcionar, portanto, o aproveitamento daquela pesquisa, ao Capobianco, eu pergunto: Não está aí um problema sério que pode levar, como está neste documento aqui, a aprovação de um experimento a demorar até seis anos para que ele seja instalado e até treze anos para se colocar uma variedade nova de sementes no mercado, o que vai tornar aquela variedade completamente obsoleta, ultrapassada? Hoje, as variedades – é só pegar o roteiro da Embrapa para comprovarmos – se modificam muito rapidamente. Em dois, três anos, praticamente, elas já estão sendo modernizadas, um fator novo geneticamente já está sendo introduzido, e elas vão evoluindo para atender a esse avanço tecnológico imenso. Será que aqui não está o grande problema da lei que estamos aprovando?

Parece-me que essa interpretação que o Ministério do Meio Ambiente está dando não me parece ser a mesma do Ministério da Agricultura. Então, faço a pergunta para dois representantes do Governo: para o representante do Ministério do Meio Ambiente, se concorda com a atual forma da legislação, e para o Silvino, do Ministério da Agricultura, se concorda ou não; e, caso discorde, por quê.

Concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Sr. Senador, antes de mais nada, eu gostaria de esclarecer que a minha função não permite a edição

de portarias. Então, em nenhuma hipótese eu poderia editar uma portaria em relação a esse assunto.

Em segundo lugar, eu gostaria de, perante os demais Senadores, esclarecer que a Ministra Marina Silva sempre teve um comportamento de debate, de esclarecimento. Aliás, em relação ao Senador Osmar Dias, eu tive a oportunidade de acompanhá-la em mais de uma oportunidade, em função do apreço que a nossa equipe do Ministério do Meio Ambiente tem pelo Senador. Portanto, confesso ao senhor que fico um pouco, não como funcionário, mas como cidadão, chateado com essa forma de lidar com alguém que foi convidado por esta Casa para se manifestar a respeito de um tema sobre o qual, eu havia entendido, era interesse de V. Exª ouvir a opinião do Ministério.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Humildemente, estou aqui ouvindo V. Sª.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Eu pediria a V. Exª que tratasse um cidadão brasileiro com um pouco mais de delicadeza.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estou tratando V. Sª com respeito. Apenas estou dizendo que fez questão de registrar a crítica dos Senadores, e, como fui um dos Senadores a criticar, quero esclarecer que fizemos a crítica no sentido de tentar dar ao projeto um encaminhamento.

Aliás, V. Sª deve reconhecer, antes de fazer esse outro tipo de observação, que mesmo sendo um Senador de oposição, tenho feito todo o esforço para contribuir com o Governo nesse projeto e naquele de biossegurança, naquele da biodiversidade, do qual fui o Relator e autor do substitutivo, e que está engavetado na Câmara até hoje, não sei por quê.

Então, a interpretação que V. Sª está dando ao meu posicionamento está tão equivocada quanto a interpretação que está dando ao projeto.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Muito obrigado, Senador. Já terminei.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas V. Sª não respondeu ainda a pergunta que fiz.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Nós concordamos dessa visão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só isso?

Mas, e sobre os quarenta e três dias? Foram depois de três anos ou não?

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Sr. Senador, estou aqui perante o Senado Federal, a convite do Senado, em nome do Ministério do Meio Ambiente, já esclareci ao senhor e aos demais Senadores que nós temos um protocolo do Ibama, e a informação que tenho em relação ao protocolo, à aprovação, foi essa que já passei. Já informei os senhores. Agora, se essa informação não é crível, como eu posso... Quer dizer, essa é a informação que tenho. Sinto muito! Eu já disse para o registro do Senado. Agora, se o senhor tem outra informação que possa apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não. Tanto não tenho informação que estou fazendo a pergunta.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Mas estou repetindo. Já disse ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Sª é representante do Ministério do Meio Ambiente. Se o Ministério manda alguém que não quer responder, deve mandar outro alguém que queira responder.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Não, eu quero responder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, responda, por favor.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Eu quero responder. Agora, o que eu gostaria era de entender por que o senhor está me colocando nesta posição. O senhor fez uma introdução extremamente agressiva em relação à minha pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Meu Deus!

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Estou aqui para esclarecer qualquer questão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Apenas eu disse, Capobianco, que ainda bem que não dá para baixar uma portaria proibindo os Senadores de criticar, porque assim vamos continuar criticando o Ibama, a Embrapa, que é nosso orgulho. Criticar no sentido de ajudar. Eu pensei que nós pudéssemos criticar. Agora, se, na sua opinião, nós não podemos, a sua opinião para mim não vai importar, porque vou continuar criticando.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Mas é claro! Acho que é fundamental a crítica, e por isso estamos aqui, para debater. Quer dizer, mas seria impossível editar uma portaria, o senhor sabe disso. Nossa Constituição não permite.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agora, o que não cabe mesmo aqui, neste momento em que estamos para definir uma questão fundamental para o País, é nenhum sentimento de arrogância, porque aí nós vamos, evidentemente, perder tempo.

Eu quero saber se o atual projeto, no entendimento do representante do Ministério do Meio Ambiente, vai ou não vai retardar a aprovação de projetos de pesquisa no País. É só isso que quero saber, se for possível o senhor responder. Se não for possível, vou perguntar para a Senadora Marina Silva. Aí, quem sabe, S. Exª me responde.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Está certo, Senador, veja bem. Agora, entendendo exa-

tamente o objetivo da pergunta, gostaria de esclarecer o seguinte: primeiro, o projeto que está em discussão teve o apoio, e foi um apoio para o projeto do Governo, na Câmara dos Deputados. Esse projeto, inclusive, foi defendido pelo Ministro da Agricultura em plenário, durante a votação na Câmara dos Deputados.

O que ocorre, no entendimento do Ministério do Meio Ambiente, que não é apenas do nosso Ministério, mas dos órgãos de registro, como a saúde, que tem a sua Agência de Vigilância Sanitária responsável pelo registro, é que a pesquisa científica recebeu um tratamento extremamente favorável no projeto aprovado na Câmara. Ou seja, a pesquisa científica é aprovada exclusivamente na CTNBio. O entendimento do Governo é de que isso agiliza. Não era a opinião inicial do Ministério do Meio Ambiente, que defendia a prerrogativa de que, no caso de pesquisa de campo, houvesse uma licença ambiental, em função de eventuais impactos que a pesquisa de campo poderia proporcionar. No entanto, no debate ocorrido, decidiu-se que essa questão deveria também ser atribuição da CTNBio, que passou a ter o mandato completo.

Portanto, do ponto de vista da pesquisa científica, o projeto retira qualquer necessidade de que determinada pesquisa, uma vez aprovada pela CTNBio, seja remetida a qualquer órgão de fiscalização e controle. Isso implicaria, se na CTNBio o processo for ágil, agilidade do prazo de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pergunto ao representante do Ministério da Agricultura. Primeiro, surpresa para mim que o Ministro Roberto Rodrigues tenha apoiado o conteúdo desse projeto, porque não foi o que eu li na imprensa como sendo a opinião de S. Exª. Se apoiou, é um direito que tem. Estamos aqui para esclarecer as dúvidas, senão votarei em dúvida. Peço para o Silvino que responda, em nome do Ministério da Agricultura, o que pensa da forma como está o projeto em relação à aprovação de experimentos e colocação no mercado do produto daquela pesquisa. Se desse jeito está bom ou se vai retardar o processo.

O SR. JOSÉ SILVINO DA SILVA FILHO – Pois não, Senador.

O Ministério da Agricultura tem-se posicionado desde o início, efetivamente, com argumentos e apresentando posições que visem à manutenção de um órgão colegiado científico-técnico e que seja terminativo. Essa foi a posição que o Ministro inclusive foi à Câmara para defender. E, por disciplina, efetivamente, a partir do momento que existe um projeto apresentado pelo Líder do Governo, o Ministro deixou de emitir opiniões mais diretamente vinculadas.

Entretanto, a posição do Ministério da Agricultura, que trago aqui autorizado pelo Ministro Roberto Rodrigues e a partir da discussão de toda a Comissão de Biossegurança do Ministério, é no sentido de contribuir para um aperfeiçoamento desse projeto, tendo em vista que entendemos que a lógica regulatória não está atendida no projeto na sua inteireza.

Não quero aqui fazer nenhum tipo de polêmica ou ressalva maiores, mas a nossa defesa é no sentido de utilizarmos essa possibilidade de contribuição na busca do aperfeiçoamento do projeto e que venha a resguardar essa estrutura lógica regulatória. E, para isso, se faz necessário que se mantenha uma CTNBio com um posicionamento cuja natureza jurídica seja a mesma tanto para a pesquisa quanto para a liberação comercial do produto.

Espero ter esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em resumo, atrasa do jeito que está.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria de saber o que a Drª Leila pensa dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou passar, porque já havia pedido antes, a palavra ao representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, Luiz Manuel e, em seguida, para a Drª Leila.

O SR. LUIZ MANUEL REBELO FERNANDES – Agradeço a concessão da palavra. Em nome do Ministério, trago algumas informações para o esclarecimento dos Senadores ou pelo menos para agregar às informações que S. Exªs já têm à disposição.

Há um ponto que tem que ser deixado claro. O projeto de lei destina competência exclusiva para liberação de pesquisa científica e tecnológica com organismos geneticamente modificados à CTNBio, inclusive para pesquisa de campo. Devemos ir para frente, porque quanto a esses dados de atraso, que são reais e que prejudicaram o avanço da pesquisa científica e tecnológica no País, o projeto visa a resolver isso. Vamos olhar para frente. Para a frente, vai competir exclusivamente à CTNBio o parecer que autoriza pesquisa científica e tecnológica com organismos geneticamente modificados. Ponto um.

Ponto dois: o projeto introduz uma diferenciação. Isso também é importante ser compreendido. Ao técnico compete emitir parecer sobre a biossegurança de organismos geneticamente modificados. Esse parecer tem origem na CTNBio. A decisão da comercialização envolve outros aspectos, não só o da biossegurança. Por exemplo: pode ser que uma determinada tecnologia não introduza, na avaliação da CTNBio, riscos de biossegurança, e, no entanto, não seja do interesse

nacional a sua comercialização, concretamente. Pode haver um monopólio privado de uma empresa estrangeira no domínio de uma tecnologia que não interessa ao Brasil liberar naquele momento sem que, antes, o Poder Público possa investir em pesquisa nacional, possivelmente na Embrapa, para competir com esse monopólio existente de imediato.

Então, a decisão é política, não apenas técnica. E manter essas duas dimensões separadas, acho que é importante. Deixe-me apenas terminar o raciocínio. Acho que o que existe é o seguinte – este é um tema para debate e está na forma do projeto como ele se encontra agora: o parecer técnico sobre a biossegurança é terminativo ou ele deve ser subordinado a outra avaliação técnica de outra agência do Governo? Essa é que é a questão, para o parecer técnico.

No nosso entender, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do ponto de vista técnico, ele deveria ser terminativo, sobre biossegurança, porque outras agências de fiscalização e controle do Governo têm atribuições que independem de o produto ser geneticamente modificado ou não. Isso está na própria competência daquele órgão de fiscalização e controle. Mas, sobre a biossegurança de OGMs, no nosso entender, o parecer técnico deve ser dado pela CTNBio.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas não é assim que está no projeto.

O SR. LUIZ MANUEL REBELO FERNANDES – Eu disse o seguinte: a redação pode ser melhorada, no meu entender, porque dá margem a interpretações dúbias sobre essa questão. Acho que o Senado, se corrigir a dubiedade da redação, estará prestando um grande serviço ao avanço da ciência e da tecnologia no País.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Desculpe interrompê-lo, mas a dúvida que V. Exª está tendo também é a minha. Acho que no projeto não está nada claro. Pelo contrário – e vou até mais além –, acho que é uma instituição bifronte.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bem, talvez, então, agora o Capobianco tenha entendido por que estou tão interessado em esclarecer esse ponto e por que eu, humildemente, solicitei que ele respondesse: porque esse é o nó que está pegando aqui no Senado. Todos têm dúvida, não sou só eu.

Teremos que votar e temos o direito de ter esse assunto esclarecido por quem elaborou o projeto. O Executivo elaborou o projeto e mandou para o Senado. Temos que votá-lo sem saber o que estamos votando, ou temos o direito de saber o que estamos votando?

Com a palavra, a Drª Leila.

A SRª LEILA MACEDO ODA – Muito obrigada, Excelência.

No nosso entender, considerando exatamente esse ponto que foi levantado pelo representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, o projeto original do Deputado Aldo Rebelo colocava bem clara essa questão. Uma coisa é a pesquisa. Entendemos que o projeto aprovado "resolve" a questão da pesquisa. Entre aspas por quê? Porque, como eu disse na minha apresentação, ninguém vai investir em pesquisa se ela não puder rapidamente ser colocada à disposição da sociedade brasileira. Isso está acontecendo hoje. Temos, aqui, vários coordenadores de pós-graduação que tiveram as teses abortadas exatamente porque não havia como implementá-las depois. Quer dizer, pode-se fazer a pesquisa, mas que retorno isso tem?

Então, a princípio, está aparentemente resolvido o problema da pesquisa, mas não está na medida em que existe essa distinção em avaliação da segurança. O que estamos nos referindo é à avaliação da segurança. Uma coisa é a avaliação da segurança, que é um eixo para decisão, se o produto vai poder ou não ser comercializado, e a outra questão é decisão política, que cabe a um conselho de Ministros. Mas, em relação à segurança, temos que decidir qual o modelo que o Brasil quer, se é o modelo multidisciplinar, que ele vem adotando desde o projeto de lei do Senador Marco Maciel.

Ele não pode misturar os dois modelos, porque em nenhuma parte do mundo isso é feito. Quem adota o modelo multidisciplinar, quando se tem a avaliação da segurança desse comitê ou no caso de uma entidade – como em Cuba, que é um Centro Nacional de Segurança Biológica –, esse parecer de segurança é respeitado pelas outras entidades que vão promover o registro para comercialização.

Então, no nosso entendimento, o Brasil, adotando o modelo multidisciplinar, essa Comissão é legitimada para dar o parecer sobre a segurança do OGM, quer seja para a pesquisa, quer seja para a comercialização. E o produto vai para os Ministérios não para que haja novas exigências sobre segurança, mas para que se registre, se faça a fiscalização, enfim, para que se cumpra a devida competência.

O nosso entendimento é que o projeto do Deputado Aldo Rebelo deixava essa questão muito mais clara, pois apontava que o parecer da CTNBio deveria ser respeitado, pois seria vinculante tanto para a pesquisa quanto para a comercialização. Não poderíamos diferenciar um critério de segurança, na medida em

que os componentes dessa Comissão são representantes ministeriais – os Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente estão lá representados – e que o momento de questionar é dentro dessa Comissão.

Apenas para complementar, Senador, o nosso entendimento é que a Lei de Biossegurança, até porque regulamenta o art. 225 da Constituição, nos incisos que tratam exatamente da segurança ambiental, é o órgão legítimo para deliberar se aquele OGM, aquela atividade é ou não potencialmente degradadora do meio ambiente. Então, ela tem essa competência e existe uma legitimidade constitucional na medida em que a Lei de Biossegurança é uma lei ambiental específica.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Vou passar a palavra ao Senador Hélio Costa. Em seguida, o senhor pode falar.

Com a palavra, o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Convidados, Srªs e Srs. Senadores, há mais ou menos dez dias, a Organização das Nações Unidas fez uma declaração, por intermédio de seu porta-voz, praticamente aceitando os produtos geneticamente modificados, o que causou um impacto muito grande no mundo inteiro, pois, na medida em que esses produtos geneticamente modificados têm a chancela da Organização das Nações Unidas, parece que está tudo muito bem.

Particularmente, depois das inúmeras audiências públicas que fizemos sobre o assunto – faltava apenas esta, certamente, sobre a biossegurança, que o nosso Presidente, Senador Osmar Dias, muito apropriadamente, solicitou que se fizesse aqui –, sinto-me muito à vontade para dizer que o Brasil deveria estar preocupadíssimo em estudar profundamente a questão da segurança, porque o mercado internacional mostra claramente que os grandes consumidores ainda não aceitaram realmente um produto geneticamente modificado.

O Brasil é o maior produtor de soja do mundo, maior produtor de soja convencional do mundo. Os Estados Unidos são os maiores produtores de soja transgênica do mundo. Essa é a divisão que, inicialmente, tem que ser feita. Vejo que o mercado para a soja convencional aumenta de uma forma tão rápida que o Brasil não está tendo condições de atender à demanda do mercado de soja convencional.

Assim, se o mundo estivesse querendo consumir soja transgênica, não haveria problema nenhum, pois os Estados Unidos produziriam a quantidade que fosse necessária, ou seja, supriria o mundo inteiro com a soja transgênica. Mas vejo que há uma tendência de algumas posições comerciais importantes do mundo de usar a soja convencional que o Brasil produz. Portanto, se o Brasil produz o bastante, se pode continuar produzindo, se pode atender a todo o mercado internacional, confesso que não entendo essa preocupação em se produzir soja transgênica aqui. Temos um mercado que é nosso.

E o mais curioso é o seguinte: não vejo nenhuma posição de defesa intransigente da nossa Embrapa, que é a nossa empresa de pesquisa, muito embora seja uma empresa que não tenha recursos suficientes do Governo Federal, não tenha o amparo necessário da própria comunidade científica, não tenha o apoio de instituições privadas, mas, ainda sim, tem uma história de sucesso extraordinária.

Fiquei até preocupado quando o Dr. João Paulo Capobianco fez a seguinte declaração – anotei aqui: "Não é apenas a Embrapa que fará pesquisa". Graças a Deus, tivemos a Embrapa, porque se ela não tivesse vindo até aqui, não teríamos nada para a frente, absolutamente nada. Ela é a responsável, a pioneira, a precursora de tudo o que estamos discutindo. Se o Brasil tem quatro produtos registrados, não tenham dúvida, é devido ao trabalho extraordinário da Embrapa. Lamentavelmente, como eu disse, ela não tem os recursos necessários.

Estou fazendo este preâmbulo porque, nos Estados Unidos, principalmente, tudo passa pelo FDA – Federal Drug Administration, a administração das drogas e medicamentos. E lá um medicamento demora quatro, cinco, dez anos para ser aprovado.

Estamos tratando da questão da biossegurança, e lembro que, nos Estados Unidos e na Europa, quando foram lançados os produtos agrícolas que passavam por processo nuclear de preparação para que pudessem ser preservados por mais tempo nos supermercados, não houve uma aceitação de imediato. Muito embora tivessem todas as chancelas de segurança, o consumidor não queria comprar o produto com receio de ingerir algo com ação nuclear. Isso tudo passa por um processo de muitos anos de pesquisa, de preocupação com o consumidor.

E pergunto: há quantos anos nós, no Brasil, estamos fazendo essa pesquisa para dizer se é seguro ou não? Estamos simplesmente aceitando determinadas colocações de outros países, mas estamos analisando isso há quanto tempo? Se a lei delega poder para resolver a questão da pesquisa e não delega poder para fazer a segurança, que é exatamente a questão que temos com a CTNBio, quer dizer, ela pode decidir a pesquisa mas não pode decidir a segurança? Quem decide, então, a segurança? Quem dirá para nós que o produto é realmente seguro para consumo? Até agora, todo o processo, principalmente em relação à soja, só atende a um interesse, o das multinacionais. Ele não

atende ao interesse nacional. Este está rigorosamente cumprido com a soja transgênica. Nós estamos abarrotando o mundo de soja. Agora, as multinacionais, não. Vamos liberar as sementes para o plantio deste ano. Que sementes? Sementes de quem? Da Embrapa? Não. Da Monsanto? Sim. Com a chancela da Monsanto, que é uma patente – quer dizer, compro e não posso reproduzir –, tenho que ficar eternamente comprando? O que faço?

A segurança precisa ser resolvida, por isso trouxemos a discussão novamente para o Senado. Está faltando determinar rigorosamente quem decide isso.

Portanto, pergunto à Drª Leila e ao Dr. José Silvino: há quantos anos estamos analisando para decidir e qual é a melhor solução? O que esta Comissão deve propor para assegurar que a decisão da segurança seja acertada?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Passo a palavra à Drª Leila Macedo e, na seqüência, ao Dr. Capobianco e ao Dr. José Silvino.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – V. Exª tem a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O ex-Ministro e Deputado Federal Sarney Filho gostaria de colocar algumas questões, se for possível, devido à experiência que tem na área, por ter sido Ministro do Meio Ambiente.

Solicito a V. Exª que considere esse pedido para que o Deputado Sarney Filho exponha suas idéias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Leonel Pavan, regimentalmente, não poderíamos dar a palavra ao Deputado Zequinha Sarney, que nos honra com a presença, mas é claro que S. Exª pode contribuir e muito com o debate. Apenas seguiremos a seqüência dos inscritos. Faltam apenas o Senador Flávio Arns e V. Exª. Depois, passaremos a palavra ao Deputado Zequinha, com muita honra.

Ouviremos, agora, a Drª Leila, para responder ao Senador Hélio Costa.

A SRª LEILA MACEDO ODA – Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço ao Senador Hélio Costa a pergunta. Hoje, o Brasil tem o pior cenário para essa questão. Por quê? Primeiro, porque a biotecnologia parece ser apenas a soja. Tem que ficar bem claro que a biotecnologia é muito mais do que a soja. Na medida em que centramos essa discussão na questão da soja, que, de certa forma, se resolveu com as medidas provisórias, que se transformaram em lei, estamos deixando de contemplar uma série de outras pesquisas de instituições públicas, como a Embrapa, Iapar e universidades, o que nos faz permanecer no atraso.

Por quê? A Embrapa, por exemplo, tem onze cultivares de soja geneticamente modificada que não pode ser oferecida aos agricultores por causa de todo esse entrave gerado. Paralelamente, a flecha da tecnologia foi lançada. Isso porque, hoje, o Brasil não tem somente a soja convencional – e são estimativas muito próximas da realidade –, cerca de 13% a 15% da safra do ano passado foi de soja geneticamente modificada. E com um agravante, pois, na medida em que não houve regulamentação desse processo, essas sementes não podem ser controladas. São sementes contrabandeadas, que não estão certificadas, que podem estar introduzindo pragas, que podem não estar proporcionando o rendimento que as sementes da Embrapa dariam.

Temos que resolver esse problema rapidamente. No entanto, não podemos voltar atrás, pois a flecha está lançada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passo a palavra ao Sr. João Paulo Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Obrigado, Sr. Presidente. Realmente, a questão colocada pelos Senadores Hélio Costa e Marco Maciel reafirma que este é um debate que temos de fazer. Temos de verificar qual será a decisão do Legislativo. De fato, estamos diante de um impasse.

É importante deixar claro, como V. Exª colocou, Senador, que o registro não é um carimbo. O FDA demora, às vezes, de quatro a dez anos para registrar um produto. Portanto, o registro não é um carimbo. Definiu-se que o órgão de registro para a questão ambiental seria o Ibama; para a questão de saúde, a Anvisa; para a questão de segurança agropecuária, a Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura; e, para questões que afetam aqüicultura e piscicultura, a Secretaria de Pesca.

Não é um carimbo que se aplica em um produto. O registro é um ato de análise e de decisão do órgão, porque, ao registrar, responde perante a sociedade por eventuais problemas. Por exemplo, quando a CTNBio aprova a biossegurança de um medicamento, isso vai para a Anvisa registrar. A Anvisa é dotada de um corpo técnico altamente qualificado que, ao registrar um produto, faz a sua análise. Se esse órgão identifica a necessidade de uma informação complementar, está privada de fazer isso? Quer dizer, nós vamos fazer uma lei que privará a Anvisa de ter esse papel? Se isso acontecer, é correto que a Anvisa registre? Porque uma alternativa seria que tivéssemos um sistema no Brasil em que o mesmo órgão – no caso, a CTNBio – que aprova a liberação comercial, no caso, que é o

que se está dizendo aqui, deveria também registrar e fiscalizar. Aí seria correto. Quer dizer, se a CTNBio tivesse essa tripla competência seria correto, porque estar-se-ia, perante a sociedade, respondendo com clareza: aquele órgão que autorizou e que, portanto, garante a biossegurança, ele também registra e fiscaliza, e qualquer eventual problema de saúde pública ou impacto ambiental que venha a ocorrer, a responsabilidade é daquele que registrou e aprovou.

Essa é a dicotomia. Hoje, na legislação brasileira atual, aprovada pelo Legislativo brasileiro, à qual nós estamos subordinados, delegou competências específicas a órgãos específicos. No caso de medicamentos, é competência exclusiva do Ministério da Saúde e da Anvisa. No caso da questão ambiental, é competência exclusiva do Ministério do Meio Ambiente e de sua agência, o Ibama. No caso da defesa agropecuária, é competência exclusiva da Secretaria de Vigilância Animal e Vegetal, do Ministério da Agricultura. Portanto, essa é a competência que estamos lhe dando.

É evidente que isso pode ser mudado. É evidente. Se o Senado entender que deve modificar a legislação no sentido de abrigar uma outra alternativa, isso pode ser discutido à luz da legislação atual. E nós concordamos. Não é apenas uma posição legalista. Entendemos que a legislação em vigor no País é a melhor, e, portanto, caberia, sim, aos órgãos de registro, e não a todos... Vejam bem, medicamento não passaria pelos órgãos da Agricultura e Meio Ambiente, nem da Pesca, evidentemente. Passaria apenas pelos órgãos, no caso, da Saúde.

Essa é uma questão, Senador, que precisamos de fato enfrentar aqui e tomar uma decisão sobre se realmente estaremos transferindo para a CTNBio todo o poder, inclusive da comercialização.

Gostaria também, Senador, no meu pronunciamento – acho que não fui feliz, e gostaria apenas de recuperar –, eu disse, de início, que ainda bem que temos a Embrapa, porque, diferentemente de outros países, temos pesquisas daquele órgão inclusive para alimentos de interesse da população de baixa renda e da agricultura familiar, como feijão, batata etc. Então, a Embrapa é um orgulho nosso, de fato. É uma empresa que precisa de muito mais apoio, de muito mais recursos.

Quando eu disse que "graças a Deus, não será apenas a Embrapa", não quis dizer em detrimento da Embrapa. Quis dizer que o Brasil possui hoje uma competência nas suas universidades e nas empresas privadas muito maior, e isso é bom para o País, porque, quanto mais instituições trabalhando nesse campo houver, melhor para nós. Mas o senhor tem razão. A Embrapa é a nossa pioneira, é uma empresa que nos orgulha e, mais do que isso, foi ela que, como o senhor bem disse, permitiu que o Brasil fosse o campeão da produção da soja convencional. Foi ela que adaptou essa planta, sem transgenia, para deixar a região subtemperada e tropical e chegar até o Piauí ou o Maranhão, do nosso Deputado Sarneyzinho.

Então, vejam bem, a Embrapa é que fez a melhoria desse produto, o que possibilitou a obtenção desse resultado. Então, concordo com V. Exª plenamente.

Agora, repito, encerrando esta minha intervenção. Este é o debate central, esta é a diferença central: o projeto de lei, de fato, faz a diferença. E aí, respondendo mais uma vez, Senador Osmar Dias, no caso da pesquisa, o projeto de lei resolve totalmente do ponto de vista da agilidade. Toda a agilidade que se pede, o projeto de lei, tal como está, resolve. Do ponto de vista da comercialização, o projeto de lei diz o seguinte: ao registrarem, os órgãos de registro terão seu papel. E o papel não será apenas de carimbar; será de registrar com responsabilidade e de fiscalizar o cumprimento daquele registro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bem, agora estou mais aliviado, porque pensei que tivesse feito uma pergunta muito agressiva. Mas, na verdade, a minha dúvida era também a de todo mundo. Até o Senador Marco Maciel, que tem toda a paciência do mundo, tem a mesma dúvida que eu, e até fez aqui uma manifestação contundente em relação à dúvida que tem.

Mas a dúvida se suporta em dados. Está aqui: o processo da batata, na verdade, demandou 15 meses, mais 89 dias; o do feijão, três anos.

Portanto, é preciso desatarmos esse nó. Primeiro, em relação à legislação em vigor, que não é boa, ou não estaria assim; e, em segundo lugar, a legislação que vem não pode ser pior do que a atual. E temo que ela piorará esse quadro aqui, pelos dados que recebi do meu professor Ernesto Paterniani, que podem até ser contestados, mas é difícil desmentir o que está escrito aqui, principalmente porque as fontes estão citadas.

Com base nisso é que fiz a pergunta que causou toda essa discussão. E fico feliz. Agora estou aliviado mesmo, porque percebi que não fiz uma pergunta besta – como dizemos no meu Estado –, mas uma pergunta que ajudou a esclarecer.

Com a palavra, o Sr. Silvino.

JOSÉ SILVINO DA SILVA FILHO – Respondendo à pergunta do Senador Hélio Costa, efetivamente, na nossa exposição, não houve a necessidade da indicação e de uma maior contundência na defesa da Embrapa, porque a nossa proposta encerra, em si, essa defesa.

Como é de conhecimento – e o Senador fez questão de mencionar –, os recursos destinados à Embrapa não seriam suficientes para atender à demanda hoje apresentada. Mesmo assim, a demonstração da excelência que é a Embrapa é a riqueza da contribuição que ela tem dado para a pesquisa científica no Brasil e o fato de hoje ser referência mundial em pesquisa agropecuária.

Então, a posição do Ministério da Agricultura traz em si a mais intransigente defesa da Embrapa, porque, de cada 250 pesquisas que são realizadas, uma vira produto. Se a Embrapa não tivesse uma garantia da possibilidade de utilização desse produto, estaria em uma condição, para a sociedade brasileira, muito pior do que a do investidor privado, porque, na realidade, estaria desperdiçando o recurso público que foi destinado ao patrocínio dessas 250 pesquisas que foram levadas a efeito.

No caso da soja efetivamente convencional, a Embrapa hoje tem o mérito da grande expansão e da melhoria da produtividade pela adaptação e pelo melhoramento genético que foi feito na variedade de soja convencional. Mas a Embrapa também tem hoje onze variedades de soja por ela desenvolvidas e aclimatadas, que estão também em condições de dificuldade de disponibilização dessa tecnologia.

Aqui não há defesa efetivamente do produto transgênico em si; não há defesa desse ou daquele evento alterado geneticamente. O que se está defendendo é a possibilidade de haver um regramento jurídico e um marco regulatório que permita a disponibilização de tecnologias que têm demonstrado eficiência – e essa eficiência é garantida pela própria empresa de pesquisa, que é a Embrapa – para o produtor brasileiro. Temos variedades – que hoje estão registradas com registro provisório, feito com base na Lei nº 10.814 – que efetivamente estão impossibilitadas de serem comercializadas.

Em razão disso, o que se busca na contribuição que o Ministério está trazendo a esta Casa, para a possibilidade de aperfeiçoamento desse projeto, é exatamente a demonstração de que, se a CTNBio é o órgão competente para liberar pesquisas – incluindo todas as etapas, desde a pesquisa confinada em laboratório até o experimento realizado em campo –, efetivamente não se poderia subtrair dela, na comercialização, também essa liberação, porque, na liberação da pesquisa, está embutida a análise quanto à nocividade que esse evento possa vir a ter para o meio ambiente. E isso está atendendo...

O SR. LUÍS MANUEL REBELO FERNANDES – Tenho receio apenas de estarmos em um diálogo de surdos, de não estarmos avançando.

Eu queria recolocar a questão, porque, se não tivermos compreensão em relação a isso, não avançamos. O real debate não é sobre termos uma instância política de liberação da comercialização **versus** uma instância técnica de liberação da pesquisa. É ponto pacífico que vai haver uma instância política de liberação da comercialização. Em todos os debates de que participei, não ouvi nenhuma voz discordar disso. A instância de liberação comercial é o Conselho Nacional de Biossegurança. E o Senado pode ajudar-nos neste debate: um dos elementos da decisão da liberação comercial no Conselho Nacional é um parecer técnico sobre a biossegurança do OGM. Não se trata de um parecer político, mas de um parecer técnico: compete exclusivamente à CTNBio isso ou é uma competência compartilhada pela CTNBio e outras instâncias do Governo? Esse é o debate. Outra alternativa é voltar a dizer: cabe à CTNBio liberar comercialmente. Creio que não surgiu no debate – pelo menos daquele do qual participei – qualquer proposta nesse sentido. Isso está remetido ao Conselho Nacional.

A grande questão é a seguinte: a quem compete dar o parecer técnico sobre a biossegurança do OGM que está sendo proposto. Essa é a questão em debate.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Hélio Costa quer falar. E eu gostaria de fazer uma solicitação aos convidados. Como o Senador Flávio Arns e o Deputado Sarney Filho ainda farão suas indagações, peço que seja assegurada ao Senador a oportunidade de falar e que as questões pendentes sejam introduzidas depois da manifestação do Senador Flávio Arns.

Agora, concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, que tem direito a réplica.

O SR. JOSÉ SILVINO DA SILVA FILHO – É exatamente em respeito à Mesa e à Presidência... porque havia sido dado um aparte e eu não havia conseguido ...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ah, sim. O senhor ainda não concluiu. Tem a palavra para concluir.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Então, o Sr. José Silvino* completa. Depois eu faço a minha intervenção.

O SR. JOSÉ SILVINO DA SILVA FILHO – Muito obrigado, Senador. Eu ia chegar a este ponto: o que está havendo com relação à discussão efetiva da competência da CTNBio frente à competência dos órgãos de fiscalização?

Está-se dando uma conotação de que a CTNBio estaria usurpando competência originária desses órgãos de fiscalização em razão do que diz a Cons-

tituição no art. 225. Na realidade, isso não é o que ocorre. O art. 225 diz que, na forma da lei, quando a atividade for potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, será realizado estudo de impacto ambiental.

Se recorrermos à Lei Ambiental, verificaremos que ela diz, em seu art. 8º, que, para as atividades que possam causar dano ao meio ambiente, será feito licenciamento ambiental.

O art. 10º da Lei Ambiental diz que, naquelas que são potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, será feito EIA – Estudo de Impacto Ambiental.

Automaticamente, está-se fazendo a regulamentação do artigo que diz "na forma da lei". O quê? Estabelecer um órgão colegiado para fazer a análise de potencial risco. Se o órgão diz que o produto é seguro, ele será tratado como uma semente qualquer. Não se faz licenciamento ambiental para a soja convencional. Não se faz licenciamento ambiental para o plantio do feijão convencional. Então, se esses produtos forem considerados seguros, não haverá necessidade do licenciamento ambiental, porque eles não causam impacto.

Esse é o cerne da discussão, para a qual queríamos contribuir. Muito obrigado e me desculpe, Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, a preocupação é exatamente porque, voltando ao depoimento inicial da Drª Leila Macedo, na exposição gráfica que fez por *slides*, S. Sª demonstrou que Estados Unidos, Canadá, China e Japão ouvem diretamente representantes da Saúde, da Agricultura e do Meio Ambiente. O parecer técnico da CTNBio vai fazer rigorosamente a mesma coisa? Ou seja, nesse parecer serão ouvidos representantes da Saúde, da Agricultura e do Meio Ambiente? Essa seria a complementação da pergunta que faria para a senhora.

A SRª LEILA MACEDO ODA – Muito obrigada, Senador. Eu não tive muito tempo para falar sobre o modelo regulatório. Pois bem, o modelo regulatório que o Brasil seguiu – e fez parte do primeiro grupo de países a adotar o modelo que segue o parecer da segurança de um comitê multidisciplinar – foi a Europa. Então, a lei brasileira espelhou-se num modelo europeu que adota uma comissão multidisciplinar composta de cientistas e de representantes dos respectivos ministérios e o **locus** para se proceder à análise da segurança de forma terminativa é essa comissão. Semelhante ao modelo europeu, o Brasil segue esse padrão.

No segundo bloco de modelos de países, que é o adotado por Estados Unidos, Canadá, África do Sul, Japão e China, não existe essa comissão, e o produto passa pelas três agências de governo. Ora, se vamos adotar esse modelo, em que os órgãos de governo, os respectivos Ministérios da Saúde, Meio Ambiente e Agricultura, julguem de forma terminativa sobre a matéria, não faz sentido ter o modelo da comissão. Então, não faz sentido ter uma CTNBio, porque estaríamos duplicando ações.

Nesse sentido, o projeto de lei que saiu da Câmara está misturando essas duas coisas, esses dois modelos, o que nenhum país do mundo executa. Quer dizer, o parecer terminativo da comissão da qual estarão participando o Ministério do Meio Ambiente, da Saúde e da Agricultura deve ser respeitado, do ponto de vista de segurança, pelos órgãos do governo. É assim que está funcionando em todos os países.

A minha sugestão é que, se não chegarmos a uma resolução desse impasse, não justifica de maneira alguma ter uma comissão, pois estaremos duplicando ações.

Apenas gostaria de complementar e dizer por que é importante termos o mesmo compromisso com a avaliação de segurança para pesquisa e comercialização. Tenho um dado da Embrapa, do Dr. Eduardo, aqui presente, e responsável pelo feijão transgênico e a cana-de-açúcar, que diz que a Embrapa está tentando negociar um financiamento de um projeto de cana-de-açúcar resistente à seca, que é fundamental para a nossa agricultura do semi-árido do Nordeste. O montante do projeto é de 2 milhões. As agências deixaram claro que, se não houver um rápido retorno dessa pesquisa para a sociedade, esse projeto não poderá ser financiado. Quer dizer, se não for possível comercializar rapidamente, e ficarmos nesse impasse sobre quem decide a segurança, esse projeto não será negociado, o que acarretará um grande prejuízo social e econômico.

Nossa sugestão é: se os senhores não tiverem clareza desses dois modelos, de quem deve decidir, acaba-se com a CTNBio, e o produto vai para os três órgãos, onde se decidirá a questão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Hélio Costa encerrou?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Da minha parte, muitos dos questionamentos já foram esclarecidos.

Creio que o debate está sendo bastante interessante e elucidado, do ponto de vista de vários aspectos. Sabemos que a questão econômica está muito envolvida neste debate todo.

Parabenizo os Ministérios aqui presentes pela visão unificada que o Governo conseguiu em relação a esse assunto.

Apesar de o Ministério da Agricultura ter dito que, de uma certa forma, se subordinou à conclusão do Governo, dando a entender que talvez não concordasse inteiramente com a exposição feita, entendo que tem que ser assim mesmo. Trata-se de uma decisão de governo, e, eventualmente, opiniões particulares têm que se subordinar à decisão que o Governo tomou. A explicação foi muito bem dada nesse sentido. Temos que, na verdade, parar de ter cada um a sua opinião, mas, no final, o que deve valer é a opinião do Governo sobre esse assunto. Isso ficou bastante claro, e as opiniões vão convergindo, o que não quer dizer, como o próprio Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia considerou, Dr. Fernandes, que possa haver debates ainda, com a participação do próprio Governo, do próprio Executivo nessa conversa, nesse diálogo. O Capobianco também falou de uma maneira clara que isso também pode evoluir.

Parabenizo particularmente o Ministério do Meio Ambiente, que tem uma preocupação e um trabalho intenso, compatibilizando com o desenvolvimento econômico, com iniciativas ecologicamente adequadas, para preservação e manutenção do meio ambiente.

Gostaria de fazer ainda duas perguntas. O Dr. Silvino referiu-se ao princípio da precaução, que está expresso no art. 225 da Constituição Federal. Por meio desse princípio, o Poder Público, na verdade, tem que ter a absoluta certeza prévia de que a saúde e o meio ambiente não vão ser afetados por um produto. Em relação à pesquisa da soja, por exemplo, quando não se tem essa certeza ainda em nível de Brasil e de mundo – não existe uma conclusão definitiva em relação à questão da soja –, como a soja poderia ser autorizada? Não estaríamos violando o princípio constitucional de que não basta ao Governo acompanhar ou fiscalizar, mas o Governo tem que ter o conhecimento, a certeza prévia de que o produto não vai causar problema algum para o ser humano e para o meio ambiente? Gostaria que o Dr. Capobianco e a Drª Leila pensassem e dessem uma resposta a essa questão.

Ao mesmo tempo, quanto ao registro, o Dr. Capobianco foi muito claro, dando o exemplo da Anvisa. Eu até perguntava ao Senador Hélio Costa como funciona nos Estados Unidos, onde há o Food and Drug Administration, que trata da administração de comida e remédio. Se a CTNBio decidir por um determinado caminho, a Anvisa e todos os demais órgãos vão simplesmente carimbar a decisão da CTNBio ou terão ainda condições de verificar algum outro aspecto? E se fizer mal para a população futuramente? Só vemos se muitas coisas fazem bem ou mal depois de dez, quinze, vinte anos. A pesquisa ainda não evoluiu o suficiente. Quem seria o culpado nesse sentido, chamado à responsabilidade: a CTNBio ou a agência nacional responsável pelo registro, pelo licenciamento, pela comercialização? Essa questão realmente não ficou clara.

Acho fundamental para o consumidor que saibamos o que estamos consumindo. Quero saber se o que estou consumindo é um organismo geneticamente modificado ou não, para eu, como consumidor, tomar a decisão se quero eventualmente consumir o produto ou não. Por que não estar clara na legislação a rotulação? Apesar de estar em processo de comercialização, por que não está claro que deve constar do rótulo se o organismo é geneticamente modificado ou não? Isso é um direito do consumidor. Muitas pessoas no Brasil dizem que se pode plantar, que, para exportar, há que se colocar que se trata de organismo geneticamente modificado.

Pergunto ao Dr. Silvino e à Drª Leila por que não deixar claríssimo que a rotulação tem que existir para preservar o direito do consumidor de saber o que está sendo comercializado?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. João Paulo Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Senador, este debate está sendo excelente. De fato, estamos chegando a um momento extremamente importante do debate. Saímos do debate desorganizado, inclusive de agressões mútuas, para a identificação de pontos cruciais que diferenciam as posições. Há, de fato, posições diferentes e elas não podem ser tratadas como a favor ou contra. Tenho certeza de que todos estão querendo encontrar o melhor projeto. Não há dúvida de que todos aqui estão querendo encontrar o melhor projeto.

O Governo decidiu por um caminho e sua posição foi separar o processo: pesquisa, de um jeito, e comercialização, de outro. E o Governo, o Presidente da República encaminhou o projeto de lei à Câmara dos Deputados, decidiu que cabe aos órgãos de registro um papel. Na realidade, o Governo não inovou, apenas cumpriu a legislação em vigor. Ou seja, determinou que, ao registrar, deve-se assumir a responsabilidade pelo ato e, portanto, ter certeza de que aquele registro feito quanto à proteção ambiental, saúde pública, defesa agropecuária ou para questão de saúde relacionada à piscicultura, está assegurado.

Portanto, é fundamental que se esclareça que o projeto incorporou, em seu início, o princípio da precaução, está pautado nesse princípio. Tomemos como exemplo a soja, que, sabemos, representa o menor dos problemas. Ela não é planta nativa brasileira, não tem parentes silvestres e sua polinização é fechada, ela não cruza grandes distâncias, como o milho. Então, o potencial de a soja provocar impacto ambiental via transferência de gene, por exemplo, é muito limitado, embora tenha problemas em relação a agrotóxicos.

Temos problemas muito mais sérios, como o algodão, o milho. No caso do algodão, o Brasil é centro de dispersão de algodão. Então, temos problemas nessa produção, que teremos que resolver, e, com um bom zoneamento, poderemos avançar muito, resolver o problema parcialmente.

Esse assunto não é simples, exige análise caso a caso. O próprio relatório da FAO é claro nesse sentido. Quem leu o relatório constata claramente que a organização não faz uma defesa apaixonada dos transgênicos. Ela fala do potencial dos transgênicos e, claramente, da necessidade de análise de risco caso a caso. O relatório diz mais, que, embora não tenham evidenciado nenhum problema de saúde, não há ainda nenhum estudo de longo prazo que nos garanta que não haverá impacto sobre o meio ambiente. Mas é evidente que não podemos criar um entrave nacional para eventuais impactos e não fazer nada. Temos que operar, garantir monitoramento e trabalhar com segurança.

A questão central é o papel dos órgãos. Repito que, se o Senado considerar que não compete aos órgãos nenhum papel, dever-se-ia criar uma agência de biossegurança, transferir para ela a responsabilidade pelo registro e pela fiscalização.

Ao finalizar, gostaria de dizer que não se trata de um projeto que trate de questão ambiental. Seria um equívoco insistir nessa tese. Não se trata de projeto de natureza ambiental específica, como tem sido dito aqui. É um projeto que trata da saúde pública, de segurança agropecuária, portanto, muito mais que ambiental.

A Anvisa tem procedimentos próprios consagrados por leis, por portarias, por instruções normativas. E o seu registro terá de obedecer a essas normas ou, então, teremos, de uma única penada, revogar todas as portarias, instruções normativas e decretos específicos da Anvisa para que ela possa se subordinar a uma outra comissão.

Desculpem-me, mas não poderia deixar de falar da rotulagem, que está plenamente garantida. O art. 33 do projeto de lei, que não envolve comercialização especificamente, de forma bastante explicita, diz:

> Os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, conforme o regulamento.

Já dispomos de regulamentação. Então, isso está garantido na lei.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço a V.Sª.

Concedo a palavra à Drª Leila.

A SRª LEILA MACEDO ODA – Obrigada, Senador.

Concordo em parte com as observações do Dr. Capobianco, principalmente no que diz respeito ao princípio da precaução, quer dizer, o risco zero não existe. Costumo dar um exemplo do que é o princípio da precaução, que é internalizado pela Lei de Biossegurança: quando queremos atravessar uma rua perigosa, com base no princípio da precaução, olhamos para um lado e outro, observamos o sinal e atravessamos a rua. Isso é o princípio da precaução. O que muitos têm denominado como princípio da precaução é, na realidade, o princípio da inércia, ou seja, não atravessar a rua. Esse é o princípio da inércia.

Estamos adotando o princípio da preocupação ao observamos a Lei de Biossegurança, porque reconhecemos que essa tecnologia tem quer ser analisada caso a caso. Aprioristicamente, não estamos definindo que essa tecnologia é perigosa, porque, se estivéssemos definindo assim, todos os OGMs seriam degradadores do meio ambiente. Mas estamos dizendo que existem OGMs e OGMs. Para tanto, temos que ter uma instância multidisciplinar, que é esse modelo adotado até hoje, com competência para analisar a matéria. Todavia, se reconhecermos que essa comissão multidisciplinar não tem competência para analisar a segurança da matéria, teremos que mudar a lei, inclusive o **caput** da lei, o primeiro artigo, que trata do art. 225 da Constituição, que diz respeito às questões ambientais e incorpora nela também a segurança para a saúde humana.

Na realidade, no nosso entendimento, essa lei é uma legislação ambiental específica, sim, para essa tecnologia, porque em seu **caput** e art. 1º diz que ela está regulamentando um artigo da Constituição que trata de competência ambiental, considerando que essa tecnologia tem que ser analisada caso a caso, e não que aprioristicamente todos os OGMs são perigosos.

Quanto à rotulagem, concordo com o que disse o Dr. Capobianco: já existe um decreto de rotulagem no País. A rotulagem está também regulamentada no Código de Direito do Consumidor. Mas não podemos confundir rotulagem com a segurança. Se o produto

transgênico, orgânico ou convencional está disponível para o consumidor na prateleira do mercado, ele é seguro. Temos que separar bem a discussão entre rotulagem e segurança. Hoje, ao considerar-se a rotulagem, parece que o transgênico é menos seguro que o orgânico e o convencional, quando isso não é verdade. Se consideramos assim, não devemos aprovar o produto para comercialização, pois estaríamos sendo irresponsáveis. O Governo estaria sendo irresponsável ao autorizar a comercialização da soja.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Outro exemplo que poderia ser dado a esse princípio da precaução é a realização ou não de audiência pública. Podíamos ter ficado com o princípio da inércia, isto é, não ter realizado audiência pública, não ter discordado. Mas, se não houvesse discordância em relação ao projeto, não precisaria haver audiência pública, pois todos estariam pensando da mesma forma. É normal haver discordância, mas é preciso que as pessoas respeitem a opinião de pessoas que pensem diferentemente dela.

Concedo a palavra ao Silvino.

O SR. JOSÉ SILVINO DA SILVA FILHO – Obrigado, Senador.

Senador Flávio Arns, a nossa exposição inicial diz respeito exatamente ao princípio da precaução. Na realidade, a lei, ao estabelecer o marco regulatório, dá o pleno atendimento ao princípio da precaução, estabelecido na Convenção de Biodiversidade. A ausência de certeza científica não pode retardar a aplicação de normas, de regras. Automaticamente, ao se estabelecer essa sistemática, essa lógica regulatória, criando-se um órgão colegiado técnico-científico de alto nível para dirimir a existência ou não de risco, se está atendendo aos preceitos de precaução. A biotecnologia, ao se analisar caso a caso, diz que o risco é desconhecido. Em razão disso, deve- se eleger uma plêiade de *experts* com grau de doutor para dizer se há riscos ou não. Se houver risco, estará perfeitamente enquadrado no princípio constitucional que determina a realização de estudo que implique impacto ambiental; se não houver risco, ela será tratada como os comuns e vai aos órgãos de fiscalização que originariamente têm competências comuns para os comuns. Com registro ou sem registro, com ou sem licenciamento ambiental.

No caso da soja, o Estado brasileiro, ao liberar a comercialização e produção da soja por duas safras, pautou-se na certeza de segurança dada pela Resolução nº18 da CNTBio e o Comunicado nº 54, que deram pela segurança da soja geneticamente modificada. Essa certeza vem também em decorrência de alguns anos de utilização da soja convencional sem registro de casos de alergia, por exemplo, ou outro qualquer.

Com relação à rotulagem, essa é a posição do advogado que representa o Ministério, a despeito de ser uma matéria que não tem relação com a matéria tratada no PL, que trata de biossegurança, mas o atendimento à exigência constitucional do direito de informação do consumidor, automaticamente a ser tratado em legislação própria, mesmo assim, por precaução, o projeto de lei traz um artigo que disciplina isso.

Quero fazer mais um registro diante da palavra do doutor Capobianco e respondendo a observação que ele fez. Quando eu digo da subordinação do Ministério da Agricultura, eu não vejo nenhum demérito nisso. Pelo contrário. Sou servidor público há 30 anos e, efetivamente, a vontade que foi estabelecida a partir do debate dentro do Governo está respeitada; a nossa participação aqui também percorre do respeito ao Senado Federal, que ao nos convocar nos permite trazer contribuições na busca de um aperfeiçoamento do PL apresentado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Silvino.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – De fato, concordo que não existe demérito nenhum. Chegamos num contexto de discussão com vários pontos de vista e pode ser que alguns desses pontos no final não estejam contemplados, mas nós todos nos subordinamos ao ponto de vista, no nosso caso específico, do Governo. Isso é algo que deve ser enfatizado em todas as instâncias para que eventuais opiniões divergentes se subordinem, com todo o mérito, à decisão coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos ouvir o Deputado Zequinha Sarney, ex-Ministro do Meio Ambiente, que certamente tem uma contribuição a dar ao debate.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Nobre Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, parabéns a esta Comissão e a V. Exª, em especial, por promover este importante debate, que, tenho absoluta certeza, irá ajudar muito no aperfeiçoamento desse projeto. Eu costumo dizer, nobre Presidente, que nenhum projeto do Executivo que venha para o Congresso sai piorado; todas as vezes, ele sai melhorado. Na Câmara, já houve grande melhora no projeto original do Governo.

Mas algumas questões eu quero colocar bem rapidamente, Sr. Presidente, já que estamos a uma hora bastante avançada. A professora Leila abordou a questão principal, no meu modo de ver, qual seja, tratamentos misturados entre aquilo que alguns países adotam no sentido de biossegurança. A proposta que veio da Câmara, na realidade, não é uma proposta

apenas da Câmara, é também do Governo, porque teve o aval do Governo Federal. Portanto, o Ministro da Agricultura, o Ministro da Ciência e Tecnologia, a Ministra do Meio Ambiente vieram e participaram de reuniões com as Lideranças, concluíram que esse era o melhor projeto para o Governo e ele passou a ser um projeto do Governo. É lógico que mudou aquilo que veio da Câmara, mas é importante que deixemos bem claro isto: não foi um projeto dos ambientalistas nem do Ministério do Meio Ambiente que foi aprovado na Câmara; foi um projeto do Governo, altamente negociado, não com Deputados, mas com setores da sociedade.

Sr. Presidente, gostaria de pontuar uma questão muito importante para esta discussão. Muita gente falou, inclusive V. Exª, sobre a demora nas autorizações dos pedidos para pesquisa. É importante ressaltar que isso tudo só ocorreu por causa da questão da Monsanto. A CTNBio liberou o plantio da Monsanto. O Idesc entrou na Justiça, que interrompeu esse processo, exigindo, com base no art. 225, que fossem feitos os estudos de impacto ambiental. Portanto, não foi a burocracia do Ibama, não foi a vontade política de Ministério nem de Governo; foi a Justiça. Essa questão não está definitivamente resolvida. Se, por acaso, o Senado resolver aprovar o substitutivo do Deputado Aldo Rebelo, ela continuará uma questão pendente. Há três ADIns contra a medida provisória do Governo, que hoje é lei, e nenhuma dessas ADIns foi julgada até hoje pelo Supremo. Essa Corte tem dificuldades em julgar porque sabe que, à luz da lei, essas medidas são inconstitucionais. Por isso, o Supremo até agora não se pronunciou, porque realmente criaria uma confusão entre aquilo que de fato já ocorreu e tem ocorrido e aquilo que o Supremo poderia eventualmente decidir.

Então, passado o projeto do Deputado Aldo Rebelo tal como está, não tira da interpretação judicial a possibilidade de achar – no meu modo de entender, corretamente – que os estudos de impacto ambiental são necessários para qualquer liberação comercial de transgênico.

Sr. Presidente, V. Exª citou há pouco a questão da França e da Europa. Na França e na Comunidade Européia não existe comercialização de produtos transgênicos. Eles estão acabando de discutir o fim da moratória agora. Foi feita a pesquisa, mas essa pesquisa não foi comercializada lá. Quero usar as palavras da própria Embrapa – Embrapa e os Transgênicos –, que diz assim: "Portanto, a atuação da Embrapa deve ser pautada pelo desenvolvimento e atualização permanente para a conquista e domínio das técnicas de produção de transgênicos seguros, com finalidade de alcançar autonomia nessa área de biotecnologia, sem entrar no mérito de quando e como a produção comercial de transgênico deva ser liberada".

A Embrapa, evidentemente um órgão científico, não está preocupada com os lucros eventuais do seu produto de pesquisa, está preocupada com a pesquisa. A pesquisa não tem nenhuma relação com a comercialização. É um absurdo, é uma forçação querer confundir pesquisa com comercialização. São duas cosias distintas. É evidente que, a partir do resultado da pesquisa, se consegue o lucro comercial, se for liberada. Mas são suas coisas distintas, a busca científica e o progresso nessa área. A que, aliás, não somos contra. O Partido Verde é a favor. Não somos contra a transgenia. Somos a favor do princípio da precaução.

Ora, Sr. Presidente, a transgenia, como todos nós sabemos, é uma forçação da natureza. Jamais ocorreria naturalmente o que ocorre no processo das transgenias. O produto mais antigo tem oito anos de uso no mercado. Ainda é cedo para se saberem os malefícios, tanto na saúde quanto no meio ambiente. Na saúde, já se sabe mais, porque o homem é homem em qualquer lugar, e os Estados Unidos são muito precavidos nisso. Mas, no meio ambiente... Até em relação à própria soja. Antes, só tínhamos estudos da soja em climas temperados. A soja está sendo plantada agora nas bordas da Amazônia, a maior biodiversidade do mundo, o ar-condicionado do mundo, patrimônio do Brasil, mas patrimônio da humanidade, sem que tenha sido feito estudo de impacto ambiental. E por que está ocorrendo isso? Porque a própria Monsanto se negou durante seis anos a fazer esses estudos. Há uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, nobre Presidente, pedindo isso, e a Monsanto se negou. A Monsanto insistiu na força, insistiu na força, e conseguiu, num ato de força, a liberação, sem que a legislação nacional tivesse sido integralmente cumprida.

Então, o nosso entendimento, Sr. Presidente, é justamente de que a lei que veio da Câmara, discutida com a sociedade, aprovada pelos segmentos do Governo, é boa. Ainda mais se formos ver que, na constituição da CTNBio, existem representantes de todos esses Ministérios. É porque estamos seguramente contaminados com a questão da Monsanto. A Monsanto contaminou o processo de discussão. Será impossível que um representante do Ministério do Meio Ambiente ou da Saúde, num processo de discussão dentro da CTNBio, não peça estudos complementares. Há um perfeito vínculo entre esses representantes e seus Ministérios. Então, isso não vai ocorrer. Só vai ocorrer em casos excepcionalíssimos, se é que vai ocorrer.

A lei é boa, a lei atende à ordem jurídica nacional, a não ser que alteremos o art. 225, o art. 200 e

mais outros dois artigos da Constituição, para que essa lei não tenha problemas jurídicos, como já teve anteriormente.

Então, Sr. Presidente, eram essas as rápidas observações que queria fazer sobre esse tema, entendendo que o grande entrave às pesquisas está resolvido e que a comercialização, como os prazos dados, com a composição da CTNBio, não irá gerar nenhum tipo de problema ou atraso. Ao contrário, o Brasil vai sair na frente no modelo diferenciado, mas um modelo forte, firme e seguro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bom, audiência pública é assim mesmo, cada um fala o que pensa. Alguns concordam, outros não. Eu estou presidindo a reunião e é claro que não vou debater com o Deputado Zequinha Sarney, mas, com algumas coisas que foram ditas, sinceramente, eu não posso concordar. Principalmente quando S. Exª disse que a Europa só faz pesquisa por pesquisar. A Europa comercializa, tanto é que acabo de comprar o milho Bt 11. Então, é uma informação que não corresponde à realidade, e nós não podemos deixar que fique como uma informação definitiva.

E, em relação à situação legal, não vejo neste mapa que os cientistas me trouxeram. Esta não é a primeira audiência pública que faço; já fiz um seminário sobre transgênicos quando era Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e para cá vieram todas as correntes, contrárias, favoráveis, cientistas, políticos. No ano passado, fizemos duas audiências públicas com cientistas; agora, estamos fazendo a primeira e amanhã faremos outra, numa mistura de correntes, de opiniões, e vamos ouvir todas. Mas, o que deve prevalecer sempre é a informação verdadeira sobre o que está ocorrendo, para não distorcermos o debate.

Aliás, quero dizer que não estou aqui defendendo a liberação geral dos transgênicos. Estou defendendo é a regulamentação por uma lei que não interfira de forma negativa na ciência, na tecnologia, na pesquisa, no desenvolvimento do País, e que nós tenhamos, sim, todas as cautelas determinadas pelo meio ambiente, pelo Ibama, porque nenhum cientista que está nesta sala ou que está pelo Brasil afora trabalhando é irresponsável de querer contaminar o meio ambiente e causar dano à saúde humana. Nós todos temos o mesmo objetivo final, mas precisamos nos entender quanto aos métodos para chegar a esse objetivo.

Agora, não vejo também nenhum pesquisador fazendo pesquisa para chegar ao ponto final da pesquisa e dizer: "fiz uma pesquisa bonita", e jogar na gaveta. A pesquisa é feita para ter conseqüência e o seu produto final ser comercializado. Se não, a Embrapa também tem que começar a rever onde está pondo o dinheiro. Nós sabemos que a Embrapa sofre com a falta de dinheiro, que as instituições privadas também têm falta de dinheiro; agora, se estão fazendo pesquisa por aí para jogar numa gaveta, Deus me livre! Esse dinheiro não pode ser gasto assim.

Tem a palavra o Silvino.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra, pela ordem, V. Exª.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – É que esta reunião está sendo gravada e eu posso ter me feito entender mal. Não faltei com a verdade aqui quando disse...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu entendi mal, então.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Então, V. Exª entendeu mal. O que eu disse é que, desses produtos de pesquisa, nenhum deles foi comercializado. Dos de pesquisas feitas lá. Se eu estiver errado, gostaria de saber o nome de um desses produtos da França, plantado, pesquisado e comercializado lá. É isso que eu gostaria de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Espanha fica na Europa, não fica?

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Eu falei da França.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª fez referência à Europa.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Falei da França, e falei da Europa como um todo; mas, especificamente, foi a França que foi citada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ah! Está bom. Então, foi um problema geográfico só.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Não, é um problema de país. E a França, nem por isso, deixou de fazer experiências.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Espanha fez, comercializou – e a Espanha continua na Europa.

Com a palavra, o Silvino.

O SR. JOSÉ SILVINO DA SILVA FILHO – Queria pedir permissão para pedir um aparte na fala do nobre Deputado José Sarney Filho. É só para fazer um esclarecimento efetivo. A submissão à tutela jurisdicional ou a solicitação da tutela jurisdicional que foi colocada faz com que hoje esteja a discussão posta no Judiciário. Não temos, efetivamente, ainda uma posição do Judiciário. No Tribunal da 1ª Região, em Brasília, a decisão ainda não foi tomada; mas, no Tribunal da 5ª Região, no Estado de Pernambuco, temos uma decisão definitiva, transitada em julgado. O Tribunal entende que, ao adotar o posicionamento da CTNBio como órgão exclusivo

para definir a possível nocividade de um produto para o meio ambiente, não estaria ferindo a Constituição. A prova é que, em razão disso, o Tribunal liberou o milho destinado à ração animal, tendo em vista que ele tinha um parecer favorável da CTNBio.

Então, a posição não está aceite. Essa discussão foi submetida ao STJ, mas, por uma tecnicidade processual, o Ministério Público achou por bem solicitar a retirada da ação do STJ por entender que estaria desfeito o conflito tendo em vista que a decisão do Tribunal da 5ª Região foi acatada e que, no Tribunal da 1ª Região, não havia decisão.

Para efeito de esclarecimento, não há um posicionamento definido sobre essa questão judicial, pois há posições contrárias de tribunais de mesma hierarquia. O assunto já poderia estar resolvido pelo STJ, mas o Ministério Público o retirou, infelizmente.

Outro problema é em relação à Embrapa, que, como empresa pública, não pode visar lucro. Mas o grande lucro que a empresa busca é exatamente a possibilidade de socialização dos produtos por ela pesquisados ou do resultado de suas pesquisas, senão não estaria atendendo ao interesse público, que é o grande norte das suas ações. Se a Embrapa tem pesquisa e não pode disponibilizá-la socialmente, automaticamente não estará atendendo ao interesse público que orientou a sua própria criação.

Essas eram as duas observações que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Antes de passar a palavra a cada um dos convidados para as considerações finais, vou inverter a ordem. Em vez de começarmos com Luiz Manoel, começaríamos com José Silvino.

Peço que todos sejam objetivos, para que possamos encerrar a reunião, pois temos problema de horário também aqui no Senado.

Eu gostaria de comunicar que, amanhã – já convido o Deputado Zequinha Sarney para estar presente na audiência pública de amanhã –, estarão presentes o Subprocurador-Geral da República Aurélio Virgílio Veiga Rios, o Presidente da Contag, Manoel José dos Santos, o Presidente da CTNBio, Jorge Almeida Guimarães, o Diretor da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Hernan Chaimovich, a Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Giaci Zancan, e o Vice-Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Luiz Roberto Baggio. Então, são seis convidados.

O Senador Juvêncio da Fonseca sugeriu que eu convidasse Francisco Aragão, da Embrapa, para também estar presente. Eu faço o convite, mesmo não tendo sido aprovado em requerimento. Se for preciso, aprovaremos na próxima reunião, porque penso que esse debate merece que dispensemos determinadas formalidades.

Eu posso até submeter o requerimento agora mesmo, porque temos a presença dos Senadores.

Está submetido o requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amanhã, então, o Francisco Aragão, da Embrapa, poderá fazer parte do debate.

Eu fiz a divisão dos convidados de forma a que estivessem presentes, para debater, pessoas contra e a favor, para estabelecer o contraditório. Mas é claro que, às vezes, há mais gente de um lado do que do outro. É impossível saber com antecedência, mesmo porque não conhecemos a posição de alguns.

Amanhã realizaremos essa audiência pública. Sobre células-tronco e embriões pretendemos também fazer uma audiência, pois são assuntos da área de competência desta Comissão de Educação. Se esse assunto OGM não for esgotado na audiência de amanhã e mais pessoas quiserem se pronunciar, nós vamos convidar. Já fizemos seminários, várias audiências públicas – esta é a terceira –, vamos esgotar o assunto antes de votar, até porque eu ainda não saio daqui hoje com todas as dúvidas esclarecidas.

Então, estamos procurando ouvir todos, porque todos têm direito a dar sua opinião e ter a sua opinião respeitada.

José Silvino, com a palavra para as suas despedidas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes das conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra V. Exª, Senador Flávio Arns, pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria de dizer que a audiência de hoje foi muito proveitosa e elucidativa. Talvez nem todas as dúvidas tenham sido esclarecidas, mas pelo menos já se deu um bom encaminhamento nessa direção.

Parabenizo as pessoas presentes pela qualidade das apresentações.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estou de acordo com a opinião de V. Exª.

Com a palavra, o Sr. José Silvino.

O SR. JOSÉ SILVINO DA SILVA FILHO – Muito obrigado, Senador.

Pediria licença aos senhores para também, tendo em vista a exposição final, uma vez que foi feita a inversão da ordem de apresentação, inverter a ordem

da exposição inicial que eu fiz, em que concluí por solicitar ou buscar demonstração da possibilidade de aperfeiçoamento do PL para a solução definitiva do problema da soja hoje no Brasil.

Efetivamente, estamos diante de uma urgência, que é o calendário agrícola, que se aproxima. Temos todo o suporte do sistema de certificação, que é dado para as certificações adicionais para exportações da China etc., no caso da soja. Está pautada na Resolução nº 18 e no Comunicado nº 54 da CTNBio. Há sementes com registro provisório, feito sob a égide da Lei nº 10814, sementes essas desenvolvidas pela Embrapa, pela Codepar, órgãos públicos de pesquisa, pela Codetec, pela Monsoi. Temos sementes em condições de serem certificadas pelo Ministério da Agricultura e em condições de serem disponibilizadas para que se evite a utilização de sementes que não tenham origem.

Com isso, estaríamos também fortalecendo o próprio sistema nacional de sementes, que foi conquistado pelo Brasil e respeitado no exterior, em um trabalho de quinze anos que vem sendo realizado pelo Ministério da Agricultura, para o fortalecimento desse sistema nacional de sementes, que está com a possibilidade de sofrer algum percalço em razão da utilização dessa semente hoje sem origem.

Então, para que isso venha a ocorrer, far-se-ia necessário a transformação do registro provisório dessas sementes autorizadas pela Lei nº 10.814 em registro definitivo. Para tal, é necessário a manutenção ou o reconhecimento de manutenção de todos os comunicados e resoluções emanadas pela CTNBio, tendo em vista que serviram de suporte técnico para demonstração da certeza que o Estado tinha da segurança dos produtos quando liberou a comercialização por dois anos seguidos.

Se nós não reconhecermos esses comunicados e pareceres, nós estaríamos tirando esse suporte técnico do próprio Governo como um todo, deixando uma situação, quando nada, de instabilidade jurídica.

O outro ponto, volto a afirmar, é a possibilidade real de aperfeiçoamento do PL pela busca de manutenção e respeito à lógica, que, na nossa visão, a lógica perfeita é a do processo regulatório, que é a análise caso a caso para os OGMs, o reconhecimento de que não existe presunção legal de risco para o OGM, mas sim um risco desconhecido – por esse motivo, a eleição de um colegiado científico para promover essa análise. E, em razão da unicidade lógica regulatória, que essa análise seja reconhecida tanto para pesquisa como para a comercialização. A comercialização, após a análise científica, se subordinaria à análise de conveniência e oportunidade político-econômica a ser dirimida pelo Conselho Superior.

Esse Conselho, hoje, tem 17 ministros, e sabemos que praticamente é muito difícil a junção de todos esses Ministros com a periodicidade que as suas incumbências impõem. Isso porque a eles estaria delegada a responsabilidade de liberação comercial de todos os OGMs e seus derivados e, pelo volume que temos, os Ministros não teriam condições hábeis de promover essas reuniões. Então, o que se propõe é que essa competência fique adstrita à convocação desses Ministros e que o número efetivo do Conselho possa vir a ser reduzido.

No mais, quero enaltecer mais uma vez o avanço que o PL trouxe com a possibilidade de liberação, de análise e fiscalização da pesquisa pelo órgão científico no qual está elaborado o decreto.

Coloco-me à disposição de todos os senhores. No Ministério da Agricultura, há também a Comissão de Biossegurança, que vem discutindo diuturnamente o assunto. Estamos à disposição do Senado.

Queremos agradecer a oportunidade da convocação e o privilégio de podermos contribuir com esse mister que é colocado ao Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Sr. José Silvino.

Concedo a palavra ao Sr. Getúlio Pernambuco, da CNA.

O SR. GETÚLIO PERNAMBUCO – Obrigado, Senador.

Na verdade, só quero dizer que os agricultores estão aumentando a sua competitividade nos mercados nacional e mundial justamente por causa da combinação entre redução do custo de produção, que tem sido possibilitado por essa nova tecnologia, e aumento de produtividade. Creio que, nesses últimos dez anos, isso foi bastante significativo.

Obviamente que os preços das principais *commodities* dos produtores brasileiros são dados pelo mercado internacional. Então, por exemplo, há cálculos realizados no sentido de que os produtores brasileiros, por terem justamente uma quantidade maior de soja tradicional, nem por isso estão recebendo um preço maior. Ou seja, não existe uma remuneração por isso. Muito pelo contrário. A questão da deficiência de infra-estrutura e de portos está retirando a renda dos produtores rurais. É o caso dos produtores do Paraná, que recebem em média US$10.00 por tonelada, em relação ao mesmo produtor da Argentina; é o caso dos produtores do Mato Grosso, que recebem US$30.00 por tonelada a menos do que o mesmo produtor da Argentina, por causa exatamente da deficiência de infra-estrutura, ou seja, estradas, rodovias e questão portuária.

Portanto, realmente, essas questões de distinção de preços de produtos geneticamente modificados e produtos tradicionais ainda não existem no mercado mundial. O que existe é um preço único, determinado pela Bolsa de Chicago, e claramente ele está identificando muito mais um preço de soja transgênica, até porque 75% ou mais da produção norte-americana é transgênica, e 100% da soja comercializada pela Argentina é transgênica. Ou seja, temos, como referencial, um preço de produtos transgênicos, nem por isso os produtores brasileiros estão recebendo um preço maior.

Nós, da CNA, estamos à disposição de V. Exªs e do Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Sr. Getúlio.

Passamos a palavra à Drª Leila Oda.

A SRª LEILA MACEDO ODA – Obrigada, Excelência.

Eu queria tecer umas considerações finais. Às vezes, fica parecendo que esta discussão visa muito mais ao progresso do agronegócio brasileiro e à questão econômica do País, o que é absolutamente importante. Mas, no nosso entendimento, essa tecnologia, que é uma nova ferramenta, veio muito mais com a preocupação de diminuir, hoje, os impactos que a agricultura impõe tanto para a saúde humana como para o meio ambiente. Se, por um lado, a chamada revolução verde trouxe benefícios para a produção de alimentos, ela trouxe desvantagens e preocupações ambientais sérias com relação à contaminação do nosso ambiente e dos nossos trabalhadores.

Os cientistas, atentos a essa questão, propuseram uma nova ferramenta, como os documentos que apresentamos para os senhores.

Hoje, citamos a China porque ela é um exemplo de agricultura familiar e que tem investido nessa tecnologia com o objetivo principal de diminuir os problemas de intoxicação dos seus trabalhadores e de contaminação ambiental com os chamados defensivos agrícolas.

É lógico que a preocupação da China é também com a economia do país e com o que essa tecnologia pode trazer, mas a nossa preocupação neste momento, como cientistas, é que não podemos nos alienar do processo e não apenas nos preocuparmos em publicar os nossos artigos científicos, mas sim em ver esse retorno dessas nossas pesquisas para a sociedade brasileira. Queremos, rapidamente, ver a solução dessa questão.

Então, quando falamos sobre quais são os riscos de usar essa tecnologia, eu gostaria de deixar uma pergunta para os senhores: quais são os riscos para o Brasil de não usar essa tecnologia?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Drª Leila.

Passo a palavra a João Paulo Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Senador Osmar Dias, Senador Flávio Arns, Deputado Sarney Filho, todos os membros da Mesa e demais participantes, queria, mais uma vez, parabenizar a Comissão, porque a reunião foi muito boa.

Peço desculpas pelo início da minha intervenção. A reunião foi excelente, porque pudemos clarear questões. Estamos num momento muito positivo, em que, finalmente, podemos reunir pessoas que estão, cada uma com seu ponto de vista, com o mesmo objetivo – isso foi bem dito pelo Senador Osmar Dias. Mas há posições diferentes, extremamente diferentes. Essa foi a tônica desta reunião.

Não há dúvida de que a biotecnologia e uma parte dela, a transgenia, têm um potencial enorme. Não há dúvida com relação a isso e temos, de fato, de nos capacitar, viabilizar e apoiar as ações, pesquisas e atividades que permitam que o Brasil tenha o domínio dessa tecnologia e possa, caso a caso, decidir o seu uso, nas condições adequadas, sob os pontos de vista ambiental, de saúde pública, do interesse econômico e político. Não há dúvida com relação a isso.

Todos estamos de acordo e o projeto de lei procurou preservar esse acordo. Esse é um acordo que já está feito. Ele foi obtido depois de um longo processo de debate. Esse acordo não foi feito no início.

A própria Drª Leila Oda há de concordar comigo que, no início deste debate, as questões estavam muito mais polarizadas. A questão de "sim" ou "não" aos transgênicos ainda era um objeto de debate. Isso está encerrado. Não há posição nem contra nem a favor de que o Brasil detenha condição e competência para ter o controle dessa tecnologia a serviço do País. Isso é um consenso nacional. Isso foi um avanço.

Trata-se agora, realmente, da forma, do enfoque. Esse é o ponto em que os Senadores terão um papel central.

Sob o ponto de vista do Poder Executivo, após um processo exaustivo de debate interno, coordenado diretamente pelo próprio Presidente da República, chegamos a uma conclusão. A conclusão a que o Poder Executivo chegou foi a de que a CTNBio tem um papel altamente relevante, E que esse papel é terminativo em relação à pesquisa, mas não em relação à comercialização.

Esta é a posição do Governo: no processo de registro, há, ainda, uma responsabilidade dos órgãos de registro, conforme prevê a legislação.

Portanto, essa é a diferença central que precisamos demarcar.

Se o Senado brasileiro entender que não cabe aos órgãos de registro nenhuma participação durante o processo, no sentido de definir, inclusive, se necessário, eventuais estudos, é uma decisão que tem que ser adotada e implementada dessa forma, porque aqui está a decisão final. O Senado, depois da Câmara dos Deputados, é a decisão final, e isso será implementado.

Agora, queria destacar que nós entendemos – e gostaria apenas de frisar isto – que temos a obrigação de melhorar o serviço público. Quer dizer, temos deficiências em todos os órgãos públicos, nós sabemos disso, e a nossa obrigação é de melhorar essas atividades. E não acho que é com a retirada de competência que se melhora. Acho que se melhora capacitando, exigindo, pondo prazos. A lei pôs prazos, definiu ritos e, nesse sentido, acho que ela é extremamente exigente com os órgãos públicos.

E mais, ao criar a Comissão Nacional de Biossegurança com Ministros, evidentemente que retirou dos órgãos do Poder Público o poder discricionário total sobre os encaminhamentos e as decisões a respeito disso. Hoje, esses órgãos respondem a um Conselho de Ministros. Isso é muito importante, porque garante transparência ao processo e impede que eventuais abusos de um ou outro órgão possam prejudicar questões importantes, de relevância nacional.

Acho que, portanto, encerrando, o projeto escolheu um caminho, que agora deve ser objeto de análise do Senado, para verificar se concorda com esse caminho que foi escolhido. Mas é importante frisar essa diferença e que, para nós, o papel dos órgãos de registro deve ser mantido no projeto.

Muito obrigado, Senador. E, mais uma vez, desculpe pelo início da minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Capobianco.

Passo a palavra ao Luís Manuel Fernandes.

O SR. LUÍS MANUEL REBELO FERNANDES – Queria agradecer ao Senador Osmar Dias e a todos os Senadores presentes pelo convite para participar deste debate. Acho que é um debate muito importante.

Talvez, no calor dos argumentos, acho que a professora Oda chegou a dizer que, se não fosse preservado o papel da CTNBio como órgão responsável pelo parecer terminativo técnico sobre qualquer projeto de biossegurança, para a comercialização não valeria a pena ter essa lei. Eu queria dizer o seguinte: acho que a lei é importante, porque, do pondo de vista do Ministério da Ciência e Tecnologia, ela garante a CTNBio como órgão que libera a pesquisa científica e tecnológica no País, e isso em si já é um grande avanço em relação à situação anterior.

Como foi mencionado antes, essa lei teve um longo processo de tramitação dentro do Governo e, agora, está fora do Governo, está no Poder Legislativo. Inicialmente, esteve na Câmara e, agora, no Senado.

Quero dizer que há problemas na lei. E aqui quero me pronunciar enfaticamente, em nome do Ministério da Ciência e Tecnologia, que a proibição embutida na lei da pesquisa com célula-tronco é um brutal retrocesso para o País, com conseqüências extremamente negativas para a saúde pública.

Até concordo com esse encaminhamento que foi dado aqui no Senado, porque, de fato, não deveria estar dentro dessa lei. A questão foi introduzida no meio do processo de maneira inadequada.

Só queria fazer um apelo, em nome do Ministério da Ciência e Tecnologia, para que seja garantida a deliberação conjunta, mesmo se isso for retirado, porque, se for simplesmente retirado, vale a proibição anterior. E isso é um brutal retrocesso para a ciência no País. Então, acho que o Senado tem uma responsabilidade grande nessa questão.

Meu tempo está terminando, e vou fazer apenas duas reflexões que acho importantes. Sobre o princípio da precaução, entendo que ele está preservado no próprio formato do marco regulatório que está inscrito no projeto. No entanto, esse é um princípio que temos que debater, porque não há possibilidade, no âmbito científico, de certeza absoluta prévia. Certeza absoluta remete a uma outra dimensão, que é a dimensão da fé, não da ciência. No âmbito da ciência, o que podemos fazer é controlar riscos, e há instrumentos maiores para uma decisão adequada de controle de risco. Qualquer inovação embute risco. Se interpretarmos o princípio da precaução como a eliminação da possibilidade de risco, a conseqüência é a paralisia da ciência, do avanço, do progresso. Quer dizer, é uma posição obscurantista, reacionária, em última instância.

Então, o que nós queremos são instrumentos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. LUÍS MANUEL REBELO FERNANDES – Não, eu só estou levantando a questão para debate. Não estou polemizando diretamente. Apenas acho que essa é uma questão importante. Temos que controlar riscos. É parte de um debate mais geral termos que controlar riscos, e temos que tomar decisões adequadas, tecnicamente fundamentadas.

Isso remete para essa questão de fundo, onde talvez esteja o coração da nossa divergência, que é se, para um parecer técnico para biossegurança de um organismo geneticamente modificado visando a uma deliberação política sobre a sua comercialização, a CTNBio deve ser a instância terminativa dessa avaliação ou não.

Do ponto de vista do Ministério da Ciência e Tecnologia, a CTNBio deve ser a instância terminativa. Essa é a nossa interpretação, mesmo porque os órgãos de fiscalização estarão presentes ou podem ser acionados na CTNBio por meio dos Ministérios aos quais estão vinculados para a análise concreta de cada caso que for submetido para avaliação da CTNBio. Isso preserva o papel das agências de fiscalização no próprio momento do parecer da CTNBio sobre um pedido apresentado.

Este é o ponto para ser debatido, se esse formato é o mais adequado ou não, se é ou não constitucional. Cabe ao Senado, nesse processo, posicionar-se diante dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado. Deputado Zequinha Sarney.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, acredito que duas sugestões têm aqui a unanimidade: devemos reabrir a discussão sobre célula-tronco e a CTNBio como liberador da pesquisa. Quanto a isso, não há problema.

Mais uma vez, Sr. Presidente, quero enaltecer a iniciativa desta Comissão. Estamos começando a debater a matéria. Dentro disso, pergunto, por exemplo: e se o voto do Ministério da Saúde for vencido na CTNBio, ou o voto do Ministério do Meio Ambiente? São questões sobre as quais devemos avançar. Seria o voto do Ministério do Meio Ambiente uma possibilidade de remeter aos estudos de impacto ambiental? Se pensarmos que a CTNBio tem realmente esse poder terminativo, temos que verificar a estrutura sobre a qual ela vai funcionar. E aí o Senado pode dar também uma contribuição bastante efetiva nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado.

Gostaria mesmo de, ao encerrar, complementar o ditado chinês que a Drª Leila colocou. Quando o Capobianco falou, ficou parecendo o seguinte: que fiz crítica ao Ibama e, então, quero desqualificar o servidor público. Não. Quero qualificar o servidor público. Quando faço crítica, faço no sentido de que façamos este debate sem aquele conteúdo fundamentalista, que possamos debater tecnicamente, politicamente, sem o fundamentalismo. Foi isso que eu quis dizer. As palavras, quando pronunciadas, não voltam; as atitudes, também.

A maior demonstração, eu dei na semana passada. Quando o Governo encaminhou para cá uma medida provisória para taxar os inativos, eu votei contra. Isso é respeito ao servidor público. Votei contra a proposta de taxar os inativos, como já votei contra a reforma da previdência. São atitudes que não deixam dúvida quanto ao respeito que tenho aos servidores públicos deste País.

Quanto a dividir, disse no começo que foi uma proposta que fiz ao Senador Aloizio Mercadante numa reunião informal. O Senador Aloizio Mercadante tem permitido o debate, com a Oposição inclusive, de assuntos polêmicos, como foi a Medida Provisória nº 164, e agora em relação a esse assunto, e tem me convidado para conversar, debater. Além de me sentir honrado, tenho participado e dado a minha opinião. Foi a minha opinião que ele considerou razoável; mas isso não significa que já tenha sido tomada a decisão de dividir o projeto em dois. Apenas isso está em discussão e, se depender da minha posição, vai ser dividido tanto é que estamos dividindo o debate aqui também.

E vamos fazer audiências públicas para debater célula-tronco e embriões com a mesma celeridade com que estamos fazendo este debate e dando – digamos assim – o mesmo ritmo, se depender de nós, da nossa Comissão. Ocorre que ainda não há uma decisão tomada pelos Líderes da Casa, porque aí a decisão não é do Governo, mas dos Líderes.

Quero dizer que vamos ter que votar esse projeto. E, aqui, quando se vota, não dá para voltar atrás. Você votou e ficou a sua marca para sempre. E eu quero dar o meu voto com a consciência tranqüila de que não estou prejudicando o País nem nenhum ser humano quando dou um voto aqui. Por isso, esse debate tem que ser feito. Mesmo que a gente discorde, conteste, proteste, brigue, vamos ter que chegar àquela que seja a melhor lei para o País. Não sob o meu ponto de vista ou sob o ponto de vista de um segundo ou terceiro. O que deve valer aqui é o interesse do País, e tenho certeza de que, em relação a isso, todos nós nos entendemos.

Quero agradecer a todos e dizer que, amanhã, estaremos aqui novamente. Todos os que quiserem comparecer estão convidados. Vamos continuar a debater para votarmos com absoluta convicção do que estamos votando.

Obrigado, senhores convidados, Senador Flávio Arns, Deputado Zequinha, e todos que compareceram a esta audiência pública.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de maio de 2004.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Maguito Vilela, Valdir Raupp, José Maranhão, José Jorge, Efraim Morais, Maria do Carmo Alves, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Roberto Saturnino, Luiz Otávio, Marco Maciel, João Ribeiro e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Comparecem à reunião os Senhores Senadores Ney Suassuna (PMDB/PB) e Eduardo Suplicy (PT/SP) não membros da Comissão e o Senhor Deputado Francisco Sérgio Turra (PP/RS). Deixam de comparecer os Senhores Senadores Hélio Costa, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Roseana Sarney, Sérgio Guerra e Antero Paes de Barros. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 20-CE, de 2004, de autoria do Senhor Senador Osmar Dias, que tem como objetivo ouvir os Ilustríssimos Senhores: Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador Geral da República; Jean Marc Von Der Weid, Assessor de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio; Hernan Chaimovich Guralnik, Diretor da Academia Brasileira de Ciências – ABC; Glaci T. Zancan, Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Luiz Roberto Baggio, Vice-Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e Francisco José Lima Aragão, Pesquisador de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 09, de 2004 que "Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências". Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com os convidados. Usam da palavra os Senhores Senadores Osmar Dias, autor do requerimento, João Capiberibe e o Deputado Francisco Sérgio Turra. O Senhor Presidente Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Srs. Senadores, Srªs e Srs. Convidados, vamos dar início a 18ª reunião ordinária da 2ª reunião legislativa ordinária, da 52ª Legislatura, para a segunda audiência pública desta fase de debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, que regulamenta os incisos II, IV e V, do § 1º do art. 225, da Constituição Federal que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM, e seu derivados. Cria o Conselho Nacional de Biossegurança, CNBS; reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, CTNBio;, dispõe sobre a política nacional de biossegurança; revoga a Lei nº 8974; de 5 de janeiro; a Medida Provisória 1209, de 23 de agosto de 2001 e dá outras providências.

Apresentei este requerimento propondo a realização das audiências públicas, até porque em duas reuniões que fizemos com o Senador Aloizio Mercadante, que é Líder do Governo, tanto Governo quanto oposição entendem que este projeto está atrasado, deve ser votado e nós temos um problema em relação a próxima safra que vai ser plantada. Não queremos precipitação, mas queremos regulamentar o assunto para evitar problemas judiciais que poderão ocorrer a partir do mês de agosto, caso este projeto não esteja aprovado, regulamentando o tema.

Como já falei na audiência pública de ontem, como Presidente da Comissão de Educação, eu atendi o apelo do Senador Aloizio Mercadante, mas quero

fazer um apelo aos Senadores, principalmente os que compõem a base do Governo. São audiências públicas valiosas, com a participação de pessoas que entendem do assunto e que estabelecem aqui o contraditório; entidades e cientistas com representatividade e que têm posições contrárias e posições favoráveis.

Os Senadores para formar uma base de conhecimento para votar o projeto devem aproveitar essas audiências públicas para ouvir, para debater, para perguntar, clarear as dúvidas. E por isso eu faço um apelo para que os Senadores da Comissão de Educação compareçam à Comissão de Educação, principalmente os da base do Governo, porque essa audiência pública está sendo realizada para atender o apelo do Governo. Eu que sou de um partido de oposição estou aqui realizando audiências pública, porque entendo que o assunto é importante, de extrema gravidade para o momento que o País vive. Nós precisamos aprovar um projeto regulamentando o tema, mas, para aprovar, precisamos saber o que vamos votar e para saber precisamos ouvir quem conhece. E procuramos fazer uma seleção de entidades, as quais conhecemos as suas posições, como disse, algumas contrárias, outras favoráveis, algumas entendendo que o projeto que foi aprovado pela Câmara está bom, outras não. E nós queremos dar oportunidade para todos os Senadores saberem o que vão votar.

Então, renovo aqui o apelo ao Líder do Governo Aloizio Mercadante para que fale com os Senadores da base do Governo para que participem do debate, com o objetivo de valorizarmos aqui a presença daqueles que vão falar e trazer luz sobre esse tema que é, como eu disse, muito importante.

Hoje são convidados Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da República; Jean-Marc von der Weid, Assessor de Política Agrícola Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Contag; Jorge Almeida Guimarães, Presidente da CTNBio; Herman Chaumovic, Diretor da Academia Brasileira de Ciências, ABC; Glacir Zancan, Conselheira da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, SBPC; Luiz Roberto Baggio, Vice-Presidente da OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras; Francisco José Lima Aragão, Pesquisador de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Empresa Brasileira e Agropecuária, Embrapa.

Devo dizer que nós realizamos aqui uma audiência pública muito concorrida, debatendo os pontos centrais do projeto, as dúvidas principais, principalmente em relação à composição e competência da CTNBio, que é o nó principal, a dúvida, ou a certeza, dos cientistas em relação ao ponto de estrangulamento do projeto aprovado pela Câmara. Segundo os cientistas, há problemas em relação à aprovação dos experimentos para os trabalhos de pesquisa, porque é preciso tempo demais para que esses experimentos sejam aprovados, o que pode significar prejuízo e retrocesso para o desenvolvimento científico do País.

Estou aqui presidindo, mas como autor do requerimento, também desejo fazer algumas indagações no dia de hoje.

Quero anunciar, com satisfação, a presença do Deputado Francisco Turra, que foi nosso Ministro da Agricultura, também um interessado e conhecedor do assunto, e está aqui para acompanhar este debate. Vamos seguir a seqüência da lista de convidados. Ontem, concedi dez minutos para cada convidado e, depois, cada um pôde falar mais sobre o projeto durante o debate. Eu pediria aos convidados que se concentrassem mais na questão prática do projeto que está sendo discutido para que pudéssemos, realmente, extrair da audiência pública um resultado que possa orientar o voto dos Senadores.

Esta reunião está sendo gravada. As notas taquigráficas estarão à disposição e faremos chegar às mãos de cada Senador desta comissão o resultado desta audiência pública.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da República.

O SR. AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS – Bom dia a todos.

Minhas primeiras palavras são de agradecimento ao Senado da República, na pessoa do nosso Presidente da Mesa.

Quero iniciar dizendo o que eu não vou falar. Eu não vou falar sobre o que eu não sei. E o que eu não sei? Não sendo um pesquisador da área de ciências biológicas, menos ainda da área de biotecnologia, vou me abster de falar de assuntos sobre os quais não tenho nenhuma possibilidade de contribuir nesta discussão sobre o Projeto de Biossegurança.

Dessa forma fica mais fácil estabelecer sobre o que pretendo falar para V. Exªs e para a audiência nesta reunião, que é sobre a visão do Ministério Público a respeito desse projeto e de algumas questões que eu já antevejo que possam ser potencialmente conflituosas, caso se opte por esse ou aquele projeto.

Quando se trata da regulamentação de um assunto que tem base na Constituição, neste caso específico, no art. 225, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, fala-se, evidentemente, na possibilidade da intervenção do Estado nisso ou pelo menos na possibilidade de o Estado regulamentar essa atividade. Parece-me que sobre isso não há dúvida.

Nós reputávamos boa a Lei nº 8.974, que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Não víamos nela nenhum grande problema, a não ser na questão da interpretação desse ou daquele dispositivo. O nosso maior problema era justamente com um decreto regulamentador da lei, mas havia na Lei, no Projeto nº 8.974, com as alterações feitas pelo Senador Marco Maciel, algumas vantagens e algumas inovações, reconhecidas inclusive no panorama internacional, uma delas era a possibilidade de se ter ou de se tentar ter uma política de biossegurança e um órgão que estabelecesse essa política, ou que, pelo menos, tentasse regular como seria feito o procedimento, quem pesquisa sobre o gene, como pesquisa, qual é o interesse desses pesquisadores e quais seriam os critérios para uma eventual aprovação em escala comercial de qualquer organismo geneticamente modificado.

Houve um problema, que não foi pequeno, causado na época por um veto do então Presidente da República, justamente, num aspecto central da lei que era a criação da Comissão Técnica Nacional de Biosseguraça. Houve um veto de Sua Excelência sob o argumento de que se tratava de uma matéria cujo projeto de lei era de iniciativa do Presidente da República. Portanto, preferiu-se, naquele momento, vetar os artigos que criaram a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para depois se imaginar um projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo tratando da infra-estrutura administrativa do novo órgão que fosse cuidar dos pedidos de liberação de organismos geneticamente modificados ou de plantas transgênicas, ainda que em escala experimental.

O decreto acabou ressuscitando a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, o que gerou uma imensa polêmica jurídica e depois novas medidas provisórias vieram a criar, **a posteriori** , a CTNBio e dar um efeito retroativo aos seus atos, pareceres e instruções normativas.

Dito isso, era importante que V. Exªs saibam que havia, e ainda há, um dissídio judicial a respeito da primeira liberação em escala comercial da soja **roundup ready.** Houve uma impugnação, em 1988, pelo Idec, através de uma ação civil pública, o Ministério Público também ingressa nos autos em favor de dois princípios, que hoje me parecem estar razoavelmente assentados, mas na época não havia nada quem dissesse que era necessário observá-los. A primeira questão é do licenciamento ambiental, como condição para a liberação, em escala comercial, dos organismos geneticamente modificados. Não havia nenhum óbice com relação às pesquisas. O segundo é a questão da rotulagem, que me parece hoje está assentado através do Decreto nº 4.680, do Governo Federal, que estabelece a rotulagem de todo e qualquer produto oriundo de organismos geneticamente modificados, que tenham na sua composição pelo menos 1% de organismos geneticamente modificados.

Por que esses dois pontos eram importantes e nos pareceu essenciais? Porque a própria questão da rotulagem colocava um outro ponto em questão, que não foi observado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e nem pela política agrícola da época, que era a questão da segregação. Como se estabeleceriam as formas de segregar os produtos que fossem considerados convencionais, orgânicos e geneticamente modificados, na hipótese de se viabilizar a autorização, em escala comercial, da então soja geneticamente modificada.

Essa é uma questão que também foi mal resolvida e fomos atropelados por uma situação de fato. A situação de fato a que me refiro – e a respeito da qual todos sabem aqui – foi o absoluto descontrole que houve em relação aos últimos plantios de soja, sobretudo no Rio Grande do Sul.

Em que pese haver uma norma, a Lei nº 8.974, inclusive decisão judicial em duas instâncias, o fato é que em larga escala se plantou soja **roundup ready** no Rio Grande do Sul, o que gerou alguns impactos não só dentro da ordem jurídica, mas, também, dentro da escala comercial, inclusive dentro de conflitos entre Estados da Federação, como se verifica hoje entre a possibilidade de regulamentação disso no plano sanitário ou ambiental, por parte do governo do Estado do Paraná, em contraste com a praxe que vem sendo adotada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, se alguma contribuição eu posso dar à discussão desse projeto é sobre o que acho que não deve ser feito, sobre o que acho que seria extremamente complicado e potencialmente conflitivo. Uma delas é dar à CTNBio poderes que acho que ela não tem, que não lhe foi dado por lei e extrapolá-los para uma espécie de análise política, inclusive de impactos socioeconômicos, que aliás nunca foram feitos. Sem falar que em relação à soja **roundup ready** ainda há um procedimento na Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, que hoje já está com processo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica sobre a questão de eventual venda casada e de prática de posição dominante no mercado por uma determinada empresa transnacional.

Então, essa é uma questão que tem que ser bem pensada: qual é exatamente o mandato da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança? Ainda que possamos concordar que em relação à pesquisa devam ser simplificados os procedimentos para que ela possa

ocorrer de forma mais rápida é necessário não descuidar dos critérios e dos princípios que levam a essa regulação. O próprio projeto diz que se trata de regular o art. 225, inciso I, que é controlar as atividades potencialmente perigosas ao meio ambiente.

Essas medidas de precaução ou as medidas de cuidado que o Governo deve tomar em relação aos eventuais impactos disso têm que ser consideradas pela nova lei. Têm que ser consideradas dentro de um regime de regulação que diga o que cada um deve fazer. No caso da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, já podemos adiantar uma crítica. A primeira, pela sua falta absoluta de estrutura administrativa. À exceção da Secretaria Executiva, ela não tem estrutura de fiscalização, sequer para monitorar devidamente esses estudos. A segunda, em relação a dar a si mesma uma atribuição que não está prevista na Constituição e nem em lugar algum, a de analisar sob o ponto de vista da política agrícola ou sob o ponto de vista da política ambiental, dentro da idéia da transversalidade, sobre os impactos disso tanto na área ambiental quanto na área sanitária e os seus impactos socioeconômicos.

Portanto, nesse aspecto, ainda que com algumas correções parciais, nos parece boa a idéia de fazer essa divisão: ter um conselho político para decidir sobre política e um conselho técnico para decidir sobre questões técnicas.

Nesse aspecto, o projeto que veio da Câmara, apesar de algumas incongruências – isso é verdade e precisa ser dito, até porque é fruto de uma negociação política, tenho a impressão de que nenhuma das partes nela envolvidas está inteiramente satisfeita, como acontece com todo o projeto de lei que passa pelo Congresso Nacional – é fruto de uma ampla negociação e que não necessariamente o ideal é possível.

Já que o meu tempo encerrou, eu gostaria de, nessas palavras preliminares, alertá-los que este é um projeto de grande importância para o País e que precisamos cotejá-lo, não só à luz dos interesses comerciais inequívocos que estão atrás disso, mas, também, à luz dos interesses do Estado, sobretudo em relação à biossegurança e à questão da proteção ambiental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Dr. Aurélio.

Contamos com a presença do Dr. Jorge Almeida Guimaraes, Presidente da CTNBio, que estava no Senado já há um bom tempo, só que na outra sala, na sala errada. Agora ele está na sala certa, e vamos poder ouvi-lo também.

Fui surpreendido agora, e acho que é uma novidade, por um novo projeto tratando do mesmo tema e que foi protocolado ontem, no Senado, pelo Senador Ney Suassuna. O projeto tem a mesma ementa daquele que estamos discutindo. E, pelo Regimento, eles terão que tramitar conjuntamente, não é isso? Ou tem preferência? Alguém tem que pedir a tramitação conjunta. Pela rápida lida que fiz do projeto do Senador Ney Suassuna, S. Exª está propondo algumas alterações, como por exemplo, em relação as células-tronco, embriões e também em relação às competências da CTNBio. Parece-me que é um projeto muito parecido com o relatório do Aldo Rebelo. Estou falando ainda sem muita certeza porque acabo de dar uma rápida lida, e ele foi protocolado ontem. É apenas para noticiar que agora temos dois projetos no Senado.

O segundo convidado a usar da palavra é o Sr. Jean-Marc von der Weid, da Contag. O Senhor dispõe de dez minutos.

Há um microfone, caso o Senhor queira falar de pé.

O SR. JEAN-MARC VON DER WEID – Bom dia. Os agradecimentos serão rápidos. Agradeço aos Senadores e à Casa pelo convite. Tenho um tempo curto, por isso vou entrar diretamente no assunto.

Arrisco-me de parecer um pouco contundente por causa da pressão do tempo. E as afirmações que farei aqui não terei tempo suficiente para sair dizendo da onde tirei, onde demonstrei, mas posso demonstrar tudo e qualquer frase que eu disser aqui. A quem quiser questionar ou pedir mais informações, deixo o e-mail da ONG em que trabalho, ASPTA, que está assessorando a Contag neste momento: ASPTA@ASPTA.ORG.BR.

A primeira discussão antes de entrar no projeto de lei propriamente dito é saber se queremos ou não fazer avaliação de risco ambiental, de risco para a saúde do consumidor, se isso é ou não uma questão fundamental. Isso é uma premissa que deveríamos ter antes de começar a discutir se os procedimentos vão ser assim ou assado, feitos por tal ou qual organização. O argumento de que os organismos tipo o Ibama ou a Anvisa tenham sido ineficientes na forma de avaliar os riscos ambientais, os riscos para a saúde não é uma explicação suficiente, a meu ver, para que se retire deles essa competência e se atribua a outros, que ainda não sabemos que competências e capacidades terão para responder a essas necessidades.

Por isso, temos que começar por perguntar: qual a importância dessa avaliação de risco para a saúde, risco ambiental? A pressão que estamos vivendo atualmente está sempre na direção de diminuir o cuidado, o rigor nessas avaliações de risco. Primeiro, dizia-se que havia um atraso nas pesquisas, que os procedimentos para liberação das pesquisas eram demasiadamente

lentos. Isso foi discutido amplamente e introduzidas as correções para facilitar esses procedimentos no projeto da Câmara.

Mas se passa a discussão do problema da velocidade da liberação da pesquisa para a velocidade da liberação comercial. Isso é uma questão de outra natureza, com outra margem de riscos, que são mais sérios já que estamos fazendo duas coisas que podem ter impacto: um, na saúde, porque estamos falando de alimentos que podem afetar uma enorme população; e dois, meio ambiente com produtos que não se podem retirar uma vez liberados na mídia. Não estamos falando de coisas que possam ser facilmente isoladas no caso de se constatar, no futuro, que elas têm problemas para o meio ambiente. Quer dizer, elas são provavelmente impossíveis de serem isoladas.

Na verdade, temos que nos preocupar e o público tem que saber onde está a preocupação dos Senadores e, enfim, de todas pessoas que lidam com esse assunto em relação à saúde do consumidor e, podemos dizer, à saúde do meio ambiente.

Ora, a questão levantada é a seguinte: essas pesquisas que garantam a saúde são longas, caras e, por isso, não devem ser feitas? Essa é uma pergunta mal colocada e devemos avaliar da seguinte maneira: sim, podem ser caras e, sim, podem ser longas. Na verdade, a única vez em que se fez algum tipo de avaliação dessa natureza foi nos Estados Unidos pelos pesquisadores da Food and Drug Administration, no começo dos anos 90. Os cientistas do FDA debateram qual seria o procedimento correto a ser utilizado para liberar os transgênicos comercialmente, quer dizer, com segurança. Eles trabalharam com várias hipóteses. A primeira era estabelecer um protocolo, um sistema de avaliação específico, porque muitos deles consideravam que era um produto inteiramente diferente, que necessitava de procedimentos específicos e diferenciados para a sua avaliação de risco. Isso resultou em pressões, contra-pressões e orientações da Casa Branca. Era um período em que o Reagan estava dando muita ênfase em procedimentos de aumentar a competitividade da indústria americana, e essa era uma das vertentes. Ele disse: vamos adotar uma formulação menos complexa. A formulação menos complexa proposta era a de utilizar os critérios de análise dos aditivos alimentares para os transgênicos antes de liberá-los. Em média, isso representava, segundo avaliações do próprio FDA, mais cinco anos de pesquisa e U$25 milhões para cada liberação. Ora, isso também provocou uma reação, até natural, de qualquer indústria que investiu dez anos para produzir certo produto e gastou de 100 a 300 milhões para desenvolvê-lo. Se alguém chega e diz que você precisa de mais cinco anos e mais 25 milhões, evidentemente, qualquer empresa reagiria, tentando evitar que isso fosse feito. A obrigação do organismo americano de segurança era dizer: isso é uma necessidade. E eles disseram: também por injunção política e decisão finalmente política, essas fórmulas foram sendo afastadas até que foi decidido que não era necessário exigir qualquer tipo de avaliação de risco para a saúde; e mais, baixou-se uma ordem de silêncio aos técnicos e cientistas do FDA.

Isso aí foi revelado posteriormente, por meio até de mandado judicial. Existem extratos e reprodução de todos os documentos de debates internos do FDA, na época. Quem tiver interesse, posso circular com todas as declarações com nomes, datas, endereços etc.

Ora, esse fato aponta para quê? Esses cientistas avaliavam que, sim, havia riscos e que era necessário investimento e tempo para que eles fossem avaliados. Não sendo feito isso, as fórmulas que foram adotadas acabaram sendo perfeitamente anticientíficas, porque se declara que o risco não é um risco maior; é uma declaração, não há uma demonstração de que seja verdade, e libera-se. O que vem sendo afirmado insistentemente é uma espécie de demonstração pelos fatos, não por uma demonstração científica. Os americanos consomem transgênicos há nove ou oito anos; não houve nenhuma hecatombe que pudesse provar que isso não faz mal, e, portanto, não faz mal. Há uma série de falácias nessa afirmação.

A primeira é que, sim, houve problemas. Alguns foram detectados claramente, com algumas dezenas de mortos, alguns milhares casos de internação grave, no caso de um aditivo alimentar produzido com transgênicos que obteve esse impacto e foi detectado. Agora, a segunda questão é a seguinte: não havendo rotulagem, não havendo monitoramento e acompanhamento científico, é impossível estabelecer relação de causa e efeito entre o consumo de determinado produto, seja ele qual for, e um efeito qualquer.

Constatou-se, nos Estados Unidos, nos últimos dez anos, um aumento exponencial nos casos de intoxicação alimentar sem causa identificada. Teria sido por causa dos transgênicos? Pode ser e pode não ser. Ninguém sabe, ninguém acompanhou. No caso da Inglaterra houve um aumento de 50% de alergias provocadas pelo consumo de derivados de soja, a partir da introdução no mercado da soja transgênica. Isso é uma relação de causa e efeito? Ninguém pode provar, mas, também, ninguém pode provar o contrário. Esses são os problemas que estamos vivendo: a falta de pesquisas.

Um levantamento feito por pesquisadores em uma universidade da Espanha, que compõe a base de dados da área de saúde, diz que o número de pes-

quisas especificamente dirigidas para a avaliação de segurança para a saúde de transgênicos é extremamente baixo, da ordem de dezenas, e todos elas, tanto as que dizem que não têm indicação de risco, quanto as que dizem que têm indicação de risco, dizem que os prazos foram muito estreitos para se chegar a uma conclusão.

Finalmente, é preciso lembrar o seguinte. Há 25 anos, quando se começou a utilizar carcaças de animais como proteína animal em ração para animais, também houve uma série de afirmações de que isso não provocaria risco nenhum. Foram, digamos assim, ridicularizados os cientistas que levantavam esse tipo de risco, até que quinze anos depois, ou mais, chegou-se à conclusão de que, de fato, com o mal da vaca louca existiam problemas.

Então, creio que a necessidade de se ter prudência e de se fazer um investimento necessário é muito grande. Darei um salto rápido, somente para duas ou três afirmações que, espero, possamos desenvolvê-las depois, na questão econômica. Se estivéssemos diante de um produto extremamente vantajoso do ponto de vista de mercado, de custos de produção, poderíamos – e acredito que sempre deve ser feito – cotejar risco-benefício. Não existe uma discussão de risco absoluto, nem de benefício absoluto. Eles têm de ser sempre avaliados, em função dos seus ganhos e dos seus riscos.

Na verdade, não há nenhuma constatação de ganho econômico significativo com a utilização dos transgênicos que até hoje estão no mercado. Isso são pesquisas feitas por pesquisadores americanos e que não foram contestadas até agora. Posso distribuir para V. Exªs essas pesquisas, com dados bem concretos. O único caso em que há uma vantagem significativa, que se manteve no tempo, foi o algodão transgênico, o algodão BT. Quer dizer, no caso, a soja RR foi a que menos resultado obteve e o do milho BT foi também de baixo resultado.

O balanço econômico, tanto do milho BT como da soja RR, nos Estados Unidos, na média das pesquisas de cinco anos feitas e terminadas em 2002, indica que ambos trazem mais prejuízo econômico do que os seus equivalentes convencionais. Como todos os dois são altamente subsidiados pelo governo americano, os agricultores não estão pagando esse preço. Mas, a realidade é que eles não estão se mostrando competitivos a longo prazo. Por que eles continuam sendo produzidos? Há um processo de monopolização da oferta de sementes no mercado, isso é um problema considerável. Temos que avaliar, no nosso caso, poucas empresas interessadas na divulgação de transgênicos...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) ***(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)***

O SR. JEAN MARC VON DER WEID – Já vou terminar, Sr. Presidente, só um segundo.

Ou seja, havendo dificuldades de acesso a sementes convencionais e, finalmente, nos Estados Unidos, no particular, o medo de muitos agricultores em serem processados no caso de contaminação de suas safras, de suas produções, por transgênicos, dada a legislação americana ser extremamente rigorosa nesse sentido. E já existiram vários casos de agricultores que, mesmo sem plantar transgênicos, foram processados e tiveram que pagar multas por seus campos contaminados.

Desculpem-me por ter que terminar meio que voando. Muito obrigado pela gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Dr. Jean-Marc.

Quero fazer uma comunicação. Há várias entidades que estão solicitando a participação ainda nesta audiência pública. Isso não é possível, porque temos um Regimento e ele só admite a participação de entidades ou pessoas que tiveram seus nomes aprovados previamente por um requerimento. Não vamos, como disse no início, esgotar o assunto nesta audiência pública. Já combinei com a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Lúcia Vânia, que iremos realizar outras audiências públicas em conjunto, para que outras entidades, que não puderem se manifestar nem na de ontem, nem da de hoje, possam fazê-lo.

Aliás, tenho um requerimento sobre a mesa, que trata exatamente de propor audiências públicas para discutirmos a outra parte do projeto, que diz respeito às células-tronco e embriões. E as faremos em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. Vou colocar em votação, ainda hoje, esse requerimento. E deveria ter feito isso já, porque a Senadora Lúcia Vânia está aguardando esse requerimento para aprovar lá.

Então, vou colocar rapidamente em votação esse requerimento, que propõe apenas audiências públicas, sem ainda a relação de nomes, que os Senadores poderão depois sugerir e poderemos aprovar numa reunião posterior.

Em discussão o Requerimento propondo audiências públicas para discussão de células-tronco, que está no conteúdo do projeto também. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço para que o requerimento seja encaminhado à Senadora Lúcia Vânia, porque queremos fazer em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. Então, todas as entidades que ainda não puderam se manifestar poderão fazê-lo em outras oportunidades.

Passo a palavra agora ao Presidente da CTNBio, Jorge Almeida Guimarães. Como disse, o Senhor dispõe de 10 minutos e, depois, daremos a oportunidade para complementar a manifestação que é feita neste momento.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Senador Osmar Dias, Srs. Senadores, colegas da CTNBio aqui presentes, homenagem ao Professor Clodowaldo Pavan, geneticista de renome, membro da Academia de Ciências dos Estados Unidos, que prestigia esta reunião; meu caro Professor Esper Cavalheiro, que foi também Presidente da CTNBio, recentemente; meus colegas de mesa, Herman Chaimovich, da Academia Brasileira de Ciências e Glacir Therezinha Zancan, ex-Presidente da SBPC.

Queria fazer um balanço rápido de como está a CTNBio hoje, porque acho que será ilustrativo para os trabalhos que esta Comissão deverá fazer. É uma apresentação muito breve, porque depois entrarei na questão propriamente dita desta convocação. É um resumo das atividades e alguma coisa mais relacionada ao ano de 2003, geração recente da CTNBio, que de fato mostra que a CTNBio está operando normal e plenamente com suas atribuições.

O que ela tem feito, nos seus pareceres técnicos, emitidos ao longo da sua existência; importação e uso de derivados de organismos geneticamente modificados, seja de origem animal, de plantas e produtos diversos; desenvolvimento e utilização de vacinas recombinantes para hepatite, Aids, doenças tropicais como a esquistossomose e vacinas de uso veterinário. Protocolos de estudos, multicentros que utilizam organismos geneticamente modificados; aplicação e aprovação de atividades dos certificados dos centros que utilizam essa tecnologia, o certificado de biossegurança, todas as atividades no país que envolvam organismos geneticamente modificados e capacitação de recursos humanos em biossegurança.

Ao longo deste período, esse é o total de certificado já emitidos, cerca de 200 certificados, predominando o setor público e, logo em seguida, o setor privado e já aparecendo os pedidos de cooperativas de produtores.

No ano de 2003 foram 300 processos tratando de relatórios anuais, as visitas técnicas e certificados de CQB, extensão, pedido de importação, novos CQBs, projetos de pesquisa, várias e novas técnicas.

Desse total, a distribuição hoje na grande maioria dos Estados da federação, predominando o Sudeste – São Paulo e Minas Gerais – mas, também, distribuídos em vários outros Estados do Sul, do Nordeste e mesmo do Norte.

Os pleitos foram deferidos nesses números, outros estão em diligência por várias razões de natureza técnica e alguns indeferidos, cerca de 8%.

De novo, a distribuição é predominantemente de entidades públicas, centros de pesquisa universitários e não acadêmicos, mas todos lidados à atividade pública e uma porcentagem crescente da origem de entidades privadas.

Os campos experimentais para liberação planejada já chegam a 48%, predominando de novo o Sudeste – São Paulo e Minas Gerais –, mas, também, como vemos, o Centro-Oeste, o Sul e até mesmo o Norte, aparecendo aí com um percentual já crescente de pedidos de liberação.

As liberações planejadas no meio ambiente já somam 29 pedidos, dos quais 20 foram deferidos e estão sendo acompanhados.

Ao longo do período da vida da CTNBio, essa é a distribuição de liberações planejadas de OGMs no meio ambiente. Vê-se que a partir de 1997 isso começa a crescer, 1998 e 1999, sendo que aquela faixa verde representa as demonstrações em feiras e outros eventos públicos que foram reduzidos ou eliminados praticamente a partir do ano 2000, por várias razões que já foram discutidas aqui.

As liberações são predominantemente para resistência a herbicida e resistência a pragas especialmente a insetos ou mistas.

O relatório de conclusão, após liberação planejada no meio ambiente, somam 15 e 12 foram deferidos – 80% .

Esses relatórios planejados referem-se majoritariamente a esse grupo, o grupo de produtos produzidos por organismos geneticamente modificados para resistência a insetos e herbicidas. Basicamente, os difosfatos que predominam na maioria dessas operações de engenharia genética.

Essa tabela não está muito visível para todos, devido ao tamanho das letras, mas ela mostra que, com exceção de duas entidades que são associações brasileiras de indústrias de alimentos e uma associação avícola de Pernambuco, todos os demais são de empresas privadas, a maioria multinacionais que estão instaladas no Brasil, seguindo o que recomenda a legislação atual da biossegurança, ou seja, submetendo-se a enviar seus projetos, seus pleitos para toda e qualquer atividade ligada àquela já prevista na legislação atual.

Eu queria fazer coro ao que dizia o nosso Subprocurador a respeito de vários aspectos da legislação e também trazer ao Senador Osmar Dias uma coleção de sugestões de emenda. Elas dizem respeito basicamente ao que se apurou ao longo do trabalho da CTNBio; dizem respeito algumas delas às células-tronco, que já objeto do projeto de lei do Senador Ney Suassuna; dizem respeito também à questão da composição do CNBS, do Conselho Nacional de Biossegurança; algumas sugestões que poderão evitar conflitos entre a atuação da CTNBio, o próprio Conselho e os outros organismos ligados a essa área; uma proposição de composição um pouco diferente do CNBS – não vou ter tempo para entrar em detalhes –; uma ampliação da composição da CTNBio na composição científica propriamente dita, porque hoje na proposta, no projeto de lei ela é minoritária: são apenas 12 membros num conjunto de 27; e a proposta nossa é que ela passe a ter 18 membros da comunidade científica, incluindo tecnologia de alimentos, que não está prevista, e a área de biologia molecular, que é a essência específica, é a essência da maior parte dos projetos, das propostas, dos temas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico que sejam centros de pesquisas pública ou sejam empresas privadas propõem à CTNBio. Isso é reflexo dessa atuação nesse período e que podemos apurar qual é o tipo de demanda mais premente.

Também há uma sugestão de modificação no art. 13, que trata das entidades de registro e fiscalização. Só mais dois minutos, Senador. Ainda também, no art. 17, ligado à questão de novo das outras entidades e ao fundo que é proposto, consideramos que, feitas algumas adaptações, pode ser bastante importante na questão da condução dos trabalhos da CTNBio e basicamente alguns outros artigos, que levemente mencionamos, merecedores de alguma mudança.

Eu queria também aproveitar a oportunidade e dizer, na mesma linha do que nos estava dizendo o Subprocurador, que a CTNBio tem condições de operação razoáveis para a questão da sua secretaria técnica, cujo secretário está aqui presente, o Dr. Jairon. Todavia, os novos desafios impõem para a CTNBio uma operação muito diferenciada; refiro-me ao Protocolo de Cartagena, de que o Brasil é signatário, e que impõe para nós ou para CTNBio, especificamente, uma série de ações novas. O projeto de lei prevê na sua amplitude, uma vez que considera a CTNBio a agência alvo da atuação das questões de organismos geneticamente modificados relativo ao Protocolo de Cartagena. Mas entendo que há alguns outros aspectos que o projeto de lei não contempla.

Eu havia conversado, à época, com o hoje Ministro Aldo Rebelo sobre a possibilidade de transformar a CTNBio numa agência, e há razões para isso. Uma delas é o fato de que a comunidade científica que atua na CTNBio trabalha absolutamente pelos belos olhos da sua missão como pesquisadores. Os cientistas da CTNBio, talvez com uma ou duas exceções, não estão ligados a nenhum projeto de empresa, a nenhuma outra atividade que não seja de pesquisa fundamental nessa importante área e, diferentemente da atuação que fazem para o CNPq, para a Caps, ou para Finep, onde eles são clientes, usuário etc., no caso da CTNBio isso não ocorre, e nós pagamos, simplesmente, uma diária que não paga o hotel, para os nossos cientistas virem atuar aqui.

De modo que penso que essa atividade de extrema responsabilidade para o País e para cada uma das pessoas que põe a sua decisão à frente de questões tão importantes, como as que foram levantadas aqui, mereceria tratamento diferente. Temos modelo semelhante, que é o modelo da Anvisa, e pergunto se esta não seria uma ocasião de se mexer nessa questão.

Fico à disposição dos Srs. Senadores. Eu queria homenagear meu conterrâneo, Senador Roberto Saturnino, e, ao fazê-lo, homenageio os demais Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Muito obrigado Dr. Jorge.

Dr. Jorge Guimarães me passa às mãos emendas que está sugerindo ao projeto.

Vamos ouvir agora o Diretor da Academia de Brasileira de Ciências, Herman Chaimovich, lembrando que temos aqui também um membro da Academia Brasileira de Letras, o mais novo membro, que é o Senador Marco Maciel, que honra esta comissão com a sua presença constante; além das pessoas presençasa esta reunião: cientistas, pesquisadores, pessoas que trabalham todos os dias com o assunto e que têm, com certeza, muito a nos ensinar, a exemplo do nosso Clodoaldo Pavan que ontem esteve presente, hoje também, e que já foi saldado aqui pela Mesa.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Herman Chaimovich, Diretor da ABC.

O SR. HERMAN CHAIMOVICH – Sr. Presidente, em primeiro lugar, permita-me agradecer, na sua pessoa, ao Senado da República e aos participantes da Mesa e a todos aqueles que nos acompanharam hoje de manhã.

Tentarei ser breve.

Tenho alguns pontos que não foram levantados e acho interessante discuti-los. Certamente não terei tempo para entrar em profundidade em nenhum deles, mas me limitarei, certamente, a ler pelo menos o cabeçalho do que preparei.

A primeira declaração é uma declaração de realidade e que se resume da seguinte forma:

A ciência no Brasil evoluiu. O Brasil hoje é ator, não é espectador daquilo que acontece na ciência mundial. Portanto, quando colegas nossos, que muito respeito, dizem que esse dado foi trazido por um pesquisador inglês, eu me pergunto: vamos conversar com o pesquisador brasileiro, porque a produção do pesquisador brasileiro é da mesma qualidade que a do pesquisador inglês. Pode ser dinamarquês, pode ser de qualquer país.

Ser ator e não mais espectador na ciência internacional implica não só em colocar uma medalha – somos atores –, mas implica uma imensa responsabilidade para o País e em especial para comunidade científica nacional.

Essa responsabilidade quer dizer, com clareza: será essa comunidade, que conseguiu, através dos anos, se transformar em ator e não espectador...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Um segundo, apenas. É que tem muita gente no corredor que não está conseguindo assistir aqui no nosso plenário a audiência. Nós colocamos um telão na sala da Comissão de Assuntos Econômicos e aqueles que não estão conseguindo ficar aqui podem assistir lá na sala da Comissão Assuntos Econômicos.

Desculpe-me pela interrupção.

O SR. HERMAN CHAIMOVICH – A interrupção é bem-vinda. Agora, Senador, eu queria que não me descontasse os 30 segundos.

A responsabilidade da comunidade científica vai bem além, com a seguinte pergunta: será que esse investimento e esse enorme crescimento da ciência neste País resulta ou não numa incorporação de ciência para desenvolvimento socialmente justo no Brasil?

A resposta, de novo, é sim. E esse sim tem que ser muito claro, porque temos ouvido nos últimos meses que o Brasil faz uma coisa que não é bem clara para todo mundo, que é ciência, mas, aparentemente não aplica. Então, por que esse investimento está sendo feito?

Atrevo-me a dizer que afirmar que o Brasil faz ciência e não aplica é desconhecer, por exemplo, o mercado do açúcar e álcool neste País. Se o País ainda estivesse plantando as mesmas variedades de cana que cultivava na década de 70 e fizessem uma projeção de mercado, notariam que a diferença seria da ordem de US$150 bilhões. Essa foi uma contribuição da ciência brasileira e uma demonstração não só de que somos atores na ciência, mas também na transformação desta em qualidade de vida, na transformação de ciência em produto, de ciência em modificação social.

Não me estenderei no assunto, nem falarei novamente sobre a Embrapa, porque assisti à reunião de ontem e constatei que existe um consenso com relação a essa questão. Poderia falar da celulose e de outros assuntos, mas não o farei.

A afirmação que fiz está totalmente sustentada pela realidade da inserção da ciência brasileira no cenário nacional e também da inserção da ciência e da tecnologia brasileiras no produto social e econômico deste País. Isso permite que a Academia Brasileira de Ciências tenha uma inserção internacional que não tinha quando foi criada.

Atualmente a Academia Brasileira de Ciências conversa de igual para igual com qualquer academia de ciências do mundo, e não porque tenhamos problema em viajar, ou porque os velhinhos da academia desejem viajar de avião. Conversam de igual para igual, porque ciência neste País é real, porque o aparelho científico brasileiro tem estrutura e porque este País é respeitado e muitas vezes temido quanto ao seu potencial de aplicar ciência em produto.

A Academia Brasileira de Ciências assinou dois documentos, em conjunto com uma série de outras academias do mundo, que dizem respeito às plantas transgênicas e às células-tronco. Esses documentos são de consenso mundial.

O cientista é um cidadão, portanto, tem o direito de ter uma opinião. Por outro lado, a academia tem a obrigação de determinar quais são os limites do consenso científico mundial. Esses limites constam de um documento assinado por mais de cem academias do globo, no qual está escrito que as plantas transgênicas constituem, em potencial, um enorme avanço para a humanidade, que cada caso é um caso, que não existe – apesar daquilo que o meu colega escreveu – nenhum dado seguro que mostre o efeito daninho de qualquer produto que contenha alimentos transgênicos. Essas informações estão publicadas. Poderia enviar o documento para os senhores, pois em três minutos e 22 segundos é difícil falar sobre o assunto.

Sr. Presidente, tenho participado de muitos debates no Congresso e tenho visto imensa evolução na percepção do nível do debate nos últimos dois anos. Os pontos que eram críticos na discussão há dois anos hoje são consenso. E isso é uma imensa vantagem democrática, porque qualquer lei que for aprovada será produto de um consenso onde todos foram ouvidos, mas nem todos serão contemplados.

Passo a ler algo que tem a ver especificamente com a lei que está em discussão. No que diz respeito à pesquisa dos organismos transgênicos, a mudança no texto legal entre aquilo que estava na Câmara dos Deputados, o projeto do Deputado Aldo Rebelo, e aqui-

lo que veio para o Senado, é bem sutil e não menos atentatório contra a pesquisa nacional. Constata-se até uma discriminação peculiar no ato da composição da CTNBio, que distingue as sociedades científicas que "participam da elaboração das listas de outras organizações da sociedade civil que as elaboram". Isso, a meu ver, é uma discriminação.

Mas este é apenas um indício da discriminação anticiência. A possível paralisia da atividade científica com organismos geneticamente modificados é bem mais grave. O novo diploma legal abre espaço para o engessamento da pesquisa, burocratizando-a ao limite. O projeto de lei descreve dois conselhos: o CNBS e CTNBio. No art. 11, que trata as competências do CTNBio, é disposto que esta comissão, além de estabelecer normas para pesquisa com OGMs e seus derivados, autoriza, registra e a acompanha as atividades de pesquisa com OGMs, nos termos das normas estabelecidas. Assim, pode parecer que, no que se refere à pesquisa, as decisões da CTNBio são definitivas. Contudo, no § 13º do mesmo artigo 11, surgem surpresas. O primeiro inciso desse parágrafo diz que: "o parecer da CTNBio nas atividades de pesquisa é conclusivo e vinculante." Já no 3º, o parecer técnico conclusivo, no âmbito da pesquisa, deve ser remetido aos órgãos e às entidades referidas no art. 13º:

Para o exercício de suas atribuições, esses órgãos e entidades são, para pesquisa: o Ministério da Saúde, da Agricultura, da Pecuária, do Meio Ambiente e outras secretarias. Se cada um desses resolver "exercer suas atribuições", o tempo necessário para obtenção de licença para realização de um experimento pode se estender por meses ou anos.

Em um cenário onde novos conhecimentos são desenvolvidos em intervalos de tempo cada vez menores e onde países que não acompanham desenvolvimento tecnológico afundam-se numa aspiral de dependência, isso significa impingir ao Brasil o status do atraso. E, pior, brevemente nos veremos forçados a pagar **royalties** pelo uso da tecnologia exógena que, como disse no início, podíamos perfeitamente bem dominar.

Cabem as perguntas: é isso que o Brasil deseja? Pode o Brasil se dar o luxo de abandonar, em 2004, pesquisa com OGM? Um atraso desse exclui o país da possibilidade de desenvolver tecnologia relacionada a problemas de alimentação e a medicina do futuro, a respeito da qual não falarei.

Será que o nosso legislador tem consciência que essa será a conseqüência na manutenção de um texto da forma em que ele se encontra? Será que esse é o desejo da nossa sociedade?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Concedo a palavra à Drª Glacir Zancan, da SBPC.

A SRª GLACIR ZANCAN – Quero agradecer na pessoa do Senador Osmar Dias o convite para, mais uma vez, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência estar presente nesta Casa e nos debates.

Quero dizer que o Senador Marco Maciel aqui presente foi o autor do primeiro projeto que levou seis anos tramitando no parlamento para ser aprovado. Esse projeto saiu da Casa Legislativa corretamente, como já disse o Subprocurador Aurélio Virgílio.

Na realidade, mais do que discutir leis, no meu entender, temos que discutir políticas, o que queremos. A transgenia é uma ferramenta fundamental – e não vou discutir isso – não só para a modificação de plantas, mas para a toda pesquisa biológica.

O Professor Jorge e eu estivemos na reunião da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular, semana passada, e lá estavam presentes todos os nossos pesquisadores da área de biologia molecular de plantas, mostrando a pujança do trabalho desenvolvido neste país pelos nossos pesquisadores.

Quero dizer, também, que a constituição da lei de biossegurança, como foi feita, criando um órgão central, que é a CTNBio, e depois repassando para as organizações com suas CBios é uma realidade, senão aquela quantidade de trabalho lá presente não poderia ter sido realizado, aquilo que o Professor Jorge fala que a CTNBio está dando CTBs e está trabalhando é verdade, posso dar testemunho porque já tivemos três visitas técnicas da CTNBio sobre o nosso trabalho em nosso laboratório. Então, a rede que foi montada – e que não acreditávamos que pudesse funcionar – está funcionando. Concordo em gênero e número com o Professor Jorge, quando diz que o Tratado de Cartagena impõe responsabilidades ao Brasil e que se a CTNBio é o ponto focal ela terá que dispor de uma estrutura maior e melhor, pois, na forma atual, não tem condições de atender aquilo que explicita o Tratado de Cartagena quanto ao que temos que cumprir.

Portanto, reforço a idéia de que precisamos de uma política de Estado para dizer que transgênicos queremos construir, para dar estrutura a todo o sistema, porque, obviamente, precisamos de capilaridade no monitoramento e na fiscalização, porque, se não, não haverá a possibilidade de um órgão em Brasília controlar os extremos deste País. Portanto, a fiscalização tem que ter um órgão capilar, que será não só os órgãos de meio ambiente e de saúde, mas os estaduais de saúde e meio ambiente também; precisamos pensar no conjunto. Penso que estamos durante todos estes anos, 15 anos, discutindo e, até agora, não temos uma política de Estado, e isso é fundamental,

pois, precisamos saber o que queremos como País. A transgenia veio para ficar, é uma ferramenta importante, e o pesquisador tem que ser livre para fazer as pesquisas, trabalhar, produzir e, evidentemente, chegar até o produto final que possa ser o seu mercado. Mas isso tudo precisa ser disciplinado.

Estou colocando para V. Exªs lerem os pontos que considero importantes do relatório da FAO que saiu na semana passada. Vejam os pontos mais importantes:

"Maior esforço de pesquisa é necessário porque muitos poucos OGMs foram analisados em seus impactos ecológicos e regiões tropicais."

Temos a maior parte do nosso território em região tropical.

Segundo, "os marcos regulatórios devem ser reforçados e racionalizados para assegurar que o meio ambiente, a saúde pública sejam protegidos e que procedimentos sejam transparentes, previsíveis e baseados em ciência."

Quer dizer, a ciência vai dar a condução do processo.

Terceiro, "a estratégia de manejo inclui evitar as culturas transgênicas em seus centros e diversidade ou onde houver espécies selvagens relacionadas; ou, uma outra hipótese, estabelecer zonas tampões entre as culturas."

Vejam, considero importante na nossa cultura brasileira: se fizermos zoneamento, será que o nosso produtor vai obedecer? É isso o que está mais ou menos dizendo a FAO.

"Há consenso de que a liberação no meio ambiente dos OGMs deve ser comparada com outras práticas agrícolas e opções tecnológicas. Não há ainda métodos de avaliação de impacto ambiental no âmbito internacional, sendo necessário estabelecer metodologias para os diferentes ecossistemas. A falta de efeitos negativos observados até agora não significa que eles não possam ocorrer, tendo em vista o muito que permanece desconhecido.

Eu trouxe este relatório da FAO para mostrar que muito mais ciência e pesquisa são necessárias. E estou entregando aos Srs. Senadores um "boneco" de pontos de diferentes relatórios internacionais, para que V. Exªs possam ver, porque participaram milhares de pesquisadores. Tem o relatório da OCDE de 2000, os da OMS e da FAO, de 2000, da (?) de que falou o Professor Herman Chaimovich, tem o relatório do inglês sobre todo o processo do governo inglês e que saiu ano passado; o da Fundação Núfio(?) de Bioética, que saiu em 2003; o dos especialistas em meio ambiente da FAO, que liberaram agora em maio um relatório. Portanto, há uma quantidade enorme de relatórios disponíveis internacionalmente para que V. Exªs possam compreender que o problema está sendo discutido mundialmente, está sendo colocado como importante do ponto de vista econômico e social, e que é baseado em ciência. E volto a dizer: somente com uma política científica bem definida é que podemos avançar. Preocupa-me profundamente, devo dizer, o fato de que os recursos para pesquisa básica na área de Biologia e Biologia Molecular não crescem proporcionalmente à demanda, o que faz com que tenhamos um represamento da possibilidade de pesquisa no País.

Quero insistir: há uma nota da SBPC que foi colocada em que o substitutivo que foi aprovado numa madrugada na Câmara incluiu as células-tronco. Elas não devem fazer parte de um projeto que, especificamente, trata de OGMs, ele teria que ser destacada. Por outro lado, devo dizer a V.Exª que também estive, aqui nesta Casa, discutindo a Lei de Reprodução Assistida nº 1184, de 2003, e que está na Câmara, aprovada pelo Senado. Eu creio que seria possível fazer um arranjo político para aprovar a Lei de OGM no Senado e a de Reprodução Assistida na Câmara, de tal maneira que ficassem cobertos, simultaneamente, os dois problemas.

Eu não sou política, eu não entendo das duas Casas. Mas parece-me que seria uma alternativa de resolvermos os dois problemas, se houver concordância, se houver disponibilidade de todos. Ou seja, de que a parte das células-tronco deva passar para um projeto que trate do assunto, especificamente.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Devo esclarecer, Drª Glacir, que a proposta de separar os temas partiu desta Presidência. Fiz essa proposta aqui no Senado e alguns aprovaram outros não. E os que não aprovaram usaram um único argumento: a preocupação de que células-tronco e embriões acabem ficando e que não regulamentemos esse assunto.

Agora, já mudei um pouco a minha proposta. Se for para separar tem que haver um acordo de que as das matérias serão votadas dentro do tempo que a importância dos dois assuntos requer. Então, a minha proposta era separar. Mas, separar desde que haja um acordo para que se vote simultaneamente. Aliás, já temos um projeto que foi votado no Senado, e que está na Câmara dos Deputados, que é um Senador do PT, o Senador Tião Viana.

Agora, passo a palavra ao Luís Roberto Baggio, Vice-Presidente da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

O SR. LUÍS ROBERTO BAGGIO – Obrigado, Senador.

Em nome da OCB, quero agradecer o convite para participar desta reunião, cumprimentando a todos os componentes da Mesa, Srs. Senadores e Deputados aqui presentes.

A Organização das Cooperativas Brasileira é uma entidade que congrega hoje – para que V.Exªs tenham uma idéia – 27 organizações estaduais, 76 federações e 13 confederações.

Do ponto de vista do ramo agropecuário, que é principal ramo do cooperativismo, mais de 1.520 cooperativas agropecuárias ao longo do País. O cooperativismo responde por 6% do PIB deste País. E temos vinculados às cooperativas agropecuárias mais de um milhão de pessoas diretamente, entre associados e funcionários, e 6,5 milhões pessoas indiretamente. Então, o cooperativismo, por si só, e pelas características que exerce é uma sociedade de pessoas e não puramente uma sociedade de capitais.

É importante também citar para V. Exªs o perfil dos produtores que são vinculados às cooperativas: 92% do nosso quadro de produtores têm propriedade abaixo de 100 hectares; e 83% dos nossos quadros de associados são propriedades abaixo de 50 hectares. Portanto, temos um maior volume de pequenos produtores rurais.

Do ponto de vista de ação das cooperativas, precisamos frisar a V.Exª que temos um diferencial importante nisso tudo: empresas formadas por gente; a responsabilidade com a produção e com os produtores, a responsabilidade muito grande com a transferência de tecnologia, haja vista o quadro de engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas esparramados por este Brasil afora, que monitoram a produção de nossos associados e tentam trazer e transferir a tecnologia mais adequada para cada região.

A responsabilidade com o meio ambiente, porque não consideramos isso como um pressuposto de **marketing**, mas sim um princípio, dentro dos sete universalmente aceitos pelo cooperativismo: a responsabilidade social – o sétimo princípio – e o interesse pela comunidade.

Vou dar um exemplo de um Estado, quando se fala em responsabilidade social, o Paraná. O sistema cooperativista do Paraná investiu no ano passado R$ 1,4 bilhão em responsabilidade social, qual seja, 10% do faturamento bruto daquele conglomerado de empresas cooperativas.

A nossa visão com relação às questões que tratam da biossegurança é muito mais norteada pelas questões econômicas e de desenvolvimento do País. V. Exªs sabem muito melhor do que eu o potencial agrícola do nosso País. Mas o potencial agrícola do nosso País só poderá exercido, na sua plenitude, se tivermos liberdade e muito avanço tecnológico, porque a guerra por mercados – e aí os debates da OMC – é muito violenta.

O nosso País não tem o direito de ser ingênuo do ponto de vista de guerra comercial. Sabemos que esta é a quarta guerra mundial posta, não por avanço de mercado, mas, por sobrevivência dos nossos produtores e das pessoas da nossa população.

É por isso que nos preocupa muito e sobremaneira as questões que tratam do avanço tecnológico.

Observamos um avanço no mundo, em número de hectares, de 1996 até 2003, de 1,7 milhões de hectares para 67,7 milhões de hectares de área plantada com produtos geneticamente modificados. Observamos isso espalhado pelo mundo inteiro. Observamos, também, o avanço competitivo e comparativo dos países desenvolvidos.

Temos uma preocupação muito grande também com o relatório da FAO, porque ele mesmo diz que a biotecnologia é uma grande promessa para a agricultura em países em desenvolvimento, mas apenas alguns têm se beneficiado disso. Temos que tentar liberar as travas e as amarras que impedem o nosso desenvolvimento nessa área.

Sem entrar na contenda científica – porque realmente não entendo disso –, uma posição importante e que, no nosso entendimento, estaria possibilitando e facilitando avanços, estão sintetizados em alguns pontos, que são os seguintes:

1) Dar competência à CTNBio, referente à liberação comercial dos OGMs;

2) Dar competência ao Conselho Nacional de Biossegurança, referente à liberação comercial da OGM como instância decisiva;

3) O licenciamento ambiental, de acordo com o nosso ponto de vista, somente deveria ser pedido quando esses OGMs fossem potencialmente poluidores e indicados pela CTNBio;

4) A convalidação dos atos praticados pela CNTBio, nos pareceres comunicados e instruções normativas, aquilo que já foi feito.

Isso é extremamente importante pela posição do nosso País, pelos negócios, por todos os contratos já realizados, pelo avanço que temos na área de negócios.

Com isso, com esses quatro pontos, quero dizer a V. Exªs porque bater tanto na tecla CTNBio.

Acho importante – aqui vai um apelo como cidadão – convalidarmos este conselho técnico como excelência e dar respaldo às suas ações. Temos que ter um Conselho à altura, porque temos cientistas que estão à altura de qualquer cientista de outro país. Então, temos que ter também um órgão responsável.

Não nos caberia querer discutir a competência ou querer discutir as razões de quando uma CNTBio atesta, emite um certificado, remetê-lo aos demais órgãos de licenciamento. Penso que isso seria uma trava, seria redundância inclusive. Não podemos pressupor irresponsabilidade numa ação da CNTBio.

Por último, a composição da CNTBio por cidadãos de reconhecida competência técnica e notória atuação, que me parece no projeto de lei ficou um pouco prejudicada no que diz respeito à composição do Conselho técnico.

Dito isso, é preciso salientar a V. Exªs que temos também a visão de que precisamos trabalhar e visar a vantagem ambiental desses organismos geneticamente modificados. O único dado que não nos preocupa, como agricultores, é essa posição de concentração de empresa "a" ou de empresa "b", por dois motivos: a ciência avança. No quadro que o presidente da CTNBio mostrou, vimos que o pedido é de várias empresas, não somente da Monsanto, mas também da Sigenta e da Bayer. Há uma pluralidade de pacotes tecnológicos sendo colocados à disposição do mercado.

Em segundo lugar, do ponto de vista da cultura convencional, parece-me que a concentração não é discutida. Ela está nas mãos de cinco ou sete empresas no mundo inteiro e é assim, não adianta querermos mudar a realidade. Precisamos disputar com essa realidade.

Há também o desenvolvimento de pesquisas, não só da Embrapa, que é um excelente centro de pesquisas, mas, também, de cooperativas, a exemplo da Companhia de Desenvolvimento Tecnológico – Codetec, que está a serviço dos produtores rurais.

Por último, quero frisar a nossa preocupação com a biossegurança. Ninguém aqui quer ser leviano ou apressado demais para não considerar as questões de segurança. Não se trata disso. Entendemos que o que tem posto, em nível de pesquisa e de ações do mundo inteiro é suficiente para atestar a utilização, haja vista o mercado desses produtos na Europa, reticente até então; haja vista, por exemplo, toda a gama de países que atua com produtos geneticamente modificados.

Por fim, consideramos que é preciso regular o produto e não o processo. Isso é importante para nós.

Por fim, Senador, entendemos também que além desses pontos que deveriam ser atendidos, o relatório do Ministro Aldo Rebelo contempla a contento os interesses do cooperativismo e do agronegócio deste País.

Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Sr. Baggio.

O requerimento aprovado ontem incluiu em nossa audiência pedido do Senador Juvêncio da Fonseca, que só não está presente aqui porque o avião que o traria não conseguiu decolar de Campo Grande.

Concedo a palavra ao Francisco José Lima Aragão, que é pesquisador de recursos genéticos e de biotecnologia da Empresa Brasileira, a Embrapa.

S. Sª tem dez minutos para fazer sua exposição.

O SR. FRANCISCO JOSÉ LIMA ARAGÃO – Caro Senador, quero agradecer ao Senado Federal pelo convite e pela oportunidade de, mais uma vez, estar aqui para discutir esse assunto, que é de extrema relevância para o Brasil.

Estou aqui falando como pesquisador da Embrapa, pesquisador que trabalha há quase vinte anos com engenharia genética aplicada à agricultura e que tem plantas geradas e que já estão nos programas de melhoramentos, que é de onde saem todas as variedades que estamos plantando e consumindo há décadas.

O melhoramento de plantas se iniciou pela domesticação. O homem modificou dramaticamente as plantas que estamos consumindo ao longo dos séculos e permitiu, inclusive, que gerássemos plantas. Se isso não tivesse acontecido não teríamos, por exemplo, o pão. Isso só foi possível graças a essas possibilidades que o homem permitiu que acontecessem na natureza.

Assim, o homem vem interferindo na geração e na modificação das plantas e animais há séculos, com modificações drásticas, a ponto de não diferenciarmos, em muitos casos, claramente as plantas cultivadas dos seus parentes silvestres.

O melhoramento clássico busca, na maior parte dos casos, a transferência de genes por meio do cruzamento entre espécies correlacionadas ou dentro da mesma espécie, transferindo genes de interesse agropecuário e muitas vezes, vêm genes que não são de interesse agropecuário e até nocivos. No Brasil, há casos de problemas gerados por essa tecnologia. Mas essa é a tecnologia fundamental e que tem gerado praticamente todas as variedades que estão hoje no mercado.

No caso dos morangos, o homem tem, por exemplo, aumentado a (plodia?), duplicando o número de cromossomos do morango, fazendo com que ele fique maior. São modificações genéticas profundas nos genomas das plantas, e quando os genes não estão presentes e não é possível, então, fazer transferência via sexual, porque eles simplesmente não estão presentes, é possível fazer com que os genes apareçam ou desapareçam por induções de mutações e que permitam que características agronômicas de interesse surjam. Existem várias plantas no mercado brasileiro.

Por exemplo, existem plantas que são resistentes a herbicidas, geradas por mutações induzidas, e que estão no mercado.

Em muitos casos os cruzamentos não aconteceriam na natureza, mas, por intervenção dos cientistas, é possível fazer cruzamentos que seriam impossíveis de acontecer na natureza, gerando plantas completamente novas. Por que fazer engenharia genética? Em muitos casos, todas essas ferramentas não são suficientes para solucionar alguns dos problemas. Aqui, por exemplo, está uma doença chamada mosaico dourado, que ocorre no feijão que é plantado na primeira metade do ano e que causa perdas. Aqui, por exemplo, temos o caso de um plantio de feijão feito por agricultura familiar com perda total. No ano passado, vimos isso aconteceu com grande freqüência no Centro-Oeste, na Bahia e no Sudeste.

Procurando por resistência em plantas cujos genes pudessem ser transferidos via sexual, procuramos isso em 45 mil tipos de plantas e não encontramos. Significa que por meio das tecnologias existentes não é possível obter um feijão altamente resistente a essa doença, já que os genes não estão presentes nas plantas que podem ser cruzadas. Então, não estando os genes presentes, não podem ser transferidos sexualmente. A engenharia genética permite que possamos isolar um gene específico de um organismo e introduzir em outro, gerando um organismo transgênico ou geneticamente modificado. Fazendo isso, obtivemos um feijão resistente a essa doença e essas plantas agora estão no campo. Sofremos muito com esse projeto, porque, embora tenha sido dito aqui que não é relevante dizer que o tempo de liberação das pesquisas é irrelevante, para os pesquisadores é extremamente relevante. Assim como esse projeto e outros da Embrapa, existem projetos em universidades, alguns nem mesmo submeteram seus papéis a pedidos de liberação, dada a burocracia existente no Brasil e levamos quase quatro anos com esses experimentos parados. E quando a liberação saiu foi fora da época ideal. Plantamos, mas fora da época ideal, o que significa que os resultados que estamos colhendo hoje não são os resultados esperados ou ideais. Provavelmente, só os teremos no ano que vem. Então, na realidade, na prática, mais um ano foi perdido. Se tivermos um sistema, mesmo que um sistema ágil, de múltiplas licenças para fazer experimentação, no caso de uma pesquisa agropecuária, 15 dias de atraso numa licença pode significar um ano agrícola perdido.

Passamos por situações extremamente deprimentes para os pesquisadores brasileiros, como a falta de licença para fazer experimentações em condições controladas de estufa, mas as fizemos nos Estados Unidos. Há a necessidade de uma rapidez na avaliação de autorizações para a pesquisa com OGMs no Brasil e essas autorizações devem estar restritas à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. As avaliações feitas pela CTNBio devem ser eminentemente técnicas. Então, para que isso ocorra – já foi dito aqui pelo Dr. Jorge Guimarães – obviamente que a CTNBio deve ser composta por maioria de cientistas em atividade. O projeto de lei atual prevê apenas 12 doutores em atividade e 15 outros doutores que podem não estar em atividade. Como tratamos de uma atividade, a engenharia genética, que é extremamente dinâmica, em questão de um ano, muitos pesquisadores que não estão em atividade podem ficar defasados e com dificuldade de avaliar alguns tipos de tecnologias novas, que surgem a cada mês e, em alguns casos, a cada semana.

Há uma falta de pesquisadores na área de microbiologia. Fala-se de animal, planta, mas não se fala de microorganismos. Esquecemos de que existem microorganismos transgênicos, muitos deles no mercado, produzindo fármacos, por exemplo. Não existe a necessidade obrigatória de termos biólogos moleculares, como já foi mencionado, e também pesquisadores na área de ciência de alimentos e outras.

Para que possamos gerar tecnologias baseadas na engenharia genética é necessário um conhecimento amplo de várias disciplinas, investimento – coisa que não temos no Brasil – e uma legislação, o que espero que o Congresso Nacional resolva agora na discussão dessa lei.

Por exemplo, essa lei prevê uma política nacional de biossegurança que será regulamentada pelo CNBS, pois o Brasil não tem uma política nacional de biotecnologia. Então, se não temos uma política nacional de biotecnologia, vamos fazer biossegurança de quê? Primeiro, precisamos gerar os eventos para depois fazermos o estudo de biossegurança desses eventos.

A pesquisa no melhoramento de plantas. Hoje, se gerarmos uma planta resistente a herbicida pelos "métodos convencionais", existe uma falácia quando se diz que os metidos já existentes são completamente seguros, mas os métodos baseados em engenharia genética não o são, a priori. Isso é um erro, pois, quando se diz isso, há também...

(Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ LIMA ARAGÃO – Eu pediria a indulgência de uns dois minutos.

Portanto, há riscos nos dois métodos. No entanto à comercialização temos um ritual altamente complexo que está previsto por essa lei.

É um erro também quando se diz que pesquisa e comercialização são duas coisas distintas. Não são, principalmente quando falamos de biotecnologia. Estamos falando de geração e desenvolvimento. Quando falamos de desenvolvimento, não queremos desenvolver produtos que não sejam comercializados. Se tivermos um fluxo rápido para pesquisa e não para a comercialização, obviamente teremos aqui um **feedback** negativo, com efeito danoso sobre a pesquisa na medida em que os produtos tiverem dificuldade para chegarem ao mercado.

É um erro também fazermos apenas uma avaliação de risco. Baseado nisso nem atravessaríamos a rua, porque estaríamos apenas olhando o risco. O que temos que fazer, na realidade, é a avaliação de risco e benefício.

Ao exacerbarmos o princípio da precaução, como tem sido feito no Brasil, temos levado à uma investigação excessiva dos produtos, gerando custos altíssimos para fazer experimentos que não têm racionalidade do ponto de vista científico, fazendo com que a liberação de produtos fique limitada a produtos que são commodities, gerados por empresas multinacionais. Teremos a inviabilidade tecnológica para produtos de interesse social, que não têm mercado de semente considerável, com reflexo sobre o desenvolvimento da agricultura, principalmente aos pequenos produtores, agricultura familiar e mesmo agricultura de subsistência.

Esse problema foi claramente colocado pela FAU – Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado ao Dr. Francisco Aragão.

Encerramos a primeira etapa, que tratou da exposição de cada um dos convidados.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Senador Ney Suassuna, tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, quero dar uma explicação aos senhores aqui presentes. Primeiro, lamentar não poder assistir todas as exposições, pois estou presidindo a Comissão de Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Nós também lamentamos, Senador, porque V. Exª tem acompanhado de perto, demonstrado todo o interesse, recebendo a comunidade científica que sempre o procura e nós estamos juntos, inclusive em reuniões informais, tratando desse assunto. Lamentamos que V. Exª não possa estar presente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Terei a responsabilidade de, provavelmente, ser o relator na Comissão que será de economia. Já visitei algumas universidades, inclusive a própria Embrapa, e estou fazendo o dever de casa. Lamento muito não poder acompanhar. Estou presidindo a Comissão de Fiscalização, quando estamos com um grande problema de contaminação em Minas Gerais, porque naquele Estado está se lavrando zinco. Estamos em audiência pública, a qual estou presidindo.

Mas, quero dar uma informação aos senhores sobre o projeto que dei entrada. Não é para criar problema, é para uma solução se for o caso. O que aconteceu? Na última reunião que tivemos na Liderança do Governo, chegamos à conclusão de que deveríamos desvincular o problema de reprodução assistida, de células-tronco etc, da área de agricultura e organismos modificados, porque há uma safra pela frente, e não temos tempo para ficar discutindo tanto.

Então, essa foi a preliminar apresentada lá.

Fui comunicado pelo Senador Tião Viana que S. Exª entrará com a supressão de toda essa área no que se refere às células-tronco etc. Portanto, o que vamos ter? Vamos tirar do projeto uma parte e não poderemos apresentar de novo este ano, pela legislação do Senado. Não podemos apresentar o mesmo se foi suprimido.

Assim, isso criaria um problema, ficaria um vácuo. Entramos com o projeto e estamos aguardando para ver a negociação, porque não ficaria vazio. Estou pedindo uma reunião de Liderança para que possamos achar uma solução e ver como pudemos contornar, porque, se for necessário, retiro o projeto. Não há problema absolutamente nenhum. O objetivo nosso é não deixar o vácuo, caso haja a supressão.

Então, esse é o nosso objetivo. Estamos acompanhando com muita preocupação o projeto. O Brasil precisa dessas decisões. Estamos cientes disso. Tenho comungado com o Senador Osmar, com outros Senadores que têm a preocupação com o desenvolvimento do Brasil, mas não podíamos deixar, de maneira nenhuma, que ficasse esse vácuo.

Por essa razão, apresentamos o projeto, que tem, inclusive, na expressão que usamos na Casa, às vezes, algumas coisas colocadas para serem retiradas, para poder ser inclusive moeda de negociação, pois sempre aparecem problemas para serem retirados, e o objetivo é só e unicamente esse.

Quero dar essa satisfação e dizer que não me move vaidade dizer que não sou autor do projeto, até porque esse projeto é do Deputado e atual Ministro Aldo Rebelo, com modificações, principalmente no que se refere a embriões até o quarto dia ou até o décimo

quinto dia, quando teríamos o problema religioso provavelmente contornado, uma vez que ainda não é um organismo com sistema nervoso, portanto não poderia ser considerado organismo.

Então, essa é a minha observação. Quero deixar isso claro, e os senhores se tranqüilizem, porque não vamos, de maneira nenhuma, criar problema. Queremos é solução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Senador Ney Suassuna, peço somente um minuto. Nós aprendemos a nos respeitar discordando às vezes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É verdade e é um direito.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – E vou discordar só de duas coisas que V. Exª falou.

Primeiro, a Comissão de Assuntos Econômicos não é a Comissão de mérito. A Comissão de mérito será a Comissão de Assuntos Sociais, na parte de meio ambiente, e na parte de ciência e tecnologia esta Comissão.

Essa é a primeira discordância, mas não tem nenhum problema.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu concordo com V. Exª porque nós, como não havia sido apresentado nesta Comissão, fizemos questão que ela viesse para esta Comissão, porque acreditávamos que o mérito deveria ser aqui, nessa área de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Mas, de qualquer forma, isso não tem problema, porque isso não muda o preço do dólar também.

A outra discordância, esta sim é que tem importância: V. Exª disse que ao suprimir a parte que se refere a embriões e células-tronco não poderemos apresentar um novo projeto este ano. Neste caso, discordo. Pela simples razão de que o projeto já existe, já foi aprovado no Senado, está na Câmara, o projeto do Tião Viana. E mesmo que não houvesse o projeto, regimentalmente, é possível, sim, apresentar, porque estamos tratando da supressa parcial de um projeto, não estamos falando do arquivamento do projeto. Estamos falando da supressão parcial do projeto.

Então, no meu entendimento, regimentalmente, é possível, sim, apresentar um projeto separado. Disse antes de V. Exª chegar o seguinte: havia feito a proposta de separar. Como muitos concordaram e como muitos discordaram, essas pessoas preocupadas com essa possibilidade que V. Exª aventou de não andar o projeto de células-tronco, fiz uma retificação da minha proposta. Continuo propondo a separação dos temas, desde que o Governo faça um acordo com a Oposição no Congresso de fazer tramitar simultaneamente os dois temas, porque os dois têm importância para a sociedade brasileira. E V. Exª tem a mesma preocupação. A nossa discordância é só na interpretação do Regimento, o que não afetará evidentemente a essência do nosso posicionamento quanto ao projeto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, permita-me dizer a V. Exª que, como não sou entendedor de Regimento, pedi uma orientação às pessoas que o são – principalmente à Carminha e a minha assessora – e elas me alertaram para a possibilidade de haver esse vácuo. Nesse objetivo é que agi dessa forma, mas estou tranqüilo porque não é para criar problema, é para a gente encontrar a solução. Se preciso for retiramos. Penso que o que está lá, no que se refere à reprodução assistida, é o que deveria estar e acredito que temos que fazer, inclusive, essas modificações, que foram novíssimas. E se isso for possível, optaremos por essa solução.

Enfim, o nosso objetivo é caminhar juntos, fazer com que saia o mais rápido possível a biossegurança e que não se deixe também o Brasil sem uma cobertura para essa outra área, que é de importância, principalmente na área médica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Senador, mas vou continuar com a minha discordância em relação à interpretação do Regimento, porque o Regimento é interpretado às vezes aqui de forma conveniente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se V. Exª for vencedor, farei, com muita tranqüilidade, a capitulação, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – E justifico a minha ausência na Comissão de Fiscalização e Controle.

Vou exercer aqui o meu direito de falar, mas serei breve, porque sou o autor do requerimento e preciso fazer apenas uma observação e uma indagação. É o seguinte: tornou-se um hábito de todos os políticos e governos exaltar o agronegócio. E o agronegócio tem que ser exaltado mesmo, porque ele tem sido a salvação da lavoura, a salvação da pátria, principalmente no que se refere à balança comercial e ao emprego. Agora, quando as pessoas exaltam o agronegócio, os governos disputam entre si a autoria ou a paternidade sobre o aumento de safra. Então, o governo atual, ao assumir, dizia: – olha, já assumimos e estamos colhendo essa grande safra. É a política agrícola do atual governo que está contribuindo para essa grande safra nacional. E governo anterior dizia: – não, mas essa safra é plantada sobre a nossa política agrícola.

Só que essa questão precisa ser vista de um outro ângulo, Senador Almeida Lima, porque,e se pegarmos o ano de 1994... Vou pegar o ano de 1990,

porque, ontem, o Senador Aloísio Mercadante fez esse discurso no plenário. De 1990 a 2004 são quatorze anos, em quatorze anos tivemos um acréscimo de produção no país de 115%. Só que, desses 115%, 100% é produtividade e 15% é aumento diário. Então, não sei quem é o pesquisador que contribuiu, se foi o pesquisador Fernando Henrique Cardoso ou o pesquisador Lula. Porque se é a tecnologia que foi incorporada ao sistema produtivo, que dobrou a produtividade das culturas e que ampliou então a produção dessa forma, não devemos jamais nos esquecer... E digo isso porque penso ser importante uma coisa que foi dita aqui, para eu discordar daquilo, que isso só foi possível porque temos uma comunidade científica extremamente competente e que precisa de liberdade para trabalhar e produzir para o país. Não deveríamos estar aqui, de forma nenhuma, discutindo competências se tivéssemos a noção, a consciência exata do que significou o trabalho de cada cientista neste país para proporcionar esse sucesso que é o agronegócio hoje e, do sucesso do agronegócio, as conseqüências sociais que o país pode auferir em função desse trabalho dos pesquisadores.

Quero dizer que há fatores que influenciaram para que houvesse esse aumento de produtividade: A organização do setor, as cooperativas que estão aqui representadas, que têm entidades de pesquisa. A Embrapa é sem dúvida nenhuma o nosso orgulho e deve ser sempre citada, mas jamais devemos nos esquecer dos pesquisadores da iniciativa privada, até daqueles profissionais liberais que acabam contribuindo com suas idéias, a Fundação Mato Grosso, a Codetec, o Iapac, essas duas últimas ficam no meu Estado. Hoje, temos entidades que não perdem para ninguém em qualidade; o IAC, onde eu fiz estágio quando estudante de Agronomia e que, portanto, tenho, também, muito conhecimento do que acontece lá dentro. E há outras entidades que não vou citar porque não dá tempo. Mas, quero dizer que não temos o direito, a classe política deste País não tem o direito de prejudicar esse trabalho dos cientistas brasileiros que, hoje, têm uma qualidade invejável no mundo inteiro. Aliás, muitos deles só ficam no Brasil, mesmo recebendo ofertas financeiras muito vantajosas, por amor à Pátria e ao que fazem aqui. Portanto, devemos muito, e muito mesmo, à comunidade científica brasileira; nós, políticos, não temos o direito de querer – ou porque fica bem politicamente perante determinado público, ou porque é uma bandeira política você lutar contra uma determinada tecnologia, como no meu Estado, onde, infelizmente, virou uma bandeira política – mas, repito, não temos esse direito porque isso traz conseqüências danosas à pesquisa e, conseqüentemente, para todo o cidadão, inclusive àqueles que ainda não sabem o que significa a palavra transgênico. Portanto, quero dizer que o tempo é, sim, muito relevante. É o maior equívoco alguém pensar que o tempo para ciência é irrelevante porque, quando você leva seis anos para registrar uma pesquisa e treze anos para lançar uma variedade de semente nova no mercado, você está lançando uma variedade que não prestará para nada, porque nenhum agricultor planta uma variedade com treze anos ela já caducou nessa evolução tecnológica rápida e dinâmica em que vivemos não somente no Brasil, mas no mundo inteiro. Se quisermos concorrer, temos que banir o fundamentalismo, isolar a ideologia para discutir um assunto técnico e científico. Não me meto a discutir tecnicamente e cientificamente porque não tenho conhecimento para isto, mas quero me basear no conhecimento daqueles que têm para, aqui, dar o meu voto com a consciência tranqüila.

Farei apenas uma pergunta ao Sr. Aragão, porque é uma curiosidade que quero ver respondida. Na Embrapa – só na Embrapa – fora a Codetec, a Fundação Mato Grosso e outras, porque, ontem, aqui, a discussão parecia – e lá no Paraná também – que era só soja transgênica, só soja da Monsanto. Em alguns ambientes esse assunto é debatido como se tratasse apenas de soja transgênica.

Eu gostaria que o Sr. Aragão respondesse quantas variedades de soja a Embrapa tem e quais os benefícios que essas variedades trariam se lançadas no mercado; quantas variedades de soja transgênica estão prontas ou quase prontas para irem ao mercado?

O SR. FRANCISCO JOSÉ LIMA ARAGÃO – A Embrapa, obviamente, foi uma das instituições públicas pioneiras no uso da utilização da engenharia genética para a agricultura. Produzimos, inclusive, a primeira planta transgênica no Brasil e temos vários projetos novos; estamos isolando genes para introduzi-los em várias plantas, inclusive soja. Hoje, trabalhamos com treze espécies de plantas e duas de animais. Com soja, estamos gerando novos eventos. Temos acordos – além de termos um acordo com a Monsanto para introduzir o gene PSPS nas variedades da Embrapa. As variedades já estão prontas porque já passaram por todas as etapas do melhoramento de soja e existem variedades prontas para todas as regiões do Brasil, onde se planta soja. Além disto, nós temos acordos de desenvolvimento de novas tecnologias, gerando soja resistente a outro herbicida que, inclusive, é uma condição ambientalmente interessante porque possibilitará a rotação de herbicidas, além das questões comerciais que, também, são relevantes e estamos introduzindo vários outros genes em soja para resistência às doenças fungicas, melhoramento nutricional

e, também, tolerância à seca em soja que, também, nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado.

Encerro, dizendo que em 90 produzíamos 115% a menos. Então, fazendo um cálculo bem rápido, se tivéssemos hoje o nível de tecnologia de 90 precisaríamos plantar mais 45 milhões de hectares; seriam mais 45 milhões de hectares devastados. Portanto, faço disso uma recomendação àqueles que acreditam que a transgenia pode ser um problema para o meio ambiente para que comecem a pensar também sobre esse ponto que acabo de colocar.

Agora, passo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs e Srs. debatedores, a minha preocupação, evidente, é de pronto esclarecer que a ciência é fundamental e a pesquisa é que traduz a ciência em tecnologias que podem melhorar, mas, também, pode piorar a vida humana. E temos exemplos na história de uso indevido da ciência, e está presente quase diariamente. Preocupa-me muito que estejamos em um modelo de produção onde os interesses econômicos se sobrepõem aos interesses do cidadão comum, aos interesses inclusive da vida.

Quando fazemos um balanço das nossas instituições, ninguém neste País tem dúvidas a respeito das suas instabilidades, das suas debilidades, e quando o Presidente da CTNBio chega aqui e nos diz que não tem diária para pagar o cientista fico me pergunto de onde vem essa confiança quase ilimitada na CTNBio para produzir todas as liberações. É por que mudou o governo? Não mudaram alguns comportamentos com a mudança do governo. A nossa sociedade construiu alguns comportamentos que são renitentes e resistentes a mudanças. Eu tive oportunidade de ver – e penso que neste aspecto a CTNBio teria que fazer um esforço enorme para que recuperássemos a confiança, até porque houve algumas autorizações de pesquisas que provocam interrogações. Por exemplo: liberar um campo de cem hectares para pesquisa não nos parece algo que faça com que possamos confiar na CTNBio, mesmo com as mudanças que estão ocorrendo. Depois, levamos muitos anos para tomar uma decisão sobre o uso dos transgênicos, e sabemos da importância do seu uso.

Ao mesmo tempo em que se debatia, se discutia, introduziam-se essas sementes clandestinamente, usando a política do fato consumado, desrespeitando a legislação e as instituições do nosso País.

Agora, parece-me, pelo que o projeto que veio da Câmara contempla, estar resolvido o problema. Não há mais embaraço à pesquisa porque o fato de comunicar não significa que se vai aguardar a decisão desses órgãos. Não, a A CTNBio é o organismo responsável pela liberação. Agora, quanto à liberação comercial, essa depende de políticas econômicas. Não podemos estabelecer que um órgão técnico seja responsável pela política econômica do País.

Então, como é a composição da CTNBio? Porque já houve um presidente da CTNBio que ao mesmo tempo tinha pesquisas desenvolvendo sementes transgênicas. Ora, quem tem que estar lá parece-me que são os especialistas em biossegurança e não quem tenha interesse em algum tipo de pesquisa.

Portanto, temos que estabelecer realmente critérios para compor a CTNBio, que garantam não apenas interesses das cooperativas brasileiras – e concordo que temos que os respeitar, respeitar os interesses da Monsanto, respeitar os interesses das empresas de biotecnologia – mas temos que ter pessoas lá que possam garantir os interesses dos consumidores, daqueles que consumirão esses produtos desenvolvidos pelo brilhantismo da nossa ciência e da nossa tecnologia.

Creio que essa composição tem que ser repensada. Temos que ter especialistas sim, mas em biossegurança. Tem que haver um critério da CTNBio. Parece-me que só estabelece o número. Temos que ter um perfil de quem compõe, porque esse perfil me parece fundamental na composição.

Depois, para finalizar, inquieto-me muito, porque a própria Embrapa poderia também ter desenvolvido, ao mesmo tempo em que desenvolve pesquisa de interesse da transferência de tecnologias, porque somos reprodutores aqui de pacotes tecnológicos, e, nos anos 60, nos anos áureos da revolução verde, que era a panacéia contra a fome da humanidade, de repente os OGMs também representam hoje o fim da fome.

Se fizermos um balanço, a fome aumentou no mundo, aumentou nesses anos. Temos legiões de famintos hoje vagando de um lado a outro.

Então, são justificativas que ouvi nos argumentos, incluindo os argumentos da FAO, que os OGMs vão reduzir a fome do mundo. Quem já viu esse filme tem que duvidar. O que está por trás são interesses econômicos poderosos e o nosso País, que já caiu em ciladas... O nosso algodão acabou. Agora que estamos voltando a recuperar a produção; o café, enfim, as grandes produções brasileiras.

Tenho um receio muito grande, se não tivermos uma preocupação com as questões econômicas que estão por trás dos OGMs, poderemos caminhar para o fracasso como já caminhamos com outras produções brasileiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Vou passar a palavra para o Presidente da Academia de Ciências e, depois, ao Diretor, que, hoje, está de Presidente.

Após, passarei a palavra para o Presidente da CTNBio, porque os dois foram provocados.

O SR. HERMAN CHAIMOVICH – Sr. Presidente, obrigado pela minha elevação de posto. Sou somente Diretor da Academia, não Presidente, mas quero responder diretamente ao Senador, que traz à discussão questões que acredito essenciais, como, aliás, em qualquer discussão do nível que estamos tendo e estamos aprendendo juntos. Eu diria, talvez, que quem mais está aprendendo, Senador, é a comunidade científica.

Esse debate sobre transgenia, embriões está trazendo para esta Casa a comunidade de forma maciça. Não me lembro de muitas ocasiões em que a comunidade científica veio ou foi convidada com tamanha freqüência, e se disposto a fazer.

Isso é uma construção democrática. Por que uma construção democrática? Aquilo que aconteceu há cinqüenta anos, ou há trinta, ou há quarenta, não se compara com aquilo que pode acontecer hoje. Por que digo isso?

A ciência sem responsabilidade social, de acordo com algumas entidades mais importantes que congregam os cientistas do mundo, que é o Conselho Internacional para a Ciência, é alguma coisa que nunca mais as associações internacionais de ciência poderão permitir.

É uma declaração da ICSO(?) que começa com isso. É vedado pensar que pode se formar hoje, em 2004, um cientista que não tenha consciência da sua inserção social. Várias coisas mudaram, e temos de observar com cuidado essas mudanças.

Como já foi dito várias vezes, a transgenia não se refere só às plantas. É interessante que a experiência brasileira – de novo, cientista brasileiro, tecnologia brasileira – na área médica conseguiu que este País diminuísse o preço da vacina contra a hepatite B de US$ 5.00 a US$ 12.00 para alguns centavos porque começou a dominar a tecnologia da produção e, de fato, produzimos vacina contra hepatite B recombinante. Esse é um exemplo de que a transgenia não se aplica só às plantas.

O domínio dessa tecnologia que vai bem além da soja é uma questão que o Brasil tem e o está aplicando. Suponho que acontecerá a mesma coisa com a vacina da meningite. Espero seriamente que este País domine a tecnologia para produção de vacina contra a gripe que hoje é importada.

Senador, permito-me discordar quanto à lei lendo o parágrafo. Quando disse que existia um problema nas decisões terminais vinculantes da CTNBio com relação à pesquisa, estava me referindo ao § 3º, do inciso XIII, do art. 11, que preconiza que "em caso de parecer técnico prévio conclusivo favorável sobre a biossegurança no âmbito da atividade de pesquisa, a CTNBio remeterá o processo respectivo aos órgãos e entidades referidas no art. 13 dessa lei – e agora vem a parte importante, não é para observar – para o exercício das suas atribuições".

Isso está escrito depois, e o exercício das atribuições das entidades referidas no art. 13 não se limita a olhar o que está escrito. Trata-se de uma listagem de atribuições e entidades que pode levar alguns meses até que alguém decida, em cada uma delas, o que é exercício da atribuição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Dr. Herman.

Passamos a palavra ao Dr. Jorge Almeida Guimarães, da CTNBio.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Senador João Capiberibe, por quem tenho o maior respeito ou admiração, quero fazer algumas considerações.

Inicialmente, eu não disse que não pagamos as diárias. Pagamos a diária, mas todos sabemos o que representa uma diária para vir a Brasília pelo serviço público. Apesar disso, os nossos cientistas vêm e dão uma contribuição absolutamente precisa e de muita responsabilidade.

Sr. Presidente, tenho receio de que essa comunidade diga que não está mais interessada em ajudar, e tenho visto sinais disso. Essas pessoas têm mandato, são indicadas por sociedades científicas de respeito nacional e internacional e sequer são da escolha do Ministro. São elaboradas listas tríplices, e o Ministro escolhe os nomes. Em relação ao Presidente da CTNBio, é feita uma lista tríplice na própria Comssão.

Sou Presidente da CTNBio desde novembro, quando fui indicado pelo então Ministro Roberto Amaral, por ocasião da saída do Presidente do CNPq que havia substituído o Professor Esper. Tendo deixado o Ministério em fevereiro deste ano para assumir a Capes, a convite do Ministro Tarso Genro, os Ministros Eduardo Campos e Aldo Rebelo pediram-me que continuasse no cargo até que o projeto de lei fosse votado. Como se esperava que esse projeto fosse decidido rapidamente, estou acumulando duas posições para o Governo que me são bastante trabalhosas.

A composição é feita a partir da indicação da comunidade. Isso é o que a lei prevê. Todas as pessoas que estão lá têm mandatos e são indicadas. A partir de lista tríplice, o Ministro faz a escolha dos Membros.

Quero fazer outras considerações. O Professor Chaimovich falou a respeito de alguns avanços da ciência brasileira. Há muitos outros que não se resolvem por razões até desconhecidas. Por exemplo, na área dos imunobiológicos, o Brasil tem competência para resolver quase todos os problemas, a começar pelo fator oito, que está ocasionando a crise que estamos vivendo não pela primeira vez. Muitas vezes, essa é uma questão de segurança nacional. Na Guerra das Malvinas, os argentinos – que não produziam esses componentes de sangue, especial a albumina, produto extremamente simples de ser feito – com o boicote dos ingleses, perdiam soldados que morriam pela impossibilidade de terem esse medicamento tão simples. Essa é uma questão de segurança nacional com muita freqüência.

Nesse sentido, é interessante notar a última transparência que mostrei, em que se verifica a seguinte questão: dos vários processos com liberação comercial dependente de ação da Justiça, só duas empresas são exclusivamente da área agropecuária. Todas as outras, estrangeiras, atuam no setor farmacêutico há muitas décadas no Brasil. Desse modo, se podemos concluir algo, há também responsabilidade social dessas empresas. Exemplo: Aventis, Hertz, Novartis, Novo Nordisk, Bayer, que estão aqui há muitas décadas, atuando num setor, talvez, dramaticamente, mais importante, como os medicamentos. Há poucos anos, se essas empresas saíssem do Brasil, muitos brasileiros morreriam de diarréia, pela falta de medicamentos basais e de muitas parasitoses intestinais. Felizmente, hoje, não é esse o caso.

Finalmente, quero fazer uma consideração: por que é biossegurança? Ela transcende em muito o que estamos discutindo. Por exemplo, se o projeto do biodiesel avançar com a mamona, preparem-se: a mamona tem a proteína de atividade tóxica mais potente da natureza. Poucos picogramas da resina (rescina) – um produto natural da mamona – são capazes de matar uma pessoa. Desse modo, se estamos falando em biossegurança, não podemos eliminar o componente científico. Quem descobriu que a resina (rescina) faz isso? Cientistas e não o conhecimento popular.

Portanto, temos de nos associar à defesa intransigente de que sem ciência e sem educação este País não tem futuro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Tenho a impressão de que não estou sendo entendido. O Presidente Jorge Almeida levantou uma questão, que vai me fazer ser entendido. A mesma tecnologia que permitia salvar os soldados argentinos era contraposta por outra tecnologia inglesa que os matava. As duas são produtos de ciência.

O fato de colocarmos a preocupação e até duvidarmos da nossa instituição se dá por haver um histórico. Desculpem-me. Sei que V. Sª é Presidente há bem pouco tempo, mas temos um histórico de mau uso das instituições públicas neste País.

Quero tirar uma dúvida: se chegarmos à conclusão de que a restrição quanto à pesquisa... Temos que separar bem a pesquisa da comercialização. Uma é completamente diferente da outra. Não há como colocar no mesmo lugar essas decisões. Se houver realmente restrição à pesquisa no projeto, teremos que pensar uma maneira de buscar solução.

Quando fui Governador por dois mandatos, fizemos grandes investimentos em pesquisas. Quando não havia dinheiro para nada, havia dinheiro para pesquisa. Os resultados são fantásticos. Era outra linha completamente diferente, era pesquisa do aproveitamento da biodiversidade, a transformação de espécies da biodiversidade amazônica em produtos de consumo, seja na área alimentícia, na construção etc. Eu queria tirar essa dúvida, que o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios pudesse nos tirar essa dúvida, realmente se existem, se o que a atribuição desses órgãos, como a Anvisa, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, vão retardar, ou há alguma inconstitucionalidade, porque me parece que há uma obrigatoriedade constitucional, perdi sua palestra, mas quero tirar essa dúvida para que possamos, então, tomar decisões aqui com convicção.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, então, com a palavra.

O SR. AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS – Obrigado, Sr. Presidente. Antes de responder à questão levantada agora pelo Senador João Capiberibe, quero fazer algumas ressalvas em relação ao que foi dito aqui por meus colegas palestrantes. Afinal de contas, uma audiência pública demanda debate e contraditório, até porque foram ditas coisas aqui com as quais não concordo de maneira nenhuma. Não vou nem falar daquelas com as quais não concordo parcialmente, mas daquelas com as quais tenho funda discordância.

A primeira delas, Dr. Luiz Roberto Baggio, em relação a questões que são ditas, como, por exemplo, essa questão da competência em escala comercial da CTNBio, que se coloca dentro da história, vai contra o projeto, aliás não só nessa, quanto na fase anterior também. Acredito que tanto o projeto do Deputado Aldo Rebelo quanto o projeto que acabou sendo vitorioso, e chega aqui também, não chegava a essa radicalidade. Não vou fazer aqui nenhum exercício doloroso de relembrar por que no Congresso Nacional se discutiu

isso, porque o Ministério Público, como também tem a função de controlar e monitorar atos administrativos pelas agências reguladoras e pelo Estado, não tem nenhum otimismo em relação a nenhum órgão do Estado como centro de excelência e perfeição. A imperfeição, erros ou equívocos de interpretação, às vezes atos com desvios de finalidade ou para atender determinado setor, ocorrem em toda a administração, por isso é que temos o sistema de controle, que isso funciona também pelo Congresso Nacional, que tem o Tribunal de Contas da União para controlar isso. Não existe órgão perfeito, e a CTNBio está muito longe da perfeição, como qualquer outro. Então, não vamos ficar aqui, dizendo que a excelência dos cientistas faz com que o órgão seja também excelente. Não. Administração pública, ato administrativo, sistema de controle são coisas completamente diferentes. Daí por que tenho que essa questão da diferença entre pesquisa – autorização para pesquisa e autorização para a escala comercial – demanda uma diferença grave nisso.

Mas há uma outra questão, se me permite um pouco mais alongar-me no tempo, que é a questão de licenciamento ambiental só de produtos considerados pela CTNBio potencialmente causadores de impacto ambiental. Isso é um total absurdo, até porque em princípio isso não se coloca. Não se tem como questão que esses produtos vão fazer mal; é na eventualidade de que possa haver impacto ambiental. Mas não se coloca isso de plano. Se se colocasse, nem seria deferido. Obviamente que o Dr. Jorge Almeida Guimarães não autorizaria esse produto. Então, isso não se submete mesmo. Já seria de plano rechaçado. Então, a questão do licenciamento ambiental volta a um ponto que tem, lamentavelmente, percorrido todas as esferas de Governo, especialmente todos os empreendimentos, não só no setor elétrico, na questão também do agronegócio, é de que é necessário ou não haver o licenciamento ambiental, é necessário ou não haver a avaliação de risco. Quem é que faz o gerenciamento de risco no País e com que competência? E mesmo na questão da pesquisa, embora eu acredite que, concordando que precisa simplificar essas coisas, mas só concordo, à medida que se estabeleça essa distinção, porque, para um produto vir a ser comercializado, vir a ser posto na prateleira do supermercado, demanda a anuência dos consumidores, demanda haver o impacto social e econômico disso, demanda verificar se esse crescimento do *agrobusiness* de 115% significou, na mesma proporção, aumento do número de empregados no campo. Porque se a diferença for muito grande podemos criar um outro problema. Podemos criar a falsa sensação de que a produção agrícola tem ajudado a resolver o problema da fome. Porque o problema da fome, para mim, está ligado diretamente à questão do emprego. Vamos tentar separar o que é ideologia e o que é ciência, para que não caiamos, como o antídoto do que seria anticientífico, num fundamentalismo científico de que tudo o que a comunidade científica disser é justo e verdadeiro para todos os setores indiscriminadamente. Então, esse é um ponto que quero ressaltar, porque defendo o projeto tal como está, pelo menos nessa configuração de ter um órgão político para decidir os impactos socioeconômicos que têm um órgão ambiental que vai tratar da questão do licenciamento ambiental, como nós temos, e que seja rigorosamente cumprido o que determina o art. 225, independente do fato de corrigir alguns excessos e até incorporar um outro ponto sugerido pela CTNBio.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – O Senador João Capiberibe já encerrou?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – De fato há uma preocupação constitucional, uma obrigatoriedade constitucional. O art. 225 torna obrigatória a análise e a avaliação ambiental dessas pesquisas.

O SR. AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS – Tenho absoluta convicção que sim. Inclusive, esse teste da obrigatoriedade do estudo prévio de impacto e licenciamento ambiental já foi judicializado. Em pelo menos duas instâncias já foi dito isso, que é obrigatório o licenciamento ambiental. E temo que a não-preocupação com essa questão possa gerar conflito judicial a cada pedido ou a cada autorização feita que não respeite o componente ambiental ou o que a Constituição determina como obrigatório para todos os empreendimentos potencialmente causadores de degradação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Como fiz a observação dos 115%, devo dizer que também torço para que se consiga com políticas públicas resolver o problema do desemprego. Agora, penso que o Governo não vai resolver esse problema baixando um decreto proibindo o desemprego tecnológico, porque daí teremos que discutir ciência de outro jeito. É proibido fazer a evolução tecnológica que não gere tantos empregos quanto foi à evolução tecnológica. Aí fica difícil realmente; só baixando um decreto proibindo o desemprego tecnológico para resolver o problema do desemprego no Brasil.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Os grandes produtores de grãos. Esses grãos nossos estão exportados, e ontem falava sobre isso, que considero uma tragédia que estejamos hoje convertendo floresta amazônica em grão de soja para alimentar as vacas européias que são subsidiadas. Estamos garantindo a vida das vacas européias que são subsidiadas a 960 dólares por ano, enquanto estamos destruindo as

nossas florestas com um espaço imenso neste País e condenando milhares de agricultores com esses subsídios absurdos, tanto o americano quanto o europeu, que condenam milhões e milhões de pequenos agricultores e a produção agrícola do mundo todo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Vou passar a palavra então ao Diretor da Academia Brasileira de Ciências, Dr. Herman Chaimovich.

O SR. HERMAN CHAIMOVICH – Apenas uma observação muito curta de um campo que certamente não é o meu. Para fazer qualquer reflexão sobre licenciamento ambiental precisa de pesquisa. O licenciamento ambiental sem pesquisa é feito sobre um não existente. Portanto, creio que a interpretação desse artigo à Constituição até o limite que proíbe a pesquisa, porque precisaria de um licenciamento ambiental prévio, é uma contradição em si mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Aragão.

O SR. FRANCISCO JOSÉ LIMA ARAGÃO – Na minha apresentação procurei mostrar como evoluiu o melhoramento de plantas. O Subprocurador Aurélio disse que não aborda questões científicas, mas temas relacionados a questões jurídicas, que são de sua área.

Como não sou jurista, tenho dificuldade em falar sobre legislação. Contudo, quando leio o art. 225 da Constituição, constato que não deve ser lido ao pé da letra.

Eu disse, por exemplo, que hoje podemos gerar uma planta resistente a herbicida sem utilizarmos a Engenharia Genética. Podemos introduzir genes para resistência a inseto sem Engenharia Genética e isto tem sido feito há décadas.

Todas estas questões relacionadas a impacto ambiental poderiam ser transplantadas exatamente como estão para estas mesmas plantas. Não estou defendendo que estas plantas sejam submetidas a licenciamento. Hoje, não há necessidade nenhuma de licenciamento para uma planta resistente a herbicida no campo brasileiro. Por que não estou defendendo o licenciamento? Utilizando os mesmos argumentos, isto deveria ser feito, porque tais plantas potencialmente são danosas ao meio ambiente. Se isso fosse feito, se houvesse necessidade de licenciamento ambiental para as plantas geradas no Programa de Melhoramento sem utilização de Engenharia Genética, o que aconteceria? Hoje se busca o licenciamento ambiental apenas para as plantas geradas por Engenharia Genética, mas, se todas as plantas dos programas de melhoramento tivessem que passar por licenciamento ambiental, o que aconteceria? Usando os mesmos argumentos, haveria essa necessidade. O que aconteceria? Pararíamos o Programa de Melhoramento e a geração de novas variedades, pondo em risco a nossa agricultura. Hoje se busca licenciamento ambiental apenas para plantas transgênicas. Não estou dizendo que não devemos fazer uma avaliação de risco com as plantas transgênicas. Devemos fazê-la, inclusive com as outras. Entretanto, o licenciamento ambiental poderá pôr em risco inclusive a nossa agricultura.

Existe um outro comentário que quero de fazer acerca da intervenção do Senador João Capiberibe, atinente ao funcionamento do processo científico. V. Exª, Senador, questionou a avaliação dos processos na CTNBio feita pelos próprios cientistas, às vezes até daqueles mesmos que também trabalham com OGN. Obviamente, como seres humanos, eles são seres políticos. Todos os seres humanos são seres políticos. Então, certamente existe uma questão política. Como é o processo científico de publicações de resultados, de submissão de projeto de pesquisa? Quando submeto um artigo científico a uma revista científica, ele é avaliado pelos meus pares. Não seria possível um cientista ou um cidadão da sociedade de outra área avaliar o meu trabalho. Então, se submeter um artigo que trata de Engenharia Genética a uma revista científica, ele deverá ser avaliado por pesquisadores que trabalham com Engenharia Genética. Se eu submeter um projeto de pesquisa aos órgãos de financiamento, ele será avaliado por pesquisadores que trabalham em áreas correlatas. Do contrário, seria impossível ou muito difícil até o entendimento. Então, é assim que a ciência funciona: por meio de avaliação pelos pares.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Mesmo o pesquisador que trabalha na CTNBio desenvolve patentes. É isto que estou questionando. Deve haver exclusividade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)) – Mas o projeto propõe uma diversidade na indicação dos membros da CTNBio, exatamente para permitir que todos os assuntos sejam cercados de cuidados técnicos, porque lá estarão especialistas em cada uma das áreas de conhecimento científico. Então, esses técnicos dessas áreas específicas de conhecimento científico estão presentes. Por isso, que estamos propondo uma ampliação daqueles que têm especialização exatamente para permitir que sejam cobertas todas as áreas de conhecimento na CTNBio e, dessa forma, tenhamos segurança em sua análise técnica, tirando exatamente aquilo que o Subprocurador falou.

Em minha cabeça nunca passou que os cientistas nunca erram e que tudo o que decidirem está perfeito. Não disse isso, e sim que a evolução das safras no Brasil se devem muito ao desenvolvimento científico e, enquanto os cientistas tiverem liberdade, conse-

guiremos aumentar ainda mais a produtividade. Mas se cercearmos essa liberdade, inclusive em relação ao algodão, a que V. Ex.ª se referiu, e que começa a voltar ao Brasil, sabe qual é a grande esperança do algodão no Brasil? O algodão BT que, por acaso, é transgênico.

Os Srs. Senadores querem fazer alguma intervenção. Senão, não ouviremos os Senadores.

O Sr. Francisco Turra está aqui, foi Ministro da Agricultura, é Deputado e está, desde o início, prestigiando a nossa audiência pública. Houve o pedido de um Senador para que S. Exª falasse, não é regimental, mas vamos ouvi-lo porque queremos cercar o assunto de todas as opiniões.

Tem a palavra o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputado Francisco Turra, senhores debatedores, o que vou falar aqui talvez não seja muito específico em relação às finalidades desta reunião, mas é apenas um exercício de tentativa de soluções e preocupações com o futuro.

Modestamente tenho acompanhado o drama dos países do terceiro mundo exatamente dos produtores de matérias-primas exportáveis e já vi algumas crises no Brasil. A do algodão, a do sisal no meu Estado, a Paraíba, a crise do cacau na Bahia.

Penso que o meio cientifico e, sobretudo, o Governo deveriam estimular a pesquisa relacionada com o aproveitamento industrial desses produtos. Estamos vivendo agora a febre da soja. Há uma animação geral e todo mundo quer ser pai da criança, desse crescimento extraordinário da produção de soja no Brasil e, não há dúvida do peso que a soja tem hoje na balança comercial do Brasil.

Em escala talvez menor vi o peso que o sisal teve na balança comercial na Paraíba e, um simples fato novo de natureza científica, a superação das dificuldades que o fio chamado "balers twines", que respondia por 90% da utilização do sisal exportado, representava para os produtores e criadores da Europa, a interferência na digestão dos animais, quando os países desenvolvidos resolveram o problema da digestibildade do fio sintético, instalou-se uma crise e o sisal simplesmente desapareceu dos mercados internacionais e a Paraíba – que produzia cento e dez milhões de quilos de sisal –, hoje, está reduzida a modestos cinco milhões de quilos.

A Bahia ainda sustenta um pouco da sua produção, mas o sisal se inviabilizou porque, internamente, não se procurou pesquisar outras alternativas economicamente viáveis para a utilização da cultura do sisal. Foram milhares e milhares de trabalhadores desempregados no meio rural paraibano e no semi-árido. O sisal era, segundo os matutos da Paraíba, uma planta abençoada. De tão resistente ao meio ambiente do semi-árido, ela se superava à escassez de chuva e era quase insensível a qualquer tipo de praga. Mas se inviabilizou completamente.

Quando vejo o País inteiro alvoroçado com a questão da soja, e não carrego inveja alguma porque meu Estado não produz soja, sou brasileiro e nacionalista, fico orgulhoso com isso, mas tenho receios com relação ao que será a futura produção da soja, se não estamos incidindo em um erro semelhante a muitos outros que historicamente já cometemos. A ciência está preocupada em aumentar a produtividade e a resistência nas novas variedades de soja, mas acredito que deveria se preocupar e se dedicar muito mais à diversificação das utilizações industriais da soja, inclusive, e aí está a preocupação do Senador João Capiberibe e de outros, com a incorporação, em agregar mão-de-obra. Conheci muito bem isso no sisal, nunca um importador estrangeiro se interessou por importar produto industrializado do sisal. Mas a matéria prima todos queriam importar. Porque os governos se preocupavam com a mão-de-obra, com o emprego. Não é esse, porventura, o grande questionamento que se faz hoje com relação aos subsídios que os governos da Europa concedam a seus agricultores? Garantir o emprego no meio rural?

É uma questão, como disse, talvez não muito especifica, nem com os objetivos desta reunião nem com o entusiasmo que movimenta o espírito dos pesquisadores nacionais. De fato, é realmente empolgante sabermos que a soja é um produto que salva, em parte, a economia nacional, e permite que o Brasil figure nas estatísticas. Mas se, de repente, um país da África ou da Ásia resolve se dedicar à produção de soja, o mundo ficará abarrotado de soja bem mais barata por conta da questão salarial e outras questões de natureza econômica que influem nos custos de produção.

Era importante, penso, e urgente que os pesquisadores brasileiros se debruçassem sobre a necessidade de diversificar a utilização industrial da soja. Não sei qual o número, quanto o Brasil utiliza em sua própria indústria de soja e quanto exporta de produtos industrializados para países da Europa, enfim, para importadores universais. Não sei. Mas tenho a impressão de que se trata de um dado importante na produção industrial agrícola no Brasil e de procurar agregar mão-de-obra aos produtos primários através da industrialização, e não exportar apenas matéria prima, inclusive com as características a que aludiu oportunamente o Senador João Capiberibe. Há pouca inclusão social com as atividades agrícolas no País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Consulto se mais algum Senador deseja fazer uso da palavra. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, cumprimento V. Exª pela iniciativa de atender à solicitação de tantas entidades e trazer autoridades, tanto ontem como hoje, e ainda prossegue, para esta audiência pública, proporcionando a nós Senadores a possibilidade de votar essa matéria de maneira muito mais consciente.

Sinto não ter assistido a tudo por excesso de atividades simultâneas, Sr. Presidente, inclusive tenho um compromisso agora com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, preciso estar na Embaixada da França. Portanto, terei de me ausentar em cinco minutos.

Meus cumprimentos à colaboração de todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado Senador Eduardo Suplicy pela presença e pelo interesse no debate.

Se não houver mais nenhum Senador que deseja fazer uso da palavra.

Senador Marco Maciel.

Vamos ouvir o Deputado Turra, que nos honra com sua presença, e desde já agradecendo por estar aqui desde o início, prestando muita atenção ao debate.

Com a palavra o Deputado Turra.

O SR. FRANCISCO TURRA – Senador Osmar Dias, Senadores, demais integrantes desta Mesa ilustrada, debatedores que nos iluminaram sem dúvida.

Em primeiro lugar, ouvi com muita atenção ensinamentos preciosos hoje pela manhã e algumas conclusões unânimes, como, por exemplo, a biotecnologia é um avanço, não vi ninguém discordando; segundo, a urgência de que o Brasil tenha uma lei, para efetivamente continuar avançando, permitindo que a ciência dê condições ao ser humano de viver melhor. Em suma, referindo-me não apenas ao nosso agronegócio, mas também à saúde humana, que poucos questionaram ao longo do tempo.

Conheci a posição do nosso Deputado Relator Aldo Rebelo no início dos debates do ano passado. Ele, naturalmente, era muito mais esclarecido que tantos que debatiam sem o mínimo conhecimento e lançavam placas pelo Brasil afora: Transgênicos, Semente da Morte. Mas S. Exª tinha, naturalmente, alguma reserva. E o que lhe permitiu construir um projeto que chamo de moderno, iluminado? Ele, como V. Exª fez no passado, quando era ministro – e hoje ouviu a comunidade científica – ouviu a sociedade como um todo.

E S. Exª não extraiu esse projeto que defendeu apenas da sua imaginação. Não, S. Exª concluiu ouvindo, questionando de forma madura. Então V. Exª faz muito bem ao repetir o gesto do Relator Aldo Rebelo, projeto que defendemos, porque teve fundamentos.

Quero mencionar algumas questões. Creio que não avançamos e não temos pressa, porque há interesses, estranhos e internos também – e friso os internos. Estranhos porque lá fora e ouvi, em uma reunião de ministros da agricultura, nossos técnicos, nossos especialistas falando com os especialistas dos outros países, comparando a Lei de Biossegurança do Senador Marco Maciel, construída aqui durante seis anos de lutas e disputas etc, e que recebeu vetos em alguns artigos e que não foram supridos. O que recebi de lá de comentários é que é uma das leis mais modernas do mundo. Tudo bem. Tinha seus defeitos, mas penso que com alguns reparos poderia avançar, poderia funcionar muito bem. Tivemos, por exemplo, o problema dos vetos que não foram supridos com uma legislação ou complementação, mas temos uma lei de biossegurança e não adianta ter essa lei se desprezamos o avanço da biotecnologia. Não adianta mesmo.

Sr. Presidente, quero dizer que há interesses estranhos em nos manter no atraso, lá fora, tanta hipocrisia. Ouvia da União Européia: "não, não consumimos óleo de canola". Estranhamente, de algum lugar do outro mundo vinha, porque os europeus até hoje ingerem produtos transgênicos, e hipocritamente dizem que não.

Participei de reuniões no Laboratório York vendo o que se fazia com a transgenia e ficava irritado de chegar aqui e imaginar que tínhamos que abandonar a biotecnologia, principalmente porque temos um amplo espaço para matar a fome do mundo. Internamente, aqui, há um debate. Eu defendo a agricultura orgânica. Eu até fui a favor da agricultura convencional, mas a agricultura orgânica, que permitiria alimentar uma população de três bilhões de seres humanos, não mais do que isso, quem sabe até dando emprego, mas matando muita gente. Ela é importante, tem que continuar. A biotecnologia não veio para destruir a agricultura orgânica. Ela tem seu espaço precioso no mundo e terá melhor, e a agricultura convencional teve seu tempo e seu espaço, mas a biotecnologia deve ser apoiada e, com pressa, fazer com que Câmara e Senado faça a sua parte com rapidez.

Há algumas observações que quero pontuar sobre o projeto de lei aprovado na Câmara e o projeto que gostaríamos ver, hoje, aprovado no Senado, basicamente em cima do texto do relator Aldo Rebelo.

Vou sintetizar os pontos, de forma bem sucinta.

O parecer técnico prévio, conclusivo, da CTNBio, que trata dos aspectos de biossegurança de organismos geneticamente modificado e seus derivados vincula os

demais órgãos e entidades da administração pública apenas nos casos de atividades de pesquisa. No caso de atividades comerciais, esse parecer apenas orienta os órgãos no exercício das suas atribuições.

Pesquisa e comercialização. Ora, se é uma atribuição do Governo a comercialização, se há interesse, a oportunidade de se comercializar ou não, isso é uma outra questão, mas vincular isso a outros órgãos, gerar status a ser comercializado, considero isso absurdo. Para mim, se hoje fosse aprovado o projeto que veio da Câmara, desafio – ouvindo a comunidade científica – que tivéssemos biossegurança no Brasil. Duvido. Nenhuma empresa de pesquisa investiria bilhões de reais na insegurança de ver que esse projeto pudesse chegar ao seu final. E, a meu ver, é o que está escrito neste projeto.

Ausência de clareza nos procedimentos para autorização comercial. Todos os pedidos de autorização de OGMs e derivados ficam obrigados a serem submetidos ao Conselho Nacional de Biossegurança, formado por 15 Ministros de Estado, exigência de licenciamento ambiental. Não há nenhuma legislação porque vamos revogar. Nada. A proteção ao meio ambiente vai ficar inteira, constituição inteira, mas exigência de liberação ambiental para atividades comerciais de OGMs e seus derivados. Isso é um problema que tem que ser analisado profundamente.

Outro ponto é a invalidação dos pareceres emitidos anteriormente pela CTNBio para atividade de comercialização de OGMs e seus derivados, (Comunicados 54 e 113), pontos que questionamos.

E ausência de definição sobre as atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente. O que é? O que significa? Que abrangência tem?

As implicações que vemos são as seguintes: redução de investimentos em biotecnologia no País e atraso tecnológico; retardo na adoção de tecnologias vantajosas para o setor produtivo, derivadas da biotecnologia; e utilização ilegal da biotecnologia. É para isso que se presta o texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados, naturalmente contra a minha vontade e a de tantos outros.

Então, queremos simplesmente oferecer o retorno ao texto apresentado pelo Deputado Aldo Rebelo, nos aspectos relacionados à natureza do parecer da CTNBio, à força, ao cientista brasileiro – por quem eu também, sinceramente, tenho mais que admiração, tenho veneração e às suas competências e dos órgãos de registro e de fiscalização. A solução para o problema da comercialização vai ficar adstrita a políticas de governo. Nada vai mudar. Sem dúvida. Também uma introdução de artigo, autorizando registro e comercialização de organismos geneticamente modificados, com parecer técnico prévio, favorável, emitido pela CTNBio, como a soja transgênica. Introdução de artigo convalidando e tornando permanentes os registros provisórios concedidos sob a égide da Lei nº 10.814, de 2003. A definição de competência da CTNBio para identificar as atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente.

Eu até acredito que caminhamos mal com essa legislação. Em 1998, a CTNBio autorizou a utilização, em escala comercial, das variedades de soja. O que aconteceu de desgraça? Por que não andamos? Primeiro, se fosse uma variedade da Embrapa, certamente até teríamos absorvido. Foi de uma multinacional e há um preconceito maluco contra tudo isso. Aí, deu no que deu. Outra coisa: a liberação ou não exigência do impacto ambiental, por não ser uma semente potencialmente degradadora etc, também foi algo que criou todos esses obstáculos.

Repito que estamos vivendo no pior dos mundos. Não aconteceu nada. A pesquisa parou. O Brasil parou. A biotecnologia foi para o espaço. Com uma Embrapa com tanta atividade, com um potencial, as nossas empresas privadas todas pararam, naturalmente. Vimos o quê? Não proibiram a entrada de soja em regime de **drawback**. No Rio Grande do Sul, entrou soja da Argentina em regime de **drawback**. Aí, ocorreu tudo isso que aconteceu. Se a semente é melhor? Certamente não. Se fosse a nossa, se fosse aquela autorizada, legal, certamente sim, para o meio ambiente, para a saúde humana, para tudo. Estamos vivendo no pior dos mundos, vendo o Presidente Lula editar medida provisória para convalidar o pior, mas era o único caminho.

Não é isso que queremos. Como brasileiros, queremos andar, queremos que, com pressa, aqui consigamos debater e arrumar a melhor legislação de biossegurança para o Brasil, para continuar salvando vidas, não só com a medicina, mas também com alimento melhor, com produtividade. V. Exª foi feliz ao dizer: "Passar de 50 milhões de toneladas para 128 milhões, aumentando quatro milhões de hectares, é muito competência do nosso produtor, dos nossos pesquisadores"

(término da gravação)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 19ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1 de junho de 2004.

Às onze horas e dezenove minutos do dia primeiro de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias,

e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, José Jorge, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Romero Jucá, Marco Maciel, Paulo Octávio, Lúcia Vânia e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Duciomar Costa, Fátima Cleide, Maguito Vilela, Jorge Bornhausen, Efraim Morais, Maria do Carmo Alves e Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Roseana Sarney. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio Costa para relatar o item 01 da pauta. Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 022, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz que, "Institui a Bolsa-Atleta (destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional – COI e ao Comitê Paraolímpico Internacional)". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o parecer favorável, com as emendas 01, 02, 03 e 04-CE oferecidas, é aprovado. O Senhor Senador Osmar Dias reassume a Presidência: Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Pastore que, "Altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura". O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o parecer favorável, com as emendas 01 e 02-CE oferecidas, é aprovado. Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 095, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Wilson Santos que, "Extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9192, de 21 de dezembro de 1995". O relator designado é o Senador José Maranhão e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 007, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria dos Deputados Paes Landim e Saulo Pedrosa que, "Denomina Presidente Juscelino Kubitschek a rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 018, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Romel Anizio que, "Denomina 'Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves' a ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o rio Paranaíba entre os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer favorável é aprovado. Item 07: Projeto de Lei da Câmara nº 064, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Jaime Martins que, "Denomina 'Presidente JK' a rodovia BR-040". O relator designado é o Senador Paulo Octávio e o parecer favorável, com as emendas 01 e 02-CE oferecidas, é aprovado. Item 08: "Distribuição da Proposta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, referente ao Empréstimo à Mídia. (TV'S, Jornais e Revistas)". A proposta é distribuída aos Senhores Senadores presentes. Neste momento da reunião o Senhor Senador Hélio Costa pede a palavra e sugere a realização de uma reunião administrativa da Comissão com o Presidente do BNDES, Senhor Carlos Lessa para uma melhor discussão do assunto. Em resposta, o Senhor Presidente, informa que vai analisar a melhor forma de encaminhar o assunto e submeter ao Plenário da Comissão. Prosseguindo, os Senhores Senadores Osmar Dias e José Maranhão, pedem a palavra, e requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra pauta, de requerimentos. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Urgência, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias e Hélio Costa que, "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o PLC nº 22, de 2004 que 'Institui a Bolsa-Atleta (destinada aos atletas praticantes ao desporto de rendimento em modalidades Olímpicas e Paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional – COI e ao Comitê Paraolímpico Internacional)'". O requerimento é aprovado. Item 02: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Maranhão que, "requer, nos termos do disposto no inciso II, V e XII do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 095, de 2003 que, 'extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9192, de 21 de dezembro de 1995', tendo como convidados as seguintes entidades: União Nacional dos Estudantes – UNE; Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES; Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE". O requerimento é aprovado. Antes de encerrar a reunião o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, propõe ao

plenário a alteração no encaminhamento das votações dos Projetos de Decretos Legislativos que tratam de rádios e televisões, visando agilizar o andamento das próximas reuniões, uma vez que os números de proposições prontas para deliberação na Secretária da Comissão chegam ao número de seiscentas (600), em decorrência do trancamento da pauta no Plenário do Senado por Medidas Provisórias, o que impede a Comissão de deliberar sobre matérias terminativas. Propõem ainda que, até a regularização dos Projetos de Decretos acima citados, na ausência do relator da matéria seja imediatamente designado um relator ad hoc, alterando, provisoriamente, a praxe adotada na Comissão de somente submeter a voto as matérias referentes a Decretos de rádio e televisão na segunda reunião em que o relator estiver ausente. A proposta é aprovada por unanimidade. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria da pauta: Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 087, de 2004. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador Osmar Dias, **Presidente da Comissão.**

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, está aberta a 19ª reunião extraordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Todos sabem, a pauta do plenário está trancada, mas podemos, hoje, apreciar e votar os oito itens que têm caráter não terminativo. Portanto, vamos iniciar a reunião, mas antes gostaria de comunicar que daremos seqüência à serie de audiências públicas que estamos realizando e, amanhã, faremos audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para discutir um dos temas do projeto de lei que trata da biossegurança, já que realizamos duas audiências públicas na Comissão de Assuntos Sociais para debater a questão dos transgênicos. Agora, vamos debater com a Comissão de Assuntos Sociais células-tronco e embriões, dando seqüência, portanto, à série de audiências públicas.

Hoje, numa das colunas que diariamente circulam nos jornais brasileiros, li que os ambientalistas dizem que faço parte do **lobby** que está tentando mudar o projeto de biossegurança para pior. O jornalista fez a publicação sem me ouvir, mas gostaria de cumprimentar os ambientalistas porque antes de eu apresentar as emendas eles já as conhecem e ao seu teor, e dizem que vão piorar o projeto de lei.

Então, há uma má-fé enorme dos ambientalistas e o equívoco enorme do jornalista Cláudio Humberto, que publicou na sua coluna essa crítica, dizendo que faço parte do **lobby** que tenta mudar para pior o projeto de biossegurança. Estou cumprindo meu dever de trazer o debate para a Comissão de Educação, atendendo não só a minha proposta mas a de vários Senadores, entre eles o Senador Juvêncio da Fonseca, que, em outra oportunidade, já fez um requerimento que debatemos.

Eu, que nunca me submeti a **lobby** nenhum, estou com a consciência absolutamente tranqüila, porque desejo impedir que o Senado vote um projeto sem debatê-lo, principalmente da importância e gravidade do projeto de biossegurança.

Vamos debatê-lo, mesmo que isso possa contrariar alguns ambientalistas ou prepostos de ONGs que desejam manter o projeto como está para impedir o desenvolvimento científico em nosso País.

Da forma como o projeto se encontra, para instalação de um experimento, no Brasil, serão necessários seis anos e para finalizar uma pesquisa, 13 anos.

Desejo que o Senado Federal tenha conhecimento sobre o que vai votar, para votar o melhor projeto para o País. Não me submeto a **lobby** de ninguém, em nenhuma matéria. Nem ao **lobby** do Governo, nem ao **lobby** da Oposição, muito menos de alguns prepostos de ONGs que estão inconformados pelo fato de o projeto estar sendo debatido, como se o Senado não tivesse o direito e, mais do que isso, o dever de debater tudo que vai votar.

Ouvi, em audiências públicas, pessoas dizendo: "Nós não vamos permitir mudanças no projeto". Pessoas que nem votam no Senado disseram que não vão permitir mudanças no projeto. Elas estão, evidentemente, irritadas pelo fato de estarmos, na Comissão de Educação, que tem como competência também a área de ciência e tecnologia, debatendo um projeto. Vejam que só debater o projeto já irrita algumas pessoas. Mas vamos continuar debatendo para irritar mais ainda essas pessoas.

Eu, que tentei falar com o jornalista Cláudio Humberto por telefone, espero que ele me atenda para que a gente possa conversar a respeito. Ele cometeu um grande equívoco e uma grande injustiça, porque não estamos atendendo nenhum **lobby**. Não estamos falando de transgênicos da Monsanto, mas de transgenia, biossegurança e biotecnologia, coisas muito maiores que a cabeça de alguns "ambientalistas" que estão tentando impedir que o Senado debata a matéria.

Senador Juvêncio, V. Exª pediu a palavra pela ordem?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra V. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Osmar Dias, somos testemunhas do seu apreço à ética no exercício do seu mandato de senador. V. Exª para nós é padrão de comportamento ético e tenho certeza absoluta de que, por seu estilo e por seu perfil, que jamais se submeteria a **lobby** de quem quer que seja. V. Exª não tem temperamento para isso. A sua consciência é que comanda os seus gestos e as suas ações. Eu gostaria, além de dar esse depoimento, de dizer também o seguinte.

Graças à sua ação e à de alguns outros senadores trabalhando intensamente nessa área da biotecnologia é que estamos conseguindo discutir profundamente a questão da biossegurança neste País. Há muitos que conseguiram amarrar as mãos da ciência para o desenvolvimento do Brasil e que estão hoje inconformados. Inconformados porque, como disse V. Exª, já estamos debatendo a questão amplamente, publicamente – quantas audiências públicas já realizamos aqui e lá na Comissão de Assuntos Sociais! Vamos continuar fazendo essas audiências públicas para que não fiquemos para trás nessa corrida científica mundial. Não posso compreender que esses ambientalistas – ou não -, esses fundamentalistas do atraso possam contrariar o avanço da ciência. Os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, a própria Argentina, a China, que agora elegeu como prioridade os transgênicos, todos são unânimes em dizer que, através de suas academias de ciências, que é possível, desde que se faça pesquisa caso a caso. E aqui no Brasil os fundamentalistas, da área ambiental ou não, dizem que não pode; que estamos colocando em risco e a saúde humana e o meio ambiente. Como se nós fôssemos incompetentes para tratar desse assunto amplamente em nível científico!

É bom que se dê mais um depoimento, Senador Osmar Dias. Os nossos cientistas, a nossa pesquisa na biotecnologia já está avançando em grau tal, que somos hoje referência internacional na biotecnologia. Fala-se que há o monopólio da Monsanto nessa questão da soja. É porque não deixam a Embrapa trabalhar. Se a Embrapa trabalha, acaba o monopólio da Monsanto na questão da soja. Já há dois ou três experimentos a mais que estão sendo feitos fora do País – a própria Embrapa – porque aqui não podem ser feitos, porque os fundamentalistas que criticaram V. Exª não deixam que a ciência promova o nosso pleno desenvolvimento. Parabéns por sua posição, parabéns por sua pertinácia de estar sempre procurando discutir esse problema e rebatendo, com fundamentos, todas as questões colocadas pelos ambientalistas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Juvêncio. Retribuo: o mesmo conceito que tem V. Exª em relação à minha conduta aqui tenho em relação a V. Exª. É por isso que nos entendemos bem, inclusive com relação a esse assunto. A Embrapa faz pesquisa de feijão nos Estados Unidos e de banana em Honduras por causa da situação que se criou de dificultar a pesquisa aqui. Alguém precisa avisar também àqueles que estão criticando que o projeto de biossegurança trata de células-tronco e embriões, não é só de transgênicos e muito menos de transgênicos da Monsanto. Alguém precisa avisá-los e também ao jornalista Cláudio Humberto que, para publicar, deveria pelo menos checar a informação de que, de minha parte, havia aquela preocupação alegada por ele – preocupação que não existe.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, quero fazer coro às palavras do Senador Juvêncio e deixar claro que os ambientalistas não são contra V. Exª. São contra V. Exª os fundamentalistas e alguns que, para atraírem leitores para suas colunas, fazem provocações desse tipo. Quero dizer que estou aqui para engrossar fileiras com V. Exª e que o nosso segmento sente orgulho em ter V. Exª como técnico e como presidente desta Comissão que trata do assunto como conhecedor que é. Estou aqui para engrossar fileiras com V. Exª, debater até o final e mudar a legislação se for possível. Conte comigo, estarei sempre a seu lado. Pode ter certeza de que a maioria dos engenheiros agrônomos, dos técnicos agrícolas e do pessoal da área sente-se orgulhosa de ter V. Exª à frente desta comissão em razão de ser o grande profissional que é e como grande Senador que tem sido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Aelton.

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral, pela ordem.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Serei sucinto, porque penso que o Senador Juvêncio da Fonseca foi bem claro e atendeu ao que eu gostaria de me pronunciar a respeito desse assunto. Mas gostaria de ponderar com V. Exª, como jornalista, que o jornalista Cláudio Humberto também pode errar. Ele é um bom jornalista, faz uma coluna que é reproduzida em muitos jornais, mas V. Exª tem todo o direito de se indignar e pedir uma reparação que, tenho certeza, será feita, pois V. Exª, em seus mandatos, jamais teve qualquer tipo de deslize no seu comportamento ético, como bem

disse o Senador Juvêncio da Fonseca, pelo contrário, V. Exª é uma referência nesse campo. Mas sei que o jornalista Cláudio Humberto, a quem conheço muito bem, certamente fará a retificação. Já fui vítima de injustiça e V. Exª também, ambos sabemos que não foi a primeira e não será a última. Ainda assim, V. Exª tem mesmo que reagir indignado e pedir a reparação.

Gostaria de dizer também como foi importante V. Exª ter entrado no tema e chamado a atenção desta Comissão para que se discutisse o assunto, visto que a Comissão seria atropelada. Em segundo lugar, V. Exª coloca com muita propriedade a questão da ciência, da tecnologia e do atraso que o País sofre em função da maneira como a matéria veio da Câmara dos Deputados. Ela veio ruim não só do ponto de vista dos transgênicos, como também da pesquisa com células-tronco. E isso é muito preocupante.

Há um artigo brilhante no jornal **O Globo**, de um economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o qual vale a pena ser lido, em que ele diz que o Brasil já perdeu várias oportunidades ao longo do século XX, mas hoje tem uma outra oportunidade, difícil, na área da ciência e da tecnologia, a qual não deve perder. E ele se refere a ela como o "expresso do futuro". E o País tem excelência e referência em várias áreas, entre elas a Embrapa, a pesquisa com células-tronco, etc.

Temos recebido, em nossos gabinetes, não o *lobby* da empresa A, empresa B ou da empresa C, mas a pressão saudável de cientistas preocupados com o retrocesso que pode haver se o Congresso Nacional aprovar a Lei da Biossegurança dessa maneira tão preconceituosa e atrasada. E V. Exª está neste campo: no campo da vanguarda em defesa da ciência, da tecnologia, do avanço do Brasil e, tenho certeza, que o jornalista fará o reparo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Sérgio Cabral. Vou seguir a sua sugestão e vou procurar falar com o jornalista, mesmo porque ele tem razão em um aspecto: vamos mudar o projeto para pior, mas pior para aqueles que têm um interesse de impedir o desenvolvimento científico em nosso País, porque tem muita gente que tem interesse em emperrar esse desenvolvimento visto que vai ficar difícil concorrer com o Brasil se derem liberdade para os cientistas brasileiros criarem novas tecnologias e eles vão criar, já que se depender de nossa atuação aqui na Comissão de Educação, o projeto não fica como está. Mas vou procurar o jornalista para conversar a respeito do assunto.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Os Senadores Hélio Costa e Marco Maciel me pediram a palavra.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer minhas as palavras dos nossos ilustres companheiros. Mas como vice-Presidente desta Comissão e tendo acompanhado, como V. Exª, rigorosamente todas as audiências que já fizemos até agora – duas no ano passado e três neste ano – sobre biossegurança, gostaria de dizer o quanto acreditamos na sua proposta, até porque foi V. Exª que trouxe o debate para esta Comissão, para o Senado. Caso contrário, como disse o Senador Sérgio Cabral, teríamos sido atropelados pela discussão do assunto apenas em outras Comissões do Senado. Também gostaria de ressaltar a seriedade com que V. Exª, Sr. Presidente, conduziu os debates. Para nós é lamentável que tenha havido uma nota como essa, porque ela definitivamente não coloca em risco a sua credibilidade, mas nos força a fazer esta declaração, o que para nós é um prazer: admiramos e acreditamos em V. Exª e respeitamos a sua posição como Presidente desta Comissão na condução desses trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa. V. Exª sabe o quanto é importante contar com a sua colaboração na vice-Presidência desta Comissão, não só pela sua atuação, mas pelo apoio que sempre dá à Presidência.

Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Caro Presidente, Senador Osmar Dias, quero me solidarizar, a exemplo de manifestações de colegas que me antecederam, a partir do Senador Juvêncio da Fonseca, com a atuação de V. Exª à frente da Comissão de Educação. Tenho dito e aproveito a ocasião para reiterar que V. Exª tem sido um excelente Presidente desta Comissão, tem produzido muito, graças à forma diligente e operosa com que V. Exª conduz seus trabalhos.

Portanto, quero novamente cumprimentá-lo pelo trabalho que aqui realiza e solidarizar-me, a exemplo de manifestações que me antecederam, com a conduta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Marco Maciel. O projeto de V. Exª, elaborado em 1995, é mais moderno do que o projeto que a Câmara dos Deputados aprovou. Se fosse para mudar o projeto de V. Exª, para piorá-lo, deveríamos permanecer como estávamos, com a legislação proposta por V. Exª, que é muito melhor e mais moderna do que a que veio da Câmara dos Deputados.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, permita-me usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero apenas deixar registrada a nossa solidariedade a V. Exª, uma vez que inúmeros Senadores, de diversas cores partidárias, já demonstraram a simpatia, a confiança e o orgulho que têm pelo fato de V. Exª presidir esta comissão. Quero, da mesma forma, declarar a posição do PSDB, pois também o temos como um dos melhores Senadores que passaram por esta Casa, incluindo os atuais.

Nós que somos do sul do País sabemos o quanto V. Exª trata a coisa pública com respeito, com ética, com transparência, e julgamos muito importante o fato de um paranaense amigo dos catarinenses estar fazendo um dos trabalhos de melhor conceito, de maior respeito e reconhecimento no Senado Federal.

As palavras do Senador Juvêncio da Fonseca certamente não têm o aval apenas dos Senadores e deste Senador, mas de todos aqueles que querem o melhor para o nosso País. Estamos pensando em um Brasil de Primeiro Mundo, queremos concorrer com aqueles que se dizem mais avançados tecnologicamente, mas exatamente quando as coisas podem acontecer em nosso País, surgem pessoas que tentam barrá-las, não sei por que motivos.

Se queremos concorrer com outros países em tecnologia e conhecimento, precisamos também avançar, e esta comissão está oferecendo uma oportunidade para que os Senadores possam realmente discutir o melhor para o futuro do nosso País. E esta comissão tem feito tudo com transparência, por meio de audiências públicas. Sou membro desta comissão e nunca recebi, em meu gabinete, alguém para fazer *lobby* por "a" ou por "b". Aliás, tudo o que fiz até agora foi discutir fatos que acontecem nesta comissão, presidida por V. Exª com muita transparência, seriedade e ética.

Receba também o nosso reconhecimento pela sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Pavan. Por sermos vizinhos, nos conhecemos bem e nos respeitamos.

Quero agradecer à Comissão pelo apoio e dizer que isso só reforça ainda mais o nosso desejo de cumprir o nosso dever, que é o de debater com intensidade e com profundidade esse tema, pois ele não pode ser aprovado sem debate, especialmente nesta comissão. Então, continuaremos desagradando alguns, mas continuaremos debatendo o assunto.

Transferirei a Presidência da Comissão, por alguns momentos, para o Vice-Presidente, Senador Hélio Costa, porque sou o relator do item nº 1 da pauta e devo apresentar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Item nº 1 da pauta, não-terminativo: Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e ao Comitê Paraolímpico Internacional.

A autoria é do Deputado Agnelo Queiroz; o Relator é o Senador Osmar Dias, a quem passo a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Presidente.

Relatório:

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de autoria do atual Ministro dos Esportes, Deputado Agnelo Queiroz, que institui a Bolsa-Atleta, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e ao Comitê Paraolímpico Internacional.

É importante ressaltar que a concessão da Bolsa-Atleta não gera qualquer vínculo entre os atletas e a administração pública federal. Além do mais, deverão ser obedecidos os seguintes requisitos...

Devo dizer que discuti bastante essa questão das exigências aqui, e o Senador Hélio Costa, que agora está presidindo a reunião, fez algumas perguntas a respeito dessas restrições.

Acatei o projeto da forma como veio da Câmara para permitir que entre em vigor, porque, se voltar, vamos perder até o projeto como está, mesmo com as limitações que ele impõe. Considero muito importante aprová-lo para que ele entre em vigor e fazermos alterações.

Não tenho o hábito de usar este argumento: para não voltar para a Câmara, vamos aprovar aqui, mas, em relação a este projeto, há um motivo: se ele não for aprovado agora, dificilmente será votado na Câmara dos Deputados, porque há outros projetos tramitando, seremos obrigados a fazer tramitação conjunta e esse projeto vai retardar.

As exigências são: possuir idade mínima de 14 anos para a obtenção das Bolsas-Atleta nacional, internacional, olímpico e paraolímpico; possuir a idade mínima de 12 anos e máxima de 16 anos para a obtenção da Bolsa-Atleta estudantil.

Então a Bolsa-Atleta estudantil tem limite mínimo e máximo; as outras, não. A Bolsa-Atleta nacional, in-

ternacional, olímpico e paraolímpico tem idade mínima, mas não tem máxima.

Estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva; estar em plena atividade esportiva, não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do salário; não receber salário de entidade de práticas desportivas; ter participado de competição esportiva em âmbito nacional e no exterior no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta e estar regulamente matriculado em instituição de ensino pública ou privada.

O projeto estabelece algumas regras para definir valores que poderão chegar a R$2.500 mensais.

Os recursos têm a fonte indicada, que são os recursos do próprio Ministério do Esporte.

Apresentei o seguinte voto, com quatro emendas de redação:

Assim, diante do relevante mérito da proposição em análise e não existindo óbice de natureza regimental, legal ou constitucional, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2004, com a apresentação das seguintes emendas de redação:

A primeira emenda diz o seguinte:

> "Substitua-se no § 2º do art. 1º do projeto a seguinte expressão: 'jogos da juventude e olimpíadas colegiais' por 'jogos escolares e universitários brasileiros."

A outra emenda de redação é a seguinte:

> "Substitua-se no **caput** do art. 9º a seguinte expressão: Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB por Conselho Nacional do Esporte", porque evidentemente essa entidade mudou de nome, e constava do projeto o outro. Então CDDB mudou para CNE – Conselho Nacional do Esporte.

A outra emenda refere-se ao art. 9º também, §§ 1º e 2º: onde se lê CDDB leia-se CNE, que é praticamente a mesma emenda anterior, e substitua-se no art. 10 a expressão: "pela Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte de Lazer, do Ministério do Esporte" por "pelo Ministério do Esporte". Aquela Secretaria nem existe mais, então fica "pelo Ministério do Esporte".

São apenas emendas de redação.

Sr. Presidente, este é o voto favorável ao projeto da forma como veio da Câmara, apenas com as emendas de redação que acabo de apresentar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Apenas gostaria de indagar do Sr. Relator se esses valores constantes do anexo 1 têm alguma previsão de correção ou algo semelhante.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Como todas as leis que apresentam valores...Vou citar um exemplo que estou tentando corrigir, que são limites do Simples. O Simples também estabelecia valores, que também precisam ser corrigidos pelo Poder Executivo na regulamentação. Eles poderão ser corrigidos e quem vai determinar a correção é o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sr. Presidente, antes de encerrar o processo de discussão, eu queria dizer a V.Exª que, na discussão que tivemos, anterior à apresentação do seu relatório, a sua sensibilidade é que nos leva à necessidade de aprovar este relatório da forma como ele está e este projeto, na forma como ele foi apresentado na Câmara, porque, conforme disse V.Exª, se não fizermos agora, lamentavelmente não vamos ter condição de aprovar este projeto, principalmente como quer o Presidente da República, que desejaria assinar, sancionar esta lei antes da ida dos nossos atletas às Olimpíadas. Isso é importante. É significativo para nós ter uma lei especialmente nesse sentido.

Conforme disse V.Exª, entretanto, Presidente Osmar Dias, vamos esperar que lá na frente, um pouquinho na frente, possa ser apresentado um novo projeto de lei que venha corrigir algumas distorções originais porque, em termos de esportes, não podemos limitar absolutamente nada.

Toda proposta é limitadora, principalmente no que diz respeito a alguns pontos já superados, discussões que, nos Estados Unidos e Europa, já estão amplamente superadas, como é o caso de saber se atleta amador pode receber recursos e participar de Olimpíadas, se pode ser patrocinado e participar de uma competição amadora. Pode, sim. Agora tudo isso pode. E na verdade, ainda estamos aqui impedindo um atleta que tenha bolsa de receber recursos.

O Senador Osmar Dias viu isso e estaremos lá na frente esperando que um novo projeto de lei possa corrigir essas distorções.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sugiro a V.Exª elaborar uma proposta de projeto de lei e esta Comissão, com toda certeza, dará todo apoio ao pro-

jeto com as modificações que V.Exª entende que são importantes. Esse projeto é importante não apenas porque vai dar um suporte àqueles que já são atletas, mas ele pode trazer para o mundo dos esportes e, portanto, retirar das ruas muita gente que tem potencial para competir numa modalidade esportiva, em vez de competir em outra área, que é pelo pão de cada dia na rua. É muito importante enfatizarmos que esse projeto pode resgatar muitas vidas, trazê-las para uma atividade esportiva, tornando cidadão aquele que, muitas vezes, não tinha esperança. Esse projeto pode ser um instrumento para isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Continua em discussão.(Pausa)

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Hélio Costa, Senador Relator Presidente da Comissão Osmar Dias, quero, em primeiro lugar, parabenizar V.Exª pelo bom senso de se preocupar. Como V. Exª bem disse, não é hábito desta Comissão não alterar no mérito o projeto, em função de um possível retorno à Câmara, mas fazer apenas emenda de redação, atualizando nomenclaturas, entidades e até o próprio Ministério, que é novo no País, para não perder essa oportunidade para o Brasil do incentivo ao atleta brasileiro. Essa é uma iniciativa muito importante. Temos pela frente o Pan-Americano, que será no Rio de Janeiro. O Brasil tem a responsabilidade de se sair bem. Trata-se de um projeto para atender o atleta de alto rendimento. Estamos falando de um trabalho de base, visando a um leque maior, a base da sociedade, quer dizer, do ponto de vista educacional, socioeducativo, mas, apesar de ser um projeto voltado para o atleta de rendimento, não deixa de ser um projeto socialmente justo, correto.

Como disse V. Exª há pouco, o Brasil perde grandes talentos por falta de apoio, de um pequeno apoio. Sabemos, pela nossa história esportiva, dos casos dos heróis brasileiros como João do Pulo e do corredor Robson Caetano. Lembro de outros que foram campeões olímpicos, Adhemar Ferreira da Silva e Joaquim Cruz. Essas pessoas tiveram vida com extrema precariedade, formação com enorme dificuldade, sem apoio do Governo, e conseguiram chegar lá. Mas são exceções à regra. E um país não se faz com exceções à regra, mas com regras.

Estamos consagrando uma iniciativa do hoje Ministro e então Deputado Agnelo Queiroz, que propôs exatamente criar uma regra, um sistema mínimo de apoio a esses atletas.

Quero homenagear um grande brasileiro que tem feito um excelente trabalho à frente do Comitê Olímpico Brasileiro, o Dr. Carlos Arthur Nuzman, que revolucionou o voleibol na década de 80, como Presidente da Confederação de Vôlei e que hoje é Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro.

Chamo a atenção para um outro ponto, Sr. Presidente e Sr. Relator, para o apoio ao atleta paraolímpico. Conheço de perto a atividade dos portadores de deficiência, a atividade do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Tive oportunidade, quando Deputado Estadual, de ser companheiro da Deputada Tânia Rodrigues, uma portadora de deficiência, uma grande legisladora na área, cujo marido era Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Dr. João Batista. Lá, fizeram um excelente trabalho.

Hoje, Sr. Presidente – vale a pena ser visitado –, o Brasil tem o maior centro esportivo paraolímpico da América Latina, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, construído com enormes dificuldades. É o maior centro paraolímpico da América Latina. O Brasil tem tido nas últimas paraolimpíadas um resultado muito superior aos resultados dos nossos atletas olímpicos, que merecem mais apoio, mas os atletas paraolímpicos tiveram um grande desempenho nas últimas paraolimpíadas.

As paraolimpíadas, como todos sabem, ocorrem, de uns anos para cá, na mesma sede das olimpíadas, usando toda a sua estrutura. Trata-se de uma atitude corretíssima do Comitê Olímpico e do Comitê Paraolímpico Internacional. Também quero saudar essa atitude.

Conheço grandes atletas brasileiros paraolímpicos, grandes corredores, grandes atletas de arremesso, grandes atletas no futebol. O Brasil tem grandes atletas paraolímpicos.

Se houver oportunidade – o Senador Flávio Arns é militante nessa área – de os Senadores assistirem a um filme preparado especialmente sobre o desempenho do Brasil nas paraolimpíadas, verão que é realmente algo comovente. O filme traz uma música feita especificamente pela dupla Chitãozinho e Chororó para a paraolimpíada que o Brasil se saiu muito bem. É de se comover.

Estamos consagrando não só o prestígio ao atleta brasileiro, como V. Exª disse, ao iniciar aquela fase difícil dos quatorze anos de idade, exatamente o momento em que o menino sem condições deixa de seguir em frente por falta de apoio, por falta da mínima infra-estrutura, como ao atleta paraolímpico brasileiro, valorizando o portador de deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, também gostaria de parabenizar o nobre Relator. Como S. Exª,

também não gosto de não fazer modificações por termos que aprovar um projeto. Nesse caso, é muito bom que isso ocorra.

O projeto é do ano de 2000 e o seu autor é o atual Ministro dos Esportes. Temos tudo para que essa lei seja implementada e depois poderemos melhorá-la, para que consigamos dar um passo efetivo na direção de assegurar proteção a esses atletas amadores, profissionais e até paraolímpicos, o que, inclusive, poderá incentivar outros praticantes que ainda não são atletas, pois terão um mínimo assegurado pelo Estado.

O parecer do nosso Relator foi claro, bem-feito e, com isso, voto e parabenizo S. Exª pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, considero essa uma boa iniciativa. Portanto, parabenizo não só o autor do projeto, Deputado Agnelo Queiroz, mas também o Senador Osmar Dias, Relator da matéria.

Contudo, fiquei preocupado com essas categorias aqui relacionadas. Quanto à bolsa-atleta, a sua destinação para as categorias olímpica e paraolímpica está clara, porque esses atletas participam das seleções olímpicas brasileiras, mas quanto à categoria internacional, foi determinado que, para ter acesso a essa bolsa, o atleta terá de obter até a terceira colocação em campeonato internacional em que esteja representando o Brasil, individualmente ou por equipe. Nesse caso, ocorre que o atleta, se obteve até a terceira colocação num campeonato internacional, possivelmente não precisará de bolsa.

Ter como parâmetro até a terceira colocação é uma restrição muito grande, porque os atletas brasileiros são fortes em modalidades como futebol, basquete, esportes coletivos, que, certamente, nos garantem essa colocação, mas e os atletas de modalidades ainda recentes? Para que tenhamos um futuro olímpico, precisamos ser bons em todas as modalidades.

Cuba, por exemplo, não se destaca só no futebol, no voleibol, mas também no boxe, na esgrima. Lá o esporte é profissional, os atletas trabalham para ganhar medalha.

Por isso, considerar apenas até a terceira colocação é restringir muito o esporte, a maioria das modalidades. Se pesquisarmos, verificaremos que não ganhamos nenhuma medalha de ouro na Olimpíada passada. É verdade que aqui estão incluídos os campeonatos sul-americanos pan-americanos, aqueles em que temos mais chance, mas considerar apenas até o terceiro lugar é pouco, poucos atletas poderão ter acesso a essa bolsa.

O atleta que participa de um campeonato sul-americano, pan-americano ou mundial representando o Brasil deveria ter o mesmo direito do atleta olímpico, sem restrição de colocação.

Como existem campeonatos juvenis e infanto-juvenis, dos quais participam seleções que não são as principais, gostaria de saber se essas equipes estão incluídas, Sr. Relator, e também se é possível retirar a restrição de até a terceira colocação, mesmo porque a bolsa não é obrigatória, pois o atleta se candidata, e o Ministério decide se concede ou não, dependendo de cada caso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Osmar Dias, V. Exª tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A consideração do Senador José Jorge é importante, mas continuo com o meu argumento de não modificar. Se fosse possível fazer uma emenda supressiva para retirar essa exigência, eu faria, mas não estou seguro de que essa mudança não remeteria o projeto à Câmara dos Deputados.

Pelos argumentos apresentados pelos Senadores Demóstenes e Sérgio Cabral, mantenho a posição e o relatório como está para não corrermos esse risco.

O Senador Hélio Costa, que se dispôs a elaborar um projeto para consertar tudo isso, poderia considerar a sugestão do Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador José Jorge, V. Exª está satisfeito com a explicação do ilustre Relator.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Na realidade, não estou satisfeito. Mas, de qualquer maneira, compreendo a posição do Relator. Vou votar a favor em homenagem também ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – É mais ou menos o caso que ocorreu aqui. O Senador José Jorge e o Relator, Senador Osmar Dias, lembram-se de que passamos por uma situação semelhante: tínhamos que aprovar um projeto de lei, e assim o fizemos para que ele retornasse à Câmara.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O projeto ainda vai ser apreciado pelo Plenário. Como a pauta do Senado está sempre trancada, impede a votação de quase tudo, pois o Governo encaminha mais e mais medidas provisórias. Aprovamos uma por semana e, semana passada, o Governo enviou cinco medidas. Esta semana não aprovamos nenhuma, e, ontem, o Governo mandou duas. Tenho dúvidas se conseguiremos aprovar o projeto antes do recesso, portanto, depois da partida da equipe olímpica brasileira. Se a pauta estiver trancada e não o aprovarmos,

poderemos fazer as correções devidas no Plenário. Penso que seria mais ponderada essa situação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR)– Estou de acordo. Dessa forma, eu acataria as emendas do Senador Hélio Costa e de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sugeriria a V. Exª, Presidente Osmar Dias,Senador Osmar Dias, que elaborasse um requerimento de urgência, em nome da Comissão, para que tenhamos oportunidade de realmente aprovar esse projeto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Faço o requerimento de urgência, lembrando que, para votá-lo, é preciso desobstruir a pauta. Do contrário, não conseguiremos obter urgência para o requerimento. Mas está feita a proposta do requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Continua em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão...

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para discutir.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Flávio Arns tem a palavra, posteriormente, a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Como pede a palavra ordem, cedo a palavra à Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, solidarizo-me com o Senador Osmar Dias, como fizeram os demais colegas, em relação à nota publicada num jornal da capital. Quero aqui testemunhar o esforço e a dedicação do Senador Osmar Dias no tocante à discussão do projeto sobre biossegurança. Eu, mais que ninguém, tenho sido testemunha da preocupação diuturna de S. Exª, que ouve todos os segmentos envolvidos com tema, convocando a Comissão de Assuntos Sociais a participar amplamente do debate, cujo foco é a fome, o enfrentamento da pobreza.

Deixo aqui, Senador Osmar Dias, minha solidariedade a V. Exª e o testemunho de sua preocupação, que acompanho ao longo de dois meses.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Obrigado, Senador Lúcia Vânia. Parabéns pela condução que V. Exª dá aos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, ao tomar conhecimento também dessa nota maldosa contra o nosso Presidente, lembro que S. Exª é umas das pessoas mais ilustres desta Casa, um dos melhores Senadores, um homem extremamente preocupado com a direção do País em muitos setores, especialmente na área social. S. Exª foi agredido gratuitamente. Todos nós estamos sujeitos a isso, não é verdade? Todavia, não merece consideração da Casa quem fez tamanha retaliação. Digo mais: o nosso Senador, cuja trajetória conhecemos, bem como sua conduta nesta Casa e seus posicionamentos. Daí porque me solidarizo incondicionalmente com S. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Obrigado, Senador Demóstenes. Eu me submeto a um *lobby* muito forte: o da minha consciência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – E esse é fantástico, Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Obrigado, Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Tem a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Antes de abordar o projeto do Bolsa-Atleta, também me solidarizo com a Presidência e com o Senador Osmar Dias, porque, na verdade, o que faz o Senador Osmar Dias é determinado pelo Regimento do Senado. Se na área da biossegurança existem aspectos de ciências e tecnologia que têm que ser debatidos pela Comissão de Educação, nada mais correto do que o projeto vir para a Comissão de Educação para nós debatermos sob a ótica de ciência e tecnologia. O que habitualmente ocorre é que as comissões muitas vezes abrem mão dos seus direitos, das suas prerrogativas; e assuntos importantes, particularmente medidas provisórias, acabam não mais sendo discutidos pelas comissões. O projeto veio para cá, a iniciativa não foi uma iniciativa isolada do Senador Osmar Dias, que colocou para votação na comissão. Mas todos nós somos co-responsáveis por essa boa possibilidade de o projeto ter vindo para cá.

Eu já me manifestei na audiência; não pude infelizmente participar da segunda audiência por coincidência de horários de um debate em torno de um projeto de lei do qual sou autor, mas foi de uma riqueza extraordinária a audiência pública. Eu até diria que depois da audiência pública havia certo consenso na Comissão do que deveria ser feito particularmente em termos de organismos geneticamente modificados. Mas existe outra parte do projeto relacionada com as células-tronco e embriões. Esse é outro debate que será tema de uma audiência pública amanhã na Comissão de Assuntos Sociais. Pela mesma razão, a Senadora Lucia Vânia, em conjunto com a Comissão de Educação e com as outras comissões chamou o projeto para o debate. Eu me solidarizo, penso que é isso mesmo que tem que

ser feito não só neste episódio, neste projeto, mas em todos os projetos de lei.

Em relação à proposta do Deputado Agnelo Queiroz, relatada pelo Senador Osmar Dias para a criação do Bolsa-Atleta em quatro categorias, quatro possibilidades diferentes, quero enaltecer a iniciativa, que vai contribuir muito para a organização e a sistematização do esporte. Ela tem que ser aprimorada, como já foi dito pelo Senador José Jorge, referendado pelo Senador Hélio Costa, mas podemos implantar o projeto e inclusive nesse aprimoramento na seqüência avançar mais ainda em termos dos aspectos já mencionados. Para o esporte para-olímpico isso é essencial, e a lei está bem clara com relação a isso: essa destinação é para o esporte olímpico e para-olímpico. O Senador Sérgio Cabral já mencionou a importância dessa área para o atleta portador de algum tipo de deficiência, a delegação está se preparando para Atenas também: são deficientes visuais, cegos, deficientes mentais, deficientes físicos, cadeirantes, e portadores de outros tipos de deficiência física. A para-olimpíada vai se realizar em setembro, em Atenas. Na área de deficiência mental, existe outro evento muito importante os Jogos Globais, que vão se realizar na Suécia. Os Senadores Sérgio Cabral, Leonel Pavan e Reginaldo Duarte colaboraram muito para que os atletas portadores de deficiência mental em natação e em atletismo se deslocassem para São Paulo para uma seletiva para os Jogos Globais.

Eu sou Presidente da Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais, que tem assento no Comitê Para-Olímpico Brasileiro e Para-Olímpico Internacional. Essa iniciativa vem contribuir bastante com a área; é um avanço, tem que ser aprimorado na seqüência. É um passo importante inclusive com a garantia de que vai ser sancionado num ano olímpico e para-olímpico. Quero parabenizar a relatoria, bem como o atual Ministro Agnelo, autor do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Antes de encerrar a discussão, informo que o Presidente da Comissão, Senador Osmar Dias, recebeu inúmeras manifestações de apoio de entidades esportivas ao Projeto de Lei nº 22, do Deputado Agnelo Queiroz. São elas: Confederação Brasileira de Ciclismo, Confederação Brasileira de Remo, Confederação Brasileira de Surf e Confederação Brasileira de Basquetebol. Essas entidades enviaram ofício ao Senador Osmar Dias manifestando-lhe seu apoio. Também o Presidente do Comitê Olímpico Internacional, Sr. Arthur Nuzman, enviou um documento ao Senador Osmar Dias com o mesmo objetivo.

Em votação o Projeto de Lei nº 22, de 2004, oriundo da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz. O voto do Relator é favorável.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de urgência, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para o PLC nº 22, de 2004, que institui a bolsa atleta, destinada aos atletas praticantes de desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional – COI – e ao Comitê Paraolímpico Internacional.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Retorno a presidência dos trabalhos ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Agradeço ao Senador Flávio Arns as palavras gentis, bem como a todos os demais Senadores que, na verdade, estão apoiando a Comissão de Educação. Esse é um trabalho que a Comissão realiza com muito prazer, oferecendo a possibilidade do debate.

Antes de passar ao Item 2, cujo Relator é o Senador Sérgio Cabral, gostaria de reafirmar, a pedido da Senadora Lúcia Vânia, que amanhã, às 10 horas, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Educação, em conjunto, realizarão audiência pública para discussão de células-troncos e embriões.

Senador Leonel Pavan, quando formos apreciar o último item da pauta, vamos distribuir aos Srs. Senadores a proposta do BNDES referente ao empréstimo à mídia – TVs, jornais e revistas. O presidente do BNDES, Carlos Lessa, assumiu o compromisso, agora cumprido, de nos encaminhar a proposta do BNDES de empréstimo às emissoras de TV, rádios e jornais.

Considero importante que os Senadores tenham uma cópia dessa proposta para analisá-la, porque a Comissão de Educação se comprometeu a recomendá-la.

Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, que altera os arts. 18 e 26 da Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura, que é a Lei Roaunet.

O autor é o Senador Luiz Pastore e o Relator é o Senador Sérgio Cabral, cujo parecer é favorável. A matéria ainda será apreciada pelo Plenário.

Lembro aos Srs. Senadores que fizemos uma audiência pública para debater esse assunto. Esteve presente o Senador Sérgio Cabral, relator, a quem concedo a palavra.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Essa audiência pública contou com a presença de diversos segmentos culturais – produtores, artistas, cineastas –, representantes do Ministério da Cultura. Foi um debate profícuo e interessante.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Participou também o Ministro interino. Agora há um cartãozinho de Ministro interino.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – O Ministro interino, amigo do Senador José Jorge. (Risos.) Companheiro...

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores da Comissão de Educação, o Projeto de Lei nº 263, de 2002, pretende modificar o § 1º do art. 18, e o inciso II do art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, mais conhecida como Lei Roaunet, que disciplina a concessão de incentivos fiscais à cultura.

Serei o mais objetivo possível, Sr. Presidente.

O projeto ora sob análise tem como objetivo democratizar a concessão de incentivo fiscal para doações e patrocínio de pessoa jurídica em favor de atividades culturais. No atual sistema, a pessoa jurídica tributada com base no lucro real que efetivar doação pode deduzir do Imposto de Renda devido apenas 40% do valor doado; a que oferecer patrocínio pode deduzir do Imposto de Renda devido apenas 30% do valor do patrocínio. Se aprovado o projeto ora sob análise, pessoas jurídicas que tenham tido faturamento bruto no ano anterior inferior a R$36 milhões podem deduzir 100% das doações em patrocínios que tiverem realizado, seguindo-se aí uma escala móvel em que, quanto maior a receita bruta, menor o percentual a ser deduzido do imposto a pagar. Essa escala está apenas citada na página anterior, no segundo parágrafo.

Para que o sistema não cause danos à arrecadação – isso é importante – é que o art. 18 cria limites máximos para as doações e os patrocínios que as pessoas jurídicas podem realizar. Vê-se, assim, que somente grandes empresas – e isso foi o fundamento do debate aqui na audiência pública – com alto faturamento bruto e necessidade de realizar projetos de marketing cultural têm interesse em financiar projetos culturais, na medida em que somente podem ser deduzidos do imposto a pagar 40% do que doarem e 30% do que patrocinarem. A justificação do projeto demonstra esse fato com números do Senador Luiz Pastore.

Adotada a nova sistemática, pequenas empresas poderão participar do fomento à cultura, pois poderão, de fato, efetivar doações e patrocínios para projetos culturais, já que poderão deduzir todo o valor despendido do imposto a pagar. O projeto, porém, conforme ressaltado em audiência pública na Comissão de Educação, diminui, a nosso ver equivocadamente, de 4% para 2% do imposto devido o limite para investimento em cultura da pessoa jurídica que tiver apresentado receita bruta superior a R$500 milhões no ano-calendário anterior. Tal redução irá importar em perdas enormes de recursos para a cultura, tendo em vista que as grandes empresas investirão menos e demorará, certamente, muito tempo para que as empresas médias e pequenas venham a investir quantias em montante global equivalente.

Emenda mantendo percentual máximo de 4% do imposto devido está sendo apresentada por este Relator. Assegura o que já existe e amplia para a pequena e a média empresa.

Há também uma emenda de redação a ser apresentada, tendo em vista que o art. 1º do projeto dispõe que "os arts. 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação..." Dá a impressão, portanto, de que o projeto dá nova redação a todo o art. 18 e a todo o art. 26, o que, de fato, não ocorre, já que são alterados apenas o § 1º do art. 18 e o inciso II do art. 26. É preciso, portanto, alterar-se o *caput* do art. 1º para adequá-lo a seu conteúdo.

O projeto, portanto, tem grande mérito e merece ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Diante do exposto, o parecer é no sentido da aprovação do Projeto nº 263, de 2002, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, a seguinte redação:

. Art. 1º. O § 1º do art. 18 e o inciso II do art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de 23 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação..."

E a alteração no inciso III do § 1º do art. 18 com a redação que, a nosso ver, é importante ser assegurada, anterior, o inciso III, que, na verdade, não é inciso III, mas II – é uma retificação a se fazer, que a equipe técnica da nossa Comissão já havia salientado.

II – até o limite de 4% do imposto devido se a pessoa jurídica tiver apresentado receita bruta superior a R$500 milhões de reais no ano-calendário anterior.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O projeto tem mérito. O Senador Luiz Pastore vai ao encontro de se ampliar a Lei Rouanet para as pequenas e médias empresas. Procurei, no relatório, apenas aperfeiçoar tecnicamente e garantir os avanços que a Lei Rouanet já contemplava para aqueles

que são tratados como grandes empresas e que já garantem a viabilidade da Lei Rouanet. Sem essas empresas, a Lei não estaria sendo usufruída pelo segmento cultural.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Sérgio Cabral pela sua sensibilidade. Não fosse a experiência do Senador Sérgio Cabral, essa lei iria prejudicar a cultura, porque, na verdade, ela reduz de 4% para 2% aquilo que se pode investir em cultura. A preocupação do Relator foi apresentar uma emenda voltando para os 4%. Quero destacar isso, Senador Sérgio Cabral, porque não fosse a sua emenda eu não aprovaria este projeto. Acho que um país que não tem a cultura da cultura, ou seja infelizmente, para se fazer cultura, ainda dependemos do Governo. O Governo é que faz cultura. Eu não vejo aqui as manifestações culturais como há na Europa e Estados Unidos, onde as grandes culturas normalmente são levadas a atender aos anseios da cultura. Infelizmente, no Brasil ainda não temos isso. Então, dependemos, sim, das leis, dos Governos Federal e estadual. Na medida em que isso aqui reduz de 4 para 2 e V. Exª repõe os 4%, fico muito feliz. É por aí que quero cumprimentar V. Exª. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, o projeto que relata o nobre Senador Sérgio Cabral realmente seus méritos. Primeiro, ele estabelece uma diferenciação entre pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real e que podem deduzir. E aí ele vem estabelecendo uma escala muito importante. As menores empresas poderão deduzir até na sua totalidade, chegando até o limite de 40% para doações e 30% para patrocínios. No caso da dedução direta da receita bruta, ele mantém essa alíquota de 4%, porque se houvesse uma redução para 2%, é o que disse o Senador Hélio Costa: quem é que iria investir? Poderia até investir, mas diminuiria no mínimo à metade, em tese, o que é muito significativo para a área cultural. Então o projeto, com boas intenções, na realidade pode-se transformar num monstro, se não tiver um Relator que conheça, que saiba e que dê conta de fazer. Parabéns, vou votar e com louvor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Sérgio Cabral queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Cumprimento o Senador Sérgio Cabral pelo aperfeiçoamento que deu ao projeto. Sinto-me feliz, portanto,de ter escolhido V. Exª Relator deste Projeto.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Osmar Dias, quero apenas ratificar que fazer audiência pública e debater é importante. Como disse o Senador Flávio Arns, faz parte dos atributos da Comissão. Foi graças exatamente à audiência pública que o projeto pôde ser aperfeiçoado.

Agradeço as palavras de V. Exª, dos Senadores Hélio Costa, Demóstenes Torres e demais Senadores pela aprovação deste importante projeto da Relatoria.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem V. Exª a palavra pela ordem

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é importante lembrar que o Executivo está preparando para o segundo semestre o envio de um projeto de Lei que vai reformar totalmente a Lei Rouanet. Então, evidentemente, temos que estar muito preparados para oferecer aqui as sugestões que, temos certeza, serão importantes dentro do novo contexto da Lei Rouanet.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Já coloquei em votação, já está aprovado com louvor.

Item 3: Projeto de lei da Câmara nº 95, de 2003, extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários, regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Autoria: Deputado Wilson Santos.

Na ultima reunião, foi Relator **ad hoc** o Senador Flávio Arns, porque o relator titular, Senador José Maranhão, não esteve presente àquela reunião. O parecer foi favorável. A matéria constou da pauta da reunião dos dias 27/04, 04/05 e 11/05. Foi concedida a vista ao Senador Cristovam Buarque na reunião de 11/05, que devolveu sem manifestação por escrito.

Como está presente hoje o Senador José Maranhão, consulto o Senador Flávio Arns qual dos dois agora irá relatar. V. Exª agora devolve ao Relator?

O SR. – (intervenção fora do microfone.)

O Relator foi mantido pelo Senador Flávio Arns. Na verdade, o relatório já foi lido. Então, o que V. Exª tem a fazer, se pretender, é uma manifestação a res-

peito do relatório que já foi lido. E V. Exª, que foi o Relator titular, pode fazê-lo agora, se quiser.

Com a palavra o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que recebo com muita simpatia...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador, antes de V. Exª termine a sua fala, é importante que me conceda um aparte para que eu peça a V. Exª para fazer uma revisão desse relatório.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – É um aparte antecipado, não é?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Exª pode terminar e aprovar o relatório, e não haverá tempo de pedirmos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu gostaria de dizer que vejo com muita simpatia o fato do meu colega e amigo pessoal, Senador Flávio Arns, se tornar Relator **ad hoc** do projeto, e eu nem sei se deveria reassumir a relatoria, ou deveria deixar a Mesa com o meu colega, até porque eu sei que ele fará isso com muito mais propriedade e brilhantismo do que eu. Faço apenas uma manifestação, porque o relatório já foi lido e o parecer é favorável ao projeto. Desejo dizer que esse projeto é uma afirmação da autonomia da Universidade.

Na verdade, essencialmente não há modificação no critério de indicação dos reitores ao Executivo, para que ele, numa lista tríplice, escolha a pessoa de sua confiança ou de seu agrado. Eu acredito que essa escolha, recaindo sobre um único nome da Universidade, concede muito mais autoridade ao exercício do cargo do que se essa escolha se der pelo processo atualmente vigente, de uma escolha em lista tríplice. Evidentemente é uma forma de evitar que a política invada a Universidade, até porque essa experiência não tem sido muito frutuosa. Ninguém pode negar que a Universidade brasileira vive, desde muito, uma crise muito séria. A partir do governo Collor a Universidade, vem sendo desmontada pela influência e pela ingerência da política partidária nos seus quadros dirigentes. De maneira que esse é mais um argumento, além dos que já estão inscritos no parecer escrito que já fizemos e já foi lido aqui no plenário.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Paulo Octávio pediu a palavra; logo após o Senador Sérgio Cabral.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, tendo em vista que tenho que comparecer à CAE, por ser Vice-Presidente e ter um projeto de minha autoria, eu solicito, se possível, a inversão de pauta para que possamos analisar o item, que já foi analisado aqui, que é o nome da rodovia ligando Brasília a Petrópolis, Presidente Juscelino Kubitschek, item 7, que já foi discutido e tem a aprovação de quase todos os membros.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nós estamos em processo de discussão de uma matéria, e nós só poderemos colocar outra em discussão, depois de concluída essa. Mas eu submeto a proposta de V. Exª para depois do item 3 nós apreciarmos o item 7.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a inversão da pauta queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Então, continuamos com a discussão.

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Eu acho importante que cada Senador traga a experiência do seu Estado. Afinal ninguém mora na União, mas sim nos seus Estados, Municípios, nos seus bairros, enfim, na vida local. No meu Estado Rio de Janeiro, vou contar duas experiências.

A primeira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ. A escolha se dá exatamente como deseja o legislador e como deseja o relatório dos dois Senadores, Flávio Arns e José Maranhão, pela escolha de um nome apenas – e está indo muito bem.

A UERJ, que é uma grande Universidade desse País, avaliada feita pelo MEC nos últimos anos. A escolha é feita pelos estudantes, servidores e professores com apenas um nome, e tem sido de grande valia, e tem sido sempre uma escolha acertada. Nunca houve problema algum do ponto de vista da gestão, da responsabilidade do reitor, do cumprimento de seus deveres acadêmicos e administrativos. Já na UFRJ, uma das grandes universidades deste País, recentemente, houve uma catástrofe, porque o meu querido amigo Ministro Paulo Renato, que julgo o maior Ministro da Educação dos últimos trinta anos neste País, cometeu uma irresponsabilidade nesse episódio específico, ao não respeitar a vontade da UFRJ na lista tríplice, ignorando o nome do Professor Aloísio Teixeira, atual reitor, e nomeando em seu lugar um candidato que não tinha recebido – se não me engano – nem 20% dos votos. Esse foi um ato do Ministro de desrespeito à Universidade.

E o nomeado foi um péssimo reitor, Sr. Presidente. Não vou citar o nome, nem me lembro dele. Sei que ele tentou vender a área do Canecão, depois tentou vender a área onde fica um hospital, em Botafogo, para especulação imobiliária. Foi um reitor horroroso, de triste memória na UFRJ.

Então, quero dizer que essa iniciativa é muito positiva. Deve-se acabar com essa história de lista tríplice. Se é para ouvir a comunidade acadêmica, os estudantes, os servidores da Universidade, que se ouça de maneira respeitosa, porque a experiência do Rio de Janeiro é esta: a UERJ é um sucesso e a UFRJ foi um fracasso, em razão do poder discricionário do Ministro, de ignorar o nome mais votado e nomear aquele cidadão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu aduziria o argumento de que autonomia é sobretudo responsabilidade. Suprimir da comunidade acadêmica, representada pelos corpos docente, discente e administrativo, o direito de escolher o reitor e permitir que uma lista tríplice se transforme em um instrumento de pressão político-partidária é desvirtuar o sentido da própria autonomia universitária.

Temos que dar responsabilidade a quem assume a função de reitor, de administrador de um colossal patrimônio, um colossal ativo, mas sobretudo de administração do saber, do conhecimento.

É preciso que a universidade tenha efetivamente autonomia para gerir os seus próprios negócios, os seus próprios interesses. Esta é a minha visão.

O SR PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Sérgio Cabral concluiu?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, confesso que estou amplamente de acordo com a primeira parte da proposta, que é a eleição direta, a escolha do nome mais votado. Trata-se de algo democrático, que deve acontecer em todas as instituições de ensino, principalmente nas públicas. Não há nada mais claro, mais cristalino, do que as pessoas se reunirem e elegerem o seu líder, o que ocorreria na eleição do reitor de uma universidade.

Senador José Maranhão, preocupa-me que a mesma lei fala do colegiado constituído de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observado o mínimo de 70% de membros do corpo docente no total de sua composição. Esse é um pormenor que devíamos discutir um pouco mais, por uma razão: se os professores têm todo o direito de escolher com maioria o seu líder, os estudantes também têm. Não vejo por que razão os estudantes são colocados na faixa de 30%, se representam, evidentemente, a força da instituição.

Mais do que isso, Sr. Relator, preocupa-me que, em algumas instituições de ensino técnico espalhadas pelo Brasil afora, normalmente, o conselho é feito à semelhança do atual reitor, do atual diretor.

Então, ao fazer esse conselho, ele coloca ali as pessoas da sua relação, da sua intimidade. Na verdade, ele faz um grupo de 70% que se torna praticamente imbatível, uma vez que ele é o reitor, o diretor de uma instituição.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Vice-Presidente Hélio Costa, V. Exª me concede um aparte?

Não estamos encontrando onde está esse ponto.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na própria análise, na página 42, V. Exª vai encontrar: "O Colegiado (...) outra contribuição que a Lei nº 1.995 trouxe foi a criação, para escolha da lista tríplice, do Colegiado, constituído de representantes de diversos segmentos."

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Não, mas isso é da lei de 1995. O projeto não altera.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Eu sei ,mas mantém todos eles.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Ah, sim, perfeito.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em outras palavras, todos os diretores de instituições de ensino, no Brasil inteiro, são eleitos assim. O Colegiado é formado pelo atual diretor, que o faz a sua imagem e semelhança.

Então, você vai encontrar algumas instituições de ensino superior, não necessariamente universidades, mas escolas técnicas, onde o reitor se perpetua no poder e vai botando os seus prepostos para a frente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Um aparte só para dar uma sugestão a V. Exª.

V. Exª está falando de um assunto que é, realmente, muito importante, pois a universidade não é apenas constituída por seus professores, mas por toda a comunidade acadêmica, envolvidos os funcionários e o alunado. No entanto, como o projeto de lei que estamos apreciando não trata dessa modificação, caberia a V. Exª a iniciativa de um novo projeto de lei modificando esse critério que dá o peso de 70% aos professores nas decisões do Colégio eleitoral que vai escolher o reitor.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Eu perguntaria, portanto, à assessoria técnica da Comissão: na medida em que esse projeto de lei se propõe a extinguir a lista tríplice de que trata o art. 1º da Lei nº 9.192, de 1995, não pode, ao mesmo tempo, adotar uma emenda que possa também corrigir essa distorção?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Isso é uma questão técnica a ser estudada. Realmente,

caberia, no corpo dessa proposta, essa segunda modificação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Então, de qualquer maneira, vou assumir a sugestão de V. Exª e vou apresentar um projeto de lei nesse sentido, para que se faça uma alteração no conteúdo dessa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu faço uma outra sugestão a V. Exª: pela minha interpretação, o Senador Hélio Costa poderia propor uma emenda que, regimentalmente, poderia ser possível, se acatada e se o Relator assim o quiser. O projeto está alterando a lei. Se altera uma vez, pode alterar duas.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se altera num dispositivo, pode alterar em dois.

Então, faço uma sugestão: esse projeto de lei vai até o plenário. Podemos aprová-lo, o Senador Hélio Costa pode apresentar uma emenda no plenário, volta para a Comissão a emenda e eu submeto ao Relator, Senador Maranhão, a emenda do Senador Hélio Costa. Aí, não seria preciso uma outra lei.

É uma outra sugestão.

Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, eu também estou um pouco confuso com a redação desse artigo 16, levantado pelo Senador Hélio Costa.

A redação diz que o reitor e o vice-reitor serão escolhidos em lista tríplice organizada pelo respectivo Colegiado máximo, ou outro Colegiado que o englobe, instituído especificamente para esse fim, sendo a votação uninominal.

Os Colegiados a que se refere o inciso anterior, constituídos dos representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observarão o mínimo de 70% de membros do corpo docente no total de sua composição.

Isso é uma organização ou já é uma votação? Estabelece um peso diferenciado para votação do estudante e do professor?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Exatamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Acredito que, realmente, poderíamos, inclusive, se fosse o caso, Presidente, suspender a votação para que, não sei se é possível a discussão, para que o Senador Hélio Costa apresente uma proposta, porque acho que melhora o projeto relatado pelo Senador Maranhão e pelo Relator, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Demóstenes, há uma possibilidade para atender V. Exª: se o Senador Maranhão, que é o relator, pedir para retirar da pauta de votação o projeto para reanalisar o seu parecer. Vistas não cabem mais.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto não é de minha autoria, o parecer é que é de minha autoria. Evidentemente, acho que a responsabilidade maior na condução de uma questão que considero ser de suprema importância, qual seja a questão do destino da administração das universidades brasileiras, caberia ao autor.

A ponderação do Senador Hélio Costa é inteiramente pertinente. Se pretendemos democratizar o processo de escolha dos reitores, temos que analisar a questão da composição do colégio eleitoral que escolhe esses reitores. Agora, acho que essa questão é uma questão muito sutil e muito delicada. A quem cabe a maior responsabilidade na condução de uma universidade: aos professores, aos funcionários administrativos ou aos alunos?

Acho que aí caberia algum tipo de diferenciação qualitativa no peso dos votos já que não podemos ter boa universidade se não temos bons professores e professores compromissados com os objetivos do projeto universitário. Acho, inclusive, que seria importante convocar para audiência pública autoridades do magistério, autoridades dos servidores e do próprio alunado para se manifestarem a respeito dessa questão. O Senado, evidentemente, cumprirá as decisões adotadas, mas as decisões precisam ter o conhecimento, pelo menos, dos segmentos envolvidos nos destinos da universidade. Estamos diante de uma questão de muita sutileza e de muita responsabilidade para que decidamos sozinhos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, V. Exª está retirando o projeto de votação e está apresentando um requerimento para a realização de uma audiência pública?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – O requerimento que apresento aqui é para que se convoque o reitorado das universidades e as associações representativas da categoria para que aqui se pronunciem a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou submeter o requerimento à apreciação dos demais Senadores. Peço-lhe que o formalize depois.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Secretaria providencia o texto e depois V. Exª o assina, mas já está sendo submetido à discussão e à votação o requerimento para a realização de audiência pública e retirada de pauta do projeto. (Pausa)

Aprovada a audiência pública.

O Senador Paulo Octávio pediu inversão de pauta e nós aprovamos o seu pedido. Vamos, portanto, para o item 7. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2003, que denomina Presidente JK a rodovia BR-040. A autoria é do Deputado Jaime Martins e tem como Relator o Senador Paulo Octávio, a quem passo a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Gostaria que fosse retirado de pauta o item 5 para que pudesse reanalisá-lo. Trata-se de assunto afim com o item 7 do Senador Paulo Octávio – de repente, poderíamos fazer de Petrópolis a Fortaleza. Gostaria de rever o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Trata-se de obra nova?

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Não, apenas de nova denominação para uma BR.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Atendendo V. Exª, retira-se de pauta o item 5. Devolvo a palavra ao Senador Paulo Octávio, que é o relator do item 7.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Presidente Osmar Dias, Senador Hélio Costa, demais senadores aqui presentes, esse projeto já foi alvo de discussão há cerca de um mês, por ocasião da apreciação de projeto do Deputado Jaime Martins, que dá o nome de Presidente JK à BR-040, homenagem ao presidente que fez a estrada Belo Horizonte-Brasília, presidente que foi um desbravador, que realmente fez um trabalho meritório no País, principalmente abrindo estradas por todo o nosso imenso território continental. Vou me ater apenas... No entendimento da nossa assessoria, o trecho Petrópolis/Rio de Janeiro que, desde 1959, já tem um projeto, de nº 3.629, dando o nome de Presidente Washington Luís a esse trecho. Conseqüentemente, entendemos que seria apropriado atender à emenda do Senador Hélio Costa que diz o seguinte: denomina rodovia Presidente Juscelino Kubitschek o trecho da rodovia BR-040 compreendido entre a cidade de Brasília e Petrópolis; e a outra emenda também do Senador Hélio Costa, que dá ao art. 1º do referido projeto a seguinte redação: fica denominado rodovia Presidente Juscelino Kubitschek o trecho da rodovia BR-040 compreendido entre a cidade de Brasília e Petrópolis.

Acatei as duas emendas do Senador Hélio Costa, que é um eminente Senador de Minas Gerais, e que resolve definitivamente o problema e dá a esse trecho Brasília/Petrópolis o nome do Presidente JK.

Este é o meu relatório, o meu voto, pela aprovação, logicamente, do nome dessa rodovia, projeto do Deputado Jaime Martins*, de Presidente Juscelino Kubitschek. Acato, então, as duas emendas do Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Paulo Octávio queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2004, que denomina Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves a ponte localizada na rodovia BR-497 sobre o rio Paranaíba, entre os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Autor: Deputado Romel Anízio; Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, a quem concedo a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, naturalmente Minas Gerais, do nosso eminente Senador Hélio Costa, está emprestando o nome do grande Presidente Tancredo Neves a essa ponte que liga Minas Gerais a Mato Grosso do Sul, na região oeste do nosso Estado. E entramos com a relatoria do projeto, com uma satisfação muito grande, porque essa ponte faz a integração para o nosso desenvolvimento.

Antigamente, no início do século passado, fazia-se o percurso de Minas Gerais para Mato Grosso, como foi o caso no final do século XIX, da fundação de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. E o Estado foi invadido pelos mineiros, graças a Deus, que davam uma volta na cabeceira do rio Paraná, para descer e chegar aos campos de Vacaria, onde se fundou Campo Grande. E foi nessa volta por cima da cabeceira do rio Paraná, onde minha avó nasceu, em Jataí – GO, na comitiva de 14 carretas de bois que levavam os mineiros para Mato Grosso do Sul.

Portanto, essa ponte que liga Mato Grosso do Sul a Minas Gerais é uma homenagem não só a Tancredo Neves, mas aos mineiros, e relato favoravelmente com muita satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero apenas cumprimentar o Senador Juvêncio da Fonseca pelo seu relatório e pela amizade que existe, hoje, entre o povo mineiro e o povo de Mato Grosso do Sul, sobretudo no Pontal do Triângulo. Há poucas pessoas no meu Estado que não sabem que na pontinha do Triângulo Mineiro se faz divisa com o

Mato Grosso do Sul. Então, para nós, é muito honroso que um Senador que não é mineiro tenha relatado esta matéria favoravelmente.

E a figura do Presidente Tancredo Neves foi, talvez, para nós, mineiros, a mais expressiva desses últimos 20 ou 30 anos da política de Minas Gerais. Ele deixou sua marca como um dos mais queridos homens públicos de Minas Gerais, mas também pela sua maneira conciliadora, pelo seu jeito mineiro de fazer a política objetiva que reconduziu o Brasil dos anos 60 à redemocratização, em 1985. Além disso, também deixou a sua marca como um homem público de caráter, sério, correto, pela seriedade dos seus atos, enfim, a mineirice, por assim dizer, está estampada na figura de Tancredo Neves. Evidentemente, que aqueles que o sucedem na política, como o Governador Aécio Neves, tendem a seguir essa mesma linha de seriedade, de trabalhar pelo Estado, de trazer para Minas Gerais o progresso que tanto almejamos.

Portanto, fico muito feliz em saber que essa ponte que levamos tantos anos para construir... Talvez eu não saiba exatamente quanto tempo, mas foram, no mínimo, 10 anos. A Bancada mineira de Deputados Federais e de Senadores participava inserindo anualmente no Orçamento da República os recursos para se terminar essa ponte. Finalmente, nos últimos meses, conseguimos realizar esse grande sonho, mas isso demorou, no mínimo, 10 anos. Possivelmente há 12 ou 13 anos estamos trabalhando para que essa ponte seja concluída.

Portanto, parabenizo V. Exª, com a certeza de que essa ponte unirá ainda mais os povos de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Fico muito orgulhoso, Sr. Presidente, de ver essa bela obra de arte que é a ponte do Porto Alencastro – localizada em Iturama, meu Município de origem, distrito de Carneirinho que se emancipou e foi agraciado com uma das mais belas obras de arte da região –, uma das pontes mais bonitas do País, levar o nome do Presidente Tancredo Neves, principalmente por se tratar de um projeto de autoria do Deputado Romel Anízio – majoritário na nossa região já há quatro mandatos –, aqui tão bem relatado pelo colega Senador Juvêncio da Fonseca.

Em nome de todos os trianguiinos e praticamente dos ituramenses e dos moradores de Carneirinho, agradeço pela obra por que vieram trabalhando todos os Deputados constituintes, Senador Hélio Costa, desde 1988, quando essa ponte começou, vindo a ser concluída após praticamente 15 anos, tornando-se uma das mais belas obras de arte existentes no Triângulo Mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Aelton.

Está encerrada a discussão.

Em votação o parecer.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado, então, o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca, denominando Presidente Tancredo de Almeida Neves a ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o rio Paranaíba.

Estou retirando da pauta e adiando o Item nº 04, porque o Senador Eduardo Azeredo não está presente e temos essa regra de aguardar a segunda reunião.

Item nº 08 trata da distribuição da proposta do BNDES referente ao empréstimo à mídia (televisões, jornais e revistas).

Falei hoje, por telefone, com o Presidente Carlos Lessa, que faria essa distribuição aos Senadores, porque esse material foi encaminhado a mim de forma confidencial, mas esse tema foi muito debatido aqui, em duas audiências públicas: uma reunindo os diretores das redes de televisão e outra reunindo representantes dos jornais para tratar do assunto que vinha sendo divulgado pela imprensa sobre o empréstimo do BNDES à mídia.

Falou-se inicialmente em um empréstimo de R$10 bilhões, depois em R$5 bilhões, e estamos agora distribuindo um documento que resume a proposta de empréstimo do BNDES. Conforme o documento descreve, o valor poderá chegar a R$4 bilhões, dependendo da capacidade de tomar empréstimo daqueles que se candidatarem, principalmente cumprindo as formalidades impostas pelo BNDES.

Creio que esta Comissão cumpriu um importante papel, porque, pelo menos pelo que se divulgava, as regras estabelecidas para o empréstimo não seriam as que estão colocadas hoje pelo BNDES. Portanto, tivemos uma atuação para dar transparência a essa operação do BNDES.

Quero agradecer ao Presidente Carlos Lessa, que cumpriu o compromisso assumido de nos encaminhar essa proposta. E aguardaremos a próxima manifestação do BNDES. Se houver necessidade, a Comissão pode se manifestar a respeito dessa proposta fazendo uma recomendação ao BNDES, porque isso cabe à Comissão fazer, se houver a provocação do BNDES para que ocorra essa manifestação.

De qualquer forma, consulto se alguém deseja usar da palavra para fazer algum comentário sobre essa proposta que está sendo entregue agora, que ficará com os Senadores. Esse assunto poderá voltar

à pauta quando os Senadores tiverem se inteirado da proposta.

Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu queria sugerir que V. Exª convidasse o professor Carlos Lessa não para uma audiência pública, mas, em princípio, para uma audiência com V. Exª e com os Senadores que se interessarem, na sala da Presidência da Comissão, para que possamos, nessa audiência administrativa, talvez melhorar um pouco a proposta do Presidente do BNDES, Carlos Lessa, porque ela está muito modesta.

No Governo passado, gastamos R$2 bilhões para jogar fora, em dois bancos que ninguém conhecia. Para uma indústria que tem 500 mil profissionais na área de comunicação, que abrange as redes de televisão até os pequenos jornais do interior, R$2 bilhões são muito pouco. Na verdade, nem vale a pena passar por todo o processo de animosidade que isso vai gerar, porque se falou em R$15 bilhões, R$20 bilhões, que uma só empresa receberia R$10 bilhões, no entanto a proposta do Presidente do Banco é de R$2 bilhões em 60 meses e carência de doze meses.

A cinco por cento ao ano praticamente nesse volume? Qualquer banco oferece melhores condições.

Então devemos conversar com o Dr. Carlos Lessa para encontrar uma forma de viabilizar melhor os recursos, porque, para atender a toda a comunidade de comunicação no País inteiro – e me refiro desde os menores jornais e emissoras de rádio e televisão no interior até as grandes empresas – esse valor é insuficiente.

Creio que o BNDES está se transformando – e pouca gente sabe disso –, pela sua brilhante atuação e pela posição séria do Presidente Carlos Lessa, no banco mais importante do hemisfério. No máximo até o final do ano que vem, o BNDES terá mais importância do que o Banco Mundial para nós. Ele será muito mais banco do que o Banco Mundial é para o Brasil e para todo o hemisfério, então temos que reconsiderar isso, mas não devemos fazê-lo numa audiência pública, e sim numa audiência administrativa, com V. Exª, para que possamos conversar com o Dr. Carlos Lessa e verificar de que maneira poderemos melhorar a proposta do Banco, que está muito modesta, muito aquém das necessidades que encontramos em todos os setores de comunicação.

Precisamos salvar a comunicação brasileira; precisamos fazer com que as empresas se recuperem, para que sejam mantidos os 500 mil empregos e, sobretudo, para que a imprensa seja livre, para que não venham os grupos de fora e comprem, na bacia das almas, aquelas empresas que foram feitas com tanto sacrifício.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Há uma sugestão que vamos analisar. Voltaremos ao assunto na próxima reunião.

Gostaria de submeter agora uma proposta da Presidência para as próximas reuniões, porque, desde o dia 17 de fevereiro, não votamos matérias terminativas na Comissão. E criamos uma regra, com a aprovação de todos, de que os assuntos terminativos seriam submetidos numa reunião. Se o relator não estivesse presente, retiraríamos de pauta e votaríamos na próxima reunião, quando, aí sim, nomearíamos um relator **ad hoc**. Portanto haveria apenas uma reunião de tolerância.

Mas não votamos desde o dia 17 de fevereiro. Já estamos em junho. Estamos próximos de 120 dias sem votar matéria terminativa. Com isso há um acúmulo na Secretaria da Comissão de mais de 600 projetos que deverão ser votados, tratando de autorização, concessão e outorga de rádio e televisão.

Então, para limpar esse enorme volume de matérias e o atraso a que fomos submetidos devido às medidas provisórias que não permitem a votação, farei uma proposta: se houver a desobstrução da pauta do Plenário, que possamos mudar essa regra aprovada pela Comissão apenas para finalizar este semestre, ou seja, apenas para limpar esse enorme volume de matérias, porque, evidentemente, os interessados estão aflitos. Recebo muita cobrança, porque muita gente não sabe que não está sendo votado pois há medidas provisórias, e o Regimento não permite.

Apresento essa proposta para a Comissão democraticamente decidir se poderemos mudar essa regra, votando, mesmo na ausência dos relatores, todas as matérias que estão pendentes de votação no mês de junho.

Se ninguém discorda da proposta, eu a considero aprovada.

Provavelmente, precisaremos marcar três reuniões com 200 itens cada uma para limparmos a pauta, se houver a possibilidade de fazermos isso, não, Senador Hélio Costa? Há possibilidade de fazermos isso se votarmos as medidas provisórias que estão entrando no Senado e a pauta ficar desbloqueada.

O Senador Flávio Arns pede a palavra?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – No momento oportuno, podemos combinar com os relatores de serem bastante sucintos no relatório para apenas aprovarmos ou não porque, afinal, o relatório estará à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Farei uma outra proposta, então. Se aprovado, vamos agir des-

sa forma. Normalmente, o Presidente da Comissão lê os títulos, as ementas, os projetos todos. Poderíamos eliminar essa parte e chamarmos o Relator, que tem sempre cinco ou seis itens para relatar. Como a pauta já está nas mãos de todos os relatores, o Presidente apenas diria que o parecer vai ser apresentado para os itens de 15 a 20, por exemplo. E o Relator apresenta um parecer que englobe os itens. E ganharíamos tempo com isso. Claro que depois faríamos a votação ao final. Se os Srs. Senadores aceitam, ficamos assim.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Considero a idéia muito interessante. Só dessa forma vamos realmente conseguir resolver a questão da pauta até o recesso de julho. Evidentemente, quem tiver algo a destacar, retira e faz o destaque.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu diria que, com essa metodologia, talvez necessitemos de uma reunião e liquidaremos a questão com a boa vontade de todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só que os Senadores terão que gastar algum tempo para assinar os pareceres, e o Presidente da Comissão tem que assinar cada processo três vezes. Seiscentos processos vezes três, serão 1.800 assinaturas. Mas tudo bem. Faremos um esforço concentrado para assinar. Vamos incluir na pauta todos os itens que estão hoje para serem votados de rádio e TV, atendendo à proposta dos Senadores Flávio Arns e Hélio Costa.

Muito obrigado a todos pela presença.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 02 de junho de 2004.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia dois de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, Ala Senador Alexandre Costa, sala 09, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia e do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti, Tião Viana, Roberto Saturnino, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Edison Lobão, Marco Maciel, Paulo Octávio, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, José Agripino, Augusto Botelho, Serys Slhessarenko, João Ribeiro, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Arthur Vírgilio e Marcos Guerra, reúnem-se a Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Duciomar Costa, Valmir Amaral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Efraim Morais, Almeida Lima, Mão Santa, Leomar Quintanilha, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Jonas Pinheiro, Teotônio Vilela Filho, Juvêncio da Fonseca e Patrícia Saboya Gomes. Justificam a ausência os Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Roseana Sarney. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Senhora Presidente, Senadora Lúcia Vânia, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir a Doutora Mayana Zatz, Diretora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo – USP; Doutora Patrícia Pranke, Professora da Faculdade de Farmácia e Pós-Graduação em Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Doutor André Marcelo Soares, Professor de Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ; Doutor Dráuzio Varela, Oncologista, Senador Tião Viana, Doutor em Medicina Tropical e Doutor Marco Antônio Zago, Diretor-Científico do Hemocentro da Universidade de São Paulo – USP, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 09, de 2004 que "Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam Organismos Geneticamente Modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências". Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com os convidados. Usam da palavra os Senhores Senadores Osmar Dias, autor do requerimento, Hélio Costa, Cristovam Buarque, Sérgio Cabral, Augusto Botelho, Flávio Arns, Tasso Jereissati, Arthur Virgilio, Sérgio Guerra, José Agripino e Ana Júlia Carepa. Encerrado o debate, a Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Lúcia Vânia e o Senhor Presidente da Comissão da Educação, Senador Osmar Dias, agradecem a todos pela presença e declara

encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinqüenta e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação

NOTA TAQUIGRÁFICA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a décima oitava reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a vigésima reunião extraordinária da Comissão de Educação da segunda Sessão Legislativa Ordinária da qüinquagésima segunda Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores.

Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião, oriunda dos Requerimentos nºs 15, de 2004, CAS, e 21, de 2004, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Osmar Dias, destina-se à primeira audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, de autoria da Presidência da República, principalmente a parte que diz respeito a células-tronco, constante do referido projeto.

Contamos com a presença dos seguintes convidados: Dr. Marco Antônio Zago, Professor titular da Faculdade de Medicina e Diretor Científico do Hemocentro da USP, Ribeirão Preto, São Paulo; Dr. Dráuzio Varela, médico oncologista; Drª Mayana Zatz, Diretora do Centro de Estudo de Genoma Humano da USP; Senador Tião Viana, doutor em medicina tropical; Dr. André Marcelo Soares, Professor de Bioética da PUC, Rio de Janeiro; Drª Patrícia Pranke, Professora da Faculdade de Farmácia e Pós-Graduação em Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Antes de iniciarmos o convite para que os expositores tomem assento à mesa, eu gostaria de passar a palavra ao Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Srªs e Srs. Senadores, senhores e senhoras convidados, esta audiência pública é de extrema importância e é a terceira que se realiza para debater o Projeto de Biossegurança. As outras duas anteriores, fizemos no plenário da Comissão de Educação e discutimos o assunto mais relacionado à questão dos OMG, dos transgênicos. Foram duas audiências públicas de extrema importância. Nós demos a oportunidade aos Senadores de conhecer o assunto tecnicamente para embasar a decisão que será tomada aqui, e esta é uma audiência pública de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais e que nós, da Comissão de Educação, estamos aqui nos somando a essa iniciativa.

Quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia pelo artigo que escreveu e que foi publicado hoje na **Gazeta Mercantil**, que também permite a leitura e o debate desse assunto importante.

Nasceu essa idéia de debatermos o projeto depois de algumas reuniões que realizamos com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e notamos que o projeto que veio da Câmara precisa, sim, ser melhor discutido e, segundo alguns Senadores, precisa sofrer algumas alterações. Até propus – isso até para os convidados – que o projeto fosse separado em dois, que tivéssemos uma lei para definir OGM e outra lei para definir células-tronco e embriões. No entanto, há uma preocupação de que, se nós o separarmos, poderemos estar acelerando a votação de uma parte, ou seja, da parte referente a OGM, e retardando a outra que é muito importante, é relevante para a sociedade brasileira, a parte que se refere a embriões e células-tronco.

Então mudei a minha proposta original; a proposta era de separar. Agora, só concordamos em separar se houver tramitação simultânea dos dois projetos, para que eles sejam votados no mesmo tempo. Por que separar? Para permitir o aprofundamento do debate, mas também é só uma sugestão minha, e, é claro, que a maioria é que vai decidir.

Quero desejar à Senadora Lúcia Vânia que ela não seja vítima, por estar propondo o debate, como foi nesses dias, de notinhas maldosas na imprensa, porque algumas pessoas acham que o Senado tem que votar sem debater, que o Senado tem pessoas que acham que podem revogar o direito do Senador de debater os assuntos e votar depois de debater. As pessoas estão me criticando porque realizei audiências públicas. Na imprensa está escrito: "o Senador Osmar Dias quer mudar para pior o projeto", mas como? Quais foram as minhas propostas para mudar o projeto até agora, não fiz nenhuma, só presidi a reunião e ouvi o debate. O Senador Osmar Dias quer mudar para pior o projeto, dizem os ambientalistas, porque acho que não podemos ficar prejudicando, principalmente retardando a pesquisa neste País. Não podemos aceitar que para pesquisar feijão a Embrapa tem que estar lá

nos Estados Unidos, para pesquisar banana tem que ir para Honduras. Isso é uma vergonha para o Brasil. E é isso que quero fazer, que o projeto seja o melhor para o Brasil, mas permita que a ciência, como todo o mundo está fazendo, desenvolva os seus trabalhos e instale os seus experimentos. Mas não levar seis anos para instalar o experimento, não levar doze anos para lançar uma variedade. E as pessoas estão misturando transgênico com Monsanto, e não tem nada a ver. A Embrapa tem onze para lançar no mercado que estão prontas, mas não pode lançar porque estamos até sendo proibidos de debater no Senado. Ninguém vai me proibir de fazer audiência pública, de debater esse assunto. Então, para desespero daqueles que não querem que a gente debata, Senadora Lúcia Vânia, V. Exª pode fazer quantas audiências públicas quiser, a Comissão de Educação estará apoiando a Comissão de Assuntos Sociais para debater esse tema, estaremos juntos, como sempre estivemos as duas Comissões, vamos debater esse assunto até que os Senadores se sintam em condições de votar. Eu duvido que alguém tenha condições de votar esse assunto, que vamos debater hoje, antes de ouvir os especialistas que vão falar.

Srª Presidente, era o que tinha a dizer, desejando mesmo que V. Exª não seja vítima da mesma maldade que fui nesses dias na imprensa. Sou estou querendo uma coisa: debater, aprender, para votar com a consciência tranqüila, porque esse é um assunto muito grave para votar de qualquer jeito no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço as palavras do Senador Osmar Dias, e quero aqui testemunhar o seu esforço, no sentido de promover audiências públicas. Nós temos embargo de ordem regimental, o projeto ainda se encontra na Mesa do Senado, não foi distribuído para as Comissões, mas o Senador Osmar Dias, num gesto de grandeza, chamou para a Comissão de Educação esse debate, convidou a Comissão de Assuntos Sociais para estarmos juntos, e aqui estamos promovendo mais uma audiência pública. Esta é a quarta audiência pública que promovemos, Educação e Assuntos Sociais, a respeito desse projeto que é polêmico, é difícil para que os Srs. Senadores tomem uma posição sem que haja um aprofundamento dessa questão.

Portanto, hoje vamos debater a questão da terapia celular, que é, talvez, a parte mais polêmica desse projeto. Convidamos especialistas da área, pessoas que estão pesquisando no cotidiano e querem, mais do que nunca, esse debate e sabem da sua importância. São pessoas que não querem que essa pesquisa fique guardada numa redoma, mas que venha para a sociedade brasileira e que assuma essa questão também, esse debate, porque a sociedade é a grande beneficiária de tudo isso que estamos discutindo aqui. Portanto, vamos ter o debate hoje levando em conta pesquisa as duas linhas da pesquisa. A pesquisa que trata da célula-tronco adulta e os pesquisadores que tratam da célula-tronco embrionárias. Vamos ver as diferenças entre uma e outra pesquisa, as conseqüências, e, acredito, que após este debate estaremos, a partir de amanhã, muito mais esclarecidos a respeito desse assunto. Essa não será a única reunião nesse sentido, em relação à célula-tronco, vamos continuar na próxima semana o debate para aprofundarmos à exaustão esse tema.

Portanto, neste momento, agradecendo ao Senador Osmar Dias por me fazer essa companhia e por desejar que eu não seja também vítima das notinhas maldosas, quero dizer, Senador Osmar, que mais importante que as notas é a nossa consciência de fazer o melhor, cumprir o nosso papel delegado pelo povo brasileiro, pelo povo de cada um dos nossos Estados. E tenho certeza de que parlamentares como V. Exª enriquecem esta Casa e quebra esse tabu que a maioria dos parlamentares está aqui apenas para apertar o botão.

Portanto, muito obrigada, e vamos dar início à nossa reunião.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Srª Presidente, peço licença para me retirar, para dar espaço para os convidados para que possam ficar mais à vontade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Convido para compor a Mesa o Dr. Marco Antônio Zago, Professor Titular da Faculdade de Medicina e Diretor Científico do Hemocentro USP/Ribeirão Preto – SP. Convido o Dr. Dráuzio Varela, médico oncologista. Convido a Drª Maiana Zatz, Diretora do Centro de Estudo de Genoma Humano da USP. Convido o Senador Tião Viana, Doutor em Medicina Tropical. Convido o Dr. André Marcelo Soares, Professor de Bioética da PUC/RJ. Convido a Drª Patrícia Pranke, Professora da Faculdade de Farmácia e Pós-Graduação em Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Cumprimentando todos os expositores, quero fazer algumas observações para o bom andamento dos nossos trabalhos.

Gostaria de pedir licença aos convidados e dizer que cada um dispõe de quinze minutos para fazer a sua exposição. Aqueles que puderem fazê-la em menos tempo, será muito bem-vinda essa posiçao, porque gostaríamos que os parlamentares tivessem um tempo para o debate. Acredito que todos os que estão aqui desejarão participar intensamente dos debates, sendo a forma mais rápida de absorvemos o que será dito aqui. Portanto, terá quinze minutos cada orador e, ao

terminar os quinze minutos, quero comunicá-los que a campainha tocará automaticamente.

Quero cumprimentar os convidados e dizer àqueles que não estão muito bem acomodados aqui que temos uma sala ao lado com telão, onde deverão ser transmitidos os debates que se darão nesta Comissão.

Com a palavra o Dr. Marco Antônio Zago, por quinze minutos.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO – Eu me apresento, sou Marco Antonio Zago, Professor-Titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, sou Coordenador do Centro de Terapia Celular, que é uma entidade mantida em Ribeirão pela Fapesp e membro da CTNBio.

Isso que vocês vêm na ponta de uma agulha é um conjunto de 16 células resultante das oitos primeiras divisões de uma célula-ovo. Como vocês percebem, não tem muitas características excepcionais essas células, não as diferem muito de outras células, exceto pela sua potencialidade. São células que têm um potencial muito importante. Aquele conjunto de células continuando a sua divisão vai dar origem a um conjunto que tem um aspecto de uma pequena bexiga – não tem um apontador aí não? – no seu interior existe um conjunto de células que podem ser retiradas e cultivadas. Estas células podem, em cultura, como está aqui demonstrado, dar origem a um conjunto de células com características muito semelhantes entre si e com uma grande potencialidade de diferenciação. Bem, as células-tronco da qual falamos agora são as chamadas células-tronco embrionárias, obtidas então de um blastócito resultante da divisão de uma célula-ovo. Existem outras formas de obter essas células pluripotentes, que são então obtidas no período embrionário fetal. Um outro conjunto de células-tronco com características muito diferentes são as células-tronco obtidas em adultos. Presume-se que praticamente todos os tecidos humanos tenham células-tronco que subsistem durante toda a vida adulta e que são capazes de repopular esses tecidos à medida que são vão sendo destruídos. A mais conhecida delas é a célula-troco da medula óssea, que é a célula transplantada quando se faz um transplante de medula óssea.

Esta célula transplantada, quando do transplante de medula óssea, é capaz de dar origem a todas as células diferenciadas do sangue, células vermelhas, brancas, de natureza imunológica.

Uma outra questão fundamental relacionada com as células-tronco é uma descoberta, mais ou menos recente, relacionada com a plasticidade das células-tronco do adulto. Até há alguns anos, acreditava-se que a célula-tronco de um tecido só era capaz de se diferenciar em células daquele tecido: células da medula diferenciando-se em células da medula; células do cérebro diferenciando-se em células do cérebro e assim por diante.

Hoje, acredita-se – existem dados que ainda são controversos – que células-tronco de adultos obtidas, por exemplo, de medula óssea, podem se diferenciar em células de músculo, de fígado, de tecido neurológico e vice-versa, células de tecido neurológico diferenciando-se em células do sangue.

Esta é uma figura demonstrando essa possível potencialidade, células de um tecido diferenciando-se em células de um outro tecido. Devo dizer que esta ainda é uma questão controversa que precisa ser explorada e investigada. Existem dados contraditórios mas aparentemente algumas dessas células-tronco podem ser obtidas para regenerar tecidos diferentes daqueles de onde foi obtido.

Essa é uma demonstração simplificada de como essas células são obtidas em laboratório. Por exemplo, a partir do sangue, elas são filtradas e depois cultivadas e, nessas culturas, aparecem colônias em que cada colônia é derivada de uma célula-tronco. Vocês vêem aqui originadas de um mesmo tipo de célula-tronco temos colônias de células brancas e colônias de células vermelhas.

Este é um outro tipo de célula-tronco, primitiva, obtida de medula óssea diferenciando tanto para a célula que dá origem ao osso como para a célula que dá origem a células adipócitos.

Nós falamos até agora de células totipotenciais originadas pela fecundação de um óvulo pelo espermatozóide, que, se seguir o seu caminho natural, dará origem a um ser humano adulto. No entanto, esse processo pode ser interrompido e, de um conjunto de massa de células que existe no blastócito, podemos obter células-tronco embrionárias que têm um potencial de se diferenciar em todos os diferentes tecidos do adulto.

De uma maneira simplificada, o fenômeno biológico está aqui representado, a junção de um gameta masculino com um gameta feminino, cada um oferecendo um conjunto de 23 cromossomos, formando um ovo com 23 pares de cromossomos, que dará origem a um embrião e então um indivíduo adulto, se seguir o seu desenvolvimento natural. Se interrompido, deste ovo em desenvolvimento, é possível obter células-tronco que podem eventualmente servir para reparo de órgãos. No entanto, existe uma outra maneira de se obter células totipotenciais, é a chamada transferência de núcleo somático, em que transferimos o núcleo de uma célula para outra. Esquematicamente isso está aqui demonstrado. Um óvulo, do qual se retira o núcleo e depois uma célula somática, por exemplo, da pele

do indivíduo adulto, se transfere este núcleo para esta célula e agora esta célula adquire características de uma célula totipotencial, dá origem a um blastócito, do qual podemos retirar células-tronco também.

Isso resume, portanto, as nossas duas fontes de célula-tronco. O que quero ressaltar aqui é que esses dois mecanismos são dois mecanismos completamente diferentes do ponto de vista biológico e, portanto, completamente diferentes nas suas implicações éticas, morais e eventualmente legais.

Vejam bem, quando falamos da fecundação, estamos falando de gameta masculino de um indivíduo, gameta feminino de outro, se juntando para formar uma célula com complemento de 23 pares de cromossomos, que vão dar origem ao adulto. Eventualmente, deste conjunto pode-se retirar células-tronco para reparo de órgãos.

Na transferência de núcleo somático estamos usando uma célula de um adulto, do qual retiramos o núcleo com seus 46 cromossomos. Isto é, o doador do material genético é estritamente uma única pessoa, e transferimos esse material genético para o citoplasma de uma célula obtida de outra pessoa.

Esse é um mecanismo completamente diferente da fecundação natural. Essa abordagem dá origem a uma célula desdiferenciada, com potencial de dar origem a células capazes de reparar numerosos tecidos, como recentemente demonstraram pesquisadores coreanos. No entanto, esta célula não é, de jeito nenhum, um embrião. Não é um pré-embrião. Porque esta célula deixada ao seu destino natural não vai dar origem a um feto e a um indivíduo adulto normal. Em condições muito excepcionais em laboratório, em condições artificiais, é possível fazer que algumas vezes esta célula dê origem a um adulto, fenômeno que tem sido chamado de clonagem.

Agora, este é um mecanismo altamente ineficiente, como por exemplo os pesquisadores que produziram a Dolly, aquela ovelha, demonstraram que depois de 256 tentativas eles conseguiram, em um caso, obter isso daqui. Então, esta célula não é um pré-embrião. Esta célula se aproxima muito mais de uma célula maligna, de uma célula tumoral, com capacidade de reprodução, uma célula desdiferenciada, cujo destino natural nunca foi de se transformar num feto. É um fenômeno que não tem nada a ver com a fecundação e formação de fetos.

Recentemente, foram isoladas células que parecem ser células-tronco, com características embrionárias de medula óssea de indivíduos normais. Se isso se confirmasse, obviamente todo esse dilema moral que temos com relação à obtenção dessas células desapareceria, porque aí seria possível obter de indivíduos normais células-tronco com características embrionárias, capazes de se diferenciarem em todos os tecidos. Seria um espetáculo.

No entanto, eu diria que o nosso dilema moral não desaparece, porque se essa célula é capaz de dar origem a todos os tecidos será que ela não é capaz de dar origem a um embrião? Tipo de partenogênese?

Muito bem. Para que servem essas células? Nossos colegas agora vão explicar isso mais detalhadamente, mas elas servem para reparar tecidos. Células obtidas de um tecido para reparar o mesmo tecido. Por exemplo, transplante de medula óssea, enxerto de pele, pâncreas no caso de diabetes ou para curar outros tecidos, por exemplo células obtidas de medula óssea para tratar um indivíduo que teve uma lesão cardíaca por infarto ou sistema nervoso ou lesões do osso e cartilagem e assim por diante.

As células-tronco embrionárias serviriam para reposição, em princípio, de qualquer tecido, não de um tecido específico. Para tratar doenças do sistema nervoso, como Doença de Parkinson, doenças do pâncreas, como diabetes, o miocárdio destruído, e as fontes seriam linhagens alogênicas, isto é, aquela obtida por fecundação e as linhagens autólogas, essas que infelizmente a imprensa tem chamado de clonagem e dá a impressão de que é um mecanismo para obter cópias de indivíduos.

As principais questões éticas e legais relacionadas com a pesquisa e o uso das células-tronco, do meu ponto de vista, incluem e devem separar a questão das células-tronco do adulto, células-tronco embrionária, a transferência de núcleo somático, que é outra coisa, não tem nada que ver com fecundação e a questão de patentes.

Na questão de células-tronco do adulto, tenho a impressão de que não há dilemas éticos ilegais. Aplica-se a isso, a minha impressão, as mesmas diretrizes que se aplicam aos transplantes de órgãos, porque nada mais é do que um tipo de transplante de órgão.

No caso das células-tronco embrionária, sim, aqui há questões importantes relacionadas com o momento da origem da vida, o aproveitamento de embriões que seriam então, por exemplo, embriões supranumerários acumulados nas clínicas de fecundação **in vitro** e que são destruídos depois de um certo tempo, porque esse é o destino inexorável deles. Estão aí acumulados, legalmente no Brasil não há um destino previsto – na Inglaterra, por exemplo, eles são destruídos depois de 5 anos. Aqui não há um destino previsto, mas eles não são reaproveitados, eles ficam lá e esse é o destino inexorável deles, ser destruído.

Minha impressão é que seria um destino muito mais nobre se eles pudessem ser usados, com autori-

zação dos genitores, para pesquisas desse tipo. Claro que a produção de embriões especificamente para tratamento, é algo que a mim pessoalmente não atrai. Acho que é uma posição a qual devemos nos opor e tenho a impressão que à unanimidade.

Com relação à transferência de núcleo somático, temos que claramente distinguir o eventual uso da clonagem para fins reprodutivos, o que é quase uma impossibilidade técnica ou um método altamente discutível hoje, distinguir isso na clonagem terapêutica. Como argumentei, essa célula assim produzida, não é um pré-embrião, ela distingue–se claramente daquela formada pela fecundação.

Lembro que existe, ainda com relação a isso, a questão das patentes e que internacionalmente já estão sendo obtidas patentes para o uso dessas formas de terapia, e se nós não dedicarmos a isso, e se a pesquisa no Brasil, ficar de alguma forma impedida de progredir, eventualmente, estaremos pagando os custos disso até na forma de dinheiro.

Este é meu último diapositivo. Acredito que uma agenda possível, a médio prazo, é tratar as células-tronco do adulto com os mesmos princípios que fundamentam a legislação para transplantes, e as células-tronco embrionárias desvincular a clonagem produtiva da transferência de núcleo somático. São coisas muito diferentes. E discutir claramente a utilização de pré-embriões, gerados em clínicas de fertilização, que lá estão e que vão ser, inexoravelmente, destruídos ou utilizados para um fim mais nobre.

Muito obrigado pela atenção e agradeço o convite.

Palmas!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Marco Antonio e convidamos agora o Dr. Dráuzio Varela, Médico oncologista.

O SR. DRAUZIO VARIELA – Srª Presidente, Srs. Parlamentares, tinha organizado uns **slides** para fazer a apresentação mas acontece que o Dr. Marco fez isso de forma tão clara que eu substitui os **slides** por alguns comentários.

Quero dizer que eu sou a favor da liberação das células embrionárias para clonagem. Essa é minha posição e vou justificar o porquê. Sou médico oncologista, na verdade, não trabalho e nunca trabalharei nessa área porque já não tenho idade para começar uma coisa que exige um preparo técnico dessa ordem. Estou *aqui* a convite da Academia Brasileira de Ciências. Basicamente, o meu interesse por essa área, acompanho há algum tempo, leio bastante sobre clonagem, desde que apareceu essa idéia, que os pesquisadores escoceses desenvolveram com a clonagem da ovelha Dolly. Acho que ganharão, certamente, o Prêmio Nobel de Medicina no futuro, quando toda essa polêmica tiver sido encerrada. Não tenho dúvida de que ela será um dia.

O fato de ficar demonstrado de que é possível tirar um óvulo, tirar um núcleo de dentro desse óvulo, colocar o núcleo de uma célula madura dentro do óvulo e recuperar o potencial de multiplicação. Quer dizer, pega-se um óvulo, que é uma célula embrionária, uma célula com potencial de se transformar numa célula embrionária, arranca o núcleo fora, pega o núcleo de uma célula adulta e põe dentro. Essa foi a grande descoberta dele. Jamais se imaginou que o núcleo de uma célula adulta pudesse ter a capacidade de recuperar, de fazer o caminho oposto, de recuperar a potencialidade de se multiplicar em inúmeras células. Essa descoberta foi da maior importância. Isso abre possibilidade do quê? De resolvermos um tipo de problema para o qual não há solução técnica nesse momento, que é da regeneração de tecidos. Cada vez morremos menos de doenças infecciosas. Hoje há homens de 70, 80 anos e mulheres nessa idade com atividade plena intelectual, física etc.

A limitação da vida moderna qual é? É que há certos tecidos que vamos perdendo e não somos capazes de regenerá-los. Quem perde as células beta do pâncreas deixa de produzir insulina e vira diabético. Quem tem infarto do miocárdio, tem uma parte do músculo cardíaco que morre e não sabemos repor. Sabemos desviar as artérias, etc, para garantir uma certa circulação ou uma circulação mínima necessária, mas não temos condições de repor o tecido morto. Se tivermos células que em laboratórios funcionem como fábricas de tecidos, isso vai abrir uma perspectiva na medicina que, eu não tenho dúvida, no século XXI provocará uma revolução semelhante a que os antibióticos provocaram no século XX.

Quando conversamos com os médicos mais antigos, eu já tive a oportunidade de fazer essa pergunta a médicos brasileiros e pesquisadores, médicos em vários países do mundo, o que mudou na Medicina mesmo a partir da 2ª Guerra Mundial? O que fez diferença na Medicina? Todos são unânimes em dizer que foram os antibióticos. O que mudou a Medicina foi a possibilidade de curar doenças infecciosas.

Mas patinamos nas doenças degenerativas, porque não sabemos repor os tecidos que foram perdidos. Esse tipo de tecnologia oferece essa possibilidade. Infelizmente, isso começou a patinar numa esfera, que é a discussão de quando começa a vida humana? quais os princípios? Nós nunca vamos nos entender nessa área. Se eu perguntar a esse auditório o que vai acontecer conosco a partir do momento em que o nosso coração parar, eu vou ouvir as mais variadas

respostas, nunca chegarei a uma única resposta, a uma solução final a esse tipo de problema. Porque ela não existe. Se nós nos perdermos aqui discutindo se aquele pequeno grupamento de células já é uma vida humana, que poderá um dia, em determinadas condições, se transformar num embrião, não vai haver fim. Nós nunca vamos chegar a um acordo.

Eu acho que o que diferencia esse tipo de célula... Temos aqui uma barreira muito clara, uma possibilidade de solução objetiva. É o quê? É um útero. Se nos não pegarmos essas células, proibirmos de essas células serem enxertadas num útero, jamais haverá clonagem.

Eu posso pegar na rua uma pessoa, dar-lhe um anestésico, levá-la ao hospital, tirar-lhe o rim e transplantá-lo em uma outra? Não posso. É crime. Isso é muito fácil de inibir.

Quer dizer, clonagem reprodutiva, cientista nenhum sério, no mundo, é a favor, primeiro pelas implicações éticas, mas ainda que não fossem por elas, pelas complicações possíveis. Esses bezerros, nas tentativas de clonagens, nascem que parecem adultos, matam a mãe, placentas enormes, uma série de problemas técnicos. Não há a menor possibilidade ética de se justificar uma coisa dessas. Cientista nenhum é favorável a isso. Tem que ficar muito claro, porque quando começa a discussão de que cientistas querem matar criancinhas para poderem fazer clonagem, isso é um absurdo. Ninguém é a favor de clonar indivíduos. Muitos são até contra a clonagem de animais porque consideram a tecnologia ainda muito incipiente. Ninguém é a favor da clonagem de seres humanos.

Temos de pensar na possibilidade de regenerar tecidos. Como o Dr. Marco deixou muito claro, chamar aquelas células de embriões demonstra um pouco da pretensão do homem de achar que é capaz de criar uma vida humana por métodos próprios. Isso não está nos nossos desígnios de forma nenhuma.

Embora não seja especialista, os embriões funcionam da seguinte maneira: a fertilização **in vitro** é um processo altamente ineficiente. Tem-se que enxertar vários embriões no útero da mulher para que pelo menos um deles se fixe. Ocasionalmente, fixam-se dois ou três, e temos essas crianças que nascem de bando. Normalmente, a eficiência desse método anda ao redor de 10% em média. É lógico que há especialistas que dizem que atingem a média de 30%, 40% ou 50%, mas a média é muito baixa.

Primeiro, preparam-se vários embriões para escolher os mais viáveis e aqueles que não são muitos viáveis são desprezados. O que fazem com esses embriões? Podem dizer que obtiveram um embrião, que vão cuidar da vida, que vão congelá-lo, mas a grande maioria os joga fora. Os embriões que não são viáveis servem muito bem para esse tipo de experimento, não são viáveis para serem implantados em um útero, mas as células podem ser usadas como fábricas de novos tecidos.

Os embriões mais viáveis são escolhidos para serem enxertados, e são guardados embriões viáveis que teoricamente poderão ser utilizados. Esses embriões que estão na geladeira dificilmente se tornam viáveis outra vez. O Conselho Federal de Medicina proíbe sua destruição. Primeiramente, não há controle nenhum do procedimento, ninguém sabe quem congela os embriões. Vai-se ficar congelando os embriões a que preço, já que isso tem um custo? E durante quanto tempo? Às vezes, o casal resolve adotar uma criança e desiste do processo, que não é fácil. A mulher tem que tomar hormônio durante muito tempo para, depois, poder fazer a inseminação. Não há nenhum controle desses embriões que sobram. Ninguém tem idéia do que acontece com eles.

Na verdade, os cientistas querem utilizar essas células embrionárias para fazer tecidos novos, especialmente para tratar doenças genéticas porque, quanto mais for reduzido o índice de mortalidade infantil por doenças infecciosas, maior será a participação das doenças genéticas.

Hoje, 50% das mortes no primeiro ano de vida ocorrem por causas genéticas e não por causas infecciosas. Havendo condições de regenerar tecidos que essas crianças perderam, vamos poder mudar esse panorama. Além do que, se queremos trabalhar com doenças genéticas, não adianta usarmos células-tronco da própria criança porque essas células vão carregar o mesmo defeito genético. Assim, teremos de buscar essas células-tronco em outras pessoas.

Para mim não faz sentido pensar que, se pego uma célula-tronco de um adulto, digamos uma célula totipotente, tão boa quanto a célula de um embrião – algo que ainda não está absolutamente demonstrado, é um **wishfull thinking**, uma esperança, uma grande esperança, mas não há nenhuma demonstração – com potência total – também estou de acordo com o Dr. Marco – essa célula também pode ser enxertada no útero de uma mulher e dar origem a uma criança. Qual é a diferença? Honestamente, não consigo perceber.

É muito pouco provável que essas células tenham a potencialidade de uma célula embrionária. Por quê? Por causa de um princípio muito simples. Qual é a célula que tem mais potencialidade? Isso foi demonstrado nos anos 20 ou 30 por um pesquisador alemão que pegou um embrião de sapo, com duas células, e se perguntou o que aconteceria se uma célula fosse separada da outra. Será que cada uma dá meio embrião?

E se cada uma der meio embrião, esse meio embrião será da metade de cima, da metade de baixo, da metade da esquerda ou da metade da direita? Separou as duas células e viu que elas formavam dois sapos. Essas células eram totipotentes. Esse pesquisador foi fazendo esse experimento, assim como outros pesquisadores também observaram até onde o mesmo resultado seria possível.

Parece que essa capacidade de totipotência, até onde foi determinada hoje, não ultrapassa cem células de jeito nenhum, porque, à medida que as células vão se diferenciando, elas vão perdendo essa capacidade de multiplicação, essa capacidade de divisão, em qualquer tipo de célula.

Então, sou francamente a favor. Creio que os senhores têm uma responsabilidade grande neste momento. Não é à toa que todos os cientistas se reúnem neste País para defender esse tipo de pesquisa. Espero que Deus os ilumine.

Obrigado. (Palmas!)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Drauzio Varella e passamos a palavra à Drª Mayana Zatz.

A SRª MAYANA ZATZ – Quero muito agradecer a oportunidade de falar com V. Exªs e de dizer como nos sentimos defendendo essa causa.

Como o Dr. Drauzio e o Dr. Zago falaram, trabalho com doenças genéticas. E as doenças genéticas atingem 3% das crianças que nascem. Então, se pensar só nesse número, estamos falando de mais de cinco milhões de brasileiros, e 10% das doenças de adulto têm um componente genético importante, entre eles a diabete, a Doença de Parkison, doenças psiquiátricas, doenças cardíacas, e muitas dessas doenças poderão ser tratadas com terapia celular e com esses novos avanços da medicina regenerativa.

Trabalho especificamente com doenças neuromusculares, e essas doenças atingem uma em cada mil pessoas. Então, se se pensar de novo na população brasileira, estamos falando de 200 mil pessoas afetadas.

São mais de 50 doenças diferentes. Entre elas, pode-se falar das distrofias musculares progressivas, atrofias espinhais, esclerose lateral amiotrófica, enfim, um número muito grande de doenças. Mas o que elas têm em comum é que todas elas são caracterizadas por uma degeneração progressiva da musculatura. Então, há formas graves, que se iniciam na infância, e formas benignas, que se iniciam na idade adulta; e a evolução varia de caso para caso.

Mas o que mais nos sensibiliza são as formas infantis. Por exemplo, esses meninos têm uma distrofia muscular que chamamos de distrofia muscular de Duchene. São meninos que nascem aparentemente normais, mas já nascem com um defeito em um gene que vai determinar que eles perderão gradativamente a musculatura. Então, com três ou quatro anos de idade, a mãe nota que a criança está caindo muito, e ele vai enfraquecendo e perdendo a musculatura progressivamente. De modo que, com cerca de 10 anos, esses meninos param de andar, e a doença progride de maneira tal que dificilmente eles chegam aos 20 anos de idade, a não ser que tenham uma ajuda para ventilar, para respirar, porque eles perdem também a capacidade respiratória.

Então, essa doença é causada pela mutação em um gene que vai determinar a ausência de uma proteína fundamental para o músculo, chamada de distrofina. O músculo à esquerda seria um músculo normal, e no músculo de um menino com distrofia tipo Duchene, como falta essa proteína, ele degenera.

Um outro grupo de doenças são as atrofias espinhais progressivas, em que há a morte prematura dos neurônios motores, dos neurônios que nervam os músculos.

Nas formas mais graves, as crianças não chegam aos dois anos de idade; e nas formas intermediárias, as crianças nunca chegam a andar, e a doença também progride.

Fiquei muito sensibilizada, na semana passada, quando conheci os pais da Mayana e da Monique – são estas duas meninas à esquerda. Eles nos disseram que a Monique vive pedindo para eles colocarem uma pilha nela para ela poder andar igual às bonequinhas dela.

Então, qual é a nossa grande esperança? Que a terapia celular, com as células-tronco, permitam substituir o tecido muscular ou os neurônios motores. No caso da distrofia tipo Duchene, por exemplo, poderíamos substituir um músculo que não tem distrofina por um normal. Da mesma maneira, com as outras doenças neuromusculares.

Estamos trabalhando hoje com as células-tronco de cordão umbilical, que são as células-tronco que temos disponíveis. Mas se essas células-tronco não forem suficientes, não conseguirem ter o potencial e se diferenciarem nos tecidos que queremos. Temos que começar a trabalhar imediatamente com outras possibilidades. Não temos tempo para esperar.

Esta semana saiu um artigo mostrando que, nos países do Primeiro Mundo, onde já foram liberadas essas pesquisas, elas estão se adiantando, e, se não corrermos, vamos perder esse bonde.

A questão que coloco para V. Exªs é a seguinte: será que podemos comparar a vida dessas crianças com um embrião congelado, como vemos do lado direi-

to? Será que alguém que tiver um filho afetado, como essas crianças, teria a coragem de olhar para essa criança e dizer: "a tua vida é menos importante do que a de um embrião congelado"? Podemos negar a essas crianças e jovens a esperança de uma vida longa?

Então, o que nos une, em torno dessa causa, se não estamos aqui somente representando a posição da Academia Brasileira de Ciências? E é importante que se diga que as Academias Brasileiras de Ciências, de 63 países, inclusive do Brasil, se posicionaram contra a clonagem reprodutiva, mas a favor da clonagem terapêutica e das pesquisas para a obtenção de células-tronco embrionárias para fins terapêuticos. Mas, na realidade, o que nos une é justamente essa vivência de proximidade com esses pacientes, com essas famílias. O Dr. Drauzio tem essa mesma vivência, de trabalhar e tratar de doenças muito graves, de doenças incuráveis e de ver de perto o sofrimento dessas crianças, o sofrimento dessas famílias.

Posso dizer a V. Exªs que, durante esses anos todos em que trabalho com essas doenças, vi milhares de jovens e crianças morrendo sem poder oferecer nada, sem dar nenhuma esperança. E, pela primeira vez, estamos vendo uma luz no fim do túnel; pela primeira vez, estamos vendo uma possibilidade de esperança.

Quero deixar bem claro que não estamos prometendo cura, mas simplesmente o que queremos é a possibilidade de pesquisar. Queremos ter as mesmas possibilidades que os pesquisadores do Primeiro Mundo estão tendo. Queremos tentar. E, principalmente: queremos poder olhar para o rosto dessas crianças, desses jovens, desses pais com a convicção de que estamos tentando o melhor, porque hoje sabemos que isso não é verdade.

Muito obrigada. (Palmas!)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos à Drª Mayana Zatz e passamos a palavra ao Senador Tião Viana, que é Doutor em Medicina Tropical.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito bom-dia a todos!

Cumprimento, inicialmente, a Drª Lúcia Vânia, a nossa Senadora que preside a reunião; Senador Osmar Dias, Presidente da Comissão de Educação.

S. Exªs demonstram completa responsabilidade política e ética no aproveitamento de um tema tão importante para o País, um tema do mundo atual, que é este que estamos debatendo.

Sem dúvida alguma, é necessário um tema dessa natureza, de reflexão, de sedimentação, de serenidade, de liberdade para se tomar decisões que venham ser favoráveis a um conceito que é muito maior do que apenas um conceito científico, um impulso científico.

Esta matéria envolve aspectos técnico-científicos, ético-morais, filosóficos, jurídicos, religiosos. Então, não é uma matéria simples. Quem aqui entender que o seu ponto de vista é o único vetor que pode nos levar a uma decisão comete um grave equívoco, porque a sociedade tem o direito de interferir nas decisões da ciência, e a ciência tem o direito de interferir nas decisões da sociedade.

Temos que ter equilíbrio, sobretudo muita serenidade para tomarmos decisões dessa natureza, porque, senão, daqui a pouco vamos dizer: "joguem as religiões fora, porque os conceitos delas são todos negativos. Tirem os cinco mil anos de politeísmo, de cristianismo, judaísmo, islamismo, joguem tudo fora e vamos achar outra alternativa". Esse é um caminho simples, talvez, para alguns, conceitualmente, mas talvez não o seja para um bom aproveitamento de conceito de ética individual, de ética social, que teremos que tratar neste momento.

Creio que os expositores aqui são pessoas sagradas para a Ciência brasileira, merecedores do mais absoluto respeito e estão aqui por razões altruístas, por razão de ordem ética, por responsabilidade científica e por solidariedade a 15 milhões de pessoas que se supõe sejam vítimas de doenças e que precisam da corrida tecnológica e biotecnologia a seu favor.

A responsabilidade do Parlamento é muito peculiar também, pois ele não pode ter apenas um enfoque na hora de decidir sobre um tema tão importante. O Parlamento tem que representar o todo e o todo, aqui, é plural, é algo diversificado. A sociedade opina em diversas frentes, em diversos pontos de vista. Essa decisão vai, sem dúvida, levar considerações que sejam tornadas a partir desse prisma.

Não tenho nenhuma dificuldade em entender a necessidade de darmos respostas, mas quando vejo os senhores, Dr. Drauzio, Dr. Zago, Drª Mayana, fazendo ponderações, nós não estamos em um ponto de vista isolado, em um país da América do Sul. Estamos diante de um problema que é conceitual no mundo de hoje e sobre o qual não há uma opinião preponderante no mundo identificada com o que os senhores defenderam aqui. Não estou dizendo que é certo ou errado, mas, ao analisarmos a legislação americana, em nove Estados americanos proíbem radicalmente a utilização de embrião para fins terapêuticos.

A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos adotou posições defendendo a proibição e o Senado derrubou. Mas a legislação não está consolidada. A França enfrenta graves problemas jurídicos e legislativos sobre o tema. A Espanha se arvora a tratar o tema com mais flexibilidade a partir de dois anos de sujeição do embrião congelado para fins científicos. A

Austrália avança mais um pouco na sua liberação. Os países do Oriente Médio, da Ásia e da África, em sua maioria, sequer têm legislação sobre o tema. A Itália vive um conflito de decisão em seu Parlamento sobre matéria dessa natureza.

Então, creio que precisamos entender que não é um problema simples e que o Parlamento tem que refletir com profundidade e serenidade. O grande Constitucionalista Josaphat Marinho, que foi um exemplo no Parlamento, dizia que o Parlamento tem que ter muita cautela na hora de decidir sobre uma lei. Não pode estar distante da sociedade. Tem que refletir o que a sociedade quer.

Então, temos que ser muito abertos a uma matéria dessa natureza e ninguém aqui deve ser arvorar de dono absoluto da verdade e da razão em um tema tão polêmico e difícil como este que estamos tratando.

Eu tenho uma formação cristã clara e convicta, na qual sinto-me muito bem e defendo a utilização de embrião para fins terapêuticos em algumas condições, sem que isso seja dissonante da minha religião. Mas foi muito importante ter ouvido do Prof. Zago – e gostaria que ele comentasse depois – que "a produção de embriões para fins terapêuticos é algo que não me atrai." Palavras dele. Se o senhor expuser as suas razões, seguramente, chegaremos a conceitos muito próximos sobre o tema e não na exposição científica apenas do assunto.

Será que é justo termos agora a facilidade de dissociar conceitualmente ser humano. Embrião não entra nesse conceito. Feto não entra nesse conceito? É simples? Não me parece ser simples, de jeito nenhum.

Há uma terminologia imprecisa. Todos somos sabedores do que é embrião, pré-embrião, não é um problema brasileiro apenas. Temos que tratar com muita sedimentação essa matéria.

Ouvir os comentários da Drª Mayana, e ela é uma missionária das matérias em que acredita. Gostaria que ela esclarecesse, por exemplo, a respeito de uma matéria da revista **Folha Ciência** de domingo, um jornal que trata com responsabilidade esses assuntos. Ainda não tive acesso à revista, mas estou procurando para fazer a leitura do artigo. O artigo comenta que os alemães dizem que há células-tronco adultas tão boas quanto de embrião. O estudo é da Universidade de Lübeck, Institut Van Hof, e usou células pancreáticas que tiveram ótimo desempenho e têm perspectivas extraordinárias.

A Drª Mayana disse, com toda clareza: "Parece-me muito interessante, mas trouxe-me algumas dúvidas. As células foram obtidas de pacientes com doenças do pâncreas e elas não comentam nada a respeito de que doença por exemplo. Não seria ético retirar células de pâncreas de pessoas sadias e, portanto, na prática, essa não seria uma fonte muito útil de células-tronco."

Quando uma pessoa doa um rim para outra é um rim sadio e não há problema de ordem ética nessa doação.

Acho que a matéria interpretou mal a Drª Mayana ou eu gostaria de ouvir um esclarecimento melhor dela sobre o tema.

Quando vamos para o consenso europeu que se tenta construir sobre a matéria, há um livro intitulado **Livro Branco**, do Dr. Daniel Serrão, Professor Doutor em Portugal, que tem a responsabilidade de dirigir o consenso dos 25 países da Europa hoje, em que ele deixa claro que essa matéria é altamente controversa. Que é difícil a aceitação de utilização simples, por razões de toda natureza.

Quando vamos para a discussão sobre expectativa, sem tratar o tema como freio, como proibição, como perigo, mas como esperança, como apresentado pelos Drs. Zago e Dráuzio, o que se busca? A convicção de que é possível que, em cinco anos, nós tenhamos facilidade na utilização de células embrionárias com características de direcionamento tecidual específico, seja para células neurológicas, seja para células estriadas, seja para células sanguíneas. Há essa expectativa otimista.

Ao tratar do assunto reprodução assistida no Brasil, demoramos anos e, hoje, a matéria está tramitando na Câmara dos Deputados. Já há uma experiência acumulada nessa discussão. Os Estados Unidos começaram aquela discussão em 1982, só sobre embrião para fins reprodutivos e ainda não a concluíram definitivamente . Em 1988, deram passos preliminares de conclusão.

Então, essas são matérias que exigem tempo, cautela. E eu fico preso a dilemas interiores, quando a Drª Mayana apresenta um quadro dramático como este, que atinge a todos nós. Mas temos que refletir.

Hoje, Drª Mayana, entendo que o Parlamento devia acolher a não-aceitação de embriões para fins terapêuticos salvo a permissão para que embriões congelados há mais de três anos, condicionados ao rigor ético e doações familiares, sem a permissão de interesses de biotecnologia para fins comerciais, pudessem ser doados em condições específicas. Porque, hoje, muitos desconhecem e vêem inocência moral no interesse científico da biotecnologia.

Mas há uma disputa de poder da biotecnologia neste Planeta hoje. São bilhões e bilhões de dólares – Dr. Drauzio Varella sabe bem – disponibilizados em qualquer linha de desenvolvimento científico na área.

Não podemos ficar inocentes em uma decisão como se fosse apenas uma decisão emocional. Deve ser uma decisão completamente sustentada em princípios, na sua pluralidade, como merece o tema.

Eu, pessoalmente, não acredito que o Parlamento brasileiro esteja atrasado, não aceito quando setores da imprensa tratam o tema como se fosse o debate das trevas contra o debate das luzes. Não é isso. É um ato de preconceito, de superficialidade intelectual querer dizer que quem tem posições filosóficas, éticas, jurídicas, morais e cristãs, está atrasado cientificamente, que a Ciência não deve tem direito de tratar a sociedade assim e a sociedade também não tem direito de tolher a Ciência.

Há vários conceitos de bioética. A Drª Eliane Azevedo diz que o limite moral da Ciência deve ser sempre a dignidade humana. Devemos refletir sobre esse conceito. São Thomas de Aquino, parece-me, dizia que a Ciência tem que ter sempre os olhos e uma certa mão da sociedade a interferir, porque talvez ela possa cometer erros perigosos.

Temos que trabalhar dentro de conceitos de freios e contrapesos, porque assim é melhor. Tenho divergências abertas, pelas minhas convicções religiosas, em relação a embrião congelado há mais de três anos. E os Drs. Zago e Drauzio foram claros ao questionar o que será feito desses embriões. A tendência deles é a inutilidade. Então, se é um embrião que não tem vínculo parental, se é um embrião excedentário, que não tem outra saída...se não se adotam hoje 20 mil crianças que precisam de adoção neste País, por que não podemos pensar que esse embrião que não tem destino algum, de uma maneira grosseira de se dizer "vai para o lixo", esse embrião pode vir a ser utilizado, para ajudar a ciência dentro de uma concepção, não como uma panacéia ou com ufanismo, mas com absoluto rigor ético e científico.

Gosto muito, quando a França adota o Comitê Nacional de Ética e Pesquisa para as Ciências da Vida. Penso que é algo importante. O Parlamento tem de estar mais próximo da comunidade científica; no Brasil, a distância é enorme: é como se um estivesse falando 50 anos à frente, e o outro, 50 anos atrás. Os governos também estão distantes da comunidade científica.

Não posso legislar sobre esse tema, porque isso é atribuição do Executivo, mas este tem o dever de criar um Comitê Nacional de Ética e Pesquisa para as Ciências da Vida, para que se encontre uma sintonia entre o que defendem a comunidade científica e a sociedade como um todo. O Parlamento pode ser o grande mediador disso, não aquele que tem de pensar, refletir e se expor de toda forma, como se tivesse um discurso atrasado.

Esse é o meu ponto de vista. Estamos fazendo um debate extraordinário, que espero que sirva para salvar vidas. Não tenho uma influência precipitada, quando olho para um Planeta, Dr. Drauzio Varella, em que todo dia morrem mais de 30 mil crianças – todo dia! –, pela fome e por doenças evitáveis; em que, a cada R$50 bilhões investidos em ciência, só cinco servem para os países do Terceiro Mundo. A cada cinco crianças que morrem no Planeta, quatro são do Terceiro Mundo e não completaram cinco anos. Então, não tenho uma visão isolada de entusiasmo sobre um tema dessa natureza, mas de solidariedade global e de ética – que tenta unir ética individual com ética social. E esse é o melhor caminho que o Parlamento tem a seguir.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com essa plataforma, é inevitável a ida de V. Exª para o Ministério da Saúde.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Tião Viana e passo a palavra à Drª Patrícia Pranke, Professora da Faculdade de Farmácia e Pós-Graduação em Medicina, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A SRª PATRÍCIA PRANKE – Primeiramente, gostaria de agradecer à Senadora o convite.

Foi-me dito que teria 20 minutos para falar. Dessa forma, acabei preparando um comentário para 20 minutos. Tentarei falar em 15 minutos, mas, como a Drª Mariana não usou todo o seu tempo, penso que tenho alguns minutinhos a mais.

Essa parte básica, inicial, de células-tronco já foi muito bem comentada pelos colegas. Então, brevemente, lembro que células-tronco são células que têm uma grande capacidade de proliferação celular e que têm capacidade de formar cópias delas mesmas. Ou seja, elas se clonam. Isso é um efeito da natureza. Elas têm capacidade de formar várias células.

Há, basicamente, dois tipos de células-tronco. Existem as chamadas células-tronco embrionárias, que têm a capacidade de originar todo e qualquer tecido do nosso organismo. Ora, quando o pré-embrião colocado no útero pode originar um feto, um ser humano, qualquer uma daquelas células tem capacidade de formar os mais de 200 tipos celulares diferentes, que compreendem os 70 trilhões de células que temos em nosso organismo. Então, essas são as células-tronco embrionárias.

Quais são as adultas? São as células-tronco que têm uma capacidade limitada de produzir diferentes tecidos. As mais disponíveis e usadas na clínica hoje são as células-tronco da medula óssea e do sangue de cordão umbilical.

De onde extrairíamos as células-tronco embrionárias? Após a fecundação de um óvulo por um esperma-

tozóide, algumas células são formadas, as chamadas células totipotentes, e, no período de quatro a cinco dias após a fecundação, há o formato de células chamadas blastocistos, as que, **in vivo**, aparecem antes da implantação no útero. Ou seja, a implantação dessas células só ocorre a partir do sexto dia. Então, até o quarto ou quinto dia, chamamos de blastocisto, que compreende aproximadamente 200 células totipotentes, capazes de originar todo e qualquer tecido do nosso organismo. Daqui poderíamos extrair as células-tronco embrionárias. Se essa célula, se esse blastocisto for colocado em um útero, desenvolverá um feto a partir de dois meses e até um ser humano.

Assim, no quarto ou quinto dia após a fecundação, teríamos o blastocisto; a partir do sexto, essas células se implantariam no útero.

De onde vêm essas células que estamos aqui discutindo? Elas vêm de clínicas de fertilização. Um casal infértil que quer fazer uma fecundação **in vitro** doa óvulos e espermatozóides, e se faz a produção **in vitro** desses pré-embriões. São feitos pelo menos quatro pré-embriões; alguns deles são colocados no útero, e se espera que sejam implantados. Os excedentes são congelados. O que os pesquisadores querem? Usar esses embriões excedentes, que estão exatamente na fase de blastocisto, ou seja, quatro a cinco dias após a fecundação, que não é a fase natural em que seriam implantados no útero.

Como os professores já falaram, há também as células-tronco adultas, que podemos encontrar em vários órgãos do nosso organismo. No entanto, as células mais disponíveis hoje são as do cordão umbilical e da medula, que têm uma capacidade limitada.

Por exemplo, se quiséssemos reconstituir células do sistema nervoso central para tratar Parkinson e Alsheimer a partir das células-tronco existentes no cérebro, teríamos que abrir a cabeça do paciente e tirá-las. Isso é impossível.

Qual é a forma como estão sendo reconstituídas células do sistema nervoso central para tratar essas doenças hoje? Por meio das células-tronco embrionárias, já que têm capacidade de originar todos os tecidos do nosso organismo. Então, poderíamos reconstitutir todo e qualquer órgão, usando essas células.

Quais são as sugestões dos cientistas, com base nas quais estamos trabalhando, propondo uma emenda à lei – Senador Tião Viana, estamos muito felizes, porque concordamos com tudo que V. Exª falou. Primeiro, queremos que seja proibida a manipulação genética de embriões, ou seja, não pretendemos mudar o genoma desse embrião, o que evitaria, por exemplo, a eugenia. Os cientistas sérios, no mundo inteiro, como o Dr. Drauzio falou muito bem, são contra a clonagem reprodutiva humana. Segundo, não estamos de acordo com a produção de embriões para outro fim, que não seja o da reprodução, ou seja, ninguém quer produzir embriões para extrair células. Só queremos usar aqueles que são excedentes, cujo destino, inexoravelmente, como disse o Senador Tião Viana, será o descarte. Terceiro, somos contra a comercialização desses embriões.

Então, estamos proibindo tudo isto: manipulação, clonagem reprodutiva, produção, comércio. Apenas gostaríamos de obter células-tronco a partir de embriões, desde que, cumulativamente, eles estejam excedentes nas clínicas de fertilização; tenham sido produzidos com o intuito de fazer a reprodução humana e estejam congelados, sem a perspectiva de serem usados, porque os pais não os querem mais. Até podemos propor uma mudança, Senador Tião Viana. A nossa proposta era usar os embriões após cinco anos de congelamento, e V. Exª sugeriu três anos. Excelente! Podemos mudar.

Continuando, desde que esses embriões, que são excedentes, não serão usados para reprodução e terão o lixo como destino, sejam inviáveis. Trata-se daquele que não consegue desenvolver-se; que jamais poderia ser implantado no útero, porque se desenvolve em três, quatro, cinco células e não consegue crescer mais, por apresentar problema de multiplicação celular. As clínicas naturalmente os descartam, mas eles servem para pesquisa. E também os embriões que estão congelados há três ou cinco anos – não importa –, cujo destino será o lixo.

Em quarto lugar, obviamente, sempre após o consentimento dos pais, porque queremos que sejam doados; de forma alguma o comércio. E há um detalhe: conversamos muito com essas clínicas de fertilização. No momento em que o casal vai fazer a fertilização **in vitro**, está com aquela vontade grande de ter um filho. Tudo que eles querem no momento é ter um filho; depois que o têm, não querem mais aqueles embriões congelados. Isto se tem tornado um problema: o que fazer com aqueles embriões? Os próprios pais progenitores pedem que seja dado um destino. E por que não dar um destino digno a esses embriões, ou seja, fazer com que possam salvar outras vidas? É melhor colocá-los no lixo?

Então, apresentaremos o que nós, cientistas, estamos pedindo. E o fazemos baseados em que argumento? Temos dados científicos que comprovam vários dos argumentos que daremos agora.

Primeiro, em qualquer livro de embriologia que estudamos na faculdade, há esta afirmação do livro de **Ética em Pesquisa – Reflexões**, publicado em 2003: "O embrião somente continuará a se desenvolver, se

for implantado em útero materno. Se isso não ocorrer, aquelas células morrerão no laboratório". Qualquer livro de embriologia explica isso.

Segundo, o DIU é um procedimento liberado, aceito no Brasil e amplamente utilizado. Por que o DIU de progesterona é permitido, e o uso dessas células não? O DIU destrói exatamente o blastocisto. Por quê? Porque o DIU de progesterona impede a implantação do blastocisto já fecundado no útero. Impede que o blastocisto de cinco dias se implante no útero. São exatamente as mesmas células com as quais queremos trabalhar. Por que o DIU é permitido e o uso dessas células não?

Terceiro ponto. Relatórios internacionais sugerem que os pré-embriões não fiquem congelados por mais de cinco anos. Muitos pesquisadores questionam se seria viável implantá-los após cinco anos. Por isso, a questão: após cinco anos ou após três anos. Existiria uma recomendação de não implantá-los após determinado tempo de congelamento.

Então, a pergunta é muito simples. Em vez de discutirmos se é vida ou não, o que também acredito deva ser discutido, devemos decidir um problema direto: o que fazer com os embriões congelados nas clínicas de fertilização? Que destino lhes será dado?

Creio que foi o Dr. Drauzio Varella quem falou que o Conselho Federal de Medicina estabelece que esses embriões devem ficar congelados. No entanto, é uma utopia acharmos que ficarão congelados para sempre. Isso não existe. Daqui a 100 anos, os netos dos donos das clínicas terão de continuar congelando os embriões? Será que eles funcionariam? Em 100 anos, provavelmente aquelas células não sirvam nem para pesquisa.

Então, qual o destino a ser dado a essas células que estão congeladas hoje?

E se fizermos uma analogia com a doação de órgãos? Hoje, a doação de órgãos é vista como um ato altruísta e nobre na maioria dos países. O Ministério da Saúde e o Governo brasileiro têm feito uma campanha muito bonita em torno disso.

A doação de órgãos ocorre após a morte encefálica? O que é a morte encefálica? Não vamos entrar na questão técnica aqui. Resumidamente, quando a maioria das células no sistema nervoso central não funcionam mais, dá-se a morte encefálica. O coração pode continuar batendo, e os outros órgãos continuam funcionando. Do contrário, não poderiam ser usados para doação. Então, se o final da vida é considerado quando morrem essas células do sistema nervoso central, por que o início da vida não poderia ser quando elas começam a desenvolver-se? E isso ocorre apenas a partir do 14º dia.

Por isso, alguns países usam essas células até o 14º dia, quando começam a aparecer as primeiras células do sistema nervoso central.

Já que essas células estão congeladas e vão ter o lixo como destino, por que não podemos dar-lhes um destino digno, doando-as como órgãos?

Em que podemos usar essas células? Quais são o seu uso em pesquisa e o seu uso clínico? Para tratar, por exemplo, problemas do sistema nervoso central, como Mal de Alzheimer ou Parkinson, que atingem 420 milhões de pessoas ao redor do mundo.

Pacientes lesados medulares – existem no Brasil 50 novos casos de pacientes lesados medulares por milhão de habitantes por ano. De 9.000 a 9.500 pacientes se tornam lesados medulares anualmente no Brasil. O custo de um único paciente tetraplégico é, durante a fase aguda, se não houver necessidade de respirador, de US$50 mil por ano. Com o respirador, o custo de um paciente tetraplégico seria de US$170 mil por ano. Após a fase aguda, sem respirador, US$8 mil/ano e com respirador, US$65 mil/ano.

Se pensarmos em doenças cardíacas, além de pensar na dificuldade de encontrar-se um doador, lembramos que se trata de uma cirurgia agressiva colocar um órgão novo como o coração. Enquanto essas células poderiam ser implantadas, regenerando a área necrosada, seria muito mais simples para o paciente e muito mais barato. Insuficiência cardíaca no Brasil: pelo Datasus, 6,5 milhões têm insuficiência cardíaca. Em 2000, 26 mil pacientes morreram dessa doença.

Temos 6% da população diabética no País – são 10 milhões de diabéticos.

Essa é uma criança saudável. Todos queremos ter filhos assim, saudáveis, felizes. Quando nos deparamos com situações assim, temos de parar e pensar: que qualidade de vida essas pessoas têm? Que esperança elas têm de uma vida digna? Será que podemos comparar a vida dessa criança com essa célula? Durante todo o *slide*, o pano de fundo era essa célula. Ninguém se emocionou com ela. Há alguma conotação de vida humana nessas células? Essa célula é exatamente o blastocisto, com o qual queremos trabalhar. Será que essa criança tem o mesmo direito, como falou a Drª Mayana Zatz, de uma célula assim? Essa célula vai ser descartada ou está congelada. Será melhor deixá-la congelada anos a fio, durante quantos anos, numa clínica de fertilização?

Quem é contrário usa o seguinte argumento: uma vida humana não pode ser sacrificada em prol de outra vida humana. Absolutamente todos nós concordamos com isso. Nenhum cientista quer sacrificar uma vida humana em prol de outra. A questão é: há vida humana nessa célula? Aqui, sem dúvida, há vida humana, mas

a ciência tem mostrado que, sem o útero, não existe ser humano. Ou seja, a ciência tem mostrado que, sem o ambiente, aquela célula, o blastocisto jamais gerará uma vida humana.

Isso é muito simples provado pela ciência. Se pegarmos aquele blastocisto e colocarmos aquela célula no coração de um paciente que sofreu infarto, nas células necrosadas, não vai nascer um bebê naquele coração; nascerão células cardíacas. Então, não é o útero o diferencial entre aquela célula se transformar em um feto ou não?

Essas são as células com as quais queremos trabalhar, os blastocistos. Talvez essa seja a esperança de essas crianças poderem ter uma vida digna ou simplesmente continuarem vivas.

Faço uma pergunta, para que cada um de nós pergunte isso: e se fosse comigo? E se fosse com o meu filho?

No ano passado, em Porto Alegre, tivemos um evento para discutir células-tronco. A Drª Mayana Zatz também foi uma das palestrantes. Foi muito interessante, porque fizemos uma entrevista interativa com a platéia. Havia quase 500 pessoas presentes, que podiam votar à medida em que fazíamos as perguntas. Quanto às primeiras perguntas, houve quase uma concordância geral: eram contra a produção de embriões, mas favoráveis ao uso dos embriões que estão congelados.

Uma das últimas perguntas era a seguinte: se você tivesse um filho com uma distrofia muscular degenerativa, você produziria embriões para a pesquisa? E 50% das pessoas disseram que produziriam embriões. Nem é isso o que estamos pleiteando, mas eles falaram que sim, se fosse com eles ou com seus filhos. Então, solicito que possamos ouvir os pacientes.

Termino minha fala, deixando de falar como cientista ou em nome da ciência, como uma cidadã brasileira que acredita em Deus. Jesus disse: "Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância."

Será que uma criança em cadeira de rodas tem vida em abundância? Qual é a vida de uma criança com distrofia muscular, como a Drª Mayana mostrou? Que esperança ela tem?

Então, para aquele mesmo casal sobre o qual a Dr. Mayana falou e que nos emocionou na semana passada em razão da situação de seus filhos, algum médico disse que não adiantava mais nada, que não havia esperança para seus filhos. Não posso falar por vocês, mas posso falar por mim: eu não tenho o direito de tirar a última coisa que essas pessoas que estão doentes ou seus pais têm: a esperança. É só isso o que queremos. (Palmas!)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço à Drª Patrícia Pranke e registro a presença da Drª Leila Oda, Presidente da Associação Nacional da Biossegurança. Registro, com muito prazer, a presença do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros; do Líder do PFL, Senador José Agripino; do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio; e da Líder do PT, Senador Ideli Salvatti.

Tenho certeza de que os cientistas e expositores aqui presentes sentem-se profundamente honrados com a presença de todos os Senadores, mas a presença dos Líderes partidários significa, sem dúvida, uma homenagem aos cientistas presentes e, acima de tudo, a seriedade que esta Casa demonstra neste debate.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, apenas 10 segundos, para dizer que a matéria legislativa que o Senado já votou sobre reprodução assistida e que está na Câmara dos Deputados, cujo substitutivo é de minha autoria e originalmente de autoria do Senador Lúcio Alcântara e Roberto Requião, é contrária ao congelamento de novos embriões, aceita a utilização dos atuais. A minha tese é esta, mas contrária a que se faça congelamento de novos embriões, ou seja, implantação de, no máxima, dois, e a fresco.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Srª Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Srª Presidente, talvez seja este o momento em que V. Exª devesse fazer um apelo à **TV Senado** que, neste momento, está transmitindo ao vivo a reunião da CCJ. Não sei o que está sendo tratado naquela Comissão, mas se o Líder do Governo, o Líder do PSDB, o Líder do PMDB, o Líder do PFL estão aqui, evidente que a importância desta manhã para a **TV Senado** deveria estar aqui.

Sugeriria a V. Exª que fizesse este apelo, para que passem a transmissão ao vivo para ouvirmos; já perdemos, diga-se de passagem, uma das mais completas, perfeitas exposições, absolutamente do meu aplauso, dessa associação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Já foi atendido.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Estão só filmando, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Hélio Costa e aproveito realmente para referir à **TV Senado**, aos meios de comunicação a im-

portância deste debate. Seria motivo de muita alegria para todos nós essa transmissão ao vivo.

Com a palavra o último expositor, Dr. André Marcelo Soares, Professor de Bioética da PUC – Rio de Janeiro.

O SR. ANDRÉ MARCELO SOARES – Farei uma exposição um pouco diferenciada das já aqui realizadas.

Sou, na verdade, um filósofo e um teólogo. Vou me pautar, então, justamente em conceitos filosóficos para fazer a minha abordagem.

Passo à leitura do texto.

Desde 24 de janeiro de 1997, quando foi comunicado ao mundo o sucesso do processo de clonagem do qual nasceu a ovelha Dolly, vários setores da sociedade começaram a debater sobre a aplicação desta técnica em seres humanos. Inicialmente, as discussões se davam em torno da possibilidade de produzir clones para reposição de órgãos. Esta possibilidade, conhecida como clonagem humana reprodutiva, embora se apresente com preocupações terapêuticas, é sem dúvida absolutamente repulsiva do ponto de vista ético. Em primeiro lugar, ela fere a estrutura ontológica do ser humano, que não se reduz ao meio terapêutico; em segundo, a compreensão antropológica engloba muitas outras funções além da biológica; em terceiro, esta possibilidade abre caminho para a discriminação, ao distinguir **contra naturam** seres humanos constituídos da mesma substância.

O ser clonado não possui, em relação ao doador da célula, somente o conteúdo genético, ele possui também a mesma dignidade. Sendo assim, utilizá-lo com o objetivo de reposição constitui uma grave violência contra o ser humano.

Já a finalidade terapêutica da clonagem, apesar de muito debatida no campo ético e jurídico, sempre foi apresentada com justificativas muito distintas daquelas oferecidas pela clonagem reprodutiva. A questão não está na distinção das finalidades da clonagem ou nas suas respectivas justificativas, a questão é saber quando e porquê essa distinção surgiu.

Do ponto de vista ético, o que se discute não é o produto da clonagem, mas seus princípios.

Ao classificar o processo como reprodutivo ou como terapêutico, não estão sendo levados em conta os meios, mas unicamente os fins.

Não se pode esquecer que, no início, a clonagem reprodutiva se apresentava com uma finalidade terapêutica. A finalidade pode variar, mas em ambos os casos a intenção é formar, a partir da fusão entre uma célula somática e um óvulo sem núcleo, um embrião com as mesmas características do doador da célula. De qualquer modo, será imprescindível o uso do embrião e, conseqüentemente, a ruptura do desenvolvimento da vida humana, que se inicia com a ligação dos gametas.

Diante dos problemas éticos impostos pela clonagem, seja ela reprodutiva ou terapêutica, o desenvolvimento de pesquisas com células-tronco, presentes nos organismos já desenvolvidos, chamados aqui de adultas, surge como uma possibilidade frente à utilização de embriões clonados. A técnica é, do ponto de vista bioético, plenamente admissível e não apresenta as interrogações existentes no processo da clonagem. Todavia, embora não se faça necessário o uso de embriões para obtenção das células-tronco, para alguns especialistas a eficiência terapêutica é maior quando essas células são extraídas durante o processo de embriogêneses. Aqui estão presentes os mesmos questionamentos éticos relacionados ao processo de clonagem.

Entre os que defendem a clonagem e o uso de células-tronco embrionárias, encontram-se aqueles que entendem ser um desperdício o simples descarte dos embriões obtidos através da inseminação artificial. Para estes, se a destruição dos embriões é inevitável, por que não aproveitá-los para retirar o material que interessa? Este posicionamento, pautado num propósito "beneficente" é claramente utilitarista, uma vez que não consegue perceber a real teleologia embriológica.

A fecundação tem como fim elementar e essencial o nascimento de um novo ser e não o de prover bancos de órgãos. Além do mais, este argumento é falacioso, uma vez que não questiona o destino dos embriões e a técnica de fertilização **in vitro**.

Para defender o uso das células-tronco, embrionárias, também é comum a distinção entre embriões naturais e artificiais. Os naturais seriam aqueles originados da fusão entre espermatozóide e um óvulo; já os artificiais são aqueles produzidos através da fusão entre uma célula somática e um óvulo sem núcleo destinado à clonagem. Aqui, a diferença no processo de fusão não implica uma diferença ontológica. Em ambos os casos o resultado será a geração de uma nova vida. Sendo assim, não se justifica eticamente, sob qualquer aspecto, a utilização de embriões, sejam eles naturais ou artificiais. O embrião, mesmo aquele chamado de artificial, não pode ser tratado simplesmente como recurso biológico.

Concluindo, é necessário observar que a dignidade humana deve ser respeitada em qualquer etapa do desenvolvimento biológico. Afinal, não é possível estabelecer, através de critérios axiológicos, a etapa da vida humana que tem mais valor. Se houvesse um tal critério, ele certamente não seria biológico, mas mercadológico e utilitarista.

Não se pode atribuir valor à vida humana partindo de critérios exclusivamente acidentais. Mesmo os padrões anatômicos e fisiológicos não são suficientes para definir a importância da vida humana. Caso contrário, chegaríamos à absurda conclusão de que deficientes e doentes mentais possuem um valor menor do que aqueles seres ditos normais. A vida, no estágio embrionário, possui valor idêntico ao da vida humana no seu estágio adulto e terminal.

As pesquisas com células-tronco, desde que não interrompam o desenvolvimento da vida humana, são necessárias e seus resultados poderão, no futuro não muito distante, contribuir benignamente para a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas que sofrem de doenças crônicas e degenerativas adquiridas. Todavia, é um imperativo ético avaliar os limites inerentes aos benefícios oferecidos por algumas técnicas que, travestidas de beneficência, a curto prazo, conduzem a uma discriminação.

Os benefícios da ciência não podem, de modo algum, proporcionar, na forma de um dúplice efeito, o extermínio de uma parte da humanidade em detrimento de outra. A ciência, que deve colocar na busca de uma vida melhor e mais saudável o seu ideal, é incoerente quando, para isso, trilha o caminho da morte e da exclusão social.

No que se refere às pesquisas com células-tronco, toda dificuldade deve ser enfrentada corajosamente para que nenhuma vida, em qualquer de suas etapas, seja sacrificada. A vida humana deve ser respeitada desde o seu início e isso deve ser assegurado pelo direito e defendido pela verdadeira ciência.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. André e passamos a palavra ao autor do requerimento, que usará o tempo dele e o meu para as perguntas.

Registro a presença do Líder da Minoria, Senador Sérgio Guerra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Na apresentação do Senador Tião Viana, S. Exª fez um questionamento tanto para o Dr. Zago quanto para a Drª Mayana, em termos da publicação no jornal e da posição pessoal do Dr. Zago. Indago a V. Exª, até porque isso dará base à pergunta, se não seria interessante que fossem feitos esses esclarecimentos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a sugestão e passarei a palavra, primeiro, ao Dr. Zago e, depois, à Drª Mayana, para que respondam ao Senador Tião Viana. Posteriormente, iniciaremos o debate.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO – Depois, farei outras considerações; agora, responderei especificamente aquilo que o Senador apontou na minha apresentação.

Eu disse que sou contrário à produção de embriões especificamente para fins terapêuticos. Essa é uma posição pessoal, mas, como V. Exªs perceberam, ela coincide com a da maioria dos cientistas. Não entendemos que haja necessidade de produção de embriões específicos, porque existem embriões em depósitos em diferentes clínicas, cuja utilidade poderia ser muito maior para esse tipo de aplicação do que puramente serem deixados congelados ou jogados no lixo.

Mas, na minha afirmação, fiz claramente uma distinção: transferência de núcleo somático não é uma técnica que gera embriões; ela gera uma célula desdiferenciada que, em situações muito excepcionais, podem ser levadas a dar origem a um ser adulto aparentemente normal, chamada clonagem. Na maioria das vezes, ela apenas gera um tipo de célula com capacidade de reproduzir tecidos. E aí não se faz a clonagem de um embrião, quer dizer, não se cria um embrião. O que se faz é ter uma cultura de células com múltiplas potencialidades de diferenciação.

Eu sou favorável a que se investigue essa possibilidade do uso desse tipo de células, gerada nessa situação, que é absolutamente artificial e não tem nada a ver com aquela em que normalmente se cria um embrião.

Feita essa ressalva, sou contrário à produção de embriões especificamente para tratamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Drª Mayana.

A SRª MAYANA ZATZ – Reforçando a posição do Dr. Zago, também sou contra. Acho que há um consenso entre os cientistas de ser contra a produção de embriões com essa finalidade. Queremos usar os embriões descartados.

Em relação ao trabalho sobre o pâncreas, a primeira coisa que me pareceu muito estranha é que o trabalho foi publicado em uma revista não-científica, uma revista sobre física. Se fosse algo tão fantástico, estaria em uma revista da área de biologia. Eles mostraram que conseguiram tirar células do pâncreas de camundongos e de pacientes – eles dizem pacientes com doenças, mas não se referem ao tipo de doença – e, aparentemente, conseguiram regenerar todos os tecidos a partir dessas células de pâncreas.

Por que me pareceu estranho? Primeiro, porque não disseram exatamente qual era a doença e porque seria o mesmo procedimento que se faz com extração

de célula-tronco de medula óssea. E, então, achei que não seria ético. Não me ocorreu que se poderia tentar usar o pâncreas de uma pessoa morta, como se faz com o transplante. Nesse sentido, vale a pena tentar. Mas, de qualquer maneira, o trabalho é meio estranho e precisa ser confirmado.

Existem muitos pesquisadores que querem, a qualquer custo, defender a idéia de que células-tronco adultas têm a mesma potencialidade das embrionárias. E os trabalhos na prática não mostram muito isso. Mesmo aquela primeira experiência com terapia celular daqueles pacientes cardíacos do Rio de Janeiro, onde se tirava célula-tronco da medula para injetar no coração e, aparentemente, houve uma melhora e produção de células cardíacas, está sendo contestada. Hoje, o que se vê é que, na verdade, melhorou a circulação, mas não se comprovou que essas células foram capazes de formar células cardíacas.

Finalmente, mais uma vez, enfatizo a posição do Dr. Zago sobre a transferência de núcleo, que não consideramos como formação de embriões. É muito claro isso. Há muitos anos que se faz cultura de tecidos em laboratório. Se eu tirar uma célula da pele, faço cultura de pele; se eu tirar uma célula de músculo, faço cultura de músculo. No entanto, as técnicas atuais só permitem que façamos cultura de tecidos diferenciados. Qual é o pulo do gato que aconteceu com a Dolly? Mostrou-se que, se eu pegar uma célula já diferenciada, tirar o núcleo e colocar em um óvulo sem núcleo – um óvulo sem núcleo também é só uma célula –, posso fazer qualquer tecido.

Por que vou chamar isso de embrião? Isso é um aprimoramento das técnicas de cultura que existem hoje. Em vez de fazer só um tecido específico, posso fazer qualquer tecido. Temos que chamar o potencial dessa técnica de transferência de núcleo e não chamar isso de um embrião, porque leva a erro de julgamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, um dos autores do requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Srs. Convidados, comecei fazendo um protesto pelas notas publicadas que me acusavam de fazer **lobby** para mudar o projeto. Vou mudar minha manifestação. Agradecerei o colunista que disse que estou fazendo **lobby** para mudar o projeto, porque agora, mais do que nunca, convenci-me de que o projeto precisa ser mudado mesmo. Depois de ouvir todas as manifestações, com exceção de uma, estou convencido de que o projeto precisa ser mudado, principalmente porque o art. 5º veda tudo o que foi conversado aqui.

Mas serei objetivo e farei duas perguntas. Uma, será para o Senador Tião Viana e pedirei que S. Exª responda depois da Drª Mayana, a quem farei a segunda pergunta, já que existe uma campanha discreta, mas existe, para que o Senador Tião Viana seja Ministro da Saúde.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Dizia Tancredo Neves: quando falam muito diga que foi convidado, mas não aceitou.

O SR. OSMAR DIAS (PDT- PR) – Mas a intenção, neste caso, é boa. Vou fazer uma pergunta a V. Exª, que estará falando como doutor em Medicina Tropical, mas é Senador e do PT, do Partido do Governo.

Tenho convicção de que não deveríamos estar debatendo esse projeto do que jeito que ele está, tratando os dois assuntos em um projeto só. Tenho convicção de que poderíamos aprovar uma lei muito melhor para OGM e uma lei muito melhor para este tema de hoje, se os assuntos estivessem separados. Essa mistura em um projeto só fará com que se retarde demais a aprovação de ambos e não aprovaremos um projeto bom nem para uma coisa nem para outra coisa.

Estou fazendo a consideração e perguntando a V. Exª, Senador Tião Viana, se concorda com a divisão dos projetos, desde que se dê igual celeridade aos dois na tramitação. Enquanto V. Exª pensa sobre o assunto, vou fazer uma pergunta à Drª Mayana.

Pode parecer ingenuidade e até ignorância de minha parte, mas, na Câmara dos Deputados, quando o art. 5º foi aprovado, vedando a pesquisa com células-tronco e embriões, acompanhamos a votação, que foi cercada de muita pressão. As igrejas se manifestaram e têm o conceito de que a vida começa na concepção, na fecundação. Eu também pertenço a uma religião, sou católico, mas recebi um envelope, que todos os Senadores receberam, de representantes de várias igrejas, inclusive dos pais das crianças que estão aqui presentes, uma das quais tem o seu nome, em que defendem a aprovação da possibilidade de fazer pesquisa, como todos os cientistas, menos um, propuseram na mesa.

A pergunta é a seguinte: para os cientistas, quando começa a vida? É consenso entre os cientistas a resposta que a senhora vai me dar?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Consulto o Plenário se podemos fazer de três em três perguntas para agilizar os trabalhos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Convidados, na verdade, eu tinha várias perguntas, que foram

sendo respondidas à medida em que fui ouvindo as Srªs e os Srs. convidados. Confesso que, nos meus poucos meses no Senado da República e participando de praticamente todas as audiências públicas no setor, não tive outra oportunidade de me ilustrar tanto, de aprender tanto, de ouvir de fontes tão fidedignas e importantes, tão conscientes e tão sábias. Tenho uma preocupação muito grande com a pesquisa, com a ciência, com a tecnologia. Acabamos de criar na Comissão de Educação do Senado a Subcomissão de Ciência e Tecnologia para oferecer um fórum para a discussão de assuntos como esse. O Brasil é um dos maiores contribuidores na pesquisa do genoma humano e, lamentavelmente, não discutimos, não divulgamos esse trabalho maravilhoso que o cientista brasileiro tem feito, essa contribuição extraordinária que o País tem prestado.

Certamente, dirigindo-me à Drª Mayana e, posteriormente, ao Dr. Drauzio Varella, gostaria que especificassem quais são os entraves, porque, na verdade, estamos discutindo aqui o que já foi aprovado na Câmara. O Senador Osmar Dias lembrou muito bem que o art. 5º praticamente veda tudo que se discutiu aqui como proposta de pesquisa científica, e de que maneira os senhores entendem que deveríamos agir. Esta é uma audiência pública, estamos absorvendo as informações que são passadas pelos senhores. Senti que o Senador Tião Viana, além de excelente médico e grande Senador, mais uma vez demonstra sensibilidade, porque mostra claramente, em sua exposição, o exemplo da França, onde há um comitê nacional de ética e pesquisa da vida, algo que se encaixa exatamente dentro das necessidades que temos no momento no Brasil. S. Exª, sobretudo na condição de Líder que é de seu partido e do Governo do Presidente Lula, pode avançar muito na defesa da proposta que vejo ser consenso, qual seja, a não utilização do embrião para pesquisa, mas, certamente, a utilização sob rigoroso controle dos embriões que são congelados.

Esta reunião foi absolutamente formidável em expor e resolver o problema que vem sendo sistematicamente levantado tanto na Câmara quanto no Senado, para nós, Legisladores, trazendo essa preocupação.

Confesso ao Dr. André Marcelo Soares que sou católico praticante, diga-se de passagem, tenho uma fé muito poderosa. Mas, quando vi aquelas fotos, Drª Mayana, dessas crianças que podem ser ajudadas e que serão ajudadas um dia, com a utilização desses embriões que, conforme vocês todos disseram, inevitavelmente vão para o lixo, por mais que queira entender que a vida começa no instante da concepção, vou abrir um precedente: vou dizer que essa vida que então foi fecundada, que começou ali, já começa não apenas sendo útil, mas consegue mostrar o amor de salvar uma vida que já está lá na frente desfrutando o dia-a-dia das belezas do mundo em que vivemos.

Então, parabéns a todos vocês. Estou absolutamente convencido da necessidade de se fazer a pesquisa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Srª Presidente, quero dizer que raramente, no Senado, temos a chance de uma reunião como esta. Em primeiro lugar, do ponto de vista político, é algo bem diferente do que fazemos usualmente. Normalmente, votamos em função de uma base eleitoral, de um grupo que representamos. Nesse assunto, temos que votar com base na ética, e respeito qualquer um, e na base histórica, para onde vai o Brasil nos próximos 20, 30, 50 anos. Seria quase um crime político votar apenas conforme uma base eleitoral nos trouxe aqui num caso como esse. Isso dá riqueza à reunião. Mas a riqueza foi maior ainda pelas apresentações. Tenho convivido muito com cientistas. Raramente, vi cientistas que apresentassem com argumentos tão convincentes suas idéias. Em geral, terminam falando o que não entendemos e acabamos ficando com a mesma idéia de antes. Aqui tudo foi bem explicado e persuadiu aqueles que, talvez, nem estivessem convencidos.

Em terceiro lugar, quero manifestar minha surpresa pela unanimidade que senti em relação ao assunto. Creio que nenhum discordou de alguns pontos que vou ler, dos quais gostaria de saber se houve discordância.

O primeiro é que não há impedimento ético nem religioso para o uso das células-tronco congeladas há pelo menos três anos, desde que não sejam fabricadas especificamente para isso. Não vi nenhuma discordância nesse sentido, nem mesmo do Dr. André. O segundo é que não fazer isso prejudica milhões ou centenas de milhões de vidas. O terceiro é que não fazer isso deixará o Brasil atrasado no cenário internacional de uma forma talvez irreversível. O quarto é que, se não fizermos isso, vamos deixar, como temos feito ao longo de nossa história, aos ricos brasileiros o direito de irem se tratar nos Estados Unidos e na Europa, enquanto os pobres, por conta da lei que votarmos aqui, ficarão impedidos.

Finalmente, quero saber se há consenso para o fato de que, embora estejamos procurando resolver o problema dessas pessoas doentes, estamos também resolvendo um problema sério, que é o destino a ser dado a esses embriões congelados.

Creio que, se houve consenso nesses cinco pontos, para mim é uma surpresa que eu não esperava encontrar. Eu imaginava mais discordâncias. É uma surpresa para mim muito grata porque estamos decidindo algo fundamental para o futuro do Brasil, para o futuro da saúde de milhões e milhões de brasileiros, talvez até mesmo, a partir da ciência brasileira, milhões e milhões de pessoas no mundo inteiro.

Parabéns, Senadora, por esta reunião, mas especialmente a cada um de vocês que nos deram muita luz sobre um assunto confuso, complicado, mas que para mim, hoje, está absolutamente claro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Drª Mayana, para responder ao Senador Osmar Dias.

A SRª MAYANA ZATZ – A primeira questão é: quando começa a vida? Acho que, mesmo para o cientista, não há um consenso, mas um ponto importante que lembramos é que, até o décimo quarto dia, não há sistema nervoso, não há nem início de sistema nervoso, e por isso então é que todo mundo concorda que se possa usar células de embriões de até 14 dias para fazer essas pesquisas, para obter células que possam fabricar qualquer tecido. Mas, em relação a quando começa a vida, muitos cientistas acham que a vida não tem um começo nem um fim, a vida é um ciclo. Então, quando você forma um novo embrião, ele vai-se desenvolver, vai formar gônadas, vai formar células germinativas, que vão dar origem a um novo ser, e o ciclo continua. E, nesse sentido, é que dizemos: se deixamos o embrião congelado num centro de fertilização, se não usamos esse embrião, o ciclo se interrompe. Se usarmos as células desse embrião para salvar uma vida, estamos retomando o ciclo da vida.

A segunda questão é quais são os entraves. Os entraves é que hoje temos toda a tecnologia para fazer essa pesquisa, mas, se formos submeter a um comitê de ética, não vamos ter permissão dele para usar células-tronco embrionárias. Então é exatamente isso que queremos: no momento em que essa lei for aprovada, no dia seguinte podemos começar as pesquisas, porque temos toda a tecnologia e temos pressa, muita pressa, porque, como vocês viram, essas crianças e jovens estão morrendo, e sabemos que não é no momento em que começarmos que vamos ter a resposta no dia seguinte, isso leva tempo, e não podemos perder nenhum minuto. Por causa disso, achamos fundamental não separar a Lei de Biossegurança, votar tudo junto, votar o mais rápido possível, exatamente por causa dessa pressa que temos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Desde que, evidentemente, o art. 5º seja reconsiderado.

A SRª MAYANA ZATZ – Sim, exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Tião Viana para responder os Senadores Osmar Dias e Hélio Costa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, serei breve, enfatizando o valor que tem o testemunho que dão os Senadores como um caminho seguro para uma decisão tão importante, como vamos ter. No que diz o Senador Osmar Dias, que já encontra um pouco de polêmica da Drª Mayana, que é a votação conjunta do projeto, tenho a dizer que é muito importante esse assunto que traz o Senador Osmar Dias porque a interpretação constitucional, se não estou enganado, na Disposições Transitórias – tenho que rever o dado, o local apenas –, diz que uma lei não pode decidir sobre matérias distintas ao mesmo tempo. Então, se nós aprovarmos aqui, Drª Mayana, corremos o risco de um recurso ao Supremo, e a lei ser destituída. Então temos que ter muito cuidado e proteger a intenção da sociedade e da ciência para que possamos aprovar uma matéria que não ameace a estabilidade tanto para a biossegurança como para o uso de embriões. E o Senador Osmar Dias, eu sei, que está indo a fundo nesse debate tentando achar alternativa de separação, sem prejuízo de aprovação da matéria. Se houvesse a condição legislativa no que diz respeito a embrião pudesse ser suprimido e reapresentado na atual Legislatura, eu iria fazer junto com o Senador Osmar Dias, mas há dúvida da Secretaria-Geral de Mesa e de outras pessoas que têm profundidade de conhecimento em Regimento, em legislação, em processo legislativo. Então estamos tendo o máximo cuidado de fazer o melhor pelo tempo para aprovar uma lei que atenda a todos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador Tião Viana, V. Exª me permite uma observação?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria apenas de completar as colocações do Senador Tião Viana que, ouvida a Secretaria-Geral da Mesa e ouvidos também outros regimentalistas aqui, segundo informações, mesmo não sendo assuntos correlatos, uma vez aprovado na Câmara dos Deputados, não poderá ser separado. Então esse é um procedimento que precisamos estudar com os Líderes para que não corramos o risco de fazer uma coisa que venha atrapalhar as pesquisas no futuro.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senadora Presidente, eu fui um dos autores das perguntas e gostaria de fazer uma complementação. O Senador Tião Viana, com a experiência que tem de ex-Líder do Governo, certamente vai concordar comigo de que esta, sim, é uma excelente idéia para uma medida provisória, porque resolvemos rápido, nos reunimos, não

travamos a pauta, prometemos não travar e resolvemos tudo em um mês.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) –Da minha parte, nenhuma divergência, se houver um consenso dos Líderes. Mas creio que podemos também fazer tramitar em regime de urgência, urgentíssima, e colher o mesmo resultado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. Drauzio.

O SR. DRAUZIO VARELA – Penso que já falei tudo o que eu queria dizer no início. Apenas queria ressaltar dois pontos que são fundamentais: primeiro, impedir a clonagem reprodutiva é facílima. É só proibir que o óvulo fecundado seja enxertado num útero. É muito fácil conseguirmos isso. Segundo, o destino desses embriões, que serão jogados no lixo. Qual é o destino mais nobre para isso? Acabarem no lixo ou serem utilizados na prática para repor tecidos humanos. A discussão é muito clara. Pode discutir qualquer tema religioso, mas o ponto fundamental é o seguinte: o que será feito desses embriões que já existem e estão congelados? Onde vão parar?

A SRª PATRÍCIA PRANKE – Eu só queria fazer uma complementação em questão da comparação que fiz em relação à doação de órgãos. Se nos retratarmos há duas décadas, existia uma grande polêmica também em torno de se usar ou não órgão de cadáveres. Isso aconteceu há 20 anos, e, hoje, usamos estes órgãos para salvar vidas. Portanto, é natural que esta polêmica aconteça hoje. Daqui a 10 anos, vamos lembrar este momento dizendo: Que bom que aprovamos essa lei! Porque essa polêmica existiu 20 anos atrás, quem viveu medicina aquela época, viveu isso, se deveria ou não ser feito. Tudo que é novo gera dúvidas, é lógico, e a ciência está aí para nos dar argumento para que possamos ou não aprovar isso.

Outra questão, só complementando um comentário do Dr. André, de como interromper o desenvolvimento da vida humana. Só que, como é que vamos interromper uma coisa que, teoricamente, não começou? Sem o útero não há vida. E, também, se há vida naquelas células, só porque são células, é claro que as células são vivas, assim como qualquer célula do nosso organismo está viva, assim como as plantas estão vivas, ela é uma vida humana porque as células estão vivas, só que, após a morte encefálica, as células também continuam vivas no coração, no pâncreas, em todos os órgãos que podem ser doados. É uma questão delicada, como a Drª Mayana disse, não existe realmente um consenso de que a vida comece exatamente em tal momento, mas temos uma questão muito clara, útero. Não existe na história da humanidade vida sem que haja útero. Então, este é o motivo que nos deixa tranqüilos para votar, porque não estamos destruindo vida. O cientista não quer destruir vida, pelo contrário, queremos melhorar a condição de vida dessas pessoas.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Apenas um esclarecimento do Senador Tião Viana porque me preocupou essa informação de uma interpretação possível baseada em Disposição Transitória da Constituição quanto à dualidade das matérias. A mensagem veio do Executivo, se formos verificar o histórico de mensagens analisadas e votadas pelo Congresso Nacional, há várias, no histórico recente do Governo anterior, houve mensagens que atendiam a diversos assuntos. Neste caso, aliás, há uma similaridade entre os assuntos na concepção do Senador Osmar Dias mais minuciosa, há uma separação, mas há uma ilação, um parentesco enorme comparado a matérias recentes que já votamos aqui alterando assuntos completamente diferentes. Considero um risco enorme a separação dos temas, os cientistas também estão preocupados com isso, e temos que investir na alteração do art. 5º e enfrentar esse tema sem temor de preconceitos e equívocos que levam o País a um atraso científico e tecnológico gravíssimo e tocar para a frente este projeto. Esse tecnicismo constitucional agora me preocupa, porque, na verdade, a meu ver, não há nenhuma afronta constitucional, se pegarmos exemplos recentes de votações no Congresso Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concordo inteiramente com a posição de V. Exª e vou trabalhar nessa direção. E espero contar com a colaboração dos Srs. Líderes.

Antes de passar a palavra aos novos Senadores inscritos, gostaria de ouvir alguma ponderação dos Líderes, do Líder do PFL, que chegou primeiro, e posteriormente do Líder do PSDB. Porque sei que eles têm outros afazeres e não gostaria que eles saíssem sem aqui se colocarem a respeito do assunto.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente, de minha parte e creio que do Senador José Agripino e Senador Sérgio Guerra também, a nossa idéia seria seguir a lista de inscrições, até porque não podemos perder o debate. Já foi muito ruim termos perdido a primeira parte.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho, Flávio Arns e Antonio Carlos Magalhães, que me parece que já saiu, então, João Capiberibe.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exmª Senadora Lúcia Vânia, nossa Presidente, em nome da Drª Patrícia, gostaria de saudar todos os convidados da mesa.

Tenho um foco diferente da discussão, entre começo de vida, se é vida. Do meu ponto de vista filosófico, a vida começa quando há encontro de espermatozóide e óvulo. Quando uma pessoa está em morte cerebral, ela ainda está viva, no princípio religioso, e a religião não impede que a gente doe o órgão daquela pessoa. Então, interrompemos a vida de um ente querido nosso para doar um órgão. A família tem autorização da lei para fazer isso e é até louvada pela sociedade. Fico meio confuso em relação aos nossos embriões que estão congelados pelo seguinte: Aqueles embriões, no meu ponto de vista, já têm vida realmente, então por isso que temos que mudar um pouco o foco da discussão, não em relação à vida ou não. A religião permite que eu interrompa a vida de um ente querido meu para salvar uma pessoa. Então, por que é que temos dificuldade de interromper a vida dos embriões para salvar vida de crianças, quer dizer, salvar é a nossa esperança. É lógico que não está tudo comprovado ainda. Existem indícios de que conseguiríamos grandes vitórias com a utilização de células-tronco. Então, não entendo bem por que ficamos nessa briga intensa aqui para fazer uma coisa que é feita todo dia, quando se doa um órgão de uma pessoa que está em morte cerebral. Porque a vida do embrião é diferente de uma vida nossa? Não, para mim existe uma vida no embrião, mas só que temos o poder, a família tem o poder de decidir sobre aquele embrião. Entendo assim. Então, penso que devíamos desviar o foco um pouco para esse sentido. Já interrompemos vida de pessoas para doar órgãos hoje, pessoas que já cresceram e conviveram com a gente. Então, por que é que não podemos interromper a vida do embrião também, se a religião me permite fazer isso. Sou católico, vou à missa todos os domingos, pratico a minha religião e exerço a minha profissão dentro dos princípios de Cristo. Mas entendo assim.

Portanto, a minha pergunta é essa: Por que é que temos tanta dificuldade de fazer isso se já fazemos todos os dias? Acho que, bem claramente pensando, nem precisava fazer uma lei para resolver isso, porque a lei já existe. Ela permite que eu doe o órgão. Não estou doando um órgão porque ainda não existe um órgão ali, existem células, ectoderma, mesoderma. Então, a família teria autoridade, no meu entendimento jurídico. Sou médico do interior, não entendo de ciência avançada, mas entendo de gente e de pessoas. Estou exercendo esse mandato, há um ano e seis meses, mas o meu entendimento é esse. Se eu posso salvar ...

Lá, na minha cidade, que é pequena, temos muitos acidentes. Tenho muitos amigos paraplégicos, tetraplégicos não vive muito lá em Roraima porque não temos recursos para agüentar muito a vida deles, eles morrem até mais rápido, mas paraplégicos têm muitos. Têm amigos dos meus filhos que morreram com a doença neuromuscular. O Black morreu quando tinha quatorze, dezesseis anos com doença neuromuscular. Quer dizer, eu sinto, como cidadão, que estamos tendo dificuldade de fazer as coisas aqui. Quando a Drª Mayana diz que tem pressa, tem pressa mesmo. Quem está paralítico numa cadeira está doido para ter uma chance, uma esperança de andar. Aliás, surgiu isso agora. Quem tem um filho com uma distrofia muscular também quer resolver isso.

Então, a minha posição é essa. Eu, do ponto de vista religioso meu, sou favorável a utilizar as células-tronco. E acho que a minha religião não impede que seja usada, no meu ponto de vista. Mas não conversei, aliás, o Bispo da minha cidade morreu e não conversei com ele. Vou ter que chegar a um outro para conversar, na minha cidade.

Então, penso que é isso que eu gostaria, que nós, Senadores, começássemos a tentar agilizar as coisas nesse sentido. Para mim, já existe lei que permite doação de embriões, só precisa aplicar a lei, só precisa achar uma forma legal de fazer isso. Porque nós doamos, eu posso autorizar um filho meu que está em morte cerebral no hospital a tirar o coração dele. Quando tiro o coração, ele morre. Por que não posso doar um embrião? A minha pergunta é esta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

Desculpe-me, Senador, é Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas terei, depois, o máximo prazer de ouvir o Senador Tasso Jereissati também, que é, além de tudo, grande companheiro do Senado Federal.

Quero fazer algumas ponderações, primeiramente, e, depois, três perguntas. Também compartilho da idéia de que devamos separar os projetos, porque são assuntos bem diferentes, mas não com o objetivo de retardar, procrastinar ou qualquer coisa nesse sentido. Porém, não concordo que seja por meio de uma MP, porque a natureza desta é não possibilitar o debate. Vai lá para a Câmara, sabemos, que fica com o projeto até o último dia, vem para o Senado, temos que aprovar ou desaprovar. Então, pode ser, como o Senador Tião Viana propôs, por meio de um requeri-

mento de urgência e outros mecanismos disponíveis no nosso Regimento.

O segundo aspecto que eu gostaria de comentar rapidamente é o de que tem que ficar claro para a sociedade brasileira que não estamos atrasados nesta discussão, se compararmos, inclusive, pela apresentação que vimos hoje, pessoas altamente interessadas, também com aprofundamentos grandes no assunto, o Brasil com outros países. Este debate está acontecendo, tem que acontecer, para se chegar, como já foi mencionado por outros Senadores, a uma discussão segura, tranqüila, aprofundada, que vá realmente atender às necessidades também de saúde do povo brasileiro.

Um outro aspecto que eu gostaria de dizer é que também sabemos que, nesta área, existe, como alguém mencionou aqui, achei interessante a expressão utilizada, biopoder, bioeconomia, e há mesmo, são bilhões e bilhões de reais que estão envolvidos nesta questão, mas temos que discutir para ver o que vai ser, no final, mais adequado para a população brasileira. Quando foi mostrado pela Drª Patrícia no multimídia, em termos da comparação de um ser humano com uma célula, um ser humano já formado, uma criança com uma célula, tentando se levar ao pensamento do que é mais importante, quero só discordar frontalmente do que foi apresentado porque, de fato, o ser humano em quaisquer de suas etapas é importante, na minha opinião, desde a concepção até a velhice. Porque se não, poderíamos dizer, como já foi dito inclusive, que o velho poderia ser eliminado ou o portador de deficiência. E quando se mostrou, por exemplo, Christopher Reeve, o **Superman**, numa cadeira de rodas, com respirador artificial, tentando se dizer que esperança existe numa vida assim, digo também que é um posicionamento equivocado, porque, se olharmos os paraplégicos, os tetraplégicos e perguntarmos se eles têm uma vida digna, a maior parte vai dizer que sim. O que falta, na verdade, para essas pessoas é a realização da cidadania, a sensibilidade, o trabalho, a educação, ser respeitado e ter dignidade. A mesma coisa falamos em relação, por exemplo, a Drª Mayana inclusive falou, dos 3% da população que têm problemas genéticos, e realmente têm, é da natureza humana, que 3% das pessoas que nasçam tenham alguma dificuldade, algum problema genético. A Drª Mayana não conduziu nesse sentido, mas alertou para isso. Mas é muito importante, dentro dessa ótica das transparências, chegarmos para as pessoas com Síndrome de Down, por exemplo, que estão incluídas nestes 3%, e já fizemos isso também, porque já fui Presidente da Federação Nacional das APAEs, e para as famílias dessas pessoas e perguntarmos se trocariam os filhos ou se têm algum problema. As pessoas sempre dizem que o maior problema não é ter o filho portador de algum tipo de deficiência, seja Síndrome de Down, paraplegia, tetraplegia, problemas como a distrofia muscular progressiva, que temos que nos dedicar à pesquisa, como as outras áreas também. Mas as famílias dizem, o maior problema não é ter o filho com deficiência, o maior problema é ver o filho com deficiência não é respeitado na seqüência da vida. Não tem escola, não tem saúde, não tem transporte, não tem acesso a trabalho, à participação e assim por diante.

Nesse sentido, e concordo com o Senador Augusto Botelho, dizendo que essa discussão de 14º dia que começa a vida, o 15º dia, eu acho de um absurdo tão grande, por isso que o debate tem que acontecer, para vermos as médias de opiniões que possam ser colocadas.

Tenho três perguntas a serem feitas, gostaria muito que o Dr. Zago, apreciei muito a apresentação também, eu achei de uma consciência muito grande, mas se o senhor pudesse detalhar um pouco mais a questão das células-tronco, células embrionárias, e o grau de pesquisa atualmente. O senhor mesmo mencionou que não existe a certeza também nem na célula-tronco, nem nas células embrionárias, se elas podem também desenvolver células que possam reproduzir qualquer órgão do ser humano. Seriam células totipotenciais. O Dr. Drauzio também mencionou isso, quer dizer não existe ainda certeza, mas como isso está caminhando neste momento.

Gostaria de saber do Dr. Tião Viana a questão do banco de órgãos. Explicar um pouco mais sobre os embriões congelados, atualmente, o prazo. Quer dizer, no projeto de lei de V. Exª inclusive não se permite congelamento de novos embriões. Gostaria que isso fosse um pouco mais detalhado na resposta, para ver como isso funcionaria, quer dizer, seriam os embriões congelados atualmente, mas não se permitindo o congelamento de novos embriões? Como essa idéia foi colocada no projeto de lei?

Gostaria que a Drª Mayana explicasse um pouco mais o que foi dito na folha **on line**, onde se coloca – e eu até peço permissão para ler. Não seria "ético", então deve ser a afirmação da senhora, não seria ético retirar células do pâncreas de pessoas sadias e, portanto, na prática essa não seria uma fonte muito útil de células- tronco? Explicar melhor, particularmente a parte "ético", não seria ético. Por que não seria ético? Concordo com o que alguém já falou, que essa utilização de células, para mim, seria a mesma coisa que transplante de órgão, ou coisa semelhante.

Agradeço, acho que foi uma mesa também, como outras pessoas já disseram, de uma utilidade muito

grande, de um aprofundamento muito interessante, como já havia sido as audiências de organismos geneticamente modificados.

Tenha certeza que, a partir dessa discussão, podemos inclusive convergir para pontos que possam ser muito interessantes para o desenvolvimento dessa área em nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu gostaria de parabenizar a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Osmar Dias por esta iniciativa, não só pela riqueza das palestras aqui proferidas, mas pela objetividade. Dificilmente se vê, nesta Casa, reunião em que as dúvidas são tiradas de maneira tão clara e objetiva. Acho que não existe motivo para nenhum tipo de dúvida mais aqui nesta Casa, evidentemente as respeitamos se alguém as têm, mas objetivamente não existe motivos para isso.

Pessoalmente, sou bastante envolvido nessa questão, não por ser um especialista, ou por ser médico, mas por ter parentes próximos, com crianças com perspectivas, se existem perspectivas, estão totalmente com a esperança depositada nessa idéia.

Duvido que alguém que tenha algum contato com criança que tenha problemas genéticos, que podem ser resolvidos algum dia somente por meio desse desenvolvimento, duvido que, alguém sendo de qualquer religião, tenha qualquer dúvida sobre o caráter ético desse desenvolvimento científico.

Acho que foi a Drª Patrícia que fez uma comparação que me marcou bastante; quando mostrou a diferença entre uma criança doente, com provavelmente problemas musculares, e do outro lado a fotografia de uma célula, do blastocisto. Blastocisto e a fotografia de uma criança doente. Quer dizer, com qual das duas a nossa alma, o nosso coração vai ficar mais enternecido, nossa opção, nossa prioridade em ter que salvar? Aquela criança ou aquele blastocisto, que, para mim, não passa de uma coisa completamente disforme, que, com certeza, não sofre, não faz ninguém sofrer, não leva centenas de pessoas que vivem ao redor do problema um sofrimento constante, às vezes perene. É apenas um blastocisto.

Eu acho que isso não tem a menor dúvida. Eu faria um apelo, eu tenho tido o privilégio de estar convivendo, ultimamente, com o talento e a inteligência da Drª Mayana e da Drª Patrícia. Estamos preparando – para a inveja do Senador Tião -, daqui por diante, com certeza – inveja mal disfarçada, segundo Senador Arthur Virgílio –, depois de ouví-las vai ter a oportunidade de conviver com elas, que possamos fazer essa emenda, que estávamos preparando, em conjunto.

Não vamos deixar isso para depois, Senador. Eu o conheço muito bem, sei da sua sensibilidade, sei de quantas e quantas pessoas estão hoje a assistir, querendo saber ansiosamente de como isso está se desenvolvendo aqui, para, quem sabe, amanhã, só com a notícia de que isso tem possibilidade de ir adiante já estarão mais felizes.

Não vamos adiar mais essa discussão, vamos enfrentá-la logo. Vamos ter coragem de enfrentá-la. Se por acaso ao longo do desenvolvimento desse processo, qualquer coisa que venha a ser apontada como irregular ou venha a ferir a ética, a ferir nossos padrões morais, aqui usaremos da nossa capacidade de ser urgente, de sermos céleres, transformaremos e corrigiremos aquilo que deva ser corrigido. Tenho certeza, isso é uma colocação que faço de maneira veemente, confiando na sensibilidade, para que possamos resolver esse problema rapidamente.

A idéia da Senadora Lúcia Vânia, que promoveu aqui hoje, parece-me ter sido uma das reuniões, de assunto polêmico, das mais claras possíveis, das mais importantes que tive a oportunidade de ver e presenciar aqui no Senado.

Fico à disposição do Senador Tião Viana, se quiser fico de intermediário entre ele e as duas cientistas e o Dr. Drauzio. Você fica com o Dr. Drauzio e eu fico com as duas, para que façamos uma divisão homogênea das tarefas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Tasso Jereissati, ao Senador Flávio Arns, ao Senador Tião Viana, pela qualidade dos expositores, o que se deveu muito a este trabalho e a esta ajuda e colaboração que tive dos três Senadores que nos orientaram no sentido de escolher bem aqueles que viriam aqui esclarecer este tema tão difícil e tão polêmico.

Eu consultaria o Plenário se poderíamos ouvir todos os Senadores que faltam – faltam só os Líderes – e, posteriormente, eu passaria uma rodada com todos os expositores para fechar esta audiência pública.

Queria saber se o Plenário concorda. (Pausa)

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, foi só sair a notícia de que não estava sendo televisado que o Senador Tasso colocou as unhas de fora. A dona Renata não está vendo... Mas, de noite, vai.

Primeiro, parabéns pela iniciativa brilhante da sua Presidência. Agradeço, de maneira penhorada, a presença de todos os palestrantes, Drª Mayana, Drª Patrícia, Dr. André, meu querido amigo Senador Tião Viana, Dr. Drauzio Varella, Dr. Marco Antônio. De fato,

eu que sou distante dos técnicos do tema, eu não tinha dúvidas antes e passo a ter certezas agora, de maneira bem clara. Tem algo que me chega às mãos, da Drª Mayana, a opção entre lixo e salvar a vida de uma criança. Eu não hesitaria um só segundo.

Dou um depoimento bastante breve. Na juventude fui marxista e, portanto, quando digo isso é para explicar que para mim tem um valor maior, o que para mim foi uma reconversão ao catolicismo. Sou católico mesmo, com menos preferência pelo freqüentar a missa e mais preferência para ir às igrejas quando eu quero. E há momentos em que quero muito. Então, não sou católico porque minha família é, porque o meu bisavô era. Sou católico porque depois de ter deixado de ser, resolvi voltar a ser. Algo me empurrou para voltar a ser. Mas não posso deixar de discordar muito frontalmente da posição da Igreja neste episódio. Aliás, é uma coisa bem clara, sou contra essa história de Bancada dos Evangélicos, Bancada dos Católicos de um lado, Bancada de Judeus de outro. Entendo que Deus tem a minha devoção, e a Igreja me tem como ovelha, mas não tem o meu voto. Voto quando coincide; quando não coincide, não voto. É algo bem simples. Isso faz com que eu seja bastante fiel ao eleitor que me elegeu, ao Estado que me indicou, o Estado do Amazonas, e não é segredo. Não tenho nenhuma dúvida de que o Arcebispo de Manaus é meu eleitor, ele pode não dizer para os outros, mas ele é meu eleitor. Ele sabe que a relação é de absoluta independência. Ele poderá me criticar tão assim ele deseje, e votarei sempre de acordo com a minha consciência. Acabei de formar todas as certezas, eu que tinha poucas dúvidas, não tinha dúvidas. Estava vendo uma emenda que está sendo apresentada pelo Senador Tasso Jereissati, alguns números que são chocantes. Três por cento das crianças que nascem no mundo inteiro, o que significa 5 milhões de crianças no Brasil, sofrem de doenças genéticas. Doenças neuromusculares no Brasil, 200 mil brasileiros. Lesões medulares, 50 casos por milhão de habitantes no nosso País. Para mim se trata de, com clareza, dizer não ao atraso científico, de se confrontar o atraso com a realidade e se tomar uma atitude que, a meu ver, passa, querido Senador Tião Viana, por se dizer "não" também à tentativa de dividir os projetos. Ou seja, dividir seria postergar, seria darmos uma solução pela metade, seria não enfrentarmos a realidade que está posta com as cores nuas com que eu a vejo posta.

Portanto, entendo que a manifestação verdadeira será aprovarmos a tese de se poder usar células-tronco embrionárias com objetivos terapêuticos por inteiro, desta vez e já. Passou a ser, para mim, o tema fundamental.

Ia dizer o Líder José Agripino há pouco que já fizemos uma pré-pauta para discutir com os Líderes do Governo. Colocarei o projeto como essencialíssimo, tão logo o Presidente nos permita votá-lo, porque Sua Excelência entope a pauta com medidas provisórias, e ficamos presos por isso. No primeiro alívio temos de votar esse projeto. Entendo que esse é o grande ganho para mim, na minha flébil consciência de quem está tomando noção desse assunto passo a passo, pouco a pouco.

De maneira bem clara, não é justo que continuemos peiando cientistas e universidades, quando sabemos que tantos países do mundo avançam, e o fazem por cima de preconceitos. Estava lendo e verifiquei que há religiosos opinando, assim como há dramas de pessoas que estão pedindo pelos seus filhos. O Senador Tasso Jereissati me relatava algo familiar. Um amigo me ligou outro dia e disse que sua mãe sofre de Parkinson, embora considere que sua mãe é um caso já bastante perdido pela própria idade. Mas ele tem um filho que sofre de Diabetes 1, e me pedia para votar no filho dele. Portanto, vou mergulhar nesse assunto.

Estava lendo que há uma diferença, sendo a clonagem humana não, e pesquisa com células-tronco embrionárias, sim. Ao mesmo tempo, há diferenças na clonagem terapêutica, que tem a vantagem da não-rejeição, quando se trata da doação, sendo a sua desvantagem não resolver a vida dos doentes genéticas. Isso pode muito bem ser resolvido pelo conjunto das células-tronco colhidas em cordão umbilical e na placenta.

O Senador José Agripino tem um belo exemplo em família. Seu filho nasceu nos Estados, onde guardam o cordão umbilical. S. Exª explicará isso melhor.

O fato é que não quero que os filhos das pessoas que nascem no Brasil tenham menos possibilidades de terem uma vida melhor e mais digna porque nasceram aqui, onde vivemos sob preconceitos.

Recebi uma carta de uma pessoa muito querida, líder estudantil de expressão neste País, dizendo-me que me sabia definido, mas que queria conversar comigo. Estou completamente às ordens. Tenho carinho por ele e quero ouvi-lo, mas considero impossível que, a essa altura, qualquer talento ou explanação de quem quer que seja me demova de algo que já está tão à face, e tão ao cérebro de cada um dos que estão pensando em um Brasil avançado tecnologica e cientificamente, em um Brasil que não deixa o preconceito perder vidas. Ou seja, eu não poderia de forma alguma tratar esse assunto com base na religião, na noção do pecado porque, se eu for por aí, direi que é um pecado mortal trocarmos aquilo que vai para o lixo por uma vida humana, ou seja, privilegiarmos a

ida ao lixo do que poderia salvar pela vida humana. Não quero entrar nesse terreno. A minha relação com a igreja é típica de quem pertence a uma igreja tradicional e não a uma seita.

Não condeno quem pertence a seitas. Aliás, não condeno ninguém que faça sua opção com liberdade, de acordo com as leis brasileiras. Digo apenas que quem pertence a uma igreja consolidada, seja Católica, Evangélica ou outra, tende a ter uma postura muito mais tranqüila diante da militância religiosa. A militância religiosa surge quando as minorias precisam fazer o proselitismo diário. Sempre digo que na Irlanda o chato é o católico, que fica perturbando, convencendo e falando das excelências da sua religião. Aqui, quem é da seita não pode conversar conosco por dois minutos que fica dizendo que aquela seita é a solução para todos os males, para as necessidades. Enfim, eu não gostaria de levar o assunto para esse lado.

Senadora Lúcia Vânia, tem razão quem disse aqui que essa audiência promovida por V. Exª é uma das mais importantes da Casa nos últimos tempos. Creio que essa voz foi quase geral. Se não mudou minha cabeça, deu-me um puxão de orelha enorme porque é descabido que tenha noções genéricas sobre esse tema quando deveria estar aprofundado na minha tese. Estou ainda me sentindo incompetente e incapacitado para defendê-la em qualquer nível que o debate se apresente. Mas alguma coisa serviu para mim, ou seja, propor aos demais Líderes que façamos disso uma prioridade prioritaríssima. Segundo, a convicção de que não é para separar, e vou agora ficar no meu proselitismo com o Líder Tião Viana para chegarmos ao que significaria o melhor acordo para o País.

Finalmente, algo que para mim é muito tocante. Chegou a mim um dossiê, que começa com um retrato. É um tema tão importante que ela é assessora do PT, no entanto está me ajudando aqui. Para ver como o tema é tocando. Aliás uma das mais competentes Assessoras Parlamentares que tem na Casa. Não dá para colocarmos nada diante disso. Tenho a impressão de que temos de louvar todos aqueles que reconheçam estar equivocados e louvar todos aqueles que, no caminho certo, do avanço científico, que é o caminho da sensibilidade social, da sensibilidade humana, nos instarem a votarmos o quanto antes matéria tão fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Sergio Guerra e, por último, ao Senador José Agripino.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Srª Presidente Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, Srs. Convidados, a primeira palavra é para dizer da relevância dessa reunião de hoje. Terá sido esse um dos bons momentos desta Legislatura em qualidade das palavras, a responsabilidade das intervenções, o fato de trabalharmos nisso por cima de preconceitos e limitações partidárias, a idéia de que há nessa questão uma ampla responsabilidade. Penso que tudo isso prevaleceu na discussão e deve prevalecer até o final. Evidentemente, devemos ser ambiciosos no nosso objetivo de andarmos com toda a agilidade possível numa questão onde estamos nos atrasando, porém que essa discussão se dê com a responsabilidade e a democracia que se deu na reunião de hoje, que ela modele a nossa discussão de agora para a frente.

A questão de dividir a votação só se justificaria diante de um claro impedimento legal, ou risco legal ao processo, que já está previsto, inclusive no Regimento Interno. Devemos, portanto, caminhar como estamos prevendo caminhar. Penso que, nessa discussão, o Brasil tem uma boa oportunidade de se demonstrar um País maduro. Eu estava ouvindo há poucos minutos a palavra do Senador Marco Maciel sobre várias intervenções feitas até agora, várias medidas legais relevantes, mas sem o conteúdo humano dessa. Normalmente não chegam bem-feitas, o Congresso não tem maturidade para tratar delas, há problemas de relacionamento que devem ser resolvidos, da Câmara e do Senado. De maneira que, na falta dessa clareza e harmonia, muitas vezes, não se constrói soluções com a devida isenção. Nesse caso, é relevante, indispensável que tudo seja feito com imensa tranqüilidade, absoluta competência, embora num quadro de ambição no sentido de dar a essa questão a agilidade que ela precisa ter.

Quero saudar a administração da Presidente, que demonstra toda a sua competência, ajudada por Senadores como o Tião Viana, Tasso Jeressati, que são sempre pró-ativos, mas dessa vez estão sendo, além disso, extremamente competentes, e a Mesa reflete isso e os Senadores estão absolutamente convencidos - por onde ando pergunto – de que essa matéria deve ser tratada com responsabilidade, imensa tranqüilidade, embora que com pressa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino e,por fim, Senadora Ana Júlia, representando a Bancada feminina.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Drª Mayana Zatz, Drª Patrícia Pranke, Dr. André Soares, Dr. Drauzio Varella, Dr. Marco Antonio Zago, quero que os senhores saibam que a Senadora Lúcia Vânia fez um esforço especial para que houvesse uma presença expressiva nesta reunião, para que pudessem ouvir as suas opiniões e as suas exposições. Semana passada, numa reunião tumultuada, em que eu estava encaminhando um assunto

do qual nem me lembro, ela me procurou e me disse: preciso dar uma palavra, estava no tumulto, passou, eu estava em Natal liguei para ela e disse eu lhe faço na segunda ou na terça-feira. Ela queria que eu viesse a esta reunião. O que ela queria, naquele tumulto da quinta-feira, era que eu viesse a esta reunião.

Quero contar uma história aos senhores. Estava aqui observando as perguntas e as respostas e olhando a cara da Drª Mayana, Drª Patrícia, Dr. André, Dr. Drauzio, Dr. Zago, todas as caras muito boas, de bons brasileiros e que aqui não vieram defender nenhum interesse escuso. Vieram defender interesse legítimo, sério, defensável e vieram expor opiniões que temos obrigação de avaliar. Deixe contar aqui um depoimento factual e experiência que tive, boa experiência, há três semanas atrás. O meu filho mais velho mora nos Estados Unidos e teve o primeiro filho, meu primeiro neto. Saí daqui num sábado, passei o domingo, e voltei na segunda-feira, só para ver a cara do menino. Bela experiência, Dr. Drauzio. Cheguei lá, vi o menininho, mínimo, bem pequenininho, 55 cm, disseram-me que vai ficar com 1,90 metro de altura. E ele para me mostrar todo orgulhoso o filho, foram 40 horas de contrações, parto normal, uma odisséia. Começou a me mostrar fotografias do parto que tinha assistido e tinha fotografado partes do parto. E me mostrou, primeiro uma fotografia longe da bela fotografia que ... exibiu aqui ao final de sua fala, era o meu netinho recém-nascido, parecia, Lúcia, Mike Tyson depois da última luta com Evandro Holly Field, todo enrugadinho. A fotografia seguinte era a mão do filho com uma tesoura cirúrgica cortando o cordão umbilical. Dr. Drauzio, ele me contou o que tinha acontecido com aquele pedaço de cordão umbilical. Deixaram que ele cortasse um pedaço, 20 cm. Ele contratou, por US$1,5 mil dólares o congelamento do cordão umbilical e vai pagar US$100.00 por mês para a preservação das células. Esse meu filho é um danado, já é Diretor Executivo de um banco internacional, teve sucesso na vida e pôde pagar os US$1,5 mil de uma vez só e os US$100 por mês para ter congelado a fonte de célula para proteger a saúde do Lucas, que é o nome do meu neto, daqui para frente. Agora é a pergunta que faço, porque cheguei aqui no meio do caminho, estávamos eu, Arthur Virgílio e Renan Calheiros, tratando de questão de CPMF, de Cide, de salário mínimo, discutindo a pauta dessa semana, e entramos aqui para ver um assunto da maior importância e que significa, na verdade, a maturidade do país do ponto de vista científico, médico. Estamos aqui recebendo uma orientação positiva de como nos posicionar. Mas temos algumas dúvidas, e talvez este seja o grande momento de esclarecer dúvidas. Sou católico praticante, estudei no Colégio Marista, tenho tia freira, agora fui Governador do meu Estado e fiz controle de natalidade. A igreja era contra, mas mantive o programa de distribuição gratuita de pílula anticoncepcional, porque entendo que o Brasil é um país que tem um problema, densidade demográfica, explosão demográfica, eu enfrentei e pratiquei, fiz isso. Hoje nem se discute mais, a igreja fez uma carga violentíssima, todos têm as suas razões, mas é preciso que nós tenhamos a nossa boa razão para tomar atitudes e praticar ação ou votar. Nos vamos votar. Muito bem. O meu filho me disse que o pedaço de cordão umbilical que está guardado é a fonte de célula que é igualzinha à da medula. Só que a medula é um local de acesso difícil, complicado.

Os embriões que estão depositados nas clínicas de fertilidade – e este é o elemento de discussão – é a pergunta que eu faço ao Dr. Drauzio: os embriões, me parecem, que têm um espectro muito mais largo, se a pesquisa científica avançar no rumo da cura de doenças, de Diabetes A, B,C, D, mais do que, digamos, a célula que fosse retirada do cordão umbilical de Lucas e que pudesse ser aplicada na cura de uma doença de Lucas, especificamente, parece que só de Lucas, é a dúvida que tenho.

Se aquilo que nós estamos apreciando para votar, se possibilita a abertura de um leque mais amplo de cura. Porque eu acho que o que se deve apreciar nesta matéria é avanço tecnológico e científico no sentido de avançar no rumo da cura de doenças, ter justificativas boas para que venham toneladas de argumentos, porque o meu é mais forte do que qualquer um outro porque nós estamos de forma sadia, desinteressada, caminhando no rumo de proteger a sociedade brasileira, no caso.

Então, a pergunta que eu queria fazer – e era só esta ao Dr. Dráuzio – é se, no caso... O meu filho mora, nos Estados Unidos, pagou US$1,5 mil e aqui nem todos podem pagar – muitos poucos podem pagar – essa importância para ter. E, se tivessem, estariam cobertos igualmente pelo objetivo, creio, que não estariam. Creio eu que não estariam. Creio o que nós estamos votando vai além do que o meu filho fez, nos Estados Unidos. Se para que eu pudesse dar o meu voto com consciência, eu estaria protegendo um cidadão muito mais pobre que não tem condições de cura, mas estaria abrindo através desta lei da célula-tronco uma perspectiva de cura para uma criança, para um ente querido, para um irmão que, através desta célula-tronco, das clínicas de fertilidade que, ao invés de ser jogado no lixo, podia ser aplicado depois de evidentemente concluída uma pesquisa, ele ser curado, por exemplo, de diabete. Se eu estaria certo em votar seguindo este raciocínio.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador José Agripino.

Passo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, última oradora inscrita. Posteriormente, nós ouviremos todos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vou ser bem breve, Senadora.

Queria parabenizá-la por esta audiência pública, inclusive, todos os convidados.

Eu fui questionada pelo meu filho, adolescente, de 20 anos, católico como eu, me indagava: por que não permitirmos isso em relação a essa questão do avanço da ciência? Então, eu acho que podemos dentro das nossas crenças, e sem ferir os nossos princípios, proteger, sim, a vida humana.

A minha mãe, que sofre de escoliose e, por orientação da Igreja, não fazia nenhum tipo de controle da natalidade. No último filho, ela já teve um problema tão sério que ela foi impedida pelo médico de ter outros filhos, porque, a cada filho, sua escoliose, que é desvio na coluna, piorava. Ele teve sete filhos.

Então, eu acho que sem perdermos os nossos princípios, mas defendendo o avanço da ciência para a cura da vida humana, nós estamos fazendo a defesa da vida. Então, acho que nós podemos fazer da melhor forma possível.

Eu também queria acrescentar, além da pergunta do Senador José Agripino, eu tenho um caso na minha família que eu sei é intra-uterino. Portanto, gostaria de saber se os avanços da pesquisa poderiam chegar à prevenção de uma doença chamada mielomeningocele? Esse caso se apresenta em uma sobrinha, que está na cadeira de rodas, inclusive vai se submeter à uma cirurgia na ACV, em São Paulo. Então, convivemos, na nossa família, com esse problema, assim como também convive o Senador Flávio Arns. Inclusive há casos, na família, de pessoas que já morreram afetados pelo câncer.

Por fim, parabenizo à Senadora Lúcia Vânia pela audiência, apesar de não estar presente desde o início, mas ouvi parte dela por intermédio da televisão, por estar em outra Comissão. Interessou-me tanto que já solicitei cópia da fita.

Parabenizo a todos os convidados e, em especial, o Dr. Tião Viana, meu contemporâneo dos movimentos estudantis, que se formou em Medicina, motivo de muito orgulho para nós, pela Universidade Federal do Pará.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Peço que as questões colocadas pelos Senadores Flávio Arns, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, José Agripino Maia e a Senadora Ana Júlia Carepa sejam respondidas nessa ordem.

Concedo a palavra ao Dr. Marco Antonio Zago.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO – Inicialmente, permitam-me retribuir a gentileza. Raramente, nós cientistas, tivemos uma platéia de não-cientistas tão atenta, inteligente em suas questões, objetivos e nessa situação é muito agradável falar.

Falar sobre um tema sobre o qual temos obrigação de falar. Esta é também a minha interpretação pessoal, que faz parte da responsabilidade ética dos cientistas informar àqueles que têm a responsabilidade de tomar decisão, definir políticas e a legislação. Portanto, aqui estou no cumprimento da minha responsabilidade ética.

Especificamente sobre as questões colocadas.

Com relação a esses aspectos, não precisa de uma lei? Precisa sim. Há pouco mais de um ano o Conselho Federal de Medicina não autorizou a realização de investigações para o esclarecimento das características de células-tronco. O pedido foi submetido e, para tanto, foi considerado vedado para esse tipo de pesquisa no Brasil. Portanto, há a necessidade de autorização expressa.

O Senador Flávio Arns pergunta, especificamente, a respeito de qual é o grau de certeza que temos de que estas pesquisas vão, de fato, produzir terapêuticas aplicáveis à pacientes. O mesmo grau que temos de certeza quando começamos qualquer pesquisa: nenhuma, porque senão a pesquisa não precisaria ser feita. É claro que estamos tratando de um assunto e de um conjunto de células, como foi mostrado aqui, muito heterogêneo, e de um conjunto de doenças também muito heterogênea. De tal maneira que, para algumas, nós temos informações muito mais objetivas e claras de que a utilidade prática está ali na esquina; para outras ela está a um quarteirão de distância; e para outras está a muitos quilômetros. Por isso que esse tipo de pesquisa precisa ser autorizado para que nós possamos, de fato, e é assim que a ciência progride, com os experimentos, determinar aquilo que vai ter atividade de aplicação prática, daquilo que vai ser deixado para trás. Como sempre há um enorme entusiasmo no início, as coisas, às vezes, parecem uma panacéia, mas, depois, a prática demonstra que uma parcela daquilo, de fato, é útil e a outra parcela não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Permita-me uma réplica?

Existe um entendimento na sociedade de que para a produção de células que possam se destinar a qualquer outro órgão, a pesquisa com as células embrionárias. O senhor mesmo mencionou que não se tem certeza disso, como não se tem certeza que a própria célula, decorrente do adulto, possa também ser aplicável, na seqüência, para a regeneração de qualquer

órgão. Então, gostaria de saber em que patamar, no mundo, se encontra a pesquisa com a célula embrionária e com a célula de adulto, propriamente dita.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO – Está em andamento. Os resultados são, alguns, muito animadores e outros contraditórios, fazendo um apanhado geral. Como disse, a minha sensação é que disso, uma percentagem dessas esperanças vão se transformar em terapêuticas aplicáveis, outras não.

Nós não tínhamos certeza, por exemplo, de que as células obtidas por transferência de núcleo somático fosse capaz de se diferenciar em todos os diferentes tecidos em humanos, porque não havia sido feito o experimento. Agora, um experimento paralelo, infelizmente chamado de clonagem, foi conduzido em animais e deu origem à Dolly. Ora, se aquilo, em um animal, que é muito próximo ao homem, deu origem a um embrião completo e que se transformou em um adulto, a expectativa é a de que aquela mesma célula obtida em um humano possa se diferenciar em diferentes tecidos. Mas até esse experimento recente dos coreanos há dois ou três meses, nós não tínhamos a confirmação. Agora nós a temos. De fato, aquela célula é capaz de se diferenciar em numerosos tecidos. Esse é um assunto em andamento. Por isso que precisamos de liberdade, dentro de todo o controle, para, de fato, esclarecermos o que disso é verdade e o que não é.

Queria acrescentar algo que foi pouco salientado no conjunto. Aparentemente houve acordos, de todos, na utilização de embriões supranomerários, que estão depositados em clínicas, cujo futuro será a destruição, se não forem usados para isso. Mas, queria salientar a necessidade da pesquisa com transferência de núcleos somáticos. Como V. Exª apontou, a célula gerada por esse tipo de experimento é diferente, porque ela é autóloga, ou seja, ela contém o núcleo do próprio indivíduo que seria beneficiário da terapêutica. E aqui nós não teríamos a barreira imunológica. Então, é possível que muita pesquisa que se esteja planejando, hoje, com células-tronco, obtidas de embriões halogênicos, ou seja, um outro embrião dando a célula para o receptor, possa ser que elas, de fato, na prática médica, depois, encontrem um grande obstáculo, que seja a rejeição imunológica. Por isso que as duas coisas têm que caminhar paralelamente. Nós precisaríamos de autorização para caminharmos com a investigação nos dois tipos de métodos de produção de células-tronco.

Finalmente, quero aproveitar, já que o Senador José Agripino Maia fez referência à guarda de células de sangue de cordão, dizer, primeiro, esse é um assunto separado desse que nós estamos discutindo. Ele não precisa da aprovação dessa legislação para funcionar. De fato, há mais de cinco anos que um grupo de cientistas brasileiros vem lutando para que o Ministério da Saúde cubra os custos para que isso seja feito no Brasil. Nós temos condições técnicas. Temos vários centros, no Brasil, que podem, em pouco tempo, pôr isso em funcionamento a benefício de toda a população brasileira. Precisaria que o Ministério da Saúde cobrisse os custos. A parte tecnológica é relativamente simples, Senador. Quem sabe V. Exª se transforme em um batalhador a favor disso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Drauzio Varella.

O SR. DRAUZIO VARELLA – Não tenho nada de novo a dizer, a não ser responder à questão do Senador José Agripino Maia.

Parece-me que houve unanimidade quanto aos elogios dispensado à qualidade de nosso debate. Fiquei muito agradecido de poder constatar que os senhores elevaram esse patamar. Honestamente eu não esperava, porque esse é um assunto muito técnico, sobre o qual as pessoas não têm esse tipo de informação, às vezes têm dificuldade. Mas o que eu noto em todos os debates de que participei sobre o assunto, é que quando terminamos de falar, de explicar exaustivamente essa tecnologia, como acontece, de que maneira, em geral eu pergunto no final se alguém é contra depois de ter ouvido tudo. Nunca vi ninguém levantar a mão. Eu acho que grande parte desse mal-entendido vem do desconhecimento. Acredito, absolutamente, na educação, precisa investir e ensinar às pessoas como a ciência funciona. Acho que é isso que falta nesse tipo de debate. As pessoas acabam tendo de tomar decisões importantíssimas para o País sem ter um conhecimento claro a respeito daquilo que estão votando.

Para responder à pergunta do Senador Agripino, eu queria dizer o seguinte: esses bancos de cordão, o seu filho está pagando caro porque mora nos Estados Unidos. Isso existe aqui no Brasil, há empresas particulares que fornecem, que oferecem esse tipo de serviço a um preço, que calculo, seja um décimo do preço aqui no País.

A intenção com o cordão umbilical é obter células-tronco do menino, que vão servir para ele, mas não para outros meninos, porque essas células já vêm marcadas com as características de compatibilidade do seu neto.

Nós não levantamos esse assunto, mas acho já que apareceu a oportunidade, esse é um assunto importantíssimo e talvez seja fruto de uma futura pressão que os cientistas façam sobre o Congresso Nacional, que a formação de bancos de células-troncos, que são

obtidas a partir do cordão umbilical. É um desperdício absurdo, diria que até criminoso, cortarmos o cordão umbilical, e jogarmos a placenta e o cordão umbilical no lixo. Por quê? Porque essas células do seu neto servirão só para ele. E por que são guardadas? Pode haver uma grande desgraça na vida do menino, por exemplo, uma leucemia, um tipo de câncer que começa na medula óssea e não ter mais chance de fazer um transplante de medula óssea às custas da própria célula, porque ele terá uma infiltração tumoral na medula óssea. E você não vai transportar usando uma medula já contaminada. Nesse caso, seriam utilizadas as células do cordão umbilical dele.

Se tivermos um banco de cordões umbilicais, todas as crianças que nascem, o cordão umbilical vai ser guardado, poderemos estender esse serviço a todas as crianças brasileiras. A mesma criança pobre da periferia de Natal tem uma leucemia, precisa de um transplante de medula óssea, podemos buscar, no banco de cordão umbilical, as células troncos de que necessitará para o transplante. E aí esse tipo de tecnologia pode ser disseminada.

Hoje não é preciso guardar o seu sangue no banco de sangue para tomar uma transfusão no caso de uma cirurgia. O que se pleiteia para os bancos de cordões umbilicais é exatamente o que fazem os bancos de sangue hoje. Vamos colecionar os cordões todos, não é uma tecnologia tão cara. E, a medida que isso puder ser feito em larga escala, fica baratíssimo até.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Dr. Mayana Zatz.

A SRª MAYANA ZATZ – Eu acho que tudo o que é importante já foi dito. Eu quero novamente parabenizar a Senadora Lúcia Vânia por essa reunião. Queria agradecer a todas as pessoas aqui presentes. Considero esta reunião histórica. Confesso que toda a vez que largamos os compromissos para participar de um evento como esse sempre nos perguntamos se vai valer a pena. E sem dúvida estou saindo daqui hoje extremamente feliz e convencida de que demos um passo muito importante, muito importante. Queria agradecer a todos e insistir realmente na pressa, a importância de não desmembrar o projeto e realmente votá-lo o mais rápido possível, porque esse é o anseio da população, das pessoas que vão se beneficiar dessa pesquisa. Precisamos começar já, já, não podemos esperar mais nem um minuto.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Serei breve, até porque discuto todos os dias, com todos os colegas Senadores sobre assuntos diversos, dentre os quais esse assunto. Só gostaria objetivamente de informar ao Senador Arthur Virgílio de que não se trata, de modo algum, na intenção do Senador Osmar Dias quando quer separar as matérias talvez, de uma intenção protelatória, porque seguramente ele tem pressa na aprovação, tanto do Projeto de Biossegurança, envolvendo transgênicos no seu enfoque, como nesse assunto dos embriões, como deixa claro aqui.

Vejam o que diz a Lei Complementar nº 95, no seu art. 7º, Inciso II:

> A Lei não conterá matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculado, por afinidade, pertinência ou conexão.

Seguramente, transgênico não é igual a embrião. Então, temos que ter apenas essa atenção. Podemos fazer uma consulta jurídica, tranqüila, se for um ponto de vista de um jurista, que não haverá nenhum abalo à lei que aprovarmos, quanto mais rápido, melhor. Inclusive, em 1999, desde o primeiro dia do meu mandato, preocupo-me com este assunto. Tenho matéria aprovada na Casa, que permite o uso de embriões, que já está tramitando na Câmara dos Deputados.

Então, da minha parte, é absoluta a concordância com o que querem V. Exªs, Senador Arthur Virgílio, Senador Tasso Jereissati, e os outros que se posicionaram.

Senador Flávio Arns, companheiro não só de Igreja, mas de caminhadas partidárias, indaga sobre a situação dos bancos de embriões. Tivemos um grande debate, desde 1999, sobre reprodução assistida e todas as informações que falavam sobre esse assunto, apontavam um cálculo de 20 mil embriões congelados que o Brasil tem. Então, é uma quantidade fantástica que pode trazer profundas contribuições, caso se confirme esta informação, reiterada nos debates sobre reprodução assistida. Porque, minha posição pessoal é de defender o que já foi aprovado aqui e foi para a Câmara, que não se congelem mais embriões, quando se fala em reprodução assistida. Dois embriões transferidos a fresco e, no caso, não haver mais congelamento, e que se possa usar, depois de três anos de congelamento, embriões para fins científicos, como expuseram aqui todos os nossos cientistas.

Então, é um ponto de vista que tenho que não diverge do Senador Tasso Jereissati, só que na emenda dele ele fala em 5 anos, e até ajudo abreviando para 3, se for concordância dele. Agora, vamos ver se haverá concordância sobre embriões congelados a mais ou não, porque meu ponto de vista, neste caso, é contrário, mas será tratado posteriormente. O Dr. Zago coloca algo forte e muito importante em termos conceituais, que é o uso de células somáticas. Quando vamos desnuclear

um ovócito, vamos pegar uma célula somática adulta e trazer, aí vamos discutir conceitos novos, porque a Igreja enfrenta um atalho, as igrejas e as religiões enfrentam um atalho conceitual que para elas o conceito de embrião é a partir da junção óvulo/espermatozóide. E o clone rompeu com isso. A clonagem rompeu com isso. Ela pega uma célula adulta e faz exatamente a implantação no ovócito, o que não significa a presença do espermatozóide neste episódio.

Então, pessoalmente, sou francamente a favor, mas, a minha impressão é de que se pudéssemos, enquanto todos os Líderes partidários junto com o Presidente da Casa, solicitar ao Executivo, que é quem pode legislar sobre essa matéria, a criação do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa e transferíssemos a esse Conselho Nacional a decisão de uso ou não dessa técnica, seria melhor do que uma Legislação em si. Mas, se for um entendimento contrário e algum Senador apresentar como item da Lei, seguramente, votarei a favor do que defende V. Exª, porque entendo que é um conjunto de células e não um embrião que está sendo tratado neste tipo de situação.

No mais, só quero elogiar os palestrantes aqui e dizer que fico muito feliz do Senado receber uma visita com tanta profundidade científica. E faria uma ponderação final de atenção: não acho que tenhamos que ter impulsividade de legislar sobre uma matéria desta, apenas pela emoção. O mundo inteiro se debate em controvérsias sobre este tema. O Brasil não pode ficar ilhado num tema tão complexo, porque senão, depois, o Primeiro Mundo vai dizer: Êta, povinho da aldeia que decidiu votar e achar que tem a luz da Ciência e a luz da pluralidade filosófica, ético-religiosa, científica e técnica. Não é tão assim. Essa matéria nos comove a todos, mas, ela tem que ser pensada com absoluta prudência e serenidade, sem perda de tempo, é evidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. André Marcelo.

O SR. ANDRÉ MARCELO – Gostaria de agradecer à Senadora Lúcia Vânia e, também, aos companheiros de mesa.

E insisto ainda com o fato de que as pesquisas com células-tronco adultas devem avançar e que os posicionamentos éticos sempre funcionaram, ao longo dos anos, como uma espécie quase que de freio da Ciência ou de qualquer outra coisa, ou seja, a ética deve funcionar sempre assim como uma espécie de anteparo. É dever do "eticista" levantar todas as questões possíveis sobre tudo que está sendo dito, sobretudo porque quem está metido, como dizem os italianos, metido dentro da Ciência, consegue ver com os olhos da Ciência.

A Bioética, hoje, é uma área interdisciplinar e acredito que esse debate tem uma característica interdisciplinar, além de democrática. É democrático, porque reúne todos em torno de um tema extremamente importante. Por outro lado, é interdisciplinar e deve ser debatido, não só entre médicos, entre o pessoal da área biomédica, mas, também, entre aqueles que lidam com a saúde em outros campos: gestores de saúde, gestores de clínicas, religiosos, sociólogos da saúde, economistas da saúde, políticos especializados na área de saúde pública, porque também temos que ver os benefícios de todas essas técnicas em prol da sociedade. Porque, discutir sobre técnicas, discutir sobre avanços, é quase que muito simples, porque são discussões e, quando essas discussões se tornam reais, na prática social, elas nem sempre têm aquela praticidade que gostaríamos que elas tivessem, ou seja, aquilo que era avanço cientifico, acaba sendo, na verdade, uma ferramenta de exclusão social e de desigualdade.

Então, nesse sentido, a ética existe justamente para fazer valer essas questões, para suscitar essas questões entre cientistas, políticos, economistas, e todos que se reúnem para debater algo assim.

Só queria esclarecer, mais uma vez, que o meu posicionamento com relação à utilização de embriões é negativo, ou seja, sou contra a utilização de embriões por questões bastante teóricas e filosóficas. Porque, como foi dito aqui, é questionável o início da vida humana. E, justamente porque é questionável, esse debate deve continuar, porque, enquanto existe dúvida, não se pode fazer absolutamente nada, ou seja, nos valemos do mérito da dúvida. Se perguntássemos hoje a um neurologista, diria que o início da pessoa humana começa com o aparecimento do neocórtex, mais ou menos lá por volta do 3º mês. Acredito que seja isso.

O fato é que é uma posição distinta. Se perguntássemos quando começa a pessoa humana a um jurista, certamente ele diria que é a partir do nascimento com vida. E se perguntássemos a um muçulmano, a um judeu, e outras coisas mais, diriam diferente. Quer dizer, esse não é um debate simples. Então, por isso, aqui, durante a minha fala, não falei de pessoa, falei de vida humana. Não é um conceito teológico, é um conceito filosófico. E como é um conceito filosófico, que nasceu com Boécio, Tertuliano, há muitos séculos atrás, ele continua perturbando até hoje.

Então, justamente por conta disso, gostaria de deixar aqui uma proposta: que esse debate permaneça num tom interdisciplinar, ou seja, reúna cientistas de outras áreas, da área social, das áreas humanas, até da religião, e também permaneça sempre a cautela

ética, ou seja, que a ética sempre sirva como anteparo a qualquer iniciativa nossa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Dr. André, e quero comunicá-lo que a sua proposta será aceita, uma vez que já estamos com a 2ª audiência pública exatamente nesta direção sugerida por V. Exª.

Concedo a palavra à Drª Patrícia Pranke.

A SRª PATRÍCIA PRANKE – Só complementando o Senador Flávio Arns, que fez um comentário sobre uma fala minha, o Senhor falou da vida digna que pacientes paraplégicos e tetraplégicos teriam. Só que, complementando o que exatamente foi falado aqui pelo Senador Augusto Botelho, ele deu um exemplo que na cidade dele existem muitas pessoas paraplégicas e tetraplégicas, ele disse: não, tetraplégicas já não têm muitas porque ele morreram. Então, não só eles não têm vida digna, como simplesmente eles não tem mais vida. A maioria dos pacientes morrem de tetraplegia no Brasil. Então, não é uma vida digna, se nós deixamos eles morrerem. É só um comentário a respeito disso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Permita-me só um aparte, não querendo perturbar o esclarecimento. Eu entendi que você estaria indo nessa linha também. Mas a apresentação da figura do tetraplégico deu a sugerir, para quem estivesse ouvindo, olhando a figura do paraplégico, ou do tetraplégico, que era do **Christopher Reever**, no caso há alguma esperança em se ter uma vida digna estando naquela situação. Então, eu gostaria de dizer, só procurei dizer nesse sentido de que existem milhares de paraplégicos e tetraplégicos e outros problemas que não são decorrentes de acidentes, mas são genéticos também, que na verdade, têm, podem ter uma vida digna. Não têm uma vida digna, porque, na verdade, no Brasil estamos negando a cidadania para essas pessoas, e cidadania é ter acesso, a condições a uma vida digna. Nesse sentido, eu quis enfatizar, porque a sua apresentação muito boa, inclusive eu pedi as transparências todas, pode ter dado a impressão de que não há esperanças. Eu digo, há esperança, agora, é claro que a gente tem que se deter na pesquisa para melhorar a condição propriamente dita da paraplegia e da tetraplegia, mas a vida boa e digna é uma construção que temos que fazer no Brasil.

A SRª PATRÍCIA PRANKE– Só um comentário. Por que o curso **(fora do microfone)** foi um dos maiores militantes a favor da **(fora do microfone)** embrionária. Ele sabe que ele só está vivo porque ele tem dinheiro. Ele sabe disso.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Patrícia, vi um programa de televisão certa vez, alguns anos atrás, no canal **Esporte TV**, era o depoimento de um surfista, hoje já com trinta e poucos anos, que exercitando profissionalmente o esporte dele, aliás, não era nem esporte, era profissão mesmo, ele ficou tetraplégico, creio que mais que paraplégico. Ele fez uma amizade muito forte com o fisioterapeuta Filé, que nos limites com que trabalha chega a ser mágico, um profissional muito competente, e eles têm exercitado com máquinas que o Filé inventou para eles, exercitado cada músculo do corpo desse cidadão. Ele hoje se mexe com uma cadeira de rodas especial, ele reclama muito das condições desvantajosas para o portador de necessidades especiais no Brasil. Ele disse que se sente muito melhor quando ele está em Los Angeles, onde ele costuma ir dar palestras. Mas o fato é que com aquela garra de quem é campeão, ele desesperadamente exercita os músculos, que não respondem, ou respondem minimamente. Perguntaram a ele por que isso e ele deu duas explicações. Primeiro porque é uma motivação para continuar vivo, ele perdeu a namorada, que fez um contrato com uma pessoa sadia, ele não tem ressentimento dela, ele compreende que ela tinha de procurar a vida. Ela foi muito correta com ele durante o período da doença, mas arranjou uma outra namorada, que fez um contrato com ele nas condições atuais da paralisia. Ele disse que precisa continuar vivo, ele escreve, faz palestras, e por outro lado ele está exercitando, tonificando seus músculos ao máximo, porque ele imagina que virá alguma solução da ciência para ele. Ele está esperando solução, por isso ele se exercita como se estivesse indo a uma olimpíada. No caso, ele está indo a uma olimpíada, sim. Olimpíada para o teste da vida, não tem nada mais bonito que isso. Ou seja, isso veio a mim, eu estava com poucos minutos, eu perdi um vôo, eu disse: eu vou amanhã, porque eu não vou perder esse programa, vou ficar até o final. Percebo que estamos aqui discutindo a resposta que o Filé não pode dar para ele, porque tem limite a fisioterapia que ele conhece. A resposta, quem sabe, está no que aqui estamos a discutir e, quem sabe, aprovar com urgência. De fato foi muito tocante, em tudo e por tudo essa reunião.

A SRª PATRÍCIA PRANKE – Só complementando o que V. Exª falou, usando uma fala do próprio **Christopher Reever**, ele acha que – acredito que muitas pessoas também – quem não quiser usar essa técnica terá todo o direito de não usar, mas talvez não tenhamos o direito de quem queira usar. Só complementando os recursos orçamentários aqui do Senador José Agripino, ele não está, não é? Bom, complementando o que o Dr. Zago falou, acho que antes de qualquer

coisa nós, como cientistas, temos obrigação de passar informações. Afinal de contas, por exemplo, voltei há pouco tempo dos Estados Unidos, onde fiz um doutorado, trabalhei num laboratório em células-tronco e trabalhei também com sangue de cordão umbilical, no primeiro banco de sangue de cordão umbilical público criado no mundo. Então, na realidade, temos obrigação de passar isso. Por exemplo, quem pagou a minha ida para o exterior foi o próprio Governo, é uma bolsa da Capes, então, nada mais justo que a gente estude e passe adiante esses conhecimentos. No momento que estou falando dessa célula, de forma alguma estamos desmerecendo aquela célula. Só que quem trabalha com essas células, quando a gente trabalha com células de cordão ou a gente vê essas células, a gente não consegue ver uma conotação de vida de ser humano, uma dimensão tão grande. Porque trabalhamos com isso diariamente, a gente vê o que são essas células. Então, de forma alguma a gente quer desmerecer essa concepção de células, mas são células. Então, se é uma vida humana, claro que essas células são dignas, mas se há, como o Senador Augusto colocou: Bom, se podemos usar órgãos, por que não podemos usar essas células? E vou mais adiante, se é permitido hoje no Brasil o uso do DIU, que destrói um blastocisto dentro do organismo da mãe, se é permitida a pílula do dia seguinte, que está destruindo essas células dentro do organismo da mãe, por que é que não é permitido usar essas células que nunca foram colocadas dentro do organismo da mãe? Então, de forma alguma é desmerecer as células. Mas a gente trabalha com elas, então a gente vê.

E só para complementar a questão do banco de cordão, são coisas diferentes, apoiamos integralmente, como o Dr. Zago falou. Faço parte de um grupo em que a gente está lutando para fazer banco de cordão umbilical público aqui, para tornar isso disponível para toda a população, pobre e rico. E não há necessidade de fazer coleta de todo mundo, de forma alguma. Existem dados estatísticos. Como eu disse, fiz um doutorado no Banco de Cordão Umbilical de Nova Iorque, onde se tivermos um banco com seis mil unidades de cordão congelado, a gente consegue atingir 80% da população. Geneticamente diferente, a gente conseguiria achar um doador dentro disso.

Mas essa questão realmente é bastante filosófica, de a gente ficar discutindo, aquela célula tem vida, não tem vida. Então, por isso insisto que acho que é uma questão de a gente olhar para aquela célula, de ver a questão, que não tem um útero materno ali. Aí, só para complementar o que o Dr. André comentou em relação às células-tronco embrionárias. Temos diversos artigos científicos – e se a gente não confiar na Ciência, em que é que a gente vai confiar, nesse ponto de vista? – diversos artigos científicos mostrando que a célula-tronco embrionária é melhor do que a célula-tronco de cordão umbilical. É que é mais ou menos assim: A embrionária é melhor para formar outros tecidos que a de cordão umbilical, a de cordão umbilical é melhor do que a de medula óssea. Além de vários outros comentários que a gente poderia fazer em relação a cordão umbilical e medula. Mas existem comprovações científicas que ela tem uma capacidade muito maior de desenvolver qualquer célula do nosso organismo, que a célula do cordão ou da medula não está fazendo até hoje.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu tinha falado de mielomelingocele. Não sei quem poderia...

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO – Não sei nada de mielomelingocele. Vi acho que uns dois ou três casos na vida, quando era estudante.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Mayana Zatz teria alguma coisa para falar?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Perguntei sobre mielomeningocele, que na verdade é uma questão de má-formação, onde os nervos da medula, não sou médica, sou arquiteta, mas eu, como tenho uma sobrinha com esse problema, os nervos da medula sofrem uma interrupção. E o que poderia, cientificamente, avançar, em termos de preventivos. Sei que isso é uma questão de má-formação ainda no útero. Mas fiz a pergunta...

A SRª MAYANA ZATZ – Enquanto você estava falando eu estava pensando. Penso que no futuro vai ser possível tratar sim, porque nada mais é do que um tecido que teria que ser reconstituído, não é? Então não vejo por que não. A mielomeningocele é uma das formas de anecefalia, você tem a forma mais grave, que é a anecefalia, e aí não tem jeito, porque a criança não chega nem até o fim da gestação, mas você pode ter a mielomeningocele e que aí, dependendo da forma, você pode ter conseqüências mais graves ou menos graves.

Mas acho que daria sim, não vejo por que não. No futuro daria para tratar.

O SR. FRÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só gostaria de acrescentar, Srª Presidente, em relação à mielomeningocele, que acho que os avanços nessa área vêm acontecendo também. Por um lado, todos nós temos muita esperança na pesquisa genética, na terapêutica genética, em termos desses 3% da população que nasce com algum problema decorrente de um problema genético. E muitas síndromes estão aí, a própria Síndrome de Down também.

E, certamente, imaginamos que para a mielomeningocele também isto vai ser muito útil como também para a população e uma maneira geral. O grande debate que se faz, na verdade, é até onde vamos avançar. Não vai avançar se é ético, se não o é, como foi exaustivamente debatido nesta reunião. Mas em termos da mielomeningocele, nós vimos tendo, assim, avanços inclusive bastante interessantes neste momento através do acompanhamento da gestação. Por isso, nós já dissemos que até o direito à cidadania até de não nascer portador de deficiência, onde não se identifica o problema da mielomeningocele intra-útero e se faz a cirurgia já intro-uterina e a pessoa já nascendo sem a seqüela. Então, várias cirurgias já aconteceram neste sentido. Existe, assim, artigos bem interessantes nesta área. Mas, ao mesmo tempo, é claro, que eu acho que, de uma maneira geral, o nosso código genético, no futuro, bem trabalhado vai prevenir que esses problemas ocorram, possa se prevenir e trabalhar em termos de prevenção. Mas é muito interessante.

Inclusive, a Federação Nacional das APAEs têm, assim, artigos muito interessantes neste sentido de cirurgias intro-uterinas, com a fotografia que foi, com o debate se deveria haver aborto ou não. E, na seqüência, nascendo – fruto do esforço na saúde, do avanço tecnológico, e profissional nesta área – uma criança com perfeita saúde também e não enfrentando também os problemas que as pessoas que são portadoras enfrentam hoje em dia. Mas eu acho que é uma coisa bem interessante com perspectivas bastante úteis já nos dias atuais.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) Vamos finalizando a nossa reunião.

A SRª PATRÍCIA PRANKE – Uma questão só com relação ao Dr. André. Eu concordo com o que ele diz, obviamente. Eu acho que todos os cientistas concordam. Nós precisamos de ética para o amparo da ciência. Mas a ética tem que andar junto com a ciência, por isso que nós colocamos vários itens proibitivos para que possamos fazer algo de bem para a sociedade. É ética, sim. Ninguém está dizendo: não é ética de forma alguma. Só que nós estamos tentando fazer isso de uma forma consciente junto com a sociedade.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. André.

O SR. ANDRÉ MARCELO – Srª Presidente, desisto da palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Então, eu quero finalmente agradecer todos os Srs. Senadores aqui presentes. Agradecer, de forma especial, o Líder do meu Partido, Senador Arthur Virgílio por ter prestigiado esta audiência pública e por ter dado toda a força para que ela fosse revestida de sucesso.

A todos os expositores e convidados os meus agradecimentos.

E até a próxima reunião.

Não tendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Encerrada a reunião às 13 horas e 56 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 21ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 8 de junho de 2004.

Às onze horas e vinte minutos do dia oito de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Morais, Maria do Carmo Alves, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Marco Maciel, Paulo Octávio, Lúcia Vânia e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valmir Amaral, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Osmar Dias, Mozarildo Cavalcanti e Roseana Sarney, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de iniciar a deliberação da pauta, a Presidência faz os comunicados que se seguem: Comunicado nº 01: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Eduardo Campos, ao Requerimento de Informação nº 1003/03, aprovado nesta Comissão, acerca dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo". E o Comunicado nº 02: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Palocci, ao Requerimento de Informação nº 809/03, aprovado nesta Comissão, referente às Renúncias Fiscais Existentes no País. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo". Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 007, de 2004, de caráter

não terminativo, de autoria do Deputado Paes Landim e Saulo Pedrosa que, "Denomina Presidente Juscelino Kubitschek a rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer favorável é aprovado. Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 029, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Luiza Erundina que, "Institui o dia 13 de dezembro como o 'Dia Nacional do Forró'". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o parecer favorável é aprovado. Item 05: Aditamento 03 ao Requerimento 12-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Maria do Carmo Alves que, "Requer, nos termos regimentais, a inclusão no Requerimento nº 12-CE, de minha autoria, que visa instruir o PLC 35/00, aprovado nesta Comissão no dia 27.04 p.p, do PLS 182/03, uma vez que a matéria versa sobre o mesmo assunto e da qual fui recentemente designado relator pela Presidência desta Comissão". O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias da pauta: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 087, de 2004 e Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 013, de 2003. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo SenhorVice-Presidente no exercício da Presidência. – Senador **Hélio Costa,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Havendo quorum regimental, está aberta a 21ª reunião da Comissão de Educação.

Comunicados.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento da resposta do Sr. Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ao Requerimento de Informação nº 809/03, aprovado nesta Comissão, referente às renúncias fiscais existentes no País.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem uma cópia da referida resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao arquivo.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento da resposta do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Eduardo Campos, ao Requerimento de Informação nº 103/03, aprovado nesta Comissão, acerca dos fundos setoriais de ciência e tecnologia.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem uma cópia da resposta do Ministro deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao arquivo.

Faço uma observação: participei, no sábado pela manhã, na cidade histórica de Mariana, no meu Estado, Minas Gerais, de uma reunião dos jornalistas de Minas Gerais, promovida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais, onde se discutiu uma questão que é do interesse de todos os profissionais da imprensa, relativa à criação do Conselho Federal dos Jornalistas.

Queria fazer um apelo ao Ministro José Dirceu, porque fiquei incumbido de fazer esse anúncio publicamente, o que me dá muito prazer, diga-se de passagem, pois tenho o maior orgulho de poder, neste momento, representar a classe que me é muito cara pela minha profissão, no sentido de que envie para o Congresso a proposta que lhe foi encaminhada pelos sindicatos e instituições nacionais, principalmente pela Fenaj, para que possamos apreciar, nesta Casa, a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo.

O primeiro item da pauta tem como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que não se encontra presente. Como se trata apenas da segunda vez em que este projeto de lei entra em pauta, ficará adiado para a próxima reunião.

Passamos ao Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004, que denomina Presidente Juscelino Kubitschek a Rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza. O Projeto é de autoria do Deputado Paes Landim e outros; a relatoria é do Senador Aelton Freitas, com parecer favorável.

Passo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004, de autoria dos Deputados Paes Landim e Saulo Pedrosa, tem por objetivo denominar Presidente Juscelino Kubitschek a Rodovia BR-020, cujo traçado liga a cidade de Fortaleza, capital do Ceará, à capital federal, Brasília.

Justifica a proposição o argumento de que essa rodovia foi considerada pelo próprio Juscelino Kubitschek a estrada da integração nacional. Foi concebida como parte do grande cruzeiro rodoviário, demandando os quatro pontos cardeais e tendo por base Brasília.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada por unanimidade nas seguintes comissões: Comissão de Educação, Cultura e Desportos, Comissão de Viação e Transportes e Comissão de Constituição, Justiça e Redação, tendo sido nesta última objeto de

emenda destinada a remover a cláusula revogatória, de caráter genérico, adaptando-se aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Recebido no Senado no último dia 14 de abril, o projeto foi distribuído com exclusividade a esta Comissão de Educação.

A denominação de rodovias, a par de atender aos requisitos do Plano Nacional de Viação – PNV, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, deve, subsdiariamente, observar os ditames da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

Com essa justificativa, Sr. Presidente, o nosso voto é que, não encontrando inconstitucionalidade ou injuridicidade na proposição, no mérito, concordo com os argumentos do autor.

Assim, ante as razões já mencionadas, votamos pela aprovação do PLC nº 7, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados.(Pausa)

Aprovado.

Temos que aguardar a chegada do Senador Valmir Amaral para analisar o Item 3, portanto vamos inverter a pauta para passar ao Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 029, de 2004, que institui o dia 13 de dezembro como o Dia Nacional do Forró. A autoria é da Deputada Luiza Erundina; a relatoria é do Senador Reginaldo Duarte.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004, nº 4.265, de 2001, na origem, propõe seja instituído o dia 13 de dezembro como o Dia Nacional do Forró.

Na Câmara dos Deputados, foi apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Desportos e também pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Ambas, no que concerne às respectivas competências, manifestaram-se pela aprovação da matéria.

No prazo estabelecido pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados não foi interposto recurso regimental para que o Plenário também opinasse.

Uma vez definitivamente aceito por aquela Casa, foi enviado à revisão do Senado Federal, nos termos do art. 65 da Constituição.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas ao projeto, razão pela qual ele será analisado como foi encaminhado ao Senado.

Também não foi verificada a existência de matéria similar em tramitação que justificasse o seu apensamento, nos termos do art. 258 do Regimento Interno.

Análise:

A esta Comissão incumbe apreciar tanto o mérito da matéria quanto os seus aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais.

Uma vez que a data comemorativa proposta pelo PLC nº 29, de 2004, se reveste de caráter meritório, sua aprovação é altamente recomendada, em primeiro lugar pela significação que o forró, como dança e como gênero musical, assume no cenário da cultura nacional; em segundo, pela escolha da data, que recai sobre o dia do natalício de Luiz Gonzaga, um dos maiores músicos que este País já reconheceu.

Segundo o folclorista Câmara Cascudo, o nome "forró" provém dos eventos festeiros conhecidos como forrobodó, isto é, é um tipo de festa que veio a se transformar em gênero musical.

Desde o princípio, tem sido movido por vários tipos de música nordestina: baião, coco, rojão, quadrilha, xaxado, xote, etc., e animado pela popular sanfona de oito baixos.

Sua expansão para além do Nordeste se deu simultaneamente com a imigração de grandes camadas da população daquela região para o Sudeste.

Seu crescimento e reconhecimento nacional foi se afirmando pela atuação de casas de baile voltadas para o gênero e também pela projeção que ganharam artistas de origem nordestina, como Jackson do Pandeiro, João do Vale e principalmente Luiz Gonzaga.

O pioneiro na difusão da música nordestina no Rio de Janeiro e em São Paulo, Luiz Gonzaga do Nascimento – 1912/1989 –, talvez tenha sido o primeiro a registrar o termo em disco, no "Forró de Mané Vito", parceria com Zé Dantas, em 1949.

Inúmeras outras composições suas desenvolvem o tema e a palavra. Portanto, a homenagem é mais que merecida.

Quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da proposição, acatamos, em sua plenitude, a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, razão pela qual não julgamos necessário qualquer reparo.

Voto.

Sr. Presidente, antes de pronunciar meu voto, considerei que a data de 13 de dezembro seria imprópria, porque o forró é uma festa tipicamente nordestina, é uma música junina. Seria mais apropriado que essa data fosse escolhida durante o mês de junho. Entretanto, em atenção à ilustre Deputada Luiza Erundina e para que este projeto não volte à Câmara dos Deputados,

sofrendo uma demora muito grande, meu voto é favorável pela aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, não será este mancebo mineiro aqui que vai disputar uma data no Nordeste. V. Exª tem toda razão em fazer isso. Eu somente queria fazer um acréscimo.

No que diz respeito especificamente à palavra forró, existe um folclore que vem da presença de engenheiros e trabalhadores ingleses na região Norte e Nordeste no Brasil. Não quero disputar a origem da palavra com Câmara Cascudo, evidentemente, mas diz esse folclore que, durante a construção da Estrada Madeira Mamoré, havia os ingleses, que eram os dirigentes da obra, os engenheiros e técnicos, e os brasileiros, que eram os peões. Nos sábados, era sempre organizada uma festa que os ingleses chamavam de uma festa **for all** ou para todos. Então, essa festa para todos ou **for all** passou, na realidade, ao popularesco chamado de forró. É bem provável que isso seja verdade. Fica, evidentemente, apenas o comentário, mas, conforme disse o Câmara Cascudo, a palavra vem mesmo de forrobodó.

Continua em discussão. Há alguém mais que queira fazer algum comentário a respeito? (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 5:

Aditamento nº 03 ao Requerimento nº 12-CE: "Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do Requerimento nº 12, de minha autoria, que visa instruir o PLC nº 35/00, aprovado nesta comissão no dia 27/04, do PLS nº 182/03, uma vez que a matéria versa sobre o mesmo assunto da qual fui recentemente designado relator pela Presidência desta comissão". A autoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Peço à Senadora Maria do Carmo Alves para subscrever o requerimento, para que ele possa ser votado, uma vez que é o último requerimento da pauta. Já assinou o Senador Mozarildo Cavalcanti. Peço, portanto, a subscrição da Senadora. (Pausa.)

Então, podemos colocá-lo em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Estamos na expectativa de, feito o acordo de Lideranças para votarmos as medidas provisórias que estão na pauta do plenário, podermos, a partir de amanhã, apreciarmos os itens terminativos desta Comissão. Se a pauta for liberada e pudermos aprovar amanhã os itens terminativos, teremos uma pauta bem cheia, expressiva e importante. Por exemplo, há o projeto de lei sobre o nível de formação dos professores da Educação Básica; a matéria sobre a aplicação de distribuição de recursos do Fundef para erradicação do analfabetismo; a matéria sobre a escolha dos dirigentes universitários, regulada pela Lei nº 9.192. Esses são os assuntos em pauta para uma reunião extra de amanhã, às 11 horas da manhã. Então, se tivermos condições de realmente desbloquear a pauta hoje à tarde, amanhã, às 11 horas, aqui, neste mesmo plenário, faremos uma reunião extraordinária.

E depois desta pauta, com esses assuntos tão importantes que temos para decidir... Temos ainda uma pauta vastíssima de matéria relativas à aprovação das emissoras de rádio comunitárias. Aproximadamente, são 130 projetos de rádios comunitárias que nós devemos aprovar, que estão paralisados aqui há várias semanas, em virtude do bloqueio de todas as ações terminativas na Comissão.

Senador Juvêncio, V. Exª tem alguma declaração a fazer?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Hélio Costa, eu gostaria principalmente de exaltar a Presidência de V. Exª na ausência do Senador Osmar Dias. Creio que hoje foi uma reunião excepcional sob o comando de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Juvêncio, longe de mim a pretensão de querer substituir o Senador Osmar Dias, mas evidentemente como Vice-Presidente da Comissão, estou aqui para cumprir a minha missão.

Não teremos que passar pelo interregno de uma semana para designar os relatores **ad hoc** na ausência do relator oficial. Amanhã, portanto, havendo reunião, poderemos certamente apreciar todas as propostas de rádios comunitárias que temos em pauta.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 11h36min)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 22ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 09 de junho de 2004.

Às onze horas e vinte minutos do dia nove de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e com a presença

dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Morais, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo, Teotônio Vilela Filho e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valmir Amaral, Maria do Carmo Alves, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Osmar Dias e Roseana Sarney, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta e logo após a Pauta referente a Projetos de Decretos Legislativos e Pauta-Extra. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Jorge que, "Altera o § 4º do artigo 87 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do nível de formação dos professores da educação básica". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio que, "Altera os arts. 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas". O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, na forma do substitutivo oferecido, com abstenção do Senador José Jorge. A matéria será submetida a Turno Suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Senhor Senador Juvêncio da Fonseca para relatar os seguintes itens da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 935, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Oeste Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Comunidade Renovada Santo Antônio da Pampulha – CRESAP, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa reassume a Presidência, dando continuidade à deliberação da pauta: **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 900, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tropical FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 782, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rio Negro – ACORI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Negro, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 807, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Radio Difusora Matogrossense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 837,**

de 2003, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 926, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Cidade Branca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 003, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio AM Atalaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 067, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão da FM Corumbá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 093, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Ponta Porã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 094, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rede Guaicurus de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Glória Radiodifusão Cultural e Educacional – GRACE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação das Entidades da Pró Rádio 'Cidade' a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura de Anaurilândia – MS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anaurilândia, Estado do Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Comercial de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 772, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Cananéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cananéia, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 026, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Luiz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 090, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que,

"Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Regional Integrada – FuRI para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Andaiá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Entre Rios FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Calçoene – ASSOCAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Calçoene, Estado do Amapá". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Continental Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palotina, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Iporã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iporã, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 791, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educar-Sul Brasil para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Tubaronense de Difusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 913, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à SM Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 936, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Social de Barra de São Francisco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Novo Milênio para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 801, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Senador Canedo – GO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Canedo, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 824, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Posse – ADEPE, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Posse, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 838, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pouso Alto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracanjuba, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp

e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 842, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Preservação Ambiental Entre Rios a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipameri, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 052, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação de Assistência Social Betuel – FASB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Corumbá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 903, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cacimbas – ADCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacimbas, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Bento Freire de Sousa para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sousa, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 919, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento e Apoio Social de Ibiara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiara, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 927, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Margareth Suassuna Laureano – FUNAMSL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho dos Cavalos, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 036, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Mário Moacyr Porto para o Desenvolvimento Comunitário de Cruz do Espírito Santo – FMMP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz do Espírito Santo, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 053, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Comunidade Terceiro Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 059, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro do Pombalzinho – ASMOP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coremas, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 064, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Cajazeiras FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sumé, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Campo Grande – Recife – PE – ARCAMG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 035, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Cidade de

Santo Antonio – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Santo Antônio, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 048, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Nordeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 062, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação 'Geovana Targino' a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa D'Anta, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 095, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Artística Itajaense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 783, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Bel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Carmo da Cachoeira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carmo da Cachoeira, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 914, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à S. M. Comunicaçoes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mantena, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 923, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Gonçalves a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gonçalves, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Cultural de Paracatu – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 011, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação do Alto São Francisco – SOCIALTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piumhi, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 069, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ubaense de Educação e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Sociedade Comunitária de Radiodifusão de Canápolis – Rádio Triângulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Estrada da Saudade (FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 901, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Real Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro.". O relator designado, ad

hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 890, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Amigos de São Luiz Gonzaga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 002, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Centro de Tradições Nordestinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bertioga, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 078, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Comunicação Educativa e Cultural Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Revanche FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Guilherme Müller para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barueri, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 007, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Alpha Comunicações de Macatuba S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Macatuba, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 021, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Dom Avelar Brandão Vilela para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Teresina, Estado do Piauí". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Diário de Presidente Prudente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 930, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pedralvense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedralva, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 925, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a FUCAP – Fundação Cultural Amigos de Prados a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prados, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Monte Santo de Minas – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 74: Projeto de Decreto Legislativo nº 018, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Piedade dos Gerais, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo**

nº 025, de 2004 de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Teófilo Otoni Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo nº 037, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária 'Nova Pequeri' a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequeri, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo nº 076, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Martinho Campos para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Martinho Campos, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 78: Projeto de Decreto Legislativo nº 096, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Lagoa da Prata – ACLAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 79: Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Ecológica e Educativa Quatro Bicas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapecerica, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 80: Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alto da Serra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 81: Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 82: Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Niquelândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 83: Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Científica Joseline Pereira de Oliveira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 84: Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sônia Ivar para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na localidade do Gama, Distrito Federal". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 85: Projeto de Decreto Legislativo nº 848, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência Social – Casa da Bênção a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taguatinga, Distrito Federal". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 86: Projeto de Decreto Legislativo nº 039, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Roncador de Nova Xavantina – RCR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 87: Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Diamantino, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 88: Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Apoio Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em fre-

qüência modulada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 89: Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Sociedade Barrabugrense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 90: Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Star Rádio e Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 91: Projeto de Decreto Legislativo nº 669, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Televisão de Sergipe S/A, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe". O relator designado, ad hoc, é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 92: Projeto de Decreto Legislativo nº 947, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Famílias Unidas para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guanambi, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 93: Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à L. M. Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 94: Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Nascente Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bertioga, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 95: Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Querência de Santo Augusto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 96: Projeto de Decreto Legislativo nº 038, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Cidadania Avareense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Avaré, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 97: Projeto de Decreto Legislativo nº 065, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Clarim de Palmas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaí, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 98: Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Banabuiú, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 99: Projeto de Decreto Legislativo nº 635, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aquarela Cearense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Miraima, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 100: Projeto de Decreto Legislativo nº 696, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Antônia Izelda Cunha Braga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 101: Projeto de Decreto Legislativo nº 799, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Senhor do Bonfim para executar serviço de radodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Icó, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Se-

nador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 102: Projeto de Decreto Legislativo nº 592, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação 'Amigos de Arari" – AAA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arari, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 103: Projeto de Decreto Legislativo nº 922, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Cultural de Capinzal do Norte – Maranhão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinzal do Norte, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 104: Projeto de Decreto Legislativo nº 938, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pérola do Turi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Helena, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 105: Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 106: Projeto de Decreto Legislativo nº 852, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tapera Falando Mais Alto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Tapera, Estado de Alagoas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 107: Projeto de Decreto Legislativo nº 907, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Alagoas Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Coruripe, Estado de Alagoas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 108: Projeto de Decreto Legislativo nº 951, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Vitória de Gandu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Gandu, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 109: Projeto de Decreto Legislativo nº 042, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Zumbi dos Palmares a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaberaba, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 110: Projeto de Decreto Legislativo nº 086, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Comunicação Capelense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capela, Estado de Alagoas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 111: Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Proware 2000 Telecomunicação Som e Imagem Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Serra Negra, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 112: Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Guarabira FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Bento, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 113: Projeto de Decreto Legislativo nº 910, de 2003** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Lábrea Solidária – ALS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lábrea, Estado do Amazonas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 114: Projeto de Decreto Legislativo nº 004, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Mater Et Magistra de Londrina para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Londrina, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 115: Projeto de Decreto Legislativo nº 005, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Exe-

cutivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rede Panorama de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapejara D' Oeste, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 116: Projeto de Decreto Legislativo nº 009, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação do Núcleo Comunitário da Vila Simone a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 117: Projeto de Decreto Legislativo nº 010, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Terra Roxa – ACATE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Roxa, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 118: Projeto de Decreto Legislativo nº 072, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM ILUSTRADA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Umuarama, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 119: Projeto de Decreto Legislativo nº 073, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Club de Palmas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmas, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 120: Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – CEACOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 121: Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Pitangui de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 122: Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2004** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação TV Beltrão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Em seguida o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta Extra: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga a permissão à Fundação João XXIII para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Francisco Gurgel Corrêa para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a SAICP – Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidade de Porteiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porteiras, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Altaneira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altaneira, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Jardim de São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Russas, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Planalto Timbaúba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Russas, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Piracanjuba, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nelson Castilho para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Cacondense, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caconde, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Torres & Camargo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 548, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Fortaleza a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 557, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Limeira FM Stéreo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 027, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Bento Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 068, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Moradores das QNM 18 A 26 de Ceilândia Norte – DF a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceilândia, Distrito Federal". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Prosseguindo, os Senhores Senadores Efraim Morais, Flávio Arns, Aelton Freitas e José Maranhão pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra pauta, dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 919, de 2003, Projeto de Decreto Legislativo nº 051, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 511, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 2003 e Projeto de Decreto Legislativo nº 691, de 2003. Os requerimentos são aprovados. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 919, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento e Apoio Social de Ibiara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiara, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 051, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de São Bento

a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Prata/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prata, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores de Umbuzeiro – AMU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umbuzeiro, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Pedro Soares Nutto para o Desenvolvimento Comunitário de Caaporã – FUNPSN, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caaporã, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação João Kennedy Gomes Batista para o Desenvolvimento Comunitário De Emas – FJKGB, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Emas, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Bairro São José – ASCOBSJ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Lagoa Tapada, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Água Branca (PB) – ADECAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Branca, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Sousa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sousa, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Juripiranga – ARCJ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juripiranga, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santana do Araguaia, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Mogeiro – ARCM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogeiro, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Studio FM Stério Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 511, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Picuí , Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional de Ipatin-

ga para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Abril Radiodifusão S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Assunção (Ampra) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assunção, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador José Maranhão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 691, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Rimídia Gayoso de Sousa para o Desenvolvimento Comunitário de Santa Terezinha – Pb – Frgs a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Terezinha, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador José Maranhão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal, as seguintes matérias da pauta: **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003; Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2002; Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2003; Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2003; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2003; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2003.** O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência. – Senador **Hélio Costa,** Vice Presidente no exercício da Presidência.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Havendo número legal, vamos dar início à 22ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. 9 de junho de 2004, quarta-feira, dez horas.

Submeto à apreciação dos presentes a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. As Srªs e Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Vamos fazer um processo de discussão e votação muito dinâmico, porque são 122 projetos de decreto legislativo e temos que dar dinâmica ao processo. Vamos dizer o item da pauta qual é e o Relator qual é, e o Relator fará seu relatório global e submetemos de imediato a discussão e a votação.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra, o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quero parabenizar V. Exª pela dinâmica que está dando à Comissão e solicitaria que fossem incluídas nesta pauta matérias que já estão com os pareceres prontos: os Projeto de Decreto Legislativo nº 919, 51, 219, 225, 204, 171, 179, 323, 317, 321, 172, 195, 511, 456 e de nºs 691 e 573, já com relatórios apresentados, e que sejam incluídos na pauta também em se tratando de rádios comunitárias.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Acolhemos o requerimento de V. Exª e está deferido, está incluído.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, inclusive pela dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Os **itens de 1 a 4** são do Senador Lúcio Costa, que não se encontra presente.

Item 5, Senadora Ideli Salvatti.

Itens 6 a 16 vamos pular para que se discutam depois, que o Relatório é meu.

Item 17...

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Não posso pedir vista do item 6 agora? Tem que ser só no momento oportuno?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Só no momento da discussão.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – **Item 17**. Senador Marco Maciel com a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – O parecer é favorável. As Srªs e Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 18: Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Fui advertido pela Secretaria de que a votação é nominal, então tenho que fazê-la no final, salvo que haja algum destaque para que se discuta de maneira diferente. Quem pediu a palavra?

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, é que na última reunião ficou deliberado que, mesmo que os Relatores não estivessem presentes, haveria a designação de Relatores **ad hoc**, para que pudéssemos dar celeridade a esse processo. Quer dizer, excepcionalmente, mesmo sendo a primeira vez que o Relator não estivesse presente, para que pudéssemos votar todos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Perfeito. Vamos, primeiro, pular os Relatores que não se encontram presentes, para dar oportunidade, até o final da reunião, que cheguem. Não chegando, nomearemos Relatores **ad hoc**.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – **Item 18**: o Senador Reginaldo Duarte já falou.

Senador Papaléo Paes: **itens 19, 20, 21, 22, 23 e 24**. Com a palavra S. Exª.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, o parecer é favorável, mas quero fazer uma ressalva aqui quanto ao item 24, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Calçoene, que é um Município do Estado do Amapá, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Calçoene, Estado do Amapá. Então, é muito justo que o Município de Calçoene esteja recebendo essa rádio. Então, estou de acordo com os itens 19 a 24.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passo aos **Itens nº 25 e nº 26**.

Senador Flávio Arns está com a palavra. (Pausa)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O parecer para os dois itens é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passo ao **Item nº 27**.

Senador Leonel Pavan está com a palavra. (Pausa)

Não se encontra presente.

Senador Gerson Camata. (Pausa)

Não se encontra presente.

Senador Demóstenes Torres. (Pausa)

Não se encontra presente.

Itens nº 38, nº 39, nº 40, nº 41, nº 42, nº 43, nº 44, nº 45 e nº 46.

Senador Efraim Morais está com a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Do Item nº 38 ao de nº 46 o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passo ao **Item nº 47**.

Senador José Jorge. (Pausa)

Passa-se à apreciação do **Item nº 48**.

Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa)

Passa-se à apreciação dos **Itens nº 52 até o nº 56, nº 57, nº 58 e nº 59**.

Senador Eduardo Azeredo está com a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o parecer é favorável. São rádios das cidades de Mantena, Gonçalves, Paracatu, Pinhuí, Ubá e Canápolis, no Estado de Minas Gerais.

Até o de nº 59 todos têm parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passo ao **Item nº 60**.

Senador Sérgio Cabral.

Estando presente o Senador Hélio Costa, Vice-Presidente da Comissão, passo a ele a Presidência, com muita satisfação.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Antes, porém, parabenizamos V. Exª pela dinâmica imprimida na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Agradeço certamente ao Senador Juvêncio por ter assumido a Presidência da Comissão. Lamentavelmente eu estava em um encontro e não pude chegar a tempo para o início da reunião.

Passa-se à apreciação do **Item nº 63**.

Projeto de Decreto Legislativo nº 890.

Senador Duciomar Costa está com a palavra.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Duciomar, até o de nº 67?

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Para os de nºs 63, 64, 65, 66 e 67.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Só ao final iremos fazer a votação.

Passa-se à apreciação dos **Itens nº 71** até o de **nº 79**.

Senador Aelton Freitas está com a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação que autoriza a Associação Comunitária Pedralvense a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Pedralva, Minas Gerais.

Opinamos também pela aprovação da Fundação Cultural de amigos de Prados a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Prados, Minas Gerais.

Somos favoráveis também à aprovação da Associação Beneficente Comunitária de Monte Santo de Minas a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Santo, no Sudoeste mineiro.

Opinamos pela aprovação da outorga de permissão de Cachoeira Alta Telecomunicações para explorar serviços de radiodifusão sonora de freqüência modulada na cidade de Piedade, Minas Gerais.

Opinamos pela aprovação da renovação de concessão da cidade de Teófilo Otoni para explorar serviços de onda média.

Opinamos pela aprovação da Associação Comunitária Nova Piqueri a executar serviços de radiodifusão na cidade de Piqueri, Minas Gerais.

Opinamos pela aprovação que outorga à Fundação Educativa e Cultural de Martinho Campos para executar serviços de radiodifusão de freqüência modulada na cidade de Martinho Campos.

Opinamos pela aprovação que autoriza a Associação comunitária de Lagoa da Prata, Aclap, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Prata.

Sr. Presidente, somos favoráveis também pela aprovação que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Ecológica e Educativa de Quatro Bicas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapecerica.

Sr. Presidente, quero pedir a V. Exª, em tempo, que inclua um item extrapauta – só um minuto, Sr. Presidente. A pressa é inimiga da perfeição, Senador Efraim Morais. Trata-se do PDS nº 482, de 2004. Se for possível, vamos proceder à votação. Caso seja concedida a inclusão, informo que somos pela aprovação...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Precisamos submeter à aprovação do Plenário a inclusão em extrapauta.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, se for possível, peço a V. Exª a inclusão desse item.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em votação a proposta do Senador Aelton Freitas.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O PDS nº 482 autoriza também a aprovação do ato que outorga a permissão da Fundação Educacional de Ipatinga a executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada com fins exclusivamente educativos na cidade de Ipatinga, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Faremos a votação no final da reunião.

Senador Aelton Freitas, cronometrei o tempo de V. Exª, que gastou, em média, aproximadamente três segundos para fazer o seu pronunciamento em relação a cada uma das emissoras. Vamos ver com que pressa o Senador Efraim Morais fará seu pronunciamento quando chegar a vez de S. Exª.

Passo aos itens 86 a 89, cujo Relator é o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esses itens tratam de aprovação de rádios em Nova Xavantina, em Diamantino, na cidade de Cuiabá e na cidade de Barra do Bugres, no Estado do Mato Grosso.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O parecer é favorável nos itens 86 a 89.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Quantos segundos?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Exª bateu o recorde. Menos de três segundos.

Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho, substituindo o Senador João Tenório, para relatar dos itens 106 a 111.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, o parecer é favorável em todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Diminuímos ainda mais. Vamos chegar praticamente a dois segundos. Muito bem, Senador.

Vamos retornar ao começo da pauta. Indicarei os Relatores **ad hoc**, porque, lamentavelmente, os Relatores dos próximos itens não estão presentes.

Passarei a Presidência ao Senador Juvêncio da Fonseca para que eu possa relatar, como o **The Flash**, os itens de 1 a 4.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Retornando à Presidência, pela graça da concessão do Presidente Hélio Costa, concedo a palavra ao Senador Hélio Costa para relatar os itens de 1 a 4.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o parecer é favorável nos itens de 1 a 4.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Retorno a Presidência ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

A Senadora Ideli Salvatti não está. Indicarei o Senador Leonel Pavan como Relator **ad hoc** do item 5.

O SR. RELATOR AD HOC (Leonel Pavan) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Leonel Pavan, V. Exª dispõe de trinta segundos.

O SR. RELATOR AD HOC (Leonel Pavan) – Sr. Presidente, primeiramente, quero dizer que é uma honra substituir a Líder, Senadora Ideli Salvatti, nesse projeto tão importante para Santa Catarina.

Sr. Presidente, eu gostaria de usar o tempo de todos os demais Senadores que não foi utilizado, mas, para colaborar com o pedido de V. Exª ou com a sua exigência, registro que sou favorável ao parecer da nobre Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Como Relator **ad hoc**, V. Exª aprova o item.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Faremos a votação no final da reunião.

Passemos aos itens de nºs 6 a 16, cujo Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O parecer é favorável a todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Estamos progredindo, estamos melhorando.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para emitir parecer ao item nº 17.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O parecer é favorável.

Passemos aos itens nºs 27 e 28, cujo Relator é o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, agradeci a oportunidade de ter sido designado Relator do PDS nº 791, que atende à Fundação Educar-se o Brasil, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis. Conheço essa Fundação e sei de sua importância para a educação do Sul do Brasil.

Por isso, sou de parecer favorável.

O item nº 28 refere-se ao PDS nº 117, que autoriza a Associação Tubaronense de Difusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária em Tubarão, importante cidade do Estado de Santa Catarina, cujo Prefeito é Carlos Stüpp, do PSDB, e que conta com o apoio do PFL.

Por isso, sou amplamente favorável a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos à votação no final da reunião.

Peço ao Senador Roberto Saturnino que, como Relator **ad hoc**, emita parecer para os **itens nºs 29, 30 e 31**.

O SR. RELATOR AD HOC (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, os pareceres são todos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Senador se pronuncia pela aprovação.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação será no final da reunião.

Peço ao Senador Valdir Raupp para fazer a relatoria **ad hoc**, em nome do Senador Demóstenes Torres, dos itens nºs 32 ao 37.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Sr. Presidente, não havendo nenhum óbice de forma constitucional e legal, somos pela aprovação.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação será no final da reunião.

Próximos itens. Peço ao Senador Teotônio Vilela para fazer a relatoria **ad hoc**, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, dos **itens nºs 48, 49, 50, 51**.

O SR. RELATOR AD HOC (Teotônio Vilela Filho) – O parecer é favorável em todos os itens, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Senador já se pronuncia pela aprovação.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Próximos itens. Peço ao Senador Roberto Saturnino para fazer a relatoria **ad hoc**, em substituição ao Senador Sérgio Cabral, dos **itens nºs 60, 61, 62**.

O SR. RELATOR AD HOC (Roberto Saturnino) – Os pareceres são todos favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Senador se pronuncia pela aprovação.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Próximos itens. Peço ao Senador Papaléo Paes para fazer a relatoria **ad hoc**, em substituição ao Senador Mão Santa, dos **itens nºs 68 a 70**.

O SR. RELATOR AD HOC (Papaléo Paes) – Todos os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Todos os pareceres são favoráveis.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Próximos itens. Peço ao Senador Reginaldo Duarte para fazer a relatoria **ad hoc**, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, dos **itens nºs 80, 81 e 82**.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para relatar em nome da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. RELATOR AD HOC (Reginaldo Duarte) – Os pareceres são favoráveis à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – **Item 83**.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para relatar em nome do Senador Maguito Vilela.

O SR. RELATOR AD HOC (Reginaldo Duarte) – Os pareceres são favoráveis para todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos aos próximos itens, **Itens 84 e 85**.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para relatar em nome do Senador Vaimir Amarai.

O SR. RELATOR AD HOC (Papaléo Paes) – Todos os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Itens 90 e 91.

Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa para relatar em nome do Senador Almeida Lima.

O SR. RELATOR AD HOC (Duciomar Costa) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Itens 92 a 94.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para fazer o relatório **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Flávio Arns) – Os pareceres dos Itens 92 a 94 são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 95.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro para fazer o relatório **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Jonas Pinheiro) – Sr. Presidente, o Relator é o Senador João Ribeiro. A concessão da rádio Querência de Santo Augusto Ltda. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Itens 96 e 97.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca para fazer o relatório **ad hoc** pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. RELATOR AD HOC (Juvêncio da Fonseca) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Itens 98 a 101.

Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho para o relatório **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Teotônio Vilela Filho) – Sr. Presidente, o parecer é favorável em todos os itens mencionados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Itens 102 a 105.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais para relatar em nome do Senador Edison Lobão.

O SR. RELATOR AD HOC (Efraim Morais) – Sr. Presidente, todos os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Itens 112 e 113.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais para relatar em nome dos Senadores José Maranhão e Arthur Virgílio.

O SR. RELATOR AD HOC (Efraim Morais) – Sr. Presidente, todos os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Itens 114 a 122.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns em substituição ao Senador Osmar Dias, Presidente da Comissão.

O SR. RELATOR AD HOC (Flávio Arns) – Os pareceres de todos os itens são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Há uma pauta extra no final.

Item 1, de autoria do Senador Marco Maciel, projeto terminativo, Projeto de Lei nº 461, de 2004, que aprova ato que outorga permissão da Fundação João XXVIII para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 2, também terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2002.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para relatar os **Itens 2 a 7**.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Parecer favorável a todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Parecer favorável a todos os itens. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passo aos próximos itens.

Itens nºs 9 a 13. Senador Marco Maciel, por favor.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, todos os projetos têm o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Parecer favorável. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação no final da reunião. **Item nº 14**. Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, da mesma forma, opino pela aprovação, como os demais PDS. Pela aprovação de concessão à Rádio de São Bento (SC). Portanto, somos favoráveis, Sr. Presidente. E temos uma honra muito grande em poder dar um parecer ao meu Município, São Bento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir o parecer, vamos ao último item da pauta extra, que é o **Item nº 15**, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 068, de 2004, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores das QNM 18 a 26 de Ceilândia Norte (DF) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceilândia (DF). O Senador Paulo Octávio não se encontra presente. Peço ao Senador Aelton Freitas que profira o relatório.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Somos favoráveis à aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Relatório favorável. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos ao próximo item.

Vou colocar em votação agora os 14 itens da pauta, já aprovados na extrapauta. Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Parecer favorável a todos. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos proceder à votação nominal dos itens aqui colocados.

Vamos proceder à chamada nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

Vamos, então, à pauta simples da reunião de hoje.

Item nº 1, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2003, que altera o § 4º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes de Bases da Educação, acerca do nível de formação dos professores da educação básica. Autoria do Senador José Jorge, o Relator é o Senador Reginaldo Duarte. O parecer é favorável.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pela ordem, Senador Aelton.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – A pedido do MEC, quero pedir vista, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Senador Duarte vai ler primeiro o Relatório, e, posteriormente, concedo vista a V. Exª.

Senador Reginaldo Duarte com a palavra.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Educação o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2003, de autoria do eminente Senador José Jorge, que altera o § 4º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, acerca do nível de formação dos professores da educação básica.

Em sua justificativa, o autor argumenta que o texto atualmente em vigor do referido dispositivo da LDB conflita com o disposto no art. 2º da mesma lei quanto ao nível da formação necessária para que o docente possa exercer sua função na educação infantil e na primeira fase do ensino fundamental.

Essa contradição tem gerado problema na interpretação da lei e provavelmente incertezas e angústias principalmente entre os docentes dos municípios das regiões mais pobres que possuem apenas a formação de nível médio na modalidade Normal.

Outro fator importante que o Senador aponta é que o art. 87, de caráter transitório, tem levado a interpretações conflitantes de um dispositivo de caráter permanente, que é o art. 62.

Não foram apresentadas emendas à iniciativa.

O PLS nº 358, de 2003, foi distribuído a esta Comissão em caráter de decisão terminativa.

Análise.

De fato, como atesta o Senador José Jorge, existe uma contradição entre o disposto no art. 62 e no § 4º do art. 87 da LDB, pois, à medida que o art. 62 admite como formação mínima para o exercício do magistério da educação infantil, e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal, o § 4º do art. 87 diz que até o fim da década da educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Na verdade, o legislador, ao admitir que o art. 62 que os docentes com formação na modalidade normal atuem na educação infantil e na primeira fase do ensino fundamental, está reconhecendo a realidade das pequenas cidades do interior do País, onde esse curso é ainda tradicional e muito difundido. As instituições de ensino superior não estão presentes nas pequenas localidades mais longínquas e pobres, onde estão a maioria dos docentes com formação de nível médio. As distâncias e as dificuldades econômicas a serem vencidas tornaram impossível para esses profissionais a desejável formação de nível superior.

O atual texto do § 4º do art. 87, entretanto, desconsidera essa realidade e impõe uma exigência que deverá ser cumprida até o final do ano de 2007 sem apresentar alternativas para os profissionais que não conseguiram se enquadrar.

É bom lembrar que os profissionais sem formação superior que atuam hoje e que foram admitidos com base na legislação vigente à época de sua admissão possuem direito adquirido, e certamente é questionável a legalidade de dispositivo que possa exigir novas condições para que esses profissionais permaneçam atuando no mesmo cargo. É questionável principalmente quando esse dispositivo de caráter transitório apresenta exigências que entram em conflito com o estabelecido por outro artigo de caráter permanente da mesma lei.

Nesse sentido, inclusive o Senador José Jorge relata o parecer do Conselheiro Nélio Bizo, aprovado pela Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, no qual afirma que os profissionais com formação em nível médio, na modalidade Normal, têm assegurado o direito à docência no futuro, e esse direito não pode ser cerceado por força da Constituição Federal (Parecer CEB/CNE nº 03, de 11 de março de 2003).

A alteração proposta pelo projeto de lei em exame corrige as contradições atualmente existentes entre os dois dispositivos da LDB e resolve os conflitos na interpretação de lei que tem causado problema para o Poder Público e gerado angústia para os professores. A alteração proposta reitera também a postura do legislador de reconhecer as dificuldades dos professores nas regiões mais pobres do País em obter graduação superior.

Não alheio entretanto à importância da formação superior para a melhoria da qualidade de ensino, o projeto em exame determina ao Poder Público o dever de estimular a formação em nível superior para os docentes da educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Considerando a realidade dos professores das comunidades mais carentes, a ajuda do Poder Púbico é indispensável para tornar possível o acesso ao ensino superior, auxílios como meio de transporte, bolsa de estudo ou financiamento para aquisição de material didático podem contribuir decisivamente para que grande número de educadores consiga a tão almejada formação superior.

A proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade, igualmente do ponto de vista regimental e de técnica legislativa não há reparos a fazer.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2003.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pela ordem, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, acho normal, natural e até positivo que nosso companheiro, Senador Aelton Freitas, peça vista do processo.

O que estranho é que o Ministério da Educação só agora venha olhar para esse projeto. Temos tantas atividades diferenciadas aqui e vemos o projeto na hora em que já está com parecer. É natural todos aqui pedirmos vista. Agora, o Ministério da Educação tem a obrigação de examinar o projeto desde a sua entrada na Casa, e este projeto está aqui há meses, o relator deu o parecer há bastante tempo, e ele já entrou na pauta algumas vezes. Então, entendo que o Ministério da Educação não está dando a devida atenção ao trabalho desta Casa. Também fico feliz com que o Senador Aelton tenha pedido vista, é uma prova de interesse sobre meu projeto, mas lamento que o MEC deixe para examinar este projeto exatamente no momento em que está para ser votado, atrasando os trabalhos da Casa desnecessariamente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Aelton.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, comungo com o Senador José Jorge. Também acredito que o projeto está em estágio muito avançado, mas, estou cumprindo ordem da Liderança do nosso partido, e gostaria de que este pedido de vista servisse de exemplo e que de outra vez o MEC tenha mais atenção, fazendo o que deve ser feito no momento certo e não de última hora como está acontecendo agora.

Reitero o meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedida vista ao Senador Aelton Freitas. **Item 2**.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Quero subscrever o pedido de vista do Senador José Jorge, aliás, do Senador Aelton Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Então, vista coletiva.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Como o Senador José Jorge era meu antigo vizinho, eu estava pensando que era S. Exª que requeria.

Mas, Sr. Presidente, aproveitando este momento, gostaria de fazer um apelo que já fiz na Comissão de Constituição e Justiça, a que pertenço também. Há que se fazer alguma coisa para evitar essa simultaneidade de convocação das Comissões. Estou vindo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania juntamente com outros companheiros que também integram o quadro daquela Comissão. Às vezes acontece a convocação de até três reuniões no mesmo horário. Quando os Presidentes convocam essas reuniões, não se cuidam de que muitos Membros de sua Comissão também o são de outras Comissões que estão igualmente convocadas.

Sugiro a V. Exª, sempre muito objetivo e prático na condução desta Comissão, que examine essa situação e encontre alguma solução para ela, como, por exemplo, uma reunião dos Presidentes das Comissões para fixar as datas de convocação de maneira que não haja colisão. Não temos o dom da ubiqüidade, que é um dom divino e não humano: poder estar ao mesmo tempo em vários lugares diferentes.

Sou o Relator de três projetos e de dois projetos, nas reuniões de hoje, que estão se processando no mesmo horário, tanto nesta Comissão, como na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Essa é apenas uma sugestão que faço a V. Exª em nome da economicidade de nosso tempo e sobretudo em nome do bom-senso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador José Maranhão, V. Exª tem razão. Esse é um problema que nós todos, Senadoras e Senadores, vivemos, no dia-a-dia das Comissões do Senado. Hoje é um dia típico. O Plenário está funcionando, em convocação extraordinária, e, ao mesmo tempo, as três principais Comissões estão tendo reuniões exatamente no mesmo horário.

Tão logo o Senador Osmar Dias retorne, na semana que vem, passarei a S. Exª a observação de V. Exª e esperarei que S. Exª, como Presidente da Comissão, faça encaminhamento no sentido de se encontrar uma solução para o problema, que prejudica o trabalho das Comissões, notadamente a nossa.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – (Fora do microfone) a viabilidade prática da Casa, estabelecer um período de reuniões apenas das Comissões e outro período apenas das sessões de Plenário. As Comissões Técnicas, que são sempre tratadas como algo pouco importante, na realidade, são a base de todas as decisões tomadas pelo Senado da República e pela Câmara Federal. É a base técnica e científica. É quando se analisa e se aprofunda o estudo dos projetos colocados à nossa deliberação. Talvez essa fosse uma solução.

Outra solução talvez fosse diminuir o número de integrantes de cada Comissão. Mas é preciso fazer algo. Não podemos ficar fazendo de conta que isso não é um problema sério e que não tem importância alguma.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador, pela sua observação.

O Item 2, que deveria ser o próximo a ser discutido, está impossibilidade porque o Relator, Senador Duciomar Costa, pediu que retornasse ao seu Gabinete. E S. Exª foi atendido nesse sentido.

O Item 3 não pode ser imediatamente colocado em discussão porque, com a audiência pública que foi solicitada antes da audiência pública, não podemos fazer a votação.

Senador Duciomar Costa, V. Exª ainda quer falar?

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Já tive as informações de que precisava, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Duciomar Costa.

Item 4, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2003, que dá nova redação ao parágrafo 1º, inciso I, e ao parágrafo 2º do art. 2º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, de modo a incluir as ponderações correspondentes à educação especial e às escolas rurais no processo de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. A autoria é da Senadora Ideli Salvatti. A relatora é a Senadora Lúcia Vânia, que dá parecer favorável.

Como a Senadora Lúcia Vânia não está presente, vamos ter de saltar esse item, portanto.

Item 5:

Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que altera os arts. 16, 68, 81, 82 e 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar a autoria e a exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas. A autoria é dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio. O relator é o Senador Roberto Saturnino, que dá parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta na próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, a proposição tem por finalidade alterar dispositivos da Lei de Direitos Autorais que tratam da obra audiovisual e, mais especificamente, da obra cinematográfica.

As propostas de modificação da legislação vigente resumem-se basicamente no seguinte:

a) o produtor passa a ser co-autor da obra audiovisual, ao lado do autor do assunto ou do argumento literário, musical ou litero-musical, e do diretor, atribuindo-se ao produtor, no contrato de produção, salvo disposição em contrário, os direitos patrimoniais sobre a obra.

b) o contrato de produção e autorização de inserção importará na dispensa da necessidade de autorização prévia dos titulares de direitos das obras incorporadas à obra audiovisual para sua exibição cinematográfica pública.

c) nos contratos de licença para distribuição e exibição cinematográfica de obras brasileiras e estrangeiras, a remuneração pactuada compreenderá o valor de todos os direitos de autor e conexos que deram origem à respectiva obra cinematográfica.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Considerando que a matéria foi distribuída apenas à Comissão de Educação, entendemos que o parecer deve abranger não só o exame do mérito, devendo-se analisar também a constitucionalidade da proposição. O projeto trata de matéria afeta ao direito autoral, assunto que se insere no campo do Direito Civil, de competência legislativa privativa da União, nos termos do inciso I, do art. 22 da Constituição, cabendo ao Congresso Nacional sobre a ela dispor, conforme estabelece o art. 48 da Lei Maior.

A iniciativa parlamentar é legítima, não estando a matéria objeto de proposição entre aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, tendo sido observado o disposto no art. 61 da Constituição Federal. Estão atendidos, portanto, os requisitos quanto à constitucionalidade e à juridicidade da proposição.

Em boa hora, os ilustres Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio apresentam a esta Casa esse projeto, cuja finalidade é fomentar as produções cinematográficas nacionais, nesse momento tão importante e até decisivo para a consolidação desse importante setor, que é produtivo e cultural, no qual o Brasil vem mostrando sua capacidade técnica e sua competência artística em face de outras indústrias semelhantes no mundo inteiro.

O produtor de uma obra audiovisual, gênero no qual a obra cinematográfica é espécie, é, sem dúvida, o grande responsável pela sua criação e não poderia, de forma alguma, deixar de figurar como seu autor, como prevê a Lei de Direitos Autorais vigente, que atribui a autoria da obra apenas ao autor do assunto ou argumento literário, musical ou litero-musical e ao diretor.

Do mesmo modo, justamente em virtude de seu maior envolvimento na criação da obra audiovisual, o

seu produtor deve ser o titular dos direitos patrimoniais, que incluem, que incidem sobre a mesma.

Era esse o sistema que vigorava na legislação autoral anterior, a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 73, nos termos de seus artigos 16 e 37. Nada mais oportuno, portanto, do que restabelecer o regime anterior. Certamente, neste particular, mais apropriado do que o adotado pela legislação vigente.

Outro aspecto da Lei de Direitos Autorais, oportunamente atacado pela proposição, dizer respeito à controvérsia quanto à necessidade de autorização para a exibição cinematográfica pública de obras audiovisuais por parte dos detentores de direitos autorais de obras audiovisuais por parte dos detentores de direitos autorais nela inseridas.

É completamente descabida essa exigência, considerando-se que a obra audiovisual é uma criação distinta daquelas obras que a compõe e restaria descaracterizada na falta de qualquer de seus elementos.

Ao contratar a inserção de uma obra em uma obra audiovisual, seu titular está automaticamente autorizando a sua exibição cinematográfica. Essa é a solução que nos parece mais correta e é justamente a que adota de forma expressa o projeto em pauta, evitando interpretações equivocadas da lei.

Finalmente, fechando o ciclo, o projeto estabelece que a remuneração pactuada nos contratos de licença para a distribuição e exibição cinematográfica pública, compreende todos os direitos do autor e conexos, relacionados à respectiva obra cinematográfica.

Esse dispositivo protege adequadamente os contratantes dessas licenças, assegurando-lhes que não terão de fazer outros ajustes com os detentores de direitos autorais de obras inseridas nas obras cinematográficas como tem acontecido.

Voto.

Em vista de todo o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei no Senado nº 532, de 2003, e no mérito pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo, cuja finalidade é tão-somente adequar a redação e a técnica legislativa da proposição bem como estabelecer um lapso de 30 dias para a entrada em vigor da lei em que ela se converter.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão, o relatório do Senador Roberto Saturnino.

Senador Roberto Saturnino, eu recebi na semana passada um grupo de autores liderados pelo ilustre mineiro Fernando Brant, autor de vários sucessos nacionais e internacionais. E ele me fez uma série de argumentações com relação ao projeto de lei que estamos examinando, especialmente à luz de seu relatório.

Eu assumi com ele o compromisso de estudar cuidadosamente as observações feitas por ele e seus companheiros compositores e autores. E fico aqui em indecisão, porque sei que V. Exª conhece profundamente a matéria; fez um relatório primoroso, baseado em audiência pública realizada pela Subcomissão de Cinema e Audiovisual para não pedir vistas.

Até em reconhecimento ao seu trabalho, vou antecipar para V. Exª que continuarei fazendo a análise que me pede o meu querido amigo Fernando Brant e, se necessário, apresentarei lá no Plenário as minhas argumentações.

Certamente, voto favorável ao seu relatório e a V. Exª, colocando a matéria em discussão (Pausa.)

Se ninguém mais quer discutir, vamos à votação nominal.

Antes de fazer isso, devo também dizer que a Líder do Governo, Senador Ideli Salvatti, acaba de me telefonar, fazendo um apelo para que os Senadores aqui presentes na Comissão de Educação se dirijam ao Plenário, porque estamos com a Ordem do Dia em andamento. Na verdade, não poderíamos sequer estar votando. Ela nos faz esse apelo para que nos dirijamos ao plenário para podermos dar prosseguimento à Ordem do Dia.

Vou fazer a chamada nominal, imediatamente, para este item e, posteriormente, devemos encerrar a reunião. Primeiro, os titulares do Bloco de apoio ao Governo, PT/PSB/PTB/PL. Senadora Fátima Cleide, como vota V. Exª? (Ausente.) Senador Flávio Arns. Sim. Senadora Ideli Salvatti. (Ausente.) Senador João Capiberibe. (Ausente.) Senador Duciomar Costa. (Ausente.) Senador Aelton Freitas. Com o Relator. Senador Cristovam Buarque. Sim. Senador Valmir Amaral. Senador Cristovam Buarque. Titulares do PMDB. Senador Hélio Costa. Sim. Senador Maguito Vilela. (Ausente.) Não voto. Senador Valdir Raupp. Sim. Senador Sérgio Cabral. S. Exª estava aqui, mas não está mais. Senador José Maranhão...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É o seguinte: as assessoras, com boa vontade, ficam colhendo as assinaturas aqui. Sou um dos poucos aqui que não consigo ficar assinando e pensando em outra coisa. A maioria aqui tem esse dom, mas não o tenho. Então, fico sem saber o que está acontecendo, o que se está votando. É esse o problema.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Exª já está atendido. Senadores titulares do PFL. Senador

Demóstenes Torres. (Ausente.) Senador Jorge Bornhausen. (Ausente.) Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Voto abstenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Abstenção. Senador Efraim Morais. Sim. Senadora Maria do Carmo Alves. (Ausente.) Senadora Roseana Sarney. (Ausente.) Titulares do PSDB. Senador Sérgio Guerra. (Ausente.) Senador Leonel Pavan. (Ausente.) Senador Reginaldo Duarte. Sim. Senador Antero Paes de Barros. (Ausente.) Titulares do PDT. Senador Osmar Dias. (Ausente.) Senador Almeida Lima. (Ausente.) Titulares do PPS. Senador Mozarildo Cavalcanti. (Ausente.)

Suplentes do Bloco PT/PSB/PTB/PL. Senador Tião Viana. (Ausente.) Senador Roberto Saturnino. Voto conhecido. Suplentes do PMDB. Senador Papaléo Paes. Não há nenhum outro do PMDB? Suplentes do PFL. Senador Jonas Pinheiro. (Ausente.) Senador José Agripino. Senador Marco Maciel. Pelo PFL, sim. Senador Paulo Octávio. (Ausente.) Senador João Ribeiro. (Ausente.) Suplentes do PSDB. Senador Arthur Virgílio. (Ausente.) Senador Eduardo Azeredo. Sim. Senador Teotônio Vilela Filho. Sim. Senadora Lúcia Vânia. (Ausente.) Suplentes do PDT. Senador Jefferson Péres. Senador Juvêncio da Fonseca. (Ausente.) Suplente do PPS. Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Ausente.)

O projeto foi aprovado, com abstenção do Senador José Jorge.

Tem a palavra o Senador Flávio Arns, pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Peço a aquiescência de V. Exª para um requerimento extrapauta para o Projeto de Decreto Legislativo nº 431, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Abril Radiodifusão S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Submeto ao Plenário o requerimento extrapauta do Senador Flávio Arns.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

V. Exª fica, automaticamente, designado Relator **ad hoc** em substituição ao Senador Osmar Dias.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Posso relatar de imediato?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Um momento, por favor. Tem a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O Parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Parecer favorável. Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a votação será ao final da nossa reunião.

Tem a palavra o Senador José Maranhão, pela ordem.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Peço a V. Exª para incluir extrapauta, já que esta reunião está tão bem embalada na direção da aprovação dos projetos, os seguintes projetos: PDS nºs 691 e 573.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em votação, o requerimento do Senador José Maranhão para incluir em pauta extraordinária os Projetos nºs 691 e 573.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Indico o Senador José Maranhão, como Relator **ad hoc**, imediatamente para fazer o seu relato.

O SR. RELATOR AD HOC (José Maranhão) – Dê-me o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – É só dizer se é favorável, Senador!

Está tudo aprovado!

O SR. RELATOR AD HOC (José Maranhão) – Sr. Presidente, o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, 25 segundos!

O SR. RELATOR AD HOC (José Maranhão) – Certo!

...Legislativo nº 691, de 2003, dispõe sobre autorização à Fundação Rimídia Gayoso de Sousa, para o desenvolvimento comunitário de Santa Terezinha, a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santa Terezinha.

O projeto satisfaz às condições de constitucionalidade. Portanto, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador José Maranhão!

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam todos os projetos relatados permaneçam como se encontram.

Vou manter o voto da votação nominal anterior, submetendo à aprovação dos senhores a esse procedimento.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, suspendo a reunião e solicito, em nome da Liderança dos Partidos, evidentemente do meu e do Governo, que os Srs. Senadores se dirijam ao plenário para a Sessão, que já se encontra na Ordem do Dia.

Muito obrigado! Boa tarde!

(Levanta-se a reunião às 11h32min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de junho de 2004.

Às dez horas e quarenta minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, José Jorge, Efraim Morais, Maria do Carmo Alves, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Delcídio Amaral, Luiz Otávio, João Ribeiro, Eduardo Azeredo e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 23-CE, de 2004, de autoria do Senhor Senador José Maranhão, que tem como objetivo ouvir os Senhores: Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES e Denílson Bento da Costa, Secretário de Projetos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 095, de 2003 que " Extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9192, de 21 de dezembro de 1995". A Senhora Elmara Lúcia de Oliveira Bonini Corauci, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, convidada para a audiência, justifica a ausência, e o Senhor Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE, igualmente convidado para a audiência, não justificou a ausência. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para posterior debate com os convidados. Usam da palavra os Senhores Senadores José Maranhão, autor do requerimento, Hélio Costa, João Capiberibe e Fátima Cleide. Em virtude de compromisso previamente agendado o Senhor Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Senador Hélio Costa para prosseguimento dos trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, está aberta a 23ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Nosso objetivo hoje é uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003, que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários, regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

O autor do requerimento é o Senador José Maranhão.

Peço à Secretaria da Mesa que solicite a presença do autor do requerimento para que possamos cumprir com o objetivo da reunião.

São convidados Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes, Denílson Bento da Costa, Secretário de Projetos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, e Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE.

Recebemos um comunicado do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras com o seguinte texto:

"Informo que infelizmente o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras não poderá ter amanhã nenhum representante na audiência pública, uma vez que o processo eleitoral continua e não há nenhum integrante do Conselho Deliberativo disponível."

Assinou Maria Helena Alves Garcia, Secretária-Geral do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

O representante da UNE também não está presente. Então estão ausentes desta audiência pública o autor do requerimento e dois dos quatro convidados, mas vamos cumprir a nossa obrigação e iniciar, ouvindo Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Presidente da Andes, a quem concedo a palavra por quinze minutos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – Bom-dia. Em nome da Andes, gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste debate cujo tema é

uma das questões mais relevantes que incidem sobre os destinos das universidades brasileiras.

Temos historicamente defendido a gestão democrática das nossas universidades. Sabemos que não é uma questão pacífica, há posições divergentes, tem sido um embate que às vezes assume conotações bastante tensas, mas essa posição nos parece a única defensável no que diz respeito à formação do poder em instituições universitárias.

Na realidade, pessoalmente conheço três modelos por meio dos quais se pode decidir quem ocupa as posições de direção desse tipo de instituição: há um modelo democrático que às vezes recebe fortes críticas, sobretudo as oriundas dos segmentos mais conservadores das nossas universidades; há o modelo meritocrático, que, na minha avaliação, não consegue nunca se materializar. Desconheço procedimentos pelos quais se possa transformar mérito em poder no interior de uma instituição universitária, mas as defesas de concepções meritocráticas de poder têm servido sempre para justificar uma outra maneira de informação do poder nas universidades que ninguém defende. Seriam as que eu chamaria de modelo clientelista.

Na realidade, as nossas universidades foram, durante muito tempo, sobretudo, mas não exclusivamente, no período da ditadura, tratadas de tal forma que a escolha dos seus dirigentes se processava segundo moldes autoritários e servia como instrumento para uma série de transações clientelistas que muitas vezes alguns dos analistas do nosso sistema autoritário deixam de perceber. Universidades, sobretudo aquelas menores, as mais novas e incapazes de resistir, foram em grande parte tratadas como instituições de clientela. E foi possível criar um modelo novo, sair dessa situação justamente a partir da luta da comunidade universitária, que foi capaz de construir processos democratizantes; não uma universidade totalmente democrática, mas processos democratizantes de gestão mesmo sob legislação autoritária.

A mobilização da comunidade universitária, sobretudo junto ao fórum de defesa da escola pública foi capaz de levar ao texto constitucional os dispositivos que garantem que as nossas instituições universitárias serão autônomas e que sua gestão será democrática.

Isso foi posto no Texto Constitucional, mas, na realidade, a legislação infraconstitucional sempre colidiu com esse texto. Fomos capazes de criar processos democráticos de escolha de dirigentes mesmo sob essa legislação desfavorável. E os mecanismos encontrados pela comunidade universitária para garantir que houvesse um mínimo de democracia na escolha dos dirigentes foram sobretudo dois: o primeiro deles, o convencimento daquelas pessoas que constituíam os conselhos legalmente incumbidos da eleição que aceitavam que assumiam o compromisso de referendar a escolha de dirigentes em processo democrático pela comunidade universitária; e a formação de listas – originariamente eram listas sêxtuplas – nas quais a comunidade universitária elegia uma chapa de seis componentes que representavam, todos eles, a mesma concepção de universidade, o mesmo conjunto de propostas para a sua gestão, de tal modo que o Poder Executivo, quando do exercício do direito de escolha de um dentre os nomes que constavam da lista, não tinha estímulo para não nomear o primeiro colocado, porque, na realidade, todos eles significavam mais ou menos o mesmo tipo de proposta para a universidade.

Assim se construiu, paralelamente à legislação, e não como alguns pensam, em conflito com ela, um processo que foi capaz de garantir a democratização, ou pelo menos avanços significativos no sentido da democratização das nossas universidades.

A Lei nº 9.192, que o projeto atualmente em exame no Senado Federal pretende modificar, data de meados da década de 90 e tem um dispositivo aparentemente democratizante, qual seja, aquele que reduz as listas submetidas ao Presidente da República, de listas sêxtuplas para listas tríplices. Por esse mecanismo, aparentemente a vontade discricionária do Poder Executivo é limitada, aumentando, portanto, a probabilidade de que se respeitem os desígnios da universidade. Esse é talvez o único mecanismo que, no entender da Andes, pode ser saudado nessa Lei nº 9.192. Mas, em relação a todo o resto, em relação a sua concepção geral como sistema regulatório de escolha de dirigentes em instituições que a Constituição Federal considera autônomas, essa lei é absolutamente inaceitável.

Em nossa visão ela é claramente inconstitucional e retira das universidades a sua autonomia em matérias extremamente relevantes. Foi um documento construído com requintes de casuísmo. Por exemplo: um dos principais mecanismos que eu citei anteriormente para limitar a capacidade de escolha do Poder Executivo tinha sido a formação de chapas. Ora, essa lei impossibilita que isso continue acontecendo, não tanto a lei como o decreto que a regulamentou.

O que a lei diz é que a eleição dos dirigentes passa a ser feita pelo conselho superior da universidade, ou um colegiado maior que o engiobe, e que o voto nesse conselho deve ser uninominal. Isso nós encontramos no texto da Lei nº 9.192.

O decreto que a regulamenta vai um pouco além. Ele diz que não apenas o voto é uninominal, mas que será exercido em escrutínio único, com um único voto por eleitor. Ou seja, esse dispositivo impossibilita a

formação de uma chapa e faz com que o resultado da eleição tenda, naturalmente, a se pulverizar, de tal modo que muito provavelmente exista na lista oriunda desse tipo de votação pelo menos algum nome que possa ser mais palatável a quem estiver no poder no momento do que aos demais. Assim, o que é aparentemente um passo no sentido da democracia, com a redução da lista sêxtupla para a tríplice, perde a sua substância a partir do momento em que impede a formação de chapa.

Esse era o problema, talvez o mais grave, que detectamos, tendo em vista o casuísmo que animou essa lei. Haveria que referir o fato ainda de que a lei ordinária em si já nos parece colidir com o Texto Constitucional e vai além disso, na medida em que o Poder Executivo, por decreto, institui uma limitação que não constava do corpo da lei, reduzindo ainda mais a autonomia universitária.

Esse dispositivo, evidentemente, na medida que o projeto em apreço venha a eliminar as listas sêxtuplas, se desfaz, perde eficácia, mas há outros problemas que constatamos no texto da Lei nº 9.192 e que não nos parece que sejam resolvidos com o projeto que está sendo apreciado pelo Senado. Eu chamaria a atenção para alguns deles. Por exemplo: o texto da Lei nº 9.192 permite que a eleição seja feita a portas fechadas no conselho superior de uma universidade. O texto faz menção à possibilidade de que haja consulta à comunidade acadêmica, mas é apenas uma possibilidade. Cabe ao conselho universitário, que, em geral, é o conselho superior de nossas instituições de ensino, decidir se haverá ou não qualquer tipo de consulta à comunidade acadêmica. Se decidir pela consulta, o texto não garante que o seu resultado seja respeitado. Não há, portanto, a mínima garantia de participação da comunidade acadêmica nos processos eleitorais sob a égide da Lei nº 9.192. E nós sabemos de casos em que realmente as direções das universidades optam por processos de escolha que tenham exatamente essas características, escolhas feitas no interior de um conselho superior.

Há outra questão que tem sido extremamente debatida, que é a referente à desproporcionalidade dos pesos entre docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes. Nas eleições democráticas que se foram realizando ao longo de um processo que data do final da década de 80, várias modalidades de peso foram sendo atribuídas ao voto de cada um dos membros dos três segmentos que compõem a comunidade universitária. Mas há uma predominância ampla dos processos paritários. A Lei nº 9.192 restringe isso, porque quem a propôs entendia que o voto do docente seria tendente a produzir um determinado resultado que se considerava melhor. A fundamentação disso foi, como costuma ocorrer em processos em que se contesta a democratização das universidades, a democratização da sua gestão, foi de natureza meritocrática. É uma fundamentação muito dificilmente aceitável. Não há como transferir o mérito acadêmico para diferencial de poder numa instituição universitária. Isso é absolutamente impossível, em primeiro lugar pela dificuldade de avaliar quem tem e quem não tem mérito e, em segundo lugar, porque o mérito acadêmico não é, necessariamente, garantia de mérito ou de conhecimento nas questões referentes à administração de uma universidade. Não há como fazer isso.

Além de tudo, temos uma concepção profundamente hierarquizada e verticalizada do processo educativo que normalmente perpassa o conjunto dessas propostas que pensam que um docente, na realidade, é um emissor de saber e um aluno, um receptáculo inerte. Com base numa fundamentação muito débil no nosso entender, de qualquer modo, o que se fez foi elevar o peso do voto do docente. Vejam que nós, na Andes, seríamos, teoricamente, aquele segmento da comunidade universitária mais interessado em aumentar o peso dos professores. Nós não o fazemos, não reivindicamos essa proporcionalidade expressa na expressão "no mínimo 70%". Entendemos que isso não contribui para a democracia das universidades e entendemos que sempre que se concentra o poder – e no caso há uma concentração muito forte de poder entre aqueles que constituem o segmento docente – sempre que se faz isso, quase sempre a conseqüência disso, que é quase automática, é que arranjos clientelistas para a distribuição interna de poder ficam facilitados. Quanto mais se reduzir o número daqueles que efetivamente pesem sobre a formação da decisão, mais fácil será estabelecer esse tipo de arranjo. Por essa razão não temos defendido a manutenção dessa proporção de 70% para o voto do docente.

Esses seriam, provavelmente, no meu entender, os principais problemas que encontramos na Lei nº 9.192. Retirar a capacidade do Poder Executivo de escolher, em lista tríplice, quem será o reitor de uma universidade nos parece um passo importante, até para evitar alguns traumas que são do conhecimento de todos aqueles que têm vivido o dia-a-dia das nossas universidades decorrentes da escolha de pessoas não colocadas em primeiro lugar na lista e que, na realidade, tiveram como conseqüência processos de atrito fortíssimos nas nossas instituições. O caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Reitor Vilhena, é o exemplo mais notório, mas não o único. Há realmente, no nosso entender, um progresso em se eliminar a lista tríplice, mas me parece que isso é

insuficiente. Achamos que pode haver o risco de, em se mantendo os demais dispositivos da Lei nº 9.192, termos a formação de determinadas oligarquias nas nossas universidades que decidam intramuros sobre os seus destinos.

Há exemplos de eleições feitas em conselhos universitários nas quais a maioria dos eleitores são indicados ou nomeados para cargos de confiança pelo próprio reitor em exercício, que pode ser reeleito. E aqueles seus eleitores também podem ser reeleitos por meio de um processo no qual o reitor que ocupa o cargo no momento terá uma capacidade decisória não-desprezível, porque ele também pode escolhê-los em lista tríplice. Esse é um processo de formação endógena do poder nas universidades totalmente incompatível, em nosso entender, com a democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Dr. Luiz Carlos.

Passamos imediatamente a palavra ao Secretário de Projetos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Denílson Bento da Costa.

O SR. DENÍLSON BENTO DA COSTA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar os colegas da Mesa e dizer que é um prazer a Confederação estar aqui debatendo a questão de forma ampla, em um contexto onde a nossa bandeira de luta é educação básica em todos os seus segmentos e modalidades.

A gestão democrática passa por um debate e uma ampla rede de ligações da sociedade civil como um todo, que tem no bojo de sua discussão a democracia. Em cima desses pontos, temos algo a ressaltar e relatar sobre a questão da gestão democrática, sobretudo no contexto da escolha direta dos seus gestores de ensino das instituições públicas.

Em princípio, a LDB não traz em seu bojo a amplitude do processo da gestão democrática. Ela traz até algumas brechas para os Planos Estaduais e Municipais de ensino, a deliberação do seu próprio sistema em que define ou não a eleição direta dos gestores das instituições públicas. Hoje, pouquíssimos Estados têm a escolha de gestores e diretores de suas escolas. Podemos citar o exemplo de Minas Gerais, e o Senador Hélio Costa pode ressaltar muito bem o processo da gestão democrática em nosso País.

A gestão democrática, no entender da Confederação, passa pelo debate de cinco pontos importantes: a democratização do debate, a parte compartilhada do processo democrático, a democratização da administração da educação, a representação de todos os segmentos na discussão de um processo democrático e, sobretudo, a sua autonomia.

Democratizar o debate, na realidade, significa fazer com que todos os sujeitos que hoje compõem a comunidade escolar como um todo sejam inseridos nessa discussão. Hoje temos exemplos claros de alguns Estados que, literalmente, excluem alguns dos principais atores do processo de gestão democrática na escolha de seus dirigentes escolares, o que faz com que a democracia plena prevista na LDB, como me referi, não seja de fato realizada.

É importante que não só nas universidades, mas em toda a educação básica, sejam apresentados projetos de alteração até mesmo de alguns pontos da LDB que tragam essa democratização do debate no seu bojo principal, que é sobretudo a eleição direta dos gestores das instituições públicas de ensino.

Há algo que é importante ressaltar na questão da democratização da administração da educação. O princípio da gestão democrática, na realidade, tem que trazer a participação de todos os segmentos. E, hoje, a participação de alguns dos segmentos que compõem a comunidade escolar está-se tornando simplesmente uma participação de colaboração, em um processo de qualificação, de qualidade e de discussão nas escolas públicas do nosso País.

Esse princípio de administração pública, de se tornar democrática a administração pública na educação, tem que se valer, sobretudo em um país onde consideramos que a democracia e a transparência ética na administração pública tem de prevalecer. E, hoje, existem exemplos claros de que a administração pública das escolas, sobretudo da educação, perpassa por caminhos nos quais dificilmente encontraremos a plena democracia na escolha dos seus dirigentes. Hoje, exemplificando a lista tríplice, existe também nas escolas um exemplo claro, no Distrito Federal: noventa por cento dos diretores das escolas públicas, no Distrito Federal, não compõe uma lista tríplice e são indicados diretamente pela Secretaria de Estado da Educação, em que o processo se dá por meio de provas; e essas provas, na sua maioria, não são contempladas pela comunidade escolar no que diz respeito à habilitação do dirigente do ensino público.

Então, o processo de democratização da administração da educação tem que passar, na realidade, por essa discussão ampla da eleição direta dos diretores das instituições de ensino.

Outro fator que é importante ressaltar são as práticas compartilhadas, ou seja, divisões de funções e participação de todos nas decisões. Para se contemplar o princípio da gestão, teremos de dividir as práticas existentes hoje nos ensinos e nas escolas públicas, sobretudo, com deliberações compartilhadas. Hoje, a figura do dirigente diretor de uma instituição de ensino

público se dá sobretudo na administração financeira em um projeto político e pedagógico, que, de fato, não é compartilhado, não é feito com a comunidade, com a participação dos alunos, dos pais, dos funcionários das escolas e dos professores. É uma dificuldade que se tem hoje. Portanto, a prática compartilhada, no nosso entender, tem que fazer parte inclusive desse processo de gestão democrática, algo que, em determinados lugares, não se tem. Ou seja, o centralismo das ações ocorre na figura de uma única pessoa, encaminhando o processo de uma comunidade escolar.

Outro fator importante que se tem de ressaltar é o projeto político e pedagógico que cada unidade de ensino tem de ter. Hoje, o processo de formação desse projeto político e pedagógico dá-se, na realidade, a um interesse pessoal do gestor; a um interesse em que os vários fatores importantes, para serem debatidos, para serem rediscutidos e encaminhados com a qualificação de ensino, não são respeitados na sua maioria. Esse é um fator que se agrava.

Os problemas existentes, em função de não se ter um projeto político e pedagógico para a unidade de ensino, para os sistemas estadual e municipal de ensino, são uma constante nos nossos Estados hoje e nas nossas instituições de ensino.

Outro fator importante é a autonomia que se ressalta aqui. Inclusive, a LDB traz e coloca isso para os sistemas estaduais de ensino: autonomia do seu sistema, elaborar a forma de gestão que o Estado ou o Município poderá vir a ter. E, infelizmente, hoje, a independência que tanto colocamos é importante para que a escola, na realidade, a base da formação da educação seja autônoma, com seu projeto político e pedagógico, sem uma hierarquia do sistema imposto pelo próprio Estado ou pelo próprio Município. Ela se prende hoje à expansão e à qualificação necessária para que a educação pública no nosso País, de fato, tenha um ganho na sua qualificação, na sua qualidade.

Então, hoje é engessado o processo de autonomia das instituições de ensino no nosso País, em detrimento dos próprios sistemas estaduais e municipais de ensino, onde a autonomia restringe a expansão sobretudo pedagógica das instituições de ensino no nosso País.

Então, a autonomia é um ponto importantíssimo para que consigamos, de fato, a gestão democrática no seu bojo e na sua relevância.

Entendemos que o caminho mais prático, mais fácil, enfim, mais viável para que aconteça de fato a gestão democrática nas instituições de ensino, hoje, é a eleição direta dos dirigentes das instituições públicas. Assim como nas universidades temos as listas tríplices, em alguns sistemas de ensino, de alguns Estados, também tem essa lista tríplice, só que, na realidade, a escolha cabe, de fato, ao Secretário da Educação daquele Estado ou daquele Município, ou ao Governo, ao Governador daquele Estado.

Isso, de fato, não traz todos esses outros princípios que a gente ressalta, que são a autonomia, a prática compartilhada, a democratização da administração da Educação, e, na verdade, democratizar o debate.

Então, a eleição talvez seja o caminho, no nosso entender, mais fácil, mais rápido, para que, de fato, possamos fazer a democratização da administração da Educação.

É claro que não é o fato da escolha direta dos dirigentes das instituições públicas que vai fazer com que, de fato, a gestão democrática seja realizada, mas, no nosso entender, a via mais fácil, mais prática para que isso seja encaminhado.

É muito mais fácil você ter o respaldo de uma comunidade escolar como um todo, na sua representação com alunos, professores, pais, e encaminhar um projeto definido por essa comunidade escolar, de que, de fato, você ser indicado, colocado em determinada função, enfim, seguindo uma política do próprio Estado, do próprio pensamento político daquele Estado, daquele Município, em detrimento, na realidade, das reais necessidades daquela comunidade escolar.

Quanto à lei que trata da lista tríplice, a 9.192, como muito bem ressaltou o nosso colega da Andes, é importante dizer que, de fato, não democratiza a universidade pública. É um viés e um grande avanço no processo que tínhamos anteriormente, no período da ditadura militar, mas, de fato, a real necessidade da escolha direta da comunidade escolar, da comunidade universitária por seu reitor, pelo seu gestor, é que vai fazer com que, inclusive, a escola pública tenha um maior facilitador, sobretudo na educação básica, de ingresso nas universidades públicas, hoje no nosso País.

Entendemos que a escolha direta, com toda base que foi feita e com todos os dados que foram apresentados aqui, ressalta isso, a importância de que o processo pleno e democrático da escolha do reitor é que vai fazer com que, de fato, a gestão democrática, com a sua autonomia, com seus encaminhamentos, aconteça no interior das universidades, hoje, no nosso País.

Portanto, é importante ressaltar isso, que, de fato, a gestão democrática ou a escolha direta dos seus gestores não faz com que seja realizada a participação de todos, mas viabiliza o processo como um todo. Em detrimento disso, a CNTE busca e vai buscar os meios legais para que se mude ou se altere um dos pontos da nossa LBB, que dá essa brecha para os sistemas estaduais e municipais de ensino formalizarem seu

processo de gestão democrática, no seu entender político-pedagógico. Isso faz com que tenhamos dificuldades no encaminhamento de uma democratização da administração pública, sobretudo na Educação.

Então, faz-se necessário rediscutirem-se os pontos que trazem e que dão essa brecha, na realidade, para que os Estados e os Municípios tenham essa autonomia e sigam, hierarquicamente, os projetos individuais dos Estados e dos Municípios, e não se atrelem a um sistema nacional de ensino que é uma das bandeiras da nossa confederação. Inclusive, é do movimento da Educação que se cria o sistema nacional de ensino e não sistemas, como temos hoje, que diferenciam, inclusive, o diálogo entre o Município, o Estado, a União.

É isso que estamos buscando junto ao Ministério da Educação: a criação de um sistema nacional de ensino, em que seja reconhecido, de fato, fatores relevantes à democratização do espaço público, que é a escola.

É nesse contexto que aqui estamos: para colaborar com a experiência dos nossos espaços, dos Estados e das escolas onde exista o processo de escolha direta dos gestores de ensino, em que o espaço, a qualificação, o compromisso, a responsabilidade, a participação, não só como colaboração simplesmente, mas a participação até mesmo na formulação do projeto político e pedagógico daquela unidade de ensino, faz com que a gestão democrática hoje, a escolha direta dos seus dirigentes, seja feita de maneira transparente e clara, que seja um caminho viável, prático e melhor para, enfim, buscarmos a gestão como um todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerramos a primeira fase, destinada à apresentação dos nossos convidados.

Passamos a palavra ao Relator e autor do Requerimento, Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente; Srs. Senadores; expositores convidados.

Inicialmente, indago à Presidência da Comissão se todos os convidados compareceram.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não. Os convidados presentes já fizeram as suas manifestações: Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Presidente da Andes-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Denilson Bento da Costa, Secretário de Projetos da Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação, que acabou de falar.

Não está presente e não justificou sua ausência Gustavo Lemos Petta, Presidente da UNE; e não está presente, mas justificou a sua ausência o representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Diz a sua justificativa:

"Infelizmente o CRUB não poderá ter, amanhã, nenhum representante na audiência pública, uma vez que o processo eleitoral continua, e não há nenhum integrante do Conselho disponível".

A Secretária-Geral, Maria Helena Alves Garcia, justifica a ausência de um representante do Conselho de Reitores.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o que há de estranho nesse não-comparecimento a esta reunião pública é que um assunto dessa gravidade e importância, que diz respeito diretamente aos interesses das categorias convocadas, não tenha merecido o devido atendimento por parte dessas entidades. Que fique registrado que a Comissão diligenciou, por todos os meios a seu alcance, no sentido de ouvir a opinião das autoridades convocadas, que são pessoas que têm responsabilidade nesse processo. O processo legislativo está sendo feito de forma democrática, aberta, plural. Queremos ouvir, e essa foi a intenção do nosso requerimento de convocação para esta reunião, todas as partes envolvidas, com interesse direto na questão. É claro que a decisão final compete ao Senado da República, mas esta é, eminentemente, uma Casa democrática, que não quer fazer as coisas de cima para baixo; quer ouvir opiniões, conceitos, idéias de todos os segmentos envolvidos na questão. Muitas vezes o Congresso Nacional, o Senado da República mesmo, é criticado na imprensa e fora dela pelo insucesso na elaboração legislativa. Mas o processo de elaboração legislativa não é um processo divino. Os Congressistas, os Senadores não são seres superiores, não se trata de um congresso inspirado em ciência absoluta, em conhecimentos indiscutíveis. Por isso, o Congresso busca a opinião daqueles que têm interesse e conhecimento sobre as matérias aqui discutidas.

Por ocasião da última reunião de debate em que essa questão foi discutida, falou-se muito no peso representativo dos vários segmentos que compõem a comunidade acadêmica: o professorado, os funcionários administrativos e o alunado. E aqui havia divergência sobre essa questão. Por isso mesmo, tomou-se a iniciativa de apresentação desse requerimento, que foi aprovado por unanimidade, porque esse requerimento, se bem acolhido, se bem atendido pelas pessoas convocadas para depor a respeito dessas questões aqui, poderia esclarecer muitos pontos que ainda estavam um pouco difusos para o entendimento dos Srs. Senadores.

Havia, por exemplo, a corrente – parecia a dominante – de que não podia existir um peso representa-

tivo igualitário na questão da composição das assembléias que escolherão, em lista tríplice, os candidatos às funções diretivas da universidade pública brasileira. Essa é a opinião geral. Que argumentos acudiam essas idéias? O argumento de que a responsabilidade maior na condução da vida universitária era responsabilidade do professor, porque é esse que vai formar e conduzir a comunidade universitária. É claro que os administrativos também têm o seu peso e que o alunado tem o seu peso. Mas, no que respeita ao alunado, aqui se argumentou que o alunado tem uma presença temporária na universidade. Cumprido o seu período de escolaridade, ele se desliga definitivamente da universidade, enquanto o professor fica no batente, sustentando a condução da universidade brasileira. Esse foi o ponto mais importante.

Daí por que, democraticamente, esta Comissão procurou ouvir também o representante do alunado, e escolheu-se a Une por ser a entidade que tem maior tradição, maior representatividade dos estudantes no Brasil inteiro. E lamentavelmente o Presidente da Une não compareceu a esta reunião. A sua ausência realmente é um assunto que nos deixa em dificuldade. Continuamos sem saber qual é a opinião da Une, representando os estudantes brasileiros, sobre essa questão.

O SR. PESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, o jovem Presidente da União Nacional dos Estudantes, o Gustavo Petta, já participou aqui conosco de pelo menos três audiências públicas seqüenciais. Todas as vezes que foi chamado, ele compareceu.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Menos agora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Um momentinho, Senador.

Ele foi chamado, na realidade, entre quinta-feira à noite e, possivelmente, sexta-feira à tarde. É a informação da Secretaria.

Nós deveríamos fazer hoje uma audiência pública sobre um outro assunto, que não este. Na impossibilidade de organizarmos a audiência pública sobre o assunto anteriormente previsto, definimos fazer hoje uma audiência pública sobre esta questão, levantada por V. Exª na última reunião da Comissão de Educação, terça-feira passada. Então, entre quinta e sexta-feira, tentamos fazer isso. Não tenho, evidentemente, nenhuma procuração do Sr. Gustavo Petta para dizer por que ele não está aqui ou por que não se justificou em não estar aqui. Apenas quero dizer que esse assunto é do maior interesse, sim, da UNE. Tenho certeza de que alguma coisa deve ter acontecido para ele não estar presente. Não é simplesmente não querer vir. Senador, apenas quero dizer que o interesse demonstrado pelo Presidente da UNE em participar de todas as outras audiências públicas marcadas pela Comissão me leva a crer que ele não veio por algum motivo mais sério.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – AP) – Creio que deve haver algum motivo, mas nenhum motivo justificaria a ausência da entidade, porque S. Sª, o Presidente da UNE, poderia perfeitamente ter um motivo para não comparecer, mas a UNE tem uma representação muito grande na sua diretoria, e qualquer outro membro da diretoria poderia estar aqui representando a entidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, na sexta-feira, confirmaram a presença tanto o Presidente como a própria diretoria da UNE, que afirmou que, se ele não estivesse presente, mandaria um representante. Quer dizer, também estamos surpresos de não termos a presença aqui pelo menos de um representante. Alguma coisa deve ter acontecido para que ele não possa estar presente ou mandar um representante.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – AP) – Eu até gostaria de dizer que estou fazendo essas ressalvas para, depois, não sobrar para o Senado da República: "o Senado não se interessou em ouvir uma categoria tão importante como a dos estudantes".

Dito isso, para ser bem objetivo, gostaria de dirigir-me ao Sr. Luiz Carlos Gonçalves Lucas e ao Sr. Denílson Bento da Costa, o primeiro representando o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes – e o segundo, Secretário de Projetos da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação. Primeiro, qual é a idéia das entidades que V. Sªs representam sobre a questão do peso dos três segmentos que compõem o colégio eleitoral para escolha, em lista tríplice, dos reitores das universidades brasileiras?

Em segundo lugar, gostaria de esclarecer que a matéria que relatamos e que está sendo objeto de discussão aqui se refere ao art. 1º da emenda que extingue as listas tríplices para escolha de reitores. Não há dúvida nenhuma de que a Lei nº 9.192 é muito ampla em relação à gestão do ensino público no Brasil. Ela se ocupa também da questão do ensino fundamental e secundário, mas estamos discutindo aqui exclusivamente a extinção das chamadas listas tríplices para condução do processo de escolha dos reitores nas universidades brasileiras. Por isso, evidentemente, as idéias aqui expendidas, sobretudo pelo Sr. Denílson Bento da Costa, são bem acolhidas

e bem-vindas a esta Comissão. É importante que conheçamos a opinião da sua entidade sobre a gestão do ensino no Brasil, não somente nas universidades, mas também nas escolas de ensino fundamental e de ensino de segundo grau.

Nós estamos tratando nesta reunião, especificamente, da questão relativa às listas tríplices de composição para a escolha dos reitores. Sendo assim, eu gostaria que os convidados nos esclarecessem sobre o tema, que nos dissessem o que pensam sobre o critério e o peso da representação dos vários segmentos que compõem a universidade brasileira para a escolha dos reitores, se o voto deve ter o mesmo peso ou não. Essa questão foi a questão básica que nos remeteu à convocação dos senhores para esta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra o Sr. Luiz Carlos Gonçalves Lucas e, em seguida, Denílson Bento da Costa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – Quanto à questão inicial, referente à posição da Andes sobre o peso que se deve dar aos votos dos três segmentos, nós temos entendido no nosso sindicato que deve ser atribuição das universidades, no exercício de sua autonomia, decidir sobre esses pesos. Essa é a primeira observação que eu faria.

No entanto, temos defendido também que a distribuição deva ser tal que se garanta a participação no mínimo paritária dos três segmentos. Ao falar "no mínimo paritária", nós estamos dizendo que admitimos um percentual talvez maior para o voto dos discentes. Pode parecer estranho isso, porque nós seríamos, afinal, os que, teoricamente, ganharíamos com um peso maior para os docentes nessas eleições. No entanto, nós temos diversas razões para defender essa posição.

Nós achamos que a fundamentação dos que defendem o peso de, no mínimo, 70%, como está na Lei nº 9.192 é muito falha. Normalmente, o que se diz é o seguinte: dos três segmentos, um é composto por pessoas que têm – como V. Exª lembrou – uma participação apenas temporária nas universidades. Dos outros dois, um tem a ver com as atividades-fim das universidades, que seriam os docentes, e os outros, apenas com as atividades-meio.

À parte o fato de que essa separação entre atividade-fim e atividade-meio não é sempre tão clara quanto parece, eu chamaria a atenção para o seguinte, por exemplo. O reitor de uma universidade não exerce, em princípio, uma atividade-fim, a administração da universidade... Ele, aliás, concentra poderes referentes ao conjunto das atividades-meio. Isso já fragiliza um pouco o argumento.

Naquilo que diz respeito à passagem apenas temporária dos estudantes pelas universidades, pessoalmente eu tendo a considerar que isso seria um argumento favorável a que se aumente o peso dos estudantes, justamente porque eles não ficarão lá tempo suficiente para que desenvolvam interesses pessoais que muitas vezes conflitam com os interesses públicos. Dos três segmentos, eles são justamente aqueles que mais dificilmente podem ser cooptados numa política de troca de cargos, por exemplo, à qual os docentes podem ser bastante sensíveis. Eu, como docente, posso apoiar determinado candidato a reitor em troca de ser nomeado pró-reitor por exemplo. Nós sabemos que esse tipo de arranjo existe nas universidades, e os alunos são exatamente os que ficam mais imunes a essas práticas. Por essa razão, nós entendemos que o peso de 70% para os docentes não pode ser defendido.

Vejamos o seguinte. Se nós tomarmos a atual relação entre alunos e professores nas universidades brasileiras, que, segundo os dados do MEC, é cerca de 12 para 1 mais ou menos. Assim, com o peso paritário, o voto de um docente valerá por 12 estudantes, o que nos parece uma relação aceitável. No entanto, se introduzirmos o requisito dos 70%, o voto docente vai passar a valer por cerca de 28 ou 30 votos estudantis, o que significa uma desproporção muito grande, uma concentração de poder em um segmento que, no nosso entender, é incompatível com o que preceitua a Constituição quando faz referência à gestão democrática.

Por essa razão, diferentemente do que se poderia esperar de um sindicato de docentes, consideramos inaceitável esse peso de 70% e defendemos que esse peso atribuído aos três segmentos seja, no mínimo, paritário. Essa tem sido a nossa posição.

Com referência à extinção da lista tríplice, consideramos isso como um progresso. Historicamente, temos defendido que o processo deve se exaurir no interior das universidades. Não pensamos que o Poder Executivo deva ter a competência para escolher um nome entre três, sobretudo porque a Constituição diz que as universidades são autônomas. Sabemos das mazelas que decorrem disso. Há exemplos inúmeros que têm ocorrido em várias universidades em que se acompanha uma lista e algum dos candidatos resolve se socorrer do Poder Executivo para ser ele o nomeado e normalmente, ao fazer isso, estabelece acordos e passa a depender de determinadas interferências que possam viabilizar o seu nome, o que, evidentemente, cria dívidas em relação às pessoas que podem exercer essas interferências.

Portanto, em princípio, somos contrários à formulação de uma lista tríplice. Só pensamos que a mera

eliminação da lista não resolve os problemas de democracia nas universidades. Por quê? Porque a Lei nº 9.192, como um todo, é um instrumento autoritário, já que não garante, por exemplo, que haja sequer uma consulta à comunidade. E poderia citar um exemplo ocorrido na minha universidade, com o conselho universitário composto de pouco mais de 50 pessoas que elegeu, há alguns anos, a Reitora em exercício, sem que a comunidade tivesse tido a mínima participação. Além disso, esse conselho é majoritariamente composto por pessoas indicadas pela própria Reitora ou pró-Reitores que ela poderia nomear ou demitir **ad nutum** ou diretores de unidades, escolhidos por ela, em lista tríplice.

Nesse caso, criamos um mecanismo de auto-sucessão que é incompatível com a palavra "democracia", visto que essa Reitora pode ser reeleita por esse processo; os diretores podem ser reeleitos também em um processo de lista tríplice em que ela terá um papel na sua recondução; e assim, em uma espécie de ato contínuo, cria-se um mecanismo endogênico de formação do poder que, no limite, pode contribuir para a existência de oligarquias fechadas, enclausuradas, que decidam, sem nenhuma interferência externa, o destino das nossas universidades.

Então, somos favoráveis à eliminação da lista, mas entendemos que ela não é tudo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra o Sr. Denílson Bento da Costa.

O SR. DENÍLSON BENTO DA COSTA – Em princípio, quero deixar bem claro a questão da gestão democrática como um todo, mas é claro que o ponto principal de discussão desta reunião se direciona à extinção da lista tríplice, até porque o respaldo dessa extinção, na verdade, reforça a nossa luta contra a brecha que traz a LDB no sentido de repassar para os Estados e Municípios a formulação de seu processo de gestão democrática como um todo e da eleição direta dos dirigentes das instituições públicas.

O peso dessa lista tríplice em relação aos segmentos, no nosso entendimento, não tem que ter o percentual que traz, hoje, a Lei nº 9.192. A defesa é que esse peso seja paritário entre todos os segmentos da comunidade escolar. Então, de uma forma paritária, mesmo entendendo as dificuldades e o processo dinâmico do meio discente, entendemos que o mínimo, como bem ressaltou o colega da Andes, é que isso seja feito de uma forma paritária e não percentual, que atrela, na verdade, o grau de comprometimento dos mestres das universidades, inclusive com a gestão da sua própria universidade. É a única forma que, no nosso entender, traria, a princípio, um ganho para o corpo discente.

A questão da extinção dessa lista como um todo traz alguns princípios, inclusive contemplados no relatório do Senador Maranhão. A autonomia hoje da universidade se dá de uma forma administrativa e financeira e não se contempla em um processo onde há escolha do reitor por parte dessa lista tríplice. Então, apesar das mudanças que tivemos na Lei nº 9.192, democratizando mais a universidade pública, a lista tríplice ainda é um empecilho para que democraticamente possa se exercer a participação de todos os segmentos na comunidade escolar como um todo. Também entendemos que é um avanço a extinção dessa lista tríplice. Gostaríamos, também, que fosse um avanço a extinção dessas listas tríplices que acontecem em alguns sistemas estaduais e municipais de ensino. Gosto de citar muito o exemplo do Distrito Federal, onde temos essa lista tríplice em que minimamente quatro candidatos têm que disputar a direção da unidade de ensino. Não havendo minimamente quatro candidatos para a disputa, essa lista não tem validade, ou seja, é feita a escolha direta de seus representantes pela Secretaria de Estado de Educação. Hoje, 95% das quase 800 escolas públicas do Distrito Federal não formam essa lista tríplice, e a escolha do diretor é feita diretamente pelo Governador.

É importante frisar nessa discussão a participação dos conselhos escolares na composição do projeto político para que a escola encaminhe, de fato, as questões pertinentes àquela comunidade escolar. Hoje, há de se pensar também na formulação desses conselhos, qual sua importância e grau de compromisso e que deliberações ele tem que compartilhar com o reitor, com o diretor daquela instituição de ensino. Isso tem de ser repensado também.

A nossa posição é esta: o peso, minimamente, como foi frisado, de uma forma paritária é um avanço importante na extinção dessa lista tríplice. Democraticamente, tem que haver alguns avanços não só na Lei nº 9.192, mas, de uma forma geral, na administração pública, na democratização desse passo da administração pública.

Para encerrar, friso que o mandato desses reitores teria de ter a metade da duração. Então, defendemos um mandato de dois anos para a reitoria, como também no processo das instituições públicas de ensino.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pergunto ao Senador José Maranhão se quer fazer alguma observação sobre as respostas de nossos convidados.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Na verdade, especificamente sobre as questões que colocamos, estamos satisfeitos com os esclarecimentos prestados. Gostaríamos de trazer ao conhecimento da

Comissão a opinião dos segmentos aqui representados pelo Dr. Luiz Carlos Gonçalves e pelo Dr. Denílson Bento da Costa sobre a questão do peso dos vários segmentos universitários na formação do colégio eleitoral que deverá escolher os reitores.

Queria apenas fazer uma observação. Na verdade, quando se diz que o estudante é temporário na universidade, isso é um pouco de sofisma, porque não se trata do estudante A, B ou C, mas da categoria, do alunado. Isso é o estudante. Ele é permanente. Não existe universidade sem estudante. A opinião pessoal de cada um dos componentes desse colégio eleitoral não é o que prevalece, mas o interesse do estudante no destino da administração universitária, no futuro e no presente.

É evidente que os estudantes de hoje podem até pensar de forma diferente do que pensarão os estudantes de amanhã. Mas será sempre impositiva a opinião dos estudantes, até porque a sociedade é muito dinâmica, pode mudar. A opinião dos estudantes pode mudar. E por isso se deixaria de respeitar a opinião do estudante? Então, a idéia de que o estudante é transitório na universidade me parece um sofisma. Ele não é transitório, mas definitivo, assim como o professor e o funcionário administrativo também o são. Não é a pessoa física de cada um que vai fazer opinião nesse sentido, mas os interesses dos segmentos que eles representam; do contrário, isso não seria uma democracia. Então, acho justo que haja paridade nesse colégio eleitoral, já que os três segmentos são importantes para decidir o processo gerencial da universidade brasileira.

Resta-nos, também, fazer algumas considerações sobre as opiniões dos dois que acabaram de pronunciar-se sobre a democratização da universidade brasileira – e, no caso do Dr. Denílson, não só da universidade, mas da escola brasileira, de um modo geral, a partir do ensino fundamental até a universidade, é claro.

Na verdade, não existe um caminho melhor para a universidade do que a autonomia e a democratização do processo de escolha de seus dirigentes. Concordo inteiramente com isso. Acho que, a essa altura, para esta Comissão técnica, talvez fosse oportuno – tanto no meu caso, que sou o Relator, como nos demais – rever o relatório que já foi apresentado e torná-lo mais amplo, com uma emenda substitutiva que viesse a acolher essas novas idéias aqui esposadas pelos depoentes.

Isso fica, naturalmente, a critério do Plenário desta Comissão, que hoje está pouco representativa, não pela qualidade de seus membros, mas pela quantidade – o número está muito baixo. Devo dizer aos meus Pares, aqui presentes, que vou reformular meu relatório, de maneira que possa acolher uma emenda mais ampla, abrangente, na questão da autonomia da universidade, para que ela não se limite apenas à formação do colégio eleitoral para a escolha dos dirigentes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Solicito ao Senador José Maranhão que permaneça, portanto, na nossa Comissão até o final dos trabalhos. Tenho certeza de que V. Exª, Senador, quer ouvir a palavra do Senador João Capiberibe, da Senadora Fátima Cleide, do Senador Almeida Lima.

Eu corria o risco de que isso acontecesse. Evidentemente, eu mesmo gostaria de apresentar uma emenda ao seu relatório. E estou inscrito para falar imediatamente após V. Exª.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Realmente, nessa discussão, estamos com um quorum muito reduzido. Embora a lista de presença tenha acusado o quorum necessário para a abertura da reunião e até para deliberação, hoje estamos aqui reduzidos a quatro Senadores, cinco com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Trata-se de uma audiência pública. Não vamos deliberar, na realidade, absolutamente nada.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Estou apenas dizendo as razões da minha preocupação, por estar fazendo a despedida.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Apenas solicitei ao Senador João Capiberibe cerca de 30 segundos, porque precisarei sair. Há também projetos sendo apreciados na Comissão de Assuntos Sociais, e preciso ir até lá. Embora não sejam terminativos, são projetos de nosso interesse.

No entanto, eu não poderia sair sem deixar de expressar a minha concordância com o que foi apresentado pelos dois representantes de duas importantíssimas entidades do setor educacional, pois a Lei nº 9.192 precisa ter mudanças muito mais significativas. É muito importante, sim, a extinção da lista tríplice, mas, para que tenhamos gestão democrática, de fato, no sistema educacional deste País, precisamos avançar muito mais com relação à participação também na própria gestão, além da escolha do dirigente. A nossa comunidade escolar – seja ela do Ensino Básico ou do Ensino Superior – deve ter uma participação de fato qualitativa nas decisões do processo pedagógico nas nossas unidades educacionais.

Então, gostaria de parabenizar os dois e de deixar aqui expressa a minha concordância com o que foi apresentado.

Muito obrigada, Senador Capiberibe.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senadora Fátima Cleide.

Passo, então, a palavra ao Senador João Capiberibe.

Ausentar-me-ei por um minuto, enquanto V. Exª está falando.

Considere-se, portanto, que V. Exª é também o Presidente da Comissão enquanto eu estiver fora.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, farei logo duas perguntas, porque tenho receio de esquecê-las.

A primeira é para o Professor Luiz Carlos Lucas. Na verdade, eu queria saber a composição da sua universidade hoje, do conselho universitário. Como ele é composto?

Para o Professor Denílson da Costa, pergunto se o CNTE dispõe de um estudo de avaliação sobre as escolas que elegeram, pelo voto direto, os senhores diretores; se existem estudos comparativos realizados sobre gestão e aproveitamento, digamos, dos alunos nos dois modelos, os nomeados e os eleitos.

Para o nosso Presidente, que é o relator, eu queria fazer uma sugestão para que aprovássemos a matéria tal qual veio da Câmara, eliminando a lista tríplice, porque, se fizermos a modificação, ela voltará para a Câmara. Então, aproveitaríamos para aprovar a eliminação da lista tríplice e elaboraríamos um projeto mais amplo de modificação da Lei nº 9.192.

Gostaria de ouvir logo a resposta para poder, então, sugerir algumas modificações no que diz respeito ao conselho universitário. Professor Lucas, o senhor poderia nos dar essa resposta?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – Poderia, embora eu deva confessar que não tenho muita segurança quanto aos números, mas, em linhas gerais....

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Qual é a universidade?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – Universidade Federal de Pelotas.

A nossa Universidade conta com um Conselho Universitário composto pelo Reitor (hoje, uma Reitora), o Vice-Reitor, por cinco Pró-Reitores – vale lembrar que os pró-reitores são de livre nomeação e destituição pelo Reitor da Universidade – por 22 Diretores. Os Diretores são escolhidos em diversos processos, dependendo da unidade que dirigem. Em alguns casos, há votação universal, mesmo. Eles compõem uma lista tríplice e a Reitora, nos termos da Lei nº 9192 tem a faculdade de escolher qualquer dos três nomes. Não lembro se temos um ou dois Representantes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho este que, por sua vez, é composto pelo Reitor, que o preside, pelos Pró-Reitores da área de Extensão, da área Acadêmica e da de Pós-Graduação. Representantes de áreas do conhecimento também fazem parte desse Conselho, que, pela sua composição, é sempre hegemonizado por quem tem a reitoria. Portanto, os Representantes desse Conselho junto ao Conselho Universitário são indiretamente também Representações da Reitoria.

Há também a Representação – não estou seguro se de um ou de dois membros – do Conselho Curador da Universidade, também ele majoritariamente escolhido pelo Reitor. Há Representações externas que variam dependendo de que quem esteja no exercício da Reitoria no momento, porque também é a Reitoria que escolhe os Representantes da comunidade externa. Há Representação estudantil e há Representação de servidores técnico-administrativos e de docentes, que são eleitos, mas essas representações são minoritárias em relação àquelas sobre as quais a Reitoria tem algum poder de decisão.

Portanto, a composição do Conselho é majoritariamente uma concepção de uma composição na qual há um alto grau de capacidade de interferência por parte de quem no momento esteja exercendo a Reitoria. Não é uma composição que se possa considerar democrática.

Se acabar a faculdade não só de o Presidente da República escolher o Reitor em lista tríplice, mas também a de que o Reitor escolha numa lista semelhante os Diretores das Unidades, então, uma composição desse tipo pode se tornar mais democrática.

Nos termos atuais da Lei nº 9192, há uma concentração enorme de poder.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Exatamente. Essa resposta é fundamental para eu defender a minha posição de aprovar imediatamente a queda da lista tríplice. Logo em seguida – e nós travávamos uma discussão aqui sobre isto – trataremos de como modificar o Conselho Universitário, o que acho que vai democratizar ainda mais a universidade. Gostaria de ouvir também sobre as eleições diretas nas escolas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – A pergunta do Senador é se existem estudos feitos para um melhor aproveitamento por parte da comunidade, por parte do corpo discente e docente da escola, no sentido do aumento da qualificação, do aproveitamento, após os estudos, com o processo da escolha de diretor da unidade de ensino.

Especificamente sobre esse tema, nós não temos. Temos algumas pesquisas – e posso encaminhar para o Senador a última que fizemos: "Retrato da Escola" – onde abordamos pontos essenciais da formação administrativa e da formação dos formadores mesmo, dos educadores, dos professores como um todo, tomando como base alguns Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e alguns Estados do Nordeste.

Na pesquisa que fizemos alguns pontos foram importantes e relevantes nos questionamentos: o diálogo; licenças de tratamento de saúde dos professores, dos educadores; o projeto político-pedagógico no sentido do currículo que se gostaria de ter no projeto político-pedagógico daquela escola. Tivemos algumas respostas pertinentes e ligadas diretamente ao processo de escolha do diretor. Onde existe um processo em que há escolha direta do diretor da unidade de ensino, existe sobretudo por trás disso um projeto político e pedagógico em que são estabelecidas algumas metas e diretrizes para que esse diretor cumpra, com a observação de conselho escolar, com a observação e cobrança na verdade da comunidade escolar como um todo, com os grêmios estudantis, com os sindicatos dos professores locais e regionais. Isso fez com que entendêssemos que o processo de escolha melhora no sentido de que diminui os problemas sérios que se têm hoje na categoria de educadores, de professores, que são as licenças por tratamento de saúde sobretudo no sentido psicológico, no sentido físico mesmo. Hoje em dia o professor, por não ter um processo de formação continuada, por não ter um salário digno na verdade que lhe possa dar sobrevivência, tem a sua auto-estima diminuída com o atrito que se tem com uma direção imposta, com uma direção escolhida por listas.

Com o diretor eleito, existe uma flexibilidade. Pudemos constatar isso com as respostas dadas no sentido do diálogo com a direção, dos encaminhamentos dos projetos pedagógicos da escola.

Algo importantíssimo deve ser ressaltado. Trata-se da questão do currículo. Inclusive, na parte diversificada, alguns currículos, algumas disciplinas são colocadas de acordo com o interesse do aluno. O aluno formula, na verdade, o que quer em determinada disciplina e na parte diversificada. Isso tem que ser aprovado no projeto político-pedagógico daquele diretor que se candidata naquele estabelecimento de ensino. Como isso não ocorre no processo de lista tríplice, não há esse projeto político-pedagógico que seja encaminhado de acordo com os interesses da comunidade.

Fizemos esse estudo, e, com certeza, se o Senador se interessar, encaminhamo-lo ao seu gabinete para que V. Exª faça uma análise geral.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Respondidas as duas questões que me parecem fundamentais para que possamos democratizar tanto a escola do ensino fundamental como a universidade, parece-me decisivo que tenhamos uma integração com as comunidades do entorno dessas escolas ou dessas universidades. Sinto que a universidade está muito isolada. Não sei se compartilhamos esse sentimento. A universidade está isolada da comunidade em que está inserida, assim como a escola pública, pela reduzida autonomia de que dispõe. Às vezes, tem-se um diretor escolhido pela comunidade escolar que não tem autonomia administrativa e financeira. Isso dificulta enormemente a ação daquele diretor na gestão escolar. Acredito que seja necessário que se descentralize cada vez mais. Ao mesmo tempo em que a escola deva ter autonomia político-pedagógica, deve ter autonomia administrativo-financeira. A escola tem que ser um centro de construção de conhecimento, de aprendizado e também de integração.

Se ficarem isoladas as três tarefas fundamentais da universidade – ensino, pesquisa e extensão –, com um conselho universitário completamente, 100% acadêmico, fica difícil definir uma linha política de pesquisa. Pesquisar para quem? Pesquisar o quê?

Sugiro que aprovemos a queda pura e simples, porque o projeto já veio da Câmara, senão vai voltar para lá. Se emendarmos aqui, quando o projeto chegar na Câmara, eles vão emendar lá.

Já senti que, no parlamento, para que as coisas andem rapidamente, temos que aprová-las item por item. Aprovaríamos, então, agora a queda e trabalharíamos uma reestruturação do conselho universitário, para poder democratizar definitivamente a escola.

Sugiro também que se estude no nível da confederação a possibilidade de apresentar uma proposta que definitivamente descentralize. Tenho uma experiência muito interessante nesse aspecto. Descentralizei o orçamento, propiciando que cada escola tivesse seu orçamento. Mas encrencou na legislação, principalmente nessa nova legislação, de gestão pública do nosso País, a qual exige um corpo específico de gestores para promover licitações. Isso criou uma certa dificuldade e ilegalidade também. Confesso que identificamos uma certa ilegalidade.

Proponho que fizemos um estudo para que a escola fosse autônoma quanto à manutenção, compra de material pedagógico, didático, até para contratação do pessoal de apoio. Que só o professor fosse federalizado ou... Em alguns países, o professor de creches é pago pelo Governo Federal, porque a origem do Orçamento

público é a mesma: resulta da contribuição do cidadão. Mas aqui se tem o orçamento público municipal, orçamento público estadual e orçamento público federal que pagam os professores das respectivas esferas. Poder-se-ia unificar os diversos orçamentos, e há mecanismos para isso. O Estado pagaria ao professor, e o resto seria orçamentado para cada escola do País, do pré-escolar até...A universidade já é autônoma.

No caso da universidade, sugiro que façamos um estudo para ampliar o conselho universitário, nele incluindo a participação das organizações locais dos trabalhadores, dos empresários, dos centros de pesquisas locais. Enfim, criar um novo formato do conselho universitário, para que ele seja representativo da comunidade, do entorno da universidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Os Srs. Luiz Carlos Gonçalves Lucas e Denílson Bento da Costa poderão vir. Apesar de estarem aqui apenas alguns dos Senadores que compõem esta Comissão, há um interesse muito, da parte das Senadoras e Senadores, em encontrar um caminho que garanta a ampla discussão, democrática, da indicação dos diretores das instituições superiores de ensino.

V. Exª deseja manifestar-se novamente, Senador José Maranhão?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Aqui provocado pelas intervenções do Senador Capiberibe, que considero legítimas e densas ante a experiência de S. Exª como executivo que vivenciou esse problema no ensino médio, devo dizer que, na verdade, toda estrutura da universidade brasileira está destroçada – é uma opinião modesta, mas participo dela.

A universidade brasileira, de fato, vem vivendo uma crise que se agudizou a partir do Governo Collor, continuou de forma crônica no Governo Fernando Henrique Cardoso. Continua do mesmo jeito, paradoxalmente, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não há aqui nenhum interesse planfletário, nem de Oposição, porque sou da base de sustentação do Governo Lula. Na verdade, isso dói, porque votamos no Presidente Lula por acreditar que ele trazia um compromisso pessoal, partidário, político de proceder à reforma universitária.

Desde o Governo Collor, a universidade vem sendo deliberadamente desacreditada junto à sociedade. Acusa-se a universidade, com alguma razão, de andar dissociada dos legítimos interesses da sociedade; de que ela não tem compromisso com o desenvolvimento do País. É muito triste constatarmos isso, porque em um País em que a universidade não gera um projeto nacional de desenvolvimento é um país sem futuro; todos os países que cresceram produziram nos grandes centros de elaboração da inteligência nacional seus próprios projetos. Não podemos continuar vivendo da importação de pacotes dos países do primeiro mundo até porque nós sabemos que essa generosidade de se transferir aos países menos ricos o domínio da ciência e da tecnologia não existe; na verdade o que se quer sempre é transferir as tecnologias já superadas, as máquinas já sucateadas ao primeiro mundo.

O Governo está celebrando com muito entusiasmo o sucesso do Brasil no que respeita a produção de grãos. Eu vejo isso como um certo oportunismo porque todos os países que dependeram economicamente das exportações de matéria-prima terminaram mal. E o Brasil já teve muitas lições com isso. É o caso da crise mais antiga da borracha, do cacau, do café, da cana-de-açúcar. Hoje eu estava vendo na **Folha de S.Paulo** um pouco de água fria nessa euforia sobre a produção de grãos. A China, vejam bem que absurdo, vetando a ida de representante brasileiro para negociar o embargo à importação pela China de produtos que estariam contaminados por agrotóxicos. Eu conheço essa história de longa data. O Chile já sofreu isso com relação à exportação de uvas; um comerciante americano colocou veneno numa caixa de uvas; de repente, a desmoralização do preço da uva. Qualquer país que não procura agregar mão-de-obra e tecnologia aos seus produtos primários é escravo dos importadores, que a qualquer momento, por qualquer razão nacional, começam a criar isso.

Onde está a tecnologia brasileira para utilização da soja industrialmente, para a produção de alimentos derivados da soja? Nós estamos exportando o grão bruto, e o Brasil não tem projetos para nada, absolutamente nada. Nós nos entusiasmamos de repente com a indústria aeronáutica, outro ícone do orgulho nacional. O que nós agregamos realmente na fabricação de aviões? Nada, absolutamente nada; importamos todos os insumos e montamos aqui a aeronave. E agora nem isso. Porque a fuselagem dos Embraer está sendo montada no Japão, na França e na Espanha. Nós não estamos nem agregando mão-de-obra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, me permite um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não, V. Exª é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Eu vou fazer uma retificação com relação a essa sua observação referente à Embraer.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu gostaria de discutir muito esse assunto com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – A Embraer hoje está se expandindo muito, tem representações nos Estados Unidos, tem representação na China...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Não significa nada isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – ...onde desenvolve um projeto de produção de aviões em conjunto com a China, ela tem hoje uma estrutura...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Não, não está, não. Vou dizer a V. Exª com conhecimento de causa: essa matéria aí eu conheço melhor do que a de educação...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Então nós vamos discutir isso em outra reunião, Senador, porque lamentavelmente...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Mas V. Exª não vai me proibir de fazer uma citação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Proibir, evidentemente, não; estou apenas tentando dizer a V. Exª que a Embraer é uma empresa que tem sido orgulho nacional, a principal responsável pelas exportações dos manufaturados brasileiros.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Estou dizendo a V. Exª que é um orgulho equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Está bom.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Peço a V. Exª que, democraticamente, admita. Um dia V. Exª vai concordar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Exª tem todo o direito.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Não vai demorar muito. Já estamos numa idade – eu não diria provecta, porque V. Exª é muito jovem ainda – de experiência. Um dia V. Exª vai me dizer que eu tenho razão.

Todos os insumos que entram na montagem, não na fabricação, dos aviões nacionais são importados, especialmente dos Estados Unidos, mas também de outros países. Agora até a montagem, que era feita aqui, está sendo encomendada em outros países. Não resta dúvida de que, em grande parte, a indústria aeronáutica é uma indústria de montagem.

Quem fabrica...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Se V. Exª me permitir...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu vou citar os exemplos só para esse assunto não ficar muito solto.

Quem é que fabrica as chapas de duraclade, usadas na fabricação de aeronaves da Embraer? Quem é que fabrica os estrudados, que entram, sobretudo, nas estrutura das aeronaves? Quem é que fabrica os rebites? Quem é que fabrica os sistemas aviônicos? Quem é que fabrica inclusive os sistemas hidráulicos?

Eu conheço esse problema. V. Exª vai me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Exª vai me permitir também uma observação com relação ao que diz V. Exª, porque V. Exª responde à minha indagação, mas não me permite manifestar minha posição. V. Exª permite que eu faça uma observação?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – V. Exª é o Presidente. Eu tenho que permitir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Não por ser Presidente, mas evidentemente por estar V. Exª falando sobre um assunto do qual eu tenho algum conhecimento, como V. Exª tem. Vejo iso pelas suas observações, mas é importante V. Exª ressaltar que de tudo aquilo que é importado para se produzir um avião no Brasil isso representa, aproximadamente, 40% do preço total do avião. Na realidade, quando se vende um avião por dez milhões de reais, o senhor importa quatro. E vende por dez.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sabe por que esses insumos só têm o peso de 60%? Porque a indústria aeronáutica é basicamente artesanal. Ela é diferente da indústria automobilística em que há linhas de produção, que, hoje em dia, são robotizadas. Ela não pode ser robotizada até pela natureza dos componentes metálicos utilizados, que não podem ser moldados; eles têm de ser fabricados à mão. É por isso que tem esse peso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Em qualquer parte do mundo. Agora vou dizer a V. Exª mais uma coisa: essa estatística que é apresentada pela Embraer precisa ser reexaminada. Os últimos contratos que a Embraer fez para montar a fuselagem, a empenagem, os profundores... Em outros países, a relação já não é essa. A relação — digo seguramente a V. Exª — não será essa. Essa questão da Embraer eu venho acompanhando há muito tempo. A partir de 1993, quando cheguei ao Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, e naquela época a Embraer era uma estatal, quando a gente dizia que alguns projetos estavam errados, havia um verdadeiro bombardeio. Depois a Embraer tomou certo alento, porque foi privatizada, mas a política continua a mesma. Não há dúvida nenhuma de que os projetos da Embraer surgiram de centros de excelência em aeronáutica brasileira. Não dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, V. Exª está falando há vinte minutos e já se desviou totalmente do assunto proposto.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Graças às intervenções de V.Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Peço a V. Exª que conclua o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Porque eu citei aqui, *en passant*, o caso da Embraer,e V. Exª tomou as dores imediatamente. Eu o parabenizo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em defesa de uma instituição nacional que...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Não, não é instituição nacional; é empresa nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – ...foi feita com o dinheiro do povo.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Instituição nacional é o Congresso Nacional, o Executivo, o Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Foi feita com o dinheiro do povo.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Mas a Embraer não é instituição; é empresa privada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – É uma empresa de capital misto. Tem a participação do Governo brasileiro como a **Golden Share**.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – O que quero dizer é que o Brasil e a universidade brasileira padecem de uma crise porque se dissociaram, distanciaram-se da sociedade, deixaram de produzir para a sociedade brasileira. Essa é a grande finalidade da sociedade. E a universidade tem culpa disso? Muito pouca ou nada. Foi um jogo deliberado de quem queria realmente desmantelar a universidade pública para em seu lugar surgir a universidade privada, como está aí.

Temos muito boas universidades privadas, mas também há péssimas universidades privadas. E essa grande acusação que se faz à universidade pública hoje, de que ela está muito mais perto dos ricos do que dos pobres decorre exatamente disto: a qualidade da universidade privada deixa muito a desejar e é natural que aqueles que tiveram uma escolaridade melhor migrem em direção ao ensino público.

Isso é culpa da universidade? Não. É culpa de um modelo que realmente destroçou a universidade brasileira.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Expositores – parece que agora há um número mais reduzido ainda; não sei se poderia falar Srs. Senadores, porque só estamos eu e V. Exª nesta reunião. Lamentavelmente, uma audiência desta magnitude não mereceu a atenção e o desvelo dos nossos pares.

Para encerrar, Sr. Presidente, concordo com o Senador Capiberibe, que também se retirou, de que é preciso uma revisão da Lei nº 9.192, porque ela já foi originalmente mal elaborada.

Não sei se V. Exª, Sr. Presidente, já era Parlamentar naquela época, mas quando essa lei foi apresentada ao Congresso Nacional passou por um período muito longo de estudos, de debates, e ninguém chegou a um entendimento, ou pelo menos não chegou a uma solução sábia. Tanto assim que hoje ela é criticada, bombardeada por gregos e troianos. Não sei quantas pessoas ainda se disporiam a defender a eficácia dessa lei. Lamentavelmente, esta é a realidade, mas vou ficar com a minha emenda. Naturalmente, vou procurar ampliá-la, vou cumprir o meu dever no que respeita a isso, dentro dos limites que o próprio Regimento permite.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe se não concordo com V. Exª, mas essa questão da Embraer, que não é central, mas apenas periférica, ainda vai ser discutida e quero participar desse debate com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Farei a maior questão, Sr. Senador.

Na verdade, eu tinha me reservado para falar por último, para apresentar a V. Exª uma proposta de emenda dentro do seu relatório. Vou, inclusive, falar sobre ele. Antes, porém, eu queria fazer uma observação no sentido de que está se tornando lugar comum para as comissões do Senado simplesmente não tocar naquilo que vem da Câmara com a finalidade de fazer com que a matéria seja aprovada, ou seja, simplificar o procedimento administrativo. Se alterarmos o texto, automaticamente ele terá que voltar para a Câmara, onde se poderá inclusive fazer uma emenda supressiva para retirar o texto do Senado.

A função do Senado é exatamente a de Casa revisora. Temos a obrigação de analisar o que a Câmara fez e, se julgarmos que deve ser alterado, deveremos alterar, mesmo que, para isso, a matéria tenha que voltar à Câmara dos Deputados e mesmo que corramos o risco de, ao chegar lá, aquela Casa não aceitar a sugestão do Senado.

Essa é a razão pela qual, Senador, fico extremamente feliz quando ouço o Professor Luiz Carlos falar que a consulta que deveria ser feita à comunidade pelo Conselho, quando da eleição dos dirigentes das instituições de ensino superior, poderia ser feita, mas, se a comunidade se pronunciar, o Conselho não terá obrigação de aceitar a sua decisão.

Refiro-me especificamente a isso porque, muito embora Minas Gerais seja um exemplo, notadamente na universidade federal e nas diversas instituições de ensino superior públicas tenhamos seguido rigorosamente essa tentativa de se fazerem eleições democráticas de nossos dirigentes, creio que não existe nada mais saudável ou gratificante do que eleger democraticamente o dirigente de uma entidade, mas há alguns reparos que devem ser feitos, notadamente no que diz respeito ao Conselho Diretor de Ensino Superior.

Na realidade, quando um diretor está no cargo há oito anos, segundo o Decreto nº 4.877, assinado pelo Presidente da República em novembro de 2003, ele só tem direito à recondução de um mandato de quatro anos. Então, se ele está há oito anos no cargo, automaticamente, ele não é um candidato viável, não pode ser candidato.

Algumas instituições de ensino estão dizendo que quando o diretor esteve licenciado por 60 dias ele quebrou o mandato, e por essa razão se apresentam novamente como candidatos para o terceiro mandato de quatro anos. Evidentemente, isso é ilegal e não pode acontecer. Então, o diretor pergunta ao conselho se ele pode ser candidato pela terceira vez, e o conselho, que foi nomeado a sua imagem e semelhança, diz que pode. Isso tem que ser corrigido. Lamentavelmente, esses fatos estão existindo porque há uma falha na lei.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Esse vício que V. Exª mostra não é apenas uma falha da lei, mas sobretudo o sintoma de que a universidade está em um nível político que deixa muito a desejar, porque se degradou.

Ora, o exemplo que V. Exª citou é simplesmente um blefe que a comunidade acadêmica engole, porque o conselho é um órgão da comunidade acadêmica. Então, se há uma falha da lei, se a universidade andasse certa, deveria ter dentro dos seus próprios quadros dirigentes o remédio para corrigi-la, e não aproveitar a falha da lei para cometer esse verdadeiro crime de lesão.

Nós temos a Lei Eleitoral, por exemplo, que rege as relações político-partidárias. Claro que se não houver fiscalização para o bom cumprimento da lei eleitoral, possivelmente se faria isso – e até admito que se faça – na área político-partidária. Agora, admitir que a universidade está fazendo isso é seguramente concordar que a universidade brasileira, do ponto de vista ética, está se degradando fortemente.

Então, em relação ao problema da universidade, penso que há o que se fazer, tanto de fora para dentro como, sobretudo, de dentro para fora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – É importante ressaltar que estou me referindo à exceção, não é a regra. Mas, como se trata de uma exceção importante, que verifico ocorrer não só em meu Estado de Minas Gerais, mas em vários Estados da Federação, eu penso que esse é o momento em que devemos procurar corrigir essas distorções.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Apenas para enriquecer o depoimento de V. Exª, que é importante, quero dizer que, na universidade da Paraíba, aconteceu um caso interessante. O reitor, no meio do mandato, resolveu aposentar-se. Ele tinha tempo suficiente e aposentou-se. Tudo bem, mas, depois de aposentado, dizendo-se titular do mesmo mandato, voltou para o exercício do cargo de reitor. Não existe caso mais absurdo do que esse. É como se um parlamentar resolvesse se aposentar – se existisse essa possibilidade –, mas para isso precisaria renunciar, e depois voltasse ao exercício da atividade parlamentar. Realmente é um caso **sui generis**.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em se tratando da questão da extinção da lista tríplice, em primeiro lugar, temos que nos reportar ao art. 37, inciso V, da Constituição, que diz que "as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas atribuições de chefia e assessoramento.

Estou fazendo essa observação porque a Lei de Diretrizes e Bases, no art. 56, é muito clara também em especificar que os docentes ocuparão 70% dos assentos em cada órgão, colegiado, comissão, inclusive no que tratar da elaboração de modificação estatutária, bem como a escolha de dirigentes.

Uma coisa está intimamente relacionada à outra. E, principalmente, com base na Lei de Diretrizes e Bases, que se reportam à Constituição, os reitores das universidades federais são atualmente considerados cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da República.

Então, qualquer modificação nesse sentido – por isso que fiz questão de pedir a V. Exª que permanecesse aqui –, vou me reportar inclusive à assessoria do Senado, para saber como devemos proceder, porque me parece, Sr. Senador, que, na realidade, para se extinguir a lista tríplice, no caso da nomeação de reitores de universidades, dirigentes das instituições superiores de ensino, seria necessário ou considerá-los funções de confiança, ou, então, aprovar uma emenda ao art. 37 da Constituição, inciso II.

Essa é a razão pela qual fiz questão de V. Exª aguardar, porque, de repente, é fundamental que se estabeleça de uma vez, já que V. Exª está fazendo esse relatório, que possamos resolver essa questão. Não se acaba simplesmente com a lista tríplice por ser um decreto do Presidente da República, porque o decreto está se reportando ao art. 37 da Constituição.

Então, de repente, vai ser importante se fazer essa ressalva para que possamos resolver de vez a questão. É a sugestão que eu queria fazer.

Finalmente, a sugestão mais importante que quero que V. Exª observe, também dentro do seu relatório, é que temos tido aqui a oportunidade, na Comissão de Educação, na Comissão de Infra-Estrutura e na Comissão de Relações Exteriores, de ouvir funcionários públicos que são designados pelo Presidente da República para funções até muito menos importantes do que o de reitor de uma universidade ou de uma instituição de ensino superior.

Eu perguntaria se V. Exª consideraria a possibilidade de incluir no seu relatório a sugestão de que os reitores fossem submetidos a sabatinas aqui, na Comissão de Educação do Senado. É um caminho para se democratizar ainda mais a escolha, é um processo do qual, na realidade, o Congresso Nacional passa a participar diretamente, a conhecer as pessoas. Acabaram de ser eleitas. Sim. Foram eleitas pelo voto direto. Serão nomeadas pelo Presidente da República. Sim. Evidentemente, isso mesmo acontece com o embaixador, acontece com um chefe de Estado, acontece até mesmo com funcionários do Ministério dos Transportes, que têm que passar por aqui para serem ouvidos, esclarecer, colocar os seus pontos de vista, discutir as questões afins para os cargos para os quais estão sendo nomeados.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Concordo com V. Exª. Creio que a magnitude do cargo de reitor e a sua importância na vida do País comportam que se nivelem com outros cargos de dirigentes públicos, de outros funcionários públicos, que, para serem nomeados pelo a Presidente da República, precisam passar pela sabatina no Senado da República. Acho interessante.

Como considero pertinentes as observações que V. Exª apresentou, o conflito jurídico que a Lei de Diretrizes e Bases apresenta com as modificações que se quer implantar, não sei se a condição de cargo de confiança do Presidente da República seria alterada, já que o critério da própria lei que o considera cargo de confiança é o critério da lista tríplice. Ora, se a universidade pode escolher uma lista tríplice para um cargo de confiança, de repente, nessa lista tríplice, o Presidente, em uma interpretação mais ampla, poderia dizer: "Aqui não há nenhum da minha confiança, então não nomeio ninguém"!

Creio que não há conflito, mas esse é um entendimento pessoal. Vou ouvir a assessoria jurídica do Senado, vou pedir que se pronuncie a respeito desse assunto. Acho a observação de V. Exª pertinente também nesse aspecto.

Porém, volto ao ponto que já afirmei aqui: a Lei de Diretrizes e Bases do ensino está muito longe de representar o ideal, tanto na forma como na substância – na forma jurídica, como na substância propriamente dita.

Ainda que fosse uma lei muito perfeita, ela já tem alguns anos de vigência e a sociedade é dinâmica. Os motivos que inspiraram a aprovação dessa lei à época em ela foi aprovada pelo Congresso Nacional, muitos deles já estão revogados pela própria dinâmica, do processo universitário, pela própria dinâmica da sociedade.

Eu achava, por isso mesmo, que deveria haver uma revisão completa da Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias, adaptando-a à realidade dos dias que correm hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem. Vou, mais uma vez, encerrada a minha participação, lembrar a minha preocupação com que os projetos político-pedagógicos não sejam prejudicados pelos projetos políticos em algumas instituições de ensino superior públicas, porque isso acontece muito no interior do Brasil. Então, projetos políticos que são associados a projetos de instituições superiores de ensino – isso tem que ser visto com muito cuidado. Evidentemente, na indicação e nomeação de seus diretores, mais do que nunca.

Vou passar a palavra, primeiramente, ao presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes, Luís Carlos Gonçalves Lucas, para suas observações finais. O senhor tem três minutos. Posteriormente, ao Denílson Bento da Costa, Secretário de Projetos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE.

Em primeiro lugar, o Sr. Luís Carlos Gonçalves Lucas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – Eu, mais uma vez, gostaria de agradecer a oportunidade de ter participado deste debate. Gostaria de fazer, também, um registro: quando o Senador Maranhão se referiu à aposentadoria de um reitor com permanência no cargo na Universidade da Paraíba, na realidade, estava fazendo referência a um fato que, infelizmente, está-se generalizando. Não é um caso da Paraíba, isso virou uma regra nas universidades federais brasileiras.

Eu gostaria de registrar, aqui, a exceção que conheço a essa regra.

A Professora Wrana Maria Panizzi, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, até há pouco tempo presidente da Andifes, é um dos raros exemplos de reitora que decidiu não usar do seu direito de aposentadoria até o término da sua permanência no cargo. Lamentavelmente, é a exceção, não é a regra.

Eu gostaria de falar sobre algumas questões tópicas muito rapidamente. Uma delas diz respeito ao fato de que, às vezes, são criadas em algumas instituições públicas situações de poder que deixam a desejar do ponto de vista da democracia.

Ocorre que, com os dispositivos da Lei nº 9.192, como são, em geral, os conselhos universitários que têm a competência para elaboração das normas internas de natureza estatutária, se esses conselhos se fecham, eles podem produzir normas que, na realidade, construam processos absolutamente autocráticos de poder e, infelizmente, nada se pode fazer do ponto de vista legal. Esse o registro que eu gostaria de fazer.

Gostaria também de tecer alguns comentários tópicos sobre a questão da autonomia das universidades, já que essa questão é por demais discutida. Na avaliação que temos, ela está profundamente imbricada com uma outra questão que, a nosso ver, é a mais premente de todas que se colocam diante da situação universitária brasileira, que é a referente aos problemas de financiamento. Na realidade, há uma grande disputa pela definição da autonomia universitária. Nós temos defendido, no antes, que a universidade só consegue ser autônoma se ela tiver os recursos necessários para que possam implementar as suas próprias políticas de ensino, pesquisas e extensão, e termos nos deparado, continuamente, com uma outra concepção de autonomia universitária, muito claramente definida a partir de texto do Banco Mundial, e que, na realidade, procuram reduzir essa autonomia a sua situação na qual as universidade sejam liberadas de determinados constrangimentos legais para que mais facilmente possam vender serviços no mercado. Isso, lamentavelmente, tem avançado, não só no nosso País, mas em diversos países da periferia do mundo capitalista contemporâneo, e, onde isso se dá, a conseqüência tem sido justamente a perda da autonomia em nome da autonomia. E a conseqüência tem sido, algo que foi já citado aqui neste debate, o afastamento cada vez maior das universidades em relação ao que deveria ser a sua função social, porque elas passam a depender do mercado, passam a depender dos nichos de poder que concentram os recursos financeiros que lhes possam ser transferidos por meio de acordos e de convênios. As universidades têm perdido muito da sua natureza pública justamente em decorrência do abandono financeiro ao qual elas têm sido submetidas. Elas são instituições, são organizações que encontram formas perversas de adaptação. Como não têm recursos para produzir autonomamente as políticas que entendem ser as mais adequadas, são levadas a transformar a política de ensino em uma política de venda de serviços de ensino, a política de pesquisa em uma política de venda de serviço de pesquisa, o que inclusive é incompatível com a sua função de geração de conhecimento, sobretudo de universidades públicas, que devem, necessariamente, ser colocados à disposição da sociedade, é incompatível porque essa pesquisa tende a se transformar em algo contrato por empresas que têm interesse na individualização do uso do conhecimento produzido. E temos o mesmo também em relação à política de extensão na maior parte das universidades brasileiras. Na nossa avaliação, esse abandono financeiro tem sido a principal causa da perda do caráter público das universidades de um modo geral, do seu afastamento em relação àqueles setores sociais, que, no nosso entender, deveriam ser os mais diretamente contemplados, com a atuação de uma universidade voltada para a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Passo a palavra ao Sr. Denílson Bento da Costa.

O SR. DENÍLSON BENTO DA COSTA – Primeiramente quero agradecer o convite à nossa Confederação, e também ressaltar a importância da discussão que se pautou, hoje, nesta Comissão, e deixar como sugestão pontos ressaltados e salientados pelo Senador Maranhão no tocante à nossa LDB e à forma estagnada e engessada, sobretudo do processo de gestão democrática. Deixar claro que, como a história é dinâmica, o processo é dinâmico. A conjuntura que atravessamos hoje é a de um País democrático, que faça a discussão e o debate. Faz-se necessário inclusive repensar alguns pontos que foram colocados e que são pertinentes com a nova estrutura do ensino público hoje, do sucateamento, na realidade, da educação pública de uma maneira geral. A ressonância desse sucateamento ocorre e finaliza-se na universidade, sobretudo, pública de nosso País. Os princípios colocados sobre a qualificação, sobre a melhoria das condições materiais de trabalho, a autonomia, como foi aqui ressaltado, passa, na verdade, pela educação básica como um todo, pela aprovação inclusive e pela retomada dos vetos do Plano Nacional de Educação. É uma bandeira histórica, uma bandeira dos trabalhadores da educação de uma forma geral. Estamos nos mobilizando inclusive para que isso retorne, esteja na pauta do Governo atual, do Ministério da Educação, com as inserções da nossa confederação e dos movimentos sociais como um todo que necessitam de uma avaliação, de colocar a educação como prioridade que todos defendemos.

Acreditamos que o norte tem que ser mudado, a direção tem que ser outra. A educação como um todo, sobretudo a educação básica, merece uma atenção e uma discussão sobretudo do conceito do que é gerir o público na verdade.

Consideramos importante e acreditamos que nas próximas reuniões os debates serão avançados, sobretudo no contexto da educação básica. Inclusive achamos que são pertinentes algumas colocações do Senador José Maranhão no tocante à LDB e que se faz necessário um debate aprofundado, porque alguns pontos, alguns artigos literalmente não são cabíveis na atual conjuntura do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa) – Agradeço aos ilustres convidados e ao Senador José Maranhão pelo seu relatório, sobretudo pela presença solitária no plenário fazendo companhia a este modesto Presidente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Solitária e solidária.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa) – É verdade.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h45min)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 24ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2004.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia dezessete de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Efraim Morais, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Duciomar Costa, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Hélio Costa, Maguito Vilela, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros e Almeida Lima Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: Item Único: Projeto de Lei da Câmara nº 032, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República que, "Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o parecer favorável é aprovado, com as emendas nºs 06, 07 e 08-CE, e rejeitando as emendas de nºs 01 a 05. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 24ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Marcamos essa reunião em caráter extraordinário porque estamos com o PLC nº 32, de 2004, que altera a Lei nº 8248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências. O PLC nº 32 tem como autoria o Presidente da República, como Relator o Senador Hélio Costa, que deu parecer favorável com as emendas favorecidas.

Esse projeto está tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 122, II, "b", combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por isso mesmo convocamos esta reunião em caráter extraordinário, para esta manhã de quinta-feira.

Gostaria de lembrar que, como o prazo se encerra no dia 19, não teríamos mais outra data para realizar a reunião e apreciar esse projeto. Em sendo assim, imediatamente passo a palavra ao Senador Hélio Costa, Relator do Projeto.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a tramitação no Senado da matéria está sendo apreciada simultaneamente pelas Comissões de Educação, que é a Comissão de mérito desse assunto, de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na Câmara dos Deputados o projeto foi aprovado nas Comissões de Finanças e Tributação, Desenvolvimento Econômico, Industria e Comércio, Ciência e Tecnologia, Comunicação Informática, e no plenário da Câmara dos Deputados.

Preparei o relatório, evidentemente com a ajuda da assessoria parlamentar, levando em consideração

todas as reuniões que realizamos nos últimos dias. Os três Relatores designados nas Comissões específicas estão apreciando o projeto da Lei de Informática: na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador Eduardo Azeredo; na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Aloizio Mercadante, evidentemente com a assessoria da Comissão de Educação.

Vou ler o relatório e depois entrar em detalhes nos pontos que consideramos importantes fazer as considerações e as observações.

Tive inclusive o cuidado, hoje pela manhã, de conversar longamente com o Líder da Oposição, que, coincidentemente, é também um dos Senadores pelo Estado do Amazonas, uma vez que este projeto diz respeito diretamente à Zona Franca de Manaus e à aplicação dos subsídios na Zona Franca e no restante do País.

Passo a ler o relatório:

"Vem a esta comissão de Educação, para exame, o Projeto de Lei da Câmara PLC nº 32, de 2004, que altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Educação, em conformidade com o art. 102, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

De iniciativa do Presidente da República, encaminhado ao Congresso Nacional, por meio de Mensagem Presidencial nº 89, de 2004, a Constituição Federal disciplina os benefícios fiscais para capacitação dos setores de tecnologia da informação, conforme determinação do art. 5º da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003.

O PLC nº 32, de 2004, prorroga a redução do IPI concedida às empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação pela Lei nº 8248, de 1991, até o final de 2019, com diminuição desse benefício da seguinte forma: a maior redução de impostos vige de janeiro de 2004 a dezembro de 2014, a intermediária dentro do ano de 2015, a menor redução de janeiro de 2016 até dezembro de 2019, ficando extintas tais reduções a partir de janeiro de 2020.

Privilegiam-se as empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De forma análoga, promovem-se alterações na Lei nº 8387, de 30 de dezembro de 1991, objetivando especificar mais detalhadamente a destinação da parcela do faturamento bruto das empresas produtoras de bens e serviços de informática investida em atividades de pesquisa e desenvolvimento, em contrapartida à isenção do IPI relativamente aos bens industrializados na Zona Franca de Manaus.

Na Câmara dos Deputados, a proposta recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Economia, Indústria e Comércio, Finanças e Tributação e Constituição, Justiça e Redação, as quais foi distribuída, em conformidade com o art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nessas comissões foi alvo de substitutivo dos Srs. Deputados Júlio Semeghini, Léo Alcântara e Pauderney Avelino. Foi aprovada em plenário ao final, na forma de emenda substitutiva de plenário apresentada por seu Relator, Deputado Walter Pinheiro.

Tendo estado toda a documentação à disposição dos Srs. Senadores nesta Comissão, a matéria recebeu, no prazo único previsto no art. 122, inciso b, combinado com o art. 375, "i", do Regimento Interno, seis emendas, sendo as Emendas de nº 1 e 2 de autoria do Senador Jefferson Peres, as Emendas nºs 3, 4 e 5 de autoria do Senador Gilberto Mestrinho e a Emenda nº 6 da Senadora Ideli Salvatti.

A Emenda nº 1, de natureza substitutiva, incide sob o § 3º, do art. 16-a, da Lei nº 8248, de 23 de outubro de 1991. A nova redação dada pelo Senador Jefferson Péres pretende distinguir entre diferentes naturezas de monitores de vídeo de que trata o inciso II, do § 2º, com vistas à aplicação dos dois diferentes regimes de incentivos fiscais, para superar a confusão decorrente da convergência da tecnologia do produto.

O objetivo da emenda, em suma, é esclarecer que tipos de monitores de vídeo o Presidente da República está autorizado a incluir no gozo dos benefícios fiscais previstos na referida lei.

A Emenda nº 2 dá nova redação ao § 4º, do art. 16-a, da Lei nº 8248, de 23 de outubro de 1991. Tem como objetivo principal obrigar o encaminhamento do projeto de lei pelo Poder Executivo após a oitiva das entidades de classe dos agentes econômicos nos Estados interessados, no sentido de normatizar o tratamento fiscal concedido às diversas tecnologias de produção de vídeo e telefones celulares, de forma a garantir isonomia competitiva entre os bens industrializados na Zona Franca de Manaus e os produzidos no restante do País, resultantes da convergência tecnológica.

A Emenda nº 3, de autoria do Senador Gilberto Mestrinho, suprime o § 2º, do art. 2º, da Lei nº 8387, de 30 de dezembro de 1991, para determinar que os bens de informática, para efeitos de aplicação da lei que trata dos incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus, são os mesmos relacionados no art. 16-a da

Lei nº 8248. de 23 de outubro de 1991, que trata do mesmo incentivo para o restante do País, alegando ser incabível a uniformização da relação de produtos industrializados de informática para os efeitos de aplicação dos incentivos previstos na Lei nº 8387, de 30 de dezembro de 1991.

A Emenda nº 4, também de autoria do Senador Gilberto Mestrinho, acrescenta ao § 1º do art. 16-a da Lei nº 8248, de 23 de outubro de 1991, os incisos XVII e XVIII, que excluem do rol de produtos incentivados os terminais portáteis de telefonia celular e os monitores de vídeo."

Estou fazendo questão ler, Sr. Presidente, todo o relatório porque evidentemente na discussão vamos ter que entrar em cada uma dessas colocações que são feitas durante a execução do relatório.

"A Emenda nº 5, ainda de autoria do Senador Gilberto Mestrinho, acrescenta artigo 9º ao projeto em pauta com o objetivo de revogar o § 2º do art. 16-a da Lei nº 8248, de 23 de outubro de 1991, sem prejuízo de direitos adquiridos, e o art. 7º da Lei nº 10176, de 11 de janeiro de 2001, bem como demais disposições em contrário. Justificam-se as supressões com a alegação de que no primeiro caso o dispositivo encerra inadmissível delegação de competência para concessão de isenção e redução de tributo fiscal federal, matéria submetida à reserva legal. Por outro lado, entende o autor que o referido art. 7º da Lei nº 10176, de 11 de janeiro de 2001, atribui tratamento discriminatório aos terminais portáteis de telefonia celular e monitores de vídeo quando produzidos na Zona Franca de Manaus. Portanto, a emenda, em conjunto com a de nº 4, pretende excluí-los da relação dos bens incentivados pela Lei nº 8.248, de 1991.

Finalmente, a Emenda nº 6, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, acrescenta novos parágrafos ao art. 116 da Lei nº 8248, buscando incluir os aparelhos telefônicos sem fio entre os produtos abrangidos pela Lei de Informática para fins de gozo de benefícios fiscais previstos na legislação, dispensados, no entanto, da obrigação de investir em contrapartida a esses benefícios, seja na Zona Franca de Manaus ou no restante do País.

Análise.

A Lei nº 8248, de 1991, tornou possível o crescimento do número de empresas de desenvolvimento e produção de bens e serviços de informática, automação e tecnologia da informação instaladas no País. Outro efeito virtuoso foi o de estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento. Diante disso, a interrupção da concessão dos benefícios fiscais, que tantos efeitos positivos ensejaram, causariam certamente a fuga das empresas hoje atuantes no País para regiões mais atrasadas do Planeta, o que traria um grave retrocesso aos avanços já conseguidos pelo setor. Os resultados de tais situações são bem previsíveis: estagnação, atraso tecnológico e de pesquisa, dependência tecnológica, desemprego e comprometimento das metas de autonomia em áreas estratégicas do Planeta."

E quero fazer já uma ressalva nesse sentido, porque é importante ressaltar que tudo que a Câmara dos Deputados mandou nessa proposta foi mantido pelo Senado, pelas três Comissões. É importante ressaltar que os benefícios fiscais ficam da seguinte forma, estabelecidos como determinados pela Câmara dos Deputados: na Zona Franca de Manaus, de 2004 a 2014, os benefícios são de 95%, enquanto que no resto do País os benefícios são de 80%; em 2015, que é um ano de transição, os benefícios na Zona Franca são de 90%, enquanto que no resto do País são de apenas 75%; de 2016 a 2019 até o momento em que deixa de existir o benefício, os benefícios são de 85% na Zona Franca de Manaus e de apenas 70% no resto do País. Ficam como percentuais de retorno de investimento em tecnologia, da mesma forma como a obrigatoriedade do investimento em pesquisa e desenvolvimento: de 2004 a 2014, 4% para todos os Estados do País, enquanto que na Zona Franca de Manaus é de 4,35%; em 2015, na Zona Franca de Manaus vai a 4,18%, enquanto que no resto do País é de 3,75%; de 2016 a 2019, na Zona Franca de Manaus 3,85%, enquanto que no resto do País apenas 3,5%.

Vamos automaticamente nos referir a esses números que foram mantidos no relatório do Senado e nos três relatórios com relação à proposta feita na Câmara dos Deputados.

"O Projeto revela-se como medida apropriada ao conceder o tempo necessário ao empresariado brasileiro para se adaptar à concorrência de vinda de países mais adiantados na área da Informática – automação e tecnologia da informação – ao retirar, progressivamente, os incentivos fiscais hoje em vigor, até o ano que estamos relacionando aqui – 2019 ou 2020.

Trata-se, basicamente, de Direito Tributário (isenção e redução de IPI) e Direito Administrativo (normas para a aquisição de bens pela Administração Pública Federal), ambas as matérias, de competência privativa da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre elas dispor.

Por outro lado, o art. 5º da Emenda Constitucional nº 42, de 2003, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências, determina o seguinte:

'O Poder Executivo, em até 60 dias, contados da data da promulgação desta Emenda, encaminhará ao Congresso Nacional o Projeto de Lei sobre regime de urgência constitucional, que disciplinará os benefí-

cios fiscais para a capacitação do setor de tecnologia de informação que vigerão até 2019, nas condições que estiverem em vigor no ato da aprovação desta Emenda.'

Portanto, a iniciativa do Presidente da República não somente é legítima como, também, visa o cumprimento do mandato contido na Emenda Constitucional nº 42.

A ampliação dos prazos em 10 anos, como preconizado no Projeto em exame, fornece o espaço de oxigenação das economias empresariais com o tempo necessário para o seu fortalecimento.

Destaque-se, como inovação do Poder Executivo, sob as leis hora modificadas, a inclusão de cláusulas que o autorizam a alterar valores monetários. Vislumbra-se a intenção de corrigir os efeitos inflacionários, exatamente sobre os valores e tetos referenciais expressos em moeda corrente."

Esta é uma das alterações que nós fizemos no nosso Relatório. Na realidade, nós estamos fazendo a proposta de que o Presidente da República possa fazer, anualmente, uma revisão desses números – modificação do art. 7º – a fim de que se inclua a periodicidade da variação anual. Ela poderia ser de seis em seis meses, de dois em dois anos, conforme sugestões que recebemos, mas houve consenso entre os três Relatores – Senador Eduardo Azeredo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Aloizio Mercadante, na Comissão de Assuntos Econômicos, e o nosso Relator – de que deveria ser anual.

"Chama esse Relator a atenção para o art. 5º e seu parágrafo que concede redução de 50% dos débitos decorrentes das obrigações de investimento em pesquisa e em desenvolvimento de que trata o art. 2º da Lei nº 8387, de 1991, e investimento em pesquisa e de desenvolvimento em Manaus, no período de 14 de dezembro de 2000 a 31 de dezembro de 2001, lapso de tempo em que o IPI dos produtos de informática ficam reduzidos para 2%, eliminando, por conseqüência, qualquer vantagem oferecida na Lei de Informática, à época, em discussão no Supremo Tribunal Federal."

Por esse dispositivo, as empresas instaladas em Manaus tinham isenção do IPI, mas estavam sujeitas ao investimento de pelo menos 5% do seu faturamento em pesquisa e em desenvolvimento; enquanto que as empresas do restante do País não usufruíam da Lei de informática. Não estavam sujeitas, portanto, ao pagamento do Pesquisa e Desenvolvimento, nem ao cumprimento de processo produtivo básico, que é fundamental neste sentido. Pagavam apenas 2% do IPI.

"Somos, portanto, pela supressão do art. 5º e o seu Parágrafo Único."

Essa supressão, na realidade, vai causar alguma insatisfação, principalmente porque altera uma proposta feita na Câmara dos Deputados, mas que não integra a proposta original do Governo – ela foi incluída na Câmara dos Deputados e, na realidade, Sr. Presidente, atende a uma única empresa, a uma grande empresa estrangeira, que, com a autorização, ficará isenta de pagar 50% de tudo aquilo que deveria ter investido no período de 2003 e 2003 em pesquisa e desenvolvimento, e não investiu. Nesse sentido, ela tem que corrigir, também, essa mesma situação para as empresas que fizeram investimento, ou seja, se concedermos este privilégio de descontar 50% do que seria obrigatório para essa empresa investir e não investiu, deveremos conceder 50% de desconto para todas aquelas empresas da Zona Franca de Manaus que investiram rigorosamente, como manda a lei, e o prejuízo global, tanto para o Governo Federal quanto para a Zona Franca de Manaus, será de mais de R$70 milhões, razão pela qual concordamos, mais uma vez, os três Relatores concordaram em suprimir o parágrafo único do art. 5º, que dispõe que vai atender rigorosamente uma única empresa. Até procurei saber se não estávamos, nesse processo, prejudicando pequenas empresas que haviam se instalado na Zona Franca de Manaus, mas essa suspeita não se efetivou. Além disso, se, de hoje até o plenário, tivermos alguma posição divergente nesse sentido, poderemos realizar, no plenário, uma ampla discussão sobre essa proposta para procedermos às devidas correções.

"Propomos também alteração do art. 7º que remete para o § 4º, do art. 16-a, do mesmo PLC nº 32, de 2004, que estabelece um prazo para a primeira avaliação do impacto da produção de aparelhos receptores de televisão, monitores de vídeo. Entendo que tal avaliação deva ser contínua e anual, de forma a se tornar possível o acompanhamento do comportamento do setor.

Quanto às medidas apresentadas, na sua maioria, versam sobre a vertente tecnológica da questão fiscal, como cabe a esta Comissão: procuram clarear, confirmar ou modificar as definições daqueles produtos a serem incluídos ou excluídos do rol dos incentivados, considerando legislação específica ou definições tecnológicas, com é o caso dos monitores de vídeo dos telefones celulares. A convergência tecnológica, na velocidade em que se processa, traz para o alcance da atividade logiferante elementos anteriormente a ela estranhos, como é o caso do telefone celular e até o telefone sem fio, uma vez que incorporam em larga escala tecnologia digital gerenciada por programas de processamento de dados. No momento, são aparelhos

puramente mecânicos; noutro, são elétrico; noutro ainda, arvoram-se a sofisticados computadores."

Vamos chegar, evidentemente, até o momento em que vamos discutir a proposta da Senadora Ideli Salvatti que diz respeito especificamente aos telefones sem fio, que, no passado, eram apenas instrumentos, vamos dizer assim, da área tecnológica, sim, mas não necessariamente da área sofisticada da informática. Na medida em que os aparelhos de telefone sem fio começam a se sofisticar e a ter a utilização de chips, programas, softwares e uma série de modernizações, passam a ser considerados um aparelho na área de informática.

"A dificuldade que se apresenta à legislação ora modificada é a equalização dos incentivos e reduções de impostos entre Zona Franca de Manaus e as demais regiões do País de modo a não desorganizar o setor de informática e tecnologia da informação. De qualquer forma, cabe a esta Comissão analisar aspectos técnicos e buscar ao máximo a aprovação do referido equilíbrio econômico entre as diversas regiões do País, como é a função precípua da República.

Um dos principais interesses envolvidos nas Emendas nºs 3, 4 e 5 é evitar que a produção de monitores de vídeo de cristal líquido ou plasma possa inviabilizar também a produção de aparelhos de televisão, uma vez que a convergência tecnológica começa a forçar unificações e padronizações na área. Tal preocupação nos parece legítima. No entanto, essas emendas vão além e propõem a retirada dos monitores de vídeo e dos terminais portáteis de telefonia celular do âmbito da Lei de Informática. O resultado prático é que passariam, com isso, a usufruir dos incentivos gerais da Zona Franca de Manaus, em especial, o redutor de 88% dos impostos de importação, inviabilizando, assim, sua produção nas demais Regiões do País, e estimulando, evidentemente, o aumento do conteúdo importado nesses produtos."

Em outras palavras, se acatássemos essa emenda, qualquer empresa que se propusesse a produzir, principalmente telefones celulares, fora da Zona Franca de Manaus, automaticamente, não teria os mesmos incentivos, ou seja, incentivos de até 88%, o que inviabiliza automaticamente toda e qualquer possibilidade de expansão da indústria eletroeletrônica e de informática, especialmente nesta área, em qualquer outra parte do País. Tais indústrias ficariam quase como uma exclusividade da Zona Franca de Manaus.

"Entende este Relator que a adoção dessas emendas, logrando elas se incorporar à Lei de Informática, provocará um desvirtuamento da política estabelecida para o setor de tecnologia da informação com seu conseqüente esvaziamento, além de se antagonizar com a política industrial de tecnologia e de comércio exterior, uma vez que atrairá para a Zona Franca os fatores de competitividade para a produção desses bens tecnológicos de informação.

O resultado para as demais regiões do País seria sombrio, pois, além de não mais disporem de um instrumento de política de desenvolvimento e atração de novas indústrias, correriam o risco de perder seus atuais pólos industriais voltados para esse segmento e para aqueles outros, que com ele interagem, tais como a extensa cadeia de fornecedores de componentes.

Estimativas de impacto da adoção de tais medidas dão conta de que mais de 18 mil empregos na região Sul, Sudeste e no Estado da Bahia estariam ameaçados. Parte significativa desse contingente, disseminada entre as empresas fabricantes de telefonia celular, que somente em 2003 exportou a cifra de US$ 600 milhões, para não mencionar as fábricas de monitores de vídeo do tipo LCD, com uma formação superior altamente qualificada, teria seu emprego comprometido.

Não bastando o impacto na atividade econômica e no emprego, também se comprometeriam os recursos destinados à área de pesquisa e desenvolvimento, recursos esses advindos dos percentuais sobre o faturamento das empresas beneficiárias da Lei de Informática, afetando diretamente as universidades e os centros de pesquisa.

Já a Emenda nº 6 pretende que aparelhos telefônicos sem fio, conjugados com aparelhos telefônicos sem fio, que incorporem controle por técnicas digitais, sejam considerados bens de informática para fins de gozo dos benefícios fiscais, previstos na legislação sem que haja obrigação de investimentos em contrapartida a esses benefícios tanto na Zona Franca de Manaus quanto no restante do País. Seu objetivo é melhorar a competitividade dos fabricantes de telefones sem fio, situados fora do pólo industrial de Manaus, onde vigorem expressivos benefícios fiscais.

A produção de telefone sem fio no País está localizada basicamente em Manaus e em Santa Catarina. Em Manaus, a Siemens produziu, até abril de 2004, cerca de 74 mil unidades, o que permite projetar para o ano uma produção de aproximadamente 220 mil unidades. As empresas Selectron e Sondai tiveram seus projetos aprovados pelo Conselho da Administração da Suframa e estão em fase de implantação. A Selectron estima uma produção de 132 mil aparelhos no terceiro ano de produção. A Sondai, por sua vez, prevê produção de 300 mil unidades no terceiro ano. Em contrapartida, em Santa Catarina, a empresa Interbrás, que possui capacidade produtiva de 1,2 milhão unidades ao ano, produziu, no ano passado, 720 mil unidades. Ela é absolutamente líder no setor.

A Emenda nº 6 oferece solução mais adequada do que a simples modificação no Decreto nº 3.801, de 2001, que definiu os bens de informática e automação merecedores dos benefícios fiscais da Lei da Informática. Isso porque, nessa hipótese, os fabricantes já estabelecidos na Zona Franca de Manaus teriam seus benefícios reduzidos, já que estariam obrigados a um investimento em pesquisa e desenvolvimento e teriam uma redução menor no imposto de importação, que seria calculado com base no coeficiente de redução da alíquota CRA e não mais a alíquota fixa de 88%.

A fórmula proposta apresenta, por meio do seu §6º, fator de equalização com os interesses da Zona Franca de Manaus, estabelecendo uma exceção para a produção daquele pólo industrial, com a manutenção dos benefícios atuais, e melhora a competitividade da produção realizada no restante do País, por meio da redução do IPI, não sendo obrigatório que parcela do investimento em pesquisa e desenvolvimento, previsto em ambos os casos, seja realizada em institutos de pesquisa ou FNDCT.

É por esse motivo que nos dispomos a acatar essa única emenda, enquanto rejeito as demais.

Voto.

Pelos motivos expostos, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2004, acatando a Emenda nº 6, rejeitando as demais e apresentando as seguintes emendas:

> 1ª – Suprima-se o art. 5º e seu parágrafo único do Projeto de Lei da Câmara nº 32/04.
>
> 2ª- Dê-se ao art. 7º do Projeto de Lei da Câmara nº 32/04 a seguinte redação:
>
> 'Art. 7º A primeira avaliação de que trata o § 4º do art. 16-a, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, com a apresentação dada por essa lei, será apresentada em até 180 dias contados da data da publicação desta lei e se repetirá, a partir então, anualmente.'"

Na realidade, essa é alteração. O prazo que deveria ser de 180 dias passa a contar com o adendo "a partir de então, anualmente".

Sr. Presidente, esse é o relatório e o meu voto.

Devolvo, portanto, a V. Exª a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Em discussão.

Pediu a palavra, em primeiro lugar, a Senadora Ideli Salvatti

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Agradeço, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero registrar a importância desse projeto, tendo em vista que ele proporciona maior competitividade aos nossos setores de informática e automação. Esse é um setor de ponta, sobre o qual o Governo já tem uma definição clara de investimento na área da política industrial. Dessa forma, o projeto vem na linha de, ao dar condições diferenciadas especiais para determinados setores produtivos do nosso País, promover a concorrência, principalmente nesses setores de ponta, em que o investimento em pesquisa científico-tecnológica é de fundamental importância para a disputa do mercado, para um avanço e uma garantia na ocupação dos espaços econômicos nessas áreas.

Gostaria de fazer o registro da importância do projeto na lógica que está sendo construída, dentro da política industrial do Governo Lula, assim como agradecer de forma muito especial ao Senador Hélio Costa por ter tido a sensibilidade de acatar a nossa emenda que busca única e exclusivamente corrigir uma distorção gritante que envolve o maior produtor de telefone sem fio do Brasil – exatamente uma empresa catarinense, a Intelbras, responsável por quatro quintos da produção de telefones sem fio do nosso País. Sem essa modificação, não há condições de competitividade porque não é com a indústria instalada em Manaus que a Intelbras compete, mas com o produto importado, que chega aqui com condições diferenciadas de preços, impedindo que a própria Intelbras tenha condições de ampliar sua produção. Se essa questão for resolvida, existe a possibilidade de passar dos 700 mil aparelhos/ano para 1,2 milhão aparelhos/ano. Só para dar a dimensão do que estou falando, se todos os projetos em andamento em Manaus já estivessem produzindo em sua plenitude, teríamos uma produção em torno de 650 mil aparelhos/ano. Esse número já é a produção atual da Intelbras. Observem bem a dimensão do assunto que estamos tratando.

Agradeço muito o Senador Hélio Costa pela sensibilidade de acatar a emenda. Nós, em Santa Catarina, ficamos bastante satisfeitos porque é um setor importante na região da grande Florianópolis, onde não há parque industrial efetivo, que absorva a mão-de-obra. Qualquer desmonte da Intelbras tem conseqüências muito graves no mercado de trabalho da nossa região.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Senadora Ideli Salvatti, V. Exª foi muito feliz com a apresentação dessa emenda. Na realidade, se não acatássemos a emenda de V. Exª, estaríamos penalizando as empresas de alta tecnologia, como é o caso da empresa citada por V. Exª, que não se instalaram na Zona Franca de Manaus. A emenda, ao mesmo tempo em que repara um erro do passado, não prejudica as empresas já instaladas na Zona Franca.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a importância desse projeto sobre a Lei de Informática é evidente e produto da evolução da discussão do assunto no Brasil nas últimas décadas.

É importante lembrar os primeiros passos dados na época da Secretaria Especial de Informática em que o Brasil buscou uma proteção para que tivéssemos o nascimento da indústria nacional desse segmento, ainda que alguns erros possam ter sido cometidos naquela época – e aconteceram efetivamente –, mas esse foi o nascedouro importante dessa preocupação.

O Brasil não logrou sucesso na fabricação de **chips** – estamos nesse segmento, mas sem atuação expressiva –, mas logramos muito sucesso na área de fabricação dos demais componentes de computadores. Isso se deve muito a essa medida da Lei de Informática e também aos incentivos existentes na Zona Franca de Manaus.

O projeto foi extensivamente discutido na Câmara dos Deputados por pessoas que detêm conhecimento, como o Deputado Julio Semeghini, de São Paulo, ex-Presidente da Prodesp de São Paulo, do meu Partido, PSDB; pelo Deputado Léo Alcântara, do Ceará; e pelo Deputado Pauderney Avelino, do Amazonas. No Senado, estamos tendo esta discussão, em conjunto, nas três Comissões. O Senador Hélio Costa elaborou um relatório com o qual estamos de acordo – não há nenhuma objeção a colocar –, fruto inclusive do entendimento de reuniões com os três Relatores, as equipes de assessores e a equipe dos Ministérios envolvidos na questão.

A emenda relativa ao telefone sem-fio é adequada e corrige uma situação de desigualdade que existia.

Tenho certeza de que a sensibilidade que nós, da Oposição, estamos tendo com o Estado de Santa Catarina e com a emenda da Senadora Ideli Salvatti, será devolvida, hoje à tarde, pela Senadora, tendo também sensibilidade com a nossa proposta de aumento do salário mínimo.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Vamos continuar na mesma linha: votando comigo pelo R$260.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – R$275.

Assim, Sr. Presidente e Senador Hélio Costa, estamos de pleno acordo.

Meu relatório, o relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aborda ainda os pregões eletrônicos, modalidade nova de licitação, que surgiu após a existência da Lei de Informática. Esse é um ponto do meu relatório específico, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que está também acordado com o Senador Hélio Costa e com o Senador Aloizio Mercadante.

Cumprimento V. Exªs.

Estamos de acordo. Esse projeto é importante para garantirmos a continuidade desse segmento na tecnologia da informação no País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, é importante ressaltar que esse item que está sendo relatado especificamente pelo Senador Eduardo Azeredo, conforme disse S. Exª, foi amplamente discutido ontem à tarde, em reunião da Liderança com os três Relatores, e realmente faz sentido. Se não adotarmos essa posição, estaremos, mais uma vez, prejudicando um determinado setor.

Na relatoria do Senado, não estamos corrigindo o relatório da Câmara. Pelo contrário: o Senado, mais uma vez, tem que cumprir sua função de Casa Revisora. Não podemos cair naquela situação em que, toda vez em que se mexe num projeto da Câmara, a tendência daquela Casa é dizer: "Vamos simplesmente recusar o que foi feito no Senado e ficarmos com o relatório original".

Por se tratar de uma Lei de Informática, que representa tanto para o País no momento e certamente para o desenvolvimento tecnológico da Nação, nesta Casa, estamos observando o que foi feito corretamente na Câmara, com assessores e Deputados que realmente conhecem o setor, mas ainda encontramos alguns detalhamentos que precisam ser feitos. Foi o que fez o Senador Eduardo Azeredo e é o que estamos fazendo com relação à emenda da Senadora Ideli Salvatti. Se não aceitarmos essa emenda, estaremos prejudicando uma indústria que é líder no mercado, simplesmente por ela não estão instaladas na Zona Franca de Manaus.

Embora não tenhamos nenhum Senador do Estado do Amazonas – o Senador Arthur Virgílio neste momento está numa reunião de Lideranças exatamente sobre a questão do salário mínimo, que vai ser votado hoje à tarde no plenário; pediu-me inclusive que anunciasse aqui, Sr. Presidente, que toda e

qualquer observação que S. Exª faria nesta reunião será feita no plenário, durante a discussão da Lei de Informática –, é fundamental ressaltar, Sr. Presidente, que tivemos que recusar as emendas apresentadas pelos Senadores Jefferson Peres e Gilberto Mestrinho, dois ilustres Senadores do Estado do Amazonas – o Senador Gilberto Mestrinho, ex-Governador do Estado; o Senador Jefferson Péres, presença sempre muito objetiva, forte, brilhante. Ao analisarmos a proposta feita, concluímos que a emenda proposta por S. Exªs, na verdade, condena a indústria eletroeletrônica, sobretudo de informática, para o resto do País, porque há uma preocupação da área da Zona Franca de Manaus com relação à produção dos vídeos. Há o temor de que amanhã, se a tecnologia de plasma, principalmente, começar a ser aplicada diretamente na produção dos aparelhos de televisão, se o vídeo – e o vídeo de raios catódicos não é necessariamente um produto de informática, mas de eletrônica –, se o vídeo for substituído por um item de informática, como é o caso do monitor, poderia perder, evidentemente, essa concessão quase exclusiva de produção de vídeos a Zona Franca de Manaus, em compensação o que se propõe nesta emenda é retirar o incentivo de 88% para o resto do País. Quer dizer, se atendermos a essa medida, estaremos praticamente impedindo que amanhã haja qualquer iniciativa na área de informática em qualquer outra região do País.

Temos em Minas Gerais um pólo de informática importantíssimo, o de Santa Rita do Sapucaí, onde sabemos que pesquisas de importância vital para o País estão sendo feitas e sabemos do resultado comercial de tudo aquilo que se produz naquela região. Não podemos prejudicar definitivamente qualquer projeto de informática da região em função de concessões feitas no passado e que deram certo. Ainda agora eu dizia para o Senador Arthur Virgílio que retirei da **Folha de S.Paulo**, dia 15 de junho, uma informação preciosa:

> "A produção industrial registrou alta em onze das catorze áreas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)".

Agora, vejam só:

> "O Estado do Amazonas foi o que obteve o melhor resultado, com o crescimento de 13,8%. A expansão deveu-se ao aumento da fabricação de televisores e de telefones celulares na Zona Franca de Manaus".

É exatamente sobre isso. E quem fica em segundo lugar? Em segundo lugar, fica São Paulo, com 10,7%. Depois, Minas Gerais, 3,5%; Pernambuco, 5,6%; Bahia, 5,5%; Paraná, 4,4%; Região Nordeste, 3,7%.

Não estamos tirando rigorosamente nada da Zona Franca de Manaus. Só estamos impedindo que seja retirado do resto do País um benefício que também, evidentemente, aplica-se a toda a indústria de informática e eletroeletrônica.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Senador, quero apenas lhe dizer que o Senador Hélio Costa...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Eduardo Azeredo...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – ... lembra com propriedade a questão de nosso pólo tecnológico do Sul de Minas, da região de Santa Rita do Sapucaí, e o Governador Aécio Neves retomou um projeto de investimento, de busca de novos investimentos. Nessa região, inclusive, temos investimentos de Taiwan. São empresas de produtos eletrônicos de Taiwan que estão se instalando em Santa Rita do Sapucaí, em Pouso Alegre e também na região de Itajubá.

Essa região do Sul de Minas, evidentemente, não pode ser prejudicada, porque são esforços próprios realizados há muito tempo, esforços de Governo, esforços das empresas. É importante que mantenhamos esse bom balanceamento: algum incentivo importante para a Zona Franca. Houve, na Reforma Tributária, a extensão do benefício da Zona Franca até 2020. Essa determinação é válida por se tratar de uma região onde tudo é mais difícil em termos de logística e de acesso ao mercado, mas, por outro lado, não podemos esquecer que o restante do País também quer participar dessa nova tecnologia, que é a tecnologia da informação, que produz empregos e uma atividade econômica muito efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto é bastante complexo e de interesse nacional para o nosso desenvolvimento.

Estamos vivendo no Brasil hoje um momento muito importante em que temos que proteger o nosso desenvolvimento, e para protegê-lo temos que proteger a ciência, a tecnologia, o nosso conhecimento.

O assunto, como eu disse, é complexo, mas, graças a Deus, aqui no Senado temos tido Senadores com larga experiência em todos os setores e, neste caso, o relatório do Senador Hélio Costa é primoroso, demonstra conhecimento, nos dá tranqüilidade e confiança para o voto, como também as observações feitas pelo Senador Eduardo Azeredo, que é um **expert** na área da informática, que faz com que a gente vote um projeto

como esse com segurança, com tranqüilidade. É um avanço para o nosso desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Juvêncio.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Aproveito para cumprimentar o Relator, Senador Hélio Costa, pela eficiência na apresentação no tempo curto deste relatório. Como disse, o projeto está em regime de urgência.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço uma observação. É importante que, ao final, depois de aprovado o Relatório – e não gostaria de prejudicar definitivamente nenhuma proposta que sei que no encaminhamento tem tudo para ser aprovada na Câmara dos Deputados –, possamos acrescentar uma lei que regulamente o que chamamos de novas mídias. Do contrário, estaremos incorrendo num erro gravíssimo dentro da área de informática exatamente no que diz respeito à transmissão de imagens seriadas por telefonia. São canais de transmissão de vídeo que precisam ser regulamentados, que exigem uma legislação específica e que eu certamente gostaria de estar tratando no futuro. Mas, para não prejudicar a proposição da forma como ela chegou no Senado, aprovamos o relatório com as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Comunico que o Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa, encaminhou para a Comissão uma proposta de financiamento das empresas de televisão, rádio, enfim, o socorro à mídia, como foi chamado pela imprensa. Realizamos aqui duas audiências públicas para orientar os Srs. Senadores a respeito do que estava acontecendo e distribuímos na semana passada essa proposta aos Senadores. Eu pediria aos Srs. Senadores da Comissão que analisassem essa proposta, porque vamos propor aqui na próxima reunião que a Comissão se manifeste a respeito.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e encerro a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h25min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 25ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de junho de 2004.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Maguito Vilela, Valdir Raupp, José Maranhão, Demóstenes Torres, Efraim Morais, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Delcídio Amaral, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Sérgio Guerra, Osmar Dias, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti e Roseana Sarney, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência comunica à comissão que, em memória ao Ex-Governador Leonel Brizola, falecido no dia de ontem vinte e um de junho de dois mil e quatro, não haverá deliberação de matérias constantes da pauta, ficando todas adiadas. Prosseguindo, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, justifica a ausência do Presidente, Senador Osmar Dias, que está representando este colegiado nos exéquias do Doutor Leonel Brizola, na cidade do Rio de Janeiro. A Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes, para homenagens ao Ex-Governador Leonel Brizola. Usam da palavra os Senhores Senadores Hélio Costa, José Maranhão, Antero Paes de Barros, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Demóstenes Torres, Maguito Vilela, Luiz Otávio e Cristovam Buarque. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e três minuto, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Hélio Costa,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Havendo **quorum** regimental, declaro aberta a 25ª reunião extraordinária da Comissão de Educação.

Temos uma extensa pauta para o dia de hoje, que ficará prejudicada, uma vez que todas as comissões que iniciaram seus trabalhos hoje pela manhã, por iniciativa da Presidência, encerraram a reunião em homenagem a Leonel Brizola, que, lamentavelmente, faleceu ontem. Por sugestão dos diversos presidentes de comissões, que dessa forma agiram hoje de manhã, faremos exatamente a mesma coisa na Comissão de Educação.

A figura de Leonel Brizola está intimamente ligada à educação no País. Nós tivemos a oportunidade de com ele conviver em seu exílio, em Nova Iorque, especialmente naqueles momentos de solidão e de saudade profunda do Brasil, quando Leonel Brizola tinha aquela mania mineira de bater um papo. Então, ele ligava para o repórter Hélio Costa, e eu ia para hotel dele – ele morava no Hotel Roosevelt, em Nova Iorque –, onde passávamos horas conversando, trocando idéias. Eu sentia que, na verdade, era uma vontade de conversar com um brasileiro, com um amigo, com uma pessoa que tivesse com ele uma afinidade qualquer. Isso me aproximou muito de Leonel Brizola. Eu já admirava suas idéias firmes em defesa da soberania nacional, sua posição em defesa da legalidade, e essas conversas conseguiram fazer com que eu aprofundasse ainda mais a minha admiração e o meu respeito pelo Governador Leonel Brizola.

Ontem, participei de um congresso de radiodifusores em Minas Gerais, onde estavam representantes da radiodifusão de praticamente todos os Estados brasileiros. Lá também estava o Senador Eduardo Azeredo. E nós, mineiros, pudemos ver, naquele instante em que a comunidade da comunicação estava reunida, até mesmo para prestar homenagens importantes, como a comunidade sentiu o impacto da morte de Leonel Brizola, que ocorreu em torno de 21 horas e 30 minutos. Quando chegou a notícia, houve quase que uma verdadeira comoção.

Em atenção a esse momento tão triste da vida política nacional, que jamais será a mesma sem essa figura carismática, forte, presente de Leonel Brizola, vamos suspender a reunião da Comissão de Educação. Antes, porém, evidentemente, cada Senador que quiser fazer uso da palavra terá sua oportunidade.

Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Hélio Costa, quero também externar, como já fiz na Comissão de Assuntos Econômicos, em nome do meu Partido, o PSDB, os sentimentos de todos os brasileiros pelo falecimento de Leonel Brizola. V. Exª lembrou que tivemos essa informação ao final do evento da Amirt, ocorrido ontem, em Minas Gerais.

Leonel Brizola foi um homem muito seguro nas suas posições, coerente, autêntico, um líder verdadeiro. Evidentemente, em determinados momentos, tivemos opiniões divergentes, em outros, tivemos opiniões convergentes. Ele foi importante na eleição de Pimenta da Veiga para Prefeito de Belo Horizonte, quando fui Vice-Prefeito, em 1988, primeira disputa eleitoral de que participei. Ele esteve conosco correndo as ruas de Belo Horizonte, trazendo seu apoio naquela coligação de então.

Leonel Brizola sempre teve uma postura nacionalista, defendendo as empresas, o mercado brasileiro. Seu pensamento levou a alianças importantes, como aquela com o Presidente Lula nas eleições de 1998. Já nas últimas eleições, ele esteve junto, mas veio a discordar posteriormente dos rumos do Governo. Considero importante que os homens públicos que dedicaram sua vida à política brasileira, sejam reverenciados.

Leonel Brizola deixa, realmente, a marca da autenticidade, de um líder verdadeiro, de um homem que lutou pelo ideal, pelas posições políticas em que acreditava. Este é um momento em que os brasileiros precisam respeitar a história desse homem que marcou a política brasileira nos últimos 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a figura de Leonel Brizola é emblemática para o Brasil. Ontem, assistia à televisão, e a Rede Globo chamou aquela tradicional notícia extraordinária, que nos deixa sempre na expectativa de saber o que aconteceu, informando que Leonel Brizola havia morrido. Sinceramente, se eu tivesse que apostar em alguém que fosse morrer – é claro que não existe tal aposta –, não seria em Leonel Brizola.

Em fevereiro ou março, presidi, ocasionalmente, a reunião da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar em que houve a oitiva de Leonel Brizola. Ele tinha 20 minutos para falar. Eu acabei prorrogando o tempo, e ele falou mais de uma hora. Fiz isso porque ele era uma pessoa que tinha o que dizer, uma figura histórica viva no Brasil.

Quando cursava o segundo grau, e, depois, no movimento universitário, ele era a figura que eu mais admirava. Lembro-me de ter votado nele duas vezes para Presidente da República. É claro que depois houve um distanciamento ideológico, mas ficou essa figura dura, aguerrida, que, nos dias atuais, fazia uma

oposição muito forte e viva ao Presidente da República, tendo-o apoiado na eleição, há pouco tempo. Por quê? Porque ele era uma figura realmente coerente dentro de suas convicções, um homem que investiu muito em educação, que teve sua passagem pela vida pública de forma retumbante, que participou do processo de nacionalização e desafiou muita gente. É claro que isso pode ser entendido hoje como atraso, mas na época não o era.

Ele participou de uma rede de legalidade para evitar que houvesse o Golpe de 64 e, depois, foi uma das vítimas dele, que, querendo ou não, acabou fazendo com que o Brasil se tornasse, por muito tempo, um país absolutamente unilateral, onde apenas um tipo de idéia podia prevalecer. Leonel Brizola, ao lado de outros, foi um grande combatente desse regime.

Tenho a maior admiração por ele e possivelmente comparecerei ao seu velório. Com sinceridade, senti muito – não só formalmente – a perda de uma pessoa que considerava e ainda considero um dos maiores expoentes da nossa história política.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Demóstenes Torres, eu me permito fazer uma observação sobre o tempo em que Brizola estava no exílio, em Nova Iorque. Em 1979, com a abertura que foi iniciada no regime militar, Brizola decidiu voltar ao Brasil. Recordo-me de que participei com ele de uma reunião, no Hotel Roosevelt, em Nova Iorque, exatamente para lhe sugerir que chegasse não num fim de semana, num domingo pela manhã, conforme ele estava pretendendo, mas em um dia de semana, para que seu retorno ao Brasil desse uma grande repercussão.

Nessa conversa, tive a preocupação, como chefe do birô da Rede Globo nos Estados Unidos, de fazer uma ligação para o Dr. Roberto Marinho e lhe antecipar que Brizola estava voltando. Existia uma situação quase constrangedora entre Brizola e o Dr. Roberto, e eu não sabia qual seria o procedimento da Rede Globo no retorno de Leonel Brizola. Então, perguntava se cabia, evidentemente, uma entrevista. Depois de 15 anos fora do Brasil, o retorno de Leonel Brizola, sem dúvida alguma, seria uma grande notícia. E falou mais alto, evidentemente, o espírito jornalístico de Roberto Marinho, porque eu disse: "É evidente que temos que entrevistar o Brizola. Depois de 15 anos no exterior, ele tem que ser entrevistado e vai sê-lo muitas vezes mais".

Fiz a entrevista, que foi ao ar na véspera da chegada de Brizola, no Jornal Nacional. Evidentemente, no dia seguinte, foi um grande impacto a chegada dele no aeroporto do Galeão pela manhã.

Por causa disso, eu quis fazer uma espécie de papel de oficial de ligação entre Brizola e Roberto Marinho. Fui ao Brizola e disse: "Olha, Governador, o senhor tinha que estabelecer um princípio de fazer um contato permanente com o Dr. Roberto. Quem sabe o senhor põe uma espécie de telefone vermelho agora que o senhor está eleito Governador? E o senhor vai, de vez em quando, dar uma ligadinha para ele, conversar com ele, posicioná-lo sobre as coisas, principalmente do Rio de Janeiro. Ele tem muita atenção com essa situação toda do Rio". Ele falou: "Não é que você tem toda a razão? Vou fazer isso".

Eles começaram um "namoro" interessantíssimo, porque um ligava para o outro duas ou três vezes por dia. Bem, isso durou um mês. Os dois eram cabeças-duras. Evidentemente um mês depois já estavam se batendo novamente, brigando de uma forma incontrolável. Fui chamado, tanto por um lado quanto para o outro, para ver se conseguia reatar aquele entendimento, mas isso foi absolutamente impossível. E só cinco ou quase dez anos depois, novamente voltaram a um entendimento o jornalista e dono da TV Globo e a figura extraordinária de Leonel Brizola.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente Hélio Costa, Srªs e Srs. Senadores, creio que hoje é um dia triste pela morte do Governador Leonel Brizola. Embora eu tenha convicções na vida e não na morte, trata-se de uma grande perda para a política brasileira.

Desde ontem, sobressaltado com o noticiário, fiquei assistindo, rememorando... Estive filiado ao PDT e, na campanha de 1994, fiquei três dias andando com o Governador Brizola no Estado de Mato Grosso. Jamais imaginaria realmente que aquela fortaleza, aquele homem de saúde extraordinária fosse desaparecer assim repentinamente. Domingo ele ainda estava fazendo reuniões políticas.

A sua crença, a sua fé nas coisas que defendia, era algo fantástico. Entendo que Brizola foi rigorosamente coerente. Brizola provou algumas coisas extraordinárias da política: que é possível ser coerente; é possível ser honesto.

Deixei o PDT em solidariedade ao ex-Governador Dante de Oliveira, que fora expulso do PDT por ter vindo aqui apoiar a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Era um gesto duro, mas era um gesto coerente do Governador Brizola, que havia solicitado que o PDT ficasse contra aquela reeleição.

Brizola provou que é possível, portanto, fazer política com coerência. E, mesmo depois desse acontecimento, recentemente uma revista de publicação nacional chegou a tecer comentários sobre a honradez do Governador Brizola, e eu tive a oportunidade

de fazer um artigo: "Respeitem a história. Respeitem Brizola".

Não tenho a menor dúvida de que Brizola vai para o túmulo mostrando ao povo brasileiro que é possível fazer política e que é possível fazê-lo com as mãos limpas. Coerência, honradez, princípios republicanos, amor à coisa pública. Essa é a maior lição de Leonel Brizola às futuras gerações de brasileiros.

Na semana passada eu comentava com um jornalista colega meu, na presença do ex-Deputado Federal Vladimir Palmeira, como faz falta Brizola nos debates da Câmara e do Senado. Mas tenho certeza de que os homens morrem e as idéias ficam. Seu nacionalismo, seu amor ao Brasil vão ficar como exemplos para a juventude brasileira. E o Senado não poderia ter outra atitude senão esta anunciada por V. Exª: paralisar as atividades. Hoje é um dia de reverenciar a política, é dia de reverenciar o político. Hoje é dia de reverenciar a coisa pública. Hoje é dia de reverenciar a ética, a coerência e a honestidade. Hoje é dia de reverenciar Brizola. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Eu quero sobretudo informar que o Senador Presidente da Comissão de Educação, Sr. Osmar Dias, que estava deslocando-se para Brasília para presidir esta reunião, teve, evidentemente, de mudar seu trajeto e dirigir-se para o Rio de Janeiro. S. Exª pediu que eu, ao chegar aqui, fizesse saber aos seus companheiros Senadores e Senadoras de sua presença no Rio de Janeiro representando esta Comissão e representando o Senado Federal no velório de Leonel Brizola.

Para nós, é evidentemente um momento muito duro e sentimental, uma vez que nós todos – e especialmente o nosso Presidente, por ser do PDT – temos um carinho todo especial por Leonel Brizola.

O desaparecimento dessa figura extraordinária da vida pública brasileira traz para nós todos um sentimento de vazio, de uma perda irreparável.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Eu quero também me associar às manifestações dos meus colegas Senadores, exaltando a figura pública, o líder Leonel Brizola, uma figura bastante polêmica em muitas ocasiões, mas possuidora de virtudes que têm que ser enaltecidas, prestigiadas e valorizadas.

Ressalto a luta que Leonel Brizola empreendeu a vida toda pela legalidade e constitucionalidade em momentos difíceis no nosso País. Também destaco sua preocupação com o capital, com o patrimônio brasileiro, que vinha e vem sendo dilapidado e enviado para o exterior. A fuga de capital, como sempre aponta a Senadora Heloísa Helena, patrocinada pela agiotagem internacional, tem empobrecido o Brasil. O empobrecimento do Brasil devido à remessa de nosso patrimônio para o exterior foi sempre uma preocupação de Leonel Brizola, preocupação essa que ainda é pertinente. Basta dizer que mandamos mais de cem bilhões em juros da dívida para o exterior. Cem bilhões de reais! Portanto, os juros de um ano seriam suficientes para alavancar as mudanças de que o Brasil precisa.

Um outro aspecto de Leonel Brizola, que também foi uma marca dele em vida, foi a profunda preocupação social, com a população marginalizada, com a realização de direitos fundamentais. E isso se estampou particularmente na educação, haja vista os Centros Integrados de Educação Pública, que, embora recebam críticas de muitas pessoas, demonstram o grande interesse de Brizola, como homem público, como dirigente, como Governador, como Parlamentar, na educação como base e instrumento de tudo.

Neste momento devemos refletir sobre a caminhada desse grande brasileiro, que teve presença tão marcante na vida nacional nas últimas décadas, e enfatizar novamente bandeiras de luta que continuam sendo atuais. Como memória a Leonel Brizola, podemos nos empenhar nessas questões fundamentais, da legalidade, da defesa do patrimônio nacional, dos direitos humanos fundamentais, de direitos sociais, com ênfase particularmente naquilo que é objeto desta Comissão, que é o acesso à construção de educação de qualidade como elemento fundamental de cidadania. Associo-me a todas as manifestações e que a vida de Leonel Brizola possa servir como subsídio, como alavanca ou, como no livro **O Pequeno Príncipe**, onde diz que, como as ondas do mar que fazem agora deste momento de morte o ponto de partida para novos avanços no Brasil também.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Flávio Arns, é importante ressaltar que Leonel Brizola ficou conhecido no Brasil inteiro pelos chamados Cieps, aquelas escolas múltiplas do Rio de Janeiro, estrategicamente colocadas principalmente às margens das rodovias que dão acesso ao Rio de Janeiro, como a Rodovia Presidente Dutra, a BR–040, e aquilo mostrou a obra que Brizola estava realizando naquele Estado, que, durante muitos anos, foi referência nacional. Em Minas Gerais, tentamos copiar o Cieps, em outros Estados aconteceu a mesma coisa. Mas é interessante ressaltar que há 40 anos, em 1958, quando eleito governador gaúcho, com 55% dos votos dos gaúchos, e empossado em 59, ele criou a Caixa Econômica Estadual, adquiriu o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul, criou a Companhia Aços Finos Piratini, a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações e ainda pressionou o Governo Federal para instalar uma refinaria de petróleo no Estado. Encampou a compa-

nhia telefônica rio-grandense, subsidiária da ITT americana. No setor de educação, construiu 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios e escolas normais. Isso é extraordinário. É uma biografia inigualável e sempre se associando àquelas pessoas que tinham na educação, evidentemente, quase que o mote da sua vida, como é o caso de Darcy Ribeiro.

Convivi com Darcy Ribeiro por muitos anos. O professor era extraordinário, era um homem com uma capacidade intelectual formidável, de um pensamento brilhante e estava ao lado de Leonel Brizola. Eram duas figuras totalmente distintas nesse sentido, porque Darcy Ribeiro era um homem que tinha, sobretudo na finesse política, sua capacidade de persuasão. Por outro lado, Brizola, que dizia: "Dê-me um microfone, e eu derroto meus adversários", tinha uma fala forte, objetiva e certamente sensibilizou inúmeros jovens, como eu mesmo, que se apaixonaram por ele pela sua maneira de fazer política, pela sua capacidade extraordinária de sensibilizar as pessoas pela palavra.

Senador José Maranhão, gostaria de usar da palavra? Estamos praticamente fazendo uma sessão rápida na Comissão de Educação e não vamos fazer uma sessão normal.

Aproveito a oportunidade para fazer um convite para, amanhã, às 10h, fazermos essa sessão que seria realizada hoje, porque teremos assuntos importantíssimos que deverão entrar em pauta. O item 1, por exemplo, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação acerca do nível de educação dos professores, depois há o segundo item, que é educação especial nas escolas rurais, o item 4 fala sobre alteração na composição do conselho de alimentação escolar e torna obrigatória a capacitação dos seus membros. Depois há o item 5, que institui o sistema de avaliação da qualidade do ensino fundamental público e até, finalmente, o item 10, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste Goiano. Essa reunião de amanhã pode ser extremamente importante.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PR) – Quero, Sr. Presidente, apenas me associar a V. Exª pelas justas e merecidas homenagens que, na condição de Presidente desta Comissão e de Senador da República, presta à memória do grande, do extraordinário homem público Leonel Brizola.

Tive a honra e a satisfação, quando muito jovem ainda, estudante, de participar do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, quando esse Partido era uma proposta social-democrática e, por isso mesmo, um Partido que integrava os melhores sentimentos nacionalistas deste País.

Brizola era um remanescente das grandes lideranças nacionais. Ele próprio era uma parte viva da história recente do Brasil. Participou de forma ativa de todos os movimentos que antecederam o Golpe Militar de 64 e foi daqueles que pagou o preço duro de ter-se oposto, com a coragem, com a bravura, com o patriotismo que lhe era característico, ao regime militar de 64.

Ele participou não de forma incidental. Uma coisa interessante em relação ao movimento militar de 64 é que muitos daqueles que contribuíram tanto no meio civil como no meio militar depois se tornaram adversários do regime, porque alguns foram contrariados, perseguidos ou incompreendidos; Brizola não. Brizola fazia parte do grupo dos autênticos, daqueles que nunca se equivocaram em relação ao entreguismo que caracterizava basicamente o movimento de 64, entreguismo esse que depois foi denunciado pelo próprio Departamento de Estado Americano.

Como é sabido, as informações de natureza sigilosa, na democracia americana, são liberadas depois de cinco anos de acontecidas, e as revelações do embaixador americano aqui foram o testemunho de que o Golpe de 64 foi praticado a serviço de interesses, sobretudo, do governo americano ou de segmentos – eu não diria da democracia americana, porque há uma diferença muito grande entre a democracia americana e o que se passa ao conhecimento da opinião pública como manifestação da democracia e do governo americano – da área empresarial e de segurança do governo americano, que patrocinaram esse movimento de 64 no Brasil. Isso é fato histórico inconteste.

Brizola sempre esteve à frente de todos movimentos que, desde muito antes de eclodir o Golpe de 64, denunciava na imprensa, no parlamento nacional, em todas as tribunas que se lhe oferecia.

Depois de decadente o regime de 64, depois de longo exílio, Brizola voltou ao País com o mesmo vigor cívico, com a mesma coragem e com o mesmo idealismo da sua juventude, posição que ele guardou até o dia de ontem, quando aconteceu a sua morte.

Por isso, digo sempre que podemos divergir de Brizola. Podemos até não aceitar as idéias que ele defende, como ele defende, mas ninguém poderá deixar de reconhecer a sua coragem, o seu patriotismo, o seu apego à causa democrática e, sobretudo, a sua intransigência em torno dos postulados da soberania brasileira.

Esse tributo todos nós temos de render a Leonel Brizola, o político, o homem, o líder.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador José Maranhão.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, parabéns pela iniciativa. Creio que hoje todo o Brasil deve prestar homenagens a este ilustre homem público: Leonel Brizola.

Eu não tive o privilégio de conhecê-lo mais detalhadamente. Há poucos meses que o conheci pessoalmente, mas acompanho a sua história, a sua trajetória, e trata-se, realmente, de um político extremamente nacionalista, idealista, honesto, extremamente inteligente, até porque Governador em dois dos principais Estados brasileiros.

Portanto, quero também render as minhas homenagens, porque, infelizmente, morre uma história política do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Como tenho mais um fato curioso relacionado à política nacional, gostaria de prestar esse depoimento aqui, Senador Maguito Vilela.

Em 1989, o Senador Itamar Franco, uma figura muito influente no Senado da República, tinha um relacionamento com o Governador Leonel Brizola que não era, possivelmente, o mesmo que veio a ser mais tarde, quando se tornaram muito amigos, participaram de campanhas juntos, defenderam idéias semelhantes. Mas, naquela época, havia uma situação um pouco delicada entre Leonel Brizola e Itamar Franco.

Ainda assim, quando anunciados os candidatos à Presidência da República, nós, mineiros, entendemos imediatamente que podíamos reivindicar a presença de Itamar Franco em uma das chapas, como candidato a Vice, no mínimo. A primeira opção que tivemos – discutimos isso longamente com o Senador Itamar Franco – foi a de que ele seria um ótimo candidato a Vice se Leonel Brizola viesse a ser candidato a Presidente.

Saí daqui, por sugestão de Maurício Corrêa, que era muito amigo de Itamar e também Senador, e fui ao Rio de Janeiro, acompanhado por mais dois companheiros – eu era Deputado Federal –, para propor a presença de Itamar Franco na chapa de Leonel Brizola.

Conversamos com Leonel Brizola por três horas. Ele não citou uma única vez o nome do Itamar nem respondeu à nossa pergunta, mas falou por três horas sobre o assunto e não disse rigorosamente se aceitava ou não, se queria ou não. Ele sequer mencionou o nome do Itamar.

Saímos daii. Ao chegar à Câmara dos Deputados, encontro o Renan Calheiros, a quem relatei o caso. E o Renan disse: "Por que não fazemos o seguinte: vamos à Casa de Alagoas, porque o Collor está lá, propor a ele que o Itamar seja o Vice dele, porque é o melhor Vice, não há a menor dúvida. Minas Gerais precisa participar dessa chapa."

Saí com o Renan Calheiros, fomos à Casa de Alagoas, e, de lá, surge a candidatura de Itamar a Vice.

Com isso, estamos dizendo com todas as letras que o Renan Calheiros e este modesto Senador tivemos uma participação importantíssima na indicação do Senador Itamar Franco, que acaba se tornando um Presidente da República, um grande Presidente, sem dúvida nenhuma.

Vejo que também o Senador Luiz Otávio deseja se pronunciar nesta homenagem que estamos prestando, a Comissão de Educação, à figura extraordinária do Governador Leonel Brizola.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, o meu Estado, o Pará, com certeza tem no Partido Democrata Trabalhista, PDT, uma grande sigla partidária, uma grande representação na Assembléia Legislativa, na Câmara Federal. Com certeza, o partido, que hoje tem essa célula no Estado do Pará, sente-se triste, como todos os paraenses, como todos os brasileiros. Ao mesmo tempo, sente-se honrado de ter participado de seu quadro Leonel Brizola, grande ídolo político de várias gerações, seguidor de Getúlio Vargas. Com certeza, ele deixou sua marca pelo importante trabalho em prol da abertura e consolidação da democracia.

O Estado do Pará tem no PDT hoje grandes figuras, como o Deputado Martinho Carmona, presidente do Diretório Municipal, candidato a Prefeito de Belém; na Presidência do Diretório Estadual, o Deputado Giovani Queiroz, que, como médico, Prefeito de Conceição do Araguaia, Deputado Estadual e Federal, tem um grande valor para aquele Estado.

Rendo, portanto, minhas homenagens, em nome do Estado do Pará, em nome da Bancada Federal do Estado do Pará no Senado, representados pela Senadora Ana Júlia Carepa e pelo Senador Duciomar Costa, que têm hoje participação importante na vida política do Estado do Pará e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Obrigado, Senador Luiz Otávio.

Ao passar a palavra para o Senador Cristovam Buarque, ex-ministro da Educação, tenho certeza de S. Exª saberá avaliar os números que apresentei poucos antes de ele chegar. Leonel Brizola, entre ser Prefeito de Porto Alegre, Governador do Rio Grande do Sul e Governador do Estado do Rio de Janeiro, construiu 5.902 escoias primárias, 278 escoias técnicas e 131 ginásios e escolas normais. É extraordinária a biografia desse homem, desse político formidável que foi Leonel Brizola na questão da educação.

Passo a palavra ao ilustre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, eu e minha geração despertamos para a política ouvindo a voz de Leonel Brizola na grande "Cadeia da Legalidade", criada por ele no Rio Grande do Sul como instrumento de resistência ao golpe militar.

A primeira idéia que nos vem a cabeça a respeito de Brizola é a valentia, enfrentando na rua, com coragem, forças militares. Mas eu o conheci pessoalmente quando ele chegou a Nova Iorque expulso de Montevidéu. Eu morava em Washington e telefonei para ele, que, imediatamente, se prontificou a vir conversar com um pequeno grupo de brasileiros. Um homem que devia estar assustado, preocupado, em nenhum momento manifestou fraqueza ou firmeza na sua luta. Depois, reencontrei-o quando ele era candidato a Presidente da República. Tenho orgulho de dizer que o meu primeiro voto para Presidente foi para Leonel Brizola. Costumo dizer que sou um petista brizolista e nunca deixei de ser até o último momento.

Em 1989, Brizola encarnava coisas que faziam dele a pessoa que mais poderia levar ao Brasil dois pontos fundamentais: a defesa da nacionalidade e a construção da nacionalidade através da educação. Por isso, fiz campanha para ele no primeiro turno, juntamente com Darcy Ribeiro e Fernando Lyra, duas pessoas pelas quais sempre tive grande admiração. Brizola foi, de todos os grandes políticos desse pequeno grupo, que não é igual a nós, porque se destaca de uma maneira fenomenal no País, aquele que de fato encarnou a educação, como nenhum outro. Os outros encarnam economia, desenvolvimento, infra-estrutura, mas em educação o único foi Brizola.

Como Prefeito de Porto Alegre, deu início à defesa da educação, com os dados que V. Exª apresentou.

Anos e anos depois, volta do exílio, poderia ter mudado, mas continuou com a teimosia pela educação e trouxe algo que parece absurdo, mas que o mundo inteiro tem, que é a idéia do ensino integral nas escolas para todas as crianças. O óbvio: lugar de criança é na escola, e não, como existem em alguns lugares, por duas ou por quatro horas, e sim por seis horas de aula, onde elas possam não apenas aprender o que se ensina na escola, mas fazer aquilo que as classes média e alta pagam por fora, como balé, ginástica e inglês. Ele criou os Cieps, que levavam a isso.

É uma pena que os Cieps ficaram mais conhecidos pela sua arquitetura do que pela sua concepção pedagógica. Mas foi uma grande obra de Darcy Ribeiro e de Brizola.

Ontem, quando eu soube que ele estava no hospital, tive a sensação de que Brizola não é homem de ficar entrando e saindo do hospital, como os mortais comuns. A primeira vez que ele vai ao hospital é a última vez que ele vai ao hospital. Ele morreu de pé aos 82 anos, ele morreu combatendo. E eu tenho o orgulho de dizer que fiz parte da geração que viu a luta de Brizola do começo ao final da vida dele. Fica o exemplo de um político coerente nos seus princípios, ainda que, de vez em quando, assumisse posições que nos parecem, a muita gente, contraditória. Mas os princípios eram os mesmos, de um político combativo, de um político austero, coisa rara. É um homem que passou a vida dele vivendo da mesma forma. Hoje recebi um e-mail de um amigo que disse que teve um encontro, logo no começo dos anos 80, na casa de Fernando Henrique Cardoso, com Brizola, e, na hora em que o Fernando Henrique pergunta se ele queria tomar alguma coisa, ele disse: "Professor, me traga um café com leite". Enquanto os outros estavam tomando os seus uísques, seus vinhos. Ele era uma figura do povo, simples, autêntico, austero. Quem pode passar por tantos cargos sem ninguém levantar acusações de corrupção contra ele. É um exemplo que fica para nós, e que ninguém esqueça Leonel Brizola, um homem que marcou a história do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Cristóvam Buarque.

Eu, então, em nome do Senador Osmar Dias, que neste momento, conforme antecipei, está-se deslocando para o Rio de Janeiro, para estar presente ao velório de Leonel Brizola, convoco uma reunião extraordinária para amanhã, às 10 horas da manhã, para apreciarmos a pauta que estaria em discussão hoje, especialmente pelo fato de termos itens importantíssimos que precisam de decisão antes do recesso parlamentar.

Conforme antecipei: Projeto terminativo nº 358, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; o item nº 2 também fala sobre a educação especial às escolas rurais no processo de distribuição dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental; o item nº 5 institui o Sistema de Avaliação da Qualidade do Ensino Fundamental público e dá outras providências, do Senador Aloizio Mercadante; e até mesmo o item nº 10, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste Goiano. Então, são alguns dos pontos importantíssimos que devem ter, e ainda temos 132 projetos de rádios comunitárias, que precisam do parecer do plenário, de cada um dos Srs. Relatores.

Então, convido-os para amanhã, às 10 horas.

Com as nossas sinceras homenagens, em nome do Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias, a esse ilustre brasileiro que lamentavelmente faleceu ontem, Governador Leonel Brizola.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h03min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 26ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de junho de 2004.

Às dez horas e cinqüenta minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, José Maranhão, Efraim Morais, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia e Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Valmir Amaral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Sérgio Guerra e Almeida Lima. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Cabral e Roseana Sarney. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa , submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta e logo após a Pauta referente a Projetos de Decretos Legislativos e Pauta-Extra. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Jorge que, "Altera o § 4º do artigo 87 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do nível de formação dos professores da educação básica". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Alberto Silva que, "Institui o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Maguito Vilela que, "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste Goiano (UFSEG), por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Catalão e dá outras providências". O relator designado é o Senador José Maranhão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Neste momento passa-se a apreciação da pauta de Decretos Legislativos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa transfere a Presidência ao Senhor Senador Papaléo Paes para relatar os seguintes itens da pauta de Projetos de Decretos Legislativos.: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 929, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Liberdade – ABECCOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 012, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Carmo da Mata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 013, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Alto Palestina e Camposaltinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Altos, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 014, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Leste Mineira de Comunicação para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 126 de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Bairro Morada do Sol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Enéas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Apro-

va o ato que autoriza a Associação Comunitária Aiuruocana de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiuruoca, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Mineira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa reassume a Presidência e continua a deliberação da pauta: **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM D.A. Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Taquarí. Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rita Mota Matos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará.". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acopiara, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Coreaú Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Granja, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Itamarati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruburetama, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 080, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 087, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Sítio Histórico de Olinda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 088, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Brasil e Outras Artérias a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pombos, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da TV e Rádio Jornal do Commércio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Recife, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 023, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Caçapava Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Magno Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 030, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Gravataí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média

na cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 040, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 079, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Espaço Cultural de Paulínia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alto Taquari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Rádios Difusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Nepomuceno Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nepomuceno, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Manhuaçu, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 006, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Rolândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolândia, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 024, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itapuã de Pato Branco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 077, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Município de Laranjal – ASCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 092, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Integração a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Jordão, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Difusora Cultural Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Irati, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Tapira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapira, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de De-**

creto Legislativo nº 148, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Clube Entre Amigos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Lagoa Dourada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra da Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Candói, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 019, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Armazém a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Armazém, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Freqüência Brasileira de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Índio Condá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mar Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Campos Novos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 609, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Agenor Zanon para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio da Vinci FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Limeira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Limeira, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Itaí de Rio Claro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iúna, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Marília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Marília, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vitória,

Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 028, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jaraguá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Caçanjurê Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Colméia de Porto União Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal a Verdade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José, Estado de Santa Catarina". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 029, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tamandaré S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Recife, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 055, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Surubinense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Surubim, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 089, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Desenvolvimento Comunitário das Vertentes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vertentes, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Livre Comunitária de Capoeiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capoeiras, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Liberdade Comunitária FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária do Cabo de Santo Agostinho – Rádio Calheta – A Difusão Cabense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de Recife Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Machados FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machados, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que,

"Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Felicidade FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 031, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Rio Branco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 044, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Central de Ipuiuna Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Turmalina, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 058, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Município de Abaeté a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 060, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão Tropicália – ACERT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Pará, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Alto Rio Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itabirinha de Mantena, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso – Rádio Educadora para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 74: Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Serrania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrania, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Itapagipe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Centro de Cultura, Esporte e Assistência Social – ABCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 78: Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2004,** de caráter terminativo, de au-

toria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Radiodifusão Utilidades de Integração Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 79: Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural "O Caminho" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 80: Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Oriente de Redenção Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Redenção, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 81: Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Jerônimo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 82: Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Brasil Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 83: Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Vale do Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 84: Projeto de Decreto Legislativo nº 041, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Novo Cântico FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapira, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 85: Projeto de Decreto Legislativo nº 050, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Artística, Desportiva e de Comunicação Social Nova Campina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Campina, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 86: Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Santana de Parnaíba a executar serviço de radodifusão comunitária na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 87: Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Ternura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 88: Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaipú de Marília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jaú, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 89: Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Líder do Sertão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chorrochó, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 90: Projeto de Decreto Legislativo nº 022, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Sinuelo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 91: Projeto de Decreto Legislativo nº 033, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à

Empresa Jornalística Noroeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 92: Projeto de Decreto Legislativo nº 045, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Mucajaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 93: Projeto de Decreto Legislativo nº 054, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário de Radiodifusão de Veranópolis – CORAVER a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 94: Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Verdes Matas – ACOVERMA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 95: Projeto de Decreto Legislativo nº 091, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Anunciação de Santa Bárbara D'oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 96: Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Itapecerica da Serra – ACIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 97: Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 98: Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Inhumas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Inhumas, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 99: Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Ciência de Anápolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anápolis, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 100: Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio América do Rio Grande do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 101: Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Cultura Cacequiense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 102: Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Rubiataba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rubiataba, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 103: Projeto de Decreto Legislativo nº 075, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Organização RH Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 104: Projeto de Decreto Legislativo nº 084, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Assistencial de Vertente do Lério – ASCAVEL a executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Vertente, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 105: Projeto de Decreto Legislativo nº 085, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Unidos por Rio Formoso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Formoso, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com as emendas nºs 01 e 02-CE, aprovadas por quinze (15) votos. **Item 106: Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ibirajuba-PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirajuba, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 107: Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 108: Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Educativa de Tapauá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapauá, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 109: Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 110: Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Mar Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Manaus, Estado do Amazonas". O relator designado é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 111: Projeto de Decreto Legislativo nº 043, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural Beto Abacaxi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 112: Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 113: Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Fraternidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araras, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 114: Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 115: Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Torres & Camargo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Valentim Gentil, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 116: Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivoque, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Maravilha – Alagoas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Alagoas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 117: Projeto de Decreto Legislativo nº 629, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Litoral Maranhense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média na cidade de São Luís, Estado do Maranhão".

O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 118: Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 119: Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Luis, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 120: Projeto de Decreto Legislativo nº 020, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som da Terra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 121: Projeto de Decreto Legislativo nº 049, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Nova Canaã do Norte-MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 122: Projeto de Decreto Legislativo nº 099, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Educadora Nova Geração Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 123: Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Alta Floresta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 124: Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Sapezal – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapezal, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 125: Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa de Juína para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 126: Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Bairro Centro de Acorizal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acorizal, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 127: Projeto de Decreto Legislativo nº 034, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Bairros do Município de Areial a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areial, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 128: Projeto de Decreto Legislativo nº 046, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Alagoinha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoinha, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 129: Projeto de Decreto Legislativo nº 061, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Acauã Produções Culturais – APC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade deAparecida, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa para relatar os seguintes itens: **Item 130: Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Curitibana de Radiodifusão

Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araucária, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 131: Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Agudos, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 132: Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cesumar para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias e ou Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta Extra: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 008, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Coronel Freitas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lajes, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 491, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa para relatar os seguintes itens: **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCACIONAL MANDACARU – ACCEM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maringá, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aquarela FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Realeza, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Prosseguindo, os Senhores Senadores Osmar Dias, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Eduardo Azeredo, Maguito Vilela, Leonel Pavan e Garibaldi Alves Filho pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra pauta, dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 066, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 592, de 2004, Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2003 e Requerimento de autoria do Senhor Senador Leonel Pavan. Os requerimentos são aprovados. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 066, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tobias Barreto, Estado de Sergipe". O relator designado, ad hoc, é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Sergipe S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe". O relator designado, ad hoc, é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Musical FM de Itaguaí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Antonio Barbara para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio 102 de Pinhalzinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Televisão Educativa do Alto Paranaíba – FUNALTOPAR para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Mater Ecclesiae para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da TV Serra Dourada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Extra-Pauta, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Centro Oeste de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aragarças, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nerópolis, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Unieste Propaganda Marketing e Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Planaltina, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale do Araçá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 592, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Tubá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 15: Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leonel Pavan que, "Nos termos do art. 90, inciso II-V do Regimento Interno, requeiro que seja realizada Audiência Pública, nesta comissão, a fim de esclarecer pontos e aprimorar o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2004, de minha autoria, que 'dispõe sobre a regulamentação da profissão de publicitário'. Para isso solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades:

Senhor José Antônio Calazans – Presidente da Federação Nacional das Agências de Propagandas – FENAPRO; Senhor Dalton Pastore, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Propaganda – ABAP; Senhor Petrônio Cunha Corrêa, Presidente do Conselho Executivo das Normas-Padrão – CENP; Washington Oliveto, Publicitário e Presidente da Agência W/ Brasil; Nizan Guanaes, Publicitário e Presidente da Agência África e Professor Eloy Simões, Professor da Unisul/SC". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano (UFSOG), por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Jataí, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, Júlio **Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Srªs e Srs. Senadores, havendo **quorum** regimental, declaro aberta a 26ª reunião extraordinária da Comissão de Educação.

Inicialmente, analisaremos os Projetos de Decreto Legislativo e, posteriormente, entraremos na pauta do dia.

Passo a Presidência ao Senador Papaléo Paes, pois os Itens de 1 a 8 são exatamente de minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa para relatar as matérias constantes do **Item 1 ao Item 8 da pauta**.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, são itens relacionados às cidades de Patrocínio, Carmo da Mata, Campos Altos, Governador Valadares, Capitão Enéias, Uberaba, Aiuruoca e Uberlândia.

O relatório é favorável pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação ocorrerá no final da reunião.

Retorno a palavra ao nobre Senador Hélio Costa para exercer a Presidência da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 104.

Itens 12, 13, 14 e 15, que serão relatados pelo Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos esses projetos têm o parecer favorável. Sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir os projetos, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Apenas no final da reunião faremos a votação de todos os itens.

Passo aos Itens 16, 17, 18 e 19, cujo Relator é o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente Senador Hélio Costa, eu gostaria de dizer que, com relação a esses itens, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão os projetos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, encerro a discussão.

Faremos a votação ao final da nossa reunião.

Passo aos Itens 26, 27 e 28. Trata-se de projetos de decreto legislativo, cujo Relator é Senador Aelton Freitas.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, **(?)(?)** somos pela aprovação dos três itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Relator é pela aprovação dos três itens.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir as matérias, encerro a discussão.

A votação será ao final da reunião.

O Relator dos Itens 29 a 37 é o Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, os pareceres dos itens mencionados, 29 a 37, são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pareceres favoráveis.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir os projetos, encerro a discussão.

Faremos a votação ao final da reunião.

O Relator dos Itens 38 a 42 é o Senador Leonel Pavan, a quem passo a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª a possibilidade de incluir o Projeto de Decreto Legislativo nº 397. É possível? Não sei se o Júlio já tem em mão essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Leonel Pavan, enquanto V. Exª faz essa solicitação, submetemos o seu requerimento verbalmente à votação. Aprovado, evidentemente o projeto será apreciado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, sou favorável a todos os itens enumerados por V. Exª. Consideramos os projetos de extrema importância para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Submeto à votação também o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, cujo Relator é o Senador Leonel Pavan.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Somente em votação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente. E a votação será ao final da reunião.

Passo aos Itens 43, 44 e 45, cujo Relator é o Senador Efraim Morais.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O parecer é favorável para todos os itens.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir as matérias, encerro a discussão.

Passo aos Itens 52, 53, 54, 55, 56. A Relatora é a Senadora Ideli Salvatti, a quem concedo a palavra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável aos cincos Projetos de Decreto Legislativo que tratam de emissoras nos Municípios de Taió, Jaraguá do Sul, Caçador, Porto União e São José, todos do meu querido Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos aos próximos itens.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, solicito a retirada, se possível, dos itens 108, 109 e 110, para reexame.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Serão retirados os itens 108, 109 e 110 para reexame, a pedido do Senador Leonel Pavan.

Passemos para o início da pauta, substituindo os Relatores designados por Relatores **ad hoc**.

Item nº 9.

Pediria ao Senador Efraim Morais que relatasse os itens nºs 9 e 10, cujo Relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT - MS) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos aos próximos itens - 21, 22, 23, 24 e 25 -, cujo Relator é o Senador Valdir Raupp. Peço ao Senador Maguito Vilela, que é do PMDB, para emitir parecer como Relator **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Maguito Vilela) – Todos os itens são de parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos aos próximos itens - 46, 47, 48, 49, 50 e 51 -, cujo Relator é o Senador Gerson Camata. Peço ao Senador Reginaldo Duarte para emitir parecer como Relator **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Reginaldo Duarte) – Sr. Presidente, todos os itens têm parecer pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 57 a 65.

O Relator é o Senador José Jorge, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – São projetos de aprovação de emissoras de rádio do Estado de Pernambuco e todos têm parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos aos próximos itens: 66, 67 a 79. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo. Peço ao Senador Aelton Freitas que emita parecer dos itens 67 a 78 como Relator **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Aelton Freitas) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação e temos certeza de que o Senador Eduardo Azeredo agiria da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Os **itens 66 a 78** têm parecer favorável.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 79, 80, 81 e 82.

Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – O parecer é favorável em relação aos itens 79, 80, 81 e 82.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 83, 84, 85, 86, 87, 88 e 89.

Como o Relator, Senador Almeida Lima, não está presente, vou pedir mais uma vez ao Senador Efraim Morais que, faça apresentação do relatório verbal.

O SR. RELATOR AD HOC (Efraim Morais) – Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, vamos aos próximos itens.

Itens 90, 91, 92, 93, 94 e solicito à Senadora Ideli Salvatti para, como Senadora **ad hoc**, em nome da Senadora Fátima Cleide, os Itens de 90 a 94.

A SRª RELATORA AD HOC (Ideli Salvatti) – Sr. Presidente, na condição de Relatora **ad hoc**, quero repassar o parecer da Senadora Fátima Cleide favorável à aprovação dos decretos legislativos nominados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) -Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, vamos ao próximo item.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, há três rádios comunitárias de interesse de Goiás e a renovação da concessão de uma TV de Goiás todas prontas. Requeiro a V. Exª que também as inclua na pauta de hoje.

Sou o Relator de todas elas com o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Exª poderia identificá-las?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, são os PDS nºs 330, 409, 410 e 383.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Vamos providenciar a identificação dos itens.

Colocarei em votação extrapauta a votação dos itens de V. Exª.

Estando aprovado o requerimento, fico aguardando o texto dos projetos de decreto legislativo para a aprovação final.

Em discussão a proposta do Senador Maguito Vilela com a aprovação dos pareceres dos itens 330, 409, 410 e 383.

Não havendo quem queria discutir, somos pela aprovação no final da sessão.

Vamos aos **Itens 95 a 97**, cujo Relator é o Senador João Capiberibe. Solicito ao Senador Reginaldo Duarte que faça a apresentação dos pareceres.

O SR. RELATOR AD HOC (Reginaldo Duarte) – Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, vamos aos próximos itens.

Itens 98 a 102, em que o Senador Demóstenes Torres é o Relator. Peço ao Senador Maguito Vilela que apresente, como Senador **ad hoc**, os pareceres dos Itens 98 a 102.

O SR. RELATOR AD HOC (Maguito Vilela) – Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, vamos aos próximos itens.

Itens 103 a 107, cujo Relator é o Senador Sérgio.

Solicito ao Senador José Jorge que apresente o relatório verbal.

O SR. RELATOR AD HOC (José Jorge) – V. Exª poderia repetir quais são?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Itens 103, 104, 105 e 106.

O SR. RELATOR AD HOC (José Jorge) – O parecer do Senador Sérgio Guerra em todos os quatro casos é favorável e, portanto, acompanho seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Foram retirados para reexame os **Itens 108 e 109**, mas gostaria de acrescentá-los, Senador José Jorge e, se V. Exª aprova, o **Item 107** que deixei de mencionar.

O SR. RELATOR AD HOC (José Jorge) – Da mesma forma, o parecer do Senador Sérgio Guerra é favorável e, conseqüentemente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, vamos aos próximos itens.

Itens 111 e 112, cujo Relator é o Senador Mão Santa. Não estando presente o Relator, solicito ao Senador Flávio Arns que faça a apresentação **ad hoc**, do Relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (Flávio Arns) – Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Itens nºs 113 e 114. O Senador Luiz Otávio é o Relator. Peço ao Senador Leonel Pavan que faça a apresentação do relatório **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Leonel Pavan) – Somos favoráveis por se encontrar perfeitamente dentro da lei.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos aos próximos itens.

Itens nºs 115 e 116. O Senador João Tenório é o Relator. Não estando presente, peço ao ilustre Senador Marco Maciel que faça a apresentação **ad hoc** dos relatórios.

O SR. RELATOR AD HOC (Marco Maciel) – Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Itens nºs 117, 118 e 119.

O Relator é o Senador Edison Lobão, que não está presente. Solicito ao Senador Efraim Morais que apresente o relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (Efraim Morais) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Certo. Parecer favorável. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Itens nºs 120 a 126.

O Senador Jonas Pinheiro é o Relator. Não estando presente, peço ao Senador Aelton Freitas que apresente o relatório **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Aelton Freitas) – Opinamos pela aprovação, Sr. Presidente. Portanto, somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Itens nºs 127, 128 e 129.

O Senador José Maranhão é o Relator. Peço novamente ao Senador Efraim Morais que, como Relator **ad hoc**, apresente o parecer.

O SR. RELATOR AD HOC (Efraim Morais) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pareceres favoráveis. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

Itens nºs 130, 131 e 132.

O Relator é o ilustre Senador Osmar Dias, Presidente da Comissão. Passo a palavra a S. Exª para que, como Relator, possa proferir o parecer.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o parecer é favorável a todas as matérias que V. Exª confirmou.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Os pareceres são favoráveis.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos aos próximos itens.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A pedido do Senador Almeida Lima, solicito que V. Exª inclua na pauta as matérias que passo às mãos de V. Exª e que têm como Relatora a Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Portanto, por solicitação do Senador Osmar Dias, a pedido do ilustre Senador Almeida Lima, estou encaminhando. São dois pareceres com relatório da Senadora Maria do Carmo Alves. São duas rádios. A Rádio Cultura de Sergipe S.A. e FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda. As duas cidades: Tobias Barreto e Aracaju (SE). Solicito, então, à Secretaria que inclua imediatamente, ainda nesta reunião, como itens extrapauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria também de requerer a inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 411. Fundação Antônio Bárbara, Cianorte.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Por solicitação do Senador Flávio Arns, coloco em votação a inclusão, extrapauta, do Projeto de Decreto Legislativo nº 411.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A pedido do Senador Sérgio Cabral, que inclua também o processo da Rádio Musical FM de Itaguaí Ltda., do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Atendida a solicitação do Senador Sérgio Cabral, através de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Em discussão todos os itens que entraram extrapauta na reunião de hoje.

Não havendo quem queira discuti-los, vamos aos próximos itens.

O SR. AELTON FREITAS (PL- MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra, o Senador Aelton Freitas e, posteriormente, a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, peço que seja incluído também a Fundação Rádio e Televisão Educativa de Alto Paranaíba – Funaltopar, na cidade de Presidente Olegário, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Providenciaremos junto à Secretaria a inclusão, e já submeto o requerimento de V. Exª.

Coloco em discussão o requerimento de V. Exª.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovado.

Passo a palavra a V. Exª para relatar o item solicitado.

Senador Aelton Freitas, a solicitação de V. Exª foi colocada em votação.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – É o PDS nº 379, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, aprovado o requerimento de V. Exª.

Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, para inclusão também, extrapauta, do Projeto de Decreto Legislativo, que autoriza a Rádio 102 de Pinhalzinho. É o PDL nº 488.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Submeto à apreciação do Plenário o requerimento de V. Exª.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Passo a palavra a V. Exª para relatar o projeto.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, nosso parecer é pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio 102 de Pinhalzinho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – É pela aprovação o parecer da Senadora Ideli Salvatti.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos ao próximo item.

Existe algum outro pedido para inclusão extrapauta de algum projeto de decreto legislativo?

O SR. (orador não identificado) – Não, já solicitei.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Exª já solicitou.

Vamos à votação nominal, antes de passar, com muito orgulho, a Presidência dos trabalhos ao Senador Osmar Dias.

Passo para o Senador Osmar Dias a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Senador Hélio Costa por ter conduzido a reunião até agora.

Vamos dar seqüência, fazendo a chamada nominal para o voto de todos os processos que foram apreciados e discutidos.

Senadora Fátima Cleide...

(Procede-se à votação)

Então, todos foram aprovados. Consulto se o voto para as emendas é o mesmo. (Pausa.)

Confirmado, aprovadas também as emendas.

Os projetos que foram incluídos extrapauta já foram relatados e votados também.

Já encerramos a extrapauta. Vamos voltar para a pauta normal.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Há apenas mais um projeto de rádio que eu queria colocar em extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª pode relatar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Da Fundação Mata Eclesiástica de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer é favorável.

Pergunto se o voto é o mesmo de todos aqueles já proferidos. (Pausa.)

Aprovado.

Item 1 da pauta normal.

Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2003, que altera o § 4º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, acerca do nível de formação dos professores da educação básica.

Autor, Senador José Jorge. Relator, Senador Reginaldo Duarte, que deu parecer favorável. Foi concedida vista coletiva na reunião do dia 09/06. Não foram apresentadas manifestações por escrito, portanto fica mantido o relatório do Senador Reginaldo Duarte.

Pergunto se algum Senador deseja fazer alguma manifestação.

Senador José Jorge, autor do projeto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, este projeto é uma correção na LDB. Já expliquei aqui na reunião passada, não é um projeto polêmico, apenas corrige uma situação que deixou dúvida.

Solicito que o projeto fosse aprovado hoje para que aproveitássemos esse final de semestre.

É somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para corroborar as observações feitas pelo Senador José Jorge.

Na realidade, essa dificuldade criada na lei trouxe uma série de inconvenientes, principalmente para as professoras do interior do meu Estado, Minas Gerais. Evidentemente, em todo e qualquer Estado brasileiro tivemos a mesma situação: houve uma verdadeira corrida de professores para se adaptarem a essa insistência da lei, ou seja, precisavam habilitar-se em nível superior ou serem formados por treinamento em serviço.

Na realidade, essa proposta, cujo Relator é o Senador Reginaldo Duarte, vem, conforme disse o Senador José Jorge, alterar esse § 4º do art. 87 da Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases, para facilitar a vida dos professores, especialmente no interior.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira se manifestar, está em votação. A votação será nominal. Farei a chamada.

Os Senadores que aprovarem o parecer, portanto o projeto do Senador José Jorge e o parecer do Senador Reginaldo Duarte, votam sim.

(Procede-se à votação)

Aprovado por unanimidade, com os cumprimentos da Presidência ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Exª e, ao mesmo tempo, gostaria de comunicar que infelizmente terei de me retirar, porque vamos inaugurar o nome da sala de Infra-Estrutura, aqui no corredor, como Apolônio Sales, que foi um grande Senador e criador da Chesf.

Vou me encontrar com o Presidente Sarney, que vai presidir a solenidade, e gostaria de convidar todos os Senadores, principalmente os do Nordeste, para comparecer. É uma solenidade rápida, (inaudível) com a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador José Jorge.

Item 2.

A Relatora, Senadora Lúcia Vânia, pediu para retirar da pauta.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Até porque o Senador Flávio Arns apresentou pequenas alterações, pelo que a Relatora pediu mais um prazo para fazer avaliação das propostas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senadora Ideli.

Item 3. Não temos a presença do Relator. Primeira reunião.

Item 4. Também não temos a presença.

Item 5. Temos a presença do Senador José Maranhão. Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2003, que institui sistema de avaliação da qualidade do ensino fundamental púbico e dá outras providências. O autor é o Senador Aloizio Mercadante, e o Relator é o Senador José Maranhão.

Foi concedida vista ao Senador José Jorge na reunião do dia 9/12, e o Senador apresentou voto em separado pela rejeição do projeto. Como S. Exª não está presente, vamos adiar para a próxima reunião, porque penso que seria muito difícil ter esse projeto relatado nesta reunião.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Gostaria de requerer a V. Exª que inclua na pauta extra o Projeto de Lei nº 493, de minha autoria, pronto para ser votado. Se possível, pediria a V. Exª que determinasse a inclusão como item 11 da pauta extra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto ao Plenário o requerimento do Senador Maguito Vilela de inclusão do Projeto de Lei nº 493.

(Pausa.)

Aprovado. Fica incluído.

Item 6.

Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, dispõe sobre o Dia Nacional da Consciência Negra e dá outras providências. Autora: Senadora Serys Slhessarenko. Relatora: Senadora Ideli Salvatti, que acaba de se ausentar.

Item 7. A relatora está ausente.

Item 8.

Institui o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista. Autor: Senador Alberto Silva. Relator: Senador Efraim Morais, que tem a palavra para relatar.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, à Comissão de Educação o PLS nº 481, de 2003, que institui sobre o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista, de autoria do nobre Senador Alberto Silva, a ser comemorado no dia 23 de novembro.

Análise.

Como bem relata na sua justificativa do projeto, o Sr. Teodomiro Carneiro Santiago é um ícone da engenharia elétrica no Brasil. Convencido da necessidade de se aliar a teoria à prática, o empreendedor e visionário professor canalizou suas energias para concretização do sonho de criar em Itajubá uma escola de engenharia com essas características. Sem se intimidar com as dificuldades de toda ordem, fundou em uma cidade do interior o primeiro Centro de Ensino Superior em Engenharia direcionado para a formação experimental. Nessa medida, o ITM foi precursor da instalação de muitas outras escolas dessa natureza e com idêntica ênfase na relevância da prática.

A importância da formação de profissionais formados a partir desse foco revelou-se indispensável na implementação do projeto. A contribuição que esses profissionais têm dado para o desenvolvimento do País é inquestionável, o que torna a homenagem oportuna e meritória.

A escolha da data da inauguração do Instituto Técnico e Mecânico de Itajubá, 23 de novembro, parece apropriada para a celebração, com o mérito adicional de reverenciar a figura do Professor Teodomiro Carneiro Santiago, o que reforça a oportunidade do presente projeto de lei.

Queria registrar aqui também a Escola de Engenharia Elétrica de Campina Grande, na Paraíba, que é considerada uma das melhores escolas do nosso País.

Nosso voto, pelo exposto, e examinado o mérito, e por não haver óbice de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, é pela aprovação.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Parecer favorável.

Em discussão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, como Senador por Minas Gerais, tenho certeza de que os Senadores Aelton Freitas e Eduardo Azeredo, que não está presente nesse momento, concordam com a homenagem que quero fazer ao Senador Alberto Silva.

O Senador Alberto Silva foi um dos primeiríssimos alunos do Instituto Eletrotécnico Mecânico de Itajubá, em Minas Gerais. E a região de Itajubá, Santa Rita de Sapucaí, acabou se transformando em um pólo de eletrônica e informática no Brasil. Na verdade, gostamos de dizer em Minas Gerais que a região é o vale do silício do Brasil e certamente do Estado de Minas Gerais.

Por essa razão, quando ele se lembra de criar, através do Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2003, o Dia Nacional do Eletricista, ele se lembra de homenagear o Professor Teodomiro Carneiro Santiago, que foi a força que moveu a criação dessa instituição tão extraordinária que até hoje representa tão bem o nosso Estado de Minas Gerais e, certamente, o Brasil, no esforço que se faz para trazer sempre a eletrônica, a informática, as ciências e o estudo das ciências para o contexto do interior do nosso Estado.

Então, agradeço ao ilustre Senador Alberto Silva pela lembrança. Certamente, nós todos, mineiros, ficamos muito honrados de ter a indicação do Dia Nacional do Engenheiro Eletricista na memória do Prof. Teodomiro Carneiro Santiago.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, em votação.

Vou fazer a chamada nominal.

(Procede-se à chamada nominal.)

Deixei de chamar algum Senador? (Pausa.)

Então, aprovado o projeto.

Como o Senador Mozarildo Cavalcanti não está presente, não vamos para o item 9.

Item 10.

Projeto de Lei nº 494, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste Goiano por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás em Catalão, e dá outras providências. O autor é o Senador Maguito Vilela, e o relator é o Senador José Maranhão, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é o parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste Goiano – UFSG por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás – UFG, em Catalão, e dá outras providências.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2003, de autoria do Senador Maguito Vilela, cria a Universidade Federal do Sudeste Goiano, por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de

Goiás – UFG, em Catalão. O PLS estabelece que os objetivos da universidade serão o ensino, a pesquisa e a extensão. Ele dispõe que a estrutura organizacional e a forma de funcionamento serão definidas segundo seu estatuto e as leis vigentes, bem como as respectivas competências da administração superior serão definidas no estatuto e no regimento geral pelo reitor e pelo conselho universitário. Ele autoriza ainda o Poder Executivo a transferir saldo orçamentário da Universidade Federal de Goiás para a UFSG e a praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto no projeto.

Em sua justificação, o Senador alega que a transformação do campus avançado de Catalão em universidade federal representará uma grande conquista para toda região do Sudeste do Estado de Goiás.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 494, de 2003, que será apreciado por esta comissão em caráter terminativo.

Análise.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 153.131 pessoas residem nos Municípios que compõem o sudeste goiano. Catalão, a maior cidade da região, possui 64.347 habitantes, dos quais 57.606 residem na área urbana. A taxa de alfabetização, entre as pessoas com 10 ou mais anos de idade, é de 92,10%.

A região, liderada pelo município de Catalão, vem experimentando um crescimento econômico, tendo se transformado em um dos maiores pólos minero-industrial do Estado de Goiás; programas de incentivos fiscais atraíram novas empresas que se instalaram na região, investiram alto volume de recursos, expandiram a produção e geraram grande número de empregos.

O desenvolvimento econômico e a crescente urbanização trouxeram maior demanda por capacitação profissional de qualidade. O campus avançado de Catalão, da Universidade Federal de Goiás, é a maior instituição de nível superior instalada na região e se esforça para formar novos profissionais que atendem a um mercado de trabalho cada vez mais exigente e seletivo.

A transformação do campus avançado em universidade federal representaria grande conquista para a região Sudeste do Estado de Goiás, como afirma o autor do PLS em análise. Com efeito da UFSEG, com a transferência do saldo orçamentário da Universidade Federal de Goiás, daria à nova universidade autonomia orçamentária, didática, científica e administrativa necessários a sua atuação, em consonância com as exigências da própria região.

Vale ressaltar, inclusive, que é por reconhecer a importância da educação de qualidade no desenvolvimento do País, que a Constituição Federal estabelece que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um" – art. 28, inciso V.

Dessa forma, julgamos de fundamental importância que o Sudeste goiano conte com uma universidade que ofereça ensino de qualidade e adequado a atender as novas exigências de capacitação profissional que o desenvolvimento econômico trouxe para os jovens da região.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2003.

Assina o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Procederei à chamada nominal.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido a todos os Senadores no sentido de que votem favoravelmente porque, na realidade, é um projeto importante para o Sudeste de Goiás, região de Catalão, que é industrializada e produz bastante. Inclusive, já existe o campus. Seria apenas para dar mais autonomia, tendo em vista a distância de Catalão para Goiânia e para Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em votação.

(Procede-se à votação nominal).

Aprovado.

Passamos ao item extrapauta solicitado pelo Senador Maguito Vilela. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano – o projeto que votamos há pouco foi referente ao sudeste – por desmembramento do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás, em Jataí, e dá outras providências.

O Relator é o Senador Garibaldi Alves Filho, a quem passo a palavra. Se V. Exª puder, gostaria que resumisse o relatório.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se, como já foi anunciado pelo Presidente, do Projeto de Lei do Senado nº 493/2003, de autoria do Senador Maguito Vilela. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano, por desmembramento do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás, em Jataí, e dá outras providências.

Sr. Presidente, é inegável a importância que a educação possui no processo de desenvolvimento de qualquer povo. Por reconhecer esse fato, a Constituição Federal diz que o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um.

Desse forma, julgamos de fundamental importância que o sudoeste goiano possui uma universidade que ofereça ensino de qualidade adequado para aten-

der as novas exigências de capacitação profissional que o desenvolvimento econômico trouxe aos jovens da região.

Congratulo-me, pois, com o Senador Maguito Vilela pela iniciativa. Ofereço meu voto para a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493/2003.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado.

Quero fazer uma comunicação a pedido do Comitê Pára-Olímpico Brasileiro.

O Comitê Pára-Olímpico Brasileiro mandou um ofício assinado por Vital Severino Neto, Presidente, dizendo que tem muita dificuldade para divulgar a participação dos atletas pára-olímpicos nas olimpíadas de Atenas. Reconhecendo o poder de divulgação que têm a TV Senado, a Rádio Senado e o **Jornal do Senado**, pedem que a Comissão de Educação interceda junto à direção desses órgãos de imprensa do Senado Federal para que possam ter o espaço necessário para divulgar a participação dos atletas pára-olímpicos nos jogos olímpicos de Atenas. Entendemos ser importante essa divulgação, principalmente a participação do Comitê Pára-olímpico com atletas de alto rendimento e pelo destaque que o Brasil tem obtido nas competições internacionais com os atletas pára-olímpicos. Estou formalizando nosso apoio a essas reivindicações junto aos órgãos de imprensa ao Senado. Vamos remeter um ofício à Presidência que, tenho certeza, será aprovado por todos os Senadores da Comissão para que haja uma ampla divulgação da participação do Comitê Pára-olímpico nas olimpíadas de Atenas. É uma comunicação que entendo ser conveniente e importante.

Peço autorização para, atendendo solicitação do Senador Leonel Pavan, submeter à apreciação uma pauta extra.

Rádio FM Coronel Freitas Ltda., de Santa Catarina. PDS nº 08/2004. O outro é o PDS nº 136, Rádio Princesa Ltda., de Lajes, Santa Catarina. Rádio Atlântida FM, de Blumenau, Ltda., PDS nº 491. A outra é a Associação Comunitária, Cultural e Educacional Mandacaru, de Maringá, Paraná. É o PDS nº 325.

Todos por solicitação do Senador Leonel Pavan.

Senador, Rádio Aquarela FM Ltda., de Realeza, Estado do Paraná, PDS nº 389.

Como os dois últimos têm o parecer favorável de minha autoria, consulto sobre o parecer de V. Exª nos primeiros que V. Exª solicitou que incluíssemos em pauta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, somos favoráveis a todos esses itens, e as duas do Paraná, que são seus eleitores, têm o aval do Senador de Santa Catarina.

Então, somos favoráveis.

Também gostaria de pedir a inclusão de mais dois PDS, se possível. O de nº 592, que trata da Sociedade Rádio Tubá Ltda., de Tubarão. E o PDS nº 453, da Rádio Vale do Araçá Ltda., cidade de Saudades, no oeste de Santa Catarina. Se for possível, incluí-los também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estão incluídos, e já consulto sobre o parecer de V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim, todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer é favorável.

Consulto se os votos dos Senadores são iguais aos que já foram conferidos.

Estão todos aprovados.

Mais um instante, porque parece que há mais alguma coisa a tratar.

Um requerimento do Senador Leonel Pavan novamente.

"Requerimento à Comissão de Educação.

Nos termos do art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno, requeiro que seja realizada audiência pública nessa Comissão, a fim de esclarecer pontos e aprimorar o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2004, de minha autoria, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de publicitário.

Para isso, solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades:

1º)Sr. José Antonio Calazans, Presidente da Federação Nacional das Agências de Propaganda, Fenapro;

2º) Sr. Dalton Pastore, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade, Abap;

3º) Sr. Petrônio Cunha Corrêa, Presidente do Conselho Executivo das Normas-Padrão, Cenp;

4º) Washington Olivetto, publicitário, Presidente da Agência W/Brasil;

5º) Nizan Guanaes, publicitário e Presidente da Agência África;

6º) Professor Elói Simões, professor da Unisul, Santa Catarina.

Está em discussão o requerimento do Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, hoje estamos trabalhando muito, pelo que se viu, até para fazer justiça ao nome dos "Leonéis". Um se foi, depois de tanto trabalhar, mas o outro fica para dar continuidade ao trabalho. Gostaria que fosse aprovado esse requerimento, em função do Projeto de Lei nº 30, de minha autoria, que propõe a regulamentação da profissão de publicitário. Por isso, estamos requerendo essa discussão em audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão, o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado.

Vamos tomar as providências para que a audiência pública seja realizada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião, com os agradecimentos desta Presidência.

(Levanta-se a reunião às 11h43min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 27ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de junho de 2004.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Morais, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral, Mão Santa, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, João Ribeiro, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Valmir Amaral, José Maranhão, Sérgio Guerra e Antero Paes de Barros. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Cabral e Roseana Sarney. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta e logo após a Pauta referente a Projetos de Decretos Legislativos. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Hartung que, "Altera a Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária". O relator designado é o Senador Almeida Lima e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 087, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana que, "Modifica a Lei nº 9609, de 19 de fevereiro de 1998, para oferecer garantias de privacidade aos usuários de programas de computador". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista ao Senador Hélio Costa, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2002**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Luiz Pastore que, "Insere no artigo 3º inciso I, da Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 1991, a alínea "d", para estimular a participação de artistas plásticos locais e regionais, nas atividades voltadas aos alunos do ensino básico, em escolas sem fins lucrativos". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista ao Senador José Jorge, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 032, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Tião Viana que, "Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavlacanti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ney Suassuna que, "Institui o Dia da Indústria Farmacêutica Nacional". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, "Requer, nos termos do art. 215, caput, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação com a finalidade de discutir a adaptação da legislação para o adequado exercício das atividades circenses. Deverão ser convidados para expor na Audiência Pública as seguintes autoridades e especialistas: o Ministro da Cultura, Senhor Gilberto Gil, o Ator Marcos Frota, a Senhora Edlamar Maria Cabral Zanquettin, do Circo Zanchettini, Amália Stvanovitz, do Circo Norte-Americano, o Senhor Antônio Stankovitz, do Circo Stankovitz, o Senhor Luiz Portugal, do Circo Portugal, a Senhora Dalva, do Circo Real De Moscou". O requerimento é aprovado. Dando prosseguimento o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Belo Oriente para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural e Artística Imaculada para executar

serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carandaí, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Paraisense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores de Córrego Fundo de Cima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Córrego Fundo, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 175 de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Multisom Rádio Princesa da Mata Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro Leopoldo/MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Beneficente Cristovam Chiaradia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Cortes, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a ACCCI – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Igarapé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a A voz de Lagoa Santa – Associação Comunitária Lagoa-Santense de Assistência Social e Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Magui – Comunicação e Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Educadora Cariri Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Crato, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Educativa Cultural de Pacatuba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacatuba, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão FM Tuiuiu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Dois Irmãos do Buriti, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM D.A. Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Regional Integrada para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) vo-

tos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Jake Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Alvorada D'Oeste, Estado de Rondônia". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alto Taquari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Clube do Livro Coriolano Castro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Suprema Comércio e Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Imbituba S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO FRAIBURGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a ADESPRU – Associação de Desenvolvimento Social, Econômico e Cultural de Prudentópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Dois Vizinhos – PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Club de Nova Aurora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Colorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colorado, Estado do Paraná.". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Juranda FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Juranda, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Canabarra Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo'. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda., para

explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à L. M. Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Borborema, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paulista de Avaré para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Avaré, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Nova Rádio Zenith Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Conchas, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema 90 de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Álvares Machado, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jalles Machado para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Cultura de Bom Jardim de Goiás – ASCOBOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim de Goiás, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Centro Rural de Tarumã – ACRUTA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarumã, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Carlos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Palmeiras de Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 015, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ubaporanguense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubaporanga, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 017, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Prados, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 098, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais". O relator desig-

nado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Paraíso FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tarumirinense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarumirim, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nhá-Chica de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Imagem e do Som de Raul Soares a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Raul Soares, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ilicínea, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São José de Mipibu/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade, à Infância e ao Meio Rural de Santana do Matos – APAMI, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Trairy Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Centro de Desenvolvimento Comunitário de Angicos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Democracia – Empresa Jornalística e Editora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Patu, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santana do Araguaia, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Araucária Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Guarujá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina". O relator

designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Educacional e Cultural de Inaciolândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Provisão de Radiodifusão e Apoio ao Menor – APRM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anápolis, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 001, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Valença Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 032, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 081, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cabo Frio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 083, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cristã Espírita Cultural Paulo de Tarso para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itaperuna Ltda., para explorar serviço de radodifusão sonora em onda média na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Regional de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Centro Pró-Melhoramento do Morro do Castro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 016, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Viradouro AM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Viradouro, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Registro Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Registro, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Jundiaiense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cacique de Taubaté LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o proje-

to é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2002,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Floriano Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Floriano, Estado do Piauí". O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Empresa de Radiodifusão Cultura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Grande Picos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Picos, Estado do Piauí". O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Ituverava Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo.". O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 74: Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Alternativa de Miguel Alves a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Alves, Estado do Piauí". O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Dom Expedito Lopes do Piauí (ACCDDEL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Expedito Lopes, Estado do Piauí". O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Blau Nunes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Santa Cruz do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 78: Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Joaquim Mariano da Costa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 79: Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2002,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Pantanal Som e Imagem Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 80: Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 81: Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Jea Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 82: Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Tesouro – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tesouro, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Sena-

dor Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 83: Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Educadora Nova Geração Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 84: Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao SJC – Sistema Juiense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 85: Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Rio Manso FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 86: Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rondonópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 87: Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a ASCOCOL – Associação Comunitária de Colorado do Oeste – RO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 88: Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tangará de Marília FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marília, Estado de São Paulo". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 89: Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nova Jacupiranga Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jacupiranga, Estado de São Paulo". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 90: Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Centro de Desenvolvimento Comunitário de Munguba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almeirim, Estado do Pará". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 91: Projeto de Decreto Legislativo nº 665, de 2002,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural das Entidades Mantedoras de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 92: Projeto de Decreto Legislativo nº 301, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Popular de Xinguara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Xinguara, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 93: Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos Comunicadores de Ourém a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourém, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 94: Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Tarabai a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarabai, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 95: Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Assistencial de Ibicoara-BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicoara, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 96: Projeto de De-**

creto Legislativo nº 257, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Promissão Sociedade Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Promissão, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 97: Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ativa FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Eunápolis, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 98: Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Ação Social Comunitária de Capim Branco – ASCOCAB, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capim Branco, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 99: Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Alerta FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caputira, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 100: Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sócio Cultural e Desportiva de Dormentes – ACSCDD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dormentes, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 101: Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Carmo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 102: Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Santa Maria do Cambucá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria do Cambucá, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 103: Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Camocim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Camocim de São Félix, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 104: Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Som Juventude Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 105: Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Shalom a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 106: Projeto de Decreto Legislativo nº 803, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ave Branca para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico dos Moradores da Praça do D.I. – QNA – Taguatinga – DF, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taguatinga, Distrito Federal". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 107: Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Arapuan Ltda ., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 108: Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Juru/PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juru, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 109: Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação em Serviço, Sócio-Cultural de Comunicação e de Desenvolvimento Comunitário de Marizópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marizópolis, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 110: Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Comunicação e Ação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado da Paraíba". O relator designado, ad ahoc, é o Senador Efraim Morias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos faovráveis. **Item 111: Projeto de Decreto Legislativo nº 686, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Salgadinho – PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgadinho, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 112: Projeto de Decreto Legislativo nº 057, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária 'Amigos de Conceição do Lago-Açu' a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Lago-Açu, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 113: Projeto de Decreto Legislativo nº 070, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Presidutrense – ACCP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Dutra, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 114: Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Maternidade Antenor Freitas Abreu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirândia, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 115: Projeto de Decreto Legislativo nº 605, de 2002,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 116: Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Araçatuba Ltda., para explorar serviço de radodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio Costa para relatar o seguinte item: **Item 117: Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Colméia de Campo Mourão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Prosseguindo, os Senhores Senadores Osmar Dias, Leone Pavan, Jonas Pinheiro e José Jorge pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra pauta, dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 542, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 565, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 571, de 2004 e Requerimento de autoria do Senhor Senador José Jorge. Os requerimentos são aprovados. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 542, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Náutica FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Maringá, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio o Guri AM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 565, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Juara – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é apro-

vado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 571, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Requerimento,** de caráter terminativo, de autoria do Senador José Jorge que, "Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer, Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação, com a finalidade de discutir e esclarecer denúncias publicas na imprensa, envolvendo a subsidiária do Banco do Brasil a Cobra Tecnologia, na prestação de serviços e aquisição e venda de materiais de informática para órgãos públicos, sem os devidos procedimentos previstos na legislação licitatória. Por oportuno, gostaria de sugerir o convite ao Presidente da Cobra Tecnologia, Senhor Graciano Santos Neto, para que responda sobre as atividades desenvolvidas pela empresa". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2003, Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2003, Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003.** Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: **Comunicado nº 01**: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sr. Patrus Ananias de Souza, ao Requerimento de Informação nº 328/04, aprovado nesta Comissão, acerca do Fundo de Combate e erradicação da Pobreza – FCEP, no exercício de 2003. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo". O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 27ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Temos uma pauta com nove itens e uma pauta para os PDLs, que são os projetos relativos a rádio e televisão, com 117 itens.

Antes de dar início à reunião, gostaria de ler um ofício que foi encaminhado a esta Presidência pelo Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, que diz:

Sr. Senador, por atender solicitação do Procurador da República Dr,. Lauro Pinto Cardoso Neto com o objetivo de instruir o Inquérito Cível Público nº..., em curso na Procuradoria da República no Distrito Federal, encaminho a V. Exª o anexo ofício de 14 de junho do corrente. A teor do disposto no § 4º do art. 8º da Lei Complementar nº 7.593, indico o prazo de vinte dias à resposta do solicitado, nada obstante possa ser prorrogado ante justificada promoção de V. Exª nesse sentido.

O Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, está nos oficiando para que encaminhemos a proposta de empréstimo do BNDES a ele, à mídia impressa e à televisão. Discutimos isso aqui em duas audiências públicas. Como recebemos do BNDES uma sugestão de proposta, vamos encaminhá-la ao Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles.

Peço à Secretaria que providencie o encaminhamento da matéria solicitada pelo Sr. Procurador-Geral da República.

Vamos iniciar pelo Item 11, que tem como Relator o Senador Reginaldo Duarte, que também é Relator do Item 12.

S. Exª tem a palavra.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Sr. Presidente, o parecer para renovação de concessão da Rádio Educadora Vale do Cariri, na cidade do Crato, é favorável. Também é favorável o parecer que autoriza a Fundação Educativa Cultural a executar serviço de radiodifusão na cidade de Pacatuba*, no Estado do Ceará, também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Itens 13 e 14.

Tem a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca para proferir parecer.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MT) – Sr. Presidente, nosso parecer é favorável, tanto para o Projeto de Decreto Legislativo nº 329, que autoriza o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Dois Irmãos do Buriti, no Estado de Mato Grosso do Sul, como também para o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, que autoriza a exploração do serviço de radiodifusão sonora em freqüência mo-

dulada na cidade de Bataguassu*, no Estado de Mato Grosso do Sul. Os dois pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Senador Flávio Arns, solicito a V. Exª parecer para os Itens 23, 24, 25, 26, 27.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem. Tem a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, requeiro a V. Exª a retirada de pauta do Item 1, de que sou Relator, diante de duas necessidades. Primeira, devo retirar-me neste instante em virtude de compromisso urgentíssimo; segunda, necessito reapreciar o parecer, que já foi proferido e está nos autos do processo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª será atendido. Retirado de pauta o Item 1.

Vamos para os itens 70, 71, 72, 73, 74 e 75.

Senador Mão Santa, solicito os pareceres de V. Exª.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Queremos informar à Presidência que todos os pareceres são favoráveis. Tratam de uma rádio na cidade de Floriano, no Piauí, de uma de freqüência modulada na cidade de Picos, no Piauí, de uma emissora de rádio de freqüência modulada na cidade de Ituverava, no Estado de São Paulo, de uma emissora na cidade de Miguel Alves, no Piauí, e, por último, uma na cidade de Dom Expedito Lopes, no Estado do Piauí. Todas satisfazem às condições de legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide para relatar os itens 87, 88, 89 e 90.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sr. Presidente, no item 87, somos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Colorado do Oeste, em Rondônia, a executar serviços de radiodifusão.

No item 88, somos pela permissão de outorga à Rádio Tangará de Marília FM Ltda, originariamente deferida à Rádio Clube de Vera Cruz Ltda para explorar serviços de radiodifusão na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Também somos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Nova Jacupiranga para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Quanto ao item 90, somos pela aprovação do ato que autoriza o Centro de Desenvolvimento Comunitário de Mungaba a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Almerim, Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para relatar os itens 98 e 99.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, os relatórios são favoráveis à Rádio Comunitária Alerta FM, na cidade de Caputira, Minas Gerais, e à Rádio Capim Branco, que nos dará uma rádio comunitária na cidade de Capim Branco.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para que eu possa relatar o item 117, passo a Presidência ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Para relatar o item 117, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, apresento parecer favorável à Radiodifusora Colméia de Campo Mourão Ltda. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, peço que inclua como extrapauta a Rádio Náutica FM, na cidade de Maringá, Paraná, para que eu possa apresentar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Submeto o requerimento de inclusão como extrapauta à apreciação do Plenário. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Relator.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Antes de passar ao próximo item, retorno a Presidência ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Retorno a palavra a V. Exª para relatar os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – São todos, Sr. Presidente, processos apreciados e que estão de acordo com a lei. São cidades que receber essas rádios comunitárias Belo Oriente, Lagoa Santa, Igarapé, Senador Cortes, Pedro Leopoldo, Carandaí. Todos os pareceres são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Pergunto se algum Senador tem processos de rádio para relatar.

Senador Aelton Freitas, qual o item?

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, do item 39 ao item 47.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sou favorável para as rádios de Ubaporanga, Minas Gerais, item 39; Prados, item 40; Jaboticatubas, na Grande BH, item 41; Manhumirim, na zona da mata, item 42; São Sebastião do Paraíso, no sudoeste mineiro, item 43; Tarumirim, item 44; Baependi, no circuito da águas, item 45; Raul Soares, item 46; e Ilicínea, no sudoeste mineiro, item 47.

Somos pela aprovação de todos os itens, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos agora iniciar um processo novo aqui. Solicito que os Senadores façam o relatório daqueles itens cujos relatores na estão presentes. Estamos praticamente na última semana do semestre e precisamos apreciar estes projetos que estão aqui.

Do item 15 ao item 20, o Senador Valdir Raupp é o Relator. Solicito à Senadora Fátima Cleide que apresente os pareceres como relatora **ad hoc.**

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Item 15: pela aprovação da concessão à Fundação regional Integrada, na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 16: pela aprovação que outorga permissão a GEC Comunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e freqüência modulada na cidade de Alvorada d'Oeste, Estado de Rondônia.

Item 17: pela aprovação do ato que renova concessão outorgada à Rádio Alto Taquari Ltda na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 18: opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Clube do Livro Coriolano Castro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 19: pela aprovação do ato que renova a concessão da Radiodifusão Sul-riograndense Ltda. Na cidade de Erexim, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 20: pela aprovação do ato que outorga permissão a Suprema Comércio Empreendimentos Ltda para executar serviços de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito ao Senador Flávio Arns que, como Senador **ad hoc,** apresente os pareceres dos itens 21 e 22.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Peço ao Senador Efraim Morais para, substituindo o Senador Papaléo Paes, que apresente os pareceres dos itens 28 até 33.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Peço ao Senador Demóstenes Torres que apresente os pareceres sobre os itens 34 até 38.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Peço ao Senador Juvêncio da Fonseca que apresente os pareceres sobre os itens 48 até 52, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Peço ao Senador Reginaldo Duarte que apresente parecer sobre o item 53, em substituição ao Senador Luiz Otávio.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – O parecer é favorável, Sr, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti que apresente o pareceres sobre os itens 54 e 55, em substituição ao Senador Leonel Pavan.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Peço ao Senador Demóstenes Torres que apresente os pareceres sobre os itens 56 até 58, em substituição ao Senador Maguito Vilela.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito ao Senador Eduardo Azeredo, em substituição ao Senador Sérgio Cabral, que apresente os pareceres sobre os itens 59 até 65.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Os pareceres são favoráveis. São rádios do Estado do Rio de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito ao Senador Mão Santa, em substituição ao Senador João Caiberibe, que apresente os pareceres sobre os itens 66 até 69.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, em todos o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Do item 76 ao item 78, solicito ao Senador Efraim Morais que profira parecer, em substituiçao ao Senador Marco Maciel.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Do item 79 ao item 86, solicito ao Senador Juvêncio da Fonseca que profira parecer, em substituição ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Do item 91 ao item 94, solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti que profira parecer, em substituição ao Senador Duciomar Costa.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Do item 95 ao item 97, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, solicito ao Senador Efraim Morais que profira parecer.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Do item 100 ao item 103, solicito ao Senador Eduardo Azeredo que profira parecer, em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O parecer é favorável às cidades de Dormentes, Ituverava, Santa Maria do Cambucá, Cambuci e São Félix.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Nos itens 104 e 105, solicito ao Senador Reginaldo Duarte que substitua o Senador João Ribeiro.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-SE) – Os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

No item 106, solicito ao Senador Efraim Morais que profira parecer, em substituição ao Senador Paulo Octávio.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nos itens 107, 108, 109, 110 e 111, solicito ao Senador Efraim Morais que profira parecer, em substituição ao Senador José Maranhão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nos itens 112, 113 e 114, solicito ao Senador Hélio Costa que profira parecer, em substituição à Senadora Roseana Sarney.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Todos os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Também solicito ao Senador Hélio Costa que profira parecer, em substituição ao Senador Tião Viana, no item 115.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – No item 116, em substituição ao Senador João Tenório, solicito ao Senador Reginaldo Duarte que profira parecer.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concluímos, então, a apreciação da pauta.

Procedo à chamada para votação nominal.

(Procede-se à votação nominal)

Todos foram aprovados.

Pergunto se para a emenda são mantidos os mesmos votos. Sim. Então, estão aprovadas também as emendas.

Vamos à pauta, que possui nove itens.

O item 1 foi retirado de pauta por seu Relator, Senador Almeida Lima.

Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2004, que modifica a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, para oferecer garantias de privacidade aos usuários de programas de computador. A autoria é do Senador Tião Viana. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo. O parecer é favorável com emenda oferecida. A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 1º e 8 de junho. A matéria é terminativa da CCJ.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposta do Senador Tião Viana, em análise: passa a constituir crime de falsidade ideológica a instalação dissimulada de rotinas ou programas acessórios sem o consentimento consciente do usuário. Com o passar do tempo, os usuários da Internet vão encontrando o seu caminho na prevenção ou eliminação de vírus, **span** e outras pragas que assolam a rede mundial de computadores.

Ainda não se deram conta, entretanto, os espiões, embora estes já estejam sendo disseminados como "cavalos de tróia" há alguns anos. Em sua nova versão, voltada em especial para atender as necessidades de empresas de **marketing**, são programas que se instalam e se escondem nos computadores para monitorar as atividades dos seus usuários, em especial as atividades de consumo e navegação na Internet. O motivo de ele ter passado despercebido por tanto tempo é simples: diferentemente do **span**, que quer ser visto, o **spyware** não quer ser visto – diz um jargão do meio. Seus efeitos podem variar de uma útil ferramenta de registro ou inscrição de determinado portal, evitando que o usuário tenha que se apresentar toda vez que acessa aquele endereço, até uma completa invasão da privacidade do usuário, reportando ao seu criador tudo o que existe naquela determinada máquina, incluindo cada tecla que ele acione.

Faz-se necessário regular a matéria, dando-se condições à Justiça de coibir os abusos e infrações.

Nesse sentido, o presente projeto, de forma simples e direta, ao modificar a lei do **software**, disciplina, eficazmente, mais esse aspecto da vida digital da população brasileira.

Houvemos por bem, no entanto, agregar aprimoramentos à redação do corpo do texto. São pequenos detalhes de redação que nada alteram o sentido geral do texto, mas o tornam mais claro.

Passo ao voto.

Diante do exposto e considerando a pertinência e utilidade da solução proposta, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2004, que modifica a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, para oferecer garantia de privacidade aos usuários de programa de computador com a emenda de redação que está em mão dos Srs. Senadores, exatamente buscando tornar mais clara a redação desse projeto importante, que procura dar condições à Justiça de acionar e punir aqueles que estiverem fazendo mal uso de uma ferramenta tão útil e tão importante, como é a Internet. Infelizmente, também nesse caso, há aqueles que não sabem utilizá-la e a utilizam para um fim não adequado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu gostaria de pedir vista a esse projeto, exatamente por se tratar, como diz o Senador Eduardo Azeredo, de uma situação que todos os dias se agrava. Lamentavelmente, por mais que queiramos aperfeiçoar o sistema, não existe como conter os **hackers**, ou seja, aqueles conhecedores profundos dos programas de computação. Eles entram nos computadores e fazem o que querem nos nossos computadores.

Eu só gostaria de fazer mais uma observação: se, talvez, usássemos essa oportunidade para tornarmos a lei mais clara e muito mais rígida com relação a esses invasores dos sistemas. Confesso que a proposta do Senador Tião Viana é muito boa; o Relator da propos-

ta de V. Exª é absolutamente correto, mas talvez seja a oportunidade de tratarmos a questão da invasão da privacidade nos programas de computadores de forma mais rígida, mais enérgica.

Então, por essa razão – e exclusivamente por essa razão –, eu pediria vista. Evidentemente que, na semana que vem, já poderíamos ter uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pelo prazo de cinco dias, concedemos, então, vista ao Senador Hélio Costa do Item 2.

Item 3.

Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2002. Insere no art. 3º, inciso I, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alínea **d**, para estimular a participação de artistas plásticos locais e regionais nas atividades voltadas aos alunos do ensino básico em escolas sem fins lucrativos.

O Senador Luiz Pastore é o autor e o Senador Demóstenes Torres, o Relator.

Teremos que realizar duas votações nominais para o projeto e para as emendas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Vou pedir vista desse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Já foi apresentado o relatório?

V. Exª pode apresentar o parecer para, depois, o Senador José Jorge se manifestar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, a Lei Rouanet é de 1991. Ela instituiu o programa nacional de apoio à cultura com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor.

O art. 3º da lei define como esses projetos culturais aprovados podem receber esses recursos do Pronac e deixa claro que esse projetos têm que ter três objetivos: incentivo à formação artístico-cultural; fomento à produção cultural e artística; preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico e estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais.

Vem o Senador Luiz Pastore e apresenta mais uma alternativa, que é a participação de artistas plásticos locais e regionais em projetos escolares que visem ao estímulo e desenvolvimento artístico e cultura de alunos da educação básica em escolas sem fins lucrativos.

A priori, entendo que esse item já está diluído nos demais, mas ainda assim apresentei duas emendas, uma emenda modificando o **caput** para se adequar a escrita formal dos projetos de lei, e uma segunda, que tem três alterações que podem melhorar essa idéia do Senador Luiz Pastore: suprimo a palavra "plásticos", ou seja, deixa de ser apenas "artistas plásticos locais" para ser qualquer tipo de artista, de música, dança, etc; também tiro a expressão "locais", porque já tem "regionais" e "artistas plásticos locais e regionais" pareceu-me uma redundância; tiro "escolas sem fins lucrativos" e coloco "escola pública", porque "escolas sem fins lucrativos" vai ser de uma amplitude tremenda, então, é melhor se direcionar para "escola pública".

Daí por que voto pela aprovação com essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, estou examinando esse projeto e resolvi pedir vista, porque me parece que é um projeto desnecessário. Na realidade, não há nada que proíba que as escolas convidem as pessoas, os artistas, para participarem do processo de ensino e aprendizagem em cada unidade. Também não é proibido, e a Lei Rouanet já o prevê, que se possam fazer projetos em que uma das atividades seria a presença de artistas nas escolas.

O art. 3º da lei define que os projetos culturais aprovados para receber os recursos do Pronac deverão atender a pelo menos um dos seguintes objetivos: incentivo à formação artístico-cultural, que seria, na realidade, um projeto de incentivo à formação artístico-cultural; fomento à produção cultural e esse projeto seria, também, de fomento cultural e artístico; preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, e estímulo ao conhecimento de bens e valores culturais.

Quer dizer, eu incluí mais um item aí dizendo o seguinte: "Participação de artistas plásticos locais e regionais em projetos escolares", etc, e, neste artigo específico, há uma espécie de mistura de laranja com banana, porque esses são princípios gerais que estamos dando em relação aos projetos que deverão ser aprovados.

Acredito que essa questão da presença do artista já é uma parte da execução de um determinado projeto que se queira fazer e que pode prever. Isso não está proibido, pelo contrário.

Então, eu gostaria de pedir vista para dar uma examinada melhor nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedida vista por cinco dias.

Passamos ao item 4. Não estando presente o Sr. Relator, passamos para o item 5. Também não está presente.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, para relatar o item 6, Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2004, que institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase. O Senador Tião Viana é o autor e o Senador Mozarildo Cavalcanti é o Relator, a quem concedo a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há reparos a serem feitos à proposição no que concerne à constitucionalidade, jurisdicidade e regimentalidade da matéria.

Quanto ao mérito, é inegável a importância da proposta, já que sabemos que essa doença infecciosa, por sua elevada prevalência, constitui um grave problema para a saúde pública no Brasil, que ocupa o segundo lugar em número de casos em todo o mundo, atrás somente da Índia.

A instituição de um Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase ensejará a conscientização e o engajamento de toda a população na luta que o Poder Público tem que empreender para eliminar a hanseníase no Brasil. Essa iniciativa muito contribuirá para que o nosso País deixe de figurar na vergonhosa lista dos 10 países, que de um total de 122, não conseguiram cumprir a meta de eliminação da doença, estabelecida pelo Organização Mundial de Saúde.

A informação correta sobre a doença muito poderá contribuir igualmente para diminuir a marginalização sofrida pelos milhares de brasileiros portadores do mal de Hansen, os quais, muitas vezes, encobrem a enfermidade e abandonam o tratamento para evitar a pesada rejeição por parte da comunidade.

Ficam assim caracterizadas a relevância, a propriedade e a oportunidade do PLS nº 32/2004 e, portanto, a nossa posição é favorável à proposição.

Ante as razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 32/2004.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Tem a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sr. Presidente, parabenizo o Senador Mozarildo Cavalcanti pelo parecer favorável ao projeto, uma vez que o Estado de Rondônia tem a maior prevalência nos índices de hanseníase. São 22,72% casos por 10 mil habitantes. Chegamos à constatação de que não é preciso apenas a distribuição de remédios, mas, sim, que haja uma mobilização, além de informar à sociedade a respeito da doença.

Parabéns ao Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, e também ao autor do projeto, Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação nominal.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aprovado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, fiz um requerimento à Comissão, solicitando a presença do presidente da Cobra, empresa de informática que pertence ao Banco do Brasil. Acontece que, na realidade, enderecei o documento à Subcomissão. Entendi que o requerimento seria aprovado por esta Comissão e nós o ouviríamos na Subcomissão de informática, local propício para o tema. Aparentemente, para isso ocorrer, o requerimento teria que ser aprovado na Subcomissão. Então, quero mudar o meu requerimento, no sentido de que S. Sª venha a esta Comissão primeiramente. Se possível, gostaria que V. Exª colocasse o meu depoimento em votação agora, inclusive daríamos um prazo maior para que S. Sª melhor se preparasse.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, V, Exª está apresentando um requerimento à Comissão de Educação neste momento?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Exatamente; e retirando o anterior.

Na realidade, a Cobra é um empresa criada ao tempo da reserva de mercado da informática. Posteriormente, fora adquirida pelo Banco do Brasil, ficando como uma subsidiária dessa entidade e, atualmente, trabalha na produção de equipamentos de *hardware*. Antigamente ela trabalhava apenas para o Banco do Brasil. Mas, atualmente, tem trabalhado para outras empresas como Caixa Econômica, Petrobrás. Ocorre que há uma série de questões em relação à licitações, onde se compra os equipamentos, nacionalização, e seria importante que nós soubéssemos o que estava acontecendo. Até porque o faturamento da Cobra aumentou muito em relação aos anos anteriores. Portanto, gostaríamos de saber o por quê. Para tanto, peço a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como o requerimento não faz parte da pauta, o submeto à aprovação pelo Plenário. (Pausa.) Aprovado.

Está em discussão o requerimento do Senador José Jorge.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.(Pausa.)

APROVADO.

Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 435/2003, que institui o dia da indústria farmacêutica nacional. Autor: Senador Ney Suassuna. A Senadora Maria do

Carmo Alves é a Relatora. Mas, como S. Exª está de licença, peço ao Senador Mão Santa que seja o Relator *ad hoc*.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, essa é uma feliz inspiração do Senador Ney Suassuna.

Trata-se do Projeto de Lei nº 435, de 2003, que institui o dia 1º de agosto como o Dia da Indústria Farmacêutica Nacional. O art. 2º determina que a proposição originária entra em vigor na data de sua publicação.

Analisando, considero uma feliz iniciativa da relatoria, pela Senadora Maria do Carmo Alves. Realmente, a nossa indústria farmacêutica nacional deve ser apoiada e motivada. Este é um meio de motivá-la, já que o déficit é extraordinário.

Basta salientar – um quadro vale por dez mil palavras – que nas importações o déficit é extraordinariamente grande. A importação deficitária foi de um bilhão e 238 milhões em 2002, e cada vez aumenta.

Esta é uma maneira de estimular, motivar o parque da indústria farmacêutica nacional. O voto da relatora, que coincide com o nosso e que merece os nossos aplausos, é o seguinte: em vista do exposto e considerando que o Projeto de Lei do Senado 435, de 2003, tem mérito indiscutível e atende aos requisitos da constitucionalidade e juridicidade, o voto é pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e faço a chamada para a votação nominal.

(Procede-se à votação nominal)

Quanto ao item 8, a Senadora Ideli Salvatti não está presente.

Passamos para o item 9.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, peço a V. Exª a possibilidade de colocar em votação, se é possível, o Projeto de Decreto Legislativo nº 407, que aprova o ato que outorga a concessão para a Rádio O Guri AM Ltda. E também o Projeto de Resolução nº 21, de 2004, apresentado pelo Senador Paulo Paim, que cria o Diploma Lanceiro Negro, com o intuito de premiar anualmente personalidades que tenham oferecido contribuição relevante para combater qualquer tipo de preconceito ou discriminação calcados na raça, cor, idade, sexo, etnia, religião, gênero ou deficiência. Se é possível também. Sou relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos submeter ao Plenário o primeiro item, o PDS 407 que V. Exª propôs, e o outro comprometo-me a colocá-lo na pauta de amanhã.

O primeiro já está na pauta e V. Exª já pode relatar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Somos favoráveis ao Projeto de Decreto Legislativo nº 407.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Consulto se o voto é o mesmo já consignado.

Consideramos aprovado o projeto.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, da mesma forma, gostaria que fosse incluída na pauta de votação os Decretos Legislativos nºs 571 e 565, ambos referentes a rádios, uma, a Radiodifusão de Água Boa, Ondas Médias, no Estado de Mato Grosso, e a outra para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Juara, também no Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a aprovação do Plenário, peço a V. Exª que já apresente o relatório.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Nos dois casos, somos favoráveis ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto se o voto consignado é o mesmo. (*Pausa.*)

Sendo o mesmo, estão em votação.

Aprovados os dois PDS.

Vamos para o item 9 da pauta. Requerimento do Senador Flávio Arns:

"Requeiro nos termos do art. 215, **caput**, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, com a finalidade de discutir a adaptação da legislação para o adequado exercício das atividades circenses, e deverão ser convidados para expor na audiência pública as seguintes autoridades e especialistas: Ministro da Cultura, Sr. Gilberto Gil; ator Marcos Frota; a Srª Edilamar Maria Cabral Zanchettini, do Circo Zanchettini; Amália Stivanovits, do Circo Norte-americano; Sr. Antonio Stanco-

vits, do Circo Stancovits; e o Sr. Luís Portugal, do Circo Portugal; a Srª Dalva, do Circo Real de Moscou."

O Senador Flávio Arns é o autor.

Está em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

APROVADO.

Apenas um comunicado para ler aqui, antes de encerrar a reunião. Comunico aos Srs. Senadores o recebimento da resposta do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sr. Patrus Ananias de Sousa, ao Requerimento de informações nº 328, de 2004, aprovado nesta Comissão, acerca do Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza no exercício 2003.

Os Srs. Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão dirigir-se à secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao arquivo.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Agradeço a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 12h11min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 28ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de Junho de 2004.

Às dez horas e cinqüenta e sete minutos do dia trinta de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Hélio Costa, Valdir Raupp, Sérgio Cabral; José Jorge, Reginaldo Duarte, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Duciomar Costa, Valmir Amaral, Maguito Vilela, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Efraim Morais, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Almeida Lima e Roseana Sarney que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, informa ao Plenário que, em virtude de várias manifestações dos membros da Comissão, questionando sobre a pertinência da deliberação de Projetos que autorizam o funcionamento de Rádios Comunitárias, pela Comissão, será feito uma consulta a todos os Senhores Senadores da Comissão de Educação, para avaliação desta questão uma vez que no início da Sessão Legislativa do ano de 2003, foi apresentado uma Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Senador Osmar Dias, retirando a prerrogativa do Congresso Nacional de deliberar sobre a autorização para o funcionamento de Rádios Comunitárias. O Senhor Presidente designa o Secretário da Comissão, Senhor Júlio Ricardo Linhares, para realizar a consulta. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta de Projetos de Decretos Legislativos e logo após a Pauta-Extra. **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 056, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial Lar da Paz – FALP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dores do Indaiá, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 071, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à TV Serra Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Lavras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda n.º 01-CE aprovada por quinze (15) votos. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Fama, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Rádio de Juiz de Fora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de**

2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Joaimense Cultural de Rádio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaíma, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de São Vicente de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Vespasiano-MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vespasiano, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Unaí – ACAU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à WEB Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Acaiaca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Santamariense de Comunicações Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão 'Nossa Senhora da Glória' a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Passa Tempo, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educativa Promove para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canindé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canindé, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Juazeiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 532, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Salamanca de Barbalha S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barbalha, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Terceiro Milênio para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itaporã, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga a permissão à Empresa de Radiodifusão Dinâmica FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Dourados, Estado de Mato

Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural "Raul Bopp" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Alagados FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mangueirinha, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Matelândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Matelândia, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Safira Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mamborê, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 546, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Radio Ingamar Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marialva, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 554, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação e Rádio FM Comunitária Tropical a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Julius August Marischen para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Santa Bárbara Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ilhabela, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Tupã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 578, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Arte, Cultura e Informação de São Pedro (ACARCISP) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de São Mateus Ltda., para explorar

serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 608, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ingá – PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ingá, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão e Conscientização Ecológica de Araguaína – ACODICE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Carajá de Anápolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anápolis, Estado de Goiás". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Organização de Comunicação Fredy Dietz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Terezinha de Goiás, Estado de Goiás". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ita FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itaberaí, Estado de Goiás". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pocranense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Pocrane, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência Comunitária de Coração de Jesus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa de Araporã – ACEAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araporã, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, Minas Gerais – ACRADATEC – RC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resende Costa, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Educativa de Vicentinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vicentinópolis, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Sudoeste Comunicações SOC. LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Tomás de Aquino, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Batistana de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais". O relator de-

signado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Rádio Sucesso FM de Mário Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mário Campos, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 609, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Kobu – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza A Associação Comunitária Cultural de Radiodifusão – ACCULTURAD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maria da Fé, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Matutão FM, Um Bem a Serviço de Campestre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Campestre, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda n.º 01-CE aprovada por quatorze (14) votos. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Nordeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional Sant'ana para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Arapuá Ipanguaçú a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipanguaçú, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 539, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Trídio Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 577, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Comunitária Auxiliadora, de Progresso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Progresso, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 558, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Dom Stanislau Van Melis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luís dos Montes Belos, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 562, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio São João do Paraíso FM (ACRSJP) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 601, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio do Comércio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Otávio e o

projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupi AM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osasco, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda n.º 01-CE aprovada por quinze (15) votos. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bebedouro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Tropical do Agreste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão para Comunicações Comunitária do Sítio de Areias do Município das Correntes – PE (ARCCSA-MC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correntes, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 566, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Camponovense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Fomento Agrícola de São João de Pirabas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Pirabas, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Grupo Amigos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Hertz de Franca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Franca, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 514, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Educativa Cristal FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbiara, Estado de Rondônia". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 533, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jacobina FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jacobina, Estado da Bahia". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 74: Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Água Quente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Érico Cardoso, Estado da Bahia". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pombal FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo nº 500, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rachel Andrade Silva para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente, Cultural e Comunitária Tupinambá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaparica, Estado da Bahia". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 78: Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Caratinga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 79: Projeto de Decreto Legislativo nº 492, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 80: Projeto de Decreto Legislativo nº 564, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Frei Inocêncio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frei Inocêncio, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 81: Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária River a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Vermelho, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 82: Projeto de Decreto Legislativo nº 613, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Engenheiro Caldas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Caldas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 83: Projeto de Decreto Legislativo nº 627, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Dr. José Baptista Filho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Era, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 84: Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Juvenal Roriz para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jandaia, Estado de Goiás". A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 85: Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Cidade de Assis FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assis, Estado de São Paulo". A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 86: Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação L'Hermitage para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Silvânia, Estado de Goiás". A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezessete (17)

votos favoráveis, com a emenda n.º 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 87: Projeto de Decreto Legislativo nº 543, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Artística e Cultural de Desenvolvimento do Setor Marista Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás". A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 88: Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio – Difusão de Canhotinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canhotinho, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 89: Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Cristo Redentor FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 90: Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Marília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marília, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 91: Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 92: Projeto de Decreto Legislativo nº 629, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Serrana – ACOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejões, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 93: Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Leste Sul Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 94: Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Panambi FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 95: Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão a Cardoso & Fernandes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 96: Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 97: Projeto de Decreto Legislativo nº 521, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Sinuelo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 98: Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Cangussuense de Rádio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 99: Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à KMR – Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipauçu, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 101: Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Exe-

cutivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Monsenhor Marcílio Genoni de Maracaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaí, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 102: Projeto de Decreto Legislativo nº 515, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Novo Aripuanã – ACORDINA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Aripuanã, Estado do Amazonas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 103: Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à RA – Sistema de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cândido Mendes, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 104: Projeto de Decreto Legislativo nº 559, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária 'Nossa Senhora da Piedade' a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coroatá, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 105: Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Virgem dos Pobres a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibateguara, Estado de Alagoas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 106: Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dourado a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourado, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 107: Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Grupo Frajola de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 108: Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal da Cidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 109: Projeto de Decreto Legislativo nº 585, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sideral de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural, Artístico e Esportivo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buerarema, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 110: Projeto de Decreto Legislativo nº 649, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Milagres, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 111: Projeto de Decreto Legislativo nº 082, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Zuli Morais a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caririaçu, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 112: Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-Ceará – ACAECC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 113: Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Campo Maior de Quixeramobim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 114: Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho – ABEMOC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará". O relator

designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 115: Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo – IRCM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mucambo, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 116: Projeto de Decreto Legislativo nº 525, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Empreendimento de Comunicação da Ibiapaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaraciaba do Norte, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 117: Projeto de Decreto Legislativo nº 620, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Banabuiú Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mombaça, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 118: Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Valmir Amaral e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 119: Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a União dos Moradores das Ruas Nova e Dom Pedro II a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Graça Aranha, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 120: Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Bentivi Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Vicente Ferrer, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, passa a Presidência ao Senador Luiz Otávio, Presidente Eventual, para relatar o seguinte item: **Item 121: Projeto de Decreto Legislativo nº 540, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de Curitiba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda n.º 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias inicia a deliberação da Pauta Extra: **Item 02: Definição do encaminhamento a ser adotado pela Comissão, em relação à proposta formulada pelo BNDES para a mídia (TV, jornais e revistas)**, de caráter terminativo, após a discussão, o Presidente propõe a formação de uma Comissão Interna, constituída por um Senador de cada Bloco, integrantes da Comissão de Educação, para estudar e posteriormente submeter ao Plenário desta Comissão, proposta a ser apresentada ao BNDES, até o dia 20 de agosto de 2004. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de São João Batista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação R.S. Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milagres, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Itu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itu, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Real – Cafelândia FM Ltda. – ME, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2004**, de caráter ter-

minativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Regional de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Andradina, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Prefeitura do Município de Adamantina para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora do Grande Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 631, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 522, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Nova Campos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 536, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Riograndense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Prosseguindo, os Senhores Senadores Hélio Costa e Papaléo Paes pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra pauta, dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 535, de 2004, Projeto de Decreto Legislativo nº 529, de 2004 e Projeto de Decreto Legislativo nº 526, de 2004. Os requerimentos são aprovados. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Serra de São José para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Pirapamenha de Promoção Social – APROS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Pirapama, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 535, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tropical Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 529, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Gorutubana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Janaúba, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 526, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia – FIDESA para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Marituba, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da Pauta Extra: **Item 01: Projeto de Resolução do Senado n.º 021, de 2004**. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que,

após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 28ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Temos 121 itens na pauta. Vários Senadores desta Comissão propuseram que eu reapresente a PEC das rádios comunitárias dispensando a audiência da Comissão de Educação. Eu já havia apresentado essa PEC, mas, ouvindo os Senadores e atendendo ao apelo de alguns deles, eu a havia retirado. Agora, estou recebendo o apelo de vários Srs. Senadores para reapresentá-la pela forma que somos obrigados a apreciar esses PDL que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias, lembrando que a minha proposta era de dispensarmos audiências para rádios comunitárias, mas, não, para TVs e rádios comerciais.

Repito: eu retirei a PEC em razão do apelo de vários Srs. Senadores. Como há apelo em contrário agora, vou pedir ao Secretário da Comissão para fazer uma consulta informal a todos os Senadores da Comissão e, se a maioria entender que devemos reapresentar a PEC, nós o faremos.

Vamos dar início à apreciação das matérias. Peço a compreensão dos Senadores. O Senador Juvêncio da Fonseca me pediu para começar pelos itens de que é Relator, ou seja, pediu uma inversão de pauta, o que submeto ao Plenário. (Pausa.)

Está atendida a solicitação de V. Exª.

Vamos iniciar pelos Itens nºs 18 a 21.

Senador Juvêncio, V. Exª pode oferecer o relatório aos PDLs dos Itens nºs 18 a 21.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – O relatório é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Está encerrada a discussão.

Voltamos ao Item nº 1:

O Senador Hélio Costa é relator dos Itens nºs 1 ao 14.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, os Itens nºs 1 a 14 referem-se às seguintes cidades: Dores do Indaiá, Mateus Leme, Lavras, Fama, Juiz de Fora, Joaíma, São Vicente de Minas, Vespasiano, Unaí, Arinos, Pirapora, Engenheiro Caldas, Passa Tempo e Belo Horizonte.

Pediria que V. Exª incluísse também como extrapauta os PDLs de nºs 404, 439, 535, 529, que são, respectivamente, das cidades de: Tiradentes, Santana de Pirapama, Lagoa da Prata e Janaúba.

Todos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a concordância do Plenário, V. Exª já pode relatar os itens.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Os pareceres são pela aprovação de todos os projetos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Passa-se à apreciação dos Itens nºs 15 a 17.

Com a palavra o Senador Reginaldo Duarte, do Ceará, para relatar.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis à Associação Comunitária Cultural de Canindé, na Cidade de Canindé, no Estado do Ceará e à renovação da concessão da Rádio Progresso de Juazeiro do Norte, minha terra natal por adoção, porque também sou cidadão de Juazeiro; embora a maior parte da minha família resida em Juazeiro, nasci em Barbalha.

Então, o parecer também é favorável.

E por sinal, essas duas cidades, minhas duas terras, meus dois amores estão aqui juntos nesses dois projetos de renovação de concessão. Trata-se aqui da Rádio Salamanca de Barbalha, de que fui fundador e sócio durante muitos anos.

Dessa forma, com muito prazer, relato esses dois projetos: de Juazeiro e de Barbalha.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu também gostaria de obter a inversão de pauta para os Itens nºs 84 a 90, em razão de, neste momento, eu ter que ir presidir a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a concordância do Plenário, V. Exª já pode relatar os itens de que é Relatora, Itens nºs 84 a 90.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem, penso que são os Itens nºs 84 a 87.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Lúcia Vânia, então são os Itens nºs 84 a 87.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Itens nºs 84 a 87.

Os pareceres são aprovação dos itens nºs 84, 85, 86 e 87.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Voltamos ao Item nº 22.

Com a palavra o Relator Senador Flávio Arns para relatar os Itens nºs 22 a 26.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Os pareceres dos Itens nºs 22 a 26 são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Senador Papaléo Paes, V. Exª senta aqui do meu lado para relatar os Itens nºs 27 a 32.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, esses itens estão cumprindo todas as determinações regimentais, por isso os pareceres são favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Peço à Senadora Lúcia Vânia que colabore relatando os itens que tem como Relator o Senador Demóstenes Torres: do Item nº 36 ao Item nº 39, todos do Estado de Goiás.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela aprovação dos Itens nºs 33 a 39, relativos ao Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

O Senador Aelton Freitas para relatar os Itens nºs 40 a 49.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação de todos os itens, do nº 40 ao 49.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Senador Luiz Otávio, do Item nº 54 ao 55.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O parecer é favorável, Sr. Presidente, tendo em vista o cumprimento de toda a legislação pertinente com relação ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Itens nºs 62 e 63, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, o meu parecer é favorável aos itens que V. Exª anunciou.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Do Mato Grosso, Senador Jonas Pinheiro, Itens nºs 64, 65, 66, 67 e 68, dos quais V. Exª é relator.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, esses itens referem-se à Rádio em sistema onda média de Nova Brazilândia, Paranaíta, Terra Nova do Norte, Vila Rica e à Rádio Comunitária de Campo Novo do Parecis, todos no Estado de Mato Grosso, e todos com relatório favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Itens nºs 72 e 73, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Itens nºs 72 e 73. Os pareceres são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Itens nºs 78, 79, 80, 81, 82 e 83, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, o Item nº 78 trata da renovação da Rádio Sociedade de Caratinga, de onda média, com parecer favorável.

Quanto aos demais: o Item nº 79 é da Rádio Comunitária de Campos Gerais; o Item nº 80, da Rádio Comunitária em Frei Inocêncio; o Item nº 81, Rádio Comunitária em Rio Vermelho; Item nº 82, Rádio Comunitária Engenheiro Caldas e o Item nº 83, também Rádio Comunitária na Cidade de Nova Era.

Os pareceres são favoráveis em todos eles.

Aproveito o momento, Sr. Presidente, para externar a minha posição favorável publicamente a que a questão das rádios comunitárias fique na alçada do Executivo e, eventualmente, esta Comissão possa pedir análise de algum deles, quando houver essa necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Essa é a proposta que foi retirada por mim, mas que estou pensando seriamente em reapresentar, porque simplesmente é improdutivo o que fazemos aqui nesta reunião, aprovando as rádios comunitárias, fora o fato de que, como Presidente, sou obrigado a assinar quatro vezes cada processo desse. Em uma reunião com 150 itens, assino 600 vezes.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Toda a análise de documentação era feita pelo Ministério, não é?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois é.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Somos de Oposição, mas não podemos desconfiar do Governo assim; o Executivo tem uma equipe técnica que faz toda a análise devida do que é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É verdade. Vamos consultar todos os membros da Comissão e vamos acompanhar a Maioria.

Itens nºs 93 ao 98, Senador Valdir Raupp, para relatar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente, aos Itens nºs 93, 94, 95, 96, 97 e 98.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Peço ao Senador Luiz Otávio que assuma a Presidência, para eu relatar o último item.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Será uma honra muito grande para mim e para o meu Estado.

Assumo a Presidência, interinamente, da Comissão de Educação, por delegação de competência do Sr. Presidente, Senador Osmar Dias.

Peço que o Senador Osmar Dias leia o relatório do Item nº 121.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Obrigado, Senador Luiz Otávio.

O parecer é favorável à Rádio Transamérica de Curitiba. A emenda também tem parecer favorável.

Em discussão, o projeto. (Pausa.)

Devolvo a Presidência ao Titular.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Luiz Otávio.

Vamos voltar aos itens cujos relatores não estão presentes, mas vou pedir a colaboração dos Senadores presentes para irmos vencendo aqui com a nossa responsabilidade.

Itens nºs 33 a 35, o Relator é o Senador Efraim Morais.

Designo o Senador Papaléo Paes para substituí-lo como Relator **ad hoc**.

Itens nºs 33, 34 e 35.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Os itens citados todos têm parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Itens nºs 50 e 51.

Com a palavra o Senador Reginaldo Duarte para relatar **ad hoc**.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Sr. Presidente, o parecer é favorável nos itens anunciados por V. Exª. **(Fora do microfone – Inaudível.)**

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **(Fora do microfone – Inaudível.)** Até o Item nº 53.

Senador Valdir Raupp, o Item nº 56 é do Senador Maguito Vilela. Solicito o parecer de V. Exª a esse item.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Passa-se aos Itens nºs 57 e 58, do Senador Roberto Saturnino.

Solicito ao Senador Flávio Arns que proceda à leitura do parecer.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Itens nºs 59 a 61, do Senador João Capiberibe.

Solicito ao Senador Luiz Otávio, que já presidiu esta reunião hoje, para relatar esses itens.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Os pareceres, Sr. Presidente, são favoráveis a todos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Itens nºs 69, 70 e 71. Peço ao Senador Luiz Otávio para fazer o relatório, porque são todos do Pará.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Os pareceres são favoráveis aos Itens nºs 69, 70 e 71.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Itens nºs 74 a 77, do Senador Almeida Lima.

Solicito à Senadora Fátima Cleide para substituí-lo na leitura dos pareceres.

Senadora Fátima Cleide, Itens nºs 74 a 77.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente, a todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Papaléo, V. Exª quer pedir vista?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Não, está dispensada a vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Itens nºs 88 a 92, todos do Senador José Jorge. Solicito ao Senador Marco Maciel, porque são rádios de Pernambuco, para oferecer o relatório.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, secundando a opinião do Senador José Jorge, meu parecer como Relator **ad hoc** é plenamente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Passamos aos Itens 99 a 101.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro para relatar **ad hoc**, em nome do Senador João Ribeiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, os Itens nºs 99, 100 e 101 com pareceres favoráveis do eminente Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

O Senador Arthur Virgílio é o relator do Item nº 102.

Solicito ao nobre Senador Aelton Freitas para proferir o relatório em seu nome.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – O nosso parecer é favorável por todos os itens citados por S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro para relatar o Parecer do Senador Edison Lobão – Itens nºs 103 e 104.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, são dois projetos que foram relatados pelo Senador Edison Lobão – Projetos nºs 103 e 104 –, todos com pareceres favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito ao Senador Reginaldo Duarte para proferir parecer do Senador Teotônio Vilela Filho aos Itens nºs 105 e 106.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Com a palavra o Senador Marco Maciel como Relator **ad hoc** da Senadora Maria do Carmo Alves para os itens nºs 107, 108 e 109.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes como Relator **ad hoc** da Senadora Patrícia Saboya Gomes, porque vejo que S. Exª deseja fazer o relatório.

Com a palavra, então, o Senador Papaléo Paes para relatar os Itens nºs 110 a 117.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Todos os itens têm parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O Senador Valmir Amaral pediu a retirada do Item nº 118.

A Presidência atende a solicitação de S. Exª.

Os Itens nºs 119 e 120 têm como relatora a Senadora Roseana Sarney.

Solicito ao Senador Marco Maciel como Relator **ad hoc**.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, os meus pareceres são plenamente favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Temos aqui uma pauta extra.

Vou apenas submeter os PDLs dessa pauta extra para que, depois, nós possamos fazer a chamada nominal para o voto.

Submeto, então, à apreciação o PDL nº 449 – Rádio Clube de São João Batista Ltda, Relatora é a Senadora Ideli Salvatti; do Senador José Jorge – Fundação R. S. Silva –, PDL nº 607, do Estado da Bahia; do Senador Mão Santa – Rádio da Cidade de Itu Ltda, do Estado de São Paulo – PDL nº 416; Real Cafelândia FM Ltda – PDL nº 422; Sistema Regional de Comunicação Ltda, do Senador Mão Santa, que é o Relator, PDL nº 424; PDL nº 462, de 2004, que outorga à Prefeitura do Município de Adamantina a Rádio Emissora do Grande Vale Ltda – PDL nº 552 de 2004; e o PDL nº 631, de 2004 – Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda; e ainda o PDL nº 522 – Nova Campos, Ltda, de 2004; e também o da Fundação Cultural Riograndense – PDL nº 536.

Solicito ao Senador Papaléo Paes para que relate todos os projetos como Relator **ad hoc**.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, todos os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão os pareceres. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vou fazer a chamada nominal para o voto.

(Procede-se à votação.)

Todos foram aprovados.

O voto para as emendas é o mesmo. Então, estão todos os projetos aprovados com as suas respectivas emendas.

Foi solicitada a inclusão na pauta do Projeto de Resolução Senado nº 21, de 2004, que institui o diploma **Lanceiro Negro**.

O Relator é o Senador Leonel Pavan, que não se encontra presente.

Então, não vamos apreciar esse item, que é um projeto de autoria do Senador Paulo Paim.

Neste momento, esta Presidência precisa ouvir a Comissão a respeito de um assunto – e peço a Senador Hélio Costa, que se encontra presente, que participe desse debate – que está pendente nesta Comissão.

Realizamos duas audiências públicas: uma, com as emissoras de TV; e, a outra, com as empresas de jornais, para discutir a proposta de empréstimo do BNDES à mídia, o que a Imprensa, em algumas vezes, chamou de "socorro à mídia."

Depois de muita divulgação e até de muita contradição no debate dessa matéria entre as próprias emissoras de TV, resolvi apresentar um requerimento, que a Comissão aprovou, e nós realizamos as audiências públicas, com a presença de representantes de todas as emissoras de TV do País – das grandes redes – e dos jornais.

Debatemos o assunto e agora estamos sendo provocados pelo Presidente do BNDES a dar a nossa opinião a respeito da proposta que o BNDES nos encaminhou e que fiz chegar às mãos de cada Senador desta Comissão.

Ocorre que consultei o Regimento. Não há como a Comissão de Educação manifestar-se formalmente sobre esse tema. Quer dizer, o máximo que poderíamos fazer é uma recomendação ao Presidente do BNDES com a opinião da Comissão, mas que não teria nenhuma influência legal na decisão que o BNDES vai tomar, se vai emprestar, ou não, à mídia, e a forma que vai emprestar, como vai fazer.

Então, submeto esse assunto aos Pares para que ele seja encerrado na Comissão de uma forma ou de outra: ou a Comissão vai fazer uma recomendação ao BNDES; ou a Comissão vai julgar que já cumpriu o seu papel debatendo e tornando transparente o assunto, para que todo cidadão brasileiro tomasse conhecimento das intenções da proposta do BNDES, que foram amplamente divulgadas pela Imprensa depois dos debates na Comissão. E é claro que a Comissão ajudou, e muito, a esclarecer muitas dúvidas. A Comissão ajudou, inclusive, a alterar os critérios da proposta do BNDES.

Estamos, então, nessa situação: iniciamos um assunto e temos que encerrá-lo neste semestre, porque a Presidência está sendo cobrada para que esta Comissão tome uma posição.

Submeto o assunto ao debate, porque a Comissão só tem duas alternativas: ou faz uma recomendação, pura e simples, do que deve fazer o BNDES; ou, simplesmente, aguarda que o BNDES tome a sua decisão, como cabe àquele banco proceder.

Se for para fazer uma recomendação, eu diria que a Comissão só tem uma coisa a recomendar: que o BNDES siga as regras que sempre seguiu para todos os empréstimos e todas as operações que realizou.

Mais do que isso, a Comissão estaria extrapolando as suas atribuições.

Então, abro o debate e passo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de mais nada, eu gostaria de lembrar a conveniência desse debate, a importância de se voltar a este assunto antes de entrarmos no recesso parlamentar, porque, durante várias semanas, nas audiências públicas que foram realizadas na Comissão de Educação sob a Presidência do ilustre Senador Osmar Dias, discutimos amplamente a questão do financiamento à mídia. E voltamos a insistir sobre a necessidade do aprimoramento dessa proposta pelo simples de fato que estamos vendo uma situação que, nos últimos anos, está se deteriorando do ponto de vista empresarial na mídia brasileira e que, se alguma coisa não for feita, lamentavelmente, vamos acabar com alguns dos nossos principais órgãos, algumas das nossas principais emissoras de rádio e de televisão nas mãos do capital estrangeiro.

Outra preocupação que talvez seja a mais sincera de todas as preocupações nossas é a de que a comunicação brasileira como um todo representa 500 mil empregos, desde um simples motorista ou porteiro de uma emissora de rádio no interior ou de um jornal do interior do Brasil até um alto executivo de uma grande rede de comunicação.

Esses 500 mil empregos é que são fundamentais e que precisam ser lembrados, na medida em que o BNDES se propõe a ajudar a "salvar" as empresas de comunicação brasileiras da agressão, da tentativa de absorção pelas empresas estrangeiras.

Li, Sr. Presidente, cuidadosamente a proposta do BNDES e vejo que V. Exª faz uma colocação, com muita propriedade, de que devemos pedir para seguir rigorosamente tudo aquilo que é feito quando o BNDES se propõe a atuar no apoio a qualquer empresa, quer dizer, as empresas de comunicação não podem ser diferentes de outras empresas, e, ao mesmo tempo, saber que não podemos influenciar na realidade, não podemos produzir uma proposta, não podemos dizer ao BNDES o que fazer. Mas podemos sugerir. Podemos fazer uma série de observações, que, de certo modo, entendo que serão ouvidas pelo BNDES, porque, por exemplo, a proposta básica do BNDES é TJLP mais 5%.

Ora, por mais que eu queira entender que essa é uma proposta razoável, acho que ela está quase que idêntica aos bancos normais, que fazem também os seus empréstimos dentro do setor comunicação.

Sessenta meses para pagar. Imagino que isso também possa ser aprimorado.

É importante lembrar o volume de recursos que o Presidente do BNDES, Professor Carlos Lessa, colocou de imediato na sua proposta, de R$2 bilhões. É muito importante lembrarmos que, hoje, as dificuldades da indústria de comunicação, mais uma vez envolvendo todas as emissoras de rádio, todos os jornais do interior e das capitais, todas as emissoras de televisão do interior e das capitais, esse volume de comprometimento chega a R$10 bilhões.

Não estou exemplificando uma única empresa ou grupos de empresas, mas o volume da chamada dívida do setor de comunicação chega a R$10 bilhões e, no entanto, a proposta máxima que o BNDES oferece é de R$2 bilhões.

Então, podemos fazer uma proposta ao Presidente do BNDES para rever, por exemplo, esse comprometimento que o banco pode fazer; podemos sugerir ao BNDES que verifique se é possível reduzir essa taxa de 5% mais TJLP, porque sabemos que existem outros setores do Governo que colocam recursos à disposição por percentuais menores.

Temos alguns setores que oferecem TJLP a 1%, mais 2% ou 3%. Então, é possível discutir essa questão; é possível discutir o volume, é possível discutir o prazo.

Sr. Presidente, considero que V. Exª, com a autoridade que tem de Presidente da Comissão de Educação, que é também a comissão de comunicações do Senado, poderia designar um grupo de Senadores para, nesses próximos 60 dias – embora saiba que vamos entrar de recesso –, apresentar uma sugestão, senão um relatório, pelo menos um conjunto de sugestões dos Senadores que compõem a Comissão de Educação, para que possamos oferecer uma opção ao BNDES, porque senti, na vinda do Professor Carlos Lessa às audiências públicas realizadas por esta Comissão, a boa vontade daquele presidente de dividir com os Senadores e as Senadoras a responsabilidade de saber como ajudar a indústria de comunicação brasileira a sair desta crise.

Mais uma vez vale dizer que isso não está sendo feito para alguém pagar dívidas. Isso está sendo feito para investimentos no setor para que essas empresas possam gerar o maior número de empregos, para que elas possam sobreviver a uma crise agravada por uma influência que vem se registrando principalmente das empresas estrangeiras.

Não é difícil perceber isso. Há dez anos quando ligávamos a televisão, havia no máximo de 8 a 10 canais de televisão. Hoje há 50, 60 canais de televisão, todos com assinaturas internacionais, alguns em língua inglesa, outros só em francês, mas todos com publicidade, todos têm um pedacinho do bolo publicitário. De certo modo, vamos ver que esse bolo publicitário está sendo dividido várias vezes o que evidentemente só tem prejudicado as empresas de comunicação, sejam rádio, jornal ou televisão no Brasil.

Creio que vale a pena uma reflexão. É essa reflexão que entendo que o Senado, por meio da sua Comissão de Educação, pode fazer para ajudar o BNDES a resolver essa questão, pelo que entendi das palavras do Presidente da entidade, Professor Carlos Lessa.

Não se trata de imposição, não se trata de uma sugestão colocada de forma diferente daquilo que esta Comissão sempre fez. Entendo que é uma colaboração que podemos prestar no momento em que o BNDES nos envia uma proposta tecnicamente muito bem elaborada.

Acredito que o Professor Carlos Lessa esteja esperando que digamos que consideramos 5% muito caro e que pensamos que podem ser 3% ou 4% e que temos condições de aumentar o prazo de 60 para, por exemplo, 120 meses. É uma negociação na qual é importante que negociemos de alguma forma.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Quero lembrar que li ontem nesta Comissão um ofício encaminhado pelo Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, solicitando o envio a S. Exª da correspondência do BNDES que apresenta a proposta de apoio às empresas de televisão e jornais. Encaminharemos hoje esse material.

Acatarei a proposta do Senador Hélio Costa e designarei um Senador de cada bloco que compõe esta Comissão. Estabeleceremos a data limite de 20 de agosto para que o trabalho seja realizado para oferecer o que o Presidente do BNDES nos solicitou pessoalmente. S. Sª tem insistido por correspondência e na Imprensa que a Comissão de Educação do Senado deve se pronunciar. Não fugiremos à nossa responsabilidade e adotaremos uma posição.

O trabalho elaborado pelos seis Senadores será submetido ao Plenário da Comissão, que vai aprová-lo, modificá-lo, aperfeiçoá-lo, ou não, e o encaminharemos ao Presidente do BNDES. Assim estaremos dando destino ao debate que iniciamos aqui, cujo tema é importante para toda sociedade brasileira e não apenas para os segmentos envolvidos nesse assunto.

Senador, esse assunto fica decidido da seguinte forma: acatamos a sugestão do Senador Hélio Cos-

ta. Vamos compor essa comissão com a designação de seis Senadores para oferecer uma proposta à Comissão.

Solicito autorização dos Srs. Senadores para colocar em votação mais um PDL: o PDL nº 526, que tem como Relator o Senador Papaléo Paes, que trata da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para relatar o projeto.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h39min.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de março de 2004, às 10 horas.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e três de março de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, ARTHUR VIRGÍLIO, OSMAR DIAS, MOZARILDO SAVALCANTI, ANA JÚLIA CAREPA, ROMERO JUCÁ, PAULO OTÁVIO, DEMÓSTENES TORRERS, ALOIZIO MERCADANTE E EDUARDO SUPLICY.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle para discorrer sobre a renovação do contrato entre a GTECH BRASIL LTDA. e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme requerimento nº 3, de 2004-CFC, de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, aprovado em 16 de março do corrente. A seguir, franqueia a palavra ao convidado, o DR. **JORGE MATTOSO**, Presidente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que realiza a sua exposição sobre o assunto. Após a explanação do convidado, o Senhor Presidente Senador **NEY SUASSUNA** passa a presidência dos trabalhos ao Senador **LUIZ OTÁVIO** e apresenta suas perguntas ao convidado, que presta esclarecimentos. Reassume a Presidência o Senador **NEY SUASSUNA.** Na seqüência, são feitos questionamentos ao convidado pelos Senadores **IDELI SALVATTI, ANA JÚLIA CAREPA, LUIZ OTÁVIO, ANTONIO CARLOS VALADARES, EFRAIM MORAIS, HELOÍSA HELENA, ARTHUR VIRGÍLIO, DEMÓSTENES TORRES e ALOIZIO MERCADANTE.** A seguir, o Senhor Presidente Senador **NEY SUASSUNA,** procede a leitura de requerimentos apresentados pelos Senadores **IDELI SALVATTI, ANA JÚLIA CAREPA, EFRAIM MORAIS e ARTHUR VIRGÍLIO,** a serem deliberados na próxima reunião da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DO DIA 23-3-04

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Pauta da reunião de hoje:

Audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle para discorrer sobre a renovação do contrato entre a GTech Brasil Ltda. e a Caixa Econômica Federal.

Hoje, o convidado é o Dr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa.

Peço à Senadora Ideli Salvatti faça-o ingressar ao recinto. (Pausa)

O requerimento de convocação é da nossa autoria.

Dr. Mattoso, pelo nosso ritual, V. Srª tem a palavra inicial para fazer a sua palestra, após o que o autor do requerimento será o primeiro sabatinador e, em seguida, os Senadores inscritos, sendo que os titulares e

os suplentes são os primeiros a inquirir e, por último, os que não fazem parte da Comissão.

V. Srª tem a palavra.

O SR. JORGE MATTOSO – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle. Quero, antes de mais nada, agradecer o convite da Comissão e cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, além de todos os presentes.

Esse convite oferece uma oportunidade ímpar à Caixa Econômica Federal para explicar e mostrar, se necessário, os documentos que indicam a lisura do aditamento do contrato da Caixa para a empresa GTech.

Antes de iniciar os elementos referentes ao contrato, vou-me permitir tecer algumas considerações sobre a Caixa Econômica Federal e sobre esse ano que tenho a grata satisfação de dirigir essa empresa.

Em primeiro lugar, durante esse pouco mais de ano, assumi no dia 16 de janeiro de 2003, aprendi a respeitar e a admirar a Caixa e os seus funcionários. Afinal, a Caixa é um banco ímpar, é um banco público, com extraordinária responsabilidade social. É um banco comercial. Ao mesmo tempo é uma agência de desenvolvimento urbano e é, sobretudo, uma agência de transferência de benefícios da rede de proteção social do Governo. É o único banco nacional presente em absolutamente todos os 5.560 Municípios brasileiros, com agências, lotéricos e correspondentes bancários; esses últimos localizados em empreendimentos comerciais, em bairros, em cidades até há pouco sem nenhum acesso aos serviços bancários.

Essa instituição, que tem 143 anos de história, passou por altos e baixos, mas sempre esteve comprometida com o desenvolvimento do País.

Ao longo dos anos, formou-se um quadro de pessoal extraordinário, capaz de enfrentar os desafios do presente e de garantir aderência às definições estratégicas do Governo.

Mas 2003 não foi um ano qualquer. O ano de 2003 para a Caixa Econômica Fecleral foi muito importante porque foi um ano de virada. Em primeiro lugar, a Caixa Econômica Federal apresentou o melhor desempenho econômico-financeiro da sua história. Geramos R$1,6 bilhão de lucro líquido e repassamos mais de R$809 milhões ao Tesouro como dividendos e R$2,1 bilhões em tributos.

A Caixa Econômica Federal apostou no crescimento e na reversão das taxas de juros efetivamente ocorrida a partir de julho de 2003, com a ampliação do crédito em mais de 25%. O maior crescimento do crédito ocorrido no sistema financeiro foi realizado pela Caixa Econômica Federal. Reduzimos gastos e desperdícios em valores também inigualáveis, se comparados com o resto do sistema financeiro, já que foram mais de R$285 milhões de redução de gastos e desperdícios, sobretudo com revisão de contratos.

Ao mesmo tempo, a Caixa Econômica Federal tornou-se o principal **dealer** do mercado, lançou fundos de investimento inovadores, como o Fundo de Investimento de Direitos Creditórios, vinculados aos programas sociais do Governo; recebeu duplo A pela Hosting Ratings para sua gestão de ativos de terceiros, e saímos da lista de reclamações do Banco Central e fomos incluídos no Top 5 do Banco Central, que inclui os cincos bancos que melhor previram o desempenho econômico e financeiro do País.

Em segundo lugar, conseguimos consolidar a Caixa como o banco de todos os brasileiros. Insisto nisso porque, afinal, a Caixa é a única instituição financeira nacional a atender todos os brasileiros, clientes ou não. Realizamos o maior programa de inclusão bancária ao trazer para a Caixa, em menos de dez meses, nada menos de 1.420.000 clientes nas contas simplificadas, pessoas até então excluídas do sistema financeiro e do crédito formal. Esse foi o maior programa de "bancarização" e de inclusão bancária já realizado no mundo.

Em terceiro lugar, a Caixa apresentou extraordinário crescimento na área de desenvolvimento urbano. Na área de saneamento, por exemplo, o desempenho da Caixa foi o melhor dos últimos dez anos, com a contratação de nada menos de R$1,7 bilhão contra R$272 milhões, em 2002. Como disse, esse desempenho da Caixa na área de saneamento foi o melhor dos últimos dez anos. Na área de habitação, colocamos a totalidade dos recursos, cerca de R$5 bilhões, e lembremos que mais de 90% dos financiamentos habitacionais realizados no País são feitos pela Caixa Econômica Federal.

Em quarto, realizamos o mais amplo desenvolvimento na área de transferência de benefícios. Em 2003, com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Caixa disponibilizou para a sociedade R$31 bilhões entre saques, pagamentos de saques complementares e desembolsos de operações de empréstimo. A arrecadação bruta e a líquida do FGTS foram recordes, respectivamente, R$24,9 bilhões e R$4,6 bilhões. Realizamos nada menos de 225 milhões de pagamentos e repassamos R$3 bilhões como agente operador da Bolsa Família, que unificou os benefícios dos diferentes programas sociais. Finalmente, lançamos novo produto lotérico, melhoramos a premiação de quatro produtos e geramos mais de R$1,7 bilhão em transferências para os programas sociais do Governo, de um total de R$3,5 bilhões arrecadados.

Em quinto, iniciamos um amplo processo de revitalização operacional da Caixa. Foram realizados elevados investimentos na área tecnológica, absolutamente indispensáveis ao reposicionamento estratégico de mercado da Caixa. Foram investidos mais de R$330 milhões no ano de 2003. Não menos importantes foram os investimentos na recuperação de espaço de mercados perdidos, sobretudo nos grandes centros urbanos, início de intensa ampliação do número de correspondentes bancários e de agências. Finalmente, houve investimento em pessoal, revertendo terceirizações consideradas ilegais pela Justiça e realizando novos concursos internos e externos neste ano de 2004.

Esse extraordinário desempenho de 2003 nos permite, em 2004, investir 50% a mais em crédito, 80% a mais em habitação, 76% a mais em saneamento. Serão cerca de R$40 bilhões disponibilizados pela Caixa para auxiliar o crescimento econômico e a expansão do crédito e do investimento, ampliando ainda mais a capilaridade da Caixa.

Como dizia no início, a Caixa é a única instituição financeira presente em todos os Municípios brasileiros. Mas agora lançamo-nos num processo intenso de ampliação e de recuperação de espaço de mercado perdido nos últimos anos, sobretudo nos grandes centros financeiros e urbanos. Serão 500 novas agências e 6.400 novos correspondentes bancários até 2006; e passaremos de 14.231 postos de atendimento, em 2002, para 28.930, em 2006, o que significa mais que dobrar os postos de atendimento. Tudo isso para assegurar melhor atendimento para os clientes da Caixa e para o conjunto do povo brasileiro que se utiliza dos nossos serviços.

Continuaremos o investimento em pessoal e em tecnologia. Neste ano, serão R$615 milhões em **hardware**, **software** e comunicação, indispensáveis para alavancar a produtividade e garantir a competitividade do mercado.

Srªs e Srs. Senadores, com esse quadro, conseguimos mostrar que é possível a um banco público assegurar a mais ampla rentabilidade, ao mesmo tempo em que amplia a sua responsabilidade social e o seu desempenho como agente público do desenvolvimento econômico, urbano e social. A dicotomia entre banco público e rentabilidade é algo do passado. No entanto, nesse processo de fortalecimento do grande banco público de todos os brasileiros, não têm sido pequenos os interesses enfrentados.

V. Exªs conhecem bem as várias tentativas de reduzir o espaço e as prerrogativas da Caixa no que diz respeito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ao penhor e às loterias federais. Vale ressaltar que temos recebido apoio de ambas as Casas do Congresso Nacional na defesa dos interesses da Caixa e, portanto, dos interesses da coisa pública. Quando observamos o que tem ocorrido em muitas loterias estaduais, o que ocorreu com os bingos em máquinas caça-níqueis, as inúmeras tentativas de restringir a regulamentação federal sobre os jogos e liberá-los indiscriminadamente, podemos entender um pouco o desafio da Caixa. É nesse quadro que se situa o imbróglio Caixa-GTech. É nesse quadro de crescimento da Caixa e é nesse quadro de enfrentamento de interesses outros que se situa o imbróglio Caixa-GTech.

Esse é um contrato complexo, extraordinariamente complexo e milionário. Nada menos de R$1 milhão por dia são pagos pela Caixa à empresa GTech. Mas esse contrato é sobretudo longevo, pois são muitos anos e situações a serem consideradas.

Com a privatização da Datamec, empresa de informática da Caixa Econômica Federal, de 1978 a 1999, esvaziou-se a sua participação na operação das loterias e fortaleceu-se a Racimec, que, a partir de 1997, assume o controle das operações das loterias federais. Essa empresa foi comprada, depois, pela GTech, que herdou o contrato anterior. Lembremos sempre que os valores desse contrato sofreram três aumentos: em 1998, de 0,05 para 0,08%, por operação, o que representa um aumento de 60% no ano de 1998; em 1999, de 0,08 para 0,12%, mais 50% de aumento; e, em 0,12% para 0,15%, mais 25% de aumento. Em um período em que a inflação foi de menos de 40%, os reajustes realizados alcançam valores próximos de 200%. Esse contrato, que vinha da Racimec para a GTech, sofre um distrato no ano de 2000, e o novo contrato foi realizado com a GTech por inexigibilidade de licitação.

O contrato com a Racimec, depois com a GTech, o distrato de 2000 e o novo contrato, sem licitação, da GTech já vinham sendo investigados pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público. O próprio Senador Pedro Simon, desta Casa, acompanhou os problemas gerados com essa contratação, tendo listado seis tipos de ilegalidades em documentos enviados ao TCU.

Em 2000 ainda, a Caixa tentou incitar um processo licitatório fracionado e, em 2002, outro dividido em quatro partes: a parte de captação, a de transmissão, a de processamento e a de insumos e manutenção. A GTech, através de medidas judiciais, sempre obtidas junto à Juíza Maísa Giudice, na 17ª Vara Federal, embargou as licitações, o que aprisionou e aprisiona a Caixa até hoje, impedindo-a de realizar licitações, já que ainda não houve um pronunciamento final da Justiça.

Desde 2002 até a mais recente negociação, a Caixa também esteve impedida judicialmente de expandir os seus correspondentes bancários, o que é absolutamente indispensável à estratégia de mercado da instituição. O embargo da GTech sobre os correspondentes bancários era uma *espada de Dâmocles* sobre a cabeça da Caixa Econômica Federal, que não podia expandir os seus correspondentes bancários, melhorar o atendimento nas agências e melhorar o serviço para a população brasileira.

Não é o caso de me estender demoradamente sobre as pendengas judiciais, mas, dada a sua importância, deixaremos à disposição desta Comissão documentos que mostram o verdadeiro engessamento da Caixa pela GTech. Ao longo de 2002, a Caixa tentou renegociar, em inúmeras oportunidades, o contrato sem sucesso, mas cabe aqui uma ressalva: em nenhum momento desse longo processo, refiro-me, portanto, aos muitos anos, da Datamec, da Racimec e da GTech, a Caixa conseguiu redução de preços; em nenhum momento desse longo processo, ela obteve descontos.

Ainda, uma última vez, em 13 de janeiro de 2003, a Caixa renova o contrato, nas mesmas condições anteriores, por 90 dias. Quando assumimos, alguns dias depois, dedicamo-nos integralmente ao entendimento do que estava havendo.

Chegamos a uma instituição com o porte da Caixa, tendo nas mãos 90 dias para entender um processo que se estende há vários anos, os problemas gerados ao longo desses vários anos para aquela instituição, e assumir uma negociação com essa empresa que detém extraordinário poder na operação dos serviços lotéricos federais. Para isso determinei auditoria e sindicância, posteriormente, encaminhadas ao Ministério Público – diga-se de passagem, auditoria e sindicância já pedidas anteriormente pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público e que não haviam sido realizadas –, assim como estudos que nos levaram a concluir que a Caixa estava refém da empresa, e isso corroborado ainda recentemente pelo Procurador-Geral do TCU, Dr. Lucas Rocha Furtado, em documento que passo a V. Exªs e que indica o aprisionamento e o engessamento judicial em que a Caixa se encontra.

Buscamos, então, a melhor solução para enfrentar efetivamente o aprisionamento e a dependência da Caixa na gestão das loterias federais. Para isso, previamos enfrentar as seguintes inseguranças: em primeiro lugar, as contratuais, que vêm desde a exclusão da Datamec, o contrato de 1997 com a Racimec, o distrato em 2000 e o contrato integrado e sem licitação da GTech, que terminou por dar um poder incomensurável àquela empresa; em segundo lugar, as jurídicas, que impedem a Caixa de realizar o processo de licitação que julga mais procedente – dividindo-o em quatro partes –, e de expandir, desde 2002, seus correspondentes bancários.

Chamo a atenção para esse ponto, Senadores, pela importância que tem a expansão dos correspondentes bancários para a melhora do atendimento da população brasileira, para a melhora dos serviços que a Caixa presta ao País. Esses correspondentes bancários não têm nada a ver com a operação de loterias, e isso limitava a expansão estratégica da Caixa. E isso favorecia a GTech; a GTech impedia os correspondentes bancários porque isso carreava mais recursos para os lotéricos e, portanto, para a GTech. Era esse o objetivo. Era impedir os correspondentes bancários, todo serviço bancário e lotérico é feito através das lotéricas ou através das agências da Caixa, colocando filas homéricas, gigantescas nas agências da Caixa e garantindo maior renda para o processo. Portanto, tínhamos que dar especial atenção à proibição da expansão dos correspondentes bancários.

Em terceiro lugar, eram as inseguranças técnicas. A Caixa em 2003 rodou em paralelo a apuração e o rateio das loterias, mas em ambiente de laboratório, não no ambiente computacional de produção. Foram encontradas algumas diferenças e estamos fazendo as alterações para plena operação e posterior homologação. Sem homologação, esse processo não pode se dar com as garantias que exige todo o processo lotérico e o processo de transferências de recursos e de serviços bancários. Estamos colocando todos os esforços técnicos e operacionais para que em outubro de 2004 consigamos assumir definitivamente o processamento, que é uma parte menor do processo. Continuaríamos as outras operações de transmissão, captação e de insumos de manutenção à espera das liberações judiciais. Isso precisa ficar claro. Quando se fala em processamento, não se trata do amplo processo de operações de loteria, mas de uma parte menor. As outras partes continuam supeditadas às determinações judiciais e aos embargos e liminares obtidas que impedem a realização da licitação.

Quarto elemento que dizia respeito ao enfrentamento da perda do controle da União pelo crescimento das loterias estaduais, operando exclusivamente com base nas decisões parciais da Justiça, e muitos Estados sob controle privado de empresas, como as do Sr. Carlos Cachoeira, a expansão dos bingos e máquinas caça-níqueis e tentativas, e o mais importante e o mais difícil, que é a cooptação dos lotéricos para operar com essas empresas, embora também com outros bancos.

Só para citar um exemplo para os senhores, no Rio de Janeiro, máquinas dessas empresas foram instaladas em lotéricos da Caixa sem a sua anuência, com base em liminares, que, inclusive, impedem a Caixa de fiscalizar ou impedir o funcionamento dessas máquinas nos próprios lotéricos. Isso foi obtido com apoio em liminares e não em julgamentos da Justiça e tem feito com que a Caixa tenha se enfrentado com interesses muito fortes, muito poderosos. Assim, nossa estratégia pautou-se por aditar em novas bases aquele velho contrato. Ruim, sem a mais remota dúvida, diga-se de passagem, mas ao qual nós estávamos e estamos presos, sob pena de paralisação de todo o serviço lotérico e bancário, inclusive o pagamento dos programas sociais do Governo, realizado por mais de 9 mil lotéricos espalhados por todo o País. Não existia a possibilidade, como se aventa, de romper o contrato pura e exclusivamente, como se isso fosse o ato de uma criança que diz que não brinca mais. E o serviço? Quem presta os serviços à população? E os serviços bancários e lotéricos prestados por essas lotéricas? Isso implicava, portanto, uma estratégia. Era necessário, em primeiro lugar, ganhar tempo para que a Justiça julgasse e possibilitasse a libertação da Caixa para as licitações. Precisamos de tempo. Não adianta eu dizer que farei por 90 ou 60 dias, porque depois tenho que renovar, aditar novamente. Cada vez que eu adito, não negocio as coisas mais importantes. Se adito por prazo curto, não vou diretamente ao ponto, não faço a negociação mais interessante para a Caixa. Precisávamos e precisamos que a Justiça julgue e possibilite a libertação da Caixa para as licitações e para que pudéssemos desenvolver plenamente o processamento, que, de resto, até hoje a Caixa não consegue fazê-lo no ambiente final de produção.

Já se passaram os 25 meses. Havia necessidade de se ganhar tempo. Para V. Exªs terem uma idéia, os jornais falam coisas fantásticas. Por que não fazer por seis ou três meses? Se eu fizesse por seis meses, no dia 14 de outubro de 2003 já teria vencido o primeiro, eu teria feito os segundo e estaria agora, até o dia 14 de abril, fazendo o terceiro aditamento. Queria exatamente no 18º mês. Por quê? Porque não estou podendo, até agora, fazer as licitações, a Caixa não está podendo até agora fazer as licitações.

Segundo elemento, além de ganhar tempo: conseguir um desconto efetivo e não simplesmente redução de serviço a menor. Como eu disse anteriormente, em nenhum momento, durante todo esse período, reduziram-se preços. A primeira vez que se reduz preços, que se faz um desconto mantendo serviços é agora. Conseguimos pela primeira vez um desconto de 15%, que representam nada menos do que R$100 milhões no prazo estipulado dos 25 meses.

Terceiro, precisávamos contratar uma consultoria externa para estudar toda a questão das loterias, conhecer as experiências internacionais, colocar alternativas estratégicas à Caixa para tomada de decisões na área de canais, de produtos e de tecnologia. Isso era absolutamente indispensável.

Quarto, precisávamos garantir a transferência para a Caixa da gigantesca base de dados histórica dos jogos processados pela GTech. Somente neste ano a GTech começou a passar esses dados. Esses dados são trilhões de informações, desde o início do processo lotérico, e não haviam sido transferidos para a Caixa até hoje. Esse início do processo de transferência realizou-se agora. Não menos importante, precisamos libertar a ampliação dos correspondentes bancários, absolutamente indispensáveis à estratégia de mercado da Caixa. Isso possibilitou que nós alcançássemos nada menos que a duplicação do número de correspondentes bancários em 2004. Passamos de 2000 para 4000 e vamos chegar a 10.000 até 2006, e pretendemos alcançar esses 10.000 até 2006.

Esse processo, volto a insistir, é algo que possibilita o melhor atendimento aos clientes da Caixa, é o que possibilita termos saído da lista de reclamações do Banco Central, é o que possibilita as reclamações serem bem menores com relação à Caixa, porque por intermédio dos correspondentes bancários localizados em supermercados, localizados em pequenos negócios, os serviços que a Caixa presta para o Governo, sejam os pagamentos das políticas sociais seja o conjunto das atividades, estão podendo ser desenvolvidos pela primeira vez nos últimos anos, porque sofriam um embargo da GTech no que diz respeito.

E, finalmente, não menos importante, era importante, definitivo se dar peso ao desempenho da área jurídica, da importante área jurídica para a Caixa. Precisamos ampliar o número de advogados na Caixa. Estamos com essa ampliação e desenvolvimento da área jurídica, visando a aceleração dos julgamentos de Adins em Brasília, no Rio de Janeiro, e pedindo inclusive pareceres externos relativos a essas questões, como recentemente pedido ao ilustre Dr. Eros Grau. Porque o desafio e o enfrentamento aos quais a Caixa está colocada nas questões judiciais é de extrema relevância, e é o elemento que nos tem impedido, nos últimos anos, a fazer aquilo que é o melhor para a Caixa e para o País.

Essas foram, ilustres Senadores e Senadoras, as decisões estratégicas da Caixa em defesa do seu patrimônio. Não tenho a mais remota dúvida de que, no cenário encontrado, foi o melhor para a Caixa, muito

melhor para a Caixa e, sobretudo, para a **res** pública, para os objetivos de defesa das instituições, no caso a Caixa Econômica Federal, e do bem público.

Acredito que esse imbróglio, Caixa/GTech, é um imbróglio de natureza judicial, volto a insistir, de natureza tecnológica, de natureza negocial, e que implica um apoio muito grande do Senado, da Câmara, no sentido de favorecer o pleno entendimento para a opinião pública, o pleno entendimento para os Srs. Senadores e para todo o Congresso, no sentido de entender que a Caixa Econômica Federal, ao longo de todos esses anos, 143 anos, volto a insistir, com altos e baixos, com acertos e erros, tem dado a sua extraordinária contribuição ao desenvolvimento do País.

Coloco-me à disposição de todos os Senadores para toda e qualquer questão que julgarem conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado. V. Sª diz que tem documentos para passar para nós.

O SR. JORGE MATTOSO – Todos os documentos a que me referi serão passados ao ilustre...

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Pela ordem, Senador Ney Suassuna.

Solicite que repassem logo aos Senadores, que sejam tiradas cópias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estou pedindo exatamente isso.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Anuncio a todos que contamos com a presença honrosa do Deputado Nelson Marquezelli. Seja bem-vindo!

Peço ao Senador Luiz Otávio que assuma a Presidência, porque, como subscritor, sou o primeiro sabatinador. Por isso, Senador Luiz Otávio, é preciso que V. Exª presida os trabalhos da Comissão.

Comunico aos Srs. Senadores que já está aberta a inscrição. Está aqui a relação.

Passo às mãos do Sr. Jorge Mattoso as perguntas que lhe farei, para que possa acompanhar o meu raciocínio sem se perder. Nem será preciso anotar. Basta acompanhar a relação.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Assumo a Presidência interinamente e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Inicialmente, cumprimento V. Exª pelo brilhante trabalho que vem realizando na Presidência da Comissão de Fiscalização e Controle.

Pergunto ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Mattoso, quais são os documentos que serão disponibilizados aos Membros da Comissão.

O SR. JORGE MATTOSO – Há duas caixas completas com todos os documentos a que me referi na minha intervenção.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Sª.

O SR. JORGE MATTOSO – Além disso, providenciarei todo e qualquer documento que V. Exªs venham a pedir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, parabéns pela sua palestra. Peço a V. Sª que, por gentileza, responda com a maior transparência às minhas perguntas.

Ouvi alguns questionamentos na imprensa; outras indagações e posições foram elaboradas pela "rádio corredor". Primeira pergunta: por que foram abertos um inquérito e uma sindicância para apurar renovação do contrato com a GTech? O que havia de concreto para que se adotassem tais providências? Havia irregularidades?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Sr. Jorge Mattoso, V. Sª tem a palavra.

O SR. JORGE MATTOSO – Responderei uma por uma?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Uma por uma. Creio que é melhor assim.

O SR. JORGE MATTOSO – Primeiramente, não se trata propriamente de inquérito, mas de uma auditoria e, posteriormente, de uma sindicância. Foi uma decisão nossa, a partir de demandas do TCU e do Ministério Público, que já haviam sido realizadas no passado. Ademais, considerávamos importante conhecer em detalhe os contratos, a forma do aditamento, as formas de negociação e, sobretudo, os reajustes realizados ao longo desses anos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Jorge Mattoso, apesar da instauração de um inquérito e de uma sindicância, por que foi feita a renovação de contrato com a GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Sr. Senador, em primeiro lugar, tratou-se de uma necessidade real. A Caixa não pode ficar sem contrato. A Caixa não pode correr o risco de que os serviços desenvolvidos pelos lotéricos sejam os serviços de loterias, com todos os recursos destinados à União; sejam os serviços bancários desenvolvidos nesses lotéricos – mais de nove mil lotéricos –, que venham a sofrer uma paralisia e

não tenham continuidade. Portanto, renovar o contrato era absolutamente indispensável.

O problema não era esse. A instauração do inquérito nos permitiu apenas conhecer melhor o passado. Entregamos os documentos ao Ministério Público – o que foi feito imediatamente –, e isso nos proporcionou melhores dados e maiores informações para uma negociação que se realizou a partir do momento que assumimos a Presidência da Caixa Econômica Federal, em 16 de janeiro.

Lembro ainda que, anteriormente, havia sido renovado o contrato porque era preciso fazê-lo – "renovado" não é uma boa palavra. Foi aditado o contrato em 90 dias. No dia 13 de janeiro, mais explicitamente, foi renovado o contrato por 90 dias, na gestão anterior. Isso era absolutamente indispensável.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A revista **Época**, Sr. Presidente, publicou documentos confidenciais revelando que a Caixa teria condições de assumir o processamento de dados das loterias, ficando, assim, livre do contrato com a GTech. No entanto, esses documentos foram ocultados do Ministério Público e do Senado Federal pela Caixa Econômica Federal. Ao que parece, tais documentos detalham os bastidores da operação ocorrida entre a eleição e a posse do Presidente Lula. Por que esses documentos não foram apresentados? Qual o conteúdo desses documentos?

O SR. JORGE MATTOSO – Sr. Senador, em primeiro lugar, é importante dizer que tomei conhecimento dos documentos por meio da revista **Época**. Em nenhum momento – e já faz duas semanas –, recebi notificação do Ministério Público referente a esses documentos.

Qual o teor do documento? Condições de assumir o processamento e, portanto, ver-se livre da GTech? Isso é um absurdo. O processamento é uma parte menor do processo de administração das loterias. Dizia a própria carta aqui mencionada do dia 31 de dezembro de 2002, último ano do Governo anterior, depois de mais de 10 sessões de negociações, em que não conseguiu chegar a nenhum acordo: "Os termos contratuais que aprovamos deverão contemplar a captação, transmissão, suporte e atendimento e fornecimento de consumíveis, nas mesmas condições operacionais previstas para o atual contrato". É dito que vamos assumir o processamento, mas o processamento é uma coisinha deste tamanho, e uma parte menor. E diz o seguinte: "Senhores, queremos 25% de redução".

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, esta carta é da Caixa para a GTech.

O SR. JORGE MATTOSO – É uma carta da Caixa. Em nenhum momento, jamais, a GTech admitiu redução de preços ou diminuição de contratos. Tanto é assim que ela responde em carta de 04 de janeiro, que vou passar às mãos de V. Exª. A imprensa só apresenta um lado. Não apresentou a resposta da GTech, que estabelece que "durante todo o período de eventual extensão do prazo de contratação, aplicar-se-ão as mesmas condições de contratação descritas neste contrato. Não admitimos, portanto, dividir o contrato, nem que a parte de processamento seja feito (...) Em decorrência, o redutor linear de 25% sobre transações não-jogos e comissão por jogos, na forma proposta por V. Sªs, carece tanto de suporte contratual como econômico".

Na verdade, a primeira carta não tem mais o mínimo significado, Sr. Senador, se ela não vier com o apoio da parte contrária, porque é o mesmo que eu dizer para qualquer Senador: "Compro sua casa por R$10". E o Senador vai-me dizer: "Minha casa vale R$1 mil reais". Mas o negócio só se faz quando ambas as partes chegam a um acordo e o único acordo de redução de preços já realizado entre a Caixa e a GTech se deu na nossa gestão, com o contrato realizado no dia 08 de abril de 2003.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Por que a Caixa aditou, Sr. Presidente, por diversas vezes, a assinatura do aditivo contratual com a GTech, no período de 31 a 14 de abril de 2003? De quem partiu a iniciativa? A resposta já está pronta. A iniciativa, então, partiu da Caixa que pediu em uma carta à GTech 25% de desconto e a GTech informou que não o faria, que não tinha interesse nisso, a não ser nos dados do contrato que estava em vigência. É isso?

O SR. JORGE MATTOSO – Veja bem, Sr. Senador. Em primeiro lugar, o contrato vigorou até o dia 14 de abril de 2003. Dispúnhamos de 90 dias, um prazo extremamente exíguo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Esse contrato era do governo anterior?

O SR. JORGE MATTOSO – Logicamente era do governo anterior. Era o aditamento por 90 dias, que foi realizado no dia 13 de janeiro. Eu assumi no dia 16 de janeiro. Dispúnhamos de 90 dias, um prazo extremamente exíguo para entender esse imbróglio, que não era pouca coisa e continua não sendo, com interesses muito fortes e violentos.

A Caixa só possuía como horizonte o dia 14 de abril, que era a data final. Até lá é negociação, Senadores. Trata-se do melhor negócio possível até a data da assinatura. Foi assim que aprendi a fazer negociações. É assim que faço e é assim que continuarei fazendo. Negociação se estende até a data da assinatura. E o que ocorreu foi que a GTech tinha pressa em assinar o contrato, porque o ano fiscal norte-americano vence

no dia 31. Esse é o ano fiscal norte-americano, não o nosso. Não tínhamos pressa. Tínhamos pressa para que as questões jurídicas fossem plenamente respondidas. O nosso maior objetivo não era exclusivamente os 15% e, sim, assegurar a renúncia da parte contrária da GTech das ações e, sobretudo, da permissão para a ampliação dos correspondentes bancários.

Vejam que a GTech não tinha garantido a renúncia – renúncia das ações contra os correspondentes bancários que tinham obtido liminar na 17ª Vara – e queria simplesmente desistir.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor poderia explicar melhor o que é correspondente bancário, uma vez que usa, a todo momento, no jargão bancário?

O SR. JORGE MATTOSO – Correspondente bancário é uma pessoa jurídica, é uma venda, um supermercado, uma padaria, uma farmácia que recebe uma máquina da Caixa para operar, para a Caixa, pagamentos e recebimentos bancários, para fazer inclusive os pagamentos das políticas sociais e também receber pequenos pagamentos, como luz, água etc.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E a GTech tem um percentual sobre isso?

O SR. JORGE MATTOSO – Nenhum, a GTech só impedia porque isso reduzia a sua lucratividade nos lotéricos. Era esse o nosso objetivo. Foi-nos apresentada procuração da GTech do dia 29 de novembro que apenas garantia a desistência, não a renúncia. A renúncia só foi dada, Srªs e Srs. Senadores, no dia 08 de abril de 2003, aqui assinada pelo Sr. Marcos Tadeu Andrade, Vice-Presidente de Operações, e pelo Sr. Enrico Gianelli, advogado da GTech. Pudemos assinar quando eles renunciaram efetivamente às ações e nos deram a garantia.

V. Exªs sabem que existe uma diferença entre renúncia e desistência. A desistência permitiria à GTech – era isso o que eles queriam no dia seguinte – entrar novamente na mesma 17ª Vara, com a mesma juíza, com ações impedindo novamente que a Caixa fizesse a expansão dos correspondentes bancários. Volto a insistir que esse procedimento era absolutamente indispensável para a melhoria do atendimento, e isso não foi feito.

Passo os documentos e mostro como só no dia 08 de abril eles renunciaram efetivamente. Existia sim um problema jurídico, existiam sim problemas como de resto ocorre em qualquer contrato, em qualquer negociação até a data final da assinatura de ambas as partes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A parte do primeiro contrato deveria servir para a amortização da compra de equipamento pois a GTech não só tinha **softwares** como também equipamentos. Qual o valor do percentual dessa amortização ou o senhor não tem conhecimento?

Quanto foi pago até agora se os equipamentos já foram totalmente amortizados? Segundo a própria Gtech, por que eles não aceitaram a proposta pela própria...aliás, esta pergunta está morta. Eu tinha feito porque acreditava que quem havia feito a primeira carta tinha sido a GTech. Não, foi a Caixa Econômica. Então, vamos, por gentileza, desconsiderar esta pergunta.

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, a GTech, até hoje, não abriu seus custos, as suas contas, apesar dos inúmeros pedidos da Caixa. Em sendo assim, não tenho condições de saber se a amortização foi feita ou não. Os pagamentos vêm sendo realizados pela Caixa Econômica ano a ano à GTech, e são em torno de R$200 milhões – aliás, esse ano será o primeiro de R$260 milhões quando antes eram mais R$300 milhões, graças à economia que foi feita no aditamento do contrato realizado por essa gestão –, mas o que posso dizer é que não tenho idéia dos custos de operação das diversas fases dos assuntos lotéricos, porque a GTech se nega sistematicamente a abrir sua planilha de custos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor conhece Waldomiro Diniz?

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor conhece Rogério Buratti?

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor tomou conhecimento da existência que esses dois rondavam a Caixa buscando se envolver na negociação com a GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Não tinha nenhuma notícia, nenhum conhecimento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então por que o inquérito?

O SR. JORGE MATTOSO – Que inquérito?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O inquérito que foi aberto e a sindicância.

O SR. JORGE MATTOSO – O inquérito que se supõe, por meio de declarações de pessoas da GTech de que o Sr. Waldomiro Diniz teria se oferecido para negociar ou agenciar. Isso não é de conhecimento da Caixa Econômica Federal. Em nenhum momento autorizei, ou alguma das pessoas que negociou o processo com a GTech autorizou, qualquer tipo de intermediação. Todas as negociações foram realizadas entre a Caixa e a GTech e entre os negociadores indicados pela Presidência da Caixa e os negociadores indicados pela Presidência da GTech.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Presidente, o telejornal Bom Dia Brasil de hoje, exibido pela Rede Globo, informa que o Sr. Waldomiro Diniz esteve na sede da Caixa Econômica Federal no dia 13 de abril de 2003. Exatamente um dia antes da assinatura do contrato com a GTech. O que o V. Sª tem a dizer a respeito? V. Sª alguma vez recebeu o Sr. Waldomiro Diniz? V. Sª diz que não o conhece, logo, não recebeu.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, Excelência.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E quem recebeu? E se recebeu, para quê?

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, não tenho conhecimento se ele esteve lá no dia 13 ou não. De qualquer forma, dia 13 de abril, é após a assinatura do contrato. O contrato foi assinado no dia 8 de abril. Nós tínhamos até o dia 13, na verdade até o dia 14, para assinar o contrato. O contrato foi assinado no dia 8. E a presença do Sr. Waldomiro Diniz na Caixa Econômica Federal não pode ser tão estranha quanto no Senado Federal, no Congresso Nacional ou em qualquer Ministério. Ele desempenhava atividades formais. Seguramente não esteve comigo, porque não o conheço. E não esteve com nenhum dos negociadores do contrato entre a Caixa e a GTech.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O bicheiro Carlinhos Cachoeira apresentou proposta à Caixa Econômica Federal para substituir a GTech? V. Sª esteve com Carlinhos Cachoeira? V. Sª soube se algum representante seu esteve com Carlinhos Cachoeira?

O SR. JORGE MATTOSO – Não. Nunca estive. Não conheço o Sr. Carlos Cachoeira. Nunca estive com ele, e jamais ele me apresentou qualquer assunto, porque não o conheci. Nunca estive com ele.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E a Caixa?

O SR. JORGE MATTOSO – O Sr. Carlos Cachoeira é dono de empresas que fazem negócio lotérico com alguns governos estaduais. No caso específico, que eu me recorde, Rio de Janeiro, Goiás e talvez Minas Gerais, não gostaria de cometer erro, mas vários Estados. Esse senhor, se foi à Caixa, também não posso dizer. É possível que tenha ido em algum momento para conversas que dizem respeito a esses negócios. O que posso dizer é que a Caixa tem feito um enfrentamento jurídico extraordinário no sentido de garantir o melhor desempenho para as loterias estaduais. Não pretendemos assumir as loterias estaduais, mas que se respeite a Constituição e aquilo que ela estabelece do ponto de vista do desempenho das loterias estaduais, o controle e a regulamentação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V Sª recebeu algum pedido a favor da GTech? Se recebeu, de quem? V. Sª tem conhecimento de algum pedido a favor da GTech ao Governo Federal?

O SR. JORGE MATTOSO – Não recebi nenhum tipo de pedido. Havia muito pouco tempo. A negociação foi realizada em 90 dias, dos quais cerca de 45 dias, Senador, foram utilizados para a leitura dos documentos, para o entendimento desse extraordinário processo que vinha se desenvolvendo. Levamos cerca de 45 dias para entender o que estava ocorrendo e para traçar uma estratégia capaz de garantir redução de custos, garantir o tempo necessário para romper com os limites jurídicos e técnicos que nos aprisionam, e também para obter as vitórias que pretendemos obter nas instâncias judiciais. Mas pressão não houve. E repito que desconheço qualquer pressão sofrida por quaisquer dos negociadores. Eles foram claros inclusive em seus depoimentos na Polícia Federal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Os jornais de hoje trazem a informação de que uma Deputada fez pedidos ao Ministério da Fazenda. Esse órgão fez alguma pressão sobre V. Sª?

O SR. JORGE MATTOSO – Não. Durante a minha gestão, nenhuma pressão foi realizada, nenhuma correspondência foi recebida relativa ao contrato com a GTech.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Sª tomou conhecimento da afirmação dos diretores da GTech de que, cada vez que a Caixa adiava a assinatura do contrato, o Sr. Rogério Buratti voltava à tona dizendo que o negócio somente seria fechado após a sua contratação? Que havia uma orquestração entre a Caixa e o Sr. Buratti? V. Sª tomou conhecimento disso?

O SR. JORGE MATTOSO – Tomei conhecimento pelos jornais, da mesma forma como tomei conhecimento das eventuais tentativas do Sr. Waldomiro Diniz.

A única coisa que posso dizer aos Srs. Senadores é o seguinte: não posso ser responsabilizado se alguém tentou vender terrenos na Lua. O comportamento da Caixa tem sido absolutamente ético, o resultado dessa negociação é favorável à Caixa, favorável à coisa pública e ao País. E, se alguém tentou vender terrenos na Lua, convenhamos, isso não é responsabilidade da Caixa, e muito menos se alguém tentou comprar terrenos na Lua.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nos depoimentos prestados pelos Srs. Antonio Carlos Lino Rocha, ex-Presidente da GTech, e Marcelo Rovai, diretor de **marketing** da empresa, ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Comissão de Sindicância do Planalto, eles disseram que a grande dificuldade em conhecer a equipe de transição do Governo do PT foi a razão apontada para a aproximação entre os executivos da GTech e o Sr. Waldomiro Diniz. Ainda segun-

do os depoimentos, os executivos da GTech tentaram conversar com o Governo várias vezes sem êxito, até que os contatos aconteceram somente por intermédio do Sr. Waldomiro Diniz. V. Sª afirma que isso é verdadeiro ou que esse poder de pressão não existiu? V. Sª tomou ou não conhecimento disso?

O SR. JORGE MATTOSO – Senador, volto a dizer que não tenho a mínima idéia dos contatos da GTech. A GTech é uma empresa vinculada à questão dos jogos, tem negócios com a Loterj, reúne-se com o Sr. Waldomiro ou com quem quer que seja, e isso não diz respeito à Caixa. Eles não nos avisaram e não perguntaram se essas pessoas eram intermediárias de alguma coisa. Portanto, não tenho a mínima idéia das relações da GTech com quem quer que seja – com a máfia americana, ou com o jogo brasileiro. Não tenho a mínima idéia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Há um boato nos corredores, de que o diretor Paulo Bretas, Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica, fez um telefonema dizendo que alguém ganhou dinheiro com o contrato da Caixa. V. Exª teve conhecimento desse boato?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não conheço. Não sei desse telefonema.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Qual o valor mensal pago à GTech pela Caixa?

O SR. JORGE MATTOSO – Olha, está em torno de R$25 milhões, média, porque isso depende do volume de transações.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eles recebem 6% das apostas e recebem ainda outros percentuais?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não. Todo o pagamento da Caixa para a GTech está em torno de R$25 milhões.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Há duas últimas perguntas.

A informação de que a Caixa se encontrava apta para assumir o processamento de dados das loterias em 90 dias levou a instituição a propor aquela redução dos 25% no valor das tarifas. Em vez de assumir parte das tarefas, como era uma prorrogação de contrato por apenas seis meses, o banco, de acordo com os documentos, e ao que parece também ocultados dos procuradores, informa que houve um investimento de R$47 milhões em equipamentos para processamento das loterias. A Caixa gastou R$47 milhões em equipamentos. Segundo consta, esses documentos teriam sido assinados por Carlos Cartell. Carlos Cartell é Superintendente de Projetos?

O SR. JORGE MATTOSO – Isso, projetos especiais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O impasse em relação a GTech teria durado, segundo informações divulgadas pela imprensa, até o dia 13 de janeiro de 2003... V. Sª está informando que é dia 8.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, em 13 de janeiro foi assinado o aditamento, ainda com a anterior gestão da Caixa. Não podemos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – ...data do encerramento do contrato, quando foi prorrogado o contrato por mais 90 dias – é isso mesmo –, mantendo os mesmos valores três dias antes de sua posse na Presidência da Caixa Econômica. A partir daí, o Sr. Carlos Cartell deu um parecer informando que precisaria de 18 meses para fazer essa assunção.

O que aconteceu? A Caixa fez pressão sobre o Sr. Carlos Cartell?

O SR. JORGE MATTOSO – Imagina. O Carlos Cartell é um funcionário com 25 anos de Caixa. A Caixa tem um funcionamento que não permite esse tipo de pressão, de jogo. Existem normativos internos. Como eu disse no início, a Caixa Econômica Federal é uma empresa que melhorou muito, e, hoje, não existe essa possibilidade. Houve, novamente, um mal-entendido por parte da imprensa. O que o Sr. Cartel disse naquela carta – aliás, ele assinou aquela carta que fala dos 25% – é que a Caixa faria o processamento, e pede 25% por isso à GTech.

O processamento, volto a insistir, é uma parte menor do conjunto das operações feitas pela Caixa. Para isso, precisa da captação, que é realizada pela GTech, precisa da manutenção, que também é feita pela GTech, precisa de um conjunto de instrumentos, inclusive das próprias máquinas, que são de propriedade da GTech.

Quando falamos de processamento não nos referimos ao conjunto das operações da Caixa, é uma questão menor, é o processamento das apurações, Senhores. E é isto que está escrito na carta: que, dentro de três meses, teremos condições de fazer o processamento. Estamos fazendo o processamento na Caixa, mas ele não está completo, ainda não conseguimos homologá-lo, descobrimos falhas. Não podemos colocar o processamento na rua com falhas, não podemos admitir que alguém diga que recebeu um prêmio quando não o recebeu.

Portanto, o processamento vem sendo feito pela Caixa. O que diz é que o conjunto das operações lotéricas não poderá ser realizado com menos de 18 meses, porque precisamos fazer licitações, para compra de cada uma das dezenas de milhares de máquinas que se encontram nos lotéricos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Elas são da GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Sim, são da GTech.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não pagamos, não amortizamos o pagamento dessas máquinas?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, isso é outro problema. O problema é que eles são os proprietários. Se rompermos o contrato, no outro dia, tenho que garantir que as máquinas estejam dentro das lotéricas. Não sou irresponsável, a Caixa não é irresponsável, não se pode fazer isso.

O que a imprensa fala que é processamento é uma parte menor do conjunto das operações lotéricas. O conjunto das operações lotéricas está aprisionado por determinação judicial. Se V. Exªs querem ajudar a Caixa, por favor, pressionem a Justiça, ajudem-na a ser mais rápida no seu julgamento. Isso será o melhor que poderemos fazer.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Encerrei minhas perguntas.

Muito obrigado pelas informações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Peço ao Dr. Mattoso que encaminhe à Secretaria cópia do seu pronunciamento, para ser distribuído entre as Srªs e Srs. Senadores.

Transfiro a Presidência ao seu titular, o Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passamos à lista dos inscritos. Primeira inscrita, Senadora Ideli Salvatti.

V. Exª tem a palavra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Presidente, tenho várias questões a fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Se não me engano a primeira inscrita é a Senadora... Eu sou da Comissão.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – V. Exª sim, eu falarei após os titulares.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Senadora Ideli Salvatti vai falar como Líder.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu sou líder também e estou inscrito em terceiro lugar. Então, sou o primeiro, porque os outros dois não são. Aacredito que está havendo uma....

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª não está inscrito.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Estou. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E a Senadora Ideli faz parte da Comissão. Havia duas vagas, que foram preenchidas semana passada.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sou membro titular da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Senadora Ideli também.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Mas estou inscrito em terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas não aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Então nenhum de nós está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não. V. Exª assinou o livro de freqüência.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Não tem problema, eu falo depois, eu espero. Não serei deselegante com a Senadora Ideli, darei a S. Exª a oportunidade, como dama.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela lista de inscrição estão inscritos: Senadora Ideli Salvatti, Senador João Alberto Souza, Senadora Ana Júlia Carepa, Senadores Luiz Otávio, Antonio Carlos Valadares e João Ribeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Só para reiterar a minha assinatura. Existem duas listas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu só tomei conhecimento de uma, que me foi dada pelo Secretário. Uma é de freqüência, a outra é de inscrição.

Senadora Ideli Salvatti com a palavra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o Presidente da Caixa Econômica, Sr. Jorge Mattoso, que fez uma exposição muito clara, mostrando os resultados obtidos pela atual administração da Caixa, inclusive desenvolvendo produtos do sistema bancário, atendendo exatamente a esse papel social que a Caixa tanto preza e que é de fundamental importância para o nosso País. Além de ser um banco comercial, a Caixa Econômica é, indiscutivelmente, um dos principais instrumentos de desenvolvimento da justiça social em nosso País e de alocar, disponibilizar recursos para programas sociais e atendimento da população menos aquinhoada de nossa sociedade. Quero parabenizá-lo já de início e dizer que tenho várias perguntas a fazer. Quero ser bem objetiva.

O SR. JORGE MATTOSO – Por favor.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estou aqui com uma reportagem do **Jornal do Brasil**, informando que a auditoria aberta pela atual administração aponta 18 tipos de irregularidades cometidas ao longo de toda a existência do contrato com a Racimec, depois GTech, e termina dizendo que, segundo os auditores

da Caixa, os prejuízos causados à instituição, que beneficiaram a GTech, somam R$214 milhões.

Eu queria que V. Sª confirmasse esse prejuízo ao longo de todos esse anos de contratos aditivos feitos com a GTech e se, na documentação, o resultado da auditoria com as 18 irregularidades estão disponíveis também na documentação que V. Sª trouxe.

O SR. JORGE MATTOSO – A auditoria e a sindicância foram requeridas por nós a partir de uma solicitação do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, e as enviamos ao Ministério Público, que é quem detém essas informações. Não cabe a nós fazer julgamentos, muito menos passar informação para os jornais. Essas informações não foram passadas pela Caixa.

A SRª IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas estão ali a nossa disposição.

O SR. JORGE MATTOSO – Estão disponíveis aos Srs. Senadores, sem dúvida.

A SRª IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor tem conhecimento se, além dessa auditoria, solicitada e executada pela atual administração, houve, na Caixa Econômica, na administração anterior, algum tipo de auditoria relativo a esse contrato da Racimec, posteriormente GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Veja, a gestão anterior foi só por 10 meses. Então, não acredito que eles tenham feito essa auditoria. Eu não a vi. As anteriores, desconheço.

A SRª IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Desconhece. A imprensa teve acesso a essa auditoria. Vou ler alguns trechos e queria fazer algumas perguntas.

"Analisando várias operações financeiras entre a Caixa e a GTech, a auditoria conclui que, no período de 1997 a 2000, que compreende as assinaturas do contrato e o destrato, a CEF pagou à multinacional R$421 milhões. Desse valor, R$18 milhões referem-se aos reajustes irregulares dos preços das tarifas de concessionárias de serviços públicos. A licitação para a área de loterias da Caixa foi vencida pelas empresas Racimec e SB Indústria e Comércio. A GTech do Brasil possuía 41% da Racimec. A GTech mundial, no entanto, comprou as duas empresas após anunciado o resultado da licitação.

Segundo o relatório da auditoria da Caixa, a multinacional americana se utilizou de vários artifícios para se tornar proprietária das duas empresas brasileiras que ganharam a licitação e, por conseqüência, assumiram o direito de operar o contrato."

A pergunta que faço é a seguinte: a GTech participou alguma vez, enquanto ela, GTech, de algum processo de licitação junto à Caixa?

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

A SRª IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nunca?

O SR. JORGE MATTOSO – Ela ganhou, houve um distrato no ano de 2000 e ela recebeu o contrato por inexigibilidade licitatória.

A SRª IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, a GTech tem contrato com a Caixa sem nunca ter passado por licitação?

O SR. JORGE MATTOSO – Formal, nenhum. Quem passou por licitação formal foi a anterior empresa, na qual a GTech tinha uma parte da propriedade como V. Exª bem apontou.

A SRª IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Na revista **IstoÉ**, de 10 de março, vou ler alguns trechos:

"O Ministério Público Federal concluiu, na segunda-feira, 1º de março, último, que a Racimec, responsável pelo fornecimento de equipamentos eletrônicos e de operacionalização das loterias da Caixa Econômica Federal, foi usada como laranja pela subsidiária da multinacional americana. Ela incorporou a Racimec e herdou os seus contratos após emprestar à empresa US$30 milhões, dinheiro tomado junto ao Banco Boston, em dezembro de 1995.

O empréstimo teve o aval do então Presidente da Racimec, Simão Brayer, e dos conselheiros José Richa, ex-Senador, Carlos Richibiter, ex-Ministro da Fazenda no Governo Figueiredo, Carlos Alberto Vieira e Antônio Carlos L. da Rocha.

Em abril de 1996, a GTech assumia aos poucos a Racimec e os contratos da Caixa Econômica Federal.

Segundo o Ministério Público, são 18 as irregularidades capazes de anular a concorrênca, uma delas é a omissão do nome da SB Indústria e Comércio, integrante do consórcio na formalização do primeiro contrato com a Caixa Econômica, em 1997. Não satisfeita em abocanhar a Racimec, a GTech assumiu o lugar da SB, empresa também de fachada, segundo conclusão do MP (...)

Sindicância aberta pela Caixa Econômica, em 19 de novembro de 2003, suspeita que ex-Diretores da estatal foram responsáveis por irregularidades nas alterações contratuais que favoreceram a GTech e causaram mais de R$91 milhões de prejuízo aos cofres públicos. No Tribunal de Contas da União, no mesmo ano, já havia cinco processos para investigar as relações da Caixa Econômica com o grupo americano."

Queria perguntar a V. Exª se realmente confere essas informações veiculadas a respeito da forma como a GTech entrou no negócio com a Caixa e na questão das irregularidades, inclusive apontadas em processo no Tribunal de Contas da União.

O SR. JORGE MATTOSO – Do ponto de vista do que existe no Tribunal de Contas da União, é absolutamente verdade. Quanto ao fato de ela ter pedido empréstimo a certo banco, não tenho a mínima condição de avaliar. Sei que fizemos a auditoria e a sindicância, entregamos ao Ministério Público, está tramitando em segredo de justiça...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas está na imprensa.

O SR. JORGE MATTOSO – Está na imprensa, mas seguramente não com a colaboração da Caixa Econômica Federal.

A SRª IDELY SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só para ilustrar, tenho um trecho de reportagem do jornal Zero Hora, de 19 de abril de 1997, até esperava que o Senador Pedro Simon comparecesse a essa audiência, que diz: "O Senador Pedro Simon (PMDB – RS) pediu ontem, por telefone, ao Ministro Ademar Ghisi, do Tribunal de Contas da União, pressa na auditoria a ser feita na Gerência de Administração de Loterias da Caixa Econômica Federal. Simon lembrou ao Ministro que o Plenário do Senado aprovou na quinta-feira requerimento de sua autoria determinando apuração de denúncias de irregularidades na Licitação 001/94 da Caixa. Essa licitação teria beneficiado a empresa privada Racimec. Simon também tentou contacto com a Direção da CEF, mas não obteve sucesso."

Ou seja, o Senado já acompanhava desde 19997 a licitação de 1994, a qual o Tribunal de Contas da União vem investigando.

Pergunto ao Presidente da Caixa se as investigações, as análises do Tribunal de Contas já produziram algum tipo de efeito, jurídico ou processual, desde 1994 até agora.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, ainda não. Elas têm sido extremamente importantes. Recentemente, o Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União, Sr. Lucas Rocha Furtado, disse **ipsis litteris** o que tentei aqui explicar: "Isso demonstra o quão vantajoso foi para a GTech Brasil Ltda. a contratação com a Caixa e as sucessivas prorrogações do contrato, assim como a conveniência de se buscar o adiamento da realização dos pregões..." São os pregões das licitações em 2001 e 2002. A Caixa, desde 2001, tem buscado realizar licitações destinadas a conferir autonomia à Administração. É isso que tenho dito. O Tribunal de Contas vem apontando que existem situações, no mínimo, duvidosas com relação aos contratos e, sobretudo, às negociações sucessivas que foram feitas com reajuste dos valores dos serviços lotéricos.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para continuar na linha ilustrativa, há uma reportagem também do **JB** sob o título: " Concorrente acusa GTech de corrupção. Caixa teria favorecido multinacional".

O empresário Adilson Carvalho, que tem uma prestadora de serviços de informática brasileira, a companhia Internacional de Tecnologia ITT, nascido numa favela em Belém, era um exemplo de afro-descendente bem-sucedido. Sua desgraça, diz o empresário, foi ter participado da licitação das loterias da Caixa em disputa com a Racimec, serviço posteriormente assumido pela multinacional GTech, controladora de 41% da empresa brasileira.

O empresário diz: "Não fosse a corrupção, minha empresa teria ganho a licitação."

Creio ser interessante anexar a reportagem. Será bastante elucidativa de como se deram as concorrências. As ditas concorrências das quais a GTech sequer participou.

Houve muita polêmica. Cheguei, inclusive, a ir à tribuna por conta de solicitações de documentos feitas pelo Senador Demóstenes Torres. Posteriormente, S. Exª fez um novo requerimento, este ano, em fevereiro de 2004, reiterando o que já tinha pedido e solicitando quaisquer outras documentações ou pareceres de qualquer natureza que de alguma forma tenham contribuído para fundamentar a lavratura dos ajustes sob exame. Lá na justificativa diz:

> "Uma vez que nesta documentação poderá ficar demonstrado que a própria Caixa Econômica Federal poderia realizar parte do serviço prestado pela GTech com a vantagem de manter nas mãos da empresa pública a inteligência do sistema, conferindo autonomia tecnológica e independência técnica, além de implicar em significativa redução de custos em longo e médio prazos..."

Quando o Senador Demóstenes Torres fez o pedido e o reiterou várias vezes da tribuna, fui com toda a documentação: tudo o que tínhamos conseguido junto à Caixa e o que tinha chegado ao Senado. Na reportagem da **Época** foi dito que um dos documentos que os procuradores alegam não ter recebido é o Ofício nº 1.068, enviado pela Caixa à Direção da GTech, em 31 de dezembro de 2002. Já foi falado sobre o documento e não vou repetir. Diz, ainda, que a proposta foi baseada em pareceres técnicos e estudos das áreas logísticas e processos especiais da Caixa e que os papéis foram assinados pelo Superintendente de Projetos Especiais, Carlos Cartell. V. Exª disse, quando foi questionado pelo Senado Ney Suassuna, que esse documento foi-lhe apresentado pela revista **Época**. Gostaria que V. Exª confirmasse.

Segundo os documentos que foram enviados pela Caixa atendendo ao pedido de informação Demóstenes Torres, nos processos negociais entre Caixa Econômica e GTech, não havia esse documento. Fiz a conferência. Não vieram. A Caixa Econômica realmente não os mandou nos processos de negociação, tampouco aquele da resposta da GTech. Gostaria que V. Exª confirmasse por que não vieram junto com os processos. V. Exª confirma, conforme respondeu ao Senador Ney Suassuna, que foi a revista que entregou-lhe o documento? Como, de repente apareceu, onde estava?

O SR. JORGE MATTOSO – São duas questões de natureza diferente. Uma diz respeito às solicitações, aos requerimentos do Senador Demóstenes Torres.

Venho, inclusive, deixar claro que o primeiro pedido, de 2003, pedia apenas cópia autenticada do contrato assinado entre a Caixa e a GTech, edital de concorrência que amparou tal contratação e aditivos contratuais assinados. Todos esses documentos foram enviados ao Senador. Posteriormente, o Senador retomou e solicitou outros. Enviamos mais de seis mil páginas – se não estou equivocado –, quatro mil, o que já é suficiente para uma leitura noturna sobre um evento tão complexo como esse. Essa é a primeira questão.

A segunda questão, de novo, trata dessa carta. Não tenho a mínima condição de dizer se ela foi ou não entregue. O que sei é que li nos jornais que haveria a tal carta. Imediatamente, pedi inclusive uma auditoria, para saber se essa carta foi enviada, por que não o foi e o que ela representava, porque eu não tinha idéia da carta.

Em primeiro lugar, o Presidente da Caixa não sabe das cartas que andam dentro da Caixa Econômica Federal, uma empresa com quase 60 mil funcionários, em que cada uma das áreas é responsável pelas suas correspondências. Portanto, a única coisa que fiz, volto a insistir, foi pedir para dar uma olhada, e vi que esse documento não queria dizer nada, absolutamente nada! Foi feita uma tempestade em copo d'água, por absoluta ignorância de quem leu o documento.

O documento disse, volto a insistir, que "os termos contratuais que propomos deverão contemplar a captação, transmissão, suporte, atendimento e fornecimento de consumíveis, nas mesmas condições operacionais previstas para o atual contrato" – portanto, continuarão sendo feitas pela GTech –, e se propõe a fazer o processamento, que, volto a insistir, não tem nada a ver com a totalidade; é uma parte menor, é o processamento das loterias no sentido dos sorteios. O caso é muito maior, é muito mais complexo. E, dizendo isso, acrescenta: "para fazermos isso, queremos 25%". E a GTech diz: "Nós continuamos com o contrato, querendo fazer tudo, e não damos abatimento". Pronto! É isso que disseram na carta que deu resposta.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas o senhor não tinha conhecimento de nenhuma das duas.

O SR. JORGE MATTOSO – Eu não tinha conhecimento dessas cartas.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E não estavam no processo.

O SR. JORGE MATTOSO – Veja V. Exª que elas não têm importância alguma. Só tem importância, em uma negociação, o documento passado por ambas as partes. Volto a dizer: é como se eu oferecesse R$10,00 pela sua casa, ilustre Senadora. Vale como um registro, como uma tentativa, no último dia útil do Governo anterior, de mostrar que estamos querendo negociar. Afora isso, não tem valor nenhum!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdoe-me por interrompê-lo. Quero apenas registrar a presença da Deputada Distrital Erika Kokay, que nos está prestigiando.

V. Exª continua com a palavra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tenho mais três questões apenas, Sr. Presidente. Novamente serei bem objetiva.

O **Correio Braziliense** de hoje traz uma reportagem a respeito de ofícios encaminhados pela Deputada Zulaiê Cobra, um de 17 de abril de 2001, e outro de 24 de maio de 2001. Consegui trazer apenas a cópia do ofício do dia 17 de abril, em que a Deputada solicita atenção e diz que representantes da empresa estiveram com S. Exª, indignados, pois têm no Brasil um exemplo para outros países, onde operam na área de loteria esportiva, e – acreditam eles – a um custo bastante baixo. A indignação é por não poderem sequer participar da nova concorrência, o que, a seu ver, nem seria necessário, pois os seus serviços estão em vigência contratual.

E continua: "Isto posto, no sentido de não lhe trazer nenhum pedido que possa ser tomado com intenção que fira as normas, peço-lhe o obséquio de mandar examinar o assunto por pessoa independente, sustando o edital, se for o caso, para que não exista perda irreparável".

Trata-se de uma carta encaminhada ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Guilherme Bier, datada de 17 de abril.

Na reportagem, aparece também outra carta, do dia 24 de maio. Esta eu não tenho.

Quero perguntar-lhe o seguinte: é comum acontecer esse tipo de intermediação, interveniência, in-

tercessão? Aconteceu isso ao longo do processo de negociação da atual gestão?

O SR. JORGE MATTOSO – Nos 90 dias em que eu e os dois negociadores estivemos envolvidos com o processo, não recebemos carta alguma dessa natureza.

Quero, em primeiro...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E pessoalmente.

O SR. JORGE MATTOSO – Nem pessoalmente. Eu já havia respondido ao nobre Senador Ney Suassuna que não tínhamos recebido nenhum tipo de pressão de quem quer que seja e que não tínhamos autorizado nenhum tipo de intermediário.

Com relação ao que a ilustre Senadora aponta, quero dizer o seguinte. A Caixa, ao longo desse período, e sobretudo ao longo deste último mês, tomou como decisão, pautar-se por um comportamento ético. Não divulgamos, pela imprensa, quaisquer documentos internos. Os documentos são cedidos àqueles que de direito. E eu volto a insistir. É o caso do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, do Senado da República e de quem mais queira ter acesso a esses documentos. A Caixa não disponibiliza seus documentos internos à imprensa. A Caixa é um banco. A Caixa tem como dever defender a sua imagem e os interesses dos seus clientes.

Não tenho conhecimento de como e de quem passou essa correspondência. O que eu sei é que durante a minha gestão na Presidência da Caixa em nenhum momento recebemos carta desta natureza e em nenhum momento recebi pressões diretas ou indiretas relativas ao processo GTech.

No entanto, eu gostaria também de explicitar uma questão. A reclamação feita nos jornais hoje pela manhã e citada por V. Exª é verdadeira. A GTech estava indignada pelo processo licitatório em quatro partes, porque outras empresas participariam do processo licitatório. E a Deputada defendendo os interesses da GTech, lamentavelmente, se a correspondência for verídica, não tenho condições de avaliar isso hoje aqui com os senhores, estaria defendendo interesses que não do interesse público. Só isso!

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu tenho tudo meio picado. Depois de toda a documentação, vamos poder ter acesso integral. Na auditoria, há um trecho sobre a dependência tecnológica e o aprisionamento da Caixa à GTech. Há aqui algo que me chamou a atenção e V. Exª não tratou deste assunto ainda. Trata-se de um contrato entre a GTech e a Embratel. Esse contrato foi celebrado de forma razoavelmente sigilosa, com o foro inclusive fora da cidade. Isso foi feito para dificultar o acesso aos termos do contrato. Essas regras contratuais impostas pela GTech à Embratel visavam e visam impedir a Embratel de participar, isolada ou conjuntamente, com outra empresa de qualquer certame licitatório deflagrado pela Caixa para serviços envolvendo o procedimento das loterias **on line.**

Esse tal contrato entre a GTech e a Embratel é realmente uma causa para esse aprisionamento, já que a Embratel poderia, com muita tranqüilidade, entrar nos processos licitatórios, se as decisões judiciais não tivessem ao longo desses anos impedido de abrir licitação?

O SR. JORGE MATTOSO – Lamentavelmente, na defesa dos seus interesses, essa empresa mobilizou não só Deputados como também empresas de transmissão de dados e de telefonia. É o caso apontado. Na auditoria descobrimos essa documentação. São os documentos internos da Caixa, não nos foram enviados, e corresponde a uma verdadeira operação de cartelização.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E é de 2000 esse...

O SR. JORGE MATTOSO – É uma barbaridade.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E por último, Sr. Presidente, a minha assessoria preparou uma espécie de passo a passo em datas de tudo o que aconteceu: 19 de dezembro de 1994, a licitação para o sistema **on line**, vencido pela Racimec; 13 de janeiro de 1997, assinatura de contrato com a Racimec; 21 de dezembro de 1998 aumento da tarifa de 0,05 para 0,08; em 07 de julho de 99, houve alteração para a GTech; em 1º de dezembro de 99, houve o aumento da tarifa de 0,08 para 0,12; em 26 de maio de 2000, houve o distrato de contrato e a formalização de um novo contrato com a GTech, incluindo serviços financeiros – a GTech foi contratada diretamente por inexigibilidade de licitação; em 26 de maio de 2000, houve o aumento da tarifa de 0,12 para 0,15 na transação financeira, pagamento de conta; em 31 de dezembro de 2002, houve o envio do ofício assinado por Mário Haag, Alexandre de Juri e Carlos Cartell solicitando desconto; em 03 de janeiro de 2003, houve a resposta da GTech negando desconto e falando em realinhamento de preços; em 13 de janeiro de 2003, houve a aprovação da prorrogação do contrato por noventa dias; e assim vai, dando uma cronologia de tudo o que aconteceu, desde 1994 até os dias de hoje.

Então eu queria passar a V. Exª que poderia consultar a sua Assessoria se confere, porque penso que esta é uma cronologia bastante interessante e, se for confirmada, poderá ficar no arquivo.

Só vou tirar a autoria da minha rapaziada para não haver qualquer problema.

O SR. JORGE MATTOSO – Acredito que esse tipo de levantamento, Senadora, é extremamente importante, inclusive para mostrar o que tentei indicar na minha primeira intervenção, que é a complexidade e a longevidade desse processo, desse contato, e a absoluta ausência de parâmetros com outras situações semelhantes, tanto pelo tamanho do contrato, quanto pelo que implica do ponto de vista de uma eventual paralisação dos seus serviços.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador João Alberto Souza. (Pausa.)

Não está presente.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Sr. Jorge Matoso, Presidente da Caixa Econômica, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados Federais, Srª Deputada Distrital Erika Kokay, Dr. Jorge, primeiramente gostaria de dizer que esta audiência pública é muito positiva, e que está sendo importantíssima para fazer vários esclarecimentos que nos parecem absolutamente necessários.

Estou com um recorte de jornal aqui que publica que o ex-Diretor de logística da Caixa apresentou um parecer à Polícia Federal, demonstrando que a estatal tinha capacidade técnica para assumir parte dos serviços prestados pela multinacional GTech do Brasil na área de processamento de dados. Essa medida resultaria numa economia de 25% no valor do contrato para o processamento das loterias federais, mas a Caixa optou pela renovação integral do contrato pelo prazo de 25 meses.

Parece-me que foi a GTech que fez um oferecimento, que propôs um desconto de 25%. Mesmo V.Sª já tendo falado, penso que é importante esclarecer bem este ponto, em algum momento a GTech propôs desconto?

O Sr. Mário Haag diz que há essas condições, inclusive não assina um documento que não constava do processo, mas que a imprensa tomou conhecimento, da Caixa para a GTech, propondo um desconto de 25%, porque a Caixa assumiria apenas o processamento. E a GTech responde numa outra carta que não daria nem desconto nem permitiria o acesso ao processamento. V. Sª pode esclarecer isso mais uma vez?

O SR. JORGE MATTOSO – Ilustre Senadora, essa carta e a sua divulgação causou extraordinário mal à imagem da Caixa. Ela foi muito mal entendida e extraordinariamente mal interpretada. Foi veiculada somente a carta de ida, e não a de resposta; como se a carta de ida tivesse sido da GTech, mas ela foi da Caixa. Nessa carta – volto a insistir –, a Caixa dizia que todas as três operações normais continuariam sendo desenvolvidas pela GTech e que somente o processamento passaria a ser feito pela Caixa, e pedia 25%. A conta foi mais ou menos feita no seguinte sentido: "uma de quatro é 25%; então, quero 25%". O processamento é uma parte menor de todo o controle das operações. Mas isso se explica, inclusive porque a GTech nunca entregou sua planilha de custos. Então, foi um "chutômetro". Agora, foi um pedido da Caixa, que recebeu um sonoro "não" da GTech em carta enviada três dias depois, em que dizia: "continuaremos com o contrato tal como foi assinado e não admitimos redução de custos" – e ainda insinuava que queria aumento. É o que dizia a carta que acabei de transferir a V. Exªs.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Que é assinada pelo Sr. Mário Haag, inclusive?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, essa é a carta da GTech.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, a carta da Caixa foi assinada?

O SR. JORGE MATTOSO – A Caixa, originalmente, no dia 31 de dezembro...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Que V. Sª tomou conhecimento pela imprensa.

O SR. JORGE MATTOSO – Essa que foi veiculada pela imprensa de maneira equivocada foi assinada pelo senhor ...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Foi assinada por esse mesmo senhor que, segundo a imprensa, diz também que entregou à Polícia Federal essa versão distorcida. É isso?

O SR. JORGE MATTOSO – Isso é a imprensa que diz, não tenho conhecimento.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois é, estou indagando se foi pelo mesmo cidadão, que, segundo a imprensa, diz isso.

O SR. JORGE MATTOSO – Foi assinada por três funcionários da Caixa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo.

O SR. JORGE MATTOSO – Pelo Sr. Carlos Cartell, pelo Sr. Alexandre da Rocha e pelo Sr. Mário Haag, que são as pessoas responsáveis por essa área.

O que quero dizer é o seguinte: o envio dessa carta não quer dizer nada.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) - Eu sei, Presidente.

O SR. JORGE MATTOSO – Volto a insistir: ela é mais ou menos como eu oferecer para V. Exª R$10 pela sua casa e V. Exª me dizer: não, ela vale R$1.000. Portanto, acabou a conversa, porque o que a GTech disse com essa carta é que o contrato continua igual

como antes e que não aceitava reduzir preço. É isso que foi a resposta.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo. Obrigada, Presidente. É estranho, inclusive, que um ex-Diretor tenha dado essas informações e tenha permitido essa distorção de dados que fez com que houvesse o entendimento absolutamente invertido da situação.

Há também uma outra coisa que é muito bom que fique absolutamente clara para todos, porque nem todos são bancários. Sou bancária, sou funcionária do Banco do Brasil. Em 2001, voltei a trabalhar no banco e tive a oportunidade de trabalhar na possibilidade de expansão dos serviços de correspondente bancário do Banco do Brasil. Sr. Presidente, diga claramente: quando V. Sª fala dos processos judiciais, primeiro, são processos judiciais que existem tramitando na justiça, mas existem já decisões judiciais que impedem, por exemplo, de se fazer uma licitação?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, decisão não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Decisões judiciais que impedem a Caixa de fazer licitação, decisão no sentido de liminar?

O SR. JORGE MATTOSO – Liminar sim; decisão final, não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Trata-se de liminares que impedem e que, até então, estão valendo. Correto? Há liminares que estão valendo e que impedem a licitação. Existiam também liminares que impediam a Caixa Econômica de ampliar, de expandir seus serviços de correspondentes bancários, e foi exatamente dessas liminares que, na gestão de V. Sª, negociado com a empresa, a empresa renunciou. Para que a Caixa assinasse o contrato, a empresa renunciou.

Explique melhor o que significa isso para o cidadão comum, principalmente para aquele cidadão de baixa renda, o que significa ter um correspondente bancário próximo da sua residência?

O SR. JORGE MATTOSO – Ilustre Senadora, esse aprisionamento, esse verdadeiro engessamento da Caixa, em sua maioria, foi obtido por meio de decisões judiciais, liminares sobretudo, quase todas na 17ª Vara Federal de Brasília, e foi extremamente nocivo aos interesses da Caixa Econômica Federal. Em primeiro lugar, porque impediram a ocorrência dessas licitações – esse é o primeiro elemento – e, portanto, nos aprisionam à GTech, porque não podemos fazer as licitações das máquinas, da transferência de dados, da manutenção e do papel. Estamos impedidos, infelizmente, engessados por liminares e decisões judiciais que têm dificultado muito a estratégia da Caixa.

A partir de 2002, também foram impedidos o desenvolvimento e a ampliação dos correspondentes bancários. Isso também trouxe um grande mal para a Caixa. A Caixa havia feito, nos anos anteriores, uma expansão muito interessante dos correspondentes bancários, que assegurou o fato de a Caixa estar presente em absolutamente todos os Municípios brasileiros, o que foi muito positivo. Mas a Caixa queria dar um passo seguinte, recuperar o seu espaço de mercado nos grandes centros urbanos e colocar correspondentes bancários não só naqueles Municípios menores, onde era absolutamente indispensável – e continua sendo – a presença da Caixa para os pagamentos de programas sociais, mas também colocar correspondentes bancários nas periferias das grandes cidades.

Recentemente, fui inaugurar um correspondente bancário em um supermercado de Mauá o qual, em um mês, alcançou o número de operações previstas para alcançar em seis meses. Por que isso? Porque a população desses bairros periféricos têm uma carência muito grande de presença junto aos bancos e, portanto, de ter a oportunidade de conta corrente e acesso ao crédito, mas também, por meio dos correspondentes bancários, junto a sua residência, ao seu local de moradia, poder fazer os pagamentos de IPTU, água, luz, inclusive porque muitos bancos hoje dificultam a entrada dessas pessoas.

Essa é uma tarefa absolutamente estratégica da Caixa. Ao mesmo tempo em que expande as suas agências, expande, sim, os seus correspondentes bancários e faz, como fizemos em 2003, o maior processo de "bancalização" e de inclusão bancária já realizado no mundo.

Em 10 meses, 1.450 mil pessoas passaram a ter contas em banco, a ter acesso ao crédito que antes não tinham.

Disse, no início da minha intervenção – apesar de a ilustre Senadora ser bancária de um outro grande banco público –, que tive a honra de ter sido e de continuar sendo Presidente da Caixa Econômica Federal durante este período, pela extraordinária contribuição que a Caixa dá ao desenvolvimento deste País. Atingimos esse desenvolvimento por meio do desenvolvimento urbano, da transferência de benefícios e de investimento. Como já disse, estamos destinando quase R$40 bilhões em crédito e investimento na área de habitação e saneamento.

Senadora, esses impedimentos jurídicos têm sido terríveis para a Caixa, tanto no que diz respeito às licitações, e foram terríveis até a negociação que fizemos, na qual, além dos 15%, conseguimos a expansão dos correspondentes bancários.

Em menos de um ano, volto a insistir – o contrato foi assinado no dia 8 de abril – assinaram a renúncia da pendência dos correspondentes bancários. E nós...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Renúncia significa que não podem mais entrar com processo na Justiça.

O SR. JORGE MATTOSO – Não podem mais entrar com processo com relação a isso. E, graças à renúncia, colocamos dois mil correspondentes bancários nas periferias das grandes cidades, o que tem sido indispensável para o crescimento e expansão da Caixa e para a plena assunção das tarefas como agente operador de programas sociais do Governo Federal.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo, Presidente.

É pena alguém ter elaborado um documento e ter recebido como resposta um não, o qual causou tanto prejuízo a uma administração que só conseguiu melhorar, apesar de as liminares na Justiça impedirem a licitação. A administração conseguiu avançar além do desconto de 15%, coisa que o cidadão que apresentou esse parecer à Policia Federal não conseguiu – conseguiu zero de desconto. Eles estavam pedindo 25% e conseguiram zero. A atual administração conseguiu 15% e ainda, a renúncia de uma liminar. Fiz essa pergunta porque sei o quanto é importante para o cidadão comum, que economiza o dinheiro do transporte quando deixa de ir ao banco para ir a um supermercado, a uma farmácia próxima de casa para pagar por um serviço público.

Sr. Presidente, sei muito bem da ampliação dos investimentos, que mostra o contrário do que costuma dizer a Oposição sobre perseguição a quem não é do partido ou dos partidos do Governo. Um exemplo disso ocorreu em relação ao Governador do Estado do Pará, eleito pelo PSDB, merecedor de todo o nosso respeito, que recebeu R$81 milhões da Caixa Econômica Federal para aplicar em serviço de saneamento e abastecimento de água. Então, é o Governo do Estado do Pará que vai realizar esses serviços. Essa é uma demonstração clara, inequívoca de que este Governo Federal não discrimina governador de qualquer partido.

V. Sª fez referência, ainda há pouco, a um procurador que fala que hava um engessamento e faz referências positivas à assinatura do contrato feito por V. Sª para a prorrogação. O documento está aí? Poderemos ter uma cópia do documento do procurador?

O SR. JORGE MATTOSO – Senadora, já enviei ao nobre Senador Ney Suassuna uma cópia desse documento, que faz uma avaliação geral sobre as pendências judiciais e mostra a gravidade da situação, com o engessamento da Caixa em relação às licitações, as quais até hoje a Caixa está impedida de fazer.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo. Agradeço.

O SR. JORGE MATTOSO – Eu que lhe agradeço.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero parabenizá-lo e dizer que não somente defendo o Banco do Brasil, como também faço parte de uma frente nacional em defesa dos bancos públicos em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Caixa Econômica, Dr. Jorge Mattoso, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Ana Júlia Carepa, minha colega e ilustre conterrânea, é verdade que o Governo Federal liberou um financiamento para que o Governador Simão Jatene invista na área de saneamento no Pará.

É importante, porém, deixar registrado o Estado do Pará obrigar-se-á a pagar por esse financiamento da Caixa Econômica; que não se trata de recursos do Governo Federal destinados à aplicação em obras no Estado do Pará.

Com relação à presença de V. Sª na Comissão de Fiscalização e Controle, Dr. Jorge Mattoso, quero dizer-lhe que me sinto muito à vontade e satisfeito. Tenho certeza de que todos os membros desta Comissão se encontram na mesma situação. Sua manifestação inicial foi com um certo tom de revolta e até mesmo de indignação quanto às matérias da imprensa nacional com relação a esse imbróglio, como V. Sª mesmo diz, entre a Caixa Econômica e o grupo GTech.

Com certeza, a opinião pública dirá isso e a própria imprensa terá oportunidade de fazer referência a esta reunião histórica desta terça-feira, que começou pela manhã é já entra na parte da tarde, da Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo Senador Ney Suassuna, porque, se isso tivesse sido feito há mais tempo e V. Sª tivesse tido oportunidade de falar para a imprensa nacional como falou hoje, talvez não estivéssemos nessa condição e nessa situação. O Governo já teria dado a resposta necessária àquilo que é corriqueiro e normal. Os meios de propaganda do Governo Federal, do próprio Presidente, também poderiam divulgar o que aconteceu, desde o início, como V. Sª colocou, histórica e cronologicamente, na operação entre o grupo GTech e a Caixa Econômica. Com certeza, não teríamos tido tanto suspense, tensão, preocupação, e o Governo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os nossos Ministros já estariam, com certeza, trabalhando em outras frentes, e V. Sª já

apresentou os pontos positivos e as realizações do Governo, em especial da Caixa Econômica.

Fico satisfeito e vi que todos os questionamentos feitos foram respondidos com muita precisão, convicção e certeza. Só tenho a cumprimentar V. Sª por ter vindo aqui e demonstrado tranqüilidade. Tenho certeza de que isso fica como uma lição a todos nós que, em vez de negarmos, dificultarmos ou até mesmo omitirmos de divulgar e apresentar os fatos, podemos transformar não esta Comissão, mas todas as Comissões do Senado Federal, para esclarecer tudo isso com a maior tranqüilidade, com a maior objetividade. Devemos dar certeza para a opinião pública de que estamos aqui cumprindo o papel junto com V. Sª e todos os dirigentes que são sérios e responsáveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Caixa, Sr. Jorge Mattoso, em primeiro lugar, gostaria de destacar a presteza com que V. Sª se houve ao longo desse debate, na resposta às perguntas das Srªs e Srs. Senadores, perguntas duras, firmes, que, se fossem feitas por meio da fala do Líder da Oposição, seriam da mesma dureza, significando dizer que os Senadores da Base aliada estão mais do que interessados na elucidação de muita coisa que foi divulgada. V. Sª, com muita propriedade, está trazendo ao conhecimento da sociedade brasileira importantes informações.

Naturalmente, a imprensa cumpre o seu papel, e V. Sª, na qualidade de um agente público, ao comparecer a esta Comissão, cumpre com o seu papel de fazer o esclarecimento devido de todos os questionamentos.

Sr. Presidente, também queria destacar a posição correta de V. Sª, que, em nenhum momento, atacou os seus companheiros de Governo, como temos ouvido ultimamente. **O Globo** de hoje diz: o Procurador da República, Marcelo Serra Azul, encontrou a informação em documentos apreendidos na Caixa, na quinta-feira passada, informação de que ele teria estado na Caixa Econômica no dia 25 de março e que, como houve essa apreensão, a Caixa Econômica teria dado entrada em uma representação na Corregedoria da Procuradoria da República contra o ilustre Procurador.

Para dar maior velocidade ao debate e dar oportunidade aos demais Senadores, eu gostaria de fazer todas as perguntas, e V. Sª, com a condescendência do Presidente, responderia a todas elas em conjunto.

Sobre o disquete, é verdade que a Caixa Econômica está processando o Procurador Marcelo Serra Azul, porque S. Exª apanhou uma informação da visita de Waldomiro à Caixa Econômica Federal no dia 25 de março? Isso tem alguma relação – V. Exª já explicou – com o contrato assinado com a GTech? Qual a arrecadação da Caixa Econômica na área objeto de atuação da GTech? O que quero saber é: da arrecadação, quantos por cento sobram para a GTech, de serviços prestados?

Ao final do contrato com a GTech, que é de 25 meses e foi prorrogado, pergunto: a Caixa Econômica está devidamente aparelhada para fazer nova licitação ou assumir a execução dos serviços atualmente prestados pela GTech? Ao final do contrato, após essa prorrogação, no total de 25 meses, a Caixa Econômica estará devidamente preparada para assumir o serviço ou fazer a licitação? Qual a economia a economia feita pela Caixa ao prorrogar o contrato com a GTech? V. Exª disse que, no Governo passado, o contrato era "x" e que, no Governo atual, virou "y", com a economia razoável.

E para não ficarmos somente nesse assunto, aproveitando a oportunidade da presença de V. Sª nesta Comissão, sabemos que a habitação e o saneamento são pontos importantes de qualquer Governo voltado para o social. Temos mais de 7 milhões de déficit habitacional, de pessoas que não possuem residência. Hoje, a imprensa divulga o resultado de uma pesquisa feita pelo IBGE, segundo a qual mais de 100 milhões de pessoas no Brasil estão sem rede de esgoto, uma verdadeira calamidade. Em alguns Estados, a situação reinante é igual à de 100 anos atrás. Eu perguntaria a V. Exª, para continuar no mesmo diapasão dos meus Colegas da base que me antecederam: o que a Caixa ou, mais de perto, o Governo tem feito para reduzir o déficit habitacional no Brasil e para a execução das obras de saneamento? E, por fim, eu perguntaria se esse represamento de setores tão sensíveis do mundo social do Brasil, a retração de investimentos nessa área se deve ao superávit primário, já que sabemos que a Caixa Econômica dispõe de recursos ponderáveis do Fundo de Garantia e de outros setores que poderiam ser alocados para resolver os problemas de habitação e saneamento no nosso País.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Antes de V. Sª responder, a Presidência informa que a última questão, V. Sª não precisa responder se não quiser, já que V. Sª está aqui convidado para falar sobre o assunto específico da GTech.

Mas se V. Sª quiser responder à pergunta, isso fica a seu arbítrio.

O SR. JORGE MATTOSO – Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Desculpe-me V. Exª, Sr. Presidente, mas S. Sª o Presidente da Caixa fez uma exposição e enfocou os mais variados assuntos da Caixa Econômica. Portanto, quando fez isso, S. Sª abriu a oportunidade para que façamos perguntas sobre os mais variados assuntos da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – S. Sª pode fazê-lo, mas o arbítrio é de S. Sª.

O nosso Regimento veda isso quando há um convite. Mas não há problema, pois S. Sª já disse que quer responder a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tenho certeza de que o Presidente da Caixa, por sua ação democrática, vai responder-me.

Obrigado a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. JORGE MATTOSO – Obrigado.

Ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, em primeiro lugar, com relação às notícias publicadas hoje em **O Globo** – aliás, nos últimos dois meses, não faço outra coisa senão responder notícia de jornal. Em vez de o ilustre Procurador ter feito alguma solicitação à Caixa, do tipo: Sabe-se que o Sr. Waldomiro Diniz teria estado na Caixa. Isso seria um crime. É mais ou menos como perguntar se ele teria estado no Senado durante o tempo em que ele exercitou as suas funções. Mas isso não foi feito. Eu soube hoje, pelo jornal, que o Procurador divulgou uma informação obtida, no nosso entender, ao arrepio da lei, sem nenhum tipo de mandado judicial. Foram um delegado e três inspetores à Caixa Econômica Federal, na quinta-feira, às duas horas da tarde, recolheram sete caixas de documentos, sem identificar que documentos são esses e um disquete referente. A Caixa considerou que essa apreensão é absolutamente ilegal e entrou com uma representação junto ao Ministério Público e à Polícia Federal com relação a isso.

Com relação às informações, eu já respondi que em nenhum momento estive com o Sr. Waldomiro Diniz, que em nenhum momento qualquer dos negociadores esteve com o Sr. Waldomiro Diniz, como de resto já explicitaram na Polícia Federal. Se ele esteve na Caixa, pela data, depois da assinatura do contrato ou antes da assinatura do contrato, foi para tratar com algum funcionário da Caixa de assuntos referentes à atividade profissional que ele tinha na Casa Civil.

Com relação aos dados da GTech, é importante que isto seja entendido: a GTech em nenhum momento, ao longo desse longo contrato, jamais entregou a sua planilha de custo. Portanto, não temos a mínima idéia sobre os custos das diferentes operações que a GTech faz. Temos idéia de quanto poderia ser se contratássemos outra empresa. O problema é que, como estamos impedidos de contratar outra empresa, por determinação legal, pelo engessamento no qual a Caixa se encontra, pois ela não pode licitar da forma que pretendia, dividida em quatro, mas somente pode, se quiser, licitar em um, e aí é para a GTech ganhar. Diga-se, de passagem, que a GTech nunca ganhou uma licitação na Caixa, nunca participou de uma licitação na Caixa; ela ganhou o contrato por ter comprado uma empresa que participou de licitação anteriormente.

Então, do ponto de vista objetivo, essa nova licitação esperamos fazê-la assim que a Justiça julgar esse processo. Assim esperamos. Por isso, precisamos de tempo. Volto a insistir. Se tivéssemos feito a renovação, o aditamento desse contrato, em seis meses, já teríamos aditado novamente no dia 14 de outubro de 2003 e estaríamos aditando, pela terceira vez, no dia14 de abril próximo, o que completaria os dezoito meses. Como a Justiça até hoje não deu nenhum parecer referente à demanda que a Caixa e a AGU têm feito, continuamos amarrados a esse processo dessa maneira. Essa é a nossa expectativa.

Por isso, estamos fazendo o processamento. A Caixa está fazendo o processamento. Mas o processamento, volto a insistir, é uma parte menor do processo completo das loterias que é apropriado pela GTech. É uma parte menor. Estamos fazendo o processamento, ainda que de maneira laboratorial, esperando o processo de homologação que ocorrerá nos próximos meses. Mas isso não refresca em nada o fato de a Caixa continuar aprisionada por liminares da Justiça, obtidas, sempre, na 17ª Vara Federal daqui de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente...

O SR. JORGE MATTOSO – Senador, apenas duas questões. A economia que fizemos foi de 15%, o que corresponde a cerca de cem milhões de redução, ao longo desses 25 meses. É a primeira vez que a Caixa conseguiu renovar o contrato com redução de valores, isso é importante que seja dito. No passado, em nenhum momento, nos vários aditamentos, houve redução de valores do contrato. Pela primeira vez conseguimos isso – reduzimos em 15% o valor do contrato – e, sobretudo, a libertação dos nossos correspondentes bancários, o que têm permitido a expansão. Já dobramos os correspondentes bancários em cerca de um ano e pretendemos alcançar dez mil até 2006. Isso é uma revolução na Caixa, que nos permite recuperar a nossa capacidade operacional e espaços de mercado nos grandes centros urbanos. É essa a nossa tarefa e a nossa decisão.

Obrigado, Senador.

Com relação às questões de saneamento, considero extremamente importante a sua pergunta, porque permite identificar um dos lados de grande atuação da Caixa. Ao longo de 2003, pela primeira vez nos últimos dez anos, colocamos todos os recursos de saneamento contratados. Foi a isso que se referiu o Senador Luiz Otávio, do Estado do Pará. Contratamos com a Sabesp, em São Paulo, e com vários governos estaduais. Pela primeira vez, em dez anos, a Caixa contratou a totalidade dos recursos disponibilizados para o saneamento, nada menos do que R$1,7 bilhão no ano de 2003. No ano de 2004, estamos praticamente dobrando os recursos de habitação e saneamento – mais de R$11 bilhões –, contados exclusivamente os recursos já disponibilizados do FAT, do Fundo de Garantia, os recursos-caixa, que estão em torno de R$2 bilhões e meio; e ainda não estão contados os fundos de direitos creditórios, dos quais a Caixa é precursora no sentido de arrecadar recursos privados por investimento na habitação.

A Caixa poderia muito bem ficar satisfeita com o seu extraordinário papel como financiadora da habitação e do saneamento e não fazer nada para alavancar recursos privados. Mas sabemos que não será exclusivamente com recursos públicos que conseguiremos mobilizar o setor da construção civil e torná-lo novamente gerador de emprego e de renda. Para isso, é necessário o investimento público, e a Caixa está fazendo isso, mas também o investimento privado, por isso a Caixa é tão inovadora na questão dos fundos de direitos creditórios.

Voltando à questão anterior, até agora, no contrato tal como ele foi feito no aditamento, no dia 8 de abril de 2003, já economizamos até hoje R$43 milhões e vamos economizar mais de R$100 milhões até o final do contrato.

O problema não é somente do saneamento. V. Exª indicou os dados do IBGE. Os problemas são com habitação, onde temos, hoje, mais de seis milhões de unidades de carência habitacional. Esse esforço que a Caixa fez em 2003, está fazendo em 2004. Volto a insistir que estamos colocando cerca de R$40 bilhões no mercado, na economia, para o crédito e para o financiamento em habitação e saneamento. Não existem, na história recente da Caixa, valores dessa grandeza.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu estou falando principalmente da redução do índice habitacional das camadas mais pobres da população. O que a Caixa está fazendo para reduzir esse déficit no setor habitacional das classes mais humildes, aqueles conjuntos habitacionais, que antigamente fazíamos. Eu mesmo fui governador do Estado de Sergipe e construí 20 mil casas, e tive apoio de 90% da Caixa.

O SR JORGE MATTOSO – A fundo perdido que ele se refere.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não estou falando...Repasse aos Estados, às COABs, aos municípios, para que eles possam fazer as suas habitações com as classes mais humildes. Isso é o que estou falando.

O SR JORGE MATTOSO – O que a Caixa tem disponível para a utilização em programas até 3 salários mínimos, que são justamente os programas para população de menor renda, são recursos do Orçamento Geral da União na ordem de R$350 milhões de reais, recursos esses que são para ser usados em programas com participação de estados e municípios, que permite isso ser multiplicado, porque, em parte, o município entra com uma parte, o Estado entra com outra. Existem vários programas, e o mais importante deles é o PSH.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais, da nossa Paraíba.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Mattoso, quero parabenizar V. Exª, até porque vem aqui discutir com os Srs. Parlamentares essa questão. É evidente que V. Exª está fora daqueles companheiros que têm xingado um ao outro, chamado de vagabundo, etc. E V. Exª tem mantido uma linha extraordinária e aqui, com todo respeito, conversaremos com V. Exª.

Não resta dúvida de que a Oposição está aqui para discutir, ouvir V. Exª e, no fim, fazer algumas propostas. Claro, o Governo fez o seu dever de casa, embora em determinado momento diziam que eu poderia fazer o papel de líder do Governo, ao invés da Oposição. Mas, tenho que respeitar a posição de todos. E aconselhar a V. Exª – sei que V. Exª não está querendo falar muito em questão americana, GTech, porque até a Coca-Cola rejeitou. Então, queria dizer a V. Exª que R$8 milhões o Governo, depois de reunir durante 5 horas os seus ministros, concluiu que seriam gastos 8 milhões com propaganda. Para que o Brasil saísse da crise, tinha que fazer propaganda. Foi essa a decisão.

Então, aconselharia a Caixa – que tem feito algum trabalho, V. Exª mostrou aqui que fez esse trabalho – que aproveitasse um pouco desses 8 milhões, porque será difícil, em outro setor, ele conseguir fazer essa divulgação. Então, acho que V. Exª poderia muito bem, pela explanação que fez, pelo social que foi feito

pela Caixa. Respeito muito a Caixa Econômica, sei do seu quadro de funcionários, sei da sua competência e do trabalho que desenvolve em todo esse País.

Então, quero parabenizar V. Exª e toda a equipe da Caixa Econômica Federal.

V. Sª, ao chegar nesta casa, fez uma explanação, ou seja, ilustrou o seu trabalho. Pediria permissão aos companheiros, já que o tempo do Governo parecia mais uma obstrução do que algumas indagações, diria que preciso fazer uma ilustração, para colocarmos na memória quem é essa figura "Waldomiro" e quem é esse outro consultor que apareceu por lá. Serei rápido.

Enquanto o Governo Federal prossegue na sua resistência a uma investigação política dos fatos, decorrente do chamado "Escândalo Waldomiro Diniz", avolumam-se novas denúncias que aprofundam dúvidas e suspeitas, fragilizando ainda mais a imagem do Governo.

Quando digo: V. Exª pode dizer que está aqui conversando com os políticos. Mas, não temos o poder de investigação de uma CPI. V. Exª nos traz bastantes documentos, mas, às vezes, não está como queremos. Muitas vezes, o que queremos não está ali naquele volume todo, que vamos colocar assessoria para passar um bom fim de semana ou talvez até a Semana Santa.

E, dentro dessa crise, apareceu e emergiu do depoimento do Diretor da GTech na Polícia Federal, essa figura do Rogério Buratti, que V. Exª já disse que não conhece nenhum Buratti e nem conhece o Waldomiro. Não sou obrigado a dizer que V. Exª conhece ou não conhece. Ele pode ter ido várias vezes à Caixa, até porque, à época, Waldomiro era assessor do nosso Chefe da Casa Civil, Ministro José Dirceu, e nada o impedia de ir à Caixa Econômica ou a qualquer outro órgão.

Eu quero dizer a V. Exª – talvez esclareça um pouco – que Rogério Buratti é apontado pelos depoentes como a figura indicada pelo Sr. Waldomiro Diniz para uma milionária intermediação no processo de renovação do contrato, também milionário, da multinacional GTech com a Caixa Econômica Federal, sem licitação. Como esclareceu V. Exª, isso ocorre desde o governo anterior. Daí eu entender que a figura da CPI é fundamental nesse processo. Nós não queremos investigar a GTech apenas na administração de V. Sª, queremos examinar o passado para vermos o que ocorreu com a GTech. O que nós queremos é a realidade desses fatos e dessas denúncias. Pelo jeito, ao falar o Governo atribui a culpa à imprensa ou à Oposição. Ninguém tem culpa no cartório. A culpa é nossa, dos Senadores da Oposição e da imprensa nacional.

A informação dada pelos representantes seria politicamente secundária se não fosse o Sr. Rogério Buratti um ex-colaborador íntimo do atual Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Foi secretário de governo ao tempo em que Palocci era titular da Prefeitura de Ribeirão Preto, entre 1993 e 1994, e foi demitido exatamente por suspeita de corrupção.

Permita-me dizer que V. Exª não tem nada a ver com isso. V. Exª disse o que estava fazendo na Caixa, e a Oposição está dizendo o que fazia Buratti, o que fazia Waldomiro, e a convivência desse pessoal. Está na imprensa. Mas, segundo o Governo, talvez a imprensa esteja complicando.

Ele exercia, em relação ao então Prefeito Palocci, o mesmo papel que Waldomiro Diniz na Casa Civil da Presidência da República. Era o coordenador político, o elo do Prefeito com a Câmara de Vereadores, após ter coordenado a campanha vitoriosa de Palocci à Prefeitura em 1992.

Se tudo tivesse findado com a demissão de Buratti da Prefeitura de Ribeirão Preto por suspeita de corrupção, não haveria também por que estar evocando esses acontecimentos. Ocorre que, segundo a imprensa, Buratti continuou ligado a Palocci. Foi nomeado, por sua influência, vice-presidente do grupo empresarial Leão Leão, que financiou a candidatura de Palocci à Câmara dos Deputados em 1998. O episódio está declarado e todos sabem que é verdadeiro. Nesse caso a imprensa não será responsabilizada.

Pois bem, esse tal de Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci, foi parceiro de Waldomiro Diniz, ex-Assessor de José Dirceu. Vejam que há uma ligação muito forte do quarto andar da Casa Civil com as negociações suspeitas entre a Getch e a Caixa Econômica. Isso vem do passado, não é de hoje. Depois tiraremos apenas algumas dúvidas com os esclarecimentos de V. Sª.

Em uma simplificação, pode-se dizer que esse tal de Buratti era o Waldomiro Diniz do Palocci, pela semelhança no cumprimento dos seus papéis. Tento alinhavar informações que colhi na mídia, não estou fazendo qualquer juízo de valor sobre elas. Longe de mim acusar os Ministros José Dirceu e Palocci. Diferentemente de alguns Parlamentares da Base que dizem não ter S. Exª competência para administrar a nossa política econômica. Eu já não penso assim. Às vezes, temos de ser até Líder do Governo em vez de ser Líder da Oposição. Eu já estou treinando para um dia ser Líder do Governo; estou bem próximo disso.

Lamentavelmente, essas suspeitas estão no ar. Na falta de esclarecimentos, tendem a adquirir foros de verdade. O que é péssimo para todos: para o Governo, para o Ministro, para os órgãos, para V. Exª, que acabou de dizer que tem tomado grande parte

do seu trabalho e de sua assessoria para responder materiazinhas que surgem, que de onde parte eu não sei, V. Sª está dizendo que não sabe, então vamos ver de onde vem isso.

Por isso que eu insisto que a CPI iria esclarecer tudo isso, deixaria tudo claro, porque – repito – nem todos os papéis se encontram ali. Estou indo atrás, estou querendo começar lá atrás, não tenho dúvida. Isso aqui está dentro da GTech e principalmente na administração de V. Sª; nisso aí não há a menor dúvida.

Não basta a investigação policial em curso, que esbarra nos limites óbvios. Waldomiro, por exemplo, se recusou a dar qualquer declaração, só deporá em juízo. Quem acompanhou disse que ele só respondeu a duas perguntas: a primeira, foi o nome dele, ele acertou; a segunda, perguntaram a ele qual era a profissão dele, ele disse funcionário público; mentiu, já tinha sido demitido. Veja V. Sª como está sendo levado isso. Só respondeu a duas perguntas, o resto ele disse que só em juízo responderia. É um direito dele, mas mostra o quanto ele tem muito a contar porque, porque, de duas, uma ele acertou, o outra ele mentiu, foi preciso ser corrigido.

Enquanto isso, as suspeitas que levantam tornam-se mais densas e problemáticas à governabilidade. Por essa razão, sustento a investigação. Vamos insistir na investigação e na criação de CPIs requeridas nesta Casa, com número regimental e assinaturas. Está tudo pronto, mas o Governo entende que não deve ser instalada. Há pouco eu via na mídia que o PT está fazendo moda já nos Estados. O Zeca do PT tem um pedido de CPI com todas as assinaturas necessárias, mas disse que não instala. Ora, se não vale para o Governo Federal, por que vale para o Governo do Estado? E por que vai valer para as prefeituras? Então virou moda. Está institucionalizado o direito de roubar, porque a maioria garante.

Pois bem, Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Exª que vamos partir para um bom senso. Se a Base do Governo entender que é verdade, inclusive porque eu vi que a Base do Governo só falou antes de V. Sª assumir, então vamos fazer uma CPI do passado e do presente. Vamos instalar uma CPI para que nós possamos, com a ajuda da Caixa, com a ajuda do Ministério Público, com a ajuda da Polícia Federal. O PT tem medo de quê? O PT tem medo de CPI? O Governo tem medo de CPI? Não.

Então eu queria fazer algumas perguntas a V. Sª, que são do maior interesse para o esclarecimento. São perguntas diante do que acabamos de ler. Seria o seguinte: o senhor tem conhecimento, pelo menos da imprensa, ou não sei se tem...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdão, nobre Senador. O senhor se incomoda de responder a cada pergunta de uma vez ou quer que anote? Talvez fosse melhor cada pergunta uma resposta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Serão rápidas, minhas perguntas são objetivas. Vou perguntar todas, depois ele responde.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pode perguntar todas, depois ele responde.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então o senhor tem conhecimento dos depoimentos dos diretores da GTech na Polícia Federal que afirmaram que o ex-assessor da Casa Civil, Diniz, intermediou negociações entre a Caixa e a GTech e que o mesmo condicionou o fechamento do acordo à contratação de um consultor. Isso V. Sª deve saber pela mídia. A minha pergunta é a seguinte: o senhor participou dessas reuniões?

Segundo: quem participava dessas reuniões?

Terceiro: quem estava autorizado a negociar, a quitar, em seu nome, mas não é na pessoa física, é pessoa jurídica, e no nome da Caixa? Se tinha alguém autorizado a negociar isso em função da ligação do consultor, que vem a ser o Buratti, junto com Diniz, que eram todos os dois ligados tanto ao Ministro da Casa Civil quanto ao Ministro Antônio Palocci? O senhor tinha conhecimento desses acordos? Seria a primeira pergunta minha.

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, retomo o já expresso em outros momentos. O ilustre Senador deve-se lembrar que eu disse que, no caso específico das duas pessoas citadas, eu não as conheço. Mas em nenhum momento sofremos na Caixa, enquanto Presidente ou enquanto negociadores que participaram da negociação do aditamento do contrato com a GTech, de nenhum tipo de pressão externa. Tínhamos, volto a insistir, um prazo extremamente reduzido para essa negociação.

Insisto: em 2002, haviam sido realizadas mais de dez reuniões de tentativa de negociação com a GTech sem nenhum sucesso. A empresa insistia sempre dizendo: "O contrato é o mesmo, os valores são os mesmos". E nós, sem intermediação nenhuma; aliás, sem conversa nenhuma com a GTech sobre isso.

Não tenho a mínima idéia de onde ela tirou isso. Em nenhum momento, em nenhuma negociação ela falou que teria alguma pessoa intermediando a Caixa. Nunca nos denunciou isso, nunca nos falou isso!

Em nenhum momento, nas conversas havidas na negociação, duras que foram, houve algum tipo de posicionamento da GTech com relação a essas reuniões, das quais tomei conhecimento muito tempo depois da sua eventual existência. Não tomei conhecimento

delas. Não participei de reunião nenhuma externa à Caixa, inclusive porque sempre dei orientação aos nossos negociadores no sentido de que reuniões com qualquer empresa ou com qualquer pessoa que tivesse interesse na Caixa deveriam ser realizadas dentro da Caixa Econômica Federal. Não é com almoços, com jantares ou com qualquer outro tipo de instrumento. Não que almoços e jantares não possam ser feitos. Mas dados os interesses que a Caixa defende, que dizem respeito à defesa dos interesses públicos, é bom que essa conversa ocorra dentro da Caixa. E as conversas realizadas com a GTech ocorreram dentro da Caixa somente com os negociadores indicados pela GTech e pela Caixa. Em nenhum momento se colocou isso.

Volto a dizer a V. Exªs: se alguém tentou vender apartamentos ou terrenos na lua, a Caixa não pode ser responsabilizada por isso. E se alguém tentou comprar terrenos na lua, a Caixa também não pode ser responsabilizada. Não tenho condições de fazer nenhum tipo de avaliação a esse respeito. O que sei é que essas negociações foram realizadas dentro da Caixa, e em nenhum momento se aventou a hipótese de haver um intermediário ou outro que não os negociadores indicados pela Caixa.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Sr. Presidente, V. Exª sabe que, no mesmo depoimento à Polícia Federal, os diretores da GTech já informavam que cada vez que a Caixa adiava a assinatura do aditivo contratual, o Buratti voltava a carga, dizendo que o negócio com a Caixa só seria fechado depois de sua contratação.

A primeira observação é a seguinte: quer dizer que o Diretor da GTech mentiu para a Polícia Federal e para o Ministério Público? Daí a necessidade de se vir a dar seqüência a essas convocações nesta Casa e, no final, vamos conversar e dialogar com todos.

Não vou mais perguntar a V. Sª se sabia alguma coisa ou se era coincidência a orquestração da Caixa com o Buratti; não vou mais perguntar isso.

Quero perguntar a V. Sª o seguinte: quantos meses serão necessários para se substituírem as operações da GTech?

Em função da resposta, tenho mais duas a fazer: quantos meses serão necessários para se substituírem as operações da GTech e quando começou a contar o prazo para essa substituição.

O SR. JORGE MATTOSO – Senador, se nós não tivermos clareza do que ocorre, não vou conseguir avançar. Não existe possibilidade de a Caixa iniciar qualquer tipo de licitação enquanto a Justiça não se pronunciar com relação às liminares que a GTech obteve. Isso precisa ficar claro. Isso é tão claro que estamos no décimo segundo mês desse aditamento e, até hoje, a Justiça não se pronunciou. Portanto, não posso lhe dizer quanto tempo. S a Justiça não...

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Mas há um prazo? Vinte e cinco meses?

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Houve um contrato com prorrogação?

O SR. JORGE MATTOSO – Não. Vinte e cinco meses foram o prazo...

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Quer dizer que o senhor admite...

O SR. JORGE MATTOSO – O senhor fez uma pergunta e eu estou tentando responder. Vinte e cinco meses são o prazo máximo que a Caixa tem, por lei, para aditar um contrato. Por isso dizíamos que precisávamos ganhar tempo, para que a Justiça se pronunciasse com relação às liminares e para assegurar que a Caixa tivesse as condições mínimas para assegurar plenamente o processamento, uma parte menor de todas as operações lotéricas. As operações lotéricas dizem respeito às máquinas, à transmissão dos dados, à manutenção das máquinas e isso, para a Caixa, deve ser realizado por meio de licitações.

Não cabe à Caixa fazer a manutenção de mais de 15 mil ou 20 mil máquinas dispostas em mais de 9 mil lotéricas dispersas no País. O que a Caixa se propôs a fazer foi assegurar o processamento dos sorteios, o que já vem sendo realizado sem que ainda tenha sido plenamente homologado pelas partes. Volto a insistir que tem sido realizado em ambiente laboratorial. Pretendemos estar em condições plenas de processamento no décimo oitavo mês. Mas se até lá, se a Justiça não houver se pronunciado, ilustre Senador, não poderemos fazer outra licitação que não uma que assegure à GTech a vitória. É por isso que a Caixa tentou dividir em quatro a licitação, ainda no Governo anterior, e por isso a GTech operou de todas as maneiras, por meio de licitações, para a obtenção dessas liminares.

Portanto para responder quantos meses serão necessários, teríamos que fazer essa pergunta à Justiça.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Então, V. Exª admite a hipótese de se estender esse contrato parcial ou total à GTech, como tanto se falou, sem licitação? Há quanto tempo vêm essas liminares?

O SR. JORGE MATTOSO – Desde 2001.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Aí, vou fazer um apelo. Sei que é competente a assessoria jurídica da Caixa e também a do Governo. Se há interesse em fazer uma nova licitação, não entendo por que a Justiça não é pressionada. É muito tempo para uma liminar ficar se mantendo numa licitação.

Então, a minha certeza é que a hipótese, se estender isso, é clara: vai acontecer. Na realidade, a assessoria da GTech é muito competente. Estou convencido de que, dentro do que está traçado, será natural o Governo estender o contrato da GTech após essa conclusão de 25 meses. E V. Exª admite essa hipótese.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, a legislação não permite. O limite possível é o vigésimo quinto mês. Então, teremos de romper o contrato.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Mesmo com a liminar?

O SR. JORGE MATTOSO – A liminar não diz respeito ao rompimento do contrato, a liminar desrespeita o impedimento da licitação.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Aproveito e digo o seguinte: se o Governo, pelo que foi dito por seus Parlamentares, considera o contrato da Gtech ruim e mal negociado, por que, em vez de prorrogado, não foi cancelado?

O SR. JORGE MATTOSO – Porque somos responsáveis por todas as atividades e funcionamento da Caixa Econômica Federal. Não posso assegurar e dizer que, a partir de amanhã, 9 mil lotéricos não funcionarão mais, 9 mil lotéricos não prestarão mais serviços à população, 9 mil lotéricos não apresentarão as suas loterias. Esse seria um ato de extrema irresponsabilidade.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Sr. Presidente, ainda não conclui, ainda tenho umas 5 ou 6 perguntas.

O SR. JORGE MATTOSO – Aliás, nem a gestão anterior se propôs a fazer um absurdo desse, que é romper um contrato e não ter condições de assumir.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Ninguém da anterior. Por isso, continuo a insistir que o melhor caminho para esclarecer esse assunto passa por uma CPI. Só uma CPI, não tenho a menor dúvida.

O SR. JORGE MATTOSO – Fui convidado para vir aqui. Prestei todas as informações que os Senadores me pediram e prestarei todas as que possam pedir. Posso esclarecer, mas V. Exªs podem sair convencidos ou não. Posso apresentar todas as informações, mostrando, indicando que a negociação é a melhor.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Isso é outro assunto, vou tentar ler essas páginas aí. Veja que, segundo a avaliação da Superintendência de Projetos Especiais da Caixa, Sr. Carlos, caso precise, a Caixa poderá estender total ou parcialmente a prestação de serviços pela Gtech pelo prazo necessário à implantação do novo modelo. Faltam apenas 14 meses. S. Srª está dizendo, está sendo claro, diferentemente do que afirmou V. Sª, que, vencido, iria romper o cartel. Está dizendo aqui que, se necessário, vai prorrogar não tem o que discutir. Há uma contradição entre a palavra do Presidente e nesse caso do Superintendente de Projetos Especiais da Caixa, que afirma que, se necessário, vai ter que prorrogar. Está escrito aqui. Foi divulgado pela imprensa, **Folha de S.Paulo**, de 22 de março. Daí a minha pergunta.

A Caixa diz que só renovou o contrato por causa das liminares da Justiça. Afirma também que o banco não tinha como assumir as funções feitas pela empresa. V. Sª disse isso. Um ex-Diretor do banco, e isso já foi falado aqui, afirmou que a Caixa Econômica já tem tecnologia suficiente para 1.5 bilhão, que era o investimento anunciado em 2002 pelo banco para poder dispensar a Gtech. A CEF não divulga quanto, de fato, foi aplicado. Queremos saber quanto foi aplicado.

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, temos que esclarecer que existe uma diferença muito grande entre aditar ou prorrogar um contrato, e isso, pela Lei nº 8.666, só pode ser realizado até o final desse 25º mês. A partir daí, se tratará de outro contrato que terá que ser negociado ou feita uma licitação. É só isso, não confundir as duas coisas. Quanto ao investimento, ele foi em torno R$47 milhões. Estão todos os documentos aqui.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Tomara que a GTech possa liberar determinado...

O SR. JORGE MATTOSO – Não. Desculpe, Sr. Senador, é somente para o processamento, as outras...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não é liberar alguma coisa?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não, as outras...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – E o processamento não está pagando? A Caixa não está pagando o processamento?

O SR. JORGE MATTOSO – Não. Sr. Senador, temos que entender o que estamos falando. A Caixa não...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Explique, V. Sª veio aqui para explicar.

O SR. JORGE MATTOSO – Vou lhe explicar.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sou neófito nisso.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – **(fora do microfone – inaudível)**

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tenham calma vocês duas, fiquem caladas, porque fiquei calado; ouvi tudo aqui e não reclamei de ninguém. Então, peço o direito da minha palavra, Sr. Presidente. V. Exª garanta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª está com a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tenham calma, o Governo já tem o dever de casa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – V. Exª não precisa ser grosso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadoras, o Senador Efraim está com a palavra. Faça a pergunta de V. Exª, e ele, com certeza, responderá.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O Presidente está respondendo, mas parece que a assessoria....

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas é porque na hora em que ele está respondendo, V. Exª já está fazendo outra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Aliás, está se conduzindo muito bem a assessoria, quero parabenizá-la.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – V. Exª está nervoso, não sei por que.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu, nervoso? Não sou Governo, não; não tenho medo de ser atingido, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadora, por gentileza.

Senador Efraim, V. Exª tem a palavra, pode usá-la.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Fiz a pergunta, vou repeti-la.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou repeti-la lentamente. Não é preciso nervosismo. Estou querendo a CPI, quem não quer não sou eu, não sou do PT, não. Veja bem.

A Caixa diz que só renovou o contrato por causa das liminares da justiça. Afirma também que o banco não tinha como assumir as funções da empresa. Um ex-diretor afirma que a CEF já tem tecnologia suficiente. R$1,5 bilhão era o investimento anunciado em 2002 pelo banco para dispensar a GTech. A CEF não divulga o quanto, de fato. O que queremos saber é quanto foi aplicado e, se tem alguma informação, por que não foi aplicado.

O SR. JORGE MATTOSO – Senador, gostaria de voltar a esclarecer: em nenhum momento, a Caixa Econômica Federal se dispôs a assumir o conjunto dos trabalhos realizados pela GTech, em nenhum momento, tanto assim que se propôs a fazer quatro licitações, dividir o contrato em quatro. Para as operações de transmissão, deveria ser feita uma licitação; para as das máquinas, também, com outras empresas; e também para a da manutenção dos equipamentos. A única coisa a que a Caixa se propunha e já está fazendo, volto a insistir, é o processamento, que não corresponde ao conjunto das operações da GTech. A Caixa avalia que não deve se preocupar com a manutenção de máquinas em lotéricas, que isso deve ser feito por uma outra empresa, mas que, para isso, precisa fazer licitação. O problema todo é que a Justiça tem impedido sistematicamente que a Caixa faça essas quatro licitações. Se eu tiver que repetir isso, repetirei, sem nenhum problema. Esse é um impedimento legal que diz respeito à Justiça, na qual esperamos um bom tratamento nos próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Uma pergunta, nobre Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, tenho mais duas perguntas e vou fazê-las.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – A primeira é a seguinte: V. Sª disse que foi reduzido em 15% o contrato com a Gtech, depois desse mesmo contrato ter sido considerado um absurdo. Foram feitas inclusive auditorias. Após o período decorrido do contrato, os custos de amortização já não tinham sido cobertos nesses 15%? Por que só 15%, se era tão absurdo esse contrato?

O SR. JORGE MATTOSO – V. Exª considera pouco R$100 milhões?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não, não estou dizendo que é pouco, estou perguntando – nunca vi esse dinheiro na minha vida.

O SR. JORGE MATTOSO – Na nossa avaliação, da Caixa, e considerando que nenhum outro adiantamento conseguiu qualquer abatimento, qualquer redução de valor, consideramos que R$100 milhões foi um belo adiantamento, foi um belo contrato, foi uma bela negociação. E volto a insistir: não foram exclusivamente os 15%, foi a libertação dos correspondentes bancários, e isso tem permitido a melhoria dos serviços da Caixa e a saída do **ranking** do Banco Central de reclamações. A Caixa não está mais entre os 10 bancos que mais recebem reclamações, graças ao extraordinário serviço que vem sendo feito pelos correspondentes bancários e pelas ampliações das agências.

Portanto, do nosso ponto de vista, Caixa, eu não tenho a mais mínima dúvida de que esse aditamento foi o melhor que a Caixa já fez e o melhor que poderíamos ter feito.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Está esclarecido nesses papéis por que foram só 15% de R$100 milhões?

O SR. JORGE MATTOSO – Só?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Só, porque eu acho que, se pudessem ser R$200 milhões, seria melhor para o País e para a Caixa Econômica.

O SR. JORGE MATTOSO – Ah, mas aí...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, quero saber como chegou aos 15% É uma pergunta que estou fazendo. Se V. Sª não tem como me responder agora, eu espero a resposta. Por que só 15%? Que bom para V.Sª!

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não. Para mim, não, para a Caixa.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Que bom para o Brasil! Que bom para todos nós! V. Sª responde pela Caixa. Então, eu diria que o bom fosse que todos nós pudéssemos ter 30% a menos, 25%, 28%, coisas desse tipo.

Então, a minha pergunta é a seguinte: por que chegamos só a 15%? E qual foi o critério para se chegar a esse percentual? Se não estão incluídas nesses 15% as amortizações feitas?

O SR. JORGE MATTOSO – Não tem amortização. A amortização...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu estou perguntando. Eu não sei.

O SR. JORGE MATTOSO – Então, deixe-me responder, Sr. Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Exato. Eu estou calado.

O SR. JORGE MATTOSO – A amortização não tem a mínima condição de avaliar.

A GTech – volto a insistir – nunca abriu a sua planilha de custo. Eu não sei quanto foi investido, não sei quanto custou, ou quanto ela gasta. Não tenho a mais mínima idéia. Ela se nega a abrir essa planilha de custo.

O que eu posse lhe dizer é que, em nenhum momento no passado recente, se negociou quaisquer reduções de custo. Portanto, V. Exª tem de perguntar para outras pessoas – e não para mim – por que, anteriormente, não se conseguiu os 15%. Estamos plenamente confiantes de que o resultado desse aditamento de 15%, mais a libertação dos correspondentes bancários, foi um extraordinário processo negocial e um extraordinário contrato para a Caixa Econômica Federal e para a coisa pública.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Por isso, Sr. Presidente, defendo a CPI para conversar com outras pessoas que não S. Sª, para saber por que tenho de fazer.

Eu sei que V. Sª não é contra a CPI.

O SR. JORGE MATTOSO – E nem sou Senador da República.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tudo bem, mas podia ser um dia.

Desejo a V.Sª, se tiver vontade...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mais alguma pergunta, nobre Senador?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tenho, sim. É um diálogo, e tenho de responder.

É o seguinte, Sr. Presidente: pelo Estatuto da Caixa, a decisão de prorrogar um contrato no valor de R$600 milhões deve ser aprovado pela diretoria colegiada a partir do voto apresentado por um ou mais vice-presidentes. Que vice-presidentes apresentaram o voto propondo a prorrogação do contrato com a GTech? E a data da reunião que registra a autorização para a efetivação da transação?

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, volto a dizer que não se confunda contrato com aditamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ou aditivo.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não, porque contrato, efetivamente, não pode; o aditivo pode.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, qual foi a data do aditivo? Eu retiro a palavra "contrato" e coloco "aditivo".

O SR. JORGE MATTOSO – O aditivo foi realizado no dia 8 de abril de 2003.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quem propôs?

O SR. JORGE MATTOSO – Como quem propôs?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – No Estatuto da Caixa, a decisão.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não tem a ver com o Estatuto.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Foi feito. A GTech quer e foi feito, então, por causa da liminar? Do contrário, paro tudo. É mais ou menos isso?

O SR. JORGE MATTOSO – Não estou entendendo, Sr. Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Estou dizendo que, se a GTech diz que esse é o valor, faz-se o acordo...

O SR. JORGE MATTOSO – Não. A negociação é realizada entre duas partes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sim, aí chega-se a um acordo. Se não fizer isso tudo, a GTech pára tudo por causa da liminar. E aí a Caixa não tem o que fazer, o Governo brasileiro não tem o que fazer.

O SR. JORGE MATTOSO – Eu volto a pedir que V. Exª explique a sua pergunta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, veja bem: foi feito um aditivo. A diretoria da Caixa diz que não foi feita por conta das liminares. Perfeito?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, Exª, o que não foi feito por conta das liminares...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas está dito aqui...

O SR. JORGE MATTOSO – ...foram as licitações, Sr. Senador. Nós precisamos ter a mesma linguagem. O que está impedindo...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, nós estamos falando uma linguagem totalmente diferente: V. Sª, numa linguagem técnica; e eu, que não sou um técnico, sou político...

O SR. JORGE MATTOSO – Mas tem que ouvir, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, formule a sua pergunta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Minha pergunta a V.Sª é a seguinte: existe um contrato com a GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Existe.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Esse contrato venceu?

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não? Foi então aditado?

O SR. JORGE MATTOSO – Isso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Isso. Foi aditado do jeito que a GTech quis?

O SR. JORGE MATTOSO – Isso é V. Exª quem está dizendo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu acho, porque senão parava.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, três de um lado, três de outro, e negociaram.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agora, se a GTech não quisesse aditar parava o serviço por conta das liminares?

O SR. JORGE MATTOSO – Com licença, se a GTech abandonasse o serviço, vamos supor, disse-se que não quer mais ganhar dinheiro da Caixa, R$1 milhão é muito pouco...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não, ela não ia querer.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, R$1 milhão/dia é muito pouco, teríamos o fim dos serviços por meio dos lotéricos. Somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não temos tecnologia.

O SR. JORGE MATTOSO – Somente isso. Teríamos o fim do atendimento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, é a vontade da GTech?

O SR. JORGE MATTOSO – Que vontade da GTech?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – A maioria, ela está mandando numa decisão, lamentavelmente. A culpa não é do Presidente Mattoso. Não estou culpando V. Sª por isso. Estou dizendo que, lamentavelmente, chegamos a uma situação em que a GTech está dominando totalmente a questão dos lotéricos dentro da Caixa Econômica e no Brasil.

O SR. JORGE MATTOSO – Está.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Está certo?

O SR. JORGE MATTOSO – Mas tenho tentado dizer isso ao longo da minha exposição.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas não disse. V. Sª ...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não tem ordem, estou com a palavra, Sr. Presidente.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, porque já foi repetido à exaustão...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, estou com a palavra. Não pode pedir a palavra pela ordem.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – ... que o aditamento do contrato foi feito inúmeras vezes.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa já decide. Senador Efraim Morais, com a palavra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – A primeira vez que teve mudança foi assinada pelo Presidente Jorge Mattoso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, a ordem já foi respondida.

Senador, conclua a sua pergunta. Ainda tem mais alguma?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Veja V. Exª, que é meu conterrâneo, paraibano, estamos tranqüilos. A Paraíba aqui é muito tranqüila.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas não estou no grau de entendimento de V. Exª, porque entendi da primeira vez que ele falou.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Só que V. Exª tem o direito, agora vou criar polêmica, ...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Espera aí, não estou provocando o meu conterrâneo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ... de entender, até porque V. Exª também é da base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Talvez seja por isso que eu tenha mais boa vontade.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – É claro que ninguém aqui vai conseguir ....

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Retiro o que eu falei.

O SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E o pessoal do Governo anterior tem dificuldade de entender como é que chegou até aqui desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por gentileza, nobre Senadora, a palavra está com o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Deixe-a falar mais um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, eu quero é que V. Exª conclua. Ainda falta a Senadora Heloisa Helena. Então, está numa escalada ....

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas, se a Senadora quiser falar mais um pouquinho, fique à vontade. Não tem problema, sou muito educado com as damas.

Pois bem, proponho a V. Exª, que é o Presidente da Comissão, da qual, com muita honra, tenho o prazer de pertencer, que sejam convocados o Superintendente Carlos Cartel, bem como os vice-presidentes da logística anterior e atual, respectivamente, Mário Haag e Paulo Bretas, além dos diretores da GTech, Antonio Carlos Lino Rocha e Marcelo Rovai, para que, já que foram citados aqui, já que a palavra que foi dada na Polícia Federal e na MP, vermos se há um contra-senso, para que nós, os Senadores, vou propor isso por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, informo a V. Exª que o vice-presidente, Paulo Bretas, já foi convocado no relatório anterior.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – É um a menos então.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E foi retirado do relatório anterior o Sr. Mário Haag.

V. Exª, por gentileza, formalize, só não precisa pedir o Paulo Bretas. Os demais, por gentileza, V. Exª formalize.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Exª e agradeço ao Presidente. Peço desculpas se fui, em determinado momento, ...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, V. Exª cumpriu o seu papel.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ... fora do normal. Mas é que estamos aqui numa missão, Sr. Presidente, já que nós, que fazemos a Minoria desta Casa, estamos impedidos pela força ditatorial da Maioria desta Casa de fazer CPI's, aproveitamos esta oportunidade, dialogamos.

Acho que, em parte, o Sr. Jorge Mattoso esclarece as dúvidas da Oposição, não naquilo que foi perguntado, mas naquilo que pretendemos descobrir, para mostrar ao País o que está acontecendo neste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, agradeço a V. Exª e digo que cumpriu o seu papel.

Suspendo a reunião para almoço

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estamos reabrindo os trabalhos da Comissão.

Por permuta com o Senador Arthur Virgílio, porque S. Exª faz parte da Comissão e seria o último a interpelar como titular, passo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRª HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, fazer brevíssimas considerações. Tenho feito muita questão de fazer isso, até para resgatar um pouco do cínico memorial de contradições que temos visto ultimamente.

Primeiro, essa história de criticar a imprensa quando divulga material sigiloso. Eu nem deveria comentar isso, até porque quando eu era Líder do PT – graças a Deus, eu já fui expulsa para não fazer parte dessa vergonhosa operação abafa agora – e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique, era impressionante como a Oposição à época parabenizava os procuradores e o Ministério Público quando, de alguma forma, documentos chegavam ao conhecimento da opinião pública. É impressionante esse cínico memorial de contradições, Senador Demóstenes. Dizíamos nós que não havia sigilo naquilo que era de interesse público. Se havia trambicagem com o interesse público, não poderia haver sigilo em relação a isso.

Outra coisa que gostaria de dizer é que talvez seja importante que a Caixa possa analisar o que é que o Waldomiro foi fazer lá no dia em que foi identificado, conforme está publicado na imprensa. O Waldomiro vir ao Congresso Nacional é compatível, porque ele ocupava a subchefia de assuntos parlamentares da Casa Civil. Se ele foi à Caixa resolver algum problema de Parlamentar ou outro problema é bom que isso seja identificado para que se esclareça à opinião pública o que ele foi fazer lá.

Começando o debate, estou entendendo, tive oportunidade de analisar os documentos do Ministério Público, sei que a GTech é responsável pela captação de jogos em terminais lotéricos, pela rede de transmissão de dados, pelo processamento de apostas e rateio – que é onde a Caixa Econômica Federal ainda na gestão anterior, investiu mais de R$100 milhões, para se preparar para assumir parte desse processamen-

to de apostas e rateio – e pela questão da logística e consumíveis para lotéricas.

Começo sobre a história de que foi o melhor negócio possível. Por quê? Primeiro, porque V. Sª, Presidente, acabou cometendo o mesmo erro que alegou na imprensa. Quando apresentou esse documento de 3 de janeiro de 2003, dizendo que a GTech se negava a fazer qualquer debate sobre descontos, V. Sª disse que a imprensa, infelizmente, apenas apresentou o ofício da Caixa à GTech e se esqueceu de apresentar o ofício da GTech à Caixa, esse que V. Sª traz. V. Sª acabou esquecendo-se também de apresentar outro documento, de 7 de janeiro – portanto de data posterior a 3 de janeiro –, sobre uma reunião da qual participaram o Superintendente de Projetos Especiais, o Gerente Nacional da Caixa, o vice-presidente da GTech, o diretor, o advogado, em que se retoma o debate dos descontos de 25%.

E, ao contrário do que diz essa carta, que foi encaminhada no dia 3 de janeiro, no dia 7 de janeiro, a GTech assume a possibilidade de fazer o desconto. Aliás, está gravado, porque as relações entre a Caixa Econômica Federal e a GTech estavam tão difíceis, que as conversas estavam sendo gravadas dentro da Caixa Econômica Federal. Não é à toa que o vice-presidente... Não é à toa que o advogado da GTech dá declarações relacionadas a isso. Ele diz: "Os termos são esses, porque são seis meses. Talvez se fosse maior o prazo... A GTech colocou outras propostas que não foram levadas em consideração. Já que maior o prazo, maior pode ser o desconto."

Volto a dizer que os jurídicos estão aqui para viabilizar, e não para dizer o que se pode ou não fazer. Sempre se pode fazer, desde que se obedeça à lei. Mas a lei é bastante elástica no sentido de que sempre há uma alternativa para fazer com que o cliente faça o negócio possível. E não é à toa que essa conversa gravada acabou resultando nesse documento – que certamente está à disposição dos senhores –, originado após o outro que V. Sª trouxe para cá, em que se cria a possibilidade de fazer isso. A própria GTech reiterou que, para o prazo de seis meses, não há como praticar descontos na fatura e que essa proposta vale para a continuidade do contrato vigente. Então, possibilidade já havia anteriormente.

É verdade que o Governo passado não o fez, por isso é de fundamental importância que instalemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para identificar isso. Primeiro, discordo dessa assertiva de V. Exª, até compartilhada com o Presidente da Comissão, de que não havia como romper o contrato. Em nome do interesse público, pode-se romper unilateralmente o contrato, e não haveria paralisação das atividades. Não é verdade que não haveria paralisação das atividades, pois essa é obrigatória, contratual, independentemente de rompimento de contrato em nome do interesse público.

Outra questão: V. Sª disse aqui que tinha um prazo, 14 de abril. Em sua fala, disse que a GTech tinha pressa. V. Sª disse: nosso prazo limite era 14 de abril. Seria até estranho que houvesse a renovação de contrato por 25 meses, se, praticamente, uma semana antes da renovação do aditivo por 25 meses, tivesse sido aberta uma auditoria. Poder-se-ia, inclusive, prorrogar por menos prazo, para ver o resultado da auditoria, embora eu compartilhe da idéia daqueles que acham que pode haver o rompimento unilateral do contrato sem paralisação dos serviços.

V. Sª, na sua fala, disse que a GTech tinha pressa, em função do ano fiscal. Ora, se a GTech tinha pressa, em função do ano fiscal, então, era a GTech que estava em uma situação de extrema dependência em relação ao contrato. Então, mais do que necessário seria que inclusive houvesse um aumento de mais de 15%, se necessidade houvesse de dar continuidade a isso, porque eles ganharam muito com essa operação. Se não existe, com a mais absoluta clareza, se a valorização das ações está em torno de 34% – por isso, é importante que eles aqui estejam, para que possam explicitar em quanto se deu essa valorização –, é lógico que o aumento poderia ser muito maior, porque quem tinha pressa eram eles. Como é que eles tinham pressa, pressionados inclusive pelo ano fiscal americano, e se faz um percentual como esse? Como é que se chega a esses 15%, se eles tiveram uma valorização de ação muito maior?

Além disso, quero que V. Sª me confirme se, uma semana depois desse suposto desconto, houve aumento da Mega-Sena.

O SR. JORGE MATTOSO – De 50%.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Houve um aumento de 50% na Mega-Sena.

O SR. JORGE MATTOSO – (fora do microfone – inaudível.)

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Não, não. Do bilhete, porque eles ganham em torno do bilhete. Quanto mais as pessoas apostam, mais eles ganham, é evidente. A Mega-Sena toma conta do maior número de apostas. Se eles tiveram um aumento de 50%, qual é o significado disso? Até para que se possa identificar se isso já não dá conta, inclusive, do aumento que tinha sido identificado anteriormente. Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Presidente da Caixa, Dr. Jorge Mattoso.

O SR. JORGE MATTOSO – Ilustre Senadora Heloísa Helena, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer que aqui nenhum dos Senhores me ouviu fazer qualquer crítica à imprensa. O que tenho feito e explicitado, inclusive através da imprensa, é que a Caixa continuará respeitando as regras básicas estabelecidas em lei, no que diz respeito ao sigilo bancário. Não entraremos no jogo de ficar passando informações secundárias para a imprensa. Isso foi realizado por outras pessoas, outras forças, outras instituições. A Caixa não fará isso. A Caixa é um banco público, tem que respeitar a institucionalidade, tem que respeitar a lei e, sobretudo, garantir as melhores condições de sua imagem.

No entanto, cumpriremos as determinações legais. Quando a Polícia Federal fez, na quinta-feira, uma apreensão que, no nosso entender, é ilegal, fizemos uma representação, que entregamos hoje de manhã ao Ministério Público, e esperamos que o Procurador-Geral tome as devidas medidas e providências que entender cabíveis.

A Senadora elaborou várias perguntas, e vou tentar respondê-las. Quanto ao que eventualmente o Sr. Waldomiro fez na Caixa, só tomei conhecimento do fato pelos jornais. Assim que eu tiver alguma declaração, vamos mostrar com quem ele esteve, para quê ele foi. A Caixa tem vários pedidos de medidas provisórias para serem discutidas no Congresso, tínhamos vários assuntos, mas não sei qual assunto ele foi tratar. O que posso dizer e repito é que, em nenhum momento, seja ele, seja outra pessoa indicada aparentemente como intermediário da Caixa para vender terrenos na lua, entrou em contato nem com o Presidente da Caixa nem com os negociadores, pelo que entendo das declarações deles na Polícia Federal. Portanto, daremos todos os esclarecimentos, de quantas vezes ele foi, se é que foi, com quem esteve e que assuntos foi tratar.

Quanto à questão do negócio, desse aditamento desse contrato. Em primeiro lugar, não tenho dúvida, volto a insistir, de que foi o melhor negócio possível. No dia 07 de janeiro, a Senadora recebeu uma ata da reunião na qual, depois daquela carta, a GTech fala dos 25%, mas em nenhum momento assume esse valor, tanto assim que no dia 13 de janeiro, a administração anterior da Caixa, volto a insistir, fez uma aditamento, por 90 dias, nas mesmas condições anteriores. Os números citados não representam nada. O que representa é o acordo final. Em nenhum momento, anterior ao aditamento do dia 08 de abril, a Caixa conseguiu reduções; pelo contrário, houve elevações de preços. A primeira vez foi no aditamento do contrato por 25 meses, com possibilidade de rompimento aos 18, realizado no dia 08 de abril. Não tínhamos pressa. A GTech era quem tinha pressa. Tínhamos até o dia 14 de abril para assinarmos o contrato. Tanto assim que eles estavam adiando. Não queriam dar a renúncia. Queriam assumir simplesmente a desistência na Justiça, mas insistimos na renúncia, sob pena de não fecharmos o negócio. Por isso, só fechamos no dia 08. Eles só entregaram o documento que assegura a renúncia no dia 08. Já foi entregue a V. Exªs.

Existe uma diferença legal entre renúncia e desistência. Na primeira, a outra parte não pode mais voltar. Podemos abrir aos mais de 2 mil correspondentes bancários nesse período.

Tínhamos o prazo máximo de 14 de abril.

Volto a insistir, não foi somente 15%. Pela primeira vez estão passando a base de dados. Pela primeira vez estão abrindo mão do impedimento legal da ampliação dos correspondentes bancários. Com relação a essa negociação, volto a insistir, não tenho condições de dizer o que passou pela cabeça da GTech, mas posso dizer o que passou pela cabeça dos negociadores da Caixa e da minha em particular: foi uma negociação rápida, difícil, na qual, pela primeira vez, a Caixa conseguiu condições melhores que as anteriores.

Volto a insistir, Srªs e Srs. Senadores, como homem público responsável pela Caixa Econômica Federal – diga-se de passagem, isso também passou pela cabeça de algum iluminado no passado, mas não foi levado a cabo por nenhuma outra administração –, digo que seria uma irresponsabilidade simplesmente romper unilateralmente o contrato antes do final do prazo legal de aditamento. Deixaríamos de prestar serviços nos mais de 9 mil agentes lotéricos, e são serviços destinados à população de baixa renda.

Quero que os Srs. Senadores tenham idéia do trabalho desses 9 mil agentes lotéricos. Eles pagam políticas públicas, pagam políticas sociais, recebem pagamentos. A única coisa, e o que podíamos e deveríamos fazer – e por isso precisávamos de correspondentes bancários –, é nos prepararmos para executar no futuro essas atividades cada vez mais pela Caixa. Para isso, continuamos na expectativa das decisões judiciais, porque somente com elas poderemos realizar as licitações que a Caixa julga cabíveis.

Quanto ao aumento da Mega-Sena, primeiro não tenho idéia se houve ou não aumento, mas os pagamentos são feitos em função de operações, de apostas. Não posso dizer que o povo brasileiro, em homenagem à GTech, apostou mais naquela semana...

A SRª HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – V. Srª não entendeu. Se o mesmo número anterior tiv esse apostado, independente de se fazer uma homenagem ao Sr. Waldomiro, ao Governo ou a quem quer que

seja, já seria um aumento no volume de apostas, Sr. Presidente. A partir do momento em que se aumenta em 50% o valor da aposta, se o mesmo número de pessoas apostar, é evidente que o volume de recursos será maior.

O SR. JORGE MATTOSO – Não tenho como lhe fornecer essa avaliação.

A SRª HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Depois V. Srª manda por escrito.

Um outro ponto: V. Srª disse que é um absurdo porque a Caixa presta programas extremamente importantes pelos lotéricos, como a Bolsa Escola. Há um documento da Caixa de 10 de maio de 2002 que se refere ao programa de "atualização do parque computacional", no qual se investiu R$104 milhões. Mais recentemente, a Caixa adequou seus equipamentos de computação para os pagamentos do programa Bolsa Escola e dos planos econômicos do FGTS. Esse mesmo documento cita que a Caixa já é capaz de prestar esses serviços, serviços esses para o atendimento da população mais carente, e que "esse programa destina-se à comercialização doe produtos e serviços bancários, bem como atuar na operação de repasse de transferência de benefícios do Governo Federal, tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás..."

O SR. JORGE MATTOSO – É isso, Senadora. Esse é o trabalho dos correspondentes bancários. Os correspondentes bancários não vendem loteria.

A SRª HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Mas os correspondentes bancários, a Caixa... Não foi cessão da GTech. A Caixa...

O SR. JORGE MATTOSO – Claro que não. A Caixa não tem nada a ver.

A SRª HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Mas V. Exª falou neste instante que tinha sido concessão da GTech.

O SR. JORGE MATTOSO – Ilustre Senadora, a GTech obteve, em 2002, uma liminar na Justiça que impedia a expansão dos correspondentes bancários, que foi, em 2001, uma iniciativa da Caixa de extraordinário sucesso. Foi essa a situação. O investimento a que a ilustre Senadora está se referindo diz respeito aos correspondentes bancários, o que havia sido impedido em 2002 e finalmente obtido em 2003.

A SRª HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Mas nem com um investimento desse, V. Srªs entendiam que seria importante investir mais de R$100 milhões... Se V. Srªs alegam que houve uma diminuição de custos de R$100 milhões, a Caixa investiu também esse mesmo valor...

O SR. JORGE MATTOSO – Para os correspondentes bancários.

A SRª HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – Sim. Nem isso significaria que, em nome do interesse público, nessa parte, o contrato pudesse ser rompido, já que a Caixa estava preparada para fazê-lo?

O SR. JORGE MATTOSO – Senadora, neste ano, desde o dia da renúncia da GTech nas ações com relação aos correspondentes bancários, conseguimos cerca de dois mil correspondentes bancários, mas queremos chegar a dez mil até 2006. Isso é possível de ser feito com os recursos da Caixa, tanto financeiros quanto de pessoal. Vamos até 2006 ter dez mil correspondentes bancários. Hoje o sistema lotérico já tem nove mil. Não tenho como substituir os nove mil correspondentes lotéricos da noite para o dia pelos correspondentes bancários, por isso estamos fazendo pouco a pouco, e é isso que tem garantido a redução das filas nas agências da Caixa; é isso que permitiu à Caixa ter saído da lista de reclamações do Banco Central; é isso que tem permitido o pagamento das políticas públicas com menos filas; é isso que tem permitido à sociedade brasileira ter atendimento mais próximo de sua casa; é graças a isso, graças aos correspondentes bancários, graças ao fato de se ter obtido nesse contrato a liberação dos correspondentes bancários.

A SRª HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – O povo brasileiro, não o governo anterior, tinha investido mais de R$100 milhões para garantir que isso pudesse ser feito.

O SR. JORGE MATTOSO – Lógico.

A SRª HELOISA HELENA (S/Partido – AL) – V. Exª entende que é pura coincidência os encontros do Waldomiro com os dirigentes do GTech uma semana antes do aditamento do contrato?

O SR. JORGE MATTOSO – Não tenho condições de dizer. Aparentemente é uma coincidência. Eu não tinha conhecimento desses encontros. Volto a insistir, se existiram pessoas que venderam terrenos na lua, não cobrem da Caixa isso. O que se pode cobrar, qualquer Senador da República tem direito a cobrar, é: o contrato foi ruim para Caixa? Foi pior do que os anteriores para a Caixa? Traz questões nocivas para a Caixa? Então, é óbvio que para essas questões eu teria todo o prazer de dar as resposta. Tenho tentado que foi melhor o melhor contrato para a Caixa.

Quanto às demais questões, como não conheci o Sr. Waldomiro, como não estive com ele, como não sei quais as relações da GTech com o Sr. Carlos Cachoeira, com o Sr. Waldomiro e com quem quer que seja, não tenho nada a dizer. Lamento.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Como sabemos pela análise dos documentos, não existem terrenos vendidos na lua nem negócios e interesses muito bem identificados, por isso é de fun-

damental importância abrir-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PREIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, V. Exª tem mais alguma pergunta?

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, tenho algumas perguntas a fazer e algumas considerações anteriores.

A Senadora Heloísa Helena fala de coincidências. Coincidência, para mim, é o fato.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Senador, não acredito em coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Está com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – S. Exª me concedeu um aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu, talvez, acredite tanto no V. Exª.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Ah, sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Os dois Diretores da GTech tenham, talvez, mentido. Eles podem ter ido à Polícia Federal e inventado a ligação entre Buratti e Waldomiro. Waldomiro não conhece Buratti e Buratti não conhece Waldomiro. É uma pena. Os dois poderiam se conhecer, mas não precisava porque o que está colocado no depoimento dos dois é: "Alguém importante vai procurá-los." Alguém importante. Esse "importante" pode se chamar Buratti, pode se chamar Waldomiro, pode se chamar Waldomiro Diniz, Buratti Waldomiro, qualquer coisa. Isso não influencia tanto. Isso é coincidência. Se eles mentiram, além das penas da lei – e só uma CPI é que poderia provar isto mesmo – é sugeri-los para a novela das 8 da televisão porque ele foi desencravar uma pessoa com todas as ligações que vimos que, ao fim e ao cabo, tinha o Sr. Buratti, não é? V. Exª, ainda há pouco, dizia: "Eu não sou Senador." Eu estava observando V. Exª falar aqui – V. Exª fala muito bem – e dava um belíssimo Senador...

O SR. JORGE MATTOSO – Eu sou Professor universitário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas do tipo do Partido Democrata Americano: aquele eleito e cheio de balões azuis. Portanto, não há problema. V. Exª dá a impressão de que vai perder um pouco a calma, mas, depois, se controla. Enfim, com o tempo, V. Exª seria um Senador fantástico. Estou achando que está deixando a desejar um pouco é nas respostas sobre esta questão, tanto que estou pedindo a convocação – reforçando o que o nobre Líder Efraim Morais já havia solicitado, a do Dr. Mário Hagger – eu estou reforçando, aqui, a do Dr. Paulo Bretas e estou reforçando a do Dr. Ademir Dornelles, Vice-Presidente da Controladoria da Caixa, para ver se tocamos daqui para frente.

Aliás, abrindo outro parêntese, V. Exª fala – eu, que fui Líder e Ministro do outro Governo, cheguei a achar que é uma perda de tempo não se fazer a CPI porque quem vai perder é o outro Governo. Tive essa impressão porque quem tinha que estar com medo era eu, que era do Governo, era o Presidente Fernando Henrique. Não sei por que eles não fazem logo esta CPI, até para, quem sabe, provar, ali, na letra da investigação, uma efetiva "herança maldita".

Dr. Jorge Mattoso, tenho algumas perguntas a fazer. O Ministério Público solicitou o dossiê da GTech à CEF. Esse dossiê não foi remetido. Na ocasião, a carta de 31/12, assinada pelo Sr. Mário Haag e pelo Sr. Carlos Cartell, por ali se solicitava a redução de 25% do Contrato, com a alegação de que a Caixa teria condições de fazer a parte mais sensível do processamento. Tanto quanto estou informado, considerou que a proposta seria um "chutômetro". A Caixa, porém, para recorrer e renovar o Contrato por 25 meses, baseou-se em parecer técnico do Sr. Carlos Cartell. Então, quero saber qual dos dois cartéis é confiável: o que fez o "chutômetro" ou o que deu um parecer, justificando os 25 meses? Por que a Caixa Econômica renovou o contrato pelo prazo máximo permitido por lei – 25 meses – se já havia estudos técnicos apontando para uma solução interna no processamento de dados lotéricos? Em 7 de julho de 2003, a Presidência da Caixa recebeu um relatório de auditoria interna. O documento afirma que a Caixa está aprisionada tecnologicamente à GTech e que a situação teria de ser mudada.

Peço a V. Exª que liste as providências que, a partir daí, teriam sido encaminhadas para se romper com esse ciclo de aprisionamento.

O contrato de 2000 entre CEF e GTech já era um contrato de transição. Pergunto: por que, na renovação de vinte e cinco meses, não foi prevista também uma transição?

Em maio de 2002, um membro do cartel – esse que às vezes é o Dr. Jeckyll e, outras, o Mr. Hide – afirma em parecer técnico que o banco poderia fazer todo o processamento em dezoito meses.

Em parecer de março de 2003, que fundamentou a renovação, ele alega que ainda seriam necessários mais dezoito meses. Daqui a dezoito meses – pergunto –, serão necessários mais dezoito meses ou qual seria o fim de folhetim, já que falamos em criatividade, em novela?

Muito bem. Gostaria que V. Sª pudesse descrever um pouco da sua história profissional na Caixa, bem como quem o indicou para esse cargo, se tem filiação a algum Partido – o que é uma coisa muito natural –, desde quando, se participou da elaboração de programa de governo do Partido dos Trabalhadores, se participou do Governo de transição.

Os Procuradores da República que investigam o contrato com a GTech dizem que não receberam todos os documentos relativos à negociação entre a eleição e a posse do Presidente Lula.

V. Sª saberia a razão por que esses documentos teriam sido sonegados e entregues somente em março deste ano?

V. Sª poderia nos informar se as reuniões de negociação com a GTech foram registradas em ata? Se o foram, vou dizer uma coisa; se não o foram, vou dizer outra.

V. Sª se reuniu alguma vez com pessoas da GTech? Quem estava presente? O que foi decidido? V. Sª teve algum contato telefônico com pessoas da GTech? V. Sª teve algum contato – V. Sª já disse que não, mas insisto, porque, com o tempo, vamos ficando chatos mesmo – com o Waldomiro Diniz ou com o Carlos Cachoeira, contato telefônico ou qualquer outro? V. Sª conhecia o Sr. Waldomiro Diniz pelo menos de ouvir falar? Ele era uma figura no Congresso, dizem, manjadíssima. Quem não o conhecia era o Ministro. Parece que o Ministro não conhecia nada dele. O que sabia a respeito dele? Quem lhe falou sobre ele? Como chefe da assessoria parlamentar do Governo, ele haveria de ser um elo importante com a direção da Caixa. Digo isso porque fui Líder do Governo durante quatro anos e conhecia seguramente todos os assessores parlamentares da época. Conhecia de maneira muito próxima do ponto de vista do trabalho, enfim.

Vou fazer-lhe uma pergunta, e não se zangue com ela. V. Sª seria capaz de me dar o seu telefone celular para eu ter o seu número? V. Sª abriria mão do seu sigilo telefônico? V. Sª não é obrigado a fazê-lo. Se o fizer, o Dr. Bretas também vai fazê-lo e todos lá da Caixa vão seguir o seu bom exemplo. Não se trata dos seus telefones de casa, mas apenas do trabalho. V. Sª veria algum inconveniente em abrir mão desse sigilo? Digo-lhe que isso seria um gesto bonito.

Tenho um documento em mão, e, se V. Sª disser que o aceita, ele irá incontinenti para as suas mãos. Assim, teríamos dado um belo passo, passo de grande alcance civilizatório, penso eu.

V. Sª tem conhecimento de alguém da Caixa que tenha mantido contato com o Sr. Rogério Buratti?

Aliás, Sr. Presidente, é Buratti ou é Burratti?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É Buratti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Burro ele não é. Já vi que não é pela evolução do patrimônio. O nome não faz jus.

V. Sª teve contato com ele, inclusive telefônico? Em que circunstâncias? O que foi tratado? V. Sª já tinha ouvido falar do Sr. Buratti? Em que condições? Quando? V. Sª poderia nos informar que função ocupa ou ocupou na Caixa na sua gestão o Sr. Ralph Barquetti dos Santos? Quem o indicou? Que funções ele exercia na Caixa? V. Sª sabia das ligações dele com o Sr. Buratti?

Conforme tomamos conhecimento, o contrato não poderia ser assinado no dia 01/04/03, mas a minuta ainda precisava ser examinada por setores jurídicos e técnicos da Caixa. Por que, então, a própria Caixa havia proposto para esse dia a assinatura do contrato? A Caixa negociou um contrato que não havia sido examinado pelas instâncias jurídicas e técnicas dela própria, Caixa Econômica?

Note-se que, entre os dias 1º e 7, só ocorreram três dias úteis. Pergunto se isso seria um tempo hábil para avaliações de tamanha complexidade, inclusive judicial, levando em conta tantos interesses? Um contrato dessa magnitude deve certamente ter sido objeto de reunião de diretoria. Existem atas, volto a perguntar, de reunião, autorizando assinatura daquela minuta do contrato? Alega-se que a diretoria foi apenas informada das negociações? Que não teria colocado óbice e nem apreciado formalmente, mediante voto de diretoria?

V. Sª usa umas expressões muito inteligentes, muito fortes. V. Sª, ainda há pouco, disse: "Meu Deus, não sei se é porque viajei cedo ou se estou muito cansado", mas o fato é que vou esquecer a que foi bonita mesmo, vou-me lembrar de uma que anotei aqui. V. Sª disse assim: " É como se Waldomiro tivesse ido ao Senado" Aliás, ele vivia por aqui mesmo. Nunca se deu o trabalho de procurar, por exemplo, a Liderança de Oposição aqui. É incrível, quando seria natural procurar os Líderes de Oposição para dizer: "Esse projeto é meritório. Esse projeto aqui é bom". Mas não, ele parece que tinha uns contatos limitados, tipo **top confidential**, e V. Sª disse: "Eu queria dizer que não sou feliz" – V. Sª é muito feliz falando, mas não foi feliz dizer, como se tivesse vindo ao Senado. Não é. Ele ia à Câmara, conforme aqui está na **Folha de S.Paulo**, de hoje: "Disquete comprova ida à Caixa Econômica". Ele ia à Caixa Econômica, acompanhado de gente daquele calibre, do Dr. Cachoeira, aquela figura ilustre, íntegra e proba, Dr. Cachoeira, ir lá à Caixa. Não é a mesma coisa que ele ir ao Senado para cumprir aquilo que deveria, ou seja, ele poderia ir à Caixa como

correntista, não teria nada de mais. Como correntista não teria nada de mais, mas ele teria ido à Caixa supostamente para tratar desse assunto ou, de novo, é uma brutal coincidência, na qual não crê a Senadora Heloísa Helena e tampouco creio eu, por mais que seja um sobrinho afim da velhinha de Taubaté.

Não vejo que ele pudesse ter vindo ao Senado para fechar algum contrato. Não tinha contrato para ele assinar no Senado. Ele poderia, quem sabe, com aquela aptidão, com aquela vocação que ele demonstrou, procurar fazer algo errado no Orçamento, mas não tenho prova disso. O de que tenho prova é a autoconfissão dele de que praticou aquele delito, enfim, aquele vídeo é auto-explicativo.

Portanto, tirando essa observação que faço e saudando a presença de V. Sª, agradecendo a V. Sª pela enorme paciência que tem tido conosco aqui e dizendo que, para mim, está cada dia mais claro que tínhamos aqui um limite, não vamos muito longe nisso aqui, fica muito o dito pelo não dito, mesmo que convoquemos as demais pessoas e que elas participem como V. Sª tem participado, com boa vontade, vontade de esclarecer, dentro do seu limite e a seu modo, continuo insistindo que a Comissão Parlamentar de Inquérito é que daria efetivamente a possibilidade de sabermos quem falou a verdade, o que é, o que não é, as vinculações, as não vinculações, mas paciência. Aqui se estabeleceu, se V. Sª também não sabe, uma certa ditadura da Maioria, ou seja, um instrumento da Minoria, que é a CPI, agora só se a Maioria quiser. Quer dizer, teremos que pedir licença. Tenho me comportado bem, não comi doce, não fiz má-criação para a minha mãe, uma série de coisas e aí, quem sabe, eu, como Minoria, tenha autorização para implantar uma CPI, que é um instrumento secular de utilização pela Minoria. Mas aguardo suas respostas e, conforme for, farei ou não a réplica a que tenho direito regimental.

Por enquanto, eles mantêm ainda alguns direitos e, portanto, tenho direito de réplica se porventura for necessário, se eu achar que não houve suficiente ou conveniente por parte de V. Sª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – V. Exª, Senador Arthur Virgílio, por gentileza, apresente o requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já está protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – A Mesa pede que V. Exª faça chegar aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Pode levar esse aqui. É minha cópia. Por favor, entregue ao Presidente. Já está aí.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – Já está na mão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa é minha cópia.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – Pode falar, nobre Presidente.

O SR. JORGE MATTOSO – Ilustre Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, quero agradecer novamente, e aí na sua pessoa, as questões apresentadas, que têm me permitido explicar. Como já tinha agradecido ao convite...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa é a minha intenção aliás.

O SR. JORGE MATTOSO – Como tinha já agradecido o convite formulado pelo Senador Ney Suassuna, essa é uma oportunidade única para a Caixa.

Quanto às questões referentes ao Ministério Público, V. Exª acredita que eu soube dessas notícias citadas por V. Exª pelo mesmo jornal? Até hoje não recebi uma indicação do Ministério Público com relação à falta dos documentos. Mesmo assim, no dia seguinte à veiculação da matéria, pedi uma auditoria para saber por que e se, de fato, estavam faltando documentos. Não é nosso objetivo ocultar documentos para o Ministério Público. Não temos o que ocultar. Aliás, o documento a que ele se refere é uma piada, volto a dizer, porque a resposta da GTech o desqualifica, disse que não pode e que não quer.

Volto a insistir, quando vou a um processo de negociação e digo que a casa do ilustre senador vale R$10 e ele me retruca dizendo que vale R$1 mil, a conversa acabou. Não há conversa, não há compra e venda, não há negócio. É disso que se trata. A Caixa fez uma proposta de abatimento de 25% com a assunção de uma parte do negócio lotérico, e a GTech respondeu que queria cumprir o contrato tal como estava antes e que não aceitava abatimento. É isso que dizem os documentos.

Quanto ao fato de ter ou não ter, a Caixa, efetivamente, é uma instituição, além de impar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ter ou não ter o quê?

O SR. JORGE MATTOSO – Ter ou não ter o documento na mão no Ministério Público. Temos de averiguar esse problema. Pedi uma averiguação para saber por que o documento desapareceu. De repente, o documento pode ter sido levado por algum ex-funcionário da Caixa. Não sei como o documento apareceu, mas ele não tem nenhuma importância porque não diz nada que não seja de conhecimento público.

Segundo o documento, a Caixa vai fazer o processamento – e já estamos fazendo a maior parte do processo –, mas as pessoas pensam que processa-

mento é o conjunto da operação lotérica, o que não corresponde à realidade, já que o processamento é uma parte menor, e bem menor. Não se trata de 25% do total das atividades. De qualquer maneira não temos como apurar o valor real porque esses valores são detidos pela GTech, que não abriu até hoje a sua planilha de custos.

Portanto, não fizemos a avaliação do documento com base no "chutômetro". Era só um documento de negociação. Foi enviada uma proposta e a outra parte não aceitou. É isso e nada mais. Se a outra parte tivesse aceitado a proposta, obviamente a gestão anterior teria assinado um contrato com redução de 25%. Lamentavelmente, alguns dias depois assinaram um aditamento de 90 dias pelas mesmas condições anteriores, porque não teve valor nenhum.

É preciso entender um pouco o sentido das coisas. O fato que nos incomodou foi que o documento saiu sem a resposta da GTech. Essa resposta desqualifica o documento e demonstra que ele não tem base, pelo menos no que diz respeito à opinião da GTech, e qualquer negócio implica duas partes. Não existe negócio feito só por uma parte.

Quanto ao processamento de 18 meses, já está sendo realizado pela Caixa, ainda, volto a dizer, em ambiente que não é final e sem a homologação devida. Queremos fazer isso nos próximos meses e vamos conseguir. Mas o problema central desse imbróglio é que a Caixa está absolutamente aprisionada, engessada por liminares que impedem a licitação da maior parte do negócio lotérico.

Insisto novamente, eu e os outros ex-Presidentes da Caixa não nos dispusemos a romper o contrato unilateralmente e correr o risco de não cumprir com o que se espera da Caixa Econômica Federal; não nos dispusemos a deixar os lotéricos fechados, sem atendimento à população – são 9 mil agências pelo Brasil todo. Não fiz e os outros Presidentes e Vice-Presidentes anteriores tampouco fizeram, Senador, justamente porque isso é um risco muito grande de imagem para a Caixa e para o Governo. É um risco terrível, que nós não pretendemos correr. Não sei qual é o fim. Se V. Exª me perguntar qual é o fim no 25º mês, posso lhe dizer que hoje não sei exatamente qual será o fim. O que sei é que estamos tomando todas as medidas necessárias para que esse resultado final seja o menos doloroso e o melhor para a Caixa.

Já contratamos uma consultoria externa para fazer estudos, para trazer informações internacionais, para assegurar que as nossas informações não serão fornecidas pela GTech ou outros grupos empresariais vinculados ao jogo; que possam efetivamente trazer uma melhor informação.

Quanto aos contatos telefônicos com alguém da GTech, meus contatos basicamente foram na primeira reunião, na qual apresentei os dois negociadores da Caixa, na qual o Presidente da GTech apresentou os dois negociadores da Caixa. Depois, não participei ativamente de nenhuma negociação ainda que tenha acompanhado as negociações.

Quanto ao Waldomiro Diniz e ao Buratti, volto a dizer que não tive relação direta com ele; não tive reunião, não conversei com ele, não conheço pessoalmente o Sr. Buratti, nunca estive com eles dois. Volto a insistir que, se alguém vendeu ou tentou vender terrenos na lua e alguém quis comprar, essa não é a responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Se alguém esteve com o Sr. Buratti... Sei que o Vice-Presidente Paulo Bretas, em declaração à Polícia Federal, disse que esteve com o Buratti, mas agora, recentemente, há dois ou três meses, quando ele foi defender alguns interesses da Leão Leão. Isso está lá. Isso não é função da Caixa. O que é dito em sigilo não é função da Caixa revelar.

O Senador Luiz Otávio disse que eu estava irritado com a imprensa. Não estou irritado com a imprensa. Muitas vezes, posso até transmitir uma certa inquietude, uma certa irritação – até admito –, mas não é com a imprensa, que não faz nada mais do que a sua obrigação. Fico irritado com pessoas que não cumprem as determinações legais de sigilo e que obrigam, portanto, em permanência, a Caixa a ficar dando explicação de assuntos sobre os quais não teria que ficar dando explicação.

Digo o mesmo com relação a essa carta. Dizem: "A carta não estava..." Eu explico a carta. Qualquer documento da Caixa, eu assumo e explico. Se me derem oportunidade, assumo e explico todos os documentos da Caixa e todas as decisões que a Caixa vem tomando. Volto a insistir: a Caixa Econômica Federal tem demonstrado ao longo da sua história ser uma instituição extremamente capaz, que tem dado uma contribuição muito grande ao desenvolvimento do País. Acredito que ela continuará fazendo assim depois que ou quando o Presidente Jorge Mattoso tiver se afastado.

Quanto ao Sr. Ralph Barquetti dos Santos, ele é funcionário da Caixa e está licenciado para tratamento de uma doença bastante grave desde junho ou julho do ano passado. Não sei das relações de amizade dele com quem quer que seja porque não é função do Presidente da Caixa acompanhar as relações de amizade de funcionários da Caixa.

Quanto às datas – volto a insistir porque esse é um elemento importante: tínhamos como data final – era o nosso **dead line** – o dia 13 de abril. No dia 14 de abril, o contrato passaria a inexistir. Essa era a nossa data. A

data de 31 era problema da GTech. O prazo fiscal era deles na Justiça americana. Não tenho problema algum com isso. No nosso caso, exigíamos que se fizessem algumas concessões – volto a insistir, entreguei o documento – que só foram aceitas pela GTech no dia 8, quando eles assinaram o documento de renúncia dos correspondentes bancários. Só a partir de então pude assinar o contrato nestas condições: 15%; transmissão de todas as informações para a Caixa; e liberdade para ampliação dos correspondentes bancários. Não tenho como avaliar, precisar ou opinar se tem data ou não, se foi de interesse, se foi sobre negócios ou conversas que eventualmente a GTech tenha feito com outras pessoas. Não foram indicados pela Caixa. Isso é claro. Não passaram por nenhum tipo de indicação daquela instituição e não fizeram parte, em nenhum momento, de conversas entre a Caixa e a GTech.

É isso que tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mais alguma pergunta nobre Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Gostaria de fazer uma pergunta ao nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dr. Jorge Mattoso, depois de tantas horas, é natural que esteja um tanto fatigado. Quando V. Sª foi ao banheiro, disse aqui, de maneira bem-humorada, "nada mais humano".

Queria fazer algumas considerações e retomar algumas perguntas para avivar a memória de V. Sª. Lamento o estado de saúde do Sr. Ralph Barquetti dos Santos, mas a minha preocupação maior é saber quem o indicou.

Gostaria de fazer mais uma consideração. V. Sª traçou um quadro negativo em relação ao Procurador que teria feito uma marola. V. Sª representou contra o Procurador?

O SR. JORGE MATTOSO – Representamos hoje de manhã.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. V. Sª, falando sobre o aprisionamento da Caixa, faz-me meditar se todo esse aprisionamento não devia levar a um contrato com duração menor. V. Sª disse que não cabia ruptura. Também disse que jamais tinha pregado ruptura. Ao contrário, prego que se estabeleça o cronograma no prazo mais curto, para que se livre a Caixa Econômica Federal desse aprisionamento.

V. Sª disse que não participou ativamente das negociações da Caixa, mas que outras pessoas o fizeram. Gostaria que V. Sª declinasse, se julgar conveniente, os nomes das pessoas que participaram ativamente dessas negociações.

V. Sª disse que não conhecia Rogério Buratti. V. Sª também não conhecia Dr. Waldomiro Diniz ou só o conhecia de ouvir falar? Ele não era nenhum "Maradona", nenhuma pessoa famosa, para que já tivéssemos ouvido falar dele. Ele era uma pessoa num **petit comitê**, num pequeno círculo.

Gostaria de falar que é engraçada essa questão do temperamento, Senador Demóstenes Torres. Cada um tem o seu. V. Exª está irritado com uma certa razão. Não temos o direito de ficarmos magoados com a imprensa, porque somos homens públicos e temos mesmo que considerar positivo o papel investigativo da mesma. Afinal, temos supostamente um compromisso com a democracia, que foi, a tão duras penas, resgatada neste País.

Contudo, V. Exª se irrita por um lado; e, se fosse V. Exª, irritar-me-ia por outro. O Senador disse que se irritou muito com quem vazou os documentos. Bem, ouvir isso é engraçado no PT e não deixa de ter um lado irônico, mas sabe, se eu fosse V. Exª estaria irritado mesmo com o Sr. Waldomiro Diniz, ou com o Sr. Buratti. Ainda não vi uma expressão de efetiva mágoa, neste Governo, em relação a esse pessoal.

Estou irritado com eles, porque estou torcendo para que a Caixa Econômica não seja vítima de pessoas ignóbeis, que estão tentando enlamear a sua gestão e a honra de um governo. Ou seja, a coisa que menos me passou pela garganta foi aquela história de demissão a pedidos. Aquilo era para o Presidente da República dizer: "Esse vagabundo está pedindo para ser demitido a pedido!" Rasgava em picadinho. Se ele estivesse lá presente, jogava na cabeça dele o picadinho. Mas ele foi demitido a pedido. A História vai registrar que o Sr. Waldomiro foi demitido a pedido, ou seja, a irritação maior, a segunda podia até ser com quem vazou, mas a primeira irritação teria que ser com quem delinqüiu, ou seja, com quem está obrigando V. Sª a ficar tantas horas depondo aqui.

Enfim, eu tinha três dúvidas. Eu perguntei a V. Sª, por curiosidade, se em seu currículo havia filiação partidária, se não havia, V. Sª se esqueceu de responder; perguntei sobre as atas, ou seja, se havia atas dessas reuniões e, se havia, eu gostaria de ter acesso a elas; se não havia... Fico espantado de ver que reuniões dessa magnitude, envolvendo tanto dinheiro, tantos interesses, não serem registradas em ata, enfim. Parece que seu assessor já lhe passou ali uma... E perguntei seu telefone, sem nenhuma segunda intenção, pode acreditar, mas eu lhe perguntei se o senhor aceitaria – até não desconfio de V. Sª em nada, até para dar exemplo para os demais – abrir mão de seu sigilo telefônico por usos profissionais? Eu tenho aqui um documento

que, se V. Sª assinar, resolverá isso e daria um bom exemplo para os demais que vierem aqui.

O SR. JORGE MATTOSO – Tem alguma razão?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PMDB – AM) – Pois é, o Presidente fazendo isso, os demais vão sentir obrigados, sob pena de V. Sª até demitir aquele que não tem a mesma transparência.

Então, está aqui o documento, que eu seria uma testemunha, eu teria o maior prazer, seria um gesto bonito, enfim, e está aqui. São as perguntas que V. Sª não respondeu, entre outras, mas essas eu não quero prendê-lo, daqui a pouco V. Sª vai querer ir ao banheiro de novo, não quero prendê-lo por mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Presidente para responder aos últimos questionamentos do Senador Arthur Virgílio.

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, vamos ao currículo, começando um pouco de trás. Meu currículo está disponível no **site** da Caixa, de forma resumida. Se V. Exª tiver o interesse em tê-lo, inclusive, com todos os artigos, livros publicados no Brasil e no exterior, eu o enviarei a V. Exª sem nenhum tipo de problema.

Não sou muito chegado a falar sobre mim mesmo. Consigo falar mais sobre a Caixa, sobre o que ela tem feito, sobre o seu desenvolvimento do que falar por mim mesmo. Sou professor universitário, minha atividade básica é a universitária, que desempenhei até o ano de 2000. Em 2001, fui trabalhar na Prefeitura de São Paulo como secretário e, desde o ano passado, 16 de janeiro, assumi a direção da Caixa Econômica Federal.

Em termos muito resumidos, é isso. V. Exª me perguntou se eu participei dos programas de Governo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Sª participou e se é filiado a algum Partido.

O SR. JORGE MATTOSO – Participei ativamente dos programas de Governo de 1989, 1994 e 1998; não participei em 2002, porque eu tinha uma atividade profissional, estava trabalhando. Durante a época eleitoral...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É filiado a Partido?

O SR. JORGE MATTOSO – Sou filiado desde 1980 ao Partido dos Trabalhadores. Não tenho nenhum problema...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quase fundador, não é?

O SR. JORGE MATTOSO – Sou fundador do Partido, mas não da primeira geração.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – E sobre as atas, doutor?

O SR. JORGE MATTOSO – Vamos lá. Primeiro, as atas das reuniões que, se não me equivoco, foram três ou quatro, não foram feitas. Se V. Exª me perguntar, olhando para trás, eu diria que foi um erro. Eu me lembro de que, quando cheguei à Caixa, me disseram: "Não, porque todas as negociações com a GTec são gravadas. E eu disse: Ah, são gravadas? "É, são gravadas"...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Parece que as do Cachoeira são gravadas também, pelo que vi...

O SR. JORGE MATTOSO – Não, a Caixa grava em princípio todas as entradas de pessoas e toda a circulação de pessoas no 21.º andar, por razões de segurança – 21.º andar é onde fica a Presidência da Caixa. Fora isso, algumas negociações – algumas não, todas – que foram realizadas no ano de 2002 foram gravadas. Quando cheguei, disse: para que gravar? Negociação é um resultado final. Se o senhor me permitir, hoje acredito que realmente, vendo esse imbróglio todo e a atitude dessa empresa, eu não teria mais a mínima dúvida em passar a gravar e a fazer atas.

Cumprimos todos os normativos da Caixa. É a mesma resposta à pergunta do outro Senador. Todos os normativos foram cumpridos, o Conselho Diretor foi identificado e notificado da negociação, aprovou a negociação e isso foi passado por todos os normativos da Caixa. Volto a insistir: havia uma confusão com um Senador que dizia que contrato não pode. Efetivamente, contrato não pode, principalmente no valor de 650 milhões, que era o contrato inicial, mas aditamento de contrato pode e foi feito pela área responsável e pelo Vice-Presidente responsável.

Quanto ao fato de o contrato ser feito em tempo menor... Insisto: Senador, o que teria ocorrido se tivéssemos feito um aditamento do contrato somente em seis meses? No dia 14 de outubro do ano passado já deveríamos ter feito um segundo aditamento, por mais seis meses, que esgotaria agora, no dia 14. Não tenho dúvida de que estaríamos negociando o terceiro aditamento, porque as liminares da Justiça ainda não foram julgadas. Enquanto a Exmª Srª Senadora e qualquer outro Sr. Senador não entenderem isso, não podemos fazer novas licitações partilhadas, como é de interesse da Caixa, enquanto não conseguirmos liberar esses entraves judiciais. Portanto, se tivéssemos feito negociações menores, estaríamos na terceira negociação, possivelmente sem conseguir nenhuma redução de custo, nenhuma redução dos correspondentes bancários e sem conseguir a transferência das informações que a GTech hoje está passando para a Caixa. Portanto, teria sido muito pior, Senador, porque estaríamos agora na terceira negociação, em um ano e pouco de Governo,

sem conseguir nenhuma das vantagens que a Caixa conseguiu, vantagens muito boas, que nenhuma outra negociação anterior conseguiu. Tenho que gravar isso. Conseguimos 15%, a libertação dos correspondentes bancários e que fossem passadas as informações da GTech do ponto de vista da história das... Com relação aos correspondentes bancários.

Não tenho a mínima dúvida, Senador, de que não era possível outra solução. Conseguimos a melhor solução para a Caixa e para o setor público.

A última questão que V. Exª formulou, com relação às pessoas que negociaram, isso foi definido na primeira reunião com a GTech. Eu indiquei as duas pessoas que iriam negociar pela Caixa e o Presidente da GTech indicou as pessoas que iriam negociar pela GTech. Pela Caixa, as duas pessoas, que já prestaram depoimento na Polícia Federal, foram o Vice-Presidente de Logística, Paulo Brettas, e o Carlos Eduardo Fernandes da Silveira. Foram essas duas pessoas que participaram.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Finalmente, Presidente, tenho uma opinião... Não falamos sobre o exemplo que o senhor daria para o pessoal, sobre aquela história do sigilo telefônico.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª terá a palavra assim que o Senador Arthur Virgílio concluir.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Em seguida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho o maior prazer em ouvir V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por que V. Exª não pede um aparte, que será imediato?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Porque se trata de uma questão de ordem dos trabalhos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho aqui um pedido a fazer a V. Sª, uma pergunta e uma informação a lhe passar. A informação é singela. V. Sª não conhece o Buratti, mas quero informar-lhe que S. Sª tinha relações bastante próximas com o Dr. Ralph Barquetti dos Santos. Ambos trabalharam numa Prefeitura do interior de São Paulo e depois S. Sª foi para a Caixa Econômica.

O SR. JORGE MATTOSO – Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só estou informando para o senhor. É uma mera informação. Se me informam que o meu time Flamengo contratou um grande jogador, vou ficar felicíssimo. Estou apenas lhe dando uma informação.

Agora, insisto na tese de que, se o prazo fosse mais restrito, a Caixa se motivaria a trabalhar a questão tecnológica. Mas o pedido a lhe fazer, já que não estou sendo atendido nesse, já que não há atas, já que as reuniões não foram gravadas, é o seguinte: não seria possível V. Sª encaminhar para esta Comissão os filmes com a entrada e saída do 21º andar nesse período, para podermos checar?

O SR. JORGE MATTOSO – O Ministério Público já tem, de maneira ilegal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu queria ter de forma legal. Eu sou todo certinho.

O SR. JORGE MATTOSO – O Ministério Público vai usar da melhor forma que considerarem. Aliás, levaram os originais, se V. Exª quer saber. Como é grave isso. Levaram os originais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu ficaria com uma cópia, mas quero isso obedecendo à lei.

O SR. JORGE MATTOSO – Mas não temos. De papel, não temos. De gravação em computador, temos. Posso lhe enviar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Sª se lembra de quem representava o governo passado, a minha memória está falhando, na transição em relação à Caixa Econômica? Os dois, o atual e o passado.

O SR. JORGE MATTOSO – Não me lembro. Não participei do governo de transição. Eu trabalhava em São Paulo. Não tanto quanto agora na Caixa, mas bastante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres, como último orador.

Antes, uma questão de ordem da nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, me parece que o Senador Arthur Virgílio declinou, mas gostaria de deixar registrado. Se vamos fazer qualquer pedido, temos que obviamente subsidiá-lo, dar as razões pelas quais está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Esse assunto está vencido, nobre Senadora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fui citado, Senador. Recebo isso como um reforço. Gostaria que V. Srª desse um exemplo, longe de desconfiar. V. Srª tem uma cara ótima, uma cara boa. Sou assim meio místico: geralmente me dou muito mal com as pessoas com cuja cara não vou; e muito bem com aqueias com cuja cara vou. Vou com a cara de V. Srª. Não estou nem de longe desconfiando de V. Srª, apenas seria um exemplo, porque pode ser que na Caixa haja algum espaço, alguma brecha em si. Mas isso está vencido porque V. Srª, de maneira muito elegante, se declinou

de fazer a assinatura. E agora o pior e grave é que eu e V. Srª estamos desvalidos, estamos sem fita. Somos do movimento dos sem fita, nós dois.

SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em que pese o conhecimento de frenologia de V. Exª, agradeço ter encerrado.

Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, insisto em falar porque não está vencido o assunto. Mesmo com toda a boa intenção do mundo do Senador, toda essa boa vontade militante do Senador, V. Exª acaba deixando algo no ar, o que não poderia acontecer, a não ser que houvesse alguma prova, algum indício, algo que subsidiasse o pedido de forma efetiva, e não apenas uma insinuação. Esse tipo de procedimento, sem nenhuma base, sem nada que efetivamente... Considero tranqüila a questão das fitas, por quê? Porque circulam pessoas no vigésimo, e lá tem questão de segurança e tem como apresentar o documento que o Presidente da Caixa prontamente... Agora, querer deixar no ar, insinuando, dizendo que isso é boa vontade, que o Presidente não quis... Não poderíamos abrir esse precedente nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadora, ocupo esta Presidência pela segunda vez. Já está lá o retrato de um mandato e nunca isso foi pedido aqui nem quando o PT era Oposição. Isso não é usual, mas o assunto está vencido.

Vamos passar a palavra, então, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É apenas uma observação – V. Exª não mudou em nada mas se mudou foi para melhor naquele retrato para agora. Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é apenas para fazer uma referência inicial do que disse a Senadora Ideli Salvatti e sobre a questão da sonegação ou não de documentos. Eu gostaria de deixar bem claro que, quando eu fiz o primeiro requerimento, havia alguém que se dizia da Caixa Econômica Federal, no Plenário, que me procurou e perguntou: "O que o senhor quer?" E eu falei: "Eu quero tudo. Quem vai investigar, efetivamente, tem que ter toda a documentação." Depois disso, muito depois de ter feito o segundo requerimento, depois e antes, até, do terceiro requerimento, falei com um dos Procuradores que estão investigando o caso, e ele me disse a mesma coisa; que ele pediu uma documentação e que alguém disse a ele e, depois, foi até incompleto e falou que não. A pessoa disse: "Eu mandei o que achei relevante." Então, essa história do que é ou não relevante, se foi ou não pedido, fica muito nesse critério, inclusive da convivência. Agora mesmo, conversei com um Assessor de V. Sª que falou: "Estou à disposição."

Então, quando me dizem isso, eu acho que estão mesmo à disposição. Eu acho que a documentação não veio mas isto, até hoje, é secundário porque todos esses documentos circularam por aí, não é verdade? Então, todo mundo hoje tem acesso a tudo. Na época, até para nós podermos ter feito uma avaliação menor para saber o que efetivamente está acontecendo, nós tínhamos que ter a análise desses documentos. Para mim, é claro, os documentos são requeridos. Eu mandei o que eu tinha para o Ministério Público e o Ministério Público me mandou o que tinha. Estou solicitando da Caixa qualquer documento – não que a Caixa ache relevante – mas eu acho, inclusive, que essa questão já está bastante adiantada e vencida, para dizer a verdade.

Sr. Presidente, é algo complicado quando um documento aparece. V. Exª pega um documento e diz: "Olha só que bobagem. Esse documento não tem relevância alguma". Mas um documento isolado pode ser, realmente, uma bobagem, mas um documento, dentro de um contexto – como aquele documento surgiu? Não houve 10 reuniões anteriores? Nessas reuniões, inicialmente, a GTech não se propunha a fazer uma alteração ou uma modificação, ainda que não definisse valores, ainda que não dissesse, especificamente, em que parte do contrato poderia ser feita essa renegociação? Na nova ou décima reunião, a GTech não enfiou o pé no balde e falou: Não vou fazer. Vamos zerar a discussão e começar tudo de novo? Então, isto, efetivamente, não brotou do nada. Acho que este é um documento que, se cotejado com outros, pode, efetivamente, ter uma relevância. Tanto é que a resposta oferecida pela GTech no dia 3, em tom contundente, que não queria fazer, já no dia 7, o seu representante na reunião dizia: "Eu posso querer fazer se o prazo for maior". Quer dizer, é uma questão de negociação.

Quero dizer que não há prejulgamento quanto ao que aconteceu ou não. Os questionamentos que vou fazer a S. Sª são questionamentos absolutamente técnicos. Por exemplo: no depoimento que o Sr. Mário da Cunha Haag fez, ele disse o seguinte: que em dezembro de 2002, o Depoente e outros Diretores da Caixa expediram o Ofício nº 1.068 – que é este – informando à GTech que, em março de 2003, assumiria

o processamento de apuração dos jogos e que o novo contrato emergencial, proposto em razão dos embargos judiciais, vigoraria por apenas seis meses e teria, como objeto, a captação, a transmissão e a distribuição de volantes e outros materiais. Isto, no entendimento do Sr. Carlos Cartell, do Alexandre Wagner Vieira da Rocha e do Mário Haag, significaria 25% do serviço e, portanto, na estimativa que eles faziam, queriam uma redução de 25% do preço, caso a Caixa passasse a operacionalizar isto. Parece-me que, efetivamente, foi isto que aconteceu. E, em face dessa redução – dos serviços a serem contratados – propuseram um desconto de 25% dos valores até então faturados. Neste ato, atendendo a solicitação da autoridade que a este preside, apresenta copia do ofício pré-citado – que é o Delegado de Polícia – e que a GTech não apresentou contraproposta e não se manifestou sobre o quanto é expendido no Ofício nº 1.068; assim, tendo o depoente a convicção de que os serviços não seriam interrompidos em memória de reunião de que a GTech garantiria a continuidade dos mesmos como estratégia para forçar a redução em 25%; e a especial, uma decisão da Justiça propôs em reunião da Diretoria da Caixa realizada no dia 13 que o contrato não fosse renovado. Porém, posta em votação, ocorreu o empate técnico. Não foi nem técnico, foi efetivo, 3 x 3, cabendo, então, ao Presidente da instituição o voto de qualidade que, em decorrência do impasse criado, o então Presidente Valdery Frota de Albuquerque deu conhecimento ao já indicado Presidente da Caixa, Jorge Matoso, tendo ele sugerido a V. Sª que a melhor solução seria ele, Jorge Matoso, assumir a Presidência com a prestação de serviço deste vulto regularmente contratado.

Não discordo de V. Sª. Para dizer a verdade, V. Sª assumiria dia 16. Ligaram-lhe no dia 13 para perguntar-lhe se deveriam prorrogar ou não o contrato, pois havia o empate de 3 x 3. Então, nem é este o questionamento que gostaria de fazer.

O SR. JORGE MATTOSO – Um aparte, por favor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não.

O SR. JORGE MATTOSO – São tantas as questões e esta é importante.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Gostaria só de ponderar algo.

O SR. JORGE MATTOSO – Faça a pergunta, então.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em decorrência disso, como imagino, uma discussão foi travada aqui para averiguar se a Caixa poderia ou não romper o contrato e V. Sª falou muito a respeito disso. Veja bem, a questão não era romper o contrato. A questão era que o contrato acabaria no dia 13. Acabado o contrato no dia 13 de janeiro, ele foi prorrogado para o dia 13 de abril, por um prazo de 90 dias. V. Sª disse que "a Caixa teria que, forçosamente, fazer o aditamento, sob pena de todos os agentes lotéricos do País ficarem a descoberto e termos que interromper o serviço".

Hoje isso é verdade, porque V. Sª ou, melhor dizendo, a Caixa Econômica Federal fez o aditamento e prorrogou o contrato pelo prazo que a Lei de Licitação permite. Mas, efetivamente, uma vez findo o contrato – e isso poderia ter acontecido tanto naquele 13 de janeiro quanto no dia 13 de abril –, a Caixa poderia romper o contrato e, pelo princípio da continuidade do serviço público, efetivamente a GTech teria que continuar prestando o serviço até que a Caixa Econômica Federal tivesse as condições técnicas de operacionalizar por ela mesma e, para tanto, poderia pedir autorização ao Tribunal de Contas, que o faria, pois é normal, ou poderia fazer por intermédio de terceiros, por meio de licitação.

Então, neste aspecto divirjo de V. S. Não estou fazendo análise técnica, até porque não tenho condições para tanto, mas juridicamente era possível que o contrato, não que fosse rompido, uma vez findo, pudesse a Caixa caminhar para a auto-suficiência tecnológica, e a GTech ficaria operando obrigatoriamente até que isso efetivamente acontecesse.

Vou-lhe dar um exemplo. No Senado há um restaurante. Se acabar o contrato do restaurante e o Senado quiser dar prosseguimento à prestação do serviço, enquanto a instituição não tiver condições de resolver a questão, quem é dono do restaurante tem que fazer o serviço.

Volto à questão que havíamos discutido: se a Caixa queria acabar com o contrato, não queria fazer o aditamento do contrato, é porque efetivamente tinha condições tecnológicas, pelo menos naqueles 25%, de operar esse miolo ao qual V. Sª faz referência. Tanto é que, nessa reunião, eles efetivamente propuseram isso e disseram: "No mês de janeiro, fevereiro e março, vamos fazê-lo de forma casada, ou seja, faz a GTech e nós fazemos também, "porque efetivamente não vamos ter riscos quando assumirmos exclusivamente". E V. Sª está dizendo que a Caixa está fazendo isso paralelamente e que ainda não tem a segurança devida para pegar esses 25%, que é um outro questionamento técnico.

O SR. JORGE MATTOSO – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não? Então, só para esclarecer: a Caixa efetivamente, no mínimo, teria condições de pegar os 25%, tanto é que V. Sª fez uma referência ao parecer que o cartel

deu no final de março e que muitos confundem como se ele tivesse modificado seus pareceres anteriores, o que não é nada disso, porque, antes, falava dos 25% e, depois, passou a falar do todo, ou seja, no todo a Caixa precisaria de dezoito meses para efetivamente passar a operar isso.

Neste momento, o que V. Sª diz é a mais razoável, a mais justa e a mais plena verdade porque, agora, não tem condição de romper o contrato e dizer "Olha, os senhores têm que continuar prestando esse serviço, uma vez que o serviço público não pode ser interrompido." Mas não era a situação daquela época quando o contrato era findo, estava se encerrando e a Caixa poderia exigir que a GTech continuasse operando enquanto não houvesse essa prorrogação.

Faço esse registro para dizer que, leigo que sou, olhando de longe, acho que se a Caixa criou, no ano de 2001, uma Superintendência de Projetos Especiais com um orçamento um pouco maior de R$ 100 milhões e que gastou, segundo palavras de V. Sª, mais de R$ 47 milhões em equipamentos e etc. Assim, como a diretoria antiga fez esse debate e houve o empate de três a três, aparentemente, a Caixa poderia, naquele momento, assumir pelo menos esses 25% de operação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Presidente.

O SR. JORGE MATTOSO – Em primeiro lugar, temos que, de novo, nos ater aos fatos.

Não conheço o depoimento do Sr. Mário Haag de que V. Exª dispõe. Eu havia entendido, até agora recentemente, que ele está sob sigilo de justiça e havia lido no jornal alguma coisa, mas não com esse detalhe. No caso, ele tem dois grandes erros e surpreende-me que o Sr. Vice-Presidente fale que não conhece a resposta do GTech.

Parece-me estranho porque a resposta foi entregue...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Há o ofício do dia 03 e foi V. Sª quem apresentou.

O SR. JORGE MATTOSO – Do dia 3? Então, já me surpreendi. Segundo, dizer que houve um voto de três a três. Estou aqui com a ata da reunião do Conselho Diretor do dia 13 de janeiro em que diz que "foi aprovado por unanimidade e emitida a Resolução nº 224, de 2003, o contrato de prestação de serviço...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sobre isso eu também tenho uma explicação. Segundo consta, após ter V. Sª sido consultado, dizendo que gostaria que continuasse o contrato, até para que tomasse pé disso, resolveram fazer por unanimidade.

Não se se V. Sª realmente...

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não houve voto de três a três. Eu fui consultado, mas não me lembro se foi no dia 13 de janeiro.

Eu já havia sido indicado e, assim, foi naquele período e me foi perguntado o que eu achava sobre o contrato da GTech e respondi que não tinha mais a mínima idéia de que era responsabilidade da gestão anterior fazer o que achava justo e que eu precisava de um tempo.

Perguntaram-me, então, se eu achava que noventa dias era um tempo suficiente. Eu disse que sim. Se me perguntassem hoje, eu diria que não e pediria mais seis meses. Isso teria me dado mais tempo para ler e conhecer um pouco mais e, eventualmente, conseguir mais na negociação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu quero dizer que entendo que qualquer um aqui, na mesma situação em que se encontrava V. S.ª, daria a mesma resposta.

Se alguém liga para você e pergunta se quer que prorrogue, responderia que deixasse como está, para saber o que está acontecendo. Prorrogaria talvez por três meses.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, eu não opinei sobre a forma da prorrogação. Perguntaram-me só sobre os...e eu disse que era responsabilidade da anterior gestão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que quero deixar bem claro é que se V. S.ª tomou essa decisão não o recrimino por isso, mas a minha pergunta é a seguinte: a Caixa tinha, naquela ocasião, condições técnicas para tocar esses 25%?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, hoje a Caixa opera o processamento na sua quase totalidade. Volto a insistir que falta a homologação e foram constatados erros quando de alguns sorteios. Isso não pode ocorrer. Assim, estamos nesse processo e, em questão de alguns meses, conseguiremos, seguramente, o conjunto do processamento.

As outras três, que são o nódulo, o eixo, o central, continuam emperradas, continuam engessadas por decisões e liminares judiciais. É necessário que sejam desentravadas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Entendo muito bem o que V. Sª diz. Argumentei no sentido de que, se naquele momento...

O SR. JORGE MATTOSO – Não. O nosso Departamento Jurídico, Senador, avalia que seria um risco muito grande para a Caixa Econômica Federal. E eu diria mais...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim, mas o risco é uma coisa.

O SR. JORGE MATTOSO – O risco seria grande, e não teria havido nem a redução dos valores. Teríamos que continuar pagando, mesmo com o rompimento do contrato e a preservação dos serviços. Conseguimos a redução de preço e a liberação dos correspondentes bancários, o que não ocorreria sem contrato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Já que V. Sª tocou no assunto, eu também gostaria de discutir o seguinte: a Senadora Heloísa Helena tateou o problema, se realmente houve ou não redução de preço. Houve redução nominal de preço, 15%, está no contrato. Não há o que se discutir a respeito. Mas há também, anualmente, um crescimento vegetativo de 10% nas apostas ou no volume de apostas; e, além disso, uma semana após o contrato ter sido renovado, a Mega-Sena teve um aumento de 50%. E V. Sª também deixou claro que, no contrato com a GTech, há um segmento lotérico e um não-lotérico. No segmento não-lotérico, que podemos chamar de bancário, V. Sª conseguiu até uma vantagem, que foi a renúncia às ações judiciais, o que possibilitou que a Caixa Econômica Federal pudesse desenvolver o projeto Caixa Aqui com as vantagens já mencionadas por V. Sª.

Mas eu gostaria de questionar justamente isto: V. Sª já fez as contas? Com essa redução de 15%; se cotejada com o crescimento vegetativo, mais o valor adicionado, que seria de 50% da Mega-Sena, houve economia para a Caixa Econômica Federal?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu pediria ao Sr. Presidente a palavra apenas para dar um testemunho.

Toda vez que vou à Paraíba, jogo na loteria. E, toda vez, o lotérico dizia: "Senador, faça força para aumentar o preço, porque não estamos pagando com o que estamos arrecadando nem sequer o valor do aluguel da loja". Era um desabafo dos lotéricos em geral.

Não estou entrando no assunto da GTech, apenas estou dizendo que o movimento, como estava, há vários anos sem amento nas apostas, gerava uma insatisfação grande por parte dos lotéricos, que organizavam um movimento pedindo que houvesse aumento.

Eu gostaria apenas de dar esse testemunho porque fui parceiro dessa solicitação.

O SR. JORGE MATTOSO – Mas observe, Senador: o desconto real, não o nominal, de acordo com o contrato, nesse primeiro ano, onze meses – porque a avaliação é até o mês de fevereiro – foi de R$43 milhões, independentemente do aumento que tenha havido nas apostas das loterias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Correto.

O SR. JORGE MATTOSO – Ou seja, o contrato permitiu a redução real de R$43 milhões para a Caixa Econômica Federal, uma economia muito importante.

Se considerarmos que o nosso programa de redução de custos e desperdícios foi de 285 milhões no ano de 2003, isso significa que quase 20% da redução foi resultado da negociação do contrato. Os outros, cerca de 80%, foram resultado de outros contratos renegociados pela atual direção com o rebaixamento de preços. Essa tem sido a minha orientação a todos os negociadores e a todas as vice-presidências, no sentido de se reduzir os valores dos contratos.

Finalizando, não existe possibilidade, do ponto de vista real, de a Caixa Econômica Federal assumir o conjunto das operações realizadas pela GTech sem solução de continuidade, ou seja, sem rompimento do serviço. Isso é que precisa ser entendido. Se somarmos a isso a limitação legal...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Foi a pergunta que fiz a V. Sª. Porque, no meu entendimento, legalmente era possível. No meu entendimento, acho que é. Em tese, é possível. Agora, se V. Sª...

O SR. JORGE MATTOSO – Mas não posso me ater à tese. Não posso deixar de prestar o serviço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estou sendo muito elegante com o senhor. Então, nesse aspecto. Acho que há possibilidade jurídica de fazê-lo. Agora, se há impossibilidade técnica de fazê-lo, V. Sª está dizendo agora, é outra realidade. Tecnicamente, não podemos fazê-lo, é outra coisa. Tanto é que, veja só, a previsão, naquela ocasião, para o contrato era de R$600 milhões, não é verdade? E quanto foi que a Caixa pagou nesses dez meses de contrato?

O SR. JORGE MATTOSO – Duzentos e ...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Certamente, nos 25 meses, isso vai ter que ter um novo aditivo para preço, imagino eu.

O SR. JORGE MATTOSO – Quase R$250 milhões. Em vez dos quase R$300 milhões, que seria mais ou menos o a ser pago.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – São 25 meses, naturalmente que o preço ficaria...

O SR. JORGE MATTOSO – Vai dar uns R$100 milhões de economia, ou um pouco mais de R$100 milhões, R$110 milhões.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Certo. Eu perguntaria a V. Sª o seguinte: houve vários pareceres, principalmente do Sr. Cartell, indicando a necessidade...

O SR. JORGE MATTOSO – Dois.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, vários pareceres do Sr. Cartell, anteriores, estou

falando anteriores a 2003, dizendo efetivamente que a Caixa poderia fazer isso paulatinamente. Eu perguntaria a V. Sª o seguinte: entre esse 13 de janeiro e o 13 de abril, V. Sª recebeu algum estudo de alguém da Caixa ou fora dela, algum técnico que poderia ter sido contratado, indicando que a melhor opção era fazer a renovação com a GTech por 25 meses? Existe um estudo técnico nesse sentido, indicando que o bom, que o correto, o normal seria fazer essa relação?

O SR. JORGE MATTOSO – Existem vários pareceres técnicos e jurídicos para se chegar a uma conclusão dessa natureza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, naturalmente, nesse caso, técnico.

O SR. JORGE MATTOSO – Técnico e jurídico.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Porque, jurídico, V. Sª poderia fazê-lo por três ou quatro meses.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não. No limite, só eram possíveis os 25 meses.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Justamente. Então, V. Sª fez no limite. Então, tinha parecer técnico nesse sentido – era o meu questionamento.

O SR. JORGE MATTOSO – O parecer era que, a partir do 18º mês, teríamos condições de finalizar o serviço. Por isso o contrato diz 25 meses, com possibilidade de renúncia aos 18 meses.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria a V. Sª o seguinte: é verdade que esse aditivo não passou pela prévia anuência dos comitês internos e sem a aprovação do Conselho Diretor, e que isso contrariaria alguns artigos do Decreto nº 4.371, o Regimento Interno da própria Caixa Econômica?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, Senador. Ele passou por todos os comitês, passou por todas as obrigações normativas e, depois, foi anunciado e aprovado no Conselho Diretor. O Conselho Diretor, para casos de aditamento, não precisa opinar com anterioridade a assinatura do contrato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Opinar depois também não resolve, não é?

O SR. JORGE MATTOSO – Resolve, resolve, claro que resolve.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Após o aditamento?

O SR. JORGE MATTOSO – Lógico. A vigência do contrato se iniciava no dia 14.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas se o contrato tivesse assinado, opinar **a posteriori**?

O SR. JORGE MATTOSO – O contrato assinado pelas partes foi assinado e aprovado pelo Conselho Diretor no dia seguinte.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – No dia 8. Ok, sem problemas.

Eu perguntaria a V. Sª se algum parecer... O contrato foi dado como pronto para assinar em 31 de março, não é isso?

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não. Ele só foi dado para assinar, pronto, no dia 8 de abril.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, 8 de abril foi a data em que ele foi assinado.

O SR. JORGE MATTOSO – Não, não, não. Temos, aqui, documento da GTech de que só renunciou aos correspondentes bancários no dia 8 de abril.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, isso é outra coisa. O que estou perguntando a V. Sª é o seguinte: se, tecnicamente, o contrato... se aquela...

O SR. JORGE MATTOSO – Não tem técnico. Eram duas grandes negociações, Senador: era a redução do preço e o aumento, a liberação da ampliação dos correspondentes bancários.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem. A resposta é a que V. Sª dá. Claro!

O SR. JORGE MATTOSO – Só no dia 8 a GTech apresentou a renúncia, o documento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só aí o contrato estava pronto para ser assinado, então. Esse é o meu posicionamento.

O SR. JORGE MATTOSO – Isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Já foi feita essa pergunta, mas volto a repeti-la. Obviamente, o ano fiscal americano se encerra na metade de fevereiro e pode a apresentação dos balanços acontecer até a metade do mês de abril. O maior contrato que tem a GTech fora dos Estados Unidos é esse. Então, claro, a GTech tinha interesse em prorrogá-lo até para que pudesse alimentar o seu balanço e, já que é uma sociedade anônima nos Estados Unidos, fazer os seus negócios na Bolsa.

Eu perguntaria a V. Sª se seria possível, dada essa premência da GTech, fazer-se um negócio melhor do que o que foi feito, tanto que o próprio vice-presidente da Caixa disse que no dia 09 ou 10 de abril, ou seja, logo após a assinatura, a equipe técnica descobriu que houve uma valorização das ações da GTech nos Estados Unidos.

Devido a essa premência e tendo feito o contrato, a GTech teve as suas ações valorizadas na Bolsa, o que é normal, porque, feito o contrato, naturalmente, as suas ações teriam que valorizar mesmo, então eu perguntaria a V. Sª se pensa que o negócio foi feito

no limite, com esses 15%, a renúncia das ações, e se, efetivamente, acredita que algo mais poderia ter sido feito?

O SR. JORGE MATTOSO – Veja, se tivéssemos tido mais tempo ... Por isso eu disse, inicialmente, que, vendo hoje, se tivessem feito aquele aditamento do dia 13 de janeiro, ainda na anterior gestão, e em vez de 90 dias, 180 dias, seguramente, acredito, poderíamos até ter negociado melhor, conseguido mais para a Caixa. Mas nos 90 dias, considerando também que tomamos 45 dias para entender esse imbróglio, eu acredito que tenha sido o melhor.

A GTech tinha as duas questões legais efetivas e só fomos nos aperceber disso talvez depois, mas íamos ganhar quatro dias, tínhamos como limite o dia 14 de abril. Não podíamos adiar indefinidamente.

V. Exª imagine que, com toda essa comprovação que pude trazer aqui, com toda essa história, ainda ficam criando: "Porque tem a coincidência da reunião da GTech com o senhor fulano de tal". Imagine se adiássemos ainda mais? V. Exª consegue imaginar a confusão que seria se adiássemos ainda mais?

Acredito que fizemos o contrato no justo momento, como poderia ter sido feito, da melhor maneira para a Caixa, e espero que, oportunamente, a partir do 18º mês, possamos novamente fazer o que é melhor para a Caixa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A partir do 18º mês pode ser feita a renúncia do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência informa que vão-se completar cinco horas de reunião. Eu queria, por gentileza, que o nobre Senador concluísse.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Atenderei a solicitação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Líder, em seguida darei a palavra a V. Exª, antes queria informar que ainda tenho oito requerimentos para ler, o que farei hoje, para votação posterior, porque hoje não temos **quorum**, mas tenho obrigação de lê-los hoje, porque estão sobre a mesa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Na hora em que encerramos a fase da argüição, basicamente queria fazer, de público, primeiro uma pergunta que não foi respondida e penso que é importante que o fosse, que é o currículo do professor Jorge Levi Matoso.

Jorge Matoso foi militante de Esquerda, preso e torturado no Brasil, foi para o exílio no Chile e nos conhecemos exatamente quando S. Sª retornava de lá. Foi professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo por alguns anos e, depois, professor da Universidade de Campinas, Unicamp, onde fez doutorado. Foi diretor do Centro de Estudos de Economia do Trabalho e Sindicalismo e, mais tarde, Secretário de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo, por um período de dois anos.

É um companheiro que teve, de fato, uma participação muito ativa na construção da história do PT, nas reflexões econômicas, nos debates teóricos. Tem uma excelente formação teórica; vários livros publicados aqui e no exterior, ensaios, artigos, seminários e teve uma experiência na França bastante importante, quando saiu do Chile. É exatamente por essa convivência e por conhecer a trajetória, a seriedade, as atitudes, que eu tinha absoluta segurança de que esse depoimento não poderia ser diferente do que foi.

Quero registrar somente duas coisas que me parecem essenciais. Primeiro, essas liminares, Presidente Jorge Mattoso, estão concentradas numa vara ou diluídas na Justiça?

O SR. JORGE MATTOSO – Na 17ª.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Numa Vara! Quer dizer, tem uma Vara, que tomou a decisão que engessa a Caixa Econômica Federal na relação como empresa. De quando é essa liminar?

O SR. JORGE MATTOSO – São várias.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Várias liminares sucessivas beneficiando a empresa Gtech...

O SR. JORGE MATTOSO – Liminares e outros instrumentos jurídicos.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sempre na mesma Vara?

O SR. JORGE MATTOSO – Sempre.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sempre na mesma Vara.

A segunda questão que me chamou muito a atenção: com o prazo de apenas 90 dias, a nova direção da Caixa rebaixou em R$100 milhões o contrato que existia anteriormente. Num ano, R$47 milhões. R$47 milhões de recursos pagos a menos no mesmo contrato para a mesma prestação de serviços. E além disso, conseguiu desbloquear os correspondentes bancários que era uma estratégia fundamental de ampliação do trabalho e, mais uma vez, uma ação jurídica pressio-

nando a Caixa para favorecer uma empresa na negociação. Foi isso que o senhor disse?

O SR. JORGE MATTOSO – É.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Tem uma outra coisa só que eu queria entender bem. O senhor disse que, neste ano de 2003, a Caixa economizou quanto em contratos?

O SR. JORGE MATTOSO – R$285 milhões.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – R$285 milhões em redução de custo em contratos que existiam na administração anterior?

O SR. JORGE MATTOSO – Exato.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não entendo como o líder do Governo anterior, as Lideranças que participaram do Governo anterior não se escandalizam com um número como esse. São R$283 milhões de contratos que existiam e que em menos de um ano foram reduzidos os custos dessas prestações de serviços, desses contratos. R$283 milhões!

O SR. JORGE MATTOSO – R$285 milhões!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – R$285 milhões. Eu pediria que todos esses contratos fossem apresentados à Comissão; quem foi o responsável pela negociação anterior e em que data eles foram firmados e quando foram repactuados e qual a redução de cada um dos contratos. Considero esse dado da maior relevância.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Permite-me, Senador Aloizio Mercadante, eu até completaria e sugeriria que remetesse ao próprio Ministério Público Federal para tomar providências.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Acho muito importante.

O SR. JORGE MATTOSO – Veja bem, algumas reduções de contrato não implicam em nenhum tipo de legalidade anterior. São simplesmente um processo negocial. Por exemplo, um senhor da área de publicidade tinha feito o desenho de uma carta para enviar aos clientes. Só que a carta era 1,5cm a mais do que o padrão dos Correios e isso implicava um custo adicional. Nós acabamos com isso e voltamos atrás. Podemos enviar todas sem nenhum tipo de problema, mas isso não necessariamente.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Mas é interessante, porque se, de fato, em um ano houve uma redução de R$285 milhões de custos da Caixa por austeridade, por negociação de contratos, por rigor, deve ter muita gente procurando terreno na Lua, seguramente. Seguramente, terá uma procura fantástica.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A palavra está assegurada ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de ter esses contratos e todas as medidas de austeridade e redução de custos porque penso que é de grande interesse da sociedade brasileira, para que conheça, de fato, a natureza da administração.

Por último, quero dizer que achei a transparência e a objetividade... Entendo um pouco o que aconteceu. O Senador José Jorge tinha apresentado um requerimento para que essa argüição fosse na Comissão de Assuntos Econômicos.

Quando verifiquei que havia interesse em convidar o Presidente Jorge Mattoso para uma argüição, imediatamente, me entusiasmei com a idéia de ele vir prestar todos os esclarecimentos, porque eu achava que era absolutamente indispensável. É um direito do Senado Federal; é uma prerrogativa da Fiscalização e, pelo passado, pela história, pelas atitudes, tenho absolta segurança de que as informações seriam prestadas com objetividade, com fundamentação, com documentação, com clareza e, quem vê as pessoas falando, com absoluta segurança. O próprio Líder Arthur Virgilio mencionou isso: absoluta segurança de que o que estava sendo dito era verdade e absoluta transparência na forma, no resultado – o resultado que trouxe para a Caixa Econômica Federal, a repactuação deste contrato – e no modo que foi feito.

Por tudo isso, quero parabenizar Jorge Mattoso e a Comissão por essa audiência altamente esclarecedora e que mostra que a Administração Pública, por intermédio da Caixa Econômica Federal, está agindo com segurança, com rigor, com cuidado, e com acuidade no trato do interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Líder.

Temos requerimentos sobre a Fundef, sobre a operação Zaqueu, ambos de autoria da Senadora Ideli Salvatti; sobre o problema da Embratel, mais especificamente da própria Federação Interestadual dos Trabalhadores de Telecomunicações, de autoria do Senador Arthur Virgílio, chamando a esta Comissão João Aldemir Dornelles, o Dr. Paulo Bretas e o Mario Raque. Há também requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa sobre aplicações de recursos do Projeto Alvorada; do Senador Efraim Moraes pedindo a presença de Antonio Carlos Rocha Lima, Marcelo Rovai, da empresa GTech, Mário Haag e Carlos da Silva Cartell; e do Senador Arthur Virgílio chamando a esta Comissão o Sr. Delúbio Soares, Secretário de Finanças e Planejamento do Partidos dos Trabalhadores.

Esses requerimentos serão vistos na próxima reunião.

Teremos uma reunião secreta amanhã sobre o problema de uma cidade do Maranhão chamada Bacabal.

Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federa, agradeço a disposição de V. Srª. Foram cinco horas de reunião. V. Sª se ateve à boa educação, mesmo com as perguntas mais duras. Para a Presidência só ficou uma tristeza, a tristeza de ver que tecnologicamente nós ainda estamos prisioneiros de alguns contratos e que precisamos quebrar essa dependência tecnológica, mas tenho certeza de que V. Srª, com a máquina da Caixa, vai conseguir superar isso mais cedo ou mais tarde.

Parabéns!

Muito obrigado!

O SR. JORGE MATTOSO – Só queria agradecer, Senador Ney Suassuna, o convite, e a oportunidade. Tivemos oportunidade de explicitar a complexidade, as dificuldades e os benefícios da negociação desse contrato para a Caixa. Tenho certeza de que houve muitas dúvidas e um certo movimento até, eu diria, que muitas vezes atenta contra a imagem da Caixa, mas tudo isso é resultado não dos nossos erros, mas dos nossos acertos. Isso me dá uma tranqüilidade muito grande e coloco-me à disposição. No que eu puder fornecer, seja em termos de documentos, seja em termos da minha presença aqui junto à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, podem contar comigo.

Agradeço novamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado nobre Presidente. Agradeço também ao demais membros da Caixa que aqui compareceram.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h59min.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 10ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, com as Comissões: de Assuntos Econômicos -SF; de Economia, Indústria, Comércio e Turismo–CD; de Finanças e Tributação–CD; de Fiscalização Financeira e Controle–CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CN, no dia 29 de abril, de 2004, às 10 horas, no Plenário n° 2, no anexo II da Câmara dos Deputados.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e nove de abril do ano dois mil e quatro, reuniram-se as Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Fiscalização e Controle do Senado Federal (CFC/SF), no Plenário nº 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços." – 2º semestre de 2004, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos Deputados Alberto Goldman, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Alexandre Cardoso, titular da CMO/CN; Almir Moura, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Anivaldo Vale, titular da CMO/CN; Antonio Cambraia, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Arnon Bezerra, suplente da CMO/CN; Bernardo Ariston, titular da CDEIC/CD; Carlito Merss, titular da CFT/CD; Carlos Nader, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Claudio Cajado, titular da CMO/CN; Colbert Martins, suplente da CMO/CN; Coriolano Sales, titular da CFT/CD; Dr. Benedito Dias, suplente da CMO/CN, titular da CDEIC/CD Dr. Heleno, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Edson Ezequiel, titular da CDEIC/CD, Eduardo Cunha, suplente da CFT/CD, Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN; Elaine Costa, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Elimar Máximo Damasceno, titular da CMO/CN; Enéas, suplente da MO/CN; Félix Mendonça, titular da CFT/CD; Fernando Coruja, titular da CFT/CD; Fernando de Fabinho, suplente da CMO/CN, titular da CDEIC/CD; Francisco Dornelles, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Geraldo Resende, titular da CMO/CN; Gerson Gabrielli, suplente da CFT/CD, titular da CDEIC/CD; Gonzaga Mota, suplente da CFT/CD, titular da CDEIC/CD; Gonzaga Patriota, suplente da CMO/CN; Hamilton Casara, suplente da CMO/CN; Helenildo Ribeiro, titular da CMO/CN; Homero Barreto, suplente da CMO/CN; Humberto Michiles, titular da CMO/CN; Jairo Carneiro, suplente da CDEIC/CD; João Batista, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD; João Correia, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Jorge Bittar, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Jorge Boeira, suplente da CFT/CD, titular da CDEIC/CD; José Carlos Machado, titular da CMO/CN, suplente da FFC/CD; José Pimentel, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Josué Bengtson, suplente da CMO/CN; Júlio Cesar, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, Laura Carneiro, suplente da CMO/CN; Léo Alcântara, titular da CDEIC/CD; Leodegar Tiscoski,

titular da CFFC/CD; Lindberg Farias, titular da DEIC/CD; Lupércio Ramos, titular da CDEIC/CD; Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Mário Heringer, titular da CMO/CN; Mário Negromonte, suplente da CMO/CN; Mauro Lopes, titular da CMO/CN; Milton Monti, titular da CMO/CN; Nelson Bornier, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; Nelson Meurer, titular da CMO/CN; Osório Adriano, suplente da CFT/CD, titular da CDEIC/CD; Osvaldo Coêlho, titular da CMO/CN; Pastor Francisco Olímpio, titular da CMO/CN; Pauderney Avelino, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Afonso, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Bernardo, titular da CMO/CN, suplente da CDEIC/CD; Paulo Kobayashi, suplente da CMO/CN; Paulo Rubem Santiago, suplente da CMO/CN; titular da CFT/CD; Pedro Chaves, titular da CMO/CN; Pedro Fernandes, suplente da CMO/CN; Pedro Novais, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Professora Raquel Teixeira, titular da CMO/CN; Rafael Guerra, titular da CMO/CN; Reinaldo Betão, titular da CDEIC/CD; Ricardo Barros, titular da CMO/CN; Rodrigo Maia, titular da CMO/CN; Rose de Freitas, suplente da CMO/CN; Sergio Caiado, titular da CDEIC/CD; Sérgio Miranda, titular da CMO/CN; Silas Brasileiro, suplente da CMO/CN; Tadeu Filippelli, titular da CMO/CN; Vander Loubet, suplente da CMO/CN; Walter Feldman, suplente da CFFC/CD; Wasny de Roure, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD, titular da CFFC/CD; Welinton Fagundes, suplente da CMO/CN; e Zé Gerardo, titular da CMO/CN; e dos Senadores Augusto Botelho, titular da CMO/CN; César Borges, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF, titular da CFC/SF; Eduardo Suplicy, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF; Geraldo Mesquita Júnior, titular da CAE/SF, suplente da CFC/SF; Gilberto Mestrinho, titular da CMO/CN; Luiz Otavio, titular da CMO/CN; suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Mozarildo Cavalcanti, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Ney Suassuna, suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Paulo Elifas, suplente da CMO/CN; Ramez Tebet, titular da CAE/SF; Roberto Saturnino, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Serys Slhessarenko, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF; Sibá Machado, titular da CMO/CN, titular da CFC/SF; e Valdir Raupp, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF. Foi registrado o comparecimento dos Deputados, não-membros, Airton Roveda, Chico Alencar, Darci Coelho, Darcísio Perondi, Gastão Vieira; Ivan Valente e Mariângela Duarte. A reunião foi iniciada sob a direção do Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que convidou para a composição da Mesa o Dr. Henrique Meirelles e o Diretor de Política Econômica do Banco Central, Dr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua, bem como os Presidentes de Comissões envolvidas, Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado José Priante, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em datashow sobre o tema em questão. O Presidente comunicou que havia treze parlamentares inscritos para o debate e propôs que o Dr. Henrique Meirelles respondesse após a intervenção de quatro parlamentares inscritos. O Plenário assentiu. Solicitou, ainda, que os parlamentares respeitassem o tempo concedido para interpelação. Finalizada a explanação, iniciaram-se os debates. Como primeiro debatedor, o Deputado Rodrigo Maia formulou questionamentos ao palestrante. Prosseguiram no uso da palavra os Deputados Paulo Bernardo, Paulo Afonso e Sérgio Miranda. O Presidente anunciou a presença do Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e o Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da mesma Casa. O Dr. Henrique Meirelles respondeu ao primeiro bloco de interventores. Em seguida, o Deputado Sérgio Miranda usou o direito de réplica, tendo sido atendido pelo Presidente do Banco Central. O Deputado Pedro Novais usou da palavra pela ordem para solicitar que as reuniões conjuntas a serem realizadas oportunamente sejam mais objetivas. Ao Deputado Sérgio Miranda foi assegurado o direito à tréplica, tendo sido respondido pelo palestrante. Às doze horas e nove minutos, o Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, assumiu a condução dos trabalhos. Manifestaram-se no segundo bloco de oradores os

Deputados Félix Mendonça, Pauderney Avelino e Alberto Goldman. O Deputado Claudio Cajado solicitou que a composição dos blocos fosse de seis interventores. O Presidente acatou a proposta e anunciou que a sistemática sugerida seria adotada no bloco seguinte de debatedores. Em seguida, o Deputado Alberto Goldman pediu licença para ausentar-se do recinto. O Deputado Ricardo Barros encaminhou requerimento à Mesa, que foi encaminhado para inclusão na pauta da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Orçamentos Públicos e Fiscalização. Prosseguindo, foi assegurada a palavra ao Presidente do Banco Central para responder ao segundo bloco de interventores. O Deputado Félix Mendonça fez uso do direito de réplica e foi respondido pelo palestrante. O Deputado Pauderney Avelino usou da réplica para acrescentar elementos à sua intervenção inicial. O Dr. Henrique Meirelles continuou a prestar os esclarecimentos ao segundo bloco. O Deputado Pauderney Avelino usou do direito de tréplica e foi atendido pelo palestrante. Às treze horas e seis minutos, o Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados assumiu a direção dos trabalhos. O Deputado Ricardo Barros solicitou o uso do direito de réplica e foi atendido. O Deputado Eduardo Cunha fez proposta no sentido de que todos os debatedores remanescentes fossem incluídos no terceiro bloco e foi atendido pelo Presidente. Dando prosseguimento, o Presidente passou a chamar os parlamentares integrantes do terceiro bloco: Deputados Osório Adriano, Fernando Coruja, Claudio Cajado, Colbert Martins, Carlito Merss, Osvaldo Coêlho, Darcísio Perondi, Eduardo Cunha e Senador Eduardo Suplicy. Nesse momento, o Presidente solicitou aparte ao Senador Eduardo Suplicy e ressaltou que havia questionamentos a serem respondidos pelos Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, e pelo Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. O Deputado Darcísio Perondi discutiu o assunto. Manifestaram-se, ainda, pelo terceiro bloco os Deputados Airton Roveda e Professora Raquel Teixeira. Às quinze horas e quinze minutos, o Senador Eduardo Suplicy, assumiu a condução dos trabalhos. O palestrante respondeu ao último bloco de debatedores. O Senador Eduardo Suplicy formulou, ainda, questionamento ao Presidente do Banco Central do Brasil e foi atendido. Os Deputados Darcísio Perondi e Airton Roveda fizeram uso da réplica. Em seguida, o palestrante apresentou as considerações finais sobre o tema em apreço. Ao agradecer a presença do Dr. Henrique Meirelles, bem como da sua assessoria, o Presidente encerrou os trabalhos, às quinze horas e quarenta minutos. Para constar, eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO CONJUNTA REALIZADA EM 29-4-04

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião conjunta de audiência pública de 2004 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a participação das Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e das Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à avaliação do cumprimento dos objetivos e metas políticas e monetárias, creditícias e cambiais, evidenciando o impacto e o custo fiscal dessas operações, cujos resultados são demonstrados no balanço do segundo semestre de 2003, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já está presente o convidado de hoje, o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, que se faz acompanhar do Dr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Diretor de Política Econômica daquela instituição.

Convido para compor a Mesa os seguintes Parlamentares: Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara; Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara; Deputado José Priante, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara; Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado; e Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para sua exposição, não podendo ser aparteado. E, conforme estipulado pelo § 5º do mesmo dispositivo, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A inscrição está aberta. O primeiro inscrito é o Deputado Rodrigo Maia. Peço aos Srs. Parlamentares presentes que se inscrevam o quanto antes porque logo vamos encerrar as inscrições. Para evitar que ainda haja Parlamentares chegando e inscrevendo-se às 11h ou ao meio-dia para falar, o que alongaria demasiadamente os trabalhos, estamos reduzindo o prazo de inscrições.

Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, é uma honra estar mais uma vez nesta Casa, onde estaremos apresentando os resultados do Banco Central e um breve resumo da conjuntura econômica do Brasil, os resultados da política monetária e da política creditícia, num momento particularmente importante, na medida em que o País está olhando para o mundo com muito mais tranqüilidade, em virtude de os fundamentos da economia brasileira estarem hoje muito mais sólidos para que possamos enfrentar as oscilações normais dos mercados nacional e internacional.

Começarei expondo a visão do que enfrentamos no início do ano.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Brasil, no ano de 2002, enfrentou uma parada brusca no fluxo de financiamentos. Tivemos uma redução de US$ 28 bilhões, o que representa cerca de 6% do Produto Interno Bruto brasileiro. Outros países que sofreram crises cambiais da dimensão da que sofremos naquele ano, no ano seguinte e no posterior – mas particularmente no ano seguinte -, registraram significativas contrações do seu Produto Interno Bruto. No caso da Indonésia, a contração no ano seguinte foi de cerca de 13,3%, a maior registrada entre todos esses países; esse índice vai caindo até o da Rússia, de 4,9%; enquanto isso, o Brasil registrou um resultado de 0,2% de decréscimo em 2003, e uma projeção de crescimento de 3,5% para 2004.

Gostaria de chamar atenção para o fato de que o resultado negativo de 0,2% do PIB no ano passado mascara um fato da maior importância: a contração do PIB deu-se nos 2 primeiros trimestres do ano, quando o País estava enfrentando os resultados imediatos da crise da virada de 2002 para 2003. Mas já começou a crescer no terceiro trimestre, e cresceu de forma importante no quarto trimestre do ano, o que mostra uma retomada do crescimento muito mais rápida do que a dos países que enfrentaram problemas similares aos nossos. Isto é, não só o Brasil teve um resultado global, no ano, melhor do que o de países que tiveram problemas similares aos seus, mas também a recuperação deu-se muito mais rapidamente.

Para finalizarmos essa rápida primeira visão do desempenho da economia, se analisarmos a produção industrial veremos que ela tem crescido sistematicamente; no momento está próxima do pico histórico a produção industrial brasileira.

Vamos passar agora à reconquista da confiança, levantando o quadro global do resultado do ano passado. Em primeiro lugar, quero apontar um aspecto importante: a retomada da confiança e do crescimento no Brasil dá-se em função da solidez da política fiscal e do superávit primário. Temos aqui os dados até março, mas certamente estamos caminhando solidamente para cumprir as metas do Governo com a sociedade brasileira, relativamente à parte fiscal, do superávit de 4,25% do PIB em 2004.

Há um outro dado muito importante, relativo à parte fiscal, que gostaria de comentar. Uma das razões da melhora dos fundamentos do Brasil é o fato de que não só o superávit primário foi e será alcançado neste ano, como também as reformas fundamentais aprovadas por esta Casa – a previdenciária e a fiscal -, com a aprovação da DRU, da CPMF etc., assim como a inexistência de uma grande dose de receitas extraordinárias no Orçamento de 2003 e de 2004, enfim, todos esses fatores fazem com que esse superávit tenha um caráter de sustentabilidade muito sólida. Isso permite, portanto, que dentro de suposições bastante razoáveis, e de certa maneira conservadoras, possamos prever a inversão histórica da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao PIB.

Dado da maior importância em relação à dívida pública é a melhora do seu perfil, principalmente em momentos como este, quando existem preocupações importantes quanto à chamada vulnerabilidade do País. Gostaria de inverter essa expressão, dizendo que temos de nos focar, na realidade, na melhora dos fundamentos do Brasil. Por exemplo, se analisarmos a dívida cambial, veremos que uma das causas importantes dessa tal vulnerabilidade brasileira era exatamente o fato de a dívida interna indexada ao dólar. Se examinarmos o gráfico vermelho, à esquerda, veremos que a dívida cambial total tem caído: de um percentual que chegou a quase 40% da dívida total, está em cerca de 17,8%, no momento. É, portanto, uma melhora de fundamento da economia brasileira.

Do lado direito do gráfico temos a dívida prefixada sobre a dívida total em trajetória oposta, ou seja, crescendo, o que mostra de novo a melhora das condições de fundamento da economia brasileira. Se examinarmos os prazos de emissão da dívida pública interna – do lado esquerdo, o prazo dos títulos prefixados; do lado direito, o prazo dos títulos pós-fixados – veremos que a melhora é consistente.

Passemos agora à inflação. Em primeiro lugar, observamos que, como conseqüência do choque de ofertas ocorrido em 2002, em função da depreciação cambial do real, a inflação atingiu níveis anuais substancialmente elevados na virada de 2002 para 2003. A inflação anual, totalizada a inflação mensal, mostra uma trajetória que configura o acerto da política monetária aplicada no Brasil.

As expectativas dos agentes econômicos relativamente à inflação começaram a convergir em direção às metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional a partir do segundo trimestre de 2003. Se a cada mês medirmos a inflação dos 12 meses passados, veremos que em julho de 2003 a inflação medida de agosto de 2002 a julho de 2003 atingiu o pico no meio do ano – cerca de 17,2%. Em março deste ano estava em patamar abaixo de 6%, portanto na linha de convergência para as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Agora, uma visão da inflação medida mensalmente: IPCA cheio, do mês, e IPCA 15, medido no dia 15 de cada mês. A trajetória de inflação novamente converge para as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, com momentos de algum refluxo inflacionário, como aconteceu no início deste ano. Novamente, em conseqüência da política monetária implantada pelo Banco Central, a inflação começa a voltar à trajetória de metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A expectativa de inflação 12 meses à frente é um dado absolutamente importante, porque condiciona a formação de preços. Ou seja, o que o empresário, o consumidor, o formador de preços enxerga como inflação nos 12 meses à frente é o que lhe dá condições de começar a planejar sua política de preços. Veremos que a expectativa de inflação 12 meses à frente caiu substancialmente no correr do ano passado, começando de novo a convergir para a trajetória de metas.

É importante mencionar que tudo isso é resultado, de novo, da política monetária consistente aplicada pelo Banco Central do Brasil, que deve ser mantida, a fim de que se configurem e sesolidifiquem essas expectativas favoráveis. É exatamente a expectativa de que o Banco Central manterá sua política monetária responsável que faz com que as esperanças convirjam para as metas. O pressuposto, portanto, é a manutenção dessa política monetária.

Agora, passando ao setor externo, vamos analisar, em primeiro lugar, a evolução do câmbio nominal, que subiu substancialmente durante a virada do ano e manteve uma trajetória de maior estabilidade nos meses subseqüentes, inclusive agora. A grande demonstração disso é a medida da volatilidade – ou seja, a volatilidade medida pela média de variação das taxas dos últimos 21 dias – , que tem tendência declinante, apesar de eventuais turbulências nos mercados de câmbio.

Se analisarmos a evolução das exportações e importações, vamos verificar que existia uma grande preocupação no decorrer do ano passado. O saldo comercial histórico que o Brasil estava obtendo, e continua a obter, apesar de haver queda nas exportações, principalmente até o meio do ano, estava sendo conseguido em virtude da queda acentuada das importações. Existia a preocupação de que no momento em que houvesse recuperação das importações, pela retomada econômica, pudesse haver redução substancial do saldo. Não é o que estamos observando; felizmente, em resultado do acerto da política econômica, estamos vendo um crescimento acentuado das importações, mas vemos também que o saldo comercial, apesar desse aumento, é o maior da história do País. Esse é um dado importante para o Brasil. É a primeira vez que de fato o País tem condições de ao mesmo tempo ter crescimento da economia, com um conseqüente aumento das importações, e alcançar um superávit comercial histórico, recorde. Isso demonstra o acerto da política seguida pelo Governo e pelo Banco Central do Brasil.

Aqui, passando ao ponto seguinte, vemos que o saldo comercial de março foi o maior obtido no País, com uma trajetória crescente. Outro dado da maior importância: o crescimento das importações está ancorado, em primeiro lugar, na diversificação da destinação. Ou seja, o aumento das exportações para cada país, a variação absoluta, da forma como se dá, mostra como que o Brasil está diversificando. Por exemplo, o maior destinatário das nossas exportações são os Estados Unidos. No entanto, quando observamos o crescimento das exportações, verificamos que o crescimento da China, em valor absoluto, foi praticamente igual ao dos Estados Unidos; em termos percentuais, foi evidentemente muito maior. Nossas exportações para a China cresceram 317% no ano; para a Rússia, 254%; para a Coréia do Sul, 110%; para o Irã, 196%; para a África do Sul, 142%. Isso mostra que o Brasil de fato está cada vez menos dependente de mercados específicos, ao passo que, no caso da origem do produto, existe grande diversificação geográfica no Brasil e também uma grande diversificação da pauta de produtos exportados.

O resultado de tudo isso, de novo um dado da maior relevância, mostra que o País, que teve uma trajetória de conta corrente extremamente negativa, com déficits significativos, que chegaram, em 1999, a 4,72% do PIB, em 2003, pela primeira vez numa década alcançou um saldo positivo. E este ano, apesar

das condições atuais de mercado, do crescimento da economia brasileira e do aumento das importações, prevemos outro superávit de conta corrente, também um resultado positivo. Isso mostra mais uma vez o dinamismo e a solidez dos fundamentos da economia brasileira.

Quanto ao risco Brasil, apesar da recente evolução dos mercados, ele está num patamar extremamente favorável quando comparado com a história recente do País. Nossas reservas internacionais brutas, como vemos, estão em patamares imensamente confortáveis para as condições atuais. É importante mencionar que a reserva bruta é o dado mais importante no que diz respeito a essas preocupações de curto prazo. Evidentemente, no longo prazo, temos que focalizar as reservas internacionais líquidas dos empréstimos do FMI, na medida em que nos próximos anos, tomada a nossa decisão de fugir à nossa história de acordos com o Fundo, vamos estar pagando nossos empréstimos junto a esse organismo. Mas novamente as reservas líquidas estão mostrando importante recuperação.

A dívida externa total, *exclusive* o Fundo Monetário, tem mostrado trajetória cadente, um dado muito positivo.

Agora, um dado importantíssimo sobre a melhora dos fundamentos da economia brasileira. Do lado esquerdo, a evolução dos juros pagos sobre a dívida externa, sobre as exportações; vejam como eles caem. Do lado direito, a dívida total sobre exportações, que também cai.

Existe uma grande preocupação no País quanto às taxas de juros, historicamente altas. Tem fundamento essa preocupação. Gostaria apenas de enfatizar que a taxa de juros de maior impacto na atividade econômica, a taxa de juros de mercado, tomando por base a taxa de juros de 360 dias do que é comercializado no mercado, tem tido uma trajetória cadente nos últimos meses, e tem atingido os patamares mais baixos da história recente do País. Se descontarmos dessa taxa de juros de 360 dias, a inflação nos 360 dias seguintes – a taxa de juros real, portanto -, veremos que a média de 1997 a 1999 foi de cerca de 21,4%; de 2000 a 2002, de 15,8%; de 2003, de 13,2%; e de 2004, a atual, de 9,3%, o que mostra uma evolução favorável também no quesito taxa de juros de mercado. Logo, a taxa de juros real está atingindo os patamares mais baixos do período pós Plano Real.

Sobre a evolução das taxas de juros em relação ao crédito, enquanto a taxa média de pessoa física, mostrada no lado esquerdo, está crescendo, apesar de ainda atingir patamares elevados e ser cadente, a taxa média de pessoa jurídica, na escala da direita, em vermelho, está caindo. A oferta de crédito, portanto, está crescendo. O volume de crédito total oferecido pelo Sistema Financeiro Nacional vem crescendo sistematicamente nos últimos meses.

Quanto ao crescimento do Produto, como já mencionei, houve um decréscimo nos primeiros 2 trimestres de 2003 em função da crise enfrentada pelo País na virada do ano, de 2002 para 2003, mas já cresceu de forma importante no último trimestre do ano. É importante mencionar também que esse crescimento, de 1,5%, quando comparado ao de outros países, pode parecer pequeno, mas não é. Isso ocorre porque os outros países divulgam a taxa trimestral anualizada, que é de 6,14% ao ano. Isso significa que, comparada à de outros países, a taxa foi bastante elevada no último trimestre do ano passado. Como já mencionei, a evolução do nosso Produto, em comparação com o de outros países que passaram por crises similares, mostra-se favorável.

Agora vamos passar para o nível de atividade. Isso preocupa a todos. É a finalidade última de cada atividade de toda política econômica, evidentemente, mas é importante notar que não há país que tenha tido crescimentos importantes continuados e que os tenha alcançado num ambiente de instabilidade macroeconômica ou de alta inflacionária. Isto é, a precondição para o crescimento é a estabilidade macroeconômica e a estabilidade de preços.

Se medirmos a atividade econômica pelas vendas totais no varejo, por exemplo, veremos que de fato houve uma queda importante no primeiro semestre do ano passado, até o mês de maio, mas a partir daí existe uma trajetória de crescimento praticamente ininterrupta até o mês de fevereiro, último dado disponível. Se observarmos os diversos segmentos, vamos ver que as vendas, no geral – dados de fevereiro de 2004 contrapostos aos de fevereiro de 2003 -, cresceram 5%, 11% no varejo. Comparando-se o primeiro bimestre de 2004 com o primeiro de 2003, janeiro e fevereiro juntos, elas cresceram 5,56%, no total. Se olharmos por bimestre os diversos segmentos, veremos que em janeiro e fevereiro o de móveis e eletrodomésticos cresceu 17,69%; o de combustíveis, 5,57%; o segmento de vendas de hipermercados, veículos etc. sofreu uma pequena contração, mas já está aparentemente numa trajetória de recuperação, como o de tecidos, vestuário e calçados. Nesse mesmo quadro, mostrado agora de forma gráfica, veremos em azul o crescimento dos móveis e eletrodomésticos, em seguida os automóveis, tecidos, hipermercados etc. Mesmo aquele segmento que cresceu menos está mostrando claramente uma trajetória ascendente.

Vamos observar agora um dado importante: vendas varejistas e disponibilidade de crédito. As vendas

do comércio, medidas por dados sazonalizados, na escala da esquerda, mostra, como já mencionamos anteriormente, uma trajetória crescente. Mas ao compará-la com a curva amarela, na escala da direita, que mostra a oferta de crédito, veremos que o crédito e as vendas do comércio estão aumentando.

Agora, examinemos as vendas industriais e a produção industrial. Um dado da maior importância: depois de uma forte aceleração da produção industrial, marcada pela linha vermelha, durante o correr do segundo semestre do ano passado, houve um período de acomodação, mas as vendas industriais estão crescendo fortemente, o que significa que será apenas uma questão de tempo a produção industrial ajustar-se a essas vendas, na medida em que os estoques estão cadentes. A produção industrial, medida entre fevereiro de 2003 e fevereiro de 2004, no geral cresceu 2,91%; bens de capital, 18%; bens intermediários, 2,98%; bens de consumo duráveis, 16,3%. Quanto aos bens de consumo semiduráveis e não duráveis há praticamente um equilíbrio, um fenômeno normal do crescimento. Começa com a retomada de crescimento dos setores mais sensíveis ao crédito, seguido dos setores que reagem à demanda agregada.

Chamo a atenção de V.Exas. para o fato de que os bens de capital cresceram 18,51%, uma produção muito importante. Isso mostra que as empresas estão investindo; portanto, é um sinal positivo.

Fala-se muito em emprego. Evidentemente, trata-se de um assunto da maior importância e a preocupação de todos nós é enorme, mas gostaria de mencionar alguns dados interessantes, pois é importante tê-los em mente. A massa salarial real na indústria tem mostrado uma trajetória crescente até o último dado que temos, do mês de fevereiro. Em São Paulo, por exemplo, há dados muito conflitantes, talvez porque alguns desses dados sejam da região metropolitana de São Paulo, mas se analisarmos o Estado de São Paulo como um todo veremos que o emprego industrial cresceu sistematicamente a partir de setembro.

O Índice de Emprego Formal, agora Índice Brasil, índice nacional – isto é, o índice de vagas criadas ou existentes no País, segundo as medidas do Ministério do Trabalho -, tem uma trajetória crescente desde junho. Portanto, há crescimento do emprego formal. Vamos voltar a esse ponto em seguida.

Em relação às atividades em março e recentes veremos que existem diversos índices antecedentes que mostram também uma evolução positiva. Por exemplo, a expedição do papel ondulado está em crescimento. Esse é um dado importante que nos permite avaliar como pode vir a se comportar a produção industrial. A produção de automóveis, que tinha alcançado o pico em novembro, caiu um pouco, mas já está de novo numa trajetória de recuperação. Houve uma excelente produção no mês de março.

Quanto às consultas ao Serviço de Proteção ao Consumidor e ao Telecheque, de novo vemos um processo normal, sazonal: houve crescimento normal no final do ano; no início do ano houve um processo de queda – normal, depois das vendas de Natal -, mas já vemos uma recuperação importantíssima no mês de março, o que é outro sinal antecedente da recuperação da atividade econômica.

Fala-se muito no índice de confiança do meio empresarial. Dizem que os empresários estariam desanimados. Evidentemente, isso é importante para o futuro do País, mas acho essencial deixarmos de trabalhar com opiniões e passarmos a trabalhar com dados objetivos também a esse respeito. Existem índices importantes, como por exemplo a sondagem da Fundação Getúlio Vargas, que tem diversos indicadores. Em um deles os empresários classificam como boa a situação dos negócios da indústria de transformação. Como vemos, a partir do terceiro trimestre de 2003 esse índice começou a crescer; é a medida de como está a situação presente. Se olharmos à direita, na cor laranja, veremos qual é a expectativa do empresário para a situação nos próximos 6 meses. Notaremos que a partir do terceiro trimestre de 2003 é continuamente crescente, está melhorando. Esse é um dado da maior importância.

Em relação ao emprego gostaria também de mencionar que é importante separarmos aumento do emprego de desemprego. Como são feitas essas medidas? São feitas da seguinte maneira: há uma situação na qual a população economicamente ativa do País, aquelas pessoas que estão ou empregadas ou procurando emprego, tem subido muito. É um fenômeno normal no início do ano; acontece todos os anos, mais do que a criação do emprego, que como mostrei foi muito forte, inclusive no início deste ano. Mas as pessoas passaram a procurar emprego, o que é positivo. Isso significa que as pessoas apostam, têm esperança de conseguir um emprego. Contudo, algumas pessoas acham que é normal que isso aconteça pelo crescimento da população. Não é. Temos dados que mostram, com muita clareza, que o crescimento da população economicamente ativa, isto é, pessoas que estão procurando emprego, superou em muito o crescimento da população e a entrada das pessoas na idade economicamente ativa. Portanto, resumindo a situação – podemos voltar a este assunto, caso haja interesse -, o Brasil está no momento criando empregos de uma forma importante.

Isso não minora um problema grave que temos historicamente no Brasil, que é a questão do desemprego. Temos de trabalhar. É preocupação do Governo, é preocupação de todos nós brasileiros. Não há dúvida de que é um problema grave que o Brasil tem. Estou apenas mostrando que temos de nos ater aos números para verificar o que está sendo feito e o que está acontecendo no País nesse campo.

Dito isso, vamos passar agora aos resultados. O resultado do Banco Central, no segundo semestre de 2003, foi positivo em R$ 7 bilhões, e decorreu das receitas e despesas de todas as suas operações.

Vamos examinar isso com um pouco mais de detalhes. Por exemplo, em relação ao quadro geral, o Banco Central teve uma receita de R$ 75 bilhões e uma despesa de R$ 68 bilhões. As receitas vieram de mercado aberto, R$ 31 bilhões; *swap* nas operações de proteção cambial, R$ 31 bilhões; área externa, R$ 13 bilhões; outras operações, 2 bilhões etc. Despesas: mercado aberto, R$ 24 bilhões; *swap*, R$ 26 bilhões; área externa, R$ 12 bilhões; outras operações, R$ 6 bilhões etc. Portanto, o resultado líquido total foi de R$ 7 bilhões.

Se olharmos agora as operações especificamente de mercado aberto e Tesouro Nacional, vamos ver o resultado de cada um dos tipos de papéis que compõem a carteira do Banco Central, NTN-D, NTN-B etc., com uma receita total de R$ 31 bilhões; o passivo, que é o custo financeiro dos diversos itens de mercado aberto – NBC, compromisso de recompra, conta única do Tesouro etc. -, com um resultado de R$ 24 bilhões de custo; portanto, também nesse item há um resultado positivo de R$ 7 bilhões.

Em relação à área externa, o resultado foi positivo: R$ 1 bilhão. Cerca de R$ 13 bilhões referem-se à remuneração do ativo, depósitos, títulos etc., e o passivo – depósito de organismos, empréstimos do Fundo Monetário etc. – soma R$ 12 bilhões; portanto, o resultado é de R$ 1 bilhão.

Aqui vemos o resultado outras operações de ativo, como, por exemplo, crédito com instituições em liquidação, R$ 2 bilhões, positivo; depósitos de instituições financeiras no Banco Central, R$ 4 bilhões; ações judiciais, R$ 2 bilhões. São também itens de despesa do balanço do Banco Central.

Em comparação com o resultado de anos anteriores, vamos ver que se compararmos, por exemplo, o primeiro semestre de 2003 com o primeiro semestre de 2002, houve um comportamento favorável. Chegando aos números de que estamos falando agora, do segundo semestre, vemos que também houve um comportamento favorável, quando o Banco Central mostrou um resultado extremamente positivo: R$ 7 bilhões, *versus* um resultado negativo no segundo semestre de 2002. Se analisarmos o total do ano, vamos ver que o resultado também se revela extremamente favorável comparado ao resultado de 2002.

Quanto à destinação do resultado, após os ajustes para reservas, o resultado positivo do Banco Central é transferido como receita para o Tesouro Nacional. Assim, em 27 de fevereiro de 2004 foi creditado à Conta Única o montante de R$ 5,5 bilhões, referente ao resultado do segundo semestre de 2003, deduzidas as reservas de 25%, segundo a Medida Provisória nº 2.179/86, remunerada até aquela data.

Portanto, esse é o quadro geral não só da nossa visão da economia brasileira hoje mas também dos resultados do Banco Central.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a exposição do Sr. Presidente do Banco Central, comunicamos ao Plenário que há 3 Parlamentares inscritos para interpelações, e cada um disporá de até 3 minutos. O primeiro é o Deputado Rodrigo Maia, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Sr. Presidente Senador Gilberto Mestrinho, Deputado Gonzaga Mota, Deputado Nelson Bornier, Dr. Henrique Meirelles, vou fazer meus questionamentos com base na apresentação do Presidente do Banco Central. Aliás, acho que virou praxe no Brasil não serem apresentados os indicadores ruins, mas apenas os considerados positivos, pelo Presidente do Banco Central e por outros órgãos do Governo.

Em relação à entrada de recursos externos no Brasil, houve uma brusca parada no Governo de Lula. O Presidente deveria trazer para cá os dados de 2003 e a projeção de 2004. Houve, sim, uma parada brusca. Foram R$ 13 bilhões em 2003 e não serão nem R$ 10 bilhões em investimentos diretos no Brasil em 2004. Há falta de credibilidade em nosso País, e os dados verdadeiros não são trazidos para discussão nesta Casa.

Em seguida foi mostrado o crescimento do PIB. Todos os homens responsáveis pela economia do Governo no início do ano disseram que o Brasil cresceu 1,5% no último trimestre. Utilizou-se a mesma fórmula que os outros países usam, de acordo com o que disse V.Sa.: projetaram uma expectativa e inventaram um crescimento para o Brasil de 6% para este ano. Só que os dados do primeiro trimestre de 2004 infelizmente já foram divulgados. Eles poderiam estar aqui, porque existem indicadores de 2004 nesta apresentação. Já se pode notar que há uma desaceleração no crescimento do País, que o Brasil não crescerá.

No final de semana, Sr. Presidente, num dia lemos nas manchetes dos jornais que há recorde no superávit primário do Brasil, mais de 5% – que maravilha! -, o melhor resultado desde 1991, e no dia seguinte abrimos os jornais e deparamo-nos com a notícia de que há recorde de desemprego no Brasil: mais de 20% de desempregados na Grande São Paulo. O IBGE esta semana divulga que há recorde no desemprego nacional: 12,8%.

O Presidente do Banco Central mostra aqui os dados do superávit. Poderia fazer uma comparação do resultado das políticas monetária e macroeconômica do Governo com o que elas estão gerando no dia-a-dia da população.

Há ainda o problema da composição da dívida. O Presidente Arminio Fraga trabalhou muito e conseguiu diminuí-la. Se V.Sa. tivesse caminhado um pouco mais para trás, para 2002, veríamos também a curva decrescente da dívida brasileira atrelada ao câmbio. Só que no momento de crise foi tudo para o *overnight* e para o câmbio. É o que acontecerá novamente no Brasil se houver uma crise. Essa situação ocorre devido ao excesso de liquidez internacional. Os juros americanos podem de fato subir – parece que vão subir -, e pode haver algum outro choque externo. Não está havendo nenhum tipo de choque externo muito melhor do que teve o Governo Fernando Henrique Cardoso; V.Sa. mesmo mostrou a quantidade de choques externos nessa ocasião.

Não estou livrando o primeiro Governo de Fernando Henrique. Ele não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – A política macroeconômica não era do PFL.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Do Presidente Henrique Meirelles também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O orador não pode ser aparteado. Estou contando o tempo. O Deputado Rodrigo Maia dispõe de mais 1 minuto.

V.Exa. pode continuar.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Deputado Colbert, V.Exa. não pode esquecer que o Presidente Henrique Meirelles defendeu todas essas políticas quando candidato a Deputado Federal pelo PSDB. Pelo amor de Deus! E S.Sa. é o Presidente do Banco Central do seu Governo hoje.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Do nosso Governo, então.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Do meu Governo não. Vou dizer porque não é, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – V.Exa. não me respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Colbert, pelo Regimento, o orador não pode ser aparteado.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Agora, Sr. Presidente, eles ficam levantando a bandeirinha do FMI. Era *"Fora FMI"*, *"Fora FHC"*. Agora a bandeirinha é *"Viva o FMI"*, *"Nós precisamos do FMI"*.

Entendo a angústia de S.Exa. por ter um Presidente do Banco Central que era do PSDB, que vocês tanto criticaram, e por manter-se essa parceria tão firme com o FMI, como nunca houve no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Vou encerrar, Sr. Presidente. Pena que não tenho mais tempo. Vou analisar criticamente apenas mais um ponto que considero relevante: a política de juros do Presidente da República Lula, encaminhada pelo Presidente Henrique Meirelles.

Tivemos, deflacionando e retirando o risco Brasil, uma transferência para o sistema financeiro do meio do ano passado até agora de aproximadamente R$ 50 bilhões no Governo do PT.

O segundo ponto, infelizmente não apresentado pelo Presidente do Banco Central, são os meios de pagamento. Está havendo uma retração brutal nos meios de pagamento, o que está gerando muito dessa política recessiva exagerada do Presidente.

Peço desculpas. Gostaria muito de continuar minha explanação, mas por falta de tempo encerro agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Ouviremos mais 4 oradores e em seguida falará o Presidente do Banco Central.

Com a palavra o Deputado Paulo Bernardo.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO -Obrigado, Sr. Presidente.

A vinda do Presidente e dos diretores do Banco Central a esta Comissão acontece num momento extremamente importante e com certeza ajudará o Congresso a entender melhor a ação desse órgão, enfim, a política macroeconômica do Governo.

Sr. Presidente Senador Gilberto Mestrinho, Deputado Gonzaga Mota, Deputado Nelson Bornier, em primeiro lugar devemos entender que estas 3 Comissões tratam de fatores técnicos. Portanto, é importante que não comecemos a fazer discursos como se estivéssemos em um palanque na Baixada Fluminense, em Londrina ou em Joinville. Não estamos fazendo campanha eleitoral ainda. O trabalho destas Comissões é funda-

mental para que não apenas o Congresso Nacional, mas também a sociedade, entendam o andamento das nossas contas. Neste momento, parece absolutamente irrelevante o fato de o Presidente do Banco Central ser filiado ao PSDB, ao PT ou a qualquer outro partido. O que interessa é a política implementada. Temos de avaliar se ela está no bom caminho ou não.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, mais uma vez, fiquei muito impressionado com a tranqüilidade de V.Sa., com a clareza principalmente em relação a alguns números. Temos de louvar a disposição de V.Sa. para o debate. Evidente que, independentemente da histeria de alguns, temos que agir com tranqüilidade. Trata-se de reunião de 3 Comissões Técnicas. Não estamos aqui fazendo um debate político rastaqüera.

Sr. Presidente, está muito claro para todos que o Banco Central tem conduzido a política monetária de maneira adequada, correta. Está havendo redução da nossa vulnerabilidade e aumento de credibilidade. Agora, alguns pontos fundamentais causam angústia em nós, Parlamentares. Peço a V.Sa. que discorra um pouco mais, primeiro, sobre o crescimento econômico.

Há grande volume de informações, de indicadores, de índices. E para nós, leigos, fica muito difícil entender tudo o que sai na mídia. Queremos saber qual a expectativa em relação ao crescimento econômico. Inclusive o FMI divulgou, semana passada, que a perspectiva de crescimento é de 3,5%. Aliás, número que o Governo já havia divulgado em abril do ano passado, quando enviou a LDO para esta Casa. Mas não é apenas isso. Na verdade, nossa preocupação é com a trajetória prevista nos próximos 2, 3 anos para o crescimento sustentável. Este ano vamos crescer 3,5%, 4%. O que acontecerá no ano que vem?

O segundo ponto que desejo abordar talvez não esteja diretamente ligado ao Banco Central, mas com certeza V.Sa. tem acompanhado seu desdobramento. Trata-se do debate que surgiu a partir da reunião do Presidente com o Diretor-Gerente do FMI, em março. Agora o Ministro Palocci esteve em Washington e conversou com diretores do Fundo. Um fator pode modificar a tratativa das contas em relação ao superávit: os gastos das empresas estatais. Qual a avaliação do Governo? Sei que ainda não deve haver uma resposta conclusiva, mas gostaria que V.Sa. tecesse algum comentário a respeito do assunto. Qual o impacto em termos de crescimento econômico?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, Dr. Henrique Meirelles, demais diretores do Banco Central, colegas, ao longo dos últimos meses, afirmaram que essa política rigorosa, dura, até intransigente do Governo para readequar parâmetros e índices, conduzida pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, nos credenciaria perante o mercado externo. Enfim, que

o cumprimento do dever de casa nos traria o investimento necessário para o desenvolvimento.

Vou me permitir uma metáfora: o menino sendo bem comportado, estudando, não desobedecendo ao pai e à mãe, não gastando a mesada, o Papai Noel e o coelhinho da Páscoa iriam trazer muitos presentes, muitos ovinhos. Todavia – essa semana foi muito característica – vimos que o menino do vizinho está tendo um comportamento pouco adequado, e o Papai Noel não vai trazer presente para ninguém, nem para o bem-comportado.

Vimos a preocupação com os juros e com o crescimento econômico nos Estados Unidos. E aí sobe o risco Brasil, sobe o dólar, cai a confiança no Brasil. Parece que, em função da realidade dos Estados Unidos, eles não levam em conta o fato de agirmos como eles queriam.

Então, pergunto: adianta toda essa dureza, todo esse esforço, se simplesmente esse tal mercado, esse ente supraplanetário, negligencia todo o esforço feito em função de uma realidade que ocorre no outro hemisfério?

Evidentemente que todo esse esforço busca alcançar o bem-estar da sociedade: geração de empregos, melhor distribuição de renda, melhoria da qualidade de vida das pessoas por meio do crescimento e da distribuição de riquezas. Contudo, os números hoje continuam teimosamente andando no sentido oposto. Se os ajustes aqui apresentados são positivos, a situação de desemprego e de distribuição de renda cada vez se agrava mais. Isso é verdade.

Pergunto: quando vai haver uma compatibilização?

Digo isso, até porque – e faço uma observação política e verdadeira, Sr. Presidente – nós, que andamos lá fora e conversamos com as pessoas, constatamos – e eu digo isso com grande preocupação – que o grau de confiança no Governo, o índice de popularidade vai erodindo numa velocidade espantosa. Afinal de contas, quando os resultados vão aparecer para a população? O que vejo é uma queda constante e acentuada desse índice de confiança e de popularidade.

Lembro o sentimento humano: quando se ama muito e há traição, decepção, o ódio vem na mesma velocidade. Ele não vem gradativamente, como quando há apenas afeto, carinho. Então, é esse o sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Anuncio a presença do Senador Ramez Tebet,

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado, bem como do Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, do Senado, que já tomaram assento à mesa.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda, último orador deste primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente desta Comissão, Presidentes das várias Comissões, Senadores, Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, quando aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal – e está sentado a meu lado o Relator daquela lei -, tínhamos uma visão no sentido de o Congresso, Poder político, ter algum tipo de controle sobre a ação do Banco Central. Refiro-me à obrigação de vir aqui fazer exposições. E estabelecíamos claramente que essas reuniões deveriam ter uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações.

A exposição de V.Sa. foi muito bem-feita, muito bem ilustrada, mas não houve o efetivo cumprimento desta determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por exemplo, queremos saber qual é o custo fiscal da política monetária. Na sua exposição, V.Sa. não fez referência ao quanto de juros foi pago no ano passado. Trata-se do custo fiscal da política. Considero que existem, talvez, erros de duas partes: nós não precisamos ainda suficientemente como seriam essas exposições. Queríamos fazer uma avaliação. Incluímos na Lei de Responsabilidade Fiscal o anexo das metas fiscais. E há uma prestação de contas sobre esse anexo de metas fiscais.

Queríamos que V.Sa. expusesse: *"Nós tínhamos tais objetivos e tais metas no início de 2002 e no fim de 2003 chegamos a isso"*. Essa comparação permitiria aos Parlamentares avaliar a ação do Banco Central. Infelizmente isso não foi feito. Fica o dever de casa, para que possamos cumprir efetivamente a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Farei algumas perguntas objetivas.

Quando V.Sa. diz que a dívida cambial representa apenas 17,8% do PIB, estão incluídos aí os títulos em *swap* e a dívida externa? Caso a dívida externa esteja incluída de quanto é a nossa exposição?

É comum fazer-se a comparação com outros países que viveram crise e que posteriormente tiveram grande queda do PIB. Porém, não se dá prosseguimento aos anos. O que marca todos esses países citados por V.Sa. – da Ásia e da América Latina – é a grande queda do PIB. Porém, houve grande recuperação posteriormente. A queda do PIB é como se fosse uma purgação do que o mercado faz. Depois há uma recuperação. Exemplo mais claro disso é a Argentina. No Brasil historicamente isso não existe. Por quê? Qual a explicação teórica que V.Sa. tem para esse fato? Tivemos crise em 1998; não recuperamos. Recuperamos um pouco em 2000. Depois, baixo crescimento. Tivemos crise em 2003; a queda não foi tão grande, mas a recuperação também não foi grande. Ficamos sempre na mediocridade.

Sr. Presidente Meirelles, a pergunta que faço é a respeito do resultado do Banco Central. V.Sa. expôs os dados em relação a 2002 e 2003. Em 2002 o Banco Central teve grande prejuízo, coberto pelo Tesouro. Em 2003, teve resultado positivo. O que houve? Há algumas coisas que não entendo. Do ponto de vista líquido, o Tesouro, para criar o chamado colchão de liquidez, emitiu 96bilhões. Títulos emitidos junto ao mercado, cujo resultado é depositado na Conta Única. Explique, por favor. Para mim não existe, mas deve haver uma lógica. O Tesouro pagou na emissão desses títulos. O custo médio da dívida pública foi 26% no primeiro semestre e 20% no segundo. Foi remunerado com esse dinheiro na Conta Única 3,95% no primeiro semestre e 10,13% no segundo. Na minha opinião, isso é uma maluquice. Quando se debate isso com o Tesouro, afirmam que isso não se repercute na dívida, porque não se emite para gastar, emite-se para depositar no Banco Central, na Conta Única. Não tem repercussão na relação dívida/PIB. Tem repercussão no crescimento da dívida mobiliária em poder do público. É o que conta. Não entendo. A dívida interna líquida, em dezembro de 2002, era 69,494 bilhões. Em dezembro, 171 bilhões. Praticamente a dívida interna líquida triplicou. A dívida interna líquida em percentual do PIB passou de 5,2% a 11,2% do PIB. É fácil. Vamos comparar 2002. Em 2002, quando a remuneração da Conta Única deu prejuízo, foi de 18,65% no primeiro semestre e 18,51% no segundo semestre. Nesse caso, o Banco Central deu prejuízo.

De onde veio o resultado positivo de 2003? A remuneração passou a 3,95%. Lançamos títulospara o mercado e pagamos 26,08%. Os recursos desse título são depositados na Conta Única e recebem 3,95%. Há um enorme subsídio. Por quê? Qual a lógica disso, Sr. Presidente Meirelles? Há enorme crescimento do endividamento. A relação dívida/PIB às vezes cresce pouco, porque os conceitos dessa relação são muito complexos. Há pessoas que analisam e afirmam que não é bem isso, contam coisas que não devem contar. Acho que deveríamos examinar a dívida mobiliária em poder do público, porque a relação Tesouro/Banco Central é uma relação *interna corporis*. Mas por que a dívida em poder do público tem crescido tanto? Porque o Tesouro emitiu liquidamente 90 bilhões fora das suas necessidades de pagar juros. São todos documentos

oficiais. A dívida em mercado cresceu de 41,4% para 46,1% – quase 5%. Isso não aparece quando se compara a relação dívida líquida/PIB, que cresceu 3%, de 55% para 58%, se não me engano. Mas a dívida em poder do mercado tem crescido constantemente. Qual a causa disso? O colchão de liquidez? No caso é um colchão de espuma. Peço a V.Sa. que explique a situação. Sei como é contabilizada a remuneraçãodos títulos. A Conta Única do Tesouro é a taxa aritmética média ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna de emissão do Tesouro em poder do BC. Há muito título com remuneração vinculada ao câmbio que caiu. Porém, não é lógico pagar-se uma média de 20% e receber 3,9%.

Se possível, peço a V.Sa. que esclareça essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Começarei respondendo ao Deputado Rodrigo Maia. São perguntas importantes que nos dão excelente oportunidade de endereçar alguns conceitos fundamentais.

Em primeiro lugar, a diferenciação entre o investimento estrangeiro direto e a entrada líquida de capitais. A entrada líquida de capitais é a soma total de toda a entrada de capitais no País, toda saída de todos os tipos. Foi essa que mostramos no início, razão do choque de oferta de 2002. Estabilizou-se em 2003 com a entrada líquida de capitais, similar ou um pouco superior, e crescendo em 2004.

V.Exa. refere-se ao investimento estrangeiro direto. De fato, ele caiu no ano de 2003. Chegou a um patamar mínimo de investimento, no meio do ano, de cerca de 300 a 400 milhões de dólares por mês. Subiu e recuperou-se juntamente com o restante da economia no segundo semestre. Atingiu, portanto, o valor anual de 10 bilhões e 144 milhões de dólares. No ano de 2004, a previsão do Banco Central é ver esse investimento direto crescer para cerca de 13 bilhões de dólares, sendo que já no primeiro trimestre houve um número da ordem de 2 bilhões e 719 milhões, o que em termos sazonais é consistente com a projeção de 13 bilhões.

O importante é que o investimento estrangeiro direto está num processo de recuperação. É igualmente importante mencionar que, durante o ano de 2003, o investimento em geral caiu no mundo todo, porque houve uma desaceleração da economia que estava já ocorrendo naquele período. Os investimentos voltaram a crescer em todo o mundo. Então, era absolutamente normal que empresas com capacidade ociosa num país não fossem fazer investimento em outro país.

Portanto, é um dado extremamente positivo que, no segundo semestre, houve importante recuperação, que continua neste ano. Além disso, devemos notar que, em anos anteriores, parte importante desse investimento se deu no processo de transferência de controle e de privatização. Trata-se de um processo importante, mas que não deve ser confundido com a inversão de máquinas e equipamentos, cujos números são consistentes com o esperado.

O ponto seguinte refere-se à anualização da taxa de crescimento do último trimestre do ano passado, em comparação com outros países. Agradeço a S.Exa. a pergunta, porque nos dá oportunidade de esclarecer um ponto importante.

A anualização da taxa não é uma projeção para frente, mas meramente uma maneira de medir a taxa daquele trimestre. Podemos medir 1,5% ou taxa anualizada de 6,5%, que é uma maneira de comparar a taxa de um mês, um trimestre, um semestre ou de um ano de modo consistente. Os demais países usam a taxa anualizada. Mesmo quando falam em taxa mensal, trimestral, semestral, anual, sempre se referem à taxa anualizada, visando dar critérios consistentes. Em resumo, não é uma projeção, mas meramente uma medida comparável a outros países para a taxa daquele trimestre especificamente.

Em relação ao crescimento no primeiro trimestre, é uma discussão da maior importância, muito séria. O PIB do primeiro trimestre ainda não foi divulgado. O IBGE fará a divulgação no começo do mês de maio. Portanto, não sabemos. O último PIB divulgado é o do último trimestre do ano passado, que foi positivo, em crescimento.

No que tange aos indicadores referentes ao PIB do primeiro trimestre, como eu disse, na medida em que não temos os números, devemos trabalhar com indicadores chamados antecedentes. Por isso mostrei diversos números, seja do índice do papel ondulado, seja da evolução do emprego formal e da massa salarial etc., no sentido de que sejam indicadores que nos possam dizer o que pode vir a ser o PIB do primeiro trimestre. Não sabemos ainda, só saberemos no começo de maio. O Banco Central não divulga projeções trimestrais de PIB, apenas anuais, mas o fato concreto é que mostrei com clareza que os indicadores são positivos. Os indicadores antecedentes do primeiro trimestre mostram que está havendo uma continuada expansão da economia.

Em relação à última pergunta, a composição da dívida cambial, não há dúvida de que esse é um trabalho de longo prazo e de que essa tem sido uma preocupação importante. Eu gostaria apenas de mencionar que o percentual da dívida cambial sobre a dívida

interna total, esse que estamos vendo hoje, é o mais baixo desde 1996, exatamente no momento que a dívida indexada ao câmbio começou a ter um percentual mais importante. Antes da crise de 2002, já estava em 29,8%. Esse importante dado demonstra que de fato a economia brasileira está-se estabilizando. Portanto, olhamos para frente e vislumbramos uma continuada desindexação da dívida em relação ao câmbio.

Passemos agora às perguntas do Deputado Paulo Bernardo. Primeiro, sobre a expectativa de crescimento para 2004 e para os anos seguintes.

Nossa expectativa para o ano de 2004 é um crescimento na economia de 3,5% e esperamos que essa taxa possa evoluir positivamente para os anos subseqüentes. Evidentemente, o crescimento da economia depende de uma série de fatores e não apenas da política do Banco Central.

A finalidade da política monetária é estabilizar a economia e permitir que ela cresça normalmente dentro de seu potencial, mas existe toda uma séria de outros trabalhos sendo feitos por diversas áreas do Governo exatamente para fazer com que essa taxa de crescimento potencial continue numa escala ascendente. E a nossa previsão é o crescimento potencial do País nos próximos anos.

Com relação à segunda pergunta de S.Exa. sobre as discussões do Presidente da República com o Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional em Brasília e do Ministro Palocci, em Washington, diria que o gasto das estatais é menos importante para o Brasil. Existe algo maior: a contabilização dos investimentos públicos e a possibilidade de que eles tenham um retorno garantido. Investimentos, portanto, autofinanciáveis a longo prazo pela receita criada por ele mesmo deveriam ser excluídos das contas primárias.

Estão sendo feitos estudos pelo FMI e agora existe a idéia de se criar um programa baseado num plano piloto, do qual o Brasil seria parte. A conclusão desse estudo poderá levar a uma melhoria da qualidade do superávit primário do setor público. Continuaremos certamente comprometidos com a disciplina fiscal, mas com melhores perspectivas do ponto de vista da qualidade das contas públicas e da maior capacidade de investimento em infra-estrutura, particularmente.

Em relação às perguntas do Deputado Paulo Afonso, tenho a dizer que gostei muito da analogia de S.Exa. sobre o menino que se comporta bem com os professores para ganhar recompensas, mas utilizarei outra. A situação do Brasil não é a mesma do menino bem comportado, mas se parece com a do pai que tem de olhar para o futuro da sua família e que para isso precisa equilibrar suas contas atuais e futuras e se assegurar de que terá condições de pagar a educação dos seus filhos e a alimentação de sua família, enfim, equilibrar as contas para não sacrificar o bem-estar de seus entes queridos ao apostar em medidas benéficas de curto prazo. Portanto, definiria as medidas tomadas pelo Governo brasileiro como as de um pai de família responsável, que se preocupa com o futuro de seus filhos.

Respondendo à pergunta no sentido de que se adianta fazermos sacrifícios e, depois, não sermos necessariamente reconhecidos pelo mercado, diria que, evidentemente, não podemos controlar no Brasil, como em nenhum outro país, a evolução da economia mundial e os humores dos mercados. Ninguém sabe, por exemplo, o que vai acontecer com a economia da China. Pergunta-se se ela está superaquecida, se vai conseguir desaquecer de uma forma suave, se haverá inflação. Não sabemos. A expectativa é, segundo as análises que temos visto, de que ela conseguirá desaquecer de forma controlada.

Temos tido conversas com o banco central chinês e temos uma boa impressão a respeito, mas ninguém pode prever totalmente os humores dos mercados mundiais. Entretanto, podemos prever nossa condição de enfrentar situações negativas ou positivas. E hoje, como procuramos mostrar, o Brasil tem melhores condições de enfrentar eventuais diminuições no fluxo de recursos do mercado mundial para os países emergentes. O País hoje tem fundamentos mais sólidos na economia.

Acredito que o Brasil vai sair daquela situação que vivemos durante muito tempo: quando os mercados estavam muito favoráveis, o País estava equilibrado; quando os mercados estavam em crise ou com menos liquidez, o Brasil entrava em crise.

Agora, estamos caminhando para situação em que se os mercados estiverem muito favoráveis, o Brasil melhorará seus fundamentos; e, quando os mercados estiverem menos favoráveis, o Brasil estará equilibrado, porém continuará sua trajetória de crescimento.

E, quanto à resposta no sentido de que se vale a pena, acredito que sim, porque estamos mantendo as previsões de crescimento da economia neste ano, o que é um sinal importantíssimo. O Brasil está em melhores condições para continuar a crescer.

A respeito de quando vai ficar bem, eu diria que é um fenômeno normal. Infelizmente, a população não sente imediatamente quando a economia começa a melhorar. Todos gostaríamos quefosse diferente, mas não há país do mundo que seja assim, nem os países muito ricos. É um fenômeno conhecido, a economia começa a melhorar, e demora às vezes um ano ou mais até que a população perceba isso com clareza.

Vamos aguardar que a população perceba esse crescimento, principalmente a brasileira, que tem vivido situação tão difícil por tanto tempo e que tem tanta ansiedade por melhora justa e, portanto, apresenta-nos responsabilidade muito maior.

A população brasileira merece melhores condições de vida, pois trabalha duro e sério. Por isso, é muito importante que não erremos e que tomemos medidas responsáveis para que a economia possa ter crescimento sustentado nos próximos anos e possa sair desse sistema de arrancada e freada, que tem impedido o crescimento a taxas elevadas.

Passemos agora às perguntas do Deputado Sérgio Miranda.

Primeiro, a respeito das metas e dos objetivos do Banco Central. Precisamos olhar a situação com clareza. Esta é uma excelente oportunidade para conversarmos sobre o assunto, e acredito que haverá oportunidades subseqüentes.

O objetivo fundamental fixado pelo Banco Central, a meta que tem de perseguir, segundo a definição do Conselho Monetário Nacional, é a de inflação. Essa é uma missão fundamental do Banco Central, além da supervisão bancária, da boa administração de política monetária, de política cambial etc.

Temos que olhar os resultados do Banco Central por intermédio dos resultados das políticas do próprio Banco. Por exemplo, em relação à meta de inflação, mostrei a evolução das medidas de inflação. Fundamentalmente, medir a eficácia de uma política monetária pelo resultado dessa política, exatamente a inflação medida.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – A meta de inflação não foi cumprida.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Nesse ano mesmo, V.Sa. escreveu uma carta ao Conselho Monetário Nacional em que justifica o não-cumprimento da meta. É o terceiro ano em que o Banco Central não cumpre a meta.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Deputado, apenas para esclarecimento, escrevemos uma carta ao Conselho Monetário Nacional para explicar o não-cumprimento da meta de 2002. Não há dúvida de que, em 2002, não se cumpriu a meta. Mas não estamos aqui prestando contas do ano de 2002 – ano que nem sequer estávamos no cargo -, apesar de termos cumprido a função de explicar ao Ministro o fato de a meta de 2002 não ter sido cumprida. Estamos aqui prestando contas do ano de 2003.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – E a meta foi corrigida.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Exatamente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Para poder entrar, foi corrigida a meta.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Exatamente. Nós propusemos ao Ministro da Fazenda, e

S.Exa. aceitou que a meta de inflação fosse ajustada para 8,5% no ano de 2003, exatamente para evitarmos que acontecesse no Brasil o que aconteceu em outros países que tiveram crises similares à do País e contrações muito grandes de produto. Não há dúvida de que, se tentássemos perseguir a meta originalmente definida para o ano de 2003, de cerca de 4%, passando depois a 3,75%, poderíamos ter contrações importantes do produto, inclusive como mencionamos naquela carta aberta, e poderia ocorrer queda de cerca de 7% do produto.

Portanto, a meta de 2003 foi ajustada em 8,5%, e atingimos resultado altamente aceitável, segundo todas as avaliações, de 9,3% e, mais importante, com a inflação, a partir dos meses de maio e junho de 2003, claramente numa trajetória de convergência para as metas. V.Exa. também há de observar que a inflação medida nos últimos 12 meses está absolutamente de acordo com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional – dado positivo em relação às metas do Banco Central.

No que tange a outros objetivos, como os da autoridade monetária, por exemplo, da fiscalização bancária, também o Banco Central tem tido trajetória de alta solidez, de melhora nesse aspecto. Diversos organismos independentes internacionais têm atestado a continuada melhora da capacitação de fiscalização do Banco Central do Brasil, com os relatórios de inflação, outro dado da maior importância, porque mostra a transparência da autoridade monetária, que também vem melhorando de forma substancial.

Em relação ao custo fiscal da política monetária, é difícil fazer estimativas. V.Exa. há de considerar precisamente o efeito fiscal da política monetária. A taxa de juros praticada na economia depende fundamentalmente da percepção de risco macroeconômico, e não exclusivamente da taxa fixada pelo COPOM. Se nós olharmos, por exemplo, o passado, vamos ver que, mesmo quando o COPOM tinha fixado a taxa SELIC em patamares similares aos atuais, a taxa de juros dos títulos públicos, na realidade, estavam maiores. Por quê? Porque o mercado estava demandando taxa maior para comprar esses títulos.

Essas taxas têm caído. A taxa de juros pós-fixada, exemplo importante, abaixo inclusive de 9%, demonstra que o resultado da política monetária, do ponto de vista do custo fiscal, também tem trajetória extremamente positiva.

Sobre a Conta Única, Deputado, eu diria o seguinte: o Tesouro não emite títulos para o Banco Central. O Banco Central adquire os títulos em leilão ou diretamente do mercado, a preços de mercado, como instrumento de execução de política monetária. Em 31 de dezembro de 2003, aConta Única possuía saldo de 120 bilhões, e, no segundo semestre, a remuneração foi de 14 bilhões de reais. Portanto, consistente com as remunerações de mercado. O critério de remuneração da Conta Única implica que o banco não tem ganho ou perda em relação ao Tesouro nesse item. O que

o banco recebe na carteira de títulos o banco paga na Conta Única. Isso quer dizer que a remuneração dos títulos do Tesouro Nacional que estão no ativo do Banco Central servem de basepara a remuneração que o Banco Central paga ao Tesouro na Conta Única. Portanto, o lucro do Banco Central não vem do carregamento dos títulos do Tesouro.

A pergunta de V.Exa. é importante e nos dá oportunidade exatamente de esclarecer o assunto.

O Banco Central está impedido de efetuar emissões primárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, ele apenas resgata, no caso, por exemplo, do saldo do INPC, que,em 2002, era de 67 milhões e, em 2003, baixou para 30, resgatando 37; a Conta Única subiu de 88 para 120, porque a carteira de títulos caiu, aumentando a colocação. A dívida mobiliária federal para

o Banco Central passou, portanto, de 649 bilhões, em março de 2003, para 760 milhões, em março de 2004; 17% a mais em termos nominais e 5% em termos reais.

Apesar de toda melhora fiscal, ainda temos déficit nominal. Por isso, a dívida aumenta, mesmo estando estável em termos do produto. Isto é, na medida em que há déficit primário em termos reais, há, portanto, conseqüente aumento da dívida, lembrando que o importante é a medida em relação ao produto.

Agora, indo ao cerne da pergunta de V.Exa., Deputado, o Banco Central obteve o resultado de 7 bilhões de reais, mas os mais importantes vieram não do carregamento de título do Tesouro, mas do *swap*, que obteve resultado positivo de 3 bilhões de reais, da área externa, e obteve resultado de 1 bilhão de reais etc. Em resumo, é o resultado, em última análise, da melhora dos fundamentos da economia brasileira.

Em relação à dívida externa líquida com percentual do produto, diria o seguinte: a dívida externa líquida em relação ao PIB caiu de 14,3%, em dezembro de 2002, para 12%, em dezembro de 2003, e para 11%, em março de 2004.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrado o primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, pelo Regimento, tenho direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra para a réplica.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Objetivamente, quando fiz comentário sobre o efetivo

cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, sinceramente, esperava uma atitude mais humilde, vamos dizer assim. V.Sa. deveria expor aqui os objetivos e as metas definidos na letra da lei. Deveríamos discutir

o impacto das políticas. Mas qual? Qual a queda do produto? Qual o crescimento do desemprego? Qual o custo fiscal? Não existe custo fiscal nas políticas econômicas e monetárias? Quanto se paga de juros? V.Sa. não se referiu a esses pontos na sua exposição. Isso não cria uma visão totalmente distorcida dos efeitos da política monetária creditícia e cambial?

Como nós, o Relator Pedro Novais apresentou todos esses pontos, quando da discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, sinceramente, todos esses pontos foram postos em debate com outros Presidentes do Banco Central e sempre se perguntou: como é mesmo que interpretamos o § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal? Como deve ser essa exposição? Pelo menos eu sentia essa preocupação anteriormente. V.Sa. se mostrou satisfeito em fazer uma exposição apontando indicadores econômicos genéricos.

Segundo ponto: o endividamento. Há uma lógica que tem de ser respondida e V.Sa. não o fez. Em 2002, quando a remuneração da Conta Única era de 18,61%, no primeiro semestre, e 18,51%, no segundo, assemelhada ao custo da Dívida Pública Mobiliária Federal no mercado, o Banco Central deu prejuízo de 17 bilhões, se não me engano. Segundo a exposição de V.Sa., não dá para saber o valor, pois temos apenas uma tabela.

Em 2003, a remuneração da Conta Única foi de 3,95%, no primeiro semestre, e 10,3%, no segundo semestre, muito abaixo do esperado. Isso não tem nada a ver com o resultado do Banco Central? Vou estudar mais sobre o assunto. Vou fazer esse levantamento com a brilhante assessoria da Câmara dos Deputados.

Sinceramente, na resposta que V.Sa. nos deu, lendo seu texto, eu não percebi. Depois, poderá haver uma resposta mais consistente.

Sr. Presidente, vou fazer um levantamento em relação ao crescimento do endividamento público brasileiro e não apenas da dívida. Sei que no Banco Central há ótimos técnicos. Mas todas as vezesque S.Sas.

fizeram uma projeção da relação dívida/PIB, desde 1999, na primeira audiência pública, nunca acertaram. Sempre aparecia a queda da relação dívida/PIB, e nunca acertaram. Vou trazer todos os dados. Temos em nosso arquivo todas as exposições feitas: *"Vai cair a relação dívida/PIB, vai cair até 2011, e tal e tal"*. Nunca se acertou.

Vamos tentar fazer um trabalho e trazer a público esse debate.

Quando V.Sa. diz que havia necessidade de o Tesouro emitir mais para pagar juros, já está incluído o pagamento de juros. Sr. Presidente, se V.Sa. quiser, eu lhe passo essas informações. É o endividamento mobiliário interno líquido, além das necessidades de amortização, rolagem e pagamento de juros, segundo os técnicos do Tesouro, para criar o colchão de liquidez. Qual a necessidade desse colchão de liquidez?

Na qualidade de membro da Comissão Mista, não estou satisfeito com as informações prestadas. Não sei se o mesmo acontece com os demais Parlamentares. Ouvimos uma bela exposição sobre política econômica, mas ainda temos dúvida em relação ao cumprimento do determinado na Lei de Responsabilidade Fiscal. E mais: por que o Tesouro tem esse tipo de comportamento?

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, sou entusiasta, admirador do Dr. Henrique Meirelles. Estou satisfeito com a atuação do Banco Central no que diz respeito à política econômica. Mas acho que S.Sa. poderia ser mais didático nas próximas exposições, como bem disse

o Deputado Sérgio Miranda.

Não foi à toa que especificamos na Lei de Responsabilidade Fiscal a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas. Os Parlamentares não são muito objetivos. Portanto, queríamos ouvir exposições objetivas.

Esperávamos que a avaliação do cumprimento dos objetivos seria feita da seguinte forma pelo Presidente do Banco Central: objetivo nº 1, tal; a avaliação do cumprimento: podemos cumprir por isso, por isso e por aquilo; não podemos cumprir por isso, por isso e por aquilo. Objetivo nº 2, e assim por diante. Metas: da mesma forma.

Repito, agimos didaticamente para evitar que assuntos estranhos à discussão fossem abordados aqui.

Creio que, como complemento, S.Sa. poderia fazer a mesma exposição, na minha opinião muito boa, instrutiva e ilustrativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Presidente do Banco

Central. **O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – Em primeiro lugar, agradeço ao Deputado Pedro Novais pelos elogios.

Vou procurar responder às perguntas.

Asseguro ao Deputado Sérgio Miranda que temos a maior preocupação em relação ao atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, razão pela qual temos ido tão profundamente na análise dos resultados das políticas monetárias e cambiais aplicadas pelo Banco Central do Brasil não só para o Governo como para a economia brasileira.

Por outro lado, o Banco Central adotou política de maior humildade e atenção. Asseguro ao Deputado que somos excelentes ouvintes – pelo menos gostamos de pensar assim – e fazemos o maior esforço para isso. Prestamos a maior atenção às observações do Deputado, inclusive em relação ao formato da apresentação. Tenha certeza absoluta de que nossa intenção é atender não só aos objetivos da lei, mas também os objetivos atuais dos Srs. Deputados.

Em relação à observação do Deputado Pedro Novais, agradeço a S.Exa., talvez eu apenas tenha a opinião de que os Deputados são bastante objetivos. Não há dúvida de que também estou atento à sua observação, à sua sugestão de como estruturar as apresentações, vincular os objetivos com os resultados, no sentido de ficar ainda mais claro para esta Casa.

Procuramos mostrar, com a maior clareza, os resultados das políticas efetuadas pelo Banco Central, não só na parte fiscal, mas, como foi mencionado pelo Deputado Sérgio Miranda, também em relação a empregos, nível de atividade econômica, inflação e parte externa. Tudo isso faz parte, evidentemente, dos objetivos do Banco Central, mas não há dúvida de que podemos dizer qual o resultado do objetivo da meta de inflação. Mostramos exatamente o comportamento da inflação, o objetivo da política cambial, os resultados, mas talvez possamos facilitar ainda mais o entendimento.

Em relação ao prejuízo do Banco Central, enfatizo novamente, Deputado Sérgio Miranda, dois pontos. Em primeiro lugar, temos a maior satisfação, o maior prazer de atender a qualquer solicitação de V.Exa. no sentido de informar e fornecer subsídios técnicos ou humanos aos quadros capacitados e brilhantes desta Casa no que diz respeito a esta análise. As portas do

Banco Central estão abertas a V.Exa. para discutirmos com mais profundidade.

Em relação à remuneração da Conta Única, V.Exa. estabelece que ela foi tal em 2002, que houve prejuízo, outra remuneração e volume. Digo novamente que o critério de remuneração da Conta Única não é responsável por resultados de lucros ou prejuízos do Banco Central, na medida em que é a taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, por meio de emissões do Tesouro em poder do banco. Isto é, tomamos a média dos nossos papéis em carteira, e isso define a remuneração da Conta Única.

Foi definido como resultado do Tesouro principalmente as ações deste, as taxas de juros definidas pelo mercado, o resultado do déficit nominal e todas as situações do País. Não é o resultado da Conta Única especificamente do Banco Central *versus* outro aspecto.

Em relação às projeções mencionadas por V.Exa., evidentemente não podemos julgar todas as projeções feitas. V.Exa. há de considerar que fazemos as melhores projeções possíveis. Por exemplo, se olharmos a projeção de inflação definida pela meta, finalidade principal do Banco Central, veremos que de novo a inflação dos últimos 12 meses converge para as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Portanto, dentro de critério aceitável por padrões internacionais de fixação e de avaliação de metas.

No que se refere ao Colchão de Liquidez, evidentemente é a definição técnica do Tesouro Nacional, visando estabelecer qual a melhor política de administração da dívida.

Precisamos também tomar um pouquinho de cuidado para não transformarmos a prestação de contas do Banco Central em prestação de contas do Tesouro Nacional, até porque o Banco Central não está intitulado nem capacitado, certamente, para apresentar prestação de contas ao Tesouro Nacional.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, quero concluir não fazendo observações, mas apenas lembrando que em 2003 V.Sa. também escreveu carta ao Ministro da Fazenda. A meta era 8,5% e foi de 9,3%. Só para frisar que não foi apenas em 2002, mas também em 2003.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Se o Deputado me permitir voltar ao assunto, com o devido respeito, só escrevemos uma carta. Não foram duas, de novo. Foi uma só. Em janeiro de 2003 escrevemos uma carta justificando a perda da meta de 2002. Nessa carta, propusemos o ajuste da meta de 2003 de 4%; depois, de 3,75% para 8,5%. Portanto, essa meta foi resultado da inflação medida de 2003 em cerca de 9,3%. Essa foi a carta que explicou a meta.

V.Exa. pode estar se referindo à carta de janeiro de 2004. Mas essa carta, desculpe, tinha caráter meramente formal, porque não foi escrita em razão da diferença de 9,3% para 8,5%. Ela foi escrita porque a meta formal ainda era de 4% e não tinha sido modificada. Caso tivesse sido modificada para 8,5%, Deputado, teria havido o intervalo de tolerância, e a inflação de 9,3% estaria dentro do intervalo de tolerância, o que significaria que a carta não teria sido necessária.

Por uma questão formal, repito: a carta explicava o fato de a inflação não ter sido dentro do intervalo de tolerância anterior. Isto é, 4% com 2,5%. Significa que ela foi acima de 6,5%. Ela simplesmente deu uma explicação na maior simplicidade. O Ministro tinha aceito, no ano anterior, a mudança da meta de 4%, com ajuste para 8,5%. Ela cumpriu meramente rito formal e foi enviada exatamente para cumprir determinação da lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tendo em vista que esta audiência pública é pertinente a várias Comissões da Casa, continuaremos agora o segundo grupo de inquirições. Assim, passo a Presidência ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Bornier.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, os mercados se agitaram ontem em razão – e já vinham se agitando antes mesmo, e o Brasil se agitou mais ainda – de o Sr. Alan Greenspan sinalizar que haveria aumento dos juros nos Estados Unidos para desaquecer a economia americana. Gostaríamos de estar nessa situação.

Ora, façamos o inverso agora. Precisamos que nossos juros baixem para aquecer nossa economia. E o remédio que o Banco Central adotou para manter a moeda brasileira estável foi exatamente manter a política de juros altos, que promove, inicialmente, distorção, porque quando aumentamos os juros, queremos tirar recursos que estão no mercado, ou que estão na mão do público, no meio circulante, para desaquecer a economia.

O resultado é que no ano passado o Produto Interno Bruto foi zero – menos de zero um pouco, mas zero -, com lucros excepcionais para o sistema financeiro. O resultado mais dramático foi o crescimento do desemprego.

A distorção que aparece nesse remédio monetário é a seguinte: quando fazemos a redução dos juros, os preços administrados – por exemplo, água, luz, telefone – não sofrem influência dessa queda, e há queda, portanto, do produto. Isto significa que os preços administrados não sofrem influência do remédio que o Banco Central aplica.

Daqui a pouco, por exemplo, o salário mínimo não comportará as contas de água, luz, telefone, porque elas cresceram excepcionalmente, não acompanharam a inflação. Está ocorrendo uma distorção, parece-me.

Há outra distorção com a adoção desse remédio dos juros altos sobre os produtos oligopolizados, cimento, ferro, brita, que atinge, sobretudo, a construção civil, grande geradora de empregos. Os preços desses produtos são cartelizados mesmo – pedi até a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar a cartelização desses produtos -, porque cartel comanda os preços. Tanto é que um promotor já entrou com ação contra essas indústrias no CADE.

Parece-me que essas são as duas distorções. Há também os produtos monopolizados, como, por exemplo, o petróleo.

Esse é um remédio que não me parece o mais apropriado, sobretudo porque diminuiu o Produto Interno Bruto. V.Sa. sabe que o combate à inflação se faz estruturalmente com o crescimento da produção. É a relação produto e dinheiro na mão do público que dá estabilidade. Estruturalmente é o que gera a estabilização, isto é, 1 real contra 1 quilo. É isso que dá estabilidade. Mas o Produto Interno Bruto caiu. Esse remédio, parece-me, distorce nossa economia.

Veja, Sr. Presidente, caminhando para os exemplos dos países civilizados, temos os Estados Unidos com juros reais de 0,4%; Inglaterra, 2,6%; Japão, 0,2%, e Alemanha, 1,5%. Todos com crescimento do produto. Alguém pode dizer que esses são países desenvolvidos. Então, vamos para os países...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Deputado Félix Mendonça, concedo-lhe mais 1 minuto para que V.Exa. conclua seu pronunciamento, por favor.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Temos o México, com 3,2%; Chile, 2,6%; China, 0,7%; Brasil, 13%, mas sabemos que está em torno de 10%.

Aplicar apenas o remédio monetário dos juros é a visão distorcida do problema brasileiro, porque os resultados são dramáticos quando o Produto Interno Bruto cai a zero e há desemprego.

Quando o operário não é chamado ao seu posto de trabalho, aumenta o déficit da Previdência. Enfim, há outras distorções quando o Produto Interno Bruto não cresce e queremos que cresça. Esse remédio tem de ser, pelo menos, dosado. Devemos caminhar para juros menores, de tal forma que aqueça a economia e corrija as distorções a que fiz referência. Pelo que vimos, todos os países estão com juros baixos.

Para concluir, farei uma analogia com a história do pai que vê o filho desfilando e diz: *"Todos estão com o passo errado. Meu filho está com o passo certo"*. Os países civilizados, com economias avançadas ou emergentes, estão com juros baixos e, no Brasil, temos juros estratosféricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, Deputado Nelson Bornier, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, senhoras e senhores, meus cumprimentos.

Dr. Henrique Meirelles, reafirmo minha admiração por V.Sa., a forma como se posiciona à frente do Banco Central. V.Sa. tem honestidade de propósitos e tenta fazer o melhor possível. Entendo também que há muitas dificuldades. Quase tudo já foi dito nos brilhantes questionamentos e posicionamentos dos Srs. Deputados, que praticamente esvaziaram o rol de perguntas.

V.Sa. tem convicção, confia que essa é, efetivamente, a política monetária correta para o País? Não acha que estamos como o cachorro que corre atrás do rabo, o atleta que corre sobre uma esteira, sem sair do lugar?

Dr. Henrique Meirelles, na previsão do PPA e da LDO, estimava-se que a dívida líquida do setor público estaria em 69% do PIB. Tínhamos um PIB de 1 trilhão, 933 bilhões de reais e, para 2005, na LDO que está no Congresso Nacional, a relação dívida/PIB é da ordem de 57,9% para um PIB estimado, no ano que vem, em 1 trilhão, 814 bilhões de reais. Ou seja, trabalhamos em 2003 com a superestimação do PIB. Na realidade, o Governo vem fazendo reestimativas mais realistas. A dura política monetária que V.Sa. vem realizando à frente do Banco Central impossibilita o País de crescer. As pessoas têm de perceber o quanto é importante a política macroeconômica, porque é ela que determina a microeconômica, o preço do feijão, quanto o trabalhador vai pagar pelo arroz. Os brasileiros não sabem da importância da Presidência do Banco Central, do cargo que V.Sa. ocupa. É mais importante do que eles imaginam. V.Sa. é o responsável pelo controle da inflação em nosso País.

Estamos correndo sem sair do lugar. Lamentavelmente, os números que V.Sa. traz são promissores, mas aquém dos da Argentina, por exemplo, que deu o calote, disse que não pagaria a dívida, enfrentou o sistema financeiro internacional, e agora se recupe-

ra a taxas 3 vezes maiores que as estimadas para o Brasil este ano.

Já se falou do bom menino, que faz o dever de casa. Volto a perguntar a V.Sa. O ano de 2003 foi caracterizado pela bonança internacional. Os países desenvolvidos reduziram suas taxas de juros. O Brasil aproveitou para reduzir o perfil de sua dívida, indexada ao dólar. Poderia até ter avançado mais e aproveitado o momento. Como vai ser, agora que o Banco Federal Americano está prestes a aumentar a taxa de juros básica nos Estados Unidos? Será que, automaticamente, teremos de induzir o aumento do câmbio no Brasil, a taxa de juros, para que o mercado possa confiar no Governo? Continuaremos a fazer o jogo do capital, dessa roda, que só prejudica o crescimento do País?

Em março deste ano, o IBGE verificou aumento do desemprego na ordem de 12,8%, imediatamente abaixo do mais alto índice de desemprego do ano passado, de 13%. V.Sa. falou na recuperação do emprego. O Deputado Sérgio Miranda também se referiu a esse tema. Não quero tratar dessa questão, mas é fundamental que V.Sa. traga a esta Casa alguns números comparativos entre o crescimento da oferta de empregos e o desemprego em nosso País, o número de postos de trabalho que estão sendo desativados.

Gostaria que V.Sa. falasse de um tema extremamente caro. Primeiro, o lucro dos bancos, em 1999, foi da ordem de 18%. Em 2003, até setembro, estava na ordem de 38%. O *spread* bancário continua sendo um dos principais problemas para a oferta de crédito em nosso País. Gostaria de saber que medidas V.Sa. está tomando para reduzir esse *spread* de imediato, para que a população possa tentar buscar, no mercado financeiro, empréstimo para tentar reativar a economia do nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman, terceiro inscrito neste bloco.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, Srs. Presidentes das Comissões, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, V.Sa. está aqui por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é concessão do Executivo nem exigência do Legislativo. É uma decisão de lei.

V.Sa. nos traz um relatório. Quero, em primeiro lugar, ressaltar que observei nesse relatório que a base de referência muda de tabela para tabela. Em certos momentos, a base é janeiro de 2003, em outros é maio de 2003, ou junho de 2003 e até janeiro de 2002 ou janeiro de 2000. A impressão que se tem é que se procurou estabelecer tabelas e bases iniciais de comparação que dessem visibilidade de algo um pouco mais otimista e melhor. Pelo menos essa é a sensação que tiramos da visualização das tabelas.

Em segundo lugar, seria importante, uma vez que as tabelas foram apresentadas sobre várias questões macroeconômicas, que outras também fossem explicitadas, e não o foram. O encaminhamento da relação dívida/PIB seria fundamental aqui. O déficit nominal, que aumentou, em 2002, de 4,58% para 5,22%, em 2003, é um dado fundamental. Ainda assim, verificando as tabelas, o que se pode concluir é que existe certa perda de fôlego da política implementada pelo Governo Federal. Isso pode ser observado pelos gráficos apresentados.

Vê-se que o risco Brasil, por exemplo, cai até janeiro; a partir daí, tem certo crescimento, sem levar em conta os episódios de ontem, específicos da crise que elevou a 670 o risco Brasil – que, evidentemente, não consta desse gráfico.

Se verificarmos outro gráfico, o da Taxa de Juros de 360 dias, também vamos observar que houve queda até janeiro; a partir daí, não houve mais queda. Há até certa elevação da taxa de juros de 360 dias. Depois do final do ano passado não existe mais queda da taxa de juros, que é fundamental para a economia. É nela que se baseiam as empresas.

Na taxa de juro real, de 2003/2004, também se verifica que cai até dezembro de 2003, mas, a partir daí, se mantém, sobe e desce, sobe e desce e sobe. E se mantém absolutamente constante, em torno dos 9 a 10% de juros real. Portanto, mais uma demonstração de que perdeu fôlego.

Se verificarmos mais adiante a tabela das Vendas no Varejo, veremos que a comparação é feita entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2003. Do primeiro bimestre de 2004 para o primeiro bimestre de 2003, com crescimento até modesto, pegando-se, no momento, uma base muito baixa de vendas que foi o primeiro bimestre do ano passado.

Na tabela da Massa Salarial Real na Indústria também vai-se verificar crescimento a partir de junho. Tomando-se por base junho de 2003, com índice 100, há crescimento até novembro, depois há praticamente uma estagnação.

São alguns dos dados que anotei para, mesmo com os gráficos apresentados, concluir que esse modelo se esgotou. Ele serviu para enfrentar o período do processo eleitoral que culminou com a eleição de Lula, do projeto político histórico do PT, que, evidentemente, fez com que tivéssemos todos aqueles índices do segundo semestre de 2002, início de 2003, cumprimento dos contratos, tudo aquilo que levou à subida daqueles índices.

Se esse modelo serviu para evitar o pior e superar aquele momento do período eleitoral, não serve mais para enfrentar o futuro, conforme nos demonstram as tabelas apresentadas por V.Sa. A prova maior disso é o resultado social. Os dados da economia podem ser pesados, medidos e sentidos pelos resultados sociais, como o desemprego, o nível do salário médio, a capacidade aquisitiva da população e o próprio sentimento do povo.

Dados concretos mostram que o País enfrentou momento de dificuldade e não houve o desastre previsto por alguns. Não vou afirmar que o País vai bem, como na época da ditadura quando diziam que o País ia bem e o povo ia mal. O País pode ter superado momentos difíceis, mas não vai muito bem e o povo, sem dúvida, vai muito mal.

A minha conclusão é que esse modelo, se serviu para enfrentar determinado momento, não serve mais para pensar no futuro deste País.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Proponho à Mesa que faça blocos de 6 oradores ao invés de 4 em razão do relativo esvaziamento da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Discutimos isso neste exato momento.

Vamos ao quarto inscrito desse bloco, Deputado Ricardo Barros, e, depois, seguiremos a proposta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Peço autorização a V.Exa. e licença ao Presidente Henrique Meirelles para me ausentar, pois tenho reunião do partido para discutir a COFINS, que pretendemos votar hoje à tarde.

Peço desculpas por não estar presente no momento das respostas, mas as lerei posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – O último inscrito desse bloco é o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, digníssimo convidado, Presidente do Banco Central, temos sempre realizado debate muito rico nesta Comissão, que tem tido grande responsabilidade no acompanhamento e na solução das questões orçamentária e fiscal, que consideramos as mais importantes.

A explanação do Deputado Sérgio Miranda ensejou debate muito técnico, mas necessário; precisamos discutir efetivamente os custos. Percebi que sua exposição, Presidente Henrique Meirelles, foi de alto impacto ao ressaltar o lado positivo da ação do Banco Central. Isso é um bom remédio, como percebi, com bons efeitos, mas os efeitos colaterais não foram devidamente informados. E é justamente para esclarecê-los que devemos ampliar nossa discussão.

É como o encantador de serpentes, é uma atividade de alto risco. Se as notas forem harmônicas, você tem a serpente bela, bem posicionada, pronta para o ataque mas sob controle; mas qualquer desafinada a picada é fatal. Percebo que devemos discutir de forma mais adequada os efeitos colaterais, o custo fiscal e o impacto das ações do Banco Central, como informa a Lei de Responsabilidade Fiscal, já destacada pelos Deputados Pedro Novais e Sérgio Miranda.

Observo que os dados são positivos, embora alguns devam ser questionadas. Estamos com superávites excessivos que prejudicam o investimento interno e, conseqüentemente, a geração de emprego e o pagamento de impostos. Embora a voracidade do Governo tenha se manifestado de maneira muito acentuada, embora o compromisso de aumentar a carga fiscal, as ações práticas do Governo sejam todas no sentido de arrecadar mais, os valores arrecadados a mais não estão sendo devidamente aplicados para o desenvolvimento do País. Não estamos vendo isso ocorrer. Vemos um excessivo zelo, uma excessiva cautela, uma excessiva reserva, e os gastos não acontecem.

E não acontecem por duas razões básicas. Primeiro, porque realmente não há vontade política do Governo de investir agora; vai investir no ano seguinte para turbinar seus novos Prefeitos que apoiarão o partido do Governo nas eleições municipais; mas também porque o investimento que não está acontecendo gera esse excesso de confiança do mercado em nosso País. Deveria assim ser, embora nossa taxa de Risco ainda seja muito elevada e os juros muito altos. Com todo esse esforço de bilhões a mais de arrecadação e de reserva para pagamento de juros, poderíamos já estar numa situação mais confortável no que se refere à confiança do investidor.

Informo ao Sr. Presidente desta Comissão conjunta, Deputado Nelson Bornier, que estou apresentado à Mesa o seguinte requerimento:

"Considerando o que dispõe no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz com clareza: 'O Banco Central apresentará, em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes ao Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas

monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal (...)'".

Essa parte está faltando na exposição. Então, peço neste requerimento que seja agendada nova reunião das Comissões Temáticas para que se cumpra o determinado na Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de que possamos vir aqui receber a exposição necessária, ou seja, o que o Governo está fazendo e quanto isso custa para o País, qual o impacto. Isso é importante. É claro que há medidas muito boas, mas e o desemprego e o custo dessas operações?

Gostaria muito de que cumpríssemos a lei. Louvo o Presidente Henrique Meirelles, que foi um grande vendedor, vendeu nesta Comissão, de forma bastante boa, a ação do Governo Lula. Comparou dados anteriores de nossa política, mas, evidentemente, não se mudou muita coisa. Percebe-se que o susto da eleição de Lula e a expectativa de que fosse cumprir o que dizia, e não o que mercado mandava, é que provocou aquele impacto no fim de 2002. Mas fora o susto provocado pela eleição do Presidente Lula, nada mais mudou. Estamos ainda naquela política do Ministro Pedro Malan, do controle monetário, do aperto fiscal, do controle da moeda, da estabilidade, que geraria condições para o crescimento.

Sr. Presidente, não quero fazer indagações ao Presidente do Banco Central, porque ele já foi questionado por vários companheiros, e as perguntas que eu teria a fazer acabaram sendo, de alguma forma, respondidas. Gostaria que o V.Exa. colocasse nosso requerimento em apreciação.

Efetivamente, precisamos debater a questão e não apenas discutir o remédio e seus efeitos, mas também os efeitos colaterais que são muito graves. O índice de desemprego está muito alto; temos recessão efetiva no País; não há investimentos externos; os investidores externos não acreditam no modelo para o setor elétrico da Ministra Dilma Rousseff, não acreditam na forma do nosso marco regulatório; o Governo faz questão de diminuir o poder dos agentes reguladores e, ao mesmo tempo, convida os empresários para a parceria público-privada, ou seja, ser nosso sócio. Só que, se houver algum problema, quem vai resolvê-lo somos nós mesmos. Ninguém vai aceitar sociedade nessas condições.

Tecnicamente falando, temos de refazer a audiência, porque deste início correto, ou seja, da exposição dos resultados, dos custos e efeitos, enfim, a partir desses resultados é que poderemos fazer um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Encerrado esse bloco, quero dizer ao Deputado Ricardo Barros que estou de pleno acordo no que diz respeito ao § 5º do art. 9º da Lei Complementar. Estou passando seu requerimento à Secretaria da Comissão para protocolar e, conseqüentemente, colocar na pauta da próxima reunião da Comissão.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, vamos responder ao Deputado Félix Mendonça. S.Exa. se refere ao porquê do aumento de juros nos Estados Unidos. O possível aumento dos juros nos Estados Unidos decorre de diversos fatores e fere o atual aumento das taxas de juros dos títulos americanos, que diz respeito a um possível aumento das taxas do FED, taxa base. E esse possível aumento da taxa do FED diz respeito ao aquecimento da economia americana e à possível subida da inflação, em razão exatamente do crescimento da economia que atinge patamaresimportantes. É isso que a autoridade monetária americana tem sinalizado.

Em relação à manutenção da política de juros altos no Brasil, quero enfatizar, mais uma vez, inclusive isso é objeto também de outras perguntas, que as taxas de juros no Brasil têm caído nos últimos meses, inclusive nos últimos anos. Mostrei que partiu de um patamar de juros reais de cerca de 20%, entre 1997, 1998 e 2000, e está caindo para patamares abaixo de 10%. Portanto, existe queda gradual da taxa de juros no passado e no presente. Isso é uma evolução da situação atual do Brasil.

Todos desejamos uma taxa de juros no futuro mais baixa, mas de novo isso tem de se adequar às condições do País. As taxas de juros do mercado, principalmente, não são definidas pelo Banco Central, são definidas pelas condições. Houve momentos no passado que tivemos taxas de juros base parecidas ou similares às atuais e taxa de juros de mercado muito maior que a taxa de juros que de fato influencia a atividade econômica.

Em resumo, a melhora dos fundamentos do Brasil, a melhora da credibilidade, a melhora das contas públicas, tudo isso é que vai levar, ao longo do tempo, à diminuição gradual da taxa de juros.

Em relação à inflação, quero dizer que já houve no passado momentos em que a inflação foi muito alta e o crescimento foi muito baixo ou negativo. É importante que separemos taxa de juros, inflação e crescimento. Já mostrei que a taxa de juros pode cair em razão da melhora dos fundamentos da economia, da melhora da credibilidade. Agora, inflação alta não leva a crescimento. O Deputado deve considerar que se inflação alta levasse ao crescimento, o Brasil seria hoje um dos países mais ricos do mundo, à medida que tivemos taxas de inflação bastante elevadas no passado.

Em relação ao Produto Interno Bruto, Deputado, estamos todos trabalhando para o mesmo crescer. Nossa finalidade é essa. E é exatamente por isso que a estabilidade de preços é fundamental. É importante que, com estabilidade de preços, o País possa crescer de forma sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Com a palavra o Deputado Félix Mendonça, para a réplica.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Questionei também com relação aos preços administrados – água, luz, telefone -, que não sofrem influência dos juros, porque estão atrelados a contratos e não apenas à oscilação dos juros, que são altos exatamente para manter a inflação baixa. Mas esses preços não sofrem influência, não são comprimíveis em razão de contratos anteriores. Citei, inclusive, os produtos oligopolizados – cimento, ferro, brita -, que influenciam na construção civil, grande gerador de empregos. Citei o petróleo, que também não está indexado e não tem nenhuma influência nessa política monetária dos juros altos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES -Em relação ao meu próximo ponto, os preços administrados, menciono que eles evoluem segundo diversos critérios. Aqueles aos quais o senhor se refere, que são administrados por contratos, muitos deles têm contratos baseados em índices de inflação. Portanto, têm influência indireta na política monetária, na medida em que a inflação, que regula esses contratos, tem, certamente, influência na política monetária.

Em relação aos oligopólios – evidentemente extrapola a ação do Banco Central -, é uma questão do CADE verificar que a competição seja aplicada de forma mais eficiente no Brasil.

A experiência diz que a política monetária é hoje aplicada de forma mais eficaz quando usa a taxa de juros como instrumento de política monetária básica do Banco Central. Em resumo, outras formas de aplicação de política monetária, como a fixação de taxa de câmbio ou controle de agregados monetários no passado, já foram abandonadas porque não se mostraram eficientes. E hoje o sistema de metas de inflação é o mais moderno e mais eficaz no mundo, e o Brasil tem sido conhecido pela aplicação eficiente e com sucesso desse método.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Fico na esperança de que o Produto Interno Bruto cresça, que a inflação caia mais e os juros também caiam.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Deputado, estamos todos com essa esperança e com esse objetivo. Essa é a nossa finalidade, posso lhe assegurar.

Deputado Pauderney Avelino, em primeiro lugar, concordo com sua definição de que as perguntas e declarações dos demais Deputados foram brilhantes. V.Exa. tem preocupações muito importantes, a exemplo daquela no sentido de que todos nós, no Brasil, estamos muito ansiosos para crescer mais, muito ansiosos, usando sua expressão, para sair do lugar. Queremos, de fato, progredir. Portanto, digo a V.Exa. que temos essa preocupação, essa ansiedade e sabemos que o Brasil precisa sair da situação pela qual passou nas últimas décadas.

A experiência mostra que o sistema de arrancadas e freadas por que o Brasil passou nas últimas décadas não levou a um crescimento médio aceitável, tanto que é objeto da nossa preocupação. Portanto, a finalidade da nossa política hoje é exatamente criar condições para o crescimento sustentado. E isso será medido no devido tempo pelos diversos índices econômicos, seja

o índice de crescimento, certamente, seja o índice de inflação, os indicadores externos, de exportação, por exemplo, os indicadores da dívida pública etc. Esses indicadores que nos levam a concluir, depois de certo tempo, se estamos caminhando, se estamos saindo do lugar ou não.

E o que procurei mostrar foi exatamente que estamos progredindo, sim, diversos indicadores caminham nessa direção. Várias perguntas endereçaram pontos similares. Vou mostrar novamente alguns dos índices referentes, por exemplo, à massa salarial real na indústria, como está evoluindo, a criação de empregos, além do Produto Interno Bruto.

Em resumo, a economia, na nossa avaliação, caminha na direção correta, o País começa a se mover, a sair do lugar, realmente, e os diversos indicadores mostram exatamente isso.

Assim como V.Exa., estamos muito preocupados como vamos fazer para ter certeza de que não é um movimento fugaz, de arrancada e freada. Como vamos continuar a crescer, ano após ano, de maneira que daqui a algum tempo possamos olhar para trás e dizer: Foi feita uma diferença no Brasil. Essa é exatamente a finalidade principal da nossa política econômica.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Permita-me, por favor, quero aditar meu questionamento a V.Exa., dizendo o seguinte: em razão dessa política que temos hoje no País, que deveria, a meu ver, ser de desamarração do desenvolvimento, perdemos posições no *ranking* internacional das economias. Hoje somos a décima quinta; éramos, há 2 ou 3 anos, a oitava economia do mundo. E no ritmo que vamos, provavelmente deveremos cair este ano, em razão da desvalorização cambial, do não-crescimento do nosso

produto interno, 1 ou 2 posições. Lamentavelmente, esta é a constatação que fazemos. É nisso que centro meu questionamento e gostaria que V.Exa., os seus diretores e o Conselho Monetário Nacional levassem em consideração que há vida inteligente além dessas propostas que temos aí.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Certamente, Deputado, tenho absoluta concordância com a sua preocupação e com o seu sentimento em relação às perdas de posição do Brasil. Não discordamos em relação a isso. O que é importante mencionar é qual o caminho para sairmos dessa situação.

No Brasil, já tentamos muita coisa. Eu não diria que tentamos de tudo, porque talvez possa haver alguma coisa que não foi feita, mas já tentamos congelamento de preços, moratória externa, confisco de poupança, uma série de coisas que, de fato, não deram certo.

Menciono que estamos criando as condições para que possamos recuperar essas posições. Por isso mostrei com tanta clareza a melhora dos fundamentos básicos da economia brasileira. Com a melhora dos fundamentos da economia, com a melhora, inclusive, dos ritmos de atividade, como mostrei, aí, sim, vamos, com o tempo, com a estabilidade monetária, com a disciplina fiscal, com inversão da trajetória da dívida, com maior eficiência, portanto, em conseqüência, da economia brasileira, vamos ter, com o tempo, aumento do crescimento potencial da economia brasileira e vamos crescer de forma que se reflita favoravelmente não só para a população brasileira, mas em comparação com os demais países.

Por exemplo, V.Exa. mencionou alguns números de queda de juros em outros países, dizendo que o ano passado foi um ano em que os juros caíram. Não necessariamente no ano passado, mas houve um período de juros baixos. Eu gostaria de dizer, como mostramos aqui, que a taxa de juros caiu substancialmente no Brasil nos últimos 14 meses. Quando assumimos, a taxa de juros do mercado estava acima de 30% ao ano. Hoje, a taxa de 12 meses está abaixo de 16% ao ano. Portanto, houve queda importante das taxas de juros no Brasil. E a taxa de juros real hoje, essa taxa de juro do mercado de 12 meses, descontada pela inflação prevista nos próximos meses, de novo, é a mais baixa desde a inserção do Plano Real; agora, de novo, dentro das condições de responsabilidade, dentro das condições de absoluta e estrita aderência do Banco Central à sua responsabilidade principal que é trazer a inflação para a trajetória de metas de forma consistente.

É muito importante, nobre Deputado, olharmos para o passado e ver que a alta inflação, em nosso País, não gerou crescimento. Diria que em país nenhum gerou crescimento. O melhor que pode fazer o Banco Central para o País é manter a estabilidade de preços, definidos pelo Conselho Monetário Nacional, dentro do regime de metas. Isso, sim, dará oportunidade de o País crescer.

Se inflação gerasse crescimento, repito, o Brasil já teria resultado muito diferente diante da nossa história. É muito importante fixar esse ponto. Em relação a isso diria que não é resultado desta política o fato de o Brasil enfrentar dificuldades hoje. O Brasil teve uma política, de fato, bastante diversificada nos últimos 20 anos, que levou a esse resultado que temos.

Respondendo à sua pergunta, acreditamos, sim, que essa seja a política adequada para o Brasil, acreditamos, sim, que o País tem de crescer baseado em regime de disciplina fiscal, porque o crescimento da dívida vai levar somente ao crescimento dos juros, de custos e maiores problemas. Portanto, o País tem de ter, sim, um regime de disciplina fiscal, caso contrário não conseguiremos crescer, não vamos ter disponibilidade de recursos para investir, porque a dívida pública, cada vez mais, absorveria parcelas substanciais da poupança nacional. Em segundo lugar, sim, o regime de estabilidade de preços é o regime mais eficaz para que possamos crescer.

Além do mais, V.Exa. referiu-se ao aumento do desemprego. Talvez possa voltar com algumas transparências que fizemos, que mostram alguns exemplos importantes. Vou mostrar que o índice de emprego formal, que estava pouco acima de 100, em junho de 2003, agora, em fevereiro de 2004, está acima de 102. O índice de emprego formal reflete exatamente um indicador social, conforme demandado por S.Exa. O Brasil está com aumento no índice de emprego formal.

Existe uma dúvida absolutamente legítima no seguinte aspecto: mas o desemprego aumentou? Perfeitamente. Primeiro, por um fator sazonal, no início do ano. Segundo, é importante definir como são medidos esses aspectos. Quer dizer, é possível ter aumento do emprego formal e, ao mesmo tempo, aumento do desemprego? Certamente, é possível. Está ocorrendo. De que forma? A população economicamente ativa cresceu de forma importante no último trimestre. Por que isso? Porque número maior de pessoas procura mercado de trabalho. Número de pessoas superior àquele que estaria procurando mercado de trabalho em razão do crescimento populacional e das pessoas em idade economicamente ativa.

Portanto, o que existe é esperança maior da população, de um lado, de que a economia está retomando seu crescimento e, em conseqüência, mais pessoas procuram mercado de trabalho, o que leva a esse fe-

nômeno. Mas o importante, isso sim, é o aumento do índice de emprego formal. E isso está ocorrendo claramente neste momento.

Se verificarmos a massa salarial na indústria, por exemplo, veremos que cresceu de forma importante em novembro. Houve pequena queda em janeiro e voltou a crescer em fevereiro. Em resumo, houve aumento da disponibilidade de salários pagos aos trabalhadores.

Em sua última pergunta, S.Exa. questiona sobre as medidas referentes ao *spread* bancário. O *spread* bancário é o resultado de uma série de fatores e começa, por exemplo, com a competição.

Nesta Casa, está em andamento um projeto que define muito bem as responsabilidades do CADE e do Banco Central na implementação de maior concorrência no sistema. Se aprovado, será relevante instrumento para dar maior transparência e competitividade cada vez maior ao sistema financeiro com o *spread* bancário cada vez menor.

Existem outras questões importantes referentes, por exemplo, à possibilidade de perdas de crédito.

É fundamental a discussão, que também se realiza nesta Casa, em relação à lei de concordata e falência.

Na parte de risco, está em andamento no Banco Central um projeto de implementação de uma central de risco, que vai permitir, no futuro – estamos trabalhando nisso juntamente com a Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça -, a portabilidade do cadastro, a portabilidade do histórico de crédito. Tal medida vai permitir que as pessoas transfiram facilmente suas contas de um banco para outro, o que propiciará maior poder de negociação ao consumidor.

Em relação à concorrência, existe ainda a aprovação de novas instituições: as cooperativas decrédito. É algo novo, já aprovado por este Governo, que também vai permitir maior competição.

Em resumo, podemos ter uma discussão específica sobre esse aspecto, porque sei que há diversas outras perguntas, mas apenas gostaria de dizer que se está trabalhando muito nessa área.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Desejo que V.Exa. me responda sobre o *spread* bancário, que tanto interessa a esta Casa.

O Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, criou uma Subcomissão Especial para tratar dessa questão e dar continuidade àquela outra Subcomissão que já existia, exatamente para que possamos trabalhar na redução do *spread* bancário. O assunto preocupa o nobre Deputado Gonzaga Mota.

Indaguei a V.Sa. como o Banco Central brasileiro vai reagir com o eventual aumento da taxa dos juros nos Estados Unidos, mas V.Sa. ainda não tocou no assunto.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

Certamente, o Banco Central do Brasil leva o cenário externo em consideração, mas ele tem um modelo de atuação que leva em conta grande número de fatores, que têm impacto na economia brasileira, e mensalmente toma decisões baseado nesse modelo de análise, em que fatores externos são um dos componentes, mas não necessariamente o componente preponderante.

Em resumo, o Banco Central tem um sistema de metas e o objetivo de perseguir a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, e faz sua política monetária tendo em vista essa meta. Portanto, não existe uma resposta padrão: se o FED americano fizer isso, o Banco Central do Brasil vai fazer aquilo. De um lado, não existe correlação de causa e efeito nesse aspecto. De outro, é importante mencionar que esse movimento nos Estados Unidos é preanunciado há bastante tempo; é conhecido e esperado.

Portanto, os mercados estão reagindo de maneira bastante clara em relação a isso, de modo que o grande objetivo declarado pelo Banco Central americano é que esse movimento esteja refletido nos preços, quando ele ocorrer de fato. Se eles vão ter sucesso nisso ou não, só a história dirá. O fato concreto é que esse e uma série de outros fatores são observados pelo Banco Central do Brasil.

Não existe uma resposta específica para sua pergunta.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Não preocupa o Banco Central brasileiro esse eventual aumento dos juros nos Estados Unidos?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O Banco Central do Brasil se preocupa com todos os fatores, não só com a taxa de juros do Banco Central americano. Nós nos reunimos 2 dias por mês no Comitê de Política Monetária e nos preocupamos intensamente – posso lhe afirmar, Sr. Deputado – com todos os fatores que afetam a economia brasileira, inclusive esse.**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Bornier) – V.Sa. pode dar continuidade à pergunta do

Deputado Alberto Goldman.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Vamos passar à pergunta do Deputado Alberto Goldman.

Em primeiro lugar, quanto ao fato de a base de referência algumas vezes ser em maio, em junho, em julho etc.

Quando se está demonstrando um fenômeno, é importante explicitar os dados que melhor o caracterizem.

Dito isso, deixamos muito claro que, no primeiro e no segundo trimestres de 2003, houve contração de produto e diversos indicadores. Procuramos demonstrar claramente a evolução dos índices dos indicadores econômicos a partir daquele momento, isto é, a partir do terceiro trimestre do ano passado.

Há uma pergunta do Deputado sobre a dívida pública líquida sobre o produto.

Desejamos mencionar que ela passou de 58,7%, em dezembro de 2003, para 57,4%, em março de 2004. A projeção de dezembro de 2004, com o parâmetro de mercado, é de 57,5%.

O Deputado também mencionou o déficit nominal e perguntou sobre sua evolução.

O déficit nominal, em 12 meses, caiu de 6,38% do Produto Interno Bruto, em setembro de

2003, para 4,4%, em março de 2004. A projeção de dezembro de 2004 é que chegue a 2,9%. Em resumo, estamos calculando o déficit nominal nos últimos 12 meses, dando, portanto, os 12 meses encerrados nesses diversos momentos.

O Deputado Alberto Goldman salientou que a economia estaria perdendo o fôlego e citou vários índices, que mostraram continuada melhora depois de certo momento.

Na atividade econômica, em nenhum lugar do mundo, não há evoluções lineares, quer dizer,uma reta que siga sempre a mesma direção. É normal, na atividade econômica, períodos de maior aceleração, períodos de correção, períodos de arrefecimento.

Em homenagem ao Deputado Alberto Goldman, vou mostrar novamente a evolução do emprego industrial em São Paulo, Estado de origem de S.Exa.

O gráfico mostra claramente que continua a haver evolução, que se iniciou a partir de setembro de 2003, e crescimento continuado não só até novembro e dezembro, como mencionado pelo Deputado, mas claramente com evolução extremamente favorável também em janeiro e fevereiro.

Nessa projeção há claramente uma evolução do emprego industrial em São Paulo.

Portanto, gostaríamos de tranqüilizar o Deputado Alberto Goldman, no sentido de que, na avaliação do Banco Central, este modelo não perdeu o fôlego. Ele continua firme, continua dando resultados, e a economia continua em processo de recuperação.

Passo à pergunta do Deputado Ricardo Barros, referente ao custo da política monetária, do ponto de vista fiscal e de geração de emprego. S.Exa. nos solicita resposta clara. Do ponto de vista fiscal, inclusive com a inflação cadente no Brasil, a dívida nominal cresce, evidentemente, além de o Brasil ainda ter déficit nominal.

Dito isso, do nosso ponto de vista, é importante a adoção de medidas relativas à dívida e, portanto, ao custo fiscal. Nesse aspecto, novamente o déficit nominal de 12 meses caiu de 6.38% do PIB medido em setembro de 2003 – 12 meses antes – para 4.4%, medido em março de 2004, com projeção para dezembro de 2004 de 2.9% do PIB. Este quadro mostra que o custo fiscal dessa política tem tido encaminhamento favorável.

Se observarmos o custo fiscal do ponto de vista da dívida pública sobre o produto, veremos que o mesmo ocorre: ela passou de 58.7%, em dezembro de 2003, para 57.4%, em março de 2004, e mantém projeção de relativa estabilidade até o fim do ano. Esse dado refere-se ao custo fiscal da política implementada.

Em relação ao emprego, enfatizamos que há evolução. Este gráfico apresenta a massa salarial real na indústria, como projetada a partir de junho do ano passado; o emprego industrial em São Paulo, por exemplo; e o índice de emprego formal no País, segundo o Ministério do Trabalho. Portanto, existe também essa medida, resultado da política implementada.

Quanto aos efeitos colaterais dessa política, acredito que já foram devidamente endereçados, pois a maior preocupação, e com muita razão, é a implementação de uma política de desinflação, que visa a estabilizar a economia, o que em alguns momentos pode gerar custos do ponto de vista de geração de emprego e crescimento econômico. Mas acabamos de endereçar a evolução desses indicadores a partir do momento em que o Brasil saiu da crise que se estabeleceu em 2002.

Quanto ao efeito colateral da recessão efetiva, com o devido respeito a S.Exa., nossos indicadores não mostram que o Brasil está em recessão, definida por queda do Produto Interno Bruto. Os indicadores dos últimos 2 trimestres apontam modesto crescimento no terceiro trimestre e importante crescimento no último trimestre do ano passado. Ainda não temos dados referentes ao primeiro trimestre deste ano.

Em relação à falta de investimento externo e ao marco regulatório, independentemente do grande esforço que está sendo feito, evidentemente não cabe à política monetária influenciar nas questões referentes à sua regulação.

Mostramos que existe recuperação do investimento externo, que atingiu patamares mínimos de cerca de 300 ou 400 milhões de dólares/mês, no meio do ano de 2003. No final de 2003 estava em patamares mais elevados e atingiu o total de 10 bilhões de dólares. A previsão para 2004 é de 13 bilhões de dólares.

Esses patamares são menores do que os do final da década de 90. Mas é importante observar que

aqueles números foram altamente influenciados pelo processo de privatização. Portanto, na inversão de máquinas e equipamentos não há queda tão importante. Temos visto uma margem de recuperação importante do fluxo de investimento externo.

Destaco que o fluxo de investimento externo também é muito influenciado pelas condições gerais da economia mundial, mas no País a tendência é positiva.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, desejo fazer uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Agradeço ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a excelente explanação.

Quanto aos dados fornecidos relativamente ao aumento da dívida nominal, temos informações concretas que não constam desses gráficos. Por isso, quando peço nova agenda para discutirmos este assunto, é para que os pontos positivos e negativos sejam igualmente apresentados e possamos debatê-los.

Agradeço a V.Sa. a tão esclarecedora exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Sr. Presidente do Banco Central, ainda há 11 oradores inscritos. Atendendo à sugestão do nobre Deputado Claudio Cajado, chamarei 6 e posteriormente 5, a fim de que todos se pronunciem.

Citarei os nomes do 6 Deputados, pela ordem: Osório Adriano, Fernando Coruja, Claudio Cajado, Colbert Martins, Carlito Merss e Osvaldo Coelho.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osório Adriano.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Sr. Presidente, não quero cansar o palestrante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – A pergunta de V.Exa. é sempre bem-vinda.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Quero fazer duas afirmativas.

Ao iniciar sua palestra, o Sr. Presidente do Banco Central referiu-se à reconquista da confiança. Na realidade, o gráfico da página 7 é bem claro: havia desconfiança em relação a quem seria eleito; e, em novembro de 2002, o resultado da eleição elevou a taxa da inflação. Posteriormente, verificou-se que a situação poderia não ser tão grave, e a indicação de V.Sa. para o Banco Central é um dos exemplos. Fora disso, a inflação segue a tendência do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Por gentileza, eu gostaria de ver o gráfico sobre o índice de emprego formal. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, esse gráfico bem denota o crescimento do emprego formal. No entanto, existem outros fatores que influenciam muito.

Militei na área empresarial por mais de 40 anos. Posteriormente, vim exercer meu mandato na Câmara dos Deputados e meus filhos assumiram os negócios. Isso não significa número de empregos inteiramente, mas é claro que existe e muito. Na área rural, por exemplo, há poucos anos não existiam empregados formais. Atualmente, V.Sa. pode notar, principalmente em áreas próximas às cidades, que os fazendeiros estão usando o emprego formal, em função de uma série de fatores: queixas trabalhistas, evolução da educação do povo e das necessidades. E hoje tudo está muito difícil para o trabalhador. Então, ele usa o emprego formal, ele exige que sua carteira seja assinada. Esse índice de emprego formal não representa bem a realidade do aumento de empregos no País. O desemprego é cada vez maior. Os números aí estão.

V.Sa. também mencionou o superávit primário das contas públicas. Ora, Sr. Presidente, esse superávit primário é alcançado em detrimento do crescimento econômico. O País não o agüenta mais. Tudo o que as empresas produzem retorna ao Governo em impostos, e eles estão crescendo. Não sei até quando o País vai agüentar essa situação, que não vejo com bons olhos.

A imprensa de hoje mostra – há até uma fotografia de V.Sa. estampada em um dos jornais – nossa debilidade econômica. Basta um sopro no resto do mundo, e a economia brasileira é afetada de maneira grave. Veja, Sr. Presidente, o que dizem as 3 primeiras linhas desta matéria do *Estadão*: "*Cenário externo derruba negócios locais. O cenário internacional deu o tom dos negócios no mercado financeiro e derrubou os principais ativos dos países emergentes, especialmente do Brasil*".

Embora V.Sa. queira nos tranqüilizar com as declarações dadas a esse jornal, não consigo sentir a tranqüilidade, porque estou nesse meio e sinto que as coisas não correm de acordo com o que desejamos. As empresas não estão mais suportando a carga fiscal. O povo não compra, e não é por causa de juros alto, não, é porque simplesmente não tem dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Obrigado, Deputado Osório Adriano.

Tem a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores do Banco Central, Sras. e Srs. Parlamentares, ao longo dos anos do Governo Fernando

Henrique, estive nesta Comissão sempre contestando o Ministro Malan, o Presidente Arminio Fraga, enfim, o modelo econômico então adotado. Hoje, sou Deputado da Situação. Naquelas oportunidades, propúnhamos novo modelo, que seguisse outra lógica, talvez a lógica do modelo americano, com a contraposição de modelo cíclico e anticíclico, segundo o qual, quando há recessão, se baixam os juros, aumenta-se o gasto público, diminuem-se os tributos.

Vencemos as eleições, mas continuamos com o modelo antigo. Existe uma justificativa para tanto, e estou tentando me convencer de que é preciso fazer o que está sendo feito porque vou continuar defendendo o nosso Governo. Mas é evidente que ficamos inquietos e preocupados com o que está acontecendo.

Na época, ao analisarmos os números, questionávamos o Ministro Malan e o Presidente Arminio Fraga, porque sempre havia uma projeção para o ano seguinte, mas, ao final de cada ano, a projeção nunca era alcançada. Essa foi a tônica daquele período.

Estamos hoje vivendo uma situação que foi muito bem apresentada pelo Presidente Henrique Meirelles. Talvez tenhamos as dificuldades agravadas em virtude, na minha pequena compreensão, dos anos Fernando Henrique, do crescimento da dívida interna, da política que gerou a atual situação.

Quero fazer apenas uma observação, Sr. Presidente. Estou muito preocupado com o mundo, em especial com o Brasil. A crise social é muito grande, e há importante sinais na sociedade que precisam ser analisados, como a violência na Rocinha, no Rio de Janeiro, a morte de garimpeiros, o assassinato em presídios. Estamos vivendo uma convulsão social. No Peru, o povo, revoltando, matou um Prefeito e Vereadores. Começamos a lembrar a Revolução Francesa. Daqui há pouco o povo vai invadir o Parlamento. Estou até com medo de andar por aí.

O mundo atual é o mundo do sistema financeiro, que me parece distante do mundo real. Tivemos momentos de inflação alta, e o Brasil não cresceu, mas também já tivemos, ao longo da nossa história, momentos muito melhores.

Precisamos prestar atenção nos sinais, porque o modelo financeiro hegemônico no mundo está criando um *apartheid* violento. Não me refiro apenas à política econômica, à argumentação do Banco Central e do Ministério da Fazenda sobre o caminho que estamos seguindo. Vou votar a favor do salário mínimo que vier, porque não adianta concordar com o modelo e discordar das decisões. É preciso que haja sintonia. Então, vamos fazer um sacrifício e aprovar o que for preciso, para que a política do Governo funcione. Não sou eu quem a define, mas sou da base de sustentação do Governo e vou apoiá-lo.

Nossa preocupação é com a sociedade. O povo brasileiro daqui a pouco não agüenta e faz aqui o que a população fez com aquele Prefeito peruano. A esperança era grande, mas a situação está se agravando. O *apartheid* social é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Obrigado, Deputado.

O próximo inscrito é o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Saúdo V.Exa., Deputado Gonzaga Mota, o Presidente Henrique Meirelles, os demais componentes da Mesa e os companheiros presentes.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, minha formação acadêmica é de bacharel em Direito. Não entendo muito de economia, mas, quando discutimos e votamos nesta Casa a LRF, queríamos justamente que a sociedade pudesse debater com seus representantes, e não apenas com os técnicos da área, as políticas econômicas do País.

Quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, elogiar sua postura elegante e respeitosa para com todos nós. Não tome o que vou dizer como uma crítica pessoal. Pelo contrário. Convivo diretamente com os Municípios que honrosamente represento e aqui exerço a função de fiscalizar e de legislar. Quero discutir algumas questões não apenas do ponto de vista técnico, mas principalmente do ponto de vista político.

Sou oriundo do Estado da Bahia, da Região Metropolitana de Salvador. Vi ontem, estampado em todas as manchetes da mídia nacional e do meu Estado, que Salvador, Capital da Bahia, tem o maior índice de desemprego do Brasil, e em sua explanação V.Sa. disse que há um índice de emprego formal decrescente. Ora, então a realidade exposta por V.Sa. não é compatível com a dos Municípios baianos que represento nesta Casa.

A política conduzida pelo Banco Central tem um objetivo, mas, ao nos depararmos com a anunciada crescente confiança empresarial – há índices para comprovar esse sentimento -, não sabemos se aí estão a convicção do Deputado Osório Adriano ou as críticas do Vice-Presidente da República, José Alencar, que, desde o primeiro dia de seu mandato, implora pela redução das elevadas taxas de juros praticada no Brasil. Por outro lado, percebemos que o que as pessoas desejam é que os juros decresçam, como está ocorrendo. O problema está na dosagem, na velocidade do processo de redução. Será que os efeitos colaterais dessa política monetária, Sr. Presidente, não estão causando aumento da pobreza? Eu afirmo que sim.

Está aqui o Senador Eduardo Suplicy. Travamos no passado árdua luta para conseguir aprovar o Fundo de Combate à Pobreza e Erradicação da Miséria . Visitamos vários bolsões de miséria no País e constatamos que eles aumentaram. Os programas de transferência de renda têm caráter paliativo. O Brasil atravessa, sim, uma crise sem precedentes. Se não tivéssemos este clima tropical, futebol, praias e cachaça barata, o povo já estaria nas ruas, fazendo uma revolução que tornaria fichinha o golpe de 64 e suas conseqüências. Ninguém agüenta mais a atual situação.

Depois de ouvir tantas fábulas e parábolas, quero também apresentar uma. Desejando desafiar a inteligência de um sábio, um garoto levou nas mãos um passarinho e perguntou-lhe se o passarinho que levava nas mãos estava vivo ou morto. Se o sábio dissesse que o passarinho estava morto, ele abriria as mãos e o deixaria voar. Se dissesse que estava vivo, ele o apertaria nas mãos até matá-lo, e mostraria ao sábio o seu engano. Chegando ao sábio, perguntou-lhe: *"Sábio, trago em minhas mãos um passarinho e quero que o senhor diga se ele está vivo ou morto"*. O sábio respondeu-lhe: *"Meu filho, a decisão sobre a vida ou morte do passarinho está nas suas mãos"*.

Sr. Presidente, quero fazer uma analogia entre essa fábula e a situação brasileira. A decisão de diminuir a excessiva dosagem imposta ao Brasil e ao povo brasileiro está em suas mãos, e o excesso está causando enorme sofrimento à nossa gente.

O Presidente Lula foi eleito para mudar, mas não para fazer aquela mudança irresponsável, tão propagandeada no passado. V.Sa. está no Banco Central para fazer uma mudança positiva – mudança que não daria certo se não estivesse V.Sa. no comando daquela instituição -, mas a dosagem está alta demais.

O desejo do povo brasileiro é o de que haja responsabilidade nas ações. Para reflexão de todos e enriquecimento do debate, quero dizer que podemos, sim, continuar sendo responsáveis, mas precisamos acertar a dosagem das nossas decisões.

Não podemos mais esperar, Sr. Presidente. O desemprego, a pobreza e a miséria estão aumentando no País. O desemprego no interior e nos grandes centros, associado à falta de uma política macroeconômica que estimule investimentos no Brasil, principalmente no setor público, mostra que não está tudo bem. Sei que V.Sa. viaja muito, mas não sei se trafega pelas estradas brasileiras. Quando as percorremos, vemos claramente a falta de manutenção e conservação.

Fico intrigado, porque parece que não há nada errado. Será que a política do Banco Central e do Ministério da Fazenda não contêm nenhum erro? Podemos considerar que todos esses índices estão corretos? Será que alguns de nós estão errados?

Sr. Presidente, peço a V.Sa. que faça essa reflexão e ouça o que nós, Deputados, apresentamos como críticas construtivas, pelo bem do País e de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, quero dar uma sugestão para o bom andamento da continuidade dos trabalhos. Não temos muito tempo e restam poucos inscritos. V.Exa. poderia conceder a palavra diretamente a cada um, limitando as intervenções a no máximo de 5 minutos. Depois, o Presidente do Banco Central se manifestaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Submeto a sugestão do Deputado Carlito Merss ao Plenário.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovada.

Assumimos, portanto, o compromisso de limitar a participação de cada Parlamentar a 5

minutos no máximo.

O próximo inscrito é o eminente Deputado Colbert Martins, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Henrique Meirelles, demais convidados, lamento termos de encerrar esta reunião desta forma: porque não se controla o tempo no princípio das reuniões, ficamos às vezes 30, 40 minutos discutindo um único ponto. No final, somos obrigados a abrir mão do nosso tempo, para não ter deixar uma reunião como esta toda desarticulada.

Concordo com as propostas de modificação e de nova audiência, mas não com a prática seguida. Precisamos estudar uma forma de melhorar o debate. Não podemos passar tanto tempo contando fábulas, e, na última hora, a participação dos outros inscritos ter de ser reduzida a alguns poucos minutos.

A presença do Presidente do Banco Central é útil num debate que nos permita a obtenção de esclarecimentos e a apresentação de propostas atinentes às nossas áreas de atuação.

Qual o atual perfil da dívida externa pública brasileira? Como está nossa dependência em dólar? Estamos tão vulneráveis quanto estivemos nos Governos passados?

Quanto à Argentina, cuja situação foi tão comentada, o caminho é esse: é bater na mesa e peitar o FMI ? Os Governos anteriores foram contra, mas estou vendo alguns saudosistas nesta reunião. Esse pessoal parece que não tem espelho. Há 2 anos defen-

diam o oposto. Será o melhor enfrentar o FMI? Esse método funciona?

Outro ponto. Superávit de 3,25% ou de 4,25%. Ele é necessário, Sr. Presidente? Agora está na casa dos 5%. Precisamos aumentá-lo até quanto?

Esta semana, em Nova York, o Ministro Palocci disse que talvez o Brasil não precise mais recorrer ao FMI, que talvez não seja necessária a renovação dos acordos. Não precisamos mais do FMI? Podemos dispensá-lo a partir de setembro? Podemos nos ver distantes do FMI com o colchão de recursos que temos agora? Isso é possível? Se possível, é politicamente importante para as nossas mudanças políticas?

Sr. Presidente, na página 14 da demonstração de resultados do Banco Central estão os Créditos e Títulos a Receber. O Governo passado fez um gesto extremamente importante, com o chapéu alheio, no que diz respeito ao PROER. Vejo aqui Banco Nacional, Banco Econômico, BAMERINDUS, Banco Pontual, Banco Mercantil, BANORTE etc.: 23 bilhões de créditos em 2003; 28 milhões de créditos em 2002. Recebimentos neste semestre: Banco Econômico, 3,6 milhões; Banco Nacional, 1,85 milhão.

A pergunta é como o Brasil receberá os recursos que saíram do bolso de tantos brasileiros naquele período em que o PROER foi a salvação de alguns bancos?

Na página do parecer dos auditores independentes, Item 1, diz-se: *"As demonstrações financeiras das instituições em liquidação com as quais o Banco Central detém créditos a receber no montante de R$23.04. 817 mil foram examinadas por outros auditores independentes. Para esses créditos, foi constituída uma provisão para perdas na sua realização em montante de R$6.586.720 mil (...)".*

Eu queria uma explicação melhor sobre como está isso, até porque os próprios auditores, no Item 6, dizem que *"as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2002, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos um parecer com divisão de responsabilidade com auditores independentes em decorrência do mesmo assunto discutido no parágrafo 1, e com ressalvas (...)".*

Como está a questão dos recebimentos do que foi aquele período do PROER? Como está a situação dos débitos desses bancos relativos à intervenção feita no Governo passado?

Por fim, e cumprindo o tempo fixado, democraticamente aceito, quero lembrar que na última segunda-feira os Governadores se reuniram aqui em Brasília. Há um tom de se pressionar o Governo a rediscutir as dívidas dos Estados, que refletiriam na dívida pública interna brasileira. Qual sua opinião a respeito disso?

Eram as observações que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Obrigado, Deputado Colbert Martins, pela colaboração, aliás já esperada. Cumprimento-o pelas brilhantes indagações.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o eminente Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, vou tentar ser ainda mais breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – A sugestão foi de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Fiquei um pouco tenso. Eu não queria falar sobre os 23 bilhões de reais mencionados na página 14 – dívida dos bancos. Com certeza esse montante nunca será recuperado. Os que foram beneficiados na orgia do PROER não reclamam.

Sr. Presidente, uma das primeiras manifestações aqui feitas dá conta de que o mercado internacional não tem mais confiança no Brasil, porque a nova regulamentação das Agências tem sido difícil. É óbvio que antes havia confiança. A AES veio, comprou a ELETROPAULO e não pagou

– nós pagamos. Ontem, vimos ocorrer outro vexame: a EMBRATEL foi vendida por 2 bilhões, e nós pagamos novamente, porque boa parte do dinheiro era do BNDES, e agora ela está valendo 400 bilhões. Vamos de novo pagar a conta. Alguém vai ficar com esse "mico". É lógico que esse tipo de confiança nós não queremos.

O PPP que está sendo trabalhado nesta Casa servirá para mostrar a quem quer investir no País que há possibilidade de ganhar dinheiro, mas produzindo. E os especuladores estão assustados, porque a Taxa SELIC tem baixado muito.

Minha primeira pergunta, Sr. Presidente: qual foi a menor taxa básica nos últimos 10 anos? Não agüento mais esse discurso de que o juro está alto. Até onde eu sei, a taxa de 16% é a mais baixa dos últimos 10 anos. Eu queria a confirmação. No Governo Fernando Henrique, essa taxa passou de 40%, e nunca vi um Deputado ou Senador reclamar, talvez porque estivessem especulando e ganhando com ela. Quero ter a confirmação, para que a mentira repetida muitas vezes não comece a virar verdade – Goebbels usava muito essa tática. Vejo agora alguns com saudade até do golpe militar, e isso me assusta um pouco.

Muitas pessoas estão assustadas, até no meu partido. Vai haver uma eleição, e alguns, com saudade, gostariam de ver um novo pacote eleitoral. Já tivemos Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão,

Plano Collor, Plano Real. Nem sei se citei todos. Eu me sentiria muito mal, como membro do Governo e como Deputado do PT, se autoridades deste Governo aceitassem a demagogia de baixar um plano eleitoreiro. Seria fácil, Sr. Presidente. Talvez os partidos da base ganhassem umas duas ou 3 mil Prefeituras, mas em novembro pagaríamos a conta. Aliás, a Previdência já está pagando a conta agora: 12 bilhões terão de ser pagos, por decisão judicial, à conta dos pacotes eleitoreiros que elegeram muita gente.

Estou muito feliz, embora saiba que, eleitoralmente, isso talvez nos prejudique. O caminho é

o que estamos seguindo. Não há almoço grátis. A irresponsabilidade da elite que, graças a Deus, saiu do poder no dia 31 de dezembro de 2002 deixou o País de joelhos. Estamos nos levantando aos poucos. Por isso, ainda ficamos à mercê de alguns movimentos especulativos. Este País continua ruim.

O desemprego foi muito comentado. Basicamente, o que tem incomodado a muitos é o fato de não quererem aceitar que, nos últimos meses, há mais pessoas sendo contratadas com carteiraassinada. É isso o que vale, é isso que melhora a Previdência. Porque não querem ver a realidade, utilizam-se dos dados do DIEESE e do IBGE colhidos nas 6 Regiões Metropolitanas.

Se é que isso está sendo estudado, qual a forma de se ampliarem essas contas? O Deputado Osório Adriano disse que contrata muita gente com carteira. Que bom. Fico feliz em saber. Mas provavelmente os empregados dele não estão sendo computados no índice que apura o desemprego nessas 6 Regiões Metropolitanas. É importante fazer a ressalva, senão vale o discurso fácil de que o Brasil está desempregando.

Mas o mais grave são os juros. Uma das saídas é baixar o preço do dinheiro. Os bancos, claro, não querem. Não é automática a redução da taxa básica e o *spread* bancário. A pergunta é objetiva: o que aconteceu em 2003 e o que está sendo feito pelo Banco Central para facilitar a vida das cooperativas de crédito? Essa é uma das grandes saídas que temos para baratear o dinheiro. Fico assustado porque diversas entidades me procuraram alegando que a burocracia do Banco Central continua muito grande, complicando a criação de cooperativas de crédito. Vejo essa como uma das poucas armas para fugirmos dos bancos. O que foi feito em 2003? Quantas cooperativas foram criadas? Se o senhor não tiver esses dados, por favor, envie-os ao meu gabinete.

O Deputado Gonzaga Mota fez um belíssimo trabalho, e Subcomissão do *Spread* Bancário continua a mostrando que o custo do dinheiro é criminoso – não há outro adjetivo.

São estas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Deputado Carlito Merss, também pela referência ao nosso trabalho, que ainda está em fase de elaboração.

O próximo inscrito é o eminente Deputado pernambucano Osvaldo Coelho, a quem passo a palavra.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO – Sr. Presidente Henrique Meirelles, desejo informar, em primeiro lugar, que sou Deputado de oposição e tenho disciplina partidária. Mas miro muito a governabilidade, o que me permite dizer publicamente que admiro V.Sa., que confio no trabalho que desenvolve à frente do Banco Central.

Não se assustem, vou falar dentro dos limites estabelecidos.

Represento aqui o semi-árido nordestino, 86 milhões de hectares de terra, 50% do Nordeste. A renda *per capita* brasileira é pouco além de 6 mil reais por ano. A renda *per capita* do Nordeste é de um pouquinho mais que 3 mil reais. A renda *per capita* do semiárido é de pouco mais de 1.000 reais.

Desses 86 milhões de hectares, 24% já foram desertificados. Em face do avanço da desertificação, o Governo brasileiro propôs ao Governo japonês um projeto com interesse na preservação da caatinga, conseqüentemente um projeto ecológico e, ao mesmo tempo, com interesse social. Por exemplo, quem tivesse 100 hectares e tomasse um empréstimo, preservaria 50 hectares de caatinga e trabalharia, de acordo com orientação da EMBRAPA, nos outros 50 hectares.

Cuidadosamente elaborado, esse projeto andou 10 anos de ceca em meca. Na hora do repasse do dinheiro ao Banco do Nordeste, o Governo brasileiro disse ao Governo japonês que não queria o empréstimo, que ele não interessava. Refiro-me a um empréstimo de 5% ao ano, com 5 anos de carência e 25 anos para pagamento. Não conheço absurdo maior do que esse.

E isso aconteceu ontem, véspera do Dia Nacional da Caatinga. O Presidente Lula instituiu o Dia da Caatinga, dia de reflexão sobre essa desertificação no Nordeste, e um projeto que tinha os melhores e mais compatíveis juros com a realidade da região, que preservaria 100 mil hectares de caatinga é arquivado, devolvido ao Governo japonês! Fico assustado e tonto cuando vejo coisas como essa.

Vou lutar com todas as minhas forças para inverter essa situação. Vou aos Líderes do PT, ao Presidente do PT, se puder até ao Presidente da República. Tenho audiências já marcadas com Ministros. Nunca vi nada mais perverso para os 20 milhões de brasileiros

que vivem na caatinga e estavam na expectativa do trabalho.

Parece que o Governo não sabe que as raízes da violência estão também na pobreza. Se já são pobres e podem ficar mais pobres, podem se tornar também mais violentos. Um Ministro disse que eles vêm de lá para matar aqui. É capaz de isso acontecer mesmo, não vamos nos enganar.

Não sei como o Governo pode recusar um acordo dessa natureza. Será porque o projeto era do Governo passado?

Na cesta de projetos do banco japonês estava compreendido o projeto para a Baixada Fluminense, que foi todo liberado e aceito; o projeto para a Baixada Santista, também aceito; o projeto para a Baixada Maranhense, aceito também. Mas quando chega a vez do semi-árido do Nordeste...

Esses pouco mais de 1.000 reais de renda *per capita* representam uma mensalidade de 132 reais. Temos 20 milhões de brasileiros vivendo com 132 reais por mês.

Esta era apenas uma informação que eu tinha a dar, e acho que V.Sa. já a conhecia.

Minha primeira pergunta é a seguinte: qual é o gargalo que inibe um maior crescimento do Brasil?

Quero saber também se o Banco Central pode influenciar na elaboração de uma política pública de juros adequados a esse tal semi-árido nordestino de que eu falo, esse lugar onde não há nada e de onde se tira tudo. O Banco Central pode influenciar na criação de uma política especial para a região? Porque o Ministério da Agricultura não quer saber disso. Já mandei não sei quantos expedientes para o Ministro. Quero saber se é à porta de V.Sa. que eu posso bater.

Por fim, temos no Nordeste uma coisa chamada irrigação. Por sinal, o Governo se esqueceu dela este ano e não instalou sequer um metro de canal de irrigação. Parece que vai desprezar o projeto. O colono recebe 6 hectares do Governo, que custam uma fortuna, embora ele pague depois, mas o financiamento máximo que consegue só dá para 1 hectare. Há algum mecanismo de garantias evolutivas para esse homem, para que ele não precise trabalhar 12 horas em terra ociosa? Tenho propostas nesse sentido para os Ministérios que eu imaginei seriam responsáveis por essa área, mas eles fazem ouvidos de mercador, não querem saber de nada. Se o senhor me disser que é possível, vou mandar-lhe um dossiê. Se o senhor me permitir, envio alguém do setor agrícola para explicá-lo melhor. Do jeito que a coisa está, não estamos construindo o País que queremos, onde haja eqüidade, justiça e condições dignas de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Obrigado, Deputado Osvaldo Coelho.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, o eminente Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, altos funcionários do Banco Central, é com alegria e com muita atenção que ouço o Presidente Henrique Meirelles. Também tenho admiração pela dedicação pública e pelo patriotismo do Sr. Presidente do Banco Central e de toda a sua equipe. Não duvido, em nenhum momento, do civismo dos senhores, que, se estivessem em outras atividades, certamente perceberiam remuneração muito melhor, pela competência e inteligência que têm. Faço minhas todas as palavras elogiosas dirigidas aos senhores por outros colegas.

Sou Deputado do PMDB e não quero meu partido na base do Governo Lula. Estou surpreso. Viajei hoje para Nova York, para Boston e para a Europa sem sair daqui. Parece que estamos num Brasil melhor de um ano para cá, ou de 2 meses para cá – com todo o respeito ao Presidente do Banco Central, que está fazendo um esforço extraordinário para que amanhã a inflação e o dólar não aumentem. O Presidente do Banco Central enche esta sala de esperança e de fé.

Estrategicamente, porque é inteligente, S.Sa. deixou para o final 2 *slides*. Um deles era sobre a massa salarial industrial, com tímido crescimento em 2 meses, quase nenhum, como se ali estivesse a retomada do emprego no Brasil. Mas não podemos analisar só o setor industrial. E os serviços, o comércio, a agricultura?

Hoje se lê que os empresários estão indecisos, não sabem se acreditam ou não no Brasil, se acreditam ou não na economia mundial para este ano.

O outro era sobre o emprego formal. Sim, há mais fiscalização, estão assinando mais carteiras. Apesar do comportamento ambíguo do Governo Federal, o agronegócio continua acreditando, trabalhando e empregando. Mas passar a idéia de que o desemprego no Brasil está diminuindo é querer encher nosso coração de esperança. Eu queria ter a esperança que o senhor tem. Eu sou um cavaleiro da esperança, senão não faria política, voltaria à minha atividade de médico, onde trabalho com esperança, com a criança e o adolescente.

O Deputado Carlito Merss foi embora. Surpreendentemente, aliás, aqui não há nenhum Deputado do PT, só o Senador Eduardo Suplicy. O DIESSE, que é parceiro do PT, mostra que o desemprego nas 6 Regiões Metropolitanas bateu o recorde dos últimos 10 anos. O IBGE ontem divulgou que o índice de desemprego é de quase 13%. Parece que o Deputado Carlito Merss esqueceu-se de todos os indicadores de que se

valeu ao longo dos 8 anos do Governo passado. Eu era do grupo do Serra, questionava o Ministro Pedro Malan e defendia que se ousasse um pouco na economia brasileira.

O desemprego é desesperador. Estão aí os depoimentos de 2 grandes empresários brasileiros, os Deputados Osório Adriano e Osvaldo Coelho.

Será que esses indicadores não mexem com o coração do Banco Central? – para mim, homens frios, deslocados da realidade, fechados no ar-condicionado do Banco Central.

O senhor disse no passado, referindo-se ao crescimento do último trimestre do PIB, que iríamos crescer mais de 5% este ano. Agora, parou de falar nisso. Acho que estava vivendo um momento de arroubo, de entusiasmo e de esperança.

O desemprego é desesperador, repito, e são responsáveis por ele o Presidente Lula, o Ministro Palocci e os senhores do Banco Central, com certeza. Recuamos em termos de crescimento econômico no ano passado. Os senhores mantiveram em 26% a Taxa SELIC. O Governo do Fernando Henrique Cardoso a aumentou em dezembro de 2002 porque o grupo de transição pediu, e durante 6 meses os senhores mantiveram a taxa no mesmo nível. Nós recuamos, mas o senhores até a aumentaram, para o desespero das famílias brasileiras e pânico dos empresários.

Além do mais, os senhores, junto com o Presidente Lula, são responsáveis pelo estabelecimento de superávit primário acima do que o Fundo Monetário Internacional quer. Pena que os Deputados Carlito Merss e Chico Alencar não estejam mais presentes. Que pena! Um Deputado do Partido Comunista teve a coragem de pedir ao senhor que falasse sobre o impacto social desse aumento. Caiu a renda da classe média em mais de 20%; caiu 13% o número de assalariados que têm carteira assinada. Os senhores não conseguem enxergar?

Eu tenho perfeita noção de que este País precisa de equilíbrio fiscal. A gastança pública foi controlada nos últimos 8 anos. Há muito ente público querendo gastar muito, e isso gera inflação. Sabíamos que tínhamos de fazer a reforma da Previdência, que o Deputado Carlito Merss não queria, 8 anos atrás. Nesta sala nós brigamos muito.

Eu ouço como quê um disco arranhado, Sr. Presidente do Banco Central. Durante 8 anos, o Ministro Malan veio aqui muitas vezes dizer que em 2 anos a situação melhoraria. Houve, porém, algumas crises internacionais. O Japão teve problemas, a Rússia teve problemas. E o senhor diz, da mesma forma, que a situação vai melhorar daqui a 2 anos.

Esse disco se repete porque está faltando ousadia, coragem. Não vamos crescer com inflação, é claro. A inflação rouba do pobre acima de tudo; é um verdadeiro câncer, tenho noção clara disso, mas é preciso um pouquinho mais de coragem do Presidente Lula, do Ministro Palocci e do senhor. O Brasil está regredindo e o dano social é sério.

Agora farei minhas 3 perguntas, sem comentários.

O senhor disse que é preciso criar um ambiente de crescimento, principalmente lá fora, mas, estrategicamente, não falou em ambiente de crescimento no Brasil. O Movimento Sem Terra está sem controle. O Ministro Miguel Rossetto nem existe. O movimento de invasão de terrenos urbanos está também sem controle. As greves fugiram do controle. Há um comportamento esquizofrênico em relação ao marco regulador das Agências. O próprio PT está dividido no que diz respeito à economia. Esse ambiente favorece o crescimento do Brasil e os investimentos?

Segunda pergunta. Não sou economista – sou médico -, mas leio artigos de economia para entender uns 25% do todo, se tanto. A poupança está financiando a dívida brasileira, e, pelo que eu entendo, se os senhores baixassem a remuneração dos títulos da dívida pública brasileira interna, talvez não vendessem os títulos e tivessem dificuldade para rolar a dívida. Eu queria que o senhor explicasse melhor o porquê disso. Os banqueiros não comprariam nossos títulos, então não poderíamos rolar nossa dívida, e aí poderia se estabelecer um caos financeiro. É isso?

A questão do ambiente de crescimento eu vou transformar em pergunta. O ambiente brasileiro é favorável? E como a Argentina cresceu? É sabido que a maior parte da dívida Argentina é externa, diferente da nossa.

Por fim, quero dizer que acredito na seriedade do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Mas por que os senhores não mexem com a taxa de *spread*? O Deputado Osório Adriano não tem 18% de lucro em seu negócio, mas os bancos têm no *spread* 18% quando vendem sua mercadoria, que é o dinheiro. E não me venham com a conversa do livre mercado. O Ministério Público cai em cima de muitos setores, quando os preços disparam.

As despesas administrativas somam 22%, com toda a tecnologia e com a demissão de bancários levada a efeito ao longo do tempo. Os tributos são incríveis. O Governo tributa os bancos. Os senhores tomam dinheiro do mercado, usando o compulsório para segurar a inflação. E há a inadimplência também. O Deputado Osório Adriano, quando vende Coca-Cola, engole muita inadimplência, muita falta de pagamento

dos distribuidores, dos armazéns, dos bares e restaurantes. Qual a razão dessa impotência do Banco Central e do Ministério da Fazenda, impotência que vem desde o tempo do Ministro Malan? Os senhores não mexem com os bancos. E temos de ouvir o Presidente do Banco do Brasil, para não falar no Amador Aguiar, que é do BRADESCO, dizer que o lucro do Banco do Brasil foi uma delícia no ano passado, quando chegou quase a 2 bilhões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

Só por uma questão de curiosidade, Sr. Presidente do Banco Central, quero assinalar que já ouvimos 15 Srs. Parlamentares, dos quais apenas 2 eram da Oposição.

Tem a palavra o eminente Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, a quem agradeço a visita e a exposição, meus caros colegas, vou tentar me ater aos 5 minutos – o colega Darcísio Perondi extrapolou, e muito, o tempo fixado.

Quando um Governo se constitui e começa a governar tem o objetivo de, ao fim do seu mandato, merecer um bom julgamento da sociedade, da história, quer ter o que mostrar. O Governo vai tentar mostrar que o País cresceu, que o desemprego diminuiu, que a produção aumentou, que a renda da população está melhor. Enfim, o Governo busca um conjunto de resultados positivos para sua melhor avaliação no futuro.

Amanhã, dia 30 de abril, o Governo comemora um terço do seu mandato, justamente o período em que toda e qualquer política de transformação merece mais a confiança política e da sociedade. Mas a confiança política está paulatinamente diminuindo no Congresso Nacional, e, conseqüentemente, as condições para qualquer tipo de mudança ou transformação vão arrefecendo a cada dia.

Vou fazer algumas perguntas ao Presidente do Banco Central, e já peço desculpas porque talvez eu não possa ficar para ouvir a resposta – tenho um compromisso inadiável.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso fez um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Chamou os candidatos à Presidência da República para participar desse acordo, e o então candidato Lula foi um deles. Ficou decidido que o superávit primário seria de 3,75%. Por que o Governo do Presidente Lula, espontaneamente, aumentou o superávit para 4,25%, aprofundando o processo recessivo em no nosso País, se, ao mesmo tempo, vemos a Argentina, em condições muito piores que a nossa, ter um crescimento de 8,87% em 2003 e impor ao FMI um superávit primário de 3%?

Segunda pergunta. Nós sabemos que a taxa básica SELIC, estipulada pelo Banco Central, remunera os títulos públicos. Sabemos também que os depósitos nos bancos são de propriedade dos brasileiros. Temos nossos depósitos, os depósitos a vista, sobre os quais o Banco Central estipula o chamado depósito compulsório, que serve para enxugar ou aumentar a liquidez no mercado. Por que se permite que o depósito compulsório no País pode ser feito pelos bancos com títulos da dívida pública e não em dinheiro, se depositamos dinheiro, e não títulos da dívida pública? Por que o Governo brasileiro arca com a despesa de pagar juros sobre depósitos que nos pertencem?

Terceira pergunta. Estamos analisando o Orçamento. Nele estão previstos 182 bilhões de reais para pagamento de juros e amortização da dívida, praticamente 30% do total. O Brasil precisa crescer e gerar empregos, tem muitas carências. Esses 182 bilhões não serão suficientes para o contexto da dívida, pois não há garantia de que o estoque da dívida não vá aumentar, o que fará com que a despesa de juros, se o estoque não cair, seja maior no próximo ano – é o histórico dos anos passados. Será que a provisão de 182 bilhões de reais envergonha o Governo? Não envergonha o Governo ver o País gastar 30% do seu Orçamento com amortização da dívida?

Quarta pergunta. Não tive a oportunidade de assistir à exposição do Presidente do Banco Central, mas vi o gráfico da previsão da dívida líquida do setor público, que apresenta uma redução paulatina a partir do ano de 2003. Acontece que, para essa redução ocorrer, já que o estoque da dívida é o mesmo e tende a crescer, o PIB teria de crescer também, e, para o PIB crescer, é necessário que o Governo tome algumas atitudes, entre elas a redução drástica dos juros. Então, que garantia temos de que a relação dívida/PIB vai efetivamente ser reduzida, se o tão falado espetáculo do crescimento infelizmente ainda não entrou em cartaz?

Quero fazer ainda mais duas observações. Eu gostaria que V.Sa. expusesse as necessidades de capital externo que o Brasil tem, já que a internacionalização da economia provocou uma grande demanda de remessas de lucro, não só de *royalties*, mas também de juros, e também falasse um pouco sobre o volume de capital de que precisamos todo ano para fechar nosso balanço de pagamentos, tendo uma idéia da situação futura. O volume de exportações aumentou, mas queremos saber se continuaremos no mesmo nível de dependência dos capitais especulativos mundiais.

Como estão sendo aplicadas as reservas cambiais brasileiras? Eu tive a oportunidade de tomar conhecimento de relatório do Tribunal de Contas da União sobre o período em que o Sr.Gustavo Franco era Diretor da Área Externa, quando a concentração de aplicação de reservas cambias brasileira ficou mais de 50% em uma corretora em Lausanne. O relatório mostrava que o Brasil pagava em relação à dívida externa de 3% a 4 % ao ano a mais do que recebia sobre o volume das reservas, o que representava 7 bilhões de dólares em termos de perdas. Eu gostaria que V.Sa. falasse sobre a aplicação das nossas reservas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Cunha.

Tem a palavra o eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente Deputado Gonzaga Mota, prezado Presidente Henrique Meirelles, minhas saudações. Inicialmente, eu quero explicar que durante as primeiras duas horas desta manhã eu presidi a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que funcionou concomitante com esta audiência, por isso não pude estar aqui mais cedo. Se porventura eu fizer alguma referência, Presidente Henrique Meirelles, a algo que V.Sa. já tenha mencionado, saiba que isso se deve ao fato de eu não ter podido estar aqui na primeira parte da sua exposição.

É importante, em seu próprio benefício, salientar os resultados da sondagem feita pela Fundação Getúlio Vargas e publicada hoje sobre as perspectivas de um total de 1.005 indústrias pesquisadas: 56% delas esperam aumento na demanda por produtos e 10% prevêem queda.

As previsões parecem bastante otimistas, porque, do total das empresas consultadas, 35% pretendem contratar mais do que demitir no período entre abril e junho e 11% planejam mais demissões do que admissões. O saldo de 24 pontos é o maior desde outubro de 1986. Ou seja, há uma perspectiva positiva, embora todos nós quiséssemos que a taxa de crescimento fosse ainda mais acentuada.

Sr. Presidente do Banco Central, não fosse a sua responsabilidade e obrigação de estar presente a esta reunião – a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que é preciso vir aqui a cada 6 meses expor a política econômica do política do Banco Central -, o senhor estaria reunido com o Presidente da República e os Ministros da área econômica, que hoje pela manhã refletiram sobre o valor do salário mínimo?

Eu faço a pergunta porque avalio que, da mesma maneira como a autoridade monetária tem sempre enfatizado sua preocupação com o resguardo da moeda e da estabilidade de preços, também é da maior relevância que o Presidente do Banco Central e os Ministros da Fazenda e do Planejamento, portanto as 3 autoridades monetárias que fazem parte do Conselho Monetário Nacional, tenham idêntica preocupação com o emprego, com o crescimento da economia e com a melhoria da distribuição da renda no País. Estes objetivos são o cerne do maior bem-estar possível para todos.

Mesmo quando se pensa na estabilidade de preços, é importante considerar não apenas aqueles fatores que afetam a procura agregada, mas também os que afetam a oferta agregada de bens e serviços. Se tivermos apenas a preocupação de conter a demanda por bens e serviços e ela estiver demonstrando certa pressão para que os preços se elevem, e se não atentarmos para o que se passa com a oferta de bens e serviços, então, repreendendo a demanda, dependendo de como funcionem as coisas, se a oferta for desestimulada, ao diminuir a oferta agregada de bens e serviços, estaremos fazendo com que os preços não baixem.

Às vezes, a preocupação do Banco Central é manter juros altos em demasia, conforme tantos argumentaram. Se porventura esses juros altos estiverem brecando a oferta de bens e serviços, nãoestaremos contribuindo para a estabilidade de preços, se a oferta não aumentar o suficiente? É preciso que haja uma interação entre os diversos instrumentos da política econômica, e não apenas com aqueles referentes à primeira preocupação das autoridades monetárias, tais como as taxas de juros, o ritmo de crescimento da oferta de moeda na economia e assim por diante. Ou seja, minha preocupação, Presidente Henrique Meirelles, é que exista sempre a oportunidade de interação e discussão de todos os instrumentos de política econômica.

Essa é a razão da minha questão inicial sobre a definição do salário mínimo. Ora, todos sabemos que o Presidente está com a difícil tarefa de definir o valor do novo salário mínimo. Não se sabe se será de 260 reais ou outro valor.

Segundo noticiário recente, o Governo teria definido em reunião, na qual não estava presente o Dr. Henrique Meirelles, 260 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, aproveito a brilhante intervenção de V.Exa. para dizer que a maioria das perguntas dirigidas ao Presidente do Banco Central seriam melhor respondidas pelo Ministro do Planejamento ou pelo Ministro da Fazenda.

Teríamos de mudar a lei para que os 3 Ministros aqui comparecessem de 6 em 6 meses. Peço descul-

pas por ter quebrado o protocolo, mas realmente muito do que foi indagado ao Presidente foge à sua alçada. Compete aos outros 2 responder as questões.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Trata-se de assunto altamente polêmico. De forma nenhuma o Presidente do Banco Central pode se excluir da responsabilidade. A política monetária tem de ter repercussão nas duas pontas. Não é pacífico entre os estudiosos da economia a exclusão dessa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Não estou excluindo. Pelo contrário. Gostaria que a decisão fosse integrada, como disse o Senador Eduardo Suplicy. Seria melhor que o valor do mínimo fosse definido pelos 3 Ministros. Se o Presidente Meirelles estivesse presente, a decisão poderia ter sido outra. Não é para haver exclusão, mas participação ativa. Isso é contrário aos artigos que escrevi sobre o assunto.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – De qualquer maneira, Presidente Gonzaga Mota, tivemos a possibilidade de argumentar com o Ministro Guido Mantega. Com respeito às reuniões do Conselho Monetário Nacional bem como as do COPOM, sugiro que elas passem a ser transmitidas pela RADIOBRÁS e pela *NBR*, para que haja transparência em tempo real e tudo se torne igual para todos. Assim, não haverá informação privilegiada para esse ou aquele segmento, e todos saberão como pensam os Ministros e o Presidente do Banco Central.

Farei uma observação relativa à preocupação com o pagamento de juros.

O Deputado que me antecedeu há pouco mencionou que no Orçamento está o compromisso de amortização mais juros da ordem de 182 bilhões de reais. S.Exa. disse que os juros nominais do setor público, portanto, o pagamento efetivo pelo setor público, considerando Governo Central, regionais e as empresas estatais, somaram 145,2 bilhões ano passado. Para 2004, a previsão é de 121,5 bilhões.

Pergunto: Há perspectivas de termos a continuidade da diminuição do valor para 2005 e 2006? O Governo está prevendo isso? Podemos considerar que o peso dos juros na economia brasileira nesses 2 anos vai ser bem menor do que o Produto Interno Bruto?

Os 145,2 bilhões em relação ao PIB, da ordem de 1 trilhão, 530 bilhões – se não me engano, foi esse o valor -, corresponderam a aproximadamente 9,5%? Se esses 121,5 bilhões corresponderem a algo bem menor que os 9,5%, porque o PIB nesse ano deverá ser da ordem de 1 trilhão e 800 bilhões, poderemos ter números gradualmente menores de pagamento de juros e compará-los, por exemplo, com a transferência de renda prevista para este ano, que será um pouco mais de 5 bilhões de reais? Cento e vinte e um bilhões de reais de juros pagos pelo setor público para aqueles segmentos da sociedade tanto do Brasil quanto do exterior – estou falando das esferas de maior poder aquisitivo – constituem transferência bastante diminuta.

O Presidente Henrique Meirelles sabe que devemos avançar na direção de uma transferência de renda de caráter incondicional para todos.

Que perspectiva tenho com relação a isso? Que por volta de 2006, 2007, 2008, tenhamos em torno de 5% do valor do PIB com a transferência de renda na forma mais eficaz, que é a da renda básica de cidadania, que espero não tenha caráter simplesmente assistencial.

Sr. Presidente, Deputado Gonzaga Mota, isso é muito importante. Se tivéssemos neste ano 5% do PIB na forma da transferência de renda, seriam 83 bilhões de reais para 176 milhões de brasileiros.

Deputado Osvaldo Coelho, assim como V.Exa., eu estava pensando nas 20 milhões de pessoas que vivem na caatinga.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO – Dezessete.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Suponhamos uma família de 6 pessoas que vivem na caatinga, cada uma ganhando 40 reais por mês. Totalizaria 240 reais. Quarenta reais vezes 176 milhões dão 183 bilhões. Muito menos do que os 145 bilhões pagos aos segmentos de maior renda na economia.

Na hora de o Presidente Lula decidir o valor de 260 reais – e isso acabou de acontecer neste momento -, o chefe de uma família de 6 pessoas, que mora na caatinga, teria 260 mais 240 e estaria com 500 reais. Mais do que isso: esse instrumento é compatível com a maior competitividade da economia brasileira.

O Presidente Henrique Meirelles conhece muito bem a economia norte-americana. No ano passado, os Estados Unidos pagaram, em transferência de renda, a mais de 20 milhões de famílias, 35 bilhões de dólares – algo como 2 mil dólares em média para famílias que não recebiam até o patamar de 33 mil dólares anuais.

Hoje, os países desenvolvidos pagam transferência de renda, o que torna suas economias mais competitivas em relação à nossa. Temos de promover a adequada transferência de renda. Se ontem o Brasil conseguiu uma vitória importante na OMC, foi porque disse que os países desenvolvidos não deveriam pagar tanto aos seus produtores de algodão. Será que podemos dizer a esses países que não devem fazer transferência de renda às famílias? Isso não seria adequado, ainda que eles tenham programas de transferência de renda nessa direção. Precisamos estar cons-

cientes de que se não tivermos uma forma adequada de transferência de renda – e a mais adequada é a renda básica de cidadania -, estaremos deixando de ser mais competitivos.

Há muito tempo, venho procurando persuadir o Presidente Henrique Meirelles a se envolver bastante na discussão desse tema. A transferência de renda aos que pouco ou nada têm precisa ser tão importante quanto o que se paga de juros aos que mais têm na sociedade brasileira e no exterior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. V.Exa. tem minha admiração e meu respeito por suas brilhantes observações.

Concedo a palavra ao Deputado Airton Roveda.

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA – Sr. Presidente, Dr. Henrique Meirelles, estou torcendo pelo sucesso do Governo Lula. Aliás, não apenas eu, mas todo os brasileiros. Estou louco para que isso vá para em frente. Pelo amor de Deus!

Vejo a questão da seguinte maneira. Sou empresário do ramo de areia, que pertence à construção e dá muitos empregos no País. A área caiu 25%, assim como a de cimento e a de empregos.

Em novembro e dezembro de 2003, o povo estava ciente de que as condições do Brasil iriam melhorar. Em janeiro e fevereiro, os juros baixaram, mas todo mundo abafou o fato. Tenho certeza de que isso é quase psicológico. Como disse o Deputado Darcísio Perondi, precisamos de ousadia. O Sr. Henrique Meirelles tem postura, seriedade e condições para ajudar o Brasil a ir para a frente. Precisamos de ousadia.

O que move o Brasil? Paremos para pensar nos problemas brasileiros, como o transporte rodoviário. Se melhorarmos o transporte rodoviário, baixando o preço do diesel para 90 centavos, todo mundo vai ter emprego, porque o diesel é usado no transporte de arroz, feijão etc. O diesel é uma dessas chaves; a outra são os juros baixos. Essas duas têm de movimentar o Brasil. E que Deus ajude este País!

Dr. Henrique Meirelles, V.Exa. tem condição de melhorar este Brasil. Faça alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Deputado Airton Roveda, pela objetividade.

Concedo a palavra à Deputada Professora Raquel Teixeira, terceira Parlamentar da Oposição a fazer uso da palavra e conterrânea de V.Exa., Dr. Henrique Meirelles.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Deputado Gonzaga Mota, pelas minhas contas, deve ser a quarta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Dos partidos de oposição?

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Dos partidos de oposição.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Deputado, pensei que V.Exa. iria dizer que fui a terceira mais votada no meu Estado, enquanto o Dr. Henrique Meirelles foi o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Quem está numa situação dessas não precisa de oposição.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Minha intervenção será rápida.

Dispositivo constitucional obriga o Presidente do Banco Central do Brasil a comparecer nesta Casa a cada 6 meses. Quero cumprimentar o Dr. Henrique por atender prontamente ao convite desta Comissão. Isso é importante para esta Casa e para o Governo como um todo.

Preocupo-me constantemente com a construção de um país mais justo. Temos de acabar com a má distribuição de renda, com a exclusão social. Temos de nos preocupar com educação e saúde pública de qualidade. Interessei-me pelos números hoje mostrados apenas como indicativo do quanto podemos melhorar a vida dos cidadãos. Não podemos nos acostumar a ver um desempregado querer pular da tribuna do Senado e outro atear fogo ao próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto, fato que ocasionou sua morte. Não podemos banalizar essas cenas, pois o problema do desemprego é crucial.

Sei que não se resolvem questões sociais apenas com política social. Precisamos de uma política econômica que dê suporte ao desenvolvimento social.

Sem entrar na polêmica do Deputado Darcísio Perondi e seguindo a orientação do Deputado Gonzaga Mota, não vou cobrar de V.Exa. respostas que talvez caberiam ao Ministro da Fazenda ou ao Ministro do Planejamento. Assim, vou ater-me à questão do Banco Central.

Há estudo para mudança da meta de inflação de 2005 para 4,5%? É verdadeiro isso que ouvimos dizer? Se for, qual seria a meta pretendida? Qual seria o impacto? Quais implicações disso no crescimento do PIB?

Dr. Henrique, posso estar enganada no que vou dizer. Não é minha área específica. Morei nos Estados Unidos por muito tempo. Pelo que sei, o Banco Central americano leva em conta o desemprego para fixação de metas. Gostaria de entender como isso acontece e

se não poderíamos levar em conta também problemas como o do desemprego.

Se agíssemos como os Estados Unidos, haveria alguma implicação?

Tenho uma pergunta adicional muito pontual. Por que a Taxa SELIC cai – e caiu 40% de meados de junho até agora – e as taxas ao consumidor não? Por que o Brasil não cresce, Dr. Henrique? Esta é a angústia e o drama de todos nós.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Deputada Professora Raquel Teixeira.

Dr. Henrique, V.Exa. tem várias perguntas a responder.

Informo aos Srs. Parlamentares e ao eminente Dr. Henrique que vou consultar meu partido, o PSDB, para ver da possibilidade de eu fazer uma emenda para alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal. O objetivo é estender o convite semestral ao Conselho Monetário Nacional para comparecer a esta Casa. Com isso, os Parlamentares poderiam ficar com visão bem mais profunda, uma vez que têm detalhes da área da Fazenda, de arrecadação, de gastos, orçamentários, gestão, que o Presidente do Banco Central não está devidamente preparado para responder.

Então, com a palavra o nobre Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Sr. Presidente. Gostaria, portanto, de responder os questionamentos e fazer um comentário sobre esse ponto, objeto de discussão nesta Comissão. Até onde estaremos respondendo a todas as questões com relação ao custo fiscal, ao custo para a sociedade? Quando implantaremos as políticas monetárias, cambial e as demais políticas do Banco Central? Tudo isso está inter-relacionado. Na medida em que começarmos a analisar o custo fiscal, vamos entrar em questões que não são da área de atuação do Banco Central.

Portanto, não é possível responder a todas elas dentro do enfoque do Banco Central.

Em segundo lugar, é importante mencionar que o custo fiscal é difícil de ser definido tecnicamente. Vou dar um exemplo. Existe uma visão um pouco intuitiva de que basta o Banco Central baixar drasticamente a taxa de juros – como alguns mencionaram – que o custo fiscal diminuirá. Não necessariamente isso ocorrerá. Quem financia o Tesouro Nacional não é o Banco Central. É o mercado. Isso significa, em última análise, todos os investidores. Isso não quer dizer quea taxa de juros do mercado vai acompanhar uma taxa de juros abaixo do Banco Central. Às vezes aconteceu o contrário no passado. O Banco Central baixou a taxa de juros, mas o custo do Tesouro Nacional subiu.

Essa não é uma conclusão intuitiva. A avaliação da eficácia da política do Banco Central tem de ser feita nos termos de avaliação dos diversos setores, de sua evolução. Quais são as metas do Banco Central? Primeira e principal: controlar a inflação; segunda, obter bons resultados da política cambial; terceiro, das áreas de fiscalização bancária etc. Isso não apenas nas contas fiscais, mas na economia como um todo. Portanto, deixo apenas esse ponto.

Gostaria de dizer aos senhores que me senti muito honrado de ter sido chamado de Deputado

por alguns. Agradeço-lhes a honra.

Vou começar respondendo as perguntas do nobre Deputado Osório Adriano.

S.Exa. fez-me algumas indagações sobre a evolução do emprego no País. O número de vagas criado no primeiro bimestre de 2004 foi o maior dos últimos 10 anos.

Disse-me o nobre Deputado que os fazendeiros hoje registram seus empregados, ao contrário do que se fazia no passado. Portanto, cumprimento os fazendeiros e os incentivo a continuar fazendo isso, porque, de fato, é o caminho natural para que possamos estender os benefícios sociais a todos os trabalhadores.

É importante mencionar que não podemos medir de fato o emprego informal. Nisso há um critério de tendências, de medida da atividade econômica importante. Portanto, não podemos desconsiderar a questão do emprego formal. O desempenho econômico de um país melhora quando empregos são oferecidos.

Em relação aos impostos altos, o nobre Deputado Osório Adriano faz um comentário interessante. Diz que se o povo não compra, a culpa não é dos juros altos.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Falta dinheiro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Falta dinheiro. É isso aí, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – O povo não compra porque não tem dinheiro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não há dúvida de que a falta de dinheiro será resolvida quando o País aumentar o número de empregos, a renda *per capita*, o crescimento econômico e, juntamente com os programas sociais do Governo, a massa salarial possa continuar crescendo e possa existir mais dinheiro disponível para a população.

Em relação à questão fiscal, gostaria de enfatizar que, como tudo na vida, temos limitações. O Governo deveria gastar muito mais nos programas sociais, na remuneração dos funcionários etc. Ele deveria arreca-

dar muito menos com menos impostos e que a dívida pública e os juros caíssem. O fato é que alguns desses fatores não são compatíveis entre si. Compete, portanto, ao administrador público fazer, dentro desse aspecto, o melhor possível e uma administração da maior responsabilidade, exatamente o que está sendo feito hoje por este Governo, pela área econômica e pelo Ministério da Fazenda.

Os sinais emitidos pela sociedade, a que o Deputado Fernando Coruja se refere, são realmente preocupantes. S.Exa. fez um alerta ao Banco Central e ao Governo em relação exatamente aos sinais emitidos pela sociedade. Cito como exemplo o que ocorreu na Rocinha, com os garimpeiros etc.

Estamos ouvindo com muita atenção o que diz a sociedade. A experiência mostra que inflação mais alta é pior para os mais pobres, desorganiza a sociedade, traz crescimento menor. Portanto, compete ao Banco Central, dentro da sua esfera de responsabilidade, cumprir as metas de inflação. Tem de se envolver num esforço geral com o Governo para maior crescimento econômico, que se dará com a criação de emprego e ampliação dos programas sociais.

O Deputado Claudio Cajado relatou-me forte preocupação e fez apelo enfático ao Banco Central. Preocupa-se S.Exa. com o alto índice de desemprego em Salvador, o maior do País. Lá existem os famosos bolsões de miséria. Ninguém agüenta mais a situação. Segundo o Deputado isso poderia estar de certa maneira relacionado ao que ele chama de dosagem excessiva da política monetária. Pediu-nos que encarássemos o problema com muita seriedade.

Deputado, nós encaramos essa questão com muito respeito e seriedade. O respeito não é apenas com S.Exa., mas com a sociedade brasileira. Respeito muito a opinião do Deputado quando diz que a dosagem de política monetária é excessiva.

Nobre Deputado, o COPOM reúne-se uma vez por mês. Nessas ocasiões, cada um dos membros faz sua avaliação sobre a situação e, num sistema de votação livre, toma sua decisão, vota no que julgar melhor. E o julgamento dos membros do COPOM é de que essa dosagem é adequada para fazer com que a inflação no Brasil convirja para as metas com o menor custo possível à sociedade e dando estabilidade ao Brasil para crescer de forma sustentada nos próximos anos. Na avaliação do COMPOM, portanto, a dosagem está correta.

Pergunta também o Deputado se não há nada errado. Respondo-lhe que não. Muitas coisas no Brasil poderiam ser melhores – é bem verdade – e estão erradas: o desemprego está alto. Estamos trabalhando para diminuí-lo; a renda *per capita* está baixa, precisamos fazer com que ela cresça e eliminar os bolsões de miséria. Há muita coisa errada no Brasil, muitos índices difíceis, alguns deles estão aí há algumas centenas de anos, infelizmente. Estamos fazendo o melhor possível. Estamos trabalhando dentro da maior seriedade para dar ao povo brasileiro boa qualidade de vida.

O Banco Central deve olhar os indicadores e o resultado das políticas que estão sendo aplicadas. Temos de demonstrar exatamente o resultado da política econômica atual dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, mostrando o resultado das ações do Banco Central no semestre anterior.

Pergunta-me o Deputado Colbert Martins sobre o atual perfil da dívida pública brasileira.

A dívida pública total brasileira externa, incluindo os empréstimos do Fundo Monetário Internacional, tem evoluído. Em 2001, era 8,16% ao ano, o prazo era de 8,9 anos. Estou mencionando o perfil. Em 2001, o prazo médio era de 8,9 anos; em 2002, de 7,7; agora, de 7,3. Em média, a dívida encurtou um pouco, mas em compensação a taxa média caiu de 8,16%, em 2001, para 6,9% ao ano. Portanto, a evolução da dívida externa é nesse sentido. A dívida externa líquida está tendo uma trajetória decrescente. Caiu de 14,3%, em dezembro de 2002; 12%, em dezembro de 2003; 11%, em março de 2004.

A dívida total do setor público, por exemplo, com o percentual da dívida total, tem evolução crescente: de 51% para 63%.

O perfil da dívida interna tem melhorado. Demonstrei isso por meio de gráficos. Essa parte da dívida interna já foi endereçada. O perfil está aumentando na medida em que o prazo médio da dívida pública interna está crescendo e o custo médio da dívida interna tem caído paulatinamente. Em resumo, é uma pergunta de ordem geral.

S.Exa. pergunta se, para resolver essas questões, não seria correto seguir o mesmo caminho da Argentina, que está crescendo. A Argentina de fato está crescendo, mas somente agora começa a chegar aos índices que tinha antes da crise. Portanto, está crescendo muito porque o produto caiu bastante. O Brasil já está com índices, por exemplo, de produção industrial, equivalente ao pico da série. Portanto, esse é um dado real. Podemos inclusive fornecer a S.Exa. os dados especificamente da Argentina nesse aspecto, no devido tempo.

Pergunta também se é necessário o superávit primário de 4,25% do produto. Entendemos que sim. Isso é fundamental para manter o equilíbrio fiscal e, em conseqüência, estabelecermos a trajetória cadente da dívida e fazermos com que a taxa de juros possa de fato, a longo prazo, atingir patamares inter-

nacionais. Trata-se de algo fundamental no processo de crescimento.

Muitos crêem que se o Governo gastasse mais, o Brasil cresceria mais. Isso pode ser verdade em situações especiais. Depende muito da capacidade de endividamento do Governo. Países com estrutura de dívida igual a do Brasil, na medida em que gastava, mais o superávit primário caía. Com isso, a dívida aumenta, sobem as taxas de juros e a economia acaba sendo prejudicada.

Foi-me perguntado por que não recebemos mais do PROER ou quais são as perspectivas.

Pois bem. No caso do PROER, foram empréstimos concedidos a instituições que estavam em processo de liquidação para evitar na época prejuízos aos depositantes. Os empréstimos têm correção de acordo com o contrato equivalente às garantias. Em resumo, as garantias são as notas que o Tesouro Nacional oferece com uma remuneração equivalente à dos empréstimos concedidos pelo Banco Central, que se apropria desses créditos.

Evidentemente, em algumas situações, o saldo do PROER poderá ser superior até ao valor das garantias. E a lei diz que a correção desses tipos de empréstimos para instituições nesse processo será a correção pela TR mais juros apropriados até o valor da garantia. E o Banco Central tem feito essa apropriação dos juros. E na medida em que garantias são liquidadas, vendidas e apurados os resultados, ele vai se ressarcindo. Por exemplo, o Banco Central já recebeu de valor de principal e juros R$ 14.215.881.281,71. Portanto, é esse o critério.

Algumas pessoas perguntam por que não aceleramos o processo de liquidação. Evidentemente, que esses processos têm grande controvérsia judicial, existem ações judiciais de parte da parte e que vai depender do pronunciamento da Justiça.

A reestruturação da dívida dos Estados é uma situação complexa. É normal que exista um processo de negociação, mas existem contratos em andamento, que deverão ser cumpridos, mas é legítimo que todos demandem condições menores, cada Governador com seu Estado. Evidentemente, é função do Governo Federal defender o equilíbrio fiscal da União.

O Deputado Carlito Merss pergunta sobre a Taxa SELIC e como ela se coloca em relação ao passado. S.Exa. tem razão. A Taxa SELIC está entre as mais baixas dos últimos anos – 16%. Já esteve por períodos curtos um pouco mais baixa do que isso. De fato, em termos comparativos, nos últimos anos, é uma taxa relativamente baixa.

A segunda pergunta: *"o que está sendo feito para aprovar as cooperativas de crédito?"* Foram aprovadas neste ano 25 cooperativas de crédito. Concordo com a observação do Deputado de que a cooperativa de crédito é algo absolutamente fundamental, importante e que vai aumentar muito a competição do sistema financeiro. A oferta de crédito vai ser muito favorável inclusive para a quebra dos *spreads*.

O Deputado se preocupa com a questão da burocracia, com a dificuldade de aprová-las. Nesse caso é uma responsabilidade fiduciária do Banco Central. Ele não pode deixar de cumpri-la. Tem de assegurar que todas as condições técnicas vão ser obedecidas pelos projetos de cooperativas. As cooperativas que não estejam devidamente estruturadas poderão trazer importantes prejuízos ao contribuinte e à Nação no futuro. Portanto, isso tem de ser feito com muito cuidado.

A última pergunta é em relação ao número de cooperativas aprovadas, que são 25.

O Deputado Osvaldo Coelho antes da pergunta inicial fez uma observação sobre a questão dos empréstimos especiais com o aprovisionamento de preservação de meio ambiente, os empréstimos particularmente em benefício da caatinga brasileira. As políticas setoriais são de responsabilidade de outras áreas do Governo, não necessariamente do Banco Central. Vamos certamente levar a preocupação do Deputado com o empréstimo específico do Japão e também com tratamento especial para o semi-árido aos demais membros do Conselho Monetário Nacional.

Quanto ao gargalo que inibe o crescimento do Brasil, diria que não é apenas uma questão – se fosse seria mais fácil -, mas várias. O nível total de poupança do País, de investimento e o equilíbrio fiscal estão sendo tratados com muito cuidado pelo Governo Federal, pela administração do Presidente Lula. O Governo está empenhado em resolver os problemas que o Brasil teve durante muitos anos de altíssima inflação, de moratórias, de uma série de outras questões, cujas conseqüências foram terríveis: taxa de juros bastante elevada e diminuição de investimentos em educação. Se não houver investimentos na educação o Brasil não conseguirá crescer. Em resumo, é um conjunto muito grande.

Do ponto de vista da nossa responsabilidade específica, diria a S.Exa. que a experiência diz que não há exemplo de crescimento sustentável a longo prazo a taxas elevadas. Nenhum país com taxa de inflação elevada ou com desequilíbrio fiscal, com dívidas crescentes do Poder Público conseguirá se desenvolver. Os preços têm de ser definidos pelo Conselho Monetário.

A pergunta do Deputado Darcísio Perondi é em relação à questão do total do emprego e de alguns

índices importantes. Por exemplo, o DIEESE mostra um aumento importante do desemprego.

Farei alguns comentários a esse respeito. Em primeiro lugar, é importante que olhemos os índices pelo que eles indicam. O DIEESE mede o desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, que não tem necessariamente uma correlação com o desempenho da economia no Brasil como um todo. Por exemplo, existe o índice de emprego formal divulgado pela FIESP em relação a São Paulo, que mostrei, e outros indicadores do Estado que diferem do índice do DIEESE, por exemplo, da cidade ou da Região Metropolitana de São Paulo.

Certamente, o emprego informal é algo importante. Temos agora de prestar atenção a um dado da maior importância para o crescimento do emprego formal no Estado de São Paulo e em todo

o Brasil. Pergunta o Deputado: até que ponto o coração dos membros do Banco Central não se mexem com o que está acontecendo no País e os indicadores não necessariamente mexem com o coração?

Diria a S.Exa. que posso falar por mim, mas suponho que estejam na mesma situação os demais Diretores do Banco Central. Sentimos profundamente, de coração, a dificuldade do Brasil.

Fazemos o melhor que podemos para resolver essas questões e melhorar as condições do povo brasileiro.

No entanto, a forma de atender à demanda do coração, portanto, melhorar as condições de vida do povo brasileiro, não é deixar a inflação subir, não é fazer com que a taxa de juros seja baixada de forma artificial, de maneira que a inflação suba, que o emprego de risco dos títulos públicos suba e isso gere, em última análise, menor crescimento, com mais inflação e com um maior custo da dívida pública.

Em resumo, voltando à pergunta que já respondi antes, dentro da nossa avaliação, estamos fazendo uma política monetária, que é o melhor equilíbrio possível hoje para o Brasil: iniciarmos uma rota de crescimento sustentado com inflação convergindo para as metas.

Gostaria de falar sobre a suposta empolgação do Presidente do Banco Central no ano passado, quando mencionou a taxa anualizada. Não se trata de empolgação. É simplesmente realidade. A taxa anualizada do quarto trimestre de 2003 foi de 6,14%. Isso quem diz é o IBGE. Não é projeção. É uma taxa anualizada de um trimestre. A projeção para o ano de 2000 foi 4% ou 3,5%. Isso não mudou. Essa foi a taxa sempre anunciada não apenas nos relatórios do Banco Central, mas também nas opiniões do Presidente do Banco Central.

Em relação aos empresários, há a impressão – sei que muitas vezes ela é ventilada – de que existe pânico no empresariado. Respeito as opiniões individuais. Aprendi ao longo dos anos a respeitar muito a opinião individual de cada empresário.

O índice de confiança empresarial medido pela Fundação Getúlio Vargas não aponta esse pânico. Alguns deles foram mencionados pelo Senador Eduardo Suplicy. Conforme projetamos aqui, o índice de confiança do empresariado está melhorando.

Quanto à ousadia e à coragem, respeito profundamente a opinião dos demais Deputados. Temos, contudo, de fazer o que nos diz a experiência e agirmos de acordo com a consciência. Do nosso ponto de vista, ter ousadia e coragem no Brasil é controlar o déficit público e a inflação.

No que diz respeito à questão do ambiente geral, evidentemente que ele influencia o crescimento. Incertezas, preocupações sociais e todas as questões mencionadas, fazem parte de conjunto de fatores. O importante, no entanto, é o resumo disso, que é a taxa projetada de crescimento. Projetamos para este ano um crescimento superior ao das outras duas décadas no Brasil.

Já comentei o caso da Argentina e o fato de não baixarmos o título público.

O Banco Central não financia o Tesouro. O Tesouro é financiado pelo público. O Banco Central não controla a taxa demandada pelo público. Já houve casos no passado, não apenas no Brasil, mas em outros países em que o Banco Central tenta baixar demais a taxa, e na realidade o custo do título público pode crescer no prefixado, no pós-fixado, no COPOM e mesmo no índice indexado à Taxa SELIC, porque o prêmio do papel pode subir.

Quanto ao *spread* bancário, estamos fazendo trabalho muito grande nesse sentido – já mencionei isso em perguntas anteriores. Existem, na história do Brasil e na de outros países, experiências malsucedidas de tentativa de tabelamento não apenas de preços, mas também de *spread* bancário.

Com relação à competição, o Deputado mencionou o caso do Ministério Público. Certamente, na medida em que existam condições e indícios de violação da lei, seja por práticas monopolistas ou por falha da competição, o Ministério Público tem de intervir – e intervém -, dentro da sua responsabilidade, não apenas no setor comercial industrial, mas certamente no setor financeiro.

O Banco Central tem parte da responsabilidade e a está cumprindo, mas existem vários outros fatores, alguns deles inclusive em discussão na Casa, como a lei que regulamenta o papel do CADE e do Banco

Central na fiscalização da competição entre as instituições financeiras – será muito importante essa discussão – e a lei de concordata e falência, que também está em discussão.

No que diz respeito à pergunta do Deputado Eduardo Cunha, novamente sobre a Argentina, é mais de 8%. Quanto ao compulsório, esclareceria que parte dele é depositado em dinheiro; outra, em títulos, dependendo do perfil de cada um.

Cento e oitenta e oito bilhões de reais de juros e amortização da dívida não é algo que envergonha o Brasil? Isso é uma realidade. Não se trata de vergonha. Temos de trabalhar para que esse número caia. Devemos dar à questão melhor direcionamento. E isso estamos fazendo. Já mostrei aqui como está andando o perfil da dívida e sua evolução. Novamente, estamos mostrando que a taxa de juros reais está indo numa direção favorável.

Por exemplo, os juros nominais pagos pelo setor público, consolidado no Brasil, foi em 2003 de 9,59% do Produto Interno Bruto; em março de 2004 estava em 8,52%; a previsão para dezembro é de 7,15%. Portanto, em resumo, compete-nos fazer o melhor possível para que essa relação caia.

A necessidade líquida de financiamento externo está caindo, em função exatamente do superávit de conta corrente.

As reservas são administradas de forma bastante técnica. Onde há competição, há avaliação pública em períodos determinados dos diversos administradores que cuidam de partes dessas reservas. Além disso, há critérios muito rígidos de relação retorno e risco. Quer dizer, não há dúvida de que se quiséssemos retorno maior – como qualquer investidor o quer -, poderíamos assumir riscos maiores. Não é, contudo, uma boa política de administração de reserva. A política de administração de reserva tem de mensurar muito bem o retorno sobre o risco. A reserva do País deve-se à boa técnica de gestão. Tem de ser aplicada em títulos de alta liquidez e segurança. Títulos têm retornos menores.

Fechando a questão externa em relação ao balanço de pagamentos, vamos ter um total de amortização ao redor de 38,3 bilhões de dólares. Quanto às transações correntes, não há necessidade de 0,2 bilhões de dólares. Estamos esperando 13 bilhões de dólares de financiamento direto.

Em termos de desembolso médio das instituições financeiras, esperamos que haja uma taxa de rolagem dos empréstimos privados no Brasil de 100%, o que significa taxas de longo prazo compatíveis com o mercado. Vamos ter um desembolso médio de 31,5 bilhões de dólares, incluindo saques aos fundos de cerca de 6 milhões de dólares. Isso inclui os bônus da República e o desembolso dos organismos.

Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy por considerar minha presença útil nas discussões de ordem macroeconômica. Certamente estaria reunido com o Presidente e com os Ministros, caso fosse convidado.

Sobre o atual formato das reuniões do COPOM. Estamos adotando o que foi definido pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Congresso Nacional, caso seja modificado o formato por diploma legal.

No critério atual não há nenhum segmento da sociedade com informação privilegiada, na medida em que a decisão do COPOM – isso quando acontece – é divulgada para toda a sociedade ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Permite-me uma observação? Posso fazer pequenas perguntas aos Deputados e Deputadas presentes?

Por acaso V.Exas. saberiam dizer -- pois todos os presentes se preocuparam com a taxa de juros -- quais são os membros do COPOM? Sabem o nome dos membros do COPOM que definem a taxa de juros?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Será que alguém sabe?

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Por que fiz essa indagação? Por que outro dia ela me foi feita por um membro do Governo num diálogo muito construtivo. Era o SecretárioExecutivo Samuel Pinheiro Guimarães, do Ministério das Relações Exteriores. Fiquei pensando nela. Por isso formulei a pergunta. Seria interessante que as sessões do COPOM fossem transmitidas. Tenho um projeto de lei para que a *TV Senado* faça essa transmissão. Como a *TV Senado* poderia ter conflito com o horário da reunião do COPOM, pensei na RADIOBRÁS.

Aliás, já conversei com o Presidente da RADIOBRÁS, Eugênio Bucci. Vou conversar depois com o Presidente Henrique Meirelles e com os Diretores do COPOM. Por quê? Porque seria interessante, devido à enorme importância que todos os Deputados, Senadores e o povo brasileiro dão à definição da taxa de juros estabelecida pelo COPOM. Todos poderiam ser membros do COPOM, além do Presidente Henrique Meirelles, que tem grande exposição pública. Que pudessem, portanto,

o Diretor de Política Econômica, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, João Antônio Fleury Teixeira, Alexandre Schwartsman, Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo, Paulo Sérgio Cavalheiro, Antônio Gustavo Matos do Vale, Sérgio Darcy da Silva Alves e Luiz Augusto de Oliveira Candiota serem reconhecidos por intermédio da televisão.

Dessa forma, quando o Afonso Bevilaqua saísse à rua, os empregados e desempregados diriam: *"O senhor se lembrou de mim na hora de definir a taxa de juros"*.

Faço a seguinte indagação, Presidente Henrique Meirelles...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Com toda a elegância e com todo o respeito que

tenho à tecnocracia do Banco Central, pediria que a temperatura da sala fosse diminuída. Com a baixa temperatura e a frieza tingida com a esperança que nos dá o representante do Banco Central, vamos pegar uma gripe asiática. Isso pode afetar os resultados macroeconômicos.

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA – É muito perigoso conhecermos o pessoal do COPOM. Em janeiro ou fevereiro eles iam levar umas laranjas ou ovos ou coisas parecidas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Sinceramente, Sr. Presidente, com respeito às observações dos Deputados Airton Roveda e Darcísio Perondi, primeiro acho que o calor desta reunião vai possibilitar que o Deputado Darcísio Perondi não fique com qualquer gripe.

Minha intenção com tal proposta é permitir que a população e os Parlamentares conheçam melhor o raciocínio, a reflexão dos membros do COPOM na hora de tomarem as decisões e saibam em que medida o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, o Sr. Afonso Bevilaqua e os demais membros do órgão levam em consideração, na hora de decidir, tanto o objetivo da estabilidade de preços, no que todos concordamos ser muito importante, como o da redução do desemprego e o da elevação da taxa de crescimento do País. Em que medida a mensuração da taxa de desemprego é considerada com o devido peso nas reuniões do COPOM?

É claro que a transmissão das reuniões traria ao processo decisório maior transparência; ao COPOM, maior responsabilidade; e à população, maior conhecimento das atividades do órgão.

Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, faço a V.Sa. as seguintes perguntas. Primeiro, do ponto de vista operacional, haveria algum problema em relação à transmissão das reuniões? Conversei com o Sr. Eugênio Bucci, Presidente da RADIOBRÁS, e ele me disse que, nasocasiões em que coincidir de a RADIOBRÁS – seja a *NBR*, seja a *Rádio Nacional* – estar transmitindo, por exemplo, uma reunião importante ou um pronunciamento do Presidente da República no horário em que estiver sendo realizada a reunião do COPOM, haverá um problema operacional.

Além disso, vamos supor que pudesse haver a transmissão das reuniões do COPOM e, também – mais importante ainda -, do Conselho Monetário Nacional, que ocorrem uma vez por semestre. Não é isso, Sr. Presidente Henrique Meirelles? As reuniões do Conselho Monetário Nacional ocorrem uma vez por ano ou uma vez por semestre?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O Conselho se reúne todos os meses.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Todos os meses. O Conselho Monetário também?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O Conselho Monetário Nacional também.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Que fogo amigo, hein? Um Senador do PT fazendo essa proposta!

Aliás, não há nenhum Deputado do PT aqui. É interessante a imprensa registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Mas a minha indagação é sobre se seria viável.

Se não fosse possível transmitir a reunião ao vivo, que a RADIOBRÁS o fizesse logo depois, assim que pudesse, para que todos nós conhecêssemos melhor como é feita a reflexão e tomada a decisão. Isso tornaria transparentes tanto a reunião do Conselho Monetário Nacional quanto a do COPOM.

Deputado Darcísio Perondi, é com o maior carinho e amizade que faço essa pergunta. *(Risos.)*

Concedo a palavra ao Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, respondendo à pergunta, não tenho conhecimento operacional do ponto de vista da RADIOBRÁS, mas certamente isso pode ser verificado.

Quanto à nossa posição a esse respeito, conforme já mencionei, Senador, qualquer que seja a decisão legal desta Casa em relação à maneira que deve funcionar o Banco Central, vamos segui-la.

Em relação aos outros países, não conheço experiência de Banco Central que tenha as reuniões do Comitê ou do Conselho de Política Monetária – ou órgão equivalente a esses – transmitidas ao vivo. Isso não quer dizer que eles estejam certos e, portanto, que não possa existir algo diferente. Estou apenas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Ou que o Brasil não possa lhes dar um bom exemplo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Ou que o Brasil não possa inovar.

Lembro apenas que há razões para o fato de tais reuniões não serem transmitidas. Meramente, como motivo de futura reflexão do Senador, informo que uma das preocupação existentes é a de que, como se trata

de discussão que leva um tempo relativamente prolongado, e, como os mercados funcionam ininterruptamente – se não estão abertos no Brasil, estão abertos em outros países, e em todos eles são negociados títulos brasileiros -, e, como muitas vezes, uma discussão que pareça estar indo em determinada direção pode se inverter no decorrer da reunião, uma reunião assim pública pode gerar instabilidade nos mercados e não ser muito favorável à economia.

O Senador mencionou, com muita propriedade, a necessidade de se conhecer o COPOM. A esse respeito, esclareço que das notas do COPOM constam não só o nome de todos os seus membros, com os seus cargos etc. – informação que o Senador tem -, como também, e mais importante ainda, que em determinado momento elas deixam transparentes – e é do conhecimento de toda a sociedade brasileira que tenha interesse no assunto – todo o processo racional desenvolvido pelos membros do órgão, quais foram as decisões tomadas e o motivo que o levou a elas.

Mas, dito isso, Senador, gostaria de deixar claro que seguiremos, absoluta e disciplinadamente, qualquer que seja o formato definido por esta Casa.

O Deputado Airton Roveda nos faz o seguinte apelo: *"Façam alguma coisa!"* S.Exa. deu 2 exemplos: baixar o preço do diesel – e mencionou as vantagens de tal medida – e baixar os juros.

Eu diria a S.Exa. que estamos procurando fazer muitas coisas, entre elas, algo muito importante, que é a estabilização de preços no Brasil, o que significa trazer a inflação para o patamar de metas definido pelo Conselho Monetário Nacional e manter uma política cambial que beneficie o aumento do equilíbrio externo, segundo o sistema de metas de inflação.

Quanto ao outro apelo do Deputado, no sentido de baixarmos os juros, já falamos suficientemente sobre o tema. Os juros de mercado que são pagos pelo Governo por meio da remuneração da dívida pública ou pelas empresas envolvem fatores gerais. Estamos vendo paulatino decréscimo dessa taxa nos últimos meses, período em que ela vem atingindo níveis baixos em comparação aos praticados no passado recente do País.

A Deputada Professora Raquel Teixeira pergunta sobre a meta para 2005: se existe uma mudança de meta e, nesse caso, qual seria a nova meta.

Deputada, a meta para 2005 foi fixada na reunião do Conselho Monetário Nacional de junho de 2003. O Conselho Monetário Nacional estará reunido em junho de 2004 para fixar a meta para 2006. Portanto, a meta está fixada em 4,5%, e compete ao Banco Central cumpri-la.

Existem propostas importantes, de pessoas altamente qualificadas – entre elas, representantes da população -, que sugerem uma discussão das metas futuras. Trata-se de legítimo debate da sociedade. Entretanto, a meta para 2005 está fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Não há na agenda do Conselho nenhuma proposta de discussão da meta.

Repito: não compete ao Banco Central participar desse tipo de discussão, mas, sim, implementar a meta definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Em relação à trajetória de metas e o seu impacto sobre o crescimento, Deputada, a idéia é a seguinte. O sistema de metas de inflação é o mais bem sucedido na última década, não só para o combate à inflação – tanto que houve queda da inflação média em diversos países -, mas também para efeito sobre a atividade econômica, à medida que a estabilidade de preços, conforme mostra a história, favorece o crescimento potencial dos países. Não resolve todos os problemas de crescimento, mas, pelo menos, elimina um problema importante – a inflação.

Em resumo, a meta de inflação é o sistema de menor custo, se comparado com os demais usados em passado recente, e de maior eficácia para o controle da inflação.

Em relação ao fato de o FED levar em conta o desemprego ao tomar suas decisões, devo dizer que o Banco Central considera, na sua avaliação, com seus modelos, toda uma série de indicadores econômicos.

Voltamos à questão central, Deputada. A experiência mostra que o Banco Central dá a sua melhor colaboração à sociedade quando faz a inflação entrar na trajetória de metas – sejam elas explícitas, como no caso do Brasil, sejam implícitas, como no caso do FED, que não as divulga. Portanto, a estabilidade de preços é precondição para o crescimento.

Em relação à sua pergunta sobre núcleo de inflação *versus* inflação cheia, ressalto que o debate acerca do tema existe e é válido. A decisão do Brasil foi trabalhar com a inflação cheia, isto é, a inflação total, e não apenas com a inflação medida por um determinado tipo de núcleo.

Trata-se, conforme eu disse, de discussão válida, mas eu alerto os Srs. Parlamentares para um dado importante – já que estamos no final da reunião e podemos ir mais devagar um pouquinho -, contido numa expressão muito feliz criada pelo saudoso Ministro Mário Henrique Simonsen, a maldição dos índices. Ele dizia que todas as vezes que se procurava sair de um índice para passar para outro havia uma punição. O que eu quero dizer é o seguinte: o importante não é adotarmos um ou outro índice, mas mantermos a consistência do que escolhermos.

Ainda tenho que terminar de responder à pergunta da Deputada, mas me parece que o Deputado tem alguma observação a fazer.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Eu quero fazer a réplica e prometo ser curtíssimo. V.Sa. responda, primeiro, à Deputada.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não, Deputado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Regimentalmente, V.Sa. tem que responder a todos os que perguntaram primeiro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Perfeitamente! Tudo bem. É que, como V.Exa. já acionou o microfone, eu pensei que...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Responda primeiro à Deputada, terceira Parlamentar mais votada de Goiás.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Está certo.

Em relação à questão da SELIC *versus* taxa de juros ao consumidor, deixe -me apresentar a V.Exa., Deputada, alguns dados, primeiro sobre operações de crédito com recursos livres para pessoa jurídica. A taxa média, em 2003, foi de 38,1%, contra 30,4% em 2004, até agora, para pessoa jurídica. Portanto, houve queda de 7,7%. Para pessoa física, caiu de 87,3% para 64%, o que significa redução de 23%. No caso de pessoa física, o *spread* caiu de 59,9% para 48,6%, o que mostra uma diminuição de 11,3%. A queda da SELIC já é conhecida.

Com relação à outra pergunta – se podemos esperar uma queda dos juros pagos em relação ao PIB para 2005 e 2006 -, a resposta é: se mantidas as atuais políticas monetária e fiscal, conforme a nossa avaliação, certamente esse será o caminho, e as despesas com os juros tenderão a cair.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – A réplica, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Pois não, Deputado. V.Exa. dispõe de um minuto.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Em relação ao desemprego, não aceito de forma nenhuma que seja passada para o Brasil a impressão de que a situação do emprego está alentadora e estimuladora.

A renda da classe média, repito – podem perguntar a todos os que estão nesta sala; não sei se há algum rico aqui -, caiu, e as pessoas têm sentido essa queda. Em todas as famílias há sempre alguém – a esposa, o filho ou o irmão – em busca de emprego. Isso é reflexo da maldosa política monetária ortodoxa.

Quando V.Sa. falou em Mário Henrique Simonsen e na maldição dos índices, pensei que fosse falar da herança maldita, que, na verdade, não é maldita. V.Sa. foi cuidadoso e não falou nela, mas a bancada federal do PT aqui não está para não ter que defendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – O PT está presidindo a reunião, Deputado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Mas, se a chamada herança maldita fosse muito ruim, o atual Governo não teria seguido a política monetária do anterior. Eu discordava do Malan, mesmo sendo Vice-Líder de FHC. Só que a política por ele adotada foi *overdose* feita por um médico, e V.Sa. é um enfermeiro do Ministro Palocci, ou um médico não formado.

Em segundo lugar, dizer neste plenário que a taxa real de juros caiu de 26,5% para 16% é o mesmo que comparar 2 cidadãos: um que caiu do 20º andar e outro que caiu do 10º andar: ambos morreram...

Em terceiro lugar – e neste ponto concordo com V.Sa. -, faço política porque sou um homem movido a esperança, e o faço por missão. Senão, voltaria – repito – a exercer a medicina, e medicina da criança, porque quem trabalha com a criança trabalha com esperança.

V.Exa., com certeza, tem o mesmo marqueteiro do Presidente Lula, o Duda – olhe que o Duda começou a errar! -, porque em dezembro encampou a projeção do IBGE de crescimento de 6,14% do PIB para este ano. A projeção foi feita pelo IBGE, mas não foi ele, e sim V.Sa., o Sr. Henrique Meirelles, quem a anunciou. E todas as agências a apresentaram. Seja um homem da esperança, mas não de falsas esperanças, porque os empresários e os desempregados estão perdendo a confiança no Governo – os índices de popularidade do Presidente Lula mostram isso.

Muito obrigado pela atenção e pelas aulas que V.Sa. nos deu. Embora eu não seja economista, aprendi bastante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Deputado Airton Roveda.

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA – Sr. Presidente, pensei que o Presidente do Banco Central tivesse grande influência no COPOM. Conforme já disse, janeiro e fevereiro eram os meses da esperança, e ela foi frustrada – isso é uma realidade. Eu pensei que teria do Presidente resposta para a minha dúvida, mas S.Sa. mostrou que não tem interferência no COPOM.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – S.Sa. é membro do COPOM.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Vamos devagar.

O que eu disse é o seguinte: o COPOM tem diversos membros, e eu sou o seu Presidente. Portanto, conduzo a reunião, tenho direito de voto e sou responsável pelo voto de Minerva.

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA – Tudo bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, desejo apenas dizer ao Deputado Darcísio Perondi, que ainda está presente, que S.Exa., na condição de pediatra, pode ajudar o Sr. Garotinho a resolver um bocado de problemas, não só do Rio de Janeiro como também do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, para suas considerações finais.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, demais Parlamentares, a discussão hoje travada durante esta reunião foi extremamente útil e proveitosa. Para nós, do Banco Central, é sempre uma extraordinária oportunidade vir ao Congresso Nacional, não só para expressar as nossas avaliações, mas também para ouvir os representantes da população brasileira e certamente aprender muito com V.Exas.

Em relação à política do Banco Central, gostaria apenas de enfatizar que compete ao órgão e aos membros da Diretoria, dos departamentos e do corpo funcional do Banco fazer o que lhes parece ser o melhor, e é assim que sempre procuramos agir.

Quanto às taxas de juros, novamente ressalto que se trata de importante preocupação de todos. As taxas de juros no Brasil têm sido, por razões históricas, muito elevadas, e os motivos que levam a tal fato são objeto de importante debate acadêmico.

Tendo dito isso, é importante ressaltar que tentativas de baixa artificial da taxa básica de juros pelo Banco Central, feitas no passado, levaram a aumentos das taxas de mercado, o que não foi positivo para o País. Portanto, as taxas de juros têm que ser administradas com muito cuidado e muita perícia por qualquer Banco Central.

Desejo fazer apenas uma última observação em relação aos famosos 6,14% do ano passado: pela última vez, afirmo que essa nunca foi uma projeção, mas uma medida anualizada da inflação do último trimestre de 2003. A projeção de inflação para 2004, obtida a partir do relatório de inflação do último trimestre de 2003, foi de 3,5%.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – De inflação ou de crescimento?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Desculpe-me. De crescimento.

Vou repetir, então: os 6,14% são relativos ao crescimento anualizado do Brasil no último trimestre de 2003, e a projeção de crescimento do PIB feita pelo Banco Central para 2004 é de 3,5%.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Henrique Meirelles, pela participação nesta reunião.

Agradeço ainda a presença a todos os Parlamentares que aqui estiveram.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

(Está encerrada a presente reunião.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de maio de 2004, às 11:30 horas.

Às doze horas e vinte minutos do dia doze de maio de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, AFLTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA, CESAR BORGES, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, OSMAR DIAS, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, ROMERO JUCÁ, PAULO OCTÁVIO e LEONEL PAVAN.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente Senador **NEY SUASSUNA** coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que, extra-pauta, é apresentado o **Requerimento nº 13/2004–CFC,** que requer, "com base no art. 102-C, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja o Relatório da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2/2003 enviado ao Ministério Público Federal para que, nos termos daquele inciso, "promova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas". **Autor**: Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA; Resultado: APROVADO.** A seguir, a Comissão passa a deliberar a seguinte pauta: **Item 1) Requerimento nº 14/2004–CFC,** que requer, "nos termos regimentais, que a Comissão de Fiscalização e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria sobre a aplicação dos recursos do PROJETO ALVORADA, referentes aos exercícios de 2001, 2002 e 2003, bem como o envio pelos Estados participantes do Projeto de Relatório de execução e prestações de contas dos recursos recebidos". **Autora**: Senadora **ANA JÚLIA CAREPA; Resultado: APROVADO. Item 2) Requerimento nº /2004 – CFC,** que "requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convocado o Senhor Ministro

de Estado do Trabalho e Emprego para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores membros desta Comissão de Fiscalização e Controle sobre contrato firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a organização não-governamental ÁGORA – Associação para Projetos de Combate à Fome, destinado a executar Projeto de Preparação de Jovens Carentes, no valor de R$ 7,5 milhões, como parte do Programa Primeiro Emprego." **Autor**: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO; Resultado: ADIADO. Item 3) Requerimento nº /2004 – CFC,** que "requer a convocação do Ministro de Defesa, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos acerca de contrato firmado com a Fundação Getúlio Vargas, para serviços de consultoria". **Autor**: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO; Resultado: ADIADO.** Usam da palavra os Senadores **CÉSAR BORGES e ANA JÚLIA CAREPA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DO DIA 12-5-04

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sob a proteção de Deus, iniciamos a 12ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

APROVADA.

Srªs e Srs. Senadores, há apenas três requerimentos. Um deles é de autoria do Senador João Alberto Souza:

"Com base no art. 102, "c", inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Relatório da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2003, seja enviado ao Ministério Público Federal, para que, nos termos daquele inciso, promova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas".

Informo que o Relatório nº 2, do nobre Senador Luiz Otávio, aprovado nesta Comissão, solicita apenas que as informações também sejam encaminhadas ao Ministério Público Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

APROVADO.

O Item 1 da pauta refere-se ao requerimento da nobre Senadora Ana Júlia Carepa, que, com base no art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita a esta Comissão realizar diligência na aplicação dos recursos do Projeto Alvorada referente aos exercícios de 2001, 2002 e 2003.

A Presidência informa que esta Comissão não possui corpo técnico suficiente para realizar tal diligência. Nesse caso, sempre pedimos colaboração ao Tribunal de Contas da União. Portanto, podemos solicitar uma tomada de contas especial sobre esse assunto, ou seja, a aplicação de recursos do Projeto Alvorada referente aos exercícios de 2001, 2002 e 2003.

Nobre Senadora Ana Júlia Carepa, estava explicando que o requerimento de V. Exª solicita à Comissão a realização de diligência. Como não há corpo técnico para fazê-la, normalmente pedimos uma tomada de contas especial ao Tribunal de Contas da União, que faz essa apuração em tempo hábil. Era essa a proposta que estávamos apresentando aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa para dizer se concorda com essa apresentação do requerimento de sua autoria.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, não vejo nenhum problema em relação a essa proposta. O Senador Luiz Otávio é testemunha de que alguns costumam dizer que há atraso nas obras. Isso não ocorre apenas naquela região, mas em vários Estados.

O nosso intuito é ajudar a esclarecer as dúvidas. Sabemos que, às vezes, há pequenos erros. Portanto, queremos ajudar a liberar os recursos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concordo, Senadora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Concordo com a idéia.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Além do pedido de tomada de contas, poderemos emitir um ofício.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Para cada Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Para os Estados, pedindo informações, o que também levará ao aceleramento do processo que V. Exª deseja.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Isso é importante, porque o nosso intuito é ajudar, para que possa haver a continuidade das obras. Fizemos isso com o nosso objetivo de tentar ajudar a agilizar a prestação de contas. Sabemos que a liberação

depende da prestação de contas. Por isso, queremos tentar ajudar nesse sentido.

Concordo com o encaminhamento dado pelo Senador, acrescido desse adendo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Posto dessa forma, creio que os Srs. Senadores já podem discutir a matéria.

Em discussão.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, tenho certeza de que a iniciativa da Senadora Ana Júlia Carepa faz com que seja ouvido o grande clamor principalmente da população mais carente dos menores Municípios brasileiros que se encontram em uma situação muito difícil.

O Projeto Alvorada foi iniciado na maioria dos Municípios brasileiros e, em alguns deles, chegou a ser concluído. Porém, na grande maioria, o projeto está em fase de conclusão.

Na verdade, existe uma grande reclamação, como disse a Senadora Ana Júlia Carepa, não apenas da população, mas dos Prefeitos, dos Parlamentares de todos os Partidos, de que realmente o Projeto Alvorada deve apresentar uma definição clara daquilo que será concluído e daquilo que será até reiniciado, como existem alguns casos. Portanto, a proposta da Senadora de provocar convidar o Tribunal de Contas da União para fazer face a diligências dos anos de 2000, 2001, 2002 e até 2003, ano em que esse projeto foi mais acelerado e desenvolvido, será uma grande oportunidade de esta Casa, em especial a Comissão de Fiscalização e Controle, tão bem presidida por V. Exª, dar ao Brasil inteiro, principalmente ao Estado do Pará, que representamos, um diagnóstico do que, na verdade, aconteceu e do que está acontecendo, para verificar o que poderá ser resolvido e agilizado na liberação de recursos daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

APROVADO.

Hoje teríamos três itens, um dos quais atinente à convocação do Ministro do Trabalho. Não havendo **quorum**, apreciaremos as matérias em outra reunião. Vamos apenas encaminhar dois ofícios: um ao Ministério Público Federal e outro ao Tribunal de Contas da União. Todos estão de acordo?

Vamos fazer um apelo no sentido de que, na próxima reunião, todos os Srs. Senadores compareçam.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h27min)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de Maio de 2004, às 10 horas.

Às onze horas do dia dezenove de maio de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **IDELI SALVATTI, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, CÉSAR BORGES, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, ANA JÚLIA CAREPA e DELCÍDIO AMARAL.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente Senador **NEY SUASSUNA** coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a reunião tem o objetivo de realizar Audiência Pública destinada a ouvir as partes no que tange ao processo de contaminação das águas e da desertificação na Região de VAZANTE – MG, em decorrência da exploração subterrânea de zinco, avaliando o desastre ambiental ali ocorrido, e, em conseqüência, as providências cabíveis para o problema, em conformidade com o **Requerimento nº 10/2004-CFC.** Tomam assento à Mesa e realizam suas exposições os convidados – Sr. GILBERTO MACH BARRETO, proprietário da Fazenda Reunidas Salobo de Vazante – MG; Prof. ANTÔNIO ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA – PUC do RIO DE JANEIRO, especialista em Hidrogeologia; Dr. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Coordenador Geral de Controle e Qualidade Ambiental do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; DR. JOÃO CÉSAR DE FREITAS PINHEIRO – Diretor-Geral Adjunto do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral; Drª. GISELA DAMM FORATTINI – Superintendente de Fiscalização da ANA – Agência Nacional de Águas; Dr. JOAQUIM MARTINS – Procurador da FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais; DRª. BÁRBARA VALADÃO – Gerente da Divisão de Extração de Minerais Metálicos da FEAM. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os Senadores **AUGUSTO BOTELHO, ANA JÚLIA CAREPA e SIBÁ MACHADO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DO DIA 19-5-04

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

APROVADA.

Esta audiência pública é destinada a ouvir as partes no que tange ao processo de contaminação das águas e da desertificação na região de Vazante, Minas Gerais, em decorrência da exploração subterrânea de zinco, avaliando o desastre ambiental ali ocorrido e, em conseqüência, as providências cabíveis para a solução do problema.

Foram convidados o Sr. Gilberto Mach Barreto, proprietário das Fazendas Reunidas Salobo de Vazante; o Professor Antonio Barboza de Oliveira, da PUC do Rio de Janeiro, especialista em hidrogeologia; o Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Controle e Qualidade Ambiental do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; o Dr. João César de Freitas Pinheiro, Diretor-Geral Adjunto do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral; a Drª Gisela Damm Foratini, Superintendente de Fiscalização da ANA – Agência Nacional de Águas; o Dr. Joaquim Martins, Procurador da Feam – Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais; a Drª Bárbara Valadão, Gerente da Divisão de Extração de Minerais Metálicos da Feam; e a Drª Sandra Oberdar, Técnica da Divisão de Extração de Minerais Metálicos da Feam.

Convidamos, para compor a Mesa, essas pessoas cujo nome foi citado. Por favor, queiram comparecer.

Sejam bem-vindos.

A Presidência pede desculpas por ter atrasado um pouco, mas hoje há sete medidas provisórias sendo votadas simultaneamente. Realmente, estamos desdobrando-nos para atender todos os compromissos.

Concedo a palavra ao Dr. Gilberto March Barreto, proprietário das Fazendas Reunidas Salobo de Vazante.

O SR. GILBERTO MACH BARRETO – Bom dia, Senadores, senhoras e senhores. Inicialmente, agradeço a oportunidade de estar nesta Casa e de poder esclarecer os cidadãos sobre o que está acontecendo em Vazante. É uma situação bastante grave, que merece que todo cidadão brasileiro conheça, devido às proporções do que pode acontecer.

Esta Casa, em especial, deixa-me emocionado. Aprendi, desde muito cedo, a conviver nesta Casa, a aprender a cidadania e tudo que está envolto na política, uma vez que meu pai, em duas ocasiões, representou o Estado da Paraíba no Senado Federal. Muito obrigado.

A situação de Vazante pode parecer complexa...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os requerimentos já foram aprovados, e estamos em audiência pública.

Há número regimental no livro de presença. Como está havendo várias atividades simultâneas, não deliberaremos, portanto a reunião está de acordo com o Regimento.

O SR. GILBERTO MACH BARRETO – A questão ambiental de Vazante se inicia em 1986, com um estudo de impacto pedido pela CMM ao IPT. Esse estudo do IPT contratado pela CMM mostrou como a área do aqüífero, de 91km², seria uma área de alto risco à implantação do empreendimento de rebaixamento. Isso evidentemente redundou em uma série de estudos feitos pela CMM, que contratou a Brant Consultores, em 1991, a qual apresentou estudos de impacto ambiental, em 1991, um RCA/PCA. Esses estudos já mostravam os altos riscos desse empreendimento. A própria Feam, verificando tudo o que estava nesse RCA, não se sentiu tranqüila em fazer a aprovação do empreendimento.

Há de se notar que o empreendimento, inicialmente em 1991, era para bombear 2.500m³ de água por hora. Hoje a empresa bombeia cerca de 7.000m³ por hora, e a outorga requerida ao Igam, que ainda não foi concedida, pede que ele passe a bombear 16.100m³ por hora.

Voltando a 1991, a Feam, então, resolveu contratar uma nova análise. Por tal, contratou o engenheiro hidrogeólogo mineiro Antônio Sérgio Max Gonzaga para estudar todos os materiais que foram apresentados, e este, já em 1992, apresentou quais eram as conseqüências desse empreendimento. Isso é muito claro no estudo dele – se V. Exªs quiserem podemos fornecer cópias. Ele diz que haveria contaminação do lençol freático, conflitos por escassez de água, e chega a colocar perda de vidas humanas, se houvesse o bombeamento conforme as condições ali solicitadas, de 2.500m³.

Outra questão refere-se ao Decreto de 1º de outubro de 1990, que prevê a preservação das cavernas. Essas cavernas de Vazante estão muito perto do bombeamento. Não há de se falar sobre área do impacto,

porque, como se trata de uma zona de calcário, a área toda pode estar envolvida.

Outra questão é que nenhuma autoridade deixou de ser comunicada a respeito dos fatos aqui narrados, seja ela Ibama, Agência Nacional de Águas, Departamento Nacional de Produção Mineral, Feam, Igam, Secretaria de Minas e Energia de Minas, Codema de Vazante, etc. Também há audiências da Câmara Municipal de Vazante, bem como da Assembléia Pública de Minas Gerais. Tudo isso comprova a gravidade do problema e gera uma série de recomendações, as quais, no meu ponto de vista, jamais foram sequer colocadas.

Outro aspecto absurdo, eu diria, é que esse empreendimento que está causando todo esse grave dano teve um financiamento significativo do BNDES. É evidente que pedimos à Feam inclusive o cancelamento da licença ambiental, para que houvesse o cessamento das parcelas relativas ao BNDES. Evidentemente o relatório da Feam é absolutamente conflitante, a ponto de, depois, recomendar que seja continuado o financiamento.

Outro ponto que considero relevante é que a Feam, aqui representada, coloca como medida mitigadora o fornecimento de água para fazendeiros. São 105 fazendeiros atingidos por esse rebaixamento, no último levantamento.

O absurdo é que, apesar de haver uma medida mitigadora e, posteriormente, uma condicionante da licença ambiental emitida em dezembro de 2001, a Feam chegou à conclusão, por meio de carta endereçada a nós, da fazenda, de que não fornecerá água, uma vez que temos uma demanda judicial contra a empresa. Os advogados da Mineira protocolizaram essa carta naquela data, em 2002, dizendo que jamais nos fornecerão água, apesar de ser uma medida mitigadora, que os obriga a tal. O mais absurdo é que a Feam, em 2003, escreveu-me, dizendo que não pode atender ao meu pedido de água, uma vez que não tem informação sobre a falta de água na minha fazenda.

Ora, sem olhar o aspecto de que há, ou não, comprovação de água na minha fazenda, trata-se de medida mitigadora, condicionante. Ela tem de atender. Além disso, há uma anterior, em que o próprio advogado diz que jamais fornecerá água. Então, provavelmente, a Feam esqueceu-se de ler os documentos, quando emitiu a carta para mim.

Outro ponto importante é que, apesar de estarmos falando do maior rebaixamento de lençol freático do País, ele não tem a outorga do Igam, que é o órgão de gestão das águas de Minas Gerais. É um absurdo, mas é verdade. E a ANA – Agência Nacional de Águas diz, por meio de documentos – que também podem ser facilmente consultados aqui –, que fica solidária com o Igam, em relação às medidas que está tomando. Ora, ele sequer tem outorga. Como ela pode ficar solidário com alguém que sequer tem a outorga? Para mim, isso é um absurdo; soa-me como se as autoridades ambientais não estivessem verificando a proteção do meio ambiente e seus cuidados.

O pior de tudo isso, Excelências, é que, além de todos os danos que já relatei, agora, em 2003, houve a morte de várias cabeças de gado na minha fazenda. Chamamos, então, o Ima – Instituto Mineiro de Agropecuária, que coletou sangue dos animais vivos. Para nossa surpresa, há de 80 a 120 vezes o padrão normal de chumbo e zinco no sangue das cabeças que foram escolhidas pelo Ima no gado. E existe uma ação de 1989, transitada em julgado em 2000, de outro fazendeiro de nome Bertoldo, em Vazante, sobre o mesmo tema: morte de animais por contaminação de emissão de gases dos fornos da Companhia Mineira de Metais.

Também volto a dizer que não sei onde está o Ibama, nem o Igam, nem a Feam, ninguém, porque todos têm conhecimento da morte desses animais, não mais por rebaixamento, mas por emissão de gases particulados. O Ibama, no seu relatório de 1999, faz menção a isso e, no de 2001, repete que há gases e que vai comunicar à Feam que os fornos não tinham os filtros adequados, e continua a verificar tudo.

A desertificação de uma extensa área do Noroeste de Minas, envolvendo a área de vazante, muito provavelmente deve ser pelo menos comunicada a todo cidadão brasileiro para que tomemos uma posição. Uma mineração que traz uma série de benefícios deve operar dentro de meios e maneiras que levem a um desenvolvimento sustentável, que, parece-me, não é o caso da operação da Companhia Mineira de Metais em Vazante.

Gostaria de mostrar o resumo dos danos. Crateras e subsidências: algumas centenas. Neste mapa na parede, todo pontinho preto equivale a uma dolina, que é uma subsidência feita por ação do homem ou por ação natural. No caso de vazante, evidente que era uma zona cártica e que existiam uns pequenos números de dolinas. Hoje são mais de 300, pela última contagem que obtive da FEMA. A todo dia, a toda hora ocorre. Na cidade de Vazante, em dezembro. Agora em janeiro, aconteceu uma dolina dentro da cidade. Na minha fazenda, há mais de 30. No entorno, há mais de 300. Isso não vai parar.

O açoreamento e poluição do rio Santa Catarina talvez seja um dos mais graves e mais diretos. No momento, já em algum tempo, a sociedade brasileira, por intermédio de uma série de pessoas e dos seus

senadores, deputados e ministros, discute a questão de transposição das águas do São Francisco. Quanto ao açoreamento do rio Santa Catarina com metais pesados durante o tempo em que houve o acidente e que a empresa continuou a operar normalmente levando a quantidade de 240 toneladas por dia lançadas no rio Santa Catarina, afluente direto do São Francisco, até hoje nenhuma medida direta foi tomada. Vejo como necessário que haja uma medida para limpar a calha do rio Santa Catarina de todos esses metais lançados durante todos esses anos. Isso é inegável. Existem laudos periciais da Universidade Federal de Uberlândia que mostram que a contaminação das raízes no entorno do rio estão 50 a 80 vezes, sem considerar os sólidos, as lamas, tudo o que está à beira do rio.

Outro ponto é a contaminação do aqüífero Guarani e do lençol freático. As bordas do aqüífero Guarani – fiz uma extensa pesquisa na Internet – estão numa região de vazante. A mineração faz o rebaixamento a 450 metros. É provável – não tenho informação e custaria valores significativos provar isso – que o aqüífero Guarani esteja sendo atingido por este bombeamento de alguma forma, uma vez que a borda dele, a área de recarga deve estar em torno dos 600 metros de profundidade, e a mina está a 450.

Outro ponto importante é a desertificação da área de impacto do rebaixamento. Estimo pelas informações do IPT que uma área de cerca de 150km² no entorno do empreendimento esteja sendo desertificado a todo dia. E o que é pior: estamos falando de um bombeamento de 7 mil a 7 mil e quinhentos. Se houver uma autorização para 16 mil e 100, nada vai mais acontecer que acelerar esse problema e essa desertificação.

Outro ponto, como já dito, refere-se ao comprometimento do patrimônio das cavernas no entorno de Vazante. Existem também relatórios da Brant e do Cecav que já abordam esse problema em relação ao empreendimento.

A contaminação do ar e a morte de animais, conforme já foi dito, são situações bastante graves. O Ibama já fez visitas a respeito desse tema. Tenho e mão o relatório do Ima, caso alguém se interesse. Esses fatos continuam acontecendo todos os dias, todas as horas. É muito provável que essas contaminações que vêm pelo ar por meio de partículas afetem também os seres humanos.

Outro ponto não menos importante é a agressão ao ambiente na área de interesse da biodiversidade. Conforme atlas da biodiversidade de Minas Gerais – se alguém se interessar, tenho-o em mão –, a área de vazante tem uma extensa área que é de interesse extremo para a biodiversidade de peixes e animais, especificamente de aves. Esse é o problema, sem dúvida, da morte de todos os peixes.

Esse é um filme sobre o evento de 1992 que mostra a situação do rio. Foi um fazendeiro que me deu. Pode-se notar que não sobrou peixe algum vivo. Vemos agora o guarda florestal fazendo a coleta para análise.

Esses lançamentos no rio Santa Catarina foram repetidos várias vezes no decorrer desses anos. O último, inclusive, deu-se em 2002. Há um relatório da Feam sobre o assunto, que, no meu ponto de vista, não deixa claro que a responsabilidade pode ser atribuída à companhia mineira, mas pelo menos mostra todos os indícios de que o acidente de 2002 foi ocasionado por um lançamento de sólidos particulados no rio Santa Catarina, afluente do rio São Francisco.

Gostaria de mostrar algumas fotos, porque elas podem ser esclarecedoras para quem nunca viu. Algumas fotos demonstram qual a situação de Vazante. Vemos aqui os fiscais da Feam. Essa mostra é uma dolina nascendo. Outra mostra o fiscal da Feam coçando a cabeça, porque, provavelmente, não tem mais nada a fazer. Há ainda mais fotos. Outra mostra um gado morto dentro de uma dolina. Uma outra mostra o rio e a área da biodiversidade. Essa mostra os relatório e documentos feitos por nós, que mostram a foto de satélite. Outra foto mostra as dolinas que aconteceram e que contaminaram os lençóis. Tenho documentos da Feam que comprovam essas afirmativas. Outra traz o rio Barroquinha, o balão de ar descarregado, os metais com sólidos. Uma outra traz uma dolina dentro de uma área. Essa foto mostra mais dolinas. Essa está muito clara. Essa foto mostra um acidente na Nova Zelândia similar ao que ocorreu em Vazante, o rebaixamento do lençol levando ao colapso do subsolo. Essa é uma foto de satélite do Imasat da área provável do impacto, incluindo a cidade de Vazante, incluindo a CMM.

(Projeção)

Aqui temos um rio seco, na propriedade do fazendeiro Gilberto Batista, que comprova a desertificação. Aqui temos mais dolinas, em série, a casa da fazenda; uma audiência pública em Vazante; uma pequena dolina com gado morto no fundo, outra dolina, tão grande que não cabia na foto. Outra dolina – notem o tamanho das pessoas em relação ao tamanho buraco. Aqui temos a mesma dolina em outro ângulo. Aqui temos mais repetições.

Por fim, além das questões levantadas, gostaria de relatar algo que me surpreende. Há algum tempo, eu, junto a alguns fazendeiros, criei um **site** na Internet de nome ecodenuncia.com.br, em que disponibilizei – já que a mídia não faz a cobertura desse evento – para a sociedade, de maneira objetiva, quais os problemas de

Vazante. Devido a várias questões judiciais, o **Foum** de Vazante determinou que retirasse o **site.** Prevendo problemas, eu já tinha vendido esse **site** a um grupo americano que trata de meio ambiente. E o **site** continua disponibilizado na Internet nos Estados Unidos. Mas, para minha surpresa, há 10 dias, a Companhia Mineira de Metais, não satisfeita com a retirada do **site,** agora pretende ter ganho financeiro. Com ação judicial, a companhia me cobra R$100 mil, alegando que estou caluniando a empresa.

Faço esse relato para que se possa verificar o quão complicada é a luta em um caso tão complexo e de tanto impacto quanto o de Vazante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço ao Dr. Gilberto.

Concedo a palavra ao Sr. Antonio Roberto Barbosa de Oliveira, professor da PUC do Rio de Janeiro, especialista em hidrogeologia.

O SR. ANTONIO ROBERTO BARBOZA DE OLIVEIRA – Bom-dia.

Quando chamado a conhecer o que estava acontecendo em Vazante, fiquei assustado porque não conhecia nenhum bombeamento dessa natureza. Conheço minas da África do Sul, dos Estados Unidos, mas não aquelas que retirem do subsolo oito mil ou mais metros cúbicos de água por hora.

Para que V. Exªs tenham uma idéia, essa quantidade de água seria capaz de abastecer uma cidade de dois, três mil habitantes/dia, aproximadamente. É muita água retirada do subsolo.

O subsolo não é tão conhecido. Na realidade, há uma estimativa do que acontece por meio de sondagens pontuais e é feita uma experimentação, ou seja, tenta-se tecnicamente modelar, resolver matematicamente, mas acidentes acontecem. É difícil prever subsidência, nome geral dado às dolinas, que são calcárias ou descidas de solo, como a que surgiu em Nova Zelândia.

Ocorre que o calcário é solúvel em água. Quando chove, dissolve-se o calcário e formam-se cavernas nos subsolos. Essas cavernas podem ser rasas ou profundas. Serão profundas se houver um rio correndo para o fundo e nele houver solubilidade. Na realidade, há subsidências, que são as dolinas. Há cavernas verticais e as dolinas. A parte inferior, chamada de paleocasto, é uma zona muito compacta, quer dizer, à medida que a Mineira de Metais retira água do subsolo a água torna-se extremamente compacta, porque as dolinas ocorrem até uma determinada profundidade.

A formação de zinco e cádimo que se dá em vazante nasce dentro de uma zona calcárea. Então, é um minério sulfetado, que, após sofrer ação do tempo, torna-se minério silicatado. A Mineira de Metais, em 1999, começou a fazer uma abertura no subsolo até atingir a zona calcárea. Ao atingir a zona calcárea, houve um esvaziamento de toda a área de água, que está representada em amarelo e azul. Houve todo esse esvaziamento do lençol freático em direção à mina, o que provocou o rebaixamento do lençol e a aceleração do dolinamento. O dolinamento ocorre naturalmente em solo calcáreo. Mas, neste caso, houve uma aceleração muito brusca e violenta dessa área de dolinamento depois de 1999, quando se atingiu essa lente do contato da mina com a área calcárea. O que provocou mais dolinamentos; e dolinamentos devem estar ocorrendo no subsolo.

Os últimos anos foram muitos secos, mas, na ocorrência de chuvas, a nova água que chega, que vai procurar o subsolo, vai dissolver ainda mais a superfície. Essas dolinas que devem estar ocorrendo neste momento resultam da dissolução dessa área superficial, cuja estabilidade já estava afetada pelo rebaixamento do lençol.

Estou mostrando exemplos do dolinamento que ocorre a 400m de profundidade. Dolimentos podem ocorrer a partir da superfície pela infiltração de água de um rio subterrâneo.

Buracos no subsolo provocam outro tipo de dolinamento. Ao retirar-se a água desses buracos, ocorre o colapso da superfície em direção ao subsolo.

Copie de um relatório o parecer de um técnico da FEAM o seguinte: " Caio, ciente e triste, há efluência de 4 gramas por litro de solo e suspensão, enquanto a norma estabelece uma máxima diária de 100 miligramas". E isso me assusta muito, pois é água bombeada do subsolo. São mais de 10 toneladas por hora de sedimentos jogados no rio Santa Catarina. Que dizer, não é o problema de poluição o que mais me assusta, mas é retirada, a cada hora, de dois caminhões basculantes de sedimentos do subsolo. O que resulta em buracos abertos a 400 metros de profundidade. Então, estamos criando um problema a longo prazo: a subsidência de toda a área. Quer dizer, além do secamento, do rebaixamento do lençol, de não poder mais haver pecuária e agricultura naquele local, está se escavando o subsolo, retirando-se todo esse solo e jogando-o no rio Santa Catarina, o que é outro crime. Estamos abrindo espaço para um acidente de grandes conseqüências a médio e longo prazo. Mas, o médio e longo prazo, pode acontecer a qualquer momento. Antes de haver dolinamento, ele acontecia do lado de cá, do lado direito daquela carta que está mostrando a CMM. Agora, ele está se propagando para dentro da cidade de Vazante e já existiu há pouco tempo um dolinamento depois da cidade de Vazante. Esse dolinamento veio

após uma série de chuvas fortes; já existe a criação de vazios embaixo dessa área, nesse subsolo.

Problemas: estou numa nascente do São Francisco; toda a água que infiltraria e seria água de recarga em período de estiagem do rio São Francisco está sendo jogada direto de volta no rio São Francisco. Estou acelerando o regime de ponta do rio São Francisco; mas para isso eu teria que ter reservatórios maiores. Para agüentar esse tipo de recarga. Estou aumentando o escoamento superficial, estou alterando e aumentando o regime de cheias e acentuando a estiagem com o rebaixamento de lençol. Isso não se aplica só a Companhia Mineira de Metais; isso se aplica a todo o rebaixamento de Minas Gerais, das minerações de Minas. Nós culpamos a falta de água do São Francisco, as estiagens do São Francisco só pela falta de chuva? Não. Na realidade existe um grande problema do nosso lençol freático de realimentação do São Francisco em período de estiagem.

Temos diminuição de aporte de água para vegetação, falta de alimento para animais, todo o êxodo de animais silvestres, eliminação total do uso do solo rural, fim da atividade rural, fim das atividades turísticas. Inclusive havia lá uma romaria porque existia uma santa na gruta, e essa romaria acabou. Havia duas lagoas que secaram. Isso faz parte dos relatórios da Feam. As duas lagoas estão completamente secas; não há mais água superficial acumulada nas lagoas, nem nos açudes da região.

Temos históricos de acidentes ambientais que podemos reportar tanto por veiculação hídrica quanto pela veiculação atmosférica. Nós conhecemos muito bem o que é um procedimento ético. Isso mostra que existe um histórico anterior não só a esse acidente; já houve outros acidentes de naturezas completamente diferentes que se repetiram e que essa mineradora, essa mineração produz.

Há um problema de distribuição política no local. Nós acabamos com as outras atividades econômicas livre e isso trouxe um desequilíbrio político social lá. A única atividade de porte na região é a mineração. Quando se fala de alguma coisa na região é aquela velha questão: acaba-se com a mineração e quebra-se a cidade. Por que a cidade quebrou? Por causa do rebaixamento? Por que a atividade agrícola parou? Por que esse desequilíbrio todo político e social? Exatamente porque houve o êxodo rural devido ao secamento da área. Um dos grandes problemas que me incomodam também é o passivo ambiental local. Se vocês tirem fotos da área vocês poderão observar que o passivo é muito grande, é imenso. A valorização desse passivo tem que ser levantada. Com o levantamento da contaminação; se se desmobiliza essa mineradora, o que vai restar lá? Porque esse passivo é de grande monta.

Outro problema é o que se vai criar no local. Os senhores seriam capazes de comprar um leite com possibilidade de contaminação pelo cádmio? Alguém compraria esse leite de Vazante? Essa cidade vai viver com esse fantasma para o resto da vida. Esse é outro problema gerado. Existem outras alternativas para o crescimento econômico dessa cidade; o turismo, como eu já comentei, que havia por causa da romaria pela santa; tem a agricultura e a pecuária.

Outro questionamento: em quanto tempo esse lençol recuperaria suas características naturais? Não se tem idéia. Não existe mecanismo de prospecção que nos dê conhecimento de um subsolo a 400 metros de profundidade; quais são os rios que existem a 400 metros de profundidade? Como é que esse aqüífero se realimenta? Devemos conhecer, para dizer que vamos parar a mineradora hoje e que daqui a dez anos vamos ter vazante no estado natural. É impossível dizer isso.

A cidade hoje vive com uma única atividade econômica, a mineração. Se a mineração pára, a cidade pára. Esse é o argumento utilizado pelo sindicato e por todos, com razão. Mas como é ficam e o passivo ambiental e a contaminação do lençol?

Gostaria de apresentar-lhes o grande aqüífero Guaranis. Durante um processo geológico que aconteceu, havia uma camada de arenito...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Peço licença para chamar para fazer parte da Mesa o Dr. Joaquim Martins, Procurador da FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais.

O SR. ANTONIO ROBERTO BARBOZA DE OLIVEIRA – Aconteceu nessa área um derramamento de basalto, derramamento vulcânico, que confinou uma camada de arenito e de água embaixo do solo hoje existente. Esse aqüífero nada mais é do que uma camada de água quente. Há pouco tempo, foi perfurado um poço em Itaipulândia, perto de Itaipu, para fazer um parque temático a mil e quinhentos metros de profundidade. A água saiu a 45 graus. Guaranis é o mesmo aqüífero que alimenta Caldas Novas, a Pousada do Rio Quente, que chega até a área de Brasília. Esse mesmo aqüífero é realimentado por essa área de vazantes e que é realimentado pelos Andes, no pé da Cordilheira dos Andes. Ele recebe água dos Andes, recebe água de todos os lados. Essa água vai para o interior do subsolo, que é confinado da parte superficial, que é uma camada de arenito. Esse aqüífero é de uma importância muito grande porque, além de ter uma água térmica, é muito propício à perfuração de áreas

e à criação de logradouros turísticos, promovendo o crescimento econômico.

Itaipulândia, uma cidade à beira do Lago de Itaipu, está fazendo um parque temático de águas a 45 graus. Vai se baixar a temperatura porque o homem não suporta durante muito tempo. Teremos água à temperatura de trinta e poucos graus, que é bem satisfatório.

A área de vazante desse aqüífero está exatamente no limite entre a área de recarga. Essa área de recarga pode ter sido contaminada com cádmio, com tudo. Esse aqüífero é histórico e tem que ser preservado. Não podemos deixar que seja contaminado. Essa contaminação não pode acontecer.

Para encerrar, gostaria de mostrar a parte de acidentes no mundo, gerados por subsidência, por rebaixamento de lençol freático. Qualquer rebaixamento de lençol freático desestabiliza o solo. A água faz o papel de colchão. É como se estivéssemos deitados num colchão d'água. Se o esvaziamos, fica o vazio lá dentro. Se causamos algum esforço superior, tende a ter esse efeito que chamamos de subsidência, que é a descida do lençol.

Dentro das cavernas, esse processo se acentua muito mais do que em solos. Existem impactos urbanos. Esses são exemplos de impactos urbanos, sistemas de água subterrâneos, e em sua maior parte têm efeitos negativos por falta de educação do cidadão que utiliza o meio ambiente, ou seja, contaminações graves. Poderiam ser muito mais facilmente contidas se houvesse alguma regulamentação sobre isso.

A drenagem do calcário, ou melhor, o calcário perto na superfície, tende a se deformar e criar zonas fragilizadas complexas, formando uma impermeabilidade para o fluxo subterrâneo, e leva à criação de cavernas e fraturas verticais, deixando fluir mais rapidamente essas fraturas. Eu vou apresentar aqui casos urbanos de rebaixamento desse lençol. Na Tailândia eu tive essa descida exatamente pelo rebaixamento do lençol, por causa de abastecimento de água da cidade. Aqui vou dar um exemplo: Paris está debaixo de uma zona calcária. As zonas industriais de Paris resolveram rebaixar o lençol no entorno. Apareceu dolina, e imediatamente foi parado o bombeamento dessa área do entorno, porque Paris iria afundar, pois está situada numa área calcária.

No Alabama houve contaminação do lençol freático e ligações ilegais no sistema de drenagem de águas pluviais. Esse é um outro problema, pois a nossa drenagem de água pluvial conduz água para o solo, para as bacias, e muitas vezes indústrias estão ligadas a ela, ou cidades que são desprovidas de rede de coleta esgoto sanitário e jogam para essas bacias.

Albuquerque, nos Estados Unidos – vamos passar mais rápido.

Na Jamaica, ou seja, no meio da América Central, no mar do Caribe, eu também tenho zonas onde aquele rebaixamento provocou outro rebaixamento.

Na Austrália, nessa zona de Pertz, onde o rebaixamento do lençol também me provocou acidentes.

Eu tenho Lima, no Peru, um acidente seriíssimo por problema também de rebaixamento.

Vazante, que é outro caso aqui no Brasil.

Cajamar, em São Paulo, que é um fato histórico e didático. Todos que estudaram geologia sabem do caso de Cajamar, que foi um rebaixamento de lençol feito para abastecimento de água da cidade industrial. É uma zona de arenito com calcário do lado, simplesmente houve o afundamento da cidade em si.

Criciúma, em Santa Catarina, também é um outro tipo de solo, mas houve o afundamento por causa do rebaixamento da usina de carvão de Criciúma.

Então, há necessidade de protegermos esses lençóis. Um dado interessante é que apenas hoje no mundo, menos de 1% da água apresenta padrões de potabilidade. Não existe rio caudaloso, ou grande o Brasil que não tenha problemas de poluição; tanto por veiculação hídrica, doenças etc. Os senhores devem se lembrar da cólera no rio Amazonas. Ela veio se propagando, saindo do Equador e chegou aqui na foz do Amazonas. Todos os nossos rios estão com algum tipo de contaminação, e nós temos que cessar isso. Se não cuidarmos dessa água potável vai acabar; ela custará um absurdo de cara para poder ser tratada. E eu tenho um exemplo interessante que é Nova York, pois tinha que fazer uma opção; ou comprar uma área de manancial protegido para ter uma água de melhor qualidade e gastar menos no tratamento, ou construir uma bruta estação de tratamento.

Um estudo de viabilidade mostrou que comprar a área custou mais barato do que tratar essa água. Pagamos uma água potável muito cara para isso. Então, rebaixamento de lençol, contaminação de rio, isso tudo é um absurdo que nós estamos fazendo e nós vamos pagar um preço caro a curto prazo, porque a água vai faltar.

Era o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradecendo o Dr. Antônio Roberto Barbosa de Oliveira, passamos a palavra ao Dr. Joaquim Martins, que é Procurador da Fearn, Fundação Estadual do Meio Ambiente, de Minas Gerais.

Eu queria dizer algo curioso. Quando eu era Ministro da Integração houve uma estiagem em Santa Catarina e nós fomos ver. E a preocupação de não fazerem poços – porque era uma região de criação de

porcos –, era para não contaminar o Aqüífero Guarani. Como o Brasil é adverso em suas medidas. Em uma região vai a 400 metros, na outra o cidadão não quer fazer para não contaminar o Aqüífero Guarani.

Com a palavra o Dr. Joaquim Martins.

O SR. JOAQUIM MARTINS – Bom dia a todos. Inicialmente, quero pedir desculpas porque o vôo simplesmente atrasou cerca de uma hora e quinze minutos de Belo Horizonte até aqui. Infelizmente, isso fez com que eu não chegasse a tempo para o início dessa audiência pública.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que o sistema ambiental do Estado de Minas Gerais está integralmente vinculado ao Conselho Estadual de Política Ambiental, que faz parte de uma secretaria e é composto de todos os segmentos sociais.

A Fundação Estadual do Meio Ambiente é o órgão técnico desse Conselho. A ela cabe fazer as análises e a fiscalização, mas decisões a respeito de qualquer assunto ambiental, por exemplo, licenciamento, aplicação de penalidade, suspensão de atividade, é competência exclusiva do Conselho. Digo isso para estabelecer qual é o papel do órgão ambiental.

Nós temos um Estado onde a mineração é extremamente importante. Vivemos atualmente uma discussão muito grande sobre o chamado NA. Temos lá, desde as regiões cárticas até as regiões ferríferas, o problema do rebaixamento do lençol, que significa um impacto ambiental pela atividade econômica que ali está.

Eu costumo dizer que o estudo ambiental deve mitigar os impactos ou, então, escolher entre a atividade econômica e a preservação do meio ambiente, da água, o que seria muito bonito e interessante. Como ambientalista, eu gostaria muito que isso acontecesse, mas, infelizmente, temos a atividade econômica, que representa para o Estado de Minas Gerais um quinhão extremamente importante. Então, o trabalho que se faz tenta possibilitar que essa atividade econômica aconteça com sustentabilidade.

A questão de vazante surge a partir de um acidente ocorrido, evidentemente, com proporções significativas. O órgão ambiental imediatamente procedeu às fiscalizações. A determinação, na época – lembro-me porque participei da reunião com a empresa –, foi de rever totalmente o licenciamento ambiental da empresa. Houve até a determinação de que ela fizesse um estudo de impacto ambiental em conseqüência do acidente, para que o órgão ambiental ou a sociedade de Minas Gerais, por meio do seu Conselho, decidisse se pararia ou não definitivamente a atividade.

A partir daí, evidentemente, esse debate cresceu muito. Várias medidas foram tomadas, o estudo de impacto ambiental foi feito com audiências públicas, seguindo exatamente o que a legislação brasileira determina, com grande participação da sociedade local, e não se decidiu pela paralisação definitiva da atividade econômica. Houve o entendimento de que a atividade econômica era possível dentro daquilo que ela estabelecia como medidas mitigadoras para a sua continuidade.

Na verdade, nós contratamos, por exemplo, vários técnicos entendidos na área, que emitiram pareceres. Mas, infelizmente, devido ao tempo, nós devíamos estar trazendo aqui o Professor Girodo, que é um nome internacional, que foi um dos contratados para elaborar um relatório sobre todas essas questões levantadas. Evidentemente precisamos colocar as coisas da seguinte forma: uma foi a época do acidente e outra é a época atual.

Na época do acidente se correu atrás de mitigar o que estava acontecendo. Então, é claro que ocorreram as contaminações, etc, dentro de um processo imediato ao fato que estava ocorrendo. Mas não podemos dizer que a situação de contaminação hoje é a mesma. Nós temos aqui cerca de 40 vistorias feitas na empresa e continuamos controlando a empresa e não entendemos que ela deva ser simplesmente paralisada.

O problema ambiental, volto a dizer, é realmente grande e gostaria que a Drª Bárbara, depois, se manifestasse, já que é uma técnica da área – eu sou apenas um procurador, mas estou aqui porque conheço bem a história. No desenrolar desse debate, a conclusão a que se chegou é que a empresa, dentro de um controle ambiental, pode existir.

Não poderia deixar de manifestar sobe o que se chamou aqui de passivo ambiental. É verdade, nós temos um passivo ambiental neste País muito grande, causados pela mineração. Em Minas Gerais estão, realmente, sem nenhum favor, todas as questões em torno de mineração.

Eu costumo dizer que legislação feita sem consultar Minas não pega, do ponto de vista da mineração. Está aí o exemplo da Lei nº 7805, sobre a qual não houve um debate no Estado, e que não deu bons resultados.

O grande problema que enfrentamos é esse mesmo. E por isso é bom lembrar que – tenho aqui e vou passar à mesa – recentemente fizemos em Vazante, onde há um problema bastante complicado. Não se trata só da mineração. Há, por exemplo, o problema da massa falida de uma empresa chamada Masa, que era de propriedade da família Barreto. Recentemente fizemos um relatório fotográfico lá e é impressionante verificar que essa massa falida, lamentavelmente, por questões jurídicas, não se consegue resolver uns pro-

blemas graves, como,por exemplo, contaminação do lençol freático, contaminação química. Há, inclusive, uma foto do gado da fazenda que pasta dentro da mineração, com todos os problemas como abandono de produtos químicos, grutas que foram destruídas.

O problema do órgão ambiental é extremamente extensivo. Evidentemente, estamos diante de uma situação como abandono de produtos químicos. Esta aqui é uma gruta enorme que está totalmente destruída.

Essa questão que apresento demonstra o passivo ambiental, porque o processo produtivo das empresas não foi executado com o devido cuidado. É uma massa falida. Mas há de se demonstrar que somente e principalmente a partir da Constituição de 88, quando realmente tivemos um processo de repartição de competência para com os órgãos municipais e estaduais, a situação modificou. Costumo dizer que os grandes artigos da Constituição que temos de louvar são os arts. 23, 24 e 30. Com toda a beleza poética do art. 225, ele não traria grandes benefícios não fosse a repartição de competência. Mas se fizéssemos um trabalho de exploração produtiva, desde o começo, de forma responsável, com estudos ambientais ou com adequações de estudos ambientais, provavelmente esses passivos seriam menores.

Então, concordo com o professor integralmente.

Há inclusive minerações abandonadas. Não sabemos nem a origem do dono!

Enquanto não houver modificação na legislação do País para esse tipo de coisa, a situação continuará assim.

Há minerações, em Minas Gerais, representando situações complicadíssimas. O promotor público é convocado para entrar com uma ação, e ele não sabe nem a quem dirigir a ação. Falência fraudulenta, abandono de mina, isso existe. Há uma legislação ambiental avançada, mas são necessárias outras legislações, como, por exemplo, a legislação mineral, que, a meu ver, precisa de um estudo melhor. Deve haver uma adequação do texto do código de mineração em relação às questões ambientais para que realmente não tenhamos passivo.

Quero terminar a minha fala dizendo que o órgão ambiental de Minas nunca deixou de atuar. Foram feitas todas as vistorias, autuações. Atuamos para que tecnicamente fôssemos convencidos a não interrompermos uma atividade econômica. Isso, evidentemente, não é algo que se faça simplesmente por uma disputa entre interesses variados, mas visando, principalmente, o ponto de vista de atividade econômica contra a realização produtiva: a questão do emprego, a questão da importância do produto e, principalmente, a sustentabilidade disso com relação à questão ambiental.

Estou falando isso porque viemos acompanhando todo o histórico desse acidente até hoje dentro das questões legais.

Eu pediria a V. Exª que permitisse à Drª Bárbara complementar a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não só a Drª Bárbara vai falar, como eu queria deixar bem claro para o senhor que não há nenhuma **parti pris**. Tanto é que convidamos também o sindicato de Vazantes, que com toda certeza, trará outras informações sobre outros casos.

O interesse nosso é, primeiramente, cobrar dos órgãos oficiais que tomem posição, porque isso tem que acontecer.

O senhor está observando que as pessoas que estão de fora às vezes não entendem muito o funcionamento desta Casa. Tudo o que está sendo falado está sendo gravado e vai ser enviado para cada Senador da Comissão. Hoje há três comissões e ainda há sete medidas provisórias para serem votadas, e só somos 81. Então, isso complica muito. Mas todos vão receber o material, inclusive o disquete – fora as CPIs. Queremos mudar a legislação para que o Brasil não fique como a Europa central, que hoje está com um passivo incrivelmente alto, que gerações inteiras vão pagar, e, mais ainda, vamos determinar um grupo de Senadores da nossa Comissão – nem vou fazer requerimento, vou determinar quem vai – para observar **in loco** e para fazer com que as coisas funcionem.

Concedo a palavra à Drª Bárbara Valadão, que é a Gerente da Divisão de Extração de Minerais Metálicos da Feam.

A SRª BÁRBARA VALADÃO – Eu queria deixar bem claro que sou bióloga por formação, então, a respeito de toda essa questão do rebaixamento de lençol, os detalhes técnicos, não tenho condições de responder. Por isso, contratamos consultores especializados, que respondem por nós sobre essas questões.

Infelizmente, como o Dr. Joaquim falou, fomos avisados meio de última hora e o consultor, que estava doente, já tinha um compromisso para hoje e não podia se ausentar.

Eu prefiro que as dúvidas que tenham sobre licenciamento sejam colocadas, porque não sei exatamente o que falar e fico meio incomodada porque já que todos os Senadores terão conhecimento do que foi falado e mostrado aqui, o órgão ambiental, a Feam, ficará bastante prejudicada porque não teve tempo hábil de preparar nada. A área técnica foi pega de surpresa.

Então, posso responder, fiz algumas anotações durante as falas, mas acho que, ao invés de uma exposição, talvez ficasse melhor se houvesse questões e eu pudesse respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos fazer. Estamos aqui, como eu disse, não para decidir agora, mas para ouvir.

Então, vamos fazer o seguinte: deixamos a senhora por último e quem tiver perguntas, depois, as fará à senhora.

O convite tinha partido daqui na quinta-feira. Na próxima semana, haverá outra rodada com os demais órgãos, porque eram muitos e não dava para virem todos de uma vez, porque ficaria uma audiência muito longa.

Então, na próxima semana teremos outra rodada e, inclusive, à medida que os Senadores tomarem conhecimento, podem fazer as perguntas por escrito que as encaminharei à senhora.

A SRª BÁRBARA VALADÃO – Eu responderia, porque, inclusive, o Dr. Giroldo estaria disponível para também responder.

Eu queria, sem fazer nenhum discurso, dizer alguns detalhezinhos.

A desertificação não é apenas conseqüência do rebaixamento e estou falando como bióloga, com muita consciência e responsabilidade pelo que digo. As raízes das árvores, da vegetação, não atingem nunca o lençol, porque ele está há vários metros de profundidade. A vegetação absorve a água mais superficial.

Foi falado a respeito de uma mortandade de peixes que aconteceu em 2001, se não me engano. Fizemos mais de uma vistoria na área, tão logo fomos informados, e para a equipe técnica, que contava inclusive com uma química com mestrado, especializada em monitoramento hídrico, ficou claro que esse fato aconteceu por causas a montante da CMM e não a jusante.

É claro que não estávamos lá no dia, mas pelos relatórios e pelos boletins de ocorrência que recebemos, foram levantadas várias hipóteses. Uma hipótese foi a de indústrias a montante da área do empreendimento.

A Feam esteve sempre muito preocupada com a questão de vazante como um todo, não apenas da CMM, como também da massa falida da Masa. Em anos anteriores, foram feitas várias vistorias na área, então, lá, existem problemas, sim, de contaminação, mas existem muitos problemas de descuido, não pela CMM.

Não sei se o Joaquim lhes passou, mas temos as fotos e um relatório escrito sobre o problema da mortandade de gado na área da fazenda Sá Lobo. Fomos convocados para essa vistoria pelo órgão do Ibama responsável pelas cavernas. Então, foi feita uma vistoria, em conjunto com o Ibama em que se constatou terríveis passivos, mas, infelizmente, na área da massa falida, ficamos com dificuldades de ação. Inclusive falou-se do problema do ecoturismo, que estaria prejudicado por causa de atividades de mineração, como V. Exªs podem ver por intermédio das fotos. Realmente existe o problema por causa de resíduo de beneficiamento da Masa, que entupiu completamente uma caverna que, segundo o Ibama, sequer existe a possibilidade de fazer a retirada do material de dentro dessa caverna – as fotos estão aí –, porque o impacto seria ainda maior se retirássemos esses resíduos. Então, é melhor deixar como está, porque o problema realmente é grave.

O Joaquim também já falou acerca do problema de rejeitos espalhados pelas áreas.

Sr. Presidente, a preocupação que temos que ter pela questão ambiental é muito mais pelo que nós não temos condição de fiscalizar e cobrar do que pelas empresas que temos condições de fiscalizar e cobrar. Como foi mostrado, do acidente até hoje, foram feitas 40 vistorias de técnicos da Feam na CMM. E nós não estamos indo à CMM fazer turismo. Vazante, para nós, não é uma cidade turística. Nós estamos indo lá para trabalhar e geralmente por solicitação de promotoria, de juiz, de denúncias, principalmente da família Barreto – atendemos a várias denúncias. Então, a questão da CMM não passa desapercebida. Tenho aqui o parecer técnico, não é uma brincadeira, mesmo ele estando sem assinatura porque fiz uma cópia para trazê-lo – caso V. Exªs queiram, eu mandarei cópia do parecer assinado. Esse parecer, assinado por sete técnicos, está imbuído de toda a nossa seriedade profissional, pois somos responsáveis tecnicamente, perante os nossos conselhos, pelo que escrevemos. Portanto, aqui estão todas as explicações dadas por pessoas gabaritadas, pessoas em quem confiamos plenamente. Não estamos aqui para defender ou para castigar quaisquer empresas. No entanto, temos que ser sérios quanto à questão ambiental. Então, a questão do dolinamento está muito bem descrita pelo Professor Girodo, que explica, inclusive, que o dolinamento – não vou entrar em área técnica – pode ser causado pelo rebaixamento e por obras de engenharia. Então, a própria cidade de Vazante e as estradas estariam causando potencialmente o dolinamento. São palavras do Professor Girodo que também assinou esse parecer.

Sr. Presidente, entendo muito maldosa a colocação de parte de despacho, assinado por um técnico da Fiam, e dirigido ao gerente da época, porque aquilo é parte de um documento. Uma frase isolada não diz

o que significa o documento. Não foi dito que aquele documento era referente ao acidente. O despacho foi dado em referência ao acidente, pelo qual a CMM foi autuada e multada. Então, aquele despacho...– o que é? Estou me referindo a um documento que nós assinamos – O problema é que as águas bombeadas do lençol não são águas contaminadas, elas não são águas que contém resíduos de solo, elas são águas de boa qualidade e são colocadas novamente no rio. Embora haja um bombeamento, não há perda dessa água; pois, como disse ela é colocada novamente na própria bacia. A quantidade enorme de rejeitos, a situação triste e catastrófica, é um detalhe de um despacho em um documento da época do acidente.

Há mais alguma coisa? Estou à disposição. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Passamos a palavra ao Dr. João César de Freitas Pinheiro, Diretor-adjunto do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral.

O SR. JOÃO CÉSAR DE FREITAS PINHEIRO – Sr. Presidente Senador Ney Suassuna, Srs. Senadores, prezadas senhoras e senhores, queremos passar às mãos do Senador Ney Suassuna um disquete contendo todos os aspectos relacionados à produção de zinco no País dentro de uma publicação chamada **Sumária Mineral**.

Colocamo-nos completamente à disposição, como órgão gestor da mineração do País para acompanhar essa comitiva de Senadores à região.

Antes de abordar o problema pontualmente, queremos lembrar alguma coisa sobre zinco. Primeiro, que as reservas brasileiras de zinco representam tão somente 1,1% das reservas mundiais. Os destaques são da China, Estados Unidos, Austrália, Canadá e outros países. Há que se fazer um esforço para uma posição brasileira mais confortável em relação ao zinco.

Oitenta e quatro por cento dessas reservas brasileiras estão em Vazantes e Paracatu, Minas Gerais. O minério de Vazantes é do tipo oxidado; o minério de Paracatu é do tipo sulfetado. Evidentemente, o de Vazantes tem teores variando entre 16% e 39%, por transformação de sulfetado em oxidado; por ser oxidado, exige uma tecnologia mineral mais complexa por seu aproveitamento do que o sulfetado. É uma realidade econômica extremamente importante na equação da produção e do consumo de zinco no Brasil.

A produção brasileira de zinco, Senador, toda ela de Minas Gerais, é tão somente 1,5% da produção mundial, é insignificante em termos mundiais, mas é muito estratégica para o nosso País, extremamente estratégica. Essa produção é de responsabilidade da Companhia Mineira de Metais, do Grupo Votorantim, que produz cerca de 30 mil toneladas de concentrado de zinco em Paracatu e cerca de 106 mil toneladas de concentrado de zinco em Vazantes. Esses concentrados de zinco vão para duas usinas metalúrgicas. Uma em Três Marias, margem do São Francisco, e outra em Juiz de Fora. A de Juiz de Fora é da Companhia Paraibana de Metais, também do Grupo Votorantim e que também compra concentrado importado.

Mesmo com todo esse esforço de produção, o Brasil está importando, hoje, cerca de US$51 milhões por ano de concentrado e cerca de US$38 milhões por ano de zinco metálico. A conta zinco na pauta de importações é de cerca de US$89 milhões por ano. Estamos comprando principalmente do Peru e da Argentina. E obviamente o Brasil não exporta minério de zinco, consegue exportar zinco metálico num montante de cerca de US$47 milhões por ano. Os principais compradores são os Estados Unidos e Argentina.

O Brasil precisa de zinco para galvanização, para fundição de peças para a construção civil, para a indústria automobilística, para a indústria eletroeletrônica, para ferragens, para a indústria de confecção, para a fabricação de pilhas, para fechadura, dobradiças, pneus, tintas, ração animal, remédio, cosmético etc. Os setores que mais consomem são, obviamente, construção civil e indústria automobilística.

Então, é dever do DNPM fomentar os investimentos em projetos de zinco com sustentabilidade, mas que não seja só a da biodiversidade; uma sustentabilidade que não seja tão somente de biodiversidade, mas sociodiversidade; uma sustentabilidade que respeite a geodiversidade, porque mina não se tira de um lugar para o outro de uma hora para outra, e é impossível tirar jazida de um lugar da crosta terrestre para colocá-la em outro. As denúncias aqui apresentadas foram tão significativas que eu gostaria, Sr. Senador, que, oficialmente, a Comissão enviasse todas elas ao nosso departamento, órgão normativo e fiscalizador da mineração brasileira. O departamento está disposto a fazer novas vistorias naquela região, onde existem as seguintes empresas: Companhia Mineira de Metais; Mineração Areiense S. A. – Masa; áreas requeridas pela Companhia Mercantil e Industrial Ingá; Brigitte Barreto; Docegeo, subsidiária da Vale; Empresa Mineração Cuma; Mineração Bacaja; Companhia Vale do Rio Doce; Lux Cauiim Ltda, Mineração Mar de Espanha Ltda, Pará Pigmentos S. A., Mineração Tapauá Ltda, Mineração Aldirá, Mineração Santa Catarina Ltda, Mineração Naque Ltda, Mineração Tacumã Ltda, Anglomineração Ltda, Edgar Batista Reis Filho, Brazminco Ltda e Úrsula Paula Deroma.

Vamos vistorias todas em face dessas denúncias e, evidentemente, vamos fazê-lo com preocupação ambiental, porque o DNPM também se preocupa com o meio ambiente. Preocupa-se tanto que tem assento na Câmara de Atividades Minerais do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais, o Copam. Com certeza, o processo da Mineira de Metais deve ter passado pelo Copam e pela Câmara de Atividades Minerárias do Copam, em que tem assento o DNPM por meio de seu terceiro distrito, sediado em Belo Horizonte.

Para nós, é ponto de honra que a mineração seja sustentável, e estamos completamente à disposição do Senado Federal para fazer as vistorias necessárias em relação a essa produção mineral, tendo em vista que a sustentabilidade relaciona-se também à questão socioeconômica, porque o País precisa de zinco, e nós vamos produzir zinco com sustentabilidade.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. João César de Freitas Pinheiro. Quando terminar de ouvir tudo, a Comissão enviará toda a documentação ao DNPM e vai marcar a data em que a comissão de Senadores irá, para que tenhamos o apoiamento do órgão que V. Sª representa.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – As perguntas serão feitas após todas as exposições ou podem ser feitas após cada uma delas?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se V. Exª já tiver as perguntas, após o término das duas próximas exposições, poderá fazê-las.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT – AC) – Sr. Presidente, acabo de receber um telefonema informando que a Ordem do Dia começou. Pergunto se há algum problema de incompatibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Do ponto de vista regimental, há. No entanto, as pessoas vieram de longe e, como faltam apenas duas, ouviremos suas exposições...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT – AC) – Peço apenas a V. Exª que mantenhamos a...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos manter. Os convidados vieram de longe, mas pediremos que sejam breves, porque, segundo o Regimento, quando se inicia a Ordem do Dia, temos de suspender as reuniões nas comissões.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Pedimos para as pessoas serem mais breves, infelizmente, porque ainda não pudemos mudar as leis da física para permitir que um corpo ocupe mais de um espaço ao mesmo tempo. Temos esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, coordenador-geral do controle de qualidade ambiental do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Bom-dia a todos. Agradeço a oportunidade de estar presente a esta Comissão de Fiscalização e Controle e podermos nos manifestar sobre essas questões que, como se pôde ver, tanto angustiam o setor produtivo e a sociedade brasileira de maneira geral, principalmente o setor ambiental. É patente essa questão e muito oportuna a discussão. E é patente a angústia de quem trabalha na área ambiental. Estamos acostumados a sempre ficar entre a cruz e a espada: estamos sempre na mídia, ou acusados de estarmos impedindo o desenvolvimento econômico do País ou por estarmos coniventes com a destruição ambiental e sermos omissos em relação a algum processo de licenciamento, etc.

Então, o momento é muito oportuno para discutirmos exatamente para que todo cidadão brasileiro tenha consciência do que significa essa opção entre uma atividade econômica que sempre traz prejuízo ambiental e a questão da preservação dos nossos recursos naturais, que é premente e nos garante sustentabilidade e condições econômicas de desenvolvimento. Não há nenhuma atividade econômica que prescinda dos bens naturais e não há nenhuma que não os prejudique. Ficamos, então, sempre nessa situação. E é para isso é que existem os instrumentos da política ambiental e são eles que eu gostaria de salientar.

Em primeiro lugar, o Brasil tem uma das legislações mais desenvolvidas, pelo menos dentro da América Latina, do ponto de vista ambiental. E a estruturação do Sistema Nacional do Meio Ambiente prevê competências claras entre a União, os Estados, os Municípios. A questão deliberativa, os conselhos de meio ambiente com participação bastante ampliada tanto em nível nacional quanto em nível estadual da sociedade. E os instrumentos de planejamento do setor que passam por toda essa questão do processo de licenciamento que está tão em voga nas manchetes dos jornais. Talvez seja o único setor que tem um processo público de discussão dos aspectos positivos e negativos de cada empreendimento. E por força disso, é ali que ocorrem os maiores conflitos. É ali que se discute entre a opção que os colegas que me antecederam colocaram: entre fechar a mina e preservar o meio ambiente ou mantê-la e o benefício econômico que ela traz, com

algum prejuízo ambiental. E essa decisão é tomada em audiência pública.

Portanto, gostaria de esclarecer que a área ambientar tem cultura, coisa que outras áreas não têm, ou seja, de participação e de ouvir a sociedade na hora da tomada de decisões.

Assim, por conhecermos muito bem esses processos, sabemos que não há como não se pesar os prejuízos e benefícios que cada empreendimento traz. E a dificuldade que temos – daí vem toda a angústia da Drª Bárbara, da qual participamos por também sermos da área – em definir o impacto ambiental, a zona de abrangência do impacto ambiental e a falta de informação que temos sobre o nosso meio ambiente. A falta de pesquisa que o País tem é que nos dificulta, sobremaneira, a identificação da situação antes e depois do empreendimento. O fato de termos que delimitar quem é o causador da mortandade de peixes, até onde vai a zona de influência do rebaixamento do lençol freático, até que ponto está sendo afetado o Aqüífero Guarani ou não está, enfim, tudo o que foi colocado aqui com uma certa asserção cabe um ponto de interrogação, ou seja, para tudo isso temos dúvidas e há pareceres técnicos que ora apontam em um sentido, ora apontam em outro.

A situação é realmente complexa. Portanto, é preciso que essas discussões – e parabenizo a Comissão por esta oportunidade – sejam bastante abrangentes e aprofundadas no sentido de esgotarmos todas as variáveis que envolvem essa questão.

Gostaria de ser breve nesta minha intervenção, mas quero colocar que, em relação a essa complexidade, penso que não nos podemos deixar levar por uma primeira impressão sobre o assunto. O Ibama, dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, tem competência de atuação nas áreas que lhe são destinadas pela legislação ambiental, que são as áreas de atuação da Federação, onde não entra a atividade estadual. No caso específico da mineração e dessa questão que está colocada, a competência é estadual, ou seja, a competência é da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. Apesar disso, o Ibama já foi quatro vezes instado a fazer vistorias na área com base em denúncias e em uma série de situações tanto da Promotoria Pública quanto de cidadãos que se manifestaram solicitando a intervenção do Ibama.

E o Ibama tem um caráter supletivo na questão ambiental. Ele vai atuar na medida em que se constatar que alguma coisa está acontecendo de errado no sistema que tem essa competência, seja ele municipal ou estadual. E de todos os relatórios que fizemos, constatarnos o contrário, que a atuação da Feam está exatamente dentro daquilo que lhe compete, não há qualquer desvio de competência, negligência ou omissão. Como a Drª Bárbara disse, são mais de 40 vistorias realizadas. O próprio Ibama já autuou em conjunto com a Feam, devido a problemas de poluição nos recursos hídricos. Quer dizer, os órgãos ambientais estaduais ou federais, de maneira alguma, estão omissos na questão. Estamos atuando em conjunto com a Feam, estamos participando. E vou repetir o que foi criticado: somos solidários à Feam em relação aos relatórios omitidos. Temos plena consciência de que a Feam está atuando com diligência em relação a todos as denúncias feitas.

Os problemas ambientais são concretos, pois existe o rebaixamento do lençol freático, a alteração do regime hídrico da região, a alteração da qualidade da água do rio Santa Catarina, mas existem medidas mitigadoras sendo cobradas da empresa em função disso. A empresa tem respondido a essas ações. Portanto, acreditamos que não haja desvio na condução do problema. O Ibama continuará atuando em conjunto com a Feam sempre que for chamado.

Os nossos relatórios estão à disposição desta Casa. Eu não os trouxe aqui, mas eles relatam tudo o que identificamos na região. Algumas situações já foram esclarecidas aqui. A nossa preocupação maior é com a massa falida da Masa, na região. É de lá que, provavelmente, constatamos teores mais elevados de zinco nas bacias de rejeito abandonadas da Masa do que nas da CNM. Constatamos, também, aquilo que foi dito, que o gado transita entre as duas áreas de mineração livremente, ficando difícil a identificação da fonte de contaminação.

Existe uma série de irregularidades em que, acredito, a Feam está atuando, assim como nós, no sentido de fazer frente ao problema. Nossa preocupação com a massa falida é aquela que a Drª Bárbara falou, é muito mais difícil controlar quando o sujeito da ação não existe mais, não é mais alcançado pelas nossas ações, enquanto que uma empresa funcionando pode, a todo momento, ser instada a modificar seus procedimentos e a responder em relação a irregularidades que ocorram naquilo que está previsto na licença de operação do empreendimento e naquilo que, de fato, está ocorrendo.

Não quero alongar-me. Fico à disposição para responder pontualmente algumas questões que surgirem. Acredito que o mais importante é o debate. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. Márcio.

Com a palavra a Drª Gisela Forattini, Superintendente de Fiscalização da ANA – Agência Nacional de Águas.

A SRª GISELA FORATTINI – Boa-tarde a todos. Também agradeço a oportunidade de estar aqui presente. Falamos sobre temas que nos preocupam e, acredito, preocupam todos os cidadãos brasileiros. Também gostaria de trazer algumas boas notícias sobre algumas iniciativas do MME e do MMA, para tentar sanar alguns problemas que realmente tiram o nosso sono.

Como fiquei por último, fiquei um pouco prejudicada, mas me permito ler na íntegra o ofício que a Agência enviou para o Igam logo que soubemos da denúncia, já que nosso colega de mesa, Gilberto Barreto, falou sobre a solidariedade da Agência ao Igam. Na verdade, apesar de ter sido criada há pouco tempo, em 2000, a Agência vem tentando se estruturar para implantar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Nesse caso, não temos ação supletiva: ou o rio é de domínio federal, ou de domínio estadual. Esse rio Santa Catarina não é afluente direto do rio São Francisco, ele faz parte da sub-bacia 42 do rio Paracatu, que pertence à bacia do São Francisco. Portanto, quem tem a competência de outorgar nesse rio seria o Igam.

No dia 4 de dezembro, mandamos o Ofício nº 57, que o Dr. Gilberto Barreto tem cópia, ao Igam, dizendo: "Foi encaminhada à Superintendência de Fiscalização desta Agência a denúncia formulada pelo Sr. Gilberto Barreto, de omissão desse Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, a respeito da poluição do rio Santa Catarina e do lençol freático com metais pesados.

Diante da gravidade da denúncia e entendendo não haver omissão do Ibama, viemos prestar solidariedade a esse instituto, colocando os nossos técnicos à disposição, para auxílio na análise técnica do assunto, para a realização de eventuais vistorias e para quaisquer outras medidas que se mostrem necessárias à verificação e à resposta dessa denúncia. Foi nesse sentido que prestamos a nossa solidariedade.

Quanto à competência específica da Agência, temos, desde então, acompanhado essas questões. Gostaria de ressaltar alguns pontos positivos em toda essa problemática e de falar sobre a agenda ambiental entre o MMA e o MME. Recentemente, em março de 2004, foi assinado um acordo de cooperação técnica, envolvendo tanto o Ministério do Meio Ambiente quanto o Ministério de Minas e Energia, no que diz respeito a atividades minerarias e alternativas para a redução do passivo social e ambiental em empreendimentos minerários. Essa agenda, dada a transversalidade pedida pela Ministra do Meio Ambiente – S. Exª vem sempre pedindo que todos os setores se engajem nessa luta –, já é um primeiro passo.

Antes de essa agenda ser assinada, já vínhamos trabalhando muito estreitamente com o DNPM, por exemplo, no mapeamento de áreas críticas na bacia do Paraíba do Sul.

Ressalto que a Agência Nacional de Águas participou muito ativamente de um programa que foi lançado pelo Ministério do Meio Ambiente, chamado P2R2 – o Plano de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Acidentes Ambientais com Produtos Químicos Perigosos. Utilizamos, inclusive algumas deliberações do Copam de Minas Gerais – exatamente como o Dr. Joaquim falou –, que tem todo um histórico de trabalho nesse setor, para a questão da metodologia de mapeamento de áreas de risco no Brasil.

Chegam-nos, a todo tempo e a toda hora, ações civis públicas, exigindo – dos órgãos, em todos os níveis – que tenhamos o mapeamento dessas áreas críticas, para trabalhar na prevenção. Penso que é disso que o Brasil precisa – e não de ficar atrás de passivos, como tem ocorrido.

Gostaria de ressaltar também a Resolução nº 29, de dezembro de 2002, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece no seu art. 2º:

Art. 2º. Os usos dos recursos hídricos relacionados à atividade mineraria e sujeitos à outorga são:

.....

I – a derivação ou captação de água superficial ou extração de água subterrânea para consumo final ou insumo de processo produtivo e também a captação de água subterrânea com a finalidade de rebaixamento do nível de água.

Então, vemos que, em termos de legislação, o Brasil está bastante adiantado.

Gostaria de acrescentar mais duas coisas: a Agência, preocupada com as suas competências no nível federal, na semana passada, entregou ao Comitê da Bacia do São Francisco o Plano Decenal de Recursos Hídricos dessa bacia, cuja cópia já dei em CD ao Senador.

Esse plano que a Agência elaborou – que nos causa muito orgulho, porque foi feito em seis meses e é algo doméstico; utilizaram-se os técnicos da Agência, ouviu-se o Comitê e todos os órgãos envolvidos – está sob análise das quatro câmaras consultivas do Comitê de bacia.

A Agência, no sentido de aumentar o controle social na Bacia do São Francisco – que muito nos preocupa –, tem auxiliado na criação do Comitê da Bacia do São Francisco e apoiado, mediante convênio assinado com a SRH da Bahia, o seu funcionamento.

Essas iniciativas estão sendo tomadas até no sentido da prevenção e do aumento do controle social. A Agência analisou todos os documentos anexos às denúncias que chegaram. Temos um corpo técnico competente, que envolve geólogos e engenheiros de minas. Analisamos e julgamos que essa questão está sendo bem administrada pelo Estado de Minas Gerais.

Colocamo-nos à disposição da Comissão no que for de nossa competência, para tentar realmente solucionar esses problemas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço novamente à Drª Gisela e aproveito para agradecer a todos os componentes da Mesa, que vieram tão gentilmente nos prestar informações. Quero ainda avisá-los de que, na próxima semana, teremos uma outra rodada de técnicos e de interessados, que farão aqui as suas colocações.

V. Sªs poderão comparecer, se quiserem, pois estão convidados a voltar para ouvir ou podem apenas acompanhar pela TV Senado, porque todo o debate será transmitido pela TV Senado.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, que tem questionamentos a fazer.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Sr. Presidente Ney Suassuna.

Quero cumprimentar todos os convidados e dizer que sou uma pessoa especialmente preocupada com esses assuntos, tanto que, por iniciativa nossa, existe uma subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos neste Senado para tratar exatamente da revisão da legislação da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Pretendemos inclusive ampliá-la em relação a alguns aspectos, e não apenas discutir as alíquotas. Pretendemos até mesmo criar mecanismos de controle da própria sociedade em relação a esses recursos, já que não se trata de um tributo – de acordo com a compreensão do próprio Supremo Tribunal Federal –, mas de uma compensação sobre a exploração de um bem, de um recurso natural não renovável.

Quero parabenizá-los pela audiência e por aquele documento aqui assinado por todos.

Na verdade, não são bem perguntas o que quero fazer. Creio que tivemos um problema sério, aqui já mencionado pelo proprietário, mas o Dr. Antonio Roberto também apresentou bem os problemas. Também foi mencionada uma série de questões que nos traz inclusive uma necessidade de investigarmos mais essa situação, para termos ação no caso, e não apenas uma avaliação correta do problema. Precisamos saber, de fato, quais são suas causas reais, ainda que às vezes não seja muito simples conseguir detectá-las. Acredito que hoje, no nosso País, estamos cada vez mais criando mecanismos de controle para isso.

Ainda há pouco, comentávamos aqui que eu estava antes em uma outra audiência pública, sobre a questão dos pneus, em que se cobravam ações do Ibama. E eu dizia que muitos órgãos públicos importantíssimos do nosso País, como Ibama, Incra, Funai, DNPM – que é uma autarquia –, foram completamente sucateados, Senador. Essa é a verdade. Esses órgãos estão tendo que ser recuperados para cumprirem realmente a sua função, inclusive de defesa do meio ambiente.

E essa compreensão já está muito clara – sou do Estado do Pará –, de que o objetivo não é bem o meio ambiente, a Amazônia, algo assim. Isso já não existe mais. Inclusive, quando alguns usam esse argumento, digo que ele já está completamente ultrapassado. Ninguém mais vê o nosso meio ambiente dessa forma. Todos o vêem sob a ótica da exploração sustentável. O problema é o que significa ser sustentável. Essa sustentabilidade tem que existir sob os diversos aspectos, mas principalmente, eu diria, sob o aspecto humano. Creio que o ser humano é o centro. Não temos nenhuma dúvida.

Peço licença aos mineiros para dizer o seguinte: é verdade que os mineiros têm muito mais tempo de exploração mineral do que nós, têm mais experiência, mas sou de um Estado que é a maior província mineral do mundo, o Pará.

Sempre brincamos, o Senador Eduardo Azeredo e eu, que Minas é a maior província mineral ferrífera do mundo, mas o Pará é a maior província mineral do mundo. Agora, inclusive, o Pará começou a produzir cobre e o Brasil importava mais de 90% do cobre. Vamos até poder exportar cobre.

É verdade que temos recursos, que são importantes, e temos avançado no controle ambiental para não ocorrerem mais acidentes como o da Serra do Navio; Lago do Batata, em Oriximiná, no Pará, que foi completamente destruído e agora está sendo recuperado; Serra Pelada. São várias situações sobre as quais a própria legislação conseguiu avançar no seu controle.

Poderíamos falar também dos problemas ambientais das hidrelétricas. Precisamos fazer o melhor, porque precisamos de energia. Não existe país que consiga se desenvolver sem energia.

Ao mesmo tempo, a hidrelétrica ainda é uma das energias mais baratas que existem. É verdade, isso é real. Mas também tem impactos. O desafio é como fazer a combinação da extração mineral necessária sem que seja predatória ao ponto de ser tornar inviável econômica e socialmente. Isso só reforça o nosso projeto de lei, não é, Senador Sibá Machado.

Ele propõe uma revisão de alíquotas da CFEM que precisa compensar.

Parabenizo V. Exª, Senador, por ter proposto esta audiência pública. Um grande esforço tem sido feito neste País para adequar, melhorar e aperfeiçoar esses órgãos, inclusive para conseguir mais investimentos na área de ciência e tecnologia – não existe país independente verdadeiramente que não invista fortemente em pesquisa.

Mesmo sendo pouco ainda o zinco, sabemos que há regiões neste País totalmente desconhecidas. O Brasil é ainda uma grande potência exatamente porque não o conhecemos completamente. Durante um período neste País, pela praticamente destruição do DNPM, pararam-se as pesquisas minerais. Então, o Brasil tem um potencial considerado o quarto melhor do mundo por empresas internacional para se investir na área de mineração, porque, além de outros fatores, tem um potencial ainda desconhecido que pode ser explorado.

Na verdade, não queria fazer perguntas, continuaremos aprofundando isso. Vivemos num limiar e temos que fazer melhor, ter produtos importantes para o País como deixar para nossos filhos, as futuras gerações, um País mais justo, sustentável economicamente, mas ecologicamente correto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senadora.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A minha pergunta é dirigida ao Dr. João César, do DNPM, mas devo frisar que sou ecologista, mas o centro da minha visão ecológica é o ser humano. A minha ecologia é voltada principalmente e primordialmente para o homem. Tudo deve ser feito em benefício do homem.

As reservas minerais não são renováveis, não podemos utilizar a filosofia sustentável nela porque não vão ficar para os nossos tetranetos, para as cinco ou seis gerações para frente. Mas devemos trabalhar de forma que o meio, o que circunda as nossas reservas, seja preservado para outras aplicações.

Em relação ao zinco, para o qual o senhor citou várias aplicações, gostaria de dizer que somos o maior produtor mundial de carne bovina. O óxido de zinco é um dos elementos que aumenta a fertilidade do nosso rebanho e é muito utilizado na ração animal. Importamos 89 milhões de dólares de zinco. Gostaria de saber nosso consumo anual de zinco em milhões de dólares para saber quanto estamos perdendo em dinheiro.

O SR. JOÃO CESAR DE FREITAS PINHEIRO – Sr. Senador, obrigado pela pergunta. Primeiro, gostaria de explicar que uma coisa é minério bruto, outra coisa é minério concentrado. O minério bruto que passa por uma usina de beneficiamento torna-se concentrado. Outra coisa ainda é a liga metálica de zinco, feita numa indústria metalúrgica. Temos produzido de concentrado cerca de 307, quase 308 mil toneladas de minério concentrado, o que dá 136,4 mil toneladas de zinco contido nesse minério. De metal primário, com o minério que importamos do Peru para as metalúrgicas, estamos produzindo cerca de 249 mil toneladas por ano. Em dólar, a produção chega a 229 milhões de concentrado; de zinco contido nesse concentrado, cerca de 100 milhões; de metal primário, cerca de 191 milhões de dólares. Estamos importando 186 milhões de dólares de concentrado, que é o equivalente a aproximadamente 236,7 mil toneladas, que representa aproximadamente 51,2 milhões de dólares. E de metal, estamos importando 19,8 mil, que representam aproximadamente 17,3 milhões de dólares.

Não exportamos concentrado, claro, pois não temos minério suficiente para isso. Mas exportamos metal: cerca de 47 milhões de dólares, que seriam mais ou menos 59,6 mil toneladas de metal de zinco.

Nosso consumo aparente de concentrado é aproximadamente 544 mil toneladas, que equivale a 209 mil toneladas de metal. Não tenho registrado isso em dólar. Posso mandar depois para V. Exª. O preço de metal em dólar por tonelada está por volta de 216,41 dólares por tonelada para o concentrado e 792 dólares por tonelada para o metal. Esses são os dados básicos da economia mineral do zinco.

Estamos totalmente à disposição de V. Exª para trazer subsídios complementares e mais candentes a respeito do assunto. Nossa idéia é que, como a Senadora Ana Júlia Carepa disse, com o dinheiro que advém da Medida Provisória nº 144, aprovada pelo Senado e pela qual a Ministra Dilma tanto se bateu. Surgiu, então, uma lei. Trata de implementarmos os levantamos geológicos básicos no Brasil pela CPRM, Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, o serviço geológico do Brasil. É a nossa agência que permite a divulgação para a iniciativa privada dos dados básicos de geologia, geoquímica, geofísica, para que haja investimentos na procura de novas jazidas. E precisamos encontrar novas jazidas de zinco.

Evidentemente, Senadora, o Pará está, sem dúvida, nesse foco. Temos uma geologia muito boa no Pará, no Goiás, na Bahia e especialmente no Grupo Bambuí, em Minas Gerais, onde fica a região de Vazante e Paracatu. A região do Grupo Bambuí possui rochas de 800 milhões de anos, com determinadas características geológicas muito boas para prospecção de chumbo e zinco, principalmente de zinco.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, quero apenas ouvir duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vi o seu rosto, nobre Senadora. Quando se fala no Pará. V. Exª parece que está no céu.

O SR. JOÃO CESAR DE FREITAS PINHEIRO – Só para complementar, Senadora, temos, além do cobre, uma nova fronteira no Para, que é o níquel. O níquel faz parte de um grande projeto de empresas com capitais canadenses referente a Onça e Puma. Talvez seja o mais importante projeto da América Latina.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Para essa audiência pública, se V. Exª permitir, poderíamos chamar os membros da nossa subcomissão.

Registro que há um paraense à mesa. O Dr. Antônio, professor, é paraense.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Peço desculpas ao nobre Senador Sibá, mas nós, como vice-líderes do Governo, estamos sendo chamados urgentemente ao Plenário, porque a Senadora Heloísa Helena vai solicitar verificação de **quorum**. Temos de correr ao plenário, infelizmente, para completar o **quorum**.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, para que faça rapidamente a sua pergunta.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Infelizmente, não terei condições de expor o que eu estava pensando.

Proponho que escutemos os demais convidados. Somente **a posteriori** poderíamos fazer a visita. Devemos sair daqui com o seguinte indicativo: entre a responsabilidade e a ousadia. Pediria que pensássemos no que é estratégico para o País. Em estado de guerra, a borracha era malasiana. Prenderam-na naquela região e foram recorrer novamente à Amazônia, com uma produção insipiente. Hoje não interessa mais.

Atualmente, fala-se de zinco, que pode ser muito estratégico, como V. Sª acabou de se referir. Mas a que preço? A que custo?

Outro tema que gostaria de levantar para reflexão refere-se à questão da participação do uso dos recursos de **royalties**, o que, na minha opinião, se trata de uma imoralidade. A população não participara da decisão, e estamos falando de um recurso que se acaba, que vai embora. Pergunto como ficam os resultados para quem vai morar na região, com os passivos ambientais existentes? Poderíamos aproveitar, pois há um projeto da Senadora em tramitação, para acrescentar uma emenda, para ficar mais fácil, propondo que haja participação popular sobre o controle desses recursos. Penso que parte deles deve retomar imediatamente para a reposição ambiental e parte para o setor produtivo, que é quem pode vir a dar uma resposta futura, para que não se dependa apenas daquele meio econômico.

Gostaria de falar de outras coisas, mas não há mais tempo.

Muito obrigado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, como existe a subcomissão e como foram feitas inúmeras audiências públicas, já existe até um consenso para se criar um comitê gestor em nível municipal e estadual para fazer exatamente o controle dos recursos da Cefem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço a todos os presentes. Perdoe-nos a necessidade de estar em tantos lugares diferentes. Na próxima semana, estaremos com mais informações e dúvidas.

Um abraço a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h00min)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de Maio de 2004, às 10 horas.

Às dez horas do dia vinte e seis de maio de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA, CESAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, ARTHUR VIRGÍLIO, OSMAR DIAS e ANA JÚLIA CAREPA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente Senador **NEY SUASSUNA** coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a reunião tem o objetivo de realizar a segunda Audiência Pública destinada a ouvir as partes no que tange ao processo de contaminação das águas e da desertificação na Região de Vazante – MG, em decorrência da exploração subterrânea de zinco, avaliando o desastre ambiental ali ocorrido, e, em conseqüência, as providências cabíveis para o problema, em conformidade com o **Requerimento nº 10/2004-CFC.** Tomam assento à Mesa e realizam suas exposições os convidados: GILBERTO BATISTA DINIZ, Fazendeiro de Vazante – MG; GUSTAVO MARTINELLI – Biólogo Pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – Especialista em Hidrogeologia; RICARDO BARBOSA DOS SANTOS – Representante da Companhia Mineira de Metais – CMM Votorantim Metais; CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA, Procurador da República no Município de Uberlândia/MG;

JOÃO CÉSAR DE FREITAS PINHEIRO, Diretor-Geral Adjunto do DNMP, representando o Ministério das Minas e Energia; LEANDRO MARTINEZ DE CASTRO, Promotor de Justiça, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa dos Rios Paracatu e Urucuia; EDGARD NUNES DA SILVA, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral de Vazante – MG e JOSE OZANAN ALVES DE QUEIROZ, Síndico da Massa Falida da Mineração Areiense S/A – MASA, representando o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A. O Senhor Presidente informa, que, extrapauta, são apresentadas e deliberadas as seguintes matérias: **Requerimento nº 17/2004-CFC,** que requer "o convite ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, para prestar esclarecimentos acerca dos acontecimentos relacionados à chamada Operação Vampiro." A Senadora **ANA JULIA CAREPA** sugere e o autor acata nesse a extensão do convite ao Ministro da Justiça, para tratar do mesmo assunto. **Autor:** Senador **ARTHUR VIRGÍLIO. Resultado: Aprovado. Requerimento nº 15/2004-CFC**, que "seja realizada perícia completa para que o Serviço Geológico Brasileiro, através da COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – empresa pública vinculada ao Ministério das Minas e Energia, presidida pelo SR. AGAMENON DANTAS, faça uma inspeção "in loco" exarando parecer conclusivo quanto aos danos ambientais". **Autores:** Senadores **AELTON FREITAS** e **HÉLIO COSTA. Resultado: Aprovado. Requerimento nº 16/2004-CFC**, que requer "a criação de Comissão para realização de Audiência Pública na região de Vazante-MG, a fim de examinar as questões ambientais que estão sendo debatidas por esta Comissão de Fiscalização e Controle". **Autores:** Senadores **NEY SUASSUNA, HÉLIO COSTA e EDUARDO AZEREDO. Resultado: Aprovado.** Passa-se, então, à explanação dos convidados, que se manifestam sobre o tema da Audiência pública. Usam da palavra os Senadores **ARTHUR VIRGÍLIO, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, HÉLIO COSTA e EDUARDO AZEREDO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DO DIA 26-5-04

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior, por gentileza, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Hoje, dia 26 de maio de 2004, faremos realizar audiência pública destinada a ouvir as partes no que tange ao processo de contaminação das águas e da desertificação na região de Vazante, Minas Gerais, em decorrência da exploração subterrânea de zinco, avaliando o desgaste ambiental lá ocorrido e, em conseqüência, as providências cabíveis para o problema.

Passarei a anunciar os nossos convidados para a presente audiência pública. Peço aos convidados que, quando os chamar, dirijam-se à mesa para aqui tomarem assento.

São convidados, hoje, o Sr. Gilberto Batista Diniz, fazendeiro de Vazante; o Sr Gustavo Martinelli, biólogo e pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, especialista em Hidrogeologia; o Sr. Ricardo Barbosa dos Santos, representante da CMM – Votorantin Metais; o Sr. Leonardo Augusto Santos Melo e Carlos Henrique Martins Lima, Procuradores da República no Município de Uberlândia; o Sr. João César de Freitas Pinheiro, Diretor-Geral Adjunto do DNPM, representando o Ministério das Minas e Energia; o Sr. Leandro Martins de Castro, Promotor de Justiça, Coordenador das Promotorias de Justiça e de Defesa dos rios Paracatu e Urucuia; o Sr. Edgar Nunes da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral de Vazante; o Sr. José Osanã de Queiroz, Síndico da massa falida da Mineração Aireiense S. A. – MASA, representando o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Pois bem, senhores. Esta é a segunda reunião desta Comissão que tem, como já declinamos, o objetivo de verificar o problema de contaminação e desertificação dessa região, segundo denúncias que chegaram à nossa Comissão. Já ouvimos a primeira leva de pessoas. Ouvimos, na reunião passada, técnicos e responsáveis por órgãos que fiscalizam o setor. Hoje, daremos continuidade.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª, Senador Hélio Costa. Antes, porém, devo desculpas pelo meu atraso. Às quartas-feiras é uma loucura: temos três reuniões simultâneas. Como se não bastasse, ainda tínhamos duas audiências fora. Estava tentando deslindar-me desses fatos, bem como os Srs. Senadores também. Estamos votando a aprovação de um Ministro do Supremo. Daqui a pouco teremos que nos revezar

para a votação. Realmente, a hora ficou curta. Minhas desculpas pelo atraso.

V. Exª tem a palavra pela ordem, nobre Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero cumprimentar-lhe pela iniciativa. Como mineiro, como Senador por Minas Gerais, tenho a preocupação com o tema que é evidente de parte de um representante do Estado. Vejo que V. Exª está no caminho certo ao ouvir as partes. Trata-se de uma questão que envolve uma região importantíssima de Minas Gerais, não só do ponto de vista da extração mineral, mas sob o ponto de vista agropecuário.

Senti, em minhas conversas iniciais com os convidados de V. Exª, que inevitavelmente temos dois lados para essa questão. Sugiro a V. Exª que, para o bom andamento desta audiência pública, determine quantos minutos cada um poderá falar, com um máximo de dez minutos. Caso contrário, ficaremos três horas apenas ouvindo as informações. Sugiro, ainda, que V. Exª procure distribuir os depoimentos entre prós e contras, alternadamente, para que cheguemos à primeira hora já com uma noção das duas posições.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Nobre Senador a colocação de V. Exª é muito racional. Contudo, a Mesa tem dificuldades com relação à segunda questão, ou seja, não sabemos quem é pró e quem é contra. Estamos ouvindo todos os órgãos envolvidos, mas não tomamos partido; e, até agora, não sei lhe dizer. Estamos continuando a ouvir, mas eu não sei definir...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não haverá qualquer dificuldade em perguntar aos convidados quem quer falar a favor e quem quer falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Eu ia seguir a ordem, que está aqui colocada, pela qual o Sr. Gilberto seria o primeiro; o segundo seria o Sr. Gustavo Martinelli; o terceiro seria o Sr. Ricardo Barbosa.

Pergunto se há alguma sugestão de modificação dessa ordem, porque sinceramente nós não temos *parti pris* nesta causa. A preocupação é exatamente ouvir para fazer um juízo de valor.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Vou lhe dar uma idéia.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Exª ouve evidentemente o primeiro da lista, que é o Sr. Gilberto Batista, que tem uma posição dos agropecuaristas, e, evidentemente, depois, vai ouvir alguém que represente a empresa, como é o caso do Sr. Ricardo Barbosa, represente da CMM. Penso que já começamos por aí mostrando os dois lados.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Sim; Senhor.

Não há nenhum problema. Como vamos ouvir todos, veremos que a ordem dos fatores não altera o produto. Assim, vamos determinar de dez a quinze minutos para cada intervenção; porém, aos dez minutos, aviso ao orador.

Peço o Sr. Secretário que faça o controle do tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Batista Diniz para fazer a sua exposição.

O SR. GILBERTO BATISTA DINIZ – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia Srs. Senadores, convidados, senhoras e senhores.

Falo aqui em nome dos fazendeiros de Vazante e em meu nome pessoal. Sou filho daquela cidade; nasci e me criei ali onde se situa a mineração. Ali nasceram meus pais, avós e bisavós, e é com muita tristeza que eu estou aqui hoje. Essa tristeza se deve à infelicidade de ser fazendeiro em uma região de mineração. Isso não coloca o meu posicionamento contra ou favor de quem quer que seja, como estabeleceu o nobre Senador Hélio Costa. Contudo, S. Exª me perguntou, ainda no início desta reunião, que solução dar para este problema.

Entendo que a solução tem que ser dada pelos órgãos governamentais e não pelas partes. A estas cabe apenas o papel de informar as autoridades o que está acontecendo e as providências cabíveis. No âmbito particular, cabe a cada parte tomar as suas atitudes, e eu já tomei aquela que acho que deveria tomar, buscando o Judiciário.

Assisti aos depoimentos feitos aqui perante esta Comissão no dia 19 e pude perceber a falta de importância de valores históricos, de valores culturais, sociais e familiares do nosso povo, pelas falas dos diversos representantes que aqui estiveram, que são os responsáveis pela fiscalização, órgãos que acham que a questão econômica tem que prevalecer sobre as demais questões.

Então, nesse caso, melhor seria varrer Vazante do mapa e deixar a mineração prosperar naquele local, ou, então, fazer como fazem as empresas de energia elétrica que, ao construírem uma barragem, como esta ocupará um certo espaço, desapropria o terreno e muda a cidade para um outro local, e está resolvida a questão. Grosso modo é isso que o Senador Hélio Costa me perguntou.

Achei muito interessante a fala do ilustre representante do DNPM, Dr. João César, que disse que é ponto de honra a mineração sustentável. Para nós, fazendei-

ros, nós queremos saber o que é essa sustentabilidade, porque isto já está na Constituição. Contudo, quem faz cumprir essa sustentabilidade? Lá na nossa região a gente não vê isso, Senador. Não se sabe quem é que vai fazer isto. E nós estamos pagando este pato, como toda a população, ficando em meio a esse lengalenga continuo dos diversos órgãos e seus fiscais que vão lá. Isso só serve aos interesses da Votorantim, porque a questão já se arrasta há mais de trinta anos sem que se tome qualquer providência.

A Constituição dispõe que o BNDES não pode financiar infratores. O representante da FEAM vem aqui e diz que foi autuado, que foi multado. Ora, se foi multado, por que o BNDES então concedeu financiamento ao infrator? Isso é preciso ser apurado por uma Comissão como esta. Não se trata, pois, apenas de fatos; trata-se de atos. Penso que, ao invés de ficarmos só discutindo, precisamos de mais ação, o que não existe por parte dos órgãos fiscalizadores. Isso V. Exª pode ter certeza.

Tenho aqui uma cronologia de fatos. Isso começou com um estudo do IPT, que é um órgão indiscutível competência e fora de qualquer questionamento. Trata-se do Relatório nº 24.455, de setembro de 1986 – portanto, são quase vinte anos. E o mesmo diagnóstico a que o IPT chegou naquela época é o que todo mundo está discutindo hoje. Será que em vinte anos não se acha uma solução para esse problema? Em vinte anos já morreram meus pais, meus avós e meus tios; provavelmente, eu vou morrer nos próximos vinte anos, e o que vai ser dessa população que vem? Ao invés de a companhia, hoje, lá em Vazante, manipular tudo, eleger como Prefeito um dos seus empregados, nomear um dos seus empregados como Presidente do Codema, cercear a liberdade de imprensa e de informação, demitir empregados que não são a favor do que a companhia deseja, por que ela não utiliza o que a lei lhe permite? Ao invés de ficar oferecendo chopinhos, rodadas de jantares para os fiscais que vão lá, resolva a questão de uma vez por todas, assuma a sua responsabilidade.

Ninguém quer que a companhia feche, não.

V. Exªs estão vendo as cenas projetadas. Isso são dolinas; uma dessas dolinas foi aberta no quintal da casa da minha mãe e engoliu o chiqueiro, o paiol e os pés de manga plantados há muitos anos. E sabem o que fez a companhia? Ela mandou para lá os seus caminhões fora de estrada, derrubou parte do morro dentro da nossa propriedade e soterrou essa dolina para desaparecer com ela daquele local. Então, a nossa preocupação com esse lengalenga é que quanto mais isso se delongar, mais eles irão desaparecendo com as provas. Agora, se isso é ético, cabe a esta Comissão e às autoridades interpretarem e tomarem as providências, porque nada mais podemos fazer do que denunciar.

Nesse relatório, que é de 86, já se fazia referência a fraturamento do solo, às características hidrogeológicas que iriam piorar se a mineração continuasse, à ocorrência de grandes fluxos d'água e, ainda, que esse bombeamento daria origem a diversos vazios, considerava, por fim, de alto risco a implantação da mineração por falta de conhecimentos geológicos.

Ora, se eu vou fazer um empreendimento, no mínimo, tenho que estar habilitado para aquilo e conhecer aquilo que será feito, coisa que esse grupo nunca fez. Está tentando fazer esse trabalho empiricamente dizendo "dane-se" aquele que for prejudicado.

Esta Comissão propôs a ida dos Srs. Senadores ao local para que S. Exªs vejam **in loco** o problema. E eu gostaria que eles vissem aquilo que está circulado ali. O que está circulado em verde é o rio Santa Catarina, a principal fonte de água que temos no Município. O que está riscado em preto, à direita, é o que era o córrego da Barroquinha e do Barrocão. Eles não existem mais; estão secos. Agora, para as autoridades, a companhia tem a cara-de-pau de dizer que isso é um córrego intermitente. Onde está circulado em baixo com o meu nome foi onde eu nasci. Nesse local, tomávamos banho, passeávamos; toda a população vivia dessa água. E não há mais um fio de água; há apenas água da chuva que juntamos em barragens para o gado beber. V. Exªs poderão ver lá esse processo de desertificação. A representante da FEAM disse que desertificação não tem nada a ver com a falta de água.

Então, V. Exªs poderão ver de perto que há mais de duas mil dolinas. A companhia diz que é um processo natural. Literalmente é um processo natural, porque o homem não consegue fabricar uma dolina, mas quando tira a água do subsolo os buracos aparecem. Essa série de buracos que V. Exªs estão vendo fica na porta da minha casa. Aquela estrada que está lá é por onde passamos para chegar a minha casa. A minha mãe hoje, com 92 anos, já não vai a essa fazenda, que é dela, porque tem medo disso desabar. Mas como tirar isso da cabeça de uma pessoa?

Agora, questões técnicas são resolvidas por órgãos técnicos. Vejam que a área estabelecida para a ocorrência disso, pelo IPT, é de 91km². Então, todas aquelas pessoas que estão dentro dessa área estão sujeitas a isso aí, e todos os dias estão ocorrendo dolinas. Há quinze dias apareceram duas dolinas dentro das minhas pastagens e tive que retirar o gado de lá, porque, se o gado cai e morre, quem irá reparar os prejuízos? O DNPM não vai lá olhar isso; a FEAM não

vai; o Ibama muito menos. Eles já chegam lá doidos para poder voltar – e presenciei isso várias vezes. Alguém disse que não ia lá para fazer turismo. Eu disse que iam sim, porque eles não vão olhar o que denunciamos, e as denúncias caem no vazio.

Vejam uma outra situação perversa. Temos a Lapa Nova, que é considerada a segunda gruta mais importante do País. Há mineração no sopé da Lapa Nova, dentro da área urbana do município de Vazante, e o consultor da FEAM, contratado para ir lá fazer um relatório, foi contratado depois pela Companhia Mineira de Metais para fazer o RCA do empreendimento a fim de que ela pudesse apresentá-lo aos órgãos de fiscalização. Ora, se fosse no âmbito do Direito, que é a minha área, seria advocacia do diabo, quer dizer, a mesma empresa que faz um laudo para o Governo que fiscaliza é a mesma empresa que faz o RCA/PCA do infrator. Agora, qual é o órgão que irá lá para dizer que está errado?

Vejam o que diz esse consultor: "O empreendimento causará um impacto forte, porém reversível, sobre o conjunto paisagístico da Lapa Nova, Morro da Lapa. Sobre o meio socioeconômico, cultural, local e regional pode identificar-se a ocorrência de um impacto negativo sobre a tradição de visitação à gruta pelos romeiros" Isso é social, cultural, histórico, e economicamente não tem importância nenhuma.

Tenho aqui mais vinte ocorrências de laudos do FEAM, laudos do Instituto Adolpho Lutz, laudos da Universidade Federal de Uberlândia, feito a pedido do Ministério Público Federal, que chegaram à mesma conclusão: contaminação das pessoas e rebanhos. O município de Vazante é grande produtor de alimentos que, na sua maioria, vão para Brasília e Belo Horizonte. A população daqui pode estar consumindo esses alimentos contaminados por metais pesados.

Nós que exportamos quase US$50 bilhões de grãos e de carne estamos sofrendo essas conseqüências. Será que o mercado internacional que compra essa carne, esses grãos ficaria satisfeito em saber que temos metais pesados contaminando esses produtos. Vejam a fala do Presidente Lula, ontem, em Pequim: "Recado a empresários de má-fé". Sobre a simples contaminação de fungicida na soja que foi exportada para aquele País, o Ministro Roberto Rodrigues prometeu a Chang Xiang que essas empresas só voltarão a exportar depois que tudo estiver esclarecido. Até lá as empresas "x" não poderão exportar soja brasileira.

Ora, se um fato como esse, para um País que está gastando milhões para abrir mercados, chegar ao conhecimento das autoridades que compram os nossos produtos, será que teremos o que exportar?

Ora, o homem não vale só pelo aspecto econômico; ele vale por seus valores, suas qualidades e, sobretudo, pela sua honra. A minha fala é no sentido de chamar a atenção da autoridades para fazer aquilo que a Constituição determina. Cumpram com o que determina a Constituição e não teremos discussão nenhuma em Vazante.

Tudo que disse está aqui documentado e vou encaminhar à Mesa. Ficarei à disposição dos Senadores, porque o Senador Hélio Costa só viu notícias a favor da mineração. Sinto muito, Senador, V. Exª não está lendo então os outros dados que estou colocando à sua disposição.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Agradecendo o fornecimento da documentação à Mesa e a sua exposição, passo a palavra ao Senador Hélio Costa e, em seguida, ao Sr. Ricardo.

O SR. HÉLIO COSTA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, devo consertar as declarações do Sr. Gilberto Batista. Não disse que só vi notícias boas sobre a mineração. O que disse é que tenho informações dos dois lados, e as informações que tenho, de um lado e de outro, me levam, inclusive, a entender a necessidade dessa audiência pública. Não disse, repito, não disse que só recebi notícias boas da empresa; pelo contrário, disse a V. Sª que estou de posse de documentos dos dois lados. Evidentemente, V. Sª defende a sua posição, como a empresa, a dela.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Ricardo Barbosa dos Santos, representante da CMM, Votorantin Metais.

O SR. RICARDO BARBOSA DOS SANTOS – Exmo. Sr. Ney Suassuna, Senadores aqui presentes e demais convidados, gostaria de apresentar a V. Exªs o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Perdão, Sr. Ricardo, mas gostaria de anunciar que está aqui também presente o Deputado Romeu Queiroz, PTB – MG. Seja bem-vindo, Excelência.

O SR. RICARDO BARBOSA DOS SANTOS – Como não tivemos nenhuma oportunidade de mostrar aqui este trabalho, gostaria primeiramente de situar Vazante, que está dentro de uma *holding*, que é a Votorantin Metais, que tem outros negócios como aço, zinco e níquel. Com relação ao zinco, temos em Vazante e Paracatu minerações e em Três Maria e Juiz de Fora uma metalurgia.

Vazante está situada no Noroeste de Minas Gerais.

A Votorantin está na região de Vazante desde a década de 50, quando foi fundada, mais precisamente

em 1956, para explorar jazida de zinco presente em Vazante.

Em 1961, iniciamos as pesquisas; em 1969, embarcou o primeiro minério concentrado para a usina de Três Marias.

Atualmente, existem mil postos de trabalhos diretos na unidade de Vazante.

Já no início da década de 80, sentimos a necessidade de desenvolver uma mina subterrânea, porque no início a mina era a céu aberto. No desenvolvimento dessa mina e ao longo do processo de licenciamento, vimos as questões de vazão de água que apareceram.

Em 1993, depois de vários estudos, iniciamos a operação, com uma licença expedida pela FEAM, com um bombeamento de 3.500m³/h. Era um bombeamento que iniciou lentamente; e assim procedíamos exatamente para que o solo, maciço rochoso, pudesse absorver essa variação.

Em 1998, vislumbrando a necessidade de atingir níveis mais profundos, incrementamos para 5.000m³/h, tudo de acordo e com conhecimento dos órgãos ambientais que nos licenciavam.

Acontece que em abril de 1999, no desenvolvimento de uma galeria de drenagem, encontramos uma vazão, uma assurgência de água que não era esperada, ocorrendo um grande afluxo para dentro da mina. Nesse momento tivemos dois problemas: primeiro, aumento da turbidez da água que foi bombeada para a superfície, que era água proveniente da mina; segundo, a ocorrência de abatimentos.

Um cronograma dos acontecimentos: em abril de 1999, a vazão de que falei. No mesmo mês, comunicamos a todos os órgãos interessados – FEAM, Codema e até o Ministério Público. Entre abril e agosto de 1999, como disse, uma vez que aumentou a turbidez da água para a jusante do local da empresa em relação ao rio, causou um desconforto para os proprietários à jusante. Então, a empresa reuniu-se duas ou três vezes com esses fazendeiros para que achássemos uma solução intermediária, uma vez que a solução definitiva levaria algum tempo. Nessa reunião, inclusive, temos a agradecer os proprietários pela solicitude. Todos eles foram muito solícitos em desenvolver projetos conosco. Em setembro de 1999, já iniciamos o atendimento a esses fazendeiros.

Em outubro de 1999, já iniciado esse trabalho, numa fiscalização da FEAM, a terceira após o acidente... Vale dizer que a FEAM, nesse período do acidente até hoje, talvez tenha feito mais de quarenta fiscalizações nessa área. Somos uma empresa extremamente fiscalizada. A FEAM, então, entrevistando os fazendeiros, os ribeirinhos, já notavam um nível significativo – isso está escrito no auto de fiscalização – de aceitação da população frente às medidas tomadas com relação à alternativa de água para esses proprietários.

Aqui são algumas das ações executadas para levar água até esses fazendeiros uma vez que não tínhamos nenhuma solução parcial ou definitiva naquele momento. Então, instalamos a água alternativa. Só para se ter idéia, 100 quilômetros de tubos foram aplicados para fornecer água. Onde não havia energia elétrica, levamos energia para ligar as bombas, sendo instalados 20 mil metros de redes de energia aplicadas nessa região à jusante de CMM. No total, foram 107 proprietários atendidos com água e 37, além da água, também com energia.

Já em outubro iniciamos a construção de uma bacia para que pudéssemos clarificar essa água, que saiu turva da mina. Vale dizer que essa turbidez era devido à argila proveniente do rebaixamento brusco do lençol naquela época. Já fazíamos a clarificação. Já em fevereiro de 2000, esse módulo, como chamamos a barragem provisório, já estava funcionando, e a água estava sendo clarificada.

A solução definitiva veio em janeiro de 2001, quando construímos uma barragem com capacidade para mais de 20 anos.

Temos aqui um aspecto da coleta. Diariamente é coletada a água dessa barragem para análise da qualidade da mesma.

Continuando no cronograma, vale dizer que tivemos alguns processos administrativos junto ao órgão ambiental do Estado. Em setembro de 2000, foi pedida uma suspensão da nossa licença de operação. Em dezembro de 2000, o próprio Conselho de Política Ambiental do Estado, numa reunião da Câmara de Mineração, julgou improcedente o pedido de suspensão dessa licença, após a visita de todos os conselheiros à região.

Em março de 2001, em função de modificações no projeto da lavra subterrânea, solicitamos um pedido de licença de operação corretiva. Já tínhamos a licença de operação e pedimos uma correção. Nesse meio tempo, tivemos várias audiências públicas. Tivemos uma audiência pública do COPAM, na cidade de Vazante, com relação a essa licença. Em setembro de 2001, após denúncias na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Minas, tivemos uma audiência na cidade de Vazante, com a presença dos Deputados Estaduais membros da Comissão. Em maio de 2002, tivemos uma audiência pública na Câmara Federal. Em dezembro de 2002, tivemos a nossa licença de operação corretiva aprovada na reunião da Câmara de Mineração do COPAM. Em junho de 2003, firmamos um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público em função de tudo isso que esta-

va acontecendo. As ações, no momento, estão sendo executadas. Algumas já foram cumpridas; outras estão por cumprir. Em novembro de 2003, obtivemos a outorga do Instituto de Gestão das Águas de Minas para o rebaixamento do lençol, uma vez que, vale dizer, a legislação não previa, no passado, o licenciamento para o rebaixamento de lençol, o que veio a acontecer mais recentemente. A empresa entrou com processo.

Esses pontos amarelos são pontos de monitoramento que temos do aqüífero. Monitoramos o aqüífero. Em verde, são as instalações da Companhia Mineira de Metais e, circulado em branco, está o Município. Temos hoje 160 pontos de monitoramento próprios da empresa e mais outros 110, que são cisternas e poços da região que são monitorados.

Fazemos também o balanço hídrico de todos os córregos e rios da região. Outros monitoramentos que desenvolvemos: o monitoramento da qualidade das águas, tanto superficiais quanto subterrâneas, e podemos dizer, com tranqüilidade, que todas as águas estão de acordo com o padrão da legislação brasileira atual. Inclusive, análises recentes das águas subterrâneas, já dentro do processo do termo de ajustamento de conduta, mostram que a água subterrânea na área, tanto de Vazante quanto da Companhia Mineira, tem qualidade de água potável.

Fazemos também o biomonitoramento. São várias espécies de árvores e arbustos que são monitorados periodicamente para verificar o seu estado fitossanitário. Monitoramos efluentes líquidos, a qualidade do ar, e também fazemos vários nivelamentos na região.

A questão que se toca aqui, de dolinamentos, é delicada, porque envolve inclusive um processo natural; a dolina é um evento geológico. Em regiões cársticas, naturalmente já ocorre esse fenômeno geológico. As causas de um dolinamento são variadas, como a qualidade do solo, desmatamento, acúmulo de água, drenagens mal feitas, vazamentos, cidades que estão situadas em regiões cársticas; enfim, a questão dos vazamentos é complicada nesse tipo de região. A variação do nível da água também é uma contribuição para isso. Então, podemos dizer que a ocupação de regiões cársticas hoje, no País é pouco estudada. E a CMM tem investido muito no conhecimento desse fenômeno.

Quando ao processo de formação, mais claramente, temos aqui a rocha calcária, com cavernas, e aqui o solo. Dependendo da qualidade dos solos, então, em períodos de chuva, a água penetra no sob e rompe a estabilidade que havia entre o solo e a rocha, na fratura. Com isso, essa terra, esse solo, é carregado para dentro da caverna. Por isso, às vezes, quando vemos uma dolina ocorrer dizemos: "Poxa, mas isso abriu agora?" Não. Esse é um processo que pode levar dias, meses, anos, depende muito da região.

Aqui são exemplos de dolinas antigas que ocorrem na região de Vazante. Nós mapeamos centenas de dolinas antigas. Dessas dolinas apresentadas, podemos mostrar dolinas até piores, que existem na região, e que são muito antigas. Essa é uma dolina de idade geológica, com quase cem metros de diâmetro. Aqui está um carro para servir de escala. Então, estamos mostrando uma dolina na região de Vazante.

Essa também é uma dolina. Ela ocorreu na década de 60. O proprietário desse terreno, ao construir essa cerca, quando terminou, ocorreu a dolina. Inclusive, os mourões estão no ar. Essa dolina está há aproximadamente uns dez quilômetros ao Sul dos empreendimentos da Companhia Mineira. Ela ocorreu na década de sessenta. Vale dizer que o nosso processo de rebaixamento iniciou-se no início da década de noventa.

Essa também é uma dolina antiga ocorrida ao Sul de Vazante, na década de oitenta.

Essa também é uma dolina antiga, descoberta na década de oitenta, ao Sul de Vazante.

Então, aqui demonstramos que esse processo é natural, e que ocorre normalmente em Vazante. É claro que o rebaixamento contribui, mas não é a causa principal. Ele, por si só, não é causador de dolinamentos.

Aqui são exemplos de bombeamento. Existem várias minas no mundo que promovem o bombeamento. Digo isso até para que não fiquemos com essa idéia de que Vazante é um caso único no mundo. Essa é uma atividade normal em mineração - os bombeamentos. E a da convivência com esse bombeamento, inclusive em regiões cársticas... Esse bombeamento que estou mostrando ocorre em regiões cársticas.

Hoje, o nosso bombeamento está em torno de 5.500m³/h. Há minas, que visitamos, bombeando até 7.100m³/h. Na Namíbia, há minas bombeando até mais. Então, essa é uma atividade normal em mineração.

Discordo quando falam que a empresa não tem uma parceria com a comunidade. Inclusive, temos vários projetos no Município e fora dele. Gostaria até de passar isso aqui, mas o meu tempo está se esgotando. De qualquer maneira, vale ressaltar que temos parcerias com o Instituto Estadual de Florestas na produção de mudas. A empresa, hoje, produz em torno de 150 mil mudas anuais, que são distribuídas na região e usadas também na recuperação paisagística da área.

Fazemos todo o gerenciamento do nosso resíduo.

Com relação a Lapa Nova, também discuto as colocações quanto à proteção do patrimônio espeleológico. A gruta da Lapa Nova, conforme o Sr. Gilberto

disse anteriormente, é uma grande gruta; é uma das maiores grutas em calcário de Minas Gerais, e essa gruta é extremamente impactada pela visitação. Há doze anos, a empresa financia guias que ficam lá doze horas por dia, de sete da manhã às sete da noite, para orientar a visitação. Na época de romarias, que são principalmente no início do mês de maio, em torno de cinco mil visitantes passam por essa gruta.

Então, temos uma parceria com o Ibama/Cecav, que é a instituição do Ibama que cuida das cavernas. Eles sempre participam conosco na proteção da gruta em época de visitação intensa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICARDO BARBOSA DOS SANTOS – Aqui, só para deixar clara a nossa situação atual. Temos todas as nossas atividades e processos licenciados junto a qualquer órgão, seja DNPM, seja Ibama, seja FEAM, IEF ou qualquer outro, inclusive temos a outorga do rebaixamento do lençol e a licença de operação dessa mina subterrânea.

Aqui estão os certificados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Barbosa dos Santos.

Passamos agora a palavra ao Dr. Gustavo Martinelli, biólogo, pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, especialista em Hidrogeologia.

V. Sª dispõe de quinze minutos.

O SR. GUSTAVO MARTINELLI – Obrigado, Srs. Senadores, autoridades aqui presentes. Gostaria apenas de reparar aqui que não sou especialista em Hidrogeologia, mas, sim, em Biodiversidade. Meu nome é Gustavo Martinelli, sou pesquisador titular do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e tenho trabalhado, ao longo dos meus trinta e três anos, com inventários de biodiversidade, especificamente no componente flora e também com um tema focal de biodiversidade em montanhas ou regiões rochosas.

Foi no âmbito dessas atividades que, visitando diversas regiões, tive um pouco o desprazer de conhecer e visitar a região de Vazante em 2002. Lá pude constatar todos esses processos de dolinamentos e poluição de água, enfim, tudo que acho que já extremamente debatido aqui.

Meses depois fui convidado pelo Dr. Carlos de Assis para escrever um texto num livro em que ele estava editando sobre a problemática e solicitei a ele que gostaria, antes de concordar, de verificar o manuscrito, o teor do seu livro e quais eram os documentos em que ele estava se baseando para a elaboração do livro.

Após examinar essa documentação toda, que, na verdade, são documentos técnicos, específicos, com laudos, pareceres etc., escrevi um texto que chamei de "Crateras do Absurdo" – o título do livro é **Crateras da Cobiça** –, apenas para considerar que, em pleno séc. XXI, quando o governo, a sociedade, os países, principalmente a partir da assinatura da Convenção da Biodiversidade, em 1992, falavam, discutiam e faziam esforços para trabalhar o conceito de desenvolvimento sustentado, incluindo nesse conceito a sociedade humana, havia, do meu ponto de vista, uma incongruência, uma desconexão, quase um confronto, entre o discurso do desenvolvimento sustentado e a realidade que se aplicava.

Desse ponto de vista, existem várias maneiras de interpretar as questões envolvidas. Gostaria de não entrar nas questões técnicas, nas tecnicidades dessa situação específica em Vazante. Creio que ela envolve, de certa forma, questões de Direito ambiental, dos efetivos danos ambientais e sociais, dos prejuízos econômicos, das tecnicidades das causas e conseqüências dos desastres ecológicos que já ocorreram e que podem e que continuam – ao que parece – a ocorrer e que podem vir a ocorrer.

Penso que isso também tem a ver com um modelo meio perverso de economia, promovido por um tipo de exploração que envolve as políticas públicas, atribuições, organismos de poder público, em todos os níveis, muito bem caracterizados pelo autor deste livro.

A grande convicção é de que as pessoas podem modificar os seus comportamentos, cooperar entre si, destinando-se a promover algumas mudanças em nosso comportamento com relação ao meio ambiente. Do ponto de vista global, há 12 anos, assinaram a Convenção da Biodiversidade, concordando com uma estratégia mundial para a conservação dos recursos naturais, inclusive o Brasil, cujo conteúdo principal preconizava que a conservação não é o contrário do desenvolvimento, mostrando que conservar consiste tanto em proteger como em utilizar racionalmente os recursos naturais, e que a conservação destes é indispensável para que a sociedade humana possa viver com dignidade e garantir o bem-estar das gerações atuais e das futuras.

É preciso substituir o discurso teórico pela prática, transformando o conceito de desenvolvimento a qualquer preço pelo conceito de desenvolvimento sustentado, no sentido que esse conceito inspire e oriente aqueles que consideram que vale a pena cuidar dos seres humanos e dos recursos naturais e que acreditem que entre os destinos de ambos existe uma relação de interdependência.

Do meu ponto de vista e novamente deixando as tecnicidades, laudos e pareceres que me parecem suficientes para o cenário, vamos dizer, técnico, o princípio fundamental deve ser levado em conta em dois pontos:

primeiro, as condições básicas para a existência das pessoas de uma localidade ou região dependem dos recursos locais e regionais e, conseqüentemente, a diminuição ou deterioração dos recursos naturais colocam em perigo a satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência atual e das gerações futuras. Em segundo lugar, temos de decidir que não estamos condenados ao fracasso, que podemos fazer alguma coisa, garantindo que as vantagens do desenvolvimento se distribua mais eqüitativamente e aprender a conservar esses recursos naturais. Por outro lado, existe o fato de que os progressos em relação ao conceito de sustentabilidade têm sido lentos, mas se verifica a necessidade de incorporar na planificação e na ação medidas jurídicas sociais, econômicas e técnicas voltadas para a sustentabilidade em todos os planos, sob todos os níveis governamentais, já que o Estado é que tem esses principais mecanismos estratégicos.

Há que se considerar também que as forças do mercado podem contribuir para objetivos de crescimento de curto prazo, evidentemente. Mas, por não considerarem, na maioria das vezes, as conseqüências, longo prazo, da sua ação, podem diminuir a eficiência da economia já que afetam a estabilidade ambiental e social e, principalmente, não incluem, em seus custos, as externalidades e não quantificam economicamente os danos ambientais.

Atualmente, de uma forma global, mecanismos de mercado já contabilizam e consideram os freqüentes efeitos negativos sobre o meio ambiente, modificando, ainda que de forma inicial, seus princípios e conceitos através de mudanças drásticas dos modelos de gerenciamento e planejamento. Em nível global, a situação é piorada pelas crises da dívida do chamado Terceiro Mundo, países em desenvolvimento, que força os governos de muitos países a fazerem escolhas antiecológicas contra os interesses dos seus povos e dos ambientes naturais.

A situação em Vazante, para concluir, aponta para a necessidade de reflexão sobre o padrão ou conceito de desenvolvimento que se quer adotar e leva para um confronto entre o discurso e a pratica, envolvendo todos os atores e vetores responsáveis pela questão, e a necessidade urgente de reverter o atual quadro de degradação e de descaracterização ambiental e da preservação, proteção e conservação dos recursos naturais, com situações críticas e totalmente absurdas apontadas pelos dados, laudos, pareceres, medições de especialistas e das instituições responsáveis, como a questão envolvendo os níveis de rebaixamento de poluição da água do maior aqüífero de água doce do Brasil e um dos maiores do mundo, dos processos de dolinamento e subsidiência, dos processos de ressecamento, quase uma desertificação a que está exposta e visível na região, cuja dimensão e conseqüências são imprevisíveis no que diz respeito à garantia dos padrões mínimos de qualidade de vida quanto ao futuro da região para as próximas gerações.

Os pontos principais, que chamo de confronto entre o discurso e a prática, são: enquanto o Governo brasileiro faz um enorme esforço para salvar um dos principais recursos hídricos deste País, o rio São Francisco, envolvendo todos os setores do Governo, sociedade, comunidades locais e políticos, convivemos com uma realidade e assistindo à poluição de um rio que deságua no rio São Francisco.

Cientistas, especialistas e instituições de todo este País, do qual eu participei, trabalharam e debateram durante anos, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia e outros Ministérios, para caracterizar as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e dos biomas brasileiros e que, apesar de pronta desde o ano passado, foi assinada no dia 21 de maio deste ano, sexta-feira passada, pelo Presidente da República em exercício e pela Ministra do Meio Ambiente, reconhecendo, oficialmente, as 900 áreas prioritárias do Território brasileiro, da qual a região onde se situa o município de Vazante é considerado como de importância ecológica extrema, especialmente para o grupo de aves e peixes. E, nessa região, assistimos e convivemos com todos esses processos de destruição ambiental, motivo da presente audiência pública.

Numa época em que a preocupação nacional e planetária se concentra no declínio dos recursos água para consumo humano, produção de alimentos e de energia elétrica, estamos diante de uma realidade visível de uso irracional de um dos maiores aqüíferos de água doce do mundo e da poluição e contaminação de recursos hídricos importantes para um desenvolvimento sustentável da região, para a produção agrícola e para o consumo humano.

No momento em que esforços são direcionados para evitar os processos de desertificação verificados em diversas regiões do País, envolvendo campanhas e ações de combate a esse perigoso processo, com custo de recuperação altíssimo, ficamos diante de uma realidade visível e concreta de drenagem das águas superficiais, envolvendo todos os ecossistemas aquáticos interligados com a bacia de aporte, implicando no desaparecimento de lagoas e poços, que pude visitar, assim como a extinção de nascentes.

Num país como o Brasil, com uma legislação ambiental aprimorada, com órgãos e instituições de reconhecida competência técnica para lidar com todas as questões envolvidas e com os desastres já ocorri-

dos, parece, no mínimo, paradoxal que continuemos a conviver com uma questão dessa dimensão e importância em que as ações parecem incidir apenas sobre medidas mitigadoras pontuais e seletivas, num varejo da situação, esclarecimentos e discursos e de prática nada é efetivamente feito para sustar e definitivamente serem cumpridas as leis e os códigos ambientais.

Por fim, o que ocorre, no meu ponto de vista, em pleno século XXI, em Vazante, não é um absurdo de Minas Gerais, do Brasil ou da América Latina; é um absurdo planetário, de conseqüências imprevisíveis, que, além de mostrar a fragilidade institucional dos organismos públicos responsáveis, mostra o paradoxo a que estamos sujeitos entre o sistema político responsável pela gestão da economia e o sistema político responsável pela vida da população, pelo futuro da sociedade e pelos recursos vitais e necessários à sobrevivência humana.

O caso da mineração em Vazante é um exemplo do absurdo, em termos de impunidade, de falta de visão econômica, social e ambiental, além de ser um exemplo da distância entre o discurso e as práticas de uma empresa, que não enxerga que a tragédia ambiental e social que promove cada vez mais se transforma num desastre econômico e, em última análise, num grande absurdo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Gustavo Martinelli, biólogo e pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao Dr. Carlos Henrique Lima, Procurador da República no município de Uberlândia.

SR. CARLOS MARTINS HENRIQUE LIMA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, bom dia a todos.

Apenas para esclarecer, fui Procurador da República no município de Uberlândia, atualmente já não estou mais à frente do problema. O problema está com meu colega há cerca de dois meses, e por isso vim aqui para tentarmos captar mais alguma coisa para que possamos gestar alguma solução para o problema.

O problema local existe, a companhia, inevitavelmente, tem reflexos na sociedade local, na circunvizinhança, e não conseguimos ainda nem vislumbrar exatamente qual é o alcance desses problemas. Tive a oportunidade de ir até à cidade e verifiquei que há, como não poderia deixar de ser, reflexos nos vizinhos imediatos; há reflexos em vizinhos um pouco mais distantes; há comunidades que são um pouco mais desassistidas que ficam no caminho do rio e que também sofrem algum reflexo.

O nosso trabalho, durante o exercício em que ficamos à frente do problema foi no sentido de tentarmos gestar soluções para que a sociedade local pudesse ser atendida quando a esses reflexos. Tivemos poucos avanços, devemos reconhecer, poucos avanços concretos, mas podemos verificar a boa vontade das partes de lidar com o problema, de reconhecer que existe um problema e que é necessário tentar resolvê-lo.

A dificuldade maior que temos encontrado – vou me referir exatamente à questão da tecnicidade dos fatos – é que para cada argumento de um lado existe um contra-argumento forte do outro. Existe um laudo que aponta determinada coisa; existe um outro laudo que aponde de maneira completamente diversa. Então nós não conseguimos ainda ter a convicção, firmar convicção de quais são exatamente os reflexos que a operação da companhia está causando na localidade. Sem fechar tal conceito, fica mais difícil de conseguirmos gestar, inclusive, as soluções. Por quê? Porque isso passa pela questão da viabilidade econômica. A empresa é viável economicamente, mas ela tem que considerar nesta questão de viabilidade econômica, como ela vai lidar com esse passivo social, que ainda não está completamente dimensionado.

As repercussões, por exemplo, como foi citado aqui, no aqüífero guarani e em águas de outras estruturas, há muita dificuldade de verificarmos exatamente quais são. E, nesse sentido, achamos muito positiva a verificação, a convocação de uma audiência pública para tratar especificamente do problema, para que possamos ouvir as parte e possamos ter mais dados; e a participação desta Casa Legislativa, inclusive para poder acelerar o processo de gestação dessas soluções que estamos tentando buscar e que tentaremos colocar para que a sociedade possa realmente ter o amparo que ela constitucionalmente merece.

É só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, de Minas Gerais.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Gostaria, Sr. Presidente, de poder dividir de certo modo esta audiência pública em duas partes, considerando os primeiros depoimentos como sendo a primeira parte, para que possamos fazer uma pequena análise daquilo que foi dito aqui e, posteriormente, continuar com os depoimentos. A sugestão que fiz ao Presidente, Senador Ney Suassuna, de ouvir partes divergentes, penso que já foi muito bem explicitada nesse processo, porque já houve depoimentos contraditórios importantes para a avaliação que devemos fazer.

Pergunto a V. Exª se poderia fazer, portanto, um comentário sobre os depoimentos que ouvi até agora?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, evidentemente os depoimentos feitos aqui farão parte de uma brochura para que possamos analisar posteriormente. Não seria melhor ouvirmos as outras pessoas convocadas para esta reunião e depois fazermos os comentários? Assim ouviríamos agora o Sr. João César de Freitas Pinheiro, Diretor-Geral do DNPM. Seria interessante ouvi-lo. Outros Senadores continuarão chegando à Casa e nós, depois de ouvir a todos, passaremos a fazer comentários e perguntas. Não seria mais interessante assim? Teríamos uma visão global. V. Exª gostaria de começar a interrogar a cada pronunciamento?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Eu me submeto à decisão de V. Exª, que é o Presidente dos trabalhos. Entendo que já temos elementos suficientes para fazer algumas observações que poderão ajudar nos depoimentos subseqüentes. Por essa razão fiz a proposição, mas V. Exª tem razão. Vamos continuar com os depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Dr. João César de Freitas Pinheiro, Diretor-Geral Adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia.

O SR. JOÃO CÉSAR DE FREITAS PINHEIRO – Exmo. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, prezado Senador Hélio Costa, Parlamentar de Minas Gerais, Estado de onde venho, depois de longa caminhada profissional nos órgãos de mineração e de meio ambiente, é uma honra estar no Senado, novamente nesta Comissão.

Na primeira reunião em que estivemos, falamos sobre o que é a produção de zinco no País, como se desenvolve esse mercado e qual é a necessidade brasileira de consumo desse produto. Passamos à Comissão um disquete contendo esses dados. Gostaria de passar mais alguns disquetes à Comissão para que sejam distribuídos aos Srs. Senadores.

Com relação ao assunto em pauta, recebemos uma denúncia, em junho de 2003, do Sr. Maurício Mach Barreto, sobre os danos ao meio ambiente em Vazante: o rebaixamento do lençol freático em zona cárstica e as questões de dolinamento. Mandamos investigar e imediatamente fazer uma vistoria. O nosso pessoal foi a Vazante e fez um relatório cuja cópia gostaria de entregar a V. Exªs para que conste dos autos. Esse relatório, feito em junho, concluiu o seguinte:

A) a denúncia protocolizada versa exclusivamente acerca de aspectos de impacto ao meio ambiente, portanto, na esfera dos órgãos ambientais, especificamente dos órgãos estaduais de meio ambiente;

B) foram várias as denúncias protocolizadas em órgãos ambientais e de mineração sobre os supostos danos, todavia os órgãos – no caso Ibama, FEAM e Copam – que detêm a competência para a expedição de licenças ambientais e, portanto, a fiscalização ambiental, não sugeriram a paralisação temporária ou definitiva dos trabalhos de lavra da Companhia Mineira de Metais;

C) o DNPM deverá agilizar a análise do plano de aproveitamento econômico protocolizado, antecedido pela formulação das exigências para a apresentação do relatório das pesquisas realizadas na área do grupamento mineiro 07.72 referente ao Processo DNPM nº 802.185/71, acompanhado de memória de cálculo utilizado para definição das reservas;

D) tendo em vista observar durante a vistoria realizada, constatando-se diversas modificações já implantadas, nova planta de beneficiamento e outras que deverão ser instaladas até o final do ano em curso, escritórios, vestiários, refeitórios, oficinas etc., além do fato do desenvolvimento da lavra a céu aberto se ampliar até a área onde atualmente está localizada a atual planta de beneficiamento de calamina, deverá ser exigido à Companhia Mineira de Metais que apresente uma planta na escala 1 para 10.000, geral da mina, onde estejam plotadas todas as obras civis de superfície, inclusive postos de serviços, rampas, postos de ventilação etc.;

E) apresentar projetos das usinas, contemplados com fluxogramas do beneficiamento, balanços de massa, os circuitos de efluentes, além das eventuais alterações do plano de aproveitamento econômico;

F) solicitar que a empresa afixe uma placa na entrada do empreendimento, constando a identificação da empresa, o CGC, o número da concessão de lavra, o número da licença ambiental, a validade e o responsável técnico;

G) tendo em vista a presença de pessoas estranhas à área de serviço da mina, sugerimos a adoção, por parte da empresa, de providências, objetivando o efetivo controle do acesso das mesmas às instalações da empresa;

H) dadas as características da especificidade da lavra, sugerimos que o DNPM proceda, no mínimo, semestralmente, uma vistoria detalhada conjunta com a FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais;

I) tendo em vista a inexistência de rodapés nas passarelas da estação de bombeamento e de câmara de refúgio no subsolo, de acordo com o estabelecido na NR 22, itens 8.1 e 1.3.1, da Norma Regulamentadora de Mineração que existe neste País, deverá ser solicitado ao titular que cumpra essas exigências acrescentando

se existe a necessidade de uma vistoria específica de modo a observar o efetivo cumprimento dessas normas regulamentadoras da mineração; e

J) sugerimos, finalmente, que o denunciante, se for o caso, reitere suas denúncias na esfera institucional competente.

Então, nossos técnicos gostariam muito de ter ido a Vazante fazer turismo, mas eles, quando trabalham, não fazem turismo; eles fazem um relatório diante de uma denúncia feita, relatório este que entrego à Comissão.

O DNPM reafirma a sua competência e a sua disposição de acompanhar os Srs. Senadores em quaisquer vistorias ou visitas que sejam feitas às regiões afetadas para que o desenvolvimento do pensamento técnico-científico seja realmente colocado de forma inequívoca.

Pediria ao Dr. Francisco Braga, aqui presente, que é vinculado ao sistema do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o sistema CREAs, que observe, por favor, todos os depoimentos feitos a esta Comissão e que faça ver ao Dr. Wilson Lang, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a necessidade de se levantar quem realmente é hidrogeólogo neste País, quem realmente cumpre o exercício profissional e quem tem habilidade e competência técnico-científica para fazer hidrogeologia neste País, para que a gente haja em cima da verdade e não de alusões feitas por leigos ou então por pessoas muito interessas mas que não detêm o conhecimento geológico específico para o assunto.

Gostaríamos de deixar muito presente aqui a necessidade de uma política para o zinco, que seja uma política de desenvolvimento sustentável. E o DNPM se coloca completamente à disposição do Ibama, dos órgãos estaduais de meio ambiente, dos Srs. Senadores, especificamente dos Senadores de Minas Gerais, especificamente do Senador Hélio Costa, no sentido de se fazer uma perícia completa sobre a questão, envolvendo o Serviço Geológico do Brasil, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, que detêm as informações de geologia do Brasil e que têm autoridade legal para dizer o que está acontecendo do ponto de vista geológico naquela região, seja no âmbito regional, seja no âmbito local.

Srs. Senadores, é isso que temos a declarar.

As informações relacionadas com a economia mineral do zinco estão neste disquete distribuído aos Srs. Senadores, e o DNPM se coloca completamente à disposição das partes para que caminhemos no sentido de equacionar uma solução, porque não adianta ficarmos brigando a respeito do zinco no Brasil, quando este precisa do metal para várias indústrias, vários setores, como demonstramos na reunião passada, quando aqui estivemos. A idéia é que o restante dos milhões de toneladas de zinco que ainda existem lá na área da MASA, por exemplo, sejam aproveitadas de forma racional, para que paremos de importar zinco para este País tão grande e que tem uma geologia tão boa para o metal. Tudo pelo homem, tudo pelo ser humano, tudo pela inclusão social, tudo pela geração de emprego e tudo para se dar à sociedade brasileira um caminho que seja adequado naquilo que diz respeito à indústria do zinco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nós é que agradecemos a V. Sª.

O próximo convidado é o Promotor de Justiça Dr. Leandro Martinez de Castro, Coordenador das Promotorias de Justiça de defesa dos rios Paracatu e Urucuia.

Concedo a palavra a V. Sª.

O SR. LEANDRO MARTINEZ DE CASTRO – Exmºs Srs. Senadores membros desta Comissão de Fiscalização e Controle, senhoras e senhores presentes, em primeiro lugar, em nome do Ministério Público de Minas Gerais, agradeço o convite para participar desta audiência pública. Espero que, ao final dos trabalhos, cheguemos a um resultado profícuo para o meio ambiente e, em conseqüência, para a coletividade.

Já foi falado aqui sobre o esforço desempenhado pelo Governo na defesa do rio São Francisco. Sou um dos cinco Promotores de Justiça que atuam na Promotoria de Justiça de defesa do rio São Francisco em Minas Gerais, promotoria esta que é fruto do comprometimento da atual administração superior do Ministério Público com a questão ambiental, em especial, do nosso Procurador-Geral de Justiça, Dr. Nedens Ulisses, e do Procurador de Justiça, Dr. Jarbas Soares Júnior, Diretor do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente.

A Promotoria de Justiça de defesa do rio São Francisco representa uma mudança de paradigma de atuação do Ministério Público, não no Estado de Minas Gerais, mas é uma mudança de paradigma de atuação do Ministério Público brasileiro, porque, a partir da sua instalação é que foi possível superar os limites geográficos que então dominavam na atuação do Promotor de Justiça, ou seja, os limites de atuação por Comarca, e os Promotores de Justiça do rio São Francisco têm atribuição para atuar em qualquer área da bacia hidrográfica do rio São Francisco, da sua nascente em São Roque de Minas até o último município mineiro banhado pelo velho Chico, município de Manga. Essa Promotoria de Justiça tem apresentado resultados que justificam o acerto da sua implemen-

tação, citando, por exemplo, a questão do lixão. Com muito orgulho, posso afirmar que todos os municípios do Noroeste mineiro firmaram ajustamento de conduta com o Ministério Público obrigando-se a desativar os lixões e instalar os competentes aterros sanitários, aterros controlados.

Por fim, ainda sobre a Promotoria, devo lembrar que somente foi possível a sua estruturação devido a um convênio firmado no ano de 2002 com o Ministério do Meio Ambiente, que deu aparato financeiro para a estruturação da Promotoria de Justiça.

Com relação aos objetivos específicos desta audiência pública, quais sejam, os impactos ambientais decorrentes da atividade de mineração de zinco desenvolvida pela Votorantim em Vazante, exporei alguns pontos de atuação já realizados pelo Ministério Público Estadual sobre este tema específico – a questão ambiental e jurídica.

No mês de abril de 1999, conforme já foi mencionado, quando desenvolvia as atividades de lavra subterrânea em uma galeria que fica localizada há aproximadamente 350m abaixo da superfície, a Companhia Mineira de Metais se deparou com uma surgência inesperada de um grande volume de água, um fato que acarretou uma medida emergencial para não sacrificar a própria mina. O bombeamento, que então era de cerca de 1.500m³/h, passa a ser de cerca 7.500m³/h. Obviamente, essa água bombeada do interior da mina seria destinada a uma barragem. Ocorre que a barragem então existente não tinha sido projetada para receber tamanho volume de água. Por essa razão e até para evitar um rompimento da barragem de rejeitos, o que proporcionaria um mal até maior, a água acabou sendo lançada diretamente no curso hídrico ali existente, o rio Santa Catarina, afluente do rio Paracatu, que, por sua vez, é afluente do rio São Francisco.

Tomando conhecimento desse acidente, o Ministério Público instaurou inquérito público civil e deu início às investigações. Esse inquérito civil está registrado na Comarca de Vazante, sob o nº 01/99.

No curso das investigações, pode se constatar que a empresa foi devidamente fiscalizada pelo órgão estadual competente, que é a FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente, que esteve no local nos dias 20 de maio de 1999, 14 e 15 de setembro de 1999, 5 e 6 de abril de 2000 e outras datas posteriores.

A FEAM estipulou uma série de medidas mitigadoras dos danos causados pelo acidente. E, no curso das investigações, pudemos constatar que todas as medidas apontadas pelo órgão ambiental foram cumpridas pela empresa. Como mencionado, também, houve fiscalização de parte do DNPM que não vislumbrou razões, na conclusão, para suspender ou cassar a autorização para lavra mineira.

Considerando, então, a implantação dessas medidas mitigadoras do acidente, efetivamente levadas a cabo pela empresa; considerando os elementos que constam do inquérito civil, que apontam para a estabilização dos danos ocorridos em razão desse acidente específico de abril de 1999; considerando, principalmente, o grande volume de denúncias que chegou ao conhecimento dos órgãos ambientais, minerários, imprensa, casas legislativas, o Ministério Público constatou a necessidade de se demonstrar tecnicamente os impactos globais decorrentes dessa atividade desenvolvida pela Votorantin. Então, o objeto de investigação do inquérito civil foi ampliado. Hoje, o objeto de investigação desse inquérito civil é a análise dos impactos globais causados pela atividade de mineração. Ou seja: a análise desses impactos na qualidade das águas, do ar, do solo, os impactos na fauna e na ictiofauna. E ressalte-se: não só na área da empresa, mas em toda a sua área de influência, que pode, porventura, chegar até o Município de Vazante.

Nesse ponto, precisamos esclarecer que a responsabilidade por danos ambientais, embora seja objetiva, ou seja, independe da culpa do empreendedor, ela depende, para ser levado a cabo, da demonstração do dano e do nexo causal. Sem que se demonstre o dano e o nexo causal, responsabilizar uma empresa, um empreendedor é atitude temerária. E o Ministério Público de Minas Gerais tem pautado sua atuação por uma cautela nessa questão que causa tanto melindre. Então, é preciso a presença desses elementos probatórios que sejam suficientes, como o Dr. Carlos Henrique mencionou, para que se forme um convencimento rígido a respeito do tema.

Ampliado que foi o objeto das investigações, a empresa Votorantin firmou com o Ministério Público de Minas Gerais, em junho de 2003, um termo de compromisso de ajustamento de conduta, cuja cópia passo à Comissão nesta oportunidade. A leitura desse termo de ajustamento de conduta revela que a empresa se comprometeu a realizar uma série de estudos destinados a demonstrar, tecnicamente, os efetivos impactos ambientais de suas atividades.

O compromisso de ajustamento de conduta vem sendo rigorosamente cumprido pela empresa.

As atividades necessárias para a realização desses estudos são acompanhadas por técnicos designados pelo Ministério Público, técnicos de uma entidade conveniada ao Ministério Público. Os resultados de grande parte desses estudos – e o Sr. Ricardo Barbosa sabe disso, tivemos uma reunião ainda na segunda-feira passada – serão apresentados no próximo

dia 17 de junho e serão analisados por técnicos do Ministério Público.

Com base nesses resultados – e aí sim vemos que está sendo feito um estudo sistemático de todos os impactos decorrentes da atividade de mineração–, poderemos responder a uma série de questões: o surgimento de dolinas ocorre? Sim ou não? É responsabilidade da Votorantin? Quanto à questão da qualidade das águas, pode-se dizer que está havendo contaminação dos cursos hídricos?

Então, para que se possa responder a essas perguntas é que serão analisados os estudos que serão apresentados pela Votorantin até o próximo dia 17 de junho.

Também nesse compromisso de ajustamento de conduta, foi estabelecida uma medida compensatória pelo dano ambiental, decorrente desse acidente ocorrido em abril de 1999. Essa medida compensatória consiste no custeio de uma estação de tratamento de esgoto no município de Vazante, que é avaliado em aproximadamente R$500 mil.

Então, sob o prisma do Ministério Público estadual, a questão ambiental de Vazante está devidamente encaminhada. Não se chegou, como o Dr. Carlos Henrique mencionou, a um posicionamento final, mas está devidamente encaminhada; está em compasso.

A reiteração das denúncias apenas reforça o compromisso da nossa instituição na apuração desses fatos, mas uma apuração racional, uma apuração imparcial, uma apuração desprovida de paixão.

Então, eram essas as considerações que tenho a fazer em nome do Ministério Público de Minas. Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado.

Passamos a palavra ao Dr. Edgar Nunes da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral de Vazante.

O SR. EDGAR NUNES DA SILVA – Exmº Sr. Senador Ney Suassuna,...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Sr. Edgar, por gentileza, só um minutinho, para eu dar uma satisfação a vocês de novo.

Nesse momento em que saí daqui votei num Ministro do Supremo, fiz um *spite* na Biossegurança, que está sendo votada e que apresentei um projeto para a modificação da célula tronco e voltei.

Para vocês verem como é a vida de um Senador: chupamos a cana e assobiamos ao mesmo tempo. Não é fácil.

Então, as minhas desculpas pela ausência, mas fui participar de duas outras Comissões: a de Educação e a de Constituição e Justiça.

Com a palavra o Sr. Edgar.

O SR. EDGAR NUNES DA SILVA – Sr. Senador Ney Suassuna, Presidente desta Comissão, Sr. Senador Hélio Costa, demais senhores e senhoras presentes, bom dia.

Consta aqui que sou presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral. Na verdade, houve um equívoco. Sou presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Vazante, uma vez que o Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral extinguiu as suas atividades no Município de Vazante desde a decretação da falência da Companhia MASA.

Todavia, como representante dos Trabalhadores da Companhia Mineira de Metais, temos uma preocupação muito grande com relação aos postos de trabalho ali gerados por esse investimento, como já foi citado aqui pelo Dr. Ricardo, que remonta a aproximadamente mil empregos diretos, além do empregos indiretos.

Temos uma preocupação muito grande com a manutenção desses empregos, mas também temos uma preocupação ainda maior com a qualidade de vida desses trabalhadores, pois não basta ter emprego; tem que ter emprego de qualidade. E a qualidade de vida passa pelo ambiente em que vivemos. Não adiantaria termos ali trabalhadores, empregados recebendo os seus salários, mas vivendo em ambiente prejudicial à sua saúde e à de seus familiares.

Eu gostaria também de ressaltar a parceria da Companhia Mineira de Metais com a sociedade do município de Vazante, com a sociedade organizada. Não podemos negar que essa sociedade, ainda que sendo leiga no assunto ora em questão, é detentora do senso comum. O senso comum, como sabemos, é o embrião do conhecimento científico. Portanto, a sociedade está apta a participar, a questionar, a opinar nas questões ambientais que envolvem a comunidade de Vazante.

Gostaria de ressaltar também a abertura de um canal para o diálogo e a disposição para o diálogo de parte da Companhia Mineira de Metais. Sou funcionário da empresa desde o ano de 1988 e representante dos trabalhadores desde o ano de 1991.

Confesso que no início das relações sindicato/empresa havia muitas divergências, alguns atritos; porém, de lá para cá, essa relação veio evoluindo e, hoje, temos um grau de relacionamento bastante avançado. Em momento algum, fomos rechaçados por termos manifestado qualquer opinião contrária aos interesses da empresa.

Lembro-me de que, no ano de 1992, eu, membro da Comissão Municipal do Meio Ambiente, Codema, fiz uma reclamação ao Dr. Ricardo, aqui presente, com relação à bacia de decantação da empresa. O assunto foi discutido na Comissão de Desenvolvimento do Meio Ambiente e as sugestões ali feitas pela Comissão, sugestões que partiram até de mim, foram todas acatadas. Não houve nenhuma reprimenda por parte da empresa por eu ser empregado da empresa e estar ali questionando o seu modo de operação.

Ressalto que o diálogo é aberto. Nós, como sindicato, como entidade representante dos trabalhadores, todas as vezes que ocorre algum problema na área ambiental, na área de segurança, somos comunicados. Algumas sugestões do sindicato são acatadas, outras não. Porém, o fato é que há o diálogo e a disposição para ouvir.

Com relação à denúncia que chegou ao nosso conhecimento, sobre a desertificação do Município de Vazante, nós, como representante dos trabalhadores, como integrante da sociedade, de modo empírico até, desconhecemos esse fato.

Recentemente, minha filha, na escola onde estuda, foi convocada a fazer um trabalho com o nome de Projeto Água. Ajudei-a nas pesquisas, e ela me apresentou, para surpresa minha, um documento fornecido pela Copasa, a companhia de saneamento da cidade, sobre a qualidade e a quantidade de fornecimento de água para o Município de Vazante. Pude constatar, naquele documento, que o abastecimento em Vazante é normal. Portanto, desconhecemos essa questão da desertificação. Dentro do perímetro urbano de Vazante, o abastecimento de água, declarado pela Copasa, é normal.

Então, essas seriam as nossas considerações, as nossas informações, para tentar contribuir para esse processo, para que as autoridades competentes possam estar formando a sua opinião. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Nós é que agradecemos.

Passamos a palavra ao Sr. José Osanan Alves de Queiroz, síndico da massa falida da Mineração Areiense S. A. – MASA, representando o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

O SR. JOSÉ OSANAN ALVES DE QUEIROZ – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Ney Suassuna, Srs. Senadores aqui presentes, Srs. Membros da Mesa, senhoras e senhores, boa tarde.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, síndico da massa falida de Mineração Areiense S. A., a partir de 2002, sucedendo o Banco do Brasil, também ex-síndico da mesma massa falida a partir de janeiro de 2001, gostaria apenas de ressaltar que o Banco não está, bem como a massa falida, diretamente envolvidos nessa questão da Companhia Mineira de Metais.

A massa falida teve suas atividades paralisadas em dezembro de 1998; tivemos também algumas fiscalizações de parte da FEAM; tivemos, recentemente, uma fiscalização conjunta das instituições IEF, FEAM e Ibama. Porém, no que concerne a essa fiscalização, ela se estendeu, em função dos relatórios apresentados, exclusivamente à área de atuação da massa falida da Mineração Areiense S. A. Existem ali algumas pendências. Quanto a essas pendências, dentro do possível, alguma coisa já se fez, até porque se trata de massa falida, com parcos recursos. Outras providências de recuperação de áreas serão tomadas futuramente, uma vez que o processo é uma tentativa de se dar uma solução o mais breve possível aos compromissos que essa massa falida tem não só com a comunidade como com os demais credores. Inclusive, quando falo em credores, refiro-me a credores em termos financeiros, e os compromissos com a finalidade de áreas que foram lavradas serão, evidentemente, conforme consta de uma minuta, de um edital já no processo da Vara única da Comarca de Vazante, de responsabilidade do futuro adquirente desses direitos minerários.

Eu me colocaria à disposição dos senhores, porque acho que a questão de fato aqui não está envolvendo diretamente a massa falida da Mineração Areiense. Agora, estou em Vazante desde janeiro de 2000, representando primeiramente o Banco do Brasil e, posteriormente, o BDMG, a partir de 2002. Coloco-me à disposição de todos os senhores para tentar responder, dentro da minha competência, a qualquer dúvida, mas antecipo que, pela discussão do problema, percebo que ele envolve mais diretamente a Companhia Mineira de Metais e terceiros.

De qualquer forma, coloco-me à disposição dos senhores para responder a qualquer pergunta, desde que eu tenha competência técnica para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Agradecendo as palavras de V. Sª, vou ouvir o Senador Hélio Costa, que tem indagações a fazer, mas queria, antes, informar que a Comissão deverá destacar alguns Senadores para irem até a região. Pediria aos Senadores de Minas Gerais que não fazem parte da Comissão, se puderem, que também estejam incorporados a essa Comissão quando ela lá for.

Já agora, conhecendo os dois lados, Senador Hélio Costa, informo que o Sr. Gilberto e o Sr. Ricardo pediram a palavra por cinco minutos; porém, vou conceder a palavra a V. Exª em primeiro lugar e, depois, aos dois senhores, antes mesmo de passar a palavra aos demais Srs. Senadores.

V. Exª tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Mesa, Srªs e Srs. Senadores, ouvi atentamente cada um dos participantes desta audiência pública e imagino que as colocações e observações feitas pelos presentes respondem à observação feita pelo meu querido amigo Gilberto Batista no começo desta audiência. Digo isso porque comecei a notar detalhadamente, em cada uma das declarações, que os depoimentos batem rigorosamente com a minha preocupação. Existem dois lados nessa questão: evidentemente o lado da empresa e o lado dos produtores rurais da região; e, em cada um desses lados, ainda temos, evidentemente, as posições assumidas pelos servidores públicos que cuidam da questão em si e pelos trabalhadores.

Sr. Presidente, eu, como Senador por Minas Gerais, conheço muito bem essa região. Já tive oportunidade de passar, com o ilustre membro da mesa, Sr. Gilberto Batista, por diversos municípios do Noroeste de Minas Gerais, especialmente em Vazante. Ainda agora, na sua chegada aqui, lembrávamos os momentos em que descemos juntos no aeroporto local, em campanha. Tenho uma grande preocupação: a de ser rigorosamente justo, correto na observação desses fatos e fazer uma proposta que venha ao encontro dos interesses públicos, notadamente dos moradores da região.

V. Exª, Sr. Presidente, já em parte responde a minha preocupação ao dizer que um grupo de Senadores irá até a região. É uma das sugestões que eu queria fazer a V. Exª: que a Comissão organize uma audiência pública local, não só apenas a visita, mas uma audiência pública no local, para ouvirmos as pessoas que lá moram, as pessoas que estão diretamente atingidas pelo problema, as pessoas que vivem na região, para que elas possam se manifestar e para que os Senadores possam ouvir **in loco**, diretamente, dos interessados e das pessoas atingidas o que elas pensam dessa situação. A partir daí, evidentemente, teríamos condições de fazer sugestões que possam ser acolhidas pelas autoridades concernentes.

Fazendo um rápido retrospecto, coloco que a minha primeira pergunta seria evidentemente ao próprio Gilberto. Acompanhei detalhadamente a emoção com que ele fala da região, afinal de contas é a sua terra natal, sua família ainda está ali, seus amigos estão ali, suas atividades são ali. Então, ele tem esse sentimento de estar defendendo a terra em que nasceu, a sua cidade, os seus amigos, as pessoas que ali estão.

Eis a pergunta: o que o Sr. Gilberto Batista, como entendedor profundo desse problema – e ele, evidentemente, fez uma descrição muito pormenorizada do problema – propõe? O que se pode fazer?

O senhor não vai responder agora. Eu ouvi V. Sª com a maior atenção durante dez, quinze minutos, de modo que peço a V. Sª que me ouça agora. V. Sª vai fazer uma proposta, mas uma proposta de conciliação. Não adianta chegar aqui para fazer uma proposta de briga, porque aqui nós não vamos brigar. Aqui nós vamos encontrar uma solução para o problema; vamos fazer uma proposta que seja entendida pelas autoridades, que seja aceita pelos trabalhadores, que seja absorvida pela empresa, que atenda aos interesses dos produtores. A nossa proposta aqui é resolver o problema; não é aumentar a briga, até porque, em princípio, os dois lados têm razão.

Se V.Exª me permite, já que durante quase uma hora e meia fiquei praticamente sozinho ouvindo o depoimento de todos os convidados, vou lembrar uma história da mineirice de um ilustre político mineiro que foi governador durante muitos anos, chamado Benedito Valadares. É uma história que se passa durante uma cerimônia no Palácio da Liberdade, a sede do Governo de Minas Gerais, quando um grupo de assessores do Governador foi a ele pedir que usasse um espaço exatamente ao lado do Palácio da Liberdade para construir um edifício onde seriam colocadas as secretarias, as quais não tinham mais espaço para onde expandir. Então, o Governador recebeu aquele grupo e terminou a audiência dizendo: "Acho que vocês têm razão". Vamos, então, providenciar a construção desse prédio. Quinze minutos depois, entra uma comissão de moradores de Belo Horizonte exatamente para pedir ao Governador que não usasse aquele espaço para construir um edifício, pois ali tinha que ser uma praça, pois tínhamos que ter árvores, que ter um lugar aprazível, e, se ele colocasse ali um edifício, evidentemente, iria prejudicar até mesmo a vista maravilhosa que tem o Palácio da Liberdade. O Governador, ao término dessa reunião, vira para esse grupo de pessoas preocupadas e diz assim: "E não é que os senhores têm razão". Pois bem; uma assessora do Governador, que acompanhara as duas audiências, quando ambos os grupos foram embora, virou-se para o Governador e disse: "Governador, o senhor disse para o primeiro grupo que ele tinha razão e, agora, diz para o segundo grupo que ele também tem razão. Ao que o Governador se virou para ela e disse assim: "E não é que a senhora também tem razão!"

Esta é, mais ou menos, Senador Ney Suassuna, a situação em que nós mineiros nos encontramos. Entendo que com a presença do Senador Eduardo Azeredo estamos muito bem representados. Minas Gerais está preocupada com este problema de Vazante. É funda-

mental para a cidade de Vazante a empresa CMM. Ontem à noite conversei longamente com o meu querido amigo Deputado Estadual Antônio Eustáquio Andrade, que é deputado, ex-Prefeito, uma figura importantíssima na região de Vazante, nascido em Vazante, a grande liderança... Se não foi lá, foi por perto, nascido por perto de Vazante, para satisfazer a curiosidade política do Gilberto Batista. Mas, continuando, o meu querido amigo Antônio Eustáquio Andrade, que é deputado estadual, foi Líder do Governo Itamar Franco e hoje é Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, dizia-me que a própria Assembléia Legislativa de Minas Gerais – e isso foi aqui documentado inclusive pelo Sr. Ricardo Santos – promoveu uma audiência pública para apurar essa questão, que o Copam fez audiência pública, que a Câmara dos Deputados fez uma audiência pública em 2002. E o Antônio Andrade me lembrava dessa audiência pública, colocando em detalhes esse problema, também falando sobre o termo de ajuste de conduta firmado para que pudesse atender os interesses da região.

É fundamental a presença da imprensa na região, pois gera mil empregos diretos e mais três mil empregos indiretos, relacionados. Agora, a empresa tem que seguir rigorosamente o que determina a lei: ela não pode degradar o meio ambiente, tem que fazer tudo para evitar a contaminação das águas, do solo; ela tem que extrair o zinco, tem que extrair outros minerais, tem que fazer o que está autorizada a fazer pela lei, mas tem que rigorosamente seguir o que manda a lei, nem mais, nem menos. Essa é a nossa posição.

Ouvi o Dr. Gustavo Martinelli. S. Sª tem uma posição muito importante. Ele disse que se trata de uma opção: o desenvolvimento a qualquer custo ou o desenvolvimento sustentável? Essa é a grande questão que temos aqui. Temos que analisar até que ponto vale degradar o ambiente. Ouvi também o Edgar falando a mesma coisa: de que adianta ter empregos sem qualidade de vida. Essas coisas têm que ser discutidas, colocadas na mesa de debates. Essas coisas é que são importantes na decisão que se vai tomar em nível de autoridades públicas. Porque, aqui, a nossa missão – e o Senador Ney Suassuna conduz isso de uma maneira brilhante – é ouvir. Viemos aqui ouvir e viemos dar as nossas sugestões, a nossa posição particular e a dos senadores que participaram desta audiência pública.

Então, a importância da empresa tem sim de ser levada em consideração, porque ela representa empregos, representa a economia regional. Acho que, se se tirar a CMM de lá, causaríamos um impacto social absolutamente absurdo em toda a região, sem dúvida nenhuma. Contudo, ela tem que cumprir as leis; ela tem que seguir rigorosamente a lei.

E ouvi também a posição do Dr. Carlos Henrique, Procurador da República, e ali comecei a entender a minha preocupação inicial. S. Exª disse que os laudos são diferentes; há um que diz que está havendo uma degradação violenta do ambiente e outro que diz que não é bem assim, que a empresa está cumprindo rigorosamente tudo aquilo que determinou a lei, o ajuste de conduta foi feito e ela está obedecendo aos critérios estabelecidos. Precisamos, diz ele, encontrar a solução, acelerar o processo de solução. Essa é a nossa preocupação.

Quero saudar agora o Senador Aelton Freitas, que completa os três Senadores por Minas Gerais presentes a esta reunião.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu sou a única intrusa aqui, não é?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – De forma alguma, Excelência; pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Não, até porque a terra de V. Exª é também uma grande província mineral e, com certeza, terá problemas similares, se já não os está tendo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – E, sobretudo, foi casada e depois descasada em Minas Gerais; tem filhos em Belo Horizonte, aonde sempre vai. A Senadora Ana Júlia Carepa não só é uma amiga de Minas Gerais, mas entende muito bem os problemas da mineração, até porque é presidente da subcomissão e esteve conosco em Minas Gerais, recentemente, em Araxá, Itabira e outras cidades, analisando exatamente os impactos da mineração no meio ambiente.

Então, gostaria de fazer um requerimento. Inicialmente, Sr. Presidente, esse requerimento está relacionado à declaração do meu querido amigo, Dr. João Cezar, do DNPM. Ele diz que foi feita a vistoria, que se chegou a uma conclusão, que as denúncias específicas têm que ser levadas aos órgãos ambientais estaduais. Ele disse que tanto o Copam quanto a FEAM não sugeriram paralisação das atividades da empresa; referiu-se ainda a que seria importante que o Serviço Geológico do Brasil pudesse fazer uma perícia completa da situação. Esse é o meu requerimento inicial.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª terá o requerimento acatado, mas precisa que um membro da Comissão o subscreva. Os dois membros ao lado de V. Exª podem fazê-lo imediatamente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Então, o requerimento é nesses termos. Espero que a assessoria da Comissão possa nos ajudar a redigi-lo, para que, ao final desta reunião, possamos assiná-lo, pedindo uma

perícia completa pelo Serviço Geológico do Brasil para se apurar o que realmente está havendo em Vazante, e se ela tem condições de apresentar sugestões para a solução do problema.

Ouvi também, atentamente – e estou terminando, Sr. Presidente –, o Sr. Leandro Martinez, que é Promotor de Justiça, coordenador das promotorias de Justiça da bacia do rio São Francisco, do rio Paracatu e do rio Urucuia. S. Exª até deixou claro aqui que pode atuar em qualquer região do vale do rio São Francisco em Minas Gerais. Então, evidentemente, essa Promotoria tem condições de atuar em quaisquer circunstâncias na região.

Agora, veja só que importante a declaração: "Todas as medidas determinadas pela Justiça foram cumpridas". Disse o Promotor Leandro Martinez. Tenho de aceitar essa afirmação. "Indicadas pelos órgãos ambientais e sugeridas pelo Ministério Público". Não é isso? É uma declaração importante, Gilberto. Refiro-me sempre a V. Sª, porque é quem vai responder daqui a mais dois minutos. Mas estou me referindo a isso porque é meu queridíssimo amigo, empolgado na defesa da região, e quero ficar do seu lado e estou do seu lado, mas estou aqui mais ou menos como Salomão. Não vamos dividir a criança ao meio, mas vamos encontrar a solução justa; vamos encontrar a solução adequada; vamos encontrar um caminho para que possamos realmente resolver essa questão.

"Há a necessidade de mostrar a análise dos impactos globais na região", diz o Dr. Leandro Martinez. Isso é importantíssimo. E o Ministério Público está sendo, no mínimo, "cauteloso", nas palavras de S. Exª. Por quê? Porque são divergentes essas informações. Todos os dois lados – e eu vou lá na história do Benedito Valadares – têm razão.

Então, não podemos sair atirando com a metralhadora giratória. Nós, primeiro, temos que analisar isto cuidadosamente; temos que observar os dados e apurar realmente a procedência das informações contidas na denúncia. Nós temos que passar essas denúncias a técnicos competentes, como sugeriu o Dr. João Cezar. Nós, realmente, temos que fazer uma avaliação que nos dê a tranqüilidade de dizermos assim: "Estamos trabalhando e estamos no caminho certo".

E, finalmente, eu ouvi a palavra do Sr. Edgar Nunes, que também me deixou mais tranqüilo com relação à situação que os trabalhadores encontram na região. Primeiro, ele se manifesta preocupado, conforme eu disse, com relação à qualidade de vida dos empregados e da comunidade, mas adiante ele também revela que, segundo a Copasa, "o abastecimento de água é normal". Então, evidentemente, é mais uma informação importante, partindo de uma liderança sindical, de uma pessoa que está, no dia-a-dia, junto com os trabalhadores, quer dizer, aqueles que vivem as dificuldades impostas pelos problemas que surgiram.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Apenas uma dúvida: o abastecimento de água lá é por poços urbanos?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – São poços urbanos.

Então, Sr. Presidente, eu perguntaria, também, ao Sr. Edgar Nunes: o que S. Sª tem a sugerir? Como liderança sindical, que está constantemente em contato com os trabalhadores que vivem esta situação permanentemente, ou seja, com as dificuldades de conviver com este problema e a ameaça de perder o emprego se alguma coisa acontecer com a empresa, pergunto a V. Sª: o que fazer para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e de que modo o Sindicato pode ajudar na solução desse imbróglio entre a empresa e os produtores rurais da região?

Sr. Presidente, forçosamente, tenho que dizer para V. Exª que, como mineiro e conhecedor dos problemas da região, eu sinto que nós estamos diante de um problema que precisa de um estudo bem apurado, bem detalhado, numa situação que envolve a todos nós. Ainda agora, no começo desta reunião, tivemos a presença do Deputado Romeu Queiroz, que foi Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e é o Deputado Federal majoritário na região do Noroeste de Minas e que tem uma preocupação muito grande com toda a região. S. Exª, lamentavelmente, teve que deixar porque foi participar de uma reunião na Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados.

Não sei ainda quais são as posições que serão assumidas pelos demais Senadores por Minas Gerais, mas a minha, particular, é a de que temos que encontrar uma solução que atenda aos interesses da população, que atenda aos interesses dos produtores rurais mas que atenda, também, aos interesses da empresa, porque todos eles representam importante fator na economia regional. Qualquer desequilíbrio nesta posição – tanto da empresa quanto dos produtores rurais – vem causar, seriamente, um dano ainda maior que é o empobrecimento de uma região que, a cada dia que passa, vai se destacando como uma região que produz, uma região de gente que trabalha, uma região que só faz com que Minas Gerais seja cada vez mais importante no contexto econômico nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador.

A partir de agora, vou mudar um pouco o ritual: passarei a palavra para os três Senadores por Minas

Gerais e, depois, os Srs. Convidados responderão às questões.

Peço a cada um que for interpelado para que, por gentileza, anote a fim de, depois, dar as suas respostas.

Quero lembrar, também, que esta é uma jazida que tem um perfil de vida de mais 25 anos. Então, em 25 anos – podendo ser 24 ou 26 anos ou um pouco mais –, também vai mudar o perfil da cidade. Há que se imaginar não só o passivo ambiental, mas tem que se imaginar que a vida continua e terá que haver substitutivos econômicos para que esta população não fique olhando o sol.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, V. Exª pode dar a palavra para os três de Minas e, também, para a Senadora do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com toda a certeza. A Senadora do Pará, aqui, é sempre *hors-concours*.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente Ney Suassuna, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, autoridades aqui presentes, quero, primeiro, dizer que não pude estar presente mais cedo por estar participando da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que sabatinava o Professor Eros Roberto Grau, que será o novo Ministro do Supremo Tribunal Federal. Contudo, apressei-me para, pelo menos, aqui comparecer mesmo que mais no fim, porque esse assunto é de grande importância para o nosso Estado de Minas Gerais.

Embora não seja membro desta Comissão, assim como o Senador Hélio Costa e o Senador Aelton Freitas, queremos que haja uma solução que interesse à população como um todo.

Quero dizer, Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, que a mineração está no nome de Minas Gerais. O nosso nome, Minas Gerais, diz bem que essa é uma atividade que vem desde a nossa origem e é fundamental para o Estado. A mineração significa empregos, uso da riqueza que temos, é um dos pontos principais da pauta de exportação brasileira. De maneira que essa questão tem que ser olhada sempre sem paixão exacerbada.

É evidente que o mundo mudou. A importância do meio ambiente é hoje reconhecida – e me orgulho muito de ter criado a Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais. Exatamente como reconhecimento ela tem o nome de Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – não é só secretaria de meio ambiente –, por entender que é fundamental termos um desenvolvimento sustentável, a conciliação entre a atividade econômica, que é importante, e a preservação, porque sabemos que a água é um recurso finito. Ou seja: chegará um dia em que nós vamos ter dificuldade com a água. Então, não podemos deixar também que haja uma exploração predatória.

Felizmente, eu diria, com o tempo, especialmente as grandes mineradoras de Minas têm tido essa preocupação, têm investido mais nas questões ambientais, têm investido nas questões preventivas para evitar que haja problemas como esse – um caso de cinco anos atrás. Entretanto, precisamos buscar uma solução.

Eu quero mencionar ainda a excelência da equipe de meio ambiente de Minas Gerais, cujo secretário é o ex-Ministro José Carlos Carvalho. De maneira que confio plenamente na equipe que hoje dirige o meio ambiente no nosso Estado; S. Exª saberá sempre achar as medidas necessárias, sejam punitivas, sejam educativas, seja que solução for. Na região de Vazante existem grutas, que são de grande interesse turístico ademais. Ou seja: temos ali interesse turístico, interesse agrícola, interesse pecuário, interesse da mineração, interesse dos trabalhadores, que é fundamental, e as providências que foram tomadas, segundo informações, são providências que estão sendo acatadas.

Mas diz bem aqui o Senador Hélio Costa, precisamos ter uma definição, ou seja, não podemos ficar eternamente discutindo esse assunto, ficando sempre a empresa com uma espada de Dâmocles sobre sua cabeça, não sabendo se pode continuar, se pode investir mais ou se não pode. Nós queremos que não haja uma interrupção, mas, ao mesmo tempo, queremos que exista uma definição clara de como se vai minerar e se dessa maneira está correto.

Nós sabemos que existe no mundo hoje – a Senadora Ana Júlia tem discutido conosco as questões da Cefem. A origem da Cefem é o *royalty*, exatamente para que uma cidade, terminado o ciclo de mineração, tenha recursos para buscar outras alternativas. Na prática sabemos que o Cefem é usado no dia-a-dia para pagar pessoal, para pagar o que for necessário nas prefeituras, mas o objetivo principal é que fosse um fundo e que esse fundo pudesse, daqui a vinte e cinco anos, quando terminar a mineração de vazante, ajudar o novo perfil da cidade do ponto de vista econômico.

Essa é a questão que estamos discutindo e está muito bem colocada a idéia de que possamos ir **in loco** – os três Senadores por Minas e vários Senadores da Subcomissão de Assuntos Minerários – ouvir a população.

Temos exemplos de desenvolvimento de minerações hoje. O Canadá tem mineração dentro de reserva indígena. É apenas fazer um projeto correto, um projeto que preserve. Nós podemos ter mineração dentro de áreas que sejam aquelas mais polêmicas desde que o projeto seja bem feito.

De maneira que, Sr. Presidente, eu queria deixar apenas essa palavra, essa palavra, eu diria, da ponderação. Não podemos ter uma exploração que seja predatória, que agrida o meio ambiente, que traga prejuízos a quem já está instalado, que prejudique a atividade agrícola e pecuária. Mas, ao mesmo tempo, não podemos ter uma discussão passional e que leve a uma posição radicalizada e que acabe evitando uma exploração que é importante, a exploração mineral, no nosso Estado. A minha posição, portanto, é da busca do bom senso e de uma decisão. Não gosto dessas questões quando ficam se arrastando por muito tempo. É necessário ter uma definição, de uma vez por todas, para partirmos para os outros impedimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, companheiros Senadores, Hélio Costa e Eduardo Azeredo de Minas Gerais, companheira Ana Júlia Carepa, digníssima Presidente da Subcomissão da Mineração da qual tenho prazer e orgulho de estar participando, autoridades aqui presentes, demais autoridades presentes.

Esse assunto tem sido discutido pela Comissão de Mineração, fizemos algumas visitas em estados em que a mineração deu certo, o pós-extração como ficou aquela situação e alguns lugares também caóticos, como é o caso do Amapá. Ficamos de fazer uma visita a Vazante, estivemos em Itabira e em Araxá para estudarmos, dentro da Comissão de Mineração, tudo que foi dito pelos dois Senadores de Minas Gerais que me antecederam – hoje e como pode ficar amanhã.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sabemos da situação de Vazante, o que tem acontecido, mas também o benefício que essa empresa e essa mineradora traz à Minas Gerais e a toda região. Felizmente, por ser uma mineradora tão séria como é, tenho certeza que nos denominadores que esta Comissão e a Comissão de Mineração chegar, juntamente com os órgãos do meio ambiente, estão dispostos fazer, adequar e manter a cidade de Vazante, Minas Gerais, na situação de desenvolvimento vem que se encontra.

Comungo plenamente com o fundo que o Senador Eduardo Azeredo sugere formado pela Cefem porque temos que pensar no pós-extração. Mas, hoje, acho que temos que analisar e discutir a convivência, conviver com é o que acontece com o Nordeste. O problema do Nordeste não é a seca e sim convier com a seca.

Esse assunto está sendo discutido na Comissão afim que realmente tem condição de chegar a um denominador, juntamente com a justiça e nós da Comissão de Mineração, Senadora Ana Júlia, deveríamos antecipar o quanto antes essa visita a Vazante, ver **in loco,** trazer sugestões e oportunidades de chegar a um denominador comum, não trazendo prejuízo à propriedade, ao meio ambiente, às águas do tão importante Rio São Francisco e seus afluentes e uma maneira de conviver com a mineração, com a situação local de indenizar ou fazer o que for possível para os fazendeiros ou a população naquela região que está se sentido prejudicada, mas chegar a um denominador comum. Sou a favor do acordo e vocês podem contar plenamente com a CFC, com a Comissão de Mineração e com esta Casa que tem todo o intuito em fazer o melhor possível para todos os segmentos de nosso País.

Queria pedir desculpas pelo meu atraso porque sou membro da Comissão de Educação que está em debate o tão importante assunto da biossegurança. Como Engenheiro Agrônomo, somos somente dois aqui, não tive como sair antes daquela comissão, por isso, peço desculpas por não ter chegado aqui antes.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, sinto-me na obrigação de fazer um esclarecimento.

Sou vice-presidente da Comissão de Educação, e aquela Comissão, nesta semana, está fazendo uma audiência pública, dividida em duas partes, sobre biossegurança.

Na reunião de ontem, fiquei por três horas na Comissão de Educação, acompanhando essa audiência pública e disse ao Presidente hoje que me dedicaria inteiramente à audiência pública que V. Exª está realizando aqui por se tratar de um assunto do meu Estado de Minas Gerais. Mas, posso garantir aos telespectadores da TV Senado que esta manhã já participei de duas reuniões, já passei pela minha Comissão também e estou aqui rigorosamente de plantão com V. Exª para cumprir o que V. Exª determinou, o estudo apurado dessa situação de Vazante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – V. Exª tem sido um Senador extremamente atento, aliás, a bancada de Minas Gerais, e porque não dizer

também a do Pará tem tido uma permanente atuação. Parabenizo o estado pela bancada.

O Senador Arthur Virgílio, como Líder da oposição, fez alguns requerimentos – ele está aqui e só vota se estiver presente – S. Exª está aqui, aguardando, marcando posição.

Vamos colocar em votação, mas não sei se os Senadores me autorizariam a colocar em votação e, depois, continuaríamos – são 5 minutinhos. Podemos fazê-lo? (Pausa.)

Nobre Senadora Ana Júlia Carepa...

Peço desculpas aos senhores, mas é para liberar o Líder.

O primeiro requerimento é do nobre Senador Arthur Virgílio que solicita que seja convidado o Exmº Sr. Ministro de Estado da Saúde, para prestar esclarecimentos acerca dos acontecimentos relacionados à chamada Operação Vampiro.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que seja convidado o Exmº Sr. Ministro de Estado da Saúde, para prestar informações acerca dos fatos relacionados à chamada Operação Vampiro, envolvendo irregularidades na aquisição de medicamentos, conforme notícias publicadas pelos jornais, com base em entrevista do Ministro.

As informações se justificam com base nas matérias e justificativas jornalísticas e conhecimento amplo da Nação. Ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante conhecer os pormenores a respeito do fato. Daí a razão desse requerimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Conceder-lhe-ei a palavra imediatamente.

Peço ao nobre Senador que, por gentileza, não faça uma convocação. Nesta Comissão, inicialmente, sempre fazemos convites e, só posteriormente, quando não é atendido o convite no prazo determinado, fazemos a convocação. Peço a V. Exª que faça a modificação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, infelizmente, o Regimento fala em convocação. De fato, entendo que o termo é indelicado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – O termo é esse, mas pedimos a V. Exª que, se possível, faça a modificação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concordo. O caso é de convite mesmo. Não há por que ser indelicado com o Ministro.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Proponho um adendo a esse requerimento: um convite ao Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, para que venha com o Ministro Humberto Costa, que, tenho certeza, irá aceitar e, inclusive, irá querer vir aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por ocasião, demonstraremos ao Sr. Ministro no nosso apreço pela atitude que tem tomado à frente desse caso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à apreciação do requerimento feito, há poucos minutos, pelo nobre Senador Hélio Costa, subscrito pelo Senador Aelton Freitas, que requer seja solicitada perícia completa dos serviços geológicos brasileiros por meio da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, presidida pelo Sr. Agamenon Dantas, para que faça uma inspeção **in loco**, exarando parecer conclusivo quanto aos danos ambientais.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Por último, requerimento subscrito por toda Bancada mineira e pela Senadora Ana Júlia Carepa, que requer seja criada comissão para realização de audiência pública na região de Vazante, Minas Gerais, no sentido de examinar as questões ambientais debatidas pela Comissão de Fiscalização e Controle.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço à nobre Senadora Ana Júlia Carepa que, como Presidente da Subcomissão de Mineração, faça a indicação dos Membros, além da Bancada mineira, que devam estar presentes na visita. Aguardamos a indicação posterior dos nomes de V. Exª.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Batista Diniz por cinco minutos.

O SR. GILBERTO BATISTA DINIZ – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, Senador Aelton Freitas, Senadora Ana Júlia Carepa, evidentemente, cinco minutos é muito pouco para responder às questões.

Senador Hélio Costa, lembro-lhe que romantismo é muito gostoso. V. Exª conhece bem a história de Gustavo Capanema, que dizia que ser mineiro é ter calma, paciência, serenidade, bravura, dureza, teimosia, energia, publicidade. Porém, sou o quixotesco de Gustavo Capanema em Vazante. Dentre todas as qualidades do mineiro, ter fé, probidade, pobreza conformada, é também ser irônico e ter tato para mexer com as coisas. Não me falta isso porque sou um mineiro

autêntico, como V. Exª. Chamo-o de amigo, retribuindo sua colocação. Estivemos juntos em várias paragens em busca de um projeto político.

No entanto, é preciso que as autoridades saibam definir algo interessante em Vazante: o que é jusante e o que é entorno da mina. Tudo o que se falou aqui que foi cumprido foi à jusante. Mas danos ambientais não ocorrem só abaixo, para aquelas pessoas que não sabem o que é jusante: jusante é abaixo; montante é acima do empreendimento. Tudo o que se fala, fala-se cruamente à jusante. Mas, e no entorno? Estou a 200 metros da boca da mina. Não tenho água para meu gado nem para eu beber; eu e muitos fazendeiros. Isso não é paixão não, gente. Isso é realidade. Os Srs. senadores que quiserem ir lá poderão comprovar isso. Agora, sou o Quixote, mas não se fala aqui...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Dom Quixote.

O SR. GILBERTO BATISTA DINIZ – Exatamente, D. Quixote, o célebre. Os trabalhadores que morreram em acidentes das minas, isso não se fala em nenhum lugar. Comprar casas para as viúvas é reparar dano ambiental? Nunca ouvi falar isso. E as sentenças transitadas em julgado? Elas não valem nada, a Justiça de nosso País não vale nada? Então, isso não é ser apaixonado não, não é ser passional. E o trabalho infantil no carvoejamento, que ela tem lá?

Quanto à desertificação, veja bem, no Município de Vazante há cerca de mais ou menos 24 mil hectares de terras férteis com Ph acima de 6, plantadas com mais de 70 milhões de pés de eucalipto, que servem à mineração. Isso é desertificação. Está comprovado em qualquer dos anais científicos. Agora, dentro da cidade evidentemente não pode haver falta de água, senão o povo não vai morar. Esse dado que o Presidente do Sindicato aqui trouxe se refere à prestação de serviço que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) é obrigada a ter, ela tem que trazer água de onde houver. Mas e nós, que estamos no entorno? Não estamos contestando dados, aqui, da companhia, a mineração é útil, é necessária, todos nós entendemos isso, não sou contra a mineração, absolutamente, não somos, os fazendeiros não são contra a mineração, pelo contrário, reconhecem esse valor. O que não reconhecemos é a maneira pérfida, essa maneira cruel de tratar aquelas pessoas que não concordam com o que ela promove lá na cidade. As informações que o Deputado Antônio Andrade levou ao senhor são verdadeiras parcialmente, porque S. Exª também é interessado no assunto; não é vazantino, como sou, é patense; caso queira, o senhor pode constatar isso. Agora, estabelecido, isso eu gostaria de perguntar: meus poços artesianos e os de diversos lá secaram. Será que também é um processo natural? O córrego Barroquinha, o córrego Barrocão, a Lagoa do Sucuri, o Poço Verde, isso desapareceu. Quando Saint-Hilaire e Martius, que eram naturalistas, respectivamente francês e austríaco, estiveram no Brasil em 1813, eles já disseram da Pedra Lumiadeira e desses sítios; eles desapareceram pela ação da mineradora. Isso não tem valor? Se não tiver, não tem razão de a gente estar discutindo isso aqui, porque, e as grutas?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Seu tempo acabou.

Muito bem.

Com a palavra o...

O SR. GILBERTO BATISTA DINIZ – Só um minutinho, Senador. Não quero vender minhas terras; quero que o pessoal do Grupo Votorantim saiba disso, porque o procedimento deles é: todas as pessoas que são contra eles vão lá e compram as terras. As minhas terras não estão à venda.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Vamos dar os 5 minutos a S. Exª, depois cedo-lhe a palavra, Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Ricardo Barbosa dos Santos, representante da CMM Votorantim Metais, por cinco minutos.

O SR. RICARDO BARBOSA DOS SANTOS – A empresa foi acusada aqui de uma série de itens que a gente gostaria de esclarecer. Primeiro, tranqüilizar as pessoas com relação à questão de contaminação: foi dito aqui que há contaminação de gado e tudo o mais; consideramos isso uma questão técnica, avaliamos e não há contaminação nenhuma e, até de certa forma, respeito a opinião do Sr. Gilberto, mas temos que levar em consideração que não devemos alertar a população para uma coisa que não existe. Então, não há problema nenhum em consumir a carne do gado ou o leite de Vazante, não há problema algum, tendo relacionamento com a Companhia Mineira de Metais.

Com relação à qualidade da água, também temos a tranqüilidade de dizer que tanto as águas superficiais quanto as águas subterrâneas estão de acordo com os padrões da legislação em vigor atualmente no País, voltamos a afirmar. A gente observa que há uma certa emoção. Ocorreram duas mil dolinas na região de Vazante. Como é um número um tanto elevado, não há fundamentação técnica para que possamos discutir.

Quanto ao cogitado desastre econômico na cidade de Vazante, no entender da empresa, a cidade nunca esteve em um vigor econômico tão grande. Uma série de investimentos foi realizada nos últimos anos, o que trouxe evolução para o município.

Gostaríamos também de salientar no tocante à acusação de que a companhia elege Prefeitos, entendemos que a população de Vazante, assim como a população do Estado de Minas, é consciente e sabe eleger os seus representantes.

Com relação também a cerceamento da imprensa, acreditamos que é totalmente desprovido de base de dados e de provas que a empresa faça este tipo de ação no Município.

Gostaríamos também de salientar que a visita dos Srs. Senadores ao Município seria de extrema importância, pois é **in loco** que vamos verificar o que está acontecendo. Podemos dizer com tranqüilidade que, no Município, as coisas estão ocorrendo normalmente.

O Sr. Gilberto Batista se intitula representante dos fazendeiros. Eu, particularmente, tenho muito contato com os proprietários vizinhos e, se a opinião é de todo o entorno, desconhecemos, porque todas as questões têm sido resolvidas de forma bastante satisfatória para ambos os lados. Então, desconhecemos que todos os fazendeiros de Vazante ou toda a comunidade esteja nessa situação contra a empresa.

Eu, particularmente, também tenho a minha família em Vazante. Minhas filhas nasceram na cidade e estou há praticamente vinte anos no Município. Casei com uma nativa de Vazante e posso dizer também que estou assentado na cidade, que me acolheu tão bem. Tenho um apreço muito grande pela comunidade de Vazante, que tem recebido os seus visitantes, os funcionários da empresa, muitos dos quais vêm de outros Municípios e são muito bem recebidos na cidade.

No tocante à desertificação, assunto que também tem sido muito abordado, a empresa tem monitoramentos suficientes que nos permitem dizer, com tranqüilidade, que a desertificação não está acontecendo. É verdade que duas lagoas secaram - a Lagoa do Poço Verde e a Lagoa do Sucuri -, e a empresa antecipadamente ao licenciamento no início da década de 90 já previa e já relatava isso no seu relatório. Então, infelizmente, era um processo que tinha que acontecer. Não era possível rebaixar o lençol e tirar aquele minério sem secar essas duas lagoas, que tinham uma vazão pequena, e hoje essa vazão é suprida pela água do bombeamento que é encaminhada ao rio Santa Catarina.

Ressalto o convite da empresa para que os senhores membros da Comissão ou outros Srs. Senadores visitem Vazante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Concedo a palavra o Senador Hélio Costa e, se assim o desejar, à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, apenas agradeço a V. Exª pela paciência que teve comigo em toda esta audiência. Pedi a palavra mais uma vez não para contestar, mas evidentemente para me referir às ponderações feitas pelo meu querido amigo Gilberto Batista e também pelo Ricardo Barbosa. Agora sou eu que tenho um compromisso, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, juntamente com o ilustre Presidente, Senador Eduardo Suplicy.

Mas não poderia partir sem me referir a duas importantes observações feitas pelo Gilberto Batista. Em primeiro lugar, S. Sª se referiu ao caso dos trabalhadores que morreram lá na região. Então, sugiro que o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Edgar, e também o Gilberto Batista preparassem uma espécie de relatório para a nossa Comissão, sob a Presidência do ilustre Senador Ney Suassuna, sobre esses casos.

Aqui, Sr. Gilberto, a palavra do Senador tem fé publica e, evidentemente, que cada um dos senhores que compõem esta mesa, no instante em que estão em uma audiência pública, televisionados pela TV Senado, ela também passa a ter fé pública. Trabalhadores morreram e queremos saber como eles morreram. É evidente que o Presidente do Sindicato pode ajudar a preparar esse relatório.

Em segundo lugar, o senhor se referiu a trabalho infantil. Essa é uma denúncia gravíssima e vou pedir que, juntamente com o senhor, quero a observação do Sr. Promotor Leandro Martinez que tem autoridade de agir em toda a região coberta pela bacia do rio São Francisco. Essa é uma questão que estou muitíssimo interessado em saber pois se existe trabalho infantil na região temos que saber e será outra audiência pública que teremos que fazer em outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – A Comissão notificará o Ministério do Trabalho e endossa as duas colocações de V. Exª.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente.

Finalmente, quero dizer que esqueci que o meu querido Antonio Andrade é patense, sim, e patureba, como se diz, mas lembrar ao amigo Gilberto Batista que "gato que nasce no forno não é biscoito".

Ele nasceu em Patos, mas é de Vazante. Pelo seu trabalho, pela sua presença, pela sua vivência, pelos seus amigos, pelos votos que tem na cidade e na sua região.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tive a oportunidade de participar da primeira audiência e, às vezes, por estarmos em outros compromissos, mas queria concordar com as propostas de se apurar no sentido de se ter uma solução.

Não poderia deixar de fazer um reforço a um projeto que estamos discutindo aqui e que existe em nossa subcomissão para que possamos fazer uma outra legislação da Cefem que é a Compensação Financeira sobre a Extração Mineral.

Vejo de maneira diversa do Senador Eduardo Azeredo porque entendo que a Cefem não é para ser um fundo para ser utilizado ao final da exploração mineral e, sim, uma compensação para a utilização de um recurso que a natureza ali colocou, que a empresa não pagou, que é um em público, é um bem da sociedade e é para compensar a exploração desse bem que é não-renovável, que pertence a toda a sociedade, que é explorado por alguém, normalmente, por uma empresa privada e que os impactos não são apenas ambientais e,sim, sócio-ambientais.

Quero dizer que um dos projetos que estão em discussão na Comissão de Assuntos Sociais teve pedido vista, mas é importante que aprovemos o nosso projeto. Quero, todavia, avisar a todos e aos representantes dos trabalhadores que existe um verdadeiro *lobby* das empresas mineradores para a não-aprovação desse projeto e que podem derrubar o projeto na Comissão de Assuntos Sociais porque a nossa subcomissão irá fazer um substitutivo e que iremos defender os interesses da sociedade.

O que se paga de compensação financeira, de extração mineral e de *royalties* sobre o minério nesse País é absolutamente ínfimo – e digo isso porque sou do Estado que tem a maior província mineral do mundo, a ferrífera é de Minas Gerais – e as companhias do Estado do Pará recolhem de ICMS que é exportado e, portanto, não pagam, de ISS, todos os impostos e de Cefem representam apenas 2% sobre o faturamento dessas empresas, o que se vê que é ínfimo o que a sociedade recebe pela extração de um bem que é de todo o povo brasileiro.

Quero reforçar esse fato e espero que possamos aprovar, diante das dezenas de audiências públicas realizadas tanto na Comissão como nas cidades, a fim de aperfeiçoar o projeto.

E digo a todos os interessados que, por enquanto, os empresários tiveram acesso aos senadores, colocando apenas a versão de que isso tornará a atividade inviável, o que não é verdade. Até porque os critérios, por exemplo, do meu projeto – e há dois – foram absolutamente técnicos e com parâmetros internacionais. Conheço o assunto porque fui obrigada a estudá-lo. Sou arquiteta de formação, funcionária do Banco do Brasil há 21 anos, mas fui obrigada, e com prazer, a estudar o assunto, a me assessorar de doutores no assunto, e peço o apoio dos senadores da Comissão de Assuntos Sociais a fim de que aprovem o projeto que concede um pequeno aumento no percentual dos royalties a fim de que o povo possa ver compensada a exploração de um bem que é de toda a sociedade.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – V. Exª já possui torcida.

Passo a palavra, para uma pequena comunicação, ao Sr. João César de Freitas Pinheiro, Diretor-Geral Adjunto do DNPM.

O SR. JOÃO CEZAR DE FREITAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Júlia Carepa, Srs. Senadores, é com o maior interesse que o Departamento Nacional de Produção Mineral acompanha as questões vinculadas à Cefem. E gostaria de registrar nossa total disposição de trazer a esta Casa, por intermédio de V. Exª e de todos os senadores interessados no assunto, os dados relativos às questões da Cefem. As estatísticas relativas à produção mineral brasileira já estão no disquete fornecido à Senadora, por meio do sumário mineral e do balanço mineral. V. Exª poderá observar a necessidade de se abrir uma discussão com relação à Cefem que venha fazer com que esta cumpra seu papel, que é o de diversificar a economia local agora, enquanto faz a mineração, e a de colocar a sociedade a par do que é o patrimônio do subsolo a serviço dela.

Enfim, Senador, gostaria de registrar que quando fomos defender a criação da Cefem na Constituição Estadual de Minas Gerais, fomos enfáticos em audiências públicas, na época presididas pelo Deputado Estadual Delfim Ribeiro, em dizer que a Cefem é um mecanismo social e atual, um mecanismo que substitui o Imposto sobre Minerais, e deve ser utilizado inclusive em um fundo. Que possa ser um fundo onde os 23% do dinheiro do Estado seja aplicado na diversificação da economia dos Municípios.

Portanto, V. Exª pode contar com o DNPM na discussão do Cefem. E nós nos colocamos, Senador Ney Suassuna, completamente à disposição da Comissão no sentido de trazer todos os dados pertinentes necessários.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado.

Ao encerrar, concedo a palavra ao Sr. Edgar Nunes da Silva, Presidente do Sindicato, que deseja responder uma pergunta. Por favor.

O SR. EDGAR NUNES DA SILVA – O Senador Hélio Costa fez uma indagação com relação ao posicionamento do Sindicato no que se refere à preocupação com os postos de trabalho em Vazante. Aos 24 anos de idade entrei para a direção do Sindicato, e desde aquela época é uma preocupação não apenas minha, mas de todos os meus companheiros de diretoria do Sindicato, com relação ao futuro de Vazante. Sabemos que os recursos minerais não são renováveis. E que quando a mina se exaurir, Vazante não recebe uma compensação econômica. Vazante até hoje só se preocupou com a exploração mineral. E desde então, do ano de 92, temos nos preocupado com essa questão, o despertamento de vocação econômica para o município, que não seja a exploração mineral. Para isso temos participado da Comissão Municipal de Emprego e Renda, buscando recursos governamentais para qualificação de pessoas na área do comércio e principalmente na área do turismo, porque Vazante tem um potencial turístico muito grande. Temos lá a gruta da Lapa Nova, a da Lapa Velha, nascentes de águas na região, no município de Vazante, belíssimas cachoeiras, é um potencial a ser explorado turisticamente e como vocação econômica para o município.

Essa é nossa sugestão, que haja por parte da empresa que lá está explorando a jazida, que cumpra e faça cumprir a legislação ambiental, para que a exploração, que naturalmente vai causar impacto, mas não queremos que haja a degradação do nosso meio ambiente.

Sugerimos também ao Poder Público municipal e até estadual o investimento na qualificação da mão-de-obra, políticas de treinamento desse pessoal para despertamento de novas vocações, porque não queremos após encerradas as atividades mineradoras termos que mudar de Vazante, procurar empregos, novos locais de colocação no mercado de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Encerrando a reunião, queria agradecer ao Dr. Gilberto Batista Diniz, fazendeiro de Vazante, ao Dr. Gustavo Martinelli, biólogo, pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ao Dr. Ricardo Barbosa dos Santos, representando a CMM Votorantim Metais, ao Dr. Leonardo Augusto Santos Melo e ao Dr. Carlos Henrique Martins Lima, Procuradores da República no município de Uberlândia, Minas Gerais, ao Dr. João Cezar de Freitas Pinheiro, Diretor-geral Adjunto do DNPM, representando aqui o Ministério das Minas e Energia, ao Sr. Leandro Martinez de Castro, Promotor de Justiça, coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa dos rios Paracatu e Urucuia, ao Sr. Edgar Nunes da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral de Vazante, Minas Gerais, e ao Sr. José Osanan Alves de Queirós, Síndico da massa falida da Mineração Areiense S.A. – MASA, representado o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.

Constituiremos a comissão de Senadores que irão lá, ouviremos os nomes que a Presidente da Subcomissão de Mineração vai nos enviar.

Consideramos assim, após nossos agradecimentos, encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de Junho de 2004, às 11:30 horas.

Às doze horas e cinco minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA, EFRAIM MORAIS, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, DELCÍDIO AMARAL e LEONEL PAVAN.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, DE 2004,** "referente a denúncia apresentada pelo Sr. FLORIANO MARQUES DA SILVA, relativa a alegadas irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela Empresa Pública Municipal EMLUR, de João Pessoa"; **Autor:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA; Relator:** Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR. Parecer:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado:** Concedido vista ao Senador **LUIZ OTÁVIO. Item 2) Aviso nº 241, de 2000,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 388, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Auditoria realizada nas obras de restauração da BR-101/ES – trecho Atílio Vivacqua – Divisa ES/RJ e obras de restauração com adequação de capacidade da BR-262/ES – trecho Vitória – Divisa ES/MG, no período de 30/09 a 05/11/99 (TC 015.807/99-1)" **Autor:** Tribunal de Con-

tas da União. **Relator:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES. Parecer**: Voto de louvor ao Tribunal de Contas da União e encaminhamento do Parecer ao Ministério Público, para informar ao Senado sobre as medidas penais e cíveis que foram e que serão implementadas em face de relevância das irregularidades; **Resultado: Adiado**. **Item 3) Aviso nº 244, de 2000,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 293, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada junto ao Banco Central do Brasil, no período de 19/01 a 09/03/98, com a finalidade de averiguar a economicidade, eficiência e eficácia dos gastos com publicidade do Governo Federal, e apurar denúncia acerca de irregularidades cometidas por aquela autarquia (TC 000.526/98-3)." **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES. Parecer:** Requer ao Tribunal de Contas da União a cópia do Relatório de Auditoria e de todos os documentos que o instruíram e que se as remeta à Procuradoria Geral da República, após o que o processo deve ir para o arquivo. **Resultado: Adiado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DO DIA 23-6-04

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 15ª reunião ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam sentados.(Pausa)

Aprovada.

Peço ao nobre Senador João Alberto que seja o relator **ad hoc** da denúncia apresentada pelo Sr. Floriano Marques da Silva, relativa a alegadas irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela empresa pública municipal Emlur, de João Pessoa. O Relator é o Senador Geraldo Mesquita, que apresentou o voto que peço a V. Exª para exarar, nobre Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há uma denúncia contra procedimentos da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

O Relator foi o Senador Geraldo Mesquita, cujo voto é o seguinte:

"Considerando que o convênio que deu origem à denúncia trazida a esta Comissão já se encontra devidamente aprovado pelos órgãos competentes e sob apreciação do Tribunal de Contas da União, em face do efeito suspensivo determinado em relação ao Acórdão nº 288 daquela Corte, manifesto-me favoravelmente ao arquivamento da presente proposta.

Proponho ainda que, na hipótese da aprovação deste parecer, seja o seu inteiro teor levado ao conhecimento do denunciante para as providências que julgar cabíveis."

Esse foi o parecer do Senador Geraldo Mesquita.

Quero logo dizer a V. Exª que sou contra esse parecer, porque, no meu entender, a denúncia deve ser apurada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Essa é a opinião de V. Exª.

O Senador João Alberto já apresentou a sua posição.

Em discussão.(Pausa)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senador Luiz Otávio pede vistas do processo.

Concedo vistas a V. Exª.

Não havendo outro projeto para ser discutido, encerramos esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12:09)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de Junho de 2004, às 11:30 horas.

Às doze horas e treze minutos do dia trinta de junho de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, CÉSAR BORGES, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI e DELCÍDIO AMARAL.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) Requerimento nº 18, DE 2004,** que "requer, nos termos regimentais, com vistas à instrução das investigações sobre o superfaturamento verificado pela

Polícia Federal nas aquisições de hemoderivados pelo Ministério da Saúde, que sejam requeridas ao Presidente do SERPRO as seguintes listagens, a serem extraídas do SIAFI, relativas às UGs do Ministério da Saúde, referentes aos anos de 1992 a 2004": I) listagem de cadastro com todos os dados cadastrais de todos os credores, para quem foram emitidas no período acima citado, notas de empenho destinadas à aquisição de materiais de consumo, elementos de despesa de item nº 30; II) listagem de todas as notas de empenho, com todos os campos de arquivo das notas de empenho, emitidas pelo Ministério para aquisição de material de consumo – elemento de despesa 30 –, incluídos todos os itens empenhados nas notas, pág. 3 da consulta do CONNE, com os seus respectivos valores; III) listagem de todas as ordens bancárias sacadas, com todos os campos de arquivo, emitidas pelo Ministério para credores citados no item acima. **Autores:** Senadores **CÉSAR BORGES, ANTERO PAES DE BARROS e MARCOS GUERRA. Resultado: Aprovado. Item 2) Aviso nº 241, de 2000,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 388, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Auditoria realizada nas obras de restauração da BR-101/ES – trecho Atílio Vivacqua – Divisa ES/RJ e obras de restauração com adequação de capacidade da BR-262/ES – trecho Vitória – Divisa ES/MG, no período de 30/09 a 05/11/99 (TC 015.807/99-1)" **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **CÉSAR BORGES**. **Parecer**: Voto de louvor ao Tribunal de Contas da União e encaminhamento do Parecer ao Ministério Público, para informar ao Senado sobre as medidas penais e cíveis que foram e que serão implementadas em face de relevância das irregularidades. **Resultado: Aprovado. Item 3) Aviso nº 244, de 2000,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 293, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada junto ao Banco Central do Brasil, no período de 19/01 a 09/03/98, com a finalidade de averiguar a economicidade, eficiência e eficácia dos gastos com publicidade do Governo Federal, e apurar denúncia acerca de irregularidades cometidas por aquela autarquia (TC 000.526/98-3)." **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **MOZARILDO CAVALCANTI. Parecer:** Requer ao Tribunal de Contas da União a cópia do Relatório de Auditoria e de todos os documentos que o instruíram e que se as remeta à Procuradoria Geral da República, após o que o processo deve ir para o arquivo. **Resultado: Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DO DIA 30-6-04

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Declaro aberta a 16ª reunião ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam sentados.

APROVADO.

Srs. Senadores, deixamos para agosto a ida da nossa Comissão até a cidade mineira de Vazante, onde acompanhamos o problema da mineração. Em agosto, a Comissão que foi designada pelo Senador irá para lá verificar, **in loco**, a situação das questões aqui mencionadas.

O Item nº 2 encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 388/2000, bem como os respectivos relatórios e votos que a fundamentam sobre a auditoria realizada nas obras de restauração da BR-101, Espírito Santo, trecho Atílio/Vivacqua, divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro e obras de restauração de adequação da BR-262, do Espírito Santo, trecho Vitória, divisa do Estado do Espírito Santo com Minas Gerais, no período de 30.09 a 05.11.99.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, passarei a relatar, no lugar do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, o parecer exarado sobre o Aviso nº 241/2000 do Tribunal de Contas da União.

O parecer é bastante extenso, Sr. Presidente. Como já é do conhecimento dos Srs. Senadores, peço a V. Exª para ler o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Diz o voto:

"O presente processo serve de exemplo da eficiência, eficácia e dispensabilidade do trabalho da Corte de Contas. Por meio dessa auditoria verificaram-se irregularidades que trazem traços típicos de crimes, entre os quais de prevaricação e falsidade ideológica, mormente no que tange às falsas medições. Evidencia-se, ainda, um possível conluio entre os servidores públicos e empreiteiras destinados a iludir o poder

público quanto à qualidade dos trabalhos que foram executados naquelas obras.

Muito se reclama sobre a qualidade das estradas brasileiras, cujo asfalto mais se assemelha a material de consumo do que permanente. Fartos são os exemplos de estradas que, poucos meses depois de serem pavimentadas, apresentam elevado índice de depreciação, exigindo permanente ação do poder público no sentido de restaurá-las.

O presente processo talvez aponte para a razão dessa realidade, uma deplorável conjugação de esforços de servidores públicos e de empreiteiras, os primeiros ao permitir que os segundos executem obras de pavimentações com medições superdimensionadas e camada asfáltica de espessura inferior às especificações. A sociedade brasileira torna-se, portanto, refém da prática criminosa dos que têm o poder e o dever de fiscalizar, no âmbito do Executivo, e conduzir a execução de obras dessa natureza.

Não é tarde para lembrar que foram as construtoras de obras rodoviárias que produziram um documento chamado Normas de Sorteio de Obras, apreendido pelo Polícia Federal em ação de busca e apreensão empreendida em 1993 na residência Ailton Reis, então Diretor da Construtora Norberto Odebrecht.

As empreiteiras co setor de transporte rodoviários têm demonstrado, por meio da má qualidade das estradas brasileiras, que são culpadas dos danos decorrentes dos estragos produzidos pelas práticas delituosas que verificamos, a exemplo da colocação da camada de asfalto em espessura inferior à contratada. Tais práticas precisam ser abolidas. Para tanto, esta Comissão tem, ano a ano, aprovada emendas orçamentárias destinadas ao aperfeiçoamento do trabalho técnico do Tribunal de Contas da União, cuja qualidade, eficiência e eficácia têm demonstrado estar em constante progresso e aperfeiçoamento.

Em face de todo o exposto, proponho um voto de parabéns aos agentes e membros do Tribunal de Contas da União pelo empenho e pela detecção das irregularidades, recomendando que intensifique o exame **in loco** de todas as obras rodoviárias de vulto, para verificar a qualidade e a espessura da camada asfáltica.

Proponho, ainda, que o presente parecer, em sendo aprovado, seja remetido ao Ministério Público para que conheça a relevância que esta Comissão confere à matéria e que lhe seja requerido, que informe ao Senado, sobre as medidas penais e cíveis que foram e que serão implementadas em face da relevância e das irregularidades."

Esse é o relato do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que tenho o prazer de estar lendo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

APROVADO.

Obrigado, nobre Senador!

Para o Item nº3, pedimos ao Senador Mozarildo Cavalcanti que, por gentileza, faça o relato.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou fazer um resumo do voto do Relator, já que foi distribuído a todos os Senadores.

A leitura atenta do conteúdo do parecer do Ministro-Relator do TCU demonstra uma ausência de correlação entre os fatos expostos e o resultado da auditoria levada a termo pelo quadro técnico do Tribunal.

O Tribunal findou por acatar o referido parecer, demonstrando rejeição às conclusões técnicas a que chegou a equipe da auditoria. Sem dúvida, se, por um lado, cabe ao Congresso Nacional o controle externo das contas públicas, por outro lado, não lhe compete o poder revisional das decisões da Corte de Contas. Afinal de contas, dispõe o art. 71 da Constituição Federal:

"**Art. 71.** O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União..."

Essa falta de competência por parte da Comissão de Fiscalização e Controle não a exime, porém, do cumprimento dos seus deveres institucionais, especialmente os previstos no §1º do art. 102, a, que reza:

"Verificada a existência de irregularidade, será remetida cópia da documentação pertinente ao Ministério Público, a fim de que se promova a ação cabível de natureza cível ou penal."

Portanto, ao final, o Relator assim se pronuncia:

"Entendo que, para se dirimir qualquer dúvida sobre a matéria, o ideal seria a remessa ao Ministério Público do material probatório constante do processo no Tribunal de Contas, com vistas a que o **parquet** ajuíze as ações penais e cíveis que entender pertinentes.

Para tanto, voto no sentido de que se requeira ao Tribunal de Contas da União a cópia do relatório da auditoria e de todos os documentos que o instruíram e que se os remeta à Procuradoria-Geral da República, após o que o processo deve ir ao arquivo."

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

APROVADO.

O último item da pauta é o requerimento aqui apresentado e assinado pelos Senadores Marcos Guerra, Antero Paes de Barros e César Borges, que requer, nos termos regimentais, com vistas à instrução de investigações sobre o faturamento verificado pela Polícia Federal nas aquisições de hemoderivados do Ministério da Saúde, que sejam requeridos ao Presidente do Serpro as seguintes listagens, a serem extraídas do Siafi, relativas a unidades do Ministério da Saúde, referentes aos anos de 1992 a 2004:

I – Listagem de cadastro com todos os dados cadastrais de todos os credores, para quem foram emitidas no período acima citado, notas de empenho destinadas à aquisição de materiais de consumo, elementos de despesa de item nº30;

II – Listagem de todas as notas de empenho, com todos os campos de arquivo das notas de empenho, emitidas pelo Ministério para aquisição de material de consumo – elemento de despesa 3 –, incluídos todos os itens empenhados nas notas, pág. 3 da consulta do Cone, com os seus respectivos valores;

III – Listagem de todas as ordens bancárias sacadas, com todos os campos de arquivo, emitidas pelo Ministério para credores citados no item acima.

Deve-se frisar que, junto ao CNPJ das listagens de notas de empenho e de ordens bancárias, devem ser incluídos os nomes dos credores.

No caso de ordens bancárias que tenham lista em anexo, deve ser produzido um registro para cada componente da lista que se refira a pagamento de despesa com material de consumo.

Deve acompanhar os arquivos acima e um dicionário de dados que permita a perfeita identificação do significado dos dados disponibilizados.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

APROVADO.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores!

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12:22hs)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 8 de Julho de 2004, às 11 horas.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia oito de julho de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores ANTONIO CARLOS VALADARES, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, EFRAIM MORAIS, ARTHUR VIRGÍLIO, ANTERO PAES DE BARROS, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, ANA JÚLIA CAREPA e DELCÍDIO AMARAL. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. São os seguintes processos constantes da pauta: Item 1) Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2004-CFC, requer, nos termos dos arts. 102-A e 102-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja instaurado procedimento de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo do Estado da Paraíba relativamente à manutenção da Barragem de Camará, em Alagoa Nova – PB, considerando que essa obra foi realizada com recursos parciais, provenientes do Orçamento Geral da União, a fim de, ante o rompimento ocorrido em 17 de junho de 2004, avaliar a sua eficácia e eficiência. Autor: Senador JOSÉ MARANHÃO. Relator Prévio: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Parecer: visto que se afiguram cumpridos todos os requisitos exigidos, provada a conveniência e oportunidade, no sentido de que: sejam admitidas as propostas de fiscalização e controle apresentadas; seja formado um único procedimento de fiscalização e controle com apensação da PFS nº 3, de 2004 e seja aprovado o plano de trabalho exposto. Resultado: Adiado. Item 2) Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2004-CFC, requer, nos termos dos arts. 102-A e 102-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja instaurada proposta de fiscalização e controle na obra de construção da Barragem de Camará, em Alagoa Nova – PB, com vistas avaliar a eficácia, eficiência e economicidade de seus projetos, bem assim a compatibilidade da execução orçamentária, para fazer face às denúncias publicadas na imprensa nacional (anexos) e na denúncia apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal de Alagoa Grande-PB, Vereador Gilberto Marcos da Silva (anexo), de malversação e aplicação de recursos e de gerenciamento, em virtude do catastrófico rompimento da referida barragem, ocorrido no dia 17 de junho de 2004 e novo desaba-

mento ocorrido na madrugada de 29 de junho de 2004. Autor: Senador EFRAIM MORAIS. Relator Prévio: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Parecer: visto que se afiguram cumpridos todos os requisitos exigidos, provada a conveniência e oportunidade, no sentido de que: sejam admitidas as propostas de fiscalização e controle apresentadas; seja formado um único procedimento de fiscalização e controle com apensação da PFS nº 2, de 2004 e seja aprovado o plano de trabalho exposto. Resultado: Adiado. Item 3) Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2004-CFC referente a denúncia apresentada pelo Sr. Floriano Marques da Silva relativa a alegadas irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela empresa pública municipal EMLUR, de João Pessoa. Autor: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Relator: Senador Geraldo Mesquita Junior. Parecer: requer ao Tribunal de Contas da União a cópia do relatório de auditoria e de todos os documentos que o instruíram e que se as remeta à Procuradoria Geral da República, após o que o processo deve ir para o arquivo. Resultado: Adiado. Em razão da ausência dos relatores das matérias constantes da pauta, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DO DIA 08-7-04

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Srªs e Srs. Senadores, há três itens na pauta. Como os relatores desses três itens não estão presentes, não faremos a reunião, portanto declaro-a encerrada.

(Levanta-se a reunião às 11h29min)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de agosto de 2004, às 17 Horas.

Às dezessete horas e treze minutos do dia quatro de agosto de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores ROBERTO SATURNINO, IDELI SALVATTI, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, JOÃO RIBEIRO, ARTHUR VIRGÍLIO, ANTERO PAES DE BARROS, MOZARILDO CAVALCANTI e VALMIR AMARAL. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente passa à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) Requerimento nº 19, de 2004-CFC: Autor: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. que "requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convocado o senhor Presidente do Banco do Brasil, CÁSSIO CASSEB LIMA, para prestar esclarecimentos aos Senadores membros da Comissão de Fiscalização e Controle sobre os critérios de distribuição de patrocínios daquela instituição. A matéria foi apreciada em conjunto com o Requerimento que "requer que o Presidente do Banco do Brasil S/A, o senhor CÁSSIO CASSEB LIMA, seja convidado a comparecer em sessão de audiência pública nesta Comissão para prestar esclarecimentos a respeito da estratégia de atuação do banco enquanto agente de fomento de acesso ao crédito, em particular no que tange à população de baixa renda e microempresários, ao financiamento da agricultura familiar e, conforme decisão recente, à participação em consórcios para aquisição de automóveis e eletrodomésticos – e no tocante aos critérios, adotados pela instituição, para aplicação de verbas destinadas a patrocínios." Autor: Senador DUCIOMAR COSTA. Resultado: Aprovados os Requerimentos em conjunto. Item 2) Requerimento nº 20, de 2004-CFC, que "requer que o Presidente do Banco Central do Brasil, o Senhor HENRIQUE MEIRELLES, seja convidado a comparecer em sessão de audiência pública nesta Comissão para prestar esclarecimentos sobre as medidas já adotadas, no âmbito da autoridade monetária, no sentido de reduzir a vulnerabilidade externa do país, destacadas as iniciativas especificamente destinadas a minimizar os efeitos da taxa de câmbio sobre a dívida pública". Autor: Senador DUCIOMAR COSTA. Resultado: Aprovado. Item 3) Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2004-CFC, que "requer, nos termos dos arts. 102-A e 102-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja instaurado procedimento de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo do Estado da Paraíba relativamente à manutenção da Barragem de Camará, em Alagoa Nova – PB, considerando que essa obra foi realizada com recursos parciais, provenientes do Orçamento Geral da União, a fim de, ante o rompimento ocorrido em 17 de junho de 2004, avaliar a sua eficácia e eficiência." Autor: Senador JOSÉ MA-

RANHÃO. Relator Prévio: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Parecer: a)sejam admitidas as propostas de fiscalização e controle apresentadas; b) seja formado um único procedimento de fiscalização e controle com apensação da PFS nº 3, de 2004 e; c) seja aprovado o plano de trabalho exposto. Resultado: Adiado. Item 4) Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2004-CFC, que "requer, nos termos dos arts. 102-A e 102-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja instaurada Proposta de Fiscalização e Controle na obra de construção da Barragem de Camará, em Alagoa Nova – PB, com vistas avaliar a eficácia, eficiência e economicidade de seus projetos, bem assim a compatibilidade da execução orçamentária, para fazer face às denúncias publicadas na imprensa nacional (anexos) e na denúncia apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal de ALAGOA GRANDE-PB, Vereador GILBERTO MARCOS DA SILVA, de malversação e aplicação de recursos e de gerenciamento, em virtude do catastrófico rompimento da referida barragem, ocorrido no dia 17 de junho de 2004 e novo desabamento ocorrido na madrugada de 29 de junho de 2004." Autor: Senador EFRAIM MORAIS. Relator Prévio: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Parecer: a) sejam admitidas as Propostas de fiscalização e controle apresentadas; b) seja formado um único procedimento de fiscalização e controle com apensação da PFS nº 2, de 2004 e c) seja aprovado o plano de trabalho exposto. Resultado: Adiado. Item 4) Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, DE 2004-CFC, "referente a denúncia apresentada pelo SR. FLORIANO MARQUES DA SILVA, relativa a alegadas irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL EMLUR, de João Pessoa." Autor: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Relator: Senador GERALDO MESQUITA JUNIOR. Parecer: requer ao Tribunal de Contas da União a cópia do relatório de auditoria e de todos os documentos que o instruíram e que se as remeta à Procuradoria Geral da República, após o que o processo deve ir para o arquivo. Observação: em 23.06.2004 foi concedida vista ao Senador LUIZ OTÁVIO, que apresenta Voto em Separado pelo acatamento da Proposta e do Plano de Trabalho. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião às dezessete horas e vinte e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DO DIA 04-8-04

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

APROVADA.

Constam da nossa pauta quatro itens. Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros e Mozarildo Cavalcanti pediram a retirada da pauta dos Itens nºs 2, 3 e 4 para que sejam apreciados na próxima semana.

Esta Presidência atende o pedido de S. Exªs.

Portanto, restaram na pauta os Itens nºs 1, 5 e 6, sendo que estes dois últimos são acrescentados como itens extra-pauta, além da correspondência que iremos ler a seguir.

Passa-se à leitura da carta que nos foi enviada pelo Presidente do Banco do Brasil:

Referindo-se ao Ofício nº 162, de 08 de julho de 2004, que solicita informações sobre a aquisição, pelo Banco do Brasil, de ingressos para o jantar-show da dupla Zezé Di Camargo & Luciano, realizado na Churrascaria Porção/Brasília, Distrito Federal, em 3 de dezembro último, verificamos que a leitura do material anexo nos leva a concluir que o evento nasceu por iniciativa comercial, e não por demanda partidária, bem como não se tinha conhecimento prévio de que o evento destinava-se a beneficiar o Partido dos Trabalhadores quando as decisões foram tomadas.

Todavia, ao tomar conhecimento desse fato, a difícil operacionalização não permitiu a imediata reversão do mesmo.

Durante o mês de julho, realizei diversas viagens pelo País. Estive em Brasília apenas nos dias 1, 5, 6, 12, 13, e saí de férias no dia 14.

Apenas tomei conhecimento da existência do show no dia 13 – dia do evento –, à tarde, durante a reunião do Conselho Diretor.

Estive presente, com ingresso não adquirido pelo Banco, o que pode ser comprovado, uma vez que todas as 70 mesas compradas pelo Banco do Brasil estavam localizadas juntas e em região diversa no salão.

Ao retornar de férias, dia 20/7, fiquei ciente da polêmica sobre os ingressos.

No dia 26/07, a Churrascaria Porcão enviou-nos correspondência devolvendo os recursos, integralmente, ao Banco do Brasil.

No dia 28/07, fiz declaração à Imprensa assumindo a responsabilidade como Presidente da Insti-

tuição, apesar da decisão ter sido tomada em escalão inferior.

Assim, dada a elevada quantidade de eventos patrocinados pelo Banco, com o objetivo de evitar a ocorrência de novos casos da espécie, o Banco está adotando as medidas citadas, a saber:

a) inclusão na política geral do Banco de dispositivo que vede o financiamento de eventos promocionais que beneficiem partidos políticos;

b) reduzir as alçadas do Comitê de Administração da Diretoria de *Marketing*, privilegiando as decisões relacionadas à promoção de eventos no Comitê de Comunicação, fórum colegiado, composto por diretores e altos executivos da empresa; e

c) aperfeiçoamento do processo de conformidade, relacionando a tais decisões, com a institucionalização, entre outras, a serem definidas pela Diretoria de Controle Interno, das seguintes regras:

– inclusão do Diretor de Controle Interno no Comitê de Comunicação;

– encaminhamento do relatório mensal de acompanhamento das decisões da espécie ocorrida no âmbito da Diretoria de *Marketing* ao Comitê de Comunicação; e

– exigência de declaração formal do beneficiário de que os recursos para promoção e patrocínio não se destinam a financiam evento promocional que beneficie partido político.

Observe-se que tais sugestões foram propostas pelo próprio Diretor de *Marketing*, Henrique Pizzolato, nota EO-DMAK-DECOI-2004/0258, de 30/07/2004, buscando o aprimoramento dos controles da área e uma melhor regulamentação da concessão de patrocínio e promoção de eventos.

Respeitosamente, – **Cássio Casseb Lima,** Presidente do Banco do Brasil.

Essa foi a correspondência recebida por esta Comissão.

Porém, temos aqui o Requerimento nº 1, que se soma ao Requerimento nº 5, de autoria do nobre Senador Duciomar Costa, que passo a ler:

Requeiro que o Presidente do Brasil, Sr. Cássio Casseb Lima, seja convidado a comparecer em sessão de audiência pública, nesta Comissão, para prestar esclarecimentos a respeito da estratégia de atuação do Banco, enquanto agente de fomento de acesso ao crédito, em particular no que tange à população de baixa renda e a microempresários, ao financiamento da agricultura familiar e, conforme decisão recente, à participação em consórcio para aquisição de automóveis e de eletrodomésticos e no tocante aos critérios adotados pela Instituição para aplicação de verbas destinadas a patrocínios.

Esse requerimento, de autoria do nobre Senador Duciomar Costa, junta-se ao do Senador Arthur Virgílio:

Requer, nos termos regimentais e constitucionais, seja convocado o Sr. Presidente do Banco do Brasil, Sr. Cássio Casseb Lima, para prestar esclarecimentos aos Srs. Senadores Membros da Comissão de Fiscalização e Controle sobre os critérios de distribuição de patrocínio naquela Instituição.

Os dois requerimentos têm objetivo comum. Por essa razão, vamos colocá-los em votação.

Lembro que, por não se tratar de ministro, e sim do Presidente do Banco do Brasil, podemos fazer convite, e não convocação.

Concedo a palavra o nobre Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB-PA) – Sr. Presidente, esclareço que os dois requerimentos são praticamente do mesmo teor.

Então, vamos votá-los em conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sim, em conjunto.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB-PA) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em votação os requerimentos.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

APROVADO.

O segundo requerimento que passamos a apreciar neste momento também é de autoria do Senador Duciomar Costa:

Requer que o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique Meireles, seja convidado a comparecer em sessão de audiência pública nesta Comissão, para prestar esclarecimentos sobre as medidas já adotadas no âmbito da autoridade monetária, no sentido de reduzir a vulnerabilidade externa do País, destacadas as iniciativas especificamente destinadas a minimizar os efeitos de taxa/câmbio sobre a dívida pública.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Estão aprovados os dois requerimentos.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares.

Os itens nºs 2, 3 e 4 serão apreciados na próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h21min)

Senado Federal

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Sexta Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia treze de maio do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

Às dez horas do dia treze de maio do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **CRISTOVAM BUARQUE, JOÃO ALBERTO SOUZA, JEFFERSON PÉRES, AELTON FREITAS, MARCELO CRIVELLA, LUIZ OTÁVIO, MOZARILDO CAVALCANTI, RODOLPHO TOURINHO, MARCO MACIEL, EDISON LOBÃO, FÁTIMA CLEIDE, TIÃO VIANA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO CAPIBERIBE, PEDRO SIMON, LÚCIA VÂNIA, JOSÉ AGRIPINO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES e RAMEZ TEBET.** O Senhor Senador **FLÁVIO ARNS** tem sua ausência justificada. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação da pauta, **Item um**: Mensagem (SF) Nº 35, de 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malauí". O Presidente designa Relator "Ad Hoc"; Senador **EDISON LOBÃO**, que faz a leitura do relatório. Faz uso da palavra o Senador **MARCELO CRIVELLA**. Em seguida, passa-se ao **Item dois**: Mensagem (SF) Nº 36, de 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Santa Sé". O Senador **MARCO MACIEL**, relator da mensagem, faz a leitura do seu relatorio. O Senhor Presidente passa a palavra à Senhora **VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO** para fazer sua exposição de motivos. Passa-se ao **Item três:** Mensagem (SF) Nº 38, de 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor CELSO MARCOS VIEIRA DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto á República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas da Eslováquia, Eslovênia e Croácia". O Relator da matéria, Senador **LUIZ OTÁVIO**, faz a leitura do relatório. O Senhor Presidente inverte a pauta, passando ao item de Extra-Pauta. **Extra-Pauta – Item um**: Requerimento Nº 18, de 2004/CRE, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "requer, nos termos regimentais, seja manifestada a Sua Excelência o Senhor Manuel Durão Barroso, Primeiro Ministro da República Portuguesa, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quanto à tramitação e resolução dos processos e demais papéis, de interesse de cerca de 30 mil cidadãos brasileiros que se encontram com vistos de trabalho naquele país amigo e autorizados a nele permanecer, em conformidade com os termos de documento recentemente assinado entre os dois Países". O Senhor Presidente anuncia a presença do Senhor ALÍPIO FREIRE, da Casa do Brasil em Portugal, em Lisboa. O Senhor Presidente subscreve o Requerimento e coloca-o em votação. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. Retomam-se os Itens de pauta. **Item quatro**: Requerimento N° 15, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, que "requer, nos termos do disposto do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, após manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que o Senado Federal formule uma moção de apoio ao Programa Nuclear Brasileiro". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **TIÃO VIANA** para justificar o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. Na seqüência, o Senhor Presidente determina que a sessão se torne secreta para proceder à sabatina da Senhora Embaixadora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO. Reaberta a sessão em caráter público, o Presidente comunica que os embaixadores foram aprovados por unanimidade com quinze, dezesseis e quinze votos, respectivamente. A Senhora Embaixadora agradece pelos cumprimentos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA TREZE DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO, ÀS DEZ HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião ordinária, da Segunda Sessão Legislativa Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias da pauta.

Mensagem nº 35, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Gerge Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, do quadro do permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto com a República de Malawi.

A autoria é da Presidência da República.

Pediria a gentileza do Senador Edison Lobão para, como Relator **ad hoc**, ler o parecer do Senador João Ribeiro.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto a República dos Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malaui.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou **curriculum vitae** do diplomata indicado, do qual extraímos para este relatório as informações abaixo.

Filho de Ney Francisco Queiroz Fernandes e de Stella de Souza Fernandes, o Sr. Jorge Ney de Souza Fernandes é Bacharel em Direito e em Letras, pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Literatura Hispano-Americana. Concluiu também o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Ingressou na Chancelaria no posto de 3º Secretário, em fevereiro de 1978. Ascendeu a Conselheiro, em 1996, e a Ministro de 2ª Classe, em 2001, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Secretário Substituto de Modernização e Informática, de 1990 a 1991, e de Chefe da Divisão de Pessoal, de 2000 a 2002. No exterior exerceu, entre outros, o cargo de Encarregado de Negócios da Guatemala, em 1980; em Bucareste, de 1986 a 1987; em Kinshasa, em 1992 e, em Santiago, em 1997; exerceu o cargo de Conselheiro em Havana, de 1998 a 2000 e de Embaixador no Zimbábue desde o ano em curso.

Desempenhou ainda importantes funções em missões temporárias, tendo sido Delegado em diversas sessões de negociação dos organismos internacionais e de conferências diplomáticas isoladas.

Malawi é uma República presidencialista, tem uma população de 11 milhões e 650 mil habitantes, tem uma área de 118.000 km2, e PIB de 6 bilhões e 800 milhões de dólares, o que lhe propicia renda **per capita** de 600 dólares.

As relações bilaterais com o Brasil são incipientes, não havendo atualmente Embaixador brasileiro credenciado junto ao Governo. Os contatos se resumem, basicamente, aos entabulados no âmbito das Organizações das Nações Unidas. Não obstante, situando-se na África Austral e fronteiriça a Moçambique, de onde provém grande número de refugiados em seu território, cria-se em Malawi ambiente de alguma aproximação com a língua portuguesa e, eventualmente, com o Brasil, de acordo com o informe preparado pelo Itamaraty. Da mesma forma, o comércio bilateral não alcança grandes cifras, situando-se no âmbito de 2003 na casa de 5 milhões e 900 mil dólares, com o superávit para o Brasil de cerca de700 mil dólares.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

É parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Édison Lobão.

Vou passar a palavra ao Senador Marcelo Crivella por ter morado algum tempo de sua vida na África, possa nos fornecer dados e informações, acredito que desconhecidas por muitos de nós.

Vou aproveitar a oportunidade, Sr. Relator, Senador Edison Lobão, para mostra-lhes onde se localiza a República de Malaui. O país se situa embaixo da

Tanzânia, à direita de Zâmbia, acima de Zimbábue e à esquerda de Moçambique.

O Senador Marcelo Crivella é nosso expert em geografia africana.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero congratular o Senador Edison Lobão pelo seu brilhante relatório e dizer que fico muito feliz de o Brasil ter essa atenção com a República do Malawi.

Malawi é um país muito pobre e seu principal produto é o fumo, exportado para o Brasil e para muitas partes do mundo. Há alguns brasileiros lá, cerca de uns 100.

O regime governamental do Ditador Kamuzi Banda – Senador Lobão, V. Exª que acompanha a vida desses ditadores africanos...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Para condená-los, é claro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PFL – RJ) – ....é claro, para condená-los – junto com Idi Amin Dada, talvez é umas piores e mais grotescas figuras do cenário africano. Deixou o poder na morte, depois de ter exilado e matado milhares de seus contemporâneos.

O que eu gostaria de ressaltar é que o nosso pessoal do Itamaraty exerce na África um papel pioneiro e bandeirante. E é por isso que eu gostaria de sensibilizar esta nossa Comissão para a situação que os nossos corpos consulares, de modo geral, enfrenta no mundo inteiro. Na maioria das vezes o número de funcionários é reduzido e os recursos são quase sempre poucos.

Eu distribuí aos Srs. Senadores uma proposta que eu acredito, se ela tiver a contribuição de todos, poderá dar um grande passo nesse sentido, sobretudo para fortalecer nossas representações diplomáticas na África. Depois desta representação, só vamos ter outra no Quênia, lá já vivem mais brasileiros. Na Uganda existem alguns brasileiros, na Tanzânia também. Em Moçambique temos uma representação e na África do Sul duas, não sei se ainda em Cape Town, mas antigamente tinha em Pretória e Cape Town. Embora as atividades comerciais com a África do Sul deram um superávit ao Brasil de meio bilhão de dólares. Imaginem os senhores a pauta de exportação Brasil/África do Sul deixou para os cofres brasileiros meio bilhão de dólares. Fiquei impressionado. Nós, que "patinamos" no final do século passado, durante toda a sua década final, não indo além de 200 milhões de dólares, chegamos agora com a "maestria" do atual presidente, que na sua viagem à África levou mais de 300 empresários, é recorde absoluto, de meio bilhão de dólares.

Mas, Sr. Presidente, a proposta que eu distribuí aos Srs. Senadores, é o Fundo do Emigrante Empreendedor, que significa o seguinte – não é idéia nova não, ela já existe em muitos países que têm grande número de emigrantes. É que as pessoas que estão no exterior poderão manter no país uma conta em moeda forte. E, quando retornarem ao país, elas poderão receber um empréstimo de 3 a 4 vezes o saldo que tiverem. É simples, como isso. São milhões de brasileiros vivendo no exterior. Segundo informações recebidas pelo Itamaraty, talvez esse ano, legalmente, as remessas ao Brasil se aproximam de 5 bilhões. Vamos seguindo o caminho da Índia, de Portugal e outros países cuja maior receita é a que seus compatriotas enviam do exterior. Hoje, aqui no Brasil, não vendemos tanta soja, nem o minério do nosso querido Pará – que sai pelo maior porto do Brasil, acredito que da América Latina – não geram essas divisas. Individualmente, não há na nossa pauta de exportação – nem gado, nem aviões da Embraer – que deixem para os cofres brasileiros 5 bilhões líquidos. Isso de maneira legal, mas há muito mais que vem, no bolso das pessoas. Quem manda 5 bilhões, nos bancos lá fora tem 40, 50 ou talvez mais. Por que essa poupança não pode ser mantida no país? Uma boa remuneração e assim sim, podemos reforçar o orçamento ridículo – desculpem-me a expressão, ridículo do nosso Itamaraty de apenas 300 a 400 milhões. É uma vergonha total.

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas considerações.

Mais uma vez, parabenizo o relatório do Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à votação secreta.

Eu pediria a gentileza dos Srs. Senadores que procedam à votação.

Item 2:

Mensagem 36, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, Ministra de 1ª Classe, da carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Santa Sé, de autoria da Presidência da República.

Vou apurar os votos relativos ao item primeiro junto com os do item segundo.

Assim, poderemos prosseguir nossos trabalhos.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, Relator da mensagem, que poderá ainda dar o seu voto quanto aos dois itens.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srªs e Srs. Senadores,

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Santa Sé.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* da interessada, do qual extraímos para este Relatório as seguintes informações:

Nascida no Rio de Janeiro (RJ), filha de Clovis Barrouin Mello e Maria Lessa Barrouin Mello, a Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, foi nomeada Terceira Secretária, em 24 de outubro de 1968, sendo, subseqüentemente, promovida a Segunda Secretária, em 1972; a Conselheira, por merecimento, em 1983; a Ministra de 2ª Classe, em 1990, e a Ministra de 1ª Classe, em 1998.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou, cumpre destacar as seguintes: chefe da assessoria de Relações Internacionais da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), 1970-74; assistente da Divisão de Política Comercial, 1980; chefe de delegação na Reunião do Sub-Comitê Intergovernamental de Acompanhamento e Coordenação do Plano de Ação de Caracas sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento sobre Reservas Alimentares, Manila, 1981; chefe da Divisão de Ásia e Oceania I, 1983; chefe da Divisão de Energia e Recursos Minerais, 1986; chefe do Setor Cultural e chefe do Setor de Meio Ambiente e Direitos Humanos da Embaixada em Washington, 1986; chefe de delegação do Sub-Grupo de Trabalho Brasil-Argentina sobre Salvaguardas Nucleares, Rio de Janeiro, 1987; chefe de delegação na Reunião do Comitê Executivo sobre o Protocolo de Montreal sobre proteção da Camada de Ozônio, Montreal, 1990; chefe do Departamento de Ásia e Oceania, 1996; chefe de delegação na Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Clima, Nova Delhi, 2002.

A Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO exerceu a função de Segunda Secretária, no México, 1974/76, e em Madri; a de Ministra-Conselheira, em Washington, a partir de 1986; a de Cônsul-Geral, em Miami, na década de 1990; e a de Embaixadora em Nova Delhi, Colombo, Kathmandu e Malé, a partir de 1999.

Dentre as condecorações que a Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO recebeu, cumpre citar as seguintes: Ordem Isabel la Católica, "Lazo de Dama", Espanha; Medalha da Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil; Medalha da Ordem de Mayo al Mérito, Comendador, Argentina; Medalha da Ordem de Bernardo O'Higgins, Grã Cruz, Chile; Medalha da Ordem do Mérito, Grã Cruz, República da Alemanha Federal; Medalha da Ordem do Mérito, Grã Cruz, Itália; Medalha da Ordem da Coroa Preciosa, Borboleta, Japão; Medalha do Pacificador, Grã Cruz, Brasil; Medalha da Ordem do Rio Branco, Grã Cruz, Brasil.

Sede da Igreja Católica e residência oficial do Papa, o Estado da Cidade do Vaticano é o menor país do mundo, com 0,44 km2. O Papa é o chefe supremo do que seriam os poderes executivo, legislativo e judiciário, e tem mandato vitalício. O sucessor é eleito pelo Colégio Cardinalício, com pelo menos dois terços dos votos.

A política externa do Vaticano baseia-se nos princípios de universalidade, espiritualidade e na dignidade humana. Caracteriza-se pela permanência, pela estabilidade, pela coerência conceitual e pela longevidade. As principais ações são estruturadas na intensa atividade do Papa, nas tarefas da Secretaria de Estado e seus órgãos, e na rede de delegações, pró-nunciaturas e nunciaturas apostólicas dispersas pelo mundo. Tais atividades, unificadas pela doutrina da fé, por clara identidade de propósitos, pelo completo respeito à autoridade do Papa e pela percepção estratégica dos interesses de uma Igreja universal garantem ao Vaticano uma política externa, *urbe et orbe*, singular no contexto mundial de relações entre Estados e Governos.

Quanto às relações bilaterais, o Governo brasileiro mantém relações diplomáticas formais com a Santa Sé, sujeito de direito internacional público. São privilegiadas também as relações com a Igreja Católica, devido à grande influência do catolicismo na história e na vida social do Brasil, o maior país católico do mundo.

O diálogo da Embaixada do Brasil junto à Santa Sé processa-se com todos os dicastérios da Cúria Romana, abrangendo aspectos protocolares e de natureza temporal, e temas substantivos de maior interesse nacional. Mantém, também, contato estreito com representantes do clero brasileiro em Roma.

A cooperação e a presença efetiva do Brasil junto à Santa Sé reveste-se de importância e simbologia.

A Embaixadora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, certamente, poderá auxiliar na elaboração de ações cooperativas e no desenvolvimento de projetos que aliem interesses comuns.

Tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos conceder a palavra à Embaixadora Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado. Normalmente, a Chefe de missão diplomática aqui indicada fala sobretudo relativamente ao país para onde vai. Agora, como a Embaixadora Vera Lúcia está concluindo uma missão de cinco anos em um dos países de maior importância e sobre o qual devemos ter o maior conhecimento, ainda ontem conversei com ela e tive a oportunidade de averiguar quão relevantes são os conhecimentos que ela pode nos trazer, pediria que falasse uma palavra a respeito de sua missão na Índia e sobre a próxima missão no Vaticano.

Concedo a palavra à Embaixadora Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado.

A SRª VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO – Muito obrigada. Exmº Sr. Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmº Sr. Senador Marco Maciel, meu Relator, Exmºs Srs. Senadores da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, antes de tudo quero agradecer ao Senador Marco Maciel por todas as palavras tão gentis a mim dirigidas e a meu respeito. Aliás, quero também dizer que V. Exª não se referiu ao ano em que entrei no Instituto Rio Branco, talvez por uma questão de cortesia, mas entrei no Rio Branco em 1966, bastante jovem, portanto.

Considero uma honra muito especial para mim o fato de o meu nome ter sido submetido pelo Ministro Celso Amorim ao Presidente da República para ocupar esse cargo de tão alta relevância para a diplomacia brasileira e o Presidente da República ter aceitado essa indicação.

Quero agradecer especialmente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional por ter me convocado para essa argüição que se faz em cumprimento ao art. 52 da Constituição brasileira.

Inspira-me neste momento a esperança de merecer a aprovação de V. Exªs para a concretização dessa escolha.

Em maio de 1999, estive aqui pela primeira vez, como disse o Senador Eduardo Suplicy, compareci à Comissão para a aprovação de meu nome para ocupar a Chefia da Embaixada do Brasil em Nova Delhi. Praticamente concluindo essa gestão de quase cinco anos, que serão completados em final de julho, tenho muita satisfação de ver que as relações entre o Brasil e a Índia têm hoje em dia um patamar muito diferente.

Cheguei à Índia num momento que as relações estavam bastante fluidas, muito tênues porque a Índia tinha tomado a decisão de fazer um teste nuclear que ia contra toda uma arquitetura de tratados contra a proliferação nuclear. Foi uma decisão ousada que provocou sanções de vários países, Estados Unidos, todos os países da União Européia, o Japão. E provocou, no Governo brasileiro, a decisão de suspender, denunciar o memorando de entendimento sobre cooperação nuclear. Isso no ano de 1998.

Essa decisão do Governo brasileiro por algum tempo impediu uma "densificação" das relações, mas com muita paciência e muito trabalho, e com a colaboração da Chancelaria indiana, conseguiu-se, num primeiro momento, identificar um potencial de cooperação muito grande, que foi pouco a pouco rendendo frutos. Na parte comercial, por exemplo, cheguei à Índia quando a balança comercial do Brasil, no ano de 1998, tinha sido de 280 milhões de dólares. E no ano de 2002, chegamos a 1,2 bilhão. Isso dá bastante dimensão do que se logrou nesse período.

Mas gostaria, neste contexto, dizer também que tudo isso se deveu em grande parte à vontade política, expressa em termos conceituais, em termos também concretos, do Ministro Celso Amorim e também do Presidente da República, que com a viagem que fez em janeiro irá dinamizar ainda mais as relações.

Gostaria agora de falar sobre a Santa Sé. E deixamos então a parte referente à Índia para as perguntas. Procurei estruturar essa minha apresentação de uma maneira bastante breve, para justamente permitir uma interação maior com V. Exªs. Por isso mesmo não vou me adentrar em questões teológicas, questão de doutrina da Igreja, mas acho que é interessante fazer uma referência ao catolicismo em suas diferentes fases. Para evidenciar um processo que vai, desde os primeiros tempos da religião, desde que Jesus, segundo o Evangelho de São Mateus disse a Pedro, "Pedro, tu és pedra. Fundarei sobre esta pedra a minha igreja" até o momento em que a Santa Sé adquire uma personalidade jurídica internacional e uma base territorial.

Então, a primeira fase da história do catolicismo é justamente a de uma religião não estruturada, que é voltada para a missão evangelizadora.

A segunda fase começa no ano 313, quando o imperador Constantino reconhece a religião católica como religião oficial do Império Romano.

O Papa não concentrava ainda o poder central da igreja. Ele tinha a jurisdição sobre a Diocese de Roma. E isso permaneceu. Enfim, essa situação perdurou até a queda do Império Romano do Oriente, em 590. Em

590, a Igreja incorpora Estados que pertenciam ao Império Romano do Oriente e adquire uma base territorial ampla, a partir da qual o Papa se transforma em um soberano europeu poderosíssimo, até pela capilaridade da influência e da ascendência que ele tem sobre os demais soberanos europeus. Essa fase termina com a perda dos Estados Pontifícios apenas em 1870, à luz do processo de unificação da Itália.

Finalmente, chegamos à quinta fase da história do Catolicismo, já à Santa Sé, com o Tratado de Latrão, que dá uma base territorial no Vaticano à Igreja Católica e, de novo, a Santa Sé passa a ser um sujeito de Direito Internacional. A Santa Sé hoje em dia tem relações diplomáticas com 174 países.

Em razão desse histórico, o Papa acumula funções diferentes. Ele é, em decorrência da primeira fase do catolicismo, o Bispo de Roma, e, como Bispo de Roma, ele é o Presidente do Colégio Episcopal; ele é o Chefe de Estado do Vaticano, onde ele acumula as funções de Chefe do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, e ele é o Chefe da Igreja Católica. Para cada uma dessas funções, ele tem uma estrutura administrativa de organização de trabalho diferente.

As relações do Brasil com o Vaticano, a meu juízo, são marcadas por dois fatores, duas características principais.

Primeiro, a tradição e segundo, a singularidade. A tradição porque a Igreja Católica está, no Brasil, desde a Caravela de Cabral, que chegou à Coroa Vermelha, em 1500. E a Igreja teve um papel fundamental na catequese dos indígenas brasileiros.

Para encurtar, enfim, essa evolução da Igreja, acho que é importante dizer que, desde a independência, D. Pedro tentou, desde 1822, estabelecer, primeiro, que a Santa Sé reconhecesse o Brasil como Estado-Nação, como País independente. Isso só ocorreu em 1826, depois que Portugal reconheceu a independência do Brasil. Mesmo assim, antes mesmo do reconhecimento, já a Constituição de 1824 reconhecia a religião católica como a religião do Império brasileiro e manteve a tradição portuguesa de unir o Estado à religião.

Então, às autoridades brasileiras cabia a aprovação dos prelados e o beneplácito para implementação dos decretos da Santa Sé.

Essa vinculação somente veio a se romper com a primeira Constituição da República. Em 1891, separou-se a Igreja do Estado muito por influência da Maçonaria e do Positivismo, que inspiravam as Forças Armadas. Os benefícios dessa desvinculação foram muito grandes e crescentemente avaliados ao longo das décadas.

A desvinculação não afetou a consolidação da prevalência da religião católica sobre a população brasileira. O último censo, de 2000, fala de 73% de brasileiros que se declaram católicos. Mas ela deu ao Brasil talvez a condição de ser um exemplo único na comunidade das nações de uma tolerância religiosa que outros países não têm. Aliás, é bom enfatizar essa questão da tolerância religiosa, essa qualidade brasileira, nesse momento em que o fator religioso tem sido um instrumento e uma razão para conflitos seriíssimos nas relações internacionais.

Eu dizia também que as relações são singulares, porque o Estado brasileiro se relaciona com o Estado do Vaticano e com a Santa Sé, mas também essas relações têm como base o fato de que a Santa Sé, em território brasileiro, tem uma estrutura eclesiástica subordinada a ela, quatrocentos Bispados e trinta e quatro Arcebispados, e a Igreja é uma fonte de princípios éticos e religiosos para a grande parte da população brasileira.

A Igreja tem sido base de apoio a movimentos sociais e políticos importantíssimos. Por exemplo, é preciso ressaltar a ação fundamental do clero brasileiro na redemocratização do País, o trabalho das comunidades eclesiais de base, da juventude estudantil católica, da juventude operária católica, entidades cujo trabalho a minha geração muito apreciou.

Nenhum outro país tem essas mesmas características e as nossas relações, somente com a Santa Sé, embasam-se em todos esses fundamentos. A Santa Sé é observador das Nações Unidas, do Conselho da Europa, da União da Europa, da OEA, entre outros organismos internacionais, e é membro pleno da IEA, da OMP, da Intelsat e de várias outras agências especializadas da ONU.

A Santa Sé assinou e ratificou tratados de não-proliferação das armas nucleares, o tratado de proibição de minas terrestres, o tratado de proscrição de armas químicas e tem sido muito ativo na Comissão de Direitos Humanos do Ecosoc das Nações Unidas.

O maior agente da política externa da Santa Sé certamente é o Papa João Paulo II, e isso faz com base na atuação dos Núncios, seus Embaixadores. Muitos analistas atribuem ao Papa um papel fundamental para, por exemplo, a derrubada do Muro de Berlim. Não se pode esquecer que ele é nascido na Polônia e deu um apoio fundamental ao Movimento da Solidariedade, de Lech Walesa, que foi fundamental para a profunda modificação na história da Polônia, que se espraiou pelos outros países do Leste Europeu.

Nesses vinte e cinco anos de pontificado, os meios de comunicação vêm dando ampla cobertura às viagens do Papa e às suas palavras, magnificando o carisma

que o Papa tem, transformando-o na figura mais popular, segundo alguns analistas, do mundo atual.

A universalidade da Igreja Católica, o diálogo inter-religioso que o Papa vem desenvolvendo, a defesa dos princípios de justiça e paz, em respeito aos direitos humanos, também conferem às palavras do Papa um peso moral importantíssimo. Por exemplo, recebi um despacho da Agência Reuters, de ontem, dia 12 de maio, que reproduz parte da entrevista do Cardeal Lajolo, que é o Ministro das Relações Exteriores da Santa Sé, que diz que o escândalo dos abusos no Iraque fomentará o ódio árabe pelo Ocidente, por extensão ao Cristianismo. A tortura, pergunta ele, é um golpe maior para os Estados Unidos do que o 11 de setembro. O problema é que esse golpe não foi infringido por terroristas, mas, por americanos contra eles mesmos.

Realmente, é uma manifestação muito veemente contra o que está se passando no Iraque, o que também já tinha sido, num **angelus**, no dia 16 de março, se não me engano, objeto de uma declaração do Papa que se opunha ao uso da força naquele país. Quanto às posições brasileiras e da Santa Sé – aliás, é preciso dizer que a Santa Sé hoje tem uma posição clara e definida e muito solidamente estruturada sobre todos os grandes temas da vida das nações. Essas posições são, e muito, coincidentes com as posições brasileiras, mas, também, apresentam discordâncias. As concordâncias ficam na ênfase, entre outros grandes assuntos, ao reforço do multilateralismo nas relações internacionais; na preocupação quanto à proliferação das armas nucleares; a importância da OMC e da Rodada de Doha para que o sistema de comercio internacional se torne mais equânime e mais justo e atenda melhor às necessidades dos países em desenvolvimento; a flexibilização da Legislação sobre propriedade intelectual, que permite o licenciamento compulsório e, assim, um tratamento mais efetivo, nos países em desenvolvimento, de doenças como a Malária, a Tuberculose e a Aids; a cautela sobre organismos geneticamente modificados, que é um tema ainda em estudos no Vaticano. E as divergências são muito vinculadas ao Direito de Família, a questões de gênero, a questões de orientação sexual, das quais a mais relevante ocorreu, com certeza, na Comissão de Direitos Humanos, no Ecosoc (Conselho Econômico e Social da ONU), em que a Santa Sé se manifestou bastante contrária à possível apresentação de uma resolução, pela Delegação do Brasil, sobre não discriminação com base em orientação sexual. Isso, segundo me disse o Núncio, em Nova Délhi, muito porque a Santa Sé se preocupava que essa resolução fosse um passo inicial para um reconhecimento de formas de matrimônio, de casamento, enfim, não heterossexuais e outras questões decorrentes daí.

As atribuições da Embaixada, em Nova Délhi, não diferem muito das atribuições das outras embaixadas. Tudo, no entanto, todas as atividades são referentes ao acompanhamento da política externa da Santa Sé, o acompanhamento da doutrina, e aí sim há uma diferença, uma atenção especial à divulgação do Brasil, fazendo uso dos meios de comunicação que estão disponíveis às embaixadas em geral, como **L'Osservatore Romano** e outros meios. E, além dessas, tem uma atribuição importante que é a do agendamento de visitas de autoridades de alto nível do Brasil que queiram se entrevistar com a Cúria Romana. Este ano, nós teremos um evento muito especial que é uma grande exposição, intitulada Fé, Engenho e Arte – Aleijadinho, o Mestre do Barroco Brasileiro, que será inaugurada em outubro deste ano na Santa Serra, na praça de São Pedro. A Embaixada ainda tem uma relação muito constante com o Colégio Pio Brasileiro, que é vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, dirigido pelo Padre-Geral Dom Antônio Coelho de Almeida, e se coloca à disposição de religiosos brasileiros em visita ao Vaticano.

Eu concluo minhas palavras com meus agradecimentos pela atenção de V. Exªs, e mais uma vez, com a esperança de merecer a aprovação dessa egrégia Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixadora Vera Lúcia.

Eu queria sugerir o seguinte, como nós temos o Item 3, que também se refere a chefe de missão diplomática – apenas dizem que é da Áustria – mas também para exercer o cargo junto às Repúblicas Eslováquia, Eslovênia e Croácia, e como poderíamos também votar, as 3 indicações antes de fecharmos para a sessão reservada, eu vou pedir ao Senador Luiz Otávio, a gentileza de ler o seu relatório sobre a indicação do Senhor Celso Marcos Vieira de Souza, Ministro de Primeira Classe, carreira diplomática para exercer essas funções. Tem a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, Srª Embaixadora, a Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha de Chefe da Missão Diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceitos regimentais, elaborou o **curriculum vitae** do diplomata indicado, Senhor Celso Marcos Vieira de Souza, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata do quadro permanente do

Ministério das Relações Exteriores, para acumulativamente, junto com cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas da Eslováquia, Eslovênia e Croácia.

O Presidente da República encaminhou a indicação para esta Casa, especial para a Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Eduardo Suplicy, mostra que o indicado, Dr. Celso Marcos Vieira de Souza, desempenhou numerosas funções na Chancelaria e na Administração Pública Federal, entre as quais destaca-se a de Chefe de Gabinete do Ministro da Educação, em 80 e 81; a de Consultor Especial para externo Banco Central, em 82 e 83; a de Secretário de Imprensa da Presidência da República, em 84; a de Chefe de Gabinete do Ministro da Economia entre 91 e 93 e, de 94 a 98, exerceu a função de Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério de Relações Exteriores. No exterior, ocupou, entre outros, o cargo de Ministro Conselheiro, encarregado de negócios em Washington e de Embaixador no Cairo de 2000 até 2004. Está, atualmente, designado e aprovado pelo Senado Federal para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria. Desempenhou numerosas e importantes funções e missões temporais, tendo sido Chefe de Delegação em diversas sessões de negociação de organismos internacionais e de conferências diplomáticas bilaterais e multilaterais.

O respeito ao currículo e à indicação e diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores que desejarem poderão votar nesta indicação.

Quero, antes de solicitar o início da parte reservada, informar que se encontra presente o Sr. Alípio Freire, da Casa do Brasil em Portugal, em Lisboa, que em diálogo com o Senador Marcelo Crivella, que é um dos responsáveis pela Subcomissão de brasileiros residentes no exterior, encaminhou um requerimento que seja manifestado a Sua Excelência, o Senhor Manoel Durão Barroso, Primeiro-Ministro da República de Portugal, a preocupação do Senado Federal, por intermédio desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quanto à tramitação e resolução dos processos e demais papéis de interesse de cerca de 30 mil cidadãos brasileiros que se encontram com visto de trabalho naquele país amigo e autorizados em nele permanecer, em conformidade com os termos de documento, recentemente assinado entre os dois países.

Regimentalmente, para a apreciação e votação desse requerimento, requer-se a presença do Senador Marcelo Crivella. Todavia, eu me disponho a assiná-lo conjuntamente, já que o seu autor até há pouco aqui se encontrava, que sua presença possa ser considerada.

Pergunto ao Senador Tourinho, também tão ligado a Portugal, se desejar subscrevê-lo, vou passá-lo às suas mãos.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Agradecemos a visita do Sr. Alípio Freire, da Casa do Brasil em Portugal.

Antes de passar à parte reservada, propor examinar o requerimento do Senador Tião Viana, que requer nos termos do disposto do art. 222, do Regimento Interno, manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que o Senado Federal formule uma moção de apoio ao Programa Nuclear Brasileiro.

Com a palavra o Senador Tião Viana para expor sua justificativa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, é o Requerimento nº 15, de 2004. É uma proposição minha que haja uma moção de apoio ao Programa Nuclear Brasileiro. Temos o Brasil já desenvolvendo 4% de sua energia elétrica ofertada, tendo como matriz a matriz energética nuclear, e temos uma contribuição fundamental dessa energia para a área de alimentos, saúde, agricultura e indústria. Teremos em breve, possivelmente, Rio de janeiro e Espírito Santo sendo servidos em 70% de seu consumo pela oferta de energia nuclear. E isso tem um significado extraordinário. E como o Brasil é um país signatário do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, entendo que é justo que o Senado Federal exerça essa sua moção de apoio a tal programa, até em razão de disputas de **lobbies** internacionais, de influências estranhas que procuram desgastar a imagem do Programa Nuclear Brasileiro. É um programa maduro, do ponto de vista científico, é um programa ético, é um programa pacífico e atende a todos os propósitos de desenvolvimento de uma tecnologia tão preciosa e tão importante para a qualidade de vida dos povos que vivem em nosso País. Então, por essa razão, o meu requerimento é uma moção de aplauso do Senado Federal ao Programa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passaremos agora à fase reservada, e eu pediria a gentileza das pessoas que não são Senadores ou da Secretaria da Comissão, que, por gentileza, deixem o recinto da Comissão, para passarmos à argüição da Embaixadora Vera Lúcia.

(A REUNIÃO PASSA-SE A SER SECRETA)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ao Sr. Jorge Ney de Souza Fernandes, designado para ser Embaixador junto à República de Malaui, além de ser Embaixador junto à República do Zimbábue, ele obteve quinze votos favoráveis, nenhum contrário.

Com respeito ao Sr. Celso Marcos Vieira de Souza, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas da Eslováquia, Eslovênia e Croácia, além de ser já Embaixador da Áustria, também obteve quinze votos favoráveis e nenhum contrário.

No caso da Embaixadora Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, designada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Santa Sé, houve dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

Então, cumprimentamos a Embaixadora Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, desejando-lhe o mais pleno êxito em sua missão.

A SRª VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 03 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Oitava Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte sete de maio do ano de dois mil e quatro, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e sete de maio do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **GILBERTO MESTRINHO, EDUARDO AZEREDO, JOSÉ AGRIPINO, PEDRO SIMON, JUVÊNCIO DA FONSECA, FLÁVIO ARNS, LÚCIA VÂNIA, ARTHUR VIRGÍLIO, RODOLPHO TOURINHO, LUIZ OTAVIO, TIÃO VIANA, VALDIR RAUPP, JOÃO CAPIBERIBE, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** e **MARCO MACIEL.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. O Senhor Presidente solicita à Secretária que distribua a cópia dos pronunciamentos que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, proferiu em sua viagem à China. Passa-se à apreciação dos itens de pauta. **Item um**: Mensagem (SF) Nº 40, de 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor OTO AGRIPINO MAIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia". O Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**, Relator da matéria, faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor **OTO AGRIPINO MAIA** que faz sua exposição de motivos. **Item dois**: Mensagem (SF) Nº 53, de 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Santa Sé, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à Soberana Ordem Militar de Malta". O Senhor Presidente designa o Senador **JOSÉ AGRIPINO**, Relator "Ad Hoc", que faz a leitura do relatório. Prossegue a apreciação da pauta. **Item três**: Mensagem (SF) Nº 54, de 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia". O Senador **GILBERTO MESTRINHO**, Relator "Ad Hoc" da matéria, que faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente registra a presença do Deputado José Carlos Aleluia, Líder do PFL na Câmara dos Deputados e concede a palavra ao Senhor **HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES** para fazer sua exposição de motivos. Faz uso da palavra para interpelação o Senador **TIÃO VIANA**. O Senhor Presidente torna secreta a sessão para proceder à argüição dos Embaixadores. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente comunica que os

Embaixadores foram aprovados por unanimidade de dezesseis votos. O Senhor Presidente cumprimenta os Embaixadores e adia os demais itens de pauta – **Item quatro**: Projeto De Lei Do Senado N° 398, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que "altera a Lei nº 4737, de 15 de Julho de 1965 – Código Eleitoral, para permitir o voto, ao eleitor que se encontra no exterior, nas eleições para governador, vice-governador e senador"; **Item cinco**: Ofício "S" N° 5, de 2004, de autoria do Gabinete do Ministro da Defesa, que "Informando que, tendo em vista o agravamento da situação na República do Haiti, determinou o envio de um avião da Força Aérea Brasileira àquele País, bem como de um destacamento de fuzileiros navais, a fim de promover a retirada de brasileiros e dar segurança às instalações diplomáticas do Brasil em Porto Príncipe" e **Item seis**: Requerimento (SF) N º 04, de 2004, de autoria Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional (SF), que "requer que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional manifeste ao Governo de Cuba, por intermédio da Embaixada daquele País em Brasília, bem como ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a apreensão do Senado Federal, diante do episódio da prisão do cidadão brasileiro, Paulo Henrique Seleme Hilel, preso em Havana, desde 11 de janeiro de 2003, e, especialmente, pela negativa do Governo cubano de prestar quaisquer informações à família do acusado". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO, ÀS DEZ HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está dispensada.

Passamos agora à apreciação das matérias da pauta. Item nº 1.

Primeiro, gostaria de transmitir aos Srs. Senadores que, tendo em vista a importância da missão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, solicitei ao nosso Embaixador Pedro Catarino que pudesse organizar os pronunciamentos de Sua Excelência naquele país. Inclusive o pronunciamento que fez ontem em Xangai na abertura da Conferência do Banco Mundial sobre o combate à pobreza, em que o Presidente Lula convida os chefes de Estado para uma reunião em 20 de setembro em Nova Iorque, na Assembléia Geral da ONU, para que todos possam contribuir para uma mobilização em prol de uma autêntica política de combate à fome e à pobreza no mundo.

Então, vou solicitar à secretária da Mesa que tire cópia dos pronunciamentos do Presidente Lula, como também do pronunciamento na Universidade de Pequim sobre política externa brasileira do século, da parceria estratégica sino-brasileira, e do discurso do Presidente na inauguração da Petrobras.

O pronunciamento feito no Banco Mundial está distribuído a V. Exªs.

Vou sintetizar os dois pronunciamentos feitos ontem.

Um dos nossos indicados hoje, o Embaixador Hildebrando Tadeu, foi o responsável pela área de direitos humanos do Ministério das Relações Exteriores e, como foi divulgado ontem o relatório de 2004 da Anistia Internacional referente aos direitos humanos, como informação aos membros desta Comissão, pedi que fosse distribuído o relatório da Anistia Internacional na parte referente ao Brasil.

Item nº 1:

MENSAGEM (SF) N° 40, DE 2004.

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor OTO AGRIPINO MAIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Relator da Mensagem, para ler o seu relatório.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente. Relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 40, de 2004 – Mensagem nº 152, de 5 de abril de 2004, na origem –, que remete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Oto Agripino Maia, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores,

para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Oto Agripino Maia, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para encaminhar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente – art. 52, inciso IV. Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o Curriculum Vitae do interessado. Segundo o documento, o Sr. Oto Agripino Maia, filho do notável homem público Tarcísio de Vasconcelos Maia e Josereza Tavares Maia, nasceu em Mossoró, Rio Grande do Norte, em 6 de abril de 1943. Ingressou com brilhantismo no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1965, concluindo-o em 1966. Em 1982, terminou o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese "A Reaproximação com os Países Socialistas da Europa Oriental no Período 45 a 62 – Expectativas e Resistências Brasileiras Refletidas na Ação Diplomática". O diplomata foi nomeado Terceiro Secretário em 1967; foi promovido a Segundo Secretário em 1970; a Primeiro Secretário em 1976; a Conselheiro em 1979; a Ministro de Segunda Classe em 1984 e a Ministro de Primeiro Classe em 1991, sempre por merecimento.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância como representante alterno do Itamaraty no Instituto do Açúcar e do Álcool, no período entre 68 e 69; Subchefe da Divisão da Europa 2 em 1978; representante alterno do Itamaraty na Sudene em 78/79; chefe da Divisão da Ásia e Oceania em 1983 e Subsecretário-Geral do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores de 93 a 95. Foi ainda Assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República em 1990 e Subsecretário-Geral da Presidência da República no período 1991/1992.

É oportuno destacar nesta oportunidade a clarividência e atilada visão do ilustre embaixador demonstradas ao longo de sua carreira diplomática. Ao lado de sua respeitabilidade pessoal e profissional, essa qualidade o credencia para o exercício com refulgência das elevadas missões para as quais é indicado.

Entre as funções desempenhadas no exterior, destacam-se as de Cônsul-Geral em Londres de 1985 a 1990; Embaixador em Pretória de 1996 a 2001; Embaixador junto à Santa Sé de 2001 a 2004.

No cumprimento das missões para que foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores, participou, no período entre 1967 e 1992, de reuniões internacionais sobre o comércio do açúcar, borracha, trigo, castanha e estanho em Genebra, São Paulo, Londres e Tóquio, assim como participou das negociações do acordo comercial Brasil-Comunidade Econômica Européia e do Acordo Brasil-Comunidade Econômica Européia sobre o comércio de têxteis.

Publicou os artigos "A Libra Esterlina e o Sistema Monetário Internacional" na Revista Brasileira de Política Internacional em 1972 e "El Processo de Integración en Europa Occidental" na Revista de Integração Latino-Americana nº 20 em 1978.

O diplomata em apreço foi agraciado com inúmeras condecorações, tanto nacionais quanto estrangeiras, entre as quais cabe destacar: Ordem do Rio Branco – Grã-Cruz, Brasil; Ordem do Mérito Aeronáutico – Grã-Cruz, Brasil; Ordem do Mérito Naval – Grã-Cruz, Brasil; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – Grã-Cruz, Brasil; Ordem do Mérito Italiano – Grã-Cruz, Brasil; Ordem do Infante Dom Henrique – Oficial, Portugal; Ordem de Pio X, Vaticano – Grã-Cruz; Légion D'Honneur – Oficial, França.

Consta do processado, além do Curriculum Vitae que acabamos de relatar, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Suécia. Referido documento apresenta os dados básicos concernentes à Suécia, como população (8.960 mil habitantes), densidade demográfica (cerca de 20 habitantes por quilômetro quadrado), expectativa média de vida (77 anos – homens, 82 anos – mulheres), taxa de ocupação de mão-de-obra (78,8%), taxa da população com acesso a Internet (61,7%), porcentagem do PNB aplicada em pesquisa científica e tecnológica (3,9%).

A informação encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores destaca a cordialidade de que se revestem as relações bilaterais Brasil-Suécia, facilitadas pelos laços criados desde o século XIX pelo dinamismo das empresas suecas estabelecidas no Brasil e pela circunstância de a rainha Sílvia ser filha de brasileira e ter grande amizade pelo Brasil. Lembra, entretanto, que as oportunidades de promoção do turismo, exportações, cooperação científica e tecnológica e divulgação cultural poderiam ser mais bem aproveitadas. O documento ressalta, ademais, que a substância do relacionamento Brasil/Suécia é, sobretudo, de ordem econômico-comercial, e o desequilíbrio da balança comercial aponta para a conveniência de se traçar uma política de exportação de produtos brasileiros que melhor explore o potencial do mercado sueco. Avalia que

as possibilidades de intensificação dos investimentos suecos no Brasil são, realmente, promissoras.

No tocante à agenda política, o documento registra convergência de posições sobre grandes questões internacionais como desarmamento, não-proliferação, meio ambiente, democracia, direitos humanos, combate ao crime organizado, assim por diante.

A cooperação em matéria militar e defesa tem sido aspecto importante do relacionamento Brasil/Suécia. O Brasil compra armamentos suecos e a Embraer desenvolve projeto conjunto com a Ericsson de radares para aeronaves. A Suécia tem demonstrado especial interesse na sua participação na concorrência para o fornecimento de aeronaves de caça que deverão reequipar a Força Aérea Brasileira.

O documento detém-se no tema dos investimentos suecos no Brasil e dá conta da presença de mais de 170 empresas suecas em nosso País, desde escritórios de representação até unidades de produção industrial de grande escala, como Volvo, Ericsson, Scania, Electrolux, ABB, Tetra Pak, Facit, SKF, Sueda, Atlas Copco, Swedish Match, Alfa Laval, Stora Enso, SAS, Sandvik, entre outras que empregam cerca de 30 mil pessoas, emprego direto, e movimentam cerca de US$5.1 bilhões, segundo dados do ano de 2000.

No que tange às relações comerciais, o intercâmbio total Brasil/Suécia somou US$782 milhões em 2002: US$270 milhões relativos a exportações brasileiras para a Suécia; e US$512 milhões resultantes de exportações suecas para o Brasil.

O Brasil exporta para a Suécia aparelhos elétricos, café, máquinas, instrumentos, veículos automotores e suas partes, ração animal, soja, carne, entre outros produtos. Entre os principais produtos exportados pela Suécia para o Brasil figuram máquinas, instrumentos, aparelhos elétricos, veículos a motor e suas partes, equipamentos óticos e cirúrgicos, produtos farmacêuticos, ferro e aço.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório. É com enorme apreço e respeito que relato, portanto, a favor da aprovação do nome do ilustre Embaixador Oto Agripino Maia para a Embaixada do Brasil em Estocolmo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Assinalo a presença do ex-Deputado Augusto Carlos Viveiros, do Rio Grande do Norte, que nos está honrando com a sua presença. Seja bem-vindo à nossa Comissão.

Passo a palavra ao Embaixador Oto Agripino Maia.

O SR. OTO AGRIPINO MAIA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, antes de tudo gostaria de agradecer as palavras generosas com que se referiu a minha pessoa o Relator, Senador Arthur Virgílio. Naturalmente, as referências ao meu trabalho e ao meu perfil profissional feitas por S. Exª só aumentam a minha responsabilidade nas missões que vier a representar no futuro.

Estou saindo do Vaticano, da missão junto à Santa Sé, e indo para a Embaixada em Estocolmo, caso aprovado pelo Senado Federal, uma transição de molde a pôr a prova a adaptabilidade que os diplomatas são supostos a evidenciar.

Dizendo algumas palavras sobre o trabalho pretérito, a relação com a Santa Sé se reveste de grande peculiaridade. Eu a caracterizaria, graficamente, como de geometria variável, um triângulo móvel, visto que existe a relação entre governos, entre o Governo brasileiro e o governo da Igreja, que é a Santa Sé; em um segundo lado do triângulo, existe a relação entre a Igreja do Brasil ou a Igreja no Brasil e a Igreja universal e a Santa Sé, ou seja, suas próprias autoridades e, na prática, uma relação informal, mas muito importante, que é aquela que existe entre o Governo brasileiro e o episcopado brasileiro.

Sabemos que a Igreja Católica no Brasil, mercê de sua implantação nacional extensa da sua importância na formação histórica do País, tem uma enorme importância social e muitas vezes política, além da religiosa. De modo que a Embaixada, junto à Santa Sé, no centro ou no vértice desse triângulo a que me referi, deve exercer as missões clássicas de informar, representar, negociar, respeitando as peculiaridades e a delicadeza desse relacionamento.

Três anos em Roma. Esses três anos foram de apogeu e talvez início do declínio de um pontificado de 25 anos que, certamente, marcará a história da Igreja. Nesse período, consolidou-se a doutrina da Igreja para o terceiro milênio, sob a égide de um papa de personalidade muito forte. Consolidaram-se questões de doutrina, de teologia da Igreja, organizacionais, de ação externa, a qual podemos constatar recentemente na ação do Papa durante a crise do Iraque, atuação na área do ecumenismo, que são as relações da Igreja Católica com as outras confissões cristãs e o diálogo intra-religioso que o Papa João Paulo II, dando continuação à ação de João XXIII e de Paulo VI, empenhou-se com grande afinco, sobretudo com as duas outras grandes religiões monoteístas, o Judaísmo e o Islamismo.

As iniciativas de aproximação com o Islamismo se tornaram particularmente importantes depois do 11 de setembro e da criação, em termos planetários, de um quadro de conflito de culturas e de civilizações, que não se tornou um quadro de conflito de religiões,

graças à presença constante de um Papa que foi o primeiro a entrar em uma mesquita islâmica. Esse período, como disse, foi marcado pela personalidade fortíssima de João Paulo II, que inaugurou um novo estilo de comandar a Igreja, com um perfil alto na mídia e com a inegável centralização das decisões em Roma. Ele multiplicou as viagens, uma característica muito visível do seu pontificado. Foram mais de 100 até hoje. Essas visitas sempre tiveram caráter ao mesmo tempo pastoral e político e fortaleceram a liderança moral da Igreja, tornando-a um importante protagonista no quadro da política internacional. Isso porque essa liderança moral se converte, em muitos momentos, em uma liderança política.

Isso ficou muito evidente durante os meses que precederam a invasão do Iraque, quando o Papa, pessoalmente, e altas autoridades da Santa Sé, multiplicaram os pronunciamentos a respeito da situação e advertiram os aliados – os Estados Unidos e a Inglaterra – sobre os riscos da iniciativa, de maneira muito clara e incisiva. Depois disso, a Santa Sé adotou um perfil um pouco mais baixo, durante a ocupação, e agora recrudescem os pronunciamentos sobre como lidar com a ocupação do Iraque.

A Igreja tem se manifestado a favor do primado do Direito Internacional. Muitos já começam a fazer um resumo do pontificado de João Paulo II. Seria um pontificado que possa ser considerado conservador ou que possa ser considerado reformista. É muito difícil dizer. Talvez, o mais prudente seria, por enquanto, considerá-lo como um pontificado polifacético, com características que podem atender a expectativas de grupos reformistas e, em outros aspectos, de grupos mais conservadores. Basta que nos lembremos, por um lado, de iniciativas da Santa Sé em política internacional, crítica da globalização, postura sobre comércio internacional, sempre muito favorável às posições do Terceiro Mundo, e, por outro, de suas posições sobre família, gênero, bioética, a própria organização interna da Igreja, que são mais moderadas ou mesmo conservadoras.

Nas relações do Brasil com a Santa Sé, nos últimos três anos, aconteceram alguns fatos importantes – um deles, considerando-se aquele conceito, a que me referi inicialmente, de uma relação complexa do Brasil com a Santa Sé, que não é apenas de governo a governo. Esse evento muito importante foi a canonização da primeira santa brasileira, Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus, que motivou uma visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Roma. Esse foi um momento realmente culminante das relações do Brasil com a Santa Sé.

Houve, também, uma visita importante, ad limina, dos bispos brasileiros, que não se realizava há sete anos. Todos os bispos, pelo direito canônico, devem ver o Papa ao menos uma vez, a cada cinco anos. Houve dois consistórios; a criação de um cardeal brasileiro, que elevou a oito o número de representantes brasileiros no Sacro Colégio. Hoje, há oito cardeais, dos quais seis são votantes. Até outubro, por completarem 80 anos, dois mais perdem o direto de voto, e passaremos a ter quatro votos, a partir desse mês, no conclave que elegerá o próximo Papa.

Estocolmo.

Conversando, ontem, com o Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta Comissão, comentamos, um pouco, como o nome Suécia evoca a idéia de adiantamento, de perfeição socioeconômica, de maturidade política e econômica. Isso é verdade. Inclusive, a palavra Suécia é quase uma metáfora para todas essas idéias de perfeição, que, muitas vezes, consideramos como remotas ao Brasil. Costuma-se dizer: "Isso não é uma Suécia"; "não podemos comparar com a Suécia".

Entretanto, quando nos debruçamos sobre a história das nossas relações, verificamos que existem laços muito estreitos e antigos com a Suécia. Nossas relações começaram, praticamente, em 1808, quando a corte portuguesa se transferiu para o Rio de Janeiro, para onde o representante sueco em Lisboa também teve instruções de vir. Já em 1826, tínhamos relações diplomáticas formais com a Suécia. José Bonifácio de Andrade e Silva, nosso Patriarca da Independência, estudou geologia e mineralogia em Upsala, no início do século XIX; D. Pedro II visitou Estocolmo e Upsala em 1876, foi recebido na Academia Sueca de Letras.

Nós conhecemos os pendores literários do nosso segundo imperador, seu interesse por egiptologia, mas sabemos, também, que ele se interessava por ciência e tecnologia e foi o introdutor da estrada-de-ferro e do telégrafo no Brasil. E, na Suécia, ele manteve um importante contato com Lars Magnus Ericsson, o homem que viria a ser um dos patriarcas da indústria e da industrialização sueca. Nesse momento, já foi acertada a vinda de uma empresa sueca para o Brasil. Veio, um pouco depois, a proclamação da república, e esse projeto só se materializou em 1891, quando efetivamente veio a primeira empresa sueca, a L. M. Ericsson, que, em 1924, transformou-se, no Rio de Janeiro, na Sociedade Ericsson do Brasil Ltda. Como curiosidade, ainda, sobre os nossos laços históricos com a Suécia, na igreja onde estão sepultados os soberanos suecos, há memoriais dos imperadores D. Pedro I, cuja segunda esposa, dona Amélia de Leuchtenberg, era irmã da Rainha Josefina, da Suécia, esposa do Rei Oscar

I. Nessa mesma igreja há memoriais de D. Pedro II e de Epitácio Pessoa.

O investimento da Ericsson no Brasil foi o ponto de partida de um processo que levou à criação de um relacionamento fundado basicamente no investimento e no comércio, mas, sobretudo no investimento. Quando olhamos o relacionamento do Brasil com a Suécia, o que salta aos olhos é a importância do investimento sueco no Brasil, como já ressaltou o Senador Arthur Virgílio em seu relatório. Aliás, um relatório tão completo que eu teria verdadeiramente pouco a acrescentar sobre o estado das nossas relações e um pouco sobre a estrutura das nossas relações.

S. Exª se referiu à vinda, depois da Segunda Guerra Mundial, de uma enorme quantidade de empresas suecas para o Brasil, a Volvo, a Scania, a ABB, a Tetra Pak, a Facit, SKF, Svedala, Atlas Copco, Alfa Laval, Stora Enso – que, em consórcio com a Aracruz Celulose, está desenvolvendo o projeto da Veracel, que é a maior fábrica de celulose de eucalipto do mundo –, SAS, Sandvik e muitas outras, perfazendo um total de mais de 170 empresas. Chega-se a dizer que São Paulo é a segunda maior cidade industrial sueca, depois de Gotemburgo.

Essas empresas, como ressaltou o Senador Arthur Virgílio, empregam cerca de 30 mil brasileiros, e têm um *turnover* de mais de US$5 bilhões anuais. Isso faz com que a Suécia seja talvez um dos dez maiores investidores no Brasil. Hoje o estoque de investimento de empresas suecas, segundo dados do Banco Central, é de quase US$1,8 bilhão.

Segundo a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, em São Paulo, existe um plano, por parte das afiliadas da Câmara, de aplicar cerca de US$3 bilhões no Brasil entre 2002 e 2005. Estarei indo a São Paulo, na próxima semana, manterei contatos com a Câmara de Comércio e terei oportunidade de me atualizar sobre a implementação desse programa de aplicação, desse programa de investimento, que é muito importante para nós. Sabemos a importância desses investimentos na geração de empregos no Brasil.

A indústria sueca no Brasil está muito concentrada em alguns setores: 36%, indústria automotiva; 30%, metalúrgica; 14%, eletroeletrônica e comunicações; 12%, química.

O Senador Arthur Virgílio já ressaltou que a Suécia é uma economia industrial madura, uma das mais evoluídas no sentido técnico preciso de economia industrial madura, uma das mais clássicas. O país tem PIB de US$302 bilhões, renda per capita de US$33 mil, crescimento do PIB em torno de 2% ao ano e inflação controlada de 2% ao ano também.

O outro dado importante do nosso relacionamento com a Suécia é o comércio, que ultrapassou a casa de US$1 bilhão entre 1998 e 1999 e, desde então, tem variado um pouco abaixo dessa cifra. Como já se ressaltou, a característica mais saliente desse intercâmbio é que ele é sistematicamente deficitário para o Brasil.

Quase um terço das exportações brasileiras tem sido de *commodities* – café, carne, minérios, madeira – mas exportamos também valores significativos em autopeças. Isso pode ser facilmente entendido como fluxo intra-empresa, porque importamos também quantidades significativas de autopeças. Sabemos como hoje o comércio internacional é constituído, em significativa medida, por fluxos intra-empresas. Matrizes e filiais trocam peças, partes, para complementar a fabricação de artigos. Um item importante da nossa pauta bilateral hoje com a Suécia é a proposta apresentada pela empresa Saab, em consórcio com a British Aerospace, para o fornecimento dos aviões-caça Gripen a Fab. A proposta está em exame e há outras propostas em exame. É possível, é lícito dizer que a decisão que venha ser tomada pelo Governo brasileiro sobre o assunto, seja ela positiva, seja ela negativa, vai ter influência sensível sobre o relacionamento bilateral.

A missão do Embaixador em Estocolmo – parece-me – em primeiro lugar será manter os melhores contatos possíveis com as empresas que investem no Brasil e geram emprego; em segundo lugar, será procurar identificar os produtos da pauta de exportação cujo mercado na Suécia possa ser aumentado. E aí há que ser muito realista. A Suécia é um mercado estabilizado e estratificado com o consumo certamente capturado por fornecedores tradicionais não só locais, mas também de países europeus próximos e outros países. Desse modo, devemos escolher um grupo de produtos da nossa pauta que realisticamente tenha condições de aumentar no mercado sueco. Esses produtos – parece-me à primeira vista – são, além do café, que é um produto tradicional, a carne, que é uma estrela em ascensão na nossa pauta de exportação em geral, os calçados, a soja para ração animal e, naturalmente, o turismo, que é outro item no qual podemos expandir bastante para benefício do Brasil. Existe, aliás, uma linha, um vôo charter semanal regular entre a Suécia e Natal, no Rio Grande do Norte, para trazer turistas suecos para o Nordeste do Brasil.

A relação política com a Suécia, como salientou o Senador Arthur Virgílio, é bastante cordial tanto no plano bilateral como no plano multilateral. E isso é em função dos laços criados pelas empresas suecas estabelecidas no Brasil, pela circunstância, que não pode ser esquecida, de que a rainha Silvia é filha de bra-

sileira, fala português, viaja freqüentemente ao Brasil e tem grande simpatia pelo nosso País. Os contatos de alto nível têm sido freqüentes. O Primeiro Ministro Goran Persson esteve no Brasil duas vezes. Da segunda vez, veio para participar da cerimônia de posse do Presidente Lula. Nessa ocasião, convidou o nosso Presidente para visitar a Suécia. O convite foi aceito e a data será marcada de comum acordo. O Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Suécia no ano 2000. O Vice-Presidente Marco Maciel visitou-a em 2002. Diversos Ministros brasileiros e suecos fizeram visitas com agendas relacionadas às suas áreas: Relações Exteriores, Defesa, Direitos Humanos, Justiça, Ciência e Tecnologia. A mera menção dessas Pastas dá uma idéia de quais são as prioridades da nossa agenda bilateral com a Suécia. Onde há muitas convergências – uma delas importante na área multilateral – é em matéria de desarmamento, o que levou à participação conjunta do Brasil e da Suécia no grupo de países que propôs na ONU a nova Agenda para o desarmamento nuclear, uma iniciativa que pretende desbloquear ou reativar as negociações sobre esta importantíssima questão que é o desarmamento nuclear. Nós temos cooperado na área de Defesa, com base no Memorando de Entendimento sobre Cooperação Militar, e na área da Ciência e Tecnologia, com base em um outro acordo específico que temos com a Suécia.

Sr. Presidente, creio que, com essas observações, concluo a minha apresentação e, naturalmente, coloco-me à disposição dos Srs. Senadores para esclarecer dúvidas que por ventura houvesse.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Examinaremos os itens 2 e 3 na sua parte relativa à exposição dos pareceres que dizem respeito aos chefes de missão diplomática e, depois, passaremos à reunião reservada de argüição por parte dos Srs. Senadores.

Agradeço publicamente a atenção que o Embaixador Oto Agripino Maia teve para comigo quando Embaixador na África do Sul, na ocasião em que visitei aquele país e em que exercia as funções de Embaixador.

Assinalo também a presença do Senador José Agripino Maia, que seria normal na Comissão, nesta circunstância especial. O Embaixador Oto Agripino Maia é irmão do Líder do PFL, que honra o povo do Rio Grande do Norte e esta Comissão, como membro tão atuante sempre. Também está presente o Senador Garibaldi Alves, que é do Rio Grande do Norte e ex-Governador, como o Senador Agripino Maia, e ambos muito amigos do Embaixador Oto Maia

Item 2:

MENSAGEM (SF) N° 53, DE 2004.

Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Santa Sé, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à Soberana Ordem Militar de Malta.

Peço a gentileza do Senador José Agripino Maia para ler como Relator "ad hoc" o relatório preparado pelo Senador Marco Maciel relativo à Srª Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado. Além de ser Embaixadora indicada junto ao Vaticano, recentemente esteve presente na nossa Comissão e também está indicada para ser Embaixadora do Brasil junto à Soberana Ordem Militar de Malta.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO MAIA (PFL – RN) – Sr. Presidente, esta Casa do Congresso é chamada a opinar sobre indicação que o Senhor Presidente da República faz da Srª Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do MRE para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Santa Fé, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Soberana Ordem Militar de Malta.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente por voto secreto a escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Ministério, atendendo a preceito regimental, elaborou curriculum vitae da diplomata indicada do qual extraímos para esse relatório as informações que se seguem.

A Srª Vera Lúcia Machado concluiu o curso de preparação para a carreira de diplomata no Instituto Rio Branco e ingressou na chancelaria no posto de terceiro secretário em fevereiro de 1976. Ascendeu à conselheira em 1983 e à Ministra de Segunda Classe em 1990, chegando ao posto de Ministra de Primeira Classe, em 1998. Entre as funções que desempenhou na chancelaria, destacam-se a de Chefe da Divisão de Ásia e Oceania 1, em 1983; Chefe da Divisão de Energia e Recursos Minerais, em 1986; Chefe da Secretaria de Imprensa, em 1995; finalmente, Chefe do Departamento de Ásia e Oceania, em 1996. No exterior, foi cônsul geral em Miami,1991; e Embaixadora em Nova Déli, Colombo, Katmandu e Mali, de 1999 até o presente. Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo

sido membro e chefe de delegação de diversas sessões de negociação dos organismos internacionais e de conferências diplomáticas isoladas.

Ela é portadora da Medalha do Mérito Naval; da Medalha do Pacificador; da Ordem do Rio Branco; da Ordem Isabel La Católica, da Espanha; da Medalha da Ordem de Mayo, da Argentina; da Ordem Bernardo O'Higgins, do Chile; Medalha do Mérito, da Itália; Medalha da Ordem da Coroa Preciosa, do Japão.

A Ordem de Malta é uma instituição cuja história ininterrupta remonta ao século XI, estando sua origem ligada à época das Cruzadas e da criação de muitas outras ordens de cavalaria, que desapareceram ou perderam sua identidade original.

O caráter soberano alude ao passado da Ordem e é hoje atinente a certas prerrogativas próprias de entes soberanos, entre as quais a principal reside no direito ativo e passivo de legação. É conhecido por um número crescente de países, inclusive pelo Estado italiano, onde tem sede.

Em 1956, o Brasil designou seu primeiro representante diplomático junto à Ordem, acreditado como encarregado de negócios. Em 1966, a Ordem manifestou desejo de elevar a representação diplomática à categoria de embaixada. No que foi atendida pelo Brasil.

Diante do exposto, creio que a Comissão dispõe de elementos suficientes para deliberar. Quero aduzir de forma pessoal uma manifestação especial de apreço, reconhecimento da competência profissional da Embaixadora Vera Machado, que aqui esteve há poucos dias submetendo-se à sabatina, que a indicou representante do Brasil junto a Santa Sé.

É uma diplomata reconhecida no Itamaraty, já votada pelo Senado e indicada pelo Senado, indicada oficialmente para a Santa Sé. Creio ser meritória sua indicação cumulativa para a Ordem de Malta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Agripino Maia.

Passamos agora ao **Item 3.**

MENSAGEM (SF) N° 54, DE 2004.

Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor **HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à **Romênia**.

Solicito ao Senador Gilberto Mestrinho que leia o parecer relativo à indicação do Sr. Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Romênia.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, esta Casa foi chamada a opinar sobre a indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República do nome do embaixador Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Romênia.

O indicado tem que passar por esta Casa em face do que dispõe o art. 52, § 4º, da Constituição, que delega ao Senado Federal a competência para homologar essas decisões do Presidente. Daí estarmos nesta reunião para apreciar a indicação do embaixador Hilbrando Valladares.

O Embaixador exerceu cargos de relevância no Itamaraty, chefiando vários departamentos naquela instituição; exerceu também várias funções no exterior. Ele é oriundo do Instituto Rio Branco, onde se graduou; seguiu toda a carreira do Itamaraty.

Para nós, é motivo de alegria relatar a indicação do Embaixador Hildebrando por uma razão pessoal: ele é filho de um amigo querido que já se foi. É homem do Amazonas nascido em Sena Madureira, à margem do Iaco, no Estado do Acre, então Território Federal do Acre. Para nós, da Amazônia, é interessante, porque, há alguns meses, aprovamos aqui a indicação de um embaixador amazonense para os Emirados Árabes Unidos. Isso mostra que o Itamaraty está colocando homens que vêm de uma região imensa do Brasil, que ocupa quase dois terços do território brasileiro, que poderão no exterior desmistificar muitas idéias que se faz a respeito da Amazônia.

Nossas relações com a Romênia são boas. Aquele país possui 2 milhões de habitantes e situa-se numa posição geográfica estratégica, à margem do Negro e Cáspio. A partir de um ponto do Porto de Constança se faz um circulo com mil quilômetros de raio, cujo mercado potencial chega a quase 200 milhões de pessoas. O Porto de Constância, que pode ser explorado muito para negócios brasileiros na região; é uma entrada não só para a Ucrânia, antigas repúblicas da velha União Soviética, como também dos Bálcãs. O embaixador poderá prestar um grande serviço numa aproximação cada vez maior do Brasil, porque as exportações do nosso País com a Romênia têm sido crescentes, não em grande dimensão, mas já ultrapassam um quarto de um bilhão de dólares, 274 milhões de dólares aproximadamente, é o último dado que se tem. Os entendimentos realizados pela Petrobras para a exploração do petróleo em mar profundo no mar Cáspio; e a Vale do Rio Doce, na questão do aço, possivelmente trarão também um incremento maior a essas exportações. A Romênia, em 2007, vai integrar a Comunidade Econômica Européia; é um país que infelizmente sofreu

muito com a ditadura ceauscesquiana, mas está em processo de recuperação. E sendo o único país latino naquela região, no coração dos Balcãs, é um país latino, foi fundado pelos romanos na época das conquistas romanas, para nós é muito importante essa aproximação. O Embaixador Valladares poderá prestar um grande serviço no desenvolvimento do relacionamento com a Romênia iniciado com destaque pelo Embaixador Moscardo, que há pouco tempo saiu de lá. É o relatório; não há mais nada a aduzir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Mestrinho. Eu passo a palavra ao Embaixador Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares.

Antes registro a presença da sua esposa Srª. Magáli.

Gostaria que o Embaixador Hildebrando pudesse nos relatar a providência tomada pelo embaixador que estava exercendo o cargo junto à Romênia e que foi objeto da consideração por parte do Embaixador Jerônimo Moscardo, que fez uma recomendação a nós, a esta Comissão, para que solicitássemos das emissoras de televisão no Brasil que, quando transmitissem novelas brasileiras nos diversos países entre os quais está a Romênia o fizessem em português e não com a tradução para o espanhol como estava ocorrendo. Como foi tomada a providência por esta Comissão e com resultado positivo, vou pedir que S. Exª mesmo nos transmita essa notícia durante a sua exposição. Tem a palavra o Embaixador Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES – Muito obrigado, Sr. Presidente. As minhas primeiras palavras são para manifestar a honra e o privilégio que tenho por estar aqui neste dia, o meu nome sendo submetido à apreciação desta Comissão com vistas a eventual indicação para exercer as funções – caso V. Exªs aqui no Senado aprovem – de Embaixador do Brasil em Bucareste. Quero também agradecer ao Relator as palavras tão amáveis e a gentileza com que me emocionou ao se referir a meu pai que efetivamente foi um grande amigo seu.

A minha exposição vai ser também uma oportunidade por casualidade muito interessante de reflexão para todos nós porque haverá um contraste entre a exposição do Embaixador Oto Maia, sobre um dos países mais desenvolvidos da Europa, e a minha exposição sobre um país que, na verdade, está sob processo de desenvolvimento. Creio que tudo o que eu disser terá de ser de alguma maneira contraposto, nuançado pela brilhante intervenção do Embaixador Oto Maia perante esta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me assinalar a presença que nos honra também do Líder do PFL na Câmara dos Deputados, Deputado José Carlos Aleluia. Seja bem-vindo.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES – Vou começar com uma pequena nota de memória. Servi em Moçambique no final dos anos setenta, poucos anos após a independência moçambicana. No período em que servi em Moçambique, havia uma situação muito peculiar: o Estado começava a se afirmar como parte da comunidade das nações, mas um Estado que enfrentava o início de uma guerrilha interna, a guerrilha conduzida pela Renamo, a Frelimo estava no Poder e havia também uma guerra não declarada entre Moçambique e a África do Sul e uma terceira guerra, que era a guerra da libertação da então Rodésia. Em Maputo, vivia o que hoje é o Primeiro-Ministro do Zimbábue, Robert Mugabe. Ele era meu vizinho de bairro. Eu me recordo de, pouco tempo depois de ter deixado Moçambique, ter comprado um livro sobre a transformação da Rodésia em Zimbábue. Esse livro era muito interessante e tinha um título que me levou a pensar nele nos últimos dias quando eu estava lendo e estudando sobre a Romênia. O título do livro era: The Past Is Another Country (O Passado É Outro País). Esse título voltou à minha memória porque, de alguma maneira, o que estamos vendo hoje na evolução do Estado e da sociedade romenos é a conformação de um outro país. Nós poderíamos também dizer, em relação à Romênia, que o passado já é um outro país. Na verdade, o que estamos observando é a transição, muito difícil, do socialismo real, de uma dimensão totalitária no plano político e uma dimensão de economia centralmente planificada para um novo sistema que se afirma de democracia representativa com evidente predominância do mercado. Para fazer essa transição, a partir dos acontecimentos da revolução ou das manifestações populares que levaram à derrubada de Ceaucescue ao fuzilamento dele, em 1989, a Romênia está se orientando nessa transição por três pilares principais.

O primeiro deles é relativo à segurança e à estabilidade internacional e que é constituído pelo projeto romeno de entrada na Otan e de relações privilegiadas com os Estados Unidos. Então, ao mesmo tempo, quer garantir sua entrada na Otan, o que efetivamente conseguiu em março passado, e ser um aliado muito fiel dos Estados Unidos em termos de relações transatlânticas.

O segundo pilar é o econômico. Todo o esforço de transformação da economia da Romênia, desde 1990, está apontado para o ingresso do país na União Européia. A Romênia é candidata. Houve recentemente

a expansão. A Europa dos quinze passou a ser a Europa dos vinte e cinco e dois países da Europa central ficaram, digamos, na fila, esperando para ingressar na União Européia. Um é a Romênia e o outro, o país vizinho, a Bulgária. Esse é o segundo pilar, o pilar que garante a integração econômica.

Finalmente, um terceiro pilar, que é o de uma relação de boa vizinhança com todos os países com os quais ela faz fronteira. Quando falo em boa vizinhança, vou além dos países imediatamente vizinhos, ou seja além da Ucrânia, além da Moldávia, além da Hungria, de Sérvia e Montenegro e Bulgária e me refiro também à Rússia.

Quando percebemos a situação romena, esse processo de transição, e esses pilares que orientam a atividade tanto interna quanto da política externa romena, para quem começa a estudar o país a pergunta é inevitável: o que faz, ou o que fez, com que o Estado romeno e a sociedade romena tenham dado tal relevância a essas dimensões, a dimensão de segurança internacional, a dimensão de integração econômica na Europa e à dimensão das boas relações com os vizinhos? Creio que para responder, para contextualizar essas linhas de orientação do Estado e da sociedade na Romênia, nós precisamos de ter a noção do que é a história romena. Um resumo da história romena, eu poderia dizer aos senhores, que é uma história de invasões, uma história do atraso na transformação do povo com uma categoria quase antropológica em um Estado-Nação, uma categoria política, econômica, histórica e uma história também das pressões e ocupações sofridas pelo território da Romênia ao longo de séculos em função do que seria uma situação geográfica limite. A Romênia – e o Relator se referiu à situação estratégica do território romeno – está, historicamente, na encruzilhada entre três impérios. Então, ela sofre, historicamente, das pressões e invasões seja do império austro-húngaro, seja do império russo e depois do império soviético, seja do império otomano. A história da Romênia começa realmente com invasões. Ela é fruto, na verdade, da invasão das tropas romanas, no início do século II, sob o comando do Imperador Trajano, que se estabeleceram na então chamada Dácia, que se converteu, uma parte dela, em província romana, onde os romanos ficaram desde o início do século II até o final do século III, quando, sob o comando de Aureliano, as tropas romanas voltam a cruzar o Danúbio, ficando ao sul do Danúbio.

Então, quando saem os primeiros grandes invasores, o território do que hoje é a Romênia passa a ser campo de passagem de invasões de bárbaros, várias invasões, de bárbaros magiares, saxões, mongóis, havaros e tatares, e, a partir do século XIV, o começo de uma pressão dos otomanos.

Nesse período também há a fragmentação – característica da Idade Média – do sistema feudal e, diferentemente de outros Estados que na época do final da Idade Média conseguem – um exemplo seria Portugal – se constituir como Estado-Nação, a Romênia não o consegue. Apenas no século XVII e somente por um ano, um príncipe romeno, Miguel, o Bravo, consegue unir as três principais províncias da Romênia de hoje: a Valáquia, a Moldávia e a Transilvânia. Isso dura um ano. Depois é destruída essa primeira tentativa de uma formação estatal do povo romeno. Só em 1859, sob o império do príncipe Alexandre Ioan Cuza se faz o que se chama de unificação dos principados. Eles se unificam em um Estado, que não era de todo soberano nem de todo independente, porque tributário do Império Otomano as duas principais áreas romenas, a Valáquia e a Moldávia.

Esse processo, que vem de 1600, só chega a se constituir, quer dizer, a Romênia só surge, efetivamente, como um Estado-Nação em 1877. No contexto de uma das guerras russo-turcas, a Romênia proclama sua independência em relação à Turquia, deixa de ser um protetorado russo, recebe como garantia de sua independência e de sua soberania as garantias dadas pelo conjunto das grandes potências e o primeiro rei efetivo da Romênia, Carol I, reina a partir desse período.

Esse período vai até 1º de dezembro de 1918, porque já sob o império de outro rei, do rei Ferdinando e a rainha Marie, forma-se, ao final da Primeira Guerra Mundial, o que se chamou de Grande Romênia, que é o período máximo de expansão territorial. A Romênia se beneficia de ter sido aliada do grupo de países que lutou, durante a Primeira Guerra Mundial, contra as potências centrais.

No período entreguerras há um florescimento muito grande da Romênia, em termos econômicos, culturais e políticos. Mas ao final do período, com os radicalismos ideológicos que se desenvolveram a partir do próprio final da Primeira Guerra e do final dos anos 20 e 30, a Romênia entra em crise, o rei Carol II dá um golpe de Estado em 1938, institui uma ditadura monárquica apoiada por forças de extrema-direita, por forças fascistas, mas, logo depois, com o início da guerra, ele também perde o poder e sobe o regime do marechal Antonescu.

De 1940 a 1944 o marechal Antonescu se alia ao eixo nazista, e, quando há a grande derrota nazista, ele é preso e condenado. Saliente-se que o golpe contra o marechal Antonescu é dado pelo rei Miguel, sucessor do rei Carol II, momento da ocupação da Romênia pelas tropas soviéticas. Sai-se de uma ditadura

fascista, do marechal Antonescu, para o comunismo, que terá vigência, então, de 1944 até 1965, numa primeira etapa, em que o grande líder do Partido Comunista Romeno é Gheorghiu-Dej. A partir de 1965, surge, então, o domínio de Nicolau Ceauscescu, que se estende até dezembro de 1989.

O período Ceauscescu pode ser subdividido. Existe um primeiro período de relativa tendência a um degelo, que vai de 1965 ao início dos anos 70, quando há um certo apoio, e depois inicia um segundo período que os analistas, às vezes, chamam de um comunismo dinástico. O líder Ceauscescu com sua mulher, Helena, contava com o apoio da Securitat, a polícia política, e com um controle muito férreo do Partido Comunista, que, aliás, cresce. O Partido, ao final da Segunda Guerra, tinha aproximadamente mil militantes, quando o comunismo chegou ao poder. Quando ele saiu de cena, em 1989, tinha quatro milhões de membros. Então, esses dados já dão uma idéia da complexidade desse período.

A partir dos anos 70, Nicolau Ceauscescu e Helena começam a entrar no que os analistas chamam de comunismo dinástico, e dizem que para isso muito contribuiu o relacionamento da Romênia com a Coréia do Norte. O filho de Ceauscescu, Nico, já estava sendo preparado para suceder o pai quando veio a revolução de 1989. De lá para cá, ocorre exatamente o processo ao qual me referi, de estruturação da Romênia, balizada por reformas políticas e econômicas internas e imantada por dois projetos: ingresso na Otan, que ocorreu há poucos meses, e o ingresso na União Européia, previsto para 2007.

Então, apenas com essa visão das flutuações e da tragédia que foi a história romena é que se pode dar significado a essa clara estratégia de buscar voltar à Europa, sair do isolamento, reingressar na civilização ocidental como membro pleno, proteger-se estrategicamente pela Otan e por transações transatlânticas e criar as condições para um novo tipo de desenvolvimento pelo ingresso na União Européia. Dada essa moldura mais ampla, creio que temos os elementos mínimos para falar com mais possibilidades de interpretação das relações bilaterais.

As relações bilaterais, na verdade, iniciaram-se três anos após a independência romena, ou seja, em 1880, quando um militar romeno visitou a corte imperial brasileira. De 1880 a 1928, entretanto, essas relações foram apenas consulares. Os romenos abriram um consulado no Rio de Janeiro e nós abrimos um em Bucareste e outro em um porto muito importante, Galati.

A partir de 1928, demos um salto, deixamos de ter relações exclusivamente consulares e passamos a ter relações efetivamente diplomáticas, mas em um nível mais baixo, que chamamos de nível de legações, e isso se manteve até o início da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, de 1928 até 1940, houve um desenvolvimento. Enquanto a Romênia, internamente, passava por um processo de desenvolvimento e de grande florescimento cultural, Bucareste passou a ser chamada de "a pequena Paris", também houve um desenvolvimento razoável das relações bilaterais, sobretudo em termos econômicos e comerciais.

Naquela época, houve uma linha marítima entre o Brasil e a Romênia e formou-se uma associação de empresários para explorar as respectivas oportunidades de mercado nos dois países; houve um florescimento razoável. Isso tudo foi interrompido pela Segunda Guerra. Ao final da guerra, levando em conta o contexto de guerra fria, de conflito leste-oeste, as relações simplesmente inexistiram até 1961, quando, no governo Jânio Quadros, em que a nossa política caracterizou-se pelo não-alinhamento, restabelecemos as relações em nível de legações. Entretanto, as relações são limitadas a partir de 1961, dado o contexto permanente de guerra fria, e depois de 1964, também num primeiro momento, dada a visão do regime militar de conflito leste-oeste, como absolutamente determinante.

Com o governo Geisel, entretanto, ou seja, com a política de pragmatismo responsável, em 74, os Governos do Brasil e da Romênia elevam o nível das relações diplomáticas para as embaixadas. E, em 1975, V. Exªs se recordam, há uma visita de Ceauscescu a Brasília. Depois disso, até o final do regime comunista, as relações de ambos são corretas, mas, apesar de a nossa política ser aberta, em termos de se procurar ter na Romênia um interlocutor constante, elas não têm grandes desenvolvimentos.

Desde 1990 até hoje, na verdade, a meu ver, as nossas relações bilatérias vivem, sem dúvida, o seu melhor momento; e o seu melhor momento por quê? Porque agora não temos nenhum dos impedimentos estruturais de caráter macropolítico. Por exemplo: a guerra fria ou as desconfianças entre o regime militar brasileiro e o regime totalitário romeno. E o que temos hoje, eu diria, é um somatório, uma convergência de afinidades.

Por isso, vivemos o nosso melhor momento. As afinidades hoje são muito marcadas entre os dois países. Elas se baseiam em um fato cultural lingüístico, que é a latinidade; elas se baseiam também na afirmação, nos respectivos países, da democracia e, em nível econômico, no aprofundamento, em cada um dos nossos países, de reformas econômicas estruturais. Então, esses três blocos, vetores de convergência, nos ajudam muito na relação bilateral.

Em termos bilaterais, os vetores do relacionamento recente, eu lhes diria que são basicamente a dimensão política, a dimensão cultural e a dimensão econômico-comercial.

Começando pela dimensão política, eu assinalaria a V. Exªs que há um evidente grande interesse da Romênia por estabelecer vínculos políticos mais profundos no Brasil. Isso reflete em um número expressivo de visitas de altas autoridades romenas ao Brasil. Só para lembrar, o atual Presidente romeno, Ion Iliescu, quando exerceu o seu primeiro mandato, esteve no Brasil, em 1992, mas em um contexto multilateral: esteve no Rio de Janeiro, para a Rio-92, para a cúpula ambiental, e visitou também a Amazônia e Itaipu. Essa primeira vinda ao Rio de Janeiro, à Amazônia e a Itaipu foi muito marcante. Quando ele se encontra com altas autoridades brasileiras, invariavelmente o Presidente Iliescu tem demonstrado o impacto que sentiu ao visitar o Brasil e o impacto que sentiu ao visitar a Amazônia e a hidrelétrica de Itaipu. Isso dava uma dimensão não só dos cuidados ambientais como também da Amazônia como um mundo absolutamente fascinante para ele – como o é, aliás, para todos nós – e da hidrelétrica de Itaipu como demonstração da pujança, da engenharia, da ciência e da tecnologia brasileiras.

O Presidente Iliescu, já agora, no seu segundo mandato – o mandato dele vai se esgotar no fim deste ano –, veio ao Brasil, no ano passado, para a reunião da Internacional Socialista, em São Paulo. E ele recebeu, há pouco, um convite do Presidente Lula e deverá voltar ao Brasil para participar, em junho, ainda em São Paulo, da reunião da 9º Unctad.

Também estiveram no Brasil dois primeiros-ministros romenos, em 91 e em 94; e o presidente do Senado romeno, em 99.

Com essas visitas de alto nível, quero que fique consignado para V. Exªs realmente o interesse que a Romênia tem pelo Brasil em termos de diálogo político. Da nossa parte, naturalmente não houve ainda um presidente brasileiro que tenha ido à Romênia – espero que isso ocorra a médio prazo –, mas, de toda maneira, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Velloso, foi à Romênia e também vários Senadores; entre eles, o Presidente Sarney, o Relator, e o Senador Rubens Mendes Filho. S. Exªs estiveram em Bucareste e no interior do país.

A visita mais recente de uma alta autoridade brasileira à Romênia ocorreu semanas atrás, quando o General Félix, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, visitou aquele país e foi o portador da carta-convite do Presidente Lula ao Presidente Iliescu, para que venha à reunião da Unctad em São Paulo.

Esses seriam, digamos, os elementos principais do relacionamento político de alto nível.

A dimensão cultural é uma outra constante da nossa ação na Romênia muito enfatizada.

Eu queria aproveitar este momento para fazer um tributo ao Embaixador Jerônimo Moscardo: se o Senado aprovar a indicação do meu nome para exercer funções em Bucareste, poderei dizer que isso será um tributo ao meu antecessor. Então, no momento, é um tributo ao meu eventual antecessor

O Embaixador Moscardo, ao longo dos anos em que esteve em Bucareste, e foi um número bastante importante de anos, desenvolveu, com muita perseverança e enorme criatividade, o que chamou de uma diplomacia acadêmica. Os resultados são palpáveis em termos de aproximação cultural, de melhor entendimento entre elites intelectuais e culturais romenas e brasileiras.

Hoje, na Romênia, nós temos quatro centros de estudos brasileiros instalados – dois em Bucareste, um em Craiova e um em Arad.

Hoje, na Romênia, cerca de mil estudantes romenos estão estudando língua e cultura brasileiras.

Hoje, na Romênia, nós desenvolvemos um programa editorial que, ao longo da gestão do Embaixador Moscardo, abrangeu mais de 30 títulos, que cobrem um amplo leque de matérias, desde clássicos brasileiros, como Casa Grande e Senzala, ou Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado, como também livros, digamos, de caráter mais de difusão quase que pedagógica da cultura brasileira. Eu referir-me-ia a Breve História da Literatura Brasileira, de Antonio Olinto, e a Breve História do Brasil, de Hernandes Donato. E também romances. Referi-me a dois, ambos do Senador José Sarney, O Dono do Mar e Saraminda.

Além do mais, nesse panorama, nesse esforço estratégico de desenvolver laços culturais, houve visitas de reitores da USP e da Universidade Mackenzie a Bucareste.

Eu não queria deixar de me referir, efetivamente, à gestão que foi pedida pelo Embaixador Jerônimo Moscardo ao Senador Suplicy, no sentido de que o Senador e esta Comissão pudessem fazer algo que permitisse que as novelas brasileiras que chegavam na Romênia em espanhol passassem a chegar, evidentemente, em português, porque é absolutamente estratégico se queremos dar ênfase à nossa presença cultural naquele país.

Eu fiquei muito satisfeito de saber que isso foi conseguido. Inclusive, num dos primeiros telefonemas que dei para o Embaixador Moscardo quando soube que o meu nome tinha sido indicado para sucedê-lo, eventualmente, em Bucareste, ele me disse: "Olha,

por favor, não deixe de falar com o Senador", o que foi uma grande ajuda.

Então, eu registro a gratidão do Jerônimo, a ação do Senador e o ganho para a política cultural brasileira na Romênia.

Em termos, finalmente, de dimensão econômico-comercial, eu, pelo menos, não tinha muita idéia de como estavam essas relações de dimensão econômico-comercial até começar a pesquisar para as minhas futuras funções e, antes delas, para esse debate e apresentação à Comissão.

A Romênia é, hoje, o principal destino das exportações brasileiras na Europa Central e Oriental. Apenas para a federação russa, nós vendemos mais do que vendemos para a Romênia.

O comércio é estruturalmente desequilibrado a nosso favor. Todos os anos, a balança comercial nos é altamente superavitária e isso chega quase que a um ponto de paroxismo. Vou dar o exemplo mais forte desse desequilíbrio: o ano de 2003.

As exportações brasileiras, segundo alguns dados, de 270 e poucos milhões; segundo alguns outros, dependendo da metodologia, 246 milhões. As importações brasileiras, apenas 7 milhões. Ou seja, se os dados de 246 milhões forem corretos, a proporção é de 1:35; se forem 270 e poucos milhões, isso aí ainda aumenta mais. Ou seja, é um desequilíbrio de balança comercial que chega a ser pouco saudável.

Há que se fazer um esforço para tentar diminuir, eu não poderia falar em equilíbrio da balança porque é um desequilíbrio estrutural, mas, pelo menos, coibir uma tal disparidade, que pode ser prejudicial aos nossos interesses de médio e longo prazo.

Para se ter uma noção do que é o comércio romeno-brasileiro para a Romênia, as exportações da Romênia para o Brasil,os poucos US$7 milhões, são 0,1% do total das exportações da Romênia para o mundo. E as importações da Romênia provenientes do Brasil, os US$246 a 270 e poucos milhões, são mais ou menos 1,2% do total das importações romenas. Ou seja, há um espaço muito grande ainda, um potencial a ser aproveitado claríssimo.

Qual é a característica da pauta de exportações, tanto romena para o Brasil, quanto do Brasil para a Romênia? É a concentração grave em alguns poucos produtos.

Para V. Exªs terem uma idéia, 85% do valor das exportações brasileiras em 2003 se concentraram em cinco produtos: bagaço e grãos de soja, açúcar em cana, minério de ferro, fumo e miúdos de frango.

Por sua vez, 70% das exportações romenas para o Brasil, os US$7 milhões, são constituídos por partes de turbinas e rodas, carbonato dissódico, pneus e centro de mecânicos para trabalhar metais.

Esse é o quadro atual que merece um esforço nosso de mudança. Claro que existem vários produtos tradicionais, nós temos que continuar a batalhar, mesmo na área tradicional de produtos com menos valor agregado, temos que tentar diversificar. Mas hoje há, pelo menos, duas oportunidades boas em áreas avançadas. Uma é a possibilidade de vendas de aviões da Embraer para a Romênia. Eles pensam em equipar a sua frota para vôos regionais, nas regiões do Bálcãs e cercanias, e os nossos aviões podem ser úteis para este fim. A outra é a compra e venda de equipamentos petrolíferos, porque, tanto eles têm uma indústria petrolífera importante, embora decadente, como temos a nossa, que está em franca ascensão.

Do ponto de vista, digamos, dos interesses romenos, ele têm algumas novas possibilidades também, como micro usinas hidrelétricas que, para o Brasil, podem ser importantes, dependendo da situação regional e do balanço energético; materia ferroviário, ramo em que eles têm competência. E eles têm algo que começa a ser tocado: uma tecnologia muito avançada de exploração de poços de petróleo maduros. Só no Nordeste existem mais de 1.600 poços de petróleo maduros. Se essa perspectiva puder ser aproveitada, realmente, certamente será algo valioso para a Romênia e interessante para o Brasil.

Temos, em um plano macro, o que eu chamaria de projetos estruturantes, por tratar-se de projetos antigos que ainda não decolaram efetivamente, mas que são absolutamente fundamentais. O interessante é que já existiam como realidade concreta no período entre guerras. Um depósito no Porto de Constança, que é um porto de águas profundas no litoral do Mar Negro e a partir de um ponto do Porto de Constança se faz um círculo com mil quilômetros de raio, o mercado potencial chega a quase 200 milhões de habitantes. Então com uma espécie de entreposto de depósito franco em Constança, nós poderíamos transformar Romênia em uma plataforma de exportações e exportar não só para o mercado interno romenos, mas para os países do Mar Negro e do Mar Cáspio, pelas vias internas da conjugação do canal Mar Negro/Danúbio e as junções com os canais para o norte, podendo chegar até mesmo os países do bálticos e alcançar o Oriente Médio. Então, este é um projeto estruturante, de grande importância, mas que ainda está caminhando. O outro, óbvio, uma linha marítima regular entre os dois países como houve no período de entre guerras.

Finalmente, ainda diria que na área de cooperação há algo interessante ainda a ser explorado. A nova Romênia, na passagem do sistema comunista

para ao regime democrático com base no mercado, fez-se uma reforma agrária na Romênia. E se criou, a partir da estrutura que estava basicamente naquele modelo solvikozes e Kolkoski, toda uma rede, uma malha fundiária de agricultura familiar. A lei romena, em um primeiro momento, distribuiu a terra em área de 10 hectares por família. Depois eles fizeram uma reforma na lei e aumentaram para 50 hectares. Dez ou cinqüenta hectares é uma agricultura de pequena propriedade, familiar, e que enfrenta grandes dificuldades em termos econômicos, na Romênia, inclusive hoje eles importam alimentos, quando foram grandes exportadores. É também um problema no alinhamento agrário da Romênia as condições, na área agrícola, de Copenhagen, ou seja, a lista de condições que regula o eventual ingresso da Romênia na União Européia. Nós temos experiência e melhores práticas em matéria de cooperativismo no Brasil, portanto, temos a possibilidade de oferecer à Romênia essa nossa experiência em uma das áreas que procuraremos explorar.

Concluiria, caso eu venha a ser aprovado pelo Senado brasileiro, estarei indo para Bucareste muito consciente de que o período que vai desde agora até o ingresso da Romênia na União Européia, na verdade, é um tempo de oportunidade, ele não é um tempo no sentido newtoniano, não é um passar de horas e dias, é um tempo de oportunidades que se abrem, mas que podem se fechar.

Creio que é essencial nós termos a compreensão que, após o ingresso da Romênia na União Européia, em 2007, como desejam os romenos e, às vezes, algumas vozes discordantes falam, em 2009, esse é um tempo de oportunidades porque, a partir do ingresso da Romênia como membro efetivo da União Européia, já tendo ela ingressado na Otan, já tendo estabelecido essa aliança inclusive transatlântica com os americanos, eu diria, voltando ao início da minha fala, que nós também, o passado vai ser um outro país. A Romênia hoje é um país diferente do país de Ceauscescu, mas a Romênia, integrada à União Européia, integrada operacionalmente à Otan, já será um país diferente. E, claro, não é que se espere – longe disso – qualquer regressão nas relações bilaterais, mas certamente as relações, sobretudo no plano econômico-comercial, se tornarão mais complexas, porque teremos, de um lado o Mercosul, de outro a União Européia e, vamos dizer, a área de ação bilateral vai se reduzir um pouco em função dos nossos projetos, tanto brasileiros, macro, de integração, via Mercosul, quanto o projeto romeno de integração na União Européia e os acordos que estão sendo negociados entre o Mercosul e a União Européia.

Com essa observação final, coloco-me à disposição da Comissão, agradecendo a atenção que me foi concedida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Embaixador Tadeu Nascimento Valladares. Com tão completa exposição, lembro-me do Embaixador Oto Agripino Maia. Caberia até o senhor completar uma palavra sobre a importância do Conde Drácula na história da Romênia. Se quiser, pode fazê-lo, por favor.

O SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES – O Conde Drácula é um dos ícones da cultura romena. Agora, existem dois condes Drácula; o histórico, que era um príncipe romeno do início dos tempos modernos, o Vlad Tepes, cujo apelido era o empalador. Este príncipe, da Valáquia, foi um guerreiro que muito se opôs à dominação otomana. Os otomanos tinham por hábito empalar os vencidos. O Vlad Tepes adquiriu esse hábito de cada vez que ele tinha uma vitória sobre os otomanos ele empalava todos os prisioneiros. Há gravuras com ele sentado, almoçando, e cercado por uma floresta de otomanos empalados. Ele acabou sendo derrubado e tendo que sair da Romênia, refugiado. Ele é considerado, inclusive, o príncipe Drácula, como um dos precursores desse esforço de que lhes falei, mas só me referi ao Miguel, o Bravo, que efetivamente, durante um ano, conseguiu juntar o que seria a base do território romeno hoje. O Vlad Tepes, o Drácula, o empalador não conseguiu isso, mas ele é considerado um dos precursores da construção do futuro estado nacional.

E temos a outra, talvez a mais fascinante, que é a apropriação gótica do Conde Drácula. No século XIX, um novelista inglês, Bran Stocker, que cria o vampiro – aí não vou falar porque todos nós, ou lemos o Bran Stocker, ou vimos um dos 243 filmes sobre vampiros. Pretendo ver um que está passando aqui em Brasília esta semana.

Os romenos, que são muito pragmáticos, têm o maior respeito pelo Conde Drácula histórico, mas também têm a necessidade de ganhar moedas fortes; então, criaram um parque de diversões na Romênia chamado 'A Draculândia', que aliás pretende ver. Então, eles dizem o seguinte: se os turistas querem que inventemos um Drácula, inventamos e ganhamos dinheiro com isso.

Existem, então, essas duas figuras: a do Drácula, o príncipe empalador, e a do vampiro, que rende muito dinheiro para a Romênia de hoje.

O SR.(Orador não identificado) – Efetivamente, Sr. Embaixador, Drácula nunca existiu; foi o imaginário da Transilvânia que o criou e se espalhou pelo mundo e o mundo acreditou.

Mas aquela é uma região belíssima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas a operação vampiro existiu na semana passada aqui no Brasil.

Vamos passar agora à reunião reservada – os Deputados podem permanecer – para que possamos argüir a ambos os chefes de missão diplomática. O primeiro inscrito é o Senador Tião Viana. Tem S. Exª a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo externar a minha satisfação de participar dessa sabatina que fazemos para dois indicados para embaixadas relevantes para o País: o Embaixador Oto Maia e o Embaixador Hildebrando Valladares. É uma satisfação especial no caso do Embaixador Hildebrando Valladares por sermos oriundos da mesma terra. Também sou do Acre, e V. Exª orgulha muito o nosso Estado quando alcança um patamar de Embaixador de Primeira Classe, ao mesmo tempo em que cumpre, com tanta grandeza e qualificação, a missão que lhe é apresentada como um desafio pelo Governo brasileiro. Tenho certeza que os bons fluidos do nosso Barão do Rio Branco, que tem a história e a biografia confundida também com a história do Acre, de maneira marcante em Juca Paranhos, seguramente estarão ao seu lado nessa missão diplomática.

O Embaixador Oto Maia é especial também. Não é a primeira vez que vejo o brilhantismo de S. Exª como expositor junto à Comissão de Relações Exteriores. Em outra oportunidade, pude acompanhar a exposição que fez sobre o Vaticano. Agora, acompanho sua exposição sobre a Suécia.

Estava pensando aqui, Embaixador, no que seria termos hoje o Senador José Agripino, que cumpre de maneira exemplar as obrigações constitucionais como Senador da República, com absoluta qualificação, responsabilidade política e social, mas que, sem dúvida alguma, cria alguns entraves políticos ao meu Governo, pela característica própria de ser um grande Senador de Oposição. Estava pensando: "Será que o embaixador Oto Maia, permutando com o Senador Agripino por um período essas funções...?" Mas pensei: "Os dois são tão bons, têm a mesma qualificação, o problema seria o mesmo para o nosso Governo". Então, é uma honra tê-lo como irmão do nosso grande Senador José Agripino.

A Stora Enso é uma empresa sueca que tem uma junção com a Finlândia e que, agora, atua no Estado da Bahia, do Senador Antonio Carlos, com um investimento US$1,5 bilhão associado à Aracruz, criando a Veracel, que é a maior do mundo na área de celulose. Gostaria que V. Exª pudesse abordar, refletir sobre o horizonte de mais aproximação com eles, para que olhassem para a Amazônia na área de floresta tropical.

O Governador Jorge Viana esteve recentemente na Aracruz discutindo, e há um horizonte promissor de aproximação da visão empresarial deles com a floresta tropical. A Amazônia está aberta ao desenvolvimento sustentável, à utilização da madeira com certificado de origem. Talvez o grande diamante que tenhamos neste século seja a boa utilização da madeira. Gostaria que em sua missão pudesse refletir sobre essa aproximação de uma empresa com a dimensão da Stora Enso, que já está no Brasil associada à Aracruz, para pensar também na Amazônia com a característica...

(Interrupção e reabertura da reunião)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está reaberta a reunião.

Informo que as três indicações foram aprovadas: do Embaixador Oto Agripino Maia, para exercer a função de embaixador no Reino da Suécia; da Embaixadora Vera Lúcia, para exercer a função junto à Soberana Ordem Militar de Malta e do Embaixador Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares. Os três obtiveram 16 votos a favor.

Então, conforme ressaltou o Senador Arthur Virgílio, contrariando Nelson Rodrigues, os três obtiveram consenso. Eu quero cumprimentar e desejar muito êxito em suas respectivas missões. Quero aproveitar a oportunidade para fazer um convite aos Srs. Senadores cuja iniciativa é também dos Senadores Cristovam Buarque, Romero Jucá, Eduardo Azeredo e Patrícia Saboya Gomes além desta Presidência para que na próxima quinta-feira, às 10 horas, além dos assuntos normais que temos a tratar nesta Comissão, se houver a desobstrução da pauta estaremos examinando alguns itens de caráter terminativo, mas teremos aqui uma breve reunião para tratar dos compromissos da Cúpula do Milênio, sob a liderança da ONU e da Declaração do Milênio. Precedendo a reunião que haverá da Unctad nos dias 12, 13, e 14 em São Paulo, eu quero informar que o Governador Geraldo Alckmin gostaria de convidar o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, para um jantar possivelmente no dia 13 ou 14, ocasião em que irá convidar os Senadores que puderem estar presentes tanto a reunião da Unctad como também no jantar que será oferecido ao Secretário-Geral da ONU em São Paulo. Eu distribuí cópia do convite a todos Srs. Senadores convidando-os para estar aqui para tratar desse assunto da abertura da 9ª Reunião da Unctad na próxima semana.

Como o número de Senadores não é tão alto, eu gostaria de deixar os itens seguintes para a próxima quinta-feira, agradecendo mais uma vez a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h28min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Nona Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e Oitava Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura, realizada, conjuntamente, no dia nove de junho do ano de dois mil e quatro, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de junho do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados , com a presença dos Senhores Senadores **AELTON FREITAS, JOÃO CAPIBERIBE, EDISON LOBÃO, JEFFERSON PÉRES, FÁTIMA CLEIDE, PEDRO SIMON, RODOLPHO TOURINHO, MARCO MACIEL, EDUARDO AZEREDO, LUIZ OTÁVIO, SIBÁ MACHADO, MOZARILDO CAVALCANTI, TIÃO VIANA e CRISTOVAM BUARQUE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Esta reunião destina-se à Audiência Pública com a presença do Senhor Embaixador CARLOS LOPES, Coordenador Residente das Nações Unidas no Brasil, Representante do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), esta Audiência destina-se à criação de um grupo de Senadores que possa transformar-se em Bancada do Milênio, dentro do espírito da Declaração da ONU. Faz uso da palavra o Senador **CRISTOVAM BUARQUE**. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **CARLOS LOPES** que faz sua exposição e apresenta aos Senhores Senadores o Programa do encontro da Unctad, a pedido do Senhor Presidente. O Senhor Presidente faz breves considerações. O Senador **CRISTOVAM BUARQUE** faz uso da palavra questionando sobre a agenda do evento. O Senhor Presidente agradece a presença da autoridade e dos demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL E OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA, REALIZADA, CONJUNTAMENTE, NO DIA NOVE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados da 2ª Sessão Legislativa Ordinária.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Dispensada.

Passamos agora à apreciação da matéria de pauta, Audiência Pública, com a presença do Sr. Embaixador Carlos Lopes, Coordenador Residente das Nações Unidas no Brasil, representando o PNUD.

Essa audiência destina-se à criação de um grupo de Senadores que possa se transformar em Bancada do Milênio, dentro do espírito da Declaração da Organização das Nações Unidas.

Essa proposição teve a iniciativa de diversos Senadores, dentre os quais o Senador Cristovam Buarque, Romero Jucá, Eduardo Azeredo, Patrícia Saboya Gomes e eu próprio.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque para dar as boas-vindas ao Embaixador Carlos Lopes e nos falar a respeito do objetivo dessa proposição. Em seguida, passaremos a palavra ao Embaixador Carlos Lopes, para que possa nos falar a respeito da reunião da Unctad, organizada pelo PNUD, na próxima semana, em São Paulo, e para a qual os Srs. Senadores estão convidados; reunião que contará, inclusive, com a presença do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan.

Agradeço, também, a presença do Senador Teotônio Vilela.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero, primeiro, dizer ao amigo Embaixador Carlos que não se assuste com o pequeno número de Senadores aqui. Estamos na fase final do semestre, temos uma coisa raríssima, uma sessão plenária pela manhã, agora, às 10 horas, então os Senadores estão em Comissões, fechando os seus trabalhos e estão também...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E os trabalhos foram concluídos ontem, às 22horas e 30minutos, praticamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Ontem foi às 22 horas e 30minutos, então é um momento difícil, mas tanto o Senador Suplicy como eu percebemos o grande interesse que há entre os Senadores e Senadoras para se envolverem nesse grupo, nessa Bancada do Milênio.

Com essa Bancada, a intenção que temos, em primeiro lugar, é o reconhecimento do papel das Nações Unidas como condutora não só do pensamento, mas também da formulação de propostas para que o milênio seja diferente do século anterior.

Agora mesmo, vindo para cá, estava ouvindo na rádio, que confirmam que, no ano passado, gastou-se quase R$ 1 trilhão com armas, R$ 930 bilhões em armas no mundo, ou seja, o mundo tem condições de iniciar o milênio superando a pobreza, trazendo uma qualidade de vida diferente e uma esperança nova aos países no mundo.

Nesse sentido, o primeiro objetivo é este reconhecimento às Nações Unidas e o nosso envolvimento na defesa da carta, a qual os países das Nações Unidas juntos traçaram o objetivo do milênio. O segundo acho que é especificamente brasileiro.

Precisamos discutir o porquê do Brasil está perdendo a corrida mundial pelo chamado desenvolvimento, qualidade de vida, estabilidade ou o que seja.

Quando analisamos o começo do século XX, não havia grande diferença do Brasil para quase a totalidade das Nações, tirando um pequeno grupo de países europeus e os Estados Unidos, dos quais estávamos pertos, não muito distante. O resto era o resto, e o Brasil estava muito perto da liderança, incluindo aí os países europeus, tipo Portugal, Espanha, Grécia e Turquia.

Nos anos 70, o que houve de mudança é que pudemos ver a Europa se consolidando, os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia, o Japão surgindo como esse forte Primeiro Mundo, ao lado desse a União Soviética especificamente e, perto dela, os países do Leste Europeu. Abaixo, o chamado terceiro mundo, não há dúvida de que o Brasil era uma das vanguardas. O Brasil era um país à frente em duas coisas: o potencial que sentimos no futuro e o retrato dos indicadores daquele momento. Hoje, ninguém tem dúvida – e fiz uma lista recentemente – de que cinqüenta países estão à frente do Brasil seja no potencial, seja no retrato ou na tentativa de juntar esses dois. Só na Europa, são 25 países porque todos aqueles que acabam de ingressar na Comunidade Econômica Européia estão à nossa frente, incluindo Grécia, Portugal e Espanha. Se esses países não estiverem nos indicadores do presente, estão no potencial do futuro. Há os países que antes eram do primeiro mundo. Além disso, se os indicadores de países como a Rússia não estão bons pela crise, o potencial que têm é muito melhor que o Brasil.

Mesmo em relação à América Latina, avalio que há quatro países à nossa frente: México, Argentina, Chile e Uruguai. Se não estiverem nos indicadores, até por causa da crise financeira, estão no potencial de, superada a crise financeira, nos superarem em desenvolvimento científico-tecnológico, na estrutura social, na educação, na saúde e, se não no PIB, no PIB per capta.

Senador Eduardo Suplicy, creio que o nosso grupo, além de ser um ponto de apoio, poderia ser um ponto de reflexão. Por que o Brasil perdeu a corrida?

E não falei da China e da Índia, países dos quais não chegaremos perto. Não falei da Malásia e da Correia do Sul para não colocar do lado de lá o resto dos Tigres Asiáticos, como a Tailândia e a Indonésia, países sobre os quais não dá para dizer que estão do lado de lá. Estão no nosso bloco de países que estão meio perdidos. Mas Taiwan, Malásia e Coréia do Sul, sem dúvida alguma, já superaram de longe. Avalio que a Índia e a China já superaram de maneira irreversível em relação a nós.

Esse grupo, além de respaldar as Nações Unidas nessa grande luta mundial, será um ponto de reflexão por que o Brasil ficou nessa situação quando, até os anos 70, éramos um País que fazia parte da vanguarda dos que não eram do primeiro ou do segundo mundo.

Esperamos que o Embaixador com a sua lucidez e com sua instigação nos ajude a refletir sobre isso e que conte conosco para, através do Senado, dar todo apoio à sua luta e à instituição que representa no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Embaixador Carlos Lopes para nos transmitir a respeito da reunião do PNUD e da Unctad, na próxima semana. Inclusive, V. Sª se puder confirmar o convite aos Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores para participar dessa reunião, dizendo-nos o que poderá acontecer na reunião da próxima semana em São Paulo.

O SR. CARLOS LOPES – Eu gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Suplicy, Presidente desta Comissão, e aos Senadores presentes o convite para esta Audiência Pública, que me dá oportunidade de falar sobre a Declaração do Milênio e a oportunidade de vir a ser constituída uma Bancada do Milênio.

Ouvi com atenção as palavras lúcidas do Senador Cristovam Buarque a quem gostaria de exprimir minha

amizade uma vez mais e minha admiração pela forma com que vem tecendo considerações públicas, inclusive na mídia, sobre a Declaração do Milênio e sobre os objetivos do Milênio das Nações Unidas.

Quando o Secretário-Geral, usando um pouco a mágica do novo milênio, conseguiu reunir um número recorde de Chefes de Estado e de Governo em 2000 para adotar uma declaração. A grande novidade dessa declaração era que não definia uma política para os países em desenvolvimento, para a comunidade internacional em relação àquilo que se considerava serem os objetivos da comunidade internacional, mas definia esses objetivos e não uma política. Essa era uma grande diferença porque, durante bastante tempo, o debate foi dominado por imposição de condicionalidade e políticas. Pela primeira vez, dizia-se o que é importante: não é como se chega ao destino, mas a definição do destino e a determinação do espaço de liberdade e criatividade para que cada país chegue da forma que achar mais conveniente. Dito isso, tentar estabelecer de forma bastante clara uma comparabilidade entre os países em relação a esses mesmos objetivos.

Os objetivos são relativamente claros, aquilo que todos gostaríamos de ver como metas sociais para a humanidade: acesso universal à educação primária; redução da mortalidade infantil; redução da mortalidade materna; combate às doenças, como AIDS, malária e tuberculose; sustentabilidade ambiental; igualdade de gênero e parceria global. Esses objetivos, depois, são desdobrados em 48 indicadores, que permitirão a cada país dizer onde está na curva. Como dizia o Senador Cristovam Buarque, o Brasil não fica muito bem na fotografia porque, quando se olha a evolução dos dados e dos indicadores do Brasil, regressivamente, nas séries estatísticas disponíveis, vê-se que o Brasil foi perdendo várias possibilidades de transformação aproveitadas por outros países.

Além dos países da América Latina já citados – México, Argentina, Chile e Uruguai –, até a Costa Rica, Panamá e Colômbia estão acima do Brasil em termos de indicadores. Um país como a Colômbia, com a guerra civil, consegue ter índices de desenvolvimento humano bem acima do Brasil porque a parte afetada pela guerrilha é uma pequena parcela da população não do território, mas da demografia. Por causa disso, resta à população continuar a viver com índices de vida muito mais elevados que os do Brasil.

Não há outra explicação para o fato de o Brasil ser tão mal classificado senão a questão da desigualdade. É ela que ressalta como o entrave maior do modelo brasileiro – se podemos chamar de "modelo brasileiro". Qualquer projeto de desenvolvimento do País que não seja radicalmente transformador da desigualdade continuará a ter problemas. E países que eram iguais ao Brasil, há vinte anos, como a Coréia, hoje em dia, estão entre as economias mais poderosas do mundo não só em termos **per capita**, mas de índices de desenvolvimento humano. E, como bem disse o Senador, muitos países que, na realidade, estavam muito próximos em termos de indicadores sociais e econômicos, até na Europa, hoje em dia, decolaram completamente e deixaram o Brasil para trás, que fica na posição 65 em termos de desenvolvimento humano.

É importante assinalar também que, de uma maneira geral, a globalização acabou por provocar uma grande polarização pela primeira vez na história. Segundo as estatísticas disponíveis, 45 países regrediram em desenvolvimento humano. Normalmente, as aquisições de desenvolvimento humano são de longo prazo e não desaparecem no espaço de uma década, como é o caso. E há 60 países, que, durante os últimos 20 anos, decresceram nas suas economias **per capita** e em suas economias em termos absolutos. Citando o exemplo da África, o mais gritante, em termos de valor de dólar comparado, o PPP – uma base mais correta de medir o **per capita**, os países africanos, nos últimos 20 anos, perderam em média US$200 **per capita**. Essa é a estatística do conjunto dos países da África. Tal fato é absolutamente gritante tendo em conta que deveria ser a região mais beneficiada.

Essa parceria do milênio tem duas vertentes: uma é internacional, de parceria global; a outra é nacional. Na vertente global, o Brasil pode liderar a campanha internacional para que se dê mais atenção às questões de desenvolvimento, usando os objetivos do Milênio como base. E o Presidente Lula tem vindo a tomar uma série de iniciativas nessa direção. Muitas outras podem ser tomadas. No plano interno, o Brasil de fato precisa transformar os objetivos do Milênio numa coisa que é distribuída em termos de idéias, de discussões, de debates, a todos os cidadãos, tem que ser uma coisa o mais capilar possível. E factamos a conseguir uma mobilização muito grande para a Campanha do Milênio aqui no Brasil, a ponto de já ser considerada potencialmente a maior e melhor Campanha do Milênio de todos os países da ONU. O que ela inclui? Desde sacolas de supermercado em que o grupo Pão de Açúcar aceitou colocar mensagens, e vão ser 430 milhões de sacolas com mensagens sobre os objetivos do Milênio, passando por faturas de companhias de eletricidade, por mensagens nos écrans das caixas automáticas dos bancos, por cartões de telefones pré-pagos, até o samba-enredo da escola de samba da Portela para 2004, Câmara do Comércio, semana cívica no mês de agosto com o setor privado e as ONGs envolvidas, um conjunto de organizações de voluntá-

riado que vão distribuir material para os professores em todas as escolas do ensino fundamental do Brasil sobre a Campanha do Milênio e um consórcio de universidades que está trabalhando uma análise dos objetivos do Milênio em termos de políticas públicas. Portanto, há uma vasta colaboração de organizações com grande capilaridade, vamos chegar até os correios, que vão criar um selo especial, vamos chegar até o Tribunal Superior Eleitoral, com quem estamos negociando um pequeno tempo de antena durante as eleições de outubro para fazer uma mensagem sobre os objetivos do Milênio para que todos os potenciais Prefeitos se comprometam com esses objetivos, enfim há uma tentativa de fato de capilarizar ao máximo esta campanha.

Mas estava faltando uma liderança política. E essa liderança política é que queremos buscar aqui no Senado Federal, uma liderança que dê uma outra dimensão a esta campanha, que é uma campanha de massas em que todos vão contribuir com sua parte. Essa campanha precisa também de uma âncora muito forte no Executivo e no Legislativo. No Executivo, isso vai ser feito através de um relatório sobre o Brasil nas metas do Milênio, que será elaborado este ano através de um grupo interministerial e também com a colaboração do IPEA/IBGE e também com a colaboração de todas as agências da ONU aqui no Brasil, 17 estão participando no exercício. Mas depois, no Legislativo, estávamos buscando a porta de entrada, e ficamos muito gratos de saber que o Senado Federal está disposto a criar uma Bancada do Milênio com os Senadores que estejam motivados para esta questão e tentamos acelerar um pouco esse diálogo e esse relacionamento sobre os objetivos do milênio para poder tirar partido da presença do Secretário-Geral da ONU por ocasião da reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). Eu gostaria de sublinhar que a reunião de comércio e desenvolvimento é a maior reunião das Nações Unidas e em 2004 vai trazer 9 mil pessoas a São Paulo. Essa reunião, que se faz cada quatro anos, é fundamental para a humanidade, porque neste momento a Organização Mundial do Comércio tem as suas discussões sobre aquilo que se chama pauta do desenvolvimento, a pauta de Doha, que é o nome da última conferência de cúpula da OMC e que está bloqueada. Não houve acordos, todos se recordam de ler na mídia que em Cancun, com a constituição de um grupo chamado G20, que o Brasil lidera, houve uma ausência de compromisso por causa dos subsídios agrícolas e por causa das questões chamadas de Cingapura, porque vem da reunião da OMC de Cingapura, que são questões relacionadas com licitações de serviços públicos, a pauta de negociação comercial, a questão relacionada com a introdução de novo regime de propriedade intelectual e finalmente a questão relativa à introdução de mecanismos que salvaguardem as questões de desenvolvimento na agenda de negociação da OMC. Há um bloqueio e, por causa desse bloqueio, só uma outra agência pode desbloquear, que é a Unctad, porque é uma agência que se ocupa do comércio e do desenvolvimento. Portanto, há uma grande expectativa nessa reunião, expectativa que permitirá justamente verificar até que ponto a discussão está madura para que o mundo possa evoluir um pouco mais nas relações comerciais, agora com a vantagem enorme de que os países em desenvolvimento se organizaram e já não aceitam um *dictat* e não aceitam que as coisas evoluam sem sua participação direta e sem sua formulação importante nas deliberações.

O Secretário-Geral, por todas essas razões, vem a São Paulo e dá uma grande importância a esta reunião, que, como eu disse, é a maior reunião da ONU em 2004. Humildemente, propusemos, aproveitando a presença de S. Exª, que esta Bancada do Milênio tivesse uma primeira oportunidade de interação com o Secretário-Geral para justamente demonstrar esse comprometimento com os objetivos do milênio e ouvir do Secretário-Geral aquilo que ele gostaria de que pudesse ser um exemplo que é o envolvimento do Legislativo de um País importante como o Brasil, que está liderando numa série de frentes, também na questão dos objetivos do milênio.

Queria dizer, Senador Eduardo Suplicy, que estamos negociando a agenda com o Governador Geraldo Alckmin, a quem pedimos que fosse o anfitrião de um jantar para que permitir que houvesse um diálogo um pouco mais informal entre os Senadores e o Secretário-Geral da ONU. Infelizmente, na mesma ocasião do jantar ou do espaço vago para o jantar do Secretário-Geral, existe outra atividade. Estamos com problemas de calendário, mas estamos organizando uma alternativa que não seria um jantar, mas talvez um encontro de outra natureza. Ainda não temos a informação exata de como será essa agenda, mas certamente será na segunda-feira, dia quatorze. Portanto, queríamos apenas assinalar esse dia que coincide com a abertura da Conferência da Unctad.

Também contatamos a direção da Unctad para um eventual convite aos Senadores que estivessem interessados para participarem da sessão inaugural da Unctad, na segunda-feira, de manhã. Isso não causaria qualquer problema. Precisamos apenas fazer uma gestão com o Itamaraty para que as pessoas interessadas possam ser inscritas na delegação oficial do Governo brasileiro. Felizmente, está aqui o Embaixador do

Itamaraty que nos pode ajudar nessa tarefa. Portanto, estamos precisando apenas da lista dos Senadores interessados em participar dessas atividades.

Portanto, agradeço mais uma vez essa oportunidade e fico à disposição para qualquer esclarecimento adicional que os Srs. Senadores considerarem apropriado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Carlos Lopes.

Eu gostaria de saber se o Embaixador Pedro possui o programa da reunião da Unctad.

O SR. PEDRO – Aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Peço a V. Exª que passe as informações aos Senadores. Por exemplo, na segunda-feira, dia que eventualmente alguns Senadores poderão comparecer, quais são as pessoas que irão falar? Quais serão os temas abordados e quais são as reuniões a que os Senadores poderiam estar presentes? De que maneira poderiam participar? Se puder esclarecer esses pontos, solicito a V. Exª que o faça.

O SR. CARLOS LOPES – Tenho o programa na memória, porque é uma pauta definida intensamente. Realizamos muitas consultas com a Unctad e com o Secretário-Geral da ONU. Portanto, estou em condições de dar essas informações.

A sessão inaugural começa com uma fala da Prefeita Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em que lugar?

O SR. CARLOS LOPES – No Anhembi, mais propriamente no Centro de Convenções do Anhembi. Começa com as boas-vindas da Prefeita, seguidas das boas-vindas do Governador, seguidas de uma intervenção do Embaixador Ricupero, Secretário-Geral da Unctad. Depois da intervenção do Embaixador Ricupero, haverá uma intervenção do Sr. Presidente da República, Presidente Lula, seguida de uma intervenção final do Secretário-Geral, após o que haverá uma homenagem ao Economista Celso Furtado e, posteriormente, uma pausa. A seguir, haverá uma mesa redonda de Chefes de Estado sobre opções do comércio em desenvolvimento.

O formato desta mesa redonda é mais ou menos: o público assiste à interação entre os Chefes de Estado. Normalmente é assim que funciona. Portanto, Chefes de Estado vão participar da Conferência. Neste momento, há vinte confirmações. Todavia, não se sabe se todos virão. Um ou outro pode desistir de vir na última hora. Mas haverá certamente um número significativo de chefes de Estado, que vão interagir durante cerca de uma hora e meia sobre comércio e desenvolvimento. Será uma mesa interativa. Posteriormente, a reunião será a portas fechadas, porque será uma continuação dos encontros bilaterais entre os Chefes de Estado e Secretários-gerais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E à tarde?

O SR. CARLOS LOPES – Isto tudo ocorrerá pela manhã. À tarde, a reunião será a portas fechadas entre as principais autoridades. Mas a conferência será um desdobramento das várias reuniões que começarão à tarde. Serão desenvolvidas diversas atividades em várias salas. Haverá 150 reuniões durante estes cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria que informasse aos Senadores se haverá reuniões fechadas das quais não poderão participar. Seria importante dispormos do programa para sabermos de que reuniões os Senadores estão convidados a participar.

O SR. CARLOS LOPES – O convite, Senador, seria para a abertura, que se realizará por toda a manhã. A partir da tarde, as principais autoridades ficarão - digamos - fora do circuito oficial e terão vários encontros privados. Os Senadores que estiverem interessados poderão eventualmente ir a qualquer uma daquelas reuniões que teremos o maior prazer em distribuir-lhes o programa completo. Infelizmente, não trouxemos o desdobramento do programa, que é enorme. Todavia, poderemos disponibilizá-lo, em tempo hábil, aos Senadores ainda esta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se alguns dos Senadores quiserem formular perguntas ao Embaixador Carlos Lopes, poderão fazê-lo. Informo a todos que, por iniciativa do Senador Cristovam Buarque, estamos todos sendo convidados a formar a denominada Bancada do Milênio, que leva em consideração a declaração do Milênio, assinada por diversos chefes de Estado em setembro de 2000, por ocasião da Cúpula do Milênio, sob a Liderança das Nações Unidas. E o Brasil, além de signatário, é um dos países com mais condições de cumprir as metas durante este milênio, pois, para que possamos, de fato, ser um exemplo, sendo uma das nações de desenvolvimento médio no mundo e por termos tido exemplos importantes em diversas práticas sociais, como os programas de Bolsa Escola, Renda Mínima Social da Educação, hoje chamada Bolsa Família, os debates que aqui se realizam a respeito inclusive da adoção de lei para instituir uma renda básica de cidadania.

Passo às mãos do Embaixador Carlos Lopes o pronunciamento que farei no dia 24 de junho, a respeito deste assunto, perante a Assembléia Nacional francesa, que acredito esteja também de acordo com

os propósitos da Bancada do Milênio. Então, transmito aos Senadores Pedro Simon, Rodolpho Tourinho, Luiz Otávio e Cristovam Buarque e aos que aqui assinaram como Eduardo Azeredo, Romero Jucá e Patrícia Saboya Gomes da disposição de constituirmos essa bancada dentro do espírito da declaração nas Nações Unidas. Os Senadores Pedro Simon e Rodolpho Tourinho estão convidados a fazer parte da iniciativa para a qual o Senador Cristovam Buarque nos convida.

Gostaria de informar aos senhores membros da Comissão de Relações Exteriores que, diante da notícia de que o instrutor de vôo livre brasileiro, Mário Archer Cardoso Moreira, foi condenado ontem pela justiça da Indonésia à morte por fuzilamento acusado de tentar entrar naquele País com 13,4 quilos de cocaína em agosto de 2003, desrespeitando a lei da Indonésia e considerando que, no Brasil, não temos a pena de morte apresentarei um requerimento que estou preparando para encaminhá-lo ao Plenário na sessão de hoje. Certamente, depois será objeto de análise por esta Comissão para que seja feito um apelo para que possa esse brasileiro, Mário Archer Cardoso Moreira, cumprir a sua pena segundo a legislação brasileira em território brasileiro e não precisando haver a aplicação da pena de morte.

Quem sabe alguns dos Srs. Senadores avaliem que deva ser tomada qualquer iniciativa a respeito modificando o que formulo. Por isso, é que transmito aos senhores membros a minha iniciativa. O Senador Tião Viana também está convidado a participar da iniciativa de constituição da bancada do milênio proposta pelo Senador Cristovam Buarque.

Quero informar que esta é uma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e foi registrada a presença regimental do número de Senadores necessários e, pergunto se algum Senador tem alguma observação a fazer. (Pausa).

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Tenho uma pergunta relacionada à agenda.

Todos nós temos que estar aqui na terça-feira porque começamos o debate intenso sobre o salário mínimo que deve ser votado na quarta-feira, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas na terça-feira haverá diversas reuniões das comissões.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Gostaria de saber se, na segunda-feira, há a confirmação do encontro com o Secretário-Geral quando e que a teremos para podermos nos organizar. Amanhã é feriado e, sexta-feira, a imensa maioria dos Srs. Senadores não estará presente.

Quando é que saberíamos se está confirmado ou se saberíamos no local. Muitos de nós iremos ao encontro independente da conversa com o Secretário-Geral e quero estar presente na abertura e gostaria de saber se é preciso algum tipo de convite credencial para circular durante a segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Carlos Lopes, assim como o Senador Cristovam Buarque, disponho-me a estar presente em São Paulo, na segunda-feira, para a reunião com o Secretário-Geral Kofi Annan e para participar da abertura.

Sendo assim, todos os Srs. Senadores estão convidados e os que desejarem ir, poderão fazer a comunicação ao Embaixador Pedro durante o dia de hoje.

Pedirei à Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que encaminhe a todos os membros da Comissão a programação da reunião da Untad que o Embaixador Carlos Lopes logo mais irá nos fornecer.

O SR. CARLOS LOPES – Acredito que hoje mesmo vamos saber a agenda dos dois protagonistas principais, o Secretário-Geral e o Governador, permitem ou não o jantar, que é, digamos, uma das pendências que temos. Se não for possível realizar o jantar, haverá uma alternativa que teremos que negociar com a agenda do Secretário-Geral hoje mesmo. Portanto, acredito que até o final do dia teremos a informação.

Em relação aos convites, é apenas uma questão de termos a lista dos senadores interessados em participar da sessão inaugural. Eventualmente, o encontro com o Secretário-Geral será no mesmo dia, à tarde. Temos que trabalhar a lista com o Itamaraty a fim de incluí-la na delegação brasileira, algo perfeitamente factível e que pode ser feito rapidamente. Precisamos ter a lista dos interessados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Assim sendo, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença do Embaixador Carlos Lopes. Muito obrigado a todos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Uma comissão centralizaria as informações de S. Sª, e as repartiria aos outros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim. Hoje ainda, a Secretária Lúcia encaminhará aos senadores o convite e o programa da reunião da Unctad e do PNUD, na segunda-feira próxima.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 34 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Décima Segunda Reunião Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia seis de julho do ano de dois mil e quatro, às onze horas e trinta minutos.

Às onze horas e trinta minutos do dia seis de julho do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, VALDIR RAUPP, RODOLPHO TOURINHO, LUIZ OTÁVIO, EDISON LOBÃO, AELTON FREITAS, JOÃO ALBERTO SOUZA, HÉLIO COSTA, SIBÁ MACHADO, FERNANDO BEZERRA, ARTHUR VIRGÍLIO, LÚCIA VÂNIA, CRISTOVAM BUARQUE, GILBERTO MESTRINHO, MARCO MACIEL, JOÃO CAPIBERIBE, TIÃO VIANA, PEDRO SIMON e ALOIZIO MERCADANTE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente informa e agradece a presença da Deputada Maninha. Após breves informes sobre a missão de Senadores que irá ao Haiti, passa-se a apreciação da pauta. O Senhor Presidente abre a votação dos Itens um a três que já haviam sido discutidos na reunião anterior. **Item um**: Projeto de Lei do Senado N° 189, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações cornerciais multilaterais ou bilaterais"; **Item dois:** Mensagem (SF) Nº 58, de 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor TILDEN JOSÉ SANTIAGO para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Antígua e Barbuda"; **Item três:** Mensagem (SF) Nº 63, de 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LEDA LÚCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República de Seicheles". Passa-se à deliberação do **Item quatro**: Mensagem (SF) N° 80, DE 2004, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MÁRCIO ARAUJO LAGE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia". O Senhor Presidente designa como relator *ad hoc o* Senador **GILBERTO MESTRINHO**, que faz a leitura do relatório do Senador José Agripino. Faz uso da palavra o Senador **HÉLIO COSTA** questionando sobre a deliberação do Item cinco. O Senhor Presidente esclarece que a pedido do relator *ad hoc*, Senador Eduardo Azeredo, a votação será adiada. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **MÁRCIO ARAUJO LAGE** que faz sua exposição de motivos. Em seguida, o Senhor Presidente procede à votação nominal ao Item um. A presidência esclarece que a Comissão apreciará o substitutivo referente ao Item nº 1 – Projeto de Lei nº 189, de 2003 – apresentado pelo Senador Marcelo Crivella, lido pelo Senador Jefferson Péres, Relator "Ad Hoc", em decisão terminativa. Haverá duas votações nominais: uma para o projeto e outra para a Emenda nº 1 da CCJ. O Projeto e a Emenda foram aprovados com 12 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. O Senhor Presidente torna secreta a sessão para proceder à argüição ao Embaixador. Reaberta a sessão em caráter público, o Senhor Presidente comunica então a aprovação dos Embaixadores, itens dois, três e quatro, por unanimidade com quatorze votos cada um, escrutinados pelos Senadores Gilberto Mestrinho, Marco Maciel e Pedro Simon, respectivamente. O Senhor Presidente parabeniza o Embaixador MÁRCIO ARAUJO LAGE e sua família, presentes à reunião. Procede-se a votação dos Itens. **Item cinco:** Projeto de Lei do Senado N° 398, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que "altera a Lei nº 4737, de 15 de Julho de 1965 – Código Eleitoral, para permitir o voto ao eleitor que se encontra no exterior, nas eleições para governador, vice-governador e senador". A pedido do Relator Ad-Hoc, Senador Eduardo Azeredo, a matéria é adiada. **Item seis:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) N° 603, de 2004, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2001". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **PEDRO SIMON**, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. **Item sete:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) N° 604, de 2004, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Técnico e de Apoio ou Serviço, celebrado em Brasília, em 5 de setembro de 2001". O Senhor

Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **MARCO MACIEL**, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. **Item oito:** Projeto de Resolução do Senado Federal N° 18, de 2004, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "institui o Grupo Parlamentar Brasil – Tailândia e dá outras providências". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **GILBERTO MESTRINHO**, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. **Item nove:** Requerimento N° 4, de 2004, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, que "requer que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional manifeste ao Governo de Cuba, por intermédio da Embaixada daquele País em Brasília, bem como ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a apreensão do Senado Federal, diante do episódio da prisão do cidadão brasileiro, Paulo Henrique Seleme Hilel, preso em Havana, desde 11 de janeiro de 2003, e, especialmente, pela negativa do Governo cubano de prestar quaisquer informações à família do acusado". O Requerimento traz informações, para conhecimento da Comissão, advindas do Ofício nº 8, DCC/DAC/AFEPA-MRE/CASC-Cuba, solicitadas pelo Requerimento nº 32, 2004/CRE, aprovado na reunião do dia 02/10/2003. O Senhor Presidente avisa que as informações já estão disponíveis. O Senhor Presidente faz as votações dos itens dez, onze e doze em bloco, pois tratam da mesma matéria. **Item dez:** Requerimento N° 516, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que "requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pela vitória brasileira na OMC, referente aos subsídios norte-americanos ao algodão"; **Item onze:** Requerimento N° 526, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outro(s) Sr(s). Senador(es), que "requerem, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos"; **Item doze:** Requerimento N° 527, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outro(s) Sr(s). Senador(es), que "requerem, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **PEDRO SIMON**, que sintetiza os pareceres favoráveis dos três requerimentos. Não havendo quem queira discutir, os requerimentos são aprovados. **Item treze:** Requerimento (SF) N° 531, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "requer, nos termos regimentais, seja enviado às autoridades israelenses, no Brasil, apelo no sentido de resguardar a vida, a liberdade e os direitos humanos do físico nuclear Mordechai Vanunu". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **PEDRO SIMON**, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o requerimento é aprovado. **Item quatorze:** Requerimento N° 21, de 2004/CRE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que "requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública em conjunto da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Assuntos Econômicos, com a finalidade de discutir o acordo do Mercosul, a União Européia e o impacto potencial na indústria brasileira. Para tanto, sugere o convite ao Embaixador Graça Lima e ainda aos Senhores: Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Diretor Executio do IEDI; Luiz Moan Yabiky Júnior, Diretor de Assuntos Institucionais da General Motors; Paulo Periquito, Presidente da Multibrás e Horácio Lafer Piva, Presidente da FIESP". O Senhor Presidente subscreve o Requerimento e faz uso da palavra para justificá-lo. O Senador **GILBERTO MESTRINHO** faz uso da palavra para discussão. Não havendo mais quem queira discutir, o requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA SEIS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO, ÀS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS.

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – ... da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Gostaria de informar que se encontra visitando a nossa Comissão, acompanhado da Deputada Maninha, um Ministro Conselheiro encarregado da América Latina da República Árabe Saharaui, também acompanhado do Senador Cristovam Buarque, que nos faz uma visita nesta manhã.

Gostaria de informar, a respeito da missão do Senado Federal e do Congresso Nacional ao Haiti, que o Ministro de Relações Exteriores e Defesa Nacional, José Viegas, convidou uma delegação de Senadores e de Deputados, para acompanhar os Ministros da Defesa dos países que estão colaborando com a missão da ONU no Haiti; visita essa que se realizará a partir de amanhã, às 8 horas, e estará, nos dias 7, 8 e 9, no Haiti para acompanhar os trabalhos da missão da ONU, inclusive da missão brasileira.

Havíamos aprovado um requerimento de natureza semelhante ao que a Deputada Maninha apresentou na Câmara dos Deputados – ambos foram aprovados, por unanimidade –, no sentido de que uma comissão de Senadores e de Deputados, neste mês, acompanhe os trabalhos daquela missão para examinar em que medida está a missão da ONU, da qual participa o Brasil, colaborando para, efetivamente, haver respeito aos direitos humanos, aos direitos de liberdade e de democracia, em que medida estará a missão contribuindo para que haja um processo de democratização, de legitimação da escolha dos governantes do Haiti e que esta missão, inclusive, possa dialogar com os mais diversos segmentos no Haiti.

Entretanto, dado que tanto nós, Senadores, quanto os Deputados Federais precisamos participar desse esforço concentrado nesta semana, dialogamos com o Presidente José Sarney – e assim estão fazendo os Deputados –, no sentido de que possamos realizar essa missão do Congresso Nacional noutra ocasião um pouco mais adiante.

Surgiu uma oportunidade interessante, na medida em que o Presidente Lula, em diálogo com as autoridades do Haiti está atendendo à sugestão do Primeiro-Ministro do Haiti, no sentido de que a Seleção Brasileira colabore com esse processo de paz.

O Presidente Lula estará na República Dominicana nos dias 16 e 17 para uma reunião dos chefes de Estado da Centro-América e, no dia 18, fará uma visita ao Haiti, ocasião em que propôs fosse realizada uma partida da Seleção Brasileira, possivelmente com a seleção do Haiti, eventualmente até com a seleção da França. Isso está por ser decidido.

Seria, então, essa uma oportunidade interessante para que possam os Deputados e Senadores acompanharem esse trabalho, até porque uma das sugestões – inclusive com a presença dos grandes craques da Seleção Brasileira, Ronaldo e outros – é que pudessem os haitianos que porventura tiverem armas entregá-las como forma de pagamento de ingresso para assistir ao jogo da Seleção Brasileira.

Portanto, seria até uma oportunidade interessante para acompanharmos isso.

Se todos estiverem de acordo, vamos deixar o Item nº 1º, relativo ao Projeto de Lei do Senado nº 189, que define os objetivos e os métodos em modalidades da participação do Governo brasileiro em negociações multilaterais ou bilaterais como Item 2º.

Com respeito aos Itens nºs 2 e 3, os pareceres relativos aos embaixadores Tilden José Santiago e Leda Lúcia Martins Camargo já foram lidos; falta apenas a votação. Com relação ao Item nº 4, vamos examiná-lo agora.

Se todos estiverem de acordo com esses procedimentos, assim vamos proceder. (Pausa.)

Item nº 4:

Mensagem nº 80, de 2004, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Márcio Araújo Lage, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia, de autoria do Presidente da República.

Peço ao Senador Gilberto Mestrinho, como relator **ad hoc**, que leia o relatório preparado pelo Senador José Agripino relativo ao Embaixador Márcio Araújo Lage.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Embaixador, o Congresso Nacional, segundo o parecer do Senador Agripino Maia, foi chamado para opinar, como determina a Constituição, sobre a indicação pelo Presidente da República do Sr. Márcio Araújo Lage para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

A Constituição, como já disse, dá essa atribuição privativa ao Congresso Nacional, por intermédio do Senado Federal. Atendendo o preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado, que é dos mais ricos em informações sobre as representações do Sr. Márcio de Araújo Lage em várias partes do mundo. O diplomata indicado detém condecorações nacionais e internacionais.

Na informação do Itamaraty, constam informações sobre a República da Namíbia, dizendo que as relações do Brasil com aquele País são estreitas. O Presidente Sam Nujoma visitou o País em 1999 e voltará ao País em junho de 2004, atendendo a convite feito

pelo Senhor Presidente da República por ocasião de sua visita à Namíbia, em novembro de 2003.

Naquela ocasião, foram celebrados nove acordos entre os dois países, com destaque ao sistema de cooperações, em particular à cooperação naval.

Há pouco tempo, o Presidente da Namíbia esteve aqui, e o Brasil até doou um barco de guerra para aquele País.

Foi levantada ainda a questão da epidemia da Aids, típica naquela região da África. O Brasil está disposto a participar do esforço universal que existe para combater essa epidemia que vem dizimando o continente africano.

A Namíbia possui um PIB de US$3,5 bilhões, uma renda *per capita* de US$2.110, segundo dados de 1997, e a população é inferior a dois milhões de habitantes.

Tendo em vista a matéria ter sido apreciada, não cabem outras ponderações no âmbito deste relatório.

Esse é o relatório do Senador José Agripino, que conclui não haver nenhuma contra-indicação ao nome do Embaixador Márcio Araújo para nos representar na República da Namíbia.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que, com respeito ao Item nº 1 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 189, de minha autoria, Relator o Senador Marcelo Crivella e Relator *ad hoc*, Senador Jefferson Péres, na última reunião, foi feita a leitura do parecer, iniciada e encerrada a discussão, ficando pendente apenas a votação.

A Senadora Lúcia Vânia tem um compromisso urgente e pede, se possível, para votar tanto no Embaixador quanto no Item nº 1.

Como no Item nº 1, há necessidade de votação nominal, se os Senadores estiverem de acordo, a Senadora Lúcia Vânia pode expressar seu voto ao Item nº 1, se assim o desejar, já que S. Exª tem essa emergência, mas pode também aguardar a exposição que o indicado para ser Embaixador na República da Namíbia, Márcio Araújo Lage, fará.

Senadora Lúcia Vânia, V. Exª aguardará a exposição? (Pausa.)

Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, iremos discutir ou votar hoje o Item nº 5, que trata dos brasileiros no exterior que poderão votar para Governador, Vice-Governador e Senador?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estou recebendo apelo do Senador Eduardo Azeredo, Relator *ad hoc*, que preferiria que não fosse votado hoje, porque S. Exª não poderá estar presente. S. Exª fez esse apelo para que o votemos na reunião seguinte.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, nossa única preocupação é a de que, não votando hoje, evidentemente, não votaremos na semana que vem. Votaremos em agosto. Votando em agosto, já não sabemos se teremos condições de submeter essa proposta a toda tramitação a tempo de ser aplicada nas eleições de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em agosto, haverá, pelo menos, uma semana de esforço concentrado. Assumo o seguinte compromisso: nessa semana de esforço concentrado, atendendo ao pedido do Senador Eduardo Azeredo, iremos, na reunião, colocar esse projeto em pauta, com toda certeza, para assim mantermos o compromisso de não atrasarmos a votação dessa matéria para além de agosto. Esse é o compromisso que assumo com V. Exª e com o Senador Eduardo Azeredo, que fez o apelo, já que, em sendo Relator, não está presente. Está bem?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Sr. Márcio Araújo Lage.

O SR. MÁRCIO ARAÚJO LAGE – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Suplicy; Sr. Relator, Senador Gilberto Mestrinho, Srªs e Srs. Senadores, a República da Namíbia, como é do conhecimento de V. Exªs, ficou independente há apenas 14 anos, em 1990. Por essa razão, inicialmente, gostaria de fazer um pequeno resumo da história do país e de sua luta pela independência.

A Namíbia era a antiga África do Sudoeste, um protetorado alemão, até ser ocupada pela África do Sul em 1915. Como resultado da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações concedeu à África do Sul um mandato administrativo sobre aquele território.

Após a Segunda Guerra Mundial, a África do Sul se recusou a assinar um acordo de tutela com as Nações Unidas e, por mais 40 anos, estendeu o território namibiano, elemento chave do sistema de segregação.

Formalmente, a Assembléia Geral das Nações Unidas, terminou o mandato da África do Sul em 1966, sendo a ocupação sul-africana declarada ilegal pela Corte Internacional de Justiça em 1971. Em 1978, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 435,

que decidiu estabelecer sob sua autoridade um grupo de assistência para transição, de forma a assegurar a independência da Namíbia.

No entanto, devido a medidas dilatórias da África do Sul, ao encobrimento de decisões daquele organismo internacional e à Guerra Civil em Angola, um acordo final somente foi alcançado em 1988, e a ocupação sul-africana terminou em 1989.

Desde o fim dos anos 50, Sam Nujoma, líder da Organização do Povo do Sudoeste da África, a Swapo, realizou gestões em prol da independência da Namíbia junto às Nações Unidas e a outros foros internacionais. Presidiu, pelo lado da Swapo, as negociações realizadas desde o final dos anos 70, que conduziriam à independência da Namíbia.

Em 1989, Nujoma retorna à Namíbia após 23 anos de exílio e assinou o cessar-fogo com o Governo da África do Sul. Em 1990, ele foi eleito pela assembléia Constituinte da Namíbia, por unanimidade, Presidente da República; em março de 1995 foi reeleito para um segundo mandato, e uma emenda constitucional permitiu-lhe ser eleito pela terceira vez em 1999. Em 2003, o Presidente Nujoma anunciou que não pretendia se candidatar a um quarto mandato nas eleições de novembro de 2004. Com a próxima eleição, haverá, pela primeira vez, uma mudança no Governo da Namíbia.

A novidade na passagem de poder tende a causar uma certa expectativa e alguma incerteza, mesmo considerando que a Namíbia é uma democracia de sólidas instituições. O Ministro das Terras, Reassentamento e Reabilitação e Vice-Presidente da Swapo, Ifikepunye Pohamba, foi escolhido candidato presidencial da Swapo na convenção partidária de maio último, o que deverá, segundo todas as estimativas, torná-lo vencedor das próximas eleições presidenciais de novembro. Pohamba é membro fundador da Swapo e foi Ministro do Interior da Pesca e Recursos Marinhos. Tem simpatia pelo Brasil, e já o visitou várias vezes. Desempenhou função de grande relevo em programas que interessam ao relacionamento bilateral, como o levantamento da plataforma continental da Namíbia, o Leplac, bem como a construção pelo Brasil dos barcos-patrulha.

A Namíbia, Sr. Presidente, como outros países da África, enfrenta problemas do baixo crescimento econômico, das altas taxas de desemprego, do alto nível de pobreza e da distribuição desigual da renda. O relativamente alto Produto Nacional Bruto da Namíbia *per capita* mascara uma ampla disparidade social e econômica no país. O fornecimento de serviços e a distribuição da renda refletem o legado da segregação sul-africana. A baixa taxa de crescimento é resultado de uma base de produção estreita e de uma deliberada ação política dispensada previamente, que marginalizou a participação da maioria da população nas atividades econômicas, sendo incapaz de absorver a massa de jovens que entra no mercado de trabalho. Agricultores de subsistência negros, que dependem pesadamente de precipitações pluviais erráticas, representam 55% da população, com uma renda *per capita* de somente 85 dólares por ano. Os mais ricos, majoritariamente brancos, 5% da população, concentram mais de 72% da renda *per capita* média de US$16.5 mil. A taxa de desemprego é estimada em 34%.

Nesse sentido, o incremento de políticas macroeconômicas eficientes e consistentes tem sido vital para a mobilização de recursos domésticos, o aumento da produtividade, a redução da fuga de capitais, a indução de iniciativas do setor privado, a atração de investimento estrangeiro direto qualificado e outros fluxos financeiros privados.

A Namíbia alcançou algum sucesso no incremento ao acesso na melhoria da qualidade do seu sistema educacional, dando prioridade a crianças e a mulheres, embora esse acesso não seja ainda universal para a população negra. O Governo da Namíbia continuou promovendo programas de educação cívica para prevenção de doenças infecciosas, especialmente HIV (Aids), que continua a dizimar em níveis alarmantes a população produtiva no País. A redução da pobreza é central para o esforço e desenvolvimento nacional da Namíbia. A formulação e implementação do programa de ação nacional de redução da pobreza, bem como o programa de capacitação instrucional, que visa suprir as principais carências na área de recursos humanos, têm contribuído para não comprometer as bases do desenvolvimento econômico e social. A economia namibiana está ainda estreitamente vinculada à África do Sul, e mais de 80% de seu comércio exterior é com ou via África do Sul. Os principais setores econômicos são a mineração, a pesca e a agricultura. O setor de mineração provê 54% das exportações da Namíbia, dos quais os diamantes representam 34% e o urânio, 10%. O setor pesqueiro é um dos que tem apresentado a maior taxa de crescimento, respondendo atualmente por 17% do PIB. O desafio é desenvolver novas fontes de crescimento diversificado.

Nesse sentido, o Governo tem promovido desenvolvimento no setor de turismo, encorajado investimentos estrangeiros, criou uma zona de processamento para exportação junto ao Porto de Walvis Bay, desenvolveu conexões de transporte rodoviário, conectando o País com a África do Sul, Zâmbia e Angola.

A Namíbia tem desempenhado funções importantes na promoção da paz, na convivência pacífica,

no contexto africano. O Presidente Sam Nujoma é um líder regional e continental de reconhecida estatura, e a diplomacia namibiana tem-se desincumbido de relevantes funções dentre as quais a Presidência da Assembléia-Geral das Nações Unidas, no ano de 1999/2000, pelo atual Primeiro Ministro Theo-Bem Gurirab.

A Namíbia é membro de diversos órgãos regionais africanos e organismos internacionais multilaterais. Como membro da união africana, tem participado do seu programa de recuperação econômica, a chamada Nova Parceria para o Desenvolvimento da África. Certamente, a Namíbia poderá se beneficiar desse mecanismo de cooperação regional em áreas de comércio exterior e investimento, principalmente se os vizinhos Angola, Zimbábue e Zâmbia assumirem os desafios de aumentar os seus padrões de boa governança e tornarem melhor os parceiros comerciais para Namíbia e para toda a região austral africana.

As relações com o Brasil foram formalmente iniciadas com a independência. Mas, desde a década anterior, já ocorriam contatos com Swapo que inclusive contou com apoio brasileiro nas Nações Unidas.

Em 1987, a Sam Nujoma visitou o Brasil como líder do movimento. E, em 1989, o governo brasileiro abriu escritório de observação de Induc, transformado em embaixada no dia da independência, em 21 de março de 1990. O Brasil tem procurado estabelecer uma política de aproximação com a Namíbia desde a sua independência, visando a um relacionamento especial, em particular nos assuntos relacionados com problemas navais e marítimos.

O Brasil e a Namíbia são parceiros na vizinhança atlântica e compartilham o patrimônio diplomático, que é a zona de paz e cooperação do Atlântico Sul.

A Marinha brasileira orgulha-se de ter ajudado a formar os oficiais que hoje compõem os quadros de comando da ala naval das Forças de Defesa da Namíbia. Praças e técnicos namibianos foram treinados nos centros de instrução e treinamento no Rio de Janeiro. Em 1999, a Escola Naval formou a primeira turma de guardas da Marinha namibianos, e essa cooperação prossegue normalmente.

Neste mês de julho será estabelecida uma **(inaudível)** naval brasileira na Namíbia, resultado de um significativo aumento da cooperação no âmbito das duas marinhas. Atenderá a inevitável tendência de aumento de contratos decorrentes das necessidades de treinamento e manutenção da Corveta Purus, doada pelo Brasil, bem como pela aquisição de barcos patrulha.

Depois de passar por reparos e por melhorias na Base Naval de Aratu, a Purus rebatizada de LT Gen. Dimo Hamaambo, foi, em 25 de junho último, oficialmente recebida pelo Ministro da Defesa namibiano, em cerimônia presidida pelo Ministro da Defesa José Viegas naquela base naval. A incorporação daquele navio é de grande importância para a Namíbia, na medida em que propicia à sua Marinha, além de um instrumento de proteção costeira, um recurso de adestramento do seu pessoal.

Cabe ainda o registro de que o Brasil tem contribuído para os esforços de pesquisa, demarcação da plataforma marítima da Namíbia, com a participação da Marinha no Programa de Levantamento da Plataforma Continental que recentemente iniciou sua segunda fase. Além disso, o Brasil tem interesse em participar da construção da base naval de Walvis Bay que tem sido reiterado ao governo namibiano.

A visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Namíbia, em 7 e 8 de novembro de 2003, foi uma demonstração clara do empenho em dar continuidade e reforçar as relações entre os dois países. Durante sua visita, foram firmados nove instrumentos jurídicos de cooperação técnica nas áreas de desenvolvimento urbano, desenvolvimento agrário, da saúde, da educação, de esportes, geologia e mineração, sobre produção de frutas subtropicais e leguminosas, sobre cooperação entre instituições de patrimônio histórico e para prestação de serviços no levantamento da plataforma continental da Namíbia.

Embora alguns instrumentos firmados durante a visita presidencial não tenham ainda produzido resultado, vale salientar o significado do Protocolo de Intenções na área da saúde, percebido na Namíbia como complemento ao Memorando de Entendimento sobre o HIV-Aids, firmado em março de 2003. As dificuldades de sua implementação, devido à divergência metodológica na administração de drogas anti-retrovirais, não impediram que os dois Governos continuassem buscando uma solução para o assunto, criando, inclusive, a possibilidade de outras ações conjuntas, como a luta contra a malária e a instalação de uma fábrica de medicamentos genéricos na Namíbia.

A visita de trabalho do Presidente Nujoma ao Brasil, acompanhado de altas autoridades e empresários, em 21 e 22 de junho último, correspondeu à intensificação das relações bilaterais, que se desenvolvem, como já sublinhei, em torno de afinidades estratégicas e de diversos programas de cooperação.

Uma vez que os dois países partilham causas comuns, com o fortalecimento da democracia, a defesa dos direitos humanos, a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e o combate à pobreza, à fome e ao subdesenvolvimento.

Cabe o registro de que a Namíbia abriu, em outubro de 2003, uma Embaixada em Brasília, numa demonstração da vontade de mobilizar esforços em

favor do fortalecimento de nossos laços de amizade. O primeiro Embaixador apresentou credenciais em 11 de junho último.

Finalmente, eu gostaria de salientar que o comércio bilateral é bastante reduzido em termos absolutos, ainda que se venham verificando sólidos aumentos em seus totais que passaram de menos de US$3,8 milhões, em 2002, para mais de US$10 milhões em 2003. No entanto, os resultados do primeiro trimestre do corrente ano indicam tendência à expansão: US$3,16 milhões no período de janeiro a março.

Os principais produtos de importados do Brasil são móveis de madeira, bombons, açúcar de cana; exportados para o Brasil: farinhas de peixe, dispositivos de cristais líquidos, plantas medicinais para perfumaria.

As negociações de um acordo de preferências tarifárias fixas entre o Mercosul e a União Aduaneira da África austral – que inclui, além da Namíbia, África do Sul, Botsuana, Lesoto e Suazilândia –, iniciadas em junho de 2003, têm sido um passo positivo no fortalecimento da cooperação entre as duas sub-regiões.

Espera-se que o texto principal possa ser assinado por ocasião da Cúpula do Mercosul, que ora se inicia em Puerto Iguazu, e seus anexos deverão ser concluídos até final de 2004.

A referida negociação, como etapa intermediária de um acordo de livre comércio, deve funcionar como um indutor dos fluxos de comércio por meio da liberalização em relativamente poucos setores que sejam capazes de dinamizar esse comércio bilateral e gerar benefícios para ambas as regiões.

Nesse sentido, estou certo de que podem ser abertas novas oportunidades para investimentos e exportações brasileiras, com vistas não só ao mercado namibiano, como também a outros mercados da África austral.

Em conclusão, creio poder dizer que, para o Brasil, as relações com a Namíbia têm, como particular atrativo, além do aprofundamento das relações comerciais e de cooperação, o adensamento do diálogo sobre temas regionais e multilaterais, de forma a construir consensos diplomáticos no conjunto de temas de interesses dos Países Atlânticos e do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Márcio Araújo Lage.

Antes de procedermos à argüição do Sr. Márcio Araújo Lage, eu gostaria de sugerir aos membros da Comissão, atendendo, inclusive, à necessidade premente da Senadora Lúcia Vânia e também do Senador Hélio Costa, que iniciássemos a votação nominal do Item nº 189 – se estiverem todos de acordo –, haja vista que a leitura do parecer e a discussão desse projeto foram realizadas na reunião passada.

Em seguida, faremos a argüição e completaremos a votação nominal, já que outros Senadores disseram que estão a caminho e, assim, haveria **quorum** suficiente para a votação dos dois itens.

A Presidência esclarece que a Comissão apreciará o substitutivo referente ao Item nº 1 – Projeto de Lei nº 189, de 2003 – e também o substitutivo apresentado pelo Senador Marcelo Crivella, lido pelo Senador Jefferson Péres, Relator **ad hoc**, em decisão terminativa. Haverá duas votações nominais: uma para o projeto e outra para a Emenda nº 1 da CCJ.

Em votação, o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003, com parecer pela aprovação, nos termos do substitutivo, e assim também da Emenda.

Os Senadores que chamarei poderão dizer "Sim" aos dois itens, ou seja, à emenda e ao parecer do substitutivo, porque assim facilitará operacionalmente.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Aprovação para os dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Aprovação para os dois itens.

O SR. MARCO MACIEL (PFL - PE) – Sr. Presidente, qual a matéria que está em votação?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Item nº 1 é o Projeto de Lei nº 189, cujo parecer, elaborado pelo Senador Marcelo Crivella, foi lido na reunião passada. O projeto é de minha autoria e estabelece as normas e os objetivos para que o Governo brasileiro realize negociações bilaterais e multilaterais.

Informo que este projeto de lei foi aprovado primeiro na Comissão Mista do Mercosul no ano passado; depois, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, com parecer do Senador Pedro Simon; posteriormente, na Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer do Senador Gilberto Mestrinho. Foi designado Relator aqui o Senador Marcelo Crivella, que, em inúmeras reuniões, ouviu entidades representativas de empresários e outros, conversou com o Ministro Celso Amorim, com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães a respeito de todos os cuidados que deveríamos ter, aperfeiçoou a redação deste projeto, que estabelece as normas e procedimentos objetivos.

Trata-se de um projeto que guarda relação com o *Trade Promocion Authority*, ou seja, a lei aprovada pelo Congresso norte-americano que estabelece normas e procedimentos do próprio Governo norte-americano para negociar conosco e com outros países. Na União Européia, também há um procedimento deste tipo.

Informo, Senador Marco Maciel, que este projeto foi elaborado em cooperação com o Ministério de Relações Exteriores, segundo o qual a aprovação deste projeto ainda neste semestre ajudará bastante o Governo brasileiro nas suas negociações, por exemplo, com a União Européia e com o Mercosul.

Ressalto que o art. 4º deste projeto estabelece que, continuamente, o Governo brasileiro deverá interagir com o Congresso Nacional para que estejamos nós, Senadores, e os Deputados Federais continuamente informados de todo o processo de negociação.

Portanto, muitos de nós temos estado presentes em reuniões que se realizam nas negociações de Mercosul, da Alca, da União Européia e assim por diante, o que agora será cuidadosamente estabelecido como uma norma que o Senado Federal aprovará.

É isto que estamos votando, Senador Marco Maciel. O parecer já foi lido e a discussão, realizada.

(Procede-se à votação nominal.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, peço licença para me ausentar, não sem antes cumprimentar o Embaixador Márcio Araújo Lage, e desejar sucesso nesse novo desafio que vai enfrentar. Pela trajetória lida em seu currículo, sabemos da capacidade de V. Sª, e temos a certeza de que realizará um excelente trabalho, estabelecendo uma parceria forte entre aquele país irmão e o Brasil.

Portanto, leve meus cumprimentos e os meus votos de sucesso em sua nova trajetória.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

(Continua o processo de votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tanto para a Emenda como para o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003, foram registrados 11 votos favoráveis, nenhum voto contrário, não houve abstenção, portanto, a matéria foi aprovada e seguirá para turno suplementar na próxima reunião, de acordo com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Devo considerar, ainda, o voto Senador Pedro Simon, que está presente. Como vota, V. Exª, em relação ao Projeto de Lei nº 189, Item nº 1, que se refere aos objetivos e normas do projeto de lei de que V. Exª foi relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o mandato negociador? Tenho a honra de considerar o voto, já que V. Exª chegou ainda quando se dava o projeto de votação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu voto a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Portanto, gostaria de retificar, pois são 12 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

Agradeço a presença e a votação do Senador Pedro Simon.

Eu, como autor e Presidente, não posso votar.

Está aprovada a matéria e será encaminhada à Secretaria da Mesa.

Continuamos, então, a argüição do Embaixador Márcio Araújo Lage, indicado para a República da Namíbia.

Passaremos, agora, à parte reservada da argüição.

Os Srs. Parlamentares podem permanecer no recinto.

Os Srs. Senadores que, por ventura, tiverem qualquer impedimento queiram já expressar seu voto. (Pausa.)

(A reunião torna-se reservada às 12h43min.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro reaberta a reunião. Podemos anunciar o resultado da votação.

Peço aos Srs. Senadores Gilberto Mestrinho, Pedro Simon e Marco Maciel que respectivamente nos digam o resultado da votação das indicações do Sr. Tilden José Santiago para exercer os cargos de Embaixador junto à República de Cuba e de Embaixador do Brasil junto à Antígua e Barbuda; da Srª Leda Lúcia Martins Camargo para exercer os cargos de Embaixadora junto a Moçambique e de Embaixadora junto à República de Seychelles; do Sr. Márcio Araújo Lage para exercer o cargo de Embaixador junto à República da Namíbia.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Treze votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Treze votos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Quatorze votos, Sr. Presidente. Treze mais o seu: quatorze votos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, creio que foram quatorze votos, depois que o Senador Suplicy votou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Certo. Então, quatorze votos para os três.

Cumprimento os Embaixadores Tilden José Santiago e Leda Lúcia Martins, que já estiveram aqui, e o Embaixador Márcio Araújo Lage. Cumprimento também a Srª Elizabeth, seu filho Júlio e a Srª Mariana, sua filha também. A família toda veio honrar nossa Comissão com sua presença. Desejamos ao Embaixador Márcio Araújo Lage todo êxito. V. Exª esteve, como côn-

sul-geral em Assunção, no Paraguai, onde atua hoje como Ministro Encarregado de Negócios. Na Namíbia, certamente V. Exª contribuirá muito para o sucesso de nossas relações com aquele país e com a África.

Meus parabéns a V. Exª.

Item nº 5:

Por solicitação do Senador Eduardo Azeredo, o Relator, não iremos apreciar este item hoje, fica, portanto, adiada sua apreciação para agosto. Trata-se do Projeto de Lei de 4.737, de 15 de julho de 1965, sobre o Código Eleitoral para permitir o voto do eleitor que se encontra no exterior.

Item nº 6:

Projeto de Decreto Legislativo 603, que aprova o texto de acordo do Governo do Brasil com a Nova Zelândia sobre isenção parcial de vistos, celebrado em Brasília em 20 de novembro de 2001.

Senador Pedro Simon, V. Exª poderia fazer a gentileza de ler, como relator *ad hoc*, o parecer do Item nº 6?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia sobre isenção parcial de vistos, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2001.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 7:

Projeto de Decreto Legislativo 604, que aprova o texto de acordo entre o Brasil e Portugal sobre exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo, técnico e de apoio ao serviço, celebrado em Brasília, em setembro de 2001.

Senador Relator: Mozarildo Cavalcanti. Peço a gentileza do Senador Marco Maciel para, como relator **ad hoc**, ler o parecer favorável.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, sem querer fazer mais delongas na leitura do parecer, diria que a matéria foi exaustivamente estudada, não apenas pelo Poder Executivo, mas também quando submetida ao Congresso Nacional.

Sob o ponto de vista formal, o projeto atende a todas as exigências e, quanto ao mérito, o acordo é de todo oportuno e conveniente em face do objetivo de minimização profissional a que os familiares desses servidores são submetidos em virtude da proibição de exercício de atividade remunerada.

A medida, além de trazer maior harmonia à família, uma vez que favorece a harmonização de **(inaudível)** seus componentes, ainda serve para desonerar os pais de família, os quais, ainda que servidores de Estados estrangeiros, podem não gozar de boa saúde financeira em função da própria condição de seus países de origem.

À luz do exposto, Sr. Presidente, o meu parecer é, como relator **ad hoc**, francamente favorável à aprovação da referida proposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 8:

Projeto nº 18, de 2004, do Senado, que institui o Grupo Parlamentar Brasil/Tailândia, de autoria do Senador Ney Suassuna, sendo relator o Senador João Alberto Souza.

Peço a gentileza ao Senador Gilberto Mestrinho de ler o parecer, que é favorável.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – O projeto estabelece a constituição de um grupo parlamentar Brasil/Tailândia, voltado para o incremento de atividades e aproximação entre os dois países.

O relatório do Senador João Alberto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O parecer é favorável.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 9:

Requerimento nº 4, de 2004, do Senado, que requer que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional manifeste ao Governo de Cuba, por intermédio da Embaixada daquele País em Brasília, bem como ao Ministro Celso Amorin, a apreensão do Senado Federal diante do episódio da prisão do cidadão brasileiro Paulo Henrique Seleme Hilel, preso em Havana desde 11 de janeiro de 2003, especialmente pela negativa do Governo cubano de prestar quaisquer informações à família do acusado.

Informações para conhecimento da Comissão. Observação: informações advindas do Ofício nº 8, DCC/DAC/AFEPA-MRE/CASC-Cuba, solicitadas pelo Requerimento nº 32, 2004/CRE, aprovada na reunião desta comissão.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As informações estão disponíveis para a Comissão.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem.

Então, as informações já estão disponíveis.

Item nº 10:

Requerimento nº 516, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pela vitória brasileira na OMC referente aos subsídios norte-americanos ao algodão. A autoria é do Senador Aloizio Mercadante. A relatoria é do Senador Arthur Virgílio.

Informo que, em relação aos Itens nºs 10, 11 e 12, como todos são sobre o mesmo assunto, poderemos examiná-los de maneira conjunta. No Item nº 11, o Senador Arthur Virgílio e outros requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela vitória do Brasil na Organização Mundial do Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos. A relatoria é do Senador Tião Viana.

No Item nº 12, que também é do Senador Arthur Virgílio e de outros, requer-se voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso pela vitória do Brasil na OMC que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos. O parecer é também do Senador Tião Viana.

Aqui, considerou-se que o Ministro Celso Amorim, tanto no Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto agora, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva colaboraram para o êxito dessa vitória na OMC.

Senador Pedro Simon, V. Exª poderia sintetizar os três pareceres, por favor, como relator **ad hoc**?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Um pouco exagerado com relação ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas sou favorável.

Penso que devemos votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 13:

Requerimento nº 531, de 2004, que requer, nos termos regimentais, seja enviado às autoridades israelenses no Brasil apelo no sentido de se resguardar a vida, a liberdade e os direitos humanos do físico nuclear Mordechai Vanunu.

Peço ao Senador Pedro Simon a gentileza de sintetizar o parecer.

Relembro que o físico nuclear Mordechai Vanunu havia sido, em princípio, condenado à morte. Depois, ele foi condenado a dez anos, que cumpriu. Ele foi condenado por revelar segredos que, em verdade, tiveram sentido de preservar a paz, para que não houvesse explosões nucleares.

Por isso, muitos consideram que ele contribuiu para a paz. Já estando em liberdade, noticiou-se que talvez ele tivesse dificuldades de se locomover em seu próprio país ou de ir para o exterior.

Por essa razão, eu próprio apresentei um requerimento para que as autoridades israelenses pudessem resguardar a sua vida, a sua liberdade e os seus direitos, estando já o mesmo em liberdade.

O Senador Pedro Simon, como relator **ad hoc**, tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Concordo com o parecer do Senador Jefferson Péres, que apresenta parecer favorável, por entender que o apelo no sentido de se resguardar os direitos fundamentais de qualquer cidadão, em qualquer país do mundo, deve ser compromisso de todo Parlamento democrático.

O voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O último requerimento, do Senador Aloizio Mercadante, requer, nos termos do art. 93, audiência pública em conjunto da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Assuntos Econômicos, com a finalidade de discutir o acordo do Mercosul/União Européia e o impacto potencial na industria brasileira.

Este requerimento, regimentalmente, só poderia ser examinado na presença do autor. Mas como eu gostaria de subscrevê-lo, o requerimento propõe que sejam convidados o Embaixador Graça Lima e ainda os Srs. Júlio César Gomes de Almeida, Luiz Moan Yakibu Jr, Paulo Periquito, Horácio Lafer Piva, respectivamente Diretor-Executivo do IED; Diretor de Assuntos Internacionais da General Motors, Presidente da Multibrás, Presidente da Fiesp, além do Embaixador Graça Lima.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – O nobre Presidente assinando como co-autor fica sanada qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Isso porque se trata de um requerimento para um debate importante, a ser realizado na Comissão de Assuntos Econômicos e nesta Comissão, em conjunto.

Então, creio que é da maior relevância, porque está havendo acordos com a União Européia, e é muito importante que esta Comissão acompanhe de perto e tenha as informações, no espírito inclusive do Projeto de Lei nº 189, Item nº 01 da pauta, por nós aprovado hoje.

Então, trata-se de audiência da maior relevância, e eu assino o requerimento.

Em discussão.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, inclusive pela questão do Paraguai, que está resistindo aos acordos com a China e a questão do México, que quer se incorporar ao Mercosul. É de se saber como fica a situação do México em relação ao Nafta e ao Mercosul.

Então, é importante essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores Pedro Simon, Marco Maciel, Gilberto Mestrinho e todos os demais, que conseguiram que tivéssemos êxito para apreciar toda a pauta de hoje.

Muito obrigado.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h11min.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 30 de Junho de 2004 às 10 horas.

Às dez horas do dia trinta de junho de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Augusto Botelho, Delcídio Amaral Paulo Elifas, Antonio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko, Fátima Cleide Valdir Raupp, Paulo Octávio, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Roberto Saturnino, Luis Otávio, Ney Suassuna, Romero Jucá, Marcos Guerra, Mozarildo Cavalcanti. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senhor Senador Leonel Pavan. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sibá Machado, Duciomar Costa, Magno Malta, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Valmir Amaral, João Ribeiro, Sérgio Guerra e Teotônio Vilela Filho. Reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Item nº 01- Audiência Pública. Autoridade convidada: Dr. José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobrás. Assunto: Informações e esclarecimentos sobre a aquisição e campanha publicitária realizada pela Petrobrás, relativas as Plataformas P-51 e P-52, bem como os dados técnicos relativos ao programa de licitações de plataformas para os próximos cinco anos. Autor: Senador José Jorge. Resultado: Realizada. Após a explanação do senhor Presidente da Petrobrás, Dr. José Eduardo Dutra, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores José Jorge, Roberto Saturnino, Rodolpho Tourinho, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Sérgio Cabral e Antonio Carlos Valadares.

Extra Pauta – Item nº 01- Projeto de Lei da Câmara nº 033, de 2004. Não Terminativo. Ementa: "Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências." Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Delcídio Amaral. Parecer: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado. Não houve oradores inscritos para discutir a matéria, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 02 – Requerimento nº 17, de 2004 – Assunto: Requeiro nos termos do artigo 90, inciso III do regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, com o Dr. Guilherme Estrela, Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás; Dr. Newton Reis Monteiro, Diretor da Agência Nacional do Petróleo- ANP e do Dr. Caiuby Alves da Costa, Diretor da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, com o objetivo de prestar esclarecimentos e informações sobre as diretrizes dos referidos órgãos e o ponto de vista do conceituado especialista convidado, em relação a exploração dos maduros nas bacias petrolíferas no país. Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Resultado: Aprovado. Não houve oradores inscritos para discutir a matéria, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **José Jorge,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta da reunião consta de um único item. Posteriormente, haverá dois itens extrapauta.

Item 1: Audiência pública. Assunto: informações e esclarecimentos sobre a aquisição e campanha publicitária realizada pela Petrobras, relativas às Plataformas P-51 e P-52, bem como os dados técnicos re-

lativos ao programa de licitações de plataformas para os próximos cinco anos. Expositor: Dr. José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras. Autor do Requerimento nº 06/04: Senador José Jorge.

Em primeiro lugar, agradeço a presença do Dr. José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras e ex-companheiro nosso aqui no Senado, e passo-lhe a palavra para que possa fazer sua exposição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Senador José Jorge; Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, registro a minha satisfação por estar de volta a esta Casa, particularmente a esta Comissão, da qual fui membro, se não me falha a memória, durante os oito anos do meu mandato de Senador.

Esta minha vinda à Comissão estava agendada desde abril. De lá para cá, houve uma série de adiamentos, alguns por solicitação minha e outros por solicitação da própria Comissão. Em face de episódio público ocorrido há duas semanas, acabaram sendo bons esses adiamentos, porque terei oportunidade de fazer uma exposição. O último adiamento deu-se por solicitação minha ao Senador José Jorge, Presidente da Comissão. Esta reunião estava marcada para o dia 5 de junho, se não me engano, e o requerimento original tratava da exposição sobre as Plataformas P-51 e P-52. Então, solicitei ao Senador José Jorge o adiamento para o dia 22, porque estávamos quase na data de assinar contratos referentes a mais quatro plataformas. E a solicitação do adiamento foi para que eu pudesse, ao comparecer aqui, apresentar os dados não só sobre a P-51 e sobre a P-52, mas também sobre as outras quatro plataformas cujos contratos estávamos na iminência de assinar, como acabou ocorrendo. Portanto, embora o título da exposição refira-se apenas à P-51 e à P-52, vamos tratar de todos os contratos que assinamos durante o ano passado e este ano. E vamos começar exatamente pela plataforma mais polêmica, que foi a PRA-1.

Esse quadro mostra apenas alguns dados sobre o resultado da Petrobras em 2003. Gostaríamos de destacar, além do lucro líquido de R$17 bilhões – um aumento de 119% em relação ao 2002–, o volume da contribuição da Petrobras para o crescimento do País, mediante o pagamento de impostos, *royalties* e participações especiais. Quer dizer, entre tributos próprios retidos de e por terceiros e *royalties* e participações especiais, a Petrobras pagou, no ano passado, R$56,4 bilhões, um resultado que fala por si.

Como eu disse, vamos começar exatamente pela plataforma que foi o objeto da polêmica, a PRA-1.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Gostaria de fazer um apelo ao Presidente José Eduardo Dutra. O Senador Sérgio Cabral, representante do Rio de Janeiro e, portanto, interessado neste assunto específico, solicitou-me que deixássemos este tema para a hora em que estivesse aqui, pois S. Exª é Relator de uma indicação para Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que está sendo votada agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Como o Dr. José Eduardo Dutra gentilmente concordou com o pedido, passaremos a outro assunto e, depois, voltaremos a este.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Concordo com o encaminhamento, Sr. Presidente. Só quero ponderar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ainda não está trabalhando. Creio que o Senador poderia estar aqui, mas, de qualquer forma, o que queremos é transparência e debate. Este Governo adora debate e transparência, e faço questão de que estejam presentes todos os Senadores. Não sei por que não há outros da Oposição, já que estavam tão interessados na matéria, mas, de qualquer forma, vamos fazer a gentileza, pois considero o assunto muito oportuno.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas do Governo também não há muita gente. É verdade que V. Exª vale por uma bancada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Mas estou muito bem acompanhado pelo Senador Rodolpho Tourinho, que, sobre esta matéria, sempre pensa com espírito público e, portanto...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Creio que toda a Oposição, assim como V. Exª, pensa com espírito público, mas cada um tem a sua função constitucional. Ontem mesmo, havia o interesse do Governo – o Senador Delcídio Amaral é testemunha – em votar um projeto; fizemos todo o esforço aqui para obter **quorum** para que votássemos esses projetos que estão em regime constitucional, inclusive com a colaboração do Senador Delcídio Amaral e de diversos Senadores da Oposição, inclusive eu e o Senador Tourinho, mas não conseguimos **quorum**. É um período difícil, estamos em período de convenções partidárias. Há alguns Senadores interessados no tema, como V. Exª quis se referir, particularmente o Senador Jorge Bornhausen, que viajou devido a uma convenção no Estado de Santa Catarina. Até ontem ele estava aqui, mas, infelizmente, não pôde estar hoje.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não mencionei nenhum Senador específico. O que queria registrar é que assisti na televisão a uma Governadora de Estado fazer uma acusação pública infundada, sem comprovação alguma, e a oportunidade de aprofundarmos essa reflexão é nesta audiência pública. Considero este um capítulo fundamental, que deve ser esclarecido na reunião de hoje. E meu interesse,

mesmo que não haja ninguém presente da Oposição, é fazer as perguntas para que o Presidente da Petrobras possa esclarecê-las devidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Também sou da Oposição, Senador, e estou aqui presente. Até fui autor do requerimento e farei as perguntas. Não vou precisar de que V. Exª as faça.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Se V. Exª esquecer-se de alguma, pode deixar que vou estar aqui para complementar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não me esquecerei de nenhuma delas, Senador, pois trouxe-as por escrito.

Gostaria de esclarecer que fiz este apelo para aguardarmos um pouco, porque gostaríamos de examinar esse ponto com a presença do Senador Sérgio Cabral, que me solicitou um tempo. Mas é evidente que não era necessária a sua presença, pois o assunto foi nacionalmente debatido. De qualquer maneira, vou mandar verificar na Comissão de Constituição e Justiça se ele pode vir agora.

V. Sª tem a palavra, Dr. José Eduardo Dutra. Desculpe-me por interrompê-lo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Para nós, a ordem dos fatores não altera o produto. Vamos começar pela apresentação original, que havia sido preparada para a primeira agenda. Está na pág. 48. Já entramos na P-51 e P-52.

Esse primeiro *slide* mostra a localização dos campos onde serão instaladas as duas plataformas: a P-52, no Campo de Roncador, a uma distância de 125 quilômetros da costa; a P-51, no Campo Marlim Sul, a uma distância de 175 quilômetros da costa.

Esse *slide* mostra as características das duas plataformas. Apesar de serem plataformas semelhantes, algumas diferenças entre elas são destacadas na parte de cima do gráfico. Ambas têm uma capacidade de produção de petróleo de 180 mil barris por dia, mas há diferença em relação à capacidade de compressão de gás: a capacidade da P-52 é de 9,3 milhões m^3 de gás comprimido por dia; a P-51, 7,2 milhões m^3 de gás comprimido por dia; também em relação à capacidade de tratamento de gás, 7,5 milhões a 6 milhões; injeção de água, 300 mil a 280 mil; e a plataforma P-52 será instalada em uma lâmina d'água de 1.795 metros, enquanto a P-51 em uma lâmina d'água de 1.250 metros.

No quadro abaixo, há os dados comuns às duas plataformas: vida útil, peso total, peso de ar, deslocamento, calado, cumprimento, etc.

Esse slide mostra a estratégia de contratação da P-51 e P-52, definida ainda em 2002. Optou-se por fazer três licitações para as duas plataformas.

Um processo de licitação foi para os módulos de geração, de forma que houvesse um processo e um vencedor para a P-51 e a P-52. Portanto, quem vencesse o processo de licitação do módulo de geração ficaria encarregado da construção dos módulos tanto da plataforma P-51 quanto da plataforma P-52.

O mesmo adotou-se em relação aos módulos de compressão: um processo, um vencedor para a P-51 e a P-52.

Em relação ao EPC, que é a construção do casco, dos *topsides* e integração dos módulos – *topside* é tudo o que está acima da plataforma e inclui, além dos módulos, as facilidades, alojamento, etc. –, optou-se por um processo, mas com dois vencedores, quer dizer, a empresa ou o consórcio que ganhasse a P-51, nesse processo licitatório, não poderia ganhar a P-52.

A legislação utilizada foi a legislação aplicável a licitações. Os processos foram conduzidos na modalidade convite internacional, com base no regulamento do procedimento licitatório simplificado da Petrobras, aprovado pelo Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998. Esse decreto tem a sua base legal no art. 67 da Lei nº 9.478, de 1997, e na Emenda Constitucional nº 9, aprovada em 1995, que quebrou o monopólio estatal do petróleo.

Na licitação original, não havia requisitos de conteúdo nacional. Essa modificação foi introduzida pela atual direção da Petrobras. Quais são esses requisitos? No caso dos módulos de compressão de gás, alguns itens deveriam ser executados no Brasil: engenharia de detalhamento, construção, montagem e comissionamento, e se exigia um conteúdo nacional mínimo de 75% do valor do contrato, excluído o valor dos módulos compressores. Por que não se inclui a exigência de conteúdo nacional para os módulos compressores e para as turbinas? É que, infelizmente, por enquanto não há similar nacional. Portanto, como a indústria nacional não produz motocompressores nem turbinas, o valor dessas máquinas foi excluído dessa exigência de conteúdo nacional. Tanto para módulos de compressão e gás quanto para módulos de geração de energia elétrica exigia-se a execução no Brasil da engenharia de detalhamento, a construção, a montagem e o comissionamento, e a exigência de conteúdo nacional mínimo de 75% do valor do contrato, excluindo-se os motocompressores e as turbinas, pelo fato de não haver similar nacional.

Em relação à construção do casco, planta de processo e utilidades, exigiu-se a execução no Brasil dos seguintes itens: engenharia de detalhamento, construção e montagem dos *topsides* e integração da unidade, e o conteúdo nacional mínimo foi de 60% dos *topsides*. Ressalte-se que, no processo de licita-

ção, também não se incluiu como obrigatoriedade a construção do casco no Brasil. Portanto, esses 60% de conteúdo nacional eram os 60% do valor dos *topsides*. Inclusive, no caso da P-52...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O que foi excluído?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Foi excluída a obrigatoriedade de se construir o casco no Brasil. Não se incluiu, no processo de licitação, a obrigatoriedade de construção do casco no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, os 60% seriam do resto?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sim, 60% do resto. Tanto é que, no caso da P-52, a empresa que ganhou vai construir o casco em Cingapura. No caso da P-51 – veremos o detalhamento mais à frente –, como houve um compromisso do Governo do Estado do Rio de Janeiro com a isenção do ICMS, desde que o casco fosse construído no Estado, isso acabou acontecendo. Então, o casco será construído no Rio de Janeiro, com a respectiva isenção do ICMS.

Em relação ao plano de execução da P-51, há um conteúdo nacional de 70%, tendendo ser esses 70% o conteúdo nacional total do contrato do EPC, que inclui aí o casco, cujo contrato foi de US$638 milhões. Há o mapa mostrando onde serão realizados diversos serviços: equipamentos, integração, construção e montagem no Brasil; compressores, pela Nuovo Opinione, na Itália; turbinas, pela Rolls-Royce, no Reino Unido.

Em relação à geração de emprego, queremos ressaltar que todas as atividades realizadas no Brasil são as que vão gerar o maior número de empregos, diretos e indiretos. No caso da P-51, estamos estimando a criação de 4.800 novos postos de trabalho no País, diretamente relacionados à atividade de engenharia, construção e montagem do casco e *topsides*. Essa plataforma terá um volume de empregos diretos e indiretos superior à da P-52, exatamente pelo fato de o casco ser construído no Brasil.

Em relação aos empregos indiretos, há fórmulas para os diversos gostos. A Petrobras tem optado por um cálculo mais conservador: ela faz a projeção de três empregos indiretos para cada emprego direto. Há quem entenda que essa relação é de quatro indiretos por um direto. E há até os que, considerando o chamado "efeito renda" da geração desses empregos diretos, estimam que possa haver uma relação de empregos indiretos e diretos até de dez por um.

Portanto, fica à escolha do freguês a apresentação do volume de empregos diretos e indiretos gerados. A Petrobras tem optado, em todo o processo de divulgação desses empreendimentos, por um cálculo mais conservador, que tem inclusive aderência aos cálculos da Unip, de uma relação de três empregos indiretos para cada emprego direto gerado.

Então, com essa premissa, essa plataforma geraria 14.400 empregos indiretos na indústria brasileira, no período da construção. Acerca desse período da construção, pedirei ajuda aos técnicos da Petrobras cuja presença acabei sem registrar. Estão aqui presentes Renato de Souza Duque, Diretor de Serviços; Guilherme de Oliveira Estrella, Diretor de Exploração e Produção; Pedro José Barusco Filho, Gerente Executivo de Engenharia, que inclusive fará uma exposição quando formos tratar da PRA-1, por envolver uma questão mais técnica.

Esse número de empregos considerados é no período de pico. Agora, qual é período do contrato, Duque? Você tem essa informação?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE – O período é de 34 meses.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Em relação à P-52, esse conteúdo nacional também se refere aos *topsides*. O *slide* ora apresentado é uma mera ilustração de onde serão executados os diversos serviços: a construção do casco, em Cingapura; a construção e integração dos módulos de geração e compressão e *topsides*, no Rio de Janeiro.

Esse *slide* é semelhante ao da P-51; só que, no caso da P-52, serão criados 2.500 novos postos de trabalho no País, diretamente. Seguindo o cálculo de três empregos indiretos para cada emprego direto gerado, seriam 7.500 empregos indiretos e, portanto, dez mil novos empregos no total.

Esse *slide* mostra a evolução do processo de licitação, e fizemos questão de apresentá-lo para mostrar que, antes da modificação introduzida pela atual direção da Companhia sobre o conteúdo nacional, já tinha havido dois adiamentos do processo licitatório: o primeiro, em 26 de novembro de 2002, decorreu da necessidade de atualização da documentação técnica e também por solicitação dos licitantes. É importante ressaltar esse ponto, porque foi antes de haver qualquer introdução de exigência de conteúdo nacional. Posteriormente, em 10 de janeiro, houve um segundo adiamento, também antes da introdução da exigência de conteúdo nacional, por solicitação dos licitantes e também em função de subfornecedores e questões de financiamento. O terceiro adiamento, em 25 de fevereiro, esse, sim, foi em função da inclusão dos critérios de conteúdo nacional. Então, esse *slide* mostra o cronograma, desses diversos adiamentos.

Queremos mostrar também que esses adiamentos são comuns e plenamente justificáveis em processos dessa natureza. Nós apresentamos alguns exemplos que envolvem a Petrobras. Se pegássemos exemplos

na indústria mundial, poderíamos ter pelo menos uns cinco *slides* dessa natureza. Mas, apenas em eventos que envolvem a Petrobras e eventos anteriores à introdução do conteúdo nacional, verificaremos atrasos semelhantes.

Por exemplo, com relação à P-43 e à P-48, a licitação foi iniciada em março de 1999, e o contrato foi assinado em junho de 2000 – portanto, com atraso de 16 meses. Com relação à P-50, a licitação foi iniciada em setembro de 2001, e o último contrato foi assinado em julho de 2002 – atraso de 11 meses. Com relação ao Campo de Agbami, na Nigéria, do qual nós somos sócios, mas o operador é a Chevron/Texaco, a licitação iniciou-se em abril de 2000 – esse *slide* é da primeira apresentação e diz que não foi concluído até abril de 2004, mas parece que foi concluído agora em junho de 2004. Nesse campo, em que a Chevron é a operadora – portanto é ela que seleciona o epecista, que faz a contratação – houve um atraso de quatro anos.

Então, são apenas alguns exemplos de que esses atrasos relacionados à P-51 e à P-52 não foram, de forma alguma, exclusivos da introdução da exigência de conteúdo nacional. Já havia dois atrasos anteriores, e eles são comuns em indústrias como essa, em encomendas dessa complexidade.

Passemos agora ao resultado da licitação do EPC. Em julho de 2003, foi divulgada a análise das propostas técnicas e de admissibilidade. Foram qualificados o consórcio Fels Setal/Technip, o consórcio Odebrecht/Saipem e a Samsung.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Isso para qual?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Para as duas, a P-51 e a P-52, pois – lembrando aquele ***slide*** que apresentei – era um único processo e, dentro da licitação, um mesmo consórcio não poderia ganhar as duas plataformas.

Foram os seguintes os preços encontrados nos envelopes:

No caso da P-51: Fels Setal/Technip, US$701 milhões; Odebrecht/Saipem, US$1,022 bilhão; Samsung, US$1,021 bilhão.

No caso da P-52: Fels Setal/Technip, US$774 milhões; Odebrecht/Saipem, US$1,052 bilhão; Samsung, US$1,042 bilhão.

Ficamos com as seguintes opções: primeiro, de acordo com as regras da licitação, a Fels Setal não poderia, dentro da licitação, ser qualificada para as duas plataformas. Então, tínhamos que escolher uma delas. À primeira vista, pelo senso comum, o lógico seria escolher a P-51, porque o valor era mais baixo – inclusive isso foi objeto de requerimento de informações feito pelo Senador José Jorge. No entanto, nós escolhemos a P-52, porque o Campo de Roncador – para onde vai a P-52 – é o maior campo da Petrobras e tem um óleo mais leve do que o do Campo de Marlim Sul – logo, é um campo que tem maior valor de mercado. Assim, a P-52, do Campo de Roncador, teria capacidade de suportar o aumento de custo do investimento em função do ICMS cobrado no Estado do Rio de Janeiro. Ou seja, apesar de que, do ponto de vista aritmético, a plataforma P-51 era mais barata, a P-52, no Campo de Roncador, seria economicamente mais rentável. Classificamos, então, a Fels Setal para a P-52, e encerramos o processo licitatório, porque o processo estabelecia que uma mesma empresa não poderia ganhar duas plataformas no mesmo processo licitatório.

Iniciamos um processo de negociação com a Fels Setal – como prevê o Decreto nº 2.745 – para conseguirmos melhores condições com a empresa na P-52. É importante ressaltar que, nesse processo de negociação, foi mantido o valor apresentado na licitação, mas, dentro desse valor de US$774 milhões, foi garantida a incorporação de alguns ajustes de escopo e de revisões do *topside*, o que mitigaria possíveis acréscimos de custo e de prazo que poderiam ocorrer durante a execução do contrato. Então, nesse processo de negociação com a Fels Setal, embora não tenha havido redução de preço, houve uma incorporação desses ajustes de escopo.

Em relação à P-51, esse foi o primeiro exemplo de cancelamento de negociação – vamos falar sobre isso várias vezes, até porque esse tema foi objeto de polêmica em relação à PRA-1, quando fomos acusados de termos cancelado uma licitação e, depois, aberto um processo de negociação. Ora, esse procedimento está absolutamente de acordo com o Decreto nº 2.745, por sua vez embasado na Lei nº 9.478.

Diz o Decreto nº 2.745:

> Art. 21. A licitação poderá ser dispensada nas seguintes hipóteses:
>
> .....
>
> e) Quando as propostas de licitação anterior tiverem consignado preços manifestamente superiores aos praticados no mercado, ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos estatais incumbidos do controle oficial de preços.

Esse Decreto nº 2.745 é de 1998. De lá para cá, centenas de processos de contratação da Petrobras foram cancelados com base nele. Como conseqüência, estabeleceu-se um processo de negociação que resultou em ganhos para a Companhia em comparação com os preços que conseguimos dentro da licitação.

Vamos mostrar tais resultados como resumo, ao fim da apresentação.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Essa empresa que estava em primeiro foi convidada para a negociação?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Foi. Agradeço a V. Exª pela lembrança.

Quando se encerra um processo de licitação, pela lei, a Petrobras poderia negociar com quaisquer dos proponentes. Agora, qual tem sido a prática da Petrobras, que foi feita nesse processo, foi feita na PRA-1 e tem sido feita sempre? A Companhia chama todas as empresas que participaram do processo licitatório para se fazer o processo de negociação, e esse processo de negociação é feito em paralelo com as diversas companhias, buscando melhores condições para a Petrobras.

Esse slide é importante ressaltar, porque, quando divulgamos o contrato da plataforma, esse contrato foi objeto de alguns artigos de jornais e até de um discurso aqui do Senador Jorge Bornhausen. Diziam que a plataforma estaria orçada em US$500 milhões, mas que foi assinado um contrato de mais de US$900 milhões. A Petrobras, em momento algum, divulgou para o mercado os valores do orçamento dessa licitação. Foi mantido o sigilo durante todo o processo licitatório, como estratégia para obtenção de melhores condições comerciais.

De onde surgiram os US$500 milhões, que a imprensa especulou durante muito tempo? Esse montante era relativo à assinatura do contrato da P-50, mas veremos mais na frente, na P-54, que não se pode estabelecer um processo de comparação entre a P-50 e a P-52, porque são plataformas profundamente diferentes – ao longo da exposição, vamos mostrar essas diferenças. Os valores contratados tanto para a P-51, que foram US$638 milhões – referentes ao EPC, casco mais *topsides* –, quanto para a P-52, US$774 milhões, foram considerados adequados por serem compatíveis com o orçamento da Petrobras para o EPC e com a situação atual do mercado. Esses valores estavam dentro do intervalo de orçamento da Petrobras. Mais adiante, mostraremos alguns dados relativos a informações de mercado que demonstram que esses valores estavam compatíveis.

Portanto, não é verdade que tenha havido duplicação de preço da P-52 em relação ao preço original em função da introdução de conteúdo nacional. Além disso, o financiamento do BNDES, concedido em função do atendimento dos critérios de conteúdo nacional, traz uma alavancagem financeira ao projeto que também nos dá mais conforto de dizer que os preços da P-52 e da P-51 estão absolutamente dentro do orçado pela Petrobras e de acordo com a prática da indústria de petróleo no âmbito internacional.

Esse quadro mostra os valores contratados para os módulos de geração e de compressão, valores esses estabelecidos por meio de negociação direta. Esse é um exemplo, de forma equivalente ao da PRA-1, em que houve cancelamento da licitação e abertura de um processo de negociação.

Consta aí embaixo o que foi recebido na licitação, e o que foi negociado.

Quanto ao módulo de geração, para a P-51, o valor era de US$128,96 milhões, mas foram negociados US$80,23 milhões – na verdade, na P-51, acabou ficando em US$69,18 milhões, pois houve isenção do ICMS. Na P-52, houve a mesma coisa: US$128,96 milhões, sendo negociados US$82,59 milhões – neste caso, não houve isenção do ICMS.

Quanto ao módulo de compressão, recebida a licitação para a P-51, US$74,48 milhões, foi negociado para US$59 milhões – US$51,60 milhões sem ICMS. Na P-52, US$79,34 milhões negociados para a P-52.

Esse quadro mostra que a decisão da Petrobras de cancelar a licitação e abrir um processo de negociação, embasado no Decreto nº 2.745, trouxe ganhos significativos para a Companhia em termos de redução de preço.

Fazendo um resumo, então, dos valores da P-51, lembremos que a P-51 foi objeto de negociação com o Governo do Estado do Rio, que concedeu a isenção do ICMS. É importante frisar esse ponto, pois inclusive dissemos publicamente, antes de fazer o acordo, que, se fosse mantido o preço original da P-51, a Petrobras teria que encontrar outra alternativa para a produção do Campo de Marlim Sul, porque esse projeto inviabilizaria, com os preços que estavam colocados, a sua instalação. Ele foi viabilizado a partir do processo de negociação, em que, com a construção do casco no Rio de Janeiro, conseguiu-se a isenção do ICMS, e o valor total da plataforma foi de US$759 milhões. Há US$20 milhões aí de ICMS referentes a componentes produzidos em outros Estados – logo, Estado do Rio não pôde dar isenção desse ICMS; ainda estão embutidos US$20 milhões de ICMS, em um total de US$759 milhões.

Quanto à P-52, não houve isenção de ICMS. O total foi de US$923 milhões, sendo US$169 milhões referentes ao ICMS embutido nos contratos.

Agora vamos fazer umas comparações entre as plataformas, até porque foram objeto de um requerimento do Senador José Jorge.

A P-40 e a P-52 são plataformas semelhantes, chamadas de semi-submersíveis. À esquerda, há um retrato da P-40 e um desenho esquemático da P-52,

que são plataformas semelhantes, mas cabe destacar algumas diferenças. Primeiro, a capacidade de produção de petróleo da P-40 é de 150 mil barris por dia; da P-52, 180 mil barris por dia. A capacidade de compressão da P-40 é de 6 milhões de m³/dia; da P-52, 9,3 milhões de m³/dia. Quanto ao tratamento e desidratação de gás, da P-40, 4,5 milhões; da P-52, 7,5 milhões. A injeção de água da P-40 é de 220 mil barris/dia; da P-52, 300 mil barris/ dia.

Além disso, outro aspecto importante é que a P-40 era uma plataforma já existente – portanto, o contrato era de conversão da plataforma. A P-52 é uma construção nova; só de aço, em comparação com a P-40, são 20.600 toneladas de aço da P-52 em relação à P-40. Estou mencionando esse dado, porque foi objeto de um requerimento de informações do Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É a comparação de preços?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sim, cito os dados para a comparação de preços.

A P-40, sem ICMS – não vamos considerar o ICMS, porque, na época da P-40, não havia essa legislação no Estado do Rio de Janeiro –, ficaria em US$570 milhões; a P-52, em US$754 milhões. Então, há uma diferença de US$200 milhões entre uma e outra.

Vamos agora às causas dessa diferença, sem considerar o ICMS.

Primeiro, na P-52, há um contrato de operação e manutenção para cinco anos, que não estava previsto na P-40. Só esse contrato, no caso da P-52, constitui um acréscimo de US$16,2 bilhões.

Segundo, há diferenças técnicas significativas entre a P-52 e a P-40: maior capacidade de processamento de óleo e gás – 180 mil barris/dia de óleo, contra 150 mil barris/dia de óleo, respectivamente; 109,3 milhões de m³ de gás, contra 100 milhões de m³ de gás; o próprio porte da embarcação; maior quantitativo de materiais nobres e equipamentos de tubulações.

Além disso, a P-52 é uma construção nova do casco, que ensejam 20,6 mil toneladas de aço adicionais.

Outro aspecto importante é o aquecimento do mercado mundial, decorrente do preço do petróleo. Sempre que há aumento do preço do petróleo, também aumentam os custos dos serviços, em função desse aquecimento do mercado mundial. Na época do edital da P-40, o óleo tipo Brent estava a US$19,40; na assinatura do contrato, o preço do Brent já era de US$20,10; o contrato dessa plataforma foi assinado com o Brent a US$30,00. Além disso, houve a inflação americana de 14,2% – apenas se aplicando esse valor da inflação americana já se chega a um valor pouco acima de US$600 milhões. Além disso, houve a alta do euro em relação ao dólar, que onerou o projeto da P-52. Portanto, mesmo se comparadas essas duas plataformas, que são semelhantes – ambas são semi-submersíveis – as diferenças, não só técnicas, mas também operacionais, além da inflação, além da variação de mercado, explicam essa diferença entre os preços dos dois contratos.

Vou mostrar o próximo *slide* em virtude de um discurso do Senador Jorge Bornhausen. O Senador, em seu discurso, citou parte de um editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** – se não me engano –, que dizia o seguinte: "Se a plataforma não fosse construída no Brasil, não teria que pagar ICMS". Isso não é verdadeiro! Existe a lei que criou o regime do Repetro e a chamada "exportação ficta", que consiste em construir uma plataforma no Brasil, exportá-la fictamente para uma empresa no exterior – no caso, uma empresa da própria Petrobras. Isso vale para a Petrobras, como para qualquer empresa que vier a ser instalada no Brasil. Nesse caso, os impostos federais não são cobrados, porque se considera uma exportação ficta.

O Estado do Rio de Janeiro não reconhece a exportação ficta em relação ao ICMS. Portanto, cobra o ICMS. Além disso, após realizar a exportação ficta, qual o procedimento para a internalização da plataforma? Criou-se a figura da admissão temporária, que foi taxada com ICMS pela Lei Valentim, de 12 de junho de 2002. Qualquer plataforma, para produzir petróleo no Rio de Janeiro – construída no Rio de Janeiro, em São Paulo ou fora do Brasil –, pagará ICMS no Rio de Janeiro. A não ser que seja objeto de negociação específica com o Estado do Rio de Janeiro, como foi o caso da P-51.

Portanto, não procede a "acusação" de que a decisão de se exigir conteúdo nacional encareceu a plataforma em função do ICMS do Estado do Rio de Janeiro, pois o ICMS seria cobrado em qualquer circunstância, como foi cobrado na P-52. Não foi cobrado na P-51 porque foi negociado que a construção do casco da plataforma seria no Rio de Janeiro para que se isentasse a empresa do ICMS.

Com relação à P-54, trata-se de uma plataforma semelhante à P-50. É uma SPSO, ou seja, um navio convertido em plataforma. Essa plataforma também exigiu um conteúdo nacional de 65% do EPC. Como se observa no *slide*, as exigências são semelhantes, até porque, quando lançamos o edital de licitação da P-54, já havia a experiência da P-51 e da P-52. Portanto, introduzimos na P-54 as mesmas exigências da P-51 e da P-52. Tanto é que, nesse caso, não houve adiamento em função da exigência de conteúdo nacional.

Então, os itens seguintes da P-54 seguem as mesmas diretrizes adotadas para a P-51 e a P-52: itens executados no Brasil obrigatórios, conteúdo nacional mínimo de 75% do contrato, assinatura de três contratos – um para módulo de compressão, outro para o módulo de geração, outro para casco e *topsides;* não se consideram nem as turbinas nem os compressores porque não há similar nacional.

Na P-54, também houve adiamento, não em função de modificações de licitação, porque, quando lançamos o edital, já havia a exigência de conteúdo nacional. E houve três adiamentos, todos em decorrência de solicitação dos licitantes. Ou seja, é o retrato do que ocorre normalmente na indústria de petróleo. Vamos mostrar depois a P-50, onde também houve adiamento.

Passemos a um resumo da P-54: valor total: US$785 milhões; capacidade de produção: 180 mil barris/dia; capacidade instalada de gás: 6 milhões. (Tendo em vista que os Srs. Senadores todos possuem cópia e creio que estou gastando muito tempo neste tópico, tentarei agilizar os dados mais técnicos.) Todas as atividades realizadas no Brasil são as que deverão gerar maior número de empregos diretos e indiretos. Serão criados 3.500 empregos diretos no País e 10.500 empregos indiretos – também se utilizando a premissa de que três empregos indiretos são gerados para cada emprego direto. Esse *slide* mostra o escopo da P-54 a ser executado no Brasil: projeto de detalhamento, construção e montagem do módulo de compressão e geração, o projeto e detalhamento do navio e dos *topsides,* a aquisição de material de construção, a fabricação de diversos equipamentos. Enfim, todos esses processos são executados no Brasil.

Vamos comparar a P-50 com a P-54, porque são unidades muito semelhantes. Na P-50, não houve nenhuma exigência de conteúdo nacional. Esse conteúdo nacional de 35% é uma estimativa da Petrobras a partir dos contratos e do acompanhamento desses contratos. Então, estamos fazendo essa comparação não só em face do discurso do Senador Bornhausen, mas também por causa da comparação feita pela imprensa, tanto de conteúdo nacional quanto de preço, entre a P-52 e a P-50. Ora, a comparação deve ser feita entre a P54 e a P50, porque são semelhantes. Então, o conteúdo nacional da P-50 foi de 35%; na P-54, 65%.

Na P-50, não havia exigência de conteúdo nacional, mas, nem por isso, o processo foi diferente dos anteriores em relação a adiamentos: primeiro adiamento em 25 de junho, segundo adiamento em 10 de julho, terceiro adiamento em 17 de julho. Estamos mostrando esse histórico para provar que não houve nenhuma novidade na P-52 e na P-54 em função de exigência de conteúdo nacional.

E aí vêm as comparações, sem se considerarem os impostos: a P-50 custou US$495 milhões; a P-54, US$768 milhões. À primeira vista, houve um aumento de 50% em relação aos preços. Mas vamos analisar esse aumento. No caso da P-50, nos US$768 milhões, já está incluso o ICMS; então, há US$145 milhões de ICMS embutidos no contrato da P-54 e que não estavam no contrato da P-50, porque ainda não havia a Lei Valentim. Outro ponto é que US$105 milhões foram aditivos já feitos na P-50, portanto, já estão incorporados ao contrato da P-50, em decorrência de mudanças de escopo, e já estão incorporadas na licitação da P-54. Além disso, houve a inflação do dólar.

Em suma, se formos comparar, fazendo a devida equalização, considerando o ICMS, considerando a mudança de escopo e a inflação do dólar, a diferença entre a P-54 e a P-50 foi de US$4 milhões, em um contrato de US$768 milhões. Esses US$4 milhões são perfeitamente justificáveis também, em função do aquecimento do mercado, porque, na época da P-50, o petróleo estava a US$25,00, e a P-54 já foi assinada com o petróleo a US$35,00. Além disso, houve o aumento do preço do aço; entre junho de 2003 e fevereiro de 2004, de acordo com diversas fontes – Steel Price Index, London Metals Exchange –, o preço do aço aumentou de 38% a 43%; isso é público até em função da demanda da China, etc.

A P-54 e a P-50 são comparáveis, mas não se deveria exigir a execução da P-54 nos mesmos moldes da P-50, pois a P-54 tem 65% de conteúdo nacional e vai gerar 3.500 empregos diretos no Brasil, um número muito maior do que o gerado na P-50. Na verdade, a P-54 não gerou impacto algum de preço em relação à P-50.

Esses são os dados que, na nossa avaliação, demonstram que os preços da Petrobras, os contratos que assinamos estão perfeitamente em consonância com a prática da Petrobras, com os preços históricos da Companhia e, principalmente, com os preços do mercado internacional. E a exigência de conteúdo nacional, ao contrário do que foi dito por muitos, de forma alguma significou encarecimento; na verdade, houve benefício para a indústria nacional em relação a preço.

Em relação a prazos, analisemos a situação da P-50, que tem aquele conteúdo nacional máximo estimado de 35%. Quando foi feito o estudo de viabilidade técnico-econômica dessa plataforma, o primeiro óleo da P-50 estava previsto para dezembro de 2003; quando foi assinado o contrato, o primeiro óleo estava previsto para junho de 2004; atualmente, estamos prevendo o primeiro óleo dessa plataforma para agosto de 2005.

Isso demonstra que atrasos não são exclusividade da indústria nacional. Essa plataforma foi inclusive a que deu margem à polêmica política, que foi o que gerou a Lei Valentim, no Rio de Janeiro. Trata-se de uma plataforma com menos de 35% de conteúdo nacional, com conversão fora, montagem de módulos fora, e, mesmo assim, já estamos com atrasos. Em relação ao prazo na assinatura do contrato, há um atraso de um ano e um mês na sua entrada em operação. As empresa de petróleo, de modo geral, estão trabalhando para reduzir isso, mas, infelizmente, essa tem sido uma prática na indústria de petróleo no mundo todo.

A Petrobras é membro do Upstream Industry Benchmarking Conference (UIBC), uma conferência da indústria de petróleo na parte de exploração e produção – upstream. Ligada a essa conferência, existe o IPA – empresa que analisa projetos de petróleo, coletando dados de experiência tanto de desempenho quanto de preços das indústrias de petróleo do mundo todo. Nós temos um gráfico que infelizmente não podemos mostrar aqui, Senador José Jorge, porque são dados confidenciais, compartilhados apenas pelas empresas que os fornecem. Pois bem, o IPA montou um gráfico que mostra uma curva – na verdade, é quase que uma tendência linear – em que se coloca produção, preço de petróleo na vertical, preço do equipamento e a sua capacidade de produção. E montou um gráfico a partir de dados reais de diversas empresas de petróleo no mundo. Nós temos acesso a esse gráfico. Plotando-se os valores tanto da P-51, quanto da P-52, quanto da P-54, obtidos pela Petrobras, e convertendo-os a dados de 2000 – porque são os dados de referencia desse gráfico –, os valores obtidos pela Petrobras estão abaixo da média obtida pela indústria mundial de petróleo. Naturalmente, esse gráfico não leva em consideração tributos, porque os tributos variam de país para país. Mas, considerando-se apenas os custos dos equipamentos, os custos das plataformas, os valores da Petrobras estão perfeitamente condizentes com os valores que têm sido pagos por diversas empresas na indústria do petróleo mundial.

Como eu disse, infelizmente não posso mostrar o gráfico, porque é confidencial, mas posso garantir a V. Exªs que esses preços obtidos pela Petrobras são bons se comparados internacionalmente. E nós mostramos o preço da P-50 com a P-54. Esses nós podemos comparar, porque os dois são nossos. Nós mostramos que, quando se faz equalização, não há nenhum acréscimo de custo pelo fato de se exigir a construção no Brasil. Então, esses são os dados relativos à P-51 e à P-52.

A P-34 é uma dessas plataformas que estamos reformando agora. É um antigo navio petroleiro, e inclusive estamos resgatando o nome dele. A P-34 chamava-se, originariamente, Juscelino Kubitschek. Depois, na época da ditadura, o nome foi mudado para Prudente de Moraes. Nós não temos nada contra Prudente de Moraes, mas decidimos resgatar o nome original do navio, que é Juscelino Kubitschek, por considerarmos a homenagem mais do que justa. Não é nem fazer homenagem nova. É retomar uma homenagem que havia sido modificada.

O conteúdo nacional da P-43 é de 80%, e a conversão será feita no Porto de Vitória. Quanto a ela, não houve maiores polêmicas. Então, vou passar mais rapidamente pelos dados. Foram quatro as propostas licitadas. Ela vai gerar 700 empregos diretos. Vai ser adaptada no Porto de Vitória, no Espírito Santo, pela empresa de engenharia GDK S. A. O valor do contrato é de R$265 milhões. A lâmina d'água será de 1.350 m, etc.

Agora teremos que voltar para a polêmica da PRA-1, do início da apresentação. Depois passaremos para a conclusão.

A PRA-1 é uma plataforma de rebombeio que originariamente fazia parte de um projeto mais amplo, que, conforme V. Exªs devem ter acompanhado, foi objeto também de polêmica com o Estado do Rio de Janeiro. O projeto visava ao escoamento do óleo da bacia de Campos e envolvia uma plataforma de rebombeio – no caso a PRA-1 –, um duto submarino até o litoral norte fluminense e dutos terrestres saindo do norte fluminense, levando o óleo para a refinaria de Duque de Caxias, para a refinaria de Betim e para duas das quatro refinarias de São Paulo.

Como V. Exªs devem ter acompanhado, esse projeto foi objeto de polêmicas com o Estado do Rio de Janeiro, e a Petrobras não tinha tempo para continuar com a polêmica, porque a P-52, que acabamos de descrever, foi projetada para escoar seu óleo através do PDAT, através, portanto, da PRA-1 e do duto.

A partir do momento em que assinamos o contrato da P-52, em dezembro do ano passado, começou a contar o relógio para a decisão da Petrobras em relação à forma de escoamento. Por isso, durante a polêmica, dizíamos que tínhamos que tomar uma decisão em relação ao PDAT até abril, porque, quando a plataforma estivesse pronta para produzir, tinha que estar do lado dela ou um navio ou um duto que escoasse o óleo. Se optássemos por um navio, teríamos que mudar o próprio projeto da P-52. Acabou que, no processo de estudo por parte dos técnicos da Petrobras, optou-se por uma alternativa em que se mantinha a PRA-1 e se retirava a necessidade do duto – vamos colocar três monobóias e escoar o óleo através de navios.

Esse é um desenho esquemático do que é a PRA-1, também com quatro contratos: o Contrato I, que são as jaquetas e as estacas, ganho pela Tekind, vai ser feito no Paraná; Contrato II, sistema de bombeamento, ganho pela Susi, que será feito em São Paulo; Contrato III, módulo de geração, pela Rolls-Royce, que tem a turbina do exterior, mas esse módulo vai ser feito no Rio de Janeiro. Então, mesmo no que concerne à PRA-1, uma parte dela vai ser feita no Rio de Janeiro. E o Contrato IV, objeto da polêmica, é a construção dos módulos, no caso *topsides*, a instalação da jaqueta dos mós, e a integração da plataforma, que é o contrato maior, de US$339 milhões, ganho pelo consórcio Odebrecht/UTC, será realizado na Bahia.

Esse é o histórico da licitação. É importante ressaltar duas datas ali, na quinta linha. Houve o encerramento por preço excessivo no dia 26 de janeiro. E o início do processo de contratação por negociação só se deu em 23 de março, porque esse período foi exatamente o da polêmica com o Estado do Rio de Janeiro. Não sabíamos se iríamos manter a construção da PRA-1, porque ela, como eu disse, fazia parte do PDAT. Como havia uma posição do Rio de Janeiro contra o projeto, ficamos dois meses sem avançar no processo de negociação da PRA-1, porque não tínhamos ainda uma decisão sobre se iríamos ou não fazer a plataforma. Quando encontramos aquela alternativa de escoamento, quer dizer, via PRA-1, monobóias e navios, quando nós, dentro dessa alternativa, chegamos à conclusão de que a PRA-1 seria necessária, iniciamos, então, o processo de contratação por negociação.

Esses foram os valores apresentados na licitação. Valores públicos, portanto; não valores extra-oficiais. São valores públicos desde o dia 22 de dezembro de 2003, quando foram abertos os envelopes. Nesse caso, a Mauá-Jurong tinha apresentado um valor menor, mas, de acordo com o orçamento da Petrobras, de acordo com o que prevê o decreto, de acordo com o que aconteceu em inúmeros outros processos, como já mostramos, inclusive, no caso dos módulos de geração da P-51 e da P-52, a Petrobras cancelou a licitação por preço excessivo e abriu negociação com as três empresas para buscar redução no preço.

Foi levantada também a polêmica, pela própria Mauá-Jurong, sobre a disponibilidade do canteiro de São Roque, na Bahia. Diziam que o canteiro de São Roque não havia sido colocado à disposição. Durante o processo licitatório, o canteiro estava disponibilizado para a licitação da P-51, da P-52 e para a jaqueta da PRA-1. Vamos lembrar que estavam correndo paralelamente a licitação da P-51, da P-52 e da jaqueta da PRA-1. Portanto, nessa fase da licitação, o canteiro de São Roque não estava disponibilizado para a construção dos módulos. Aberto o processo de negociação...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pergunto ao Senador Roberto Saturnino se ele pode presidir esta reunião por cinco minutos, enquanto vou à Comissão de Constituição e Justiça, que, aparentemente, está precisando de votos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sou testemunha de que estamos precisando de votos lá, pois sou Relator da matéria da eleição do Ministro Arnaldo Lima.

Obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Então, foi aberto o processo de negociação. Nesse processo, foram estabelecidas algumas premissas. Primeiro, foi prevista a possibilidade de adequação da proposta técnica anterior, buscando-se uma redução de preços, desde que comprovada a viabilidade técnica dessa modificação. As empresas Mauá-Jurong e Camargo Corrêa/Andrade Gutierrez apresentaram propostas técnicas diferentes daquelas do processo licitatório e ambas não comprovaram a viabilidade técnica. Esta também foi uma questão levantada: "Como é que se desclassificou o Mauá-Jurong pela proposta técnica e, ao mesmo tempo, ele ganhou a da P-54?" Não estamos colocando em questão a capacidade técnica do Mauá-Jurong. O que estamos dizendo é que a proposta apresentada relativa ao içamento dos módulos, dentro da modularização proposta, não foi comprovada tecnicamente. Por isso é que houve a desqualificação técnica dessa proposta. Mas, em relação a isso, vou passar a palavra ao engenheiro Pedro José Barusco Filho, Gerente-Executivo de Engenharia da Petrobras, que vai explicar a diferença da proposta técnica das duas empresas e todo o processo feito pela Petrobras, que culminou com a desqualificação.

Passo a palavra ao engenheiro Barusco.

O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO – Só relembrando, a PRA-1 foi subdividida nestes módulos: Módulo 1, de bombeamento; Módulo 2, também de bombeamento – são dois módulos de bombeamento; o Módulo 3, utilidades; Módulo 4, sistema de geração; Módulo 5, alojamento.

Esse quadro mostra que cada um dos módulos tem um peso correspondente e uma dimensão correspondente. E cada empresa, ou cada grupo, durante o processo de licitação e de negociação, fez um agrupamento para o içamento e a instalação desses módulos de forma diferente. Por exemplo, no processo de licitação, o Mauá-Jurong apresentou o içamento individual de cada módulo e, no processo de negociação, ele agrupou o Módulo 1, o Módulo 2 e o Módulo 3, formando um bloco único, fazendo o içamento dos

Módulos 4 e 5. O consórcio CNO/Ultratec agrupou o Módulo 1 e o 2, o Módulo 3 e o 5, e um último içamento, o do Módulo 4, mantendo no processo de negociação a mesma proposta. Já o grupo Isar, no processo de licitação, apresentou o içamento individual dos módulos e não participou do processo de negociação. O consórcio Camargo/Andrade, que tinha vindo a essa licitação juntamente com o Isar, continuou no processo de negociação e apresentou uma modulização idêntica à proposta pelo Mauá-Jurong.

Vou mostrar aqui, em uma seqüência, como foi, por exemplo, o Mauá-Jurong: içamento e colocação em cima da jaqueta da plataforma dos Módulos 1, 2 e 3; em seguida, a instalação do Módulo 5 e, por último, do Módulo 4. Essa foi a proposta do Mauá-Jurong no processo de negociação.

Agora, a proposta do Consorcio vencedor. Ele propôs içar o módulo M-3 e M-5; em seguida, o M-1 mais o M-2; por último, o M-4.

Quanto à proposta da Mauá-Jurong, o pessoal da Petrobras levou em consideração a dimensão e o peso do Módulo 1, mais crítico, aquele módulo compacto, e chegou à conclusão de que a carga de içamento superava a capacidade de carga do guindaste proposto para a instalação do módulo. Ou seja, havia um déficit, já na fase de proposta, de 1,7% de carga para o guindaste. Considerando-se que, durante a fase de construção e montagem, normalmente esses módulos crescem de peso, já era inviável na fase de proposta e essa inviabilidade se acentuaria.

No caso do consórcio Odebrecht/Ultratec, levando-se em consideração o módulo mais crítico, esta era a situação: havia ainda uma folga na capacidade de içamento de 35% para o guindaste proposto, que é o mesmo. Essa figura tentar comparar a proposta de ambas as empresas: do consórcio CNO/Ultratec e do Mauá-Jurong.

Conforme as exigências técnicas estabelecidas para essa negociação, era necessário comprovar a capacidade de içamento pela modulização proposta e apresentar também a comprovação da capacidade de instalação da jaqueta por içamento. A jaqueta pode ser instalada tanto por içamento como por lançamento. No caso de se apresentar a opção içamento, deveria ser comprovada a capacidade de instalação por esse método.

O Mauá-Jurong considerou os dados de peso dos módulos do projeto básico e não comprovou a capacidade de içamento, como foi mostrado anteriormente. E, quanto à jaqueta, ele simplesmente não apresentou a comprovação da capacidade de içamento dela.

O grupo CNO/UTC apresentou, mantendo o agrupamento da licitação, que já havia sido qualificado, e manteve a opção de instalação da jaqueta pelo método de lançamento.

A Camargo Corrêa não apresentou em ambos os casos.

Foi dito que nós não negociamos, que não houve processo de negociação. Podemos dizer aqui que, em 28 de abril, houve uma primeira solicitação à Mauá-Jurong para esclarecimentos técnicos. No dia 30 de abril, a Mauá-Jurong respondeu com esclarecimentos técnicos. No dia 4 de maio, houve uma segunda solicitação para novos esclarecimentos técnicos, relativos a essas questões colocadas. No dia 5 de maio, houve uma reunião técnica entre a Petrobras e a Mauá-Jurong, em que se solicitaram esclarecimentos novamente. No dia 6 de maio, veio a resposta da Mauá-Jurong, com os últimos esclarecimentos à Petrobras. No dia 14 de maio, o grupo de negociação emitiu o parecer técnico.

Esse foi o laudo do parecer técnico final sobre a proposta técnica da Mauá-Jurong, assinado por três engenheiros da Petrobras, que passo a ler:

Assim sendo, julgamos que os esclarecimentos apresentados na proposta e nas cartas da Mauá-Jurong, em referência, não comprovam a exeqüibilidade das operações de içamento e não permitem margem de segurança para qualquer modificação necessária durante a fase de construção e montagem, fundamentais para a garantia do cumprimento desse contrato.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Obrigado.

Esse foi o motivo preliminar para a desqualificação da Mauá-Jurong. Em função disso, concentraram-se as negociações econômicas com o consórcio Odebrecht/Ultratec para conseguir condições mais vantajosas para a Petrobras. E chegou-se ao valor do contrato, que foi de R$988 milhões. Vamos lembrar que a menor proposta durante a licitação foi de R$1,089 bilhão. O contrato assinado foi de R$988 milhões.

Como dissemos, a Mauá-Jurong foi desqualificada por não ter viabilizado tecnicamente a sua proposta. Foi levantado posteriormente, por meio de uma carta ao Governo do Estado, que a Mauá-Jurong teria apresentado, no processo de negociação, um valor menor do que o valor que foi assinado. É importante ressaltar que esse processo de negociação dá-se com base na confidencialidade. Não apresentaríamos, em circunstâncias normais, o valor proposto pela Mauá-Jurong, como não o faríamos com a Camargo Corrêa. Mas como houve uma carta da Mauá-Jurong encaminhada para o Governo do Estado e que foi amplamente divulgada, sentimo-nos na obrigação de detalhar a proposta financeira da Mauá-Jurong, que insisto: ela foi desqualificada preliminarmente pela questão técnica, mas, mesmo em relação ao valor apresentado,

o valor da proposta dela era superior a esse valor. Vamos aos valores.

O dado divulgado pela carta como sendo a proposta da Mauá-Jurong foi de R$884 milhões, naturalmente menor do que a proposta de R$988 milhões. Só que essa não era a proposta total, como veremos a seguir pelos quadros que apresentarei.

Está lá: premissa de negociação: utilização dos recursos disponíveis na Petrobras, cotação em separado, R$57.125.905,40, com a assinatura da Mauá-Jurong. Recursos adicionais de salvatagem, cotação em separado: R$8.689.089,63, também com a assinatura da Mauá-Jurong. "Os preços da presente proposta não incluem o valor dos seguros previstos na Cláusula 17 da minuta do contrato, a serem efetuados pela contratada e orçados em aproximadamente 4%".

Qual é a composição do custo final? É o somatório dos preços das planilhas e das cotações em separado. Então, planilha 2A, serviços de projetos, afretamento de embarcações, serviço de integração no mar e serviços adicionais de R$8 milhões, que eram para todas as concorrentes, recursos de apoio logístico, recursos adicionais de salvatagem.

Como fica a proposta da Mauá-Jurong quando se computa tudo? Fica em R$996 milhões – portanto, maior do que a proposta sobre a qual foi assinado o contrato.

Estamos mostrando esse valor, porque houve aquela carta, mas o pressuposto básico da desqualificação, como prevê o Decreto nº 2.745, foi que, no processo de negociação, a Mauá-Jurong não comprovou a viabilidade técnica da sua proposta. Mesmo assim, mesmo considerando que fosse aprovada, a proposta dela, ao contrário do que foi divulgado, quando se somam todos os itens, teria um valor maior do que o contratado ao final, porque, nesse valor do contrato de R$988 milhões, estão incluídos seguro, todas aquelas cotações em separado.

Então, esses são os dados reais que estão na Petrobras. O que mostramos são fac-símiles dos documentos que estão de posse da Petrobras, que vão ser inclusive analisados pelo TCU, porque, como é de conhecimento de V. Exªs, na última terça-feira, estive com o Ministro Valmir Campelo e com o Ministro Ubiratan Aguiar, o relator dos assuntos da Petrobras, e entregamos uma solicitação formal da Petrobras para que o TCU faça uma auditoria não só da PRA-1, mas de todas as plataformas, a P-51, a P-52, a P-34, enfim, de todos esses contratos, porque temos absoluta convicção da lisura do procedimento.

Vamos fazer um resumo agora. São catorze contratos dessas plataformas que fizemos: três na P-51, três na P-52, três na P-54, três na PRA-1, um na P-34.

Desses quatorze, sete foram resultados normais dos processos licitatórios: havia licitação, tinha um preço menor, fazia a negociação com a que tinha o preço menor e se concluía o resultado. Sete foram resultado de negociações; das sete negociações, seis foram canceladas por preço excessivo. É importante ressaltar isso, porque, como foi dito, a Petrobras cancelou uma licitação e abriu negociação. Isso está perfeitamente dentro do Decreto nº 2.745, que acabei de ler aqui. Não é novidade na Petrobras. E, desses sete processos de negociação, seis resultaram em contrato no Rio de Janeiro e um na Bahia. E mais: esses sete processos de negociação, mantendo-se as mesmas bases, resultaram em diminuição dos custos para a Petrobras de US$150 milhões!

Então, esse é o resumo das licitações, das negociações. Acredito que tenha sido suficiente a apresentação das plataformas. Acabei me alongando bastante, mas, como eu disse, o requerimento original era para falar da P-51 e da P-52; por solicitação nossa, embutimos tudo, e procurei detalhar mais esse aspecto, trazendo inclusive a área técnica, porque foi um assunto que acabou despertando essa polêmica, e sentimo-nos na obrigação de prestar contas ao Senado da República, já que houve certa disputa federativa, digamos assim, em relação ao contrato, e penso que não há lugar melhor para apresentarmos esses dados do que nesta Casa da Federação.

Ressalto, mais uma vez, que estamos sempre à disposição desta Casa para voltar aqui sempre que for necessário prestar esclarecimentos sobre a Petrobras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Presidente José Eduardo Dutra e o perdoamos pelo fato de ter falado a mais. Ele deve ter aprendido a falar muito aqui na Casa. Acho que V. Sª, quando chegou aqui, falava pouco e saiu falando muito. Então, daqui a pouco, vai voltar a falar pouco, mas há sempre um certo processo de adaptação.

Como sou o primeiro inscrito, porque fui o autor do requerimento, gostaria de novamente pedir ao Senador Roberto Saturnino para presidir aqui, já que o nosso Vice-Presidente não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de dizer as razões por que tenho procurado, por meio de requerimentos de informação ou até por esta convocação do Presidente José Eduardo Dutra, acompa-

nhar o funcionamento da Petrobras e, particularmente, dessas licitações. Como fui Ministro de Minas e Energia, durante um ano, mais ou menos, fui presidente do Conselho de Administração da Petrobras. Então, tenho muita admiração pela Petrobras, pelo trabalho que realiza, e penso até que a empresa tem alguns "privilégios" nos seus processos licitatórios, no sentido de torná-la parecida com uma empresa privada, mais do que como uma empresa pública. Por isso, devemos ter uma atenção especial sobre esses processos licitatórios, principalmente para manter esses privilégios. E lembre-se que, em diversos momentos, há solicitações do próprio Tribunal de Contas ou de algum Parlamentar para mudar essa forma especial que a Petrobras tem para realizar suas compras, suas licitações de maneira geral. Sou contra. Considero que a Petrobras deve ter esse privilégio, porque é uma empresa internacional, a maior empresa do Brasil, está em um mercado diferente. Mas, para que tenha esse privilégio, ela tem que explicar mais do que os outros. Essa é a idéia principal do que tenho feito. Para permanecer com esse privilégio, ela tem que explicar mais do que os outros.

Assim, fizemos aqui este requerimento. Na verdade, meu requerimento inicial era para chamar o Presidente José Eduardo Dutra e um especialista que pudesse discutir tudo o que o presidente dissesse. Não que estivéssemos desconfiando do que ele dissesse. Pelo contrário, sei que ele diria aqui somente a verdade. Mas cada pessoa tem a sua verdade. Então, era necessário que tivéssemos alguém com alto nível de entendimento do assunto, porque esse assunto é muito técnico, muito difícil para nós que somos simples Senadores, não especialistas no assunto. Mas depois, em comum acordo com a Liderança do Governo, resolvermos trazer o Presidente José Eduardo Dutra, da Petrobras, sozinho, para que ele pudesse tranqüilamente dar suas informações, fazer sua palestra. Ao contrário do que acontecia conosco, quando eu era Ministro, normalmente a Oposição da época nos chamava, chamava cois sindicalistas, um especialista. E geralmente eles ficavam contrários a tudo o que dizíamos a eles,. Mas nunca achei isso correto para um Ministro de Estado. Portanto, também não acho correto para o presidente da Petrobras. Acredito que o presidente deve trazer suas informações, mas vamos verificar com os especialistas tudo o que foi dito e, posteriormente, podemos até, com maior tempo, convocar alguém para novamente discutir esses temas.

Então, farei algumas perguntas. Exatamente por eu entender pouco do tema, fiz as perguntas por escrito. Algumas delas o presidente já respondeu. Tentarei consertar aqui na hora, mas não vai ficar muito bem. Peço já perdão.

Primeiro, eu gostaria de saber qual é a experiência das empresas vencedoras das licitações das plataformas em construção de plataforma semi-submersível no País. Tenho informação de que poucas empresas do mundo têm experiência nesse tipo de construção e que as empresas brasileiras não têm plena capacidade técnica industrial para fazê-la. Apesar de eu considerar positivo o fato de colocarmos o índice de nacionalidade mais alto, é verdade de que a nacionalização tem que ser ponderada com preço e com capacidade técnica. Mas, em regra geral, é positiva essa preocupação, inclusive é uma promessa de campanha do Presidente Lula que está sendo cumprida – até parabenizo o Presidente José Eduardo Dutra, porque há outras que não estão sendo cumpridas.

Segundo a prática do setor petroleiro, quando da construção de uma plataforma, deve-se promover a contratação de serviços de perfuração dos poços e compra de equipamentos submarinos de produção, que representam cerca de dois terços dos investimentos totais; eventual atraso na entrega das plataformas implicaria o prejuízo mensal de cerca de US$25 milhões para cada plataforma; pergunto: que medidas a Petrobras está tomando para evitar esse prejuízo no caso de atraso, corriqueiro na indústria naval nacional e também internacional, pelo que falou o presidente?

E faço uma pergunta mais geral: o que está acontecendo com a produção de petróleo da Petrobras, que, desde 1997, crescia mais de dois dígitos por ano, mas, já em 2003, cresceu apenas 3,5% em relação a 2002? Segundo informações, cresceu 2,7% a produção dentro do Brasil. E como está a meta de autosuficiência que estava prevista para 2005? Ela será atingida ou não?

O Presidente Lula utilizou largamente, em sua campanha eleitoral, a promessa de construir a plataforma P-52 no Brasil; no entanto a plataforma está sendo construída em Cingapura, pelo consórcio Fels Setal. Aliás, segundo nos consta, quando do recebimento da proposta, todos os consórcios, sem exceção, propuseram construir os cascos da P-51 e P-52 no exterior. Só depois da renúncia fiscal do Estado do Rio de Janeiro, da ordem de US$150 milhões, conseguiu-se que o casco da P-51 fosse construído no Brasil. Aliás, isso o Presidente já explicou. Além disso, a imprensa diz que a P-43 será apenas recauchutada. Afinal, as plataformas são brasileiras ou apenas maquiadas no Brasil?

O jornal **O Globo** noticiou um litígio entre o proprietário do estaleiro, Nelson Tanuri, e o arrendatário, a Fels Setal, que poderá criar dificuldade no cumprimento dos prazos contratuais e nos valores finais; o que a Petrobras sabe desse imbróglio?

Em 2002, a Petrobras estimou em US$550 milhões o custo final de cada plataforma; depois do discurso de campanha de Lula, somente o casco da P-52 saiu por US$927 milhões, e o da P-51, por US$636 milhões; para o especialista, não ficou claro se esses valores correspondem aos custos totais ou se eventualmente estariam excluídos alguns itens significativos desse empreendimento; a P-36 teria custado US$400 milhões e tem capacidade de produção semelhante à da P-51 e da P-52; afinal, quanto vão custar essa plataformas, especialmente se compararmos com os preços originalmente estimados pela Petrobras?

A segunda questão – que estava no requerimento e o Presidente José Eduardo Dutra não citou – é sobre as campanhas publicitárias. A Petrobras veiculou na imprensa uma grande campanha publicitária pelas redes de televisão e pela mídia impressa, dizendo que os estaleiros nacionais construíram as plataformas de prospecção; quanto custou essa campanha? Não seria melhor fazer a campanha quando da inauguração da plataforma? Qual o retorno comercial que a Petrobras espera receber com essa peça publicitária? Uma campanha foi quando da licitação; a outra, na assinatura do contrato; tem sido esse o procedimento da empresa nos outros empreendimentos já realizados?

Essa questão da campanha publicitária chamou-me a atenção porque fui dar uma entrevista em uma rádio, e o locutor, com a revista na mão, mostrou-me o encarte duplo que saiu em todas as revistas semanais. Ao me perguntar o locutor se eu tinha ido para a inauguração daquela plataforma, respondi-lhe que ela não havia sido inaugurada, apenas licitada. Então, passou-se à população a impressão de que a plataforma tivesse sido inaugurada. Em segundo lugar, essas propagandas feitas em encartes duplos de revistas ou em páginas duplas de jornais normalmente são feitas quando se quer vender algum produto, por exemplo, automóveis, televisão. Não sei se V. Exªs notam, mas as revistas só têm encartes de coisas para vender. Como ninguém vai comprar a plataforma, não entendi qual o interesse em se fazer uma campanha assim, com tanta ênfase. Talvez eu fosse favorável a uma campanha que mostrasse principalmente o grau de nacionalização; foi uma promessa do Presidente da República, e o Partido tem feito essa propaganda; mas eu achei um pouco exageradas as campanhas publicitárias – foi feita uma na licitação e outra na assinatura do contrato – e, por isso, pedi uma informação mais detalhada sobre elas.

Há uma questão específica pela qual fui procurado em meu gabinete por fabricantes nacionais de tintas, que reclamam que o Cenpes, o Centro de Pesquisa da Petrobras, só recomenda, nas plataformas, a utilização de tintas importadas de dois fabricantes: Jumbo-Euronavy e Jotun. A P-43 foi pintada em Cingapura com a Jotun e apresenta sinais de corrosão nos tanques após apenas 18 meses de uso; por que motivo, mesmo com o problema, foi a vencedora da licitação da P-52? Os produtores nacionais alegam que há estudos da própria Petrobras que reconhecem a qualidade de algumas tintas brasileiras. Por que a empresa não privilegia o produtor local?

Então, Sr. Presidente, seriam essas as questões que eu gostaria de levantar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Antes de dar a palavra ao Dr. José Eduardo Dutra, vou pedir desculpas e a compreensão dos colegas, mas terei que sair, pois tenho um compromisso inadiável ao meio-dia, no Ministério do Planejamento. Peço, então, ao Senador Delcídio Amaral que assuma a Presidência enquanto o Dr. José Eduardo Dutra responde ao Presidente desta Comissão, Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Concedo a palavra ao presidente da Petrobras, Dr. José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Acredito que, durante a minha exposição, eu já tenha respondido algumas das perguntas feitas pelo Senador José Jorge, mas tentarei voltar a elas.

Começarei a falar sobre o tema da experiência e da capacidade das empresas de construção. Mesmo com a introdução de conteúdo nacional na P-51 e na P-52, mantivemos as mesmas empresas que haviam sido convidadas na licitação feita em 2002. E quais eram os critérios? Possuir experiência prévia em contratos do tipo EPC para obras *offshore*, como contratado principal; ter experiência em obras *offshore* de porte similar, semi-submersível, FPSO ou TLP; não ter em carteira quantidade significativa de obras da Petrobras que possam torná-la, a Petrobras, vulnerável; ter tido desempenho satisfatório em obras anteriores contratadas pela Petrobras – esse inclusive é o motivo pelo qual há uma exclusão pública e notória de uma empresa que sempre consegue via liminar, mas, enfim, é o critério que mantivemos; ter porte empresarial compatível com a obra. Pois bem, todas as empresas que participaram do processo de negociação, tiveram suas propostas aprovadas tecnicamente e depois entraram em processo de negociação preenchem todos esses requisitos.

Quando fizemos a modificação da licitação, introduzindo esse percentual de conteúdo nacional, isso não foi feito à galega, como se diz no Nordeste. Não sacamos os 60% ou os 40% como se escolheu, por exemplo, o bloqueio da poupança algum tempo atrás. Chegamos a esses índices por meio de estudos do

nosso corpo técnico, reconhecidamente capaz para analisar a capacidade da indústria nacional, os diversos gargalos, e esses índices que foram exigidos, tantos nos módulos como no EPC, estão perfeitamente compatíveis com a capacidade atual da indústria nacional, tanto em relação a preço, como a prazo, etc.

Portanto, Senador José Jorge, sobre os contratos assinados, damos a garantia, a Petrobras garante que essas empresas têm perfeita capacidade de executá-los. E há uma orientação expressa da diretoria para a área de engenharia, para que se mantenha um processo de acompanhamento permanente da evolução dos contratos e do trabalho, evitando-se inclusive situações de atrasos que são descobertos de uma hora para outra. Por exemplo, quanto à P-43 e à P-48, a previsão de entrada em operação de uma era em outubro e, da outra, em dezembro; a data original de entrada em operação era 2003; estamos com 18 meses de atraso, e uma delas está sendo construída no exterior. Até o fato de um percentual maior ser construído no Brasil facilita esse processo de acompanhamento mais diuturno, para se evitarem atrasos.

Infelizmente, esses atrasos, como mostramos, não é uma especialidade da indústria nacional nem da Petrobras. É um problema com o qual a indústria de petróleo do mundo vem convivendo e tentando superar. E vamos trabalhar para que esses contratos assinados não venham a sofrer atrasos semelhantes. A vantagem que mencionamos e que se reflete inclusive em preços é que alguns desses atrasos foram causados por mudança de escopo por parte da própria Petrobras, de projetos que estão em andamentos. Esse processo foi um aprendizado, e algumas dessas mudanças já estão introduzidas nos atuais contratos. É lógico que a indústria é dinâmica e poderá ter outras mudanças de escopo. Temos orientação para que não se faça isso, mas a orientação nossa é para que trabalhemos no sentido de garantir o cumprimento dos prazos. Temos confiança em que isso vai acontecer.

Falemos agora sobre prejuízos causados. Na verdade, não se pode falar em prejuízos. Muitas vezes, o atraso significa postergação de investimentos, e o petróleo está lá, não vai sair de lá. É lógico que, quando se trata de valor presente, tem-se um valor menor, mas, do ponto de vista técnico, não se pode falar em prejuízo. Contudo, queremos trabalhar para evitar atrasos. Garanto a V. Exª que esses atrasos, se porventura ocorrerem, não serão em função de uma menor capacidade técnica da indústria brasileira. Esses atrasos são provocados até por fatos externos e estão previstos em contratos, mas ressalte-se que todos os contatos têm previsão de multas para eventuais atrasos.

Quanto ao tema da posição brasileira de petróleo, V. Exª,]Senador José Jorge, mencionou que o crescimento da produção de petróleo vinha aumentando a certa taxa percentual; em 2003, só cresceu 3%; para este ano, está previsto isso. Por que isso aconteceu? Porque não entrou, em 2003, nenhum novo projeto de produção da Petrobras, em função desses atrasos que se vinham acumulando anteriormente. Daí, o que houve foi um crescimento quase que vegetativo. É importante registrar que, sem a entrada de novos grandes projetos, o simples aumento da produção já é uma façanha. Os que conhecem o setor de petróleo sabem que a tendência, de um ano para outro, quando não entram campos novos, é o decréscimo de produção, em média, de 10%. Portanto, esse crescimento, Senador, ao contrário do que possa parecer, na verdade, é uma façanha da Companhia, porque conseguiu, mesmo sem a entrada de nenhum projeto grande, ter aumento de produção.

Para este ano e para o próximo, estão previstos cinco grandes novos projetos: o FPSO Marlim Sul, que entrou em funcionamento em junho e já está produzindo 38 mil barris/dia; a P-43, prevista para funcionar em outubro; a P-48, em dezembro; a P-50, em agosto do próximo ano. Esse projetos farão com que, em 2005, a média de produção seja de 1.780 mil barris de petróleo/dia. Isso significa que a produção de 2005, se comparada com a produção de 2004, terá um incremento da ordem de 230 mil barris/dia, decorrente dessa entrada de produção.

Em relação à auto-suficiência, estamos mantendo, no nosso plano estratégico, a auto-suficiência em 2006, conforme a previsão do plano estratégico passado. Essa auto-suficiência é auto-suficiência da produção média ao longo do ano, e até avaliamos que ela possa ser atingida antes, mas estamos mantendo a data de 2006, porque, se chegarmos, por exemplo, em junho de 2005, a 1.780 mil barris/dia, será a média por ano; mas, quando chegarmos especificamente em agosto de 2005, estaremos produzindo mais de 1.750 mil barris/dia. Então, isso poderá trazer a auto-suficiência em data anterior, mas estamos mantendo a data de 2006. Como a auto-suficiência é medida a partir de um consumo médio anual por dia e uma produção média anual por dia, vamos manter o cronograma de 2006.

Em relação a P-43, V. Exª falou em maquiagem. Não fizemos nenhuma propaganda da P-43. Ela é uma conversão encomendada na gestão anterior, que será inaugurada agora. Então, não faz parte.

Em relação objetivamente à campanha publicitária, esse é outro aspecto importante de se ressaltar, porque, no discurso do Senador Bornhausen, S. Exª "mistura as bolas" e pega o valor da campanha publi-

citária dos 50 anos da Petrobras, que havia sido divulgado pela **Folha de S.Paulo** na época, de pouco mais de R$50 milhões, e diz que fizemos uma campanha publicitária nesse valor em relação à plataforma. Não foi esse o valor.

Em segundo lugar, não fizemos campanha publicitária na licitação e no contrato. Fizemos campanha publicitária no contrato, cujo valor foi de R$3.407.012,84. Esse foi o custo da campanha publicitária da Petrobras.

No entanto, já que falamos em campanha publicitária, Senador, não só em relação à questão da plataforma, mas também em relação à campanha dos 50 anos, já ouvi aqui discursos de Senador no plenário do Senado, dizendo que foi um desperdício de dinheiro público, que se gastou uma fortuna em campanha publicitária. Com todo o respeito, creio que essa é uma visão empresarial um pouco míope, e explico o porquê. A revista **ISTOÉ Dinheiro** publicou resultado de um trabalho feito pelo Interbrand, especialista em valorar marcas. E qual foi o resultado dessa pesquisa? Entre todas as empresas, a maior valorização em 2003, em termos de marca, foi a da Petrobras, cujo valor aumentou 70% em doze meses. O valor da marca da Petrobras, que era de US$286 milhões em 2002, passou a ser de US$485 milhões em 2003. Portanto, houve aumento de US$200 milhões no valor da marca da Petrobras. E a análise feita pela agência é de que essa valorização foi resultado da campanha de comemoração dos 50 anos da Petrobras. Apenas do ponto de vista desse valor de retorno, se nos embasarmos no valor da marca da Petrobras, foram investidos R$80 milhões e houve um aumento do valor da marca da Petrobras em torno de US$200 milhões.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas nós vamos vender a marca?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Acredito que não vamos vender a Petrobras. Se depender deste Governo, com certeza, isso não acontecerá – o que não é verdadeiro em relação a algumas outras proposições havidas no passado.

Senador José Jorge, quanto às ações de uma empresa e a valoração dela, o valor da marca também é objeto de análise por parte de todos os investidores. E há que se considerar outro aspecto que defendo como importantíssimo: a campanha Petrobras 50 Anos colocou como protagonistas seus empregados – ao contrário de uma concorrente que fez 80 anos e contratou uma grande atriz para fazer propaganda. A nossa campanha buscou resgatar, no conjunto da população brasileira, a importante interação com essa Companhia que – sempre tenho repetido – é mais do que uma simples empresa: é a síntese da inteligência nacional. E é importante que a população brasileira, que lutou para que a Petrobras fosse criada e para que permanecesse estatal, mantenha essa interação com a empresa.

Assim, embora se avalie que a campanha publicitária foi dinheiro jogado fora, há outro aspecto também: em termos percentuais – é isso que importa –, o orçamento de comunicação de Petrobras em relação à sua receita tem-se mantido inalterado, oscilando entre 0,4% e 0,5%. Em 2003, gastou-se em comunicação – incluindo propaganda, patrocínio, apoio cultural, restauração, etc. –, em relação à receita líquida da Petrobras, 0,5%. Em 2002, 0,4%; em 2001, 0,5%; em 2000, 0,4%; em 1999, 0,5%. Portanto, manteve-se essa relação.

Logo, Senador, entendo que o processo de comunicação da Petrobras está perfeitamente aderente a uma visão eminentemente empresarial e tem tido esses recursos.

Quero reforçar que a Petrobras, em momento algum, divulgou estimativa do custo da P-52 em US$500 milhões – insisto. O mercado e a imprensa trabalhavam com essa estimativa, tendo como referência a última plataforma construída – convertida, no caso –, que foi a P-50. Já demonstrei que a comparação com a P-50 tem que ser feita com a P-54, e, quando se faz a equalização delas, constata-se que os valores de ambas são equivalentes. O valor de US$500 milhões nunca foi estimado pela Petrobras. A estimativa de valor da P-52 foi de pouco mais de US$900 milhões, e, a da P-51, de pouco mais de US$700 milhões, de acordo com os dados apresentados.

Em relação ao litígio, ele existe, mas não tenho maiores informações sobre ele. Talvez o Diretor Duque possa dar informação sobre o litígio existente no estaleiro de Angra dos Reis e também em relação à história das tintas. Até conversamos sobre esse assunto ontem, porque tem sido objeto de alguns boatos.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE – Perfeitamente.

Há um litígio com o Sr. Tanuri, proprietário do estaleiro arrendado, que alega não poderem ser feitas obras de adaptação. Está sendo aumentado o dique para permitir a construção das duas plataformas, e ele alega que essas obras não podem ser feitas, porque, de alguma maneira, influenciariam o próprio estaleiro. Por outro lado, a Feis Setal diz o seguinte: "Tenho um contrato de arrendamento do estaleiro. Estou fazendo obras de melhoria. Ao final do contrato, se o proprietário entender que essas obras de melhoria não são devidas, tenho que retornar o estaleiro ao estado original". Isso funciona, mais ou menos, como a locação de um imóvel qualquer. Mas existe realmente uma

discussão. Independentemente dessa discussão, o próprio estaleiro já tem uma alternativa técnica: se a Justiça entender que não será possível fazer a obra que ela está pretendendo, ela já tem essa alternativa. Ontem, ela já conseguiu cassar, por unanimidade, a liminar do Sr. Tanuri. Então, as obras do dique devem prosseguir.

Com relação à tinta, referimo-nos a uma tinta epóxi tolerante a superfície molhada, introduzida na Petrobras em 1995, após quatro anos de análises pelo Cenpes, como também pela área de exploração e produção e pela Fronape. Desde 1995, a Petrobras vem utilizando essa tinta em função das características técnicas de resistência, o que, conseqüentemente, diminui o investimento da Petrobras para manutenção de suas unidades, como também diminuiu o tempo em que fica parada a produção por motivo de pintura, etc.

Não satisfeito com isso, o Cenpes desenvolveu um trabalho para buscar opções a essa tinta, que é de um fornecedor exclusivo no mundo. Tenho os dados de que foram analisadas 14 amostras de diversos fornecedores de tintas, buscando ver se existia compatibilidade entre a tinta hoje aplicada pela Petrobras e essas amostras. Infelizmente, das 14 amostras analisadas pelo Cenpes, nenhuma atendeu aos requisitos técnicos. Não se satisfazendo simplesmente com essa questão, o Cenpes fez um trabalho com os fornecedores de matéria-prima – o ponto crucial é a matéria-prima –, para juntar esses fornecedores, fornecendo aos fabricantes de tinta a matéria-prima, a fim de que pudesse novamente entrar em um processo de utilização de outros fornecedores. Posso citar o nome de dez fornecedores que já estão em teste: Hempel, Axo Nobel, Sherwin-Williams, Triquímica, Jotun, Renner, Weg, Cibra Rio, Tecnoquímica e Calamar. Dessas dez, que já estão em teste na P-26 – há um teste de campo de, pelo menos, 12 meses –, até agora, somente duas tintas foram aprovadas, dos fabricantes Jotun e Weg. Mesmo assim, para áreas emersas. Para áreas imersas, ainda não há aprovação alguma. Mas, para acelerar a busca de novas opções, a Petrobras fez um trabalho com o IPT e o Cepel. Esses dois órgãos também estão trabalhando hoje para qualificar fornecedores de tintas que viabilizem essas opções.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador José Jorge, procurei responder todas as questões levantadas por V. Exª.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço ao Dr. José Eduardo Dutra pelas respostas a minhas indagações.

Como disse inicialmente, aproveitaremos a oportunidade de termos todas as informações e continuaremos acompanhando o processo. Se houver dúvidas, convidaremos V. Sª novamente e alguns Diretores para que façamos o melhor e da forma a mais barata possível.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Senador José Jorge.)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao segundo inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador José Jorge; Sr. Presidente de Petrobras, José Eduardo Dutra; Srs. Diretores da Petrobras, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, registro minha satisfação pela transparência com que foram expostos aqui todos os dados solicitados pela Comissão e que, no meu entendimento, refletem muito a posição do corpo técnico do Petrobras. Durante os dois anos em que fui Presidente do Conselho, quando fui Ministro, aprendi a ter a maior admiração e a maior confiança no corpo técnico da Petrobras. Só tenho uma divergência hoje: em relação aos campos maduros. É a minha única divergência hoje com a Petrobras.

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Rodolpho Tourinho, já que V. Exª falou em campo maduro, interrompo-o para dizer que há um projeto extrapauta que é exatamente um requerimento de V. Exª. Vou aproveitar a oportunidade e colocá-lo em votação, se V. Exª não for contrário.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL - BA) – De acordo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Senador.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Já que V. Exª....

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou colocar o de V. Exª quando V. Exª falar.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Está ótimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Inclusive para garantir a presença de V. Exª conosco.

(Risos.)

O **Item 2** é o Requerimento nº 17, de 2004, do Senador Rodolpho Tourinho, que passo a ler:

Requeiro, nos termos do art. 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

do Senado Federal, com o Dr. Guilherme Estrella [que está aqui presente], Diretor de Exploração e Produção da Petrobras, o Dr. Nilton Reis Monteiro, Dirigente da Agência Nacional do Petróleo, e o Dr. Caubi Alves da Costa, Diretor da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, com o objetivo de prestar esclarecimentos de informação sobre as diretrizes dos referidos órgãos e o ponto de vista do conceituado especialista convidado em relação à exploração dos poços maduros nas bacias petrolíferas do País.

Se todos estiverem de acordo, coloco o requerimento em votação. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

APROVADO.

Devolvo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL - BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu reafirmava aqui a minha confiança no corpo técnico e a admiração pela Petrobras. A nossa diferença é essa. Já tivemos uma outra que foi resolvida, Presidente Dutra, que é a questão do gasoduto de Manati para o Nordeste, que evitará problemas energéticos futuros naquela região. Também o Sudeste-Nordeste, ao que tudo indica, está sendo encaminhado.

Quero inicialmente parabenizá-lo pela qualidade das informações aqui trazidas e fazer algumas considerações que reputo importantes. Primeiro, parece-me que o ponto mais importante, que eu defendia quando Ministro, quando Presidente do Conselho, é a questão da Lei nº 9.478. Não se pode tirar isso da Petrobras. Tirar isso da Petrobras, considerá-la uma autarquia, ou submetê-la à Lei nº 8.666 será matar essa empresa. Já no meu tempo, havia contestações muito fortes a respeito disso. Neste momento, faço a defesa aqui da Lei nº 9.478, do Decreto nº 2.745, que permite que a Petrobras possa agir como a iniciativa privada agiria, porque ela compete com a iniciativa privada. Ela tem que se comportar como iniciativa privada. Jamais será para ser privatizada. Nunca! Jamais! Penso que seria o maior erro que o País cometeria, mas é preciso dar a essa empresa os instrumentos de competição: preços correlatos com o exterior e questões referentes a licitações.

Por isso mesmo, por ter defendido tanto essa posição da Lei nº 9.478, que dá liberdade à Petrobras de negociar os seus contratos, entendo perfeitamente a exposição do Presidente José Eduardo Dutra sobre as diversas fases de cada proposta em relação a essas plataformas. Dessa forma, ao fazer essa defesa, quero dizer a V. Sª, Presidente Dutra, que considero bom que sejam enviadas as questões ao TCU, conforme a decisão já tomada por V. Exª, porque tira qualquer dúvida a mais. Se não existem dúvidas hoje, que se tirem as dúvidas também em relação ao passado, pois ficaram algumas marcas – que não são do seu tempo, nem do meu tempo – relativas a possíveis concentrações, a possíveis questões judiciais. Então, é absolutamente importante que V. Sª mande isso para o Tribunal de Contas. E a mim me satisfaz perfeitamente aquilo que foi mostrado aqui.

Eu queria colocar outro aspecto para reflexão, a questão do Repetro. O Repetro foi pensado no tempo em que eu era ministro. Quando ele foi montado, ou seja, quando foi criada a exportação ficta, o Repetro não foi criado só para tributos federais; tinha que valer também para tributos estaduais, e deveria haver a compreensão de todos os Estados em relação a isso, pois tal medida facilitaria não a vida da Petrobras – e não é questão de facilitar a vida –, mas tornaria possível a concorrência para que outras empresas viessem para cá. Então, é fundamental repensar a questão do Repetro, porque, quando analisamos a situação atual, encontramos os mesmos dados analisados no passado: temos duas grandes desvantagens para que sejam feitos navios ou plataformas aqui, que são os encargos trabalhistas mais altos do mundo e também as divergências de interpretação do Repetro – como essa que encarece em 19% a mais, como apontou V. Sª, o que tornar inviável a construção dessas plataformas ou navios aqui, a não ser que se consiga a isenção. Ora, se vai se conseguir a isenção e se é para a criação de empregos, concordo inteiramente com essa política de se fazer aqui. Então, vamos tratar de criar essa possibilidade desde logo, institucionalmente, para que não se tenha que negociar cada caso, para que se evite que a empresa ou as empresas fiquem na mão de um ou outro Governo. Queria fazer essa defesa e trazer esse aspecto aqui.

Outro caso importante: não entendo que nenhum Estado brasileiro possa se considerar, de uma forma ou de outra, dono de alguma coisa que é do povo brasileiro. Refiro-me basicamente ao seguinte: quando um Estado tenta interferir em um processo, entendo que o que se deve analisar são as condições de competição, para que a empresa, no caso a Petrobras, possa obter a melhor vantagem. E foi assim que uma empresa baiana citada por V. Sª perdeu. A P-34 deixou de ser construída na Bahia e foi para o Espírito Santo. Lamentavelmente, o Estado não teve condições de concorrer em infra-estrutura, e, apesar de a empresa ser baiana, essa reforma foi ser feita no Espírito Santo. É uma das que V. Exª apresentou aqui.

Então, precisamos ter condições de oferecer à Petrobras as melhores condições competitivas, seja onde

for: em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro. Isso deve ser o norte de tudo. Existem algumas discriminações em relação ao Nordeste, que, aliás, temos combatido muito. O nosso Presidente José Jorge tem sido também um baluarte nessa luta, em relação, por exemplo, às questões do BNDES. Não conseguimos ainda vencer isso aqui, essa é a verdade, em relação ao Nordeste. Então, o que queremos são condições de competir em igualdade de condições, e, nesse aspecto, parabenizo o Presidente José Eduardo Dutra pela exposição feita aqui, que, no meu entendimento e com o que conheço do corpo técnico da Petrobras, atende perfeitamente ao que V. Sª se propôs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª não levantou nenhuma questão específica?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não levantei.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, antes de passar a palavra ao próximo orador, o Senador Delcídio Amaral, gostaria de solicitar ao Plenário autorização para que coloquemos extrapauta o Projeto de Lei nº 33, de 2004, Ontem foi feito aqui um esforço para que o votássemos, porque está em regime de urgência, e é um projeto de lei que, de certa maneira, mexe um pouco com a Petrobras, pois versa sobre a proteção aos dutos.

Em votação a possibilidade de colocar o item extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

APROVADO.

Estando incluído o item extrapauta, passo a palavra ao Relator, Senador Delcídio Amaral, para proferir parecer.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, quero agradecer a sensibilidade de V. Exª com relação a esse tema tão importante para o País.

Registro que foi feito um trabalho muito grande com a assessoria da Petrobras e com a assessoria do Ministério de Minas e Energia, pela aprovação deste projeto, não só na Câmara dos Deputados, mas também agora no Senado.

Quero justificar as minhas ausências. Eu estava exatamente defendendo este projeto na Comissão de Assuntos Sociais, onde foi relatado pelo Senador Leonel Pavan, representado pelo Senador Sérgio Guerra, porque o Senador Pavan teve que se deslocar a Santa Catarina por causa de convenções municipais.

Rapidamente, Sr. Presidente, vou insistir especialmente no voto aqui apresentado com relação à emenda ao art. 4º, que diz no § 3º: "se necessária a reserva de faixa não edificável vinculada a dutovias, será exigida no âmbito do respectivo licenciamento ambiental, observados os critérios e parâmetros que garantam a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes".

A razão dessa emenda é que o texto encaminhado inicialmente atendia efetivamente as preocupações da indústria, principalmente no que se refere às dutovias. Mas, no apagar das luzes, foi feita uma alteração na Câmara dos Deputados, prevalecendo uma fórmula redacional que permite a interpretação de que sempre se imporá algum afastamento, independentemente da possível desnecessidade técnica, o que nos parece contraditório com a própria índole da alteração aprovada.

Por essa razão, estamos apresentando esta emenda aqui no Senado Federal. Ela já foi aprovada na CAS no dia de hoje, pela manhã, e esse projeto é de extrema importância. Primeiro, porque garante a total segurança das dutovias. As companhias responsáveis pela construção e operação dessas dutovias seguem, nos seus projetos, as normas técnicas nacionais e internacionais. Não estamos criando nenhuma novidade, é uma prática absolutamente adotada em todos os países. É feita uma análise de risco detalhada, exatamente com vistas a garantir a segurança da população diretamente atingida por esses projetos. E há vários exemplos, no mundo inteiro, de dutovias próximas a conjuntos habitacionais, a *shoppings*, a *freeways*.

Portanto, solicito a aprovação deste projeto, porque ele é muito importante para o desenvolvimento especialmente dos gasodutos no Brasil, que são fundamentais não só para atender à demanda de energia, ao consumo industrial, ao consumo residencial, ao consumo comercial e ao consumo veicular, como vai gerar muitos empregos, porque várias companhias estão investindo nessas dutovias e nesses gasodutos, e, no caso da Petrobras, os investimentos estão garantidos, os recursos garantidos, toda a logística está estruturada, o projeto está pronto, a engenharia está pronta.

Assim, precisamos aprovar a proposta ora em análise, para que se abram novas frentes de trabalho associadas à infra-estrutura do País, atendendo ao nosso maior desafio, que é a geração de empregos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço ao Senador Delcídio Amaral pelo parecer. Pelo que entendi da sua brilhante palavra, o projeto é o PLC nº 33, de 2004, que será aprovado, da forma como veio, com apenas uma emenda que modifica o art. 4º, § 3º, incluindo a expressão "se necessária". Quer dizer, a reserva de faixa não-edificável será exigida se necessá-

rio. Antes, estava havendo uma obrigatoriedade geral, mas, muitas vezes, isso não era necessário. Então, foi colocada essa expressão.

Portanto, colocarei em discussão e votação o parecer do Relator – o projeto é original – e, posteriormente, a emenda.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Senador Tião Viana, V. Exª deseja discutir a matéria? Não? (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

APROVADA.

Portanto, está aprovado o relatório do Senador Delcídio Amaral, e o projeto poderá ir a Plenário, como é o desejo de V. Exª e do Governo.

Retorno a palavra a V. Exª, para que continue as considerações em relação à questão das plataformas.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pela sensibilidade. Creio que essa audiência pública com o Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, é uma homenagem da Comissão de Infra-Estrutura e do Senado Federal ao nosso grande líder na Petrobras e também aos companheiros da empresa.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É uma homenagem a V. Exª também.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, os Diretores da empresa aqui presentes – o nosso querido Renato Duque, o Diretor Estrella, o nosso Barusco – e, por meio deles, os demais companheiros da Petrobras.

Sr. Presidente, serei bastante rápido. Quero dizer que não me surpreendo com a precisão dessa exposição. Não podemos esperar nada diferente de uma empresa competente e com um quadro qualificado e uma direção qualificada, como é o caso da Petrobras.

A discussão das plataformas é sensível. Não podemos colocar números ao léu e fazer comparações sem conhecer as propostas apresentadas e suas várias nuanças com relação à prestação de serviço e ao detalhamento não apenas da construção, mas também da montagem, serviços de engenharia, contratação de equipamentos. Essa exposição foi muito objetiva, muito direta, ao mostrar onde estavam as diferenças apresentadas pelos proponentes, principalmente no que se refere aos preços listados.

Eu também não poderia deixar de destacar o Decreto nº 2.745, de 1998, instrumento que realmente dá agilidade à Petrobras e deve ser preservado. A Petrobras tem sido muito ciosa quanto ao que lhe concede o decreto para gestão de seus negócios, utilizando-o para buscar resultados e propostas melhores, que atendam ao programa e ao plano de expansão da Companhia. Esse é um ponto importante.

Houve, ainda, um resumo das licitações que foram feitas. Foram arroladas as que foram anuladas em razão do preço excessivo, mencionando-se as negociações realizadas e, por último, aquelas que efetivamente alcançaram os preços esperados pelos técnicos da Petrobras no processo licitatório.

Foi muito didática essa separação dos módulos de geração, módulos de compressão, a questão dos cascos, a questão dos *topsides*, os números associados a cada projeto e a importância de que esses projetos se revestem para as atividades da Petrobras.

Confesso, Sr. Presidente, que fiquei um pouco preocupado quando o Presidente Lula começou a falar, de maneira muito incisiva, sobre a nacionalização, mas fiquei extremamente satisfeito com a forma competente e eficiente com que a Petrobras encaminhou a questão da nacionalização. Como disse o Presidente Dutra, não foi algo à galega, nem foi alguma proposta surgida na cabeça de alguém. Há todo um respaldo técnico, mostrando o que pode ser feito no País e o que ainda não temos tecnologia necessária para implementar aqui no Brasil. Com isso, chegou-se a propostas absolutamente consistentes, cumprindo uma promessa do Presidente Lula ao longo da campanha e depois, já como Presidente da República.

Portanto, parabenizo toda a Petrobras pela exposição detalhada, claríssima, transparente e lúcida. Não poderia deixar de registrar, Presidente Dutra, que, quanto ao primeiro questionamento ocorrido sobre as ações da Petrobras e de V. Sª no que se refere ao Tribunal de Contas da União, é assim que fazemos efetivamente a gestão pública: aberta e com absoluta segurança da defesa daquilo que levou a Companhia a tomar as decisões que precisavam ser tomadas.

Para não me estender mais, Sr. Presidente, ressalto um ponto que me tem chamado a atenção e sei também que é uma preocupação da Petrobras. Ao longo da contratação de muitas plataformas, houve atrasos

devidos a *change orders*, que levaram a várias *claims*, a várias reivindicações por parte dos fornecedores, mudanças de projeto, o dia-a-dia com que, infelizmente, a indústria de petróleo convive. E sei que a Petrobras alterou sobremaneira a sua sistemática, exatamente para diminuir essas dificuldades encontradas ao longo do caminho. Gostaria apenas de fazer-lhe uma pergunta: à luz desses atrasos inerentes ao processo – que não são desta gestão, mas de gestões anteriores, inclusive de que eu participei –, qual o ponto de vista de V. Sª no tocante à auto-suficiência? O que isso vai efetivamente implicar nos resultados da companhia? Creio que esse tema é de extrema importância, e muitas pessoas têm curiosidade em saber sobre isso. De qualquer maneira, parabenizo toda a equipe da Petrobras aqui presente, em nome de seu Presidente, José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Em primeiro lugar, registro que foi até produtivo ter havido tantos adiamentos da minha vinda aqui, pois esta audiência pública acabou coincidindo com a aprovação desse projeto tão importante para nós.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Presidente Dutra, então V. Sª chega lá e diz: "Tive que ir lá, senão os Senadores não conseguiriam aprová-lo".

(Risos.)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É um projeto que vai ao encontro das questões suscitadas pelo Senador Rodolpho Tourinho. Eu ainda não tive oportunidade de apresentar o plano estratégico da Petrobras à Comissão. Desde já me coloco à disposição para fazê-lo. Nesse plano estratégico, prevê-se, até 2010, aumento de demanda de líquidos no Brasil da ordem de 2,8% ao ano e aumento da demanda de gás natural da ordem de 14,2% ao ano. Mas essa demanda só se vai confirmar se houver investimentos bastante significativos em aumento da capacidade de transporte de gás natural. É nesse sentido que está aí o Projeto Manati, o gasoduto sudeste-nordeste, o gasoduto Coari-Manaus. Com certeza, a aprovação desse projeto de V. Exªs vai possibilitar a agilização relativa a licenças ambientais, de forma que possamos cumprir todos os cronogramas com os quais estamos trabalhando na implementação do projeto.

Registro também, Senador Rodolpho Tourinho, que concordo plenamente com V. Exª. Este é inclusive um tema em que a Oposição anterior convergia, porque, muitas vezes, era suscitada a questão de que era preciso privatizar a Petrobras, porque a Companhia tinha que obedecer a critérios mais rígidos de licitação. Mas eu contestava: "O remédio não é esse. É o contrário. Vamos dar-lhe maior autonomia e flexibilidade, exatamente para ela poder competir". Concordo plenamente com V. Exª: a partir do momento em que se acabou com o monopólio estatal, para a Petrobras competir em um setor como esse, uma área internacional, com empresas de grande porte, se tiver que seguir a Lei nº 8.666, o destino dela é a questão ponderada por V. Exª.

Em relação ao Repetro, é importante registrar que, se a Câmara aprovar a redação da reforma tributária que saiu do Senado no tocante à questão de exportação, estará resolvido o problema da exportação ficta. Os Estados haviam entendido que exportação ficta não era exportação e que, portanto, caberia ICMS. Uma emenda que saiu daqui - que, aliás, foi discutida por nós com o Senador Romero Jucá - diz que é a União quem define o que é exportação. Então, a partir daí, a exportação ficta é definida como exportação, e, portanto, não pode haver cobrança de ICMS.

Agradeço as palavras do Senador Delcídio Amaral em relação a mim e à Petrobras. Efetivamente, estamos trabalhando para acompanhar todo esse processo, para evitar os atrasos, para evitar as *change orders*. Como eu disse, várias modificações de escopo feitas ao longo da P-50 e da P-40 já foram introduzidas na P-51 e na P-52, de modo a evitar outros atrasos.

A auto-suficiência em 2006 independe dos projetos da P-51 e da P-52 que apresentamos agora. Então, ela está mantida para 2006, como eu já disse. Possivelmente, em termos de produção de um dia, ela poderá vir até antes, mas, em termos da produção diária média ao longo do ano, estamos mantendo a previsão para 2006. Vamos trabalhar para o cumprimento do nosso plano estratégico.

Senador Rodolpho Tourinho, eu tinha até uma apresentação sobre campos maduros, mas, como foi aprovado um requerimento para que esteja aqui o Diretor Guilherme Estrella, tenho certeza de que essas divergências, pelos menos em relação à Petrobras, vão acabar, até porque existem hoje premissas diferenciadas, em termos de empresas de petróleo, das que existiam anteriormente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho; prezado colega que tanto dignificou nossa Casa e foi meu Líder aqui da Bancada, ex-Senador José Eduardo Dutra, hoje Presidente da Petrobras, cumprimento V. Sª pela dinamização da maior empresa brasileira. A maneira escolhida pela Petrobras para comemorar os seus cinqüenta anos, conforme V. Sª aqui nos relatou, fazendo publicidade de sua marca com o rosto dos

próprios trabalhadores da Companhia, foi inovadora e bastante importante.

Primeiro, eu gostaria de fazer uma pergunta sobre algo que não conheço tão bem, mas acredito que V. Sª poderá me esclarecer a respeito. V. Sª sabe que acompanho muito de perto a evolução do Fundo Permanente do Alasca, constituído para gerar um sistema de dividendos para toda a população, baseado na participação dos *royalties* decorrentes da exploração dos recursos naturais. Aqui, na tabela do sistema Petrobras apresentada por V. Sª, observo que, de *royalties* e participações especiais, há uma evolução de R$5,834 bilhões para R$9,378 bilhões, de 2002 para 2003, uma variação de 60,7%. Então, pergunto: no Brasil, normalmente, qual é a destinação dos *royalties* e das participações especiais? O que diz a legislação a respeito? Parece-me que há uma legislação do ponto de vista da região ou respectivamente dos Estados ou dos Municípios onde é feita a extração de petróleo ou eventual refino e assim por diante. Então, eu agradeceria se puder nos informar da destinação dos *royalties* e eventuais participações especiais.

Gostaria também de aproveitar a oportunidade para pedir a V. Sª que, se possível, esclareça-nos com relação a algo aqui explicitado relativo à empresa Marítima. Como sabe V. Sª, fui procurado pela direção da Marítima, que me pediu que lhe encaminhasse solicitação no sentido de haver um diálogo. E V. Sª esclareceu que, como a Marítima resolveu ingressar na Justiça para obter o direito de participar de licitações, de maneira considerada, pela direção da Petrobras, como não muito adequada, esse procedimento acabou por dificultar o diálogo. Mas apreciaria se V. Sª pudesse explicar que procedimentos poderiam ser adotados para esclarecer inteiramente o assunto: se é um assunto apenas para ser decidido em vista de tudo o que aconteceu na Justiça, ou se V. Sª avalia que pode haver um procedimento de outra natureza. Enfim, V. Sª disse que eu poderia conversar com o Deputado Luciano Zica, a fim de obter mais esclarecimentos a respeito do histórico. Conversei com o Deputado, que me recomendou, dada a complexidade de todo o relacionamento, um diálogo de maior profundidade com os diretores da Petrobras, com o Sr. Guilherme Estrella, para que eu pudesse conhecer de perto todo o histórico. Mas, dada a complexidade técnica do tema e por eu não ser um especialista no assunto, não me aprofundarei em detalhes. Só pretendo dar a oportunidade a V. Sª de brevemente nos dar um esclarecimento a respeito da situação.

Assim sendo, mais uma vez, cumprimento V. Sª pela maneira tão séria com que tem desenvolvido a administração da Petrobras.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Em relação a *royalties* e participações especiais, participação especial é um *royalty* adicional dos campos em que há uma produção maior. Na verdade, o conceito é o mesmo: trata-se de um percentual da produção, mas diferenciado pelo nome, porque *royalties* são pagos em todos os campos, e participação especial apenas nos que possuem um grau de produção maior.

A distribuição está definida em duas leis – a Lei nº 7.990, de 1989, e a Lei do Petróleo, de 1996, não me lembro o número –, que estabelecem um percentual para o Estado e para o município em que há produção. Todos os municípios de Estados produtores de petróleo recebem um percentual também. Existe um percentual relativo a municípios litorâneos, em função da produção *offshore*. Enfim, há uma fórmula estabelecida pela lei. A Petrobras informa a produção, e a ANP estabelece os valores a serem pagos. E há, na lei, regras para a utilização desses recursos. Por exemplo, pela legislação, não se podem utilizar recursos de *royalties* para custeio, mas, sim, para investimento em infra-estrutura, asfaltamento de ruas, etc. Então, isso tudo está definido em lei, que estabelece os critérios e a utilização dos *royalties* e participações especiais.

Em relação à Marítima, Senador, essa é uma questão que já foi objeto de uma apresentação na Comissão de Fiscalização e Controle na Câmara, em que apresentamos todo o contencioso com a Marítima, iniciado em 1999. O conflito começou com a entrada do Presidente Reichstul, época em que havia uma exposição excessiva da Petrobras em relação à Marítima, pois uma série de plataformas estavam em construção. Na ocasião, a equipe interna da Petrobras fez uma análise, concluiu que as plataformas não ficariam prontas a tempo, e a Petrobras cancelou esses contratos. Além disso, há outros contratos em que a Marítima deu como garantia cartas de bancos em paraísos fiscais, onde o patrimônio do banco era de US$50 mil. Enfim, há uma série de ações na Corte de Londres, na Corte de Nova York, no Brasil. Estamos ganhando alguns processos e perdendo outros. Nosso receio é que ganhemos alguns, mas que não tenhamos como receber, em função dessas garantias que não existem na verdade.

V. Exª me disse que foi procurado pelo Sr. German Efromovich, dono da Marítima. Diversos Parlamentares já me procuraram com essa mesma afirmação, e eu sempre digo que a Petrobras, em princípio, está disposta a estabelecer negociações. Contudo, apesar do discurso de que há um processo de negociação, recentemente nossos diretores que estavam na Petrobras – eu não estava lá; na certa, estava em Brasília – tiveram que ficar no prédio da Companhia,

correndo de oficial de justiça, porque um juiz concedeu uma liminar decretando a prisão dos diretores da Petrobras, alegando que a empresa não havia cumprido uma deliberação da Justiça. Na nossa avaliação, inclusive, foi uma liminar um tanto quanto.. Enfim, aí cabe aos Srs. Parlamentares analisar algumas decisões do Judiciário.

Enfim, são ações que, embora acompanhadas de um discurso de que se quer negociar, na verdade apontam para a continuação do litígio. Então, nossa expectativa é de que continuemos com essas ações na Justiça, que envolvem bilhões de dólares. Esperamos que venhamos a ganhá-las, pelo menos para não haver prejuízos. Essa foi a orientação implantada pelo Presidente Reichstul, mantida pelo Presidente Francisco Gross e que está sendo mantida pela atual gestão da Petrobras. Essa é a posição da Companhia, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço as explicações do Presidente José Eduardo Dutra. Recebi uma série de sugestões a respeito de esclarecimentos que poderiam ser dados, alguns de natureza técnica. Vou encaminhá-las a V. Sª, Presidente José Eduardo Dutra, e pedirei ao Diretor Guilherme Estrella e aos demais diretores aqui presentes que esclareçam todas essas indagações em detalhes, por gentileza, conforme a recomendação do Deputado Luciano Zica. Portanto, qualquer esclarecimento posterior por parte de V. Sªs poderá ser encaminhado, eventualmente até por escrito, para que não haja dúvidas sobre o melhor procedimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao último inscrito, Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Presidente José Eduardo Dutra, tentarei ser objetivo, pois estamos há três horas nesta discussão. Quero saudar a presença do Presidente da Petrobras, de seus diretores, de seus funcionários.

De antemão, como Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, quero dizer que a Governadora Rosinha, legitimamente eleita em primeiro turno pelo nosso povo, mais do que o direito, tem o dever de defender os interesses do Estado do Rio de Janeiro. E a Governadora sempre defendeu nossos direitos em acalorados debates, pois o Estado do Rio de Janeiro reputa justas as nossas reivindicações, já que nosso território representa 85% da produção do petróleo nacional. Por uma série de condições históricas, nossas lutas são justas e unem todo o nosso Estado, em questões, por exemplo, como a da refinaria no norte fluminense. Nesses temas, a Governadora manifesta-se não de forma partidária, como tendem alguns a interpretar, mas de maneira conjuntural, pois são temas de interesse do Estado do Rio de Janeiro. Nesse caso, Presidente Dutra, tenha a certeza de que, em momento algum, a Governadora teve interesse de questionar a conduta de V. Sª, homem público respeitado, que por esta Casa passou e aqui só deixou admiradores. A Governadora questionou alguns pontos com base em questões concretas, nas quais me procurarei ater.

Presidente Dutra, em relação ao uso do canteiro de São Roque do Paraguaçu, V. Sª fez menção, e está aqui na sua exposição: "Durante o processo, somente o consórcio CNO/UTC solicitou a utilização do canteiro". O consórcio da empresa Mauá-Jurong refere-se a esse ponto, dizendo: "Cabe informar ainda que, por ocasião da primeira fase da licitação, foi comunicada pela Petrobras aos licitantes a impossibilidade de utilização do canteiro de São Roque do Paraguaçu no Estado da Bahia". É o item 8 da carta da Mauá-Jurong. E aí pergunto: por que o canteiro da Petrobras de São Roque de Paraguaçu não foi disponibilizado para todas as empresas consultadas no processo de negociação e só aparece no consórcio CNO/UTC? E ainda completo com uma pergunta objetiva: existe alguma correspondência expedida pela Petrobras, durante o processo de negociação da PRA-1, em que seja negada a possibilidade do uso do canteiro de São Roque do Paraguaçu?

Passo agora à segunda questão. O Estado majoritário para a indústria naval, entre os demais Estados do Brasil, é o Rio de Janeiro. Costumamos dizer que a indústria naval para o Rio é como a indústria automobilística para São Paulo – graças a Deus, já não é tanto só para São Paulo, porque a industria automobilística está-se espalhando pelo País, localizando-se na Bahia, no Rio de Janeiro, no Paraná, em Goiás. E a Governadora Rosinha tem-se notabilizado – é uma ação iniciada pelo Governador Garotinho e que a Governadora dá prosseguimento – no estímulo desse segmento, e de modo agressivo, para atrair investimentos e gerar empregos nesse setor. Em função do exposto por V. Sª quanto aos valores propostos depois da nova rodada de negociações, tanto pelo consórcio vencedor quanto pelo consórcio derrotado, Mauá-Jurong, quero crer que a Petrobras não levou em consideração a proposta formulada pela Governadora Rosinha da isenção de ICMS, caso a obra viesse a ser realizada no Estado do Rio de Janeiro. Isso significaria uma economia representativa para a Petrobras nos custos da obra, e, de fato, pelos valores estipulados, o valor final da Mauá-Jurong seria menor do que o do consórcio vencedor. Então, por que a Petrobras não levou em

consideração essa redução proposta pela Governadora Rosinha em relação à isenção de ICMS? A meu ver, com essa isenção, a Mauá-Jurong teria um valor inferior ao apresentado pelo consórcio vitorioso.

São essas as perguntas, sempre ressaltando que não há dúvida da minha parte quanto à figura do Presidente e de sua Diretoria, mas tendo a crer que houve enorme equívoco nessa decisão, que resultou em prejuízo para o Estado do Rio de Janeiro e para a Petrobras.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado, Senador Sérgio Cabral.

Inicialmente, quero registrar – aliás, sempre disse isso – que considero perfeitamente legítimas as reivindicações feitas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, como todas as reivindicações feitas pelos Governos dos diversos Estados onde a Petrobras atua. Mas não concordamos com a acusação que se faz muitas vezes à Petrobras de discriminar o Estado do Rio de Janeiro, pois os números dizem radicalmente o oposto. Como exemplo, houve uma polêmica em relação à construção de um oleoduto, em que se dizia que a Petrobras estava colocando em risco o futuro das crianças do Rio de Janeiro ao construir o referido oleoduto. Isso foi dito em programas de rádio. Então, com essas acusações à Petrobras não concordamos de forma alguma, porque elas não correspondem à verdade.

Quanto ao nosso plano de investimento, referi-me ao plano estratégico da Petrobras de investir US$56 bilhões até 2010, dos quais US$49 bilhões em projetos no Brasil. Mais da metade desses investimentos são no Estado do Rio de Janeiro. Podem dizer: "mas o petróleo está lá; é óbvio que há essa relação biunívoca", mas vamos lembrar que o petróleo não está só lá. Há descobertas significativas no Estado do Espírito Santo. Temos feito investimentos bastante significativos no Rio de Janeiro, não só na área de exploração e produção de petróleo. Na área de refino, investimos R$600 milhões na Reduc no ano passado e investiremos R$600 milhões na Reduc hoje. Quem visita a Reduc constata que ela tem pouco mais de 1.000 empregados da Petrobras, mais outros 1.000 de contratados permanentes e quase 5.000 pessoas trabalhando em obras que capacitarão a Reduc a aumentar o seu processamento de óleo nacional. Quando se fala em óleo nacional, entende-se óleo pesado do Rio de Janeiro. Além disso, a sede do nosso centro de pesquisa está no Rio de Janeiro. A movimentação política no Brasil para a construção da Petrobras nasceu no Rio de Janeiro. Então, não há nenhuma lógica em se falar em discriminação alguma da Petrobras com o Estado do Rio de Janeiro.

Ressalto que as reivindicações são absolutamente legítimas. O que questionamos foi a forma como foi feito o questionamento em relação às obras. Penso até que respondi meio tom acima do meu normal, mas V. Exª há de convir que a forma como foi colocada deu margem a essa resposta. Mas considero esse assunto encerrado.

Objetivamente em relação às perguntas de V. Exª sobre o canteiro, como está dito em nossa apresentação, ele não foi disponibilizado no processo de licitação, porque estava disponibilizado para o processo de licitação da P-51, da P-52 e da jaqueta da PRA-1. Quando estávamos no processo de negociação, esses processos de licitação da P-51, da P-52 e da jaqueta da PRA-1 já estavam concluídos, e nenhum deles previu obras no canteiro de São Roque, porque a jaqueta foi para o Paraná, a P-51 e a P-52 ficaram no estaleiro do Rio de Janeiro. A partir daí, no processo de negociação, apenas a Norberto Odebrecht consultou-nos sobre a disponibilidade do canteiro, porque ela sabia que tinham sido concluídos os outros processos, e nós dissemos que estaria disponível. Então, não houve negação para a outra empresa, porque não houve consulta.

Em relação ao ICMS, deve-se registrar outro aspecto, primeiramente levantando-se a preliminar. A proposta da Mauá-Jurong foi desclassificada, porque não se comprovou a sua viabilidade técnica. O Dr. Barusco apresentou aqui os motivos pelos quais não se comprovou, e, quando se dizia isso, não se estava colocando em questionamento a capacidade técnica da Mauá-Jurong. O que ocorre é que não se comprovou a viabilidade da proposta de içamento dos módulos e de lançamento das jaquetas, da forma como foi apresentada. Isso aconteceu depois de amplo processo de negociação na parte técnica com a Mauá-Jurong, que está aí relatado, historiado nas transparências. Mostramos todo o processo de esclarecimento da proposta. Esse foi o motivo básico pelo qual a Mauá-Jurong foi desqualificada, mas apresentamos os dados da proposta econômica dela em função da informação de que a sua proposta seria menor – ao que demonstramos que, na verdade, a proposta dela era maior.

Não sei por que - talvez porque já houvesse entendimentos com o Estado do Rio de Janeiro – o ICMS embutido nessa proposta de R$996 milhões, ao contrário de 19%, era um ICMS de 8,8%. Então, já estavam também embutidos esses 8,8%. Agora, qual é a história da isenção? Todo esse processo se deu dentro daquele calendário que fizemos. No dia 20 de maio, quando o assunto veio à Diretoria, recebemos uma carta do Governo do Estado do Rio de Janeiro – aliás, não diretamente, mas via Ministro Aldo Rebelo -, falando da possibilidade de isenção, e recebemos também uma

carta do Governo da Bahia, dizendo que se proporia a dar isenção e alertando que isenção total do ICMS tinha de passar pelo Confaz. Para nós, da Petrobras, como é uma obra no Brasil, e, portanto, isso vai sendo compensado, a questão é diferente daquela da P-51. Na P-51, em que a compra é feita por uma empresa *overseas* e não se tem como compensar, é necessária a isenção mesmo. Esse caso é diferente.

Então, havia todo o processo. Na análise técnica, já tinha sido rejeitada a proposta. Chegamos a uns números, inclusive como processo de negociação com a Mauá-Jurong. Chegam duas cartas de dois Governos, dizendo que negociariam a isenção. Então, decidimos analisar os fatos à luz da proposta técnica e à luz dos preços apresentados e estabelecer negociação com a melhor proposta, para tentar conseguir ganhos sobre dela.

É bom ressaltar também que estávamos premidos pelo tempo, porque, como mostrei naquele calendário, ficamos parados de janeiro deste ano até abril em relação à negociação da PRA-1, em função da polêmica com o Estado do Rio de Janeiro na questão do oleoduto, pois não sabíamos ainda se construiríamos ou não a plataforma. Quando decidimos fazer a plataforma, em final de março, é que iniciamos o processo de negociação. Então, objetivamente, como tínhamos um calendário da P-52 já assinado, e a plataforma já vai começar a produzir o primeiro óleo no primeiro trimestre de 2007, estávamos premidos também pelo tempo. Não tínhamos tempo para voltar uma discussão, em termos de ICMS ou em termos de modificação da proposta técnica, em vista do próprio calendário que se tinha.

Assim, a proposta a que chegamos, a da Odebrecht, foi a única em que se comprovou a viabilidade técnica e, em função das negociações feitas, foi a que chegou aos preços menores do que os que estavam apresentados.

Essas são as informações que eu tinha a prestar a V. Exª.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Agradeço a V. Sª, Presidente Dutra. Não quero estabelecer uma polêmica, pois penso que o Presidente e a sua Diretoria vieram aqui com o intuito de esclarecer. Eu ainda tenho algumas questões, mas creio que a iniciativa de S. Sª de ir ao Tribunal de Contas da União e pedir um acompanhamento especial a essa questão foi uma medida corretíssima, de acordo com a biografia de V. Sª. Vamos aguardar essa análise.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Inscreveu-se agora o Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu não estava nesta audiência pública desde o início e perguntei ao Presidente da reunião, Senador Augusto Botelho, e ao Presidente da Petrobras se a carta enviada à Governadora do Rio de Janeiro teria sido objeto aqui de discussão. Se já foi, não adianta eu tocar nesse assunto, porque já foi devidamente explicado pelo Presidente da Petrobras o problema da contratação da plataforma PRA-1.

Eu queria apenas destacar que, como a Petrobras é uma empresa nacional, na construção dessas plataformas, ela deve também ter levado em conta, pela sensibilidade maior do seu dirigente, o Senador José Eduardo Dutra, as disparidades regionais. No passado, os investimentos na área de infra-estrutura se dirigiam mais ao Sul e ao Sudeste do País, mas agora houve essa providência da Petrobras para um Estado do Nordeste do Brasil. Sabemos que o Nordeste é uma região problemática, que vive eternamente em crise econômica, em crise de chuvas ou de secas, e precisa da intervenção direta dos órgãos estatais no sentido de viabilizar a sua economia, de gerar emprego e renda. Assim, com a presença do Presidente da Petrobras nesta Comissão, este é o momento de reconhecermos publicamente que esse trabalho de desconcentração dos investimentos vem ao encontro do desejo dos nordestinos. Não se trata apenas de um regionalismo barato e simples, evocativo de uma época que não estamos vivendo mais. Trata-se, Sr. Presidente, de uma intervenção de natureza econômico-social de uma estatal que hoje é a oitava companhia do mundo, com experiência tecnológica em águas profundas e que está dando lições ao mundo inteiro de como se deve arrancar das entranhas dos mares profundos o chamado ouro negro, que gera divisas para o nosso País e vai proporcionar, no tempo o mais breve possível, a auto-suficiência brasileira na produção de petróleo e derivados.

Eu aproveitaria a presença do nobre Presidente da Petrobras para lhe fazer uma pergunta, tendo em vista que sou Senador pelo Estado de Sergipe - como S. Sª o foi, com muita proficiência e competência: em que pé está a exploração daquele poço inicialmente alardeado como o maior do Brasil, localizado nas proximidades do município de Estância, em Sergipe? Como estão os estudos de prospecção e qual a viabilidade de aquele poço vir a revitalizar a economia não só da bacia de Sergipe e Alagoas, mas de toda a região Nordeste? Qual as possibilidades econômicas de aproveitamento desse petróleo, que, segundo informações divulgadas pela imprensa, é petróleo puro, da mais alta

dos principais projetos que ela está desenvolvendo,

Além disso, houve alguns projetos que não precisaram passar por seleção pública, pois a Petrobras de-

possibilidade de aproveitamento industrial, com uma economia de divisas para o País impressionante? Eu gostaria que V. Sª entrasse em detalhes sobre essa exploração, porque interessa muito não só ao Estado de Sergipe, mas ao Brasil inteiro, que possamos descobrir mais petróleo, com a competência tecnológica da Petrobras em todos os campos. Aí sim, como eu disse, estaríamos assegurando a auto-suficiência em matéria tão estratégica quanto é o petróleo, garantindo o desenvolvimento nacional.

De resto, Sr. Presidente, gostaria também de aproveitar a oportunidade para agradecer ao Presidente da Petrobras pelo alinhamento que está tendo com todos os Estados do Nordeste, inclusive com o Estado de Sergipe, nas propostas para o desenvolvimento econômico regional. Na semana passada, estive presente a uma solenidade com o ex-Senador José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras, em que S. Sª disponibilizava recursos para a Codevasf, empresa ligada à revitalização do rio São Francisco e aos perímetros irrigados, recursos esses preponderantes para a recuperação de perímetros irrigados na Região Nordeste, mais de perto no baixo São Francisco, no Estado de Sergipe. A única pergunta que faço, Presidente Dutra, é sobre uma questão que me enche de curiosidade sobre a refinaria que foi jogada mais para o futuro. Gostaria até que, se possível, fosse logo instalada a refinaria no Estado de Sergipe. A Bahia também pede uma ampliação – informam-me aqui que nem ampliação ela quer mais. Ótimo! Já não temos concorrentes na Bahia. Mas temos concorrentes no Ceará, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, todos, evidentemente, apresentando seus projetos de viabilidade econômica e de parcerias com a atividade privada que viabilizam os investimentos.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Em primeiro lugar, quero ressaltar que esses projetos licitatórios levaram em consideração única e exclusivamente a viabilidade técnica e melhores condições econômicas para a Petrobras.

Sobre a regionalização, na verdade, o único componente foi a cessão da possibilidade de se fazer parte da PRA-1 em um estaleiro da Petrobras que está na Bahia. O desenvolvimento regional é um importante tema, comumente debatido nesta Casa, pois envolve o BNDES, a política industrial do Governo. Como Senador, eu também levantava essas questões. Realmente, precisamos avançar na descentralização de investimentos.

Em relação à descoberta do poço em Sergipe, todos se devem lembrar de que, na ocasião, veio uma notícia de que a Petrobras teria descoberto um supercampo naquele Estado, com uma reserva de 1,9 bilhão de barris. Isso foi até motivo de visita nossa à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, em que dissemos que os números não eram da Petrobras. Essa descoberta está entre as diversas áreas que estão dependendo de um plano de avaliação da Companhia, dependendo ainda de aprovação da ANP. Foi uma descoberta significativa sob o ponto de vista regional. Ainda não definimos o volume da descoberta, mas, se considerarmos que a reserva atual de toda a bacia de Sergipe/Alagoas é de pouco mais de 300 milhões de barris, trata-se de uma descoberta que terá significativa importância regional. Estamos até verificando a possibilidade de antecipação da produção, naturalmente à medida que se consiga da ANP a aprovação do plano de avaliação e que se declare a comercialidade. Realmente é um óleo de extrema qualidade, são 42 graus API, mas é uma descoberta ainda em fase de avaliação pela Petrobras.

Já que se tocou em Sergipe, é importante registrar o desempenho bastante significativo da unidade Sergipe/Alagoas. É importante porque, da mesma forma como houve preconceito por parte de alguns contra a minha indicação para a Petrobras, posteriormente houve preconceito com relação a algumas indicações gerenciais, e levantaram-se questões sobre a possível incapacidade técnica dos indicados. Em Sergipe ocorreu isso, e o resultado será mostrado a seguir – e vejam V. Exªs que aumentar a produção em Sergipe é literalmente "tirar leite de pedra", tirar óleo de pedra, porque são campos maduros, não houve novas descobertas. Vamos aos números: a produção média de petróleo em Sergipe, em 2002, foi de 48 mil barris/dia; em 2003, 50 mil barris/dia; agora já se estão produzindo 56 mil barris/por dia. A expectativa é de que a produção média da unidade Sergipe/Alagoas seja de 53 mil barris/dia, ao longo desse período. Quer dizer, é o resultado do trabalho da Petrobras, do investimento em campos maduros, do aumento do grau de recuperação. Esse é um tema que vamos trazer para cá quando viermos debater os campos maduros – ouviu, Senador Rodolpho Tourinho?

Em relação à refinaria, no plano estratégico de 2003/2007, estávamos trabalhando com a necessidade de a nova refinaria entrar em operação em 2008. Mas tivemos que refazer as projeções em função não só do decréscimo de consumo no ano passado, como em função do aumento do consumo de gás – não me lembro exatamente dos dados, mas, segundo as projeções que fiz aqui, houve crescimento de 2,8% de consumo de líquidos e um crescimento de 14,8% de gás, o que, naturalmente é um deslocamento de líquidos;

isso fez com que a projeção de consumo de derivados de petróleo que estava prevista para 2010 reduzisse em praticamente 200 mil barris, o que é quase uma refinaria nova. Então, estamos trabalhando com um cenário agora da entrada em operação da nova refinaria no final de 2010, início de 2011.

Mantida essa projeção, vamos continuar acompanhando a demanda ano a ano. Isso significaria o início dos investimentos no novo refino em 2007. E estamos ainda estudando as diversas opções. V. Exª conhece, conforme foi aqui registrado, o pleito legítimo do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Sergipe, do Ceará, de Pernambuco, do Maranhão, de Mato Grosso do Sul, do Espírito Santo. Enfim, são 12 estados que estão legitimamente pleiteando essa refinaria. E a Petrobras vai implantar esse projeto onde os dados de demanda, de investimentos, ambientais apontarem para a melhor localização, até porque – estamos insistindo – queremos fazer esse projeto em parceria com outro investidor, e ninguém se vai dispor a fazer uma parceria com a Petrobras em um projeto que vai ser colocado simplesmente por decisão política, e não por rentabilidade.

Muito obrigado!

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Pois não, Senador.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Gostaria de falar, em nome de todas as lideranças de Mato Grosso do Sul, que nosso Estado abre mão da sua refinaria, mas pede o pólo gás-químico na fronteira, que é um projeto muito menor.

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – O Senador Eduardo Suplicy quer mais um minuto também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Embora o requerimento do Senador José Jorge se referisse apenas aos contratos e às licitações, gostaria de aproveitar a oportunidade, já que o Presidente José Eduardo Dutra fez uma exposição tão completa sobre as atividades da Petrobras, para que S. Sª nos explicasse brevemente as diretrizes da Petrobras para projetos culturais. Pergunto isso porque tenho percebido que a empresa tem apoiado projetos nas mais diversas áreas – cinema, teatro, cultura –, em alguns momentos de grande relevância, inclusive patrocinando filmes que têm sido indicados para prêmios internacionais. Nosso colega aqui nos lembra, por exemplo, o filme da Diretora Tetê Moraes, sobre a história do MST.

Então, gostaria que o Presidente Dutra nos desse uma breve notícia das diretrizes da Petrobras e dos principais projetos que ela está desenvolvendo, até para uma informação importante ao público da área de cultura, que acompanha isso muito de perto e ficaria agradecido.

Obrigado!

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy!

Em primeiro lugar, tradicionalmente, a Petrobras distribuidora, a BR, concentrava seus investimentos na indústria cinematográfica. Houve uma unificação em relação a investimentos da Petrobras *holding* com a Petrobras distribuidora, e optamos por um caminho que, ao mesmo tempo em que democratiza, também é mais suscetível a reclamações. Optamos por, uma vez definida a verba, destinar o grande percentual dessa verba a entidades escolhidas por seleção pública, tanto para projetos culturais, quanto para projetos ambientais, quanto para projetos no âmbito do Fome Zero.

Então, abriu-se um prazo de inscrições para os projetos culturais, para o projeto ambiental, que está sendo anunciado hoje, e para projetos relativos ao Fome Zero – o prazo será anunciado na próxima semana, se não me engano. E surgiram milhares de projetos. No caso dos projetos culturais, de cinema, de música, das mais diversas manifestações, houve, se não me engano, mais de três mil projetos inscritos. Embora os recursos da Petrobras, em comparação com outros, sejam bastantes significativos, também são limitados, e, quanto maior o número de pessoas que concorrem, maior será o número de projetos que não foram atendidos. Daí, volta e meia, ouvimos reclamações de que foi discriminado o projeto tal, de que outro projeto não foi.

Foram formadas comissões constituídas de pessoas da gerência de comunicação e especialistas renomados nas diversas áreas: cinema, teatro, artes plásticas. Não estou com os nomes aqui, mas posso enviar a V. Exª os dados relativos a todos esses projetos. Essas comissões selecionaram diversos projetos. Infelizmente, como resultado da realidade do próprio País, os projetos ainda se concentram no eixo Rio–São Paulo. Essa é uma realidade da qual não podemos fugir, mas, no caso de projetos culturais, em comparação com anos anteriores, houve descentralização. Há projetos contemplados de todas as Regiões do País – Norte, Nordeste, Centro-Oeste –, logicamente em percentuais menores, porque, infelizmente, a própria indústria cultural ainda está concentrada no eixo Rio–São Paulo, o que decorre da concentração econômica. Esse é um fato, e não vamos mudar essa realidade de uma hora para outra. Mas o resultado mostrou que houve mais descentralização.

Além disso, houve alguns projetos que não precisaram passar por seleção pública, pois a Petrobras de-

cidiu separar uma verba e investir neles. Cito o exemplo do Projeto Pixinguinha, muito importante, pois lançou diversos talentos da música brasileira. O formato dele é interessante, pois combina a apresentação de um artista já consagrado com a de outro não consagrado, regional. Esse projeto, da Funarte, surgiu na década de 70 e perdurou até 1995 ou 1997, quando foi extinto. Então, a Petrobras decidiu, em parceria com a Funarte, patrociná-lo. Ele vai percorrer todas as capitais e as mais diversas cidades do País, no mesmo formato, apresentando um artista consagrado e artistas regionais. E optamos por começá-lo com os mesmos artistas que já estavam prontos para iniciá-lo em 1995, quando foi cortado por falta de verbas: Ivone Lara, Jards Macalé, uma série de artistas que estavam naquele projeto de há quase nove anos e que agora voltam.

Enfim, grande parte dos investimentos são feitos por meio dessa seleção pública. Como eu disse, é um caminho que gera mais reclamações – se há muito mais gente que pode participar, também há mais gente que não é contemplada –, mas permite maior democratização e melhor distribuição regional.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu cumprimento a Petrobras por esse procedimento de se abrir e de ter, inclusive, a comissão de seleção dos projetos, formada por pessoas especializadas. Acredito que seria interessante, sim, receber os dados sobre os projetos, porque volta e meia perguntam aos Senadores sobre como é que se pode obter patrocínio disso ou daquilo. Assim, teríamos a informação para ser dada às pessoas em geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Exª tem a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Presidente José Eduardo Dutra, quanto à área cultural, só quero dizer que esse processo é bastante democrático, mas V. Exª vai sofrer um bocado com a concentração. No nosso tempo, a concentração no centro-sul já era avassaladora, eu diria. Penso que temos que olhar pelas outras Regiões, como a Região Nordeste, em relação a essa área cultural – e ninguém melhor do que V. Sª para fazer isso. Esse processo atual, parecido com o anterior, certamente concentra, Presidente. V. Sª verá.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mesmo com esse processo, houve uma desconcentração em relação ao anterior.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A concentração anterior era imensa.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É lógico que esse processo de desconcentração será conquistado por nós aos poucos. Mas é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Tendo em vista esta audiência ter sido transferida quatro vezes, gostaria de saber se o Presidente da Petrobras, Dr. José Eduardo Dutra, gostaria de fazer alguma outra consideração.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de, mais uma vez, estar nesta Comissão, apresentando dados sobre a Petrobras. Coloco-me à disposição para quaisquer questionamentos sobre as diversas áreas da empresa, em qualquer oportunidade, por entender que essa é uma obrigação nossa. Felizmente, a Petrobras continua sendo estatal. Portanto, temos a obrigação de prestar contas. Se a empresa fosse privada, com certeza não haveria essa obrigatoriedade. Assim, é uma obrigação, mas, para mim, particularmente, é um prazer estar nesta Comissão e nesta Casa, onde tive a honra de exercer um mandato por oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Em nome da Comissão de Infra-Estrutura, agradeço a presença do Presidente da Petrobras, Dr. José Eduardo Dutra, assim como a de todos os seus funcionários.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h38min.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 9ª Reunião Extraordinária da 2ªsessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 10 de agosto de 2004 às 11 horas.

Às onze horas do dia dez de agosto dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Fátima Cleide, José Maranhão, Valmir Amaral, Valdir Raupp, Paulo Octávio, João Ribeiro, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Ana Júlia Carepa, Luis Otávio, Pedro Simon, Ney Suassuna, César Borges, Jonas Pinheiro, Efraim Morais, Ideli Salvati, Romero Jucá e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Magno Malta, Teotônio Vilela Filho e Duciomar Costa. Reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Item nº 01- Mensagem nº 89, de 2004. Ementa: "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Plínio de Aguiar Junior para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional

de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do senhor Antônio Carlos Valente Silva." Autor: Presidência da República. Relatora: Senadora Serys Slhessarenko. Relatório: Em condições de ser apreciado pelo Senado Federal. Resultado: Aprovado por 21 votos favoráveis, 0 contrário e 0 abstenção. Após a explanação do senhor indicado, fazem uso da palavra para sabatinarem e tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores e senhora Senadores (a) Serys Slhessarenko, Rodolpho Tourinho e Gérson Camata. Realizada a sabatina do indicado, passa-se à fase de votação por escrutínio secreto. Foram designados escrutinadores os senhores Senadores Gérson Camata e Leonel Pavan. Após apurados os votos, a Presidência declara aprovado por 21 votos favoráveis, 0 contrário e 0 abstenção, o nome do senhor indicado. Item nº 02 – Mensagem nº 90, de 2004. Ementa: "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Elifas Chaves Gurgel do Amaral para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do senhor Luiz Guilherme Schymura de Oliveira." Autor: Presidência da República. Relator: Senador Rodolpho Tourinho. Relatório: Em condições de ser apreciado pelo Senado Federal. Resultado: Aprovado por 21 votos favoráveis, 0 contrário e 0 abstenção. Após a explanação do senhor indicado, fazem uso da palavra para sabatinarem e tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores Rodolpho Tourinho e Gérson Camata. Realizada a sabatina do indicado, passa-se à fase de votação por escrutínio secreto. Foram designados escrutinadores os senhores Senadores Gérson Camata e Leonel Pavan. Após apurados os votos, a Presidência declara aprovado por 21 votos favoráveis, 0 contrário e 0 abstenção, o nome do senhor indicado. Item nº 03 – Requerimento nº 18, de 2004. Assunto: " Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir as possibilidades de atração e gerenciamento dos financiamentos no Setor Elétrico. Para tanto sugiro o convite à Ministra de Minas e Energia, Exma. Sra Dilma Rousseff, ao Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Sr. Carlos Lessa, ao Presidente da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Sr. Márcio Artur Laurelli Cypriano e ao Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base – ABDIB, Sr. José Luiz Alquéres." Autores: Senador Rodolpho Tourinho e Senador Delcídio Amaral. Resultado: Aprovado. Na discussão da matéria não houve oradores inscritos para discuti-la, passa-se a fase de votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e dez minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **José Jorge,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Solicitaria silêncio para a audiência. Infelizmente, não teremos cadeira para todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião extraordinária da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Eu pediria às pessoas que se encontram em pé que fizessem silêncio, a fim de que possamos conduzir os trabalhos desta Comissão.

As Srªs. e os Srs Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Esclareço as Srªs e os Srs. Senadores que a pauta de hoje consta de três itens, audiência pública e sabatina.

1º) Submete-se à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Plínio de Aguiar Júnior, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel;

2º) Submete-se à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel;

3º) Solicito aos membros da Comissão que, se concordarem, vamos fazer uma inversão da pauta, e votar logo o Item 3º, um requerimento de autoria dos Senadores Rodolpho Tourinho e Delcídio Amaral.

O requerimento é nos seguintes termos:

Nos termos do art. 93, Item 2º, do Regimento Interno, do Senado Federal, requeiro audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir as possibilidades de atração e gerenciamento dos financiamentos do setor elétrico. Para tanto, sugiro convite à Ministra das Minas e Energia, Srª Dilma Rousseff, ao Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, ao Presidente da Federação Brasileira de Bancos, Sr. Márcio Laurelli Cipriano, e ao Vice-Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura – Abdib, Sr. José Luiz Alqueres.

Esta audiência pública foi solicitada pelo Senador Rodolpho Tourinho e pelo Senador Delcídio Amaral.

Se todos os Srs. Senadores estiverem a favor, eu passo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho um dos autores do requerimento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, a nossa intenção ao

convidar a Ministra Dilma Rousseff, ao Presidente do BNDES, Carlos Lessa, e o Presidente da Febraban, Federação de Bancos e alguém da Abdib, no caso, o Sr. Alqueres, é no sentido de se verificar se após essas novas regras que estão sendo emitidas pelo Governo Federal, e que em rigor, deveriam ter sido mais discutidas aqui, no Senado, se com essas regras, há efetiva atração de investimento e, mais do que isso, financiabilidade, bancabilidade, desses investimentos. Ou seja, se haverá suficiente disposição e recursos do BNDES, para o financiamento desses projetos de energia na área de transmissão, distribuição e, sobretudo, de geração e também do setor privado. Se os Bancos do setor privado também estariam dispostos e que tipo de ajuste seria necessário fazer nesse modelo que aí está.

O objetivo é este. É um objetivo muito bem definido, muito claro, buscando exatamente identificar pontos de estrangulamentos ou pontos que estejam não muito claros na legislação e, com isso, facilitar-se o financiamento desses projetos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Eu me congratulo com V. Exª pelo requerimento. Eu acho que é importante.

Na semana passada, eu tive oportunidade, no plenário desta Casa, de falar sobre esse tema. Eu acho que realmente com a mudança de modelo nós criamos agora um novo prazo de transição, que precisa ser superado para que os investimentos voltem a acontecer. Eu sou da opinião de que o racionamento que nós tivemos, em 2001, o motivo principal foi exatamente nós termos tido um prazo de transição bastante longo. Essa transição havia terminado e agora começou de novo. Por isso, considero esse requerimento muito importante.

A própria Ministra, na quarta-feira passada, também, numa reunião, num Conselho – não sei bem qual era o Conselho, mas um desses conselhos do Governo – S. Exª falou exatamente dessa preocupação. No caso, S. Exª culpou a questão ambiental. Mas eu acho que não é só a questão ambiental. A questão ambiental é importante, mas existem outras questões.

Então, se nós aprovarmos o requerimento, será uma boa oportunidade de discuti-lo.

Eu o coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concluímos o Item 3.

Voltamos aos Itens 1 e 2, que faremos simultaneamente.

Vamos convidar os dois indicados. Em seguida, os Relatores farão a sua apresentação. Depois, os Senadores poderão fazer as suas perguntas.

Faremos a votação após a conclusão das apresentações dos indicados.

Gostaria, antes, de convidar para participar conosco aqui, na Mesa, o Dr. Pedro Ziller de Araújo, Presidente do Conselho da Anatel, que se encontra aqui presente. Já que os dois indicados são para a Anatel, seria importante sua presença junto à Mesa.

V. Sª pode sentar em qualquer lugar, porque não há uma placa na frente.

Pediria que fossem convidados os dois indicados: Dr. Plínio de Aguiar Júnior e Dr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, para que sentassem ao nosso lado. (Pausa.)

Concedo, em primeiro lugar, a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, que é Relatora quanto à indicação do Dr. Plínio. Posteriormente, concederei a palavra ao Dr. Plínio; depois, ao Relator do segundo indicado, Dr. Elifas, e, posteriormente, ao Dr. Elifas.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não, estou esperando o nosso Líder, enquanto S. Exª entra, senão as pessoas ficam olhando para S. Exª e não para V. Exª. Como S. Exª é Líder, líder sempre é ...

Passo a palavra a V. Exª, para que apresente o relatório com relação ao indicado, Dr. Plínio de Aguiar Júnior.

V. Exª tem a palavra.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Em primeiro lugar, gostaria de saudar o Dr. Plínio, o Dr. Elifas, enfim, todos os senhores que estão à Mesa.

RELATÓRIO Nº , DE 2004

Da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, sobre a Mensagem nº 89, de 2004 (nº 358, de 29 de junho de 2004, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Plínio de Aguiar Júnior para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Antônio Carlos Valente da Silva.

Relatora: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que "*dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda*

Constitucional nº 8, de 1995", e com o art. 20 e parágrafo único do art. 22 do Anexo I do Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR para exercer o cargo de Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Compete privativamente ao Senado Federal, por força do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de titulares de "cargos que a lei determinar".

A Lei nº 9.472, de 1997, conhecida como a Lei Geral das Telecomunicações, criou a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e instituiu, como seu órgão máximo, um Conselho Diretor composto de cinco membros, com mandato de cinco anos. No art. 23 dessa lei, apresentam-se as qualificações necessárias ao exercício do cargo de Conselheiro do órgão. Diz o referido artigo:

Art. 23. Os conselheiros serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de sua especialidade, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea *f* do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

O *curriculum vitae* anexado à Mensagem Presidencial evidencia que o Senhor PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado.

Engenheiro Eletrônico, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o Senhor PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR foi membro convidado da equipe de desenvolvimento da rede experimental de comutação de pacotes (RCP) do Centro de Pesquisas de Telecomunicações francês, tendo, posteriormente, trabalhado no campo da regulamentação de telecomunicações, planejamento estratégico e gestão de qualidade.

Entre 1975 e 2002, exerceu atividades profissionais na Embratel, onde participou da gerência de direcionamento tecnológico e colaborou na coordenação do programa de qualidade. Atuou na área do planejamento estratégico do setor de engenharia da empresa, tendo sido membro da Assessoria de Planejamento Técnico.

Anteriormente a este período, entre 1972 e 1974, o Senhor PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR atuou como Engenheiro-Chefe da Westec (filial da Cable and Wireless no Brasil), tendo sido, também, Chefe do Serviço de Telecomunicações da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), entre 1967 e 1970.

Das muitas missões que desempenhou no exterior, destaca-se haver representado o Ministério das Comunicações na Reunião da Comissão de Telecomunicações do Mercosul, em Montevidéu, em 2004, participado, em 1998, do seminário sobre a iniciativa americana de cooperação na área da Internet, realizada em Washington, EUA, seminário esse que contou com a presença do então Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, Senhor Al Gore. Tendo participado do grupo de transição para o Governo Lula, exerce, hoje, no Ministério das Comunicações, o cargo de Diretor do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia, onde coordena o programa de implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

O Sr. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR representa o Ministério das Comunicações nas seguintes instituições: Conselho Gestor da Internet Brasileira (titular), Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI (titular), Comitê Gestor de Segurança da Informação (suplente) e Comitê G2G (suplente).

Essas funções e cargos exercidos, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e formação acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), por um período de cinco anos.

Sala da Comissão,....., – Presidente, Relatora.

Sr. Presidente, esse é o nosso relato.

Pelo currículo apresentado, as condições do Dr. Plínio são extremamente satisfatórias para que ele exerça o cargo a que está se dispondo.

Esse é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço a V. Exª, Senadora Serys, pelo parecer apresentado.

Concedo a palavra ao Dr. Plínio de Aguiar Júnior, para que ele faça a sua exposição.

S. Sª disporá de vinte minutos.

O SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Exmº Sr. Senador José Jorge, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, Exmª Srª Senadora Serys Selhessarenko, Relatora da mensagem que submete à apreciação do Senado o meu nome para exercer o cargo de membro do Conselho-Diretor da Anatel, Exmªs Srªs Senadores, Exmºs Srs. Senadores, Exmº Sr. Presidente da Anatel, Pedro Jaime Ziller Araújo, Exmº Sr. Conselheiro José Leite, compa-

nheiros do Ministério das Comunicações, amigos da Anatel, Valéria, minha esposa, Pedro, meu filho, senhoras e senhores, considero uma honra estar, neste momento, perante esta Comissão do Senado do meu País, indicado pela Presidência da República, tendo contado com o apoio do Ministro Eunício de Oliveira, do Deputado Jorge Bittar e do Presidente da Anatel, Pedro Jaime Araújo.

A nobre tarefa de um Conselheiro da Anatel ganha especial significado no momento em que vivemos hoje, em que tanto o Poder Executivo quanto o Congresso se empenham promover a inclusão digital como instrumento para a inclusão social.

Momentos há na política brasileira em que verificamos a convergência de esforços em defesa de causas de grande interesse social, como agora em relação à inclusão digital.

Nos anos 60, por exemplo, foram criadas tanto a Setel, no Estado da Guanabara de então, quanto a CRT, no Rio Grande do Sul. Os Governadores Lacerda e Brizola, opositores nos planos político e ideológico, tomaram decisões semelhantes na busca de soluções para a grave crise do setor de telefonia de então. A rigor, pode-se dizer que, juntamente com o Código de Telecomunicações de 62, essas duas iniciativas e a criação da Embratel foram as sementes para a criação da Telebrás, em 72.

Recebo atualmente uma nova convergência de diversas iniciativas que contribuem para a utilização integrada das tecnologias de informação e comunicações em apoio à universalização dos serviços públicos e, em especial, à implantação de acessos de banda larga e Internet nas escolas públicas, nas bibliotecas, nos postos de saúde e nos hospitais universitários. Essa inclusão digital a que nos referimos deverá abranger todo o País, todos os cidadãos. Os principais instrumentos com que contamos para isso são o serviço público de comunicações digitais, com recursos do FUST; a TV Digital interativa e a implantação de milhares de telecentros, todas essas iniciativas em andamento neste Governo, que tem contado com o apoio do Congresso para tal. É um sonho realizável em curto prazo, no qual tenho me empenhado com bastante determinação. Em nossa análise, entendemos que dispomos dos recursos tanto econômicos quanto tecnológicos, suficientes para a implantação desse programa vital para o nosso País, e que o Governo vem integrando as diversas iniciativas com eficácia. Orgulho-me de fazer parte da geração que, no fim dos anos 60, iniciou uma verdadeira revolução nas telecomunicações deste País. Tínhamos boa formação profissional, tínhamos os nossos sonhos de desenvolvimento nacional soberano e trabalhávamos intensamente para isso, para alcançá-los. Nossa geração participou da criação da Telebrás e do Centro de Pesquisas de Campinas, do CPQD, que chegou a ser o quinto do mundo no setor. Trabalhei em telecomunicações ao longo de toda a minha vida profissional. Formado em eletrônica e telecomunicações na PUC, em 67, ao longo de 71 e 72 estive, como a Senadora já mencionou, no Centro de Pesquisas de Telecomunicações da França, numa equipe que desenvolvia a tecnologia de comutação de pacotes na perspectiva de criar rede semelhante à da Arpanet americana, que tinha sido implantada com recursos e orientação do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. A Arpanet, só para lembrar, foi o embrião tecnológico da Internet de hoje, que deve sua enorme difusão mundial a partir da criação do www nos anos 90. É importante observar como é relativamente lenta a trajetória de difusão de uma grande inovação tecnológica, como essa, que nos proporcionou a Internet. Passaram-se cerca de 20 anos para que a disseminação do uso da Internet atingisse as primeiras dezenas de milhões de usuários no mundo. Essa tecnologia de comutação de pacotes, desenvolvida nos grandes centros de pesquisa americanos e europeus, foi implantada no Brasil poucos anos depois, já no início dos anos 80. Por longo tempo, trabalhei na área de planejamento da Embratel, onde estive de 75 a 2002, participando de grupos de trabalho tanto da Telebrás quanto do Ministério das Comunicações. Além de atividades relativas à regulamentação e ao planejamento técnico, também atuávamos na área de padronização internacional, junto à União Internacional Telecomunicações, nas áreas de comunicação de dados e de rede digital e serviços integrados. Em 75, coordenei o planejamento estratégico da Rede Telex da Embratel, em que tivemos oportunidade de considerar todo um ciclo de vida de um serviço público. O Telex foi um serviço que durou efetivamente, como serviço público e comercial, cerca de 20 anos apenas. E é extremamente interessante para os profissionais na área de telecomunicações e comunicação perceber esses ciclos tecnológicos que geram serviços, sobretudo na área de telecomunicações e informática. Devido à rapidez das inovações tecnológicas e aos efeitos de substituição de serviços e tecnologias, isso tudo, devido à convergência tecnológica, faz com que os serviços realmente nasçam, se desenvolvam e sejam substituídos. O primeiro grande serviço foi o Telex, que trouxe muita experiência para que consideremos os demais serviços hoje em dia. Um exemplo é o serviço de mensagem que se tinha antigamente, o Teletrim, e que foi totalmente substituído pelo digital, pelo celular.

No sistema Telebrás, na época do início dos anos 70, competia à Embratel explorar o serviço de telex e

comunicação de dados, além da telefonia de longa distância nacional e internacional. Essa divisão de atribuições Intratelebrás requeria nova regulamentação de serviços, que anteriormente compreendia apenas o serviço de telefonia. Nessa época comecei a me dedicar à regulamentação das telecomunicações, não se tinha informação no País sobre regulamentação de serviço de comunicação de dados e seus sucedâneos.

A fonte de informações, na época, era a atuação da FCC nessas questões. Passei a acompanhar a evolução da revolução americana através dos chamados, na época, **computers in quaries**, que eram debates públicos sobre adventos de novos serviços de comunicação de dados nos Estados Unidos, promovidos pela Agência Reguladora Americana – FCC -, à Comissão Federal de Comunicações.

Nos Estados Unidos, esses debates propiciaram o chamado processo de desregulamentação das telecomunicações americanas, num primeiro momento, e das telecomunicações mundiais em seguida. A questão central era que as inovações tecnológicas, nas tecnologias de informação e comunicações, propiciavam criação de novos serviços de interesse público que não seriam adequadamente regulados pela legislação então em vigor, que focalizava, basicamente, telefonia.

Além disso a situação implicava entrada de novas empresas provedoras desse serviço num mercado dominado, até então, pela ATT, que detinha 85% do mercado. É importante observar que a época, tanto a Europa Ocidental quanto o Japão exploravam telecomunicações através de monopólios estatais, dentro de estruturas de ministérios chamados PTT, que englobavam serviços postais, telegrafia e telefonia. Eram estruturas monolíticas, com funções que abrangiam desde a outorga, a exploração dos serviços e a sua fiscalização numa mesma entidade.

Só os Estados Unidos e o Canadá que tinham agências reguladoras independentes e exploração de serviços por empresas privadas.

No Brasil, para organizar a exploração dos novos serviços de comunicação de dados foi iniciada toda uma nova regulamentação que readequasse o Código de 62. Participei ativamente desse processo, representava então a Embratel, cooperando para a elaboração da Portaria nº 109, em 1978. Essa regulamentação era imprescindível para o lançamento do serviço Transdata da Embratel, em 79, posteriormente para a implantação do serviço Rempac, que ainda está em operação.

Em 79, a convite do meu saudoso amigo Ministro Haroldo Mattos, fundador da ECT e Presidente da Embratel de 75 a 79, fui cedido, vim trabalhar no Ministério das Comunicações por seis anos. Minha função, de Assessor Especial do Ministro, englobava basicamente a tarefa de acompanhar a regulamentação do serviço de comunicação de dados e representar o Ministério das Comunicações no Conselho da Secretaria Especial de Informática, que coordenava a política industrial de informática no País.

No exercício dessas tarefas, tive a oportunidade de me aproximar do General Alencastro, então Presidente da Embratel, a quem o Brasil muito deve pela seriedade e determinação de sua liderança. Esse período foi especialmente importante para o ordenamento institucional de questões relativas à regulamentação, mas também de planejamento estratégico, política de desenvolvimento tecnológico pelo CPQD e a política industrial do setor.

Também foi muito importante para o meu amadurecimento na área de regulamentação e política de telecomunicações o convívio no Clube de Engenharia no Rio de Janeiro, reconhecido como permanente fórum de discussão sobre temas de elevado interesse nacional.

Nessa Casa, do Senador Saturnino, que não vejo aqui, e do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, que sempre foi convidado a participar dos debates na Casa, entre outros tantos brasileiros que construíram o Clube de Engenharia, muito se debateu sobre as telecomunicações brasileiras.

Paradoxalmente, minha experiência pessoal mais completa em regulamentação do setor foi participar de um projeto que não conseguimos concretizar. Foi o projeto de lei apresentado pelo Deputado José Costa, do PMDB de Alagoas, em 1989. Esse projeto representava uma completa readequação do Código de Telecomunicações de 62 para a área de telecomunicações. Não incluía a radiodifusão nessa revisão, esse projeto de que participei.

Nele atuei em cooperação com o jurista Gaspar Viana, autor de importante livro sobre a privatização das telecomunicações no Brasil, prefaciado por Barbosa Lima Sobrinho.

Já em maio de 2002, atendendo à solicitação do Deputado Jorge Bittar, que coordenava o programa de governo do então candidato Lula na área de infra-estrutura, participei ativamente da elaboração das propostas para a área de telecomunicações e radiodifusão. Posteriormente, atuei também no processo de transição após a eleição.

Em março de 2003, convidado pelo então Ministro Miro Teixeira, ajudei na reconstrução da Secretaria de Telecomunicações, junto com o então Secretário Pedro Jaime, onde até hoje sou Diretor do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia.

Desde o ano passado, participo do programa de implantação de TV Digital no Brasil, onde atuo como coordenador do grupo gestor, honrado com o convite do Ministro Eunício para que continuasse em sua equipe.

O Decreto 4901 define a política geral e diretrizes para a implantação da TV Digital no Brasil. Trata-se de uma política de governo envolvendo dez ministérios em seu comitê de desenvolvimento, que é deliberativo, e oito ministérios no grupo gestor. O CPQD, Centro de Pesquisa de Telecomunicações de Campinas, e a Finep, são entidades de apoio a esse grupo gestor.

As principais diretrizes dessa iniciativa de governo compreendem um programa de governo, não é apenas um programa setorial. A tecnologia é subordinada às aplicações de grande interesse social. A TV Digital deverá ser instrumento da inclusão digital com prioridades pelas áreas de educação a distância e aplicações na área de saúde. A interatividade é considerada um requisito fundamental para a eficácia dessas aplicações.

O programa também deverá fomentar o desenvolvimento tecnológico nacional. Deverá ser desenvolvido o modelo de referência para um possível padrão brasileiro. E o programa deverá propor um padrão a ser adotado pelo Brasil a partir da escolha entre os padrões internacionais e o modelo de referência que se venha desenvolver. Com isso, cerca de 90% dos domicílios brasileiros que atualmente dispõem de televisão analógica poderão receber transmissões digitais através de pequenos conversores que proporcionarão diferentes graus de interatividade, inclusive acesso à Internet, com algumas limitações, tanto de velocidade quanto de formato de apresentação.

A organização do programa prevê ampla consulta às diversas entidades representativas dos grupos de interesse que atuam no setor. Com os recursos do Funtel, Fundo de Desenvolvimento de Tecnologia de Telecomunicações, serão aplicados cerca de 65 milhões nas pesquisas necessárias para esse programa. Já há 79 instituições de pesquisas cadastradas para o desenvolvimento dessas pesquisas que contribuirão para a tomada de decisão sobre o padrão TV Digital a ser implantado no Brasil.

Deverá ser longo o período de transição da tecnologia de TV analógica para a TV Digital, entre 10 e 15 anos. O avanço da TV Digital no Brasil deverá ser gradual por dois motivos principais. Um, por requerer mudanças sensíveis no sistema de transmissão das emissoras com investimentos relativamente pesados. Ao longo dessa transição, as emissoras que iniciarem a transmissão digital deverão continuar a transmitir também na modalidade analógica. Outro motivo é que só as classes "a" e "b" poderão adquirir receptores digitais modernos devido ao seu elevado custo. A maioria dos atuais 54 milhões de aparelhos analógicos no Brasil deverá utilizar conversores para receber transmissões digitais.

O ano de 2003 também foi um ano importante para a evolução da regulamentação das telecomunicações no Brasil. Essa evolução começou com o Decreto nº 4.733, do ano passado, que dispõe sobre a políticas públicas de telecomunicações, respeitando os termos da Lei Geral de Telecomunicações e restabelecendo harmonia entre as funções do Ministério das Comunicações e da Anatel.

Essas políticas visam, sobretudo, promover a competição que deverão ser implementadas diretamente pela Anatel. Entre outros pontos, esse decreto propõe novos métodos, sobretudo baseados em modelagens de custo do setor a serem considerados quando da fixação de tarifas tanto de interconexão quanto tarifas de público. A implantação dessas medidas cabe à Anatel, como já disse, que já providenciou um estudo bastante abrangente sobre essa modellagem de custos atualmente em consulta pública. A partir dessas informações, a estrutura advinda do conhecimento da estrutura de custo do setor, poderá a Agência atuar de maneira mais eficaz do que no passado aproveitando a experiência sobretudo da União Européia, que elaborou um conjunto de diretivas a ser implantadas pelas Agências Regulatórias de cada país europeu. Uma das orientações básicas dessas diretivas européias é de focar a ação regulatória dos agentes que detêm efetivo poder de mercado, aqueles que têm capacidade de dominar mercados, sobretudo no caso de incumbentes detentores de elementos de redes essenciais. Caso típico dos acessos locais das empresas de telefonia.

É importante observar que a Anatel passa atualmente por grande mudança, além de se empenhar no desenvolvimento de novas formas de regulação, ela está promovendo importante reorganização em toda a sua estrutura. Desse esforço que espero participar, caso seja aprovado no Senado. Como disse recentemente o Ministro Palocci: "Os modelos regulatórios devem ser dinâmicos para acompanhar a evolução tecnológica". Também dele, "a tecnologia do setor de comunicações, por exemplo, muda de forma extraordinária e esta inovação beneficiou e continuará a beneficiar o consumidor. Cabe às agências cuidar para que esses ganhos sejam repassados para a sociedade," e finaliza dizendo: "Não há contradição entre a proteção do investimento e os interesses do consumidor".

Concluo, portanto, de minha parte, com o compromisso de que toda a minha participação na Ana-

tel, caso aprovado pelo Senado, será orientada pelo entendimento de que uma Agência como a Anatel se realiza plenamente quando percebida pela sociedade como defensora do consumidor, como provedora de garantias legítimas aos investidores, como promotora da competição e fomentadora de inovações.

Exmº Sr. Presidente, Exmª Srª Relatora, Exmªs Srªs Senadoras, Exmºs Srs. Senadores, minhas senhoras, meus senhores, muito obrigado.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Dr. Plínio de Aguiar Júnior.

Eu gostaria de dizer que os assistentes não podem se manifestar nem a favor e nem contra, mas enfim, já que se manifestaram, deixa de ser uma homenagem. Mas como quem tem o direito de aplaudir tem o direito de vaiar também, então é melhor que ninguém se manifeste nem a favor e nem contra para evitar constrangimento se alguém falar alguma coisa que os senhores não gostem, principalmente o Dr. Elifas, pode ser que fale alguma coisa que os senhores não gostem.

Então vou passar a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, para que S. Exª possa, então, ler o relatório em relação ao segundo indicado: Dr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Dr. Pedro Ziller, Presidente da Anatel, Dr. Elifas Gurgel do Amaral, Dr. Plínio de Aguiar Júnior, futuros Conselheiros-Diretores da Anatel,

RELATÓRIO Nº , DE 2004

Da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, sobre a Mensagem nº 90, de 2004 (nº 359, de 2004, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Elifas Chaves Gurgel do Amaral para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Relator: Senador **RODOLPHO TOURINHO**

Nos termos do art. 52, Inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

De acordo com o dispositivo constitucional anteriormente citado, cabe privativamente ao Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de Conselheiros da Anatel, indicados pelo Poder Executivo.

A Lei nº 9.472, de 1997, conhecida como a Lei Geral das Telecomunicações, criou a Anatel e instituiu, como seu órgão máximo, um Conselho Diretor composto de cinco Conselheiros, com mandato de cinco anos.

O **curriculum vitae** anexado à Mensagem Presidencial, que está à disposição dos senhores para análise, evidencia que o Senhor ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado.

Formado pela Academia Militar das Agulhas Negras, o Senhor ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL concluiu, posteriormente, curso de graduação em engenharia da computação no Instituto Militar de Engenharia, no Rio de Janeiro. Além disso, é pós-graduado em redes de computadores pela Faculdade Católica de Brasília.

Paralelamente, desenvolveu sólida carreira militar. Foi Chefe da Divisão de Engenharia do Centro de Desenvolvimento de Sistemas do Ministério do Exército, e Chefe do 1º Centro de Telemática de Área – organização militar do Exército responsável por questões de informática e telecomunicações do Comando Militar do Sul. No Ministério da Defesa, ocupou o cargo de Subgerente da Divisão de Projetos Especiais e integrou equipe encarregada da implantação e operação do Sistema de Comunicações Militares por Satélites.

No ano de 2004, o Senhor ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL exerceu as funções de Assessor Especial e Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

Essas funções e cargos exercidos, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e formação acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Sala da Comissão, . – , Presidente, Relator.

O longo currículo do Sr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral está à disposição dos Srs. Senadores. E entendo que ele tem, pelo seu currículo e pelo que fez também, profissionalmente, na sua carreira, total condição de assumir esse cargo.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, só um segundo, não é nem um minuto, apenas que cometi uma gafe e preciso prestar essa homenagem a uma pessoa que para mim é muito especial, tenho a maior admiração, que é o Dr. Pedro Ziller, que está na mesa e não o mencionei. Toda a minha homenagem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra ao Sr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, indicado para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações. V. Exª dispõe de vinte minutos para fazer sua apresentação.

Pediria ao Senador Augusto Botelho para presidir um pouco aqui porque, infelizmente, aqui a gente tem que correr, ir de uma Comissão para outra.

O SR. ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL – Exmº Sr. Senador Augusto Botelho, Presidente da Comissões de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, Exmº Sr. Senador Rodolpho Tourinho, Relator da mensagem que indica meu nome para ser argüido por esta Comissão, Exmªs Srªs Senadoras, Exmºs Srs. Senadores, Exmº Dr. Pedro Jaime Ziller, Presidente da Anatel, Exmº Sr. José Leite, Conselheiro da Anatel, minhas Srªs e meus Srs., meus queridos familiares, é com grande honra que venho hoje, nesta Comissão, ser submetido à avaliação de V. Exªs. para, caso aprovado, assumir o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Eventos como este são de grande relevância para a sociedade na medida em que comprovam a capacidade daqueles que são indicados para o exercício de funções em diversos órgãos da Administração Pública. Mais do que um preceito constitucional a avaliação a ser realizada pelos Srs. e Srªs. é o exercício de democracia e cidadania. Há, sem dúvida, a necessidade de se aferir a capacidade dos candidatos a todo e a qualquer cargo nessas Agências.

No que concerne às Telecomunicações, a aprovação, por parte desta Casa, dos indicados ao Conselho Diretor de sua Agência Reguladora é de fundamental importância.

A implantação do modelo de Agências Reguladoras no Brasil ocorreu há pouco tempo. Portanto, esse tipo de administração ainda não está plenamente consolidado, sendo fundamental a participação de todos os segmentos democráticos no processo de aperfeiçoamento dessas Agências. Exatamente por esse motivo encontra-se em tramitação, aqui no Congresso Nacional, Projeto de Lei que visa aprimorar o funcionamento das Agências Reguladoras, promovendo, desse modo, a elaboração de um modelo mais eficaz, tanto para a sociedade, como para os agentes econômicos envolvidos no setor.

Há, portanto, muito que se discutir pelo Poder Público, em especial pelo Parlamento, com a sociedade e aqueles que fazem parte da Direção das Agências Reguladoras com vistas ao pleno atendimento dos anseios da população.

Portanto, quem pretende fazer parte do Conselho Diretor de qualquer uma dessas Agências Reguladoras deve ser, eminentemente, um ativo colaborador. Ele deve ter sempre em mente que a regulação de mercados e a da infra-estrutura é um processo em contínua construção, como também é contínuo o processo de construção dos nossos sistemas de telecomunicações. Um trabalho deveras relevante para o desenvolvimento social e, portanto, muito gratificante.

Esse trabalho começou em nosso País muito precocemente já que o Brasil foi um dos pioneiros na implementação da telefonia. Ainda em 1877, apenas um ano após a demonstração do telefone por Graham Bell na Feira Internacional de Filadélfia, foi instalada a primeira linha telefônica do País que ligava o Palácio da Quinta da Boavista às residências dos Ministros do Governo Imperial. Quatro anos depois, em 1881, houve a primeira concessão pública para a exploração comercial da telefonia no Rio de Janeiro. A partir daí até a década de 60 vigorou no Brasil o modelo privado de exploração concedido pelo Poder Público. Modelo este que não foi capaz de prover o País de uma infra-estrutura mínima no setor.

Desse modo, no início dos anos 60 instalou-se uma grande indefinição do ponto de vista legal, cabia tanto à União quanto aos Estados e Municípios a concessão dos serviços de telecomunicações. Havia nessa época aproximadamente mil e duzentas empresas de telefonia. A grande maioria de pequeno e médio porte, operando no País sem qualquer tipo de coordenação que pudesse redundar em diretrizes comuns ou na integração de seus sistemas.

Em 1962, tendo em vista a grave crise que afetava este setor no Brasil, foi editado o Código Brasileiro de Telecomunicações – a Lei nº. 4.117. Este Código criou o Sistema Nacional de Telecomunicações visando assegurar uma prestação integrada desses serviços. Foram instituídos, também, o Conselho Nacional de Telecomunicações – o Contel – e o Departamento Nacional de Telecomunicações – o Dentel, além de ser estabelecida a centralização da responsabilidade pela gerência das telecomunicações na União.

Finalmente, houve a autorização para que se instruísse uma empresa pública para explorar a estrutura

integrante do Sistema Nacional de Telecomunicações, empresa esta que viria a se constituir na Embratel. Iniciava-se, assim, a primeira grande transformação das telecomunicações no Brasil. Houve uma gradual estatização das empresas telefônicas, na medida em que venciam as concessões das empresas privadas então existentes. Esse processo culminou em 1972, com a criação da Telebrás, por meio da Lei nº. 5.792 que, logo após a sua implementação, iniciou o trabalho de aquisição e absorção das empresas que prestavam serviços telefônicos no Brasil, visando consolidá-las em empresas de âmbito estadual ligadas à **holding** Telebrás.

Em 1974, o Decreto nº 74.379 designou a Telebrás, concessionária geral, para a exploração dos serviços públicos de telecomunicações.

Em 1988, o monopólio estatal das telecomunicações foi ratificado, definitivamente, ao ser previsto na Constituição Federal promulgada naquele ano. Após o pleno estabelecimento do Sistema Telebrás houve um aumento significativo nos investimentos em telecomunicações no País, o que gerou um grande acréscimo na oferta de serviços.

Em 20 anos de atuação, essa empresa fez com que o tráfego telefônico aumentasse em mais de 1.200% no serviço local e mais de 1.800% nos serviços interurbanos. Além disso, o modelo estatal de exploração das telecomunicações foi capaz de dotar o País de tecnologia de ponta no setor. O maior exemplo foi a criação do Centro de Pesquisa e de Desenvolvimento da Telebrás, o nosso CPQD que chegou a ser, durante esse período da exploração estatal, um dos cinco maiores centros de pesquisa em tecnologia das telecomunicações do mundo, capaz de produzir itens de tecnologia de ponta como as centrais trópico de comutação, fibras óticas, cartões indutivos para uso em telefônicos públicos, dentre outros. Mesmo assim, as avaliações feitas no início da década de 90, demonstravam a existência de uma enorme demanda reprimida que não podia ser atendida pela Telebrás, estimada em aproximadamente 10 milhões de possíveis usuários da telefonia fixa. Tal quadro se devia, primordialmente, à incapacidade do Estado em investir na infra-estrutura de telecomunicações, fazendo com que ela não crescesse no mesmo ritmo da necessidade de acesso à telefonia. Gerou-se, desse modo, uma grave dicotomia. Havia a redução gradual dos investimentos, redução esta que se acelerou no início dos anos 90. Enquanto isso, as telecomunicações tornavam-se um setor infra-estrutural, cada vez mais importante e essencial para a transmissão de informações e a promoção do desenvolvimento.

Tendo em vista tais disfunções, entendeu-se que a privatização era o melhor caminho a ser seguido de modo a atrair investimentos privados para o setor de telecomunicações e, assim, recuperar o seu crescimento e atender à demanda reprimida.

Iniciou-se, a partir dessa percepção, a segunda grande transformação das telecomunicações brasileiras que teve a sua data oficial de nascimento em 15 de agosto de 1995, quando foi publicada a Emenda Constitucional nº 8. Permitia-se, desse modo, a concessão para a exploração de serviços de telecomunicações ao setor privado, quebrando, assim, o monopólio estatal sobre esses serviços, e o mais inovador: permitindo a privatização do sistema Telebrás, que, naquela data, detinha aproximadamente 90% da infra-estrutura de telefonia no País. Logo após, com a aprovação da Lei nº 9.295, batizada de Lei Mínima, foi permitida a licitação de concessões de telefonia celular em banda "b". Inicialmente essas empresas foram implantadas para concorrer com as estatais de telefonia celular, que posteriormente seriam privatizadas.

Finalmente, em julho de 1997, foi aprovada a Lei Geral de Telecomunicações, a Lei nº 9.472, que serviu de base regulatória para a privatização do sistema Telebrás e para a criação da Anatel.

Assim, em 1998, foi realizada a privatização do sistema Telebrás, que resultou na venda de vinte e sete empresas telefônicas e da Embratel. Essas empresas de telefonia fixa foram reunidas em três grandes Regiões: Norte-Leste, Centro-Sul e São Paulo. Um ano depois, realizou-se a licitação das empresas-espelho que vieram para concorrer com aquelas empresas oriundas da privatização da Telebrás. Iniciava-se, então, efetivamente, um sistema concorrencial nas telecomunicações brasileiras.

A administração desse novo mercado de telecomunicações, que transformou as comunicações brasileiras, ficou a cargo da Anatel. O Estado deixava de ser monopolista e passava a ser regulador. Era necessário, portanto, criar uma nova estrutura estatal capaz de dar conta dessa nova realidade. Essa nova estrutura deveria organizar o setor de telecomunicações de modo a aumentar e melhorar a oferta de serviços, estimular a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico, criar um ambiente de estabilidade regulatória para garantir os investimentos e, além dessas, duas outras missões que podem ser consideradas as mais importantes de todas: universalizar as telecomunicações e garantir a proteção aos consumidores.

A escolha do modelo de agência reguladora não se deu por acaso. Na verdade, tratava-se na época da criação da Anatel de uma tendência mundial. Esta tendência pode ser demonstrada pelo seguinte fato:

em 1990, existiam apenas doze órgãos reguladores das telecomunicações em todo o mundo. Em 2000, ou seja, apenas dez anos depois, esse número já era de noventa e seis. Porém, mais do que uma tendência mundial, o modelo adotado em nosso País mostrou-se eficaz na medida em que a implementação da Anatel é considerada hoje um exemplo paradigmático não apenas no Brasil, mas também no exterior.

Os números demonstram que, de fato, houve uma grande expansão na infra-estrutura brasileira de telecomunicações. Em 1997, por exemplo, o número de telefones celulares era de apenas 4,5 milhões de aparelhos; hoje são mais de 54 milhões. Na telefonia fixa houve também um crescimento significativo. No mesmo ano de 1997, tínhamos uma capacidade instalada de aproximadamente 18,8 milhões de linhas e atualmente a capacidade instalada já é superior a 50 milhões de linhas.

Contudo, há ainda diversos problemas a serem resolvidos e que se constituem em grandes desafios não apenas para a Anatel e para o Ministério das

Comunicações, mas para todo o Governo brasileiro. Desses, o mais evidente, é o grande número de linhas telefônicas ociosas no País. Como já havia dito anteriormente, hoje há uma capacidade instalada para cerca de 50 milhões de acessos, mas apenas pouco mais de 39 milhões desses acessos estão efetivamente em uso, o que demonstra a existência de mais de 20% de ociosidade em nossa infra-estrutura de telecomunicações fixas.

Diversas são as causas desse fenômeno, mas a primordial é, sem dúvida, a grande concentração de renda existente no País, que faz com que boa parte da população brasileira não tenha poder aquisitivo suficiente para pagar pelos serviços de telecomunicações.

Assim, para fazer frente a esse desafio, foram incluídos nos novos contratos das concessionárias do sistema de telefonia fixa, que vigoram a partir de 1º de janeiro de 2006, o telefone fixo, com planos alternativos, denominado Aice – Acesso Individual Classe Especial.

Está prevista ainda para esses novos contratos a utilização de fórmulas para cálculo de reajustes específicos para o setor de telecomunicações, de modo que esse índice vai, efetivamente, refletir os custos reais das empresas de telefonia.

Outro desafio é continuar o processo de universalizaçao das telecomunicações. As metas estabelecidas pelos atuais contratos já foram praticamente todas cumpridas com antecedência. Assim, novas metas devem ser implementadas a partir da assinatura dos novos contratos, de modo a manter esse processo de universalização.

Essas metas serão bem mais rigorosas de forma a atender as comunidades que ainda não tem acesso ao serviço de comunicação, promovendo uma inclusão social mais justa e democrática.

A capacidade de fiscalização da Anatel deve se aperfeiçoar na mesma medida, com vistas a garantir a plena implementação das metas previstas no novo Plano Geral de Metas de Universalização.

Finalmente, há que se ressaltar que o futuro das telecomunicações nos reserva um novo tempo: o tecnológico. É certo que a convergência tecnológica, principal sintoma desse novo tempo, não é um fenômeno tão recente assim, porém essa convergência vem sofrendo uma aceleração sem precedentes nos últimos anos, consolidando-se em questões cruciais para os órgãos de regulação das telecomunicações em todo o mundo.

O que chamei há pouco de novo tempo, desse modo se constitui, na verdade, como desafios sobre desafios. Constantemente, novas tecnologias surgem, suplantando ou alterando as anteriores, criando constantes mudanças, às vezes drásticas, para o mercado de telecomunicações. Esse acelerado desenvolvimento tecnológico faz com que o campo de atuação da Anatel esteja em constante expansão. Novos desafios surgem a cada dia. Dentre eles, o de maior destaque nos dias de hoje é, sem dúvida, aquele relacionado à Tv Digital.

No Brasil, esse assunto ganha ainda mais destaque, tendo em vista que os aparelhos de televisão estão presentes em mais de 90% dos lares brasileiros.

A transmissão de informações por televisão é um dos serviços públicos de maior alcance em todo o País. O futuro padrão de Tv Digital, portanto, deve ser escolhido de modo a atender aos anseios de praticamente toda a população brasileira, abrangendo todas as peculiaridades regionais de um país de dimensões continentais.

Além disso, a tecnologia de Tv Digital deve ser um grande aliado no desenvolvimento das políticas públicas de inclusão digital. Isso acontece porque as transmissões de televisão, quando ocorrem de maneira digital, comportam transmissões personalizadas e canais de retorno, tornando possível o acesso a redes de dados, inclusive à Internet, por meio de aparelho de televisão.

Atualmente, apenas 8% da população brasileira tem acesso à Internet. Esse número pode aumentar bastante, caso o modelo de Tv Digital adotado no País contemple o acesso à rede mundial, gerando assim um poderoso instrumento de inclusão social.

Como resultado da implementação da Tv Digital no Brasil, espera-se um maior democratização da

nossa radiodifusão aberta, com um aumento na oferta de canais disponíveis, promovendo principalmente maior acesso da população à disseminação de informações. Hoje, cabe à Anatel a administração do espectro radioelétrico, ficando a cargo do Ministério das Comunicações a outorga para execução de serviços de rádio e Tv.

Não se trata, contudo, de tarefas executadas isoladamente, mas sim de um conjunto de esforços visando à otimização de desempenho do setor. A Anatel, portanto, é um órgão importante na implementação de uma política de comunicações, na qual a radiodifusão é um tema de grande relevância.

Concluindo, reafirmo que a Anatel desempenha um papel imprescindível na regulação e na fiscalização do setor de telecomunicações, contribuindo para a implementação das políticas e diretrizes do Governo Federal, para a eficiência econômica das operadoras e para o equilíbrio social dos usuários do sistema.

Ao finalizar, permitam-me V. Exªs registrar os meus agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por me indicar para o exercício desse cargo de grande relevância para o Estado brasileiro e ao Exmº Sr. Ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, pela confiança demonstrada ao propor minha indicação na certeza de meus esforços para o engrandecimento do País.

Assim, se honrado com a aprovação de V. Exªs, terei oportunidade de continuar exercitando o que aprendi ao longo de toda minha vida profissional: servir ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Há dois Senadores inscritos, mas antes de passar a palavra iniciarei o processo de votação.

Com a palavra o Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente Augusto Botelho, Senhores Diretores da Anatel, penso que talvez V. Sªs chegam no momento de transição de pensamento do Governo sobre o efetivo papel das Agências Reguladoras. Neste momento, eu gostaria de chamar a atenção do relevante papel dessas Agências Reguladoras na área de telecomunicações, na área de energia, enfim, em todas as áreas em que estão presentes, para deixar claro que só poderíamos prescindir dessas Agências se o Governo efetivamente pudesse sozinho arcar com todos os investimentos necessários à infra-estrutura do País, o que é absolutamente impossível .

Entendo que V. Sªs chegam no momento exato em que o Governo mudou seu discurso em relação às Agências, e em boa hora. Contudo, ainda comete engano na medida em que ele ainda defende contratos de gestão com as Agências. Isso significaria, se não cumpridas as difíceis metas das áreas de infra-estrutura, a perda de autonomia financeira das Agências, que no meu entendimento toda Agência deve ter. Chamo a atenção desse aspecto no Senado, onde deveremos votar esse projeto de lei, e da importância do que representa a autonomia das Agências.

Eu gostaria de colocar um ponto que considero muito importante em relação às contas telefônicas. Não sei quem dos senhores tem posicionamento em relação a isso. É muito fácil, nesta Casa, controlarmos a conta de água, porque há um hidrômetro e, facilmente, controlamos a conta de água. Da mesma forma, é fácil controlar a conta de energia, porque diariamente se pode olhar no marcador e verificar se o gasto efetivo está correspondendo à sua expectativa, à sua realidade. Mas é absolutamente impossível verificar uma conta de telefone. Não sei se talvez os senhores pudessem dar uma indicação disso. Em hipótese nenhuma, consigo verificar se aquela conta do meu telefone é verdadeira ou não. Nessa minha afirmação, não estou, em momento nenhum, acusando qualquer companhia telefônica de estar fazendo qualquer tipo de coisa. Mas tenho certeza que o povo em geral tem dúvida em relação a isso. E o povo gostaria de ter alguma defesa para que se sentisse mais seguro em relação às contas telefônicas.

Por isso mesmo, coloco essa questão aqui, sobretudo quando o Dr. Elifas Gurgel do Amaral colocou como desafios a universalização e a proteção ao consumidor. Também coloco como desafio dar maior transparência e possibilidade de conferência das contas telefônicas, o que, no meu entendimento, não existe nem na telefonia fixa muito menos na telefonia celular. Essa era a questão que deveria deixar.

Dr. Plínio e Dr. Elifas, deixo-lhes os votos de felicidade na gestão que certamente farão na Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao Sr. Elifas, que tem dois minutos para responder.

O SR. ELIFAS GURGEL DO AMARAL – Senador Rodolpho Tourinho, quanto às contas, efetivamente, é um anseio da sociedade o marcador de seu aparelho, como há os medidores de luz e de água.

Há dois aspectos importantes colocados e que merecem ser apreciados. A planta estabelecida para a telefonia, de início, não previa um sinal de retorno que pudesse ser lido por um aparelho especificamente, um terminal, que indicasse o consumo. Então, nossa planta hoje não foi planejada dessa forma.

Entretanto – o outro aspecto, os novos contratos, que valerão a partir de 1º de janeiro de 2006, estabelecem formas no sentido de que o usuário obtenha

dados precisos de sua conta. Isso ainda está previsto com um custo para o usuário.

Existe basicamente uma questão tecnológica no que se refere aos pulsos, que era uma tecnologia baseada em centrais mais antigas. Com as novas centrais, que estão sendo implantadas paulatinamente em toda nossa planta de telefonia fixa, isso se tornará possível. É um item que está sendo atendido não integralmente, mas que efetivamente permitirá ao usuário aferir com maior certeza a sua conta.

Entretanto, existem também outras formas de se utilizar o telefone fixo no qual o próprio usuário poderá escolher a forma que usará seu aparelho, inclusive como um sistema em que ele, efetivamente, dirá que, no aparelho fixo, apenas receberá ligação ou que utilizará apenas com um valor mensal de R$10,00, R$15,00 ou R$20,00, por exemplo. Essa é uma forma também opcional para o usuário. Dessa forma, as tecnologias disponíveis hoje já permitem que o usuário possa dominar sua conta telefônica.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Exª pode contraditar.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O controle de valor é muito mais um controle do orçamento e não o controle das contas do telefone. Isso já é um avanço não nesse sentido, porque o que é preciso haver realmente é o conforto do usuário nisso. Começa com uma letra pequena, quer dizer, todo sistema de créditos e débitos é mais complicado do que algo em que trabalhei durante boa parte da minha vida – no ICMS, como Secretário de Fazenda. Isso consegue ser mais complicado do que o ICMS. Isso é muito preocupante. Tenho certeza de que, neste momento, estou falando em nome desses 50 milhões de usuários, sobretudo na telefonia celular, onde é impossível se ter algum tipo de conforto para isso.

Então, pediria que fosse colocado como prioridade absoluta no caso, porque deve alguma tecnologia para isso. Numa época em que se manda um foguete que vai viajar por seis anos e meio para ir a Mercúrio, deve haver alguma tecnologia que possa controlar os impulsos de um telefone aqui. Deve haver um preço também para isso, mas isso é outro problema.

Pediria que isso fosse colocado como prioridade total, para dar essa segurança, transparência, conforto a esses 50 milhões de usuários no País.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar os Relatores, pelo trabalho feito, os indicados – o Dr. Plínio de Aguiar Júnior e o Dr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral – e a presença do Dr. Pedro Ziller. Eles são de uma geração da "Telebrás Boys", que são aqueles primeiros que vieram pelas mãos do General Alencastro e do Haroldo Matos, transformando a fisionomia das telecomunicações no Brasil. O Dr. Plínio colocou, de forma muito interessante, que aquilo que o Brizola fez no Rio Grande do Sul, o Lacerda, oposto a ele ideologicamente, estava fazendo no Rio de Janeiro.

Quer dizer, muitas vezes, a maneira de se amar o Brasil não tem a confluência ideológica no mesmo caminho, pois eles eram ideologicamente diferentes, de onde, então, surgiu a Escola Militar do Exército de Comunicação que foi aquela semente que originou o Centro Tecnológico da Embratel, o quinto melhor do mundo. Houve uma grande quantidade de patentes registradas rapidamente, algumas estão até sendo adotadas no mundo inteiro, como o Bina, para a identificação das ligações, que surgiu aqui no Brasil.

Com relação à preocupação do nosso amigo Rodolpho Tourinho, já existe um telefone da Embratel Véspera, um telefone fixo, que funciona pelo ar, que já marca a quantidade de minutos de cada ligação, a quantidade de minutos das ligações locais e a quantidade de minutos das ligações para fora. Se a pessoa tem a tarifa, ela já fica sabendo diariamente o quanto ela está gastando de telefone.

Acredito que, daqui a pouco, os celulares, se já não possuem, vão ter essa tecnologia. Da mesma forma que passar essa tecnologia para o fixo é um passo que até o Dr. Elifaz Chaves disse que iria ser feita agora.

Então, vocês pertencem a essa geração. Quero cumprimentar o Governo, porque este é um ponto em que ele não perdeu essa ligação, não interrompeu esse ciclo, aproveitando esses cérebros, que foram formando-se, preparando-se, nessa grande escola, que foi a Embratel, a Telebrás e as empresas locais estatais, mudando a fisionomia e a História do Brasil.

Se não tivéssemos dado aquele passo, há trinta ou quarenta anos, hoje estaríamos defasados, talvez com uma diferença muito grande para alcançar o ponto a que estamos conseguindo chegar hoje. Não vou fazer perguntas, porque o currículo que cada um mostrou aqui já seria como ensinar padre-nosso ao vigário. Aqui há muito vigário e pouco sacristão.

Quero cumprimentá-los e o Governo pela iniciativa de colocar gente dessa geração que mudou a história das telecomunicações no Brasil, dizendo que, primeiramente, que se dê uma certa atenção para as áreas conurbadas. Houve agora uma regulamentação, mas, em algumas cidades, como no Espírito Santo, têm muita

área conurbada, ela ainda não chegou, para que não continue a dar aquele problema, em que, em algumas ruas, para que o indivíduo possa falar com seu vizinho, ele faz um interurbano. Dessa forma, é melhor que ele vá para janela e grite para o seu vizinho, pois assim ele não paga a tarifa telefônica.

Já foi dado um bom passo. Penso que agora é só regulamentar, acertar essa definição das áreas conurbadas.

A outra coisa que eu acharia interessante também era, se pudesse, nessa inclusão digital, que o Fundo de Telecomunicações prevê, o problema das cotações de produtos agrícolas no interior. É comum, e há pouco tempo eu vi uma coisa interessante: um grupo de intermediários manobrava uma emissora de rádio do Rio de Janeiro para ela dar a cotação dos produtos agrícolas na Ceasa e o agricultor saía de lá com uma cotação que não era a verdadeira, porque aquela rádio era uma rádio que tinha um boletim lá que era dos intermediários. Esse pessoal é muito esperto. Quando o agricultor chegava à Ceasa, não era aquele preço que a rádio havia dado de madrugada. Então, é um controle. Então, eu acho, por exemplo, cotação de feijão: o feijão, hoje em dia, para mim é a mercadoria que mais tem intermediário operando na distribuição, e é um alimento muito básico para a população brasileira. Então, que se pudesse chegar às cooperativas do interior, eu imagino, por exemplo, na filial dos bancos estatais ou na Prefeitura, um terminal de computador para dar a cotação do feijão, do café, do arroz; dependendo, uma região produtora de café, seria café, batata, batata. Porque essa daria uma orientação ao produtor ali de quando ele vai colher, porque às vezes ele colhe na hora que o preço está um pouquinho melhor; se ele colhe quando o preço está um pouquinho melhor, ele ajuda a baratear o preço para o consumidor. Sofisticar um pouco isso, como na maioria dos países europeus já é assim: o produtor acessa lá e ele sabe quantos quilos de batata ele vai tirar ou quantos quilos de feno, ou quantos quilos de uva, porque ele sabe como é que está o mercado naquele dia. É um sonho, um trauma, nós temos que alcançar, nós já alcançamos muitas coisas nessa área.

A outra coisa: não tenham pressa – e percebi nos dois que não terão – no problema da Tv Digital. Eu acho que é uma coisa que vai ser alcançada e eu noto, porque quando apareceu a Tv em cores, eu era Deputado Federal, eu notava, a gente já andava pelo interior, falei isso até para o Dr. Pedro Ziller um dia, o eleitor vinha: "Quando é que vai botar a Tv colorida? E não botaram a Tv colorida aqui. Só temos preto e branco". Eu até hoje, eu ando pelo interior, e agora com campanha a gente anda mais ainda nas cidades, nos matos, nunca chegou um eleitor para mim e perguntou que dia que vai começar a Tv Digital. Quer dizer, não há uma "aspiração" nacional neste aspecto. Eu acho que há, por parte das indústrias, que querem vender equipamento, e é bom que vendam, criem emprego, das emissoras, mas não há essa ânsia popular em torno da Tv Digital. De modo que, se a gente for mais devagar, talvez chegue na frente de não fazer... E eu sempre digo que houve um erro, na época dos militares, quando fizeram o Pal-M, desenvolveram uma televisão só para o Brasil, o Dr. Pedro Ziller acha que não é um erro, eu acho que foi um equívoco. Desenvolvemos um padrão só para o Brasil, compramos um pacote da Alemanha, achamos que a América do Sul viria toda atrás da gente e não veio. E hoje o Pal-M só há no mundo em dois países: o Laos e o Brasil. Não é um grande paradigma. E as emissoras sabem hoje, elas não produzem mais o programa em Pal-M, elas produzem em NTSC, e na hora de jogar no ar têm que converter, e agora com a evolução também dos equipamentos, eles são polivalentes, não há mais esse problema.

E uma outra coisa que eu queria e que eu acho que seria interessante para começar a examinar é: no futuro a Tv Digital vai usar o canal de UHF para jogar o sinal, o canal aberto, e vai continuar jogando o sinal da Tv Analógica no canal de VHF. Tramita no Senado Federal um projeto que cria a Tv Comunitária no UHF. Ora, se fizermos isso, daqui a pouco vamos entupir todos os canais de UHF, o que vai inviabilizar a entrada da Tv Digital. Seria interessante que de lá os senhores mandassem um aviso para a gente, para a gente ver quantos canais pode ocupar, quais os canais que não vão, no futuro, impedir a criação do UHF no Brasil, o uso do UHF no Brasil para a Tv Digital. O Senado Federal então faria uma regulamentação da Tv Comunitária, que não viesse a impedir, no futuro, o desenvolvimento da Tv Digital. Quero cumprimentá-los mais uma vez, cumprimentar o Governo, que manteve a tradição daqueles que fizeram a História, já os filhos dos Alencastros, dos Haroldos de Mattos, daquele Almirante – como é que se chamava? Foi Ministro das Comunicações também, mora em Belo Horizonte hoje, foi um grande Ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira – , de toda essa geração que fez isso.

Meus cumprimentos. Tenho certeza de que vão fazer um grande trabalho lá.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Passo a palavra ao Sr. Plínio de Aguiar Júnior, para um esclarecimento.

O SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Não sei se V. Exª me permite fazer uns comentários não às suas perguntas, mas aos seus comentários.

Quanto à cotação de produtos agrícolas, sobretudo aqueles que são perecíveis, o pequeno agricultor fica vendido na mão do intermediário. Tomate, por exemplo, tem que ser colhido naquele dia, não pode esperar. Foi iniciativa nossa, do Ministro Haroldo Mattos, em 1980. Isso era realizado com minicomputador da época da reserva de mercado, um minicomputador Cobra, aqueles bem simples, e via telex mesmo, para disseminar essas informações de mercado, informações do Ceasa para as cooperativas acessarem essas cotações. Era baratíssimo. Houve uma articulação de governo bem interessante para fazer isso, mas como sempre alguns interesses interpuseram porque era uma coisa que já estava articulada, era um projeto simplíssimo, barato, tinha um Ministro e o Presidente Figueiredo também estava interessado, e acabamos não conseguindo realizar. Ficamos convictos de que realmente seria uma solução extremamente interessante para o pequeno e médio agricultor. O grande agricultor tem essa informação sempre. Então o senhor tem toda razão. Essa tarefa hoje em dia, com acesso à Internet, qualquer cooperativa pode fazer seu portal lá e pode ter essas informações. Falta só organizar uma iniciativa desse tipo. É bem barato e tem um enorme poder para suprir cooperativas pequenas e médias. Parabéns pela sua visão. É isso mesmo. É barato e realizável.

Sobre a questão da pressa de Tv Digital, felizmente mereci sua atenção. Essa transição deve durar de dez a quinze anos. Não há passeatas pedindo Tv Digital já, mas o Governo tem que se antecipar em certas questões porque é importante respeitar o planejamento estratégico seja de emissoras, seja da indústria, seja do ambiente todo, para que se organizem para quando houver essa demanda.

Finalmente, Tv Digital vai proporcionar um número muito maior de canais. As Tvs Comunitárias poderão ter, uma vez passada essa transição, que durante a transição de analógico para digital durante um bom tempo há um congestionamento da canalização, porque tem que transmitir tanto em analógico quanto em digital. Mas, ao longo do tempo, vai se liberar canalização, porque a Tv Digital ocupa muito menos espectro, muito menos espectro de freqüência que a analógica. Então será possível realizar uma nova organização da canalização de televisão tanto para Tvs Comunitárias quanto para aplicações de governo. E uma das diretrizes do atual governo é que a sociedade faça um melhor uso da canalização, que é um recurso escasso. Então será barato, será realizável ter tantas Tvs Comunitárias com que o senhor se preocupa, mas também ter canais para ensino a distância para aplicações em telemedicina e em saúde pública ao longo do País. A Fiocruz já está interessada em participar disso e algumas pesquisas que faremos desde agora serão com essa perspectiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Se quiserem, os dois sabatinados podem fazer algum pronunciamento.

Peço, a seguir, que os Senadores Gerson Camata e Leonel Pavan façam a apuração dos votos.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Encerrada a apuração.

Os Conselheiros Elifaz Chaves do Amaral e Plínio de Aguiar Júnior obtiveram 21 votos. Ambos foram eleitos por unanimidade. Não houve voto contra e nenhuma abstenção.

Parabéns. (Palmas!.)

Espero que tenham um bom mandato e que atendam aos anseios do povo, principalmente dos mais necessitados, dos pobres.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas.)

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado



Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R$ 10,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade: CEP: UF:			
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)



EDIÇÃO DE HOJE: 520 PÁGINAS